REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "A" AO Nº 185 TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2015 4
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2015 13
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2015 31
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2015 53
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2015 68
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2015 80
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2015 97
1.2 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2015 103
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2015 124
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2015 161
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2015 187
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2015 214
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2015 235
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2015 251
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2015 291
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2015 315
1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2015 344
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de outubro de 2015 365
Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2015 392
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2015 421
Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de outubro de 2015 430
Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2015 451
1.4 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2015 499
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2015 523
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2015 550
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2015 589
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 611
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2015 614

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, José Pimentel, Wilder Morais, Romário, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Justifica ausência o Senador Humberto Costa. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento de Aviso nº 801, do TCU, sobre auditoria realizada na cidade de Vitória, que teve como tema a avaliação da qualidade da prestação do serviço nas unidades básicas de saúde; e do Aviso nº 742, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de auditoria para elaborar cronograma específico, a fim de garantir a transferência de recursos federais aos demais entes da Federação. A presidência informa que o referido material ficará à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria da Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007 - Não Terminativo – Autoria: Senador Valdir Raupp. Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria: Senador Dário Berger. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010 - Não Terminativo - Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, e da emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Roberto Rocha. ITEM 5 – Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Vital do Rêgo. Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia ITEM 6 Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Vicentinho Alves Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente. Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Waldemir Moka. Ficam adiados os itens: 3 – Tramitação Conjunta: Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin - Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006; Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual; Projeto de Lei do Senado nº º 344, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao

agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos; Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional; Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional; Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2014 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Wilder Morais. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Regulamenta o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, para dispor sobre a tributação de grandes fortunas. Relatoria: Senador Benedito de Lira Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2011 - Complementar, com 4 (quatro) emendas que apresenta. ITEM 7- Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005 - Terminativo - Autoria: Senador Magno Malta. Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, com a Emenda nº 1-CAE. ITEM 10- Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011 - Terminativo - Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, com as 3 (três) Emendas que apresenta. Fica retirado de pauta, a pedido do Relator, o ITEM 9- Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2010 - Terminativo - Autoria: Senador Magno Malta. Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2010. Usam da palavra o Senador Dário Berger, a Senadora Ana Amélia e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srªs e Srs. Senadores, bom dia!

Declaro aberta a 19ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

A Presidência comunica o recebimento por meio eletrônico de Aviso nº 801, do TCU, sobre auditoria realizada na cidade de Vitória, que teve como tema a avaliação da qualidade da prestação do serviço nas unidades básicas de saúde.

Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A Presidência comunica ainda o recebimento do Aviso nº 742, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de auditoria para elaborar cronograma específico, a fim de garantir a transferência de recursos federais aos demais entes da Federação.

Informo que o referido documento ficará à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para a avaliação que for necessária.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2007
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo, então, à leitura do relatório.

Encontra-se nesta Comissão de Assuntos Sociais para deliberação, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLS nº 276, de 2007, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003.

A ideia, Sr. Presidente, é permitir que os titulares de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) promovam o bloqueio, a qualquer tempo, da realização de descontos referentes a empréstimos por consignação em folha de pagamento. Ficam ressalvados os descontos já autorizados, referentes a empréstimos anteriormente contratados.

Em sua justificação, o autor registra a ocorrência frequente da "utilização fraudulenta do registro de titulares de benefícios previdenciários para a tomada de empréstimos junto a instituições financeiras ou para a obtenção de financiamentos".

Trata-se de criar um mecanismo de fácil utilização como prevenção à criminalidade, para que os beneficiários da Previdência, surpreendidos por descontos indevidos ou temerosos de que isso possa ocorrer, possam bloquear novas operações.

A proposição, após tramitar em conjunto com outras matérias, foi arquivada. Retomou a sua tramitação com a aprovação do Requerimento nº 121, de 2015, do Senador Valdir Raupp.

É examinada nesta CAS e terá posterior deliberação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Portanto, passo à análise propriamente dita.

Análise. Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso I, do RISF, opinar sobre proposições que digam respeito à seguridade social e previdência social.

Embora a decisão terminativa seja de competência da CAE, opinamos, também, sobre os seus aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais vinculados ao tema.

Entendemos que não há impedimentos constitucionais à regular tramitação do projeto em análise, pois o art. 48 da Constituição Federal (CF) estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, adota-se a espécie normativa adequada, ou seja, projeto de lei ordinária, tendo em vista que inexiste exigência de norma de hierarquia superior.

Portanto, na nossa visão, o projeto em análise não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regulamentar.

O art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, estabelece que os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social - RGPS poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a proceder aos descontos de empréstimos consignados.

Os mesmos beneficiários da previdência podem autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebem seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato.

Quanto ao mérito do PLS nº 276, de 2007, Sr. Presidente, acreditamos que os inúmeros casos de fraude contra aposentados e pensionistas, sob a forma de falsos empréstimos consignados em folha de pagamento, justificam a criação de mecanismo de bloqueio ou suspensão de descontos.

Em princípio, seria desnecessária a existência de uma norma legal dessa natureza. Para não sofrer descontos na folha, bastaria que o beneficiário da Previdência Social não contraísse empréstimos consignados junto às entidades financeiras. Ou, então, que o aposentado ou pensionista protocolasse um pedido, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vedando a prática. Isso não assegura, no entanto, que não ocorram novos tipos de fraudes para desbloqueio de descontos.

O problema é que, na prática, a concorrência entre os bancos acabou gerando excessiva informalidade na concessão desses créditos, tanto que passaram a ocorrer fraudes, com a utilização indevida de nomes e documentos de aposentados e pensionistas que, na grande maioria, possuem pouco discernimento e podem ser enganados por vigaristas e falsários. Muitos, inclusive, podem estar doentes e sem um controle direto sobre sua movimentação bancária.

Em face dessas fraudes é que a proposta prevê a possibilidade de bloqueio de descontos referentes a novos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil. De qualquer forma, essa prerrogativa também poderia ser concedida administrativamente.

O grande mérito da proposição em análise, entretanto, é alertar para a existência do problema, esclarecer a população e induzir as entidades bancárias e os entes administrativos a adotarem as cautelas devidas, fazendo uma identificação segura do solicitante da consignação.

Assim, opinamos pela aprovação da matéria, pois sabemos que a estrutura gigantesca da Previdência Social não consegue evitar totalmente as fraudes na concessão dos benefícios, que são minuciosamente analisados, que dirá controlar com eficácia milhões de pedidos de consignação.

Voto. Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação do relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria cumprimentar o relatório do Senador Dário Berger e também a iniciativa do Senador Raupp nessa matéria que acabamos de aprovar.

Aguardo apenas, porque já foi votado em turno suplementar um projeto de autoria do então Senador, agora Ministro, Vital do Rêgo, que trata dos chamados "medicamentos órfãos". Como ele aguardava apenas se houvesse emendas, já estaria concluído.

Então, é uma matéria relevante do ponto de vista social, cuja finalidade é o atendimento às famílias das pessoas que têm doenças raras. Esse é o item 5.

O item 4, apenas para concluir, é do Senador Benedito de Lira, também em turno suplementar, com a aprovação de quatro emendas.

Se não houver objeção dos caros colegas, daríamos também por fechado o ciclo da matéria relacionada ao item 5.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O item 2 e o item 9, que têm como Relator o Senador Roberto Rocha, serão retirados de pauta em virtude da solicitação de S. Exª, pelos motivos que explicou.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, e da emenda que apresenta.
Observações:
- Conforme despacho inicial, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2010
- Terminativo -

Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2010.
Observações:
- Em 15.12.2010, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer Favorável à matéria.
- Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item 5, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2013
- Terminativo -

Institui a Política Nacional para Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde; altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e importação, por pessoa física, de medicamentos órfãos; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever critério diferenciado para avaliação de medicamentos órfãos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Turno Suplementar.

Observações:

- Em 08.07.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo à Emenda nº 1 da CAS ao projeto de lei do Senado é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Atendida, portanto, a solicitação de V. Exª.

De igual modo, item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.

Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Turno Suplementar.
Observações:

- Em 08.07.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Os Relatores dos demais itens não se encontram presentes, e há ainda itens de projetos que serão votados nesta Comissão em caráter terminativo. Como não há quórum suficiente para votação em caráter terminativo, vou encerrar a presente reunião.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013
- Não terminativo -

Altera a redação dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas

intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.
- Em 09.07.2015, o Relator, Senador Otto Alencar apresenta novo Relatório, com alteração na Análise e no voto.
- Votação simbólica.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 534, de 2011
- Não terminativo -

Regulamenta o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, para dispor sobre a tributação de grandes fortunas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2011 - Complementar, com 4 (quatro) emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.
- Votação simbólica.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2005
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005.
Observações:
- Votação simbólica. (Art. 334 do RISF e Art. 1º da Instrução Normativa nº 5/2015 da Secretaria-Geral da Mesa)

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008
- Terminativo -

Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, com a Emenda nº 1-CAE.
Observações:
- Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.
- Votação nominal.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011
- Terminativo -

Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, com as 3 (três) Emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos, do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, José Pimentel, Wilder Morais, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. O Senador Cássio Cunha Lima registra presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura dos expedientes sobre a mesa: resposta do Tribunal de Contas da União a Requerimento de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia que, no plenário do Senado Federal, recebeu o número 749, que solicitou consulta a respeito de entidades beneficentes de assistência social; recebimento, por meio eletrônico, do Relatório Anual 2014 sobre o balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a "discutir a incorporação do procedimento de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único de Saúde – SUS", em atendimento ao Requerimento número 12 de 2015, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com os seguintes oradores: José Antônio Marin Neto, chefe da Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Fábio Sândoli de Brito Júnior, coordenador do Registro Brasileiro de Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica; Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, diretor da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista; Denizar Vianna, professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Usam da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Ana Amélia, membros desta Comissão de Assuntos Sociais; o Senador Cássio Cunha Lima, que solicita registro em Ata da manifestação do Ministério da Saúde (Nota Técnica nº 24/2015-DGITS/SCTIE/MS), em atendimento ao Requerimento nº 65, de 2015, de sua autoria, que solicitou resposta do Ministério da Saúde ao recurso que a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista interpôs contra a decisão da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) de negar o pleito de incorporação do procedimento de Implante do Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no SUS; e sobre o recurso da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista que questiona as projeções do parecerista da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) sobre os gastos decorrentes da incorporação do TAVI no SUS. Solicita, também, registro em Ata do Memorial da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, referente à "Incorporação do Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica (TAVI) no Sistema Único de Saúde (SUS), atualmente pleiteada junto à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec)". Usaram ainda da palavra o professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), Enio Buffolo; o chefe da disciplina de Cirurgia Cardiovascular da Universidade Federal de São Paulo, Diego Gaia; e o professor da Universidade Federal de São Paulo, José Honório Palma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas..

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Comissão aprovou, em 6 de agosto de 2014, Requerimento, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, que, no plenário do Senado Federal, recebeu o número 749, solicitando ao TCU uma consulta a respeito de entidades beneficentes de assistência social.

Determino à Secretaria que encaminhe a resposta do TCU para conhecimento à Senadora Lúcia Vânia.

Esta Presidência aguarda uma manifestação de S. Exª para a finalização da tramitação dessa matéria.

Informo ainda que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A Presidência comunica ainda o recebimento, por meio eletrônico, do Relatório Anual 2014 sobre o balanço das atividades desenvolvidas pela Anatel.

Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública atendendo ao Requerimento nº 12, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir a incorporação do procedimento de implante por cateter de bioprótese aórtica no Sistema Único de Saúde.

Convido para compor a Mesa os seguintes oradores: José Antônio Marin Neto; Fábio Sândoli de Brito Júnior; Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes e Denizar Viana.

Inicialmente, concedo a palavra à autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, para as suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão, agradeço a gentileza de V. Exª, mas eu queria agradecer especialmente aos convidados que aqui compareceram: o Dr. José Antônio Marin Neto; o Dr. Marcelo Queiroga; o Dr. Fábio Sândoli e o Dr. Denizar Viana.

Quero imaginar que nós aqui fazemos clínica geral. Eu, pelo menos, sou jornalista, mas, na área médica há todo um conhecimento e, nesta Comissão de Assuntos Sociais, temos desvendado mistérios da saúde brasileira através dos especialistas que vêm aqui dar uma valiosa contribuição, como essa de tratar de uma prótese, eu diria, ou de uma órtese para as doenças cardíacas.

Isso vai possibilitar que o cidadão brasileiro, especialmente os idosos que tenham problemas cardíacos, tenha a esperança de uma vida melhor de cura ou, pelo menos, de um tratamento com esse procedimento que lhe assegure uma vida mais longa, até porque o brasileiro hoje está vivendo mais.

Fico muito agradecida pela presença de todos os senhores. Vamos aprender hoje com quem sabe, com quem entende dessa matéria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Bom, daremos início, então, objetivamente à nossa reunião.

Concedo a palavra ao Dr. José Antonio Marin Neto por dez minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARIN NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente, permitam os senhores que eu me dirija à colenda Comissão presidida por V. Exª em termos relativamente técnicos e não absolutamente técnicos.

A situação do problema, em primeiro lugar, fez com que o Prof. Benedito Carlos Maciel e eu, no âmbito da Universidade de São Paulo e representando um hospital de nível terciário ou quaternário que atende a alguns milhões de pacientes, nos pronunciássemos de maneira enfática com aqueles termos que os senhores podem ler para que o SUS passe a abrigar e a conceder a oportunidade desse novo procedimento, uma nova forma de tratamento de uma doença muito grave, a estenose aórtica, em apoio ou em complementação aos métodos mais tradicionais que se mostram inefetivos em alguns cenários.

Então, é nesse sentido que nós temos que compreender, em primeiro lugar, a estenose aórtica como uma doença que aflige predominantemente a população mais idosa, porque essa população é crescente e essa válvula passa a ser entupida, sobrecarrega o coração, torna a vida dos indivíduos que têm esse distúrbio intolerável por sintomas incapacitantes. O paciente que fica apenas com os métodos tradicionais do tratamento baseado em remédios paliativos e uma cirurgia que já não é mais possível e que era o método tradicional fica desprovido de qualquer esperança e acabam tendo sua vida encurtada de maneira miserável e lamentável. É nesse contexto, então, que temos que verificar a possibilidade de ser instituído um novo procedimento, uma nova forma de tratamento que tem as suas vantagens.

Vejam, uma doença traiçoeira em essência, porque o início dos sintomas leva muitas décadas e não dá sinais de problema, o coração se adapta, ele se sobrecarrega, ela dá conta, com aquela enorme sobrecarga e praticamente não avisa. Agora, na hora em que aparecem os sintomas – e isso costuma acontecer nas idades mais longevas – a tendência ao óbito é inexorável, portanto, a vida fica encurtada de uma maneira muito pronunciada.

Quando aparecem os sintomas, vejam, aquela angina, aquela dor excruciante no peito, prenunciadora de infartos, que muitas vezes acontecem, o indivíduo que desmaia facilmente em qualquer tipo de esforço físico, mesmo que pouco intenso e aquele indivíduo que tem muita falta de ar porque a válvula entupida não permite que o coração descarregue o sangue e o leve à nutrição dos tecidos. Isso começa a congestionar, começa a sobrecarregar também o pulmão e aparece a falta de ar, a dispneia. Nesse sentido, vejam que a vida

se encurta de maneira muito radical, muito drástica, são poucos anos que restam de vida para um indivíduo em condições muito lamentáveis, realmente muito deploráveis, porque os sintomas são muito incapacitantes.

Vejam que, em comparação com vários tipos de câncer, com o infarto agudo do miocárdio que está aqui presente – desculpem-me, passei sei querer. Este é o *pointer*? Isso, é o *pointer* – o câncer de mama na mulher, o infarto propriamente dito, o câncer de cólon, de ovário, a própria insuficiência do coração, tudo isso tem uma sobrevida. Se nós pegarmos cem pacientes, vejam que ao cabo de cinco anos a maioria, só 20% dos indivíduos com estenose aórtica grave com aquela válvula entupida sobrevivem. Isso mostra que a sobrevivência é muito mais encurtada por essa doença do que por vários tipos de câncer.

Esse é o mesmo panorama que nós vemos nos homens. A estenose aórtica só tem uma pequena vantagem em relação ao câncer mais fulminante, o mais bravo, o mais ativo, que é o câncer de pulmão.

Então, o nosso contexto é uma estenose aórtica, que hoje aflige cerca de 3% a 5% dos indivíduos que têm 75 anos ou mais. E, como sabem, é uma faixa de população realmente crescente.

Nesse sentido, o que nós temos como possibilidade é de complementar no âmbito do SUS. E trabalhando numa instituição que atende predominante ou senão exclusivamente os pacientes do SUS, nós estamos muito aflitos com essa incapacidade de o SUS prover esse tipo de tratamento em complementação ao tradicional, que é muito paliativo.

Todos sabem que nós podemos apenas tratar com remédios que não prolongam a sobrevida e não melhoram a qualidade de vida de maneira pronunciada, de maneira significativa. E nós sabemos que a cirurgia, para muitos desses pacientes, se torna impossível. Ela não é mais praticável por condições técnicas, mas isso acontece em um quarto dos pacientes, cerca de 25%. Mas em 75% desses pacientes já octogenários, septuagenários, nonagenários, a cirurgia se torna impraticável por razões adicionais. São pacientes muito combalidos, são pacientes que já não têm mais viabilidade do ponto de vista dos seus órgãos. O rim já não está funcionando bem, o pulmão já tem uma grave deficiência. Isso faz com que não haja saída. A saída é esse novo procedimento que foi desenvolvido nos últimos anos e que vou demonstrar-lhes que passou pelos crivos científicos mais aprofundados e rigorosos.

Vejam, aqui é apenas uma ilustração.

Nós conseguimos, sem abrir o tórax do paciente. É um filme que mostra que nós, sem abrir o tórax do paciente, apenas com uma sedação, não necessariamente uma anestesia geral, conseguimos levar na ponta daquele cateter... Vejam esse ponto. Aqui é a válvula aórtica que não se abre. Não dá para os senhores perceberem muito bem, mas fundamentalmente ela não dá passagem ao sangue, ela está enrijecida, ela está absolutamente imóvel. Agora, por dentro dela, sem retirá-la, sem abrir o tórax do paciente, nós desenvolvemos essa possibilidade de, através de um balão inflado, a parte metálica praticamente coloca fora de ação a válvula que não funcionava bem, a válvula nativa do indivíduo. Agora, não dá para enxergar, mas tem as folhas como se fosse uma porta que se abrisse para os dois lados. Na verdade são três folhas que se abrem perfeitamente e corrigem o defeito.

Após dois ou três dias o paciente vai para casa porque nós introduzimos esse dispositivo através de uma artéria na virilha do paciente. Portanto, nós conseguimos um procedimento que tem muito menos invasividade. Não pode ser realizada mais cirurgia, e nós vamos agora adicionar aos remédios algo que muda radicalmente a qualidade de vida e aumenta a sobrevida, conforme eles mostram em seguida.

Vejam, como nós tínhamos que provar que esse procedimento é de fato superior ao tratamento padrão, que consiste apenas em remédios paliativos. E, às vezes, temos a possibilidade de estourar a válvula simplesmente. Estourando a válvula, nós a descadeiramos de uma vez e fazemos com que ela agora passe a se abrir um pouco melhor, por pouco tempo, porque ela volta logo a se fechar de maneira abusiva e fundamentalmente ela começa a vazar e agora sobrecarrega o coração de uma maneira diferente.

Então, contra esse tratamento nós tínhamos que provar. De que jeito nós provamos? Usando o princípio da medicina embasado em evidência. Evidência aqui no sentido forense do termo. Não é algo que evidente por ser, é algo que vamos provar, vamos dar como prova, como indicador irrefutável de que esse método seja superior em resultados.

E de que maneira nós fazemos isso? Nós selecionamos um grupo. O grupo tem que ser muito avantajado numericamente. É um grupo de no mínimo algumas centenas de indivíduos em que agora a decisão não depende daquele indivíduo e nem do seu médico responsável. É um computador que aloca de uma maneira inominável, impessoal, os indivíduos para um grupo *versus* o outro e vamos comparar agora como esse grupo sobrevive em relação ao outro, como fica a qualidade de vida em relação ao outro.

Esse é o método científico padrão, é o método científico que é o crivo fundamental para que um novo método, um novo procedimento, uma nova terapêutica seja incorporada.

Vejam os resultados. Isso foi feito em 360 indivíduos. Isso aqui selecionou praticamente 180 em cada grupo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO MARIN NETO – E, agora, esse diapositivo está lhes mostrando o que acontece com a morte por causas cardiovasculares. De 100 indivíduos inicialmente, aqui nós temos a medida que passa o tempo, ao longo de 24 meses, aqui a diferença: neste grupo com o tratamento paliativo, baseado apenas em remédios, 41% dos indivíduos haviam falecido ao cabo de um ano, contra menos de 20%. Isso significa que a cada cinco pacientes, se evita uma morte tratando com esse método Tavi (Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica) em relação ao outro tratamento. Isso do ponto de vista de mortalidade.

Eu estou, praticamente, me aproximando do fim, só tenho mais dois diapositivos.

Fundamentalmente, agora, a qualidade de vida somada à mortalidade de qualquer origem, de qualquer natureza. Vejam a superioridade: o número de mortos é inferior, junto com o número de internações. Um indicador muito preciso de que a qualidade de vida melhorou e o indivíduo não é mais necessário ser internado tão frequentemente. Vejam que a diferença é muito nítida. Esse trabalho foi publicado no *The New England Journal of Medicine*, uma das revistas de maior peso científico.

Vejam, novamente, aqui: agora, nós temos que mostrar não somente a superioridade em termos do benefício, mas também de que as reações colaterais, os efeitos adversos que acontecem sistematicamente nesse tipo de procedimento, eles também são toleráveis. E, nesse sentido, vejam que, também, o procedimento novo é superior àquele que era o padrão até então.

Basicamente, nós temos essas observações publicadas recentemente na prestigiosa revista *The Lancet*, inglesa, tradicional e de muitos séculos já. E vejam que, novamente, aos cinco anos os resultados são mantidos em superioridade. Portanto, não há dúvida de que isso é algo que pode ser defendido e que poderia ser muito bem avocado como recurso a ser incorporado e disponibilizado para os pacientes, muitas vezes em, já, situação de impossibilidade de cirurgia e para os quais, aquilo que se oferece é, absolutamente, insuficiente do ponto de vista de qualidade e de quantidade de vida.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Dr. José Antônio Marin.

Dr. Fábio Sândoli de Brito.

O SR. FÁBIO SÂNDOLI DE BRITO JÚNIOR – Pode passar para mim o controle para eu fazer a apresentação? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Senadora Ana Amélia, senhores, bom dia.

Em continuidade à apresentação do Prof. Marin, o que eu trago aos senhores nestes próximos minutos são os dados do Registro Brasileiro de Implante Transcateter de Bioprótese Valvar Aórtica, que é esse novo procedimento que nós estamos discutindo aqui.

Vejam, o Prof. Marin mostrou aos senhores um estudo randomizado. E, em geral, Senadores, esses estudos randomizados acontecem num cenário de hospitais altamente selecionados, com médicos muito experientes. E depois que essa tecnologia ganha ou conquista a aprovação e passa a ser utilizada em diversos hospitais, em diversos cenários, é muito importante que nós tomemos conhecimento dos resultados desse tipo de intervenção, desse procedimento no mundo real.

Então, os registros servem para isso, e é por isso que a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, desde o início, se preocupou em coletar essas informações para conhecer o perfil dos pacientes que são tratados no nosso País com esse tipo de procedimento, e também conhecer os resultados obviamente, que são muito interessantes.

Vejam, esse registro nacional seguiu critérios científicos muito rigorosos. Eu ilustro aqui alguns deles: monitoria eletrônica em 100% dos pacientes; monitoria física, ou seja, os prontuários dos pacientes são verificados de forma aleatória em 20% dos casos; há um comitê independente que faz a análise de todas as complicações e eventos adversos relacionados a esse tipo de intervenção; todos os desfechos e complicações seguem também os critérios estabelecidos internacionalmente para que eles possam ser comparados com os resultados desse tipo de procedimento realizado em outros países; ele representa, aproximadamente, dois terços da experiência nacional com esse tipo de procedimento, uma vez que a contribuição para o registro é voluntária, ela não é obrigatória – dois terços dos casos realizados no nosso País são representados no registro. E esse registro foi recentemente publicado em um revista bastante conceituada da sociedade americana de cardiologia intervencionista, no ano de 2015. Essa é a publicação que aconteceu este ano.

Eu trago esse eslaide para os senhores para mostrar a evolução dos números do registro brasileiro. Vejam que, em 2008, quando esse procedimento começou a ser realizado em nosso País, janeiro de 2008, apenas três centros contribuíam para o registro, e 11 pacientes apenas foram tratados no nosso País com esse procedimento. Esse número foi crescendo ao longo do tempo, até que, em 2014, nós atingimos – ou coletamos – 800

pacientes. E nós, agora, nos aproximamos – ou ultrapassamos – os mil pacientes incluídos nesse tipo de intervenção, com 22 centros no nosso País que contribuem ativamente para o Registro de Implante Transcateter de Válvula Aórtica.

Aqui são os centros, esses 22 centros que eu mencionei aos senhores, e a boa notícia é que já existem centros, instituições públicas, que realizam esse tipo de intervenção. Eu chamo a atenção aqui para o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, para o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, nós temos o Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, o Incor, de São Paulo, que todos os senhores conhecem: todos eles contribuindo para o registro brasileiro. A má notícia é que esses procedimentos não são cobertos pelo Sistema Único de Saúde, e esses procedimentos são realizados por – vamos dizer assim – orçamento da própria instituição que é designada a esse tipo de intervenção ou, então, a pacientes privados que fazem os procedimentos nessas instituições.

Aqui eu mostro aos senhores o perfil dos pacientes que são tratados com esse tipo de procedimento no nosso País. Vejam: a idade média dos pacientes supera os 80 anos; aproximadamente, metade do sexo masculino; vejam que esses pacientes têm uma série de doenças associadas, que nós médicos chamamos de comorbidades, por exemplo, diabetes, insuficiência renal – desculpa – em dois terços praticamente dos pacientes diabetes; diabetes em um terço dos pacientes; doença arterial coronariana com cirurgia cardíaca prévia em 19% dos casos etc. Uma série de doenças associadas, doenças pulmonares etc., que fazem com que esses pacientes, de fato, sejam pacientes de alto risco por tratamento cirúrgico tradicional.

Esses procedimentos no nosso País são realizados, ainda, em muitos centros em curva de aprendizado – 40% dos casos com médicos tutores realizando o procedimento. Vejam, esse procedimento é a maioria: 93%, a imensa maioria deles, realizado apenas por uma punção ou por uma pequena incisão na artéria femoral na virilha, onde são introduzidos os catéteres sem necessidade da toracotomia – abertura do tórax – para se fazer a troca da válvula aórtica.

E essas são as próteses utilizadas no registro brasileiro. Essa prótese CoreValve está disponível no nosso País desde 2008 e por isso que ela representa a imensa maioria dos casos tratados. Essa outra prótese Sapien representa um quarto dos pacientes tratados no registro, aprovada em 2011. E a prótese Inovare, a prótese nacional, tem uma representatividade pequena ainda no nosso registro porque ela faz parte, está contribuindo para o registro apenas mais recentemente.

Aqui, a curva de mortalidade desses pacientes tratados com esse procedimento no nosso País, representando aqueles 819 pacientes que eu mencionei no início. Vejam: a mortalidade aos 30 dias de 9%; 21%, ao longo de um ano; e em torno de 30%, depois de dois anos de tratamento. O que são números altos, mas, ainda assim, inferiores ao que se espera se esses pacientes não pudessem ter sido tratados com esse novo tratamento.

Aqui eu mostro aos senhores que, no início, esses pacientes morrem – aqui em azul –, eles morrem de causas cardiovasculares. Mas ao longo do tempo, vejam essa curva – em verde – vai aumentando, que são as mortes de causas não cardiovasculares: doenças pulmonares, doenças renais, aquelas doenças associadas às comorbidades, que eu mencionei no início, que fazem com que esses pacientes sejam, de fato, pacientes de alto risco para o tratamento convencional.

Aqui, vejam, é importante mostrar o que os dados no Brasil estão absolutamente de acordo com o que acontece no resto do mundo. A mortalidade de 30 dias no Brasil, que é de 9,1% com esse tipo de procedimento, é absolutamente comparável a outros países, como, por exemplo, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha, França, Bélgica e Canadá, com mortalidade aqui variando entre 7% e 12% nesses registros de mundo real, nesses países que eu mencionei aos senhores.

E a mesma coisa acontece com a mortalidade de um ano desses pacientes tratados com implante transcateter de válvula aórtica. Vejam que, no Brasil, nós estamos aqui nessa faixa entre os 15% e os 24%, que são reportados em séries nacionais de outros países e publicadas anteriormente ao nosso Registro.

E, por fim, esse eslaide mostra aos senhores que, aqui, em vermelho e em azul escuro, os senhores veem que mais de 80% da população dos pacientes tratados com essa tecnologia, com esse novo procedimento, antes do tratamento se encontravam em classe funcional três ou quatro de insuficiência cardíaca. O que significa que eles estavam absolutamente limitados com essa insuficiência cardíaca avançada em decorrência da estenose aórtica. Depois de tratados, num segmento médio, aqui, de 373 dias, vejam que a maioria, agora, se encontra em classe funcional um ou dois de insuficiência cardíaca. Mostrando o quê? Mostrando uma melhora muito importante nos sintomas e que representa a melhora na qualidade de vida desses pacientes, que, muitas vezes, é mais importante até do que o tempo de sobrevida.

Então, eu encerro aqui e fico à disposição para esclarecer alguma informação adicional a respeito do registro brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Fábio Sândoli, que, além da competência médica, tem um nítido sentido do tempo. (*Risos.*)

Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Exmº Sr. Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado; Exmª Srª Senadora Ana Amélia; Exmº Sr. Senador Eduardo Amorim, cumprimento e agradeço a oportunidade de estar aqui em nome da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, externando o nosso ponto de vista acerca da incorporação dessa tecnologia que é de suma importância para a população idosa.

E, aqui, eu destaco que o Estado brasileiro, há cerca de 15 anos, vem se preocupando com essa questão do idoso. Tanto é verdade, que instituiu o chamado Conselho Nacional do Idoso e os Conselhos Estaduais e Municipais, através de legislação própria, que culminou, posteriormente, com a edição do Estatuto do Idoso, uma das legislações mais avançadas em relação ao idoso. De tal sorte, que a política geral do Estado brasileiro e do Governo brasileiro é no sentido de prover uma assistência à saúde do idoso na medida máxima do possível.

E é por isto que estamos aqui com os senhores para mostrar que, hoje, a nossa população de idosos acima de 75 anos suplanta os 20 milhões de habitantes; e aqueles acima de 75 anos... São por 5 milhões de habitantes – perdoem-me –, o que leva a uma prevalência dessa doença, estenose aórtica, em cerca de 3% a 5% dos indivíduos, perfazendo um total de 200 mil brasileiros com estenose aórtica.

Não é uma doença muito conhecida, mas é uma doença muito prevalente. E cerca de 30% desses indivíduos, dadas as comorbidades da própria idade, eles não podem ser submetidos ao tratamento tradicional, que é a cirurgia com peito aberto, que é muito bem realizada no Brasil pelos nossos colegas cirurgiões cardiovasculares há muitos anos – seria o tratamento padrão.

E esse contexto vai ficar mais intricado ainda porque sabemos que esse número de idosos vai triplicar nos próximos anos com os impactos culminados, seja na Previdência Social, seja na Atenção à Saúde, merecendo que nós, já neste instante, nos preocupemos com esse contexto no sentido de minorar esses problemas no futuro.

São indivíduos como essa senhora, com 105 anos, que foi submetida a esse procedimento da válvula aórtica com absoluto sucesso. E esses dados começam a sair na imprensa, e as pessoas que têm esses problemas têm acesso – nós vivemos num País democrático – e começam a buscar por esse tratamento.

Aqui é o Prof. Alain Cribier, que idealizou essa técnica e que recebe, aqui, a maior comenda do governo francês por haver desenvolvido essa fantástica tecnologia.

O Estado brasileiro também se preocupou em criar um arcabouço regulatório para avaliar essas novas terapias. E essas quatro entidades, as quatro autarquias, avaliam, justamente, uma nova tecnologia.

O Conselho Federal de Medicina tem a propriedade de avaliar o procedimento médico, e por força da Lei nº 12.842 vai definir o seu caráter experimental ou não. Já a Anvisa avalia fármacos, avalia dispositivos. No caso do Tavi, essa terapia foi avaliada pelo Conselho Federal de Medicina, e as próteses que nós empregamos foram avaliados pela Anvisa. De tal sorte que esse procedimento pode ser realizado no Brasil com todo o respaldo da legislação. Contudo, ainda falta a cobertura obrigatória desse procedimento, seja na saúde suplementar, seja no âmbito do Sistema Único de Saúde. É por isso que nós estamos aqui hoje.

Uma vez, como o Dr. Fábio Brito mostrou, diversos hospitais públicos no Brasil – inclusive, Senador Humberto Costa, o Instituto Nacional de Cardiologia, que é o hospital padrão do Ministério da Saúde – já realizam esse procedimento, só que não realizam com base nos critérios do SUS que é justamente o acesso universal e igualitário para que todos os brasileiros possam ter acesso por meio de um programa público a uma terapia que, comprovadamente, reduz mortalidade.

E o que temos hoje pelo SUS de uma maneira institucional para atender a essa necessidade? É, justamente como o Prof. Marin enfatizou, a valvuloplastia aórtica. Esse procedimento não conta com a credibilidade da Medicina brasileira. Tanto, Senador Edison Lobão, o senhor veja, 100 pacientes por ano, isso num país de 200 milhões de habitantes, não é nada. Ou seja, idosos com estenose aórtica grave e que não têm a perspectiva do tratamento cirúrgico estão sem uma perspectiva terapêutica capaz de mudar a história natural da doença no sistema de saúde brasileiro.

Essa terapia, como eu falei, já foi realizada no mundo em mais de 200 mil casos. Todos esses países de Primeiro Mundo já incorporaram essa tecnologia; estes outros países também incorporaram; o Brasil, que é a oitava economia do mundo, ainda não encontrou essa tecnologia para os seus cidadãos.

Vejam, aqui, o NHS, que é um organismo que avalia tecnologias para o sistema de saúde inglês, que é orgulho do povo da Inglaterra e foi até homenageado nas Olimpíadas, já aprovou o Tavi. O sistema de saúde canadense, que também é um sistema de saúde universal, já aprovou essa terapia. E o FDA aprovou essa tera-

pia, tanto para os indivíduos considerados inoperáveis, como para aqueles que são considerados de alto risco cirúrgico, e, portanto, mais abrangente. A nossa Sociedade, que hoje completa 40 anos, por meio de consenso de especialistas, recomenda esse procedimento nesse subgrupo de enfermos graves com contraindicação cirúrgica.

E essa terapia não é para ser usada como salvamento, ela é para ser usada em pacientes que têm, pelo menos, uma perspectiva de vida, que possam desfrutar dos benefícios que a técnica proporciona.

Tanto é assim que a Sociedade Brasileira de Cardiologia, uma das maiores sociedade de cardiologia do mundo, qualifica esse procedimento como classe um. Ou seja, é uma terapia inconteste para indivíduos que tem estenose aórtica grave e são considerados inoperáveis, calcada numa evidência científica de boa qualidade, que é aquela que advém do estudo Partner. A Associação Médica Brasileira também já avaliou esse procedimento, considera o procedimento adequado e já prevê uma diretriz de utilização terapêutica própria.

Nós fizemos uma revisão sistemática, na qual diversos estudos científicos de qualidade foram apresentados à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia para que houvesse um pronunciamento acerca da incorporação dessa terapia no SUS. Esse caderno traz as recomendações da Conitec, que, infelizmente, foram contrárias à incorporação do procedimento.

E, aqui, eu gostaria de discutir um pouco com vocês quais foram os motivos. As evidências que nós trouxemos foram as do Partner. Vejam, essa terapia, quando nós tratamos cinco pacientes, Senadora Ana Amélia, conseguimos salvar uma vida. Chama-se NNT. O NNT de cinco é tão eloquente como a vitória da Alemanha em cima da Seleção Brasileira! Não se discute: essa terapia é mais benéfica do que a terapia conservadora!

Vejam, aqui, os senhores, outro argumento em que os técnicos – e eu não digo que aqui é a Conitec: são os técnicos que a Conitec recomendou para avaliar – disseram que o Tavi tem uma mortalidade alta: 5% de mortalidade dos pacientes aos 30 dias, contra 2,8% da terapia padrão.

Bom, 2,8% *versus* 5% não é o dobro, isso não tem significado estatístico, e, mesmo se o Tavi tivesse uma mortalidade maior em 30 dias, seria compreensível, porque esses pacientes foram submetidos a um tratamento, e aqueles outros do braço conservador só foram submetidos à terapia médica com diuréticos, e diuréticos não têm esse poder de colocar em risco a vida das pessoas, de tal sorte que os dados do Partner são absolutamente adequados.

Aqui eu trago os dados do Datasus – é uma conquista da sociedade brasileira o Datasus –, porque mostra isso, Senador Humberto Costa, de maneira muito transparente, para que a população consiga ver. Então, veja: com a cirurgia valvar pelo SUS no Instituto Nacional de Cardiologia: a mortalidade nesses pacientes é de 11%, portanto é o dobro da verificada no estudo Partner, enquanto observamos com outras situações associadas, essa mortalidade é maior ainda.

Vejam: nos indivíduos de 65 anos, Senadora Ana Amélia, a mortalidade pode chegar a valores até de 25%, portanto, cinco vezes maior do que aquela que foi questionada no estudo Partner, de tal sorte que a própria instituição padrão do Ministério da Saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... tem uma mortalidade maior, e nós achamos que não é muito apropriado que a mortalidade com o Tavi é elevada e, por isso, inviabiliza esse procedimento no sistema de saúde.

Nós fizemos estudos econômicos, a que o Dr. Denizar Vianna vai ater-se de maneira mais detalhada, e esses estudos mostram que a razão de custo-efetividade incremental dessa terapia é absolutamente tolerável, compatível com procedimentos dessa natureza.

Em relação ao preço da prótese, esse é realmente o impeditivo. No Brasil, felizmente, o preço da prótese, apesar de caro, está próximo a Portugal e Espanha, que têm o preço mais baixo desses dispositivos em relação ao mercado mundial.

Por meio da nossa contribuição à consulta pública, nós mostramos que os preços não eram aqueles a que a Conitec faz menção no seu relatório definitivo. A Braile Biométrica, por exemplo, fornece o produto por um preço que é a metade do preço que a Conitec coloca nesse dispositivo. A própria Unimed fez um acordo nacional com uma dessas indústrias, em que o preço é um preço, como eu lhes falei, compatível com os menores preços do mercado internacional.

Essa relação de custo-efetividade incremental é totalmente adequada àquilo que preconiza a Organização Mundial de Saúde para procedimentos dessa natureza, que é três vezes o PIB *per capita* por ano de vida salva, ajustada ao QALY. A prótese a R$65 mil, nós teríamos um ICER, essa relação de custo-efetividade incremental, da ordem de R$84 mil, e esse procedimento é um procedimento mais efetivo do que a terapia ofertada pelo

SUS e ele é mais caro, como ocorre em tecnologias similares, como desfibriladores implantáveis, aneurisma de aorta etc.

Vejam que o próprio Secretário de Atenção à Saúde, à época, o Dr. Helvécio, considera adequada uma relação de custo-efetividade incremental da ordem de US$50 mil por ano de vida salva.

O que causa mais espanto e perplexidade? É o fato de a Conitec dizer que seriam realizados 12.571 procedimentos de Tavi por ano no Brasil, que iriam impactar, no Orçamento, com R$1 bilhão por ano, transformando a incorporação do Tavi em uma verdadeira "pauta-bomba", já que é um tema em moda.

Na prática, nós sabemos que os Estados Unidos realizam nove mil procedimentos de Tavi por ano, como é que o Brasil vai realizar 12.571? A população dos Estados Unidos é mais velha. Na Alemanha, 9 mil. O Brasil não vai fazer 12.571. De forma alguma. Olhe: o número total de cirurgias valvares – isso inclui todos os tipos de doenças valvares, Senadora –, em 2002, que foi o ano em que houve mais, foram 12.634. Nos últimos dez anos, vem havendo um aumento crescente da realização desses procedimentos, porque as pessoas estão tendo acesso à saúde, estão tendo acesso a outros bens, e isso faz com que o aumento desses procedimentos aconteça. Então, veja: se apropriar em relação ao PIB, nós estaríamos aqui perto de Portugal, que, no SUS, seria aproximadamente, cerca de mil procedimentos por ano. Veja: esse relatório nos causou espécie, quando ele traz esse tipo de colocação.

A ocorrência de AVC é uma das complicações mais temidas pelos idosos, não devendo ser minimizada. Muitos idosos preferem a morte a permanecer acamados e dependentes, em especial, os mais carentes. É claro que há pessoas que preferem a morte; se não fosse assim, não existiria o suicídio. Eu não sei se isso é mais prevalente nos idosos e também não sei qual é o estudo que embasa esse tipo de afirmativa.

Por último, eu trago aqui o Sr. Henry Kissinger, Prêmio Nobel da Paz e ex-Secretário de Estado Americano que se reuniu com a nossa Presidente recentemente. Ele tem 92 anos e está aí ótimo, por conta de um procedimento de implante transcatéter de válvula aórtica, que realizou há um ano.

Então, são essas as considerações que nós trazemos a critério de contribuição. O nosso intuito não é confrontar as autoridades públicas de saúde, nós temos respeito. Nós entendemos que a incorporação de tecnologias, a avaliação de tecnologias em saúde sempre se confronta com quem exerce a Medicina na prática médica, isso é bom, isso é próprio da ciência, mas estamos aqui num país democrático, discutimos isso no âmbito do Poder Executivo, também discutimos no âmbito do Poder Legislativo.

Os senhores são representantes dos nossos Estados, muitos dos senhores tiveram os nossos votos, e nós trouxemos aqui para a reflexão de todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Marcelo.

Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores e aos nossos oradores aqui presentes que esta audiência pública está sendo vista por brasileiros através da televisão do Senado e do sistema de rádio também do Senado. Há um grupo de emissoras de rádio, no interior do País, muito grande, que se associa à Rádio Senado para transmissão destas audiências públicas. Além disso, a sociedade brasileira, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado Federal, também tem uma intensa participação nos trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra agora ao Dr. Denizar Vianna.

O SR. DENIZAR VIANNA – Obrigado, Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, senhoras e senhores, eu gostaria de trazer alguns esclarecimentos sobre o processo de avaliação de incorporação de tecnologias hoje adotado, que vai oferecer tecnologias médicas para os pacientes do Sistema Único de Saúde.

Esse processo se dá por avaliação de três etapas bem definidas. A primeira etapa é a avaliação da evidência científica, que diz que aquela nova tecnologia funciona e que ela é segura. Existem duas dimensões para analisar essa etapa. Uma, que diz respeito aos dados extraídos dos estudos controlados dos ensaios clínicos, que já foram apresentados aqui anteriormente, pelos oradores que me precederam; e a outra dimensão de dados também muito importante são os dados de mundo real, os dados de efetividade que foram apresentados pelo Dr. Fábio.

Uma vez que se define que essa tecnologia é segura, que ela funciona, que ela proporciona ganhos de saúde, nesse caso, ganhos de sobrevida, a etapa seguinte é a discussão econômica. A primeira etapa é a análise de custo-efetividade. O que significa isso? Análise de custo-efetividade vai documentar todos os custos, todos os recursos utilizados para prover aquele tratamento, não só o custo da prótese, mas o custo do procedimento, o custo de hospitalização, de eventos adversos, e comparar esses custos com o ganho de saúde obtido, que, nesse caso, é o aumento da expectativa de vida. Então, nós vamos ter uma relação econômica para um ganho de saúde, que vai ser comparado a uma outra alternativa, que, nesse caso, está sendo comparado a um tratamento paliativo, a oferta de medicamentos para atenuar os sinais e sintomas de doença. Quando se faz essa

comparação, obtém-se uma chamada razão de custo-efetividade incremental. Que significa? Essa razão é um numerador e um denominador obtida da diferença entre o custo do Tavi *versus* o custo do tratamento paliativo, e também, no denominador, qual é o benefício de saúde que está sendo oferecido pelo Tavi *versus* o que se ganha, em termos de vida, ao se tratar paliativamente esses doentes.

Essa meta é muito importante, porque ela é utilizada para tomar decisão em vários modelos de saúde no mundo. A Europa utiliza muito isso, o Canadá, a Austrália, e o Brasil adotou também essa métrica. Aqui é importante enfatizar que o Ministério da Saúde fez grandes avanços nos últimos anos em definições de regras, em incorporar técnicas e métodos para esse processo decisório.

Quando nós realizamos essa razão de custo-efetividade incremental nós chegamos a um valor monetário por ano de vida salvo.

É esse resultado que se obtém de uma análise de custo-efetividade. E é o resultado por que um tomador de decisão, seja ele um formulador de políticas de saúde, seja um gestor, vai comparar diversas alternativas de tratamento para saber, diante de um orçamento que nós sabemos que é limitado, que é escasso, qual a alternativa que pode proporcionar um maior ganho de saúde pelo recurso financeiro que é depositado nessa alternativa.

Então, nós temos aqui um valor monetário por ano de vida salva. Os resultados especificamente dessa comparação nos mostraram o seguinte: a alternativa com o Tavi, feita através de modelagens – nós utilizamos esses dados que foram apresentados de eficácia, temos dados de custo da realidade brasileira, do tratamento no cenário do Sistema Único de Saúde, e fazemos projeções probabilísticas em relação à história natural da doença e os benefícios que uma determinada tecnologia tem em melhorar a qualidade de vida e melhorar a sobrevida e comparamos com a alternativa vigente, que, nesse caso, é o tratamento paliativo –, mostra-nos um custo final médio para essa alternativa de R$91 mil, e o tratamento paliativo, tratamento medicamentoso de R$10 mil. Isso dá um custo incremental, diferença entre esse e o outro, de R$81 mil. Em relação ao ganho de saúde, à efetividade que é medida, nós temos um ganho, em termos de expectativa de sobrevida, de 2,74 para essa alternativa e 1,78 para essa, o que dá um ganho incremental de 0,96.

Essa razão de custo-efetividade incremental nada mais é do que a divisão desse valor monetário pelo valor ganho em termos de efetividade. Isso vai dar esse número mágico, essa razão de custo-efetividade incremental. Quando exposta, para o tomador de decisão, ele pode tentar usar o recurso em que ele possa obter mais ganhos de saúde com o mesmo recurso.

O modelo também nos permite fazer projeções – e isso foi mostrado, inclusive, pelo Dr. Marcelo. Diante de diferentes preços do custo do Tavi, da prótese, o que isso proporcionaria em termos de redução da razão de custo-efetividade incremental? Por que são importantes esses modelos? De certa forma, porque orientam quem vai tomar decisão de que, no momento em que isso ganhar volume em termos de compra, de negociação, há uma possibilidade de redução do preço dessa prótese, e isso vai proporcionar benefícios em termos dessa razão de custo-efetividade incremental.

Essa chamada análise de sensibilidade é uma técnica estatística muito utilizada nesses estudos para lidar com as incertezas que ocorrem com esse tipo de abordagem. Existem incertezas biológica relacionadas à eficácia, aos dados epidemiológicos; e existem incertezas econômicas. Quando nós utilizamos esse recurso da análise de sensibilidade, nós plotamos aqui – isso aqui são vários pontos, são 10 mil pontos de possibilidades de variação. Qual é o objetivo dessa técnica? É exatamente chegar a uma conclusão de que, nesse quadrante aqui, há um benefício em termos de aumentar a expectativa de vida, comparado a um potencial de redução de perda com essa técnica do Tavi. Então, todas essas simulações se projetam nesse quadrante, que é o quadrante que mostra o benefício desse procedimento. Quando é comparada essa relação econômica com o ganho, ela está muito semelhante a técnicas já incorporadas Sistema Único Saúde, como cardiodesfibrilador implantável.

Um problema agora crítico na realidade brasileira é que, apesar de o Ministério da Saúde definir que um dos parâmetros na tomada de decisão é a análise de custo-efetividade, o Ministério não define qual é esse limiar. Isso tem que ser feito. Vários países definem. Exemplo: Reino Unido define que o limiar de razão de custo-efetividade incremental é de £20 mil por anos de vida ganhos ajustados para a qualidade. Se nós não adotarmos uma medida, isso vai ficar simplesmente a critério daquele que vai decidir e vai indicar se isso deve ser incorporado ou não.

Então, a pergunta que fica: qual é a nossa razão de custo-efetividade incremental? Talvez para tornar isso mais claro, é o mesmo que nós adotássemos a utilização de um termômetro para aferir a temperatura do paciente. Se nós não definirmos que, acima de 37ºC é febre, nós não teríamos parâmetro. Exatamente isso que a razão de custo-efetividade incremental nos dá.

A última etapa é exatamente definir o quanto, uma vez decidida a incorporação desse procedimento, vai custar para o Sistema Único de Saúde.

O que é uma análise de impacto orçamentário?

Faz-se uma estimativa epidemiológica, ou por demanda, de qual é a população elegível para essa tecnologia, faz-se uma projeção no tempo, normalmente em cinco anos, de quanto essa tecnologia vai ser incorporada ao longo desse período, e compara-se o cenário atual, que seria o cenário sem esse procedimento, sem o Tavi (Implante por Cateter de Bioprótese Valvar Aórtica), e o cenário futuro, incorporando essa tecnologia. A diferença entre isso é o impacto orçamentário.

Qual a importância dessa informação?

É prover o tomador de decisão da necessidade de uma provisão orçamentária para a incorporação desse procedimento. Só para dar um exemplo de como isso é feito nessa simulação, nós teríamos três cenários aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. DENIZAR VIANNA – Esse é o cenário base, o chamado cenário conservador, que mostra que, de acordo com esses dados epidemiológicos, a incorporação do Tavi, ao longo dos cinco anos, estaria na casa de R$486 milhões. Num cenário mais agressivo, de incorporação, mais liberal, isso atingiria quase o dobro. Hoje, nesse cenário atual, não existe o financiamento do Sistema Único de Saúde para essa tecnologia, e ela se dá, muitas vezes, por verbas de pesquisa de hospitais, de forma isolada.

Isso aqui é só para mostrar que o componente da prótese é o componente de maior impacto no orçamento, e, à medida que o Ministério tem um poder de compra maior, isso provavelmente vai cair na negociação com as empresas que produzem, e, ao final, mostrar que esse diagrama, chamado diagrama de tornado, também é uma análise de sensibilidade, que mostra qual é o item de maior peso nessa métrica, e exatamente é o custo da prótese o peso maior, que pode ser, ao longo do tempo, reduzido para poder prover mais pacientes ao acesso dessa tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Denizar Vianna.

Concedo a palavra à nossa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu gostaria de pedir que acendessem as luzes aqui.

Foi uma aula aqui. Como eu disse no começo, eu gostaria de agradecer muito ao Senador Humberto Costa, nosso ex-Ministro da Saúde, e ao Senador Cássio Cunha Lima. Essa contribuição dada aqui foi relevante.

Como nosso Presidente da Comissão, Edison Lobão, fez referência, há uma participação interativa de pessoas interessadas em relação ao tema, e eu vou ler uma que veio de São Paulo, do Sr. Guilherme Agreli. Ele é de São Paulo, e imagino que seja médico, porque a linguagem dele é muito adequada:

> O implante por cateter de bioprótese valvar aórtica (Tavi) é uma técnica intervencionista importante para tratar pacientes portadores de estenose aórtica com sintomas e que apresentam alto risco para a cirurgia de troca valvar com parada circulatória.

E o mesmo telespectador ou ouvinte pergunta:

> A não inclusão do procedimento de implante por cateter de bioprótese valvar aórtica (Tavi) no SUS é uma violação do art. 9ª do Estatuto do Idoso, uma vez que não há outro tratamento disponível para idosos portadores de estenose aórtica considerados inoperáveis?

Não menos importante, eu queria ler aqui uma carta que recebi no meu gabinete, por conta das informações desta audiência pública, Presidente, Edison Lobão, caros colegas Senadores.

A carta começa assim, e eu queria agradecer também:

> O meu nome é Cláudia Evangelina Chianca Ferreira de França, sou juíza de Direito do Estado da Paraíba, e, ao tomar conhecimento de que haverá uma reunião de audiência pública para discutir a incorporação do procedimento de implante por cateter de bioprótese de valvar aórtica no Sistema Único de Saúde, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2015, de sua iniciativa, decidi relatar o caso de minha mãe, objetivando, quem sabe, auxiliar, ainda que de maneira incipiente, a luta pela incorporação do procedimento ao sistema de saúde pública, o SUS.
>
> Pois bem, no final do ano de 2013, minha mãe, à época com 78 anos de idade, foi diagnosticada com patologia em sua forma grave, denominada estenose aórtica. Logo, foi-nos informado pelo médico especialista que o tratamento consistia em uma cirurgia cardíaca para substituição da valva aórtica por uma prótese.

> Todavia, em razão da idade avançada e, em decorrência do alto risco cirúrgico, a cirurgia convencional estaria contraindicada. Todas as explicações nos foram dadas de forma pormenorizada, inclusive a possibilidade de morte súbita caso o procedimento não fosse realizado.
> O médico nos informou que existia a possibilidade de substituição da valva por meio de uma nova técnica menos invasiva, que consistia no implante do cateter de bioprótese valvar aórtica (Tavi). Também nos foi informado que nem o SUS nem os planos de saúde disponibilizavam tal cirurgia. Não poderíamos, entretanto, apenas nos resignar e esperar uma morte precoce de nossa mãe, que, apesar de ser uma pessoa idosa, é lúcida e com muita vontade de viver e com boa qualidade de vida.
> A partir daí travamos uma batalha, na esfera administrativa, junto ao plano de saúde do qual minha mãe é usuária, que negou a realização do procedimento. Decidimos então, através do Poder Judiciário, obter uma decisão para compelir a cooperativa de saúde a realizar o procedimento. E tivemos êxito.
> Após uma exaustiva batalha o procedimento foi realizado com sucesso. Após um ano e seis meses, asseguro que minha mãe tem uma boa qualidade de vida, voltou a sentir alegria de viver, ânimo, retornou à vida normal, realizando as atividades de que gostava antes de surgirem os sintomas da doença.

Com esse relato, quero deixar registrada a minha opinião sobre a importância do procedimento para a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas. Em meu modesto entendimento, não é justo nem legal que consideremos o idoso com a patologia de estenose aórtica uma pessoa condenada à morte e aos sofrimentos físicos e psíquicos causados pelos sintomas da doença, razão pela qual, ao tempo em que parabenizo V. Exª pela iniciativa, venho pedir que todos os esforços sejam empreendidos para que o Sistema Único de Saúde e Suplementar disponibilizem o procedimento os idosos que dele necessitem.

Eu queria agradecer à Cláudia de Evangelista Chianca Ferreira de França por essa contribuição tão valiosa porque, mais importante do que um relato, é uma experiência pessoal de um caso concreto que podemos avaliar melhor.

Eu queria também registrar aqui a presença, com muita honra, do Dr. Rogério Sarmento Leite – aí puxando a brasa par ao meu assado. O Prof. Rogério Sarmento Leite é médico do serviço de cardiologia do Hospital Moinhos de Vento, Diretor Técnico do Laboratório de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto de Clínica Médica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Também eu queria agradecer muito, porque tive o privilégio de conhecer aqui hoje, nesta audiência, o Dr. Enio – foi-me anotado aqui, tantos são os papéis que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não é a primeira vez que papéis e documentos desaparecem. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Veja só, de clínica geral, não é? O Dr. Enio Buffolo e a equipe do Hospital de Clínicas são os responsáveis por esta invenção, eu diria, genuinamente verde e amarela.

Então, é honroso para nós, Dr. Enio, que o senhor tenha estado presente nesta audiência pública. E eu acho que tanto quanto nos preocuparmos com a saúde das pessoas idosas que tenham essa patologia, que possam disponibilizar este tipo de tratamento, eu diria, importa reconhecer a contribuição dos pesquisadores e cientistas brasileiros,como o Dr. Buffolo e a sua equipe, que tenham descoberto uma válvula, um cateter, com essa eficiência.

Então eu acho que nós, brasileiros, temos de valorizar um trabalho de muito tempo, de muitos anos, então também nesses aspectos.

E cumprimentar a Patrícia Braile Verdi, que é a diretora da empresa brasileira que fabrica esses equipamentos.

Mas eu não vou me estender, porque...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – ... o Senador Humberto Costa e também o Senador Cássio querem falar. Posteriormente, farei algumas perguntas sobre algumas questões relacionadas ao trabalho.

Muito obrigada e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu, em nome da Comissão, quero dar as boas vindas ao Senador Cássio Cunha Lima, que é Líder da importante Bancada do PSDB no Senado.

Tem a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu serei breve. Na verdade, eu não quero também fazer perguntas. Eu queria apenas registras três questões.

A primeira delas é que eu não consegui ouvir a todos, mas tive a oportunidade de ouvir o Dr. Marcelo Queiroga, o Dr. Denizar Vianna, e tenho absoluta certeza de que os demais também foram em uma linha de apresentação de argumentos importantes, convincentes.

Eu acho que é sempre bom, especialmente porque, muitas vezes, quando fazemos uma audiência, há consequências que passam por resoluções que a Comissão ou que o Senado possa tomar, pela discussão de propostas, de projetos de lei. Diante, então, de uma questão como essa, é sempre muito importante termos o contraditório. Eu acredito que todos os argumentos que foram apresentados são válidos, mas seria importante que nós pudéssemos ter ouvido, também, os que têm uma visão diferente: a Conep, o Ministério da Saúde. Enfim, eu acho que essa é a melhor maneira de construirmos uma opinião, até porque, obviamente, qualquer ministro, qualquer governo, qualquer profissional, gostaria de poder oferecer à população todas as alternativas de tratamento existentes, ainda que pudesse ser uma parcela pequena da população a ser atendida. E, como nós temos um sistema de saúde que, além de universal, busca ser integral, que se possa garantir a todos essa possibilidade. No entanto, infelizmente, às vezes o gestor tem que tomar decisões, fazer opções, enfim, a não ser que nós aqui estivéssemos realmente viabilizando, e o Governo também, os recursos necessários para que o sistema pudesse funcionar adequadamente. Basta compararmos com qualquer país do mesmo nível do Brasil ou mais desenvolvido, que nós temos uma situação de um financiamento limitado, que já vem há muito tempo em termos de recursos da saúde, especialmente de recursos públicos.

E eu reforço isso, inclusive, porque nós, recentemente, tivemos a conclusão de um trabalho por parte de um grupo – que envolveu não somente o Ministério da Saúde, mas uma série de outros órgãos do Governo, órgãos da sociedade, órgãos científicos – que elaborou um relatório que procura, exatamente, estabelecer alguns parâmetros para tornar mais transparentes os processos em que há utilização de próteses e órteses; que procura estabelecer parâmetros também de custo; que procura resolver distorções gravíssimas, como as que ensejaram a própria criação de uma CPI aqui no Senado – uma na Câmara e outra no Senado para tratar do tema das órteses.

Então, ao mesmo tempo em que eu acho que a contribuição de hoje é extremamente importante, sugiro que nós possamos, em um outro momento, trazer uma visão diferente, no sentido de ter, de um lado, talvez mesmo alguns ou todos dos que estão aqui, mas também ouvirmos um pouco a questão da Conep, por exemplo. Eu tenho uma visão extremamente crítica sobre a Conep, especialmente nessa vinculação dela ao Conselho Nacional de Saúde. Mas aqui foi dito, inclusive, que o estudo que ensejou essa portaria partiu da convocação de técnicos, também, que devem ter a sua qualificação para opinar sobre esse assunto.

Então a minha sugestão seria esta, que pudéssemos ter essa discussão, porque, sem dúvida, daqui a pouco, nós vamos estar discutindo um projeto de lei, ou uma proposta, ou uma recomendação, ou alguma coisa assim.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço muito a manifestação do Senador Humberto Costa. Eu até deveria ter, antes de começar a falar, abordado...

Quando terminou a exposição de cada um dos nossos ilustres convidados, eu exatamente pensei na necessidade de que tivéssemos aqui um representante do Ministério da Saúde, da área específica desse setor, exatamente para estabelecer isto: quais as dificuldades; qual é a realidade que vive o SUS, do ponto de vista do financiamento; quais são as objeções. Assim, publicamente aqui, com as pessoas acompanhando, teríamos isso.

O Senador Humberto Costa, que aliás foi o Relator da CPI, no Senado Federal, das órteses e próteses, está muito habilitado nessa matéria. E eu vou propor – imagino com o apoio do Senador Humberto e do Senador Cássio – que a gente faça uma segunda discussão do mesmo tema, trazendo não necessariamente todos os senhores, porque eu vejo que o Dr. Marcelo não é só um apaixonado pelo tema, mas ele fala como se o Tavi fosse um filho dileto, amado. Então, viriam o Dr. Marcelo – ou quem os senhores indicarem – e um representante do Ministério da Saúde, ou dois, para fazer esse embate.

A partir daí, tomaremos as iniciativas legislativas necessárias nesse encaminhamento e completaríamos a responsabilidade que temos em relação a esta matéria. Mas, de qualquer maneira, louvo de novo o que foi trazido aqui como contribuição – no meu caso, que sou uma leiga –, do que eu aprendi hoje. Então, a presença de tantos especialistas aqui na área da cardiologia também é um sinal.

Agradeço, Senador Humberto Costa, porque eu tinha constatado a necessidade. Em todas as audiências feitas nessa área, trazemos o Ministério da Saúde, a Anvisa – porque às vezes a queixa é de que a Anvisa demora para liberar em relação à Conep, ou o Ministério da Saúde e o Conitec,o órgão técnico que faz avaliações também.

Acolher, com muita atenção, essa proposição do Senador Humberto Costa, que é cheia de razão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Senador Humberto, com muito boa razão, faz observações que, a rigor, deveremos considerar sempre que há convocação de autoridades e de especialistas, cientistas, para falar a esta Comissão, com excelentes resultados sempre.

Todavia, os requerimentos de convocação, de convite, são sempre votados pelo Plenário desta Comissão. E é o que aconteceu em relação ao presente caso, mas entendo que o Senador Humberto Costa está assistido com muito boa razão, e deveremos realmente, pelo menos daqui para frente, tomar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Este cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... esta iniciativa e este cuidado.

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, eu me permito saudar a todos que compõem a Mesa na pessoa do Dr. Marcelo Queiroga, meu conterrâneo, médico que, com entusiasmo, vibração, muito denodo e empenho, junto com tantos outros profissionais da área de saúde, tem debatido o tema que hoje nos reúne nesta Comissão. E, ao saudar o Dr. Marcelo, estendo os cumprimentos a todos os demais componentes da Mesa.

Recebi, Senadora Ana Amélia, também a carta da Drª Cláudia Chianca, que foi lida por V. Exª. E a contribuição que posso trazer neste instante é a informação e o pedido – inclusive que fique registrado nos anais da Comissão – do Requerimento nº 65, por mim formulado ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, em que realizei basicamente duas indagações.

A primeira: qual é a resposta do Ministério da Saúde ao recurso que a Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista interpôs contra a decisão do Conitec de negar o pleito de incorporação do Tavi no SUS.

E a segunda indagação no requerimento já citado: o recurso da Sociedade Brasileira questiona as projeções do parecerista do Conitec sobre os gastos decorrentes da incorporação do Tavi no SUS, por discordar das estimativas feitas pelo Conitec quanto ao custo unitário do Tavi e quanto ao número de pacientes que poderão utilizar o procedimento. Consequentemente, tal discordância repercute no impacto da incorporação do orçamento do SUS. Quais são as estimativas corretas?

Fiz a indagação, recebi a resposta do Sr. Ministro – que também peço seja incorporada aos anais desta reunião especial, desta audiência pública –, e os argumentos trazidos contrariam as informações levantadas pela Sociedade Brasileira de Cardiologia.

E peço, também, a consignação nos anais desta audiência pública do memorial que me foi encaminhado pela mesma Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, que traz o seu arrazoado para que, a partir daí, nós possamos ter, de acordo com a preocupação do Senador Humberto Costa, os dois lados dessa moeda. De um lado, a sociedade reivindicando a incorporação de uma nova prestação de serviço no SUS, a partir da academia, da Sociedade Brasileira, dos pacientes, dos que já perderam entes queridos pela impossibilidade do procedimento invasivo. E, por outro lado, o Governo trazendo informações que contradizem todos os levantamentos feitos até aqui.

Portanto, é preciso colocar luz sobre os pontos em conflito, para que as decisões sejam tomadas. Daí porque faço o registro das correspondências que foram encaminhadas, para que o debate prossiga e tenhamos o definitivo esclarecimento da questão, no momento em que o Senado Federal, através do Presidente Renan Calheiros, apresenta aquilo foi intitulado de Agenda Brasil. E, na Agenda Brasil, composta de aproximadamente 30 itens, um causará extrema polêmica e profunda discussão: uma nova forma de financiar o SUS. A proposta, em linhas gerais, seria, a partir de determinada faixa de renda, pelo que pude depreender, o pagamento por serviços realizados no Sistema Único de Saúde.

Então, foi lançado pelo Senador Renan Calheiros esse debate, que não será um debate fácil. Seguramente teremos aí uma discussão muito acalorada, inclusive sobre os aspectos da constitucionalidade da cobrança por procedimentos realizados no Sistema Único de Saúde, que é um sistema ousado, opção do Constituinte de 88. Estávamos lá na Assembleia Nacional Constituinte, Senador Lobão, e o Brasil optou, sem dúvida, por um sistema extremamente arrojado, ousado. Talvez sejamos o único país do mundo, com a população do tamanho da nossa, que tenha um sistema universal de atendimento e assistência em saúde, como é o SUS, que carece, naturalmente, de financiamento, que padece de problemas aqui já lembrados – de desvios, de corrupção – e necessita, naturalmente, de aprimoramento e gestão, sem falar no tema da humanização como um todo dos atendimentos no Brasil.

O SUS tem esses três, quatro, grandes desafios, fora outros, naturalmente, mas há o financiamento, a humanização, a gestão e, naturalmente, o combate a fraudes e corrupção, uma mazela nacional que impacta, naturalmente, na prestação do serviço realizado para a população. Mas foi lançado esse tema, o debate será

feito e, seguramente, será um debate muito acalorado, porque muda um paradigma previsto na Constituição e que vai, com certeza, trazer vários pontos de vista sobre o tema.

Portanto, não quero me prolongar. Fica o pedido da consignação, nos anais desta audiência pública, dos documentos e a felicitação a todos os senhores pela luta, e o meu abraço, em particular ao Dr. Marcelo Queiroga, com a manifestação expressa da minha admiração e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a contribuição valiosa do Senador Cássio Cunha Lima.

Mais uma vez, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ainda bem que o Dr. Marcelo falou no 7 a 0, e não falou no que aconteceu na tragédia de Porto Alegre. Então, eu fico mais aliviada, fico mais aliviada do drama e do trauma.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não falou porque não sabia qual era o seu time. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O pessoal da Paraíba é muito inteligente, é muito inteligente. Muito sensível, muito sensível.

Mas, Dr. Fábio, em uma das lâminas que apresentou aí, o senhor apresentou, se não me engano, três válvulas, três tipos de válvula.

Uma delas é a Inovare e mais uma outra com outro nome, que eu não anotei, mas são três.

Quais são as diferenças entre esses três sistemas e esses três produtos em relação à necessidade, no caso específico, dessas patologias cardíacas para as pessoas idosas?

O SR. FÁBIO SÂNDOLI DE BRITO JÚNIOR – Senadora, essa pergunta é excelente. Ela me permite e me dá a oportunidade de esclarecer esse ponto que é muito importante.

Essas próteses têm características individuais que eu não vou detalhar aqui, mas duas delas – apenas a título de ilustração, a Inovare, brasileira, e uma chamada Sapien – são expandidas por uma balão, como o Prof. Marin ilustrou na apresentação dele. É um balãozinho que é insuflado, e a prótese fica posicionada na válvula aórtica. A outra é um sistema completamente diferente, é um sistema autoexpansivo, que não depende de balão para ser implantado. E o médico, em geral, escolhe o tipo da prótese de acordo com algumas características anatômicas do paciente, que podem favorecer a obtenção de melhores resultados, dependendo da característica anatômica. Então, o modelo da prótese é, em geral, escolhido dessa forma.

A prótese autoexpansível, a CoreValve, não depende do balão que eu mencionei e foi a primeira prótese disponível no nosso País, em janeiro de 2008. Então, ela já tem sete anos e meio de utilização no nosso País. Por isso, ela tem um número maior de procedimentos realizados.

Quanto às outras próteses, que são expansíveis por balão – as duas, a Sapien e a Inovare –, foram incorporadas e aprovadas pela Anvisa no final de 2011. Então, elas têm menor tempo de utilização no nosso País. Especificamente a Inovare, a prótese brasileira e que tem representantes aqui hoje, é uma prótese que, até este momento, se encontra aprovada pela Anvisa apenas para um uso, para um acesso que ainda demanda uma incisão, uma pequena cirurgia no tórax para a exposição da ponta do coração, quando o método preferencial, vamos dizer assim, para o implante dessas próteses é o método ainda menos invasivo, apenas por punção, sem incisões.

É lógico que é louvável essa iniciativa nacional do desenvolvimento desse dispositivo, e acreditamos que, no futuro próximo, nós vamos ter esse dispositivo nacional também viabilizado para o implante, assim como os outros dispositivos, pelo acesso transfemural, que é esse apenas por cateteres e por punção.

Então, a menor representatividade dessa prótese nacional no registro brasileiro se deve ainda a essa limitação da forma de emprego dessa prótese, mas nós imaginamos que, no futuro próximo, ela vai ter, aí, bastante representatividade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – As duas primeiras são estrangeiras, são patentes estrangeiras?

O SR. FÁBIO SÂNDOLI DE BRITO JÚNIOR – São estrangeiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Os preços, de cada uma delas, são equivalentes?

O SR. FÁBIO SÂNDOLI DE BRITO JÚNIOR – Até onde eu sei, Senadora, o preço desses dispositivos no mercado é muito semelhante. Não há grandes diferenças de preço entre esses três dispositivos oferecidos no mercado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim.

Presidente, eu queria só perguntar ao Dr. Marcelo – de novo o leigo, não é?: Tavi é um sistema ou é o cateter, a válvula que tem ser feita?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tavi é o nome do tratamento, Senadora: Transcateter Aortic Valve Implantation. Se nós pegássemos a sigla e traduzíssemos para o Português ia ficar ITVA. Iam achar que é um novo imposto, não é? (*Risos.*)

Então, deixamos o nome em Inglês: Tavi.

Há outro aspecto que eu queria realçar: apesar de aqui estar "incorporação do Tavi no SUS", o Tavi já é realizado no SUS. Vários hospitais públicos já realizam esse procedimento. Aqui não é o caso de Conep. Não é mais pesquisa clínica. É um tratamento já consolidado e inconteste.

Então, se ele é realizado pelo SUS, ele é realizado a que título? A que título? Se é pelo SUS, tem que atender aos princípios de acesso universal e igualitário, porque não é pesquisa clínica.

Então, isto é um ponto: é preciso que a população brasileira saiba como esses hospitais públicos que realizam esse procedimento podem fazer isso lá, porque, senão, fica como aquele poema de Manuel Bandeira: "Vou-me embora pra Pasárgada", porque "lá sou amigo do rei". Então, será que só o amigo do rei vai poder fazer o procedimento?

Por isso, é necessária uma política pública, e a norma constitucional de acesso à saúde é uma norma programática. Não é possível que toda vez que haja um tratamento a ser incorporado seja preciso que uma Senadora destemida como a senhora apresente uma lei, como foi o caso da terapia oral anticâncer. Isso, para os usuários da saúde suplementar terem acesso a uma terapia consagrada. Por quê? Porque há um fastio, há uma inapetência das autoridades públicas para realizarem uma regulação com um mínimo de discricionariedade técnica de qualidade.

Então, eu acho que, no sistema de saúde do Brasil, houve avanços importantes, como, por exemplo a Conitec, que considero um avanço. A Conitec ainda é jovem. Ela foi instituída em 2011. Então, acredito que essas análises vão ser aperfeiçoadas, vão ser melhoradas, e a gente vai ter a Conitec, no futuro, com a credibilidade igual a do Nice (The National Institute for Health and Care Excellence).

Essa tecnologia já foi incorporada nos mais importantes sistemas de saúde do mundo. Será que o sistema americano vai incorporar um tratamento perigoso? Claro que não.

Esse tratamento está registrado como uma prioridade legal, porque o Estatuto do Idoso, de uma maneira clara, diz: "É dever do Poder Público fornecer órteses, próteses e medicamentos de uso continuado". Ora, se o tratamento já foi aprovado por quem de direito, que é o Conselho Federal de Medicina; as próteses já foram aprovadas por quem de direito, que é a Anvisa...

Esse relatório da Conitec é muito curioso, porque chega um momento em que ele diz que a Anvisa não faz uma análise exaustiva dos dispositivos.

Bom, eu penso que a Anvisa faz avaliações adequadas. O relatório diz que não. Então, se a Anvisa já aprovou...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Se não faz, deveria fazê-lo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Deveria fazer.

Então, o que falta aqui é a questão do reembolso obrigatório, que, no caso, não é só no SUS. É na saúde suplementar também, que se rege por uma legislação diferente. A lei dos planos de saúde diz que aquelas doenças que estão incluídas na classificação internacional de doenças devem ter os tratamentos e os procedimentos culminados a essas patologias nos róis de cobertura obrigatória. A lei não ia descer na minúcia: "Vai incorporar o Tavi, vai incorporar um remédio anticâncer..." Claro que não.

Então, é preciso que essa regulação seja feita observando-se critérios técnicos mais rigorosos, senão teremos projeções como aquela de 12.571 procedimentos para levar a um impacto de quase R$1 bilhão. É a chamada verdadeira "pauta-bomba". Apesar de o coração ser um bomba, isso não é uma "pauta-bomba".

E, quando V. Exª fala que eu me refiro a esse tratamento com entusiasmo, quase como se fosse um filho, eu gostaria de rememorar o pai do Senador Cássio Cunha Lima, que seguramente diria que estamos aqui de peito aberto para pedir por aqueles que não podem abrir o peito, que são os nossos idosos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu quero não ir para Pasárgada, mas ir embora para a Paraíba, para aprender a falar bonito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu pergunto à Senadora Amélia se a autora do requerimento desta audiência pública está de acordo em que possamos, neste momento, conceder a palavra, por três a cinco minutos, ao Dr. Enio Buffolo, que é professor da Universidade do Estado de São Paulo, para que também disserte sobre essa matéria. Ele não havia sido originariamente convidado para esta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente Edison Lobão, em respeito à relevância e ao papel do Dr. Enio Buffolo – um professor, um mestre da pesquisa – e à sua equipe, é necessário que nós o ouçamos, até como homenagem a esse esforçado, competente e dedicado médico, que tem um compromisso

com a saúde das pessoas, a saúde dos brasileiros. Será uma grande alegria poder ouvi-lo, e agradeço a V. Exª pela abertura desse espaço de cinco minutos para que ele fale também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Prof. Enio.

O SR. ENIO BUFFOLO – Bom dia a todos.

Senador Edison Lobão, Senadora Ana Amélia, Senador Cássio Cunha Lima, eu estou aqui como representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardíaca, na pessoa do Dr. Marcelo Cascudo. Eu estou aqui como médico, como um médico que participou do nascimento desse processo. Eu estava na Alemanha, em 2008, quando comecei a ver o desenvolvimento dessas próteses e achei que nós devíamos trazer essa tecnologia para o Brasil.

Participei dessa evolução.

Hoje, eu me coloco aqui como aquele médico que está na linha de frente, vê um doente que precisa de um procedimento, e ele não tem acesso. Quer dizer, uma discussão como esta se faz num clima totalmente diferente do nosso clima de dia a dia. O nosso clima de dia a dia é saber que existe tratamento para um doente, e ele não pode ter acesso. Eu teria inúmeros depoimentos, como essa carta que a Senadora Ana Amélia recebeu.

E é este o motivo da minha vinda aqui: prestar a minha contribuição sobre a importância que isso representa. Isso é uma das grandes conquistas da Cardiologia dos últimos anos, e é frustrante ir a congresso em que 30% das apresentações são referentes a esse tema – você está a par, há uma plêiade de cardiologistas capazes de oferecer esse tratamento – e sentir-se impotente para fazer isso, tanto na saúde pública como na saúde suplementar.

Nós temos vivido esse ambiente misto de agradecimento e frustração: agradecimento dos doentes em que conseguimos fazer e frustração pelo que nós não pudemos oferecer.

A minha função aqui não é decidir a política de saúde a ser tomada. Existem pessoas competentes para isso. A minha função aqui é informar os senhores responsáveis pela saúde do clima que nós estamos vivendo. É um clima de frustração. A cirurgia cinco estrelas, por correção de estenose aórtica, é um tratamento cirúrgico, mas existem doentes que não podem ser submetidos a isso. O risco é muito alto. Então, é para esses doentes, que são os mais frágeis, que esse tratamento se destina.

Eu estou ao lado, aqui, de duas pessoas que têm, talvez, a maior experiência com esse procedimento em toda a América Latina. Eles têm mais de 400 casos feitos não só no Brasil como em vários países da América Latina. Eu gostaria que o Dr. Diego – que é o chefe da disciplina de Cirurgia Cardíaca da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo – dissesse em dois minutos o que está acontecendo na prática médica.

O SR. DIEGO FELIPE GAIA DOS SANTOS – Srs. Senadores, com licença.

Bom dia. Obrigado, Prof. Enio Buffolo. O professor foi meu orientador desde que eu era aluno na universidade.

Na verdade, eu queria dar um depoimento sobre o desenvolvimento da válvula nacional. Ela é fruto de um tripé muito feliz, que juntou o financiamento público com a Fapesp, com a Finep, a universidade, a parceria com a Braile Biomédica, com a iniciativa privada, o que permitiu que nós desenvolvêssemos uma válvula totalmente nacional.

Começando lá em 2007, com pesquisa experimental, isso passou por todas as fases regulatórias, e, durante todo esse período de aprovação, 110 pacientes do SUS puderam beneficiar-se e ser tratados, doentes que estariam mortos hoje se não tivessem sido submetidos a uma técnica como essa.

E isso gerou uma série de dividendos para todos esses parceiros: teses de pesquisas, nove prêmios internacionais, prêmios Saúde Abril, Saúde Prêmio Abimo, Prêmio Finep de Inovação, e uma série de outros prêmios. Então, isso gerou ciência, isso gerou publicação internacional, gerou visibilidade científica para sociedades desenvolvidas, gerou benefício para esses doentes, e isso precisa continuar. A gente não pode parar de gerar todo esse conhecimento e todo esse benefício social dentro desse cenário.

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO FELIPE GAIA DOS SANTOS – E essa era uma contribuição só dentro do nosso País, mas permitiu-se a exportação dessa válvula. Acho que o Prof. Honório pode comentar também toda a experiência, porque hoje já passam de 400 implantes com a válvula nacional. Não estão contemplados no registro ainda, mas mais de 400 doentes já receberam implante com a válvula nacional; ou seja, perto desses números, metade da experiência nacional ou um terço é com a válvula Inovare, já no País.

Se o Prof. Honório puder complementar...

O SR. JOSÉ HONÓRIO PALMA – Só vou complementar, mostrando um pouco a experiência que nós tivemos com a implantação de uma tecnologia, 20 anos atrás, dos stents de aorta, que foi uma coisa semelhante

ao que nós estamos discutindo agora. A implantação dessa nova tecnologia, também nessa mesma esteira de desenvolvimento, com a parceria da indústria nacional e universidade, gerou um procedimento semelhante a esse, muito menos agressivo para o doente, muito menos invasivo para o doente, trazendo-lhe um benefício real, que foi essa incorporação, no SUS, naquela época, de uma tecnologia menos agressiva. O processo está sendo muito parecido.

E o que eu vejo hoje?

Estamos discutindo gastos com internação, gastos da prótese, o preço dessa prótese. E o que vimos, no desenvolvimento dos stents de aorta – que é uma tecnologia, como eu coloquei, semelhante a essa – é que o doente fica muito menos tempo internado. Então, por exemplo, nessa semana, nós fizemos um stent de aorta num senhorzinho de 87 anos e demos alta a ele no segundo dia de internação. É o que nós pretendemos com essa nova tecnologia para a válvula aórtica.

Então, há o benefício para o doente, e isso ficou claro nas apresentações aqui. O que a gente quer é realmente o benefício do doente, é claro, com a incorporação dessas novas tecnologias.

A gente brinca com o residente na universidade que esses pacientes idosos aguentam somente um pouco mais do que uma injeção na veia. E, na realidade, é isso que a gente está tentando trazer com essas novas tecnologias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quero agradecer a presença do Dr. José Antônio Marin Neto; do Dr. Fábio Sândoli; do Dr. Marcelo Antônio Cartaxo; do Dr. Denizar Vianna; além da presença do Dr. Enio Buffolo e dos seus colegas que se encontram aqui.

Nós, hoje, Srªs e Srs. Senadores, inovamos, permitindo que não convidados especificamente, mas igualmente cientistas, falassem a esta Comissão. Esta Comissão tem o dever e a prerrogativa de ouvir cientistas em várias atividades e especialidades que dizem respeito ao interesse fundamental e precípuo da sociedade brasileira. Entendo que já temos uma Medicina avançada em nosso País.

Aqui, foram mencionados alguns hospitais, eu diria, de excelência em nosso País, como, por exemplo, o Einstein, o Sírio-Libanês, o InCor e tantos hospitais espalhados por todas as latitudes de nosso País. E, lamentavelmente, o Poder Público nem sempre os assiste por deliberação própria, ou por não conseguir financeiramente fazer iniciativas dessa natureza.

Estive nos Estados Unidos algumas vezes, cuidando da minha própria saúde. E, numa dessas ocasiões, fui acompanhado por um grande professor brasileiro, o Sr. Paulo Pontes, que é otorrinolaringologista. Naquela ocasião, fomos a um instituto de pesquisas nos Estados Unidos, e o diretor desse instituto nos dizia – num edifício grande, em que só se faziam pesquisas – que, no dia anterior, ele havia recebido um cheque de uma empresa privada dos Estados Unidos, como colaboração ao instituto, e o cheque fora de U$50 milhões!

Aquilo é comum nos Estados Unidos. Desafortunadamente, não é assim no Brasil – e deveria sê-lo! Nós já temos grandes empresas. Aqui se diz que o Brasil é a oitava economia do mundo; na verdade já é a sétima. E como é que os nossos empresários, que geram esse crescimento brasileiro, pelo menos em grande escala, não realizam esse tipo de procedimento?

Devo dizer que o Einstein é protegido por iniciativas dessa natureza, mas nem todos os hospitais, nem todos os cientistas que são bons, de excelente qualidade no Brasil – e aqui estamos diante de alguns desses cientistas – recebem esses estímulos para que prossigam nas suas pesquisas.

Eu fui Constituinte de 1988. E ali nós introduzimos, no trabalho que fazíamos, um dispositivo, que é o art. 196, que dizia o seguinte: "A saúde é direito de todos e dever do Estado [...]." Ora, se a saúde é dever do Estado e é direito de todos, é claro que o SUS, que cuida da saúde brasileira, do ponto de vista oficial, deveria, sim, incorporar técnicas como essas que são concebidas por brasileiros, ou são desenvolvidas e aperfeiçoadas por brasileiros. Estou inteiramente de acordo com o Dr. Cartaxo, quando diz isso e defende isso para o Brasil.

E esta Comissão, que tem deveres também, representando o Congresso Nacional, o Senado da República, estará ao lado dos senhores que defendem essas posições também.

De modo que agradeço a presença dos senhores e a iniciativa da Senadora Ana Amélia, aprovada pelos Senadores desta Comissão nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª. Renovo os agradecimentos na conclusão desta nossa audiência pública, mas agradeço especialmente a presença do Prof. Enio Buffolo, pelo significado do trabalho dele nesse tema que estamos tratando, e a de todos que trabalharam nisso: a empresa produtora, os pesquisadores, os cardiologista brasileiros que estão trabalhando para dar melhor qualidade de vida à população.

Então, o nosso dever de casa... Já falei com o Senador Humberto Costa para fazermos uma segunda audiência pública com um representante do Ministério da Saúde, ou com a Conitec mesmo, para realizar essa contraposição. E, a partir disso, elaborarmos iniciativa legislativa para darmos a garantia do respeito ao Esta-

tuto do Idoso, porque a maior parte dos pacientes são pessoas de mais idade, com essas patologias cardíacas. Então, esse é o compromisso que fica como conclusão desta audiência pública.

Eu renovo o agradecimento e digo, Senador Edison Lobão, exatamente sobre o exemplo de que V. Exª falou, das grandes instituições dos Estados Unidos e também das da Europa, mas mais das dos Estados Unidos, como da Universidade de Harvard, ou de outras instituições na área de Medicina: pessoas que saíram desses centros de estudo acadêmico, científico e, digamos, que tenham tido um grande sucesso na vida como empreendedores, acabam tornando-se doadores, pessoas físicas ou mesmo pessoas jurídicas, a essas instituições.

Então, com base nessa experiência ou nesses modelos, e sabendo, especialmente na área de saúde, do quanto nós temos, eu fiz um projeto de lei para assegurar essas doações. Para evitar que o dinheiro vá para o caixa único, o que é costume,que ele tenha destinação específica e eventualmente algum benefício fiscal, no caso de Imposto de Renda, em função do mérito que é essa doação.

Então, estou trabalhando nisso, e espero que V. Exª também me ajude, para que a gente aprove uma iniciativa dessa natureza. Isso poderá ajudar instituições que podem ser... No projeto, fala-se em instituições públicas e particulares; quer dizer, uma Escola Paulista de Medicina, ou um InCor, no Rio Grande do Sul, ou um Einstein, ou qualquer outra instituição, ou um Hospital de Barretos, ou a Santa Casa de Porto Alegre, ou o Hospital Moinhos de Vento, ou o Hospital Mãe de Deus, o Ernesto Dornelles, para que todos possam ser beneficiados com esse tipo de doação.

As pessoas sabem, em algum momento da vida... V. Exª lembrou e foi muito bem tratado. É uma homenagem também àquelas pessoas que ali estão, desde o mais modesto servidor até o mais graduado especialista na área da Medicina.

Então, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª menciona a Universidade de Harvard. Um episódio recente e curioso que relato aqui foi o de um estudante de Harvard que, saindo dali devidamente qualificado, tornou-se um empresário bem-sucedido. Gosta muito de vinho e constituiu uma grande adega na sua mansão.

Tempos depois – e isso é coisa recente –, ele leiloou a adega inteira, recolheu milhões de dólares e mandou à Harvard como uma como uma doação, em contrapartida àquilo que Harvard lhe havia dado.

Que coisa bonita isso!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quantas pessoas pelo mundo deveriam fazer isto: tirar um pouco do muito que têm para premiar aqueles que pouco têm?

E eu não quero repetir aqui o Dr. Queiroga, que faz muito esse malabarismo, no bom sentido, com as expressões semânticas. (*Risos.*)

Mas agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos, do dia 19 de agosto de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Rose de Freitas, e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2007 - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Maria do Carmo Alves, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2010 - Não Terminativo - Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Roberto Rocha. ITEM 3 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Wilder Mo-

rais. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. Resultado: Lido o novo Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015 – Complementar - Não Terminativo - Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015 - Complementar, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015 – Complementar, com a Emenda no 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Dalirio Beber. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2011 - Terminativo - Autoria: Deputado Edson Ezequiel. Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012 - Terminativo - Autoria: Deputado Zenaldo Coutinho. Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em turno único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2005 - Terminativo - Autoria: Senador Magno Malta. Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005. Resultado: Aprovado Parecer pela Declaração de Prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Dário Berger. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015; das Emendas nºs 3 e 4-CMA; da Emenda nº 6-CMA com a Subemenda que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, de prazo regimental, e da Emenda nº 5-CMA. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. EXTRAPAUTA. ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, de 2015 - Autoria: Senador Romário e outros. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil" a ser realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Françoise Molenat; 2. Dra. Maria Regina Maluf; 3. Dr. Gilles Cambonie; 4. Dr. Luiz Antônio Correa. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o "PLS 8/2014 – modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva." Para tanto gostaríamos que fossem convidados as seguintes autoridades: a) Presidente da Central Única dos

Trabalhadores – CUT; b) Presidente da Nova Central; c) Presidente da Força Sindical; d) Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; e) Paulo Sergio de Almeida – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; f) Representante da Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Marcelo Crivella, as Senadoras Angela Portela, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Item nº 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permitir, claro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mediante a orientação de V. Exª, como os Relatores, parece-me, não estão presentes, pelo menos o do item nº 1, que é de minha autoria, e o Senador Marcelo Crivella é o Relator, é um projeto que é consenso e não é terminativo, eu pergunto a V. Exª se não daria para começar pelos requerimentos, até que mais Senadores chegassem, claro, dependendo da orientação de V. Exª. O que V. Exª decidir, este humilde Senador está aqui para cumprir. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador. V. Exª sempre sábio. Pode apresentar o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou apresentar o requerimento. É o requerimento assinado pelo Romário e também de minha autoria, que é, na verdade, uma iniciativa do próprio Senado da República, que é a nossa Primeira Infância, algo que realizamos todos os anos. E eu passo à leitura do requerimento de forma bem rápida.

Requeiro, nos termos do art. 58, da nossa Constituição, e baseado no Regimento da Casa, a realização de audiência pública e conjunta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (onde já foi aprovado), na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e na Comissão de Direitos Humanos (onde também já aprovamos).

Queremos também que haja a participação da Comissão de Assuntos Sociais. Seria uma iniciativa das três comissões, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil", a ser realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10 horas. Nós podemos combinar que espaço utilizaremos. Para mim é indiferente: aqui, na Comissão de Educação ou na de Direitos Humanos.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados, mediante iniciativa dos profissionais da Casa que cuidam do tema: Drª Françoise Molenat; Drª Maria Regina Maluf; Dr. Gilles Cambonie; Dr. Luiz Antônio Correa.

O evento está inserido na VIII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal, a ser realizada de 20 a 22 de outubro. Já nesta quinta-feira, nós teremos a abertura, no plenário do Senado, desse tema, com uma homenagem aos 60 anos da Apae. Isso eu estou colocando à parte. Nós entramos com o requerimento, o Presidente Renan concordou, e abriremos esta semana também com a valorização da nossa Apae, com o mesmo objetivo que este requerimento.

Esse era o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O requerimento originariamente foi apresentado pelo Senador Romário. Todavia, é, por igual, subscrito por V. Exª. Nessas condições, eu o coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, há mais um requerimento. V. Exª já o colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O anterior sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está certo. Eu fui atender a assessora aqui ao lado e não dei a atenção devida ao processo.

Mas, votado o primeiro, Sr. Presidente, o segundo requerimento: com fundamento no disposto no art. 93 do Regimento da Casa, solicitamos audiência nesta Comissão para instruir o PLS 8/2014.

É aquele projeto, Sr. Presidente, em que há uma certa polêmica. Na última reunião aqui realizada sobre o tema, eu mesmo propus – de fato, é um tema delicado – que poderá, claro, mediante acordo e entendimento, permitir que o almoço dos trabalhadores seja reduzido – mediante acordo, estou respeitando o encaminhamento da última reunião – para 15 minutos. Eu achei interessante ouvir também os representantes dos trabalhadores. Foi o encaminhamento a que chegamos naquele dia, e eu fiquei de apresentar o requerimento. Portanto, para ouvir agora os trabalhadores, eu convidaria: o Presidente da CUT; o Presidente da Nova Central; o Presidente da Força Sindical; o Presidente do Sinait; o representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e o representante da Associação Nacional de Medicina do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paim, essa matéria já foi cuidada, examinada, e já houve uma audiência pública por solicitação de V. Exª. O que agora se propõe é um adendo, uma ampliação, algo mais, que está compatível com o Regimento da Casa.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o novo requerimento do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O item nº 1 é de autoria do Senador Paulo Paim e tem como Relator o Senador Marcelo Crivella, que não se encontra presente. Portanto, peço à Senadora Maria do Carmo Alves que leia o parecer do Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª me permite dizer, hoje, quando cheguei aqui, dei bom dia a S. Exª, que fez um belo relatório para mim ontem. Eu disse: "Bom dia, minha relatora preferida!".

Veja, de novo, V. Exª vai relatar um projeto meu.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª foi apenas redundante. Ela sempre pronuncia belos relatórios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só para descontrair, e a Ângela Portela disse: "Mas essa frase você já disse para mim também." (*Risos.*)

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, do Senador Paulo Paim, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências.

Sr. Presidente, vou-me ater à análise do projeto.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a matéria – proteção à saúde – conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta de combater o consumo de gordura trans é meritória. Tal substância é, hoje, reconhecidamente prejudicial à saúde. O principal efeito adverso do consumo excessivo dessa gordura é a redução do chamado colesterol "bom" e o aumento do colesterol "ruim". Essas alterações têm por consequência o incremento do risco de se desenvolverem doenças cardiovasculares, tais como infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral.

Conforme salientado pelo autor, na justificação do projeto, a gordura trans pode ser obtida industrialmente por meio da hidrogenação de ácidos graxos cis, sendo conhecida como gordura hidrogenada. No entanto, ela também existe na forma natural, principalmente em alimentos de origem animal, a exemplo da carne e do leite. Em pequenas quantidades, a gordura trans pode ser consumida, ainda que não seja considerada benéfica à saúde.

Em função dos malefícios associados ao consumo excessivo da gordura trans, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, através da Resolução RDC nº 360, de 2003, que os rótulos dos alimentos informem a presença da gordura em sua composição. A medida passou a ter eficácia no início deste ano, quando se extinguiu o prazo de carência concedido pela agência às indústrias de alimentos.

Atualmente, com a maior divulgação dos problemas relacionados ao consumo desse tipo de gordura, um número crescente de alimentos passou a ser fabricado sem ela. A tendência é que os fabricantes adotem estratégias para reduzir o uso da substância, ainda que não seja possível eliminá-la completamente de alguns produtos nos dias atuais.

Com efeito, a gordura trans é o vilão "da vez" no que diz respeito à dieta, juntamente com o glúten. Vale lembrar, contudo, que não há como classificar, de modo rígido, os alimentos habitualmente consumidos pela população em "saudáveis" ou "nocivos". Cada um tem características peculiares que o tornam mais ou menos importante para o equilíbrio nutricional do indivíduo. O exagero ou a falta de consumo de determinados grupos alimentares é que, via de regra, traz prejuízos à saúde.

Por esse motivo e para tornar a proposição mais factível e menos onerosa para o setor produtivo brasileiro, acatamos sugestões recebidas no âmbito desta Casa durante quase uma década de tramitação da proposição. Nesse sentido, o novo texto propõe a redução gradual dos teores de gordura trans nos produtos alimentícios, com limites a serem definidos pela autoridade sanitária federal em função do tipo de alimento.

Além disso, no tocante à técnica legislativa, vale sugerir alguns ajustes na redação da proposição em análise: melhorar a redação da ementa, corrigir a revogação não intencional de definições constantes do Decreto-Lei nº 986, de 1969, e introduzir os comandos da lei em dispositivos mais adequados, quais sejam, artigo e parágrafos. Desse modo, a fim de sanar os problemas acima apontados, oferecemos substitutivo ao texto original.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, na forma do seguinte Substitutivo:

"Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para restringir o teor de gordura trans nos produtos alimentícios."

E vem uma série de artigos. Os Senadores estão com o projeto em mão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só para ilustrar o relatório feito pelo Senador Marcelo Crivella, esse é um tema que eu venho discutindo com setores ligados à produção de alimentos há quatro, cinco anos, e eles sempre me diziam que entendiam correta a iniciativa, mas precisariam de um período de transição. Eu confesso que sempre fui muito – o termo é correto, Presidente? – inflexível, muito duro, não concordando muito com aquela transição. Mas o Senador Marcelo Crivella, que é mais flexível e mais diplomata do que eu, acabou construindo o substitutivo que vai nessa linha.

Eu entendi também que procede, por isso estou concordando com o substitutivo na íntegra. Ele passa para as autoridades sanitárias essa avaliação. E aí vão medindo os componentes, o teor, e qual é a forma de chegarmos, um dia, a eliminarmos totalmente a gordura trans. Os próprios empresários do setor entendem, só que eles acham que não pode ser do dia para a noite.

Por isso, eu me rendo, homenageando o Senador Crivella, que teve a sensibilidade de construir esse substitutivo, que vai na linha, eu acho, do momento da razoabilidade e contemplando as mais variadas visões sobre o tema.

No mais, cumprimento a minha querida Relatora, mais uma vez, que apresentou aqui o relatório.

Quero só dizer que esse relatório é um entendimento feito com os setores ligados ao Governo e a outros setores e vai ainda para outra Comissão, que vai aprofundar ainda mais o debate.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discutir o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, encerro a discussão e ponho em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de lei do Senado nº 181, na forma da Emenda nº 1 desta Comissão, que transforma num substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em caráter terminativo.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2007
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.
- Votação simbólica.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, permita que eu agradeça ao Senador Crivella e também à Relatora *ad hoc*, Senadora Maria do Carmo.

Muito obrigado a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O item 2, que tem como autor o Senador Sérgio Zambiasi, é relatado pelo Senador Roberto Rocha, que solicita o adiamento da votação.

S. Exª será atendido.

Item 3, Senador Otto Alencar.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013
- Não terminativo -

Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

É o Supersimples, das microempresas.
O Relator é o Senador Otto Alencar, a quem concedo a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, esse projeto já por duas ou três vezes esteve aqui para ser votado, o relatório já é conhecido pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras e hoje passo a ler o voto, depois de analisar as propostas que foram encaminhadas, inclusive por outros Senadores e também pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Em vista da análise e do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 63, de 2011 - Complementar, nos termos da emenda substitutiva abaixo proposta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares.

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2011 - COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para dispensar os microempreendedores individuais da apresentação da Relação Anual de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

""Art. 3º .....

.....

§9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do *caput* deste artigo em mais de 20% (vinte por cento) fica excluída, no ano calendário seguinte à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto por esta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 10 e 12.

§9º-A. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do *caput* deste artigo em até 20% (vinte por cento) por dois anos consecutivos ou por três anos alternados em um período de cinco anos fica excluída, no ano-calendário seguinte, do regime diferenciado e favorecido previsto por esta Lei Complementar para todos os efeitos legais.

....." (NR)

"Art. 18. .....

.....

§16. Se o valor da receita bruta auferida durante o ano-calendário ultrapassar o limite de R$300.000,00 (trezentos mil reais) multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a parcela de receita que exceder o montante assim determinado estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso.

§17. Na hipótese de o Distrito Federal ou o Estado e os Municípios nele localizados adotarem o disposto nos incisos I e II do *caput* do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar, a parcela da receita bruta auferida durante o ano-calendário que ultrapassar o limite de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) ou R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses do período de atividade, estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso.

....."(NR)

"Art. 18-A.....

.....

§4º-C Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no *caput* o empreendedor individual que exerça atividade de limpeza e de serviços domésticos.

.....

§7º.....

.....

III - obrigatoriamente, quando o MEI exceder em mais de 20%, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso;

.....

V - obrigatoriamente, quando o MEI exceder em até 20%, por dois anos-calendário consecutivos ou três anos-calendário alternados em um período de cinco anos, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso.

....." (NR)

"Art. 19. .....

.....

§4º Aplicam-se aos sublimites o disposto no art. 3º, §§9º e 9º- A."

"Art. 21. .....

.....

§25 As alíquotas de cada faixa de tributação presentes nos Anexos desta Lei Complementar somente são aplicáveis ao montante excedente em relação à faixa de tributação anterior."

"Art. 31. .....

.....

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 30 desta Lei Complementar:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de o motivo da exclusão ser o estabelecido no § 9º-A do art. 3º desta Lei Complementar;

b) a partir do mês seguinte da ocorrência das demais situações impeditivas.

....." (NR)

"Art. 52-A Os Microempreendedores Individuais estão dispensados da apresentação da Relação Anual de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

§1º O abono salarial, garantido pelo art. 239 da Constituição Federal, será pago aos empregados dos Microempreendedores Individuais com base nas anotações existentes em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

§2º O Seguro-Desemprego será pago, na forma do regulamento, aos empregados de Microempreendedores Individuais, com base nas anotações existentes em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, informações sobre recolhimentos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e termo de rescisão contratual.""

Art. 2º Os Anexos I a III da Lei Complementar nº 123, de 2006, passam a vigorar com a redação dos Anexos I a III desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior.

Art. 4º Ficam revogados o § 16-A do art. 18 e o art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Estão anexas aqui as alíquotas e a partilha do Simples Nacional Comércio.

Voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, em verdade são sete projetos de lei complementar. São matérias afins que obtêm um novo parecer do Senador Otto Alencar.

Como se trata de um novo relatório, os Srs. Senadores que pretenderem poderão pedir vista. Do contrário, procederemos agora à votação.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria de pedir vista em função de um projeto que foi considerado não oportuno, rejeitado, mas parabenizado, como disse o Senador Otto Alencar, pela sua relatoria.

De qualquer forma, gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Consulto se mais algum Senador deseja pedir vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vista coletiva concedida, nos termos do art. 132 do Regimento Interno.

A matéria retornará à pauta de discussão e votação na próxima semana.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Dalirio Beber

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015 - Complementar, e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica

Concedo a palavra ao Relator, Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Edison Lobão, demais Senadoras e Senadores, estou tendo a honra de relatar um projeto apresentado pelo Senador Paulo, conforme lido na ementa.

Segue o relatório:

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 388, de 2015 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para melhorar a gestão e o processo decisório das entidades fechadas de previdência complementar, mais conhecidas como fundos de pensão, patrocinadas por empresas estatais.

Segundo o seu autor, a proposição tem por objetivo reduzir a influência política nas indicações para os colegiados dos fundos de pensão públicos, bem como garantir um maior grau de profissionalismo na gestão dessas entidades. Várias medidas foram propostas.

A primeira medida sugerida é a alternância da presidência dos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão entre os representantes das patrocinadoras e os representantes dos participantes e assistidos. A ideia é garantir o maior equilíbrio dos interesses e do processo decisório.

Outra medida é que a escolha da diretoria executiva dos fundos de pensão passe por um processo seletivo, conduzido por um comitê, do qual farão parte membros do conselho deliberativo e por dois – no meu relatório consta um, mas são dois, na verdade, são dois – especialistas de notório saber. Essa adaptação, segundo o autor, busca dar mais transparência e profissionalismo à indicação da diretoria, bem como impõe uma barreira adicional às indicações de caráter político-partidário.

Acerca desse viés da influência política, o autor sugere mais dois dispositivos. O primeiro estabelece como requisito mínimo para ser membro do conselho ou da diretoria executiva o fato de não ter exercido atividade de direção político-partidária nos últimos doze meses que antecederam sua indicação ao cargo. O segundo veda o exercício de atividade político-partidária a qualquer conselheiro ou diretor durante seus mandatos.

Registro finalmente que o autor também procurou aprimorar a redação sobre as hipóteses de perda de mandato de membros do conselho deliberativo, órgão máximo dos fundos de pensão, fazendo constar que as penalidades administrativas de inabilitação também seriam motivos para esse tipo de sanção.

Ao projeto em exame não foram apresentadas emendas.

Da análise.

No tocante à constitucionalidade, a proposição tem arrimo no que determina o §4º do art. 202 da Lei Maior, que prevê que lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

Ademais, não há qualquer restrição ao projeto, nos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, todos nós sabemos sobre a importância dos chamados fundos de pensão, não só para seus participantes e assistidos, mas também para a economia nacional. No entanto, é surpreendente a sucessão de notícias que nos chegam, referentes à corrupção e aos prejuízos das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a entes estatais.

Verifica-se com nitidez que esse sério problema se deve à interferência política na escolha dos dirigentes, bem como das pressões de autoridades do Governo, algo semelhante ao que, infelizmente, já ocorre há anos por meio do aparelhamento partidário nas empresas estatais.

Esse movimento se intensifica sempre que ocorrem mudanças de comando político-partidário no Governo Federal e em governos estaduais e municipais. Isso não é novo. Basta observarmos na nossa história recente que já funcionaram três comissões parlamentares de inquérito que trataram direta ou indiretamente dos fundos de pensão e, em todos os relatórios, existem evidências explícitas de envolvimento político-partidário na administração dessas entidades de previdência.

A ingerência política expõe os fundos a riscos elevados de perdas, pois a cada nova composição de conselhos e de diretorias estabelece-se um novo conjunto de relacionamentos com agentes de mercado prestadores de serviços, tais como administradores e gestores dos fundos. A partidarização dos fundos de pensão, inevitavelmente, tem trazido consigo a chaga da corrupção.

Nesse sentido, o projeto do Senador catarinense Paulo Bauer é muito bem-vindo, pois foi uma das poucas iniciativas apresentadas para fortalecer a governança das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entes públicos.

Não obstante, entendo que a proposição merece um pequeno ajuste de forma a melhor garantir que a blindagem da administração dessas entidades, contra a prática espúria das indicações políticas na sua direção, não seja objeto de questionamentos.

Nesse propósito, proponho emenda supressiva sobre o inciso III do novo art. 29-A estabelecido no projeto. Julgo que as manifestações públicas de apoio a candidatos estão abrangidas pelo art. 5º, inciso VIII, da Constituição Federal e, portanto, não devem ser restringidas. Além da defesa do princípio constitucional, a emenda não criaria nenhum embaraço ao objetivo do projeto, que é coibir o envolvimento com a organização ou com a militância de partidos, que, como está constatado, enfraquece a credibilidade, a legitimidade para atuar na mediação, a isenção e a autonomia requeridas para as funções de decisão e de gestão dos fundos de pensão.

Do voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015 – Complementar, com a seguinte redação:

Dê-se nova redação ao art. 29-A da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, nos termos do art. 1º do PLS nº 388, de 2015 – Complementar.

Art. 29-A. Para os fins desta Lei Complementar e nos termos do art. 14 da Constituição Federal consideram-se atividades político-partidárias aquelas em que o cidadão atue como participante de estrutura organizacional e decisória de partido político e em trabalhos vinculados à organização, estruturação e realização de campanhas eleitorais.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu acho que a iniciativa é boa. É um momento difícil da conjuntura nacional, e a crise que todos nós acompanhamos... Eu confesso, meu querido Relator, Senador Dalirio Beber, que eu estava na dúvida, ali na proibição da atividade político-partidária, realmente, sobre o que é que significa. Mas com a sua leitura, e pelo que percebi, significa que não pode ter posto de mando. Porque política partidária, de uma forma ou de outra, todo cidadão democrata acaba... Tem que ter posição de mando nos partidos políticos. Se é isso, para mim está esclarecido. Acho que busca avançar nessa linha de combater qualquer tipo de desvio de conduta, às vezes, envolvido pela questão de estar dirigindo um partido e, ao mesmo tempo, estar nessa função.

E como o projeto ainda vai para outra comissão, na verdade a orientação que eu tive era pedir vista.

Eu me submeto ao parecer do Relator, Sr. Presidente, e o debate vai ser aprofundado na próxima comissão. Tenho certeza.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu também quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Bauer pela iniciativa e enaltecer também o relatório do prezado amigo e catarinense Dalirio Beber.

De fato, os fundos de pensão têm trazido uma preocupação muito grande para todos nós inclusive. Eu acho que uma regulamentação que busque a sua eficiência e uma garantia mais adequada da sua gestão é providencial. Nesse sentido, eu penso que o projeto vem em boa hora. Ele merece uma discussão bastante significativa, para que nós possamos eliminar definitivamente esses conflitos e essas divergências que envolvem os fundos de pensão e que deixam muitas dúvidas quanto à sua gestão propriamente dita.

Portanto, é com alegria e satisfação que eu vejo que o Relator se debruçou sobre essa matéria e a estudou – fez, inclusive, um quadro comparativo aqui do que era o Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2001, e o PLS agora 388, de 2015, que deseja fazer as alterações. Portanto, um trabalho bastante relevante, salutar, e eu aproveito para parabenizar o nosso prezado colega catarinense Dalirio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ao cumprimentar o autor, o ilustre Senador Paulo Bauer, quero, primeiramente, elogiar a forma didática do Senador Dalirio de apresentar um quadro comparativo das modificações que o Relator propôs. Fica muito mais fácil, muito mais didático, para que nós possamos perceber as alterações.

Eu só queria acrescentar, Sr. Presidente, que o que eu não consigo entender – é só uma observação – é que esses fundos têm a parte do conselho, da fiscalização. Invariavelmente, trata-se de recursos da própria aposentadoria dessas pessoas. Como é que deixam, muitas vezes, como foi o caso do Aerus e de tantos outros que hoje nós sabemos, com problemas? São fundos que têm problemas de investimento em lugares que certamente não dão retorno.

Eu quero chamar a atenção para a importância do projeto, mas, além disso, para esses conselhos, que preveem a fiscalização, essas pessoas têm que ser escolhidas a dedo, gente determinada, que se interesse, que olhe e, sobretudo, que conheça balancete, aplicação, ou, no mínimo, que submeta isso a um grupo de pessoas capaz de dizer, opinar tecnicamente, porque, senão, nós vamos continuar tendo...

Nós estamos falando de fundos que têm um montante muito grande, são bilhões, estamos falando de bilhões de reais. Então, fica aqui só uma observação: além do projeto, eu acho que é fundamental a participação e a fiscalização daqueles que têm por obrigação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É claro, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um aparte ao Senador, com a permissão dele.

Eu não ia falar do Banco do Brasil não, porque o do Banco do Brasil é o único que deu certo, mas o da Caixa Econômica Federal, que eu nunca imaginei que ia haver problema, está praticamente falido, o da Caixa Econômica Federal, um fundo conhecidíssimo, nem vou falar aqui do Aerus, vou falar de outros fundos...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Postalis, Correios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Postalis, Correios.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Os Correios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falta uma devida fiscalização, que tanto o Relator como o Senador Moka levantam neste momento.

Por isso, mais uma vez, eu o cumprimento pela iniciativa do projeto.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Na verdade, eu gostaria só de fazer aquela observação de que, no relatório, constou lá um de notória especialização, quando, na verdade, a lei, a proposta, o projeto prevê dois. Então, queria fazer essa correção.

A outra questão é que, na verdade, lá no art. 25, que é o proposto, isso remete à posse e ao exercício de quaisquer cargos ou órgãos estatutários ou contratuais das entidades fechadas devem ser precedidos por um processo de homologação junto ao órgão fiscalizador. Então, na verdade, esses órgãos de fiscalização dos fundos de previdência complementar é que devem ser mais atuantes para não permitir que haja uma destinação, uma má aplicação desses recursos, que pertencem aos representados e assistidos. Mas, sobretudo, eles também são um forte instrumento de políticas públicas interessantes para o desenvolvimento da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós procederemos às retificações a que V. Exª se refere.

Não havendo mais quem queira discutir...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ponho em votação.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, é só para ir na direção da preocupação de todos.

É claro que o projeto tem um caráter muito positivo na tentativa de buscar retirar influências, digamos assim, político-eleitorais partidárias nos fundos de pensão. Mas eu creio que era preciso uma discussão maior, porque o que me fica um pouco na cabeça, Senador Moka, é que nós estamos terminando passando para o Brasil, por uma experiência negativa, Senador Otto Alencar, a ideia de que ser militante partidário ou ser filiado a partido é uma coisa muito ruim. E isso é uma contradição com o que nós somos. Nós falamos diariamente aqui na reforma política para fortalecer os partidos políticos e exigimos e condenamos a proibição de atividade a conselheiro ou diretor durante o seu mandato.

Então, veja bem, eu acho que há circunstâncias em que obviamente, funções que você não pode ter um posicionamento político-partidário. Um presidente do Banco Central não pode se pronunciar de maneira... Um Tribunal de Contas, os filiados ou os conselheiros dos tribunais de contas, a eles é exigido uma separação da atividade político-partidária, embora, por incrível que pareça, todos, em geral, 80% deles, são advindos de alguma atividade político-partidária.

Então, a minha preocupação é só esta: que a gente possa criar mecanismos que deem cada vez mais transparência e capacidade de exercício através do cidadão, do exercício da fiscalização sobre os diversos órgãos, mas que a gente não transforme a ideia de que alguém é filiado a um partido ou exerce política partidária numa coisa que mancha a sua vida, porque isso é contraditório com a democracia. Isso é contraditório com o exercício democrático de organização política. Isso é contraditório com nós mesmos, com a nossa própria existência, conosco, que somos políticos estarmos condenando a que ninguém, a que as outras pessoas não possam exercer a atividade político-partidária.

Eu só queria registrar isso, embora concorde com o sentido geral do projeto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – As observações de V. Exª, na verdade, serão devidamente anotadas e constadas nos nossos registros.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Na verdade, nós entendemos que, pelo menos o autor do projeto e nós, em nível de relatoria, que os fundos de previdência complementar são segregados da estrutura político-organizacional do Estado brasileiro. Eles são para garantir realmente aquela finalidade. Por isso, tivemos que colocar apenas pessoas que tenham qualificação técnica para poder fazer com que aqueles recursos sejam bem aplicados e eles respondam às finalidades para as quais eles foram arrecadados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Bom, devo acrescentar que este projeto ainda irá à Comissão de Constituição e Justiça, onde, Senadora Lídice, o debate poderá prosseguir com o exame mais aprofundado da essência desse projeto.

Não havendo mais quem pretenda discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2015 – Complementar com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

Agora passaremos ao exame dos projetos que têm caráter terminativo nesta Comissão.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2011
- Terminativo -

Estabelece o fornecimento periódico de um kit de saúde dentária aos alunos da rede pública de educação fundamental e dá outras providências.

Autoria: Deputado Edson Ezequiel
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011.
Observações:
- Em 07.08.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras vou me ater à análise do projeto.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Em decorrência do caráter terminativo da decisão, cabe à CAS pronunciar-se também sobre a constitucionalidade e a juridicidade do presente PLC.

A esse respeito, não vislumbramos óbices no que tange à constitucionalidade do projeto. Contudo, no que tange à juridicidade, à técnica legislativa e ao mérito, concordarmos integralmente com o parecer aprovado na CE, razão pela qual nosso texto reproduz a análise e o voto nele contido.

Assim, a despeito da nobre intenção de proporcionar ao estudante de ensino fundamental os meios para ele cuidar de sua higiene dentária, faz-se necessário apontar suas falhas de técnica legislativa e de conteúdo.

Quanto à juridicidade e à técnica legislativa, o tema não constitui matéria de lei, que deve tratar de normas gerais e abstratas. As disposições do projeto em análise têm natureza técnica e específica, objeto de normas infralegais, como portarias e resoluções normativas, emanadas dos órgãos técnicos do Poder Executivo.

Caso se tratasse de matéria de lei, chamaria a atenção o fato de a norma haver sido elaborada para originar lei "avulsa", o que contraria disposição da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que normatiza a elaboração das leis, determinando que um mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. De fato, não parece haver sentido na aprovação de uma lei nova, quando já existem em vigor leis que cuidam das atribuições do SUS e também dos benefícios e programas destinados aos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental.

Quanto ao conteúdo, ressaltamos que o objetivo e a viabilidade do projeto merecem diversos reparos.

Lembramos que o SUS já conduz hoje o Programa Brasil Sorridente, que busca melhorar a saúde bucal dos brasileiros. No portal do Ministério da Saúde, na Internet, lê-se, a respeito do programa, que, outra ação do Brasil Sorridente é a orientação e a distribuição de *kits* com pasta e escovas de dente pelas equipes de saúde bucal para as famílias mais carentes.

Portanto, no caso em tela, a aquisição do *kit* de higiene dentária a ser destinado aos estudantes do ensino fundamental constitui uma ação que invade a competência dos serviços de saúde de definir prioridades e direcionar para elas os recursos necessários. Tais recursos certamente seriam mais bem aproveitados na assistência odontológica prestada pelas equipes de saúde bucal que hoje atuam no Programa Brasil Sorridente e já fornecem o *kit* às pessoas mais necessitadas.

Por isso, é apropriado que medidas de natureza técnica sejam tomadas por órgãos técnicos do Poder Executivo, que têm melhores condições para definir as ações prioritárias do Governo e a forma de execução dessas ações.

Assim, a principal restrição ao mérito da proposta advém da inadequação de o Poder Legislativo legislar sobre matérias de caráter executivo ou operacional. Aliados a esse problema maior, há diversos outros, de caráter subsidiário, a serem apontados no projeto.

Um deles diz respeito ao aspecto restrito do projeto. Sabemos que a saúde e o bem-estar do estudante envolvem muitos outros fatores além da higiene dentária. Nesse caso, é muito limitado priorizar o fornecimento de produtos de higiene dentária sobre os demais itens de uso essencial, tais como produtos de higiene geral, roupas, calçados, uniformes, agasalhos e alimentos, e até sobre o atendimento profissional em saúde e em educação de que eles necessitam não só no período em que se encontram na escola, mas também em outros momentos de suas vidas.

Caso queiramos suprir essas necessidades, não é excessivo lembrar que, em termos de efetividade, os estudos vêm demonstrando a ampla superioridade dos programas de transferência de renda – a exemplo do Programa Bolsa Família e de outros de igual natureza – sobre aqueles de fornecimento de bens ou mercadorias. Isso significa que, para beneficiar alunos das escolas públicas de ensino fundamental, é muito mais adequado focar nas transferências financeiras do que no fornecimento de bens e mercadorias.

Outro ponto a ressaltar é a designação "*kit* de saúde dentária", que não nos parece apropriada. Tal conjunto de produtos poderia ser designado, no máximo, como "*kit* de higiene dentária". A higiene dentária é fundamental para a saúde dentária, mas esta também determinada por outros fatores – como alimentação adequada e aplicação periódica de flúor – e pode ser prejudicada por padrões anormais de desenvolvimento dentário, doenças em geral e medicamentos que prejudicam a dentição.

Além disso, é provável que a qualidade e a especificação dos produtos adquiridos não atendam à demanda dos alunos, pois hoje os produtos de higiene dentária apresentam enorme variedade e sua utilização decorre da preferência de cada pessoa. Por fim, ao distribuírem produtos de higiene dentária aos estudantes, é possível imaginar que os poderes públicos estariam susceptíveis ao mesmo problema observado no programa de distribuição de merenda escolar.

Citado pelo autor do projeto como modelo a ser seguido pelo Poder Executivo para o provimento do *kit* de saúde dentária, tendo em vista o fato de alcançar até as pequenas escolas rurais espalhadas pelo sertão do País, o fornecimento da merenda escolar é objeto de frequente desvios e falhas de toda natureza: superfaturamento, furto, deterioração e atrasos na entrega dos produtos necessários.

Pelo acima exposto, opinamos, da mesma forma que o eminente Relator da Comissão de Educação, pela desnecessidade inadequada de uma lei nos moldes da proposição em análise.

Pelo exposto, Sr. Presidente, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela rejeição do presente projeto, sob o argumento de que já temos, no corolário de leis deste País, que é longo e extenso, um diploma que rege adequadamente a matéria,

Acrescente-se que a Comissão de Educação, ao examinar também este projeto, já o havia rejeitado.

Coloco, portanto, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Adio por alguns minutos a sua votação, pelo fato de que o Senador Otto, que acaba de chegar, havia se retirado por alguns minutos. (*Pausa.*)

Assim, vamos prosseguir a votação.

Os Srs. Senadores que votarão com o relatório da Senadora Maria do Carmo Alves, pela rejeição, votarão "não".

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Não". Eu acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Não". Eu acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – "Não", Presidente. Voto com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Voto "não". Acompanho o voto da Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Voto "não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Otto Alencar.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – "Não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Maria do Carmo já votou.
Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Não". Acompanho a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Também acompanho o voto da Relatora, Sr. Presidente. "Não".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O projeto foi rejeitado por unanimidade.
Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

Autoria: Deputado Zenaldo Coutinho
Relatoria: Senador Waldemir Moka

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, esse é um projeto que eu considero da maior importância. Nós estamos tratando aqui de um projeto que vai disciplinar exames genéticos.
Como eu fiz o substitutivo, eu vou lê-lo e, logo em seguida, farei a análise dele, porque eu penso que o entendimento fica melhor, do ponto de vista da avaliação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.
Art. 2º Estão aptos a realizar os exames de que trata esta Lei apenas os laboratórios públicos ou privados devidamente aparelhados e que possuam responsável técnico que seja, respectivamente, servidor público ou integrante do quadro societário ou de funcionários, especializado em genética molecular, autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente, conforme o regulamento.
§ 1º O regulamento referido no *caput* disporá sobre as condições técnicas indispensáveis para a realização de exames genéticos, que incluirão, entre outras:
I – os equipamentos necessários;
II – os tipos de exames reconhecidos no País para a determinação de vínculo genético;
III – os procedimentos a serem observados nas diferentes técnicas adotadas;
IV – a capacitação técnica dos peritos aptos a realizar os exames de determinação de vínculo genético e demais exames genéticos.
§2º Incumbe aos responsáveis técnicos pelos laboratórios referidos no *caput* garantir as condições para a realização dos exames genéticos segundo o disposto no regulamento.
§3º Os exames de que trata esta Lei serão realizados e terão seus laudos assinados por profissionais de nível superior com especialização em genética molecular ou similar, conforme o regulamento, cuja profissão esteja habilitada, na forma da lei, para a execução e análise de exames genéticos.
Art. 3º Para a realização dos exames de que trata esta Lei é obrigatório o consentimento prévio, livre e esclarecido do paciente ou periciado, ou de seu representante legal.

§1º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético, se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, a autorização judicial poderá substituir o seu consentimento.

§2º Excluem-se do disposto no *caput* os exames genéticos para fins de identificação criminal, conforme disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Art. 4º Em caso de exame de determinação de paternidade ou de vínculo genético no âmbito judicial, é permitido o acompanhamento das partes, por intermédio de assistentes técnicos admitidos pelo Juízo.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei constitui infração sanitária e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

Sr. Presidente, agora, farei a análise, seguida evidentemente do nosso voto.

À Comissão de Assuntos Sociais compete apreciar o projeto sob o ângulo da proteção da saúde, segundo dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, concordamos com o propositor da matéria de que é importante zelar pela alta qualidade técnica de profissionais e laboratórios responsáveis pela realização de exames genéticos em seres humanos.

Também é importante cuidar dos aspectos éticos que envolvem o tema, pelas repercussões que esses exames podem acarretar. Nesse sentido, julgamos fundamental a previsão de que, na realização de exame para a determinação de vínculo genético, há que se obter o consentimento livre e esclarecido do periciado. Além disso, cremos que essa medida deva ser estendida a todos os exames genéticos.

Outro aspecto concernente a esse tema é a realização de exame de determinação de vínculo genético mediante autorização judicial, que o projeto admite de forma indiscriminada, nos termos do art. 7º. Concordamos com a emenda proposta pela CCJ que, corretamente, coloca limites para o uso desse recurso. No entanto, a expressão final "desde que a realização dos exames seja orientada pelo seu melhor interesse", constante da emenda aprovada na CCJ, carece de precisão jurídica, o que pode suscitar discussões no âmbito judicial.

A esse respeito, cumpre trazer à discussão o entendimento exarado pela ilustre Promotora de Justiça e Coordenadora da Comissão indicada pelo Ministério Público de Minas Gerais para o estudo da regulamentação do exame de DNA no Brasil, Drª Sandra Maria Silva Rassi. Segundo a Promotora, a autorização judicial somente pode ocorrer nos casos e na forma já previstos em lei, através de um procedimento judicial, em que serão, obrigatoriamente, preservados os interesses do incapaz, inclusive com garantia ao contraditório e à ampla defesa. Assim, acompanhando esse entendimento, sugerimos a supressão daquela expressão.

Com relação ao teor do art. 5º, entendemos que a expressão "profissionais graduados de qualquer das ciências da vida humana" é muito ampla e pouco precisa, podendo abranger profissionais que não estariam habilitados para a realização de exames genéticos. Assim, julgamos ser necessário promover alteração para evitar futuras confusões que possam, ao contrário do que pretende o autor da matéria, comprometer a qualidade do exame. É necessário garantir que o profissional seja graduado em profissão legalmente habilitada para a realização de exames genéticos, com especialização na área de genética molecular.

Quanto ao art. 6º, em nosso entendimento, o dispositivo trata de matéria que foge do escopo da proposição, uma vez que ele confere a determinados profissionais a competência para utilizar os resultados dos exames genéticos para fins de aconselhamento. Como o objetivo do projeto é garantir a qualidade técnica dos exames genéticos em seres humanos, não procede incluir norma sobre competência profissional para realizar aconselhamento genético. Sugerimos a supressão desse artigo, o que torna prejudicada a Emenda nº 1 da CCJ.

A constitucionalidade e a juridicidade da matéria foram analisadas pela comissão que nos antecedeu, que detém a competência regimental para analisar esses aspectos. Não foram apontados vícios que pudessem comprometer a aprovação do projeto.

Do exposto, julgamos que a proposição é meritória. No entanto, entendemos ser necessário apresentar substitutivo, para proceder às alterações propostas e incorporar a Emenda nº 2 da CCJ, nos termos já mencionados, além de promover aperfeiçoamentos de ordem redacional e de técnica legislativa.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1 – CCJ e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, e da Emenda nº 2 – CCJ, na forma do substitutivo, que eu tomei o cuidado de ler com antecedência.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos proceder à votação neste turno.

Os Srs. Senadores que aprovarem o relatório votarão "sim". E trata-se de um substitutivo que tem preferência regimental.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu voto com o substitutivo do Senador Moka, muito bem produzido e aqui defendido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, mais uma vez fica destacada aqui a competência do Senador Waldemir Moka, que fez um belo e excelente relatório. Portanto, eu voto com o Relator e voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, o Senador Moka, e destaco que as alterações feitas no projeto são bem condizentes com aquilo que eu acredito que seja o ideal para a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nada melhor do que a relatoria estar nas mãos de um especialista.

Por isso os meus parabéns, Waldemir Moka, e acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Voto com o Relator, Presidente, parabenizando o Senador Moka por sua dedicação e pelo belo substitutivo que fez.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado em turno único. E, aqui, eu acho que há uma certa incoerência regimental. O Regimento, no seu art. 282, refere-se à turno único, exigido um turno suplementar.

Em todo caso, eu não quero alterar o Regimento Interno e, por isso, declaro aprovado em turno único a Emenda nº 3 da CAS, que é o Substitutivo ao projeto que veio da Câmara nº 44.

A matéria vai a turno suplementar, nesta Comissão ainda, nos termos do artigo que acabo de mencionar, combinado com o art. 92, também, do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar. Vedada, todavia, a apresentação de novo substitutivo integral.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, de 2005
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos assemelhados, localizados em todo o território nacional.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005.
Observações:
- Votação simbólica (art. 334 do RISF e art. 1º da Instrução Normativa nº 5/2015 da Secretaria-Geral da Mesa)

Relator, Marcelo Crivella, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, este projeto é do Senador Magno Malta, Senador do esporte.

Ele, então, ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E da igreja.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – E da igreja.

Então, Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item nº 7.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Número 7.

Oh, meu Deus!

A página, qual é, Sr. Presidente?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Duzentos e oito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Obrigado.

O PLS nº 420, Senador Magno Malta, inclui bares, restaurantes e assemelhados na lista dos recintos coletivos em que o uso de fumígenos é proibido, o qual consta do §1º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 – do Senador Serra –, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

O autor justifica que o tabagismo é causa de muitos agravos à saúde em todo o mundo e que seus malefícios atingem também grandemente os chamados fumantes passivos. Por isso, sua proposta visa a restringir os locais coletivos em que o fumo é permitido.

Inicialmente, o projeto recebeu despacho que determinava sua tramitação apenas na CAS.

Mas aí houve requerimentos, e ele foi também para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CDR, CAE e CAS.

De tramitação virou uma peregrinação.

Entretanto, o fim da 54ª Legislatura ocasionou seu arquivamento.

Na CCJ, ainda tramitando em conjunto com os outros dois projetos citados, o projeto foi rejeitado, nos termos do parecer da, também evangélica, Senadora Marina Silva. Na CDR, o parecer aprovado, lavrado pelo Senador Ruben Figueiró, concluiu pela recomendação de declaração de prejudicialidade. Em seguida, o projeto foi arquivado.

Iniciada a atual legislatura, a aprovação do Requerimento nº 129, de 2015, determinou o desarquivamento do PLS nº 420, de 2015, que foi redistribuído para ser analisado apenas pela CAS, em decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas.

Análise.

É competência da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar. Portanto, não há nenhum vício de juridicidade ou inconstitucionalidade no PLS. Também não encontramos óbices na redação, na técnica legislativa.

Sr. Presidente, o PLS nº 420, de 2005, foi iniciado, quando o uso de produtos fumígenos nos recintos coletivos fechados ainda era permitido em áreas destinadas exclusivamente a esse fim.

Depois da edição da Lei nº 12.546, de 2011, sancionada após a aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2011, proveniente de uma medida provisória do Governo, tais locais foram extintos, de forma que atualmente é estritamente proibido o uso de qualquer produto fumígeno em recinto coletivo fechado, privado ou público – fechado, privado ou público.

Em vista do exposto, nós opinamos pela recomendação de declaração de prejudicialidade, porque a intenção já foi contemplada.

Este é o voto, Sr. Presidente: prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O relatório do Senador Crivella é pela prejudicialidade.

Embora seja um projeto que tramita em caráter terminativo, esta votação poderá ser simbólica por autorização regimental.

Eu ponho em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório que passa a constituir parecer da Comissão é pela declaração de prejudicialidade ao Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005.

A matéria vai à Secretaria da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O que vamos discutir futuramente, aqui, é estender para automóveis, quando haja criança e adolescente, a proibição de fumar, porque, no restante, no público e no privado – estou falando com o Senador Petecão, que estava com uma dúvida –, já está proibido. Em locais privados, privativos, públicos, já está proibido.

O que se discute, agora, na sociedade é se vamos proibir dentro do automóvel, quando há criança e adolescente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Nós não temos mais quórum para decisão terminativa. Todavia, se o Senador Dário pretender ler seu parecer – ele está aqui desde o começo –, nós ouviremos a leitura do seu relatório, e na próxima reunião, procederemos à votação.

Com a palavra, o Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, passo a fazer a leitura do parecer.

Bem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com muita honra relato projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Preliminarmente, cabe ressaltar que esse projeto, embora singelo e simples, tem um alcance extraordinário na prevenção do câncer de colo de útero e de mama das mulheres brasileiras.

Vem ao exame, Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Sociais, o relatório do Projeto de Lei do Senado de autoria, como falei, da Senadora Vanessa Grazziotin.

A iniciativa propõe alterar a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de modo a garantir às mulheres a realização de mamografia em três circunstâncias: primeira, a indicação de rastreamento para neoplasia maligna de mama, na faixa etária a ser definida pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde; segunda, risco elevado de câncer de mama; terceira, quadro clínico no qual o exame seja necessário para elucidação diagnóstica.

Em sua justificação, a autora argumenta ser inadequado definir em lei a idade ou a faixa etária a partir da qual determinada ação de saúde deva ser ofertada. Defende que, por estarem permanentemente sujeitas a alterações decorrentes das inovações tecnológicas, as indicações de procedimentos na área da saúde devem ser deixadas sob a responsabilidade da autoridade regulamentadora, e não do legislador.

Com base nesse entendimento, a autora propôs alterar o art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008, que confere o direito ao rastreamento do câncer de mama mediante mamografia a partir da idade de 40 (quarenta) anos, para determinar o direito ao exame às mulheres cuja indicação esteja prevista em diretrizes estabelecidas por gestores do SUS, deixando assim de estabelecer, em termos legais, idade ou faixa etária. Além disso, a proposição sob análise pretende estender o direito à mamografia às mulheres com risco elevado de câncer de mama e às necessidades de elucidação diagnóstica, conforme solicitação médica.

O PLS nº 374, de 2014, foi distribuído a este Colegiado, ao qual cabe decisão em caráter terminativo. Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Partindo então, Sr. Presidente, para a análise do projeto.

A apreciação do PLS nº 374, de 2014, pela CAS, justifica-se em razão do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere a esta Comissão competência para opinar, quanto ao mérito, sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde.

Por decidir terminativamente sobre a matéria, esta Comissão deverá ainda opinar sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição sob análise.

No que tange à juridicidade, não observamos óbices à sua aprovação. No que se refere à constitucionalidade, observamos inexistência de problemas quanto à iniciativa, pois o inciso XII do art. 24 da Carta Magna determina que a União pode legislar, de forma concorrente com os Estados e o Distrito Federal, sobre proteção e defesa da saúde.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, compreendemos a preocupação da autora do projeto. Todavia, ressaltamos que as determinações da Lei nº 11.664, de 2008, contam com a concordância de importantes entidades, todas favoráveis ao rastreamento mamográfico do câncer de mama em mulheres assintomáticas com idade a partir de 40 (quarenta) anos. Destacamos o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM), a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR). Ademais, cabe-nos informar que institutos internacionalmente respeitados também têm posicionamento semelhante, também recomendam a mamografia para rastreamento do câncer de mama e que deve ser realizado, anualmente, em mulheres com idade a partir de 40 anos.

Com base nessas informações, depreendemos que a legislação brasileira está em perfeita sintonia com os postulados de respeitáveis sociedades médicas e científicas, tanto nacionais, quanto estrangeiras.

Portanto, a supressão da definição da idade a partir da qual as mulheres têm direito à mamografia pelo SUS (quarenta anos) não conta com justificativa técnica e, em nosso entendimento, reduziria sobremaneira o acesso das mulheres ao método diagnóstico em questão.

Paralelamente, acreditamos que a Lei não deve se ater somente aos aspectos referentes ao rastreamento do câncer de mama. Afinal, existem mulheres com alto risco de desenvolver a doença e que não estão contempladas nas diretrizes para os exames de detecção precoce do câncer de mama. Por conseguinte, e em sintonia com o PLS sob análise, concordamos em dar amparo legal ao direito ao exame mamográfico às mulheres de qualquer idade que apresentem risco elevado de câncer de mama ou que necessitem do exame para elucidação diagnóstica, de acordo com avaliação médica.

Concluímos, portanto, que a Lei além de manter a garantia do direito à realização de mamografia pelo SUS às mulheres com idade a partir de quarenta anos, deve estender esse direito àquelas com risco elevado de apresentar a doença, bem como àquelas que necessitem do exame para elucidação diagnóstica. Por esses motivos, submetemos emenda substitutiva integral à apreciação desta Comissão.

Passo, então, ao voto.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

A seguinte redação estabelece em seu inciso III:

III – a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade ou, também, quando solicitado por médico assistente, nas mulheres com risco elevado de câncer de mama ou naquelas para as quais o exame seja necessário para elucidação diagnóstica;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

Resumindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Lei nº 11.664, que instituiu o SUS, no seu art. 2º, III, assegura a realização de exames de mamografia a todas as mulheres a partir de 40 anos, Senador Moka, independente de indicação médica. Esse é um fato relevante a ser observado.

O projeto, a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, que deseja generalizar o exame a todas as mulheres – evidentemente com risco elevado de câncer –, submete isso desde que seja solicitado por profissional médico.

Veja bem a diferença: a lei do SUS autoriza e determina que todas as mulheres, acima de 40 anos, independente de indicação médica, têm direito a fazer o exame de mamografia. O projeto da Senadora Vanessa Grazziotin generaliza isso, mas exige, vamos dizer assim, a prescrição médica para fazer o exame. Isso cria, de certa forma, um obstáculo.

A minha proposta qual é? É uma junção das duas. É uma junção do que estabelece a Lei nº 11.644 com a proposta formulada pela Senadora Vanessa Grazziotin. A proposta, como eu falei, da Senadora Vanessa Grazziotin excluía os 40 anos e generalizava o atendimento desde que realizado por indicação médica.

Acontece que, na minha opinião, as mulheres acima de 40 anos continuarão, na minha proposta, tendo o direito de realizar o exame, independente da indicação médica, e também assegura o atendimento às demais mulheres, que deve ser realizado por meio de indicação de profissional de saúde.

Então, esse, na minha opinião é um projeto extremamente relevante e importante, que submeto à apreciação e à aprovação das Srªs e Srs Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, como nós não temos mais quórum qualificado para votação em caráter terminativo e de acordo com disposição regimental, ficam, portanto, adiadas a discussão e a votação dessa matéria para a próxima reunião.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de parabenizar a autora desse projeto, a Senadora Vanessa Grazziotin, que universaliza o atendimento a todas, colocando apenas a condição de que seja por indicação médica a exigência da mamografia para que o SUS conceda gratuitamente o exame para as mulheres.

Eu entendo que a Senadora Vanessa Grazziotin tem acompanhado e é sabedora de que, na Região Norte, o índice de mulheres que morrem por câncer de mama e, principalmente, por colo de útero, que é campeão na Região Norte, é muito elevado. Os índices são muito elevados em todas as Regiões, mas na Região Norte o câncer de colo de útero é uma coisa assustadora! Por essa razão, penso que a Senadora teve a sensibilidade de apresentar projeto, buscando o atendimento universalizado de mamografia para essas mulheres.

Mas eu acho também que a emenda substitutiva do Senador Dário está muito boa, excelente, realista, porque mantém o atendimento do exame, a partir dos 40 anos para todas as mulheres anualmente – isso é excelente, porque sabemos que as mulheres a partir desta idade têm uma predisposição maior para esse tipo de câncer –, mas também assegura que todas as mulheres, mesmo que não tenham 40 anos, que sejam mais jovens, possam, por indicação médica, ter o direito de fazer a mamografia.

Então, quero parabenizar a autora e o Relator, por ter tido esse cuidado na elaboração desse relatório.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário que é procedente: é lamentável que vejamos em muitos Municípios brasileiros o aparelho de mamografia parado, jogado em um canto do hospital por não haver alguém que o opere. É uma coisa impressionante!

Eu já ouvi o Senador Moka falar um pouco sobre essa realidade, no Brasil inteiro, de falta de pessoal qualificado para operar esses exames de mamografia. Se assim não fora, poderia atender um número maior de mulheres em nosso País.

Mas eu quero aqui dar o meu voto favorável, parabenizando a Senadora Vanessa e o Senador Dário pelo cuidadoso relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Da mesma forma, eu queria aproveitar, porque não sei se na próxima reunião estarei aqui, para poder parabenizar o nosso Senador Dário. Ele, na condição de prefeito por 16 anos de duas cidades do Estado de Santa Catarina, dedicou-se muito às questões da saúde pública nas suas administrações. Com certeza, ele trouxe para o seu relatório essa sensibilidade de alguém que vivenciou isso na cidade de São José e na capital do Estado, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu não fui ainda prefeito nem vereador, mas aprenderei com S. Exª como se consegue ser prefeito por 16 anos, em duas cidades.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, o projeto de lei da Senadora Vanessa, na verdade, tem uma preocupação de fazer com que em qualquer idade... Existem casos em que a mãe já teve câncer de mama. O câncer não é uma doença que pode ser genética, mas ela tem características familiares que determinadas famílias, por exemplo, apresentam.

Há uma preocupação nesses casos, e com uma condição: quando o diagnóstico do câncer de mama é feito precocemente, através da mamografia, fica muito mais fácil você começar o tratamento. Então, é importante que haja a exigência legal da idade de 40 anos, porque, a partir de 40 anos, qualquer mulher, independente do pedido de exame médico ou não, pode solicitar, e o SUS terá como obrigação realizar a mamografia.

No caso da Senadora Vanessa, ela amplia, por prescrição, por pedido médico, a qualquer mulher a qualquer idade, desde que tenha indicação para isso. Será também praticamente universal esse pedido.

De forma que o Senador Dário Berger encontrou um forma muito inteligente de não retirar a exigência legal dos 40 anos e ainda tornou o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin ainda mais abrangente. Então, quero parabenizar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de agradecer à Senadora Ângela Portela, ao Senador Dalirio Beber e ao Senador Waldemir Moka pelas manifestações de apoio ao projeto de lei da Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E ao Relator.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E também ao Relator, então, como V. Exª me ajuda.

E gostaria de acrescentar que realmente a saúde é um bem de expectativa infinita, não é, Senador Moka? De fato, nós estamos muito atrasados ainda para dar um atendimento satisfatório e de qualidade à população brasileira nesse quesito.

Quando eu ouço a Senadora Ângela Portela mencionar que inúmeros hospitais ou entidades médicas estão com os seus aparelhos de mamografia inutilizados, seja por manutenção, seja por falta de profissionais, este é um dos maiores crimes que possamos praticar contra a humanidade, contra a população, de certa forma, porque estamos tirando dela o direito da prevenção, da cura e da vida definitiva.

Eu tenho que expressar aqui a minha admiração pelo Senador Moka, porque ele tem sido, para mim, aqui uma fonte de inspiração, para nós todos, pela sua experiência, médico que é, extremamente dedicado, solícito, simples. Sempre, nas suas intervenções, S. Exª nos amplia muito com o seu conhecimento.

Então, eu quero agradecer sobremaneira a manifestação de V. Exª, Senador, por esse projeto de lei e pela amizade que tenho por V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras e encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Fernando Torres. Regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2014. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2014. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Ronaldo Nogueira. Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, com a Emenda nº 1-CAS de Redação. Relatoria: Senador Humberto Costa. ITEM 3 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Paulo Bauer. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador José Pimentel. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera a redação dos arts 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir à microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Armando Monteiro. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Wilder Morais. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 63, de 2011 - Complementar, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e contrário aos demais Projetos de Lei do Senado, todos Complementares, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, de 2012 - Não Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários (FNAS) e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 207, de 2012, e da Emenda nº 1-CMA. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2012, com a Emenda nº 1-CMA-CAS. Relatoria: Senador Edison Lobão. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 5 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012 - Terminativo - Autoria do Projeto: Deputado Zenaldo Coutinho. Ementa do Projeto: Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos. Resultado: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 3-CAS) oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Waldemir Moka. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Romero Jucá. Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Lindbergh Farias. Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), com as 4 (quatro) Subemendas que apresenta; pela Prejudicialidade da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e pela Rejeição dos PLS nº (s) 92 e 351, ambos de 2012.Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador José Pimentel. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Dário Berger. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, de 2015 - Autoria: Senador Waldemir Moka. Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater os critérios para o preenchimento de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Sr. Adérito Guedes da Cruz Filho, chefe do Setor de Perícia Médica do Ministério Público Federal; Sra. Thays Rettore Orlando Cabral Zocratto Gomes, membro da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABMLPM), seccional do Distrito Federal; Sr. Everton Pereira, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB); Sr. Wederson Rufino dos Santos, Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); Sr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Distrito Federal (PRDF); Sra. Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, conselheira do Conselho Federal de Medicina (CFM). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Waldemir Moka, Otto Alencar, Marcelo Crivella, e as Senadoras Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, e o Senador Edison Lobão, presidente da

Comissão de Assuntos Sociais. Às nove horas e cinquenta e seis, assumiu a presidência a Senadora Maria do Carmo Alves, e às dez horas e três minutos o Senador Edison Lobão reassume a presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme pauta previamente anunciada.

O item 3 da pauta tem como Relator o Senador Otto Alencar.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta art. 52-A à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999, para simplificar declarações exigidas de Microempreendedor Individual.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Paulo Bauer

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar a tributação das atividades de produção cinematográfica, audiovisual, artística e cultural no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, de 2013
- Não terminativo -

Altera a redação dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a microempresas e empresas de pequeno porte que prestem serviços de corretagem de imóveis a opção pelo Simples Nacional.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional.

Autoria: Senador Armando Monteiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a opção pelo Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte dos ramos de atividade que especifica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011 - Complementar, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 246 e 344, de 2011; 270, de 2012; 125, 354 e 476, de 2013; e 16, de 2014, todos complementares, que tramitam em conjunto.
Observações:
- Em 19.08.2015, lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

É uma tramitação conjunta, cujo parecer S. Exª já havia lido, pela rejeição.
Foi concedida a vista coletiva.
Pergunto ao Senador se deseja, ainda, alguma manifestação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, no que se refere a algumas alterações no projeto da microempresa, houve pedido de vista pelos Senadores Moka e Dalírio,...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade,...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – ...achando que não teria sido acolhida uma proposta do Senador Cássio Cunha Lima, mas essa proposta já tinha sido contemplada em outro projeto de lei. Isso foi o motivo do pedido de vista.

Como já li aqui duas vezes e não foi votado, eu pediria a V. Exª que o colocasse em votação, até porque já foi discutido várias vezes esse tema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E o meu pedido de vista foi só em solidariedade, porque, sendo vista coletiva, seria reapresentado novamente, como está sendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento. Como é um requerimento que eu gostaria realmente de explicar, porque eu fui procurado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sobre essa matéria?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não é sobre a matéria. Eu só queria que, no momento certo,...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu vou concluir e já concedo a palavra a V. Exª.

Aprovado o requerimento que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2011, complementar, na forma da Emenda nº 1 da CAS, que é um substitutivo, e contrário aos demais projetos de lei do Senado, todos complementares, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para prosseguimento da discussão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, sobre o requerimento, vou pedir ajuda ao Senador Otto, meu colega. Fui procurado pelo pessoal da perícia, e me pediram para fazer um projeto de lei, porque os concursos públicos têm cota específica para pessoas portadoras de deficiência, e eles não concordam porque os graus de deficiência são diferentes. Já existe outra classificação, além da CID, a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade), e o requerimento versa sobre isso.

Mas, antes de apresentar o projeto, Sr. Presidente, por uma questão de cautela, quero chamar uma audiência pública com os peritos, com as pessoas, para que esse assunto seja mais bem esclarecido para esta Comissão. Aí, eu tomaria a decisão de apresentar ou não o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ótimo. Perfeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por isso, fiz questão de esclarecer. Se V. Exª permitir, vou ler rapidamente o requerimento, mas aguardo a hora mais oportuna se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra. Pode ler o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Rapidamente.

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater os critérios para o preenchimento de vagas reservadas a pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Dr. Adérito Guedes da Cruz Filho, chefe do Setor de Perícia Médica do Ministério Público Federal [foi quem me procurou]; Drª Thays Rettore Orlando Cabral Zocratto Gomes, membro da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABMLPM), seccional do Distrito Federal; o Dr. Everton Pereira, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB); o Sr. Wederson Rufino dos Santos, da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); o Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Distrito Federal (PRDF); e a Srª. Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, conselheira do Conselho Federal de Medicina.

A justificativa. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estimulou vários países a acatarem o posicionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo o qual o diagnóstico

de incapacidade não se deve apoiar apenas nos aspectos anatômicos e fisiológicos, mas também nos fatores ambientais, sociais e pessoais que condicionam a vida do indivíduo.

Com base nesse novo paradigma, o Governo Federal, mediante a publicação do Decreto n° 6.214, de 26 de setembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de utilização dos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), como instrumento de identificação e aferição de incapacidade, para fins de concessão do beneficio de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.

Ademais, por recomendação de Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Presidência da República, em 26 de setembro de 2007, foi criado o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-Br), ferramenta inspirada nos princípios da CIF, embora de mais fácil utilização na rotina dos serviços de saúde.

No entanto, no que tange à reserva de vagas à pessoa com deficiência em concursos públicos, o Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ainda determina a utilização da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). São coisas diferentes.

De fato, sabe-se que a CID e a CIF são ferramentas que descrevem de maneira distinta o estado de saúde das pessoas. Porém, enquanto a CID tem seu foco nos aspectos etiológicos das doenças, a CIF permite um diagnóstico voltado para as consequências funcionais dos agravos à saúde e, desse modo, oferece uma representação mais abrangente do quadro de incapacidade do indivíduo.

Isso levou os especialistas da área a iniciarem um debate quanto à pertinência de substituir a CID pela CIF, ou pelo IF-Br, com a finalidade de determinar, com maior precisão e justeza, quem poderia concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos.

Assim, devido à importância do assunto, formulamos o presente requerimento de audiência pública a ser realizado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

É esse o requerimento, Sr. Presidente, que penso seja bem autoexplicativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater os critérios para o preenchimento de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores:

- *Sr. Adérito Guedes da Cruz Filho, chefe do Setor de Perícia Médica do Ministério Público Federal;*
- *Sra. Thays Rettore Orlando Cabral Zocratto Gomes, membro da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABMLPM), seccional do Distrito Federal;*
- *Sr. Everton Pereira, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB);*
- *Sr. Wederson Rufino dos Santos, Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH);*
- *Sr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Distrito Federal (PRDF);*
- *Sra. Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, conselheira do Conselho Federal de Medicina (CFM).*

Autoria: Senador Waldemir Moka
Relatoria:
Relatório:
Observações:

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu sou Relatora do item 8, que é terminativo, Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadores.

Trata-se de matéria extremamente relevante. É o PLS nº 606, de autoria do Senador Romero Jucá, que teve duas relatorias, do Senador Eduardo Amorim e do Senador Lindbergh Farias. É um dos projetos mais complexos, eu diria, sobre os quais já trabalhei na relatoria. Fui Relatora na CAS e, agora, também é terminativo aqui.

Houve, digamos, uma imperfeição no texto e, dada a relevância da matéria, que trata de execuções trabalhistas, prefiro retirá-lo de pauta para trabalhar no esclarecimento do texto. Buscarei clarear o texto, com apoio tanto da Consultoria Legislativa do Senado, como dos órgãos e entidades envolvidos, como também do Tribunal Superior do Trabalho.

Então, peço sua retirada de pauta para fazer esse aperfeiçoamento, para que a lei saia a mais perfeita possível dentro da CAS e do Congresso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, a pedido de V. Exª, retiraremos de pauta o item 8.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011
- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2014
- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências.

Autoria: Deputado Fernando Torres
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2014.
Observações:
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito bom dia.

A matéria em exame pretende regulamentar a profissão de fotógrafo. No nosso País, começa com D. Pedro II, um dos primeiros fotógrafos do País, o mais conspícuo de todos os brasileiros.

O Projeto de Lei de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2014 (PL nº 2.176, de 2011, na origem), que regulamenta a profissão de fotógrafo e dá outras providências, é da autoria do Deputado Fernando Torres.

Pretende-se, com esta proposição, regulamentar a profissão de fotógrafo no âmbito nacional, excluída sua aplicação no caso de exercício da função de repórter fotográfico, a serviço de empresa jornalística, sob o regime do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.

O projeto caracteriza como fotógrafo profissional aquele que, com o uso da luz, registra imagens estáticas ou dinâmicas em material fotossensível ou por meios digitais, com a utilização de equipamentos óticos apropriados, seguindo o processo manual, o eletromecânico e o da informática até o final acabamento.

Estabelece no art. 3º que estão aptos a exercer a profissão de fotógrafo:

I – os diplomados no ensino superior em fotografia, por instituições devidamente reconhecidas;

II – os diplomados no ensino técnico em fotografia, por instituições devidamente reconhecidas;

III – os não diplomados em escola de fotografia que à data da entrada em vigor da Lei estiverem exercendo a profissão por, no mínimo, 2 (dois) anos, comprovadamente por:

a) declaração de entidades de classe devidamente registradas;
b) recibos de pagamentos de serviços prestados, em papel timbrado ou declaração com firma reconhecida em cartório.

Já o art. 4º dá a devida abrangência à atividade profissional de fotógrafo, que compreende:
I – a fotografia realizada por empresa especializada, inclusive em serviços externos;
II – a fotografia produzida para ensino técnico e científico;
III – a fotografia produzida para efeitos industriais, comerciais e/ou de pesquisa;
IV – a fotografia produzida para publicidade, divulgação e informação ao público;
V – o ensino da fotografia;
VI – a fotografia em outros serviços correlatos.

Por fim, estabelece que a lei, se aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados a matéria tramitou na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde foi aprovada, nos termos do relatório do Deputado Laércio Oliveira, de Sergipe – Deputado ligado ao capital, não é, Senadora?

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa, a matéria igualmente restou aprovada, nos termos do relatório do Deputado Alceu Moreira.

O autor argumenta que se trata de profissão existente há muitos anos, porém marginalizada e discriminada por falta de legislação específica do ensino técnico e científico.

Aduz que, em quase todos os países, a profissão é regulamentada em nível superior e técnico e que no Brasil já existem cursos superiores, como no caso do Senca/SP, da PUC/SP e da Faculdade Mackenzie/SP.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise. Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em caráter não terminativo.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

O fotógrafo está aqui trabalhando. Estão vendo? É a profissão dele que vamos regulamentar.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa da Presidenta da República, da Procuradoria Geral da República e dos tribunais superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Note-se, ainda, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, III.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de constitucionalidade, nem de legalidade.

A ressalva que poderia ser feita seria o eventual conflito normativo constante da proposição com a decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

É aquela decisão que sempre comentamos aqui na hora de regulamentar as profissões. É aquela decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal, que, por maioria, decidiu, que é inconstitucional a exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão jornalística.

Na verdade, o Supremo tem o entendimento de que há três profissões em que o Estado deve interferir: Medicina, pela vida; Engenharia, pela segurança; e o Direito, pela liberdade das pessoas. Nas demais profissões, eles, no Supremo, decidiram por maioria que o Estado não deve interferir; que eles devem organizar-se nos seus conselhos e se autorregulamentar; e que elas todas têm muitas vezes a índole, a vocação artística. Então, o sujeito muitas vezes é excelente jornalista, excelente fotógrafo, mas é da natureza dele; é ele, ele aprendeu, ele absorveu com os livros que leu e desenvolve aquela...

Então, nós fazemos aqui essa lembrança. O Supremo tem esse entendimento, mas o Congresso Nacional tem sido insubmisso nessa parte. Ele tem regulamentado as profissões, e a Presidenta Dilma veta. Ela veta.

Ela veta por quê? Porque diz que vai causar desemprego, que não pode. Eu mesmo fui Relator de um projeto, profissão de físico – profissão extraordinária, do Einstein, a Física. Pois bem: chegou lá, ela vetou. Por que ela vetou? "Ah, porque não tem professor de Física para as escolas; os de Matemática estão dando aula de Física e, a partir do momento em que se regulamenta a profissão, não vão ter mais professores; os professores de Matemática não vão mais poder dar aula". "Mas, Presidenta, é a Física" "Não importa." Vetou.

Então, temos que falar isso aqui, embora cumpra a nós, Parlamentares, nos levantar contra as exorbitâncias do poder. Portanto, vamos dar o voto pela aprovação, porque também temos de cumprir o nosso papel.

Nosso papel é sermos portadores das aspirações justas e legítimas do nosso povo. Os fotógrafos querem; eles pedem. Eles perguntam sobre o relatório, os Deputados ligam. Então, nós vamos fazer. Agora, precisamos ser sinceros e falar as coisas. Nós lutamos, mas nem sempre conseguimos. Por isso. Está aqui. Estou escrevendo aqui.

O entendimento foi de que o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972, de 1969, baixado durante o regime militar, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e que as exigências nele contidas ferem a liberdade de imprensa e contrariam o direito à livre manifestação do pensamento, inscrita no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como "Pacto de San Jose da Costa Rica".

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 511.961, em que se discutiu a constitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e a obrigatoriedade de registro profissional para exercer a profissão de jornalista.

A maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, acompanhou o voto do Presidente da Corte e Relator do RE, Ministro Gilmar Mendes, que votou pela inconstitucionalidade do dispositivo do Decreto-Lei nº. 972, de 1969.

Para Gilmar Mendes, "o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada". Disse mais, "O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada".

No caso desta proposição, saliente-se que está muito claro na dicção do art. 1º do PLC que a regulamentação da profissão de fotógrafo se dá em âmbito nacional, excluída sua aplicação no caso de exercício da função de repórter fotográfico, a serviço de empresa jornalística, sob o regime do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.

Assim, afastou-se a pecha da inconstitucionalidade que poderia ser alegada, sendo que a proposição alcança o fotógrafo profissional e não o repórter fotográfico.

A proposição insere-se no cabedal normativo de nossa legislação para reconhecer a profissão de fotógrafo que deve submeter-se a regular formação técnica para bem exercer o seu ofício.

Todavia, não descuida de reconhecer como fotógrafo profissional aquele que já exerce a profissão há pelo menos dois anos.

Assim, a proposição, ao ingressar no mundo jurídico como ato normativo, dará o devido reconhecimento profissional a este importante segmento profissional e econômico, que merece o apreço de todos pelo excepcional trabalho que desenvolvem, registrando o cotidiano e os momentos mais importantes da família brasileira, e de outros eventos relevantes.

Certamente a autoestima desses profissionais será maior com a profissão reconhecida em lei, que reclama regulamentação específica, para que o registro profissional seja efetivado junto ao órgão competente.

Nestes termos, não há como desconhecer o mérito do projeto, que de modo algum onera o profissional ou seus tomadores de serviços, mas que dá a eles o devido reconhecimento.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 64, de 2014.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o fotógrafo, para mim, é um artista; é um profissional especial. Eu que, ao longo da minha vida, me dediquei muito aos movimentos sociais, em inúmeros momentos, foram eles que me salvaram de uma pancada aqui e de uma pancada ali. São eles que, nas guerras, tentam pegar o melhor foco para trazer para o mundo atos de violência e até de terrorismo, arriscando as suas vidas. Só por este motivo, por sua dedicação a esta causa ao longo de suas vidas...

A máquina deles é intocável. Mesmo no momento de conflito, se alguém lhes tira a máquina... É mais fácil tirar a vida deles, porque a máquina eles não entregam. Então, considero-os heróis do dia a dia.

Só por isso, Senador Marcelo Crivella, em respeito a tudo o que V. Exª falou, quero aqui dar meus cumprimentos. Voto de coração. Se isso significa uma homenagem a eles, um avanço na profissão deles, para eles continuarem fazendo o que fazem e fizeram ao longo das suas vidas, das fotografias – seja na Etiópia, seja mostrando a fome no mundo, seja o álbum de fotografia que recebemos de fotógrafos famosos, para ver a realidade do mundo da miséria e da pobreza –, eu já votaria.

Por isso, meus cumprimentos, Deputado Fernando Torres, e meus cumprimentos ao Relator, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero prestar uma pequena homenagem. Há um fotógrafo de Mato Grosso do Sul, de nome Toninho, que me acompanha há mais de 30 anos, vinte e tantos anos. É um grande fotógrafo. E, aqui, o Luis Carlos, meu escudeiro.

Mas faço uma observação, que todos nós sabemos: quando chegamos a um lugar e queremos cumprimentar os fotógrafos, eles não querem nos cumprimentar; só querem tirar fotografia mesmo. É engraçado. (*Risos.*)

Eles não dão a mão; só fotografia. Então, se queremos cumprimentá-los...

Então, em homenagem, sem dúvida alguma, mais do que merecida, aplaudindo o relatório do Senador Crivella, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr, Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Deputado Fernando Torres é baiano, do Município de Feira de Santana. Quero aqui ressaltar sua sensibilidade neste caso.

Acho que, desde que surgiu, a fotografia ajudou a registrar de forma fidedigna a história do mundo, a história da humanidade, de todas as ações da humanidade. Eu me lembro, ainda garoto, na cidade onde nasci, Ruy Barbosa, da primeira foto que eu vi, feita por um fotógrafo que não era brasileiro. Era estrangeiro e registrou a vida e a história de Lampião, o Rei do Cangaço.

Aquilo me chamou a atenção. Foi a primeira fotografia que eu vi na escola. Eu acho que eu tinha 12 ou 13 anos de idade. E a partir daí eu sempre tive a minha vida profissional de médico e de professor acompanhada pelos fotógrafos, até porque todos os trabalhos médicos que eu apresentei, em congressos de cirurgia ortopédica, de traumatologia, de técnicas novas, tiveram a ajuda substancial da fotografia e dos fotógrafos para registrar. Hoje é mais fácil, mas naquela época – eu comecei a ensinar medicina em 1975 – era mais difícil levar para um congresso.

É uma profissão importante demais, que realmente deve ser regulamentada, superimportante... Eu acredito que, quando o Fernando Torres, meu amigo lá da Bahia, fez isso, ele estava com toda a sensibilidade não só para regulamentar, mas para, de alguma forma, com o parecer do Senador Crivella, prestar uma grande homenagem a todos esses bravos guerreiros, como falou aqui o Senador Paim, de momentos difíceis da história do Brasil e do mundo. É quase que uma homenagem a esse profissional. Portanto, eu fico muito feliz que tenha sido um baiano que tomou essa iniciativa de regulamentar essa profissão importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, eu fui jornalista durante quase quatro décadas, e a parceria com o...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Excelente jornalista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

Sou sua colega...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Minha colega.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ..., pois V. Exª também é jornalista.

Nessa convivência, tive o privilégio até de ter acompanhado viagens internacionais, desde 1979 até 2002, a primeira com o último Presidente militar e o primeiro Presidente do Partido dos Trabalhadores, o Lula, viagens pelo mundo. Fui aos lugares mais... Fui ao Timor Leste, fui a Cuito, em Angola, onde havia minas... E o fotógrafo sempre tinha um olhar diferenciado do olhar do jornalista. O fotógrafo tinha a capacidade de enxergar coisas que, às vezes, o próprio repórter não via, pela coragem e pela ousadia.

Agora, nessas guerras do Oriente Médio, do Exército Islâmico, nós estamos vendo que os fotógrafos e os correspondentes estrangeiros, que também são fotógrafos hoje, têm sido vítimas dessas atrocidades, dessa selvageria.

Aqui, no Brasil, nas manifestações que nós tivemos, um *cameraman*, que é também um fotógrafo – um *cameraman*, um cinegrafista, como queiram, é um fotógrafo, pois registra a imagem –, o Santiago Andrade acabou morrendo por causa de uma bomba.

Então, em nome deles e de Ricardo Chaves, de fotógrafos... Houve um que caiu... Nós estávamos em uma viagem e havia muita neve e um fotógrafo presidencial, o Dettmar, caiu, levou um tombo, mas não largou a câmera. Ele ficou segurando a câmera. Para se ver o grau de... Quer dizer, a câmera era um bem mais precioso do que sua própria integridade.

Espero que o Dettmar esteja bem vivo.

E muitos desses profissionais retrataram, têm fotos do Brasil, da história brasileira, como a dos pés trocados do Jânio Quadros. Quem não se lembra dessa foto dos pés trocados do Jânio, como se ele não soubesse para onde ir? Quem não se lembra de um Presidente civil com um militar atrás com um quepe na cabeça? São fotos extraordinárias, como a do Getúlio sentado em uma rede na fazenda em São Borja? E assim por diante. Fotos de estadistas, todos eles, do mundo inteiro, seja da época da guerra, seja dos dias atuais.

Então, esses profissionais, às vezes, com uma fotografia, falam muito mais do que um texto, por mais primoroso que este seja, porque a imagem tem uma força extraordinária. É aquilo que o Senador Paim falou.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Crivella pelo relatório...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senadora Ana Amélia, apenas para ilustrar, a senhora me fez lembrar aqui uma foto, que foi um grão de remorso na consciência do mundo, tirada na praça do embarque, na Polônia, quando um soldado nazista apontava um fuzil para uma criança que tinha um olhar de quem, embarcando para o campo de concentração de Treblinka, não entendia aquela estupidez. É uma foto extraordinária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E tem a foto do Vietnã, da bomba...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Das crianças correndo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Da criança correndo, que retrata exatamente a dor e o olhar de pavor da menina fugindo sem roupa.

Então, realmente tudo isso retrata e são coisas que a gente não esquece.

Então, a esses profissionais que mostram o mundo com a sua percepção e a sua sensibilidade é que, também como jornalista, eu avalizo, em homenagem aos fotógrafos do nosso Rio Grande, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discutir o projeto, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Crivella.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 64, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Peço à Senadora Maria do Carmo que assuma por um minuto a Presidência, porque devo relatar um projeto que está na pauta. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Passamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, de 2012
- Não terminativo -

Cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários (FNAS) e dá outras providências.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Edison Lobão
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 207, de 2012, e da Emenda nº 1-CMA.
Observações:
- Em 06.11.2012, A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA.
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srª Presidente e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 207, do Senador Eunício Oliveira, cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários e dá outras providências.

O parecer já está submetido aos Srs. Senadores e se encontra na bancada de V. Exªs.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno, opinar sobre assuntos atinentes à proteção e defesa da saúde.

Com relação ao mérito, a proposição busca estabelecer uma fonte de recursos específicos para a conversão de lixões em aterros sanitários, obrigatoriedade prevista na PNRS em seu art. 34.

Desse modo, vislumbramos que o Fundo a ser criado contribui para a diminuição dos riscos à saúde pública decorrentes da existência de lixões em muitos municípios brasileiros, que disseminam doenças e poluem os recursos hídricos com chorume, fonte de substâncias tóxicas e bactérias patogênicas.

Cabe também ponderar que os municípios não conseguiram cumprir os prazos previstos pela Lei da PNRS para a substituição dos lixões por aterros sanitários por falta de recursos. Dessa forma, a proposição contribui para a solução desse problema por oferecer uma fonte de recursos específicos para essa conversão.

No entanto, avaliamos que a proposição foi aperfeiçoada pela emenda aprovada na CMA, pois o objetivo da Lei está expresso no seu art. 9º, *caput*, que hierarquiza a ordem de prioridade a ser observada na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos. Desse modo, não convém estabelecer prioridades que entrem em conflito com o PNRS.

Portanto, pelas razões acima, consideramos que o PLS nº 207, de 2012, deva ser aprovado juntamente com a Emenda nº 1 – CMA.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, é mais para cumprimentar o autor e o Relator, mas vou pegar uma frase que achei importante na orientação do voto do Governo.

A matéria é de suma importância e busca estabelecer uma fonte de recurso e busca estabelecer uma fonte de recursos específicos para a conversão de lixões em aterros sanitários, obrigatoriedade prevista na PNRS em seu art. 34.

Veja a abrangência e a grandeza do projeto ora relatado pelo nobre Senador Edison Lobão, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira.

Meus cumprimentos a ambos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir também, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, frequentemente, os prefeitos, porque o Ministério Público também cumpre com sua função, acabam assinando termos de ajuste de conduta no sentido de dar destinação aos chamados lixões e aos aterros sanitários.

O único órgão que destina recursos é a Funasa. Mas, normalmente, esses recursos não são suficientes. Os Municípios próximos têm feito consórcios para ver se conseguem fazer, através do consórcio um aterro sanitário comum que atenda.

Mas eu acho que o projeto do Senador Eunício, brilhantemente relatado pelo nosso Presidente, vem em socorro exatamente para trazer aquilo que é preciso: uma fonte de recurso específica para que a gente possa financiar, ajudar as prefeituras a resolverem esse problema dos lixões, que são, sem dúvida, uma vergonha nacional, principalmente quando se vê famílias inteiras naqueles lixões à cata de... Até lutando pela sua sobrevivência. Eu penso que esse projeto tem esse conteúdo social muito importante. Seria fundamental que a gente pudesse criar uma fonte de recursos específica para acabar com esse problema.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Oposição/DEM - SE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2012, com a Emenda nº 1, da CMA e da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Volto a Presidência para o Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Maria do Carmo, Vice-Presidente desta Comissão, a gentileza de ter presidido no instante em que eu pronunciava o parecer sobre o projeto do Senador Eunício Oliveira.

Passo ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.

Autoria: Deputado Ronaldo Nogueira
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, com a Emenda que apresenta.
Observações:
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, antes de fazer a leitura desse projeto, eu queria ressaltar aqui uma posição minha. Eu sempre costumo ter uma posição semelhante à do

Governo quando se trata de questão de regulamentação de profissão. Eu tenho a ideia de que nós não deveríamos estar regulamentando profissões o tempo inteiro.

Obviamente, naquelas onde existe uma exigência, seja por questões do dano que pode ser gerado à população, seja por razão de segurança, isso deve acontecer. Esse caso da profissão dos detetives particulares é um caso típico.

Pois bem. O relatório é o que se segue.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de detetive particular.

Na sua parte substancial, a proposta define o profissional, conceitua as suas competências, estabelece as vedações, os deveres e os direitos do detetive particular e dispõe sobre alguns aspectos relativos à sua contratação.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, a despeito da Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2001, do Ministério do Trabalho e Emprego, que "aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação" ter classificado o detetive particular no âmbito dos agentes de investigação e identificação, código 3518, existe uma lacuna legal que deixa desamparados esses profissionais, na sua digna atividade. Ele assevera:

> As polícias resistem a qualquer regulamentação da profissão, embora seja notório que ela existe e presta serviços relevantes à comunidade. A resistência se deve à imiscuição nas atividades policiais, afetando, relativamente, a competência privativa dos policiais para a investigação criminal, por exemplo. Entretanto, consta que a maioria absoluta das investigações privadas têm por objeto a infidelidade conjugal que não mais configura infração penal (adultério).

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Análise.

A matéria insere-se na competência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pois está diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles, condições para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer. A iniciativa tem o intuito de assegurar um maior controle sobre a formação e a conduta do detetive particular, contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional, bem como valorizar a profissão e aqueles que a exercem, estimulando o ingresso de novos talentos na atividade.

O detetive particular pode ter um papel marcante em nossa sociedade. Quando chamado para prestar serviço em conflitos de ordem privada, comercial e industrial, ele pode desempenhar uma função valiosa na solução de inúmeros casos, tornando-se um verdadeiro auxiliar da Justiça.

Quando se trata, todavia, de regulamentar uma determinada profissão, há sempre o temor de que se esteja a criar uma reserva de mercado, quando, na verdade, se está estabelecendo os requisitos básicos para que curiosos não sejam admitidos como profissionais.

Vale lembrar que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de 30 do século passado, com a finalidade de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Nesse contexto insere-se a regulamentação do exercício da profissão de detetive particular. Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, esse profissional deve ter habilitação especializada e dele deve ser exigido uma conduta ética, eis que essa atividade, por permitir que ele acesse a privacidade dos indivíduos, não mais comporta amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Com a regulamentação da profissão, cria-se uma identidade, exigindo-se do detetive particular a ética profissional e responsabilizando-o tecnicamente pela sua atividade. Ademais, dá-se-lhe condições para exercer a profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício. Permite ao profissional candidatar-se a cargos específicos em empresas públicas ou não, e prestar serviços àquelas que exigem documentação profissional.

A regulamentação dessa profissão vem dirimir os pontos polêmicos acaso existentes entre os profissionais das áreas afins, especialmente as polícias federais e estaduais.

Assim, julgamos que a regulamentação pretendida vem em boa hora, eis que já são milhares os profissionais que se dedicam à profissão de detetive particular, que atingiu, ultimamente, um grau de maturidade que está a exigir uma atitude de reconhecimento e valorização de seu trabalho por parte do Congresso Nacional.

Por fim, propomos uma alteração na redação da matéria para substituir, no § 1º do art. 3º, a expressão "Conselho Federal de Educação", considerando que a denominação atual é "Conselho Nacional de Educação".

Ressaltamos, portanto, que se trata apenas de uma emenda de redação.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

O § 1º do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº. 106 de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 1º O curso de formação profissional de atividade de coleta de dados e informações de interesse privado, equivalente ao nível médio, terá o currículo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação e carga horária de, no mínimo, 600 (seiscentas horas)."

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., eu só queria dizer que, por coerência, assim como fiz no caso da profissão de fotógrafo, por analogia, eu também, naturalmente, votarei favoravelmente à profissão de detetive.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto em causa, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Item 5.

ITEM 5
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.

Autoria: Deputado Zenaldo Coutinho
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Observações:
- Em 19.08.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo).
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão,
- Vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo, que é a Emenda da CAS ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2012, é dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu queria fazer um apelo a V. Exª. Em relação a esse item 6, de minha autoria, de que é Relator o Senador Vicentinho Alves, foi feita uma grande costura nas outras comissões com a participação de inúmeros setores, inclusive do Governo, e o projeto estaria pronto para ser votado. Eu queria fazer um apelo a V. Exª para que a Senadora Regina Sousa ou o Senador indicasse fizesse a leitura do relatório para que, claro, nós o votássemos na sessão que houvesse quórum suficiente, já que ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paulo Paim, embora seja V. Exª o autor do projeto e tenha esta Presidência todas as razões para atendê-lo, devo informá-lo de que o Relator solicitou a retirada do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sem problema. O Senador Vicentinho é nosso parceiro e conversaremos com ele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Os demais projetos têm caráter terminativo e já não temos quórum necessário para esse tipo de votação qualificada.

Nessas circunstâncias, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores que aqui vieram.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia dois de setembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, José Pimentel, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 634, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de monitoramento da auditoria para avaliar o Programa Farmácia Popular do Brasil e suas deficiências nos mecanismos adotados pelo Ministério da Saúde. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1- TRAMITAÇÃO CONJUNTA.PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2014.Não Terminativo Autoria: Deputado Neilton Mulim. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula nos medicamentos manipulados. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, de 2013, Não Terminativo - Autoria: Senador Sergio Souza Estabelece a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula magistral em medicamentos manipulados para uso humano e dá outras providências. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2014; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2013, e das 3 (três) Emendas que apresenta.Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Angela Portela, que lê o Relatório em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 30, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, solicitando Audiência Pública para instruir os Projetos. A tramitação dos Projetos fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Angela Portela. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2014- Não Terminativo - Autoria: Deputado Sandes Júnior Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2010 - Não Terminativo - Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria: Senador Roberto Rocha. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012- Terminativo Autoria: Deputada Sandra Rosado. Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013 - Terminativo - Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008-Terminativo. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; da Emenda nº 1-CCJ-CDR com a Subemenda que apresenta; e da Emenda nº 2-CCJ-CDR. Resultado: Adiado Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 7 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Romero Jucá. Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012- Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do de-

pósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012- Terminativo - Autoria: Senador Lindbergh Farias. Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991. Relatório: Pendente de Relatório. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Antônio Carlos Rodrigues. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Rita. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R$ 1.600,00. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado Relatoria: Senador Dário Berger. EXTRAPAUTA ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, de 2015 Autoria: Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater o Projeto de Lei Nº 45, de 2014, de autoria do Deputado Neilton Mulim, e o Projeto de Lei Nº 533, de 2013, de autoria do Senador Sergio Souza. Os projetos tramitam em conjunto e tratam da obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula nos medicamentos manipulados. Os convidados serão indicados posteriormente. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2015 Autoria: Senadora Angela Portela. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir os programas e ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Indico a convidada expositora abaixo: Senhora Tereza Campello, Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome Resultado: Aprovado. ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2015 Autoria: Senadora Angela Portela. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Indico a convidada expositora abaixo: Senhora Ieda Maria Nobre de Castro: Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2015 Autoria: Senadora Angela Portela. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para discutir estratégias mais eficazes de prevenção e controle do câncer de colo do útero e do câncer de mama no País. Dados publicados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) e Departamento de Informática do SUS (DATASUS) corroboram que o câncer do colo do útero ainda é o quarto tipo mais comum entre a mulher brasileira. Na análise regional, a neoplasia assola a região Norte, com 23,6/100 mil mulheres. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste ocupa a segunda posição, com taxas de 22,2/100 mil e 18,8/100 mil, respectivamente. Quanto à mortalidade, é também a região Norte que apresenta as maiores incidências, com taxa padronizada pela população mundial de 10,5 mortes por 100.000 mulheres, em 2012. Já as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados. Para tanto, indico os seguintes expositores: Arthur Chioro – Ministro de Estado da Saúde; Paulo Eduardo Xavier de Mendonça – Diretor Geral do INCA (Instituto Nacional de Câncer); Giliate Cardoso Coelho Neto – Diretor do DATASUS (Departamento de Informática do SUS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Roberto Rocha, Paulo Paim, as Senadoras Angela Portela, Regina Sousa, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 634, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia de monitoramento da auditoria para avaliar o Programa Farmácia Popular do Brasil e suas deficiências nos mecanismos adotados pelo Ministério da Saúde. Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para consultas que se fizerem necessárias.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula nos medicamentos manipulados.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 533, de 2013
- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula magistral em medicamentos manipulados para uso humano e dá outras providências.

Autoria: Senador Sergio Souza
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2014; e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2013, e das 3 (três) Emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação simbólica.*

O Relator deste projeto, o Senador Marcelo Crivella, não se encontra presente. Por isso, peço à Senadora Angela Portela que o relate.

Item 1, página 13.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Apreciação do PLS nº 533, de 2013 e do PLC nº 45, de 2014, pela CAS justifica-se em razão do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, que confere a esta Comissão competência para opinar quanto ao mérito sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde.

Para decidir terminativamente sobre a matéria, este Colegiado deverá ainda opinar sobre a constitucionalidade, técnica legislativa e juridicidade da proposição do projeto.

No que tange à juridicidade, não observamos óbices à aprovação dos projetos.

No que se refere à constitucionalidade, não vislumbramos problemas, pois o inciso XII do art. 24 da Carta Magna determina que a União pode legislar de forma concorrente com os Estados e o Distrito Federal sobre a proteção e a defesa da saúde.

Quanto ao mérito, as duas proposições têm o objetivo de preencher lacuna na legislação sanitária par obrigar o fornecimento de bula e medicamentos magistrais também conhecidos como manipulados.

Cumpre informar que as normas gerais a respeito das bulas de medicamentos encontram-se na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que, por sua vez, remete à autoridade regulamentadora o detalhamento do tema. Nesse sentido, foram editadas como regulamentos dessa lei a Resolução da Diretoria Colegiada nº 47, de 8 de setembro de 2009, que estabelece regras para a elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, e a RDC nº 60, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os procedimentos no âmbito da Anvisa para alterações de textos de bulas de medicamentos e dá outras providências, ambas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Essas resoluções, porém, não propõem regras específicas para a confecção da bula dos medicamentos magistrais.

Com intenção de preencher essa lacuna normativa, as duas proposições sob análise têm o mérito de estabelecer a obrigatoriedade de que os medicamentos magistrais sejam acompanhados de suas respectivas bulas.

Todavia, o PLS nº 533, de 2013, é mais minucioso e abarca as intenções do PLC nº 45, de 2014, de modo que a eventual aprovação daquele projeto, além de obrigar a elaboração de bula magistral, proporcionará ao setor regulado informações mais detalhadas sobre a elaboração das bulas.

Sob esse aspecto – e de forma pormenorizada –, a proposição especifica os detalhes gráficos e a forma como a bula deve ser redigida, enumera as informações mínimas que devem constar do texto e determina a inclusão de frases de alerta ao consumidor, de modo a garantir adequada e segura utilização do produto.

Não obstante, ressaltamos apenas que encontramos no PLS nº 533, de 2013, inconformidades de técnica legislativa, motivo pelo qual apresentamos três emendas de redação.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2013, com as emendas que se seguem:

EMENDA Nº – CAS

Substitua-se o termo "Art. 9" por "Art. 9º" no art. 9º do Projeto Lei do Senado nº. 533, de 2013.

EMENDA Nº – CAS

Substitua-se o termo "arts. 9 e 11" por "arts. 9º e 10" no art. 11 do Projeto Lei do Senado nº 533, de 2013.

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao inciso II do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 533, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II – frases de alerta: frases que visam a dar destaque e advertências, quando necessário;

....."

Este é o relatório, Sr. Presidente, do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Ângela Portela por ter substituído brilhantemente o Senador Marcelo Crivella na relatoria deste projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, antes da discussão, eu gostaria de apresentar um requerimento de audiência pública sobre esse projeto. Eu acho que já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Regina Sousa solicita uma audiência pública para informação do projeto que acaba de ser relatado e apresenta um pedido de relacionamento dos convidados para o momento posterior. A tramitação fica, assim, suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, §4º, do Regimento Interno, aguardando a realização da audiência pública em data oportuna.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2, também da relatoria do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.

Autoria: Deputado Sandes Júnior
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014.
Observações:
- *Votação simbólica.*

O Senador Marcelo Crivella se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014.

Peço à Senadora Ana Amélia que o relate em lugar do Senador Marcelo Crivella.

Está na página 37.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vou direto à análise, meu caro Presidente, agradecendo a gentileza.

A regulação do trabalho da mulher, no Brasil, em sua gênese, teve caráter protetivo, arrimado na convicção, que se sustentou por longos anos, de que em razão de sua função de mãe de família e dona de casa e também por conta de sua condição física, o trabalho da mulher deveria ser, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Procuradora da Mulher aqui nesta Casa, submetido a restrições relativas a horários, formas e locais de execução.

Atualmente, discute-se, entretanto, em que proporção essas medidas podem se voltar contra a própria trabalhadora, constituindo óbice à sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção do estigma da "força de trabalho de segunda categoria". Temos que eliminar essa discriminação.

Nessa discussão, a sociedade brasileira vem amadurecendo, muito embora mais lentamente do que se poderia desejar, no sentido de compreender que as ações afirmativas, que não raro se traduzem num tratamento legislativo diferenciado, não devem ser extintas, mas sim mantidas, até por uma necessidade pedagógica.

A proposição em análise enquadra-se nessa situação. Mais ainda: trata-se de compreender que determinados dispositivos, muito embora criem uma certa "onerosidade" para a mão de obra, são assimilados por

todos não porque "beneficiam" a mulher, mas, antes, porque repercutem em todo o ambiente familiar, o qual, registre-se, deve ser assumido, indistintamente, por homens e mulheres.

Assim, concordamos com o teor do projeto de promover o afastamento da gestante ou lactante da atividade insalubre, sem prejuízo da percepção, enquanto durar o afastamento temporário, da sua remuneração integral, nela compreendido o adicional de insalubridade a que fazia jus.

Poder-se ia argumentar que, afastada da atividade, cessaria a exposição ao perigo, o que legitimaria a cessação do pagamento do adicional. No entanto, o comprometimento da renda da trabalhadora poderia fazer com ela buscasse formas de evitar tal afastamento, ainda que expondo a risco sua saúde e a de seu bebê.

Nesse ponto é pertinente lembrar o quanto é lastimável ainda ser necessário que a legislação venha em socorro do trabalhador porque ainda se trabalha em condições que atentam contra a sua saúde. O ideal seria que o labor, o trabalho em tais condições fosse banido do mundo do trabalho, mas, como tal ainda não é possível, necessário que haja baliza legal fazendo que somente seja utilizado quando não houver outra alternativa. Especificamente, no caso em análise, é imprescindível não penitenciar a mulher em razão da maternidade.

Aliás, esta Casa já aprovou a licença-maternidade. Lembro-me muito bem de Alcenir Guerra, que é um pediatra que chorou em Plenário, e depois, como Ministro da Saúde, foi injustiçado, mas a justiça se fez, ele foi inocentado e Alcenir Guerra tem um papel relevante nessa proteção da mulher e da criança. Depois, o pai também nessa questão.

Esse é apenas um parêntese que fiz.

O voto é pela aprovação do projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014.

Esse é o voto do Senador Marcelo Crivella, muito cuidadoso com os aspectos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem pretenda discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 76, de 2014.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme dito por V. Exª, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social. Para tanto, acrescenta o inciso VIII ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que estabelece as classes de deduções possíveis face ao imposto apurado. No mesmo sentido, muda a redação do inciso II do §1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para fixar em 6% o limite para as deduções mencionadas.

De fato, conforme argumenta o autor, não se consegue ver as razões da regulação atual. O mais prosaico senso de justiça percebe a falta de proporção entre os interesses filantrópicos de pessoas físicas, vivos na sociedade, e o seu direcionamento, em uma única direção, pelo Estado. Haverá apenas a valorização dos doadores pessoas físicas, que poderão contribuir com a sociedade do modo como lhes indicar o coração, qualificando assim o bem comum, sem prejudicá-lo em nada. Antes, pelo contrário, aumentando-o. E isso é de grande im-

portância para estimular as doações, pois enseja a que o doador se engaje no processo assistencial. Faz com que ele possa ver o valor de sua contribuição e mesmo atuar diretamente na entidade a que ajuda.

Para que os méritos descritos encontrem livre curso, faz-se necessário o oferecimento de emendas de redação, dado que o art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, recebeu, em 2012, o acréscimo de um inciso VIII, que trata de assunto diferente. Deve-se renumerar, portanto, o inciso VIII como inciso IX, tanto no art 1º quanto no art. 2º da proposição, que se refere ao novo inciso.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, com as seguintes emendas:

A Emenda nº 1, que está inscrita no relatório – não sei se há necessidade da leitura da Emenda – e altera o art. 1º, o art. 2º... Emenda de redação. O.k.

Sr. Presidente, é esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da Comissão ao Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2010, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu apresentei, estão sobre a mesa, os requerimentos que eu gostaria que fossem submetidos à aprovação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Ângela Portela apresenta três requerimentos, embasados nos seguintes termos:

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir os programas e ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Indico a convidada expositora abaixo:

• Sra. Tereza Campello: Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).Indico a convidada expositora abaixo:

• Sra. Ieda Maria Nobre de Castro: Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria:
Relatório:
Observações:

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para discutir estratégias mais eficazes de prevenção e controle do câncer de colo do útero e do câncer

de mama no País. Dados publicados pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) e Departamento de Informática do SUS (DATASUS) corroboram que o câncer do colo do útero ainda é o quarto tipo mais comum entre a mulher brasileira.

Na análise regional, a neoplasia assola a região Norte, com 23,6/100 mil mulheres. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste ocupa a segunda posição, com taxas de 22,2/100 mil e 18,8/100 mil, respectivamente. Quanto à mortalidade, é também a Região Norte que apresenta as maiores incidências, com taxa padronizada pela população mundial de 10,5 mortes por 100.000 mulheres, em 2012. Já as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados.Para tanto, indico os seguintes expositores:

• Arthur Chioro – Ministro de Estado da Saúde;
• Paulo Eduardo Xavier de Mendonça – Diretor Geral do INCA (Instituto Nacional de Câncer);
• Giliate Cardoso Coelho Neto – Diretor do DATASUS (Departamento de Informática do SUS).

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Indago à Senadora se deseja discutir os seus requerimentos. (*Pausa.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer alguns esclarecimentos.

Esse requerimento em que a gente solicita audiência pública para discutir o Sistema Único de Assistência Social o considero muito relevante, porque é o momento em que o País passa por uma crise econômica e é preciso saber a real dimensão do impacto disso nos programas assistenciais. Então, é importante saber, considerando que o Sistema Único de Assistência Social é um sistema descentralizado – Estados, Municípios e a União. A gente precisa discutir aqui nesta Comissão o funcionamento desse sistema.

O outro também é um convite para que a Ministra Tereza Campello possa estar aqui conosco prestando esclarecimentos sobre os programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Ministra Tereza Campello tem sempre demonstrado muita disposição, muito boa vontade de estar aqui na Comissão de Assuntos Sociais falando sobre as ações e programas do seu Ministério.

E o outro trata da discussão sobre o câncer do colo do útero e de mama. A gente tem dados que comprovam claramente a incidência intensa desse tipo de câncer nas mulheres, principalmente em mulheres da Região Norte.

Então, eu considerei importante a gente discutir nesta Comissão e em audiências públicas esses temas, e queria pedir a aprovação desta Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão as propostas da Senadora Ângela Portela. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, coloca-as em votação.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012.
Observações:
- Votação nominal.)

Os itens 5, 6, 7, 8, 9 e 10 são terminativos e, portanto, não há quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Falta apenas um Senador...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Falta um Senador para completar o quórum. Enquanto isso, os relatores iniciarão a leitura dos relatórios.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013
- Terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para ler seu relatório. Página 93.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu não sei... O Senador já fez o relatório dele? Já?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu gostaria, depois de feitas as leituras dos itens não terminativos, de fazer a leitura do item 7, que é terminativo, porque faltam um ou dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Adiantaríamos a leitura, porque esse relatório tem 24 páginas. E eu não vou ler as 24 páginas. Não se assustem, não vou ler as 24 páginas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ia ser complicado! (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu aprendi a ser ágil com o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o que eu vou fazer com o meu relatório aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu aprendi aqui a agilidade. Então, é um resumo. Todos os Senadores receberam a cópia, estão com a cópia do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi lido, muito bem-feito o Relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, eu gostaria apenas, se o Presidente acolher, com a aquiescência do Plenário, de fazer a leitura. É um projeto da maior relevância, então faríamos isso e, em seguida, quando tivermos o quórum, iremos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Presidência defere a solicitação de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, eu farei uma síntese, porque o projeto do Deputado Nelson Pellegrino regulamenta a profissão de salva-vidas. Houve uma série de audiências públicas, encontros e desencontros. E, ao fim, chegamos ao entendimento mediante emendas que fiz, por isso eu vou sintetizar.

O atual projeto, Sr. Presidente, tem esse objetivo, regulamentar essa profissão, que é mais do que justo. Esses homens e mulheres que salvam vidas, seja na praia, seja no rio, seja nos balneários, nas piscinas, cumprem um papel fundamental.

E eu vou direto, Sr. Presidente, na linha da Senadora Ana Amélia, dizendo que sou totalmente favorável à iniciativa. Tivemos que fazer mudanças, consequentemente o projeto vai voltar para a Câmara, para que lá se dê então a última palavra.

Eu vou ler a emenda que fiz, visando construir o entendimento daqueles que pensavam diferente.

> Art. 1º Salva-vidas são os profissionais qualificados, habilitados e aptos a trabalhar [como dizia antes] em piscinas, mares, lagos, rios, represas e em todos os ambientes aquáticos de uso público ou coletivo.
> Art. 2º.....
> IV – nadar 100 m (cem metros) em até 1min20', nadar 200 m (duzentos metros) em 3min30' e 1.000 m (mil metros) em 30min;

V – aprovação em curso profissionalizante de salva-vidas com carga mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

Parágrafo único. É garantido o exercício da profissão de salva-vidas aos profissionais que já a exerçam na data da entrada em vigor desta Lei.

Aqueles que já são salva-vidas já estão assegurados, que daí é uma prática de anos e anos, já estão assegurados. Mas, daqui para frente, nós seríamos um pouco mais, eu não digo nem rigorosos, cuidadosos para aqueles que se dedicarem a essa profissão tão importante que é de salvar vidas.

Art. 8º Aplicam-se aos salva-vidas os seguintes direitos:

I – identificação e uso de uniformes no seu local de trabalho;

II – jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

III – adicional de insalubridade, exclusivamente para os salva-vidas que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

IV – piso salarial de R$2.364,00 (dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais) por mês, reajustado anualmente pelo percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou por índice oficial que o substituir. [ou por outro índice que assim o IBGE entender, desde que seja índice que vá medir a inflação].

Parágrafo único. São aplicáveis à determinação e ao pagamento do adicional disposto no inciso III os arts. 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196 e 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Suprima-se o art. 3º do PLC nº 42, de 2013, renumerando-se os demais. [Mais uma emenda.]

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Fiz uma série de mudanças, ouvindo muito as partes interessadas, desde administradores de clubes, balneários, enfim, prefeitos, para chegar nesse entendimento. E como o projeto volta para a Câmara, a Câmara vai ter a opção de manter o original ou acatar tudo aquilo que o Senado aqui está apresentando.

É esse o Parecer, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto com essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório pelo Relator, fica adiada a votação até que obtenhamos o quórum qualificado necessário.

Item 7, de relatoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 7
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011
- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente Edison Lobão, colegas Senadoras e Senadores, a CAS começou a trabalhar este projeto quando ele foi recebido no Senado, em 2011. É de autoria de um Senador muito produtivo e Líder desta Casa, Romero Jucá.

Trata-se do PLS nº 606, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Este projeto tramitou em conjunto com o PLS nº 92, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, e o PLS nº 351, de 2012, de nosso também produtivo Senador Lindbergh Farias.

Antes da leitura do relatório – vou fazer apenas um resumo, pois são 24 páginas, mas ele está à disposição de todas as Srªs e de todos os Srs. Senadores –, eu preciso fazer um agradecimento especial, Sr. Presidente, à Clara Maria Alves de Souza, que é Assessora Parlamentar do Tribunal Superior do Trabalho.

Queria também fazer um agradecimento especialíssimo ao José Pinto, meu caro Paim, que V. Exª conhece bem e que é especialista em Direito do Trabalho nesta Casa, na Consultoria Legislativa do Senado Federal. Agradeço ao Diego Tinoco, do meu gabinete, e à Isabella, que agora nos acompanha. Faço também um agradecimento a todas as entidades dos trabalhadores e dos empregadores que participaram de todo o processo.

Agradeço, de modo especial, ao ex-Presidente do TST, Ministro Dalazen, que esteve no meu gabinete em 2011, e ao Ministro Levenhagen, atual Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que foi ao meu gabinete para que, agora na CAS, eu assumisse essa relatoria.

A essas pessoas todas eu agradeço a oportunidade de um trabalho, de uma iniciativa legislativa que diz respeito à agilização da Justiça do Trabalho para que todas as partes fiquem bem atendidas, especialmente na proteção ao trabalhador.

Então, eu vou dizer aos senhores, neste resumo, que a aprovação do PLS nº 92, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que foi apensado ao PLS nº 606, traria grande impacto processual e econômico também, pois a maioria das empresas no nosso País são micro e pequenas empresas, e não seria razoável nem justo que elas pudessem ter um benefício processual distinto dos demais litigantes. Ressalte-se que não se trata de um benefício tributário, mas meramente processual. Por essa razão, opinamos pela rejeição do PLS nº 92, de 2012, do caro Senador Eduardo Amorim, que todos nós respeitamos muito.

Já em relação ao PLS nº 351, de 2012, também do colega Lindbergh Farias, que foi Presidente da CAE, não é conveniente, neste momento, sob qualquer ângulo, a alteração das regras de correção monetária e de juros adotadas legalmente pela Justiça do Trabalho, até porque qualquer substituição é sempre sujeita a sazonalidades, devendo-se preservar critérios já utilizados há mais tempo e que respondem, de forma satisfatória, às partes envolvidas no processo trabalhista.

Segundo o Senador Jucá, autor do PLS nº 606, de 2011 – sublinhe-se agora –, a proposição assenta-se na premissa da necessidade de revisão dos trâmites do processo de execução trabalhista, em face do aprimoramento das normas de Direito Processual Comum derivadas do Código de Processo Civil, que não vêm sendo aplicadas na Justiça do Trabalho, em que pese seu caráter mais efetivo e também rápido.

Neste objetivo, pretende a atualização dos dispositivos legais atinentes ao processo de execução.

Estamos tratando apenas de alterações processuais.

Nesse sentido, o PLS nº 606, de 2011, pretende a ampliação do rol dos títulos executivos extrajudiciais, viabilizando a cobrança direta de valores inequivocamente reconhecidos em favor dos trabalhadores e a regulamentação da execução de sentenças coletivas, que são uma importante alternativa processual ao congestionamento da Justiça.

Tais alterações estariam em harmonia com a implementação do processo judicial eletrônico, eliminando-se atos processuais desnecessários – aí é a desburocratização de uma Justiça tão importante do ponto de vista social.

No âmbito da CCJ foi aprovada uma emenda substitutiva, resultado das discussões já havidas na Casa e dos ajustes acertados, com o aval do TST, de entidades representativas, de empresários e trabalhadores, estabelecendo que as regras do Código de Processo Civil, naquilo que não forem incompatíveis, serão aplicadas subsidiariamente ao processo do trabalho.

Assim, mantém-se a integração subsidiária do Código de Processo Civil, a sistemática da execução trabalhista, ressaltando a necessidade de intimação da União das decisões proferidas pela Justiça do trabalho para a preservação de seus interesses quanto às contribuições previdenciárias.

Por outro lado, o PLS nº 606, de 2011, estabelece que, na execução provisória, a liberação do depósito recursal em favor do credor e a prática de atos que importem a alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano executado na fase provisória somente poderão ser deferidos pelo juiz em caráter excepcional, nos limites do estritamente necessário para evitar dano irreparável ao credor, mas dependerão de caução suficiente e idônea prestada nos próprios autos, salvo quando o credor comprovadamente não dispuser de meios para apresentá-lo. Nesse sentido incorporou-se um novo parágrafo, o §9º, ao art. 279-A, para ressaltar que será dispensada a caução nos casos de crédito decorrente de ato ilícito, até o limite de 30 vezes o valor do salário mínimo, se o credor demonstrar situação de necessidade a ser aferida pelo juízo, conforme consta da subemenda aprovada na CAE. Mesmo com a aprovação da subemenda na CAE, reduzindo-se de 60 para 30 vezes o valor do salário mínimo para a exigência de caução, se o credor demonstrar estado de necessidade manteve-se a insatisfação das confederações dos empregadores em relação a este parágrafo. No diálogo promovido por nós com a participação do TST, da consultoria do Senado Federal e de todos os agentes envolvidos resolvemos apresentar uma subemenda, a Subemenda nº 2, reduzindo de 30 para 10 vezes o valor do salário mínimo, o limite em que a caução poderá ser dispensada nos casos de crédito decorrente de ato ilícito, fixando-se, assim, um novo limite para a exigência da caução, o que gerou a concordância de todas as partes e a possibilidade de encerrarmos, desta forma consensuada, a tramitação do projeto no âmbito do Senado Federal.

Este é o grande ganho desta proposição também. Essas alterações substitutivas ao processo de execução trabalhista trazidas pelo PLS nº 606, de autoria do Senador Jucá, como disse, no sentido de compatibilizá-lo com os anseios da sociedade por uma Justiça mais rápida, garantem ao vencedor da demanda a satisfação efetiva de seus direitos e asseguram um avanço maior e equilíbrio entre as partes.

Este é o voto, meu caro Presidente e caros colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório, fica adiada a sua votação.

Quanto ao item 10, que tem como Relator o Senador Dário Berger, e que a leitura já se deu, hipótese, portanto, em ficam adiados todos os projetos que nesta Comissão são examinados em caráter terminativo.

(São os seguinte os itens adiados:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; da Emenda nº 1-CCJ-CDR com a Subemenda que apresenta; e da Emenda nº 2-CCJ-CDR.
Observações:
- Em 04.06.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.
- Em 29.10.2014, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CDR.
- Votação nominal.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Votação nominal.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 19.08.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.)

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, nós temos ainda o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedendo, antes, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós temos o item 9, que também pode ser feita a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É isto, pode ser feito.

Vamos ao item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa, Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R$ 1.600,00.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014.
Observações:
- Votação nominal.

Concedo, então, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que lerá, como Relatora, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2009.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O projeto de lei, Sr. Presidente, de autoria da Senadora Ana Rita, Senadora pelo Partido dos Trabalhadores, que esteve conosco até o ano passado, propõe o acréscimo de um dispositivo à Lei nº 11.977, de 2009, que, entre outras coisas, dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

O dispositivo em questão delega ao Poder Executivo a atribuição de fixar um percentual orçamentário mínimo do Programa Minha Casa, Minha Vida a ser destinado a financiamentos a famílias com renda mensal de até R$1.600,00, o qual não será inferior a 15%.

O argumento de que o déficit habitacional brasileiro é mais elevado entre famílias de baixa renda foi confirmado por recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

O estudo em questão mostrou que o déficit de 10% do total dos domicílios brasileiros registrados em 2007 caiu para 8,53% em 2012, o que representava 5,24 milhões de residências. Entretanto, a redução foi menor no estrato mais baixo da população.

E aí segue dando dados da pesquisa, Sr. Presidente.

Considerando que o Programa Minha Casa, Minha Vida conta com recursos do Orçamento Geral da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as duas principais fontes que o sustentam, merecem especial consideração medidas que ampliem o seu grau de focalização, aumentando o seu impacto social. Tal é o caso do projeto de lei do Senado sob análise.

No mérito, a proposição constitui importante instrumento de enfrentamento do problema do déficit habitacional brasileiro. A autora da proposta fixou um limite relativamente baixo, apenas 15%, para que o percentual seja objeto de uma negociação interna no âmbito do Poder Executivo. Se o limite fosse muito elevado, as empresas de construção civil teriam menos interesse em participar dos financiamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Voto.

Em decorrência do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014.

Sr. Presidente, quero dizer que a Caixa Econômica, para o Programa Minha Casa, Minha Vida, dedica um percentual muito maior do que 15% para moradias de famílias de baixa renda. Aliás, acho que é em torno de 60%. O que a autora propõe é apenas legalizar, incluir na lei que nunca poderá ser inferior a 15%. Eu acho que, no mérito, não há ao que se opor. Não há ao que se opor. Não haverá impacto, mas, quem sabe, no futuro, servirá de garantia às famílias de baixa renda.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório, fica adiada a votação para a próxima reunião.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 7 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia nove de setembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, José Pimentel, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. O Senador Cristovam Buarque registra presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Lincoln Portela. Acrescenta alínea d ao art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 34, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim, solicitando Audiência Pública para instruir o PLC nº 95, de 2014. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Ana Amélia. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2010 - Não Terminativo - Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010; das Emendas nºs 1 e 2-CAE e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Regina Sousa, em substituição ao Senador José Pimentel. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE-CAS e nºs 3 a 5-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Regina Sousa. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012 - Terminativo - Autoria: Deputada Sandra Rosado. Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013 - Terminativo - Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Cristovam Buarque. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; da Emenda nº 1-CCJ-CDR com a Subemenda que apresenta; e da Emenda nº 2-CCJ-CDR. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Lídice da Mata, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. ITEM 6 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Romero Jucá. Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Lindbergh Farias. Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revo-

ga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), com as 6 (seis) Subemendas que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012, que tramitam em conjunto. Resultado: Aprovadas, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 2-CAE com as Subemendas da CAS, consolidadas na Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011. Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012, que tramitam em conjunto. A Matéria vai a Turno Suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Rita. Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R$ 1.600,00. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Dário Berger. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Marcelo Crivella, em substituição ao Senador Eduardo Amorim. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015. Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, de 2015 - Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Nos termos do disposto no artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2014. A relação dos oradores convidados será encaminhada posteriormente à Secretaria da Comissão. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque e as Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O **SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens não terminativos e oito itens terminativos, conforme a pauta previamente distribuída.

Srªs e Srs. Senadores, o Senado da República tem cumprido rigorosamente o seu papel. Diariamente, aqui nos encontramos, votando, apreciando, examinando propostas do próprio Legislativo e do Poder Executivo. Isso não é exatamente a prática de outros parlamentos. Muitos países adotam duas reuniões por quinzena, no máximo três, ao passo que o Brasil aplica-se diariamente no exame e na discussão de matérias, e o faz até profundamente, detidamente, para que cada decisão aqui tomada seja exatamente aquela que informa os melhores interesses do povo brasileiro.

Aqui na Comissão nós nos reunimos semanalmente e examinamos, do ponto de vista técnico, todas as decisões que nos são encaminhadas, ligadas ora a interesses da saúde, ora a interesses do trabalho e a diversos outros pontos culminantes que requerem manifestação parlamentar em torno de matérias que nos são oferecidas.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Edison Lobão, a Comissão de Assuntos Sociais tem cuidado muito dos temas que são hoje a grande dor de cabeça dos brasileiros, seja no campo da saúde, seja no campo do trabalho. Aqui está o Senador Paulo Paim, que tem dado tanta prioridade a esses dois temas, mas especialmente à questão do trabalho. E nós temos operado aqui de maneira, na condução de V. Exª, a dar eficiência e eficácia à pauta de matérias relevantes, hoje com várias matérias terminativas que precisam de quórum especial.

Eu tenho a convicção... Ontem, na Comissão de Educação, presidida pelo Senador Romário, nós precisávamos de 14 votos, e conseguimos votar, limpar a pauta no dia de ontem. Então, não tenho dúvida de que hoje também conseguiremos.

Acho que o plenário ontem, para a alegria de todas as áreas que demandavam soluções, tomou a dianteira de matérias de grande impacto social, e uma delas foi a PEC 71, que foi muito trabalhada, especialmente pelos Senadores do Mato Grosso do Sul: o nosso colega Senador Waldemir Moka, muito ativo e atuante nesta Comissão; o Senador Delcídio do Amaral e a Senadora Simone Tebet. Eles foram, digamos, os verdadeiros artífices neste processo para trabalhar uma iniciativa que foi anterior a essa do Senador Paulo Bauer, no sentido de que aqueles colonos – como assim nós os chamamos no sul –, aqueles pequenos agricultores, cujas terras tivessem sido identificadas pela Funai, ou pelos órgãos responsáveis, como áreas que pertencem aos indígenas, para fins de demarcação, como determina a Constituição, haviam provocado conflitos sociais muito graves, alguns com violência, morte de pessoas e ameaça de tensão no campo. Isso aconteceu, mais agudamente, no Mato Grosso do Sul e também no meu Estado, no Rio Grande do Sul. A situação é igualmente tensa, especialmente na Reserva do Mato Preto, que abrange três Municípios, o Município de Getúlio Vargas, o Município de Erechim, e há também problemas em Sananduva. E, nessa Reserva de Mato Preto, são pequenos – pequenos! – agricultores, agricultores familiares, que estão há várias gerações ali.

Há uma discussão também sobre as questões processuais na demarcação. Nenhum de nós daqui questiona o rito constitucional, o Direito Constitucional da demarcação das terras, que legal, histórica e antropologicamente pertençam aos indígenas, isso não se discute. A questão é exatamente como esse rito se processa, como são feitos os laudos, mas também sobretudo a proteção dessas pessoas, dessas famílias que estão há muitos anos ali.

E no Rio Grande do Sul, nós conhecemos porque são agricultores que vieram aqui depor com apoio de entidades, da Fetag, da Fetraf, que deram grande cobertura, porque são pequenos agricultores, não são áreas grandes, até porque nessa região não existem áreas grandes, Senador Edison Lobão, Senador João Alberto que nos dá o prazer.

Então, o que foi decidido ontem é que para efeito da demarcação daquela área que está ocupada por esses pequenos agricultores – isso tem a ver com questão social, por isso trago aqui, para elogiar a decisão tomada ontem na aprovação da PEC, em dois turnos, a PEC 71 – isso agora traz, pelo menos, um alento de que haverá pacificação no campo. Daquela área não haverá apenas a indenização das benfeitorias, mas da terra que ele comprou há muito tempo, de boa-fé, com documentação, tudo legalizado. Isso acontece não só para o Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, mas para todo o Território brasileiro.

Acho que foi um ganho, Senador Edison Lobão, caros colegas Senadores, ontem no sentido dessa pacificação. O Ministério da Justiça também teve uma atuação importante nesse processo. Nós temos, então, uma boa expectativa de que os temas sociais também virão e é claro – a Senadora Vanessa que estava aqui agora há pouco e todas as mulheres da votação –, também em 2º turno, uma PEC que dá ampliação à participação das mulheres no processo político brasileiro.

Acho que foram conquistas relevantes que nós não podemos deixar de reconhecer e tenho certeza de que hoje na pauta, como também em matérias importantes, vamos avançar mais uma vez.

Obrigada, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, também para registrar, Sr. Presidente, que ontem comuniquei também à Casa o agradecimento à Mesa da Câmara, porque a partir de ontem se iniciou o campanha do Setembro Amarelo, que é justamente uma campanha da Organização Mundial de Saúde para combater suicídios no mundo. O Brasil tem uma média de 25 suicídios e não está entre os países

em que mais se cometem suicídios, como a América Latina toda, que possui um índice menor, mas ainda é um índice alto e há um crescimento no mundo inteiro de cerca de 60% do índice de suicídios.

Isso é extremamente importante como campanha de saúde. Aqui se trata da Comissão que trata da questão da saúde.

A Organização Mundial de Saúde já considera hoje o suicídio uma questão de saúde pública, dado o grande crescimento em todo o mundo. Por isso, eu convido as Srªs e os Srs. Senadores a fazerem nas suas redes sociais a publicação do #acreditonavida, em defesa da vida contra o suicídio, para que nós possamos dar continuidade a essa importante campanha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta alínea d ao art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.

Autoria: Deputado Lincoln Portela
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Eu não era sequer nascido.

Como o Senador Marcelo Crivella não se encontra presente, eu peço à Senadora Ana Amélia que, em seu lugar, relate essa matéria, p.13.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Havia até me inteirado da orientação que o Ministério da Justiça dá sobre esse tema, Senador.

Essa matéria é interessante, eu vou diretamente à análise dela para facilitar a agilidade processual aqui, na nossa Comissão.

No tocante ao mérito desta iniciativa, ela trata, na verdade, de reconhecer empresas de sociedades declaradas de utilidade pública, definindo prazos em relação a elas. E este tema tem suscitado muito debate, e também o próprio Ministério da Justiça está sugerindo uma audiência pública para prosseguir na negociação. Eu queria até elogiar a orientação do Ministério da Justiça porque prefiro esta àquela que simplesmente diz "não, não pode, não dá, e não é competência da Comissão ou do Congresso". Então, preciso elogiar a atitude do Ministro José Eduardo Cardozo e da equipe do Ministério em relação a este assunto.

A análise, vou direto.

No mérito desta matéria que trata da questão das empresas de interesse público, compartilhamos do entendimento do autor da matéria, o Deputado Federal Lincoln Portela. De fato, dois anos, é o prazo que ele está sugerindo, se mostram mais que suficientes para a aferição ou avaliação do funcionamento de uma organização. Após o prazo, este de dois anos, comprovados os requisitos do art. 1º da Lei nº 91, de 1935, ela poderá ser declarada de utilidade pública, uma organização que funcione como tal.

A proposição não incorre em vício de inconstitucionalidade formal, já que a matéria não é de iniciativa privativa do Presidente da República, mas da União. Tampouco fere as cláusulas pétreas ou qualquer dos princípios colimados na Constituição Federal, nem com eles desarmoniza.

Nenhum óbice, porém, quanto à juridicidade, haja vista a matéria inovar o ordenamento jurídico e com ele estar em perfeita sintonia. Com exceção do mencionado decreto, que atualmente estabelece em três anos o prazo para a mesma declaração de utilidade pública e terá este dispositivo de seu texto tornado sem efeito pela superveniência da Lei ora em debate, dada a sua inferioridade no plano das normas.

Por fim, entendemos que o projeto poderia ser aperfeiçoado, no que diz respeito à técnica legislativa. Dizemos isso por duas razões: primeiro, parece-nos um tanto exagerado aplicar a regra da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, sobre o primeiro artigo como enunciador do objeto, a leis que visem simplesmente alterar leis já existentes; segundo, acreditamos que o conteúdo que se quer veicular para a nova alínea da proposta pode ser perfeitamente inserido na já existente alínea "b" do art. 1º da Lei nº 91, de 1935.

São, nesse sentido, portanto, as emendas que apresentamos. No caso, o Senador Marcelo Crivella.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2014, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

Emendas da CAS ao PLS nº 95:

Suprima-se o art. 1º da PLC nº 95, de 2014, renumerando-se os demais.

A outra Emenda:

> No art. 2º do PLC nº 95, de 2014, altere-se o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, para que passe a viger com a seguinte redação:
> "Art. 1º. .....
> .....
> b) que sirvam desinteressadamente à coletividade e estejam em efetivo e contínuo funcionamento nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores, com observância dos estatutos;
> ....."(NR)

Referindo-se às empresas de utilidade pública.

Essas são as duas emendas apresentadas pelo Relator, Senador Marcelo Crivella, e o voto é pela aprovação com essas duas emendas.

Então, esse é o relatório que faço com muita honra, *ad hoc*, ao Senador Marcelo Crivella.

Pela aprovação com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, coloco em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, só fiquei com uma pequena dúvida, Senadora Ana Amélia, só quero contribuir. V. Exª falou da possibilidade de uma audiência pública. Qual é a sua opinião sobre essa questão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Paim – estou falando com o especialista em audiência pública, V. Exª –, eu acho que, quando o Ministério da Justiça... Quem é que autoriza e dá o registro de empresa de interesse público é o Ministério da Justiça, essa lei é de 1935 e o projeto do Deputado Lincoln está reduzindo de três para dois anos. A empresa de utilidade pública tem um tratamento tributário diferenciado, entendo que, em uma hora dessas, há também uma certa prudência do Ministério nesses aspectos, porque é uma responsabilidade que ele tem, já que é a autoridade responsável pela aplicação dessa lei no caso das empresas de interesse público. Se V. Exª propuser – eu, como Relatora, tenho que apresentar o relatório, que foi pela aprovação –, se V. Exª acolher isso, eu penso que seja de bom alvitre e de boa iniciativa, até para ver o convencimento real de todos os pares da Casa em relação a este tema tão importante, mas que, ao mesmo tempo, suscita algumas dúvidas. A redução do prazo é uma questão, vamos reduzir a burocracia, eu luto por isso, mas também temos que ver o impacto que isso possa representar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, nós todos sabemos que o instituto da audiência pública é extremamente útil, ele ajuda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A instruir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ... a melhorar cada vez mais os projetos. Sucede que, neste caso, nós já estamos em processo de votação. Portanto, se tivesse sido um pouco antes, nós poderíamos acatar a sugestão de V. Exªs.

Embora estejamos ainda na discussão da matéria, o razoável é que a audiência pública tivesse sido solicitada no início da apreciação do projeto. Então, eu sugiro a V. Exª e à Senadora Ana Amélia que, neste caso, desistam da audiência pública. Saibam que, se V. Exªs insistirem, eu submeterei ao Plenário desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, eu apenas... Por uma reflexão rápida, pelo material que eu recebi, da mesma forma que a Senadora Ana Amélia, três ministérios pedem, pelos mesmos argumentos que ela usou, que seria bom fazer uma audiência pública não sendo contra o projeto, mas para instruir melhor o projeto. E, inclusive, eu iria falar com o Senador Crivella, poderíamos marcar com brevidade essa audiência pública, aprofundarmos o debate sobre a questão, – ali são três ou dois anos o que pega de fundo –, o que seria melhor, enfim, para as próprias entidades que estão postulando essa mudança.

Nós temos dois caminhos, é uma pena que o Senador Crivella não esteja aqui, porque, assim mesmo, como a matéria está em discussão, eu poderia pedir vista e apresentar um requerimento de audiência pública. Seria um caminho, mas...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vou colocar em votação a proposta de V. Exª, com o adendo da Senadora Ana Amélia. Os senhores que estiverem de acordo com a audiência pública para este projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Espero agora a indicação das autoridades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos encaminhar, junto com a Senadora Ana Amélia, o requerimento para essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E peço aos dois ilustres Senadores que formalizem por escrito o requerimento que acabamos de votar.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2010
- Não terminativo -

Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010; das Emendas nºs 1 e 2-CAE e das 3 (três) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 19.04.2011, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

O Senador José Pimentel não se encontra presente, então peço à Senadora Regina Sousa que leia o relatório do Relator.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia, Presidente, Senadores, Senadoras. Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, da Senadora Maria do Carmo Alves, que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, da Senadora Maria do Carmo Alves, que define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

De acordo com o art. 2º do projeto, pelo menos 40% dos membros dos conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista da União serão mulheres, sendo facultado às empresas, todavia, o preenchimento gradual desses cargos, exigindo-se 10% até o ano de 2016, 20% até 2018, 30% até 2020 e 40% até 2022.

O art. 3º do projeto, por sua vez, determina a observância do disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas), no que couber, em relação aos direitos e deveres dos membros de administração das empresas em questão, bem como no tocante aos requisitos e impedimentos para participação nos referidos conselhos.

Finalmente, o art. 4º prevê que as instruções necessárias ao cumprimento da lei resultante da aprovação do projeto serão editadas em regulamento, enquanto o art. 5º fixa o prazo de trezentos e sessenta dias, a partir da data de publicação da lei, para o início de sua vigência.

Na justificação, a autora sustenta que "a proposição demonstra a compreensão de que é necessária a iniciativa direta do Estado para que sejam efetivados os imperativos constitucionais de igualdade e contribui para a construção de uma cultura de respeito à dignidade de mulheres e de homens".

Além disso, destaca que, "diante desse quadro, o projeto representa um passo decisivo do Congresso Nacional na afirmação das ações positivas em favor da igualdade de gênero. Ademais, ajuda a colocar o País em situação de paridade com a legislação mais avançada do mundo em relação aos direitos de homens e mulheres", como, por exemplo, a Noruega, que aprovou lei semelhante em 2003.

Antes de ser submetida ao exame deste Colegiado, a proposição foi enviada à análise prévia da Comissão de Assuntos Econômicos, que opinou pela aprovação da matéria com duas emendas.

A primeira delas altera o art. 2º do PLS para prever que, no cálculo da porcentagem de mulheres que farão parte dos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, será desprezada a fração, se inferior a meio, e fixada em um, se igual ou superior a tanto.

A segunda emenda suprime o art. 4º do projeto, que prescreve a edição de regulamento, visto que essa atribuição, a ser exercida pelo Presidente da República, já está prevista na Constituição Federal.

Em seguida, a proposição seguiu para exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual iria se pronunciar terminativamente a respeito. Foi aprovado, contudo, requerimento enviando a matéria a esta Comissão de Assuntos Sociais. A proposição chegou a ser arquivada ao final da 54ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Contudo, após aprovado requerimento, foi desarquivada e retornou à análise da CAS. Após esse exame, a proposição voltará à CCJ, que a apreciará em decisão terminativa.

Finalmente, em 2012, foi realizada audiência pública no âmbito desta Comissão a fim de discutir a matéria.

Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que afetem relações de trabalho e assuntos correlatos, caso da proposição que ora examinamos.

Ademais, não vislumbramos na proposição quaisquer óbices, formais ou materiais, de natureza constitucional ou jurídica.

No mérito, a proposição se apresenta altamente relevante, ao consagrar o princípio constitucional da igualdade, pretendendo instituir ação afirmativa a fim de alcançar a igualdade material entre homens e mulheres em determinados cargos de direção da Administração Pública Federal Indireta.

Com origem na política de ação afirmativa do direito norte-americano, a despeito de possuir características diversas daquela iniciativa quanto à abrangência e força normativa, a discriminação positiva possui na Constituição Federal de 1988 um pilar para a sua efetivação, conquanto não haja sido explicitamente mencionada naquele texto.

Com efeito, já no preâmbulo constitucional, o Estado brasileiro é compelido a "assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)".

Dentro dessa previsão constitucional, a discriminação positiva, como veiculada pelo projeto, cria prerrogativas de ajuste na coletividade, para a correção de flagrantes discrepâncias.

Em números atuais, embora o nível de ocupação das mulheres no mercado de trabalho seja superior a 47%, o percentual de cargos ocupados por mulheres nos conselhos de administração das 20 maiores empresas públicas brasileiras não passa de 6,3%.

Para fim de reverter esse quadro, o projeto parte da implantação de um cronograma gradual, que se concretizará totalmente em 2022, prazo considerado razoável para que a cultura atual, que leva ao preenchimento de cargos mais relevantes por homens, amadureça e possa ser revertida.

Leve-se em consideração que pesquisas indicam o fracasso de ações voluntárias, tentadas em outros países, na tentativa de inserir a mulher nas posições de poder dentro das empresas. Ante o insucesso de ações voluntárias, abre-se a necessidade de uma abordagem prescritiva por parte do legislador.

O projeto, a propósito, incorpora ao nosso ordenamento medida já implantada, com sucesso, em diversos países europeus. Na Noruega, por exemplo, a lei de 2003 determinou que 40% dos membros dos conselhos das empresas societárias sejam mulheres. Além disso, na Holanda, na França e na Espanha, foram aprovadas leis sobre o tema em 2007, tendo sido previsto prazo de oito anos para o cumprimento. A aprovação deste projeto, portanto, levará o Brasil a se juntar a outros 22 países com cotas para as mulheres, sejam por empresas estatais ou de capital aberto.

Além disso, a proposição atende a um dos Objetivos do Milênio (ODM), da Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é um dos signatários: ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Em relação às emendas da Comissão de Assuntos Econômicos, observamos que o art. 4º do PLS realmente deve ser suprimido, uma vez que a Constituição Federal, no inciso IV do art. 84, já confere expressamente ao Presidente da República competência para expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis, não cabendo ao Poder Legislativo impor àquela autoridade atribuição que lhe foi conferida pela Constituição Federal.

Igualmente oportuna a Emenda nº 1 da CAE, ao detalhar a forma de cálculo da cota de mulheres nos conselhos de administração das entidades em tela.

Além disso, em homenagem à boa técnica legislativa, apresentamos outras três emendas ao texto original.

Em atendimento aos ditames da Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração de leis, a fim de conferir maior clareza e precisão ao art. 2º, parágrafo único, oferecemos a primeira

emenda, para substituir a expressão "fica facultado às empresas" por "fica facultado às entidades a que se refere o *caput*", uma vez que sociedades de economia mista e empresas públicas constituem entidades da Administração Pública e poderiam ser confundidas com entidades privadas, fora do escopo do projeto.

Em segundo lugar, acolhendo sugestão apresentada na referida audiência pública, apresentamos emenda para deixar claro que a ação de discriminação positiva se refere a conselheiros titulares, e não suplentes, expressando o espírito original do projeto.

Finalmente, haja vista o decurso de prazo entre a apresentação do projeto, em 2011, e o trâmite que o mesmo ainda irá seguir até a eventual aprovação, sugerimos a terceira emenda, ajustando os prazos para o gradual preenchimento desses cargos.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, com as duas emendas oferecidas pela Comissão de Assuntos Econômicos e, ainda, com as seguintes emendas:

Emenda da CAS:

Substitua-se, no *caput* do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, o termo "membros" pela expressão "membros titulares".

Emenda da CAS:

Substitua-se, no parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, o termo "empresas" pela expressão "entidades a que se refere o *caput*".

E a terceira:

Dê-se aos incisos I a IV do parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 2º . .....

.....

I – dez por cento, até o ano de 2018;

II – vinte por cento, até o ano de 2020;

III – trinta por cento, até o ano de 2022;

IV – quarenta por cento, até o ano de 2024."

É o relatório lido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAE e da CAS, e nºs 3 a 5, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

O item 3 foi retirado de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012.
Observações:
- *Votação nominal.*)

O item 4, que tem o Senador Paulo Paim por Relator, já teve o relatório lido.

O item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; da Emenda nº 1-CCJ-CDR com a Subemenda que apresenta; e da Emenda nº 2-CCJ-CDR.
Observações:
- Em 04.06.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.
- Em 29.10.2014, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CDR.
- Votação nominal.

A Senadora Gleisi Hoffmann não se encontra presente. Eu peço à Senadora Lídice da Mata que leia o seu relatório, p. 66.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente e demais Senadores, trata-se do Projeto do Senador Cristovam Buarque que modifica o Estatuto da Cidade para instituir diretrizes a serem observadas pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para a moradia de trabalhadores domésticos.

Tive inclusive, Sr. Presidente, a oportunidade de conhecer esse projeto na CDR, votando-o. O projeto ganhou parecer da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann e depois da Senadora Lúcia Vânia.

O relatório da Senadora Lúcia Vânia, de autoria do Senador Cristovam Buarque, diz que o Projeto em pauta pretende alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, para instituir diretriz a ser observadas pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está certo. Muito obrigada. Mas é o mesmo.

Para garantia de condições dignas nas instalações reservadas à moradia e área de serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, ergonomia, conforto, privacidade e qualidade de materiais e equipamentos utilizados.

Na justificação, argumenta-se no sentido de que a atual diretriz de simplificação da legislação urbanística pode "levar à redução física dos espaços habitacionais, a ponto de torná-los inóspitos e até ofensivos à condição humana, como tem ocorrido especialmente em relação às dependências destinadas aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas".

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa. Cabe agora à CAS analisar o projeto, em decisão terminativa. Tendo em vista que os aspectos jurídicos já foram objeto do parecer da CCJ, o parecer da CAS deve ater-se ao mérito da proposição.

Análise.

As edificações devem ser construídas de tal modo a propiciar ao ser humano condições adequadas de iluminação, ventilação, ergonomia, privacidade, acessibilidade e conforto. Esta pode ser considerada uma diretriz implícita da política urbana, que objetiva, nos termos do art. 182 da Constituição Federal, "garantir o bem-estar dos habitantes da cidade".

As más condições habitacionais vivenciadas por grande parte da população brasileira demonstram, no entanto, que ainda falta muito para torná-la uma realidade.

A preocupação original do Senador Cristovam Buarque com os trabalhadores domésticos é justificada, pois se trata de um segmento da classe trabalhadora particularmente afetado por cômodos e dependências subdimensionados e mal projetados. A inserção no Estatuto da Cidade de uma diretriz voltada especificamen-

te para esse setor poderia, no entanto, indicar uma não preocupação do Congresso Nacional com as demais parcelas da sociedade brasileira, o que evidentemente não é o caso. Consideramos, portanto, que, ao estender a exigência de "padrões adequados de acessibilidade e conforto" a todas as dependências internas das edificações, as emendas CCJ/CDR contribuem para aperfeiçoar o projeto.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Senadora Gleisi dá um passo adiante, estendendo as condições que estavam previstas para beneficiar as dependências de trabalhadores domésticos para o conjunto das habitações.

Acho que é uma emenda extremamente positiva, Sr. Presidente, porque moderniza o projeto, criando a obrigatoriedade de se dar estas condições ao conjunto da habitação que se pretende construir.

Muitos dos novos apartamentos que estão sendo construídos em nosso País já vêm sem dependência para a empregada doméstica ou o empregado doméstico, justamente pela evolução das leis trabalhistas em nosso País – e até da Constituição Federal –, que tornam menos atrativa a contratação de empregados domésticos que durmam na casa – até porque também é uma opção, hoje, desses trabalhadores.

Portanto, eu creio que o projeto, modificado através da emenda da Senadora Gleisi, tem um caráter mais abrangente, é meritório.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, e das Emendas nºs 1 e 2 das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a seguinte subemenda:

Substitua-se o numeral "XVIII" por "XIX" no art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conforme proposto na Emenda nº 1 – CCJ/CDR ao PLS nº 212, de 2008.

Sala da Comissão.

É esse o parecer.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata pela leitura, como Relatora *ad hoc,* do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que se encontra presente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Lobão, apenas para agradecer o parecer da Senadora Gleisi, reconhecer que ela aprimorou o projeto com a sua emenda, agradecer a leitura, com a simpatia forte, claramente manifestada, da Senadora Lídice e dizer que nós estamos no 127º aniversário da abolição da escravatura e ainda temos senzalas nos apartamentos onde nós moramos – aqui, praticamente todos nós.

O que a gente tenta é incrementar a qualidade da parte habitacional de cada residência das classes média e alta que ainda têm trabalhadores domésticos para que possam viver em condições mais dignas.

Eu creio que nós não vamos demorar muitas décadas para que de fato o trabalho doméstico fique uma coisa excepcional, de super-ultrarricos, como é nos países que a gente chama de desenvolvidos por aí afora.

Então, meu agradecimento aos pareceristas, *ad hoc* e à Gleisi, que fez realmente parecer, e o meu pedido de aprovação deste projeto nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Cristovam, trata-se de um projeto que aqui tramita em caráter terminativo e, por consequência, ele exige a presença de um quórum especial, que ainda não temos.

Em razão disso, adiaremos a votação, mas, antes, ouviremos a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Queria parabenizar o Senador Cristovam Buarque, por esse belíssimo trabalho, a Senadora Lídice da Mata, que atuou como Relatora *ad hoc* agora, e a Senadora Gleisi Hoffmann, pela relatoria, mas tenho uma ponderação, e V. Exª, que me antecedeu, a mencionou.

Acredito que, realmente, a empregada doméstica, no Brasil, está acabando, mas vai durar algum tempo. Fico pensando se não poderíamos fazer uma emenda de volta com o nome "empregado doméstico", porque é um acinte o que se vê nesses apartamentos. Não há nem janela e mal cabe a cama. Aí, a sala do imóvel tem 700 metros às vezes.

Então, é um espanto! Não sei se, regimentalmente, poderíamos fazer uma emenda a isso, porque me parece que a relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann é melhor, no sentido de que tira essa mácula, como se quase não existisse, e nós não teríamos mais esse problema na vida.

Porém, nesse sentido, isso é um pouco irreal, porque ainda vai existir, como disse o Senador Cristovam Buarque, por mais algum tempo. Sabemos como são as construtoras e o mercado imobiliário. Sabemos como são valorizados esses metros quadrados, quando estão na sala e não no cubículo da empregada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy, ainda é possível a apresentação de emendas, porque nos encontramos na fase da discussão. Todavia, formalizada a emenda

de V. Exª, haveremos de submetê-la ao exame da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que esperamos esteja presente na próxima reunião. Se ela aqui não vier também na reunião próxima, a Senadora Lídice da Mata voltará a relatar.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Então, enviarei a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Fica, portanto, retirada a matéria.

Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal.

Autoria: Senador Romário e outros
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

O Senador Eduardo Amorim não está presente neste momento.

Peço que o Senador Marcelo Crivella, como Relator *ad hoc*, leia o relatório do Senador Eduardo Amorim, na p. 218.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório do Senador Eduardo Amorim, item 10, pela aprovação.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que, em seu art. 1º, acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para determinar que o Sistema Único de Saúde atualize periodicamente o rol de exames para rastreamento de anormalidades do metabolismo em neonatos, tendo, como fundamento, as evidências científicas e os aspectos epidemiológicos, étnicos, sociais, econômicos e éticos que envolvem esse tipo de triagem.

O art. 2º, cláusula de vigência, estabelece que a lei, caso aprovada, entre em vigor na data de sua publicação.

Os autores justificam que a triagem neonatal é muito importante, vez que pode impedir que recém-nascidos aparentemente saudáveis sofram sequelas causadas pela falta de tratamento precoce de algumas doenças metabólicas. No entanto, os proponentes esclarecem que seis grupos de doenças são alvo das políticas brasileiras de rastreamento, enquanto muitos outros países têm modernizado suas diretrizes sanitárias para realizar exames que detectem um número maior de doenças no processo de triagem neonatal.

O projeto, que não foi objeto de emendas, foi distribuído para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

É atribuição desta Comissão opinar sobre as proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise. Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Ainda em consonância com o art. 61 da Constituição, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela é permitida a parlamentar.

Isso posto, consideramos não haver óbices quanto à constitucionalidade da proposição. Não há reparos, também, quanto à técnica legislativa empregada ou à sua juridicidade.

O inciso III do art. 10 do ECA estabelece que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como a prestar orientação aos pais. Tal rotina é denominada triagem neonatal.

A triagem neonatal (TN), popularmente conhecida como Teste do Pezinho, consiste na realização de exames laboratoriais em recém-nascidos, a fim de que se identifique, de maneira precoce, a ocorrência de doenças genéticas – geralmente erros inatos do metabolismo – ou de doenças infecciosas, antes do período sintomático dessas enfermidades.

A definição de quais doenças devem ser alvo do rastreamento é questão fundamental para a formulação de um programa de TN. Os critérios habitualmente usados têm, como referência, sugestões apresentadas em documento publicado pela Organização Mundial da Saúde.

Existe hoje grande discussão sobre quantas e quais doenças devem ser abrangidas pelos programas de TN. Alguns defendem a realização do maior número possível de diagnósticos. Outros questionam a estratégia de oferecer resultados sobre um grande número de doenças para as quais há pouca ou nenhuma evidência de benefícios no tratamento dos pacientes. Assim, conforme demonstram os autores da proposta em comento, os programas de triagem neonatal ao redor do mundo variam em relação às doenças que são abrangidas por seu rastreamento.

A melhoria da tecnologia dos laboratórios permitiu a análise, em um único ensaio, de todos os aminoácidos e acilcarnitinas presentes na amostra de sangue do recém-nascido. Com isso, houve uma expansão das condições passíveis de triagem, o que gerou uma corrida pelo aumento de doenças a serem escolhidas pelos programas de TN em todo o Planeta.

Enquanto vários países atualizaram seus programas de triagem neonatal, cobrindo um conjunto expandido de doenças, o Brasil tem mantido um número pequeno de afecções entre aquelas rastreadas pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN).

Dessa maneira, entendemos que o PLS sob análise contribui para a modernização periódica do PNTN (Programa Nacional de Triagem Neonatal) e mantém a coerência técnica que essa política pública deve ter, ao estabelecer que a elaboração do rol de doenças a serem cobertas pelo programa observará as evidências científicas sobre os exames de rastreamento para elas disponíveis, bem como seus aspectos epidemiológicos, étnicos, sociais, econômicos e éticos.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente, do nosso Relator, que é médico e, portanto, tem toda a autoridade para acatar e aprovar o projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Gostaria de comentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia e o Relator, porque o projeto não é bom, mas excepcional, pela sua magnitude e por atingir principalmente a raça negra. As crianças da raça negra, com o exame do pezinho, têm uma real chance de serem tratadas. A raça negra é a raça mais suscetível a esses problemas que o teste do pezinho detecta, na qual são mais repetentes.

Esse projeto foi implantado quando fui prefeita de São Paulo, o Teste do Pezinho para toda população. O resultado, em termos de prevenção de doenças, é extraordinário. Realmente, é um projeto que devemos votar. Devemos aplaudir essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o projeto. Votação nominal.

Os Srs. Senadores que o aprovam responderão "sim".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Queria dizer que voto "sim". Agradeço ao Senador Crivella, que foi Relator *ad hoc,* e ao Senador Eduardo Amorim. O comentário da Senadora Marta Suplicy é confortante e esclarece bem a relevância dessa prevenção.

Muito obrigada.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella, Relator, "sim".

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por ele respondeu.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu gostaria de pedir o apoio dos Senadores. Todos os temas terminativos já foram esclarecidos. Temos – o Senador Paim que está aqui e apresentou o relatório – o item 6, que é muito importante. Gostaria de pedir a V. Exª para darmos uma acelerada agora para votar esse terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Votaremos todos com a presença dos Srs. Senadores.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013
- Terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 02.09.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Votação nominal.

Eu consulto o Relator Paulo Paim se deseja tecer alguma consideração sobre o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, aproveitando o quórum...

Regulamenta essa profissão tão importante desses profissionais. Ponto!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem, só para também fazer um registro rápido, parabenizando o Senador Paim, que fez um relatório substitutivo muito competente.

Trata-se de um projeto do Deputado Nelson Pellegrino, da Bahia. Eu tive a possibilidade de, quando prefeita de Salvador, pela primeira vez, fazer um concurso para os salva-vidas daquela prefeitura. Trata-se de um pleito dessa categoria encaminhado ao Congresso Nacional através do Deputado Nelson Pellegrino. Quero aplaudir e aprovar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Senador Paim, "sim".

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Sim", com cumprimentos ao autor e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O projeto foi aprovado à unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A aprovação se deu do projeto e das Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A Senadora Marta quer sair. Se pudermos votar o item 6 só, porque essa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Votaremos o 6.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, o item 6. Peço a atenção dos Srs. Senadores, neste caso são três votações do item 6. Portanto, aos Senadores que votarem no primeiro peço que permaneçam para se repetir a votação.

ITEM 6
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011
- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012
- Terminativo -

Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012
- Terminativo -

Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.

Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), com as 6 (seis) Subemendas que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012, que tramitam em conjunto.
Observações:
- Em 23.06.2015, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo) e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012.
- Em 10.12.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012.
- Em 02.09.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 606, de 2011, que tem preferência regimental, ressalvadas as subemendas da Relatora.

Em votação.

Os Srs. Senadores que responderem "sim" estarão aprovando o projeto.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia é a Relatora, "sim".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Autora... Não, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo. (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – "Sim". Desculpe-me.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, eu gostaria de votar "sim", com a Relatora. Apenas fazendo um pequeno comentário sobre os salva-vidas, prestando uma homenagem a eles.

Nesses momentos de mudança de maré, de ondas altas, só mesmo um náufrago, uma pessoa que está na angústia das ondas é que sabe o valor da mão estendida de um salva-vidas.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Paim e também todos os valorosos homens, rapazes e moças que no meu Estado e pelo litoral do Brasil exercem essa função extraordinária, que é a do salva-vidas.

Desculpe-me, Presidente, por interromper. Eu precisava deixar consignado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para lembrar que a autoria, quero resgatar, é do Deputado Nelson Pellegrino. Só isso. Só fui o Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Deputado baiano.

A ele também nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin, como vota?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovado à unanimidade.

Aprovado o substitutivo

Contudo, se os Srs. Senadores puderem votar em globo e repetir o resultado da votação anterior para subemendas da Relatora.

Consulto ainda os Srs. Senadores se podemos votar em globo os Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, ambos de 2012, que tramitam em conjunto e receberam parecer pela rejeição.

Quem vota com a Relatora vota "não" aos projetos.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Quem vota com a Relatora, vota "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu voto com a Relatora, Senadora Ana Amélia, "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não."

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, já votou.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Não".
Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovadas, em turno único, a Emenda nº 2 da CAE, com as subemendas da CAS, consolidada na Emenda nº 3 (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011. Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nºs 92 e 351, que tramitam em conjunto.
A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento.
Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Item 9, Sr. Presidente. Também já foi lido o relatório do item 9.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O item 8 já foi lido:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R$ 1.600,00.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014.
Observações:
- Em 02.09.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Votação nominal.

Lido o parecer e não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação o projeto, que será também nominal.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É o item 8.
Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a relatoria
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".
Senadora Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim", com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Maria do Carmo.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – "Sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vanessa, a Relatora, "sim".
Aprovado o projeto de lei por unanimidade.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos, do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Elmano Férrer, José Pimentel, Romero Jucá, Vicentinho Alves e das Senadoras Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: ofício da Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria que avalia a eficácia do serviço na Rede de Atenção à Saúde no Estado e Município do Rio de Janeiro; Acórdão nº 2.149, de 2015, do Tribunal de Contas da União, sobre o Relatório Final nº 3.000, de 2014, da Senadora Ana Amélia, relativo à avaliação da Política Pública Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014, da CAS; e Aviso nº 1.019, que encaminha cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União para avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher. A presidência informa que o devido material ficará à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2012. - Não Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Lopes. *Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Romário. ITEM 2 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Romero Jucá. Ementa do Projeto: *Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.* TRAMITA EM CONJUNTO - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim. Ementa do Projeto: *Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.* TRAMITA EM CONJUNTO - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Lindbergh Farias. *Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art.39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.*Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012 - Terminativo - Autoria: Deputada Sandra Rosado. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.* Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. *Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.* Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Ficam adiados os seguintes itens: ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, de 2010 - Terminativo - Autoria: Senador Magno Malta. Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2010; ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Blairo Maggi. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012. Relatoria: Senador José Pimentel; ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Ruben Figueiró. Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin; ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2014

- Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senador José Pimentel; ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senador Dário Berger; ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Acir Gurgacz. Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer o piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e Auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2014. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Usam da palavra os Senadores Dalirio Beber, Otto Alencar, Romero Jucá e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria que avalia a eficácia do serviço na Rede de Atenção à Saúde no Estado e Município do Rio de Janeiro.

Informo que o devido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica ainda o recebimento, por meio eletrônico, do Acórdão nº 2.149, de 2015, do Tribunal de Contas da União, sobre o Relatório Final nº 3.000, de 2014, da Senadora Ana Amélia, relativo à avaliação da Política Pública Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2014, da CAS.

Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.019, que encaminha cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União para avaliação da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

O item 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes e que tem como Relator o Senador Romário, não será examinado em virtude de ter o Relator solicitado a retirada da pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Eduardo Lopes
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.)

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2011
- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Romero Jucá

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2012
- Terminativo -

Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2012
- Terminativo -

Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.

Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Observações:
- Em 09.09.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em turno único, a Emenda nº 3-CAS (substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011.
- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

A Relatora da matéria, Senadora Ana Amélia, não está presente pelo fato de estar cumprindo missão do Senado Federal no exterior, mas S. Exª manifestou total interesse na votação final deste projeto em decisão terminativa.

Em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Tem a palavra o autor da matéria, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, cumprimentando toda a Comissão e V. Exª, quero registrar que, também a pedido da Senadora Ana Amélia, me comprometi a estar aqui hoje nesta reunião, para que pudesse ajudar no debate deste projeto que considero extremamente importante.

O projeto é de minha autoria. Há uma contribuição também importante do Senador Eduardo Amorim e do Senador Lindbergh Farias, que apresentaram projetos que tratam do mesmo tema, e a Senadora Ana Amélia, como de costume, com sua extrema competência, sua objetividade, construiu um substitutivo extremamente relevante para os trabalhadores brasileiros.

Do que trata este projeto? Discuti o projeto com o Tribunal Superior do Trabalho e com o Ministério Público do Trabalho. E partimos de uma premissa, a de que, depois de julgados os casos trabalhistas e em execução, só em torno de 30% dos trabalhadores brasileiros efetivamente recebiam seus direitos após o trâmite desse procedimento, porque havia um cipoal de desvios, de chicanas, de qualquer tipo de manobra jurídica que atrasavam a realidade do recebimento do trabalhador, que foi dispensado e que precisava ter a sua remuneração.

Esse projeto foi discutido com os setores empresariais, com as confederações, com a Febraban. Enfim, com todos os setores que também, em tese, defendem que a Justiça do Trabalho seja célere, mas justa e, portanto, que evite excessos que penalizem o setor produtivo.

Então, a Senadora Ana Amélia conseguiu, volto a dizer, com a sua competência, criar um processo em equilíbrio em que todos os segmentos colocaram as suas verdades relativas e ela construiu uma convergência de propostas que transforma esse projeto em um instrumento importante para o trabalhador brasileiro.

Então, vim aqui dar esse testemunho, falar da importância do projeto, agradecer ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Presidente Dalazen, ao Presidente Levenhagen, enfim, a todos os Presidentes e Ministros do TST que trataram com prioridade essa matéria.

Eu apoio o substitutivo da Senadora Ana Amélia e entendo que é muito importante para esta Casa que possamos votar essa matéria e remetê-la à Câmara dos Deputados.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discutir o projeto em pauta, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário* desta Casa.

Cumprimento o Senador Romero Jucá, autor da proposição, pela excelente iniciativa, assim como a Senadora Ana Amélia por ter realmente conduzido um bom trabalho no exame dessa matéria.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade.

Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012.
Observações:
- Votação nominal.

Como não temos ainda o quórum devido para a votação, que está em caráter terminativo, indago do Sr. Relator Senador Otto Alencar se deseja ler o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, como não há quórum para deliberação, vou retirar o projeto e solicitar que seja colocado na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Retirado, então, de votação o presente projeto.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012
- Terminativo -

Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012.
Observações:
- Em 19.11.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Contrário ao Projeto.
- Votação nominal.
Pergunto a S. Exª se deseja fazer a leitura do seu relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Exatamente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 63, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, propõe alteração no art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

O PLS nº 63, de 2012, altera a redação do §1º do art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir o adicional por tempo de serviço no rol das verbas que integram o salário, como as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens, abonos pagos pelo empregador.

A proposta também acrescenta um novo parágrafo (§4º) ao art. 457 da CLT, que institui um novo benefício de natureza trabalhista, denominado adicional por tempo de serviço. Assim, incorpora-se ao salário do trabalhador, a cada três anos de vigência do contrato de trabalho, o adicional de tempo de serviço, cujo valor é fixado em 5% do salário básico mensal igual ou inferior a faixa salarial de até dois salários mínimos, até o máximo de 50%.

O art. 3º da proposição dispõe que a norma se aplicará aos contratos em curso na data de entrada em vigor da legislação e o art. 4º estabelece que a vigência seja iniciada 180 dias após a publicação da lei.

Inicialmente, a proposição havia sido distribuída somente à Comissão de Assuntos Sociais, mas, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 999 e 1.000, de 2012, a matéria foi objeto de deliberação também na Comissão de Assuntos Econômicos, onde teve aprovado parecer pela rejeição, em 19 de novembro de 2013.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Da análise.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado, compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em decisão terminativa.

As alterações promovidas na legislação que regula a remuneração dos empregados inserem-se no campo do Direito do Trabalho, cuja competência é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, no que se refere aos seus aspectos formais.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada à lei complementar, motivo pelo qual a proposição ora apresentada é adequada para a disciplina da questão em exame.

Note-se, por fim, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, inciso III.

No que tange à constitucionalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem o projeto.

No mérito, ressaltamos estar o autor imbuído da melhor das intenções, ao pretender atribuir ao empregado um novo direito social de natureza remuneratória: o adicional por tempo de serviço.

Dispõe a nova redação atribuída ao §1º do art. 457 da CLT que, somadas as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens, abonos pagos pelo empregador, já integrantes do salário, será agora também acrescido o adicional por tempo de serviço, como parte integrante do salário, para todos os fins.

Temos preocupação que as alterações propostas pelo PLS nº 63, de 2012, possam ter efeito inverso ao pretendido, pois pelo projeto, aplicam-se aos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos e, via de regra, esses empregados possuem baixo nível de qualificação, sendo esses facilmente substituíveis. Se aprovada, a proposta poderá tornar mais grave a questão da alta rotatividade no mercado de trabalho nessa faixa salarial.

Com essa iniciativa, o autor gera um custo suplementar para a manutenção dos trabalhadores possuidores de mais tempo de casa, criando um incentivo para a troca do mais antigo, porque mais oneroso, pelo mais novo, mesmo em prejuízo da experiência.

Outro ponto merecedor de nossa aplicação é que a proposição em análise por essa Comissão interpõe a importância do caráter regulador da negociação entre patrões e os empregados, já tão falha em nosso País, por força do excesso de regras que restringem tal prática. A experiência já tem demonstrado que permitir a li-

vre negociação entre as partes produz melhores resultados para o mercado de trabalho, ressalvada a garantia dos direitos trabalhistas evidentemente.

Com efeito, esta Comissão de Assuntos Sociais, não pode deixar de levar em consideração o atual cenário econômico e uma das maiores conquistas sociais dos últimos anos, a formalização do mercado de trabalho.

No segundo trimestre de 2015, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apontou uma redução de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, queda de 157 mil em relação ao trimestre anterior e 971 mil em comparação com o mesmo trimestre de 2014.

Na atual crise econômica brasileira, os setores que mais cortaram empregos formais e informais foram o da construção civil, agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; setores, como todos sabemos, possuírem força de trabalho, na sua maioria, com uma menor qualificação, portanto dentro da faixa salarial que a proposta visa a conceder o novo direito de natureza remuneratória. A aprovação da proposta ora em análise poderá agravar a retração dos empregos formais.

Diante do exposto, em nossa opinião o tema proposto pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, apesar de meritório, deve estar reservado ao campo da negociação coletiva, em que as partes têm condições de avaliar cada situação no seu particular, sem a generalização imposta por uma lei.

Salvo melhor juízo, esse é o nosso parecer.

Voto

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto do Senado nº 63, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lido o relatório pelo Relator Dalirio Beber, ficam a sua discussão e votação adiadas pela inexistência ainda de quórum qualificado.

Os relatores dos demais projetos de caráter terminativo também não se encontram presentes. Em virtude disso, encerro a presente reunião, convocando outra para a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 4 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 09 DE JULHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia nove de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Maria do Carmo Alves e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 105, de 2015, de iniciativa do Senador Hélio José, para debater: "A situação jurídica do Assentamento 26 de Setembro, localizado em Brasília às margens da rodovia DF-001". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra: Fábio Fuzeira, Representante da Deputada Distrital Telma Rufino; Fabiana Torquato, Diretora Extraordinária de Regularização Fundiária de Interesse Social da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP; Bernardo Issa, Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Edmilton Gomes, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro; Deputado Federal Roney Temer. Às dez horas e treze minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Hélio José que chama para compor a segunda mesa os seguintes convidados: Hector Carlos Barreto Leal, Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do GDF; Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA DF e entorno; e a Deputada Federal Érika Kokay. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: João Aquino, representante da Associação de Apoio a Família de baixa renda do DF e entorno; Carlos Souza, Advogado; Aldenora Maria de Oliveira, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Cana do Reino. Fazem uso da Palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e nove minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 105, de 2015, da CDH, de autoria de um dos melhores Senadores do nosso Congresso Nacional, o Senador Hélio José. (*Palmas.*)

A iniciativa brilhante desse Senador, que teve o apoio de toda a Comissão de Direitos Humanos, visa a debater o tema "A situação jurídica do Assentamento 26 de Setembro, localizado em Brasília, às margens da rodovia DF-001".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Conforme conversei aqui com o Senador Hélio José, nós teremos duas Mesas. Ele vai presidir os trabalhos. Vou acompanhá-lo aqui. Eu sou convidado dele, porque hoje ele é meu Presidente. Pela importância do tema, fiz questão de estar junto com ele aqui.

Vamos formatar a primeira Mesa. O Senador Hélio José fará uma pequena exposição para situá-los, já que, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, está sendo transmitido este evento não só neste momento, pois ele também vai ser replicado ou reproduzido posteriormente.

Aproveitando a presença do Senador, que vai abrir, repito, outro evento – ele vai explicar isto depois – e volta, de imediato, para cá, quero chamar para a primeira Mesa Fábio Fuzeira, representante da Deputada Distrital Telma Rufino.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido também Fabiana Torquato, Diretora Extraordinária de Regularização Fundiária de Interesse Social da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap). (*Palmas.*)

Convido Bernardo Issa, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (*Palmas.*)

Convido Edmilton Gomes, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra ao autor do requerimento, o Presidente de fato desta nossa audiência pública, que é o Senador Hélio José, para quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

É um Senador brilhante, que sempre tem estado, aqui, no Congresso, ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade e de todos os aposentados e pensionistas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero dar um bom-dia a todos e dizer que a esta Casa todos são muito bem-vindos.

Quero agradecer ao Senador Paim, um dos Senadores desta Casa que mais representam a nobreza, a dignidade. Ele, realmente, tem calor humano, pois é uma pessoa que sabe da importância de defender os direitos humanos. Por isso, o Senador Paim já é, pela segunda vez, Presidente desta Comissão, escolhido por todos nós. É uma pessoa que está no Congresso desde a época da Constituinte, como Deputado Federal por vários mandatos e como Senador no seu segundo mandato. Então, é uma pessoa tarimbada, é uma pessoa que, realmente, defende os direitos humanos e que, por isso, é o nosso Presidente.

Então, quero agradecer suas palavras.

Quero dizer um bom-dia caloroso a todo mundo do 26 de Setembro que está aqui. (*Palmas.*)

O Assentamento 26 de Setembro tornou-se possível após o Decreto nº 17.502, de 10 de julho de 1996, do Governo do Distrito Federal, que autorizou a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal a outorgar licenças de ocupação precária em terras rurais. Entretanto, passados quase 19 anos, o referido assentamento segue sob condições precárias. Segundo a Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro, aproximadamente dez mil pessoas vivem hoje no local. Assim, entendemos ser fundamental debater os motivos pelos quais a moradia de tantas pessoas segue sob temerosa insegurança jurídica.

Essas foram as motivações lógicas para estamos aqui. Nós atrasamos um pouquinho porque eu estava em uma reunião com o Ministro.

Como preciso abrir o Seminário do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) na Câmara – serão sete minutos apenas –, o Senador Paim, a quem agradeço muito por estar aqui presente, vai dar prosseguimento aos trabalhos. Vou à Câmara e volto imediatamente para cá, para seguirmos juntos. O.k., pessoal?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu, grande Senador Hélio José!

Vamos, de imediato, passar a palavra para os nossos convidados, lembrando que, na segunda Mesa, teremos Hector Carlos Barreto Leal, Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do GDF, Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-DF e Entorno), e Erika Kokay, Deputada Federal.

Quero também dizer que está presente aqui o Deputado Federal Roney Nemer.

Deputado, sinta-se em casa! Se faltar cadeira, sente-se aqui à mesa comigo. Pode sentar-se aqui, à mesa, se falta cadeira. Sente-se aqui, Deputado! Sente-se aqui!

Como sempre faço aqui em audiência pública, Deputado Federal e Senador usam a palavra sempre que entenderem que é chegado o momento. Se aqui houver algum Deputado Estadual – chamamos Deputado Estadual no Rio Grande; aqui, chama-se Deputado Distrital –, é só me comunicar, que também terá direito à palavra.

Vamos, então, à primeira Mesa.

Deputado, no momento em que entender, V. Exª pode participar.

O SR. RONEY NEMER (PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – É que vou para o evento com o Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos lá!

O Deputado usa da palavra neste primeiro momento porque vai ter de acompanhar o nosso Senador Hélio José em outro evento.

O SR. RONEY NEMER (PMDB - DF) – Bom dia a todos e a todas!

Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Paim, e agradecer ao Senador Hélio José e a todos os moradores do 26 de Setembro.

Agradeço ao Fábio, representante da Deputada Distrital Tema Rufino, com quem fiz várias reuniões no 26 de Setembro.

Acho que boa parte de vocês teve oportunidade de participar das reuniões que fizemos lá.

Sou arquiteto urbanista. Haverá uma homenagem ao Dia Nacional do Arquiteto. Então, não tenho como faltar ao outro evento. Mas o Paulo, que é meu assessor, está aqui.

Levante-se, Paulo, para o pessoal vê-lo.

Ele é meu assessor. Está aqui me acompanhando e me monitorando desde o início.

Quero dizer a vocês que fico triste só de não ver ninguém representando a Agefis aqui, neste seminário. Deveria haver aqui um representante da Agefis, que, infelizmente, opera as ações que incomodam tanto vocês. Falo isto porque sou auditor fiscal da Agefis – acho que a maioria de vocês sabe disso – e porque também fui Presidente da Agefis. O que tem incomodado muito vocês são exatamente as ações da Agefis, que vai para a derrubada, o que é ruim. Só que não é o auditor da Agefis que decide isso. Ele é mandado. Nós, fiscais do Estado, somos iguais aos oficiais de Justiça: somos demandados. O Estado decide, ou a Terracap decide, ou o ICMBio decide – alguém pede –, ou um vizinho denuncia, ou o Ministério Público pede, e ele vai lá para fazer a ação. Só discordo, muitas vezes, da forma como a ação é feita. Tem de ser feita com respeito ao ser humano, porque ali há uma família, e família é a coisa mais importante que existe.

O Senador Hélio José fez esta propositura – eu até a assinei também – de fazer uma revisão da reserva, dos limites. Vocês estão lá... Muitos foram colocados numa política de governo. Cheguei aqui cedo, eu estava ali e ouvi o Senador Hélio José dizer de quando iniciou o 26 de Setembro. Depois, a grande maioria foi para lá porque estava morando de aluguel ou porque estava morando de favor na casa de alguém, com dificuldade. E lá teve a oportunidade de habitar. São pessoas de boa-fé, são famílias de boa-fé. Então, fico muito feliz com a determinação do Senador Hélio José de fazer esse trabalho. Por isso, assinei o documento com ele. Vamos estar juntos, assim como a Deputada Distrital Telma Rufino.

Estou no Gabinete 572 da Câmara Federal agora. Eu queria agradecer a todos que nos ajudaram a chegar a este primeiro mandato como Deputado Federal. Estamos no Anexo III, no Gabinete 572, à disposição de vocês. O Paulo está aí, tem cartão para entregar para todo mundo. O celular é o mesmo que tenho há 20 anos. O fixo mudou, porque saímos da Câmara Distrital, depois de 12 anos como Deputado Distrital, no DF, e agora estamos no primeiro mandato como Deputado Federal.

Vou encerrar. Não vou me prolongar, não, mas quero deixar aqui meu apoio, minha solidariedade.

O Fábio sempre trabalhou na minha equipe e agora está emprestado para a Telma Rufino. Ele é parceiro e amigo.

O Paulo está aqui acompanhando os trabalhos também. Vamos estar, *pari passu*, acompanhando todo o desenrolar dos trabalhos, para que possamos dar tranquilidade às famílias que moram no 26 de Setembro.

Agora, eu queria aqui dizer uma coisa: eu tive uma reunião com a Presidente da Agefis, a Bruna, e ela disse que a decisão de governo é a de que quem está lá morando de julho de 2014 para trás não vai ser retirado de lá. Isso vai ser estudado. Quem está morando lá de julho de 2014 para cá não pode fazer obra nova. O Governo tomou a decisão de que obra nova deve ser derrubada. Isso já tranquiliza boa parte das famílias.

Mas o tema aqui não é esse. Aqui, vamos discutir com o ICMBio, principalmente, que é um órgão muito sério e muito capaz, essa possibilidade de a gente rever as poligonais e rever a incompatibilidade que dizem haver na existência de vocês morando no 26 de Setembro.

Eu, como arquiteto urbanista que sou – e boa parte de vocês sabe disto –, projetei nove cidades aqui, no DF. Eu o fiz como arquiteto urbanista. Assim começou minha vida política. A gente pôde, muitas vezes, vencer alguns parâmetros técnicos e, com uma decisão política, conseguir colocar muitas pessoas morando.

O que não dá é para ficar nesta angústia de acordar todo dia com medo de encontrar uma máquina à sua porta para derrubar sua casa. A família, que é a coisa mais importante que temos na vida, não aguenta essa pressão, essa angústia, essa insegurança.

Por isso, eu, a Deputada Telma Rufino e o Senador Hélio José estaremos ombreados para ajudá-los, para que possamos dar tranquilidade a todas as famílias de vocês.

Obrigado pela oportunidade.

Um abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Roney Nemer, que deu sua contribuição.

Ele terá de ir a outro evento.

Vamos, então, continuar nosso debate aqui chamando para usar da palavra, representando aqui a Deputada Distrital Telma Rufino, o Sr. Fábio Fuzeira.

Lembro que o tempo é de dez minutos, no máximo. Quando se chega aos nove minutos, a campainha toca.

O SR. FÁBIO FUZEIRA – Bom dia a todos!

Agradeço o convite do Senador Hélio José e do Senador Paulo Paim.

Peço desculpas em nome da Deputada Telma Rufino, que está se submetendo a uma série de exames de saúde.

É um assunto, como o Deputado Roney falou, que a gente acompanha já há muito tempo. Pessoalmente, eu o acompanho desde 2007, quando houve a composição do PDOT, quando já havia uma demanda forte de regularização.

Senador, guardadas as devidas proporções, vejo que é um caso semelhante ao do Núcleo Rural Boa Esperança II, para o qual o Deputado Roney Nemer também fez uma audiência. É uma área na ponta do Lago Norte em que há uma ocupação residencial, exclusivamente residencial. A Flona também alcança esse parcelamento.

No momento da audiência, o ICMBio se mostrou simpático à ideia de redução da poligonal, porque a redução da poligonal é que viabiliza a possibilidade de regularização, é o ponto em que o assentamento ou o parcelamento passa de irregular para passível de regularização.

Só para os senhores ficarem informados, havia, na Câmara Federal, um projeto de lei que reduzia e compensava essa poligonal. Talvez seja o mesmo caminho, e o ICMBio se manifesta de que forma isso pode ser feito ou não.

Em nome da Deputada, eu reforço que nós estamos acompanhando, pois é dever do Poder Legislativo do Distrito Federal fiscalizar as ações de governo.

O Deputado Roney Nemer salientou a ausência da Agefis. Eu também sinto falta do pessoal da Segeth (Secretaria de Gestão de Território e Habitação), do DF, que poderia falar mais sobre o zoneamento.

De nossa parte, cabe à Comissão de Assuntos Fundiários o papel fiscalizador das decisões do Poder Executivo e o acompanhamento das ações na Câmara Legislativa, se houver a indicação de um projeto ou se houver, como conversamos aqui com o Presidente da Associação, uma desafetação de área para remanejamento ou realocação.

De nossa parte, eu novamente peço desculpas e agradeço o convite. Nós estamos, na Comissão de Assuntos Fundiários, presidida pela Deputada Telma Rufino, à disposição da comunidade da Colônia Agrícola 26 de Setembro, do Senado e da Câmara Federal.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Fábio Fuzeira, representante da Deputada Distrital Telma Rufino.

Vamos passar a palavra, de imediato, à Srª Fabiana Torquato, Diretora Extraordinária de Regularização Fundiária de Interesse Social da Agência de Desenvolvimento do DF, Terracap, que tem o mesmo tempo de dez minutos.

A SRª FABIANA TORQUATO – Bom dia a todos!

Eu também quero agradecer o convite e cumprimentar os senhores representantes, o Dr. Fábio, o Senador Paulo Paim e o Dr. Bernardo e pedir desculpas, porque o Presidente da Terracap gostaria de ter vindo, mas não pôde comparecer em razão de outros compromissos.

A Terracap, na verdade, tem observado a movimentação que tem acontecido no assentamento. Concordo com o fato de que a Segeth deveria estar aqui conosco para discutir a possibilidade de reordenamento da área. Essa área tem sido observada e tem sido motivo de várias conversas dentro da Terracap e do Governo do Distrito Federal no intuito de providenciar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora poderia falar um pouco mais perto do microfone? Quem está no fundo não a está ouvindo.

A SRª FABIANA TORQUATO – O.k.

Bem, como eu dizia, na verdade, é interesse de todos que possamos chegar a um consenso, que as famílias sejam atendidas a fim de alcançarem melhor qualidade de vida e que possamos, de fato, encontrar uma solução, que não é simples nem vai ser a curto prazo, porque teríamos de mexer com leis, decretos, alterar o PDOT, a destinação de áreas, talvez reordenar o solo. Mas é interesse de todos, sim, que a comunidade se sinta em paz e tenha espaço garantido para o seu sustento.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Fabiana Torquato, que falou pela Terracap.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Bernardo Issa, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O SR. BERNARDO ISSA – Bom dia a todos!

Sou Bernardo Issa. Sou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Eu queria cumprimentar o Senador, os demais membros da Mesa, e dizer que o nosso Presidente, Cláudio Maretti, que, recentemente, assumiu a Presidência do ICMBio, não pôde estar presente em razão de outro

compromisso e me pediu que, na qualidade de representante da Coordenação Regional do ICMBio que cuida da região do Distrito Federal, o representasse na Mesa.

Nós cuidamos, então, da Floresta Nacional de Brasília, da APA do Descoberto, que também está ali, e, aqui, no Distrito Federal, da APA do Planalto Central, do Parque Nacional de Brasília, enfim, de um conjunto de unidades de conservação criadas em diferentes momentos históricos, algumas já com o viés, de alguma maneira, de controlar o uso do solo, o parcelamento irregular do solo que, em determinado momento, ocorria aqui em Brasília.

A Floresta Nacional de Brasília é uma importante unidade de conservação. Ela tem 4 mil hectares e protege, além da flora e da fauna, uma biodiversidade importante. Há, inclusive, espécies endêmicas ameaçadas de extinção que ocorrem nos quatro setores em que a Flona é dividida. Além disso, ela protege também importantes mananciais e cabeceiras de rios que, no caso do 26 de Setembro, contribuem para o Lago Paranoá e, em outros setores da Flona, para a barragem do Rio Descoberto.

De fato, quando a Floresta Nacional de Brasília foi criada, havia um assentamento oficial do Distrito Federal na área, chamado 26 de Setembro, que continha 137 famílias. No evoluir dos anos, houve o decreto de criação da Flona. A maior parte das áreas da Flona pertencia à Terracap. Previa-se que a Terracap deveria repassar essas terras para o Ibama – na época, era o Ibama o órgão que fazia a gestão das unidades de conservação –, para a implantação, de fato, da Flona. A mesma coisa ocorreu com outro pedaço da Flona, a Área 3, em que havia o Assentamento Maranata, mas em menor escala, pois eram menos famílias.

De lá para cá, a Floresta Nacional, a área do 26 de Setembro sofreu um processo de parcelamento do solo, de invasão e de grilagem. Esse processo se intensificou, num passado recente, nos últimos anos. O Ibama e o ICMBio não conseguiram conter esse processo como deveriam. Em algum momento, o 26 de Setembro recebeu o maior contingente de vigilantes contratados. O maior contrato de vigilantes patrimoniais que existia no ICMBio era o da área do 26 de Setembro.

A missão do ICMBio é cuidar da biodiversidade. A soma total das nossas unidades de conservação é de quase 10% da área do Território nacional. É muito pontual o problema do 26 de Setembro. Nós temos que saber dosar a nossa energia a fim de conseguir controlar e proteger importantes áreas de todos os biomas brasileiros, na Amazônia, na Mata Atlântica, aqui no Cerrado, no Sul, lá no bioma do Pampa, etc.

O esforço do ICMBio tem sido bastante grande, na medida do que é possível fazer para controlar aquela área. Portanto, desenvolvemos uma parceria com o Governo do Distrito Federal, com o Batalhão de Policiamento Florestal e com a Agefis. As ações da Agefis, de fato, são combinadas com o Instituto Chico Mendes e visam a coibir esse parcelamento intensivo, esse processo de grilagem, mas atuando, como combinamos e como o Deputado citou, nas ocupações ultrarrecentes.

Eu queria apenas aqui registrar a presença de Júlio Falcomer, Chefe Substituto da Flona, e do Marcelo Knust, Analista Ambiental da Flona também

E gostaria de dizer que já tivemos duas oportunidades, numa audiência aqui, no Senado, e outra na Câmara dos Deputados, de tratar da possibilidade de desafetação da Flona. A partir daí, temos mantido conversas com o Governo do Distrito Federal. Mais recentemente, a partir de uma provocação da Deputada Erika Kokay, o Governo do Distrito Federal e o ICMBio se sentaram à mesma mesa, junto com o Ministério do Meio Ambiente, e estamos criando um grupo de trabalho que vai avaliar a possibilidade de desafetação da área.

Agora, uma brincadeira: essa palavra desafetação, desafeto... Temos que fazer com afeto, de modo a não perder áreas importantes para a conservação da biodiversidade, mas a ganhar. Por isso, estamos nos sentando à mesa com o Distrito Federal para ter uma avaliação da biodiversidade, do conjunto da biodiversidade que temos hoje no Distrito Federal, e para que possamos, então, concentrar os nossos esforços no sentido de criar unidades de conservação em outras áreas que atualmente não estão tão bem protegidas como deveriam estar por conter uma biodiversidade importante e para que, quanto às áreas em que, eventualmente, não há uma biodiversidade tão significativa, como é o caso do 26 de Setembro, em que já se perdeu bastante, possamos partir para outra solução.

É esse o quadro, e a discussão está feita. Órgãos como Terracap, Incra e SPU vão participar do debate, e pretendemos ter uma solução em breve.

A desafetação da Flona só pode ocorrer por meio de um projeto de lei específico. Por isso, estamos examinando com muito cuidado esse conjunto, para que se possa tratar não só da Flona, mas também de outras áreas que tenham problemas eventuais. Na APA do Planalto Central há uma área importante, a Arniqueiras, que tem um contingente de população e que não tem tanto significado para a proteção hoje. Há problemas pontuais, como o do Núcleo Boa Esperança, que o companheiro citou, que, na verdade, é uma área afetada pelo Parque Nacional de Brasília. É um pequeno problema pontual que houve na ampliação do Parque. Então,

queremos fazer um concerto do conjunto dessas áreas a fim de concentrar os nossos esforços onde realmente interessa e de atuar de maneira mais efetiva e eficaz.

Nós compartilhamos a preocupação de vocês, somos parceiros e estamos sempre abertos às conversas com associações e moradores para discutir, mas estamos amarrados por um problema legal. Nós somos os gestores daquela área e temos as nossas responsabilidades, mas pretendemos fazer isso sempre em conversa, em acordo, em entendimento com quem está afetado, da mesma maneira que nós, pela existência da Flona.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Muito bem, Bernardo Issa, que falou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Vamos, agora, para o Sr. Edmilton Gomes, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro.

O SR. EDMILTON GOMES – Bom dia, Senador Paulo Paim, que tem sido um parceiro nosso nesta Comissão de Direitos Humanos, uma pessoa muito humana!

Como eu também atuo como dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), estou sempre nesta Casa, onde tenho contado sempre com o apoio do Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Agradeço ao Senador Hélio José por esta oportunidade, assim como a todos os moradores e demais autoridades que aqui estão.

É importante fazer um relato do 26 de Setembro.

O assentamento foi criado em 10 de julho de 1996, pelo então Governador Cristovam Buarque, hoje Senador, com 137 pessoas. Em seguida, no governo Roriz, mais 105 pessoas foram assentadas no 26 de Setembro. Em 1999, foi editado um decreto presidencial que tinha a intenção de criar naquela área uma Flona, não por ali existir flora e fauna, mas, sim, acredito, por uma questão de governo, de briga de governo naquela época. E, para que se tornasse uma área de Flona, essa área teria que ser passada da Terracap para o Governo Federal, o que não aconteceu até hoje. Portanto, essa Flona não foi, na verdade, consolidada.

Eu também sou do Conselho da Flona. Em nossas discussões, vimos, pelo que foi discutido ali, que não há interesse de que a Flona permaneça naquela área. Isso ficou bem visível nas discussões. Então, nós precisamos afetar em outro local. Nós, como entidade, já indicamos essas áreas, e o Governo do Distrito Federal tem trabalhado nessa questão. Então, nós precisamos fazer isso o mais rapidamente possível.

Esta audiência pública é muito importante, e nós deveremos ter uma audiência pública na Câmara já em agosto. E na última reunião foi formada uma comissão para trabalhar isso com o Governo do Distrito Federal e com o Governo Federal.

E é importante que se diga que nós vamos fazer já 20 anos no Assentamento 26 de Setembro. E, como se diz hoje, é iniciar uma... Não dá para chegar e dizer: "Não, aquelas pessoas que estão lá, nós vamos resolver de outra forma, não vamos permitir que elas permaneçam". Isso seria uma grande injustiça.

A gente sabe que nós temos, em média, 60 anos de vida e que aos 20 anos de idade é que se está começando a vida, pode-se dizer assim. E aí nós vamos perde 20 anos de trabalho, 20 anos de sofrimento? O Governo, além de não ajudar essas pessoas, perseguia os moradores do 26 de Setembro, que foi o que aconteceu até o momento, até hoje.

Nós tivemos uma audiência pública aqui, nesta Casa, em que o Senador Rodrigo Rollemberg, na época, fez uma audiência pública no mesmo sentido de desafetar a questão da Flona. Mas parece que, quando se passa para o outro lado, para o governo, então pensa-se diferente.

Nós precisamos que o hoje Governador Rodrigo Rollemberg repense essa questão, para que, com todos os órgãos do Distrito Federal e com o Governo Federal, nós possamos revogar essa questão de Flona, para termos um pouco de dignidade naquele local. Por exemplo, hoje, as estradas estão intransitáveis, mas elas não podem ser arrumadas porque a área pertence a uma Flona. Então, nós precisamos, de uma vez por todas, resolver essa situação do 26 de Setembro, para que as famílias permaneçam lá, para que parem com as derrubadas.

Nós temos também que parar com as construções – isso é público e notório. Eu venho fazendo essa campanha diuturnamente. E a gente com isso, muitas vezes, é até ameaçado de morte por pessoas que querem continuar. Mas nós devemos ter uma ação concreta deste Governo, para que as famílias lá possam permanecer e possam resolver essa questão aqui, no Senado Federal, e que, na Câmara Federal, a gente possa avançar e ter o decreto revogado ou ter um projeto de lei para desafetar a questão da Flona.

São mais de 10 mil moradores que estão lá no 26 de Setembro e precisam ser respeitados na sua integralidade. É este o apelo que eu faço aos Senadores, aos Deputados, ao Governo do Distrito Federal e ao Governo Federal.

Agradeço, mais uma vez, ao nobre Senador Hélio José, que tem sido um parceiro, que tem sido um companheiro nesta luta para que a gente possa desafetar e para que as famílias possam dormir em paz no 26 de Setembro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos e minhas amigas, eu vou propor que os convidados da Mesa retornem ao plenário porque, em seguida, nós teremos uma segunda Mesa, que será coordenada pelo autor do requerimento, o Senador Hélio José.

Eu vou ter que me retirar neste momento – ele já vai formatar a segunda Mesa –, mas, antes, queria cumprimentar os nossos convidados pela posição aqui expressada. E permitam-me que eu também dê meu ponto de vista.

Estou há quase 29 anos aqui, em Brasília. Cheguei na época da Constituinte e já são 4 mandatos de Deputado Federal e 2 de Senador. Eu vivo muito aqui em Brasília e vi muitos, muitos condomínios da chamada elite desta região do DF que eram irregulares e que agora, muitos deles, estão legalizados.

Se nós legalizamos o condomínio daqueles que podem bem mais do que pode este plenário em matéria financeira, não há por que não legalizarmos também a situação dos pobres. (*Palmas.*)

Por isso, quero deixar aqui o meu total apoio aos moradores e produtores da Colônia Agrícola 26 de Setembro. Pegando aqui os dados do Hélio José, vejo que são dez mil pessoas que vivem com insegurança jurídica familiar, como ele disse muito bem, e que querem ver o seu local de moradia estruturado, organizado, com luz, com água, com segurança. Quem não gosta de ter o documento da casa própria? Todo mundo quer ter o documento da casa própria, ainda mais aqui, no DF, onde temos uma extensão territorial grande e bonita, onde muita gente já ocupou as partes mais bonitas, principalmente na beira do lago e por aí vai. Se lá pode, por que vocês não podem? (*Palmas.*)

Invadiram, inclusive, a margem do lago, que seria para nós caminharmos, para todos nós caminharmos, para irmos com nossos familiares, para pescar, para lazer, para podermos namorar, porque pobre também namora – não sei se eles sabem disso. Mas eles vão retirando, vão ocupando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois é.

É por isso é que eu quero, neste momento, deixar o meu ponto de vista muito claro: eu não sou contra regulamentar a área de ninguém, mas, se pode para eles, que possa também para os nossos homens e mulheres do 26 de Setembro. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Contem comigo. O Senador Hélio José sabe que, no que depender de mim para ajudar, podem contar com este humilde Senador lá do Rio Grande do Sul. Eu não sou homem de duas palavras. Eu sempre digo que o homem público tem que ser coerente, e a coerência marca a minha história, como, tenho certeza, a do Hélio José e a de cada um de vocês que estão aqui. E é com essa coerência que eu vou dizer: vida longa à Colônia Agrícola 26 de Setembro!

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos compor a segunda Mesa, conforme o Senador Paulo Paim falou aqui. Então, chamo para compor a segunda Mesa o Hector Carlos Barreto Leal, Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do GDF. (*Palmas.*)

Quero chamar o Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra DF e Entorno. (*Palmas.*)

Chamo a Deputada Erika Kokay.

Ela chegou ou mandou algum representante? (*Pausa.*)

Ainda não. Ela deve estar a caminho.

Então, vamos dar prosseguimento à nossa audiência pública enquanto a minha assessoria entra em contato com a Deputada Erika para saber se ela está a caminho, se está chegando. Quando ela chegar, comporá a Mesa imediatamente.

Eu quero agradecer ao Fábio Fuzeira, representante da Deputada Distrital Telma Rufino, à Fabiana Torquato, Diretora Extraordinária de Regularização Fundiária de Interesse Social da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap, ao Bernardo Issa, do Instituto Chico Mendes, e ao Edmilton Gomes, da Associação

dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro, a quem eu peço, em homenagem a todos, que retorne à Mesa para ficar aqui sentado ao nosso lado. (*Palmas.*)

Vocês viram aqui, pela fala do Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, como trabalhamos nesta Casa. Trabalhamos unidos, dando oportunidade a todos que precisam. E os documentos que nós formularmos aqui serão encaminhados ao Governo, aos órgãos envolvidos, solicitando as providências necessárias.

Tudo que estamos falando aqui está devidamente registrado nos *Anais* da Casa. Então, é uma atividade superimportante, ainda mais sabendo que a última audiência pública foi coordenada pelo então Senador Rodrigo Rollemberg, hoje Governador. Isso é muito importante.

Eu, como coordenador da Bancada do Distrito Federal, com três Senadores e oito Deputados Federais, todas as semanas, sento-me com o Governo Rollemberg no Conselho Político. E não tenho dúvida de que o Rollemberg e sua equipe serão sensíveis a chegarmos a uma situação que dê tranquilidade aos moradores do 26 de Setembro. Não tenho dúvida disso. Mas nós precisamos agora criar as condições, e esta audiência pública é um importante evento nesse caminho.

Como eu estava na abertura do congresso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, não pude ouvir aqui o pronunciamento da Terracap e do ICMBio, mas tomarei conhecimento de tudo, posteriormente, pela notas taquigráficas. Mas não tenho dúvida de que esses dois órgãos – um federal e outro distrital –, que são tão importantes quanto o Incra quanto os outros na decisão do encaminhamento desta questão, devem ter se pronunciado no sentido de encontrarmos uma solução, porque não pode perdurar, como o Senador Paulo Paim deixou claro aqui, essa injustiça com essas pessoas que estão lá há muito tempo.

Estou vendo aqui a Aldenora, que mora lá no 26 de Setembro desde que eu a conheço, e ela continua discutindo essa questão. Estou dando um exemplo, mas é, praticamente, o mesmo de todos os que estão aqui.

Então, pessoal, nós precisamos muito sermos participativos e organizados para defender o que queremos. O meu gabinete, o Gabinete 22 da Ala Teotônio Vilela, por eu ser um Senador de Brasília, está aberto e à disposição da Asspromset, de todos os moradores do condomínio 26 de Setembro, para que cheguemos a uma solução junto ao Governador, junto ao Congresso, junto ao ICMBio, para essa questão. Está bem?

Vou passar aos trabalhos dando a palavra ao representante do Incra, Marco Aurélio Bezerra da Rocha, para fazer o seu pronunciamento. (*Palmas.*)

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – Bom dia a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores aqui presentes!

Agradeço ao Senador Paulo Paim por este convite e ao Senador Hélio José por toda esta preocupação. É disso que nós estamos precisando hoje, principalmente no Distrito Federal, onde temos muita dificuldade de executar, fortalecer a agricultura familiar.

O Estado já tem um débito histórico com essas famílias do 26 de Setembro. Nós acompanhamos isso há vários anos, quando eu estava na Ouvidoria e agora, como Superintendente do Incra.

Agradeço ao Hector, que é o nosso representante da Seagri, um parceiro inclusive na regularização fundiária aqui dentro do Distrito Federal, e ao Bernardo também, com quem estamos lutando já há cinco anos, para tentar transferir essa questão para algumas áreas onde as famílias possam sobreviver de modo sustentável, sem degradar o meio ambiente.

Agradeço ao Edmilton pela sua luta, que a gente sabe que não é brincadeira o clima de ameaça que acontece aqui, no Distrito Federal, principalmente por grandes grileiros. Os trabalhadores hoje estão tendo vez graças a esse empenho que está havendo aqui por parte dos Senadores e da nossa Deputada Erika Kokay, que está sempre acompanhando vocês em várias audiências, de que nós participamos também.

Então, este evento de hoje é excepcional justamente porque está unindo forças. A Terracap está aqui conosco para encaminharmos essas situações. Então, com as parcerias que nós temos aqui com o Governo do Distrito Federal, com a Secretaria de Agricultura, com a Emater, para trazer essas políticas públicas para esses trabalhadores e fazer dessas políticas públicas a assistência técnica à extensão rural, sem degradar o meio ambiente, nessa questão, o Incra é superparceiro, porque, nessa área, sendo implementada a questão da regularização fundiária de vocês, o Incra vai ser um parceiro de vocês exclusivamente para a gente atender com as políticas públicas necessárias, que são o Pronaf... Hoje, nós temos, em parceria com o próprio Governo Distrito Federal, um entreposto dentro da Ceasa, para escoar a produção desses trabalhadores do Distrito Federal e Entorno.

Então, Senador, V. Exª está de parabéns por esta empreitada!

A gente sabe que vai ser difícil, mas a gente tem uma vantagem, principalmente por causa dessas pessoas. Eles são guerreiros, são lutadores e são pacientes, porque, com toda essa demanda de vários anos, sempre, nas reuniões que nós tivemos para buscar o entendimento da regularização deles, houve discussões harmônicas. Nós somos parceiros e, juntos, vamos conseguir implementar o sonho de vocês.

Vocês estão de parabéns! Tudo isto aqui é um ganho para vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Nós estamos, neste momento, ao vivo para todo o País pela TV Senado, que transmite este evento tão importante para nós moradores do Distrito Federal, para nós moradores do 26 de Setembro. É muito importante essa participação de todos.

Quero agradecer ao Marco Aurélio, o Marcão, do Incra, pelas palavras generosas e passar a palavra agora ao Hector Carlos Barreto Leal, da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do GDF.

O SR. HECTOR CARLOS BARRETO LEAL – Bom dia, Senador, na pessoa de quem cumprimento o restante da Mesa, o Edmilton, o Marcão, parceiros do Incra.

Eu gostaria de saudar as mulheres e os homens do 26 de Setembro e os outros parceiros do Governo.

Nesta iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, mais uma vez, nós participamos, juntamente com o Senador, de mais uma audiência. Uma foi uma diligência, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim.

O SR. HECTOR CARLOS BARRETO LEAL – Foi lá em São Sebastião. E aqui, agora, participamos desta audiência pública para tratar do interesse da sociedade de Brasília, que é o interesse de solucionar os problemas que acontecem há quase duas décadas no 26 de Setembro.

Por parte da Secretaria de Agricultura, já participamos, inclusive, com a Aldenora, no Incra, de uma reunião para falar do 26 Setembro.

Nós sabemos da dificuldade que existe através da colocação do Edmilton aqui.

Vamos levar isso, Edmilton, para que o Secretário de Agricultura seja o porta-voz dessa sua demanda, para que o Governador possa tratar disso dentro do Governo, mas também, junto com os outros órgãos, como ICMBio, Terracap e Incra, vamos nos colocar à disposição do 26 Setembro, da associação, para, juntos, tratarmos desse assunto de uma forma que seja benéfica para todos, principalmente para o setor produtivo de Brasília, fazendo com que os produtores, homens e mulheres que estão ali, possam ter acesso às políticas públicas na área rural para poderem viver com dignidade.

Acredito que a nossa Subsecretaria, que é a que trata da agricultura familiar aqui, será a porta-voz para que vocês possam ter acesso à política de assistência técnica e extensão rural no Distrito Federal, através da Emater. Além disso, a Secretaria poderá oferecer programas a partir do momento em que sanarmos essa questão jurídica, Senador, porque este é o papel que temos que desenvolver: fazer com que as pessoas que estão ali assentadas possam produzir dignamente e ofertar alimentos, ofertar condições para que as pessoas de Brasília possam reconhecer o programa de reforma agrária como um programa que dá certo aqui, no Distrito Federal.

Então, nós vamos nos colocar à disposição dos fóruns de discussão de todas as áreas, tanto daqui, do Senado, quanto da Câmara Federal e também da Câmara Distrital, como dos fóruns de que participamos aqui no Distrito Federal, o Fórum de Reforma Agrária. Eu acredito que um tema interessante para ser levado, para ser discutido, Edmilton, é o do Fórum de Reforma Agrária, que é conduzido pelo Governo do Distrito Federal.

E nós vamos levar toda essa demanda e esses documentos que saírem daqui para que a nossa Secretaria de Agricultura possa atuar também como protagonista para ajudar vocês a solucionarem isso. Este é o anseio da Secretaria de Agricultura: fazer com que aquilo ali, a 26 de Setembro, possa ter a sua história de luta e também a sua história de valorização das pessoas. As palavras do Senador Paulo Paim nos deixam claro que nós temos que valorizar as pessoas, e ali o número é muito grande – são 10 mil pessoas que vivem numa área dentro do Distrito Federal.

Nós não podemos considerar Brasília mais apenas como o Plano Piloto; nós temos que considerar que, em Brasília, a 30km, a 40km, existe vida. Existe um rural muito forte aqui em Brasília, e esse rural muito forte está contribuindo para a solução da vida de muita gente. Essas pessoas que vivem nos assentamentos e nos acampamentos produzem alimentos que são trazidos para cá de uma forma que em poucos lugares no Brasil se vê, que é a forma orgânica com que se trabalham esses alimentos, a forma agroecológica que esses agricultores que estão vivendo na área de reforma agrária daqui utilizam. Então, temos que valorizar isso.

E empenhamos a nossa palavra aqui junto com ICMBio, para nos colocarmos como parceiros na discussão desse assunto, para acharmos essa solução que vem, ao longo do tempo, se arrastando. Essas pessoas não podem viver à margem da sociedade.

Então, a Secretaria de Agricultura está à disposição da Comissão de Direitos Humanos, do Senador pessoalmente, e de vocês da 26 de Setembro para atuar da forma que tem que ser, se for para a regularização, e colocar os programas e projetos da Secretaria à disposição de vocês, para que vocês possam viver dignamente e nos ajudar a fazer uma Brasília diferente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao GDF, ao Hector, que representou aqui brilhantemente o nosso querido Secretário Guilherme, Secretário de Cultura, que, com certeza, vai dar prosseguimento às falas desta audiência pública, em audiência com o Secretário e com a Terracap, etc., para vermos como é que vamos fazer os encaminhamentos.

Eu queria chamar para retornarem à Mesa para as considerações finais – e depois vamos ouvir duas pessoas que estão aqui e que pediram a palavra – o representante do ICMBio, Bernardo Issa, por favor; eu queria chamar aqui a Fabiana Torquato, da Terracap; eu queria chamar também – o Edmilton já está aqui conosco – o Fábio Fuzeira. Ele está por aí? O.k.

Então, recompostas todas as duas Mesas, vamos ouvir a palavra dos dois que pediram a inscrição. Ao João Aquino, da Associação de Apoio à Família de Baixa Renda do DF e Entorno, vamos dar três minutos.

O SR. JOÃO AQUINO – Obrigado.

Em primeiro lugar, queria agradecer à Mesa e ao companheiro Senador Hélio José, Senador do povão, que está sempre com a gente, discutindo essas demandas. E todas essas demandas que foram discutidas até o momento com o companheiro – temos que agradecer – foram resolvidas. Nenhuma, até o momento, ficou no meio do caminho.

A gente tem realmente uma preocupação muito grande com Distrito Federal desde 1996. A perseguição política no Distrito Federal foi muito forte em relação a todos os assentamentos feitos naquela época, naquela data. Criaram essa Flona sem nenhum levantamento e fomos condenados sem sermos julgados. E o que aconteceu com os moradores da Flona 1, 2 e 3? A gente recebeu, naquele ano, na nossa casa, uma reintegração de posse. O Ibama, com o Governo Federal e com o Governo do Distrito Federal, pediu a desapropriação dessas famílias, a reintegração de posse em 30 dias. Cada um desses moradores, ou dessas moradoras, tanto os do Movimento Sem Terra, como as pessoas que eram descendentes e nascidas na própria região, tinham 30 dias para mudar e levar todos os seus pertences.

E aquelas famílias que tinham um quintal formado, aquelas famílias que tinham um pomar formado? Para onde iriam levar o seu pé de abacate? Onde iriam plantar o seu pé de abacate? Porque se eu plantei um pé de abacate e ele está produzindo, ele é meu. E se vou ter que levar o meu pertence, onde vou plantar esse pé de abacate? Eu deixei bem claro na primeira reunião que fizemos: vamos plantar na casa do Governador e do Presidente da República, que, na época, não pediu um levantamento dos moradores que estavam nessa área.

Então, estamos aqui para fazer a lei. E a lei tem que ser cumprida, mas a lei tem que ser feita com o conhecimento de todos para ser cumprida. Como hoje estamos nesta Casa, tentando desativar essas áreas e ativar essas áreas em outros locais, naquele ano, também, tinha que ter sido feito o levantamento do Distrito Federal, destinando a essas famílias, que há 10, 20, 50 anos moravam naquele local, a realização de uma negociata: outras propriedades, outros locais – os assentamentos que tinham sido feitos pelo Governador Cristovam; se ele era governador, tinha o poder sobre o Estado que governava.

As famílias do Movimento dos Sem Terra não correspondem só à 26 de Setembro: hoje nós temos a 26 Setembro, nós temos Maranata; nós temos Cascalheira; nós temos Morada dos Pássaros; nós temos Radiobras. E até hoje ocorre essa perseguição política praticamente em cima dos trabalhadores e das trabalhadoras que moram nesses locais e produzem alimento.

Quando a gente fala em parcelamento de solo, muitas vezes a culpa não é tanto dos trabalhadores e das trabalhadoras que moram nessas áreas, pois há o esquecimento do Estado, a falta de responsabilidade do Estado, porque nem animal jogamos num canto e abandonamos para lá. Todos os acampamentos, todos os assentamentos que foram feitos no Distrito Federal sofreram o descaso muito grande dos governadores, dos gestores daquela época...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO AQUINO – ... nem tanto do Incra, mas, sim, do governo do Distrito Federal.

Como eu vou morar em uma área em que estou abandonado, jogado, sem alimentação, sem transporte, sem escola, sem saúde, sem nada? E, se tenho um meio de arrecadar uma verba, arrecadar um dinheiro para a minha família, é claro que vou, sim, parcelar o valor daquele terreno. O terreno é do Estado, mas a posse é minha e, se eu moro ali há mais de dois anos, três anos, quatro anos, tenho direito de posse, sim! E, se a posse é minha, não vou morrer de fome nela, nem vou deixar minha família morrer também. Por isto é que acontece parcelamento de área pública do Distrito Federal: porque o Estado, as autoridades do Estado não têm compromisso com os trabalhadores rurais do Distrito Federal.

E vou deixar bem claro: hoje a 26 de Setembro não está aqui negociando um apoio do Pronaf, um apoio da agricultura familiar. Hoje, para meu ver, pelo pouco conhecimento que tenho, a 26 de Setembro está aqui

negociando uma mudança de área. E não para uma área rural mais; tem que ser para uma área urbana. Como vou assentar 10 mil famílias numa área de 1.000 hectares? Se o Incra tem o projeto, afirmando que assentamento rural tem que ser em área acima de 2 hectares, como vou colocar 10.000 famílias nessa mesma área? Então, vamos ter que mudar e fazer um novo projeto, um projeto de rural semiurbano. Aí, tudo bem. Mas não dá para permanecer mais na 26 de Setembro, porque o pessoal não tem paz, é perseguido pelo Governo, pelas autoridades, 24 horas sem parar, e isso não é por queimar pneu, matar, ou brigar. Vamos ter que decidir esse direito aqui nesta Casa, e esta Casa vai ter que ouvir aqueles trabalhadores, aqueles moradores, e vai ter que resolver, sim, o problema do Distrito Federal.

Então, parabéns para o Marcão, para toda a Mesa.

É isso aí, companheiros! Vamos nesta luta! Tudo podemos fazer, tudo podemos desfazer. Ficamos com a coisa feita quando está dando certo; o que está errado pode ser consertado.

Então, vamos agora aproveitar a gestão do Governo Dilma, a gestão do Governo Rodrigo Rollemberg, a gestão do Senador Hélio José. E, com todos os parceiros da Secretaria de Agricultura, vamos consertar o que está errado e vamos colocar o trem para andar nos trilhos.

Essas famílias estão de parabéns!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Joãozinho, da Associação de Apoio à Família de Baixa Renda do Distrito Federal e Entorno, ao tempo em que passo a palavra para o Carlos Souza.

Quando toca a campainha, têm um minuto para concluir, mas somos tolerantes; o Senado é tolerante, sempre foi e será.

Então, Sr. Carlos Souza. E depois, a última pessoa que vai falar, para passarmos para as considerações finais, é a Srª Aldenora Maria de Oliveira, Presidente da Cooperativa de Trabalhadores Assentados e Trabalhadores Rurais.

O SR. CARLOS ALBERTO ARAÚJO DE SOUZA – Bom dia, Senador Hélio José! Bom dia aos participantes da Mesa e aos moradores da 26 de Setembro e demais pessoas que estão aqui nesta Casa hoje.

Senador, meu nome é Carlos Alberto Araújo de Souza. Eu sou advogado, sou da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF e, ao longo dos últimos dois anos, venho acompanhando as derrubadas no Distrito Federal. Acompanhei no âmbito da Estrutural, no âmbito de São Sebastião e, principalmente, no âmbito da 26 de Setembro.

Vou renovar as palavras do Deputado Roney Nemer: realmente, é lamentável que a Agefis não esteja aqui, porque hoje esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos do Senado está se pronunciando. E a Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF tem presenciado e filmado – eu tenho neste *notebook* aqui na minha frente – mais de 50 ações, que não são desumanas, não, Senador; são criminosas. Do ponto de vista jurídico, elas são criminosas, porque não poderiam ocorrer.

Hoje, nós temos uma situação de abandono. E o Sr. Joãozinho fez uma menção muito importante. Eu acho que hoje, realmente, tanto o Incra como a Secretaria de Agricultura não podem fazer mais nada. Nós não estamos falando mais de um assentamento rural; nós estamos falando de uma área urbana. Não são 10 mil pessoas; são mais de 13 mil pessoas. (*Palmas.*)

Então, eu queria tentar esclarecer para os senhores – complementando aquilo que ele disse – que o que se busca hoje é uma situação de moradia, e não de mais assentamento rural. A 26 de Setembro não é um assentamento rural há muito tempo. Hoje, são mais de 13 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças.

E, neste ponto, ainda que se busque uma solução, que sabemos que passa realmente por uma desafetação e por um projeto de lei que tem que ser aprovado na Câmara para poder tirar a destinação daquela área, neste ponto eu queria me referir ao representante do Instituto Chico Mendes. Eu acho que, neste ponto, o Instituto pode ajudar bastante. O fato de nós procurarmos buscar uma solução para aquelas famílias não passa, necessariamente, por elas terem que viver, enquanto se aguarda a solução, de maneira desumana. Hoje, eles não têm ruas decentes para transitar; os carros quebram. Eles não têm iluminação, eles não têm luz, eles não têm absolutamente nada lá dentro. Aquelas crianças... Há crianças que têm que andar três, quatro quilômetros. As pessoas que trabalham e não têm carro descem lá na pista e andam três, quatro quilômetros lá para dentro, sem uma iluminação, sem absolutamente nada. Há relatos de violência, de casos de estupro, de um monte de coisas.

Então, hoje, acho que nesse aspecto o Instituto Chico Mendes poderia ajudar no sentido de autorizar, não que se parcele, de maneira nenhuma, mas que se deixe, pelo menos, patrolar as ruas, que se deixe colocar água, que se deixe fazer, ainda que de maneira controlada, uma fossa, instalação de água, ou seja, equipamento mínimo para que aquelas famílias possam sobreviver. Esse, hoje, no meu entendimento é o maior problema.

Eles não têm uma rua! Se os senhores forem lá dentro, os senhores vão ver; os carros quebram. Então, hoje, acho que nesse ponto o Instituto Chico Mendes poderia ajudar bastante, ao autorizar o patrolamento das ruas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAÚJO DE SOUZA – Senador, eu queria também deixar bem claro que a solução passa, sim, por medidas conjuntas, mas esta Casa, o Senado, é uma Casa muito forte, o senhor é uma pessoa muito forte. Então, hoje, eu acredito que, se as pessoas que estão aqui forem realmente ao Governador Rodrigo Rollemberg, a coisa muda, e muda em muito pouco tempo. Vamos aguardar o prazo legal para poder fazer o projeto de lei para desafetar a área, mas, até lá, muita coisa pode ser feita imediatamente para melhorar a vida deles.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Carlos Souza, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, advogado, pela brevidade das palavras e pela objetividade também. Acho muito relevante o que foi colocado pelo nosso querido advogado. E, com certeza, a partir desta audiência pública, teremos novas audiências, novos caminhos com o GDF, e o Governador Rodrigo Rollemberg, com certeza, vai estar sensível a organizar um grupo de trabalho para darmos realmente uma consequência ao que aqui estamos conversando.

Para passar para as considerações finais, vamos ouvir agora a nossa querida Aldenora Maria de Oliveira, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Cana do Reino.

A SRª ALDENORA MARIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu não poderia deixar de dizer, de falar, porque vai diretamente para o ICMBio, para o Secretário de Agricultura. Eu sou presidente de uma entidade que a gente criou para poder ajudar as pessoas que produzem na Cana do Reino, e hoje nós estamos sendo lavados, Secretário.

Simplesmente, por um condomínio acima de nós, com documentos falsos, com a intimidade de abrir ruas sem conhecimento dos moradores, sem compartilhar com os moradores, nós estamos sendo lavados. Nós adubamos de manhã a nossa produção; à tarde, ela está sendo lavada. Eu tenho uns CDs que eu produzi para mostrar como ficam as nossas ruas, como é que vem a água; a céu aberto, os esgotos sendo jogados para o nosso lado. Estivemos no ICMBio – não o ICMBio dele aí, mas o nosso lá, vizinho –, e simplesmente a nossa viagem foi perdida, porque nenhuma providência foi tomada.

E aqui na minha mão está a Cinco Estrelas, que é uma empresa que hoje fiscaliza a área contra nós, assentados, porque nós hoje somos colocados como réus. Quem é produtor é réu, e quem é dono é quem está grilando um pequeno condomínio que lá está, e a Agefis não derruba, faz vista grossa. Eu já filmei tudo, está tudo documentado. Eu estou terminando um superdocumento, estou dando entrada no Ministério Público e vou enviar à Globo. Só lamento, mas vou enviar à Globo, porque nenhuma providência foi tomada, todo mundo faz vista grossa, porque nós, que somos pobres, é que estamos sendo lavados...

(Soa a campainha.)

A SRª ALDENORA MARIA DE OLIVEIRA – ... do lado de baixo. Do lado de cima, são ricos que estão vendendo, a cem mil, duzentos metros de terra que é do Governo Federal, e eles se acham no poder de vender. E é isso que eu tenho aqui, um documento em mãos, de quem está fazendo todo esse trabalho, a vista grossa; e nós, que somos pobres, estamos sendo jogados, a ralé, não estamos sendo vistos. Está aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer à nossa querida Aldenora, nossa Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Cana do Reino, também pela objetividade, pela tranquilidade da fala.

Eu queria cumprimentar a Deputada Érika, que chamei aqui para a Mesa, nossa colega de tantas lutas lá na 26 de Setembro.

Eu vou fazer o seguinte: até para a Érika se inteirar bem da questão, porque ela estava em outro compromisso, vou deixar os quatro primeiros fazerem as suas considerações finais; aí, passo para a Érika falar, fazer seu pronunciamento; depois, passo para os dois últimos fazerem suas considerações finais.

Então, por ordem inversa, vamos passar para as considerações finais do Fábio Fuzeira, representante da Deputada Distrital Telma Rufino.

O SR. FÁBIO FUZEIRA – Muito obrigado, Senador.

Agradeço novamente o convite, justificando a ausência da Deputada Telma Rufino, para, nas considerações finais, notar a ausência da SEGETH, que é a secretaria de planejamento territorial urbano, até como forma

de identificarmos quem ocupa a 26 de Setembro. Sabemos que há agricultores, sabemos que há um parcelamento urbano, então isso tem que ser identificado. E são soluções distintas: a solução para o agricultor é uma; para quem está em um parcelamento urbano, é outra.

Vemos com muita simpatia essa preocupação do ICMBio de ajustar a poligonal da Flona, da Floresta Nacional. O representante falou que há um grupo de trabalho. Nós da Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa nos oferecemos para colaborar e fazer parte tecnicamente desse grupo de trabalho, se for possível. Se não, nós pedimos só o convite para que possamos ouvir e fazer um relato para a comunidade, que às vezes também nos procura, das providências.

Então, na nossa visão técnica, o primeiro passo é a adequação da poligonal; o segundo passo, que pode ser feito em paralelo, é a identificação, pela Secretaria de Planejamento Urbano, do que é rural e do que é parcelamento; e o terceiro passo é juntar todas essas forças para subir um degrau.

Hoje, a 26 de Setembro é área irregular. O que almeja a comunidade? Sair desse título de irregular e passar para o título de "em processo de regularização". Isso é o mais importante; acalma as famílias. É um processo longo, doloroso, e não se vai resolver amanhã. Esse grupo de trabalho é um grupo sério, que vai estudar todas as possibilidades. A SEGETH também vai estudar. O zoneamento tem que ser alterado, porque a área de vocês toda é rural, e há a superposição de uma área de proteção manancial e da Flona. Então, o primeiro passo está dado. Cabe a nós, da Câmara Legislativa e da comunidade, acompanhar o trabalho do ICMBio e informar. Informar e acompanhar.

Agradeço, Senador, a oportunidade, e coloco a Comissão de Assuntos Fundiários, presidida pela Deputada Telma Rufino, à disposição desta sua atividade aqui no Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer ao Fábio Fuzeira, passando a palavra para a Fabiana Torquato, da Terracap, para fazer suas considerações finais. Por favor.

A SRª FABIANA TORQUATO – Mais uma vez, agradeço a oportunidade.

Quero reafirmar que o compromisso do Governo do Distrito Federal e da Terracap em compor o grupo de trabalho não é uma tarefa simples: vai envolver a alteração de duas leis, então temos de compor isso da melhor forma, com seriedade e com responsabilidade; e identificar essas famílias para podermos utilizar os instrumentos adequados de destinação para que todos possam ser atendidos nas suas necessidades. No mais, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço à Fabiana, à Terracap.

Vamos dar continuidade, com certeza, ao que estamos conversando aqui, Fabiana. Pode dizer ao presidente da Terracap para continuarmos esse trabalho.

Eu queria passar a palavra, agora, para o Bernardo Issa, representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O SR. BERNARDO ISSA – Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Nós temos enfrentado e vamos enfrentar mais essa. Está aqui a Deputada Erika Kokay, que é nossa companheira nessa luta e testemunha do nosso esforço. Nós nos comprometemos a criar o grupo de trabalho – está saindo esta semana a portaria que cria o grupo de trabalho –, que vai ter 90 dias para fazer uma proposta e vai construir essa proposta.

Agora, achei legal hoje aqui porque apareceu, se revelou uma situação que vamos ter que enfrentar, de que não basta a desafetação; a destinação é a coisa mais importante. O ICMBio, mesmo depois de ser desafetado, tem interesse na conservação da área. A área é vizinha ao Parque Nacional de Brasília, e ninguém quer ali um monstro urbano, ninguém quer ali uma cidade enorme. Essa característica rural é importante.

A mensagem final que eu queria deixar é que nós somos companheiros, estamos na luta. Nós enfrentamos e somos reféns, como eu disse, do mesmo problema por que todos vocês são afetados. Nós tivemos uns episódios, recentemente, bastante desagradáveis. Acho que temos de saber separar quem é legítimo no seu direito e quem se usa disso para obter vantagem. Outro dia, tiraram um servidor do ICMBio de dentro do carro, ameaçando botar fogo no carro. Não é assim que nós vamos construir; não é assim que vamos melhorar. Isso só piora. Então, de fato, gostaríamos de estreitar cada vez mais essa parceria. O Marcão e o Hector aqui são testemunha de que temos lutado em várias situações para tentar reverter e poder viabilizar a vida e o trabalho das pessoas, e assim vamos continuar. Vamos nessa parceria com vocês também.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Bernardo Issa.

Acho que essa participação do Instituto Chico Mendes (ICMBio) é muito importante, Bernardo. Temos várias questões a discutir e a encaminhar com relação ao Instituto. Quero iniciar aqui uma parceria do meu

gabinete, o gabinete do Senador Hélio José, e o ICMBio para, juntamente com a Deputada Erika e com outros Parlamentares aqui do Distrito Federal, encaminharmos algumas questões fundamentais nessa área aqui no Distrito Federal.

Vamos passar a palavra ao Edmilton Gomes, Presidente da Associação dos Produtores e Moradores da Colônia Agrícola 26 de Setembro, para as suas considerações finais.

O SR. EDMILTON GOMES – Nós concluímos, agradecendo ao Senador Hélio José, à Deputada Erika Kokay, que já está aqui conosco, outra parceira, que tem dado um apoio muito grande à 26 de Setembro; já passou aqui o Deputado Roney Nemer; a companheira Deputada Telma Rufino, que está sendo representada. Aqui temos várias outras entidades, como ICMBio, Incra, Secretaria de Agricultura, Terracap.

A gente entende que aqui se iniciou um processo de desafetação e regularização da 26 do Setembro. Mas, pelo que disse o Deputado Roney Nemer aqui, em conversa com a Presidente da Agefis, vão derrubar as casas que foram feitas de julho para cá. Por que julho? Por que julho? Por que setembro? Por que agosto? A gente não vê nenhum sentido nisso. Já falei para a própria Bruna e quero falar para esta Comissão: não vejo nenhum sentido. Se ela dissesse: "Nas construções a partir de hoje vamos interferir, vamos derrubar, não vamos mais deixar construir." Isso a gente entende. Até se entende. Não é o que a gente almeja, mas entende. Mas por que de julho para cá? Data de quê? Comemoram o quê?

(Manifestação da plateia.)

O SR. EDMILTON GOMES – Nós precisamos que este Governo... E aí vamos pedir ao coordenador da Bancada do DF que leve essa mensagem ao... Se já se iniciou um processo de desafetação e isso acontecer, nós vamos ter outra audiência na Câmara dos Deputados e aí, com certeza, será feito um projeto de lei para desafetar. Se já se iniciou, é importante, Senador, que se leve essa mensagem ao Rodrigo Rollemberg para que não deixe mais construir, mas que as residências lá erguidas, onde as pessoas estão morando, não sejam derrubadas. É um apelo que a gente faz.

E aproveitamos para fazer um convite ao Senador Hélio José e à Bancada do DF para que nos façam uma visita e possamos fazer uma reunião lá na 26 de Setembro para que conheçam de perto a realidade do nosso povo.

Muito obrigado a todos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria agradecer ao Edmilton e dizer que a Bruna, da Agefis, só não está presente porque não foi acertado de comum acordo. Ela estaria aqui presente, com certeza, se nós tivéssemos convidado a Agefis para esta audiência pública.

A provocação colocada por ele é muito procedente. Eu vou ter reunião com a Bancada do DF e o Governo do DF na próxima segunda-feira, às 11 horas, aqui nesta Casa, quando estarão conosco o Secretário de Governo, Sérgio Sampaio; o Secretário de Fazenda, Leonardo Colombini; a Secretária de Planejamento Leany; o Secretário de Relações Institucionais, Marcos Dantas; e o próprio Governador. Com certeza, esse será um dos assuntos a serem levados.

Internamente, o seu convite à Bancada, Edmilton, eu não tenho problema nenhum em aceitar e convidar toda a Bancada para fazermos uma visita, uma audiência, uma diligência lá na 26 de Setembro, para a qual convidaremos também os representantes do GDF, do ICMBio, do Incra e a própria Bruna. Estou percebendo que faltou ter convidado a Agefis, que estaria aqui, sem nenhum tipo de problema, ouvindo e se pronunciando.

Vamos, então, concluindo, discutir com a Bancada, na segunda-feira, essa questão.

Passo a palavra a nossa querida Deputada Erika, uma pessoa que está nessa luta há muito tempo, que tem feito um trabalho de longa data para essa comunidade, um trabalho muito bom, uma pessoa que foi Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Atualmente, soube que você está na Comissão, não é, Erika?

Trata-se de uma pessoa que mexeu, durante a vida inteira, com os direitos humanos, uma Parlamentar muito atuante. Temos tantos compromissos! A Erika só não chegou aqui no início porque tem compromissos demais. Quem fala que Senador ou Deputado não trabalham é porque não conhece a rotina, o dia a dia desta Casa e não sabe dos nossos compromissos externos.

Vou passar a palavra aqui, com muito carinho, para a Deputada Erika, para que ela faça seu pronunciamento com toda a tranquilidade de que precisar.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Quero parabenizar o Senador Hélio pela realização desta audiência pública. O 26 de Setembro, na verdade, é um assentamento legal, um assentamento governamental. Conheço a história do 26 de Setembro desde quando ainda não havia o 26 de Setembro, quando havia uma luta pela terra, pela reforma agrária, em Sarandi, o que originou uma série de assentamentos – o Três Conquistas e outros – e um pré-assentamento, o Maranata, que também está dentro da Flona, hoje.

Então, houve uma legalidade. As pessoas entraram no 26 de Setembro pelas mãos do Estado, num processo de construção do pagamento de uma dívida que o Brasil, tão açoitado pelo colonialismo e tão açoitado pelas cercas que delimitam os grandes nacos de terra, tem para com o seu próprio povo. Portanto, o 26 de Setembro é um assentamento legal de reforma agrária feito, à época, pelo governo Cristovam Buarque.

Depois disso é que o 26 de Setembro foi incluído dentro de uma Flona, em uma negociação e em uma discussão em que a comunidade não foi escutada. A comunidade foi escutada como se fosse coisa. Simplesmente o Governo Federal e o governo local decidiram que aquele espaço passou a ser um espaço de floresta nacional. Aí, aqueles que adentraram aquele espaço de forma legal passaram a ser considerados ilegais e a serem impedidos de viver com dignidade. Como todos aqui sabem, as pessoas assentadas não podiam mais plantar, não podiam mais organizar as suas casas, não podiam reformar as suas próprias habitações e ficaram aprisionadas dentro do seu próprio espaço. E, aí, o 26 de Setembro passou a ser alvo de uma série de procedimentos ilegais, inclusive de grilagem.

Todos sabemos que o 26 de Setembro foi vítima de grilagem, e isso precisa ser corrigido no curso do processo de regularização ou precisa, pelo menos, ser considerado. Temos muitas pessoas que foram vítimas da grilagem, que adentraram aquele espaço de boa-fé, diferentemente daqueles que tentaram lucrar e enriquecer em cima da situação de insegurança em que estava o 26 de Setembro. Então, sabemos que várias pessoas entraram ali e de boa-fé, e isso não pode ser desconsiderado em um processo de regularização.

Nesse correr do processo e da vida, o 26 de Setembro perdeu, em grande medida, suas características rurais e se transformou, também em grande medida, em assentamento urbano, o que também precisa ser considerado. No entanto, ele está dentro da Floresta Nacional.

Temos essa discussão há muito tempo. Desde 2003, procuramos a discussão com o Ibama, com a profunda insensibilidade do Ibama, que trata as pessoas que estão ali de boa-fé, que trata inclusive os ocupantes originais daquela região como se bandidos fossem. Lembro que a comunidade enfrentou as armas da Polícia Federal, em uma profunda insensibilidade do Ibama à época. Lembro também que pessoas foram picadas por cobras porque não conseguiram arrumar seu próprio espaço, porque o Ibama tratava, à época, como se bandidos fossem todos aqueles que buscavam sobreviver no espaço que estava dado.

Portanto, se existe uma ocupação desordenada, o Governo é o grande responsável por isso. (*Palmas.*)

E por que é o grande responsável por isso? É grande responsável porque não possibilitou que as pessoas pudessem produzir e pudessem se instalar dentro de um assentamento de reforma agrária. O governo tem que reconhecer isso e tem que considerar isso no processo de regularização.

No correr desse processo, acompanhamos, há tanto tempo, a angústia e a dor da comunidade. Foram consideradas, muitas vezes, como bandidos as pessoas honestas que ali estão, de boa-fé, e alguns que estão ali pelas mãos do próprio governo à época em que foi feito o assentamento.

Considerando tudo isso, foi-se construindo uma proposta. E, aí, eu quero fazer justiça ao Instituto Chico Mendes, porque teve a sensibilidade de construir uma proposta que envolve não só o 26 de Setembro, mas o Maranata, envolve os ocupantes tradicionais, produtores tradicionais, que entraram nos espaços pela antiga Fundação Zoobotânica. Ou seja: a própria lógica de Brasília, segundo a qual se construiria um anel ou corredor de produção para abastecimento da própria capital da República, concedeu uma série de espaços, de propriedades ou de terras, uma concessão de uso, a produtores rurais que hoje também estão dentro da Flona. E eu não entendo que Flona é essa, porque ali não há Flona. No 26 de Setembro não há Flona, em outros locais também não há Flona. Não há floresta nacional.

Enfim, constatando-se tudo isso, o ICMBio construiu uma proposta para desafetar essas áreas, o que significa tirar essas comunidades de dentro da Floresta Nacional e, aí, entrar no processo de regularização. Não se encerra o processo de regularização com a desafetação, todos sabemos disso, mas sem a desafetação, não se tem a regularização.

Então, o primeiro passo para regularizar é desafetar, é dizer: "Isso não é Floresta Nacional e, porque não é Floresta Nacional, podemos agora fazer as regularizações necessárias". Isso não significa que, uma vez desafetando, teremos resolvido todos os problemas. Não, é apenas o primeiro passo. O primeiro passo é a desafetação. Desde então, estamos negociando com o ICMBio, com a Terracap.

No governo anterior, a Terracap chegou a se dispor a coordenar esse processo, porque, como envolve vários órgãos, tem que haver alguém que coordene. Tem que ter alguém que coordene, não é? Tentamos o

ICMBio, tentamos a Terracap. O governo anterior disse que iria coordenar. Porque temos que ter Incra, temos que ter Secretaria de Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, ICMBio, comunidade, Terracap. Ou seja, temos que ter uma série de organismos para que possamos construir essa desafetação.

Uma desafetação tem que ser aprovada aqui, na Câmara dos Deputados, tem que ser aprovada no Congresso Nacional, mas não posso ter a iniciativa de um processo de desafetação sem antes ter as poligonais. Não vou dizer: "desafeta a 26 de Setembro". E onde começa e onde termina o 26 de Setembro? "Desafeta Maranata". E onde começa e onde termina Maranata? Tenho que ter os limites muito bem estabelecidos para poder dizer: "Estou tirando da Flona esse processo que começa aqui e termina aqui e mais esse outro que começa aqui e termina ali". Pelo modelo que estamos construindo, vai haver uma série de retalhos. Não se vai desafetar todo o processo porque Maranata está distante de 26 de Setembro, há muitas comunidades tradicionais que estão ilhadas dentro da Flona. Então, vamos ter que desafetar aqueles quadradinhos, aqueles espaços determinados, e o ICMBio via ter que ter uma compensação, uma outra área.

Eu até acho que não deveria ter outra área. Sabe por que, Bernardo, se me permite? Porque essa construção de Flona nunca foi concluída! O governo do Distrito Federal disse que ia passar para a Floresta Nacional, mas não está no papel, não está preto no branco. (*Palmas.*)

Então, eu até acho isso, mas não vou fazer disso um cavalo de batalha porque queremos desafetar. E se há que fazer a compensação, que se faça a compensação, mas que se desafete.

É muito bom termos marcado uma audiência pública na Câmara dos Deputados para desafetação da Flona. Marcamos, mas o Presidente da ICMBio, que tinha acabado de assumir, falou o seguinte: "Não, vamos fazer o seguinte: não adianta fazer a audiência agora; vou à audiência, mas não tenho o que falar porque ainda nem tomei pé das coisas, estou há quatro ou cinco dias no órgão". E decidimos deixar para depois, para o segundo semestre. Talvez, só façamos essa audiência pública – temos que discutir – quando o grupo de trabalho já tiver a conclusão, para sabermos o que ele elaborou e começarmos a discutir em cima da resolução dele. Isso talvez demore uns dois meses, ou seja, é para setembro. Não queremos fazer uma audiência pública sem o objetivo de fazer avançar o processo e sem que ela seja produtiva. Não queremos fazer uma audiência pública só por fazer. Queremos fazer audiência pública na perspectiva de avançar, como esta, chamada pelo Senador Hélio José.

Achei muito bom e até tinha sugerido para o pessoal do 26 de Setembro que procurasse o Senador Hélio José, porque ele acabou de assumir, ele tem uma história de ser muito atuante, de pegar as demandas e ir atrás para tentar resolvê-las. Então, é um bom porto para vocês levarem essa discussão dentro do Senado, até porque o Senador Hélio está no lugar do Governador Rodrigo Rollemberg, que, por sua vez, tinha um posicionamento favorável à desafetação; chegou, inclusive, a realizar uma audiência pública aqui no Senado para a desafetação. Eu espero que o Governador do Distrito Federal, porque está em outro espaço, não abra mão das suas opiniões. (*Palmas.*)

A gente vê a qualidade de uma pessoa que tem função pública quando ela mantém a coerência entre a sua história e as suas próprias opiniões, não mudando de opinião a partir do espaço que ela ocupa: "Eu estou em outro espaço, então, já tenho outra opinião".

E eu penso que nós vamos ter, portanto, ou melhor, temos, com certeza, um grande apoiador, porque não é só o 26 de Setembro, Senador Hélio – e queria dizer que, como vamos realizar essa audiência pública, gostaríamos de tê-lo à Mesa também –, há ainda outras comunidades. Assim, tenho certeza de que nós temos um bom apoio aqui no gabinete do Senador Hélio José. E espero que o Governador do Distrito Federal, porque virou governador, não jogue fora todas as suas concepções e as opiniões que defendeu durante a sua vida pública, inclusive como Senador da República.

E, por fim, desejo dizer que acho muito bom que o ICMBio... Eu já havia falado com o Presidente antes desta audiência, e ele me confirmou que o ICMBio chamaria todos esses órgãos, porque não é uma solução de um só órgão apenas; e, nesse grupo, deve haver uma representação da comunidade. A comunidade tem de acompanhar o que está acontecendo; ela não pode ficar esperando os 90 dias para saber o que aconteceu, porque, daí, ela perde a capacidade de ir deixando as marcas da sua fala na própria construção da proposta de desafetação.

E penso que, se está em processo de instalação de um grupo, porque a portaria está em vias de sair, nós não temos de ficar considerando a comunidade sem ver a sua própria humanidade. O que eu quero dizer com isso? Não tem sentido a comunidade ficar, toda vez, falando com o ICMBio que tem de consertar as estradas, porque, senão, os meninos não vão à escola; que tem de consertar a escola, porque os meninos precisam estudar – os meninos precisam estudar! Se há um processo que está em discussão, há que se assegurar as condições mínimas de sobrevivência.

Quem passa no 26 de Setembro em época de chuva sabe que ali, praticamente, não se consegue atuar. Os meninos, muitas vezes, têm que andar na lama tanto tempo que chegam na escola sujos e, ali, são vítimas de *bullying*. Nós temos que respeitar o direito das crianças! (*Palmas.*)

Então, eu penso, Bernardo, que a gente deveria criar um procedimento, porque eu sei da luta do Edmilton, eu sei da luta da associação para ir lá, para tentar consertar a estrada para o ônibus andar e para não sei o que mais. Já houve, inclusive, acidentes ali em função de o ônibus não poder entrar na comunidade para levar os meninos à escola. O direito à escola tem que ser mantido! E há de ser mantido independentemente de qualquer coisa. Nós temos que assegurar isso.

E penso que deveríamos fazer uma conversa – e, aí, Senador Hélio José, o senhor é absolutamente fundamental nessa construção – com a Agefis, com os órgãos, enfim, para que nós possamos... Eu até acho que tem de haver uma data. Também você não pode permitir que vá crescendo, crescendo, crescendo, crescendo a comunidade. A comunidade que está lá tem de entender que, quanto mais crescer – até porque alguns querem grilar e vendem os pedaços da área e se alimentam disso e enriquecem com isso –, que quanto mais houver o crescimento desordenado, mais difícil vai ser regularizar – mais difícil vai ser regularizar!

Portanto, quem está lá, que foi para lá de boa-fé e que construiu e que tem o direito de discutir, de pleitear a regularização, tem que ser também um fiscal, para que não haja o crescimento desordenado, porque nós não podemos permitir... Já cresceu muito o 26 de Setembro! E, quanto mais crescer... E, agora, com esse grupo de trabalho, se não tivermos cuidado... E, aí, eu acho que a gente deveria negociar com a Agefis que quem está lá está lá! Mas, a partir de agora, não podem permitir que cresça, porque, se crescer demais...

E nós sabemos como isso funciona: o grileiro, de má-fé, diz: "Olha, abriu um, grupo de trabalho para regularizar. Então, estou vendendo!" E começa a vender, a vender, a vender, a parcelar, e, depois, não dá para regularizar. Se crescer muito desordenadamente, mesmo que desafete, vai ficar complicado regularizar aqueles que estão lá.

Então, eu acho que a comunidade deve entender isso. Eu sei que não é a comunidade que vai enfrentar o grileiro, porque ela não tem forças para isso e ela não pode se expor dessa forma, mas nós temos de discutir um procedimento com a Agefis para que nós possamos impedir... Você estabelece um marco. O marco é agora? Então, o marco é agora. Eu não sei qual será o marco, mas você discute o marco, e, a partir de então, não se pode ter mais nenhum tipo de construção e de crescimento. Do contrário, não se regulariza o de ninguém. E, aí, quem está na luta há tanto tempo, sofrendo o que sofreu – e cada um aqui sabe o que foi esse processo, cada um sabe aqui o sofrimento que foi para ter o direito de ter uma habitação... Todos aqui sabem, particularmente as pessoas de boa-fé, o que já sofreram na pele em função de tentar assegurar o seu direito à moradia e o seu direito à produção. Isso não pode ser ameaçado pela ação de grileiros.

Então, Senador Hélio, eu sugiro que nós possamos fazer uma conversa, pode ser com esses órgãos, enfim, não sei, ou com a própria Agefis, para que nós, com a comunidade, possamos estabelecer um marco e, aí, nós possamos discutir que quem está lá está lá, está em processo de discussão etc., e não permitir um maior adensamento. Se nós já temos, hoje, milhares de habitantes ali e se tivermos o dobro ou o triplo disso, não se regulariza para ninguém depois, porque vai ser impossível regularizar com esse nível de crescimento, Eu acho que a gente tem que ter consciência disso, ou seja, de que nós não podemos, enfim, alimentar um processo de enriquecimento ilícito dos grileiros naquela região.

Então, eu sugiro – e encerro com isso –, como vai haver essa reunião a que o Senador Hélio está se referindo na segunda-feira, eu sugiro que nós possamos estabelecer, primeiramente, um procedimento para que não haja tanta dificuldade para consertar as estradas. Nós estamos em período de seca agora, mas, daqui a pouco, começam as chuvas. E vocês sabem que, ali, às vezes, você fica ilhado e não consegue andar. E eu me preocupo muito com as crianças, que são a prioridade absoluta, pela Constituição, do Estado, da família e da própria sociedade.

Então, que nós possamos fazer um pacto com a Agefis; e, via de consequência, com a própria comunidade. É um pacto em que se diz o seguinte: a partir de agora, não cresce nada, porque, se crescer, a Agefis vai lá e vai derrubar etc. Isso não significa que, às vezes, quando a pessoa tem que consertar uma telha ou consertar um buraco, a Agefis vá lá e atue como se essa pessoa estivesse construindo. Isso é diferente!

Mas a ideia é que nós possamos delimitar algo lá, até a conclusão do grupo de trabalho. Depois da conclusão do grupo de trabalho, nós vamos fazer uma outra discussão, que é a desafetação. Essa é uma outra discussão. Mas, assim, se nós vamos ter um grupo de trabalho para discutir a desafetação, que é o primeiro passo para que se possa pleitear a regularização, não tem sentido viver com esse temor, que é muito grande, as pessoas ficarem com medo – e eu sei qual é a angústia –, porque a Agefis vai e diz assim: "Segunda-feira eu vou derrubar tudo!" O Senador Hélio sabe disso também e já intercedeu várias vezes para assegurar o direito de vocês. Mas, simplesmente, as pessoas, muitas vezes sem nem saber de onde surgiu isso, ligam e dizem: "A

Agefis disse que, segunda-feira, vai derrubar tudo". Aí, fica todo mundo agoniado; menino não vai à escola; e o trabalhador não vai para o trabalho, porque pensa que, se sair de lá, quando voltar, não tem mais casa. Não dá para viver dessa forma! (*Palmas.*)

O SR. CARLOS ALBERTO ARAÚJO DE SOUZA – Deputada, apenas aproveitando: a questão da poligonal que a senhora falou, a marcação da poligonal, é essencial. A senhora tem toda razão!

Eu queria aproveitar a presença da Terracap para a gente já sair daqui, se for o caso, se for possível, acertando com a Terracap, que tem uma divisão de topografia, e pedir para que a Terracap entre nessa parceria para fazer a demarcação dessa poligonal o mais rápido possível.

Obrigado.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – A Terracap está nesse grupo, entendeu? A Terracap está no grupo que tem 90 dias para apresentar o projeto de desafetação. Então, a Terracap já faz parte, até porque a Terracap é fundamental nesse processo. Ela, inclusive, tinha uma disposição, no governo passado, de coordenar esse grupo.

Eu acho que o ICMBio, que é o dono da área, teoricamente, pois área de floresta nacional é da responsabilidade do ICMBio, é mais natural e melhor que o ICMBio corrija, mas que inclua também a Terracap, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que não sei como se chama agora, a de Habitação, porque nós estamos falando de uma regularização. Falo da Secretaria de Agricultura porque, na desafetação, ainda há muito perfil rural. Maranata, por exemplo, não perdeu muito o perfil rural. Você tem produtos com perfil rural, mas sabemos que há espaços, por exemplo, o 26 de Setembro que, em grande medida, tem perfil urbano e precisa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Sedest, não é? Não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não, SEGETH – não sei mais o nome, porque muda demais!

Mas, assim, vou concluir com o seguinte encaminhamento. Primeiro, é muito bom que haja um grupo. A gente pode fazer audiência pública e esperar a conclusão do grupo, está certo? Isso vai gerar, lá para setembro... A gente tinha pensado em fazer em agosto, mas podemos fazer em setembro, já com alguma coisa mais concreta; setembro, outubro, por aí. E aí a gente faz um acordo com a Agefis, com o governo local e com o ICMBio no sentido de que essas demandas de consertar estrada para menino ir à escola ou para a própria comunidade poder se locomover sejam desburocratizadas, não haja o esforço danado que o Edmilton, que a Stenizia, que as pessoas fazem para conseguir. Eu sei qual é o esforço: ir lá e tentar conseguir consertar uma estrada para o ônibus escolar entrar lá dentro.

Então, que a gente possa fazer um trato, um acordo com a Agefis para dar tranquilidade à comunidade que está lá e, ao mesmo tempo, impedir o crescimento. Eu vou reafirmar isto e encerro com este raciocínio: a comunidade tem que entender que não pode permitir que o 26 de Setembro cresça de forma desordenada, de forma muito mais intensa, como já cresceu, porque eu sei como isso pega no imaginário e como grileiro se aproveita disso. Quando surgir esse grupo, quando tiver a portaria desse grupo, nós temos que ter um trato com a Agefis para impedir o crescimento, porque, senão, o que vai acontecer é que vai crescer. O grileiro vai pegar essa portaria desse grupo e vai tentar... E nós vamos prejudicar a regularização de quem já está lá. Se vocês, que lutam há tanto tempo – a Graça, que atua há tanto tempo, com tanta angústia –, que já choraram tanto para regularizar aquele espaço não podem permitir que todo esse esforço seja rasgado porque os grileiros vão ficar aumentando, adensando e inviabilizando o desenvolvimento do processo de regularização.

Vocês sabem que podem contar comigo. Vou pedir licença a vocês, porque eu estava em outra agenda, como aqui já se falou. Nós estamos fechando alguns relatórios de CPI e eu vou ter que voltar para lá, mas eu fiz questão de vir aqui até porque eu sei que aqui no Senado a gente tem agora uma pessoa que vai escutar a fala, a angústia, enfim, o clamor dessa comunidade do 26 de Setembro, que é o Senador Hélio José. Acho muito bom que isso esteja acontecendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço as palavras da nossa Deputada Erika Kokay. Quero dizer que incorporo 100% das suas palavras, porque ela está com 100% de razão.

Quero deixar claro a todos os moradores do 26 de Setembro que estou junto para o que der e vier, desde que esse pacto que a Deputada Erika deixou muito claro aqui seja respeitado. Não dá para um grupo de trabalho sair e a gente explodir o 26 de Setembro mais do que já está. Isso não dá. Se for dessa forma, não terá a parceria do meu gabinete e acredito que nem do gabinete da Deputada Erika, que acabou de falar aqui. Então, tem que haver um pacto de todo mundo aqui, todo mundo tem que ser um fiscal.

Por isso que, na segunda-feira, quando o Governador e seu secretariado estiverem com a nossa Bancada e com todos os Parlamentares aqui, nós vamos conversar, solicitar e, inclusive, apresentar a sugestão do nosso amigo morador do 26 de Setembro, que é o Toni Correia: que seja feito um censo, quem está morando e quem

não está morando, quem de fato tem o direito legítimo à região, em comum acordo com as pessoas e com o representante da associação e com os órgãos. Vou sugerir isso ao Governador.

Sugiro aqui também à Terracap, aos demais órgãos, se puderem ajudar nisso... É uma pena a SEGETH não estar aqui. Podíamos tranquilamente ter convidado alguém da SEGETH, mas foi por falta de comunicação entre a gente... Se a SEGETH e a Agefis tivessem vindo, teríamos fechado todo o leque da discussão.

Mas, como a Deputada Erika falou, aqui nós podemos fazer outra audiência pública quando for necessário. Vamos fazer lá na Câmara provavelmente após a conclusão do grupo de trabalho. Quero deixar claro que eu faço questão de deixar um assessor do meu gabinete à disposição do grupo de trabalho. Você pode registrar lá, viu Bernardo?, com o pessoal.

Fiz questão, nesta audiência, de garantir a presença das três Casas Legislativas. Quando convidamos aqui a Deputada Telma Rufino não foi porque se trata da Telma Rufino, mas sim porque ela preside a CAF, a Comissão de Assuntos Fundiários do Distrito Federal. Ela é uma pessoa importante no processo. Podia ter chamado qualquer um dos 24 distritais, porque todos são competentes, compromissados. A Erika Kokay acertou comigo porque ela é da Câmara dos Deputados e eu sou do Senado. Então, as três Casas Legislativas estão juntas trabalhando para auxiliar os nossos órgãos a chegar a uma solução.

Vamos passar para o Marcão, para ele fazer as suas considerações finais.

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – Parabenizo por todos os encaminhamentos que foram feitos aqui pela Comissão. Parabenizo o senhor por este evento. Estou vendo que os trabalhadores e as trabalhadoras ganharam um padrinho; madrinha eles já têm. Parabéns, Senador Hélio.

Hoje, a nossa instituição, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), está fazendo aniversário: 45 anos. É um órgão que já vem há anos trabalhando, lutando para fortalecer a agricultura familiar, para implementar as políticas públicas para as trabalhadoras e trabalhadores.

Nós já fomos convocados anteriormente quando o nosso Governador era Senador. Houve alguns encaminhamentos, começamos a avançar e, agora, com esse compromisso assumido aqui, nós, de todas as instituições aqui presentes, já temos a tratativa de buscar meios para fazer algumas regularizações aqui no Distrito Federal. Temos tido reuniões noturnas e diurnas, é uma correria constante, através da cobrança das trabalhadoras e dos trabalhadores, pois quando acontece qualquer coisa... Esse dia chegou lá um grupo de mulheres desesperadas com a questão da derrubada da Agefis!

O que a gente vê é que, com diálogo, inclusive com a discussão entre a sociedade, os próprios trabalhadores, o Incra e os órgãos envolvidos, principalmente do Distrito Federal, vamos conseguir ter muitos avanços. Vemos que não há necessidade de que ocorram algumas situações que causam muitos traumas, inclusive para mães de famílias, para crianças, como vimos aqui no nosso cotidiano. Aqui, no Distrito Federal, melhorou muito essa questão, pois em qualquer despejo coletivo nós sempre estamos juntos discutindo para que as famílias, caso não haja solução para a situação, façam uma desocupação pacífica, que não sofram nenhum trauma na questão da intervenção policial.

Neste caso aqui, nós estamos vendo que vamos ter vários avanços. O Incra, como instituição, é parceiro de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores. E o senhor, Senador, para o que precisar, o nosso gabinete está aberto, para qualquer necessidade que tenha, que possamos atender pontualmente naquilo que for necessário.

Muito obrigado a todos. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecemos ao Marcão, do Incra, deixando claro que realmente são várias as coisas que temos que conversar com o Incra, que é um parceiro em São Sebastião, em Taguatinga, em Ceilândia. Há muita coisa para conversar e o Incra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – É, e o Incra é um grande parceiro.

Antes de passar a palavra para o último a fazer as suas considerações finais, o Hector Carlos Barreto Leal, até em homenagem à Secretaria de Agricultura, em homenagem a todos os que resistiram com a agricultura familiar, a todos os que resistiram realmente em uma situação originária no assentamento, a Secretaria de Agricultura vai ser a última representante a falar.

Eu queria convidar todos os interessados para, segunda-feira, às 15 horas, uma audiência pública que vamos realizar nesta Casa, pela duplicação da BR-080, que é exatamente a BR que passa ali de frente, uma BR importante. É uma das únicas saídas que faltam ser duplicadas no Distrito Federal. Os moradores de Brazlândia, de Padre Bernardo, de toda aquela região, do próprio Incra, têm sofrido muitos acidentes, têm tido muitos problemas com relação àquela BR. Então, eu e o Deputado Augusto Carvalho, juntos, estamos organizando essa audiência pública para a próxima segunda-feira, e todos estão convidados, aqui neste mesmo recinto, a

participarem conosco, no Senado Federal. Será na segunda-feira, às 15 horas, para os interessados que queiram comparecer.

Eu passo a palavra agora ao nosso querido Hector Carlos Barreto Leal, Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do GDF, para suas considerações finais.

O SR. HECTOR CARLOS BARRETO LEAL – Senador, primeiro, quero agradecer o convite, em nome da Secretaria de Agricultura e do Secretário José Guilherme. Quero parabenizar por sua atuação no Senado em prol do Distrito Federal. Agradeço aos companheiros da Mesa, e me coloco à disposição dos gabinetes dos Deputados que estão aqui representados.

Parabenizo o 26 de setembro pela escolha de um líder. A gente vê que o Edmilton é um líder e, na sua fala, tem muito embasamento. Eu acho que isto é bom, a questão da liderança.

Agradeço ao Marcão. Mais uma vez, estamos juntos, numa Mesa para discutir a reforma agrária e o desenvolvimento do Distrito Federal.

Terracap, seja bem-vinda, Fabiana. Nós vamos ter que conversar bastante, não é, Fabiana? É bom nos apresentarmos assim em público, porque fica registrado. (*Risos.*)

Nosso amigo Bernardo estou aprendendo a conhecer, e a gente sabe da dedicação que o Bernardo tem à frente do ICMBio.

Quero colocar a Secretaria de Agricultura à disposição dentro desse processo, Bernardo. A gente quer participar ativamente. Se não estivermos no GT, nós gostaríamos de ter uma vaga garantida para colocar a nossa equipe para ajudar nessa questão, não só pela questão rural, mas também porque é uma questão histórica no Distrito Federal. Eu vou passar o relato daqui, e o Secretário vai conversar também com o Governador para observar quais são as nossas capacidades para atuar dentro desse processo.

Então, fica o nosso agradecimento, Senador. Parabenizo, mais uma vez, pela ação. E coloco a Secretaria de Agricultura à disposição do seu gabinete.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu quero agradecer muito ao Edmilton, que me procurou na minha sala, no meu gabinete, junto com a diretoria da associação, e que tornou possível fazermos esta audiência pública. Após essa fala com o Edmilton, até fui incluído no grupo do WhatsApp da ASPROMSET, onde estamos até nos comunicando algumas vezes, porque o tempo é tão curto, mas, quando eu posso, estou ali entrando, dando alguma resposta, dialogando.

Quero dizer que foi muito boa esta audiência pública, muito esclarecedora, foi uma audiência pública que nos leva a um caminho. E o mais importante é sair daqui com essa consciência de que temos mais e mais aliados dispostos a dar tranquilidade e a trabalhar para efetivamente ser uma realidade a regularização dessa área.

Saímos daqui compromissados de que não vamos deixar haver mais construção, mais invasão. Eu sou parceiro para discutir a questão estanque, de como está agora – estanque –, sem mexer com quem está lá de 26 de julho para cá, eu não sei. Eu quero um compromisso aqui de que quem está agora não pode mais aumentar, não se pode mais admitir adentrarem pessoas novas, porque aí, na segunda-feira, com o Governador e a Bancada, nós vamos discutir.

Eu acho que a proposta do nosso querido Toni é muito boa. Eu acho que até a associação já poderia, o Edmilton, se adiantar e fazer um controle, um registro, porque esse é um trabalho que a associação pode fazer de quem, de fato, mora na área, de quantos são os ocupantes. Ter a numeração disso seria muito importante.

Mas vou levar essa consideração ao Governador e ao Secretário de Governo, que estarão aqui, para que nós, juntos, possamos ver como poderemos fazer.

Quero agradecer a todos, desejando um bom retorno às suas casas; agradecer aos homens e às mulheres aqui presentes; dizer que esta Casa aqui está aberta a todo diálogo necessário; agradecer aos órgãos governamentais; agradecer aos representantes de comunidades, aos órgãos federais, aos órgãos estaduais, aos representantes da Câmara Legislativa, aos nossos representantes da Câmara dos Deputados; agradecer aos servidores e funcionários aqui da Comissão de Direitos Humanos, que, sempre muito dedicados, trabalham bastante para poder ajudar a tornar realidade as várias audiências que fazemos aqui; agradecer também a minha assessoria, em nome do advogado Alisson, que se encontra ali e que está 100% à disposição, Bernardo. O Alisson ali – você queria que passassem o cartão para o Bernardo – é a pessoa que me representa numa composição de grupo ou em qualquer discussão relativa ao nosso gabinete. É um advogado com ótima formação e com toda consciência para poder fazer isso.

Um obrigado a todos.

Não havendo mais nada a tratar, neste momento, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos.

Vamos tirar uma foto coletiva. Se alguns quiserem até se postar aqui, desde que se abaixem, para o pessoal daqui de cima aparecer, agradecemos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 13 DE JULHO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia treze de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe e Donizeti Nogueira e da Não Membro Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79, de 2015, de iniciativa do Senador João Capiberibe, para debater: "os direitos das Pessoas com esclerose Lateral Amiotrófica, doenças Neuromusculares e degenerativas do Sistema Nervoso; a falta de garantia ao atendimento no âmbito da Saúde e ao acesso à aposentadoria por invalidez; e as perspectivas de novos tratamentos em desenvolvimento por pesquisadores brasileiros". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Antonio Jorge de Melo, Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA; Gerson Chadi, Professor do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Jorge Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP; Sthanley Abdão, Representante da Associação Lutando contra a ELA; Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – AFAG; e Marco Antonio Gomes Perez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social – MPS. O Senhor Presidente concede a palavra ao plenário aos seguintes: Élica Fernandes, Gerente Executiva e Social da ABRELA-SP; Lennon Custódio, Assessor da Deputada Federal Mara Grabrilli; Sandra Motta, Representante da Associação Pró-Cura da ELA; Rodolfo Levihagen, representante da Associação de Pais e Amigos Deficientes Físicos de Volta Redonda – Rio e Janeiro; e Ana Amélia, Coordenadora do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA (MOVELA). O Senhor presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais e em seguida lê as mensagens recebidas pelo portal do e-Cidadania. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) enviar aos meios de comunicação a Ata desta reunião; 2) enviar ao Presidente da Câmara dos Deputados esta Ata e, ainda, solicitar urgência da tramitação do Projeto de Lei nº 3.086 de 2012. Fazem uso da palavra o Senador João Capiberibe e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Declaro aberta a 54ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 79, de 2015, CDH, de nossa autoria, para debater o tema: O Direito das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, Doenças Neuromusculares e Degenerativas do Sistema Nervoso; a Falta de Garantia ao Atendimento no Âmbito da Saúde e ao Acesso à Aposentadoria por Invalidez; e as Perspectivas de Novos Tratamentos em Desenvolvimento por Pesquisadores Brasileiros.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo link www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Convido, para compor a Mesa, Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – seja bem-vinda, muito obrigado; Antonio Jorge de Melo, que já se encontra aqui à mesa, Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica; Sthanley Abdão, que também já se encontra aqui conosco, representante da Associação Lutando contra a ELA; convido Gerson Chadi, Professor do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – muito obrigado por atender nosso convite; convido também Jorge Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – muito obrigado, seja muito

bem-vindo; e, por último, Marco Antonio Gomes Pérez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social.

Marco Antonio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Estado é a vanguarda da sociedade, mas termina chegando atrasado infelizmente. Vamos esperar. Seria importante a presença de alguém do Governo, principalmente do Ministério da Previdência, porque é um tema que vai ser abordado aqui.

A Esclerose Lateral Amiotrófica, também denominada sob a sigla ELA, é uma doença neurodegenerativa crônica, progressiva, e até o momento não tem cura. Geralmente se inicia com uma fadiga constante, inexplicável, ligeira perda de força muscular ou engasgos. Os sintomas se tornam cada dia mais intensos e, às vezes, variam um pouco entre os pacientes: fraqueza muscular em membros inferiores, que posteriormente acometem também os membros superiores, fasciculação, tremor involuntário do músculo, em outras palavras, atrofia muscular, disfasia, dificuldade para engolir, disartria, dificuldade na fala, engasgos e câimbras.

Várias doenças apresentam os mesmos sintomas iniciais, o que dificulta o diagnóstico da ELA.

Pelo restrito número de especialistas no assunto, principalmente, que atendam o paciente na sua cidade, o diagnóstico, às vezes, demora cerca de 12 meses para ser concluído. Era o que me dizia o Sthanley Abdão. E a demora no diagnóstico termina comprometendo um atendimento mais eficaz.

Com isso perde-se tempo para adotar medidas paliativas para prolongar a qualidade de vida do paciente. Receber um diagnóstico de ELA se torna uma bomba não só para o paciente, mas para família. Após ser esclarecida sobre o que representa a doença, a evolução, cuidados necessário, a ausência de tratamento e, muito menos, a cura, a reação das pessoas inicialmente pode ser de revolta, negação, vitimização, entre outras, que certamente é um estágio que suscita acompanhamento psicológico. Mesmo com acompanhamento devido, é impossível isentar essa situação de sofrimento coletivo familiar devido ao acompanhamento contínuo que o paciente necessita.

Com a evolução da doença, o paciente se torna um prisioneiro em seu próprio corpo na medida em que enfrenta uma paralisia, uma atrofia dos membros inferiores e superiores, que em pouco tempo impossibilita a locomoção e a realização de qualquer atividade que envolva o uso da musculatura corporal como um todo, embora mantenha atividade cognitiva preservada. De uma vivência ativa, a pessoa torna-se totalmente dependente dos cuidados de familiares ou profissionais contratados para suprir suas necessidades. É comum nessa condição desenvolver quadros de depressão e ansiedade.

Por ser uma doença complexa, requer um acompanhamento de equipe multidisciplinar que atenda o paciente de forma integrada e regular: neurologistas, cardiologistas, pneumologistas, ortopedistas, fisioterapeuta, nutricionistas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogos, enfermeiros e assistente social.

Essa dramática doença é considerada uma doença rara. No Brasil, atinge cerca de 12 mil pessoas, que representa de dois a três habitantes a cada cem mil. Ausência de um levantamento fidedigno desses números prejudica a elaboração de ações de saúde que atendam de maneira eficaz essa população.

Existe o protocolo de atendimento aos pacientes portadores de doenças neuromusculares, porém são restritos os centros de referência que atendem os pacientes de ELA com recursos que a doença exige. Infelizmente, o número de pacientes de ELA atendidos por esses serviços é mínimo porque esses centros de referência estão localizados nos grandes centros urbanos, ou capitais ou cidades do interior, e os adoecidos nas cidades do interior permanecem em suas casas aguardando a evolução da doença, sem sequer serem contabilizados como mais um caso de ELA e recebem qualquer tipo de tratamento.

Alguns anos atrás, quando o paciente recebia o diagnóstico de ELA, era informado também que sua expectativa de vida era de três a cinco anos. Felizmente, tem-se constatado uma sobrevida maior. E um dos fatores que talvez contribua para esse dado seja a divulgação de esclarecimentos sobre com lidar com a ELA: a criação de grupos de apoio, defensores do direito dos pacientes de ELA, formação de mais profissionais com conhecimento do assunto e a utilização de equipamentos desenvolvidos para ajudar a suprir a debilidade do corpo.

A expectativa dos profissionais e familiares é garantir o acesso aos recursos para propiciar uma vida digna ao paciente com ELA. A luta dos pacientes de ELA é pelo reconhecimento da urgência que a doença requer por ser progressiva, degenerativa e fatal. Precisamos de sensibilidade por parte dos poderes decisórios para analisar prazos, importações, leis que autorizem avanços nas pesquisas e demais questão que possa envolver a ELA.

E um dos objetivos dessa audiência pública é recolher informações, traduzir essas informações em forma de projetos de lei de iniciativa do Senado em busca de dar um suporte maior aos portadores dessa doença.

Portanto, passamos a ouvir os nossos convidados.

Gostaria de começar ouvindo as pessoas que vivem esse drama. Passo a palavra ao Sr. Antônio Jorge de Melo, que é o Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Bom dia a todos.

Meu nome é Jorge, moro em Volta Redonda e fui diagnosticado com Esclerose Lateral Amiotrófica no ano de 2009, embora os sintomas tenham começado por volta de 2007/2008. No ano de 2009, vivi uma vida – viu, Senador? – muito produtiva. Eu tinha os meus 48 anos, mais ou menos, e trabalhava numa multinacional de produtos farmacêuticos, amava o que eu fazia, mas me vi diante de uma doença extremamente cruel, que é a Esclerose Lateral Amiotrófica.

Como todo ser humano, esse é um momento de decisão na sua vida. Você precisa pensar o que vai fazer da sua vida a partir desse momento, porque não é fácil receber uma sentença de que tem uma doença que vai evoluir e que ela vai degenerar e de que você vai morrer. Então, peço até desculpas porque não tem como eu não me emocionar ao falar sobre isso. Tomei uma decisão na minha vida: o que vou fazer? Vou sentar no meio fio e chorar as minhas tragédias ou vou tentar fazer alguma coisa para mudar essa triste história dos pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica? Então, Senador Capiberibe, tomei a minha decisão. Eu comecei a me envolver na militância, no ativismo, e hoje estou aqui, graças a Deus. O Senado, a Câmara dos Deputados têm nos proporcionado essa oportunidade de estarmos aqui falando sobre Esclerose Lateral Amiotrófica.

Em 2012, com apoio de muitos pacientes no Brasil todo, criamos um movimento chamado Movela, Movimento em Defesa dos Direitos a Pessoa com ELA. Está conosco hoje um dos nossos tesoureiros, o Rodolfo Levenhagem, que é um dos diretores; o nosso diretor jurídico, o Leomar Gomes; e a Ana Amélia, nossa relações públicas.

Temos trabalhado. Não somos uma associação assistencialista. Nosso foco é trazer informação sobre a doença, lutar por novos tratamentos e lutar a favor do direito das pessoas. Nós não temos recursos. Temos só vontade, é a única coisa que temos. Por isso, dependemos do Legislativo, dependemos do Poder Público, dependemos de todos que queiram abraçar essa causa.

Dia 21 de junho foi o Dia mundial de luta contra ELA. O Movela fez um trabalho bacana no Facebook, nas redes sociais. Nós divulgamos essa camisa no Brasil inteiro. Então, aquelas pessoas que estão ali são pacientes, familiares e cuidadores. Essa moldura tem um significado muito forte porque mostra que há uma unidade, uma coisa que une essas pessoas, que é a vontade de viver dias melhores. Basicamente é isso: viver dias melhores.

Agostino, o próximo, por favor.

Conforme disse, a gente se propõe a trabalhar três focos: trabalhar as informações, direitos e pesquisas. É assim que a gente tem trabalhado.

Próximo.

Quando a gente recebe o diagnóstico de Esclerose Lateral Amiotrófica, a primeira questão é o que vou fazer agora, conforme disse. Trabalhar, nem pensar. Então, você precisa reprogramar a sua vida. Então, você vai procurar o perito da Previdência Social, e o perito não conhece a doença. Existe uma questão, 90% de toda a Esclerose Lateral Amiotrófica é esporádica, não tem causa determinada, e 10% é de forma familiar. A forma familiar costuma ter uma evolução mais favorável, é o meu caso. Eu tenho alguma mobilidade, eu falo, eu tenho sobrepeso. Então, o perito olha para uma pessoa igual a mim, ele acha que eu não tenho nada, porque ele não conhece a doença.

Ele me dá seis meses de auxílio-doença e depois já quer me reabilitar. Eu estou contando a minha experiência, aconteceu comigo. A perita fala: vou te reabilitar. Eu virei para ela e falei: "Doutora, a senhora tem noção da doença que eu tenho? É uma doença progressiva, degenerativa, não tem cura, eu tenho que pensar na minha qualidade de vida, não é em reabilitar".

Então, é assim que funciona, os pacientes de ELA vivem um drama, segundo drama, porque o primeiro é o diagnóstico. O segundo drama é conseguir do Poder Público a compreensão e o entendimento de que ele precisa de uma aposentadoria digna.

Então, o modelo atual é esse: auxílio-doença bastante dificultado, a demora na aposentadoria, os 25% de auxílio cuidador, que é um direito adquirido é negligenciado porque o mesmo perito que aposenta você por Esclerose Lateral Amiotrófica, o outro perito não associa que essa doença exige um cuidador. E necessariamente todo o paciente diagnosticado com Esclerose Lateral Amiotrófica necessitará de um cuidador. Eu aqui hoje estou com dois, com dois amigos aqui me ajudando. É assim que funciona.

Outra questão também em relação a direitos previdenciários, Senador Capiberibe, é a isenção do desconto de imposto de renda na fonte para aqueles que o tem. Eu levei dois anos para conseguir a isenção do imposto de renda na fonte, sendo que a lei é bem clara sobre isso: pessoas que têm doenças debilitantes, que incapacitam, têm esse direito adquirido. Então, a coisa fica muito na mão do perito. É o que a gente percebe. A decisão não está na lei, está no perito. Então, a gente precisava discutir isso.

Próximo, por favor.

O regulamento da Previdência Social diz: o aposentado por invalidez tem o direito de obter 25% de aumento em sua aposentadoria, caso necessite de ajuda constante de um cuidador. Isso está na lei, está no papel. E tem a relação das doenças. Claro que não enumerei todas. Tem Esclerose Múltipla e outras.

Enfim, eu coloquei: paralisia dos dois membros superiores ou inferiores. Isso na ELA acontece, ocorre. O paciente pode ter paralisia dos membros inferiores, pode ter dos membros superiores ou pode ter de ambos.

Muitos pacientes de ELA, no segundo, terceiro ano, já se tornam tetraplégicos. Então, ficam constantemente na cama. Incapacidade permanente para atividade da vida diária. Eu posso te dizer que aí são 100% dos casos.

Não haveria necessidade para tantos questionamentos. Se três regras são cumpridas, dentro do que a lei exige, por que tanta dificuldade, tanta burocracia?

Próximo.

Condições para isenção do imposto de renda junto à Receita Federal. Lá diz o seguinte: que portadores de doenças graves são isentos de imposto de renda desde que se enquadrem cumulativamente nas seguintes situações. E eu selecionei apenas uma: paralisia irreversível incapacitante. Essa frase: paralisia irreversível incapacitante engloba a maioria das doenças neuromusculares. Só que, conforme disse, isso vai depender da interpretação do perito. Se o perito não sabe que Esclerose Lateral Amiotrófica causa paralisia irreversível incapacitante, ele vai indeferir. Foi o que aconteceu comigo. Eu levei quase dois anos só nessa frase, só para provar que a Esclerose Lateral Amiotrófica é uma doença que causa paralisia irreversível incapacitante.

Então, o que quero dizer com isso? Que, além do diagnóstico do paciente, que já é uma coisa cruel demais, a ausência do Poder Público muitas das vezes, conforme dito aqui, nós pacientes ainda temos que ficar à mercê da boa vontade do Poder Público, do perito do INSS, que não conhece nada da doença e nem se interessa em conhecer. Infelizmente é assim que acontece.

Próximo.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Esse sinal é o quê? É para parar?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Para nós sim. São dez minutos com prorrogação de mais cinco, tá?

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Aí vou pedir a V. Exª uma tolerância.

Igual no Congresso, eles fazem.

A nossa proposta é a seguinte, Senador: aposentadoria compulsória a partir do diagnóstico da doença. Simples. 25% de auxílio cuidador, da mesma forma; isenção do desconto de imposto de renda na fonte, da mesma forma.

Olha, isso iria economizar muito transtorno, tanto para vida do paciente e seus familiares como iria diminuir a circulação de papel, de burocracia no sistema público.

E, se possível, que houve uma comunicação direta, eu não sei como seria isso, entre o INSS e a Receita Federal, porque tudo que você prova no INSS, você tem que provar de novo na Receita Federal.

Complicadíssimo.

E incluir nessa lei a expressão, no caso da Receita Federal, doenças neuromusculares na relação de doenças da Receita Federal passíveis de isenção.

Próximo.

A Portaria 1.370 é negligenciada em todo o Brasil. São Paulo, que durante um tempo foi modelo – e eu gostaria que a Erika tivesse um tempo para falar sobre isso –, está funcionando. É uma portaria federal, não sei se o Senador conhece, que, infelizmente, só funciona por meio da judicialização. O Bipap, que é um equipamento que nos ajuda a ter qualidade de vida, e a maioria dos pacientes, e eu posso dizer que todos, ou usam ou vão ter que usar. Eu, por exemplo, já uso para poder dormir.

Elica, como está em São Paulo essa questão do Bipap?

A SRª ELICA FERNANDES – Bom dia. Eu agradeço a palavra, Antônio Jorge. Em São Paulo não está sendo distribuído. Já tem um mês e meio por aí. Se a pessoa ligar para o Instituto do Sono, que é quem fornece para São Paulo, cidade, e Estado de São Paulo, eles vão dizer que não tem o equipamento, talvez daqui a um mês.

O que ocorre é que, apesar de a portaria ser de âmbito federal e de a verba ter que chegar, não se sabe por que, em São Paulo, o pagamento é feito pela Secretaria Municipal de Saúde, que está alegando que chegou ao teto. Não sei em qual teto, mas chegou no teto.

Então, não tem mais Bipap, não tem mais dinheiro para comprar Bipap. O Instituto do Sono não comprou mais Bipap, porque eles alegam não receber a verba.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – O.k.

Próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O equipamento é caro?

A SRª ELICA FERNANDES – Eu acredito que está em torno de US$8 mil.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ele é individual?

A SRª ELICA FERNANDES – Individual.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E o paciente leva para casa?

A SRª ELICA FERNANDES – O paciente leva para casa e precisa de assistência.

Pelo menos um monitoramento quinzenal, mensal, de uma equipe de saúde.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Porque, na medida em que a condição respiratória vai degradando, e isso varia de paciente para paciente, necessita-se de uma calibragem.

Então, resta ao paciente a judicialização. É o que mostra esse quadro.

Próximo.

Apresentamos, no dia 24 de maio, ao Ministro da Saúde, que esteve em Volta Redonda, essa carta, que não vou lê-la. É uma parceria do Movela com a AFAG, com a Cadim e a Casa Hunter. Nós apresentamos pessoalmente essa carta, reclamando do não cumprimento da Portaria 1.370.

Próximo.

Uma situação, Senador, extremamente grave: existe uma lei que dá direito à assistência domiciliar para pacientes de doenças graves, de 2002. Ela não é cumprida, não é cumprida.

Próximo.

É esta lei aí, Senador.

Temos um caso emblemático. Todos aqui que estão envolvidos na questão da ELA conhecem o Gerson Faltermeier. Ele ficou 5 anos e 4 meses dentro de uma UTI e só conseguiu um *home care* através da judicialização, com cláusula de multa contratual pelo não cumprimento do processo, da ação judicial.

Então, essa lei não é cumprida. Se fosse cumprida, nós teríamos resolvidos muitos dos problemas que o paciente de ELA hoje tem.

Próximo.

Esse rapaz é o Gerson Faltermeier

Próximo.

Este é o Wellington, de Manaus. Ele está há um ano e meio na UTI. Não tem *home care.*

Próximo.

Um caso de paciente com *home care,* o Gilberto, de Volta Redonda. Em casa, feliz com a família, com a enfermeira cuidando dele.

Próximo.

Olha que coisa maravilhosa: cinco anos e quatro meses depois. Olha o sorriso desse paciente de ELA. Com a sua família, no seu lar, feliz.

É o mínimo que nós gostaríamos que todos os pacientes tivessem.

Próximo.

Eu gostaria de chamar atenção de todos que estão aqui para o PL 1.656, de 2011, do Deputado Mara Gabrilli.

Existem, somente na Câmara dos Deputados, uns vinte projetos de lei falando sobre doenças graves, doenças raras e doenças neuromusculares. Mas esse PL tem algumas particularidades, porque atinge em cheio a necessidade da maioria dos pacientes de doenças neuromusculares, inclusive da ELA. Por isso que eu chamo a atenção de todos para esse Projeto de Lei.

Próximo.

Eu queria relembrar que, no dia 15/6, a Deputada esteve numa reunião com o Ministro da Saúde, que à época era o Padilha.

Olhem o que ele prometeu:

O Ministro da Saúde formará um GT para revisar a Portaria 1.370, de 2008, que estabelece a política de atenção às pessoas com doenças musculares.

Alguém pode me dizer se isso aconteceu?

Eu acredito que não.

Próximo.

Vamos torcer para que o SUS seja um serviço de qualidade, um serviço viável, um serviço que possa atender às nossas necessidades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Pelo que entendi existe alguma proteção legal, mas, infelizmente, esta é a realidade do nosso País: as leis não são cumpridas.

Vamos ouvir a palavra do Professor Gerson Chadi, Professor Departamento de Neurologia, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Por favor, com a palavra.

O SR. GERSON CHADI – Obrigado, Senador Capiberibe, pela oportunidade.

Obrigado a todos pela presença.

Sobre um aspecto que acho que todos ficam curiosos: o que pode ser feito de fato para eliminar o problema? É possível? É possível eliminar o problema de uma doença neurodegenerativa, progressiva, grave, como a esclerose lateral amiotrófica?

Bom, essa é de fato uma pergunta intrigante, mas, para respondê-la, só há um caminho: entrar nesse meio e ver o que acontece.

O início, academicamente falando, pode ser duvidoso. Aliás, eu passei por aspectos dessa natureza algumas vezes na minha vida acadêmica, nos últimos 27 anos. O caminho e o término disso são absolutamente ainda mais difíceis de prever.

Então a única maneira é deixar um pouco de lado o academicismo e tentar se envolver com a questão de outra forma, de uma forma que de fato é difícil definir.

Então, eu vou mostrar para vocês um exercício, vai ser muito rápido porque de fato só tenho dez minutos – mas já vou pedir ao Senador a permissão para passar um pouquinho.

Se é possível e como é possível fazer isso?

Eu não estou conseguindo passar para frente aqui, mudar os eslaides, por gentileza.

Difícil obter os registros precisos de tudo o que tem sido feito em doenças neurodegenerativas, esclerose lateral amiotrófica, no mundo de modo confiável. Porém, uma maneira de você triar um pouco isso é analisar um *site* de registro mantido pelo NIH dos Estados Unidos, que é o clinicaltrials.gov

Examinando especificamente esclerose lateral amiotrófica, encontramos ensaios clínicos relacionados a drogas, na sua maioria, a células, terapia celular, que vem em segundo lugar, incluindo aqui terapia gênica; ensaios clínicos ou pesquisa clínica envolvendo genética, procedimentos e equipamentos – e surpreendentemente o número é bem pequeno para aquilo que se esperaria para uma doença debilitante, como a esclerose lateral amiotrófica –; e biomarcadores.

Hoje, é consenso no mundo que a esclerose lateral amiotrófica não vai avançar se os seus pacientes não forem bem caracterizados por biomarcadores. E não há nenhum biomarcador para esclerose lateral amiotrófica.

A análise pela eletroneuromiografia é um indicativo ou mostra um indicativo de que o paciente pode ter esclerose lateral amiotrófica, mas o diagnóstico final é clínico.

Lá, observam-se que muitos ensaios estão recrutando pacientes; outros, um número surpreendentemente grande, finalizados com resultados, ou ativos, retirados.

Quando você vai olhar os resultados, você observa uma imprecisão, a princípio uma imprecisão muito grande das descrições. E aí você precisa buscar outras fontes, principalmente relacionadas às publicações. E você, de modo geral, aliás, de modo bem geral, o que se observa dos últimos *trials* é que os resultados não foram tão importantes quanto se esperava, muitos inclusive foram retirados pela grande quantidade de efeitos colaterais e assim sucessivamente.

Em relação à terapia celular, apenas uma curiosidade, comparando a ELA com a doença de Alzheimer e com a doença de Parkinson, enquanto 12% deles todos se referem à esclerose lateral amiotrófica em termos de ensaios clínicos com terapia celular, apenas 0,6% e 0,8% são relacionados a Alzheimer e a Parkinson.

Muito possivelmente justificável porque, como o Jorge falou, e talvez eu fale rapidamente, é uma doença de evolução rápida, e o indivíduo invariavelmente vai a óbito num período de 2,5 a 5 anos.

Existe uma diferença para o Brasil um pouco. Talvez, se der tempo, citarei.

Em relação às células-tronco, a grande maioria dos ensaios são relacionados às células-tronco da medula óssea, outros mais ou menos na mesma magnitude, as células-tronco manipuladas são chamadas de células-tronco mesenquimais.

Fiz um apanhado geral, mas, se alguém quiser perguntar, a gente pode detalhar um pouquinho.

O que está acontecendo com os últimos ensaios clínicos? As últimas drogas propostas no mundo para esclerose lateral amiotrófica?

Por que a esclerose lateral amiotrófica, além do seu aspecto clínico, o seu aspecto humanitário, por que estudar a esclerose lateral amiotrófica?

Porque a esclerose lateral amiotrófica oferece algumas janelas muito claras para o estudo. Então, depois que você entra na situação, você percebe. Opa, então, a situação não é tão ruim assim.

São basicamente dois neurônios comprometidos, ou acometidos: o neurônio motor superior, que começa no cérebro e vai até o tronco encefálico e medula espinal. E, dali, o segundo neurônio, o neurônio motor inferior.

Os dois neurônios sofrem ou são alvos do processo neurodegenerativo. Esses dois neurônios têm uma característica em comum: são os neurônios que possuem o maior prolongamento de todo o sistema nervoso, os dois. Isso é um fato importante.

É um fato importante que precisa ser explorado e dá para ser explorado. Opa, então é possível entender um pouco mais a doença.

Outro aspecto interessante é o seguinte: em algumas circunstâncias, a esclerose lateral amiotrófica, em algumas características, encontra-se com outras doenças neurodegenerativas, como a doença de Parkinson, uma doença que leva à demência, um pouco mais precoce do que a doença de Alzheimer; a degeneração lobar frontotemporal, e que há muitos casos no Brasil. E em algumas vezes, em algumas circunstâncias e em alguns pacientes, essas três situações clínicas se encontram, formando uma síndrome, com variáveis aspectos de predominância ou de penetração da manifestação clínica. Isso é um ponto comum.

Outro ponto comum: que, nessas circunstâncias, formam-se agregados proteicos que caracterizam uma proteinopatia. É muito comum dessa proteína chamada TDP- 43

E também muitos desses pacientes apresentam uma mutação, que é uma expansão de uma regiãozinha do cromossomo 9, que é a famosa, agora recentemente, aC9orf72.

Há outros pontos em que a esclerose lateral amiotrófica se aproxima de outras doenças neurodegenerativas, como portamento de células não neuronais, aspectos específicos do processo inflamatório e vias moleculares.

Então, o que eu quero dizer com isso?

Eu quero dizer que, se a esclerose lateral amiotrófica for resolvida, muitas doenças neurodegenerativas poderão se beneficiar com ela.

Enfim, eu queria frisar o seguinte: é uma doença em que, além do que o Jorge falou, o indivíduo tem problemas de deglutição, problemas de fala, problemas de respiração, em períodos muito iniciais em muitos pacientes, o que mostra que a esclerose lateral amiotrófica é uma doença ainda mais debilitante do que a própria tetraplegia por lesão da medula espinal.

Interessante que é a doença dos 70 anos: foi descrita por Charcot em 1868 e 70 anos após ficou famosa por ter acometido Lou Gehrig, ídolo dos Estados Unidos. E aí a doença ficou conhecida. Quase 70 anos depois, foi um desafio do balde de gelo, a doença ficou mundialmente conhecida, e os recursos financeiros para a esclerose lateral amiotrófica foram aumentados.

Observem que o gasto por paciente, gasto anual por paciente – isso aqui nós não temos no Brasil, eu trouxe um dado dos Estados Unidos – o gasto anual do paciente, nos Estados Unidos, chega a US$63 mil/ano.

Interessante que o custo da esclerose lateral amiotrófica lá é em torno de US$433 milhões. Considerando as outras patologias neurodegenerativas ou neuromusculares mais prevalentes, como a distrofia muscular de Duchenne e a distrofia muscular, o gasto anual com elas é entorno de US$ 1 a 1,4 bilhão ao ano.

Guardem isso. Nós não temos esse registro. Eles têm.

Essa doença é tão onerosa quanto outras bem mais prevalentes e que recebem uma atenção muito mais especial que a esclerose, que são a esclerose múltipla e o mal de Parkinson.

Bom, problema.

Problema é estudar esclerose lateral amiotrófica. Faltam modelos de estudo. Todos os estudos feitos até então foram fundamentados num modelinho animal, num camundongo transgênico, que carrega a mutação de um gene.

E os testes terapêuticos muitos mostravam e mostram efeitos positivos, benéficos nesses pacientes dos animais. Até que essa instituição fez uma análise, reavaliou as principais drogas para esclerose lateral amiotrófica e viu que, a despeito das publicações, essas drogas de fato não funcionam no animal.

Então, o que acontece? Acontece o seguinte: a limitação do modelo animal para estudo humano, uma ansiedade acadêmica exagerada de terminar estudos não muito bem feitos. Isso tem levado a um atraso no desenvolvimento terapêutico da esclerose lateral amiotrófica.

Isso é importante porque, quando nós vamos competir por projetos de pesquisa para financiamento de pesquisas de esclerose lateral amiotrófica, o que vale é o número de publicações que o pesquisador tem.

Bom, então quais são as necessidades para o avanço da questão da esclerose lateral amiotrófica?

Falta modelo animal, falta droga para abortar o processo, droga para prolongar o processo, droga para tratar as manifestações.

O que se propõe? Bom, propõe-se melhorar o nível da investigação clínica, melhorar o nível das investigações multidisciplinares, um maior conhecimento da doença e menos oportunismo e vaidade dos pesquisadores e, fundamentalmente, uma aporte financeiro bem maior do que o disponível hoje.

Sem isso, a esclerose lateral amiotrófica vai continuar sendo uma doença órfã.

Bom, o que os melhores centros do mundo têm discutido e vários já colocado isso em ação, para o avanço de doenças neurodegenerativas, neuromusculares, esclerose lateral amiotrófica, sua figura mais emblemática?

Uma comunhão mais estreita entre a pesquisa básica e a pesquisa clínica, e o desenvolvimento daquilo que não se conhece, poucos sabem fazer, que é a medicina translacional.

Nós fizemos esse modelo, implantamos esse modelo em 2010, onde tudo começa no paciente, passa pelo laboratório, passa pelo modelo animal, mas com vistas a voltar para o paciente.

Essa é a chave da questão.

Fazer pesquisa em doenças neurodegenerativas simplesmente para conhecimento, publicar o conhecimento, muitas vezes o conhecimento não é aproveitável nos momentos seguintes.

Bom, só para ilustrar, então, existem aqui células gliais, astrócitos, micróglias, a células de Schwann, que são as consideradas promotoras da indução da velocidade da doença,

Como você vai fazer isso? Você tem que, primeiro entender, um pouco assunto. Segundo, convencer as suas instituições de que você é suficientemente sério para fazer aquilo. Terceiro, fazer uma análise pessoal, se aquilo que você está fazendo é ético e contar com aprovação por parte das agências reguladoras das propostas que você fez.

Por exemplo, uma metodologia absolutamente inédita no mundo, se as células de Schwann, que estão ali no nervo elas podem aumentar a velocidade da progressão da doença?

Vamos estudá-la, mas estudar como? No modelo animal? Não vai dar um resultado translacionável.

Então, nós temos que estudar isso no ser humano.

Poxa, mas nós precisamos de uma célula de Schwann atrelada a um nervo que ainda não sofreu um processo degenerativo. Então como fazer isso? Bom, talvez procurar um nervo. Se você manipulá-lo, o paciente não vai sofrer uma perda considerável e assim sucessivamente.

Fazendo isso com apoio das agências regulatórias e desenvolvendo no Brasil a tecnologia mais sofisticada de análise molecular atrelada à análise computacional e de bioinformática, nós estamos definindo quais são os processos moleculares que estão alterados nestas células todas, individualmente, células de Schwann, neurônios, assim, sucessivamente.

E um dos aspectos que chama muito atenção é a regulação das moléculas que fazem com que o sistema tenha uma falência no suporto trófico, ou seja, as células que estão lá para manter os neurônios vivos não estão fazendo essa ação. E os sinais moleculares estão presentes, estão ali determinados.

Então, poxa vida, você começa a mostrar algo que é real e não mais num achismo. E vamos: olha, isso é possível que seja verdade. Então vamos lá fazer um ensaio clínico e injeta no paciente. Se der resultado, avançamos. Se não der resultado, tudo bem.

Então, esse é o pensamento um pouco diferente do exercitado até então.

Como fazer esses testes sem colocar em risco os pacientes, uma vez determinadas as vias moleculares ou as moléculas que estão alteradas?

Esse é outro aspecto ético importante.

Os pesquisadores ficam na dependência do desenvolvimento metodológico para o avanço. Até que um pesquisador japonês – e ganhou o prêmio Nobel recentemente por causa disso – conseguiu tirar uma célula adulta de um indivíduo e transformar essa célula numa célula embrionária com todas as suas características, inclusive de se dividir e de formar outros tipos celulares.

Como você vai fazer isso aqui no Brasil, com tecnologia nacional? Dinheiro e arregaçar as mangas e fazer.

Muito bem, fizemos. Fomos o primeiro grupo no Brasil a produzir essas células-tronco induzidas de paciente de esclerose lateral amiotrófica no Território Nacional.

Em seguida, que significa a meses de pesquisa, fomos os primeiros grupos no Brasil a transformar essas células em neurônio motor, células lá do nervo do paciente, fibroblasto, o nervo do paciente com esclerose lateral amiotrófica, sendo transformadas em neurônio.

Hoje, nós temos na mão neurônios, neurônios que vieram transformados daquele paciente. Então, nós podemos testar nesses neurônios se aquelas drogas, demonstradas pelos estudos moleculares, vai funcionar ou não vai funcionar.

Bom, e aí você começa a descrever o que está acontecendo na doença.

Só para ilustrar a importância disso, do que está sendo feito no Território Nacional. Você começa a combinar por análises de bioinformática todas essas alterações moleculares encontradas na célula. E aí o sistema

começa a mostrar determinadas moléculas. E isso sendo feito no Território Nacional. E você pega algumas dessas moléculas, coloca-as na presença do neurônio motor e observa. Isso depende da situação. Veja bem, uma determinada molécula, se você não coloca no sistema, o neurônio morre; se você coloca no sistema, o neurônio sobrevive. Isso é de um paciente. Então, esse é um caminho real, mas isso demanda grande quantidade de dinheiro.

Na próxima etapa, só por curiosidade, o que mais você pode fazer dentro de um raciocínio como esse, de um raciocínio científico, sem achismo? Faço questão de que isso fique claro. Sem achismo, o que você pode fazer para avançar? Todo mundo quer saber o que significam as células-tronco. Então, você vai injetar células-tronco para ver o que dá? Não, você precisa conhecer o sistema. Que sistema? O sistema de células-tronco e o sistema da doença neurodegenerativa. Isso não acontece com muita frequência.

Então, estamos aqui resolvendo os problemas legais. É um estudo, é um ensaio clínico Fase 2 com células-tronco mesenquimais, financiado pelo Ministério da Saúde. Ainda é a Fase 2, de segurança, em que as células-tronco serão manipuladas com uma metodologia que foi desenvolvida no exterior, para virem a secretar fatores que são importantes – são os fatores neurotróficos – para os neurônios motores.

Então, qual é o nosso próximo passo? O nosso próximo passo – e ninguém ainda tem isso em outros países – é transformar essas células, para elas virem a produzir as moléculas que, de fato, faltam para o paciente em questão. Isso, muitas vezes, é diferente de um paciente para outro.

Terminando, eu só queria citar algo, porque acho que é um tema muito atual. É muito importante que isto seja registrado, e, rapidamente, eu o farei: 95% das formas de Esclerose Lateral Amiotrófica são formas esporádicas. Não há nada descrito sobre fatores de risco para as formas esporádicas, nada está comprovado. Muita gente fala muita coisa, mas não há nada comprovado, se formos analisar claramente. O que há são fatores de risco para as formas familiares, que são aqueles relacionados às mutações genéticas relacionadas às formas familiares, que são 5% delas.

Analisando as características clínicas dos nossos pacientes, a heterogeneidade clínica dos pacientes, principalmente as formas familiares, no Brasil, nós observamos que, em algumas circunstâncias que não ocorrem em outros países, a Esclerose Lateral Amiotrófica, em alguns casos, no Brasil, tem uma evolução muito lenta ou mais lenta. É o caso do Sr. Jorge Melo, é o caso da Srª Ana Amélia. Eles já têm o diagnóstico de que isso está relacionado a uma mutação específica, a do VAPB.

Por que há pacientes que estão desenvolvendo Esclerose Lateral Amiotrófica com 23 anos, com 27 anos? Há outros pacientes que vivem com a doença por dois anos ou por um ano e meio e que morrem. Uma possibilidade seria a da sobreposição de mutações. Vamos testar isso? Forma-se o Projeto ELA Familiar. E aí você vai olhar isso. Para tal, você tem de desenvolver testes de mutações que não são feitos no Brasil. Surpreendentemente, chegamos a esta conclusão: para nossos pacientes com forma familiar, no Brasil, não há teste genético. Alguns passaram por teste genético porque tiveram a sorte de conseguir acesso ao projeto de análise de genoma do IB da USP, onde eles estão interessados no VAPB. Eles fazem o teste do VAPB, mas não o fazem para outros genes. Então, não sabemos o que ocorre com nossos pacientes com a forma familiar.

Então, você tem de desenvolver a metodologia para isso. Desenvolvendo a metodologia para isso, para essas mutações que são as mais importantes do momento, como a expansão do cromossomo 9...

(Soa a campainha.)

O SR. GERSON CHADI – ...como a mutação do TARDBP ou do FUS e outras, observamos que não há sobreposição das mutações.

Para terminar, que conclusão você tira? A de que, nessas formas familiares do VAPB, nas formas relacionadas à mutação desse gene, muito possivelmente, estão coexistindo fatores neuroprotetores ao lado de fatores que levam à neurodegeneração. E temos essa população aqui, no Brasil. Isso pode ser a chave para a descoberta principal ou para o aspecto mais importante para a cura da ELA. Ou seja, não é possível avançar na pesquisa sobre Esclerose Lateral Amiotrófica se não adotarmos uma sistemática e um raciocínio dessa maneira.

Mesmo nesses casos difíceis das mutações, hoje temos a possibilidade de fazer a análise, a terapia gênica. Então, se há um defeito em parte do gene, pode-se usar, por exemplo, a metodologia de Antisense Oligonucleotídeo, que é o sentido contrário: se há um gene com mutação, ao se acoplar esse gene com uma sequência contrária, anula-se o efeito lesivo dessa mutação. Isso não é difícil de fazer. Isso não tem sido proposto no Brasil. Por quê? Porque não existe a sistemática para isso no nosso País, infelizmente.

Para que, depois, caso tenham curiosidade, vocês observem, coloquei algo que ocorre muito sistematicamente no Canadá, um país em que há de 2,5 mil a 3 mil pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica e em

que há um centro específico em Neurologia Translacional para a Esclerose Lateral Amiotrófica, com um aporte de mais de US$2 milhões por ano, fora aquilo que os pesquisadores conseguem fora do país.

Então, concluo rapidamente aqui, pedindo desculpas pelo horário.

A busca para a cura da ELA é possível. O foco deve ser dado à obtenção de resultados efetivamente translacionáveis, terapêuticos, não apenas acadêmico-científicos.

Entre as necessidades, estão apoios institucionais diversos para a agilização da pesquisa. Muitos pesquisadores desanimam no meio do caminho porque tudo é tão moroso, tudo é tão burocrático, começando pela conquista do recurso. Vários param pelo caminho, principalmente jovens pesquisadores com grande potencial.

Também é preciso que haja políticas públicas para o desenvolvimento de pesquisa translacional terapêutica, o que não ocorre no Brasil. Então, se você vai colocar lado a lado um projeto com alto risco, como esse, e projetos não translacionáveis, em que o risco é menor, ganha aquele, e não este. Tivemos insucesso com um projeto com biomarcador de Esclerose Lateral Amiotrófica, o que, praticamente, foi uma exigência dos nossos colaboradores na Europa para a avaliação da situação dos nossos pacientes no Brasil, para que conseguíssemos tirar dinheiro da Europa e trazer para cá. Infelizmente, não conseguimos esse recurso financeiro para fazer aquilo que é mais importante para os nossos pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica, que é a análise de biomarcadores da doença.

Além das políticas públicas, são importantes financiamentos específicos para programas translacionais médicos, além do apoio dos pacientes e de seus familiares. A limitação maior para o avanço ainda são os recursos financeiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

A informação positiva de que é possível encontrar o tratamento é animadora e, certamente, impulsiona a luta de todos em busca dessa dificuldade, que são os recursos financeiros. O exemplo do Canadá nos mostra que eles estão investindo. Todo investimento em pesquisa e os resultados obtidos, certamente, vão diminuir os tratamentos, vão diminuir o custo de tratamento. No Brasil, infelizmente, não temos essa mentalidade da prevenção.

Muito obrigado.

Dando sequência, passo a palavra a Sthanley Abdão, que é o representante da Associação Lutando Contra ELA.

O senhor está com a palavra. Peço-lhe um segundinho, por favor.

Eu gostaria de registrar já a presença de Marco Antonio Gomes Perez. Quero convidá-lo a vir à mesa. Aliás, ele já está sentado aqui conosco. Ele é Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social. Ele está aqui conosco.

Já houve a intervenção de Antonio Jorge, que já lhe deve ter repassado alguma informação.

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ (*Fora do microfone*.) – Eu já estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ah, você já estava aqui? Ótimo!

Então, com a palavra, Sthanley Abdão.

O SR. STHANLEY ABDÃO – Bom dia a todos!

Eu gostaria, em primeiro lugar, de pedir desculpas a todos, porque, devido ao mecanismo de transporte desta nossa pequena palestra, alguns erros de acentuação vocês vão observar no texto. Peço desculpas, mas vamos dar continuidade.

O tema que escolhi para falar nesta audiência pública trata das necessidades dos pacientes com Esclerose Lateral. Com isso, o meu objetivo, o objetivo da nossa Associação é despertar a sociedade brasileira, os órgãos públicos e as entidades civis para essa silenciosa e terrível patologia que tem ceifado e transformado a vida de muitos brasileiros.

Para isso, vamos seguir um pequeno roteiro. Farei uma breve apresentação minha. Falarei sobre mim e a ELA, sobre como lidar com essa terrível doença, sobre o apoio aos pacientes, sobre as necessidades. Como o Jorge já falou e como o Dr. Gerson falou, é de suma importância a sobrevida, as pesquisas atuais, o apoio necessário a essas pesquisas. E, por último, farei a conclusão desta nossa palestra.

Pois bem, meu nome é Sthanley Abdão, tenho 47 anos.

Peço desculpas se eu... O tempo está correndo, e não posso chorar. Peço desculpas se eu me emocionar. (*Palmas.*)

O assunto é delicado, mas precisa do conhecimento de todos. Vou deixar para chorar em casa.

Vamos lá! Sou militar reformado da Força Aérea Brasileira e portador de Esclerose Lateral. Tive os primeiros sintomas em novembro 2011. Devido ao difícil diagnóstico, após passar por vários médicos, em janeiro de

2014, fui diagnosticado com Esclerose Lateral. Se os senhores perceberem, há uma distância muito grande do início da doença à definição diagnóstica. E, com isso, o paciente perde. A gente perde tempo, a gente deixa de correr atrás de vida.

Sou idealizador também da Associação Brasileira Lutando Contra ELA, cujo atual Presidente é o Sr. Loredano Pontes.

Infelizmente, a situação nossa, como já foi retratado, vai se degenerando. A gente precisa de uma voz ativa, para que não morra no vento o nosso propósito.

O Dr. Loredano Pontes é delegado aposentado da Polícia Federal. Ele é muito meu amigo. Ele se compadeceu com a nossa causa, levantou a nossa bandeira e está junto conosco nesta campanha. Infelizmente, devido a uma agenda que já estava marcada no Ceará, ele não teve como estar presente aqui, nesta audiência.

Eu e a ELA. Acho que vocês já perceberam como é difícil! O diagnóstico é muito complicado, é demorado. Devido à sua complexidade, ele leva, em média, de 10 a 12 meses ou até mais. Isso dificulta um provável tratamento. Aí sou questionado: mas qual é o tratamento, se ele não existe? Em nível mundial, não existe nada?

O tratamento primeiro tem de ser psicológico. A cabeça do paciente com ELA tem de ser uma cabeça diferenciada. A cabeça do paciente com ELA tem de ser uma cabeça voltada para a esperança. O que o Dr. Gerson acabou de retratar aqui trouxe-nos esperança. E, hoje, o que nós, pacientes com Esclerose Lateral, queremos é trazer à nossa memória o que nos dá esperança, o que nos dá vida.

Então, quando percebi os primeiros sintomas, em novembro de 2011, comecei a pesquisar, e todas as novidades posteriores que me eram apresentadas já não eram novidades. Antes mesmo de fechar meu diagnóstico, eu já sabia que eu tinha ELA. Quando foi fechado meu diagnóstico, em São Paulo, num grande centro, o médico me trouxe aquela informação com muita tristeza: "Eu sinto muito, eu sinto muito." Eu falei: "Doutor, o senhor sente o quê? Eu estou vivo. Isto é o mais importante. Eu estou vivo. E quero dizer para o senhor o seguinte. O senhor está dizendo que tenho de dois a cinco anos de vida, mas quem vai definir minha permanência é o meu Criador."

E aí a gente começou a idealizar esse projeto desta associação chamada Associação Lutando contra ELA. Falei com alguns amigos. Os amigos, prontamente, colocaram-se à disposição para nos ajudar.

Infelizmente, hoje, no Brasil, temos vários grupos que, dificilmente, se comunicam. Esse é um entrave, é um obstáculo para que projetos, prováveis tratamentos e prováveis discussões como esta, que aqui agora ocorre graças à sensibilidade do Senador e desta Casa, possam acontecer. Então, devido à falta de diálogo entre esses grupos, a gente fica perdido, e, com isso, o tempo vai passando. E, infelizmente, como já foi falado, nós não temos tempo.

Para mim, paciente com Esclerose Lateral, o meu relógio não para, o meu relógio degenerativo está rodando a cada instante. Estive nos Estados Unidos nesses dias e vi uma ampulheta. Eu falei: "Vou levar esta ampulheta para a audiência pública, para as pessoas perceberem a nossa necessidade, a gravidade dessa doença." A areia está caindo, o tempo está passando. Posso desembarcar nesta vida daqui a pouco. Disso ninguém sabe. Mas é horrível a gente andar pela rua com um rótulo, com uma sentença nas costas: você vai morrer, você vai morrer. Isso é horrível. Eu, como militar, sempre fui ativo, sempre estive disponível. De repente, eu me vi numa situação desta, e não foi nada agradável.

Concluindo, eu fiquei naquele entrave: o que fazer? Eu falei: "Não! Eu vou fazer." Foi quando começamos com a Associação. Eu falei: "Vou ajudar a aliviar o sofrimento das pessoas." E a gente tem conseguido isso, graças a Deus!

Essa doença é uma doença terrível, é uma doença ingrata. Como relatei, minha vida mudou completamente após o diagnóstico: de hiperativo e vaidoso, eu me vi, aos poucos, refém dessa sentença. Fiquei mal por alguns dias, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. STHANLEY ABDÃO – ...depois visualizei, mediante aquela nova fase, que eu tinha de enfrentar isso. O que eu poderia fazer para aliviar o sofrimento dos outros? E daí surgiu a nossa Associação.

Quanto ao apoio aos pacientes, devo dizer da rápida progressão dessa doença, que leva o paciente a óbito, em média, de 2 a 5 anos após o diagnóstico, com raras exceções de uma sobrevida maior, como é o exemplo do cientista Stephen Hawking, que tem driblado a Esclerose Lateral há mais de 50 anos.

A gente sabe que essa doença é muito ruim, é uma doença terrível.

Então, os pacientes sentenciados com essa enfermidade não podem esperar por ações burocráticas. A gente não tem tempo. Como eu disse para os senhores, a gente não tem tempo para esperar que projetos de lei e outras coisas mais venham a ser votados no âmbito legislativo, porque, a cada dia que passa, a situação

vai piorando, o paciente vai degenerando, vai tomando uma posição pior. No começo do ano, eu não estava com as mãos deste jeito. Mas a cabeça ainda está no lugar, funciona. Então, enfim, nós precisamos de apoio rápido, pois o nosso relógio degenerativo não para, ele continua.

Coloquei ali uma coisa que achei muito importante, que eu já tinha até comentado nesta Casa: a gente precisa criar urgentemente uma cartilha de apoio aos pacientes com ELA, contendo as informações necessárias, elaborada por uma equipe multidisciplinar. Nós já tivemos apoio, e esse vai ser nosso próximo passo. Nessa cartilha, haverá todas as orientações aos pacientes com Esclerose Lateral, àquele que foi recentemente diagnosticado, àquele que já vive com a doença e que não sabe a quem recorrer, que não sabe dos projetos de lei, das leis que o Jorge mencionou. O Jorge não comentou, mas, infelizmente, somos fracos devido à debilidade física e também devido à falta de apoio. Por ser uma doença quase não conhecida, temos muita dificuldade.

Há outro tópico que coloquei ali, que é de suma importância e que o Dr. Chadi comentou, como também o meu amigo Jorge: criar Centros de Referência pelo Brasil para diagnóstico com acompanhamento multidisciplinar e equipar os que já existem, a exemplo do centro que temos em Brasília, que é um excelente centro multidisciplinar, mas que precisa de apoio, precisa de ajuda. Falta medicamento, falta recurso. À frente desse centro em Brasília estão a Drª Miriam e a Drª Heloísa Glass, que são duas profissionais excelentes. Elas estão lá com total apoio. No dia em que fui lá para me consultar, eu me senti sem graça, porque vi que a Drª Miriam utilizava um aparelho pessoal, um aparelho dela, porque o que havia no hospital estava quebrado já fazia meses. Então, é necessário, faz-se necessário o apoio a esses centros que já existem, ou seja, é preciso que haja uma padronização, Senador. Se conseguíssemos fazer uma padronização desses centros multidisciplinares, com certeza, os pacientes com Esclerose Lateral teriam uma sobrevida muito maior.

Eu ainda listei uma coisa que acho de suma importância: sem dinheiro, a gente não faz nada, nada! Agradeço muito a Deus por ter sido militar da Força Aérea, porque, na Força Aérea, diferentemente do que ocorre no sistema comum, quando eles me diagnosticaram com essa doença, automaticamente, eles me aposentaram, deram-me uma condição que não digo que tenha sido excelente, mas que foi razoável, para que eu pudesse me manter.

O básico da sobrevida de um paciente com Esclerose Lateral, com doença neurodegenerativa, é a alimentação. Isso está cientificamente comprovado. Então, sem uma alimentação adequada, esse paciente vai ter uma degeneração muito mais rápida e, com isso, virá a óbito muito mais rapidamente, necessitando de GTT, que são sondas gástricas, e por aí vai, devido a essa degeneração rápida.

Então, coloquei ali um recurso específico em forma de benefício para o paciente com doença do neurônio motor. O que seria isso? Isso é discutível? Qual o gasto mensal que se tem com um paciente desses? Como o Dr. Gerson já citou, esse é um exemplo de Primeiro Mundo. Mas qual é o gasto que se tem? Quanto é que se gastaria para que aquele paciente tivesse uma boa alimentação, tivesse qualidade de vida?

Faz-se necessária uma suplementação. A gente sabe que esse paciente tem um metabolismo superacelerado. Estou correto, Dr. Gerson? Com isso, a gente precisa de uma suplementação, de uma reposição nutricional profissional.

Então, essa foi uma ideia que a nossa Associação levantou, pesquisando os anseios dos nossos membros.

É preciso haver maior agilidade nos processos públicos. Isso já foi comentado pelo Jorge. Com certeza, a gente não cansa de falar que a gente sabe da morosidade dos processos. A gente sabe como funciona a legislação brasileira. A gente sabe de todos os entraves. Eu não tenho tempo! O Jorge não tem tempo! E os demais pacientes com Esclerose Lateral no Brasil não têm tempo para esperar por decisões de técnicos, por decisões burocráticas, para que possamos ter uma qualidade de vida melhor. Aposentadorias, benefícios, isenções de imposto já são previstos. Isso já é previsto! São coisas simples, mas ficamos barrados. Nós ficamos barrados!

Eu, por ser militar – mais uma vez, eu falo –, fiquei automaticamente isento do Imposto de Renda. O Jorge está com essa doença há muitos anos e, até hoje, não é isento do Imposto de Renda. Então, são coisas pequenas, mas a gente poderia adotar modelos, parâmetros, o que é simples, o que não é oneroso, mas que ajuda na qualidade de vida daquele paciente.

São necessárias aquisições de suporte à vida, como BIPAPs, cadeiras de rodas etc.. Isso é fácil.

Em relação às pesquisas, essa doença, que, ultimamente, é conhecida como a "doença do balde de gelo", é pesquisada em todo o mundo, é mundialmente conhecida como ALS. Essa doença, realmente, tem sido pesquisada no mundo todo. Isso é de muita importância.

Aqui, no Brasil, temos um aliado que faço questão de mencionar, apesar de ele já ter falado, que é o Dr. Gerson. Ele está presente nesta audiência. O Dr. Gerson, da USP, não tem medido esforços junto com sua equipe, realizando pesquisas em prol da cura da ELA. A gente precisa imediatamente de mais Drs. Gersons espalhados pela Nação brasileira, para que a gente possa dar qualidade de vida aos pacientes. Estamos batendo nessa tecla, porque as pessoas estão morrendo. Não sei se vou conseguir estar aqui no ano que vem, se houver outra

audiência como esta, para falar da mesma forma com que estou falando agora. A minha voz está um pouco diferente devido a uma gripe que peguei, mas a voz do paciente com ELA também fica alterada. Então, é muito complicado. Só quem vive isso sabe o que é isso.

Trabalhos científicos do Prof. Gerson Chadi e de sua equipe inéditos no mundo – ele fez uma pequena introdução – foram publicados em revistas internacionais recentemente, colocando o Brasil na vanguarda das pesquisas da cura dessa horrível doença. Ou seja, é um profissional sério que precisa do apoio da sociedade brasileira, que precisa do apoio desta Casa, deste Governo, para que a gente possa melhorar a vida das pessoas com doenças neurodegenerativas. Não estou falando apenas da ELA. Como o Dr. Gerson mesmo falou,...

(Soa a campainha.)

O SR. STHANLEY ABDÃO – ...uma vez que nós descobrirmos a cura da ELA, automaticamente outras doenças, como Alzheimer e Parkinson, que, com certeza, já levaram alguns dos nossos, podem vir a obter a cura.

Nossa luta também visa a apoiar as pesquisas relativas à paralisação da progressão da ELA. Foi apresentado um projeto muito importante para as pesquisas sobre ELA, que é o Projeto Biomarcadores. Acompanhei de perto, Senador, a luta do Dr. Gerson para aprovar esse projeto. Esse projeto estava lincado, ou melhor, está lincado diretamente com outros projetos da USP. Sem ele, fica difícil continuar dando o *start* e o devido acompanhamento àqueles projetos. Mas, infelizmente, devido à falta de recursos, esse projeto não foi adiante. Ele está parado, apesar de ser responsável por importantíssimas pesquisas sobre a ELA. Qual o valor inicial do projeto? Perdoem-me por falar isso.

Eu até falei com o Dr. Gerson: "Dr. Gerson, vou mobilizar uma campanha na televisão e no rádio, para alcançarmos aquele valor, pedindo R$1,00 ou de R$0,50 de cada brasileiro, de quem queira." Com isso, podemos chegar àquele valor de R$980 mil. Pasmem! Esse é o valor com o qual o Governo não teve condições de patrocinar o projeto, por julgar aquilo que o Dr. Gerson mesmo falou: a importância da gravidade, do que seria um risco. Mas, enquanto esse risco ocorre, eu vou degenerando mais.

O meu amigo delegado da Polícia Civil, que começou com uma forma bulbar, o Dr. Marco – mais uma vez, fico emocionado, pois falo *in memoriam* –, lutou contra a ELA, mas foi vencido. Se porventura o Projeto Biomarcadores tivesse sido aprovado, talvez o Dr. Marco estivesse aqui conosco, um homem brilhante, um jovem de 47 anos, que faleceu com Esclerose Lateral, devido às complicações da doença.

Por fim, creio que, nesta breve explanação desse tema, alcançamos o objetivo, que é despertar a sociedade brasileira, os órgãos públicos e as entidades civis para essa silenciosa patologia que tem ceifado e transformado a vida de muitos brasileiros.

Concluo: a ELA – isto é muito importante – não escolhe sexo, nome, classe social ou profissão. Hoje, sou eu. Amanhã, poderá ser alguém que você conhece. Esse não é meu desejo. Podem ter a certeza de que meu desejo é o de que, rapidamente, a gente chegue à cura ou ao bloqueio dessa enfermidade, dessa doença, cuja causa não se sabe. Mas, amanhã, poderá ser você que está aí sentado ou alguém que você conhece, que você ama. Isso é muito complicado.

Há bem pouco tempo, eu era da forma que vou mostrar para vocês aqui. Isso foi há muito pouco tempo. Isso foi em novembro do ano passado. Eu já estava um pouco magro, porque a perda de massa muscular na Esclerose é evidente, devido à falta de orientação nutricional. Faz-se necessário um acompanhamento multidisciplinar urgente, urgente!

Deixo esta frase aqui: Deus nos abençoe na luta contra a ELA!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sthanley. Obrigado por seu depoimento emocionante, também com muitas sugestões. Acho que temos de nos ater às sugestões, para podermos encaminhá-las ao final da audiência pública. Eu queria recomendar atenção à Secretaria da Comissão, para que pudéssemos reforçar a luta daqueles que apoiam os pacientes.

Nessa questão de recursos financeiros, quem sabe possa haver uma campanha? Depois do relatório que vamos fazer, poderemos encaminhar isso a alguns meios de comunicação, já que fizeram a campanha do balde de gelo, que terminou tirando da invisibilidade a doença. Acho que um passo fundamental é retirar essas terríveis doenças da invisibilidade.

Conheço um caso muito parecido – acho que muita gente já deve ter ouvido falar –, que é o dos escalpelamentos provocados por embarcações que trafegam nos rios da Amazônia e também em outras regiões do País. A partir de audiências públicas no Congresso, na Câmara, a minha companheira, que é Deputada Federal, trouxe essas pessoas aqui, fez uma audiência pública, que, depois, foi transformada numa lei. E o resultado é que, hoje, no nosso Estado – sou do Amapá, que, na verdade, é uma ilha cercada de água por todos os lados,

de oceanos, de rios, de lagos, onde trafegam milhares de embarcações –, o escalpelamento é zero, em função da prevenção, de uma lei objetiva, que determinou a cobertura das partes móveis dos motores e que aí evitou essa tragédia envolvendo principalmente as mulheres. O eixo dos motores arrancava o couro cabeludo, deixando marcas para o resto da vida e traumas terríveis. E os tratamentos são caríssimos, pois envolvem cirurgias plásticas, envolvem uma série de cuidados, para garantir a sobrevida dessas pessoas.

Dando sequência à audiência pública, passo a palavra ao Dr. Jorge Almeida Venâncio, que é Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Bom dia a todas e a todos!

Bom dia ao Senador Capiberibe!

Trouxe uma apresentação aqui sobre o trabalho que nós temos desenvolvido na Conep em relação ao conjunto dos projetos de pesquisa, especificamente à área da Esclerose Lateral Amiotrófica.

Primeiro, eu queria situar um pouco o que é a Conep. A Conep é uma Comissão Nacional que coordena um sistema de Comitês de Ética que existem nos hospitais, nas universidades, nas secretarias de saúde, espalhados por todo o País. São 727 Comitês de Ética, todos eles registrados e acompanhados pela Conep. A função básica da Conep é a defesa dos direitos dos participantes de pesquisa, que, muitas vezes, quando vão participar de uma pesquisa, estão numa situação muito dramática. Se não se toma cuidado, eles acabam participando da pesquisa de uma forma que os acaba prejudicando, inclusive. Então, por isso é que existe esse sistema de regulação ética no País. Ou seja, ele é um sistema parceiro de quem está com alguma doença. Portanto, não é um sistema contra as pessoas que têm ELA ou qualquer outra doença.

Eu queria apresentar a distribuição dos Comitês de Ética pelo País. Vocês veem que, realmente, é uma estrutura nacional.

Esse é o trabalho nosso na Conep. Nós, nesse último mês de maio, conseguimos atingir a marca de análise de 250 projetos, dentro da Conep, do conjunto das doenças. Aí mostramos como os resultados foram crescentes nesse último período. No dia 16 de junho passado, havia 380 projetos para serem analisados na Conep. Reparem a evolução nesse período em que estamos coordenando a Conep: há dois anos, analisávamos 75 projetos por mês, e havia um estoque para ser analisado de 830 projetos; hoje, estamos analisando 250 projetos por mês, e há 380 projetos para serem analisados. Ou seja, o resultado é que nosso tempo médio de análise já está claramente abaixo de 60 dias. Em 60 dias, seriam 500 projetos. Estamos com 380 projetos, portanto claramente abaixo dos 60 dias.

Consideramos que isso significa respeito, em primeiro lugar, aos participantes de pesquisa, na medida em que eles são os maiores interessados em que as pesquisas existam. Não faz sentido que um projeto vá para a Conep e lá fique por um período longo para ser analisado. Temos de dar resposta em prazo hábil, exatamente por causa da urgência que vocês descreveram aqui.

Eu trouxe aqui a lista dos projetos que já foram aprovados tanto na Conep quanto nos Comitês de Ética. Não são todos os projetos que sobem para a Conep. Só alguns casos mais complexos vão para a Conep. Menos de 2% do total dos projetos vão para a Conep. A grande maioria, mais de 98%, é analisada exclusivamente nos Comitês de Ética locais. Então, na Conep, houve esses quatro protocolos e, nos Comitês, 65 protocolos, com essa distribuição por Estados. Aqui, está a lista deles completa. Temos três ou quatro quadros.

Nos dados públicos, podemos fornecer a vocês também os nomes dos pesquisadores de cada projeto e o nome da instituição que coordena cada projeto. Não coloquei isso aqui, porque não cabia no quadro. Mas, se alguém precisar de qualquer desses projetos, esses dados podem ser fornecidos. Basta passar um *e-mail* para a Conep – o *e-mail* está no final da apresentação –, que a gente responde com rapidez a isso.

Além disso, estamos cuidando para que, talvez, até o final deste mês ou, no máximo, na primeira quinzena de agosto, esses dados públicos estejam todos disponíveis, com instrumentos de busca por doença, pela Classificação Internacional de Doenças, por pesquisador, por instituição, por várias categorias. Esse dados todos vão estar disponíveis no sistema da Plataforma Brasil. Vai ser a chamada Aba Pública, que vamos colocar no ar agora, nos próximos 30 dias. Então, estes dados que aqui estão apresentados vão estar disponíveis para serem acessados por qualquer cidadão em qualquer local do País pela internet. Aqui, está a lista completa dos projetos.

Eu queria relatar para vocês um exemplo prático de tudo isto que estou falando. Essa é uma matéria com um médico daqui, de Brasília, professor da UnB, que é uma figura muito importante. Ele nos escreveu uma carta. Ele está com ELA atualmente. Ele nos escreveu uma carta, nós vimos a carta dele e decidimos convidá-lo para conversar, para ter uma audiência conosco, para vermos o que poderíamos fazer para ajudá-lo na situação em que ele estava. Quando da primeira carta que ele nos enviou, nós não sabíamos que ele era portador de ELA, não sabíamos que ele era doente. Ele se apresentou como pesquisador da UnB, e nós pensamos que ele fosse um pesquisador. Ele chegou, em cadeira de rodas, à audiência, que foi uma das audiências mais difíceis que já

tivemos, falando muito francamente aqui. Ele fez um depoimento, que está numa matéria do *Correio Braziliense* que saiu num caderno de domingo. Reparem o que ele diz:

Mesmo podendo iniciar imediatamente o tratamento graças à decisão de um juiz, Renato não abandonou a briga que sabe não enfrentar só. Pediu aos amigos médicos que fortalecessem a batalha e entrassem em contato com [...] a Conep – instituição brasileira que avalia e consente as pesquisas –, para explicar a importância da aprovação do estudo que pode ser a única esperança para pacientes com a doença do neurônio motor e suas variações, como a ELA. "Escrevi uma carta para a Conep explicando a minha situação, e, para minha surpresa, me chamaram para uma reunião. Falei durante uma hora, porque eu posso falar, coisa que o paciente com ELA não pode", relata, visivelmente tocado.

O médico deu voz à demanda de outras pessoas que sofrem com a doença rara, degenerativa, limitante e sem cura. Ele faz parte da estatística que contabiliza 0,05 doente entre 100 mil pessoas. Sua história o permite ter uma voz mais firme, mais alta. Fez-se ouvido. Depois da reunião, saiu com a promessa de que a pesquisa seria autorizada em 48 horas. Viu acontecer em 24 horas. Hoje, 20 pacientes brasileiros se beneficiam dos testes que injetam células-tronco na medula dos doentes do neurônio motor, na esperança de que haja alguma melhora ou de que a doença estabilize [...].

Eu queria relatar um pouco como foi a conversa com o Dr. Renato. Num primeiro momento, ele falou realmente por uma hora, porque ele estava muito pressionado ainda pela condição difícil por que ele estava passando. E nós procuramos ter paciência para escutar tudo que ele tinha para dizer. Demos um retorno a ele, dizendo que essa situação difícil, quando é enfrentada, não é nada que traga vergonha para ninguém, mas que, pelo contrário, é uma medalha, na nossa concepção, é sinal de bravura e, portanto, é exemplo para todos.

Citamos como exemplo, inclusive, a luta que o Presidente Roosevelt travou contra a paralisia infantil. Vocês sabem que ele teve paralisia infantil com 38 anos de idade. Portanto, é muito difícil para qualquer pessoa enfrentar uma situação dessas. Ele passou a ter uma limitação física gravíssima numa idade já adulta. Esse foi o único homem que foi eleito quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. Então, é um exemplo.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Citei o filme a que assisti e que conta essa história, o filme Warm Springs. E, por alguma coincidência, o Dr. Renato tinha lido o livro e conhecia a história também. A gente conseguiu estabelecer uma sintonia naquela situação difícil daquele diálogo. O estudo já estava em estágio bastante adiantado na aprovação da Conep, e conseguimos liberar no dia seguinte essa audiência.

Então, estou querendo relatar isso para vocês. A Conep é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde, que é o órgão máximo do controle social no País. É uma mistura muito interessante, idealizada pelo Dr. William Saad, que foi o idealizador desse sistema, que foi colocado em prática pelo saudoso Ministro Adib Jatene, que foi sempre um humanista de primeira hora.

O sistema funciona da seguinte maneira: temos quadros técnicos da mais alta especialização dentro da Conep. Hoje, nos quadros da Conep, há ex-reitores e pró-reitores de pós-graduação; decanos de centros de referência da saúde, que são os diretores-gerais do conjunto das faculdades da área da saúde numa universidade; pessoas da mais alta qualificação. Ao mesmo tempo, dentro da Conep, há diversas pessoas de entidades de patologia. Por exemplo, há uma representação dos celíacos, indicada pelo Conselho Nacional de Saúde; há uma representação da doença de Alzheimer; e há uma representação da doença de Gaucher. Todos eles são membros da Conep, participam dos debates, contribuem.

Portanto, esse me parece ser um canal importantíssimo para que o conjunto dos portadores de patologia consigam estabelecer essa sintonia, para que possamos trabalhar de mãos dadas, no sentido de procurar dar a nossa contribuição no que vocês estiverem precisando. Essa liberação do estudo que o Prof. Renato veio nos solicitar foi um pequeno passo, mas estamos abertos para sermos parceiros de vocês em toda a luta que vocês estão travando.

Confiamos na sensibilidade do Senador Capiberibe, que, como sabemos, é um homem que já viveu uma injustiça também e que conhece como é difícil a situação pela qual vocês estão passando. Portanto, acredito que nós temos boas possibilidades de trabalhar juntos, para fazer com que esse problema tenha uma solução o mais rápido possível.

Eu me lembro da luta contra a aids na década de 90. Eu perdi, inclusive, alguns amigos nessa batalha. E a gente vê hoje como a batalha que eles travaram foi muito importante para que, hoje, a gente chegasse à situação atual, em que a aids é uma doença crônica que tem solução.

Então, é com essa esperança que acho que a gente deve enfrentar a situação por que vocês estão passando. Sei que não estou na mesma situação difícil em que vocês estão. Não quero também ficar dando lição,

o que, evidentemente, seria uma coisa fora de propósito, mas quero dar a nossa impressão, a nossa opinião, mostrando a nossa sensibilidade com relação a essa questão, e dizer que estamos juntos naquilo que for necessário. Não apenas o coordenador da Conep mas também a instituição Conep estão juntos com vocês naquilo que for necessário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Aqui está o *e-mail* da Conep para qualquer consulta que seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Eu queria colocar à disposição, além da CDH, o meu gabinete, através da Cristiane, que é minha assessora que trata do encaminhamento de projetos de lei.

Para que eu não esqueça, peço que todas as sugestões nos sejam encaminhadas, para que possamos estudar como sugerir leis e projetos de lei e também encaminhar os pedidos ao governo do Estado de São Paulo, às prefeituras e ao Governo Federal, solicitando agilidade nos processos que envolvam a ELA.

Eu não expliquei a metodologia. Ouvimos todos os convidados e, em seguida, fazemos uma seção de perguntas e os encaminhamentos finais.

Com a palavra, Maria Cecília Jorge Branco, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves.

A SRª MARIA CECÍLIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA – Bom dia!

Eu gostaria de agradecer a presença de todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador João Capiberibe, por ter aberto a Casa para nós, para tratarmos desse assunto tão delicado, que, realmente, merece esta atenção especial.

Embora seja uma doença considerada rara, é uma doença que atinge, no mundo e no Brasil, uma parcela significativa de pessoas e que merece atenção, merece os cuidados garantidos pela nossa Constituição, e, infelizmente, rotineiramente desrespeitados.

Ficou claro aqui, nos depoimentos, que o principal inimigo dessa doença é o tempo. Portanto, para quem não tem tempo, o trabalho do governo e da sociedade tem que ser muito rápido, muito efetivo, muito compromissado com o paciente. Ou não haverá mais pacientes para serem tratados. E nós precisamos disso.

Em meio a algumas críticas, eu também gostaria de citar, é lógico, alguns avanços na área de saúde. Como o Dr. Jorge Venâncio falou, na área de pesquisa clínica podemos verificar o trabalho desenvolvido pela Conep, que está surtindo alguns resultados positivos, e temos que falar um pouco sobre isso. Temos que criticar, mas também temos que saber elogiar algumas situações. Não atingimos a perfeição, mas acho que é algo de que também temos que falar.

No entanto, vou falar um pouco sobre uma questão que está muito em pauta, que está sendo muito falada, que é o direito à saúde e o orçamento público. Isso é sempre colocado de uma forma complicada, principalmente quando se refere a um paciente com uma doença rara, os custos que esse paciente pode representar para o governo. E isso eu penso que acaba sendo outra punhalada no próprio paciente, que, além de travar a luta contra a doença, se vê chancelado com aquela tarja: "Eu tenho um alto custo para o governo, caso eu queira ser tratado".

Eu não vou me estender a cada artigo porque sabemos que o direito à saúde é um direito constitucional, é um direito erigido à categoria de fundamental. Os serviços de saúde são os únicos serviços colocados como de relevância pública pela Constituição Federal e devem ter aplicação imediata as normas relativas à saúde. Isso é claro para nós. Temos uma Constituição maravilhosa, que, a meu ver, por si só, conseguiria tratar todos os pacientes com doenças graves, raras, doenças de maior prevalência em nosso País, caso houvesse realmente um compromisso sério com a execução desses serviços.

Nós sabemos que atualmente tramitam no Congresso muitas leis que dispõem sobre a obrigatoriedade de dispensação de medicamentos e de tratamentos para uma série de patologias, uma série de doenças. Essas normas infraconstitucionais seriam um meio para se conseguir diretamente isso, mas já é garantido pela nossa Constituição.

Infelizmente, o que eu vejo são leis em cima de leis e desrespeitos em cima de desrespeitos. Eu pergunto: para que tanta lei? Para que tanta nomenclatura? Não é a doença em si, o nome ou o CID que gera um direito para o paciente. O que eu acho que gera um direito para alguém é o impacto que essa doença tem na sua vida, as características individuais, o que realmente acontece. Eu posso ter uma patologia que outro indivíduo também tenha, mas em condições muito menos gravosas, que não geram alguns direitos.

Eu costumo dizer, às vezes, para algumas pessoas: "Olha, graças a Deus, você não tem esse direito. Para ter esse direito, você teria que estar inválido, por exemplo". Portanto, eu digo: "Graças a Deus, esse você não

tem". Eu estou falando do impacto de uma doença. Nós temos que considerar se ela é impactante, se é degenerativa, se é progressiva. Vamos considerar dessa forma, vamos ter bom senso para tratar o paciente, e não colocá-lo em caixinhas de doenças e se vai ou não ter direito. Para mim, isso é discriminação, é afronta à Constituição Federal. Com leis específicas você está discriminando uma parcela.

Vou citar um exemplo. Eu luto por algumas leis, mas me questiono isto: a Lei do Autismo foi um avanço? Foi um avanço para muitos pacientes, mas há pacientes que têm espectros autistas e que, infelizmente, não foram enquadrados naquele CID. E eles às vezes têm tudo para ter aqueles direitos. A Constituição já garante isso. Leis infraconstitucionais também garantem. Portanto, eu acho que temos que olhar de forma mais humana para a situação.

Enfim, essa é a minha visão. Por quê? Porque, senão, serão leis sempre feitas para serem desrespeitadas, para não serem cumpridas. E o caminho para o paciente, que já travou uma batalha para o diagnóstico que muitas vezes não foi precoce e que fica em uma situação devastadora quando tem esse diagnóstico, é o de ter que travar outra batalha para o tratamento, o que muitas vezes ele consegue, infelizmente, via judicialização. E, repito, não é o melhor caminho, jamais, principalmente para o paciente, mas, em muitos casos, é o único caminho, pois existe inércia, demora em um tempo que ele não pode esperar.

Aqui, nós vemos alguns exemplos de leis que foram publicadas, sancionadas, justamente para conduzir o tratamento de alguns pacientes, como portadores do HIV e pacientes com câncer de mama que precisam de cirurgias reparadoras. É o Legislativo atuando na forma como o Executivo deveria implementá-las.

É possível, sim, a interação entre os Poderes, e tudo a favor do paciente. Eu acho que a independência de Poderes deve existir, sim, desde que cada um atue eficazmente na sua forma. Ou isto vai se transformar em terra de ninguém. Não poderemos cobrar algo que está sendo desrespeitado rotineiramente. Não haveria nem motivo para se fazer leis. Não adianta o Legislativo fazer leis. E se o Executivo não executar, quem tem que entrar? Sim, é o Judiciário, porque isso tem que ser implementado. Se não, não tem sentido criar para não ser cumprido. É um esforço em vão, é uma luta em vão, todo ano sendo feito, para que nada funcione.

Eu acho que tem que existir um compromisso muito sério dos nossos gestores, dos nossos governantes, que são funcionários ou representantes do povo, pessoas que nós escolhemos e colocamos ali. Eles estão ali por nós. Os Poderes são feitos pelo povo e para o povo, para nós sabermos a condução disso e para atender também uma parcela de pacientes com doenças graves e raras e que precisam de tratamento, que precisam de diagnóstico, que precisam de um orçamento para isso.

Em relação a alguns assuntos, eu considero irresponsabilidade dizer: "Criamos uma política de atenção integral às pessoas com doenças raras". Mas as políticas estão no papel, e não se sabe de onde tirar os recursos. Eu penso que tudo tem que vir junto, para que aquilo seja efetivamente implementado. Se não, passam-se anos e anos, e a atenção integral, quando vai se dar? Esse paciente não pode esperar, e vai dizer: "Mas eu tenho uma política de atenção integral que não me garante isso, eu tenho uma lei acima disso que também não me garante, eu tenho a Constituição, que também não me garante". Infelizmente, ele vai ter que se socorrer do Judiciário. E aí vem toda aquela situação: "A judicialização acaba com o Sistema Único de Saúde". Quer dizer, é mais uma chancela para esse paciente. Será que é isso que acaba com o Sistema Único de Saúde? É isso que descaracteriza e destrói toda uma assistência?

Aqui eu falo um pouquinho do conjunto da assistência farmacêutica.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA CECÍLIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA – Na verdade, é um conjunto de tarefas a fim de fornecer para o paciente o melhor de que ele precisa, incluindo medicamentos de uso racional. Mas uso racional não é tratar todos da mesma forma, porque o que é bom para um paciente pode não ser bom para outro. Assim, você estaria prejudicando um paciente caso ele tivesse de se adequar indistintamente dentro de um protocolo. Obviamente que um protocolo muitas vezes vai servir para 80%, 90% dos pacientes. Mas e outros cujos organismos infelizmente não se adequarem? Vão ser condenados à morte? Não pode. Portanto, temos que ter o uso racional e olhar para o paciente como uma pessoa individualizada.

Estamos cada vez mais ouvindo falar, principalmente este ano, da escassez de recursos. Temos que parar um pouco e pensar: qual é o principal direito, o bem maior que um país deve garantir? É o direito à vida e o direito à saúde. Isso é o principal. É a base de toda uma pirâmide.

Infelizmente, não temos como pensar, às vezes, em segurança, em estudos, se não estivermos vivos, se não tivermos a garantia da saúde e da vida. Então, sendo um direito fundamental, ele tem, sim, que ser tratado de forma prioritária. Os recursos para o direito à saúde e o direito à vida têm que ser prioritários. Não há como falar em escassez de recursos em um país que arrecada o que se arrecada no Brasil. Não há. É absurdo

dizer que um paciente com doença rara muitas vezes pode prejudicar centenas de outros pacientes com uma doença de maior prevalência. Já ouvi mães sendo questionadas sobre o fato de que o valor gasto com um paciente com doença rara poderia ser utilizado para tratar não sei quantos pacientes com diabetes. Meu Deus do céu! Isso é gravíssimo.

Aqui, uma tabela com o valor da assistência farmacêutica, ano a ano, e o valor para medicamentos excepcionais. Não sei se vocês percebem, mas, nos últimos anos, houve uma queda vertiginosa para a parte de medicamentos excepcionais, embora o orçamento da assistência tenha crescido. No gráfico, também podemos ver que a assistência farmacêutica cresceu, mas já está caindo. E observem que, na parte dos excepcionais, houve uma queda muito maior.

Aqui, por percentual. Em 2013, o percentual dispensado para medicamentos de alto custo era de 1,67%; em 2014, 0,66%; até o momento, 27%.

Aqui, corrupção e saúde, uma questão de prioridade. Nos últimos dez anos, segundo estimativas da Fiesp, foram desviados dos cofres brasileiros R$720 bilhões. Se foram desviados R$720 bilhões, o dinheiro existe. Daria para tratar todos os pacientes do Brasil e até alguns dos nossos parceiros vizinhos. Mas não. Não existe dinheiro para a saúde? O que acaba com o Sistema Único de Saúde são os pacientes com doenças graves e raras, quando pedem individualmente algum direito que lhes é negado? Ou seria isso que acaba com qualquer sistema de saúde? Com R$720 bilhões! E nos contratos entre a União e os Municípios e ONGs? Oitenta por cento com irregularidades. Isso acaba com qualquer sistema, sim. Não é o paciente, individualmente pleiteando o que lhe é de direito, que destrói o Sistema Único de Saúde.

Operações da Polícia Federal desde 2003. Isso acaba com o sistema. Aqui, bilhões também. Isso poderia, sim, ter ido para o paciente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA CECÍLIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA – Sim, o que se gasta também para isso. É muito complicado.

Corrupção e saúde, uma questão de prioridade. Então, são R$720 bilhões estimados em dez anos. Embora tenha crescido o orçamento do Ministério da Saúde para medicamentos de alto custo, houve uma queda vertiginosa. E evidenciamos realmente o esforço do Governo em restringir o acesso à saúde, o que é uma grave afronta, como já dissemos.

Aqui, o orçamento para o Ministério da Saúde, em azul, e lá, a linha vermelha, para medicamentos excepcionais.

Onde estão os medicamentos para pacientes com doenças graves e raras?

Esse é um exemplo que estamos dando na parte de saúde. Não se restringe a isso, mas é um pequeno exemplo.

E o valor de uma vida. No dia 17, no evento intitulado "Saúde: direito de todos, dever do Estado", o Ministro Arthur Chioro afirmou que a judicialização da saúde coloca os gestores em situação complicada e prejudica os usuários do SUS, em detrimento a uma pequena parcela que judicializa a medicação de alto custo.

Copa do Mundo e saúde, uma questão de prioridade. Segundo o Tribunal de Contas, o Brasil gastou R$25,5 bilhões com a Copa do Mundo, R$8 bilhões só com construção de estádios. O custo de uma vida não pode ser calculado em comparação ao custo de outras vidas. Cada pessoa tem suas necessidades, mas é perfeitamente possível calcular quantas vidas vale um estádio de futebol ou quantas vidas vale um esquema de corrupção. Isso podemos calcular.

O direito à vida, a sobreviver. Também no dia 16, na audiência pública, em que alguns estiveram presentes – não é, Élica? –, a Clarice Petramale disse o seguinte: "Os medicamentos órfãos são medicamentos de alto custo que não curam a doença. Deve-se fazer um esforço para incorporar medicamentos que, de fato, sejam efetivos na cura".

Eu também acho. Todo mundo quer a cura. E quando não existe a cura, o que a pessoa faz? Morre? Então, os diabéticos esqueçam a insulina; pacientes com HIV, é melhor não tomar o coquetel; pacientes cardiopatas, esqueçam o tratamento. Porque não é a cura, não é verdade? Esses pacientes precisam estar vivos quando chegar a cura. Eles precisam ter qualidade de vida e dignidade, garantidos na nossa Constituição. Agora, eles têm que esquecer tudo para pensar só na cura? A cura, realmente, tem que vir, mas deve haver algo mais – não são todas as doenças, sabemos que não são –, deve haver meios de barrar aquela doença, de barrar o sofrimento daquela pessoa, de trazer mais dignidade e qualidade de vida para esse ser humano. É um absurdo fazer uma comparação dessa. A meu ver, é um absurdo.

E mais absurdo, como dizemos, é não haver programas como para pessoas com diabetes, programas legítimos. Eu concordo com esses programas, como concordo com programas para todas as doenças graves e raras de maior prevalência. Não temos os retrovirais, medicamentos para pressão, para colesterol? Eles não são cura, mas são também garantidos.

Eu acho que a nossa reflexão tem que ser um pouco neste sentido: será que realmente não temos condições de tratar todo mundo? Nós temos condições. E não podemos fazer esse tipo de comparação jamais, principalmente um representante nosso, que nós colocamos ali, de dizer que a situação de um indivíduo estaria representando um gasto excessivamente alto para a sociedade. O que representa gasto excessivamente alto? É tudo que foi mencionado: são os desvios, as corrupções, que não cessam. O dinheiro que o Brasil arrecada se compara à arrecadação de um país de primeiríssimo mundo em impostos. Contudo, infelizmente, o que ele nos devolve é muito aquém do que nós merecemos.

Portanto, eu gostaria de fazer essa pequena reflexão e de dizer que acho que os pacientes com ELA também estão nessa situação. Eles têm todo o direito e têm que lutar por orçamentos para pesquisas. Nós temos esse dinheiro. E a saúde tem que ser prioridade. Vendam nossos campos de futebol para países de Primeiro Mundo. Quem sabe? Rifem, e vai sobrar muito dinheiro para podermos tratar do que realmente importa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Aproveitando a linha da Srª Maria Cecília, quero lhes dizer que fui Governador do meu Estado, de 1995 a 2012. Quando assumi, 20% das crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola. Isso foi antes da existência do Fundef, que foi o primeiro fundo, criado em 1998, e do Fundeb, que vai até o ensino básico. Em 1995, nós colocamos 98,5% das crianças na escola e passamos a fazer um atendimento de saúde bastante razoável para o que tínhamos. E eu fico me perguntando: como nós conseguimos recursos para colocar todas essas crianças na escola? Na época, não havia os fundos para educação.

Nós criamos um sistema de acompanhamento de despesa. Não havia internet, que passamos a utilizar a partir de 1999. A partir de 2001, nós divulgamos todas as receitas e despesas em tempo real. Fizemos um *link* do sistema informatizado do governo para a internet, o que todos os governos têm. Nós revelávamos para a sociedade todas as receitas e despesas públicas, em tempo real. Qualquer despesa, todos sabiam. Isso realmente fez com que não faltasse medicamento nos hospitais nem merenda nas escolas.

E esse mesmo modelo, quando eu vim para o Senado, em 2003, eu apresentei. Transformei em projeto de lei, que foi aprovado em 2009 e que se tornou lei. É a Lei Complementar nº 131, que obriga todos os entes públicos a divulgar, em tempo real, suas receitas e despesas.

Vocês poderiam me perguntar: "Essa lei é cumprida?". Parcialmente. Ainda não. Em relação ao Governo Federal, vocês podem acompanhar, com uma aproximação muito grande, as despesas. Em relação ao Senado, também. Vocês podem inclusive saber o valor do táxi em que eu acabei de chegar aqui. Eu paguei R$27,00. Vocês podem entrar na internet – não hoje –, e lá encontrarão uma prestação de contas, em tempo real, do Governo Federal e de vários Estados. Há muita resistência nas prefeituras.

O que foi dito aqui é verdade. Nós temos uma carga tributária situada entre a carga tributária paga pelos canadenses e pelos alemães: 35%. Se considerarmos a qualidade dos serviços ofertados por esses dois países a seus cidadãos, nós estamos muito distantes.

Eu não vejo alternativa para melhorarmos a aplicação de recursos públicos a não ser a partir do controle do cidadão. E esse mecanismo está disponível. Quanto aos entes públicos que resistem, é necessário entrar com uma ação no Ministério Público a fim de obrigá-los a colocar suas contas na internet. Os Tribunais de Contas são verdadeiros tribunais de faz de conta, não funcionam. Ou funcionam no entendimento, no acordo entre as instituições, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, porque um depende do outro. O orçamento é único no País. Só quem pode arrecadar imposto é o Executivo, seja federal, estadual ou municipal. A distribuição é feita no orçamento único, e há uma relação muito promíscua na distribuição do orçamento. O que pode melhorar a aplicação de recursos no País é o controle do cidadão. Pela minha experiência, o que há de mais efetivo é o exercício do controle social. E os meios estão dados. Essa lei foi sancionada pela Presidência da República em 2009. Havia o prazo de um ano de carência para fazer valer, para os Municípios um pouco mais, mas hoje ela está em plena vigência.

Portanto, é necessário que a sociedade se mobilize no sentido de acompanhar os gastos e de evitar desvios de dinheiro na saúde e gastos desnecessários.

Como a minha garganta não me permite continuar, eu passo a palavra para o nosso último convidado, Marco Antonio Gomes Perez.

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador João Capiberibe em nome da Previdência Social, saudar todo o Senado e destacar que são encontros como este, audiências como esta que têm feito o País avançar, e avançar muito, na condição de cidadania das pessoas com deficiência. Já há alguns anos, nós estamos em um processo de conquista de direitos das pessoas com deficiência. Temos muito que fazer, mas iniciativas como esta, promovidas pelo Congresso, pelo Senado especificamente, têm ajudado os Três Poderes – no caso, o Executivo e o Legislativo – a escutarem a sociedade e caminharem na conquista de direitos.

Na minha fala, eu vou destacar um pouco esses direitos, de que forma o cidadão que está com deficiência pode e deve obtê-los e que impacto isso tem para a Previdência Social do ponto de vista previdenciário. Como ele pode e deve ir atrás para requerer o que lhe é de direito.

Em primeiro lugar, quero destacar que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, convenção realizada em Nova York em 2007, que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, aprovou e o então Presidente Lula promulgou, por meio do Decreto nº 6.949. Isso em 2009. Hoje, seguindo um pouco a fala da Maria Cecília, não basta ter CID, não basta ter uma doença para a pessoa ser deficiente ou não. É a interação dessa doença com as barreiras sociais que vão causar uma deficiência nessa pessoa, nesse cidadão. Então, uma pessoa com a mesma CID, com a mesma doença, pode ou não ter situações, perante os demais na sociedade, diferenciadas.

O Brasil, como signatário dessa convenção, passa a adotar, do ponto de vista constitucional, o que ali está prescrito. Hoje, deficiência é uma situação de interação entre o impedimento que o indivíduo tem e as barreiras sociais que o colocam em situação de desigualdade. Qualquer situação que o indivíduo tenha e que o torne em desigualdade em relação aos demais e à sociedade vai considerá-lo uma pessoa com deficiência.

Todas as políticas públicas do Brasil hoje devem seguir esse conceito, essa nova linha de deficiência. E aí estão incluídas as doenças neurodegenerativas, muitas delas incapacitantes e que geram impedimentos que causam situação de desigualdade perante os demais cidadãos.

Recentemente, em 2013, a Presidente Dilma Rousseff promulgou a Lei nº 142, que concede aposentadoria especial para a pessoa com deficiência, já adotando a concepção da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa lei foi regulamentada. O instrumento adotado hoje para considerar uma pessoa com deficiência leva em consideração a CID (Classificação Internacional de Doenças) e as barreiras sociais que esse indivíduo enfrenta ao longo de sua vida e que podem torná-lo uma pessoa com deficiência, tal como prevê a Convenção.

De lá para cá, mais de dez mil requerimentos de aposentadoria especial de pessoas com deficiência foram solicitados à Previdência Social, que vem concedendo, na medida em que o tempo previsto em lei seja cumprido. Estou citando aqui um avanço, uma conquista nessa área, que a sociedade está obtendo.

A Lei Brasileira de Inclusão, recém-aprovada no Congresso e sancionada pela Presidente da República, está em regulamentação. Ela prevê uma pensão por morte ao descendente que tenha dependência por deficiência grave. Por exemplo, se o pai de uma pessoa com doença que gere deficiência considerada grave vier a faltar, essa pessoa receberá pensão por morte de forma vitalícia. A lei foi recentemente aprovada e sancionada e está em fase de regulamentação.

A Lei nº 8.213, a Lei Orgânica da Previdência Social, prevê que, para pessoas que tenham doenças incapacitantes, deformantes ou que causam estigmas, haja carência do período de contribuição para a Previdência Social. A Lei prevê que, para doenças que causam paralisias incapacitantes irreversíveis haja isenção de carência. Portanto, hoje, pelo que prevê a Lei, a Esclerose Lateral Amiotrófica, que é uma doença que causa paralisia irreversível, é passível de isenção de carência.

Mas a lei prevê também que, a cada três anos, o Ministério da Previdência e o Ministério da Saúde devem editar uma lista revendo essas doenças. Por que isso? Porque muitas doenças passam a ter cura, doenças que eram incapacitantes deixam de ser incapacitantes, e existem tecnologias assistivas que fazem com que a pessoa com deficiência muitas vezes tenham condições de recuperar sua funcionalidade e de manter sua condição de trabalho. A própria lei prevê que, a cada três anos, essa lista seja revista tanto pela área de Saúde como pela área de Previdência Social. Atualmente, nós estamos inclusive montando um grupo para a revisão dessa lista, que concede isenção de carência para doenças graves, incapacitantes e que geram estigma ou deformidade, de acordo com a lei.

Embora hoje a ELA já seja considerada como tal, eu até me comprometo a levar para esse grupo a inclusão nominal da Esclerose Lateral Amiotrófica como doença passível de isenção de carência. Nós julgamos que não há por que não ser discriminada. Embora esteja confirmado que ela causa paralisia de forma irreversível e requer isenção de carência.

O Ministério da Previdência Social, também por força de lei, tem a sua instância de controle social, que é o Conselho Nacional de Previdência Social. Tanto a regulamentação da Lei nº 142, que gera aposentadoria

especial da pessoa com deficiência, como a LBI são tratadas com o devido cuidado no Conselho Nacional de Previdência Social,...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – ... que está aberto a discutir também a Esclerose Lateral Amiotrófica ou qualquer doença neurodegenerativa que gere impacto ou que exija tratamento especial por parte da Previdência Social. Nós ali temos uma instância de controle social bastante ativa, aberta à sociedade e a quem tenha interesse mais direto nas questões da Previdência.

Cabe destacar aqui que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não fala mais em invalidez. Ela nos leva ao conceito de funcionalidade. E isso é muito importante. Não é correto, e precisamos adotar esse paradigma, eu dizer que uma pessoa com ELA seja inválida, isto, desprovida de valor. Ela pode ter uma funcionalidade que a torne incompatível para o trabalho e que gere todos os benefícios sociais compatíveis com essa perda de funcionalidade.

A LBI dispõe sobre o auxílio-inclusão. Hoje, o País tem condições de trabalhar a fim de melhor proteger as pessoas com deficiência e de mantê-las no meio social, considerando a sua funcionalidade. Não é correto eu dizer que o Stephen Hawking, por exemplo, é uma pessoa inválida, que não tem valor, desprovida de valor.

Ele é uma pessoa que está desenvolvendo a Teoria de Criação do Universo. Isso não faz sentido. Porém, avaliar a sua funcionalidade para o trabalho é fundamental para fazer valer os direitos sociais que cada vez mais a sociedade brasileira vem conquistando para essa parcela da sociedade, que merece, sim, proteção diferenciada, porque é uma parcela mais vulnerável. Não devemos tratar de forma igual os diferentes, devemos tratá-los de forma diferente. Isso é fundamental, sem dúvida. Se eu tenho um filho de três anos e um de treze, eu vou tratá-los de forma diferente, pois um deles é mais vulnerável. A noção de tratar diferenciadamente os diferentes é fundamental em uma sociedade que ainda tem desigualdades importantes como a nossa. E incluir pessoas com deficiência no meio social é uma tarefa do Estado e de todos nós.

Eu queria terminar dizendo que audiências como esta servem não só para o Executivo falar, mas principalmente para escutar, levar os encaminhamentos e estar aberto para sugestões importantes que são levantadas. É aqui que estamos face a face com a sociedade, de igual para igual. Não estamos no consultório do perito, em que há uma relação de poder. Aqui, estão todos de igual para igual. E eu privilegio este momento como um momento de fala e, principalmente, de escuta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Marco Antonio Gomes Perez.

Eu vou economizar a minha garganta, que, realmente, está me limitando demais.

Há aqui três pessoas que desejam intervir. Eu vou conceder três minutos a cada uma. Em seguida, a Mesa vai responder as questões que forem formuladas, e se os componentes da Mesa desejaram levantar alguma questão, haverá essa possibilidade também.

Eu passo a palavra à Elica Fernandes, Gerente Executiva e Social da ABrELA, de São Paulo.

A SRª ELICA FERNANDES – Bom dia a todos.

Eu quero saudar o Senador Capiberibe e agradecer pelo convite que fez à ABrELA, parabenizar o Antonio Jorge, o Sthanley, a Maria Cecília e o Dr. Gerson, e dizer que venho aqui em nome do Dr. Acary Souza Bulle Oliveira, fundador da ABrELA – fundou a Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica em 1998, juntamente com outros colegas médicos que atuam no Brasil –, e que represento também o Prof. Abrahão Quadros, atual presidente.

A missão da ABrELA tem sido lutar pelos direitos do paciente com Esclerose Lateral Amiotrófica e prestar apoio e assistência social, que é também necessário.

Em 1998, não havia direitos específicos constituídos. Ao longo desses anos todos, fomos construindo, sim, o pouco que se conquistou e que nós muitas vezes vemos derrubado. Portanto, o nosso apelo ao Governo é no sentido de que olhe para a sociedade, para os cidadãos, com o objetivo de trabalhar em prol dos nossos direitos, não só como doentes, mas como pessoas. Todos nós precisamos de direitos para continuarmos vivos. Mesmo quem não tem doenças graves, mas principalmente quem tem.

Em 2002, conseguimos o medicamento Riluzol, que foi e é distribuído pelo SUS, garantido por portaria federal, assim como o Bipap, também garantido por portaria federal. Este ano, durante quatro meses, vimos faltar o Riluzol em várias partes do País. As pessoas ficam desesperadas. Apesar de não ser um medicamento para a cura, é um medicamento que ajuda.

(Soa a campainha.)

A SRª ELICA FERNANDES – E também o Bipap, que agora está em falta.

Então, a Associação e todos os outros movimentos são todos importantes. Somos todos células preocupadas com a causa da ELA e com o paciente – o Antonio Jorge, do Movela, a Associação Lutando contra a ELA, a Pró-Cura da ELA, o Instituto Paulo Gontijo, as Arelas e tantos outros. Estamos juntos nessa causa, na luta em prol dos nossos direitos. Não queremos ter que judicializar. A ideia não é essa. Nós, como cidadãos, pagamos impostos e queremos ter nossas necessidades atendidas. Simples assim.

Obrigada pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Lennon Custódio, assessor da Deputada Mara Gabrilli.

O SR. LENNON CUSTÓDIO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador João Capiberibe, que preside esta reunião. Bom dia, amigo Antonio Jorge de Melo, Presidente do Movimento em Defesa dos Direitos das Pessoas com ELA, em nome de quem cumprimento toda a Mesa. Eu queria também cumprimentar a Srª Sandra Mota, Presidente da Associação Pró-Cura da ELA.

Peço desculpas pelo não comparecimento da Deputada Mara Gabrilli, que, infelizmente teve um compromisso, assumido anteriormente, e pediu que eu aqui viesse representá-la.

A Deputada Mara Gabrilli foi Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, na Câmara dos Deputados, aprovada com unanimidade. Também realizamos um trabalho no Senado Federal – o Relator foi o Senador Romário –,aprovado por unanimidade. Infelizmente, a Presidente Dilma sancionou a lei, mas vetou alguns artigos importantes.

Em 2011, a Deputada Mara Gabrilli apresentou, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.656, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de ler alguns artigos desse projeto de lei, que não é muito grande.

> [...] dispõe sobre a prioridade epidemiológica no tratamento de doenças neuromusculares com paralisia motora e dá outras providências.
>
> Art. 1º As pessoas acometidas por doenças neuromusculares com paralisia motora receberão prioritariamente do Sistema Único de Saúde (SUS) os medicamentos e equipamentos essenciais à sua sobrevivência, inclusive aqueles necessários às comorbidades a elas relacionadas.
>
> §1º O rol das doenças neuromusculares com paralisia motora a serem contempladas por esta lei será definido, em ato próprio, pelo Poder Executivo.

(Soa a campainha.)

O SR. LENNON CUSTÓDIO –

> §2º O Poder Executivo, por meio do Ministério da Saúde, selecionará os medicamentos e equipamentos de que trata o *caput*, com vistas a orientar sua aquisição pelos gestores do SUS.
>
> §3º A seleção a que se refere o §2º deverá ser revista e republicada anualmente ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos, tecnologias e produtos no mercado.
>
> Art. 2º Os medicamentos e equipamentos que se fizerem necessários aos pacientes de que trata esta Lei poderão ser encaminhados para suas respectivas residências previamente cadastradas junto aos órgãos de saúde competentes, sem qualquer ônus para o usuário.
>
> Parágrafo único. Poderá ser firmado convênio entre a autoridade competente do SUS e os órgãos estaduais ou do Distrito Federal ou municipais da saúde para a entrega prioritária dos medicamentos e equipamentos referidos no *caput*.

Eu gostaria apenas de lembrar, Sr. Presidente, que essa matéria foi aprovada por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Encontra-se agora em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação. Foi designada Relatora na Comissão a Deputada Federal Christiane de Souza Yared, do Paraná, e está na fase de recebimento de emendas. Na Comissão de Seguridade Social, a matéria foi relatada pelo Deputado Mandetta, e foi aprovada por unanimidade, como falei.

Aproveitando o espaço, gostaria de pedir o apoio da nobre Deputada Janete Capiberibe, muito atuante na Câmara dos Deputados, para esse projeto, que está em tramitação nas comissões da Casa. Logo depois da comissão em que se encontra, a matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça. O teor do projeto pode ser lido no sítio da Câmara dos Deputados. Quem quiser saber mais pode acessar o sítio camara.org.br e lá está toda a tramitação do projeto de lei de autoria da Deputada Mara Gabrilli, que é a primeira Deputada Federal tetraplégica do Brasil e que tem lutado muito pela causa das pessoas com deficiência no Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Qual é o número do projeto?

O SR. LENNON CUSTÓDIO – É o Projeto de Lei nº 1.656, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Quem estiver interessado e estiver nos ouvindo e assistindo a esta reunião pode acessar o sítio da Câmara para tomar conhecimento do projeto, que, certamente, terá o apoio da Deputada e o nosso, quando chegar ao Senado.

Passo a palavra à Srª Sandra Mota, da Associação Pró-Cura da ELA.

Perdão, eu queria registrar, com muita satisfação, a presença da Senadora Ana Amélia. E consulto se S. Exª gostaria de usar a palavra imediatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu prefiro que V. Exª passe a palavra para a próxima expositora. Depois eu me manifesto.

Obrigada, Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – De nada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria aproveitar para cumprimentá-lo pela iniciativa deste debate. O Senador Eduardo Suplicy, que teve um atuante trabalho no Senado Federal, e eu trabalhamos muito, intensamente, em relação a este assunto. Porque os pacientes com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) eram muito unidos em defesa da causa, e nós tivemos algumas iniciativas relacionadas a essa matéria. Portanto, eu prefiro me manifestar depois de ouvir o próximo expositor.

Muito obrigada e parabéns pela iniciativa desta audiência pública, Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Obrigado pela presença e por participar de uma atividade fundamental para milhares de pessoas. A sensibilidade de V. Exª é reconhecida por todos aqueles que necessitam de atenção e de um atendimento especial.

Tem a palavra a Srª Sandra Mota, por favor.

A SRª SANDRA MOTTA – Bom dia. Eu represento a Associação Pró-Cura da ELA. Meu esposo tem esclerose lateral amiotrófica há dez anos. É um tipo diferente da que o Jorge de Melo tem, que é a ELA familiar. Meu esposo tem a ELA do tipo esporádica. E o fato de ele estar aqui hoje é graças aos cuidados que são necessários desde o diagnóstico. E não basta ter o diagnóstico: esse paciente precisa ser acolhido e precisa ser incluído no sistema de saúde, seja público ou privado, público e/ou privado também, porque, às vezes, quando você mais precisa do plano de saúde, ele te obriga a procurar atendimento no SUS.

De que estamos falando? Estamos falando de gastrostomia precoce, para evitar a desnutrição e a morte do paciente, ou do uso, de forma permanente, de um leito de UTI. De acordo com o relato das próprias empresas de *home care*, paciente com esclerose lateral e outras doenças degenerativas respondem por 20% dos leitos de *home care*. É um número expressivo, sim, porque esses pacientes custam muito. E, assim como custam para o SUS, custam para a rede privada.

Reiterando o que a Élica comentou a respeito do Riluzol, nós temos a Portaria nº 496, de 2009, do Ministério da Saúde, que aborda a esclerose lateral amiotrófica. É a última portaria revisada. No entanto, do que está ali, a única coisa que é cumprida, na verdade, é o Riluzol. E, quando falta o Riluzol, não é de ninguém a responsabilidade. Não é do Ministério, não é do Estado, não é do Município. E o paciente fica perdido. A Élica recebe as informações desses pacientes, assim como a Associação Pró-Cura. Então, nós ficamos no limbo, sem saber de quem é a responsabilidade. Dizem: "Vai no Ministério Público!". É ridículo judicializar um medicamento de menos de R$2 mil. O custo da judicialização é muito maior do que o custo do medicamento. Não precisa ser doutor em nada para fazer uma conta rápida como essa.

Em relação à Portaria nº 1370, de 2008, referente aos equipamentos de ventilação invasiva: o Bipap não é uma opção; ele é uma falta de opção. Ele vai ajudar o paciente a respirar, e respirar não é opção. Ninguém usa um equipamento de RS10 mil porque está a fim de usar. Ninguém faz uso de ventilação invasiva quando não precisa. E, quando você precisa de um equipamento de ventilação invasiva, mesmo você não sendo traqueostomizado, ele custa em torno de R$45 mil. E é porque é legal? É porque eu quero o *top*? Não! Apenas se está protelando uma traqueostomia. E quem quer fazer uma traqueostomia? É legal ter um furo na traqueia? Não é. Mas não se consegue isso do SUS. Só se consegue judicializando e a duras penas, porque, teoricamente, só se pode usar um equipamento de ventilação invasiva quando se está traqueostomizado.

Qualidade de vida é algo que não está na lei, não está na portaria, não está no regulamento, não está em lugar nenhum. Só quem está em cima de uma cama é que sabe o que é qualidade de vida. E que não precisemos todos nós estarmos em cima de uma cama para sabermos o que é isso.

(Soa a campainha.)

A SRª SANDRA MOTTA – A Senadora Ana Amélia, provavelmente, vai falar do PLS nº 530, que está no Senado. Ele é uma ferramenta muito importante. Há a Portaria nº199, de 2014, que trata sobre doenças raras. É uma portaria extremamente importante, aborda uma série de questões vitais; aborda só questões de doenças raras. Mas, ao mesmo tempo, no Ministério da Saúde, somente dois ou três centros tiveram pedido de credenciamento. Ou seja, três anos elaborando o documento e ela já vai completar dois anos – daqui a pouco entraremos em 2016 –, e pouca efetividade teve. A única efetividade que está havendo em relação à portaria são os protocolos clínicos.

Mas a lei, com certeza, virá a reforçar essa questão. Nós não podemos ficar tão desamparados. Porque falamos das capitais, mas a realidade nos extremos do País é muito diferente. Nos extremos do País, morre-se porque só há um Bipap dentro da UTI. E morre-se na porta porque o Bipap está na UTI. Mas o Bipap é para quem está precisando. Então, que se leve o indivíduo para a UTI. "Não, é para quem está na UTI."

Isso acontece todos os dias. Isso acontece em muitos lugares tidos como lugares que têm estrutura.

A nossa fala é essa.

E, na questão do acolhimento, essas pessoas que estão dentro do centro de atendimento não podem ter alta, porque o paciente de ELA não tem alta. Não é igual a um paciente ortopédico, que vai lá e faz dez, vinte, trinta, quarenta sessões de fisioterapia e vai para casa. Ele entrou, ele não sai. E é difícil para o Governo entender isso. É difícil para os planos de saúde entenderem que nós precisamos deles eternamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Esse tipo de depoimento é altamente esclarecedor.

A última intervenção é do Rodolfo Levenhagen, que é da Apadefi, do Rio de Janeiro, a quem concedo a palavra.

O SR. RODOLFO LEVENHAGEN – Primeiro, gostaria de cumprimentar a todos e a todos e parabenizar o Senador pela brilhante iniciativa.

Início falando de um contato que tive há uns dias, quando me fizeram a seguinte pergunta: "Qual é a participação das pessoas que se envolvem voluntariamente nos movimentos sociais voltados para a filantropia? Elas, quando assumem esse papel e, muitas vezes, as entidades – a Afag e outras, o Movela, a Apadefi (Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos de Volta Redonda) – assumem o papel do Estado. E onde fica essa responsabilidade do Estado? Vocês assumem e eles deixam de exercer?"

Aí eu falei: "Não, de forma alguma. Acho que todos devem contribuir, como nós também, como membros da sociedade; cada um deve fazer a sua parte. E nós devemos, sim, cobrar do Estado, dos governantes e dos nossos representantes, para que cumpram com suas obrigações."

E esta audiência pública mostra esse fortalecimento também, Antonio. Parabéns pelo grande exemplo de todos vocês, como o Sthanley, que estão envolvidos em entidades dos movimentos sociais!

Meu pai, militar, perdeu um filho com distrofia muscular há 27 anos. Meu irmão faleceu, e meu pai participou da fundação de uma entidade, que é a Apadefi, que hoje tem 32 anos.

E eu via no meu pai uma voz isolada. Hoje a gente percebe a importância do fortalecimento dos movimentos e a importância também deste debate.

Aproveito a oportunidade para citar uma portaria do Ministério da Saúde. Quando a gente fala sobre centro especializado em reabilitação – salvo engano, é a Portaria nº 835 –, pensamos na importância da qualidade de vida – que já foi falada aqui –, do tratamento, do acompanhamento.

(Soa a campainha.)

O SR. RODOLFO LEVENHAGEN – E a portaria fala sobre a criação e os investimentos para centros especializados em reabilitação.

Eu acompanhei esse processo, essa discussão lá no Estado do Rio de Janeiro. Participo disso desde 2012. Recentemente, foi pactuada a rede de atendimento de pessoa com deficiência nos centros especializados em reabilitação. Para minha surpresa, quando isso aconteceu, verifiquei a proposta de construção de centros novos.

Já existem centros que não foram apontados nem no diagnóstico realizado na região. Enfim, eles desconsideram algumas entidades, alguns centros já existentes e propõem a criação e a utilização de recursos da ordem de R$10 milhões para a construção de três novos centros.

Nós comparamos o centro em atuamos, que é uma entidade semelhante a um CER II; seria um CER II já pronto. Vemos tantas crises financeiras, tantas dificuldades. Então, por que não considerar, por que não incluir esses no diagnóstico e buscarmos os recursos para custeio? Essa foi uma surpresa para mim.

Vejo como ainda deixa a desejar o debate aberto dessas questões, espaços de diálogo para a gente encontrar os caminhos possíveis. Então, desde 2012, existe a discussão. Foi pactuado, serão solicitados recursos. O momento é de crise. Quando nós teremos a construção desses centros? E não vamos receber custeio? Enfim, como é que fica? Quando vai sair isso? Já são três anos aguardando. As pessoas precisam de atendimento, precisam, e buscam qualidade de vida. Como é que vai ser isso? De que forma?

O exemplo clássico disso é a própria Associação Fluminense de Reabilitação – pegando um pouco carona no que foi falado –, na questão dos recursos existentes. Mas também há a questão da capacidade dos gestores, que não conseguem avaliar e, muitas vezes, vão optar pela construção de centros, porque, politicamente, isso dá mais visibilidade, e o atendimento fica em segundo plano.

O Antonio Jorge, por encaminhamento à Associação Fluminense de Reabilitação, está fornecendo cadeira motorizada por intermédio do SUS, e agora está com dificuldade de fornecer por estar há cinco meses sem repasse das verbas do SUS; vai suspender ou suspendeu temporariamente. É um centro que, por intermédio de uma entidade, uma parceria entre o Poder Público e uma associação, fornecia – um exemplo de uma entidade – cadeiras motorizadas e agora está com dificuldade.

Deixo aqui este registro porque a legislação existe e, quero frisar, os recursos também. Agora, a gente tem que começar a olhar a capacidade dos gestores em optar e valorizar o interesse público. O interesse público tem de estar acima de qualquer coisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria ouvir o depoimento de uma paciente que acho que vai falar...

A SRª ANA AMÉLIA DATO TEIXEIRA – Eu me chamo Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É mesmo?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ah! É a coordenadora do Movela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Veja como o universo conspira a nosso favor. Então, Ana Amélia, minha xará, por favor. Depois eu quero falar.

A SRª ANA AMÉLIA DATO TEIXEIRA – É uma honra conhecer a Senadora, até pelo trabalho que ela vem desenvolvendo e que eu acompanho de longa data.

Eu queria me dirigir à Mesa, particularmente ao Dr. Marco Antonio, e peço licença para fazer a minha identificação, falar um pouco de mim.

Sou portadora de ELA, meu nome é Ana Amélia, sou assistente social e me aposentei pelo INSS. Tive uma carreira de quase 30 anos no INSS, trabalhando em centro de reabilitação. Eu trabalhava, justamente, reabilitando pessoas deficientes e, depois, eu vim a me tornar uma delas. Então, não foi para mim uma surpresa tão grande. Não foi para mim a situação mais difícil encarar a doença. Mas eu fazia justamente a avaliação de funcionalidade no centro de reabilitação com a equipe de peritos.

Uma situação difícil que a gente vivencia, particularmente na ELA, é porque se fala de paralisia incapacitante. A ELA, de início, não causa uma paralisia incapacitante. Os meus piores momentos talvez tenham sido os dois primeiros anos, porque eu estava fraca; não estava ainda cadeirante, e ninguém me dava prioridade em lugar nenhum.

Então, eu tentava andar. Andava 100m, me dava uma fraqueza e eu tinha que procurar um lugar para me sentar. Às vezes me sentava no chão, às vezes eu me encostava em algum lugar. E as pessoas não entendiam o que estava acontecendo. Então, aparentemente, eu não era doente, eu continuava trabalhando. Comigo foi o contrário: eu tive de brigar para continuar trabalhando, pelo fato de ter o diagnóstico de ELA e por me ser familiar, porque eu já tinha meus irmãos portadores. De uma família de nove irmãos, cinco já têm ELA. Eu sou a mais velha. E podem surgir até mais casos.

Por isso, eu já sabia da minha trajetória. Depois que eu assumi a cadeira, ficou mais fácil para mim. Estou me locomovendo. Mas, como eu sabia que o meu trabalho me permitia continuar em atividade, eu preferi continuar. Então, eu permaneci trabalhando por mais dois anos. Mas foram dois anos difíceis por causa disso, porque eu ainda andava, com dificuldade, mas andava. E, se eu chegasse a um lugar, e o elevador demorasse a chegar, ficava difícil ficar em pé esperando.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA DATO TEIXEIRA – Então, esse desconhecimento, de um modo geral, da área médica a respeito da doença é uma complicador muito sério para nós.

Como o senhor falou, há uma comissão estudando as doenças que isentam de carência, as doenças consideradas graves, que serão beneficiadas. Acho que a ELA deveria ser avaliada com muito carinho nesse sentido, por essa particularidade dela. Porque uma pessoa que tem um AVC, de imediato, já pode ter uma paralisia. Agora, o portador de ELA não. Talvez ele venha a ter essa paralisia muitos anos depois, mas o sofrimento dele até lá é por um monte de coisas somadas.

Essa é a minha reivindicação, fruto da minha experiência como assistente social que trabalhou, que tem uma trajetória de 30 anos na Previdência, junto com peritos médicos, discutindo a questão da capacidade funcional do trabalhador para retornar à atividade laborativa. Porque o nosso foco era o trabalho como realização do ser humano. Não era obrigação, mas a realização do ser humano. Então, nosso foco primeiro era esse. Mas quando se torna um complicador para a saúde dele, aí temos que poupá-lo.

Era o que tinha para falar e agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado pelo depoimento.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Capiberibe, quando a gente ouve um depoimento de um paciente, a gente pode avaliar melhor a extensão dos problemas dele e de sua família.

O nosso País tem-se descuidado das dores das pessoas.

Lamentavelmente, as pessoas que têm condições financeiras podem levar os seus pacientes para fora do Brasil, seja para tratamento, seja para medicação, mas, eu diria que 80% ou 90% da clientela dessas doenças dependem do SUS. E o SUS, que é um dos programas mais importantes, exemplo para o mundo, está hoje, eu diria, sucateado. Não há recursos.

E quando a gente começa a trabalhar nisso, Senador, somos vistos com preconceito por alguns setores oficiais que deveriam ter a obrigação de, pelo menos, respeitar uma iniciativa como a sua agora, de convocar esta audiência pública para debater um problema social – a doença é uma questão social – de uma clientela que depende do SUS.

Então, não é possível que órgãos oficiais que representam a sociedade não respeitem iniciativas que nós tomamos aqui, em diversos setores, para atender os pacientes. E sabe qual é o preconceito?

Acham que os Senadores estão aqui a serviço de *lobbies, lobbies* da indústria farmacêutica, *lobbies* dos pacientes organizados, para forçar o SUS a fazer determinada coisa. Mas é um órgão público que pega o dinheiro de todos nós, dos impostos, de todos os programas, para financiar as pessoas que precisam... Pelo menos, deem o crédito de que as pessoas estão aqui trabalhando – nós estamos, V. Exª, eu e todos nós, o nosso Presidente, Paulo Paim – em favor das pessoas.

Quero que levante a mão quem diga que estou aqui a serviço de interesses escusos. Porque, quando se fala que você está a serviço de determinada coisa, é com preconceito por você estar trabalhando por "interesses" – entre aspas – de alguma outra natureza que não seja o interesse da sociedade.

Eu sou autora de um projeto, na origem nº 240, de 2011 – 2011! E, como eu disse, quando cheguei a esta Casa, no início de 2011, já acompanhava isso, porque tenho uma rede social muito ativa, e as pessoas botavam na minha rede social os pedidos: "Senadora, pelo amor de Deus, faça isso, faça aquilo". Então, eu sou autora de uma lei. Há o PLS, na origem, nº 240, de 2011, que altera a Lei nº 8213, de 24 de junho de 1991 – que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências –, para incluir a esclerose lateral amiotrófica, mais conhecida como ELA, e a hepatopatia grave entre as doenças de condições, cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento do prazo de carência para a concessão do auxílio- doença e de aposentadoria por invalidez.

Esse projeto passou por todas as comissões do Senado Federal, foi aprovado e já está na Câmara. Agora, no dia 25 de maio, ele foi, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, distribuído, e foi designado Relator o Deputado Marcus Pestana, do PSDB, de Minas Gerais.

Vou hoje ligar para ele para ver se pode, com brevidade, no primeiro mês, em agosto, apresentar o relatório, para que a gente tenha a definição disso. E de outras matérias como, por exemplo, que o SUS inicie – não é minha, eu fui Relatora – o tratamento do câncer dois meses após o diagnóstico.

Câncer é uma doença gravíssima. Se o paciente não for tratado logo, vai receber um atestado de óbito e não um tratamento adequado para melhorar a condição de vida dele.

Eu fui Relatora apenas. A lei não está sendo aplicada. Não está sendo aplicada essa lei! O Ministério Público Federal já entrou para trabalhar. Uma está funcionando, não a contento, mas melhor: a que obriga o SUS, no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, que é a retirada da mama da paciente portadora de câncer – e eu sou de um Estado com muita incidência de câncer letal, inclusive de mama –, quando possível, pela recomenda-

ção médica, a fazer a reconstituição da mama dessa mulher. Isso está funcionando medianamente bem, mas não como a gente quer.

O nosso trabalho é esse, Senador; é o seu e de todos os Senadores aqui preocupados.

Faço este depoimento porque perdemos um ex-Governador, Deputado Federal Sinval Guazzelli, que morreu com essa doença. A dele foi, eu diria, muito rápida. Há o caso do físico inglês, Stephen Hawking, cuja biografia comoveu todas as pessoas que puderam assistir ao filme – e nos trouxe à tona que o Brasil precisa trabalhar muito. E é preciso eliminar os preconceitos que nós temos para evitar ou para dizer que uma iniciativa de um Senador sobre essa área é retrocesso ou é indevido.

Nossa obrigação é fazer isso. Eu tenho obrigação porque fui eleita com 3,4 milhões votos. O que eu vou responder para os meus eleitores do Rio Grande do Sul se eu não cumprir com os meus deveres? Eu tenho obrigação com a sociedade, que me mandou para cá para fazer isso, Senador. E é o mesmo pensamento, a mesma ação que tem V. Exª com as causas sociais.

Esses depoimentos aqui são fortes demais para não sensibilizar uma autoridade que tem a responsabilidade por qualquer tema relacionado à regulação, seja de medicamentos, seja de tratamento, seja de atenção previdenciária ou de atendimento médico a esses pacientes.

Parabéns, Senador Capiberibe, pela iniciativa! E agradeço muito a essas pessoas que vieram aqui depor, mostrando os seus dramas e as dificuldades por que passam. Vieram para sensibilizar, se possível, as pessoas que decidem sobre esta matéria.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senadora Ana Amélia, vou pedir à secretaria da Comissão que elabore uma síntese desta audiência pública, com as urgências aqui colocadas, até porque o que ouvimos é que os pacientes de ELA não têm tempo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – De esperar.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... para esperar. Vamos solicitar ao Presidente da Câmara um tratamento de urgência ao seu projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Para que avance o mais rapidamente possível, e a gente dê uma resposta.

Realmente, há demora aqui na tramitação dos projetos de lei; tudo que depende do Estado é sempre muito lento. Então, vamos tentar sensibilizar o Presidente da Câmara, para que ele agilize a aprovação do projeto de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu pergunto aos componentes da Mesa se querem...

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Eu sou o primeiro da fila. Não abro mão disso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Já temos o primeiro da fila.

Antonio Jorge com a palavra e, em seguida, o Marco.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Eu fiquei bastante interessado, no depoimento do Dr. Renato Maia Guimarães, em relação ao milagre: ele conseguiu, em 24 horas, a aprovação de uma pesquisa com célula-tronco para 20 pacientes de quem eu nunca ouvi falar. Eu vivo na internet o dia inteiro, buscando pesquisas, e nunca ouvi falar dessa pesquisa. Aí a minha pergunta é a seguinte: qual é o centro que está realizando essa pesquisa? Eu gostaria de saber.

Segunda pergunta: de que forma essa pesquisa foi divulgada? É a segunda pergunta que faço. E quais os critérios de elegibilidade dos pacientes?

Dr. Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Dr. Jorge com a palavra.

O SR. GERSON CHADI – Só para acrescentar...

É claro que sou extremamente abordado em relação a disponibilizar tratamentos alternativos. E a questão ética Conep é a mais importante de todas.

Já fomos abordados da seguinte maneira: "Eu pago tantos dólares para receber um tratamento com células-tronco". E a orientação é: isso não existe, isso não pode ser feito; sempre tem que ser institucionalizado, pelo menos até agora.

Então, eu acrescento a pergunta: e o financiamento desse estudo – porque é um estudo, não pode ser diferente – foi divulgado?

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Nós trouxemos aqui a lista de todos os estudos aprovados. Esse é o último dos quatro que foram aprovados na Conep, que está naquela página que trouxemos aqui.

Eu não trouxe o pesquisador e o centro. Eu sei que é um centro de São Paulo, mas eu não sei exatamente qual é o pesquisador e o centro. Eu não os conheço pessoalmente. Agora, essa informação pode ser fornecida. Não há problema nenhum: é só me passarem o *e-mail* de vocês, que eu respondo isto hoje ainda, sem nenhuma dificuldade – qual é o centro e qual é o pesquisador.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – (*Fora do microfone.*) E o critério de elegibilidade também. Seria interessante.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – O critério é da pesquisa. Aí, nós apenas podemos apreciar se ele está respeitando os direitos dos participantes ou não. O restante da questão é da alçada do pesquisador e do patrocinador do estudo. Nós não temos como interferir nessas questões, a não ser que haja violação de direitos. Aí nós colocamos exigências, pendências etc.

A instância da regulação ética vela pelos direitos dos participantes. Essa é a função dela. Agora, isso é possível procurando o pesquisador para solicitar informações a esse respeito. Eu não teria como fornecer essas informações, porque não é uma coisa da nossa alçada.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – (*Fora do microfone*.) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Já que nós estamos neste tema, o Sthanley também quer fazer uma intervenção.

O SR. STHANLEY ABDÃO – Primeiramente, quero agradecer ao Senador por esta brilhante audiência pública, de que eu nunca tinha participado. E peço desculpas pelos momentos de emoção.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, que estou vendo que é uma pessoa sensível à nossa causa e uma pessoa do bem. Agradeço também a presença de todos.

Eu gostaria muito que esta audiência estivesse lotada, mas creio que, graças a Deus e ao recurso televisivo, muitas pessoas estão nos assistindo agora.

E eu queria pegar um pequeno gancho, Dr. Jorge, na questão dessa pesquisa. Uma pesquisa desse nível, uma pesquisa dessa grandiosidade, na qual sou um interessado também, por que não foi divulgada em mídia televisa? Por que não teve uma divulgação maior? É isso que a gente gostaria de saber. Porque nós somos pacientes e impacientes, e precisamos de uma resposta rápida dos órgãos responsáveis, das instituições que estão à frente dessas pesquisas. Todas as vezes que perguntamos ao Dr. Gerson, que está ligado a nós, que é ligado à USP, a resposta é pronta, é imediata.

Então, por gentileza, eu gostaria que o senhor nos posicionasse em relação a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Dr. Jorge.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Realmente, no caso, se a mídia resolvesse divulgar, eu não teria nada contra. O problema é que nós não temos gestão sobre esta questão: se a pesquisa é divulgada ou não. Isso é uma questão do pesquisador e do patrocinador dela. Certo?

Eu acho que talvez fosse interessante, como caminho, a gente ter uma aproximação maior entre a Conep e as associações de participantes, os pesquisadores da área e tudo. Eu acho que esse seria um caminho positivo.

O contato que nós tivemos foi com o Dr. Renato. Nós não demos nenhum privilégio a ele. O estudo já estava tramitando há dois meses na Conep, estava no prazo, e nós conseguimos, exatamente por causa disso, dar uma resposta em 24 horas. Mas não houve nenhum privilégio a ele nisso aí.

E acho que, da mesma maneira que nós temos, participando da Conep, várias entidades de portadores de patologias, deveríamos manter um contato mais permanente com as entidades de ELA. Isso seria uma coisa positiva para a gente poder fazer uma troca de opiniões mais permanentes e de informações, inclusive, o que a gente tem de dados e tal, alertar vocês e apontar as coisas novas que estão eventualmente começando a acontecer.

Então é um caminho que vejo como possível, e estou inteiramente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Nós estamos sendo transmitidos pela Rádio Senado, pela TV Senado e internet, e há algumas questões levantadas por aqueles que nos acompanham em suas casas.

A Anna Flavia Schmitt, de Joinville, diz: "É preciso preparar melhor as atendentes dos SUS para receber os doentes portadores de doenças graves!"

Também o Marcos Silva, do Rio de Janeiro: "Sobre a isenção do imposto de renda, acredito que deveria ser considerada a isenção sobre o responsável pelo paciente desde que este não possua fonte de renda. Minha esposa não possui renda e é minha dependente, tenho custos com ela e não tenho direito a isenção".

Do Ceará, a Jéssica da Silva Teixeira: "Gostaria de saber se essa pesquisa realizada na cidade de São Paulo tem procurado parcerias interestaduais com outras instituições de ensino. Assim, seria mais fácil conseguir recursos para tal pesquisa".

O Marcos Antônio Silva, do Rio de Janeiro: "Afirmo que na maioria das vezes o paciente costuma receber o benefício, desde que ele tenha uma fonte de renda e não dependa de ninguém. Acredito que o ideal seria estender o benefício ao responsável pelo paciente".

Marcos Pereira Cesar, de São Paulo: "Gostaria de saber se as pessoas com neuropatia periférica degenerativa dos membros inferiores serão isentas do imposto de renda".

Quem puder responder...

Laurindo Soares do Nascimento, de São Paulo: "Acredito que poderiam realizar experiências com vitamina D para o tratamento da doença. Minha filha, que tem um tipo de esclerose, está sendo tratada com vitamina D".

Essas são as perguntas que estão postas à Mesa.

Concedo a palavra ao Marco Antonio.

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – Eu queria agradecer todas as colocações, mas, em especial, o depoimento da Srª Ana Amélia. Esse depoimento nos é precioso, precioso literalmente.

Nós estamos exatamente no momento de validar um instrumento que considera a deficiência não só um impedimento da pessoa, mas a sua interação com as barreiras sociais, as diversas barreiras que existem.

Neste momento, nós estamos validando, em parceria com a UnB, porque isso precisa de toda uma retaguarda de estatística acadêmica importante, enfim, um meio de avaliação em que se considera a avaliação médica, feita por meio do perito, e a avaliação pericial da assistente social. Então, para você considerar hoje uma pessoa com deficiência por parte da Previdência Social, é necessária a avaliação das barreiras, o que é feito por meio de um assistente social.

Então, eu queria solicitar à senhora, se houver disponibilidade, para entrar em contato conosco, conhecer esse instrumento e, se possível, deixar que ele seja aplicado à senhora, para que possa fazer uma crítica, porque a sua experiência nos é muito importante: pela história de ter trabalhado na Previdência, por ser assistente social e por estar com uma doença neurodegenerativa.

Eu vou deixar o meu cartão com a senhora. Se houver disponibilidade e interesse, nós temos toda a intenção de discutir especificamente com a senhora, porque esse seu depoimento nos é muito importante.

Em relação às questões da isenção de Imposto de Renda, para neuropatia periférica de membros inferiores, é preciso saber que neuropatia é essa e as consequências que ela gera. Neuropatia é um termo muito amplo. Precisamos ter uma avaliação um pouquinho mais precisa em relação a essa questão que foi levantada pela internet.

Mas, como eu já disse na minha fala, só reforçando, o Conselho Nacional de Previdência Social, que é um órgão de controle social que tem, inclusive, poder deliberativo, está aberto a levantar esses questionamentos, as dificuldades, inclusive, para obtenção de reconhecimento de direitos. Isso é com frequência pautado no Conselho Nacional de Previdência Social. A questão dos direitos dos aposentados é uma pauta constante lá no Conselho, mas essa questão dos cidadãos que têm esse tipo de afecção, essas doenças neurodegenerativas, eu nunca vi, nos últimos anos, ter sido pautada.

Mas o Conselho está aí, é um órgão aberto à sociedade, tem representação de trabalhadores, empregadores, aposentados e Governo, e pode estar aberto a discutir essas dificuldades para o acesso ao reconhecimento de direitos. Acho que isso foi muito colocado aqui, não só da parte da Previdência, mas também da saúde, como as questões de medicamento.

Existe o Conselho Nacional de Saúde, do qual o Venâncio faz parte, e existe o Conselho Nacional de Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – Senador, eu posso fazer só mais uma intervenção?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pode.

O SR. ANTONIO JORGE DE MELO – O digníssimo Dr. Marco Antonio nos prestigiou aqui com a possibilidade de nós, representantes de associações de pacientes – todos que quiserem ir, não há restrição, nem barreira, nem bandeira, pois todos estamos juntos nesta luta –, termos uma audiência com a Srª Elisete Berchiol, para solicitar a ela que elabore uma cartilha de doenças graves e raras e disponibilizar essa cartilha em todo o Território nacional, para que os peritos tenham facilidade de diagnosticar e definir, de forma inteligente, com bom senso, com clareza, com lucidez, o que são as doenças graves e raras e se elas se enquadram no que a lei já estabelece.

Quero parabenizar o Dr. Marco Antonio por nos proporcionar essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Aliás, eu quero fazer um pedido ao Antonio Jorge de Melo, porque ele disse que faz o acompanhamento de todos os casos relativos à ELA e também faz o acompanhamento dos gastos com saúde no Município, no Estado e na União. Eu acho fundamental que nós consigamos mobilizar a sociedade para fazer o acompanhamento de gastos com saúde nos Municípios – o Município está mais próximo, os números são menores.

E, para aquelas prefeituras que ainda não disponibilizaram nos seus portais de transparência, de acordo com a Lei Complementar nº 131, de 2009 – que se procure Lei Complementar nº 131/2009 –, que acionem o promotor da cidade e liguem para que o promotor exija o cumprimento da lei. Só assim a gente vai ter um melhor controle dos gastos com saúde.

E repito: não confio nas instituições republicanas feitas para fazer o acompanhamento de gastos. As assembleias legislativas não acompanham, as câmaras municipais muito menos; elas são controladas pelos prefeitos. As assembleias legislativas, quando não são controladas, os seus gastos são absurdos. Então, elas não têm nenhum interesse.

Para se ter uma ideia, a Assembleia Legislativa do DF gasta a metade, um pouco menos da metade do que gasta a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Só que aqui são 24 Deputados, o espaço territorial é mínimo, não há distância de mais de 50km. São Paulo tem, se não me engano, 93 Deputados Estaduais, algo assim. Então, há uma disparidade de gastos, um desperdício de dinheiro público em todo o País, e não temos expectativas a não ser, Antonio, que nos demos as mãos e passemos a controlar os gastos da saúde.

Há mais uma questão aqui que veio de Campina Grande, na Paraíba. Eu vou colocá-la. Pode ser que alguém possa respondê-la.

Indaga-se quem fiscaliza o cumprimento da Resolução nº 466, que garante aos pacientes o fornecimento de medicamentos após a conclusão do estudo sobre a doença. A pergunta é de uma pessoa que está acompanhando a audiência pela TV Senado, lá em Campina Grande. E ela quer saber, exatamente, quem controla e acompanha o fornecimento de medicamentos.

Não há ninguém aqui do Ministério capaz de responder. Quem na Mesa tiver essa possibilidade...

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – A 466, resolução-mãe que gere todo o trabalho que a Conep desenvolve, todo o sistema CEP/Conep. Então, em primeira instância, a própria Conep e o Comitê de Ética local podem fazer esse encaminhamento. Eles não têm poder de polícia, de punir as pessoas, mas, no momento em que eles percebem irregularidades no cumprimento desse direito ao tratamento, depois que o estudo é concluído, eles, tanto a Conep quanto os comitês de ética locais têm poder de fazer encaminhamentos ao Ministério Público, e nós temos feito vários nesse processo todo. Então, o Ministério Público toma iniciativas legais propriamente, tanto de pedir abertura de investigação quanto até de pedir abertura de processo, se for o caso.

O mecanismo de funcionamento é esse.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Dr. Gerson Chadi.

O SR. GERSON CHADI – Aí a responsabilidade final fica por conta do pesquisador. É isso?

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Do pesquisador e do patrocinador. Os dois são responsáveis solidários. E a instituição também. São os três. Mas, geralmente, a responsabilidade principal, nos termos de consentimento que são feitos, que são uma espécie de combinação por escrito, que é feita, a responsabilidade central é do patrocinador geralmente, na questão do pós-estudo.

O SR. GERSON CHADI – Esse é um aspecto que a gente percebe que desestimula, muitas vezes, pela insegurança jurídica, pesquisadores no Território nacional de serem mais arrojados, de implantar aqui determinados procedimentos ou terapias que não estão em fases muito avançadas de estudo lá fora.

Eu gostaria de deixar este registro. De certa forma, os pesquisadores deveriam ter uma assistência jurídica garantida pela instituição. Muitos aspectos ficam despejados dentro daquilo que as universidades... A maior parte dos pesquisadores estão atrelados a universidades – espera-se –, não públicas necessariamente. E as universidades não têm mecanismos reais para proteger esses pesquisadores. E, quando problemas acontecem, os pesquisadores têm de arcar com os custos dos processos judiciais. Essa é uma coisa importante.

Então, se vamos discutir medicações, terapias em estudos, alternativas, para doenças graves dessa natureza...E nós estamos falando aqui numa doença em que o indivíduo vai morrer. Isso é grave. A expectativa é baixíssima. Você conta nos dedos quais são as situações em que isso ocorre na Medicina.

E tem-se a impressão de que muitas das responsabilidades ou a maior parte delas está nas costas dos pesquisadores. E aos pesquisadores cabe tudo, desde pensar no melhor projeto, aprovar o projeto, prestação de contas, escrever os resultados. Eu acho que, se a gente quer avançar nisso, em prol dos pacientes – eu vou mencionar um pouco, principalmente frente ao comentário do Pró-Cura da ELA –, isso deveria ser analisado com mais cuidado, em âmbito nacional, em termos de gestão pública inclusive.

Eu gostaria de fazer um outro relato. Eu fiquei bastante satisfeito em ouvir a apresentação do colega Dr. Jorge, do Conep, sobre a preocupação do órgão em avaliar rapidamente os projetos. E também soubemos,

recentemente, que a Anvisa está fazendo uma gestão no sentido de avaliar os seus projetos. E ela deu um prazo de três meses – eu não sei se isso está sendo cumprido à risca – na avaliação dos projetos. Mas, se formos somar três meses mais um período para sair de um lugar, vir a documentação, vai para o outro, prepara tudo; nisso, vão sete meses, nessa brincadeira.

Isso não é justificável, mas esse fato também ocorre; já que estamos aqui lavando a alma; esse fato também ocorre. Quer dizer, é tanta coisa para fazer, então, muitos pesquisadores dizem: "Não, isso é muito difícil, eu acho que vou por uma linha mais fácil, porque vou ser mais produtivo e vou ter mais retorno". Isso é um fato.

De qualquer modo, inclusive aqui, na... Eu sou muito ruim de números. Todo mundo fala das portarias, dos seus números, eu realmente não consigo. Mas há uma portaria do Conselho Federal de Medicina, respondendo a uma questão da Anvisa nº 31/2, a respeito do uso compassivo de medicações, as doações e o uso acelerado de medicações – há outro termo aqui, que eu já pego.

Enfim, analisando lá, uma diz respeito à utilização, no Território nacional, de forma acelerada, de uma medicação que está em estudo. Então, há uma medicação em estudo lá fora, e eu quero fazer isso aqui de uma maneira acelerada – existe um termo; desculpem-me, mas eu estou recebendo tantas mensagens que tudo que eu abro aqui fecha. Eu me esqueci desse nome. Puxa vida!

Enfim, o que a regulamentação diz? Que isso precisa passar pela Anvisa e pelo Conep.

Uso compassivo é assistencial. Então, teoricamente, não precisaria passar pelo Conep ou pelas CEPs – Comissões de Ética –, mas eles orientam que isso deve ser feito, já que, apesar de ser uma situação iminente e de uma circunstancialidade, para se preservarem os direitos dos indivíduos, dos sujeitos que estão recebendo a medicação, isso deveria ser feito.

E aí vêm questões: E ao término daquele período, como fica? Quem se responsabiliza? Essas são questões que deveriam ser mais bem abordadas, para que todo mundo arregaçasse as mangas e: "Nós vamos disponibilizar no Território nacional tudo que é possível em prol de uma doença em que o indivíduo vai morrer". O indivíduo vai morrer! Esse é um fato.

Nós temos, aqui no Brasil, uma característica que eu mencionei na minha apresentação, uma característica, que é uma forma familiar, que é raríssima, a VAPB, em que os pacientes têm uma sobrevida maior, mas isso é uma exceção.

Então, eu faço uma sugestão – estou aqui na frente de Senadores e Deputados: que se crie um comitê misto, já que nós temos as comissões mistas do Senado e da Câmara, um comitê misto, Conep/Anvisa, para avaliar situações tão iminentes, tão urgentes, tão prementes como aquela de doenças em que o indivíduo vai morrer depois de algum tempo. Essa é a primeira sugestão que coloco aqui em público.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é o seguinte: não existe, no meu ponto de vista,...

(Soa a campainha.)

O SR. GERSON CHADI – Para doenças dessa natureza, não existe a separação entre assistência e pesquisa, principalmente na Esclerose Lateral Amiotrófica, de que os conhecimentos são muito precários. Eu acho que não se trata de tirar recursos de um para ir para outro. Pelo contrário. Recursos para pesquisas são muito menores, as exigências para recursos da pesquisa são muito menores do que aqueles necessários para assistência.

Mas o que nós observamos para a Esclerose Lateral Amiotrófica?

Nós temos aqui a presidente do Pró-Cura, a Sandra Mota, com o esposo dela. A Sandra Mota se mostra uma pessoa muito dedicada, e o marido dela tem uma forma esporádica e com dez anos de sobrevida. Isso não é comum. E aí vamos analisar.

O Projeto ELA Brasil, nestes cinco anos, atendeu 600 pacientes novos e acompanha cinco ou seis mil pacientes. É o maior centro de acompanhamento de Esclerose Lateral Amiotrófica no Brasil, sem dúvida alguma. Desses pacientes, 550 são atrelados a projetos de pesquisa. Isso também é único no Território nacional. Então, existe uma experiência aí que a gente pode passar para vocês.

Pacientes bem cuidados vivem mais; pacientes mais bem acompanhados vivem mais. Há várias razões para isso.

Eu tenho um aluno na Universidade de São Paulo – na verdade, ele não é meu aluno, ele é da Biologia e eu sou da Medicina – cuja mãe tem ELA – nem sei se estou autorizado a dizer isso. Ele é inteligentíssimo, e a faculdade dele está sendo arrastada. E ele: "Professor, o que eu posso fazer para ajudar?" "Venha, você é um aluno superinteligente, ajude. Mas, veja, você está demorando para acabar a faculdade." "Estou." "Por quê?" "Porque eu estou cuidando da minha mãe. Depois que eu li tudo sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica, eu cuido da minha mãe, e a minha mãe está fora,...

(Soa a campainha.)

O SR. GERSON CHADI – ... também já saiu da linha da média da sobrevida."

E por que eu digo isso? Porque não é só a gastrostomia precoce; não é só precoce. Não é só Bipap precoce. São elementos essenciais, mas vejam bem: tem que se fazer um bom diagnóstico. Qual é o momento para utilização do Bipap? Então, ninguém fala: "Quais são os centros do Brasil que têm acesso a provas de função pulmonar?"

E a questão da deglutição? Os pacientes que aspiram saliva precocemente têm pneumonia de repetição, e eles vão embora. E é tão simples fazer um teste de medida de deglutição – é tão simples! Quais são os centros que disponibilizam isso?

O diagnóstico da esclerose lateral amiotrófica é um diagnóstico difícil. Ele é um diagnóstico de exclusão, depende de uma série de questões relacionadas ao paciente, mas o Sthanley foi diagnosticado em dez meses. E ele mesmo reportou aqui que é uma pessoa diferenciada economicamente e culturalmente na capital da Nação, mas a média é de um ano e oito meses de diagnóstico, após os primeiros sintomas.

O que concluo em relação a isso? Eu concluo que temos – e essa é a minha segunda sugestão, que é simples e todos ganharão – que fazer ou criar mecanismos de formação e atualização de equipes multidisciplinares, para que esses indivíduos saibam o que fazer, inclusive os nossos colegas médicos. Eu falo isso com tranquilidade, porque eu recebo correspondências do País inteiro; eu sei exatamente o que acontece no Amazonas, no Pará. A própria Ana Amélia fez um relato muito interessante hoje cedo, a respeito da relação dela com o médico. Então, isso é muito importante – é muito importante!

Outra questão: como faço a fisioterapia no paciente com esclerose lateral amiotrófica? "Mas dizem que o músculo é sobrecarregado. Se eu fizer alguma coisa errada, ele vai perder ainda mais o seu potencial muscular." Então, a sugestão é que se criem mecanismos para a formação de equipes diferenciadas em esclerose lateral amiotrófica, em todo o Território nacional, porque isso depois vai pipocando nas regiões, a formação de profissionais dessa maneira.

Outro aspecto que eu gostaria de sugerir – isso acho muito sério – é referente ao fato de o SUS não pagar o diagnóstico molecular para esclerose lateral amiotrófica. Aliás, não paga o de nenhuma doença neuromuscular. O nosso time para doenças neuromusculares é um time muito competente: são pessoas que viveram muitos anos no exterior, que fazem pesquisa clínica junto com a pesquisa translacional. E o diagnóstico muscular de muitas doenças neurodegenerativas é feito com o dinheiro de pesquisa.

Bom, você tem um paciente que não sabe muito bem se ele tem... "Olha, parece que um parente teve uma sintomatologia, mas ele morreu; era distante. E eu? O que eu faço? Doutor, eu vou poder ter filhos? Os meus filhos vão ter essa doença?"

Então, não é tão barato, mas não é caro fazer análise das principais mutações relacionadas às formas familiares da esclerose lateral amiotrófica. Seria possível fazer isso em poucos centros credenciados para isso. O Brasil inteiro manda sangue para esses centros; faz-se esse diagnóstico; volta para o paciente; e o paciente fica sabendo o que está acontecendo com ele.

"Eu tenho uma forma familiar? Eu tenho a mutação de tal gene?" Com isso, se consegue planejar melhor uma série de aspectos da vida, porque as diferentes mutações estão relacionados a certas diferenças clínicas e de evolução. Então, essa é a minha segunda sugestão, que eu acho importante.

Pensando numa equipe multidisciplinar, eu não sei se ousaria... Eu vou ousar.

Eu acho que, mais do que um centro de referência, nós temos que ter, em cada capital do Brasil, um instituto ou um mini-instituto responsável pela pesquisa e tratamento. Eu acho que vocês entenderam o que significa pesquisa: se eu não aprender como fazer, eu não vou conseguir fazer. Então, isso é muito importante. Em cada capital do País, haver um instituto ou um mini-instituto de pesquisa e tratamento das doenças raras.

E vejo lutas pela internet. O Patrick é muito... Eu sou muito orgulhoso de ser amigo do Patrick. Ele luta por um centro desse na capital do seu Estado.

E, quando eu dou uma resposta a ele – e eu dei toda a resposta em relação à importância de se fazer algo, em relação à terapia gênica neste País, até mais do que quanto à terapia celular. As pessoas perguntam: "Poxa, professor, e eu como fico aqui, nesse meu Estado?"

No interior do Rio Grande do Sul, há várias pessoas que me questionam, Profª Ana Amélia, inclusive, quanto à forma familiar. Eu vou relatar um caso: " Olha, professor, eu não sei o que eu tenho. É forma familiar, mas não sei qual é a mutação. Para mim seria importante. O senhor está falando que a ELA 8 é uma forma diferente. Eu preciso saber. Sabe o que acontece? Disseram-me que eu tenho a forma 8, a mutação da VAPB, porque o meu pai nasceu no Estado de Minas Gerais, onde a prevalência é um pouquinho maior".

Então, são coisas simples, baratas, que, quando bem organizadas, a gente consegue trazer um diferencial muito grande.

Por fim, eu gostaria de clamar aqui aos Senadores, para que me ajudassem na avaliação da pertinência da utilização não de células embrionárias, mas de células fetais para o tratamento de doenças... Eu não gosto muito do termo doenças raras, e posso ficar falando aqui uma hora sobre o porquê eu não gosto do termo doenças raras. Até onde eu consigo entender, nós não temos clareza na legislação atual em terapia celular sobre a utilização de células fetais; entendemos células adultas e células embrionárias.

Em rigor, não é permitido, mas há um estudo de uma empresa muito séria nos Estados Unidos, e estão pipocando estudos com clones de células fetais humanas para o tratamento não só da esclerose lateral amiotrófica, mas de várias doenças neurodegenerativas, inclusive isquemia cerebral, que é a maior causa de mortalidade e morbidade em doenças neurológicas no Território nacional.

Então, acho que é uma coisa muito importante, porque o protocolo está sendo publicado em revistas importantíssimas, os resultados estão sendo publicados em revistas importantíssimas, como a *Neurology*, em que o processo de avaliação dos resultados é muito rigoroso. Então, a gente tem de tratar isso com um pouquinho mais de seriedade.

Por fim, eu preciso deixar este relato.

(Soa a campainha.)

O SR. GERSON CHADI – Para terminar, nós precisamos de programas específicos bem acompanhados por autoridades; programas específicos para o financiamento de pesquisas em doenças raras com iminência de morte, porque, quando você coloca a margem doenças raras naquela classificação da Organização Mundial de Saúde, coloca-se todo mundo nas doenças raras, muita gente nas doenças raras. Por isso, eu não gosto muito do termo "doenças raras".

Se você for agrupar doenças raras por afinidades, muitas delas passam a não ser mais raras. Então, com iminência de morte, eu diria. Programas específicos para pesquisa, porque, quando alguns pouquíssimos programas são apresentados, em geral, com verba do Ministério da Saúde sendo alocada ao gerenciamento do CNPq, projetos específicos para esclerose lateral amiotrófica não passam, porque chamam mais atenção a doença de Alzheimer, a doença de Parkinson, entre outras.

E, como eu disse na minha fala inicial, as pesquisas em esclerose lateral amiotrófica têm tudo para contribuir decisivamente com as outras doenças neurodegenerativas. É o mundo que fala isto, não sou eu quem está falando.

Então, eu acho que alguns programas especiais muito bem conduzidos e avaliados seriam importantes para a esclerose lateral amiotrófica. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu prestei atenção ao que disse o Dr. Gerson, pesquisador, cientista, que cuida disso. Quando a pessoa recebe um diagnóstico, Dr. Gerson, já é, eu diria, um choque. É um choque ouvir "você tem câncer, e esse câncer é letal."

Então, o senhor repetiu várias vezes que vai morrer, que o paciente vai morrer. Eu prefiro, Dr. Gerson – talvez o médico tenha uma visão muito real disso –, dizer que essa doença é uma das doenças raras que têm, digamos, um tempo de vida entre o diagnóstico e a sequência da vida da pessoa portadora de um ano e meio ou dois anos.

Nossa obrigação é fazer com que, nesse período, a pessoa tenha uma boa qualidade de vida. Eu acho que essa é a grande...

Eu vou só lhe dar um caso de um paciente para quem um médico disse – e isso vai depender também do que o senhor defende, a pesquisa –, lá no interior do Rio Grande do Sul, em Ijuí... Um paciente, o Afonso Haas, foi diagnosticado com câncer de pulmão e lhe foi dito que ele poderia ter poucos meses de vida. Esse era o diagnóstico. Ele entrou num grupo de pesquisa e está, há três anos, convivendo com uma vida regular com a família.

É só para mostrar claramente o que significa isso. E eu acho que isso é um direito de todo cidadão com isso... A pessoa pode... Aqui há caso de 10 anos, de 3,5 anos. Mas que sejam 20, 15, 5 anos, e que a pessoa fique... Com o ELA, o intelecto, a capacidade da pessoa fica inalterada; ela tem um problema físico, neurológico, de contração muscular e ela vai chegando a uma situação bastante crítica no final da doença, na fase final.

Eu acompanhei o processo do Sinval Guazzelli, que foi realmente muito rápido. Ele vinha para a Câmara de cadeira de rodas, e foi muito difícil. Ele até brincava com a doença, porque tinha que ser carregado. Um dia,

ele subiu uma escada e disse assim: "O cara deve dizer 'o coitado deve estar bêbado, porque há duas pessoas para o carregarem!'". Ele brincava com a doença, porque era uma forma de superá-la.

Então, é necessário melhorar a qualidade de vida. Dizer que vai morrer? Eu acho que é uma coisa para quem é... É necessário melhorar a qualidade de vida. Essas pessoas têm o direito de melhorar a qualidade de vida, porque elas sofrem muito.

Segunda questão. V. Exª falou... E eu queria comunicar que fui Relatora, com muita honra, na CAS, em caráter terminativo, de um projeto do ex-Senador, agora Ministro Tribunal de Contas, Vital do Rêgo, da Paraíba – casualmente, o senhor citou o Patrick, que é gaúcho, mas mora na Paraíba –, sobre as doenças raras e os medicamentos órfãos, porque essas doenças não têm uma medicação, digamos, comum que está no mercado. Essa matéria já foi aprovada, definindo as regras sobre isso, e o Governo, o Ministério da Saúde já tem, hoje, uma política para as doenças raras, mas não abriga todos esses detalhamentos do acesso a esses medicamentos.

Então, a matéria já foi para a Câmara dos Deputados agora – foi aprovada nesta semana –, e o Senado, a Mesa está encaminhando para a Câmara dos Deputados. Fui a Relatora da iniciativa do Senador Vital do Rêgo.

Estive visitando a Apae, em Ijuí também, numa audiência pública, e recebi mães de doentes que precisam não de uma medicação, mas de uma alimentação que o mercado internacional – os especialistas devem saber mais que eu, porque sou apenas uma Senadora que cuida de entender – chama de *medical foods,* que é uma comida que têm destinação específica para aquela doença.

Vi um jovem, lá na cidade de Capão da Canoa, no Rio Grande do Sul, que tem essa doença e cuja alimentação tem que ser desse tipo.

Como a mãe não tem condição de comprar, porque ela é importada e é muito cara no Brasil – vou fazer um projeto para desonerar a produção desses produtos –, ele come maisena, que é o único produto que ele pode consumir. Agora, a maisena provoca outras sequelas. O menino está com 13 anos e gordo, ele engordou, porque ele tem que comer, de três em três horas, maisena, que é a única coisa que ele pode comer.

Então, sobre essa matéria, Dr. Gerson – eu vi que o senhor a conhece muito – só tenho restrição quanto a dizer que vai morrer. Ele tem esperança de ter uma qualidade de vida melhor. Não é para... É só porque choca a pessoa ouvir que ela vai morrer.

O SR. GERSON CHADI – Como o próprio Sthanley colocou aqui, Senadora Ana Amélia, quando o paciente recebe o diagnóstico pelo seu médico, ele já sabe o que ele tem, porque ele tem acesso, ele pesquisa na internet, ele acha, ele lê, ele já sabe tudo. Então, tenho com eles o pacto da verdade, porque é através da verdade, através da clareza que a gente consegue mobilizar, a gente consegue trazer para a Nação o que de fato é necessário. Necessário, neste momento, é lutar, a todo custo, para a melhoria da qualidade de vida. (*Palmas.*)

Por quê? Porque a melhoria da qualidade de vida é que vai fazer com que o indivíduo aumente a sua expectativa de vida. E eu digo isto claramente: eu sou um dos maiores adeptos da ventilação precoce, mas da ventilação precoce bem indicada, com exames, porque sabemos que isso aumenta a qualidade de vida.

Nós estamos com um problema lá. Nós temos, na cidade de São Paulo, um único centro que distribui BiPAPs, que é vinculado ao Hospital São Paulo. Tudo tem sair de uma instituição e ir para outra, e você não sabe o que está acontecendo... Aí, muitas vezes, o paciente diz: "Eu fui para lá, e demorou. Eu não vou outra vez!". Mas ele precisa ir.

Nós lutamos por isso, Senadora Ana Amélia, porque a gente espera que, com esse aumento da qualidade de vida, levando à sobrevida, os pacientes tenham, se Deus quiser, a oportunidade de ver medicamentos mais efetivos para eles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem.

Eu queria solicitar a todas as organizações que cuidam, que se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu queria comentar só algumas pequenas questões que acho que são relevantes para o conjunto.

Primeiro, em relação à questão que o Dr. Gerson levantou, eu queria ponderar só dois aspectos: primeiro, a tramitação na Anvisa e na Conep é inteiramente independente, pode ser feita em paralelo, não há sobreposição de tempos; e, segundo, sobre a questão do uso compassivo, o que o Sistema CEP/Conep pede é apenas uma comunicação. Não existe apreciação, no Sistema, nem nos CEPs, nem na Conep, sobre o uso compassivo de medicamentos. Nós temos, inclusive, uma carta circular sobre essa questão que é bem clara nesse aspecto.

Mas estou me referindo a isso não é tanto para responder ao senhor, mas mais no sentido de dizer que me parece que estimularmos o diálogo entre todas as partes sobre essa questão é a questão fundamental, porque eu sinto que ainda há muita coisa que não se conhece bem de ambas as partes: nós não conhecemos plenamente o seu trabalho e o senhor não conhece plenamente o nosso trabalho. Então, esse esforço de diálogo nós temos procurado fazer.

Eu estive visitando vários hospitais recentemente – estive, no mês passado, no Hospital Einstein e no Incor –, estarei, na quarta-feira, no Hospital das Clínicas e estou inteiramente aberto para conversar com todos os segmentos, porque acho que esse esforço de conseguirmos integrar as experiências é muito importante, e isso vale também para as associações de patologia. Foi um grande prazer ter conhecido vocês pessoalmente aqui hoje e foi muito importante, uma experiência muito rica.

Sobre a colocação que a Cecília fez e também sobre essa polêmica de afirmar se o paciente vai morrer ou não, eu queria comentar o seguinte: se a gente for pensar bem, uma das poucas certezas que a gente tem é de que todos nós vamos morrer. Se o fato de que a pessoa vai morrer for critério para não tratá-la, nós vamos chegar a uma coisa inteiramente absurda. Não tem pé nem cabeça uma coisa dessa, certo?

É claro que, inclusive pelo exemplo que a luta de vocês representa para a sociedade, as pessoas merecem ser tratadas. E o SUS precisa atender essas questões e dar uma resposta. Então, quanto a isso, parece-me claro que não é motivo para não se fazer tratamento. De jeito nenhum! Seria uma coisa inteiramente descabida usar isso como critério para não tratar pessoas.

Por último, eu só queria dizer mais uma última coisinha. Em relação a sua colocação sobre corrupção, eu estou inteiramente de acordo, sou inteiramente solidário, acho que é uma vergonha o que fizeram com a Petrobras, mas eu queria chamar atenção para outro aspecto que me parece muito relevante também nessa questão do financiamento: não está faltando dinheiro; o que está acontecendo é que o dinheiro está sendo deslocado de uma utilização para outra. Cada aumento de juro que é feito... O aumento de 1% na taxa de juro representa R$27 bilhões a mais de despesa para o Governo. Então, como, de novembro para cá, o juro cresceu 2,25, isso significa que a despesa do Governo com juros aumentou R$63 bilhões. Aí a gente vai ver por que se cortou R$12 bilhões da saúde, cortou R$10 bilhões da educação, porque se cortou o dinheiro das viúvas, dos desempregados, etc. É porque se está pagando essa conta.

Mas qual é o resultado prático disso? A inflação só faz subir. Eu não vejo nenhum efeito razoável do que está acontecendo, tirando-se dinheiro daquilo que são as necessidades básicas das pessoas: de saúde, de educação, etc. E, ao mesmo tempo, o lucro dos bancos cresceu 25% no primeiro trimestre.

Então, nós estamos drenando recursos para quem já tem muito e tirando de quem não tem. Isso me parece uma coisa equivocada, um caminho errado. O melhor jeito de a coisa ir para frente não pode ser esse, porque a situação das verbas do Ministério da Saúde hoje em dia é dramática: está faltando dinheiro para todo lado. Essa é que é a situação bem concreta. E isso não precisa ser desse jeito. Esse corte de R$12 bilhões nas verbas do Ministério está começando a causar o fechamento de hospital, por essa situação de não haver dinheiro para as coisas mais básicas, para remédio, etc. Essa é a realidade, e a tendência, parece-me, inclusive, é piorar.

Nós precisamos ter uma política diferente nessa questão do financiamento da saúde. Acho que isso é fundamental para que se possa encarar realmente o desafio que está colocado, que é o de oferecer uma atenção decente para as pessoas que estão precisando, e muito! Essa é a realidade.

Então, eu queria agradecer ao Senador Capiberibe e agradecer também ao conjunto dos participantes da Mesa, do Plenário. Acho que esta experiência foi muito positiva. Estamos abertos para continuá-la, para continuarmos conversando, e vamos trabalhar no sentido de construir caminhos comuns para que a situação de vocês tenha a atenção que é merecida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Dr. Jorge. V. Sª acaba de abrir uma possibilidade de a gente trazer para a Comissão Direitos Humanos o debate sobre a dívida pública relacionada a direitos humanos. Eu acho que é importante.

Eu vou fazer um requerimento, na próxima sessão, pedindo uma audiência pública para debatermos a dívida pública do ponto de vista dos direitos humanos. O valor de 45% de toda a arrecadação da União é destinada à rolagem, pagamento de serviço e juros da dívida pública. Então, acho que V. Sª tem razão: temos que trazer esse debate para a Comissão Direitos Humanos, mas analisando do ponto de vista dos direitos que são negados, em função de que o dinheiro está sendo desviado para, entre aspas, honrar esse compromisso da dívida pública.

E, sobre a questão da morte, Dr. Gerson, eu já ressuscitei duas vezes. (*Risos.*)

Numa delas, eu acordei com as mãos queimadas, porque, antigamente, quando a criança morria, colocavam vela na sua mão. Era um costume cristão. Eu acordei com a mão toda queimada. Mas eu só descobri que tinha segurado uma vela, já morto, durante algum tempo, muitos anos depois.

Então, a esperança realmente é uma coisa que tem que ser cultivada, e tenho certeza de que nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Olhem só! Com nove anos! Deve ter segurado a vela que eu segurei, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não foi preciso vela. (*Risos.*)

No meu caso, eu descobri, porque eu estava com a mão queimada. E disse: "Mas como é que pode a minha mão toda queimada?" Aí, um dia, a minha irmã me revelou.

Eu queria registrar a presença do Elias Pereira da Cruz, representante do gabinete pessoal da Presidência da República.

E a última intervenção, Dr. Gerson.

O SR. GERSON CHADI – Em relação à Conep, eu incentivei muito a presença da Conep nesta audiência pública.

Não são todos os projetos que chegam aos CEPs que têm que ir para a Conep. Eu tive impressão de ter visto ali projetos clínicos que poderiam ser analisados dentro das CEPs, dos comitês de ética locais, sendo transferidos para a Conep. Não sei se foi uma... Se isso ocorre, a Conep fica sobrecarregada.

Até, sobre a própria célula-tronco, fico curioso acerca de qual é o tipo de manipulação, abordagem, desse protocolo. Preciso saber disso, porque, referindo-se à utilização autóloga de células-tronco, poderia ser avaliada pelos CEPs, e aí a responsabilidade fica, de fato, no CEP.

Não sei até que ponto existe um esclarecimento do CEP quanto àquilo que pode ser avaliado localmente e àquilo que precisa ser mandado para a Conep.

O SR. JORGE ALMEIDA VENÂNCIO – Eu acho interessante a sua colocação porque, no quadro que eu trouxe, pegando 2014 e 2015, houve um projeto que passou na Conep, foi aprovado na Conep, e houve 34 que foram aprovados nos CEPs, que estão naquela lista toda. Inclusive, estou achando que o interesse de vocês não deve ser só o da Conep, deve ser sobre todos os 35, porque é importante conhecer tudo que está sendo feito nessa área. Então, isso eu acho importante registrar.

Deve ter havido algum critério para ir para a Conep. No caso, eu não sei exatamente, porque eu não conheço esse protocolo com detalhes. Ele já foi aprovado há quase um ano, não me recordo, mas a gente poderia checar, mas lembro que, se o CEP fica inseguro na sua decisão e pede uma segunda opinião da Conep, isso é suficiente para que ele venha para a Conep. O que não pode é vir para a Conep e demorar um tempão. Se respondermos em 60 dias, como estamos fazendo, aí eu acho que é uma coisa razoável.

E nós já estamos em consulta pública também sobre o projeto que extingue a dupla análise. Quer dizer, os projetos que vão ser analisados nos CEPs, que vão ser certificados, para assumir a função da Conep, vão deixar de passar pelo comitê de base. Eles só vão ser analisados no CEP, certificados, e vão deixar de ter dupla análise também no Sistema, exatamente para ganhar mais velocidade na análise das coisas.

Acredito que vamos estar com isso implementado até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Obrigado aos convidados que atenderam ao nosso convite para participar desta audiência pública.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, com sua contribuição valiosa para este debate.

Agora, eu gostaria de encaminhar, para que possamos finalizar a audiência, solicitando a todas as entidades que trabalham com os portadores de ELA uma lista de prioridades sobre o que nós podemos fazer, uma lista contendo o ponto número um quanto ao avanço da doença, o que é fundamental para que possamos pressionar, porque é papel do Parlamento pressionar e acompanhar de perto aquilo que é de interesse da sociedade junto ao Governo, ao Poder Executivo.

Então, do ponto de vista de encaminhamento de projeto de lei também, o que é possível, o que é mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Podem encaminhar para a Comissão ou diretamente para o meu gabinete. Você pode encaminhar para o meu gabinete essas listas de prioridades. E aí nós vamos, na medida do possível, compartilhar com os nossos pares aqui, no Senado, para dar encaminhamento. A gente sabe que, no País, nem sempre as leis são cumpridas, mas, sem elas, nem judicializar seria possível na hora necessária, na hora da urgência. Se não houver a lei, não há nem como judicializar um direito ou uma demanda de um cidadão.

Portanto, eu solicito que nos encaminhem, porque aqui a gente pode... Já falei que a Cristiane está lá no nosso gabinete, e o Agostino está aqui, na Comissão Direitos Humanos...

Assim, agradeço, mais uma vez, às equipes da TV Senado e da Rádio Senado, que transmitiram diretamente esta audiência, que é importante e esclarecedora. A Comissão de Direitos Humanos aborda temas, muitos deles, invisíveis diante da sociedade. Na medida em que a gente promove esses encontros aqui, eles vão aparecendo, e daí vão surgindo algumas soluções para os graves problemas que nós sempre abordamos aqui, na Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 14 DE JULHO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Omar Aziz e Vicentinho Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 101, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "Saúde e Terceirização". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ivone Martini, enfermeira; Luciano da Silva, Conselheiro Federal de Enfermagem – COFEN; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL; Eurídice Ferreira de Almeida, membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Joana Batista Oliveira Lopes, Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas e Coordenadora da Comissão de Saúde da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; Valdirlei Castagna, Coordenador do Fórum Nacional da Enfermagem; Shirley Marshal, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; Ana Lúcia Firmino, Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Enfermeiros de SP; João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTSenf; José Antonio da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos em Enfermagem – ANATEN; Ademir Portilho, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; e Patrícia Borges da Silva, representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA. O Senhor presidente lê mensagens recebidas pelo portal e-Cidadania. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Omar Aziz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 101, de 2015 – CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema Saúde e Terceirização.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Como a audiência é transmitida pelo Sistema de Comunicação do Senado, tanto pela TV, como pela internet e pela Rádio Senado, vamos fazer aqui uma pequena introdução sobre o tema que será palco do debate no dia de hoje e depois faremos duas Mesas.

Em seguida, chamarei as Mesas.

Saúde e Terceirização.

Nós últimos meses, temos ouvido relatos que nos preocuparam muito em cada Estado pelos quais passamos, já que estamos fazendo este debate nos 27 Estados.

Já fui a oito Estados. Histórias de desalento, abandono e uma situação de desespero de trabalhadores terceirizados e daqueles que poderão também ser terceirizados, que demonstram já sua preocupação.

Hoje, retornamos a esta Casa, para debater a tão falada terceirização, que está escrita no PL 30, de 2015.

Contamos, neste momento, com a sensibilidade de cada Senador e Senadora. Temos rodado em cada Estado, já fomos a São Paulo, ao Rio Grande do Sul, a Belo Horizonte. Já fomos ao Paraná, a Santa Catarina, como dizia antes, a São Paulo, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro, a Pernambuco.

O quadro que se pinta com o risco da aprovação desse PL preocupa a todos. A médio prazo, pode-se chegar a um cenário tenebroso: escola sem professores, ou seja, todos terceirizados; lojas sem vendedores, todos terceirizados; e o pior, hospitais com seu corpo de atendimento todo terceirizado.

Seria um exagero? Creio que não. Mesmo com as restrições atuais, que proíbem a terceirização para atividades-fim, em 2010, segundo pesquisa do economista Marcio Pochmann, para cada grupo de seis empresas, já havia um estabelecimento sem empregado formal, ou seja, para cada grupo de seis empresas, com certeza um desses estabelecimentos já não tinha nenhum empregado formal.

Além de ganhar menos, o funcionário terceirizado é tratado como trabalhador de aluguel facilmente descartável.

Destacava Pochmann, na pesquisa citada, que a taxa de rotatividade da mão de obra terceirizada no Estado de São Paulo foi 63,6%, o que significa que, a cada 100 trabalhadores que entraram na rotatividade, admissão e admissão, quase 70 eram de empresas terceirizadas.

Segundo esse estudo, quase 100% do corpo funcional de uma empresa terceirizada é trocado no prazo de dois anos. Repito: Segundo o estudo, 100% do corpo funcional de uma empresa terceirizada é demitido no prazo de dois anos.

Além disso, pesquisa feita pelo Dieese mostra que, oito, em cada dez acidentes de trabalho, ocorrem em empresas terceirizadas. Quanto às mortes, a mesma coisa: a cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas.

Já falamos dessa situação inúmeras vezes, mas neste momento o que nos traz ao debate, no dia de hoje, é saber que, no serviço de saúde, essa precarização pode significar um problema de saúde pública, ou seja, está em xeque a vida das pessoas.

Para termos um exemplo, segundo levantamento, há aproximadamente 2 milhões de enfermeiros no País hoje, profissionais que atuam diretamente na preservação de vidas. Bem sabemos que a rotina de plantão, o excesso já são dificuldades para os profissionais dessa área, mas imagino que seja possível a terceirização total do quadro de funcionários.

Quais as consequências? Quantos empregos podem ter um enfermeiro, com seu salário ainda cortado em 30%? Como esperar que um profissional como esse não assuma riscos ainda maiores sobre a vida de outros pelo medo de ser admitido sem qualquer direito adquirido?

Na saúde pública – nós poderíamos aprofundar o debate aqui, por horas e horas –, a contratação de organizações sociais chamadas de OS ou OSCIP são formas de realizar essas contratações por gestões de serviços públicos de saúde, evitando-se, assim, a contratação por concurso.

Enfim, essa precarização do serviço público e da qualidade da saúde joga, a cada dia, mais servidores em piores condições de trabalho, desmotivando os trabalhadores da área a atuarem em serviços à população.

Esse abandono dos serviços nos prontos-socorros e em outras unidades ambulatoriais promove ainda mais o crescimento do problema que observamos, pela falta de profissionais nos postos de todo o Brasil.

É hora de refletirmos nessas e em outras questões e, assim, protegermos este direito humano básico da saúde, que a nossa Constituição defende, para que a terceirização não leve profissionais e pacientes a risco e para que a vida de trabalhadores da saúde e de milhares de pacientes não seja atingida por esse pacote de maldades da terceirização.

Repetimos, como temos feito em todos os Estados: "Não, não à terceirização". Que as paredes do Senado ouçam as vozes do povo, dizendo "não" à terceirização, "não" ao trabalho escravo, "não" à precarização do trabalho.

Nós vamos agora montar, depois dessa rápida introdução, a primeira Mesa.

Chamamos a Drª Ivone Martini. A Drª Ivone Martini é enfermeira. (*Palmas.*)

Luciano da Silva, Conselheiro Federal de Enfermagem do Cofen. (*Palmas.*)

Eurídice Ferreira de Almeida, membro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como? Pode ajustar. Como é?

Eurídice. Eurídice Ferreira de Almeida, membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). É isso?

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz Vice-Presidente da Anamatra.

Palmas para o Guilherme, que tem viajado conosco pelo País todo, explicando a maldade da terceirização. (*Palmas.*)

Joana Batista Oliveira Lopes, Presidente da Federação Nacional de Odontologistas e Coordenadora da Comissão de Saúde da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). (*Palmas.*)

Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboristas. O Maximiliano é o Coordenador do fórum e está organizando os eventos nos Estados, de que estamos participando diretamente – de todos eles.

Nós vamos, de imediato, porque já fiz uma pequena introdução, passar a palavra para a Drª Ivone Martini.

O tempo combinado é de dez minutos para cada um. Como são duas Mesas, vou pedir que ninguém ultrapasse o tempo de dez minutos.

Segundo me foi solicitado, somente a uma apresentação, a da Drª Ivone, nós daríamos um tempo maior.

Então, Drª Ivone, a senhora vai dispor do dobro do tempo, conforme entendimento feito. A senhora tem dez minutos. Com mais dez... Mas aos outros convidados todos vamos ter de fazer um apelo, porque são duas Mesas, e falarão 12 pessoas: fiquem exatamente nos dez minutos.

Seja bem-vinda. Bem-vinda.

A SRª DRA. IVONE MARTINI – Alô... Está ligado agora?

Pediram para eu falar daqui, porque não há microfone, e é preciso falar no microfone.

Foi pedido que eu preparasse alguma coisa sobre terceirização e saúde. Vou começar, então, com a terceirização, com os conceitos básicos, só para a gente poder se situar direitinho.

Então, a terceirização é o processo de transferência da execução de serviços de uma empresa para outra empresa. O principal objetivo é a redução de custos e uma maior flexibilidade na gestão do trabalho em termos de contratação e demissão.

O resultado é uma intensa precarização do trabalho, como já nos falou, na sua fala inicial, o Senador Paim; para os trabalhadores, rebaixamento de salário é uma consequência, direitos, instabilidade no emprego, incremento das situações de risco e aumento de doenças e acidentes de trabalho, inclusive fatais.

Essa situação cria, se a mesma empresa tem terceirizados e contratados, castas diferenciadas entre os trabalhadores.

Ao parcelar o processo de trabalho e as situações de risco entre várias empresas, a terceirização modifica a própria natureza do trabalho, dilui a responsabilidade com as obrigações trabalhistas entre vários empregadores com capacidades tecnológicas e financeiras distintas. Assim, condições de trabalho desiguais.

O risco da empresa nunca é terceirizado. Então, o próprio trabalhador da empresa e o terceirizado estão sob aquele mesmo risco. Eles passam a ser negligenciados pelas redes de empresas que compõem os processos produtivos, contribuindo para invisibilizar ainda mais os acidentes e as doenças do trabalho.

Em 2013, nós tínhamos esta situação, em relação à fonte Dieese, quanto à remuneração dos trabalhadores terceirizados e à diferença entre os contratantes: os terceirizados estavam ganhando quase um quarto menos do que os contratados e, na jornada semanal, estavam trabalhando três horas a mais.

Como o próprio Senador falou, dois anos e sete meses só, o tempo em que eles ficavam. Então, *turnover* muito grande com... Olhem lá: a taxa de rotatividade, quase 65%.

Aqui foi um trabalho de um auditor fiscal do trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego: trabalhadores terceirizados em condições análogas ao trabalho escravo, o que foi detectado de 2010 a 2013. Então, terceirizados resgatados, no total, 2.998, quase três mil, contra 550 dos contratados.

Aqui, na construção, no setor da construção, acidentes fatais dos terceirizados em relação aos contratados. Então, dos terceirizados há 30 óbitos contra quatro dos contratados.

Aqui, no setor elétrico, a lista verde são os acidentados próprios da empresa, e a lista vermelha, bem mais acima, é a dos acidentados dos terceirizados. Então, isso é para vocês verem que o número de acidentes é muito superior nos terceirizados. O terceirizado não tem aquela preocupação com a segurança do seu trabalhador.

Na Petrobras, 84% dos acidentes de trabalho que ocorrem são com terceirizados contra 16% dos contratados. Isso é o que coloca o que falamos: a precarização do trabalho. Precarização do trabalho, com aumento de risco à saúde e à segurança do trabalhador terceirizado.

Agora, eu entro um pouquinho para falar na terceirização e saúde. Primeiro, quero dizer que sem trabalho não há lucro. Essa é uma cultura que nós mesmos, trabalhadores, temos que nos convencer dessa verdade e mudar. Porque o trabalho tem que deixar de ser considerado custo. O trabalho é investimento. Quando você remunera um trabalhador, você está investindo para que ele dê para você lucro de volta. Então, essa é a cultu-

ra que nós temos que começar a formar. Trabalhador é investimento. Trabalhador não é custo. Sem o trabalho, não há lucro, não há progresso, não há evolução da sociedade.

Aqui, mergulhando direto na saúde, a saúde precária que nós temos aqui, tanto a privada como a do SUS, 59% dos pacientes não recebem o cuidado como mereceriam. Um a cada sete pacientes tem um evento adverso, que vai desde aquele evento adverso que não causa dano ao paciente até aquele que causa óbito e que a mídia gosta de fazer sensacionalismo em cima. Quatro por cento de todos que se internam sofrem lesões advindas do próprio tratamento, que devia curá-lo.

As mortes causadas por esses acidentes e eventos adversos da saúde são comparadas com o número de mortes por veículos automotores, câncer de mama e AIDS combinados. Mais pessoas morrem por eventos adversos do que por acidentes de trabalho. Oito por cento desses pacientes têm desfechos desfavoráveis, que poderiam ser preveníveis. Mais de 32 mil desenvolvem uma infecção pós-operatória e outras complicações que poderiam ser preveníveis.

A maior parte dessas ocorrências poderia ser evitada. No Brasil, da incidência que nós temos, quase 70%, 66,7%, poderiam ser evitáveis se nós tivéssemos condições adequadas e seguras para o paciente. Mas isso não ocorre só no Brasil, isso ocorre no mundo todo, em alguns países, com mais frequência, em outros, com menos frequência.

Os serviços hospitalares absorvem 70% do gasto com a saúde. Nosso hospital típico brasileiro – eu vou mostrar os dados para vocês – é um hospital de pequeno porte, de baixa complexidade, e tem apenas 34% de eficiência se comparado aos maiores do País. Nossa gestão dos hospitais ainda não está profissionalizada.

Aqui alguns trabalhos que eu trouxe para vocês verem que não é só no Brasil. Nos Estados Unidos, 3,7% dos pacientes sofreram efeitos iatrogênicos derivados de atuação médica durante sua permanência hospitalar; 19,4% por causa de medicamentos; 45% dos casos considerados preveníveis.

Outra situação, estudos comprovados: 6,5% dos pacientes sofreram um evento adverso por medicamento e um terço disso por erro de medicação. Eles aumentaram o custo médio em U$4,7 por paciente, e representava um custo de U$2,8 milhões para um hospital de 700 leitos.

Aqui um outro estudo. Também erro de medicação. São os de maior magnitude, mas nós temos outros erros relacionados ao cuidar não só de medicação, e, aqui, ocasionam sete mil mortes anuais.

Aqui um outro estudo, esse na Espanha, também demonstrando que a qualidade da assistência está relacionada diretamente com esses eventos adversos.

A qualidade não melhora sozinha. É a primeira coisa que está sendo dito aí. A má qualidade é ineficiente. Os custos da má qualidade são enormes. A melhora da qualidade precisa de uma atenção específica, contínua e metodologicamente classificada.

Aqui são os nossos hospitais, esses dados são de 2013. Nós temos 6.313 hospitais, sendo que 4.773 são hospitais de pequeno porte e baixa complexidade e que não têm recursos para grandes investimentos. Médio porte são 862, e grande porte, 657. E, além disso, existem alguns hospitais considerados extragrandes. E, de excelência mesmo no Brasil, nós temos seis hospitais somente, no Brasil todo, considerados de excelência. Cinco estão em São Paulo e um no Rio Grande do Sul.

Estão diretamente relacionadas ao número de leitos a eficiência e a qualidade do serviço. O ideal seria um número de leitos de 150 a 200 para uma boa gestão.

Aqui, um trecho de um livro que foi idealizado pela Fiocruz, como referência para o curso de Especialização em Saúde do Paciente, que diz:

> A pressão para que o profissional da saúde produza mais, em empresas privadas, em tempo mais curto, para reduzir custos, e as superlotações de serviço de emergência do SUS são exemplos bastante corriqueiros neste País de condições de trabalho que causam intenso sofrimento aos profissionais da saúde e podem ser responsáveis por eventos adversos.
> Muitos artigos têm sido publicados mostrando a alta frequência da síndrome do esgotamento profissional (*burn out)* em todos os profissionais, e, em particular, entre enfermeiros e cirurgiões. Transtornos que atingem a saúde mental do profissional da saúde são considerados importantes fatores contribuintes do erro e dos eventos adversos.

Então, aqui nós não falamos só do trabalhador, da precarização e do adoecimento. Nós estamos falando do paciente, que se interna para ter sua saúde restabelecida, e, nessa interação, ele sofre um evento adverso, às vezes um agravamento da própria doença, às vezes adquirindo outra doença.

O Brasil é signatário da Aliança Mundial para a Segurança do Paciente, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde desde 2004. E o objetivo principal dessa Aliança Mundial é instituir medidas que aumentem a segurança do paciente e a qualidade dos serviços de saúde.

Esta é a Portaria do Ministério da Saúde nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Em seu artigo 4º, item VI, diz especificamente como objetivo:

> VI – gestão de risco: aplicação sistêmica e contínua de iniciativas, procedimentos, condutas e recursos na avaliação e controle de riscos e eventos adversos, que afetam a segurança, a saúde humana, a integridade profissional, o meio ambiente e a imagem institucional.

Esse Comitê Nacional de Segurança do Paciente, do qual eu faço parte, representando o Conselho Federal de Enfermagem, existe até hoje – sexta-feira mesmo estaremos reunidos –, e temos empreendido muitas iniciativas com o objetivo de diminuir a incidência desses eventos adversos no paciente. É nossa preocupação essas questões relacionadas às condições de trabalho, às condições ocupacionais e à diminuição dos riscos.

Esta Portaria nº 529, de 2013, cita como conceito de segurança do paciente uma mudança de cultura, a formação de uma cultura na qual todos os trabalhadores, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores, assumam responsabilidade pela sua própria segurança, pela segurança dos seus colegas, pacientes e familiares. Cultura que prioriza a segurança acima de metas financeiras e operacionais.

Cultura que encoraja e recompensa a identificação, notificação relacionados à segurança, que, a partir da ocorrência de incidentes, promove o aprendizado organizacional e proporciona recursos, estrutura e responsabilização para a manutenção efetiva da segurança.

Esse é o PL nº 4.330, de que estamos falando, e que trás, no §3º do art. 4º, que "é vedada a intermediação de mão de obra, salvo as exceções previstas em legislação específica". Esse é um item que eu destaco, porque, de toda a leitura que eu fiz desse texto, é o único que eu vejo como positivo.

Muito obrigada, e, se tiverem alguma dúvida, eu posso atender. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Ivone Martini, que fez a exposição de abertura, com dados que não deixam dúvida o mal que faz a todos a terceirização.

Agora nós vamos a um Conselheiro Federal de Enfermagem, do Cofen, Luciano da Silva.

Por favor, Dr. Luciano, por dez minutos.

O SR. LUCIANO DA SILVA – Obrigado, Senador, em seu nome eu parabenizo todas as autoridades. Quero parabenizar o Senador pela chamada da audiência pública, em nome de quem eu parabenizo a todos os componentes da Mesa. Quero parabenizar, aqui, o nosso Coordenador do Fórum de Enfermagem, Castagna, todos os componentes do Fórum de Enfermagem que estão aqui, todos os componentes, dirigentes das entidades aqui presentes, companheiros do Coren-São Paulo aqui também presentes, conselheiros lá da Regional de São Paulo, e todos os trabalhadores aqui presentes nessa importante audiência.

Nós do Conselho Federal de Enfermagem vimos com muita preocupação essa questão da terceirização dos serviços de saúde. Nós temos dados alarmantes do nosso departamento de fiscalização, que nos indicam uma piora na qualidade da assistência, por conta da precarização e pelas más condições de trabalho que hoje os profissionais de enfermagem estão inseridos, por conta dessa terceirização, Senador.

Hoje, nós queremos trazer aqui, para reflexão, três aspectos. O primeiro é: a quem interessa a terceirização nos serviços de saúde? É uma coisa sobre a qual a gente precisa refletir. Eu queria chamar atenção aqui dos companheiros, dos colegas, para três segmentos que nós temos. Nós temos o capital e o mercado, que é quem vem brigando pela terceirização dos serviços, e nós temos os segmentos dos trabalhadores e usuários, e nós temos o governo.

Ora, nós sabemos que, para o mercado, para o capital, o produto final das suas relações é o lucro. O produto final que visam é ao lucro, e a gente tem que ser bem claro nisso, e não podemos esperar muita coisa. Podemos entender a questão do meio, como se chegar a isso, mas sabemos que o produto final do mercado ou do capital é o lucro. Nós temos, os trabalhadores, e os usuários do serviço, que o nosso produto final é o ser humano. O nosso compromisso é com a qualidade da assistência que nós prestamos e a saúde do ser humano no final, porque esse é o nosso produto. O produto do nosso trabalho é a melhoria daquele ser humano, daquele indivíduo que está sob os nossos cuidados. E nós temos também o segmento de governo, que também tem essa preocupação. O segmento do governo se preocupa também com a qualidade da assistência e com a saúde da população.

E eu queria chamar a atenção neste primeiro momento, já que nós estamos aqui no Senado Federal diante de autoridades públicas, para esse conceito, que trabalhadores, que usuários... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Fora do microfone.*)... comprometido com as causas populares, e ele que coordena o Petrônio Portela – deixe-me contar essa história para vocês, para descontrair um pouquinho –, e, de vez em quando ele diz: "Não, o Petrônio Portela não, porque é muito trabalhador lá", daí eu ligo para o Vicentinho, e ele diz "Coisa nenhuma, pode dizer que eu liberei". (*Palmas.*)

Que ele é que libera.

O SR. LUCIANO DA SILVA – O segmento Governo, seguimento trabalhadores e usuários têm que estar atentos e tem que estar muito unidos nessa luta contra a terceirização nos serviços de saúde, porque os nossos objetivos, como eu disse, são comuns: a qualidade, o produto final, a saúde, a saúde do usuário do sistema de saúde.

Nós temos alguns exemplos de como é ruim a terceirização nos serviços de saúde, que, hoje, chega, inclusive, à quarteirização e à quinteirização. O que está acontecendo hoje é que uma determinada OS pega o serviço, terceiriza aquilo que o poder público já tinha que estar fazendo, dentro dessa terceirização, ela quarteiriza e ela quinteiriza o serviço. E essa fragmentação do serviço de saúde, até como exposto aqui brilhantemente pela Drª Ivone, interfere diretamente na qualidade final, no produto final da nossa população que é atendida.

E deixo um exemplo bem claro aqui, dois, aliás. O primeiro são esses grandes hospitais. Os grandes hospitais hoje pegam a sua mão de obra, do próprio hospital, é uma mão de obra treinada, é uma mão de obra única, é uma mão de obra ali do hospital – e nós vemos as pessoas que, quando querem um bom atendimento, acabam procurando, a gente vê na mídia, vão a esses grandes hospitais –, porém esses grandes hospitais hoje estão fazendo a gestão de serviços de saúde. E cito exemplo tranquilamente do meu Estado de São Paulo. Então, grandes hospitais estão gerindo serviços de saúde.

E, olhe só, a parte deles, a parte do hospital é deles, porém, quando eles vão fazer a gestão do serviço de saúde, eles terceirizam. Aí, naquela unidade, naquele posto de saúde, naquela unidade de atendimento, naquele PA periférico que ele vai fazer a gestão, ali ele terceiriza, porque ali ele sabe que ele não tem um compromisso com a qualidade, até porque, ali, quem vai ser atendido é o povo, e é isso que é colocado nessa questão da terceirização, que é o povo que vai estar, mais uma vez, sendo prejudicado. E esse é um belo exemplo que a gente pode colocar aqui, é um exemplo que nos traz o nosso departamento de fiscalização, que está nos hospitais, que está indo fazer essa visita fiscalizatória e está ali detectando problemas.

E nós, Conselho Federal, entramos num entrave, porque nós somos um órgão, claro, no seu fundamento principal, de defesa da sociedade, nós temos que defender a assistência que está sendo dada à sociedade. Só que o que o nosso departamento está fazendo? Está em risco, porque as condições em que estão realizando o exercício e a forma como estão lidando com essas condições, as relações de trabalho, não permite uma boa assistente. Eu quero que vocês frisem bem isso. As condições e essa precarização acabam não permitindo uma boa assistência.

E é isso que está em jogo. E é por isso que eu coloco que, nesse primeiro ponto, para reflexão, governo, segmento trabalhadores e segmento usuários têm que estar bem unidos e bem atentos a essa questão da terceirização dos serviços de saúde.

Nós temos um outro exemplo de fracionamento que é muito ruim, que é a questão dos laboratórios. Então, uma empresa pega um serviço, ela vai gerir uma unidade de saúde, é colhido esse laboratório na unidade. Essa empresa, que já terceirizou, ela terceiriza o serviço de motoboy, depois terceiriza o serviço de interpretação. Olha a fragmentação disso. É uma fragmentação muito grande.

Quem está hoje numa unidade de saúde sabe o número de reexames que nós temos que fazer; qualidade final do atendimento. O número de reexames – é outra identificação que foi feita – número de reexames que nós temos que fazer por conta disso. São terceirizados os serviços do uso de laboratório e é terceirizado, inclusive, o serviço de motoboy. O mesmo cara que transporta o exame naquela loucura durante o dia, que tem que ser transportado numa condição diferente, é o mesmo baú que vai transportar pizza à noite, que vai transportar outra coisa na madrugada. É isso que está posto. Por quê? Porque o objetivo final é o tal chamado lucro.

Só que daí chamamos a segunda questão: qual é este lucro que é visto, principalmente no serviço público? Se nós temos uma cadeia de dois, três, quatro e até cinco empresários ligados, ora, todos sós sabemos que empresário não trabalha de graça, ninguém trabalha de graça. Então, quem pegou a OS para gerir, quem pegou aquela unidade terceirizada para gerir vai querer lucro. Se ele coloca um outro serviço dentro dessa OS terceirizado, esse terceirizador vai querer lucro. E o cara que transporta também vai querer lucro. Essa conta ainda não foi apresentada, é uma conta muito falada, mas que ainda não foi apresentada, de onde está o lucro.

E para concluir, meus amigos, nós, o Conselho Federal de Enfermagem, temos um posicionamento totalmente contrário à terceirização. Entendemos que essa história de terceirização nos serviços de saúde é como a fragmentação de um corpo. Então, você tem lá um corpo, você tem lá dois rins, você está lá com tudo funcionando direitinho. Aí chega alguém, numa bela hora, que fala: "Vamos fazer o seguinte, vamos tirar um rim teu, que está funcionando, mas vamos colocar uma outra coisa aqui que vai ser legal, a gente precisa otimizar, a gente precisa dar uma forma de..."

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUCIANO DA SILVA – Não vai funcionar. Se você está com o serviço funcionando, se você tem todo o processo de trabalho nas suas mãos, se você tem todo o sistema operacional contigo, para que você fracionar ou desmembrar algo que está dando certo?

Nós não podemos permitir e precisamos andar unidos trabalhadores, governo e usuários contra a terceirização nos serviços de saúde.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luciano da Silva, Conselheiro Federal de Enfermagem, do Cofen.

Queria registrar a presença conosco do Presidente da CNPL (Confederação Nacional das Profissões Liberais).

Eu já estava adiantando aqui que recentemente ele me convidou, o meu amigo Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, para fazer uma palestra lá para esses profissionais. Está com ele o Ricardo Nerbas, que é diretor também da CNPL. E, lá na confederação dos profissionais liberais, são profissões liberais, por unanimidade, eles foram contra o projeto da forma que veio lá da Câmara dos Deputados. Por isso, minhas palmas, aqui,... (*Palmas.*)

...ao Presidente, que vai poder usar a palavra no momento que ele entender mais adequado. E meu amigo Ricardo Nerbas, eu ainda quero, de novo, almoçar lá naquele teu sitiozinho lá – ele tem um sítio muito bonito lá no Rio Grande. Não é para contar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não era para contar? Então, retira do ar essa partezinha aí. Todos estão convidados para uma próxima vez.

Agora, depois da fala do Luciano, nós vamos passar a palavra ao Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (ALAL), Maximiliano Garcez.

Maximiliano é o coordenador do fórum, junto com ele nós estamos visitando todos os Estados. E para dizer, Maximiliano, que eu falei agora mesmo com o presidente da assembleia lá da Paraíba, e ele autorizou, então, que vai ser no plenário da assembleia. Uma salva de palmas para a Paraíba, pessoal. (*Palmas.*)

Agora, todos os Estados abriram a assembleia para a gente fazer o debate no plenário principal das assembleias. Todos. E eu destaco o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, e o último foi Pernambuco. Todos abriram para a gente fazer o debate na assembleia.

Para não ficar uma questão tendenciosa, vamos bater palmas a todos os 27 Estados. (*Palmas.*)

E aquele que não abrir, a gente vai aqui falar para ele e pedir para abrir.

Vai lá, Max.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia, pessoal. Obrigado, Senador, pelo convite, pela sua luta corajosa e brilhante contra o PLC nº 30 e contra a precarização em todas as formas. Quero cumprimentar todos os colegas na Mesa na pessoa da companheira Ivone e dizer que eu concordo integralmente com que a Ivone e o Luciano falaram.

Primeiro, essa nossa luta contra o PLC nº 4.330 e contra a terceirização na área da saúde está dentro de um contexto global de precarização, que é a guerra contra os sindicatos.

Isso aqui é uma capa da revista *The Economist,* que é o grande bastião do neoliberalismo mundial, e fizeram, dois anos atrás, uma edição especial dizendo quem são os inimigos do progresso no mundo, quem impede o avanço e o crescimento. Segundo eles, são os sindicatos, especialmente os sindicatos no setor público. E isso foi repetido e vem sempre sendo repetido há muito tempo pela mídia.

Há alguns anos, em uma minissérie da Globo havia um sujeito que, por acidente, vira presidente da República e decide combater a corrupção. E, na minissérie, quem que vai para a rua para defender a corrupção? As centrais sindicais. Então, esse ataque.

Agora, Senador, eu li, hoje de manhã, algo que eu fiquei estarrecido, que foram as exigências da Alemanha para que a Grécia possa receber novos financiamentos: liberar terceirização, liberar o trabalho aos domingos e enfraquecer a negociação coletiva. Então, isso que a gente está vendo aqui é parte desse pacotão.

Outra matéria aqui, da mesma revista, pergunta: por que tem que acabar com a CLT no Brasil? Porque a CLT amarra o empregador e o trabalhador e, daí, o Estado fica ali impedindo que eles negociem livremente. E é isso que a gente vê na área da saúde.

Aqui, Estados americanos que destruíram o sindicato no setor público na área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Interessantíssimo o início já da tua fala, mas eu tenho que liberar aqui, informar o pessoal, que, como há mais de cem pessoas aqui fora, o que é bom, é bom, nós liberamos o Plenário 9, que é bem aqui ao lado... (*Palmas.*)

...com telão para que todos possam assistir.

E mais uma vez, após algumas controvérsias, eu quero cumprimentar a segurança e a direção da Casa, que em nenhum momento está proibindo que trabalhadores entrem aqui. Às vezes, no plenário, não dá para todos entrarem. Alguns ficam bravos, eu ficaria também bravo se eu viesse de longe e não pudesse entrar, mas tem limite o plenário. No plenário não cabe mais de cem pessoas nas galerias, mas está sendo assegurada a entrada sempre o plenário e as comissões, para que todos possam assistir ao debate.

Então, o Plenário 9, com um telão aqui ao lado, está liberado, pela importância dessa audiência, que está debatendo saúde e terceirização.

Por favor, Max, continue.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador. Obrigado pela interrupção, que, então, eu me lembro de cumprimentar todos os trabalhadores diretos e terceirizados, cumprimentando-os na pessoa da eficiente servidora Mariana, que possibilitaram que essa audiência seja realizada sempre com a eficiência da CDH, no comando do Senador Paim.

Bom, o PLC nº 30, que escancara a terceirização, inclusive na área da saúde, não é mais um PL sobre terceirização. Aquilo que os empresários diziam "a gente quer terceirizar para poder focar na nossa missão principal, e aquilo que é acessório, que a gente não tem expertise, a gente terceiriza" não é isso mais. O PL permite terceirizar toda a empresa, um hospital sem funcionários, sem médicos, e, como o Luciano falou muito bem, permite que a empresa terceirizada vá passando trabalho para frente, quarteiriza, quinteiriza. Então, é o PL de aluguel de pessoas. É isso. Bem simples.

O trabalhador fica uma mercadoria; é como um carro, como um imóvel, como um animal, que se vende, troca e, quando não serve mais, joga-se fora. E também uma grande reforma trabalhista, destrói a CLT, vocês estão cansados de ouvir, o companheiro Guilherme vai expor isso com brilhantismo. E reforma política também, porque quem que é a grande força motriz, hoje, que tenta resistir a esse projeto neoliberal, de destruir os serviços públicos, destruir a saúde pública, e destruir a democracia? São os sindicatos. E, com o PL, o empregador vai escolher quem vai ser o sindicato que vai representar seus trabalhadores.

Vou contar aqui uma história, uma história real. Em 1981, havia um sindicalista muito combativo, lá em Canoas, no Rio Grande do Sul, que era presidente do sindicato dos metalúrgicos de Canoas. Ele enfrentou o patronato e conseguiu mudar radicalmente as condições de trabalho de lá, com greves e mobilizações. Esse sindicalista hoje virou o Senador Paim, o guerreiro do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Se nós tivéssemos lá atrás o PL nº 4.330 aprovado, bastaria eles dizerem: "Olha, o Paim está incomodando demais, vamos terceirizar toda a metalurgia aqui de Canoas, fatiar com empresas de outros setores, construção civil, isso e aquilo, que a gente escolhe os sindicatos mais fracos ou cria sindicatos-laranja e está resolvido. Acabamos com o Paim", e acabam com o povo brasileiro, e inviabilizariam todo o projeto de mudança do País, que foi implementado há vários anos. E é isso que eles querem. Não é só economizar, é ter poderes de destruir a classe trabalhadora, junto com o PL, junto com a PEC da redução da maioridade penal, para prender a nossa juventude trabalhadora, junto com financiamento privado de campanhas, para impedir que trabalhadores possam ser eleitos no Parlamento, tudo grande parte do pacote.

Agora, vamos entrar na área da saúde. Saúde e terceirização. Há vários estudos que mostram que o terceirizado tem muito mais acidentes, doenças, mortes, expectativa de vida menor.

E aqui, na área da saúde, quantidade de exemplos. Eu separei só alguns, mas tudo que acontece na área da saúde com hospitais terceirizados. Vou fazer uma síntese.

O hospital terceirizado é como um hambúrguer do McDonalds: faz mal para a saúde, custa caro, é só bonito na foto, mas é horrível na realidade. E aqui a gente está vendo. "Serviço terceirizado do Hospital Centenário custa três vezes mais que a contratação direta."

"Justiça bloqueia bens de acusado de repasses irregular a hospital."

Então, a terceirização, especialmente na área da saúde, é uma droga. Dizem que a maconha é uma droga que abre a porta para as outras drogas. Não é verdade. Mas a terceirização é uma droga de verdade, que, essa, sim, abre a porta para outras drogas no mundo do trabalho, que é a droga da precarização, é a droga da sonegação, é a droga da corrupção, é a droga do trabalho escravo, do trabalho infantil, do trabalho degradante. Uma grande empresa, quando quer fazer essas barbaridades, não faz diretamente. A Zara não fez isso diretamente. A Odebrecht não fez isso diretamente. Fez sempre com laranjas, terceirizadas, quarteirizadas.

"Em hospital terceirizado no Rio, funcionários ficam sem salários e pacientes sem refeições." Depois, quem quiser, eu disponibilizo a apresentação.

Ministério Público pedindo o fim da terceirização na área da saúde, lá no Amazonas, mostrando que servia como porta de entrada para a corrupção e aumentando índices, como a Ivone expôs, aqui, de infecção hospitalar, de problemas sérios.

Aqui, exemplos no mundo inteiro de corrupção com terceirização na área da saúde. Aqui exemplos norte-americanos. Aqui, um professor norte-americano, fazendo um estudo mostrando que os terceirizados têm problemas de saúde muito maiores do que os trabalhadores diretos. No México, o problema que é terceirização trouxe na saúde pública. Estados Unidos. Exemplos na Inglaterra aqui de como a terceirização na área de saúde vem prejudicando a saúde, que era muito eficiente até lá. Aqui, um estudo científico, dizendo as consequências da terceirização na área da construção civil.

Faz uns dois anos que o Senador me convidou para uma audiência pública aqui, tratando da terceirização, e, logo antes de mim, falou um empresário, que falou barbaridades, dizendo que a terceirização era boa para o trabalhador, que o trabalhador ganhava mais, umas mentiras que a CNI acabou de publicar um estudo repetindo as mesmas balelas. E eu disse, eu falei logo depois dele, eu citei uma música do Cazuza, que diz: "As suas ideias não correspondem aos fatos", mas hoje eu vou contar uma outra parte da música, que é: "A sua piscina está cheia de ratos". E a piscina da terceirização é isso mesmo, cheia dos ratos da corrupção, das mortes, do trabalho degradante, dos acidentes.

A minha associação, a Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas, nós fizemos nosso encontro anual do ano passado na Colômbia, em Medellín, e a Colômbia é o país que abraçou a terceirização da maneira mais radical, como querem os empresários mais conservadores aqui no Brasil. E lá me explicaram como é uma reclamatória trabalhista, 80% dos trabalhadores são terceirizados lá.

Você entra, Luciano, com a ação trabalhista. Depois de um ano, um ano e meio você consegue ter direito à documentação para descobrir quem que é a quarteirizada, porque você entra com a ação contra o quinteirizado. Tudo laranja, sem bens, sem nada. Depois que você descobre quem é quarteirizada, você tenta penhorar bens. Não consegue. Quem sabe com muito tempo você consegue acesso à documentação da terceirizada, e, quem sabe um dia, você descobre quem é o real empregador nessa grande salada que é.

E o PL permite exatamente isto: quarteirização e quinteirização expressa, permite, inclusive, que o empresário coloque alguém da família para comandar a terceirizada, permite que um ex-funcionário comande a terceirizada, permite que a terceirizada entre no Simples.

Vou contar uma historinha, aqui, que aconteceu há pouco tempo. Um empresário da área da saúde, na área de terceirização, que tinha um hospital com muitas mortes, morreu. Quem que me ajuda aqui? Depois que ele morreu, para onde que ele foi? Quem que ajuda aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Isso, foi para o inferno. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, foi para o céu. Não me deixa mal com o Homem lá em cima. (*Risos.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Chegando lá no inferno, ele já fez amizade com o diabo rapidinho.

Ficaram grandes amigos e o diabo foi levá-lo para ver o lugar mais especial que ele tinha no inferno, que era um grande salão cheio de relógios. Cada país tinha o seu relógio. E, então, o diabo explicou: "Olha, cada vez que um direito trabalhista é violado, o relógio começa a se mexer." Então, havia uns relógios indo rapidinho, alguns indo mais devagar. O empresário falou: "Olha que coisa mais linda, estou até arrepiado aqui de alegria. Adoro ver direito trabalhista violado."

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E o empresário perguntou:...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora eu o botei no inferno. Agora eu o botei no inferno. Não teve jeito. Até fui levando, mas agora não mais jeito.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – "Cadê o relógio do Brasil?", perguntou o empresário. O diabo falou: "Olha, sabe que aqui faz um calor infernal, não é? Então, eu coloquei o relógio no meu quarto, que eu estou usando como ventilador."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois dessa, tem trinta segundos para terminar.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – E se o PLC for aprovado, esse ventilador vai virar uma grande turbina de avião, e tenho certeza de que os companheiros aqui não vão permitir que isso aconteça.

Vou finalizar citando o José Simão, que sintetizou o que é terceirização no Brasil. Segundo ele, é quando o trabalhador vai para a terceira divisão. Eu acho que é exatamente isso.

Senador Paim, companheiros, parabéns pela bela luta da companheirada dos sindicatos do Brasil inteiro, das confederações contra a terceirização. Contem com o Fórum. E, finalmente, fazer um convite. De 24 a 28 de agosto, a minha associação, a ALAL, em conjunto com a Fundacentro, vai fazer um grande evento sobre saúde do trabalhador, terceirização e precarização em São Paulo. É gratuito. É só fazer a inscrição no site da Fundacentro.

Convido a todos para as audiências públicas que vão acontecer no Brasil inteiro, no comando do Senador Paim, e com apoio do Fórum dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, a próxima vez sendo no dia 21 em Fortaleza, depois, 22 em Natal, dia 23 em João Pessoa, dia 29 em Manaus, dia 31 em Boa Vista e assim por diante.

Obrigado, companheirada.

À luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bom, Maximiliano Garcez, Coordenador do Fórum e Diretor da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas.

Vamos lá para Eurídice Ferreira de Almeida, membro da Coordenação da Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

A SRª EURÍDICE FERREIRA DE ALMEIDA – Bom dia a todos e todas.

Senador, quero parabenizá-lo pelo trabalho, pelo empenho contra esse processo desastroso – esse trabalho está sendo feito no País inteiro –, saudar aqui, na figura dos outros oradores, toda a Mesa, em especial os trabalhadores e trabalhadoras presentes aqui, com um carinho maior à representação de todo o Brasil, Senador, na figura do Comando Nacional de Greve da Fasubra Sindical, que está lotando aqui... (*Palmas.*)

...as dependências desta unidade.

Bom, quero dizer que eu apoio a greve da Fasubra. Quero dizer que nós corroboramos totalmente com todas as outras falas anteriores.

Eu vou aproveitar mais esse espaço para tratar mais especificamente da nossa unidade, que são os hospitais universitários, que é uma das maiores vítimas desse processo de terceirização, quarteirização, quinteirização do País. É uma entrega do patrimônio público físico e profissional nas mãos da terceirização, da quarteirização.

Tudo começou com a dupla porta, usando a instituição pública com alguns encantos, alguns cantos de sereia, colocando entidades privadas por dentro dos hospitais universitários, onde eram utilizados, e ainda são, os nossos insumos, os serviços dos nossos profissionais, serviços qualificados dos nossos profissionais, em detrimento do atendimento público gratuito.

Muitas das vezes, reportando-me a historinhas, muitas das vezes o público ficou aquém do privado, dentro da mesma instituição. Se você vinha por via de um plano de saúde, você tinha todo o atendimento, e quem vinha por via do SUS não tinha nenhum, era-lhe negado o atendimento.

As nossas estruturas vêm sendo abaladas desde o PL da terceirização. Começou com as fundações público-privadas. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras, com apoio desta Casa e daqueles e daquelas que fazem esse coro pelo público, pelo Direito, pelo que está na Constituição Federal, vinha fazendo a sobrevivência.

Depois disso, nós tivemos o evento da EBSERH, que nos foi colocada garganta abaixo, com a desculpa da má administração. Mas a verdade é a seguinte: depois da instituição da EBSERH, o que era precário tornou-se inviável. Nossos hospitais estão sucateados. Nossos trabalhadores estão sofrendo assédio moral e assédio institucional. O nível de atendimento caiu, como já foi colocado aqui na Mesa, com muita propriedade, caiu em mais de 80% na sua qualidade, não por falta de qualificação dos profissionais, mas por falta de insumos para efetivação do trabalho.

Os hospitais continuam precarizados. O que foi dito agora pelo companheiro que fez a fala por último é essencialmente verdadeiro, porque o que se está fazendo é uma maquiagem para o nepotismo. Estão sendo criadas, na quarteirização, na quinteirização empresas familiares para voltar a tomar conta dos hospitais universitários.

A proposta de trabalho dentro dos hospitais, com o evento da EBSERH, onde temos dois vieses de trabalhadores fazendo o mesmo trabalho, executando a mesma tarefa, com os mesmos deveres, mas com direitos diferentes, está tornando inviável a convivência dentro das unidades de trabalho. E quem sofre com isso, além dos trabalhadores, é o próprio doente, é o próprio paciente, porque não tem um ambiente propício para a sua recuperação.

A essência dos hospitais universitários, por exemplo, no meu Estado da Paraíba, é a única porta de sobrevivência para aqueles e aquelas que não têm condições de sair do Estado. Nós temos um dito que não é muito bonito, mas é constante, que é: o hospital universitário é uma questão de vida ou de morte, tu entras lá no hospital, ou se tu sais vivo, ou tu sais em óbito. Porque dentro dos hospitais, com a instituição do ensino, da pesquisa e da extensão propriamente dita dentro do *campus*, nós temos todo esse trabalho junto com os pro-

fissionais, com os professores, com a prestação de serviço. E sem essa instituição, hoje, em muitos deles elas já estão sendo sublocadas, as residências médicas, o espaço de residência médica, os espaços de plantões estão sendo sublocados pelas unidades particulares. Isso é o dia a dia do hospital universitário.

Nós continuamos nessa luta incansavelmente, porque os trabalhadores técnicos das universidades conhecem e sabem qual é a importância do hospital universitário para a sobrevivência da população, e, em especial, a população carente. Também o Conselho Nacional de Saúde, fazendo a sua avaliação, vendo os critérios que estão sendo colocados, desde sempre se vem posicionando contrário a esse processo, através de moções, de recomendações contrárias ao processo dessa velada terceirização, porque a EBSERH é uma terceirização velada dentro do *campus*.

Nós continuamos mostrando, através do trabalho, através da eficiência, através da responsabilidade de cada um e cada uma, trabalhador e trabalhadora, dentro dos hospitais universitários, e dentro das universidades também, que o patrimônio público não pode ser dado, não é doado, ele está sendo dado. E também não podemos deixar que ele seja depredado, porque é isso que está acontecendo. Nós temos equipamentos caríssimos nos corredores dos hospitais. Caríssimos.

Nós ainda continuamos brigando por um hospital público de saúde, com entidade forte, coerente e que cumpra o seu dever na saúde do País, como também na formação, porque, se já havia deficiência na formação dos profissionais de saúde, agora, com o advento da retirada do espaço de residência desses profissionais, o que nós poderemos ver por eles? Qual vai ser o resultado disso?

A grande dificuldade está exatamente na visibilidade do valor e do direito constitucional do ser humano. E nisso eu parabenizo, mais uma vez, não só na figura do senhor, Senador, mas também de todos os que estão envolvidos nesse trabalho, como a CNTS e outras entidades que estão passando no país inteiro, tentando fazer explícito o direito de cada um. E isso a gente tem que continuar fazendo. Estamos em greve desde o dia 28 e continuamos aqui nessa guerra. Não vamos deixar nunca porque trabalhador unido nunca vai ser vencido. A gente já vê isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...(*Falha na gravação.)*... da Mulher Trabalhadora da Federação do Sindicato de Trabalhadores Técnicos em Instrução do Ensino Superior Público (Fasubra), que faz aqui denúncias da maior gravidade. Disse, por exemplo, que é a volta do nepotismo, que é uma questão de gestão.

A sua fala, para mim, fica muito claro. Se o problema de muitos hospitais é de gestão, com a terceirização, daí será a esculhambação, a lambança total. Meus cumprimentos pela sua fala. Ela, com certeza, ajudar-nos-á inclusive nos debates que faremos nos Estados, com base no que aqui foi dito.

Tem o vídeo da Anamatra? Não.

Vai falar aqui para nós o Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Eu pedi o vídeo que a Anamatra fez, que é belíssimo com artistas de renome nacional, para ilustrar e mostrar o que é, de forma bem sintética, a terceirização. Como o vídeo tem três minutinhos. Se tiverem o vídeo aí – o Cristiano já está vendo –, antes da fala da Anamatra, prometo que não vai contar o seu tempo. É uma homenagem aos atores que dão essa bela contribuição de iniciativa da Anamatra. Se puderem diminuir a luz... Depois passamos a palavra ao Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Agradecemos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai começar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós também dizemos "não". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo a Anamatra, é importante destacar que este pequeno vídeo, em todos os Estados, na abertura, passa essa contribuição para debate.

Permitam-me dizer que os atores e atrizes não cobraram um centavo para fazer esse depoimento. Uma salva de palmas à Anamatra e a esses atores e atrizes pelo depoimento ao debate contra a terceirização nos moldes que alguns querem.

Por favor...

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paim, muito obrigado. Os atores e atrizes compõem o MHuD (Movimento Humanos Direitos), que tem sido parceiro da Anamatra em diversas iniciativas e de outras entidades também, no que diz respeito ao fomento dos direitos humanos nas relações de trabalho.

Então, Senador Paim, em nome de V. Exª, cumprimento todos os companheiros de bancada. A Anamatra traz o seu abraço. Falo em nome do Presidente, Germano Siqueira, que apoia, como nós todos, esta causa

de luta contra o PLC 30, o antigo PL 4.330, e de esclarecimento público dos malefícios que a terceirização traz para o trabalho humano.

Mais uma vez o Senador Paim nos convida. Fazemos questão de sempre trazer a nossa contribuição porque reconhecemos em V. Exª, Senador, um Parlamentar que, segura e comprovadamente, está comprometido com os direitos sociais deste País.

Nos dez minutos que nós temos, eu gostaria de falar dos impactos da terceirização na saúde, porque, afinal, é uma preocupação comum de todos nós e depois, mais especificamente, dos impactos da terceirização nos serviços de saúde e no quadro jurídico atual que nós temos a respeito dessa realidade.

Com relação aos impactos na saúde do trabalhador, os dados mais conhecidos oriundos das pesquisas do Dieese já foram até mencionados aqui, hoje, mas a repetição é sempre útil para que todos nós, que somos lutadores desta causa, tenhamos esses números sempre frescos nas nossas mentes. Ou seja, os dados de 2005 – daqui a pouco nós vamos ver que o Dieese inclusive já caminha para atualizar esses dados – indicavam que, a cada dez acidentes de trabalho, oito referiam-se a empresas terceirizadas. Nos casos de acidentes letais, acidentes de trabalho com morte, de cada cinco ocorrências, quatro envolviam empresas terceirizadas. De modo geral, concluía-se que 80% dos acidentes de trabalho – sem considerar subnotificação – alcançavam trabalhadores terceirizados.

A análise por setores também traduz dados alarmantes. Para falar apenas do setor elétrico – extraio dados que estão na petição inicial e depois na petição de ingresso da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, no agravo regimental, um recurso extraordinário que, no Supremo Tribunal Federal, discute hoje a constitucionalidade da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que proíbe terceirização em atividade fim, exatamente o que o PLC 30 quer modificar. Antes disso, os tribunais do trabalho já proibiam essa terceirização e o setor patronal conseguir levar essa discussão ao Supremo Tribunal Federal.

Estamos lá pela Anamatra defendendo que esse entendimento vazado pelo Tribunal Superior do Trabalho seja mantido. Então, há uma luta aqui no Parlamento contra o PLC 30 e há algumas outras lutas – vou citar uma segunda luta específica do setor de saúde – no Supremo Tribunal Federal, exatamente em relação à possibilidade de terceirização de atividades-fim.

Trago esses dados, portanto, da nossa petição. No setor elétrico, dados da Fundação Coge, que é específica do setor, para 2009 e 2010, demonstram que o número de trabalhadores terceirizados que sofreram acidente de trabalho naquele segmento correspondia a aproximadamente ao dobro dos trabalhadores contratados diretamente que haviam se acidentado. Em 2009, para 63 terceirizados que haviam se acidentado com resultado morte, nós tínhamos apenas quatro trabalhadores acidentados com resultado letal, com resultado morte. Isso depois evoluiria em 2010: acidentados mortos, trabalhadores próprios, sete; terceirizados, 75. Então, vejam que, em relação ao evento morte, a proporção é muito maior do que o dobro no tocante a esse segmento.

Para trazer um dado um pouco mais atualizado – estes aqui eu retiro da petição de ingresso também nesse mesmo agravo regimental em recurso extraordinário – das Centrais Sindicais, que se valeram de dados do Dieese para 2014 que ainda não estão publicados. Mas eles tiveram esse acesso privilegiado e levaram àquela ação. Apontam o seguinte: primeiro – e também alarmante – em 2010, o mercado de trabalho formal, tinha 25,5% de pessoas terceirizadas. Em 2014, isso sobe para 26,8%. Da mesma maneira que aumenta a massa da população economicamente ativa, aumenta o percentual de terceirizados, o que significa que percentualmente aumenta muito mais o número de trabalhadores terceirizados ou de postos de trabalho terceirizados no Brasil: aproximadamente 12,7 milhões de assalariados.

Este dado é muito relevante, sobretudo para vencermos algumas balelas que escutamos aqui e acolá, também dados de 2010: 98% das empresas – isto declarado pelos próprios empresários – foram movidos a terceirizar segmentos da sua unidade devido ao menor preço desse trabalho e somente 2%, devido à especialização técnica.

Os senhores vão ouvir por aí que a terceirização é boa, interessa à economia e ao trabalhador, porque representa uma especialização do trabalhado. A realidade não é esta. A realidade é que o próprio caldo de cultura que se formou no Brasil em torno da terceirização conduz o empresário a buscar a terceirização nas suas diversas modalidades, basicamente para cortar despesas, para oferecer um produto mais barato no mercado. Essa lógica chega a ser óbvia. É algo que digo – também leciono – nas primeiras aulas de Graduação, porque é muito evidente. Se eu compro um rádio de pilha diretamente da fábrica, eu vou pagar – imaginem aí – 30. É claro que é muito menos, mas vamos trabalhar só com número hipotético. Se eu comprá-lo em uma loja que adquiriu em atacado e vai vender no varejo, eu vou pagar 50, 60, vou pagar mais, porque o intermediador obviamente vai quer ter o lucro dele. Esse lucro é embutido na mercadoria.

A terceirização é o único processo de "intermediação de mercadoria" em que o preço final é menor do que o inicial. Ou seja, eu, tomador de serviço, se fosse contratar diretamente o trabalhador, pagaria 60, se con-

tratar pela empresa de terceirização, pago 30. Não fecha. Eu coloco o intermediário e o preço final sai mais barato. É óbvio que o intermediário também vai ter lucro, senão, ele não estaria no setor. Então, quem é que está pagando por isso? A resposta é um pouco óbvia: é o trabalhador.

Essa margem de lucro tanto do tomador quanto sobretudo da empresa de prestação de serviços deve-se à redução de direitos sociais. É a única maneira – para utilizar a expressão do Senador Paim – de essa conta fechar.

Então, é com isso que nós estamos lidando. Nessa condição, o que nós vemos em termos de meio ambiente do trabalho, de segurança e saúde do trabalhador? Um fenômeno conhecido como invisibilidade do trabalhador terceirizado. Ele não é visto. Eu sou professor na Universidade de São Paulo. É impressionante como isso é verdadeiro, como muitas vezes o trabalhador terceirizado não é visto nem por professores nem por alunos nem pelos próprios servidores diretos, como se fossem fantasmas.

A consequência disso é, apenas para resumir, treinamento inexistente ou insuficiente quanto aos aspectos de saúde e segurança no trabalho; gestão coletiva menos rigorosa da saúde segurança no trabalho; atribuições para os terceirizados que envolvem mais riscos; piores condições de trabalho e maior instabilidade no posto, ambos fatores que induzem tanto ao maior absenteísmo quanto inclusive ao maior adoecimento no campo físico e mental, inclusive psicossomático. É essa a realidade.

E, se nós transladarmos tudo isso para o setor de saúde, o que nós temos? Essa realidade que já foi apontada na fala de abertura e depois por todos os colegas que me antecederam. A saúde, pelo art. 196 da Constituição Federal, deveria ser prestada diretamente pelo Estado. É uma das funções do Estado brasileiro. O art. 199 dessa mesma Constituição diz apenas que a iniciativa privada poderá atuar em caráter complementar, mas a função precípua é de Estado, é algo que se espera do Estado. Por isso, pagamos impostos. E, na medida em que isso terceiriza, tudo isso que eu disse e que foi dito aqui repercute na qualidade dos serviços de saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Para terminar, a questão específica nos serviços de saúde pelo quadro jurídico atual e para dizer algo além do que foi muito bem explorado até aqui, mas algo que não sei se os outros, os colegas que nos vão suceder, pretendem explorar, mas que me parece imprescindível dizer: Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.923, ajuizada originalmente pelo PT e pelo PDT, discutindo a constitucionalidade da Lei 9.637, de 1998, que exatamente permite a terceirização do que seria a atividade-fim do Estado na educação, na ciência e tecnologia, na pesquisa e na saúde, além do desporto, pelas chamadas organizações sociais e depois uma segunda lei que traz também as chamadas OSCIPs para esta mesma finalidade: terceirização mediante de organizações sociais sem licitação, bastante um cadastro prévio que cada entidade pública organizará.

O Supremo Tribunal Federal, enfim, julgou essa matéria há poucos meses, entendendo que a Lei 9.637 é constitucional e apenas pontuou a necessidade de que, nessa terceirização – vamos pensar no caso concreto dos serviços de saúde –, observe-se a publicidade e a impessoalidade, sem licitação.

Então, permito-me discutir qual é a possibilidade de efetivação desses parâmetros de garantia que a própria decisão na ADI 1.923 coloca. A expressão do texto é: "Essa terceirização por OS tem que ser feita de forma pública, objetiva e impessoal, sem licitação, porém, e de acordo com o art. 20 da Lei 9.637, de 1998."

Para resumir, o que nos resta? Não há mais como discutir a constitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor tem que resumir em oito segundos agora.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Sim, por favor, Senador.

O que nos resta? Discutir, em eventuais ações civis públicas – os sindicatos terão esse papel – esses requisitos apontados pelo Relator na ADI 1.923 e basicamente do art. 20. Estão lá: ênfase no atendimento do cidadão-cliente; ênfase nos resultados qualitativos e quantitativos; controle social das ações de forma transparente. São princípios que estão nessa própria lei.

Será que essas terceirizações por aí na saúde via OS atendem a isso aqui? Eu lhes digo: duvido muito. Se for assim, os senhores têm caminho para levar a questão à Justiça.

Desculpe-me, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não. Muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Anamatra! Eu deixei correr um pouco mais o tempo, porque é importante esse aspecto jurídico também ser suscitado. Você foi muito preciso.

De imediato, Joana Batista Oliveira Lopes, Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas e Coordenadores da Comissão de Saúde da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

A SRª JOANA BATISTA OLIVEIRA LOPES – Bom dia a todas e todos! Parabenizo o Senador Paim em nome da Confederação Nacional das Profissões Liberais, das Federações de Saúde que compõem essa federação.

Lamento muito, no século XXI, nós estarmos discutindo no Senado da República do Brasil, depois de 27 anos de uma Constituição Cidadão, a desconstrução do Sistema Único de Saúde e dos Direitos dos Trabalhadores. É um retrocesso tão violento, tão violento que atenta contra o direito fundamental previsto na Constituição Federal da obrigação do Estado de prestar assistência à saúde como direito fundamental, sem poder transferir para terceiros aquilo que é responsabilidade dele.

Quando se lutou para que, neste País, nós tivéssemos um Sistema Único de Saúde universal, de qualidade, público, desde a VIII Conferência, inserindo na Constituição Federal, foi para que o Estado cumprisse com a sua obrigação de assistência, de promoção e de prevenção à saúde de cada brasileiro. Transferir cuidados de vidas e de pessoas a terceiros é o que este PL traz! Pegar a responsabilidade que seria do Estado e transferir para alguém cuidar: a vida de cada um de nós, brasileiros. É lamentável! É lamentável que estejamos discutindo isso, em vez de discutirmos três pontos fundamentais que deveriam ser discutidos, que são os problemas do SUS: gestão, cogestão, financiamento e recursos humanos.

Portanto, temos que nos posicionar contra a terceirização, que é transferência de responsabilidade do Estado para terceiros. Nós pagamos os impostos para termos a contraprestação do serviço. E, quando se trata de vidas, eu quero, neste momento, parabenizar a todos os trabalhadores do Sistema Único de Saúde, que têm garantido, durante 27 anos, a qualidade do Sistema Único de Saúde, e dizer que nós verificamos o seguinte: não há escuta da voz da população.

Dentro do Sistema Único de Saúde e de saúde pública do Brasil, nós temos o controle social, mediante as conferências de saúde e dos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e nacional. Todo o controle social do Brasil e as 14 conferências têm-se posicionado contra a terceirização da saúde.

É preciso que os Parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados escutem a voz do controle social do Sistema Único de Saúde. A gente verifica que, evidentemente, dentro do Sistema Único de Saúde, nós temos trabalhos precarizados e, nesses 27 anos, vem trabalhando mediante serviços prestados sem nenhum vínculo empregatício com o Estado. É preciso discutir isso e como garantir o direito desses trabalhadores, e não transferência de serviços.

Precisamos, neste momento, de uma grande reflexão. Em dezembro, nós teremos a XV Conferência de Saúde, em que serão deliberadas as políticas de saúde para os quatro anos que virão. Neste momento, estão acontecendo as etapas estaduais e municipais. Quem está me ouvindo, quem está participando dessas etapas diga "não" à terceirização da saúde, porque nós precisamos ter a proteção daqueles que precisam do cuidado com a saúde e a proteção de quem cuida da saúde, que são os trabalhadores da saúde.

É vida, gente! Estamos discutindo sobre pessoas que cuidam de vidas, de gente que, neste momento, está sofrendo acidente e que precisa de um serviço público eficiente, e não o Estado passar a responsabilidade desse cuidado para alguém. A lógica é clara: o SUS preconiza a universalidade, a promoção e o cuidado com o ser humano, e, o outro lado, faz da doença lucro. Essa que é a verdade. Precisamos ter esse cuidado e essa responsabilidade.

A companheira Eurídice trouxe aqui denúncias graves. Isso acontece em todo o País. A Ivone, do Conselho Federal de Enfermagem, traz um relato do adoecimento dos terceirizados. É preocupante. A Constituição brasileira não pode ser letra morta. Ela tem que ser letra viva, para que possa ser cumprida. Nós, trabalhadores da saúde, cuidamos da saúde e da vida de cada brasileiro, e não podemos estar preocupados com o tipo de vínculo, as incertezas do contrato de trabalho, se, no serviço público, a porta de entrada deve sempre ser o concurso público, que garante a todos os usuários do Sistema Único de Saúde um profissional de qualidade para a prestação de um serviço de qualidade. No terceirizado, não vai acontecer isso. O SUS tem falhas? Tem, sim. Ele é um sistema em permanente construção, avaliado, como eu disse, pelo controle social.

O que é preciso? Financiamento. A população fez um abaixo-assinado com milhões de assinaturas do Saúde Mais Dez. Nós precisamos ter uma carreira de Estado com piso salarial que valorize os trabalhadores para que não estejam cuidando de vidas e, ao mesmo tempo, preocupados com o dinheiro para pagar as contas, a energia, a escola, o aperfeiçoamento profissional. Ser profissional de saúde tem um custo alto. É o compromisso com a vida e a permanente responsabilidade de se qualificar sempre: novas técnicas, novas formas de cuidado.

Senador Paim, é de grande relevância, nesse momento de construção da XV Conferência de Saúde, essa iniciativa do Senador de puxar a discussão contra a terceirização dos serviços de saúde, porque não é terceirização, é entrega de patrimônio público. Terceirização e privatização são uma coisa: o setor privado comprar um serviço, montar e fazer convênio com o setor privado. O que está acontecendo é o contrário: pegar o patrimônio público todo pronto, com servidores e equipamentos e estrutura de imóvel, entregando ao setor do lucro, que faz da doença o lucro com a saúde.

Então, em nome das Federações de Saúde e da Confederação das Profissões Liberais, representando aqui o nosso ilustre Presidente que está aqui, Carlos Alberto, que participou da nossa Assembleia, viu que a CNPL, muito bem dirigida pelo nosso Presidente Carlos Alberto, tem-se posicionado contra a terceirização. Estão presentes aqui a Federação de Farmácia, a Federação de Farmacêuticos, de Fisioterapeutas, de Nutricionistas, nós, odontologistas, para dizer "não" à terceirização. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Presidenta da Federação Nacional dos Odontologistas e Coordenadores da Comissão de Saúde da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).

Eu queria registrar a presença de um Senador deste mandato, o qual eu aprendi no dia a dia respeitar. É um Senador que tem opinião, tem posição e defende com muito equilíbrio o seu ponto de vista. Pode ter certeza de que ele está sempre do lado dos que mais precisam, o Senador Omar Aziz, a quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Eu pediria a esses companheiros que estão na mesa que retornassem ao plenário. Fica um Senador comigo aqui. Vou chamar a segunda Mesa.

Agradeço a todos e já convoco:

– Valdirlei Castagna, Coordenador do Fórum Nacional da Enfermagem. Por favor, Valdirlei. Valdirlei Castagna é Coordenador do Fórum Nacional da Enfermagem. Meus cumprimentos, Valdirlei!

– Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Está aí o Lourenço?

– Shirley Marshal, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros.

– Ana Lúcia Firmino, Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicado dos Enfermeiros de São Paulo.

– Zulmira Barroso da Costa, Enfermeira Professora, representante da Associação Brasileira de Enfermagem.

– João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

– José Antonio da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos em Enfermagem (Anaten). (*Palmas.*)

Eu recebi do Portal e-Cidadania dezenas de opiniões sobre a nossa audiência pública. Todos estão a favor da posição da Mesa, dos painelistas contra a terceirização. Só houve uma pessoa que se posicionou favorável. No final, eu leio a opinião daqueles que encaminharam para a Mesa.

Nós vamos convidar em seguida para a Mesa também o Ademir Portilho, que é da CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social).

Então, nós vamos trocar depois que os primeiros falarem: um retorna ao plenário e o Ademir assume.

Valdirlei, com a palavra de imediato.

O Senador cedeu o lugar porque vai dar presença e veio aqui para dar sua opinião sobre este debate.

Já está conosco Ademir Portilho.

Valdirlei, com a palavra – Coordenador do Fórum Nacional da Enfermagem.

O SR. VALDIRLEI CASTAGNA – Bom dia a todas e a todos! Saúdo o Senador Paim. Agradeço ao Senador por ter convocado esta audiência pública. Consideramos muito importante fazermos este debate dos efeitos da terceirização em serviços de saúde.

Eu lembro que a gente esteve aqui em nome da CNTS, Senador, conversando com o senhor, sugerindo esta audiência. O senhor de pronto disse: "Já vamos pré-agendar este compromisso". Entendo que, de fato, além de sermos contra o projeto da terceirização, o 4.330, agora PLC 30, o risco da terceirização em serviços de saúde ganha, a nosso ver, uma conotação muito maior. E o risco é muito mais grave quando a gente, Senador, trabalha com vidas, com a saúde da população. E é justamente nesse sentido que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde requereu e fez essa conversa com o senhor.

A gente representa aqui o Fórum Nacional da Enfermagem, que é integrado pelas sete entidades nacionais que representam os trabalhadores. Esse fórum, Senador, foi criado em 2011, justamente com o objetivo de fortalecermos a nossa luta, a nossa causa em prol da enfermagem, especificamente.

Baseado – não posso deixar de tocar – numa grande luta que a gente tem aqui que é ver regulamentada a nossa jornada de trabalho, o Senado Federal cumpriu com a sua parte, aprovou aqui o projeto, o PL 2.295, que há 15 anos tramita na Câmara dos Deputados e está enfrentando uma barreira muito grande. Nós temos uma dificuldade muito grande para fazer pautar esse projeto. Nós, de antemão, pedimos a sua ajuda nesse sentido para podermos fazer pautar esse projeto. Sabemos que não está nesta Casa, mas toda ajuda é bem-vinda. Sabemos da sua grande influência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não pela influência, mas pela importância da bandeira, que nós vamos ajudar naturalmente lá na Câmara dos Deputados.

O SR. VALDIRLEI CASTAGNA – É pela sua influência, sim, também, Senador. É o das 30 horas, Senador. Quinze anos. Está debutando agora. Há tantos projetos sendo desengavetados na Câmara. Quem sabe não tenhamos a sorte de ter esse nosso também.

Em relação ao Projeto da Terceirização, Senador, a CNTS tem posição contrária. Todas as entidades que integram o Fórum Nacional da Enfermagem tem posição clara, contrária, porque entendem que é um risco muito grande, um prejuízo muito grande que vai trazer a todos os trabalhadores. Os números já foram mencionados aqui. Seremos repetitivos se citarmos.

Hoje, nossos índices de afastamento por doenças do trabalho já existentes dentro da área de saúde já ultrapassam a 22% de pessoas que se afastam por algum motivo, por alguma doença relacionada ao trabalho. O risco de nós terceirizarmos, certamente isso, como foi dito, vai triplicar, dobrar. E o prejuízo vem diretamente para uma categoria que é muito sofrida, que não é reconhecida, que trabalha sob pressão, com muito estresse. Então, certamente, a terceirização vai piorar ainda mais este quadro que nós temos hoje.

Nós somos uma categoria que, como eu disse, não tem o reconhecimento devido. E nós estamos buscando, por meio do debate que fazemos, evitar que a terceirização atinja diretamente nosso setor.

Hoje, Senador, temos que discutir o seguinte... Ouvi atentamente o Juiz, o Dr. Guilherme, falando da questão da atividade-meio e da atividade-fim. Nós entendemos, Dr. Guilherme, que, em saúde, não existe sequer atividade-meio. Tudo o que se faz numa unidade de saúde, tudo o que se faz num ambiente hospitalar é relacionado ao bem-estar e ao atendimento do nosso paciente, desde a portaria até quando o paciente recebe alta do hospital.

E nós já temos presenciado alguns casos em que serviços foram terceirizados, as chamadas atividades-meio, e até os próprios hospitais, em alguns casos, tiveram que voltar atrás, porque não foi possível que o serviço tivesse continuidade.

Eu sempre digo: é diferente você fornecer alimentação numa indústria, numa fábrica do que fornecer alimentação para um paciente, que poderia eventualmente ser considerado atividade-meio. É diferente você fazer uma higienização no chão de uma fábrica do que fazer num quarto de hospital, você fazer uma atividade num ambiente hospitalar, numa unidade de saúde. O risco de contaminação, por exemplo, é extremamente elevado. Nós corremos o risco de colocar pessoas dentro de um ambiente hospitalar que hoje trabalha um dia, amanhã vem um colega e não sabe que tipo de paciente está internado ali, não sabe que tipo de alimentação pode ser fornecida para aquele paciente que está acamado. Então, nós entendemos que nem atividade-meio pode ser terceirizada em serviços de saúde.

Vou dar um testemunho meu, Dr. Guilherme. Eu tive o privilégio de atuar, durante seis anos, na Justiça do Trabalho, como juiz classista. A maior pilha de processos que tramita numa Vara de Trabalho é das empresas terceirizadas. Abre-se uma empresa aqui e se fecha ali. Não se sabe quem é o dono. Não há capital para fazer sequer a indenização de uma rescisão de contrato. E quem paga a conta são sempre os trabalhadores. Quando se diz – e foi bem citado pelos que me antecederam – que a empresa busca a redução de custos, obviamente quem vai pagar essa conta somos nós, trabalhadores. Se alguém busca o lucro fácil, esse lucro vai ser tirado em cima das nossas costas, do nosso suor, do nosso trabalho, de nós, que estamos no dia a dia prestando nosso serviço, seja na área da saúde, seja em qualquer outra ramo de atividade. Por isso que nós estamos aqui para dizer que somos contra esse projeto.

O Senador pediu que a gente se incorporasse às audiências estaduais que o Senador está fazendo e nós estamos, Senador, incorporando-nos nessa agenda nacional. Já participamos no Rio Grande do Sul, em São Paulo. Temos agora agenda do Nordeste, de que vamos participar para que possamos ver nesta Casa derrotado esse projeto, que tanto mal vai trazer seguramente à classe trabalhadora. Eu quero proceder a uma fala mais curta porque nós não podemos ser repetitivos. Nós temos que encontrar uma forma de buscar uma ação rápida para enfrentar esse grande mal que esse projeto vai trazer para a classe trabalhadora em geral. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Valdirlei Castagna, Coordenador do Fórum Nacional da Enfermagem, reforçado pela fala do Dr. Guilherme – não é, Dr. Guilherme? Segundo ele, é vergonhoso. Sempre foi juiz classista pela sua fala, já acompanhou os processos e percebeu que a maioria eram empresas fantasmas em resumo, que encaminhavam e depois sumiam, e o trabalhador não tinha sequer a quem se reportar. Por isso a importância da responsabilidade solidária. Até isso eles querem tirar, conforme o PL 30.

Bom, vamos lá. Por favor, a Vice-Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, Shirley Marshal.

A SRª SHIRLEY MARSHAL – Bom dia a todos e todas! Eu fico muito feliz em estar aqui. Este é mais um momento histórico, meus irmãos trabalhadores, porque a grande verdade é que nós estamos tratando aqui da permanência de lutas históricas em que nossos irmãos trabalhadores no passado lutaram, sangraram, suaram para garantir os nossos direitos e, hoje, não é apenas a terceirização, Senador Paim, nós, como trabalhadores

da saúde, estamos vendo uma avalanche de pacotes que trabalham contra o trabalhador, contra a saúde em nosso País... (*Palmas.*)

Quanto tempo nós lutamos para que o SUS pudesse se efetivar, um sonho de milhões de pessoas, um sonho como o que países ditos desenvolvidos como os Estados Unidos estão tentando implantar: saúde para todos. Democracia é isto: é o governo do povo, pelo povo e para o povo. E a saúde não pode ser diferente. Ela é, sim, um direito constitucional da população brasileira. Ela é, sim, um dever do Estado. Outros países olham no Brasil a questão da saúde como uma pedra preciosa e modelo!

Certa feita, nós ganhamos um prêmio e fomos ao Canadá. Lá eles se preocupam muito a questão da lei, porque valorizam muito essa questão. E eles colocam: "Como é interessante que no Brasil vocês definem que a saúde é um direito de todos e dever do Estado na Constituição de vocês". Eu muito me espantei e, inocentemente, perguntei: "Por quê? Não é assim em todo lugar?"

E responderam: "Aqui, no Canadá, lei é para ser cumprida. Se não for cumprida, os governantes são levados às grades, são levados a cumprir pena, vão pagar por isso, porque isso é ferir o direito do cidadão, é cometer um crime. Hoje, a nossa lei é valorizada porque temos leis trabalhistas que garantem a esses empregados terceirizados, a esses trabalhadores os seus direitos." Como dizer que, sob a bandeira de formalizar 12 milhões de trabalhadores, você vai colocar 40 milhões de trabalhadores na informalidade? Como você vai dizer para os seus filhos hoje – e isso eu remeto aos Parlamentares, porque essa responsabilidade hoje está aqui no Senado – que o sonho de seus pais, dos seus avós de ter os seus filhos encaminhados... Não era assim que os nossos pais falavam, que o sonho era ter o filho encaminhado, ter um serviço estável, um emprego estável? Estabilidade que vem com o concurso público, estabelecido em nossa Constituição em seu art. 37, onde os empregos públicos precisam ter a porta de entrada por meio dos concursos públicos.

Hoje, os trabalhadores terceirizados vivem, sim, à margem da sociedade. Aí, alguém aqui na Mesa falou que eles são como fantasmas. São, porque em primeiro lugar estão os servidores públicos; depois, os empregados públicos e, aí, temos os contratados diretos e lá, no final da fila, temos os terceirizados. Aí, eu pergunto: se vocês forem fazer uma entrevista com os terceirizados, vocês acham que eles não queriam ser servidores públicos? Acham que eles não queriam ter aumentadas as oportunidades de ter esse acesso ao concurso público? O concurso público nivela todos pelo igual. Somos todos iguais quando entramos por um concurso público: nem maiores nem menores. Não importa a cor, o credo, a religião. Não importa, somos iguais! (*Palmas.*)

E hoje temos na Mesa, tramitando no Congresso uma lei que tira esses direitos, um retrocesso que não tenho como mensurar. A Federação Nacional dos Enfermeiros, inclusive, coloca nesse bojo não só a terceirização, mas a própria questão da entrada do capital estrangeiro em nosso País por meio da Lei nº 13.097. Colocamos nesse bojo também a desconstrução do SUS, que está com 27 anos, completando os seus aninhos.

Temos também a questão do investimento, a proposta de investimento na Câmara de planos de saúde para os trabalhadores em empresas privadas. Ora, o que é isso? O próprio sistema público acha que o sistema público não vale nada? Que o nosso SUS não vale nada? Então, quem ficará no sistema público? Novamente, as pessoas que não têm emprego? Teremos novamente os indigentes?

Aquilo por que nós lutamos na década de 80 não vale nada?

Então, eu conclamo todos os nossos irmãos trabalhadores: não pensem que esse é um problema apenas de quem é trabalhador hoje e está no mercado informal ou de quem está no mercado formal e que vão ter perdas. Mas pensem em seus filhos, em seus netos, que não terão acesso.

Hoje ouço trabalhadores que dizem o seguinte: "Vou colocar os meus filhos em uma escola de inglês o mais rápido possível porque o caminho é sair do País, porque os meus filhos não vão ter acesso a um emprego digno, não vão ter acesso à estabilidade. Eles terão os seus direitos usurpados. Então é melhor sair do País".

É isso o que o Congresso Nacional veio trazer? Está na mão dos Senadores, e eu o parabenizo, Senador Paim, por essa iniciativa, porque sabemos que temos correlações de forças aqui. Onde o poder econômico... Se vocês forem ver as entrevistas que se colocam, existem os economistas que defendem estratégias mais aguerridas, mais agressivas para levantar a economia do nosso País e a valorização do capital. Do outro lado, estamos, nós trabalhadores, vidas, mulheres.

Eu ainda friso o fato, porque, na Federação Nacional dos Enfermeiros, temos em nossa categoria predominantemente mulheres, que têm dupla jornada. Elas precisam estar em casa. E hoje com a questão da terceirização e da precarização do trabalho elas terão de ter inúmeros vínculos.

E como ficará a saúde? Quem cuida tem cuidado? Eu desafio aqui a levantar a mão o trabalhador que, em seu serviço de saúde, possui um tratamento diferenciado. Quem cuida de você, cuidador? Você recebe esse serviço? Mesmo sendo do serviço público você recebe esse cuidado? Levante a mão aqui quem recebe?

Se não recebemos esses cuidados sendo servidores públicos, quando formos fantasmas terceirizados, aí, realmente, não seremos enxergados! Então, precisamos dar as mãos, levar para as conferências e para o

controle social, porque nós também somos usuários do SUS. Não existe segmentarismo: segmento gestão, segmento trabalhador, segmento usuário.

Somos todos usuários do SUS e precisamos defender o Sistema Único de Saúde, que levou tantos anos e tantas pessoas a defenderem com tanta veemência, um sistema que é tido como de excelência no mundo. Mas é preciso que haja a prática. O financiamento é essencial e é importante.

E, nesse bojo, temos a valorização do trabalhador, porque nós fazemos a saúde acontecer em nosso País. E se nós adoecermos, quem vai cuidar da saúde do resto da população, dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Então, que fique isto para os trabalhadores: que se mantenham aguerridos, não esmoreçam, tenham esperança e fé, porque unidos nós podemos muitas coisas. E se tivermos Parlamentares como o Senador Paim, que puderem multiplicar esse amor, essa questão da defesa do trabalhador, com certeza nós galgaremos vitórias, como, na década de 80, galgamos a grande vitória que foi o estabelecimento do SUS em nosso País.

Era isso que eu gostaria de dizer aqui: o fortalecimento do nosso SUS. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Shirley Marshal, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Você deu um recado direto para a moçada, comprometeu naturalmente os Senadores e as nossas gerações. O que está em jogo é isso.

Meus cumprimentos pela fala, que enriqueceu muito o nosso debate, como todos aqueles que usaram a palavra até o momento.

Vamos, agora, para a Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo, Drª Ana Lúcia Firmino.

A SRª ANA LÚCIA FIRMINO – Boa dia a todos e a todas, em nome da nossa diretoria aqui presente, em nome da nossa Presidente Solange Caetano, que foi a idealizadora do Fórum Nacional 30 horas, cumprimento o Senador e todos aqueles que nos antecederam nesta mesa e os que ainda estão por falar.

Quero colocar que não podemos esquecer que a saúde é feita de três pilares: saúde, previdência e assistência. Não podemos esquecer que esses três pilares compõem essa parte importante da sociedade brasileira.

A Shirley comentou sobre a Lei nº 13.097, de 2005, que trata da entrada do capital estrangeiro no País, que modifica a Lei nº 8.080, de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, no seu art. 142. Isso para nós é uma facada, para nós trabalhadores que tanto lutamos por uma democracia.

Com a quebra de contrato que nós estamos vivenciando nas entidades sindicais, a quebra de contratos unilaterais, o trabalhador vai buscar o seu direito na Justiça. E aí nós sabemos quem responde: qual é o CNPJ? De onde vem? Até se descobrir quem é o seu empregador, qual é o patrimônio, qual é o lastro que essa empresa tem para poder bancar com essas rescisões em termos de direitos trabalhistas... É uma afronta mesmo à organização sindical, é uma afronta àqueles que lutaram e que deram a sua vida para que houvesse esse processo de organização no Estado brasileiro.

Desde mais ou menos nos anos 90, quando começou a terceirização da segurança, da nutrição, da limpeza – e o representante da Anamatra falou muito bem –, as entidades sindicais se apoiam na questão da atividade-fim, a saúde. Esse era o único elemento jurídico que nós tínhamos para fazer a defesa. E aí, como vamos fazer agora, em termos de defesa sindical, em termos de defesa do trabalhador, se isso se acaba nesse projeto?

Gestão do trabalho. Nós vivenciamos hoje vários vínculos trabalhistas em uma mesma unidade, coisa que, para nós... Um trabalhador contra o outro. Há não só o assédio moral entre um trabalhador e outro, mas o assédio moral institucional, ocorrendo várias licenças desse trabalhador por esse motivo. Hoje, esse é mais um agravante dentro de todo esse processo de trabalho.

Quero lembrar que todos os hospitais hoje, sejam públicos ou privados, recebem aporte financeiro do Sistema Único de Saúde. Lembro que a PEC nº 451, de 2014, do Deputado Eduardo Cunha, que fala da obrigatoriedade da concessão de planos de saúde a trabalhadores urbanos e rurais, também é um processo de afronta à terceirização. É um processo de afronta a todo trabalhador brasileiro, a todo usuário do Sistema Único de Saúde. Só nos resta hoje realmente mobilizarmos os nossos Senadores, os nossos representantes no Legislativo para mudar esse cenário, e não deixarmos que seja rasgada a nossa CLT.

É isso o que hoje está acontecendo... (*Palmas.*)

Estão rasgando a nossa CLT! E, mais: afronta alguns capítulos da nossa Lei Magna, a nossa Constituição. Devemos fazer aliança, sim, com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério Público Estadual para ver de onde vem esse financiamento. É através desses espaços institucionais que nós vamos fazer a diferença.

Quero dizer aqui também que nós representamos a Central Única dos Trabalhadores, que foi a primeira central a se mobilizar e fazer esse processo de debate da terceirização. E digo que não podemos deixar morrer os princípios do Sistema Único de Saúde, que é a universalidade, a integralidade e a equidade e que os direi-

tos sociais dos trabalhadores e da população em geral não podem ser diminuídos. Saúde, assistência e previdência se faz com trabalhadores bem remunerados, trabalhadores qualificados e com garantias de emprego.

É esse o nosso recado. Dizer "não" à terceirização; "não" à diminuição dos direitos conquistados por nós trabalhadores!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Ana Lúcia Firmino, Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo.

Agora, João Rodrigues filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – Bom dia, Senador. Muito obrigado pela oportunidade e parabéns por estar promovendo este evento no Brasil todo.

Quero dizer que vamos estar juntos, conforme o Castagna falou, em todo o Brasil. E eu já acrescento a Região Norte também. Aos companheiros, todos aqui do Plenário, todos os diretores da CNTS, todos que compõem a casa CNTS e demais entidades sindicais aqui presentes e ao Poder Judiciário, doutor, parabéns pela sua fala.

Também passei por essa de juiz classista por onze anos. É aquela velha história: na terceirização, você ganha mais não leva, porque não se acha a empresa para executar. Joana também foi classista por muito tempo em uma das Varas de João Pessoa. Então, a gente vê na Justiça do Trabalho, quando se vai como terceirizado, você ganha, mas como se vai executar se não sabe... O desgraçado usa várias maquiagens para burlar o direito do trabalhador e termina a gente não conseguindo.

Dessa forma, está acontecendo agora, nesta semana, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro: são mais de 2 mil trabalhadores vítimas da famosa Cruz Vermelha. A entidade sindical entrou na Justiça com esse processo de terceirização contra essa entidade, a Cruz Vermelha Brasileira. E ela apresentou defesa na primeira instância. E, na primeira instância, foi indeferido o pedido do sindicato por se achar que o contrato da Cruz Vermelha com o Município era irregular.

Então, está acontecendo essa batalha jurídica em Volta Redonda. Eu tive conhecimento disso nesta semana, e vamos ver o que vamos fazer para manter os direitos desse trabalhador. A Cruz Vermelha é deste jeito: ela tomou o Estado da Paraíba. Senador Paulo Paim, já que o senhor vai lá, nos hospitais já não se vê a denominação dos hospitais, se vê Cruz Vermelha Brasileira. Nos hospitais da capital é o que você vai ver.

No interior, na cidade de Mamanguape, instalou-se uma outra empresa que terceiriza chamada Instituto de Psicologia e Serviços, um hospital com 500 trabalhadores, onde até já se fechou convenção coletiva, não é, Severino?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – Está vendo? É uma danadinha. E no Conselho Federal de Psicologia ninguém conhece, nem no regional. Quando você faz formação em Psicologia não é para fazer gestão na saúde. Dá-se acesso para você fazer um curso de especialização em administração pública de saúde. Até você vender serviços para gerir unidades de assistência à saúde é muito complicado.

Então, nós temos esses relatos e temos outro.

O senhor vai estar no dia 21 em Fortaleza. Nós vamos estar como pessoal da Semeac. São 700 pessoas, na faixa etária de 40 a 60 anos, também despedidas pela Fasubra. Não, não é Fasubra, e sim EBSERH. A EBSERH tem esses problemas. O senhor lembra que nesta Casa, na Câmara, no Ministério Público, andamos o Brasil todo fazendo audiência pública contra a aprovação da Medida Provisória nº 520. Aqui no Senado, graças a Deus, conseguimos por decurso de prazo. Ela foi arquivada e depois veio o Projeto de Lei, que passou mais liso do que quiabo.

Aí veio essa situação dos hospitais universitários e, consequentemente, os hospitais federais, como vem o hospital Conceição, também lá de Porto Alegre, que tem mais 8 mil trabalhadores. Então, isso afeta toda a rede do serviço publico federal. Quando a Eurídice falava que a transferência não é só do bem físico, mas da força de trabalho, isso vai no mesmo bojo.

E o pessoal que prestava serviço através de determinadas entidades, como no caso da Semeac – lá nós temos a Fundação José Américo –, esse pessoal todo vai para a rua, sem a possibilidade de arrumar trabalho em função da sua faixa de idade já muito avançada.

Então, há essa questão e, infelizmente, o povo brasileiro se manifestou, mas as duas Casas não levaram em consideração o que ia causar, principalmente, no patrimônio público. É o hospital universitário, o campo de ensino, de assistência e de interação com a comunidade. Isso prejudicou em muito o avanço da pesquisa e a evolução do setor saúde no Brasil.

Isso graças a Dona Ebserh, que aí está dessa forma. No Piauí, não é diferente. Lá, nós temos mais de 2 mil pessoas nesta mesma situação. Se tiver alguém do Piauí... Mas Eurídice sabe da situação, porque eu conversei várias vezes com ela. Em nossas assembleias dos trabalhadores particulares e de servidores públicos, o pessoal ia lá buscar assistência, não podíamos dá-la, porque não era da nossa representação. Dávamos ciência à Fasubra... Esse pessoal ainda não foi atendido.

Temos ainda as danadas das OS Mato Grosso. Eu estive lá fazendo a abertura do Congresso dos Trabalhadores do SUS e do meio ambiente. Pasmem, todo o Estado está privatizado. No Mato Grosso, só temos do corpo funcional do Estado, pouco mais de 4 mil servidores.

Neste ano, já houve três suicídios de trabalhadores na saúde. O salário do concursado está acima de R$ 2 mil e o salário do terceirizado é o salário mínimo nacional. Então, veja a geração de conflito, com as mesmas atribuições. Isso gera muita confusão na assistência, porque um não quer fazer o que é de atribuição do outro. Consequentemente, quem paga é o usuário do sistema.

Infelizmente, eu tinha 40 minutos para falar e tive de falar por 3 horas e 06 minutos, em função das indagações e interações do Plenário. Para mim, foi bom, mas ver essa realidade foi terrível.

Pessoal, isso é um pouco da terceirização no País, sem falar da saúde indígena, porque pouco se olha e se fala sobre a saúde indígena, do homem do campo, da floresta e das águas. Temos na saúde indígena, lá no Nordeste... Ela é terceirizada, o senhor sabia disso? É terceirizada a saúde indígena. Temos 32 mil trabalhadores na saúde indígena. Em cada região do País é uma entidade que toma conta. Na Região Nordeste, é o Imip – uma instituição de caridade, beneficente, que vivia disso. E a partir de determinados governos para cá, ela tomou fôlego e passou a fazer a gestão da saúde em vários segmentos do governo do Estado de Pernambuco. Daí assumiu a gestão da saúde indígena para todo o País, e aí haja dificuldade.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – No ano passado, estávamos fazendo a conferência das centrais sindicais, sendo uma das pré-conferências a da saúde do trabalhador, quando recebemos a notícia de que mais três técnicos de enfermagem morreram, em um acidente de avião. Quem foi o responsável? Quem foi ao menos dar assistência à família? Quem foi retirar os corpos da mata?

Não foi, gente!

Bem, eu comecei com alguns exemplos e, para vocês verem a questão da segurança do paciente – e quando falamos o paciente, é a comunidade, é a população –, temos tratados com as três Américas e mais o Caribe, e a Drª Ivone já começou a tratar disso no início da fala dela. Nas suas conferências, já deliberaram, podaram a melhor assistência aos cidadãos das Américas e mais o Caribe, envolvendo a Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização Mundial da Saúde, o Brasil, que já começou a elaborar seus protocolos, suas RDCs e a criar os seus comitês.

Infelizmente, quando a gente está andando, chega o diabo de uma lei como essa para derrubar a gente, homem! E, então, que tipo de País se quer? Que tipo de responsabilidade o País tem com a sua população? Quem vai responder pela vida desses cidadãos?

Se a gente não tem a estrutura mínima de trabalho, não tem financiamento para a saúde, só para vocês terem uma ideia, e isso não foi dito aqui, temos 35 mil unidades básicas de saúde no País; 33 mil equipes da Saúde da Família, em um total, entre estabelecimentos de serviço de saúde, fazendo a complementação toda, temos 88 mil estabelecimentos.

Vocês vejam o tamanho da coisa, como é gigante! E isso sendo terceirizado, já que o restante dos trabalhadores, a maioria no País – pode se considerar na faixa de 27%, são 26,73% –, já está terceirizada no País.

Então, a responsabilidade é grande. Eu acho que o desafio é maior ainda para o Governo e para nós, trabalhadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Rodrigues Filho.

Onde está a lista, Marquinhos? Estou aguardando há horas a lista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria só confirmar aqui. Na Paraíba vai ser quinta-feira, às 14h, dia 23 de julho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. E vão usar a palavra também lá.

O SR. JOÃO RODRIGUES FILHO – O CNTS está mandando cem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Só para situar rapidamente.

- Natal, Rio Grande do Norte: quarta-feira, dia 22, às 10h.
- João Pessoa, Paraíba: quinta-feira às 14h.
- Manaus: dia 29, às 14h.
- Boa Vista, Roraima: sexta-feira, dia 31, às 10h.
- Teresina, Piauí: quinta-feira, dia 06/8, às 14h.
- São Luís, Maranhão: dia 07/08, tudo às 14h.
- Cuiabá, Mato Grosso: dia 13, às 14h.
- Campo Grande, Mato Grosso do Sul, dia 14, às 14h.
- Goiânia: dia 21, às 10h.
- Macapá: dia 03/09, às 14h.
- Belém, Pará: dia 04/09, às 14h.
- Salvador, Bahia, tudo na capital, na Assembleia: dia 11/09, às 9h.
- Maceió, Alagoas: sexta-feira, dia 09/10, também às 14h.
- Aracaju: também com data a definir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aracaju vai definir hoje.

Por favor, José Antonio da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos em Enfermagem (Anaten).

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aracaju define hoje.

O SR. JOSÉ ANTONIO DA COSTA – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, pela iniciativa de promover esse espaço de debate a respeito de um assunto tão importante para todos nós, trabalhadores.

Cumprimento especialmente todos os trabalhadores aqui presentes nesta audiência e dizer da importância deste momento e do assunto aqui debatido, considerando vários aspectos: a precarização, a formação, o tempo que se disponibiliza para assumir um trabalho de qualidade.

Eu já me senti contemplado com a fala de várias entidades. São entidades sindicais, que, com certeza, são especialistas na área trabalhista, na questão da qualidade do trabalhador. Todos nós nos sentimos muito honrados em termos ouvido aqui, pela manhã, debate tão importante.

Também na parte jurídica, do nosso querido juiz Dr. Guilherme, que nos falou muito da Constituição; da Shirley, que é do sindicato dos enfermeiros, que também pontuou a questão da lei que se sobrepõe, ou seja, que quer anular a Constituição Federal, a nossa Lei Magna, que garante os nossos direitos como trabalhadores.

Quero falar que temos de destacar alguns pontos nessa discussão, falando da precarização, do desmazelo mesmo, que essa lei, se aprovada, vai trazer ao trabalhador, à nossa saúde no Brasil.

Temos uma dificuldade muito grande, como trabalhadores, de alocação, porque por mais que nos preparemos para o mercado de trabalho, nós não temos oportunidades. Isso também já foi falado aqui, mas acho que com a terceirização do trabalho, isso dificulta espaços.

Em alguns Estados do nosso País, temos um quantitativo muito grande de profissionais sem trabalho, desempregados porque não têm realmente oportunidade de conseguir e de galgar espaço profissional.

Algumas pessoas têm qualidade e preparo muito bom em sua formação, mas realmente não têm, porque esse serviço é comprado, ou seja, é vendido. Então, aquele que aceita trabalhar em uma terceirização, em uma quarteirização ou em uma quinteirização ele realmente vende a sua profissão. Ele realmente não tem noção do quão importante é estar inserido em um processo como o do SUS, que trabalha tanto pela qualidade, que prima e que cuida do ser humano, que cuida da vida.

Então, se nós, como população, como trabalhadores, como sociedade, começarmos a entender que temos de ter esse parâmetro da importância e da responsabilidade que temos como trabalhadores, do que estamos assumindo e do que nos propusemos a fazer, acho que nós temos de fazer uma reflexão sobre isso. Temos de pensar muito sobre como vamos nos inserir nesse processo, que é quase impossível. Muitos profissionais, muitas pessoas, a população, estão sofrendo com isso!

Então, nós temos que pensar que os nossos governos, os nossos Parlamentares estão querendo aprovar uma lei que se sobrepõe à nossa lei, ao que nos é garantido como trabalhadores da saúde, como trabalhadores, como população. Eu não sou só um trabalhador da saúde, eu sou um usuário, sou população. A minha família depende dessa população, ela está inserida nesse processo, como trabalhador e como usuário.

Então, tenho de falar como trabalhador e como usuário e ter a consciência disso. E este momento de debate aqui, com tantas representações, com tantos profissionais de várias áreas é muitíssimo importante. Essa iniciativa do Senador de levar esse debate a todos os 27 Estados da nossa Federação é ainda mais importante, porque precisamos conscientizar os nossos trabalhadores, a nossa população, os nossos profissionais, os nossos governantes, os nossos empregadores de que não podemos permitir que a saúde seja tão desmazelada.

E eu vejo que o caminho está piorando, porque a cada dia surge um fato novo que não vai valorizar, qualificar e, sim, cada dia mais desvalorizar e desqualificar um direito que, como muito bem foi falado, conseguimos com muito esforço ao qual temos direito como cidadãos.

Então, a nossa preocupação, como associação – e só faço aí um reparo: a associação também congrega auxiliares de enfermagem, somos hoje um contingente de mais de 85% da enfermagem formados de auxiliares e técnicos. Então, temos uma representação com esse pessoal.

E a massa maior de profissionais está dentro das unidades de saúde são os auxiliares e técnicos de enfermagem. E são os profissionais que mais sofrem com o descaso, com o desmazelo, com a precarização do trabalho e com a perda de espaços. Hoje, temos ótimos profissionais que querem se inserir no mercado. No entanto, as empresas, que são terceirizadas para colocar profissionais mal qualificados e despreparados dentro das instituições, não obedecem sequer ao critério de preparo.

Então, essa é uma das maiores preocupações, e é daí que vem a precarização. Se não há uma mão de obra qualificada, que garanta, um mínimo, a preservação humana dos direitos do cidadão, não há como dizer que é uma mão de obra qualificada. Se você não tem um salário justo, se você não recebe uma remuneração que, por direito trabalhista, é sua, não há como você prestar um trabalho de qualidade, e á aí que a gente cai na precarização, no desmazelo.

E aí, vamos fazer um apelo, já que estamos aqui em cadeia nacional, aos nossos governantes: que eles olhem mais para a nossa saúde, para nossa população, para nós usuários, para nós profissionais. Para aqueles que fazem a saúde neste País, nós, profissionais.

E aqui nós não estamos pedindo muito. Estamos pedindo que os nossos direitos, primeiro como cidadãos, sejam respeitados no que é garantido pela Constituição Federal. Mas nós precisamos fazer com que eles entendam isso.

É lamentável que tenhamos de estar aqui discutindo de que forma vamos fazer uma saúde de qualidade, se temos preparo, se estamos cada vez mais galgando espaços para essa qualificação. Mas querem nos tirar para favorecer uns poucos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. JOSÉ ANTONIO DA COSTA – Então, é só para uma reflexão.

Vamos continuar acompanhando, trabalhando e lutando para que isso não aconteça. A Anaten, as outras entidades e o Fórum Nacional são contra a precarização do trabalho, a terceirização do trabalho e, consequentemente, contra esse projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Antonio da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos em Enfermagem (Anaten), que deu sua mensagem muito direta e objetiva e ficou nos dez minutos.

Agora, o Sr. Ademir Portilho, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

O SR. ADEMIR PORTILHO – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço profundamente ao Senador Paulo Paim por esta iniciativa, sabedor que sou de que tudo que foi falado aqui nos amedronta. Juridicamente, estou assustado por essa constitucionalidade da terceirização. Mas, como bem disse o nobre colega, há saída para isso. Existe saída para isso.

Então, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, que é ligada à Central Única dos Trabalhadores, quero solicitar aos companheiros e companheiras da nossa confederação coirmã, a CNTS, à Federação Nacional dos Enfermeiros e a todas as demais entidades que aqui representam a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Para não ser repetitivo, eu gostaria de falar sobre a pessoalidade do trabalhador informal. Na realidade, para mim a terceirização é informalidade, porque eu convivo com esses informais. Sou oriundo de um laboratório de análises clínicas em que eu convivo e vejo, lado a lado, a invisibilidade desses trabalhadores. Eles são, realmente, de segunda categoria; eles mesmos se consideram de segunda categoria. Eles são alijados, são maltratados pelos próprios companheiros de trabalho assim que são registrados em carteira, como se diz.

No dia a dia, tenho visto que quem ganha com isso... Como fica, diante de todas essas informações que tivemos, de que todos nós somos conhecedores, mas nem toda população é. Diante de toda essa tragédia que vimos na tela, é difícil, Senador. Dependemos de praticamente 600 Parlamentares e das centrais sindicais. Dependemos desses Parlamentares e das centrais sindicais.

Caso os Parlamentares, alguns deles tenham outros interesses, que sejam os patronais – e a gente reconhece que podem ter, que devem visar o lucro –, mas que seja de maneira a respeitar os direitos humanos, porque a terceirização não respeita os direitos humanos. E é por isso que ela está nesta Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Lembrando também que a terceirização pode ser usada pelo Governo até para desonerar a folha. Como? É o Governo quem banca o terceirizado que está alijado do trabalho. É o Governo quem custeia a recuperação desses trabalhadores, é o Governo quem banca o auxílio-doença. Tudo isso tem custo.

E para quem vai o lucro? Só para o setor privado. Tive a oportunidade de receber ontem uma cláusula para readequação. Perdoem-me, mas não vou citar a entidade patronal e não vou sequer citar os pormenores dessa cláusula, porque isso pode criar até algumas expectativas para outros patronais que são horripilantes!

Como podemos aceitar que se proporcionalize o salário do emprego de acordo com o horário de trabalho dele, a partir de 44 horas. Isso tem um significado: já querem, além de terceirizar, reduzir a mais de 50% os nossos salários.

E essa realidade é globalizada, não existe só no Brasil, é mundial, em todos os setores, em todos os segmentos. Os quadros que nos mostraram para nós nos Estados Unidos responsabilizavam, diziam que o cancro de tudo isso são os sindicatos! Jogando nas costas dos sindicatos, das centrais sindicais, dizendo que esses trabalhadores só não estão melhor por conta dos sindicatos, das centrais sindicais.

O Senador Paulo Paim já foi sindicalista. Ele sabe da nossa luta, ele sabe da luta que teve em Canoas. Ele sabe da luta que temos no Estado de São Paulo e, tenho certeza, todos vocês têm nos Estados de onde vieram. Temos aqui companheiras da CNTSS, companheiros da CNTS, companheiras da enfermagem, com quem convivemos há tantos anos. Há companheiros com quem convivo há 19 anos nessa luta para tentar alterar alguns projetos de lei. E já de cabelos brancos, não sei como fazer para acreditar em nossos Parlamentares e governantes, porque o patrão realmente tem mais força.

Quando o patrão financia campanhas políticas, quando o patrão financia o setor extrativista de minérios de 180 Deputados, quando esses Deputados vão votar a favor da não terceirização? "É dando que se recebe" – é isso o que a gente ouve. Infelizmente, eu tenho de dizer, como trabalhador, que quando vai para a pauta, quando vai ser votado eles têm obrigações a cumprir.

Vamos acabar também com o financiamento político, isso vai ajudar a conquistarmos a não terceirização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ademir Portilho, que lembra bem essa forma antiga, surrada, arcaica e, eu diria, até desonesta de fazer política que é o "é dando que se recebe". Como se troca voto por cargo ou por emenda? Isso é brincadeira, é o atraso do atraso da política. Os anos mudam, os governos mudam... Eu ainda tenho a esperança de que essa forma de fazer política desapareça.

Para que vocês tenham ideia, eu divido os 497 Municípios do Rio Grande e as minhas emendas e mando de forma igual para todos os Municípios. Não quero saber se é pequeno ou é grande; mando igual, porque não é a emenda que faz você ser votado. Mando porque é obrigação minha e acabou! Também não vou à inauguração alguma, e que cada um vá à Caixa depois se virar para receber, porque é o papel, e eles vão. É a emenda que é permitida aos Parlamentares.

Mas ficar trocando liberação de emenda por voto, pelo amor de Deus, é um absurdo! E por cargo no Governo? Eu não tenho cargo no Governo e não troco nem pensar. Não aceito nem discutir essa ideia absurda de fazer política trocando voto, que é a consciência, é o compromisso da gente. São as causas que nos trouxeram aqui, são as causas que dão razão para as nossas vidas, e não a troca de voto por emenda ou por cargo no Governo. (*Palmas.*)

Vamos acabar com essa forma surrada, velha, obsoleta de fazer política. Estamos em outros tempos, por isso estou apenas cumprimentando a sua fala, que foi nesse sentido.

O último convidado nosso – que teve outro compromisso, mas chegou a tempo – é o Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores e Presidente da Confederação dos Bancários.

Estou certo?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Obrigado, Senador Paim.

Em primeiro lugar, quero justificar meu atraso, porque estávamos em uma reunião das confederações lá com os companheiros trabalhadores vigilantes. Foi uma reunião normal, e adivinhem o que discutimos lá? Terceirização!

Na verdade, esse é o tema da ordem do dia permanente dos trabalhadores e trabalhadoras: justamente combater a terceirização, porque a terceirização, como todos os companheiros aqui já disseram, realmente tem esse processo draconiano, esse processo malévolo de precarizar, de fazer com que o trabalhador vire uma mercadoria.

E esse projeto de lei do Deputado Sandro Mabel, que foi aprovado lá e que está aqui com número 30, na verdade, é o seguinte: ele continua com a mesma marcha batida, que é justamente haver a possibilidade de uma empresa simplesmente não ter trabalhadores, uma empresa contratar outra empresa. Isso vira a "pejotização", a quarteirização, e simplesmente novamente o trabalhador e a trabalhadora viram mercadoria.

De forma que nós saudamos efusivamente os companheiros da saúde, através do companheiro Castagna, que está aqui, do companheiro João Rodrigues Filho, diretores da CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), por essa grande mobilização que fizeram.

O Senador Paim está numa marcha batida, viajando o País inteiro. Agora, no dia 29, parece que ele estará em Manaus. Eu sei que no dia 31 ele vai estar em Belém. Eu sei que ele termina a Região Norte, a Região Sul, e na Região Nordeste, o Senador Paim já percorreu todos os Estados.

Agora, não tenha dúvida nenhuma de que vamos ter ainda que pedir ao Senador que ele faça um giro aqui pelo Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aqui a relação, eu vou passar nos 27 Estados. Belém é no dia 4/9; na Bahia, dia 11/9. Mas nas minhas férias de julho... Aqui há férias em julho, e alguém vai dizer: "Mas férias de julho é para as crianças, no colégio". Mas aqui também tem, mas só 15 dias. Mas eu suspendi. Pronto! Estou livre! Não tenho férias, vou estar viajando e já programei. Se necessário for, também, vou suspender as férias de dezembro e janeiro, para concluir, quando retomar os trabalhos aqui, em fevereiro, os 27 Estados.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, Senador.

De maneira que é o seguinte, nós ainda temos esperança... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois vocês peçam aí ao pessoal que trabalha comigo, que eles vão dizer: "Mas, bah, o cara diz que é contra trabalhar demais, mas trabalha que nem um louco". E trabalham junto ainda.

Estou descontraindo. Eles merecem, pessoal. Eu queria que dessem uma grande salva de palmas a todos os membros da Comissão. (*Palmas.*)

Não é que eu queira trabalhar tanto, é que a demanda é muito grande. Para vocês terem uma ideia, se não me engano, amanhã vamos ter uma reunião de manhã e outra à tarde, duas audiências públicas. Na quinta-feira próxima, duas audiências públicas. Em seguida, viajamos para seguir o roteiro nos Estados. É que a demanda da sociedade é muito grande. E quando a demanda vem, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras – só vem deles, ainda bem –, eu não sei dizer "não". Eu digo: "Marca a audiência, vamos lá, eu dou um jeito de estar aí". Aí a moçada fica com o compromisso de organizar as agendas.

Uma outra salva de palmas, porque eles merecem, pessoal, senão eles me xingam depois. (*Palmas.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom, Senador Paim, na verdade, é para registrar mais uma vez aqui, porque não vamos ser repetitivos. Quem fala por último tem a grande vantagem de não repetir, não errar nada, porque os outros já falaram tudo que tinham que falar e enfrentaram os problemas. Nós, então, apenas concordamos com todos os companheiros que conversaram aqui.

Eu quero dizer ao Senador que aquela iniciativa do Fórum Sindical dos Trabalhadores, através da sua pessoa, de fazer aquela audiência pública no auditório Petrônio Portela... Acabaram passando por ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi ali que surgiu a ideia desse roteiro.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Exatamente. Mais de mil pessoas compareceram ali. Então, foi uma ideia fundamental, foi uma execução prática também muito importante.

De maneira que é isso, Senador, acho que nós estamos juntos nisso aí. O que nós temos feito nas Confederações é pedir a todos os companheiros e todas as companheiras, em todos os Estados da Federação, e aqui no Distrito Federal também, que compareçam a essas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos e prestem apoio ao companheiro Paim.

Normalmente, tem sido nas Assembleias Legislativas. Então, são ambientes amplos aos quais os trabalhadores e trabalhadoras podem comparecer, devem comparecer. Na verdade, está virando algo consensual

para toda a sociedade brasileira, toda a sociedade trabalhadora, que em qualquer lugar do Planeta, em qualquer lugar do mundo, a sociedade trabalhadora sempre é majoritária, é sempre maioria. Então, compareçam a esses eventos, porque, na verdade, hoje há um consenso para isso, há uma unanimidade no País em combater a terceirização na forma como ela está sendo colocada, que precariza, que tira emprego e que faz do trabalhador e da trabalhadora apenas uma mercadoria.

Este é o abraço que nós trazemos do Fórum Sindical dos Trabalhadores, de todas as confederações de trabalhadores, no sentido de somarmos esforços, nos ombrearmos, junto com o Senador, para combatermos a terceirização e fazermos com que este projeto aqui seja modificado e seja algo humano. Por enquanto, esse projeto de lei que está sendo aprovado na Câmara dos Deputados e que está aqui, nesta Casa, para ser debatido e votado, é desumano, contraria os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Então, vamos combatê-lo com todas as nossas forças, porque este é o nosso dever. Este é o nosso papel. Esta é a nossa obrigação.

Parabéns, companheiros! Boa sorte para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós terminamos os nossos convidados.

Eu vou, democraticamente, tomar a seguinte decisão. Eu sei que a Fasubra está em greve. Eu gostaria que alguém falasse aqui, em nome da Fasubra, pegasse o microfone e colocasse como é que está essa situação. (*Palmas.*)

É a solidariedade entre nós todos.

Eu não sei quem pode falar em nome da Fasubra, alguém do comando de greve.

(Manifestação da plateia.)

Enquanto você vai se sentando para falar, em nome da Fasubra, eu queria também dizer, Lourenço, pela mensagem que você deu, que essa cruzada nacional contra o PL 30, da terceirização, tem o apoio de todas as centrais sindicais, de todas as confederações, de todas as federações, de todos os sindicatos, de todas as associações, de toda a Justiça no campo do Judiciário independente, TST, do trabalho, promotores, procuradores, todos têm entregado documentos contra a terceirização. Nunca houve tanta unidade contra um projeto. Por isso, acreditamos que ele não há de passar aqui no Senado.

Como diz uma frase antiga: "Não passará!" (*Palmas.*)

Agora, com a palavra, a Fasubra.

A SRª PATRÍCIA BORGES DA SILVA – Bom dia a todos!

Nós estamos em greve justamente pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Não só dos direitos dos trabalhadores servidores públicos federais, mas dos direitos de todos os trabalhadores que hoje em dia estão entrando nas universidades através da terceirização e que estão sendo jogados à mercê de condições extremamente precárias de trabalho, atraso nos salários.

Só na nossa universidade, por exemplo, onde ainda não temos hospital universitário, mas temos trabalhadores terceirizados, eles ficam de dois a seis meses sem receber seus salários. E se eles vão à imprensa ou mesmo a sua própria empresa reivindicar um direito, que é o pagamento do seu serviço prestado, eles são demitidos como forma de ameaça, para que não haja reivindicação.

Então, se você não pode reivindicar nem o seu salário, o que dirá reivindicar qualidade no seu ambiente e no seu contexto de trabalho. (*Palmas.*)

É por isso que nós dizemos, como pauta da nossa greve, que nós somos contra qualquer terceirização trabalhista, seja ela nas instituições públicas em que nós trabalhamos, seja em outros espaços, não só na educação.

Hoje, nós estamos com 66 universidades e institutos federais em greve, já é quase a totalidade das instituições em greve. Por que nós estamos em greve? Porque nós temos um corte de R$9 bilhões do Ministério da Educação e um corte de quase R$2 bilhões do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nós, como técnicos administrativos, que já tínhamos dificuldade para executar os nossos trabalhos com financiamento, que já era precário, da educação, hoje nós praticamente não temos recursos para executar nossos trabalhos. Então nós não podemos fechar os olhos para o que a Pátria Educadora, o *slogan* do nosso Governo Federal, tem feito com as nossas condições de trabalho.

Nós temos, sim, bom salário. Sim, temos que atualizar, porque a inflação agora acabou atacando os nossos direitos de trabalhador, de compra. Não tem mais como fazer, como se fazia em janeiro, com R$100 uma compra. Você comprava, sei lá, legumes, verduras, frutas, carne. Hoje, você só compra a carne, e olhe lá, em alguns Estados.

Além de tudo isso que falamos, nós temos hospitais universitários sendo entregues à iniciativa privada. Os trabalhadores, que são servidores... Como muitos disseram aqui, os servidores ficam em situação elevada.

Nosso caso é o contrário, eles são atacados pelas empresas como a ENSERH. Eles atacam os trabalhadores efetivos e tentam explorá-los o máximo possível, para forçar a sua efetivação dentro dessas instituições de trabalho.

A importância da nossa luta é justamente uma universidade pública, gratuita e de qualidade. (*Palmas.*)

E se nós entregamos a nossa universidade a qualquer projeto de terceirização, nós estamos indo contra esse projeto de universidade.

Em outro contexto, nós temos ouvido dizer na mídia que o SUS faz o repasse para os hospitais universitários, portanto, não há necessidade de uma greve. Mas nós sabemos que os hospitais universitários, para além de oferta de serviços de saúde, eles também são espaços de ensino. E como se faz ensino com essa precarização de financiamento, com essa precarização na mão de obra desses locais? Hoje, até os residentes estão em greve. Até a pós-graduação está em greve. Ou seja, todas as pessoas que estão dentro das universidades entendem que o ajuste fiscal, a terceirização e os cortes orçamentários vão de encontro à efetiva implementação das universidades. Então, nós corremos o risco, inclusive, de perder os nossos serviços públicos, como a universidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Ela vai me entregar um documento.

A SRª PATRÍCIA BORGES DA SILVA – É uma carta que nós estamos entregando a todos os Parlamentares, com as nossas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu recebo e, se você permitir, em nome da Comissão de Direitos Humanos, eu encaminho para o Executivo a carta que recebi aqui. (*Palmas.*)

A SRª PATRÍCIA BORGES DA SILVA – Nós pedimos que o senhor segure o cartaz, mostrando o que já disse: o apoio ao movimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso vocês não vão conseguir nunca. Eu seguro dois cartazes!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem que haver dois aqui. Pronto, dois cartazes.

Vocês se assustaram na primeira frase, não é? "Bah! Mas o Paim..." (*Risos.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para concluir, ainda, com a Fasubra, na quinta-feira haverá uma audiência aqui, para discutir a valorização dos profissionais da educação. É quinta ou quarta a Fasubra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, amanhã, haverá mais uma audiência para discutir a valorização dos profissionais da educação. Naturalmente, a Fasubra está convidadíssima. Eu sei que já viriam aqui para falar e colocar o seu ponto de vista. E como é uma audiência específica para valorização do profissional da educação, vamos ver o que nós podemos, no encaminhamento da audiência, ajudar na negociação, para construir uma alternativa que atenda aos interesses mais do que justos de vocês.

Então, palmas à Fasubra, a todos os profissionais e trabalhadores. (*Palmas.*)

E assim, pessoal, nós vamos encerrar a nossa audiência pública. Ela cumpriu todos os objetivos, valorizou, com certeza, a cruzada nacional que todos nós estamos fazendo contra a terceirização. E na mesma linha, também, contribuiu para que nós avancemos no debate e na valorização de todos os trabalhadores da área pública e da área privada.

Não à terceirização! (*Palmas.*)

Valeu, pessoal! Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia quinze de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Hélio José, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Vicentinho Alves, Fátima Bezerra e Marta Suplicy. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 102, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "Valorização da educação e dos trabalhadores de educação". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Jorge Luiz Fernandes, Representante da FASUBRA; Rogério Fagundes Marzola, membro da Coordenação Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA; Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC; Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN; Shilton Roque dos Santos, Membro da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Sinasefe. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos o Senhor presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: André Rodrigues Guimarães, diretor da Andes-SN; Paulo Farias, representante do Sindufece na Fasubra; Bruna de Freitas Iwata, representante do Sinasefe; Ilinice Martins, representante dos aposentados da Universidade Federal de São Paulo; Dilton Mora Rufino, representante do Sintufsc – Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina; Reinaldo Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas; Thales Monteiro Freire, da oposição de esquerda da UNE. A Senhora Presidente lê mensagens recebidas por meio do Portal e-Cidadania e concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O representante do Ministério da Educação, Dilvo Ristoff, compromete-se a atender os representantes das entidades presentes às 17hs, em seu gabinete, para buscar um acordo. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar a ata da Reunião aos órgãos competentes para conhecimento do debate, e para que possam tomar as medidas cabíveis; 2) formar um grupo de Senadores para mediar a negociação entre o governo e as entidades representantes de docentes e servidores das universidades. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 102, de 2015 – CDH, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema Valorização da Educação e dos Trabalhadores em Educação.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse de participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Estou lendo rápido, mas está na tela.

Enfim, nossos convidados. Só vou citar num primeiro momento e já convido para a mesa. Convidados: Rogério Fagundes Marzola, Membro da Coordenação Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). (*Palmas.*)

Jorge Luiz Fernandes, representante da Fasubra. Jorge Luiz, por favor. (*Palmas.*)

Dilvo Ilvo Ristoff. Acertei aqui, mais ou menos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então me saí bem até. Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - MEC. (*Palmas.*)

Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). (*Palmas.*)

Parece que está chegando aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

Shilton Roque dos Santos, Membro da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasef).

Muito bem, esses são os nossos convidados.

Eu vou fazer uma rápida introdução, já que a nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela internet e por canais alternativos aqui do Senado e pela Agência Senado.

Vou situar o tema. Hoje recebemos aqui trabalhadores, muitos da área técnica, outros educadores, que vêm nos falar sobre a importância da valorização das pessoas que trazem consigo a missão de semear o futuro, e também, naturalmente, falar sobre o presente.

Infelizmente, só neste ano, R$9 bilhões que seriam direcionados para o Ministério da Educação foram cortados. Temos uma crise em curso, é verdade, crise econômica e social. Espero eu que não seja uma crise política, e vamos trabalhar para que não aconteça, sempre em defesa das instituições. Temos uma crise em curso, é verdade, mas fica a pergunta: deveríamos nós cortar a prioridade de algo tão importante como a educação?

Enfim, vemos profissionais desgastados, desvalorizados e com perdas salariais seguidas, sem reposição ao longo dos anos. Mas o que chama a atenção são as recentes terceirizações, como as ocorridas em vários hospitais universitários, que têm sido assumidos por instituições privadas. A terceirização nos preocupa em todas as áreas e, claro, na educação. Segundo um representante das categorias profissionais sob constante ameaça de demissão, com pagamentos atrasados, risco de perder o emprego e perda de 40% dos benefícios fazem com que essa terceirização, como a dos hospitais universitários, possa avançar. É importantíssimo que o Brasil se una numa voz só, defendendo aqueles que acreditam numa vida melhor.

Enfim, aqui é um resumo, só para situar. O que nós queremos discutir aqui é a amplitude da valorização dos profissionais da educação.

Tivemos, ainda ontem aqui, um debate muito bom sobre a terceirização na área da saúde. E hoje vamos aprofundar o debate da valorização da educação e dos trabalhadores dessa área tão importante. Todo e qualquer político com quem vocês falarem vai dizer que a revolução social e política, na perspectiva de um mundo melhor para todos, passa pela educação.

Se passa pela educação, nós temos que, efetivamente, valorizar a educação e os trabalhadores na área da educação, que são aqueles que dão o norte, que são os mestres que formam toda a nossa gente.

Então, nesse sentido, eu vou, de imediato, passar a palavra aqui para os nossos convidados, começando com o Rogério Fagundes Marzola, membro da Coordenação Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). O tempo é de dez minutos para cada um.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acendeu o verde, está valendo.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Eu queria agradecer. Só que eu queria solicitar que, se fosse possível, começasse pelo Jorge, aqui do meu lado, que também é diretor da Fasubra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os senhores que mandam.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, por uma permuta, fala, primeiro, o Sr. Jorge Luiz Fernandes, representante da Fasubra.

O SR. JORGE LUIZ FERNANDES – Bom dia a todos e a todas presentes. Uma saudação especial ao Sr. Senador Paulo Paim pela iniciativa desta audiência, e já agradecendo o convite a nossa participação aqui.

Os trabalhadores técnico-administrativos das universidades brasileiras vivem nos constituindo como sujeitos históricos de nossas instituições, construindo e definido nossa identidade de trabalhadores em educação, notadamente a partir do último processo de redemocratização pelo qual passou recentemente nosso País. Desde então, nos apresentamos à sociedade com o nosso projeto de universidade, apontando esta como

a instituição responsável pela produção e disseminação do conhecimento artístico, cultural, filosófico, científico e tecnológico que permita ao País desenvolver-se plena, soberana e autonomamente nos marcos da sociedade contemporânea internacional.

Nesse processo, vimos discutindo com inúmeros governos a constituição de uma carreira que nos permita organizar a nossa categoria, buscando dar cabo das demandas institucionais, nos estruturando, então, numa carreira profissional que, após dez anos de sua implantação, necessita urgentemente de aprimoramento, a fim de dar conta das inúmeras e profundas mudanças que se vêm dando no mundo do trabalho nos últimos tempos.

Cabe ressaltar que a nossa categoria é extensa, com aproximadamente 200 mil trabalhadores em nossa base, ao longo de mais de 60 instituições de ensino superior espalhadas pelo País. E complexas, já que, entre nós, encontramos inúmeras atividades laborais: mateiros no norte do País que são agasalhados pela maravilhosa Floresta Amazônica; marítimos que trabalham ao longo de nosso extenso e belíssimo litoral também; bem como os jardineiros como eu, que me dou ao trabalho de cuidar dos jardins da Universidade Federal de Santa Catarina, projetados Roberto Burle Marx. Mas, também, encontramos entre nós, pesquisadores e trabalhadores com formação em nível de graduação e de pós-graduação, encontrando-se em nossos quadros vários mestres, doutores e pós-doutores em inúmeras áreas do conhecimento.

Nesse contexto se insere a nossa greve que nos foi imposta pelo Governo frente à sua intransigência em não negociar e nem em cumprir resolutivamente vários acordos firmados entre nós em passado recente.

Buscamos mais que reposição das nossas perdas salariais em momento onde a inflação já corrói nosso poder de compra e padrão aquisitivo: queremos valorização e respeito à nossa categoria, que tem prestado relevantes serviços às nossas universidades e, por consequência, á sociedade brasileira; exigimos que cesse o processo de precarização do trabalho em nossas instituições através do vertiginoso e pernicioso processo de terceirização da nossa força de trabalho, que, em muito, vem desqualificando a nossa participação, debilitando, por consequência, a produção geral necessária ao profícuo crescimento e desenvolvimento institucional. Nossos hospitais universitários vêm sendo aviltados através da implantação, de forma autoritária, da malfadada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, iniciando, na verdade, um processo de privatização que desvirtua e deturpa as funções originais de nossos hospitais-escola, a saber, a de formar qualificadamente o corpo de profissionais que deverão cuidar da saúde e do bem-estar da sociedade brasileira.

Reivindicamos, ainda, a exemplo de nosso País, que as nossas universidades tornem-se instituições mais democráticas, e que a participação do processo de escolha de seus dirigentes se dê de forma equânime entre os segmentos da instituição – trabalhadores técnico-administrativos, trabalhadores docentes e estudantes –, permitindo que esse processo se conclua no âmbito institucional, e que o MEC acate tal decisão empossando o escolhido pela comunidade como o seu dirigente maior.

Gostaríamos de ressaltar, também, a necessidade da paridade de vencimentos entre ativos e aposentados, pois entendemos como absurdamente injusto e aviltante que o trabalhador ou trabalhadora, depois de décadas de dedicação laboral à construção e à consolidação de nossas instituições, no outono de sua vida quando as exigências de manutenção de sua saúde elevam cada vez mais o gasto com remédios, com preços exorbitantes em sua maioria, venham agora ser arrochados, tendo perdas ainda maiores do que os trabalhadores da ativa de seu poder de compra e padrão aquisitivo.

Agradeço a atenção de todos. Agradeço ao Sr. Senador.

E passo a palavra ao companheiro Rogério, que detalhará todo o nosso processo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Jorge Luiz Fernandes, que fez um resumo.

E passo a palavra ao Sr. Rogério Fagundes Marzola para complementar.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Primeiramente, eu queria aqui agradecer enormemente, antes de mais nada, a sensibilidade da Comissão de Direitos Humanos e particularmente do Senador Paulo Paim em acolher esta temática aqui para a nossa discussão de hoje, porque nós vivemos uma situação bastante delicada nas universidades. Nós estamos num momento em que deflagramos uma greve no último dia 28 de maio, greve essa que se coloca numa tentativa de reverter o processo de desmonte que está vivendo hoje a educação federal, com o processo de corte orçamentário, e, também, o processo que não negocia com os trabalhadores e que vem se delongando desde 2012.

Na greve de 2012, nós tentamos fechar um acordo com o Ministério da Educação, que previa um processo negocial e grupos de trabalho, que não se efetivaram e que nos levaram a, novamente, entrar em greve em 2014 para poder cumprir, então, o acordo que não proliferou naquele momento. Em 2014, o Governo alegou que estava negociando e que, por isso, judicializou a greve. E o STJ, analisando essa judicialização, determinou que deveria haver um processo negocial até 30 de junho de 2014, coisa que não aconteceu.

Então, nós temos procurado, os trabalhadores que constroem a educação superior deste País, manter o diálogo, manter a negociação, manter os espaços que possam, de fato, fortalecer a universidade pública, a educação pública deste País. Infelizmente, isso não tem sido possível.

Eu queria deixar aqui à Comissão de Direitos Humanos, porque não teria tempo de passar centenas de ofícios, mas eu estou passando aqui três exemplares que são, basicamente, os ofícios que nós encaminhamos ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento nos últimos dois anos – um esforço enorme da nossa parte de se estabelecer uma agenda negocial, que acabou não acontecendo.

Por isso e diante de cortes de mais nove bilhões na educação e de dois bilhões no Ministério da Ciência e Tecnologia é que existe essa greve nacional. Ela atinge, hoje, o conjunto da educação federal – também os trabalhadores docentes nas necessidades, os trabalhadores dos institutos federais e, Inclusive, outros setores do funcionalismo público –, com uma perspectiva de poder, então, valorizar esses trabalhadores. Porque, hoje, os servidores técnico-administrativos das universidades recebem o pior piso e o pior teto do funcionalismo.

E esse quadro de dificuldades é porque nós vivemos aí um processo de distribuição orçamentária em que a educação responde por 3% do Orçamento da União. E é inacreditável que se tenha procurado construir o ajuste fiscal e a forma de garantir o superávit – a remuneração da maior fatia, que é a metade desse gráfico aí, é com gastos com juros e amortização da dívida – se resolvendo pegar aquela minúscula fatia da educação para ser sacrificada e poder, então, viabilizar o processo.

Nós temos um compromisso com a expansão, inclusive porque está prevista a expansão significativa nos próximos anos da educação pública neste País, em nível superior – está isso, inclusive, nas metas do PNE –, e, também, porque visa tentar reverter, um pouco, o quadro bastante delicado atualmente, pois o ensino público responde por apenas 13% do número de instituições, responde por 34% apenas do número de cursos que existem atualmente no País, e por 27% das matrículas.

Então, as matrículas, hoje, ainda estão centralmente colocadas no ensino privado. A gente vê, inclusive, multinacionais, como a Kroton e Anhanguera, respondendo por um número superior de matrículas do que as 63 universidades federais deste País. Então, aqui há um descolamento, com o ensino majoritariamente no terreno privado e que não responde, então, ás metas do PNE de financiamento e de qualidade na educação superior.

Então, nós estabelecemos nossa greve nacional com eixos nesse processo que visa resgatar, no funcionalismo público e nas universidades, um mínimo de dignidade dos trabalhadores, porque isso é o primeiro ponto: valorizar a educação é valorizar os seus profissionais.

As perdas que se acumularam de 2010 até hoje, descontando os 15,8% que já foram concedidos em 2013, em 2014 e em 2015, ainda, assim, apresenta-se uma perda salarial que precisaria ser reposta com um índice de 27,3%, índice esse que nós construímos quando a perspectiva de inflação ainda era de 6% para o ano vigente, e nós já vimos que vai ser 50% maior, ou seja, vai ser de 9% a perspectiva de inflação para este ano. Então, não é possível que se permaneça nesse quadro sem haver negociação.

Então, a pauta desses trabalhadores que nós queríamos trazer aqui versa, de um lado, sobre os problemas econômicos da categoria, sobre a correção das perdas salariais, sobre a correção do problema de distorções na nossa carreira, valorizando esses trabalhadores, prevendo as progressões por capacitação e por qualificação que estavam acordadas no plano nacional para o desenvolvimento desses trabalhadores. E ajustes em nossa carreira, porque o mundo do trabalho se modificou e, também, as relações e o fazer dos nossos cargos também se modificaram, e tudo isso, então, teria que ser revisado, até porque a lei que criou a nossa carreira previa isso no prazo de, no máximo, um ano, e nós já passamos dez anos do PCCTAE e isso ainda não se deu.

Então, nós trouxemos esse conjunto de itens que são econômicos e gerenciais da carreira de trabalhadores, mas também estamos trazendo outros dois conjuntos de itens: um que fala sobre as condições de trabalho, sobre o mínimo necessário para poder se desenvolver adequadamente o serviço público que a gente quer prestar para a população – o polêmico são essas condições de trabalho, o assédio, a precarização e o desmonte das instituições; de que nós estaríamos, inclusive, de contêiner sendo confiscados por falta de pagamento de aluguel, então, não há nem onde se dar aula nas instituições. Nós temos visto trabalhadores sendo demitidos, os terceirizados, porque não há financiamento, enfim. E, também, um conjunto de itens que se referem à democratização das instituições. O Jorginho pegou bem, aqui no início da fala dele, que é a situação de que hoje as universidades têm que fazer processos informais para conseguirem escolher democraticamente os reitores; os que querem fazer o processo democrático têm que fazer isso na informalidade. A ampla maioria, hoje, já faz eleições paritárias, entretanto tem que fazer isso meio que escondido da legislação porque, senão, a legislação, que ainda é muito arbitrária, não permite um processo real de democratização.

Então, entrando um pouco na nossa pauta, detalhando-a, nós vemos, inclusive no PNE, a previsão da capacitação e da valorização dos trabalhadores técnico-administrativos em educação nas universidades – está na Meta 13, no item 13.9 do PNE aprovado no Congresso –, bem como a questão de seguir aumentando o fi-

nanciamento público na educação, coisa que está comprometida agora com os novos cortes colocados. E, na legislação que trata da avaliação na educação superior – não é só no PNE, mas também nos Sinaes –, estão previstas, como dimensões da avaliação das instituições, as políticas de pessoal, as políticas de carreira dos técnico-administrativos em educação. Então, isso nos ensejou buscar em espaços anteriores negociações que avançassem nesse terreno.

Nós tivemos, no início de 2014, a concretização do Plano Nacional de Desenvolvimento dos integrantes da carreira, que deveria balizar cursos de formação em nível de capacitação, em nível de graduação, de especialização e de mestrado – isso já está em vigor.

Eu coloquei a foto porque mostra que o Ministro da Educação era o Aloizio Mercadante. Nós tivemos depois o Ministro Paim, nós tivemos depois o Ministro Cid Gomes, nós tivemos depois, interinamente, o Ministro Luiz Cláudio, até nós chegarmos agora no Ministro Renato Janine. Então, quatro ministros depois, esse plano, que deveria ter sido implementado em janeiro de 2014, ainda não o foi – e que previa toda essa dimensão de oferta de vagas já em 2014; esses eslaides, inclusive, para não ficarem achando que são tendenciosos, eu peguei do *site* da Andifes. E já estavam mostrando, ali, que estavam previstas essas vagas e que deveriam ter sido ofertadas já no início do ano passado, tanto em nível das duas mil vagas de graduação, como em nível das duas mil vagas de especialização e mil vagas de mestrado. Não o foi, como também não o foram as dez mil vagas de cursos de capacitação. E a meta desse programa era que nós chegássemos em março de 2015...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Só para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Obrigado.

A meta desse programa era que nós chegássemos, em março de 2015, com esse programa efetivado em 100% das instituições. Nós estamos, hoje, no patamar de 0% – vencidos todos os prazos, estamos em 0% na sua efetivação.

Então, é uma sinalização muito ruim que se dá aos trabalhadores quando não se consegue efetivar, sequer, o que já está assegurado, inclusive do ponto de vista legal na legislação.

Também um outro problema que nós estamos vivenciando é o problema de que há um processo de terceirização muito forte nas instituições, ausência de concursos públicos e um dimensionamento inadequado de pessoal. Até é uma coisa meio *sui generis* quando se verifica que, na pauta da greve, têm que estar colocadas questões que são questões de gestão, como o problema de dimensionamento de pessoal nas instituições.

O Governo – esse gráfico pega os quatros anos do Reuni, onde foi maior a expansão, onde existiu o maior ingresso de trabalhadores –, mas pode se verificar que, das classes A, B e C, mesmo com a expansão do Reuni, houve uma redução significativa do número total de trabalhadores nessas classes. Então, está havendo uma reposição apenas em duas classes e outras três estão em processo de extinção. Na verdade, não porque a lei as extingue, mas porque o processo de inanição de vagas para concurso público acaba por decorrer nessa situação.

Então, esse gráfico seguinte aqui está mostrando como as classes A, B e C estão desaparecendo na divisão da mão de obra nas universidades. E isso tem levado a um processo em que os trabalhadores atuais acabam ficando sobrecarregados, porque, de um lado não há reposição, se trabalha com bolsistas, com estagiários, e, com isso, a qualidade com que a gente quer tratar a população só se precariza mais, e mais sujeita a crises.

Da mesma forma, busca-se criar muitos argumentos de que, na verdade, esses trabalhadores nas universidades estariam ganhando bem. Inclusive, a fala do Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho, é que nós estaríamos ganhando cinco vezes acima do mercado. Bom, na nossa tabela salarial que está em vigor atualmente – está aí no gráfico –, o nosso piso é de R$1.197,00 e equivale, exatamente, a um salário mínimo e meio. Se isso fosse cinco vezes acima do mercado, o mercado teria que estar pagando um salário mínimo de R$250,00, coisa que a gente sabe que não é porque a lei não permite isso. Mas isso demonstra o quê? Como é fácil se jogarem argumentos que, na verdade, não se sustentam em uma análise simples e elementar quando se verifica de fato as tabelas salariais, quando se verifica de fato o conjunto de ofícios encaminhados ao Governo para tentar, de fato, ter então um processo de negociação desses trabalhadores.

Essa situação também se traduz no âmbito do processo que se vive de terceirização e de mudança nas relações de trabalho, também atinge os hospitais universitários, onde foi criada uma empresa de serviços hospitalares, que, na verdade, permite essa perspectiva de parcerias com planos de saúde, numa lógica do mercado sendo trazida para dentro da gerência dos hospitais universitários. Isso tem comprometido o atendimento dessas instituições, tem deteriorado o quadro desses hospitais, tanto na questão dos recursos básicos, do dia a dia, de consumo dos hospitais, como também na própria estrutura física deles. Isso tem levado, inclusive, à

greve os trabalhadores que são os novos concursados da EBSERH, e a um processo de assédio sobre os trabalhadores dos RJUs que são cedidos às gerências da EBSERH.

Nós queremos abrir essa discussão com o Governo sobre essa situação crítica dos hospitais universitários. E nós encaminhamos uma Adin ao STF para poder julgar a inconstitucionalidade da criação da EBSERH, bem como entregamos um dossiê ao Ministro Toffoli mostrando o quadro de desmonte que está colocado hoje e como tem se agravado esse desmonte sob a gestão da EBSERH dentro dos hospitais universitários.

Então, esse tem sido o nosso esforço.

Tentando concluir, aqui, dentro do tempo – já estou aqui na prorrogação –, nós estamos, então, com a nossa greve, em nível nacional, se expandindo. Hoje, ela atinge 61 das 63 universidades federais, mais 5 institutos que são da base da Fasubra, além das outras categorias da educação federal que também estão de greve.

Nós estivemos, no início desta semana, na SBPC em São Carlos – nós temos atividades que são para marcar disputas na Sociedade do projeto que nós queremos construir de educação pública, em que o Estado tem que garantir, realmente, os interesses da população. E, além, uma campanha de doação de sangue, porque nós queremos que sejam valorizados os trabalhadores e não é só simbólico não: a gente dá no dia a dia. Isso aqui é mais um simbolismo, mesmo, com a nossa campanha que estamos fazendo hoje de doação de sangue em todas as universidades, como existe aqui na UnB hoje, na Praça Chico Mendes, e também em outros locais por todo o País, onde vai estar essa campanha de doação de sangue.

E, para finalizar, nós queremos ter um espaço de negociação. Mas, enquanto eles não se efetivarem, enquanto não acontecerem de fato, nós vamos seguir tomando as ruas, como tomamos agora, na semana passada aqui em Brasília – cinco mil manifestantes aqui em Brasília –, para cobrar de fato, então, que a educação seja o que foi o mote colocado pela gestão do Governo Federal de Pátria Educadora. Então, a primeira coisa é não cortar a verba da educação, na Pátria Educadora, e valorizar os trabalhadores que constroem essa educação, também na Pátria Educadora.

Então, essa é a nossa fala, o que queríamos apresentar para colocar a situação, na nossa visão, dos técnico-administrativos com relação à educação superior no País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Rogério Fagundes Marzola, da Coordenação-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que faz uma análise e mostra a desvalorização do salário dos professores e a própria estrutura precária.

Vamos agora ao Sr. Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação, da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC).

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Paim pela iniciativa do debate e dizer que acredito que esse seja um debate sempre pertinente para a questão da educação superior e da educação como um todo.

Eu sou Diretor de Políticas e Programas da SESu (Secretaria de Educação Superior) e tenho uma história de 38 anos de universidade federal. Tenho acompanhado, há muitos anos, a luta pela valorização da educação, tanto no nível universitário quanto na educação básica, que é uma luta permanente. Acredito que a próxima década deve ser, de fato, a década da valorização.

Se olho para os últimos vinte anos, diria que a década de 90 na educação superior foi de expansão, mas de expansão de mais do mesmo. Nos anos 2000, a partir do período Lula, a expansão se deu com democratização, o *campus* hoje é outro na educação brasileira. A expansão com democratização mudou o *campus*, a expansão precisa continuar, a expansão com democratização precisa continuar. Por que a expansão precisa continuar? Porque, numa interpretação já ajustada, ou seja, considerando os formados na faixa etária de 18 a 24 anos, na educação superior, chegamos a 20% de taxa de escolarização líquida – isso é a metade do que os países da Europa já tinham há várias décadas. O que estamos dizendo, na verdade, é que estamos deixando de aproveitar 80% do potencial dos cérebros das pessoas, das sensibilidades que podem ser colocadas a serviço do desenvolvimento do País. Então, não é de números que estamos falando, estamos falando de pessoas, por trás de cada número desses há uma pessoa.

A expansão precisa continuar, mas é importante que ela continue com democratização, isso quer dizer que nós temos que ter mais pessoas dos grupos historicamente excluídos da educação superior. E que grupos são esses? Os pretos, os pardos, os indígenas, os pobres, as pessoas oriundas de escolas públicas, e para isso, por exemplo, a lei das cotas teve um peso extremamente importante.

Existe todo um conjunto de programas, que hoje tenho o privilégio e também a dificuldade de administrar, porque quase todos os grandes programas estão vinculados à minha diretoria. Estou falando de programas como o ProUni, o Programa Universidade para Todos, o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), também o Fies, agora o novo Fies, que nós estamos construindo, que passa diretamente à diretoria de políticas, para

monitoramento melhor. Também um conjunto de outros programas como Bolsa Permanência... E mais, não há um programa que não tenha vinculação com a questão da democratização.

Mesmo o grande programa de extensão que temos hoje, que é o ProExt, um programa de R$85 milhões, que valoriza a extensão universitária como ela nunca, antes, havia sido valorizada ou reconhecida e, agora, também o Programa Mais Cultura, todos esses programas estão vinculados à minha diretoria.

Mas quero dizer, então, que, quando falamos em democratização, estamos falando de coisas muito concretas. Vamos pegar um programa como o ProUni, que foi muito criticado. E devo dizer o seguinte: participei da equipe que escreveu o primeiro plano de governo do ainda candidato Lula, quando da sua primeira eleição, e tenho orgulho de ter participado dela. Acho que avançamos nas 25 linhas de ação que foram lá colocadas. Em algumas, avançamos muito mais do que havíamos previsto, como na questão, por exemplo, da criação de bolsas com recursos extraorçamentários, que depois gerou o ProUni. Mas o ProUni foi muito criticado, em geral pela esquerda. Ele foi muito criticado, porque deveria ser colocado esse dinheiro em instituições públicas. Eu, pessoalmente, sempre fui um defensor intransigente também da educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar, há controvérsia em relação à afirmação da crítica da esquerda.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Muitos amigos da esquerda criticaram e muitos também apoiaram, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas muitos amigos também não... Eu, inclusive, apresentei um projeto, há muito tempo, que vai na mesma linha de usar esse dinheiro para assegurar as bolsas. Só para dizer que concordo com o ProUni. Quero deixar bem claro. Estou do seu lado.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Então, por exemplo, um dado que as pessoas têm que ter: o ProUni já formou mais de 430 mil pessoas. O que quer dizer 430 mil pessoas? É muito ou é pouco? Ora, todas as 63 universidades federais, juntas, formam em torno de 100 mil por ano. São quatro gerações e meia de formandos de todas as universidades federais juntas. É muita gente. Todos carentes. Todos carentes.

Então, o perfil do *campus* mudou muito lá no setor privado – estou falando agora do setor privado –, mas também mudou pelo Fies, por outros caminhos.

Fiz uma análise recentemente, um estudo que, inclusive, pode ser lido por todos, em que analiso o perfil socioeconômico do *campus* brasileiro. Ele está disponível na página Flacso Brasil e se chama "Perfil Socioeconômico do Estudante de Graduação Brasileiro". Nele, eu mostro, por exemplo, que o estudante de Medicina, nas primeiras edições do Enade, tinha 70% da sua origem em famílias com mais de dez salários mínimos. Na última edição, esse percentual era de 40%. É importante dizer que esse grupo na sociedade brasileira de famílias representa 7%. Então, a Medicina brasileira ainda é cerca de seis vezes mais rica do que a sociedade brasileira. Mas ela era dez vez mais rica. Então, há um processo gradual em que mais pessoas mais pobres... E não estou falando nem da escola pública, porque a origem da escola pública também varia muito.

Se pegarmos renda familiar, origem escolar, cor, escolaridade dos pais, se ele tem, ou não, educação superior, temos, a cada ano, muito mais filhos de pais sem escolaridade chegando a cursos de alta demanda, em todos os cursos, e também se é aluno trabalhador ou não. São análises importantes a serem feitas.

Eu gostaria de citar, ainda, no setor público, os grandes programas que foram criados. Como eu disse, tenho 38 anos de universidade pública. Inclusive, participei da criação de uma, fui pró-reitor de outra, ajudei a criar a Universidade Federal da Fronteira Sul, tendo sido seu primeiro reitor e o Presidente da sua comissão de implantação. Dediquei dois importantes anos da minha vida a esse projeto, com um trabalho intenso até o esgotamento, para fazer com que em um ano ela fosse implantada e nós tivéssemos 2.167 estudantes já na primeira leva. Hoje, ela está com 8 mil estudantes e já com oito programas de mestrado. Por que estou citando isso? Porque isso fez parte de uma política de democratização e de interiorização das universidades federais.

Assim como foi criada a Universidade Federal da Fronteira Sul... O que quero dizer, Senador Paim, é que foi a universidade mais democrática que foi criada. A Lei das Cotas, que saiu em 2012, prevê, para 2016, 50% dos estudantes com origem na escola pública. Nós iniciamos com 92%. Por que iniciamos com esse percentual? Porque nós concebemos a universidade pública para estar a serviço da escola pública. Então, ela foi concebida de outra forma. Hoje, com a Lei das Cotas, precisamos fazer alguns ajustes, e ela está com 86% em todos os cursos. E a lei está prevendo 50% para 2016.

Vocês podem dizer: mas a lei é tímida. É, é tímida, só que a lei foi importante porque ela fez isso para todos os cursos e turnos, ou seja, para cursos de altíssima demanda, de média demanda, de baixa demanda. Por isso que a lei foi extremamente importante e está sendo extremamente benéfica.

Então, o Reuni não só criou 18 novas universidades federais, criou mais de 170 *campi* de universidades federais, num processo de interiorização nunca antes visto no País. Isso significou, evidentemente, investimentos pesadíssimos. Isso significou a abertura de concursos para professores, para técnicos, concursos que estavam

encerrados na década anterior. E quero dizer que esse processo de recuperação das universidades federais, colocando-as novamente na centralidade da educação superior, foi um processo extremamente importante.

Eu gostaria de ainda falar um pouquinho do Sisu. Hoje, o Sisu também é um programa importante porque ele está combinado à lei das cotas. E porque ele está combinado à Lei das Cotas, ele também está dando uma contribuição extremamente importante para que a universidade federal brasileira tenha a cara do Brasil, da população brasileira. Então, estamos não só trazendo mais gente da escola pública, estamos trazendo pretos, pardos e indígenas com menos de 1,5 salário mínimo; pretos, pardos e indígenas com mais de 1,5 salário mínimo; estamos trazendo outros com menos de 1,5 salário mínimo. Estou citando isso porque essas são as rotas que estão no Sisu.

E esse processo a que algumas universidades ainda resistem – duas ou três no País, porque a quase totalidade hoje participa dele – está tendo um impacto enorme em um conjunto de coisas. Qual é o primeiro impacto? Como citei, a vinculação com a lei das cotas e o processo de democratização, mas também com a questão de sair de um vestibular pequeno, pago, portanto elitista, estadualizado, para um sistema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Diretor, representante do MEC.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui está o Senador Vicentinho. (*Palmas.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é 1º Secretário da Casa e veio aqui para dar apoio ao entendimento, à conciliação, à negociação para que a greve possa chegar ao final.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – E amigo e admirador do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou aproveitar, então, e já registrar a presença da Senadora Regina.

A Senadora Regina é uma lutadora por todas as causas populares, uma das personagens mais importantes desta Comissão. Já ajustei com ela: vou ter uma votação em outra Comissão e, quando eu for lá votar, ela vai presidir aqui, acompanhando agora a exposição do representante do MEC.

Uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

E ela já assume a Presidência, para eu chegar lá, votar e poder retornar.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Então, só para resumir essa questão do Sisu, eu dizia que estamos saindo de um vestibular que é pequeno para um...

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – ... processo seletivo amplo, nacional. Na última edição do Sisu, tivemos 2,7 milhões de candidatos. Quer dizer, é um grande processo de seleção. Então, saímos de um pequeno para um grande, de um pago para um gratuito, de um que é localmente referenciado na qualidade para um nacionalmente referenciado na qualidade, porque todos passam a usar o Exame Nacional do Ensino Médio como referência, e especialmente com possibilidade de mobilidade para todos, não só para os ricos. Os ricos podiam pegar o avião e fazer vários vestibulares.

Lembro de que, na época em que eu era pró-reitor de graduação, a grande disputa entre os pró-reitores de graduação era para garantir que fizéssemos nossos vestibulares coincidirem, porque, senão, as pessoas faziam vestibular no Paraná, em Santa Catarina – aliás, a bancada catarinense está aqui bem representada, estamos três à mesa –, faziam no Rio Grande do Sul, passavam em todas e ficavam ocupando uma vaga no papel, porque, na prática, não ocupavam. Então, o curso de Medicina da Federal de Santa Catarina, nos anos 90, iniciava com 8% de evasão. Era uma evasão falsa porque, na verdade, a vaga estava sendo ocupada por gente que tinha passado em outros vestibulares. Os ricos podem continuar correndo o País, fazendo vestibular onde eles ainda existem. Hoje, graças ao Sisu, os pobres também têm a possibilidade de mobilidade, graças a um sistema de seleção unificado e gratuito. Então, são processos extremamente importantes.

Mas quero dizer o seguinte: tenho toda a simpatia pelo movimento grevista... Quero dizer isto. Participei de muitas greves também, como professor. Inclusive, devo ter participado da primeira greve da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi de um dia, mas depois foi de dois, porque, na época, era difícil fazer greve. Mas quero dizer o seguinte. Por exemplo, se vocês olharem a evolução dos recursos aplicados nas federais de 2003 a 2012 – como não tenho 2013 aqui comigo, porque não vim preparado especificamente para esse debate, pois vim preparado, na verdade, para discutir o PNE e a valorização do PNE, estou ajustando a minha fala aqui –, saímos de R$7 bilhões para R$27 bilhões. É um crescimento extraordinário. Mas isso vale também para

a questão da valorização dos docentes. Por exemplo, quanto ao crescimento dos doutores na rede pública, saímos de 39% de doutores para 53% de doutores. Os mestres praticamente estão desaparecendo.

Há um conjunto de dados que eu poderia apresentar aqui para vocês. Vamos pegar, por exemplo, o PNAES. Um programa como o Sisu, que gera mobilidade estudantil e que permite a interiorização, que permite trazer muito mais gente pobre para dentro do *campus*, também criou problemas novos para a universidade. E esses problemas são problemas bons de se ter. Por que são bons de se ter? Porque a alternativa seria a exclusão. A política é de inclusão. Ora, se queremos incluir as pessoas, não podemos apenas permitir o acesso, temos também de garantir a permanência. Isso significa investimentos enormes. Então, por exemplo, o PNAES, Programa Nacional de Assistência ao Estudante, começou em 2008, é recente. Ele iniciou com R$101 milhões. Em 2015, ele estava com R$892 milhões, aproximadamente. Para 2016, ele supera R$1 bilhão, já está projetado. Supera R$1 bilhão. Mas temos que acrescentar a esse R$1 bilhão aqui quase outro bilhão com as bolsas de iniciação à docência do Pibid.

Ou seja, são investimentos enormes que têm sido feitos e que indicam a preocupação do Ministério em garantir, em primeiro lugar, a expansão, em segundo, a inclusão e, em terceiro, a qualidade.

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – É por isso que o Sinaes foi criado, é por isso que o Pibid foi criado, é por isso que um conjunto de outros programas, sobre os quais eu poderia falar aqui, foi criado.

Claro que passamos por um momento de restrições orçamentárias, e, como todos, também estou lutando para que consigamos não apenas manter os recursos que tínhamos, mas que consigamos, efetivamente, trabalhar rumo ao que estabelece a nossa lei maior agora, que é a lei do Plano Nacional de Educação, para chegarmos, o mais rapidamente possível, a 7% do PIB no quinto ano do plano e a 10% do PIB no final do plano.

Esse é o grande sonho, e acho que é uma batalha, uma luta que todos compartilhamos.

Então, agradeço e fico à disposição para tentar responder algumas das perguntas que, eventualmente, vierem. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Dilvo.

Passo a palavra ao Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente do Andes-SN.

Peço desculpas porque eu não estava aqui na apresentação. Sou membro desta Comissão, mas eu estou com uma briga com o clima de Brasília. Peguei uma gripe fortíssima, mesmo vacinada. Então, fico lá no gabinete para não pegar esse frio – quando precisam de mim, me chamam –, para ver se eu melhoro, porque ainda estou tossindo muito.

Professor.

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO – Bom dia, Senadora!

Bom dia, companheiros da Fasubra, Rogério, Jorge; Shilton, do Sinasefe; Dilvo, representante do Ministério da Educação; bravos lutadores, técnicos administrativos, docentes e estudantes que estão aqui presentes.

Eu queria, nesses dez minutos de fala que tenho, citar uma contradição. Há muitas contradições no País. Todos os países têm contradições, o mundo é cheio de contradições, mas eu queria destacar uma contradição relativa ao ensino superior e falar um pouco, a partir disso, da nossa luta.

Se nós compararmos a universidade pública que ainda temos no Brasil com a que existe nos demais países da América Latina, como Argentina, Chile, Colômbia, com os diversos países, vamos ver que nenhum deles conseguiu manter a universidade pública nos termos que nós ainda temos, com autonomia, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com professores com dedicação exclusiva, com técnicos contratados como efetivos num regime jurídico único. Só para vocês terem uma ideia, na Colômbia, só são estáveis os professores velhinhos que ainda não se aposentaram. A maioria dos professores da Colômbia é horista. A precarização se dá em todas elas. Na Argentina há uma precarização muito grande. E o Chile foi aquele precursor do ensino pago, do ensino público pago, que levou à falência da educação pública superior e básica também no Chile, e as lutas hoje vão no sentido de reverter aquela situação.

Mas, ao mesmo tempo, qual é a contradição? Em nenhum desses países há monopólios, como o Rogério já mencionou, tão fortes como os monopólios que temos na educação superior privada, que são multinacionais que atuam no Brasil, que vão fazendo fusões, como a recente fusão entre Kroton e Anhanguera, que têm uma gestão empresarial da educação, em que esses processos se dão por meio do enxugamento dessas universidades. A Anhanguera, agora, para se fundir com a Kroton, passou por um processo de demissão de mestres e doutores. Fazem uma limpa nessas universidades para transformá-las em negócios altamente lucrativos. E mais de 50% – isto é importante registrar – das vagas no ensino superior privado no Brasil, desses grandes negócios, contam com alguma forma de subsídio estatal, seja pelo Fies, seja pelo ProUni.

E por que ainda temos essa universidade pública gratuita no nosso País? Acho que temos que entender que ela ainda existe por causa das bravas lutas que, nessas últimas décadas, estudantes, docentes e técnicos administrativos travaram no Brasil. (*Palmas.*)

Nós estamos passando por uma crise, e todos reconhecem a crise, uma crise econômica, o PIB não cresce, um período em que a resposta política dada pelo Governo tem sido a do ajuste fiscal. E temos que entender que estamos passando pela mais grave crise que a universidade pública brasileira já viveu. Não pelos efeitos mais imediatos, como os cortes orçamentários que estamos enfrentando. Só no início do ano, nos três primeiros meses, mais de R$2 bilhões foram retidos quando se passou 1/18, e não 1/12. E, quando sai disso, vem o ajuste fiscal com o corte de R$9,4 bilhões das verbas do Ministério da Educação. E nos dizem que não é corte, mas contingenciamento.

E é importante reconhecer... E não adianta disfarçar os números, porque está havendo um esforço, por parte do Governo e por parte de vários reitores, para tentar mostrar que está tudo bem. Mas nós temos que ter clareza de que, em primeiro lugar, se a universidade não para pela greve, ela vai parar por inanição. As universidades, hoje, não têm condições de começar o segundo semestre. Não há recursos. Não há recursos, e o primeiro setor atingido, evidentemente, é o dos terceirizados. Volta e meia, há paralisações dos terceirizados porque não recebem o salário. Então, há uma situação crítica nas universidades. E a primeira coisa que nós devemos cobrar do Governo é que não maquie, não esconda. É preciso reconhecer. E os reitores também têm de reconhecer a situação de crise pela qual ela está passando. Sem esse reconhecimento, não vamos ter condições de reverter os cortes.

Nossas entidades, o Sinasefe, a Fasubra, o Andes, participamos do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, que tem buscado negociações salariais com o Governo, e todas essas entidades, por unanimidade, rejeitaram a proposta salarial que o Governo nos apresentou, do Sr. Sérgio Mendonça, que nos apresenta uma proposta que o Ministro do Planejamento quer. Em nome de poder planejar, faz uma proposta de quatro anos. Os sindicatos estão sendo chamados a firmar um acordo de redução gradual do poder de compra do servidor público por quatro anos. Querem de nós que assinemos um acordo de confisco salarial para os próximos anos, e todas as entidades disseram não. Nós queremos é a negociação coletiva, nós queremos que sejam postos recursos para haver negociação, de fato, com os servidores. Esperamos que, no dia 21, quando viermos a nos reunir de novo, o representante do Governo apresente alguma proposta melhor que a que ele apresentou, para que possa haver negociação.

Em relação às nossas pautas específicas, as respostas que nos têm sido dadas são, na prática, os cortes e a apresentação de números que falam do passado, que falam o quanto a universidade se expandiu etc.

Eu queria propor ao Dilvo Ristoff que buscasse fazer uma comparação do quanto foi investido com o Reuni em relação ao corte de R$9 bilhões, porque o corte de R$9 bilhões representa não ter possibilidade de continuar com a expansão.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO – Peço licença para concluir.

Quando o Rogério apresenta esse grande volume de ofícios, a disposição de nossas entidades tem sido sempre a de buscar a negociação, com negociações que sejam efetivas. Não há sentido precisar haver um calhamaço de ofício, porque, quase toda hora, nós temos de ficar pedindo audiência, reunião, abertura para as negociações.

Eu penso que está em questão o caráter público da universidade pública brasileira. Nossos movimentos são para defender a manutenção desse caráter público. E nossa disposição tem que ser a de continuar firme na luta no desenvolvimento e na expansão dessa greve, não porque sejamos grevistas natos e gostemos de fazer greve, mas porque nós não podemos arredar o pé dessa luta enquanto não houver a reversão desses cortes, enquanto não houver negociação, de fato, das nossas pautas.

Para finalizar, penso que da Grécia vêm ventos muito otimistas, quando a população diz não aos planos da Troika, do FMI, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu de promover ajustes que retiram aposentadoria, que cortam aqui e ali. Precisamos ter clareza de que a mesma política que é imposta na Grécia é imposta para fazer esse ajuste fiscal no Brasil. O ajuste fiscal tem uma orientação: continuar pagando os serviços da dívida. Ele é imposto ao nosso País. Se há corte na assistência estudantil, se há cortes os mais diversos na universidade, se não há recursos para negociação dos salários dos servidores públicos, é porque houve uma opção política de atender às exigências da banca internacional. E essa política pode ser revertida. (*Palmas.*)

Levy não precisa continuar fazendo planos para atender agiotas que levam dinheiro para fora do Brasil. E ele agora inventa meios de fazer a lavagem do dinheiro para entrar aqui dentro, como o que ele propôs exatamente ontem ou antes de ontem.

O que eu digo quando eu falo de ventos da Grécia é que nós não precisamos chegar às condições de miséria e de desespero a que o povo grego chegou para fazer a reversão dessa política econômica que se impõe a nosso País.

E continuamos na luta, bravos companheiros, técnicos administrativos.

E saúdo todos os docentes e estudantes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Presidente do Andes, Paulo Marcos.

Passo a palavra para o Sr. Shilton Roque dos Santos, que é da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu gostaria de, num primeiro momento, agradecer à Senadora Regina e ao Senador Paim por esta participação aqui, aos valorosos colegas da Fasubra, companheiros de luta, que tiveram essa iniciativa e fizeram esse convite, a todos os participantes da Mesa, ao Paulo, em nome do Sinasefe, e pela presença dos companheiros do Andes, valorosos companheiros de luta. Nesse sentido, agradeço a participação e a nossa unidade aqui. Eu acho que essa fala final dos companheiros, esse grito de ordem quando falamos em greve geral da educação, remonta a vários momentos em que nós entidades da educação federal estivemos juntos e, a partir dessa nossa unidade, tivemos êxitos em nossas lutas e em nossas batalhas. Eu acho que é essa mesmo a palavra de ordem. E o meu agradecimento inicial é no sentido desse espaço em que fazemos um debate em unidade. É neste momento de greve que estamos discutindo essa unidade, discutindo os avanços nessa nossa luta.

Nesta minha fala aqui, na audiência, uma vez que vamos debater aqui valorização tanto do trabalhador e do profissional da educação quanto da educação, eu queria fazer um pouco uma discussão em relação à precarização, o que já fazemos há algum tempo.

O Sinasefe entrou em greve nesta segunda-feira, dia 13 de julho, e, já no seu primeiro dia de greve, paralisou 26 seções em 9 Estados e mais de 56 unidades. Todavia, essa greve que iniciamos no dia 13 é a quarta greve em cinco anos e é um reflexo do processo de precarização que discutimos e debatemos. Ela é um reflexo do processo de expansão. Defendemos, sim, a necessidade de uma expansão. Como o Dilvo colocou aqui vários números e avanços, nós estamos aqui para colocar também algumas consequências desse avanço, o que discutimos e, por consequência, por que estamos aqui, por que estamos parados, por que estamos em greve. Esse é o debate que fazemos.

Nos últimos nove anos, as nossas instituições da rede federal quintuplicaram. Houve um aumento de cinco vezes no nosso número de unidades. Porém, esse aumento careceu de um planejamento mais coeso, tanto que, na sua execução, conseguimos identificar uma série de problemas que se refletem na nossa atividade, na oferta da educação e na qualidade dessa educação ofertada pelas nossas instituições.

E aí, quando fazemos o debate sobre precarização, quando fazemos o debate da qualidade, nós não colocamos simplesmente a infraestrutura de bibliotecas, de laboratórios, que se refletem efetivamente nesse processo, nessa oferta educacional; fazemos a discussão sobre a precarização também das relações de trabalho, da nossa atividade e, por fim, da educação que ofertamos à sociedade.

Nós colocamos – números do próprio Governo, daquele relatório do TCU de 2013 – o alto índice de evasão escolar nos institutos, o nosso déficit. E, aí, eu gostaria de reproduzir o déficit de trabalhadores nos institutos federais, que é de em torno de 5.700 técnicos administrativos e de em torno de 7.900 docentes. E, na pesquisa que foi feita pelo próprio TCU, o principal motivo é a baixa atratividade dessas carreiras e as condições de trabalho colocadas por esses profissionais após o processo da expansão.

Uma vez que já estou falando do problema da precarização em relação às nossas condições de trabalho, eu vou, aqui, reiterar um ponto colocado pelos nossos colegas. O companheiro Rogério falou aqui da capacitação e qualificação dos técnicos administrativos, o plano de desenvolvimento aprovado em 2014, salvo engano – não é, Rogério? –, que até hoje, efetivamente, não foi executado. O próprio Governo, no lançamento do plano, já coloca o grande déficit, nós, no lançamento do plano, colocamos que, da forma como ele estava sendo posto, ele, ainda assim, não dava conta – seria necessário que levássemos para as instituições e que cada uma

das instituições também fizesse seu plano –, mas, mesmo assim, mesmo com essa identificação, mesmo com essa nossa radiografia, com essa nossa crítica, ainda não houve execução do próprio plano.

Também há outras ações do Governo em que não encontramos esse incentivo à capacitação nem do acesso, nem da permanência. Colocamos instituições em todos os locais do Brasil, colocamos docentes e técnicos administrativos em locais e espaços onde não há, efetivamente, condições para fazer essa capacitação e qualificação, nem há a própria liberação, as condições para que possamos, efetivamente, ir lá e fazer a nossa capacitação e qualificação.

Debatendo mais aspectos levantados, quando falamos da nossa carreira docente, dos docentes da nossa instituição, não podemos nem falar em carreira, há um tabelão, em que, inclusive, de alguns níveis de progressão para o outro, há 0,0 de aumento. Em alguns níveis, em estudos que fazemos, identificamos R$0,12 de aumento. E, após o processo de 2012, de mudança na carreira, que coloca vários critérios para progressão, critérios produtivistas, critérios baseados em um alto índice de produtividade, que vão de encontro ao debate que fazemos, o companheiro docente se submete a esse processo de progressão, com várias atividades realizadas naquele nível, a uma alta carga de trabalho, a uma alta carga de ensino, para, ao final daquilo tudo, receber um aumento de R$0,12. Aí, quando sentamos para negociar com o Governo, ele diz: "Vocês estão cobrando a estruturação da carreira, mas a carreira foi estruturada em 2012". Então, faz parte de nosso papel nesta Mesa confrontar também os dados e essas informações do Governo.

Continuando na questão do docente, nesse nosso debate da precarização, nas nossas instituições, nos institutos federais, há uma sério problema. Quando o companheiro chega à instituição, acabando de ingressar na rede federal, ele chega a um *campus* em que é colocado para dar aula em quatro modalidades de ensino, em que a própria instituição não oferta, de maneira prévia, uma capacitação para esse companheiro poder dar aula. E a própria possibilidade de ele dar aula nas quatro modalidades de ensino já é uma contradição. O camarada dá aula de manhã para o ensino médio integrado, dá aula à tarde para o ensino técnico subsequente e divide aula à noite com um companheiro, por exemplo, da matemática, dando, à noite, aula de Cálculo 3 para uma licenciatura ou para uma engenharia e aula de matemática básica para educação de jovens e adultos. São essas as condições que estão sendo colocadas para nós trabalhadores da educação.

Ao levantar esses pontos aqui, eu coloco justamente os reflexos, as consequências para a própria educação. E isso faz parte dos nossos pontos de pauta, é isso que vimos debatendo com o Governo há um bom tempo. Como coloquei aqui, em cinco anos, quatro greves, e não temos conseguido, efetivamente, avançar nessa discussão.

Em relação à discussão dos colegas técnicos administrativos, recentemente, nós recebemos, nas nossas instituições, um ofício vindo da Setec retirando a possibilidade de o técnico administrativo concorrer na seleção e na inscrição dos projetos de extensão das nossas escolas. E boa parte dos técnicos administrativos faz projetos de extensão, fazendo, realmente, a ligação entre os institutos federais e a comunidade em volta. Ora, se a expansão foi feita para integrar, para levar a nossa escola aos mais diversos lugares do País e a se integrar àquela comunidade, na hora em que retiramos do técnico, que está cotidianamente, todos os dias, na instituição, a possibilidade de fazer essas atividades de extensão, nós estamos nos furtando o objetivo que colocamos na própria expansão.

Outra coisa que já foi colocada aqui pelo colega Rogério: o nosso debate de racionalização do PCCTAE está na mesa do Governo há mais de quatro anos – salvo engano, há cinco anos –, e nada, efetivamente, foi feito. Quando da criação da carreira, já tinha sido colocada a necessidade e já tinha sido apontado esse norte para a racionalização. Pois bem. Nossos colegas do Sinasefe e Fasubra junto ao CNS fizeram todo o trabalho, que está na mesa do Governo, e, até agora, nada. Resultado da greve de 2012, foi colocado no GT para se debater esse ponto. Colocamos, mais uma vez, na mesa do Governo o relatório, e nada de haver esse avanço.

Aí, outra questão mais ampla, que ainda coloca o debate em relação...

(Soa a campainha.)

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – ... aos colegas técnicos administrativos, também a partir de uma fala da própria representação do Governo, é a democratização das nossas instituições. Nós dos institutos federais entendemos que temos dado passos à frente, inclusive da própria universidade, em relação à democratização. Mas, efetivamente, hoje, como podemos falar em democratização se um técnico administrativo não pode se candidatar a reitor? Hoje em dia, não há essa possibilidade. (*Palmas.*)

Muitos técnicos administrativos, inclusive, têm as mesmas condições objetivas colocadas pela legislação, a não ser pelo fato de não ser docente. Dentro dos próprios técnicos administrativos, há algumas circunstâncias: o técnico com nível superior não pode se candidatar a diretor de unidade, a diretor de *campus*, mas pode ser

pró-reitor. Não conseguimos entender um pouco essa lógica do Governo. Falamos em democratização, mas queremos, efetivamente, essa participação democrática.

E outra: quando falamos do processo de expansão, do processo de democratização, isso se reflete também no forte processo de assédio moral. As três entidades que estão sentadas aqui já pararam e já chamaram o Governo para conversar, diversas vezes, sobre essa questão. Jogamos instituições de ensino para todos os locais do País, jogamos péssimos gestores, gestores malpreparados, profissionais novos, colocamos tudo isso dentro desse processo nefasto de precarização, diante de um forte avanço do assédio moral. Os nossos trabalhadores estão adoecendo. Isso é claro. Nós não precisamos levantar números e apontamentos aqui, não. É só ver as pautas que temos feito tanto com a Setec quanto na Sesu para tratar desses assuntos que vemos o imenso volume dessa situação.

Mais uma vez, tratando da questão da precarização, eu vou falar um pouco do que o colega Paulo já colocou, mais uma vez discutindo a fala do Governo neste momento. Foram-nos apresentados vários números em relação a acesso, em relação a Fies, em relação à importância desses programas, mas o nosso próprio colega – eu gosto muito de reivindicar uma fala dele, da necessidade da nossa identidade como trabalhador da educação – Roberto Leher, na sua posse agora, colocou em números, assim como o Governo colocou aqui, a possibilidade que havia de ofertar muito mais do ProUni e do Fies com essa quantidade de verba que é direcionada.

Então, quando reivindicamos aqui a educação pública, quando reivindicamos a valorização da educação pública e do trabalhador da educação pública, reivindicamos isso. Quando nos colocamos contra os cortes, nós estamos reivindicando a necessidade para nossas instituições dessa verba que está saindo, que está escoando para a iniciativa privada.

Outra: quando passamos as verbas que deveriam ser da educação pública para a privada, não apenas entregamos dinheiro, não apenas colocamos verba, recurso, mas chancelamos também a política educacional. Isso é claro. Há uma discussão dentro dos institutos federais de educação integral, dessa concepção de ensino. Na hora em que passamos essa verba para outras instituições de ensino, através do ProUni, do Fies, do Sisutec, do Pronatec e dos demais programas nesse sentido, nós chancelamos também esse nosso projeto. Nós temos tanto trabalho para discutir nesse âmbito as nossas concepções, a nossa concepção de escola, a nossa concepção de universidade, e, num dado momento, diante dessas circunstâncias, diante desse monopólio, diante da força do *lobby* político dessas instituições, acabamos transferindo não só recursos, como falo agora, mas acabamos transferindo a chancela da educação desses jovens. Acabamos de colocar aqui, Dilvo, a quantidade de jovens que foram formados, mas sob que concepção? Discutimos e debatemos isso há tanto tempo. Sob que concepção de educação? Qual educação foi ofertada para esses jovens?

Por fim, uma vez que já extrapolei por demais o meu tempo, esses pontos de pauta que colocamos aqui de forma específica – estruturação da carreira docente, racionalização do PCCTAE, esses devidos reajustes – são consequências desses apontamentos desse nosso debate de precarização e de valorização. Como o Paulo colocou aqui, se não parássemos agora e se não tivéssemos, efetivamente, parado em 2011, em 2012, em 2014, talvez não tivéssemos só morrido por inanição, Paulo. Teríamos revertido... E essa contradição que você falou em relação às outras universidades no primeiro aspecto positivo talvez tivéssemos superado para o aspecto negativo neste momento.

É nessa hora que temos de entender o valor dessa nossa greve geral da educação, para colocar esse debate em pauta, para colocar para a sociedade o que a grande imprensa, o que a grande mídia não coloca, que é essa discussão, esse debate de precarização e da falta de valorização tanto das nossas instituições nesse sentido quanto do trabalhador da educação. Então, essa greve, quando se coloca contra os cortes, pela valorização do trabalhador da educação pública, pela valorização da educação pública, em defesa da universidade, em defesa da rede federal, busca esse objetivo.

Então, "companheirada", vamos avançar na nossa mobilização. Nós entregamos aqui os nossos pontos de pauta à Mesa, ao Ministério, como já fizemos oficialmente, e aos Senadores buscando esse apoio, porque a nossa luta é em defesa da educação pública. Isto é o que temos de colocar com clareza: colocamos aqui esses diversos pontos, mas o fim da nossa luta é em defesa da educação pública gratuita e de qualidade.

Muito obrigado a todos.

Vamos avançar na nossa mobilização. Vamos avançar rumo à greve geral, rumo à unidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada ao Shilton, representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Esta audiência está sendo interativa, através do Portal e-Cidadania. Então, chegaram algumas mensagens, que vou ler para vocês.

Da Ana Flávia: "Não existe valorização sem um bom salário e sem infraestrutura para trabalhar. Não queiram inventar a roda."

Da Léia Alexandre: "Acredito que a valorização só vai acontecer no dia em que não tiver mais interesse das pessoas por essa área, por causa do descaso por parte dos governantes, que não reconhecem a profissão. Que fazem as outras profissões? Pagam péssimos salários, não têm estrutura para trabalhar."

Da Delma Santos: "Há muito tempo se fala em valorização. Estou quase aposentando com um salário mínimo, devido à falta de fiscalização em governos corruptos de Municípios que desviam as verbas do Fundeb. Pior que nem os sindicatos dão conta de fazer cumprir a lei."

E, por último, do Douglas Rodrigues: "Esse tipo de assunto não deveria nem ser cogitado pela opinião pública. Afinal de contas, quando vocês políticos querem aumentar o salário de vocês, aumentam e não perguntam nada e aumentam de verdade. É ou não é verdade?"

(Manifestação da plateia.)

Depois vou abrir para a plenária participar, mas vou fazer um comentário a partir dessa última participação população.

Quero dizer para vocês, primeiro, que eu venho da luta. Fui Presidente de sindicato, fui militante de movimento de professores nos anos 70. Depois, fui para o Sindicato dos Bancários, fui Presidente do Sindicato dos Bancários e Presidente da CUT. Então, eu conheço a história de vocês, que é a minha também.

Primeiro, quando a gente entrou no movimento, lá nos anos 70, em plena ditadura, a gente aprendeu que a luta faz a lei. É uma frase que eu guardei para sempre. A gente lutava e conseguia fazer uma lei. Mas, depois, a gente aprende também que tem que fazer outra luta para fazer cumprir a lei. Não é verdade?

Vocês acabaram de dizer que há um plano feito, aprovado, acordado, mas que não foi cumprido. Então, isto é para dizer que a participação é muito importante. A gente também tem que assumir as nossas culpas como militantes de movimentos. Às vezes, a gente faz a luta, mas ela é muito pontual, da gente. Naquele momento em que aperta, a gente faz. E aí, na hora que atende um pouco das coisas que a gente pediu, geralmente as mais corporativas, aquilo que dizem respeito mais diretamente à corporação, a gente esquece o resto.

Estou dizendo isto para chamar a atenção de uma coisa. Independente das pautas específicas, a gente precisa participar mais. Se acontece isso que ele disse aqui, é porque falta participação popular. O povo não sabe... Agora, na minha primeira experiência parlamentar, eu tenho andado muito pelo meu estado, e a gente percebe o quanto as pessoas não sabem o que acontece aqui. Estou fazendo essa rotina de, todo fim de semana, ir para o interior dizer para as pessoas o que está acontecendo aqui.

Está em pleno debate uma reforma política, gente! Vocês, que são militantes, que estão lá na base, têm que discutir isso. Então, vai sair uma reforma que não é uma reforma, mas uma aberração jurídica. Mas a gente não pode culpar só o Parlamento. É que a gente não participa. Ninguém quer saber o que é preciso mudar na política, para não acontecerem essas coisas que ele falou. Então, a reforma política está em andamento, já em segundo turno, e a participação popular é zero.

Aproveitem esses momentos de greve lá e debatam com a base. Não deixem a base ir para casa, não. Eu fui dirigente e tinha essa briga com a minha base. A gente se esbaldava de fazer piquete, porque naquele tempo tinha a história do piquete – agora, está mais fácil, está diferente, mas naquele tempo a gente tinha que ficar de braço dado na porta do banco para o pessoal não entrar –, mas o pessoal não queria ficar com a gente ali, queria era ir para casa. Então, a gente precisa fazer essa guerrinha interna também com nossos companheiros, porque têm que participar, têm que vir.

Há uma pauta conservadora invadindo este País, e é da conta da gente, minha e de vocês. A maioridade penal está aí. Quem é que está discutindo lá na base?

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vocês estão discutindo? Parabéns, então! Que maravilha! Eu tenho cobrado inclusive da Igreja, que tem um poder mobilizador tamanho e é contra o projeto de lei que está aí, mas não está discutindo. Na igreja, faço uma falinha antes da missa... Já reclamei também da Igreja.

Há uma pauta... Está faltando aí a história do desarmamento. A gente precisa participar dessa pauta. Está faltando discutir todas aquelas mazelas. A violência contra a mulher precisa estar na pauta do debate. Não sei nem se aumentou, mas ela está mais visível, está acontecendo muita coisa. No meu Estado, o Piauí... Se vocês são do Piauí, acho que vocês acompanharam aquela barbaridade lá de Castelo, das quatro meninas. Depois daquilo já aconteceu um monte de coisas: trabalhadora rural estuprada, marido assassinando a esposa. Está acontecendo muita coisa e a gente precisa se envolver.

Ontem, participei do lançamento da Frente Brasil-África de Combate ao Racismo. O extermínio do jovem negro está visível demais neste País.

Então, estou fazendo esta fala apelando – aonde eu vou e há movimento, porque eu considero os meus companheiros – para que a gente paute a pauta nacional do Congresso nas nossas bases, na mesa, com a família. Estou preocupada de ver que parece que a gente está andando para trás. Está havendo um retrocesso muito grande, e as coisas acontecem aqui. Se ninguém participa, vai ser o que pensa cada Parlamentar ou o conjunto dos Parlamentares. Meia dúzia esperneia, mas vai. A gente vê cada discussão em que a gente nunca imaginou que ia assistir a um Parlamentar dizer tanta barbaridade!

Estou fazendo este apelo da participação popular, que é uma bandeira que a gente sempre teve. Nas nossas pautas sempre há essa questão da participação popular. Mas participação de verdade. Mas que a gente não se acomode depois de negociar. Que não voltemos para casa, para o trabalho, tratando o que está acontecendo lá fora como se não tivesse nada a ver comigo. É com a gente, é da nossa conta. Então, estou fazendo esse apelo para vocês da participação na pauta nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom, o Paim não chegou. Eu tenho que ir à CAS porque tenho interesses lá também. Aqui há esse problema: as comissões acontecem ao mesmo tempo e a gente tem que participar. O Partido indica a gente para as comissões, onde a presença dos partidos é proporcional, mas as reuniões das comissões acontecem na mesma hora. Eu também tenho de ir à comissão a que ele foi, de Assuntos Sociais. Ele tem que voltar para eu ir lá. infelizmente, isso acontece.

Então, vou abrir para algumas participações. São 10h40. Então, dá para a gente ter uma hora, porque também há as sessões lá. Vamos ver se a gente faz por entidade. Não é melhor?

Alguém me ajude a controlar?

Por entidade?

São seis. Vamos começar com quem levantou primeiro.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES GUIMARÃES – Bom dia a todos os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras na educação, e bom dia à Mesa!

Eu me chamo André e sou do Comando Nacional de Greve do Andes e da Universidade Federal do Amapá.

Quero dizer que, de fato, a gente precisa ter um Congresso, uma Câmara e um Senado, que esteja atento às demandas da sociedade, porque todas as pautas que você colocou aí, Senadora, fazem parte das nossas reivindicações e das nossas lutas. O que não pode é responsabilizar o movimento, a organização sindical, pelo que está ocorrendo com o País. É este mesmo Congresso, dito conservador, que foi eleito dando sustentação ao atual Governo. Dizer que hoje é mais fácil fazer o piquete, a movimentação? Aqui mesmo, hoje, nós fomos cerceados de entrar com papel. Com papel! (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ RODRIGUES GUIMARÃES – Tivemos que ficar mais de 30 minutos na fila para poder entrar. E tivemos que colocar o papel na mochila para poder entrar com papel.

Essa é uma questão que evidencia a postura do Governo, a postura do Legislativo com aqueles que lutam por direitos sociais, pela educação pública.

Infelizmente, hoje não lutamos apenas para cumprir as leis. Nós também lutamos contra as leis, porque o mesmo Plano Nacional de Educação que foi mencionado aqui considera ProUni, Fies e Pronatec como educação pública. O recurso que é tirado dos cofres públicos para o mercado é considerado investimento público na educação.

Hoje, o corte de R$9,4 bilhões no Ministério da Educação afeta o conjunto das instituições de ensino superior e, mais do que isso, afeta também a educação básica, visto que programas de formação específica, como o Parfor e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), também estão sendo afetados e cortados.

A nossa greve é, sim, corporativa, por questões salariais, por condições de trabalho, mas dentro de um projeto de educação pública. Por isso, ela é contra, também, os cortes na educação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Só para esclarecer. Falei sobre a questão corporativa no sentido de que todo mundo tem direito à palavra. A gente acha que corporação e corporativismo são palavras pejorativas. Eu não considero. Eu acho que a ação corporativa tem que acontecer.

O que aconteceu aqui na entrada foi exatamente fruto da não participação aqui. As pessoas acham que são donas, que este espaço aqui é privado, quando ele é público. Não há o costume de se ver gente aqui. "Então, como vocês não são daqui, não podem entrar". É por isso que eu clamo pela participação.

Quem é o próximo?

Paulo Farias, da Fasubra.

O SR. PAULO FARIAS – Bom dia a todos e a todas!

Sou Paulo Farias, do Ceará, efetivo da Unilab.

Eu gostaria de falar um pouco relembrando o mote da primeira campanha vitoriosa do Presidente Lula, quando ele dizia que a esperança precisava vencer o medo. Por que esse mote? Naquela época, estávamos tão cansados de ver os nossos direitos não serem respeitados, cansados de tanta coisa que estávamos sofrendo que até, de certa forma, ficamos desacreditados da política, desacreditados de que poderia haver alguma coisa que pudesse modificar a nossa situação social. Naquele momento, as pessoas, a sociedade, os menos favorecidos acreditaram nessa esperança. Tiveram esperança, foram às ruas e votaram num governo que se acreditou que seria um governo popular, que seria um governo que defenderia a sociedade.

É verdade que esse governo teve avanços. É verdade que esse governo teve conquistas sociais. Mas nós não podemos parar, porque esse é um processo que nós precisamos continuar avançando.

Na última eleição da Dilma, deste Governo, falou-se novamente em esperança, falou-se novamente que nós precisávamos avançar, que nós precisávamos conservar as conquistas que havíamos tido, e nós, novamente, acreditamos.

O Governo precisa reconhecer que, na hora em que precisou, esta categoria contribuiu. Os sindicatos, assim como a sociedade, assim como os menos favorecidos, foram para as ruas e defenderam este Governo, defenderam a campanha, porque acreditavam que avançar era necessário e que isto só era possível, naquele momento, com este Governo. Mas, infelizmente, nosso sentimento é um sentimento de traição. Na hora em que fomos conclamados a defender as nossas conquistas, que nós fomos chamados a barrar, de certa forma, a volta da direita, a volta daqueles que defendem as classes mais favorecidas, nós fomos escutados, nós fomos convocados, mas, na hora de se discutir os rumos do Governo, de discutir uma política social, uma política econômica para os nossos próximos quatro anos, infelizmente, não somos chamados.

Nós estamos aqui brigando para quê? Para construir um Brasil de todos. Nós não estamos aqui brigando simplesmente por melhores salários ou pelos nossos interesses, mas para construir o Brasil, para participar das discussões para a construção de um país que nós queremos. É isto que nós estamos querendo aqui e cobrando do MEC. Queremos, aqui, formar ou ajudar a construir uma política educacional que realmente atenda as classes menos favorecidas, uma política que realmente atenda a sociedade que clama. Nós precisamos avançar.

Muitas vezes, nós nos sentimos assim: antigamente, você era operado por um machado; agora está sendo operado por uma faca afiada e está reclamado.

Ora, nós precisamos avançar, e é isto que nós estamos reivindicando. Reivindicamos direitos, reivindicamos a nossa valorização, mas também a melhoria da nossa educação, que também passa por questões administrativas. Nós precisamos reconhecer que o trabalhador precisa ter bem-estar, precisa estar satisfeito para poder contribuir de forma mais efetiva e profissional com a nossa educação.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Paulo.

Agora é a Bruna, do Sinasefe.

Do meu Estado, Bruna?

A SRª BRUNA DE FREITAS IWATA – Professora Regina, sou Bruna, do Instituto Federal do Piauí, representando aqui o Comando Nacional de Greve do Sinasefe.

Eu queria fazer, na verdade, um breve relato pessoal, para mostrar que a gente não está aqui em vão e que, na verdade, a gente já tem contemplado muitas preocupações que, de fato, a senhora mencionou. Elas nunca deixam de ser citadas quando a gente trata de educação, porque, quando a gente trata de educação, a gente trata de uma prevenção contra jovens marginalizados que podem elevar o nível de criminalidade do nosso Estado, como aconteceu recentemente, professora.

Eu ainda acredito em uma educação pública federal, porque eu me graduei no Instituto Federal do Piauí e fiz um mestrado e um doutorado na Universidade Federal do Piauí e do Ceará, e a gente já tinha condições precarizadas naquela época. Só que hoje, como docente do IFPI e do *campus* de Corrente, eu vejo que a coisa está muito mais do que precária. Hoje, estou vendo preocupação em se pagar água e luz de *campi*. Que tipo de aluno egresso a gente vai ter se a gente está com a preocupação de pagar conta de água e luz? Que tipo de diploma estarei dando ao meu estudante se não estou tendo condições de manter infraestrutura básica? Como vou fornecer um caráter de nível superior se eu não proporciono a este estudante um Pibic, um Pibid, se não proporciono estruturas mínimas de uma graduação tecnológica para que ele saia realmente como um profissional competitivo de mercado para atender o que a gente quer hoje?

Mas quero fazer um relato, pessoal. O meu *campus* é o de Corrente, situado em uma região do Cerrado, hoje enquadrado como Matopiba, de que muitos de vocês já devem ter ouvido falar, que é, hoje, a menina dos olhos do Governo, em função de investimentos. E o que é que estou vendo lá? A gente não está vendo

nenhum tipo de sinalização de crise, nenhum tipo de sinalização de precarização. Pelo contrário, estou vendo investimentos nítidos, ventos com grandes pompas, com grandes abrilhantamentos, de uma boa economia, de uma boa infraestrutura, diferentemente do que acontece com a educação.

Dia 17, agora, vai acontecer um seminário sobre o lançamento dessa região de investimento de agronegócio dentro do IFPI, que está em greve. Então, é algo muito contraditório você falar que a gente tem uma situação de agronegócio, que está indo de vento em popa, acontecendo dentro de uma estrutura de educação precarizada.

E por que a nossa preocupação é grande? Porque os institutos federais, as universidades federais, enfim, o ensino público federal ainda tem credibilidade na sociedade brasileira. No momento em que isso se perder, aí, sim, a coisa vai ficar ainda muito mais grave nos outros setores, com violência, desemprego, enfim, todas as demais precarizações que a gente vê no País.

Se a gente começar a barrar professor, tratar professor avaliando o que tem dentro de bolsa, que papel que está carregando, deixando faixa fora do Senado, que tipo de respeito a gente está dando a esse profissional? Que tipo de respeito a gente está dando ao servidor, ao técnico administrativo que está aqui pela luta de uma careira, que está aqui por uma luta por respeito e isonomia de direitos?

Então, temos que repensar melhor quando falamos que as pautas não estão sendo tratadas, porque eu acho que quem mais se preocupa com isso é a escola, é a formação do cidadão. E é a preocupação que todos nós temos aqui, hoje.

Precisamos ser realmente melhor vistos e melhor ouvidos, porque a gente já tem tratado, sim, de todas essas questões.

É isto. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Bruna.

No próximo fim de semana, eu vou estar em toda aquela região do Matopiba. Vou percorrer toda ela para fazer a minha parte.

Já fiz um discurso aqui. Não sou contra o agronegócio, nós precisamos de *commodities*, mas existem as preocupações ambientais. Eu já fiz um discurso aqui sobre isso. Lá nós temos nascentes dos rios, temos pequenos produtores, temos quilombolas... Eu fiz um discurso nessa linha, de que precisamos levar isso em conta, senão vai ser devastado tudo aquilo em nome da plantação de soja.

Eu vou percorrer toda a região nesses dias, para conversar com os sindicatos rurais, com a Fetag, com o pessoal, porque tenho essa preocupação também. O Papa Francisco me ganhou com aquela encíclica da questão ambiental. Sou uma parceira do Papa Francisco nessa peregrinação relativa ao meio ambiente.

Vou para lá sexta-feira e vou ficar até segunda na região.

Vamos ouvir agora a Ilinice Martins, da Fasubra, representante dos aposentados na base.

A SRª ILINICE MARTINS – Bom dia, companheiros!

Bom dia, Mesa!

Tanto se falou aqui do sofrimento dos funcionários da ativa, e, no entanto, em nenhum momento se falou sobre as condições dos aposentados. (*Palmas.*)

A SRª ILINICE MARTINS – A precarização da vida dos aposentados é enorme. Falta atendimento, alimentação... Enquanto nós vamos receber... Nem cita se nós estamos dentro desse aumento, para começar. E, depois, enquanto a inflação para os ativos está alta – o salário diminuiu –, a dos aposentados ainda está muito mais, porque tudo se tornou mais caro para a terceira idade: a medicação, a alimentação especializada, sem falar nos planos de saúde. Quando se liga para os planos de saúde cedidos pela universidade federal, a maioria, quando se trata de idoso, não tem vaga. E alguns médicos, descaradamente, ainda dizem: "Olhe, eu vou deixar de atender a senhora porque o serviço federal não está depositando o que nós merecemos. É muito pouco o que nós recebemos". Isso é triste, muito triste.

Se as universidades públicas federais ainda existem, é porque os servidores, técnicos administrativos e de enfermagem as mantiveram em pé. Não existe docente em ação nas universidades se não houver trabalhadores técnicos para desenvolver as suas atividades e pesquisas.

Peço, encarecidamente, que vocês enxerguem de uma maneira mais humana o servidor público federal aposentado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero registrar a presença da Senadora Fátima Bezerra, que também é uma lutadora dessa área de educação. (*Palmas.*)

Eu vou permitir mais duas falas rapidamente, do sindicato das universidades.

Falará o Dilson, do sindicato das universidades de Santa Catarina.

É Dilson mesmo?

Ah, é Dilton? Desculpa, Dilton.

E depois, da Universidade de Alagoas, o Reinaldo. E aí voltaremos para a Mesa se pronunciar.

O SR. DILTON MOTA RUFINO – Como se valoriza a educação?

Já foi dito que nós precisamos valorizar salários.

Nós precisamos de salário, sim, mas também precisamos que os R$9 bilhões que foram cortados este ano do orçamento da educação e que os quase R$2 bilhões que foram cortados da ciência e tecnologia sejam repostos.

Para citar um exemplo, na Universidade Federal de Santa Catarina, cerca de 75% dos recursos para a pós-graduação devem ser cortados este ano. Isso está sendo anunciado pela nossa reitoria.

Isso é muito sério, porque, com esses cortes, aquilo de que o Brasil precisa em termos de ciência e tecnologia para sair da dependência não vai acontecer. Nós vamos ficar cada vez mais dependentes em termos de ciência e tecnologia.

O que nos leva a uma greve? Nós estamos aqui, neste momento, porque estamos em greve, uma vez que o Governo não nos recebe, não estava nos recebendo, não se sentava conosco. É isso que nos leva à greve. A nossa greve é por salário, sim, a nossa greve é pela volta dos recursos da educação, mas é também para que a universidade continue a ser pública, gratuita e de qualidade. É por isso a nossa greve. (*Palmas.*)

A nossa greve não é uma greve para derrubar governo. Podemos até fazer protesto, mas a nossa greve, com certeza, não é para derrubar. Nós, principalmente os cutistas, o pessoal da CTB, que apoiamos o Governo, que ajudamos a eleger o Governo, nós também não vamos blindar o Governo, porque o Governo, neste momento, está sendo nosso inimigo. Eu falo não só como sindicalista, mas como petista. E é isso que nós temos que fazer, porque nós temos um objetivo claro: manter a universidade pública.

Nós falamos sobre a questão da entrada aqui, no Senado, e em outros espaços, onde somos barrados. Por que nós somos barrados e revistados? Inclusive, é contra a lei a questão da revista íntima. Só falta nos pedirem para tirar a roupa para entrarmos. É isso que está acontecendo. Mas por que nos barram? Porque a educação produz uma arma muito poderosa, a educação produz uma arma que se chama conhecimento. É isso que nós produzimos. (*Palmas.*)

E é disso que esta Casa tem medo. É disso que esta Casa, na figura do Eduardo Cunha, no caso da Câmara, e na figura do Renan Calheiros, tem medo. É por isso que eles nos temem tanto.

Então, nós precisamos, principalmente numa Mesa que nós temos aqui, da qual posso falar com um certo orgulho... Nós temos o Dilvo, que é de Santa Catarina, temos o Paulo Rizzo, sindicalista de Santa Catarina, o Jorginho, de Santa Catarina. Então, nós temos todas as condições para que quem compõe essa Mesa hoje possa sair daqui com um recado grande para o Governo, para que a nossa greve possa ter um fim e para que nós possamos ser atendidos.

Por isso, eu peço para o Dilvo, inclusive como companheiro de Santa Catarina – já estivemos juntos em várias frentes de luta –, que leve isso, para que o Governo efetivamente nos atenda, tanto no MEC quanto no MPOG, para que nós possamos, de fato, ter por escrito, e não apenas em conversa, não apenas em falações, que ele vai nos atender, pois não nos atende.

Então, é por isso nós estamos aqui, é por isso nós fazemos esse apelo.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Por último, Reinaldo.

O SR. REINALDO OLIVEIRA – Eu quero saudar a Mesa e dar bom dia a todos, todas as entidades representativas que estão aqui.

Eu sou da Universidade Federal de Alagoas e quero falar um pouco sobre a questão do técnico administrativo. Eu quero fazer um apelo ao MEC, porque todos os programas de incentivo ao aluno nos parecem, na base, estar trabalhando em sentido contrário ao que deve ser feito.

Hoje, o aluno está sendo utilizado como mão de obra. Na universidade, o técnico administrativo está sendo substituído aos poucos, de maneira nítida, pelo trabalho do bolsista. E nós temos que levantar uma indignação dos técnicos administrativos. (*Palmas.*)

Na Universidade Federal de Alagoas, isso ocorre de maneira tal que os gestores e professores, que, infelizmente, não têm uma consciência política abalizada e não entendem o que deve ser feito neste exato momento, estão se utilizando desses alunos de maneira bastante contundente, deixando o técnico administrativo de lado e usando como mão de obra barata os nossos alunos. Então, nós temos que levantar uma indignação.

E mais ainda: nós temos que ter uma relação de harmonia, e o MEC, infelizmente, ao invés de nos representar, porque é o Ministério da Educação, está, na verdade, colocando a nossa greve como pauta secundária. Infelizmente, os ajustes fiscais que estão sendo colocados estão realmente agradando a todos os grandes empresários da educação. E nós, em Alagoas, sentimos isso, porque a Universidade Federal de Alagoas é a maior instituição pública naquele Estado, mas, infelizmente, está sendo substituída, de maneira clara também, por

universidades que estão entrando no Estado e abarcando todos os alunos através dos programas do Governo, e nós estamos sendo prejudicados.

Eu quero levantar também a situação dos hospitais universitários, que não foi citada aqui. Nós temos problemas sérios tanto dentro do HU como na questão do ensino. Todos os residentes estão enfrentando problemas em relação a essa briga entre Ebserh e o Regime Único.

Nós temos que entender que ou a universidade é respeitada ou, infelizmente, a maior instituição que nós temos no Estado de Alagoas estará enfraquecida, assim como, automaticamente, todos os alagoanos e, por tabela, todo o Brasil.

Então, nós estamos aqui em defesa, sim, da educação de qualidade, permanente, e alertas, todos os sindicatos, tanto professores quanto técnicos administrativos e alunos, porque vários alunos também têm entendido que nossa greve é legítima e que o Governo tem que nos ouvir.

É isto. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senadora Fátima Bezerra.

Depois, teremos mais uma pessoa só.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora, obrigada.

Bom dia aos companheiros e companheiras, professores, servidores, trabalhadores e trabalhadoras em educação, da Fasubra, do Andes, do Sinasefe. Quero saudar toda a Mesa, o Jorge, representando a Fasubra, o Rogério, pela Fasubra também, o Dilvo, representando aqui o MEC. Nós temos o Paulo Rizzo lá e o outro companheiro, o Shilton.

Quero pedir a compreensão de vocês. Eu gostaria de ter participado da audiência desde o início, mas o dia de hoje aqui é muito tumultuado, porque temos muitas atividades. Nós participamos de várias outras comissões. Mas o fato é que eu não pude estar aqui desde o início em função de outras comissões das quais sou titular, inclusive com a realização de audiências públicas.

Eu não poderia, Senadora Regina, deixar de estar aqui para me associar a você, ao Senador Paim e aos que integram a Comissão de Direitos Humanos da nossa Casa nesse gesto e nessa iniciativa de, mais uma vez, expressar todo o nosso apoio, toda a nossa solidariedade à luta de vocês.

Venho falar não só em meu nome, como Senadora do Partido dos Trabalhadores, mas também na condição de Coordenadora do Núcleo de Educação da Bancada do PT, inclusive na condição de quem, ao longo de todo esse período, tem acompanhado e participado da luta em prol da valorização salarial e profissional e da valorização social dos servidores da educação, dos professores, dos trabalhadores em educação como um todo.

Eu tenho a alegria de, por exemplo, na época, ter sido a relatora do plano de carreira da Fasubra que está completando exatamente cem anos.

(Manifestação da plateia.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ah, desculpe! Dez anos. Pelo amor de Deus!

O pessoal agora se descontraiu.

Enfim, tenho a alegria de ter sido a relatora do plano, que está completando dez anos, que, sem dúvida, todos consideram que foi uma conquista muito importante, uma conquista muito marcante para os servidores das instituições federais de ensino superior. Essa conquista foi possível graças à firmeza, à combatividade, enfim, ao compromisso que a Fasubra assumiu, porque houve, na época, uma luta muito intensa mesmo. Houve – temos que reconhecer – compreensão e sensibilidade por parte do Governo, que avançou na negociação, e nós, portanto, aprovamos aquele plano.

E hoje, exatamente, por que estamos aqui? Para pedir o cumprimento do plano. Não é isso? Uma das principais reivindicações de vocês hoje diz respeito à questão da reestruturação da carreira. Não é isso?

Uma das principais demandas, Dilvo, apresentadas pelos servidores da Fasubra é dar sequência àquilo que está na lei, àquilo que foi consignado, o que é um direito dos trabalhadores em educação, dos servidores da Fasubra. (*Palmas.*)

Há também, é claro, a luta dos professores, traduzida pelo Sinasefe, que representa os professores dos institutos federais de educação profissional e tecnológica do nosso País, assim como a luta dos docentes das instituições de ensino superior, traduzida pelo Andes e pelo Proifes.

O fato é que nós temos uma pauta que vai da reestruturação da carreira à valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação e a democratização das instituições.

Quero dizer a vocês, sem maiores delongas, que contem não só com a nossa solidariedade, pois aquilo em que podemos ajudar nós estamos fazendo e continuaremos a fazer.

Já tivemos conversas com setores com representação das categorias hoje em greve no campo da educação que nos procuraram, junto com a Deputada Margarida Salomão, que é a Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades – nós fizemos uma articulação com a Deputada Margarida –, temos feito gestões junto ao Governo, seja no âmbito da Mesa Geral de Negociação Permanente, seja no âmbito das mesas setoriais... Eu, particularmente, tive duas conversas também com o Ministro da Educação, Professor Renato Janine Ribeiro, e disse a ele que é necessário que o MEC tenha uma atitude pró-ativa, que o MEC, enfim, promova cada vez mais o diálogo, até porque eu sou de uma escola e de uma geração que entendiam que conflito só se resolve com diálogo. Quanto mais diálogo houver, maiores serão as chances de prosperarmos para que tenhamos uma negociação efetiva, para que tenhamos propostas que de fato possam contribuir para o atendimento das justas reivindicações e para que possamos voltar ao trabalho.

Então, eu quero dizer para vocês que nós vamos continuar – não é, Senadora Regina? – nessa trilha, fazendo a ponte junto ao MEC, junto ao Governo, para que essas negociações prosperem, para que elas avancem.

Nós temos prevista uma nova mesa de conversas com o MEC, não é? Está prevista uma nova audiência para o dia 16. Portanto, estaremos juntos, fazendo o papel – nós não somos o Executivo – da mediação, como Legislativo, não só na defesa das reivindicações, que são justas, que são legítimas, mas pressionando o Governo, para que ele avance.

O chamado corte que está havendo no nosso País, o chamado ajuste fiscal não pode servir de desculpa para que o Governo não faça um esforço do ponto de vista de valorização dos servidores. (*Palmas.*)

Já foi colocada, inclusive, uma proposta na mesa, no que diz respeito à questão do reajuste salarial, que vocês consideram insuficiente. Então, Dilvo, trata-se agora exatamente de quê? De fazer um esforço para melhorar essa proposta, não só a proposta do ponto de vista do reajuste, mas, principalmente, do tema que trata da questão da reestruturação da carreira, do tema que trata da questão da democratização das instituições.

Por fim, companheiros e companheiras, também aqui fazemos um chamamento a vocês, à Fasubra, ao Sinasefe, ao Andes, enfim, a todas as entidades no campo da educação, um chamamento para estarmos vigilantes na luta em defesa de um tema que é muito importante para a luta em defesa da escola pública, em defesa da educação pública neste momento, que é a luta para preservar, para manter a Lei nº 12.858, que instituiu o regime de partilha. Vocês sabem que há iniciativas, neste exato momento, no Congresso Nacional, tentando alterar a lei que estabeleceu o regime de partilha, lei que estabelece que 75% dos *royalties* vão para a educação, lei que estabelece que 50% do Fundo Social do Pré-Sal vão para a educação. Portanto, esses recursos são muito importantes para a gente realizar uma das metas mais estruturantes do novo Plano Nacional de Educação, que são os 10% do PIB. Esses recursos oriundos do pré-sal, esses recursos oriundos dos *royalties* do petróleo são muito importantes para nossa luta e têm tudo a ver, inclusive, com o que nós estamos conversando aqui neste exato momento, pois todos nós sabemos que a agenda de realização das metas do Plano Nacional de Educação, de mais ensino superior, de mais escolas técnicas, de mais educação em tempo integral, de mais creches, de valorização social dos servidores e dos docentes, enfim, de mais educação com qualidade, é central, é decisiva para o País, para um país com que a gente sonha, que a gente quer generoso e justo.

Quero aqui também fazer um chamamento às entidades para que, neste momento, elas possam se associar a essa luta em curso, que é a luta para defender o regime de partilha, para defender a questão da Petrobras e o papel importante que ela tem de promover o desenvolvimento social do nosso País, inclusive com os investimentos no campo da educação.

Então, fica aqui a nossa palavra. Digo a vocês que estamos à disposição, como sempre. Como coordenadora do Núcleo de Educação da Bancada do PT, estamos à disposição, tanto aqui no Senado como na Câmara, para estarmos ao lado de vocês, fazendo a ponte junto ao MEC e junto ao Ministério do Planejamento para que essas negociações de fato prosperem, avancem e para que vocês tenham o atendimento das reivindicações de vocês, que são extremamente legítimas e justas. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Fátima.

Registro também a presença da Senadora Marta Suplicy e já lhe pergunto se vai...

Senadora Marta, V. Exª vai querer usar da palavra?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone.*) – Não, obrigada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não? O. K.

O Thales pediu a palavra por último, mas achei interessante conceder-lhe, já dizendo que não é representante da UNE. Ele fez questão de dizer que é representante da oposição. Mas, com é a voz do estudante, e ouvimos muitas entidades, passarei a palavra a ele rapidinho.

O Thales vai falar. Ele é estudante da universidade.

O SR. THALES MONTEIRO FREIRE – Sou diretor da entidade. Tomamos posse ontem, mas pelo campo da oposição de esquerda da UNE.

Farei só uma saudação aqui.

Eu queria dizer que, primeiro, na minha universidade, na UFMG, estudo num curso que faz parte do Programa do Reuni, um curso extremamente precarizado. Se não fosse a intervenção heroica dos servidores, eu provavelmente não teria a perspectiva de um dia obter meu título de graduação.

Então, quero dizer aqui que o campo mais consequente e combativo do movimento estudantil está do lado do movimento grevista, mas não só porque nós entendemos que é importante os trabalhadores se organizarem na luta por seus direitos, mas porque é essencial fazer essa discussão principalmente na União Nacional dos Estudantes. A melhoria das condições de trabalho tanto dos servidores quanto dos professores é a melhoria da educação no País. Não podemos nos furtar do debate sabendo que mesmo antes dos cortes de verbas do Governo a situação da educação já era precarizada. Os estudantes, principalmente os setores mais combativos do movimento estudantil, estão do lado desse movimento, vão disponibilizar todo nosso apoio, o que pudermos fazer, principalmente o movimento grevista estudantil, que está nascendo e crescendo pelo País.

Saúdo o movimento grevista. Estamos juntos nessa luta e só vamos parar quando o ajuste fiscal cair e quando sairmos vitoriosos dessa luta.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Já fui muito boa nisso. Eu era compositora das palavras de ordem do meu sindicato. (*Risos.*)

Até música eu fazia.

Não houve perguntas diretamente. Parece-me que houve uma só. Passarei à Mesa. São três minutos para cada membro da Mesa. Não são obrigados a falar. Mas são três minutos para fazer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu voltei e vou ficar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não, Senadora, venha. Eu preciso ir lá também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu voltei para ficar, aqui é o meu lugar.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Estou convidando V. Exª a ocupar o seu lugar.

Passo a palavra, por três minutos, para cada membro da Mesa. Não percebi perguntas; foram mais questionamentos ainda dentro das falas. Se vocês quiserem abordar algo com relação às falas ou complementar o que vocês disseram...

Vamos começar pela mesma ordem? Rogério Fagundes, da Fasubra.

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – Primeiramente, acho muito importante a acolhida que recebemos pelos Senadores. Acho importante, que, de fato, a Casa reflita os anseios da população, da sociedade que usa as universidades públicas, a educação pública federal e nos auxilie nesse processo real de abertura de diálogo.

Como coloquei inicialmente, nós não queremos que esses documentos, que são as cópias dos ofícios que encaminhamos ao MEC, virem uma enciclopédia, e é esse o caminho que se tem tomado no último período. A falta de efetividade nas discussões com o ministério é que levou a esse processo de crise, que, inclusive, demandou a greve nacional. É uma situação delicada quando nós vivenciamos que o planejamento remete, até pela judicialização da greve, para que o MEC determine a solução do processo negocial, e o MEC, designado como interlocutor pelo Governo, chegue às reuniões conosco e diga que não tem autoridade para falar pelo Governo. Se os interlocutores que são nomeados se descredenciam, fica difícil para o movimento saber com quem deve manter a relação.

Nós frisamos bastante no Planejamento, na última reunião que tivemos lá, que seria importante retomar as discussões específicas, inclusive com efeitos econômicos.

Naquele momento em que questionamos a plurianualidade, que significa assumir perdas até o final da década, o Secretário Sérgio Mendonça disse que iria destravar então as portas nas discussões específicas para ver se, a partir daí, seria possível uma solução para o conflito.

Nosso sentimento é este de termos no MEC uma acolhida, porque é o ministério que deve representar esses trabalhadores, que melhor deve refletir essa situação. Eu acho que a fala do representante do MEC – até gostaria que ele comentasse agora, no fechamento dele – acaba passando sem falar da ação dos trabalhadores...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA – ...e dos trabalhadores administrativos em especial. Nós queremos poder resgatar isso, porque na situação que está colocada hoje estamos vivendo com um piso de um salário mínimo e meio, e não queremos chegar à situação em que vamos ter de novo complemento para o salário mínimo no piso da nossa carreira. Nós queremos garantir dignidade para os trabalhadores, e isso passa por valorizá-los, por ter salários decentes; passa por garantir o financiamento das instituições. De fato, tem havido financiamento no Fies, no ProUni e em outras áreas.

Assusta-nos – para concluir – que o gasto que teve de investimentos nas federais nos últimos oito anos não chegue a um ano do Fies. Há um problema de pesos e medidas aqui colocados, e nós queremos poder inverter essa lógica.

É essa a nossa ideia de produzir neste espaço esta interlocução. Nós queremos, sim – fazemos um apelo, inclusive, perante os Parlamentares, os Senadores –, que, de fato, haja negociação no MEC. É importante sairmos desse impasse. Para isso, deve haver discussão, deve haver proposta que saia daquela situação anterior de simplesmente se afirmar que não pode, que não tem prerrogativa, que não tem autoridade.

Enfim, queremos uma negociação de fato, e é por isso que estamos em greve desde o último dia 28 de maio. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Rogério.

Passo ao Jorge Luiz, também da Fasubra.

O SR. JORGE LUIZ FERNANDES – Vou pedir licença ao companheiro Rogério para me apropriar de suas palavras a fim de não me alongar. Em nome da Fasubra, devemos agradecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, notadamente na presença do Exmo Senador Paulo Paim, e da Exma Srª Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

Registro que viemos aqui também buscar apoio de todas as Srªs e os Srs. Senadores, a fim de que possam interceder junto ao Governo e sensibilizá-lo, para que abra definitivamente uma negociação efetiva que leve a uma solução e ao fim do impasse que se nos acerca, porque tanto a nossa categoria da base da Fasubra como, acredito, os outros companheiros do setor de educação só voltaremos para casa depois da vitória alcançada. Se a Fasubra unida jamais será vencida, todos os trabalhadores da educação unidos também não serão vencidos. Voltaremos para casa quando a vitória estiver em nossas mãos.

Muito obrigado.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Antes de passar ao próximo orador, queria só lembrar a vocês e a toda população que assiste à nossa reunião que, amanhã, nesta mesma Comissão, às 14h, teremos uma audiência pública dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quem estiver aqui e puder vir, quem não puder vir, que assista em casa. É muito importante essa discussão diante do que estamos discutindo aqui na pauta do Congresso. Amanhã, às 14h.

Agora passarei ao Dilvo, representante do MEC.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Eu queria mais uma vez parabenizar o Senador Paim e a Senadora Regina pela iniciativa. É bom termos muita gente pensando sobre educação. A greve, em princípio, não é uma ideia boa, mas às vezes ela se torna necessária da ótica na qual olhamos para a questão da educação. Repito que já participei de várias, até de comando de greve no passado, sempre com essa mesma bandeira: em defesa da universidade pública, gratuita de qualidade.

Acho que essa meta continua válida e está muito bem consolidada hoje, especialmente porque nós temos, dentro do novo PNE, uma meta importante, que está dentro da Meta 12, que é a meta da expansão, de termos que chegar a 2020 com 33% de taxa de escolarização líquida e 50% de taxa de escolarização bruta.

Isso não é uma meta pequena; significa praticamente dobrar os atuais 7,3 milhões de estudantes da educação superior. É uma meta, eu diria, muito ambiciosa, mas o importante é perceber que está previsto dentro dessa meta que 40% das matrículas devem ser em instituições públicas – não públicas, mas em instituições públicas. Isso está nitidamente expresso no PNE.

Então, hoje temos 26 e temos de chegar a 40.

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Isso significa que – vou usar a metáfora aqui –, na galáxia da educação superior, os planetas do setor público têm que andar mais rápido que os do setor privado, senão não vamos chegar, porque a meta é relativa. Temos que, evidentemente, garantir uma expansão significativa do setor público.

Tenho-me debruçado muito sobre várias das metas, entre elas, a Meta 15, que, inclusive, tem a ver com uma das perguntas de uma pessoa que está assistindo a esta reunião, que é a meta de valorização e formação de professores para a educação básica; são questões que nos remetem ao grande projeto nacional. Não é possível fazermos um país avançado nas artes, nas ciências e na tecnologia se tivermos um ensino fundamental com professores que não têm formação específica; é isso que diz essa meta. Nós queremos avançar nisso. Não é possível termos uma educação superior grande se temos um ensino médio com uma taxa líquida de 55. Por isso, o PNE prevê 85 para 2024.

Ou seja, há um conjunto de propostas muito claramente colocadas que estão associadas a uma imagem de futuro para o País, um país que, repito, não é avançado e que, para ser avançado, precisa de um sistema de educação forte, tanto de educação básica quanto de educação superior; do contrário, ele deixa de ser um país também soberano.

Mas nós também queremos que este País seja democrático, ou seja, que esteja a serviço de todos, que seja inclusivo, que não deixe de fora da educação superior ninguém, nenhum grupo. Esse é o trabalho ao qual estamos nos dedicando ao longo da última década; que não deixe de fora da educação superior ninguém que busque a educação superior depois de ter concluído o ensino médio. Isso pode ser difícil, mas este é o norte que nós temos de seguir.

A mesma coisa tem a ver com a questão da valorização. Ainda me lembro do Ministro Paim, que disse uma das frases mais importantes com relação à questão da valorização. Estávamos, na época, discutindo justamente a Meta 15 e não era 17, por sinal. A 17 fala da equivalência salarial dos trabalhadores da educação com os profissionais de escolaridade equivalente, mas estávamos falando da 15, em que ele dizia: "Valorizar é tão importante quanto formar."

Eu gostaria de dizer o seguinte: conheço bastante a educação superior brasileira, conheço a universidade pública, talvez como poucos, pela própria trajetória e, de fato, não tenho estado envolvido nas negociações no âmbito...

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – ... do Ministério da Educação. E, até em função de um apelo muito direto do companheiro Dilton Rufino, a quem conheço de longa data, eu gostaria de dizer que, se fosse possível, Dilton, poderíamos hoje à tarde tentar abrir mais um canal dentro do MEC para conduzir essa negociação. Eu não tenho esse aval do meu secretário, mas tenho certeza de que ele não vai se opor a que eu sente com vocês e discuta, para que, juntos, possamos vislumbrar algumas possibilidades de trazer algumas sugestões que permitam que levemos à resolução dessa greve, ao término da greve o mais rápido possível.

Então, se quiserem, às 5h da tarde, eu estaria disposto a recebê-los...

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – ... no meu gabinete, no Anexo II, sala 343.

Obrigado.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada ao Dilvo.

Passo a palavra ao Marcos Rizzo, presidente do Andes-Sindicato Nacional.

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO – Eu queria, nesses rápidos momentos finais, primeiro, saudar as companheiras presentes da Fenasps, que estão aqui representando a greve dos servidores da Previdência e da Saúde, bravos companheiros que estão na luta conosco, servidores públicos federais. (*Palmas.*)

Queria mencionar o que a Ilinice levantou aqui a respeito dos aposentados. Nós temos tido as mais diversas formas de desvalorização do aposentado; nas estruturações de carreiras, nós, docentes, sentimos isso na pele; as formas com as quais se tenta, ao estruturar a carreira, quebrar a paridade, por exemplo, nas for-

mas de enquadramento. No caso dos docentes, os professores que estavam perto do topo da carreira, ao ser introduzida a classe de associado, foram rebaixados mais ainda, e até hoje não vemos o diálogo em torno do enquadramento que os aposentados deveriam ter e que faz parte da nossa pauta de reivindicações. Aqueles que contribuíram durante anos para a construção da universidade deveriam ser valorizados e deveriam ter um tratamento diferenciado em relação ao que existe hoje.

Ontem, aqui no Congresso Nacional, houve a posse da diretoria da UNE, em que estivemos presentes, e os depoimentos dos Parlamentares mostravam que há um horror aqui dentro. As ações reacionárias, a pauta reacionária que tem sido introduzida, sobretudo na Câmara dos Deputados...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO – E, de fato, nós ficamos às vezes meio longe. Uma das coisas que ontem me chamaram a atenção foi que eu pensava que a Bancada da Bala era apenas um nome que nós dávamos àquela Bancada, mas, quando os próprios Deputados se dizem "eu sou da Bancada da Bala", nós vemos o horror do momento que nós estamos vivendo.

E a Deputada Jandira Feghali lembrou que o máximo que se conseguiu foi adiar para agosto a votação do projeto de redução da maioridade penal. E a Deputada fez um chamado, porque é possível conquistar votos para que a redução não seja aprovada em agosto. Se não me engano, foram 17 votos. E nós, mais uma vez, vamos continuar nessa luta. Estivemos aqui levando porrada naquele dia, gás de pimenta, etc. Temos que estar na rua, na luta...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MARCOS BORGES RIZZO – ... para barrar esse projeto, porque o ascenso da direita nós temos de vencer impondo derrota a eles, e é possível impor uma derrota a esse Presidente da Câmara, barrando o projeto da maioridade. (*Palmas.*)

Quero agradecer a disposição da Senadora Fátima Bezerra, pela fala que ela fez aqui, pela atuação que ela tem feito para todos os servidores, inclusive da educação, no sentido da abertura de negociação. Agradeço também à Senadora Regina, ao Senador Paim, e queremos o apoio de vocês, sim, para que haja negociações efetivas por parte do Governo.

Estamos na luta. Muito obrigado. Abraço carinhoso a cada um dos lutadores aqui presentes.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para lembrar, já que ele tocou na questão da pauta da maioridade, o que a Senadora Fátima disse: é sério; se nós já estamos com problema na educação, no financiamento, há uma pauta sobre os *royalties* que precisa ser acompanhada de perto. Ela está andando muito rápido, não passa nas comissões, vem em regime de urgência, vai ao Plenário, e é preciso fazer toda uma negociação. Ganhamos um tempinho agora, mas, em agosto, ela volta, e é preciso que estejamos atentos a essa pauta da questão do regime de partilha no pré-sal, porque o dinheiro da educação está garantido ali.

Vou passar a palavra ao Shilton Roque, do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica).

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – Mais uma vez, bom dia a todos e a todas.

Neste primeiro momento, quero fazer uma saudação também aos camaradas, aos companheiros de luta da Fenasps que aqui estão e que compõem, junto conosco, o Fórum dos SPFs (Servidores Públicos Federais). Estamos reunidos e estamos nessa luta também. (*Palmas.*)

Quero iniciar minha fala, lembrando aqui a afirmação do estudante Thales: se, em todas as nossas fases, nós colocamos as consequências, os reflexos da nossa pauta, da nossa luta, do nosso debate como resultado da própria discussão da valorização da educação e do trabalhador na educação, o colega estudante, companheiro aqui, confirmou toda essa situação. Ele colocou claramente na fala dele: "Se não houvesse as greves, se os companheiros trabalhadores não tivessem feito esse debate, eu não estaria conseguindo meu diploma de graduação". Então, nós temos aqui a fala do próprio estudante, a fala da sociedade para a qual nós ofertamos essa nossa educação.

Lembrando a reivindicação do Thales, a reivindicação dos companheiros do Andes e da Fasubra que aqui estão, é importante colocar o relato de como nós, entidades em greve, temos sido tratados pelo Governo.

Em primeiro lugar, como temos sido tratados pelo Ministério do Planejamento, que apresenta uma proposta, diga-se de passagem, imoral. (*Palmas.*)

Ela quer que nós paguemos a conta da crise! Quer apresentar, como o Paulo já colocou, para banco: "Ó, nós temos aqui a situação controlada; em quatro anos, os servidores públicos federais vão receber menos do que a inflação; a situação está ótima para que façamos o pagamento da dívida, está ótima para tudo isso que necessitamos. Faz parte desse ajuste".

Então, nós nos negamos a essa proposta, diga-se de passagem, imoral, nesse sentido. Nós precisamos efetivamente... E aqui eu conclamo os Senadores, eu conclamo os representantes do Governo que aqui estão, para que disputemos esse espaço por uma proposta efetiva, por uma proposta minimamente digna! Que nós possamos fazer esse debate.

Em segundo lugar, como temos sido tratados no âmbito do MEC. Nós, entidades da educação em greve, tanto fizemos o debate e colocamos isso nos informes do Fórum dos SPFs, quanto temos esse contato...

(Soa a campainha.)

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – ... e, segundo os relatos que lemos, as respostas que o MEC nos deu em relação às nossas pautas específicas foram respostas contraditórias, destoantes e evasivas. Elas não responderam efetivamente ao que nós colocamos, não responderam efetivamente às nossas demandas. Todos os ofícios que nos foram enviados estavam lá inclusive com distorção das nossas propostas. Colocavam lá "Andes propôs tal coisa, Sinasefe propôs tão coisa", quando, na verdade, não foi aquela a nossa fala, não foi aquela a nossa proposta. E, efetivamente, não se debateu! Não houve avanços no âmbito do ministério, com pautas específicas.

E aí eu lembro a fala do Rogério: quando nós chegamos lá, dizem "Não é o MPOG, não; isso tem que ser tratado no MEC"; quando chegamos ao MEC, dizem "Ah, mas essa situação aqui nós temos que discutir no MPOG".

E também faço coro à fala da companheira que discutiu a questão dos aposentados. Na greve de 2012, discutimos o reposicionamento dos aposentados no PCCTAE. Fizemos um GT ao longo de 2013, que estourou seu tempo por duas vezes, e, ainda assim, diante do relatório, o Governo apresenta uma posição contraditória...

(Soa a campainha.)

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – ... e claramente distinta do debate jurídico que a Sinasefe e a Fasubra apresentaram.

Há, sim, condições! Há, sim, possibilidades! E o Governo respondeu, em síntese: "Não quero porque não quero. Há possibilidade, mas eu não quero e não vou fazer". E isso foi acordado, foi acordo de greve!

Então, companheirada, é esta a nossa discussão aqui: nós temos que avançar na unidade, nós temos que avançar na nossa luta, na nossa mobilização nesta nossa greve geral, porque depende dela a valorização não só dos profissionais da educação, mas da própria educação. Como o companheiro disse aqui no início, o resultado da nossa greve, o resultado da nossa luta reflete diretamente na educação que nós vamos ter no nosso País.

Por fim, enquanto eu reitero o agradecimento ao Paulo Paim, à Regina, que aqui estão, pelo espaço que nos foi concedido, aos companheiros da Fasubra e aos companheiros do Andes, também faço uma cobrança no sentido da fala do colega André, do Andes: "Nós não pudemos entrar nem sequer com nossas folhas aqui". Que este espaço seja efetivamente do povo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – Que este espaço seja efetivamente democrático.

(Soa a campainha.)

O SR. SHILTON ROQUE DOS SANTOS – E nós, Senadora, como foi colocado aqui, fazemos o debate na pauta. Nós recebemos essa cobrança, mas aqui nós estamos dialogando com as entidades de lutas. E eu estendo isso também aos companheiros da Fenasps aqui presentes. São entidades que fazem esses debates dos demais temas na base, não só aqui, mas na base. Veem para cá e participam. Então, esta Casa é nossa! (*Palmas.*)

Nós não vamos sair, vamos continuar trabalhando aqui.

Em defesa da educação, vamos à greve geral, companheirada, vamos aumentar a nossa mobilização, e só vamos sair quando estivermos vitoriosos!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina, pela ordem. Só uma contribuição rápida para o debate.

Quero dizer duas coisas: eu fui sindicalista durante um longo tempo. Ajudei a criar as centrais, fui o Relator do projeto de todas as centrais sindicais, e estou brigando, para que, efetivamente, aqui no Congresso, nós aprovemos o pleno direito de greve aos servidores, que até hoje não é assegurado, e também a negociação coletiva na sua amplitude, como os líderes têm colocado aqui nesta Comissão.

Eu queria só dizer a todos que tenho claro isto: ninguém faz greve porque gosta. Eu não gosto de greve, mas fiz muita greve, porque tinha que fazer. A greve é uma consequência dos fatos. Quando as partes não se entendem, a parte considerada mais fraca só tem um movimento a fazer: parar, mobilizar-se. Com isso, o que eles querem? Simplesmente, eles querem que a negociação seja reaberta no mais alto nível e que se procure, na mesa de negociação, a construção do entendimento.

Por isso, Senadora Regina Sousa, eu tenho certeza de que esse seria o seu encaminhamento. Eu quero apenas contribuir, além da posição do Diretor Dilvo Ivo Ristoff, que colocou a sua disposição de, hoje mesmo, às 5h da tarde, fazermos uma rodada de negociações no seu gabinete, o que eu acho positivo, companheiros. O que eu não acho positivo e que não é o objetivo desta Comissão é eu vir aqui, convidar todos vocês, todos batem palmas, até nos cumprimentam, só que vocês voltam para a rua sem nada de novo. Daí, a moçada pergunta: "O que rendeu lá na audiência pública?" "Não rendeu nada". Isso é que não pode, pessoal.

Então, no encerramento dos trabalhos, eu queria reafirmar, Diretor Dilvo, a sua disposição de recebê-los às 5h, e nós nos dispomos também, eu e a Senadora Regina, com a ajuda inclusive dos senhores, a fazer um documento, em nome desta Comissão, e remetê-lo aos ministérios correspondentes às categorias em greve, que inclusive vieram aqui a esta reunião com um objetivo muito claro. (*Palmas.*)

E nós não estamos aqui querendo advogar no lugar de vocês. Vocês, como líderes, como ninguém, sabem o que têm para advogar. O que nós queremos é abrir as portas e queremos o que foi dito aqui: que sejam recebidos mesmo com respeito, no mais alto nível. Queremos ouvir o clamor, como dizia Ulysses Guimarães, a voz rouca das ruas, o clamor dos movimentos sociais, que quer assentar-se.

Eu gostei de ver, Diretor Dilvo, quando você disse que já esteve do lado de cá do balcão, que você já fez greve e sabe como é importante nós encontrarmos um caminho e uma saída – mas, eu diria, num alto nível, que permita à categoria, ao encerrar a greve, dizer: "Chegamos a um grande entendimento". Sem se preocupar com perdedores ou ganhadores. O importante é que a categoria possa retomar suas atividades, sabendo que parte da sua pauta... Vocês sabem, tanto quanto eu, que, de modo integral, não vai atender mesmo, mas, pelo menos, que grande parte da pauta foi recebida, ouvida e que foi dado o encaminhamento.

Então, só isso, minha querida Líder, Senadora Regina Sousa, a quem eu pedi que viesse presidir. Ela veio aqui. E o que estava em debate na outra sala, e tive que ir para lá – e nós conseguimos sustentar lá que haja outra audiência com a presença das centrais sindicais –, era que trabalhador não tem que ter uma hora de almoço, mas tem que ter quinze minutos. O debate era esse. Então, eu fui para lá, e, felizmente com apoio, conseguimos segurar no sentido de que haja uma audiência pública, chamando as centrais, as confederações da área pública e da área privada, para que fique acertado que, no mínimo, uma hora de almoço é sagrado.

Eu disse que eu trabalhava numa forjaria. Eu que trabalhava na forjaria e depois na fundição, trabalhando com ferro derretido, calculem se me tirassem minha uma hora de almoço.

É um absurdo.

Por isso, de fato, temos de ter muito cuidado. É um momento em que a onda conservadora, como foi dito aqui, avança. Nós estamos aqui entrincheirados, eu dizia no Congresso, muito mais na resistência, para que não haja retrocesso.

Agora, a greve é um instrumento legítimo. E eu sempre a defendi, e vou rezar muito. No que depender de nós... Não é só rezar; Deus disse: "Orai e vigiai". Deus ajuda a quem madruga. (*Palmas.*)

Nós temos que estar num movimento permanente de pressão, sim. E que se abram as portas no Governo para uma negociação com as categorias em greve. Não interessa a ninguém ficar em greve. O Governo sabe disso, e eu digo com segurança: não interessa a ninguém. Não pensem que esta moçada aqui está feliz; eles queriam estar na sua atividade de trabalho e vendo sua pauta avançar. (*Palmas.*)

Por isso, Sr. Dilvo, que representa o MEC, eu queria passar esta mensagem como uma contribuição neste momento e me disponho a ajudar, mais uma vez, tanto eu como a Senadora Regina. Que a Secretaria-Geral fará um requerimento, que vamos dirigir a todos os órgãos competentes, para que se abra, de fato, uma negociação séria, responsável, que atenda, pelo menos – eu vou desejar – em parte, ou em grande parte, os interesses das categorias em greve.

Um abraço a todos vocês. Desculpem-me se falei demais. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Paim. V. Exª fez exatamente um dos encaminhamentos que eu iria propor: que nós comuniquemos aos órgãos competentes o que aconteceu aqui e tentemos abrir esse diálogo. A Senadora Fátima também, enquanto esteve aqui, propôs participar de um grupo que possa fazer uma mediação direta numa conversa com os ministros. Eu me somo a ela também, e nós vamos ver isso.

Quero dizer a vocês que, às vezes, nós estamos tão cansados que não queremos mais falar com o Secretário: "Eu quero falar é com o primeiro escalão, com quem está lá em cima". Mas não desprezemos esta parte que o Dilvo colocou, porque nós vamos arrumando advogados. Vai que, no MEC, ele vire um advogado; em outra secretaria, está lá o Binho, que é uma pessoa também muito acessível. Vai virando advogado da causa, e acaba que nós conseguimos alguma coisa. Então, vão à audiência com o Dilvo hoje à tarde.

Outra coisa que eu queria encaminhar, Senador, é sobre algo de que eles reclamaram muito aqui. É essa história do acesso, que me constrange muito. Às vezes, eu tenho ido lá na porta buscar uma pessoa que veio para uma audiência com hora marcada, e me constrange ver um monte de gente lá na fila, naquela confusão, e eu ter de botar alguém para dentro. Mas eu tenho que fazer, porque a pessoa vem com hora marcada, lá do Piauí, lá não sei de onde, para uma audiência. Então, nós precisamos ver isso, porque eu acho que nós temos uma parafernália eletrônica ali que, se a pessoa tiver alguma coisa no corpo, apita. Radiografam as bolsas de todo mundo. E papel não é arma! Pelo amor de Deus! E lá o aparelho mostra que é papel. Então, nós precisamos resolver, junto à Mesa Diretora, essa história do acesso das pessoas aqui, porque um instrumento de luta são os papéis, os panfletos, os cartazes, e ficarmos naquele constrangimento por causa disso eu acho um absurdo. Eu penso que nós precisamos nos somar, nós dois aqui e mais alguém que queira, para discutir com a Mesa desta Casa essa questão. E é aquilo que eu falei para vocês: de tanto as pessoas não participarem, isto aqui virou um espaço privado! Então, eles acham que é deles. Assim, é preciso arrumarmos os instrumentos para dizer que isto aqui é público, é do povo. (*Palmas.*)

Vamos tentar resolver isso, porque, realmente, é um constrangimento. É um constrangimento para mim, porque sou Senadora e passo direto, não tenho que ficar na fila; é constrangedor. Então, é preciso resolver essa questão.

São os três encaminhamentos que podemos fazer aqui.

Quero agradecer a presença de todos.

Senador Paim, V. Exª quer vir aqui para declarar encerrada a reunião ou eu a declaro encerrada? (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – V. Exª nos representa, e muito bem. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 16 DE JULHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Hélio José, Marta Suplicy, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, José Medeiros, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim e Valdir Raupp. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para "Debater sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no ambiente de trabalho". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Francisco Chagas Costa, Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Juneia Martins Batista, Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Rômulo Machado e Silva, Coordenador Geral de Normatização do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Ronaldo José de Lira, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Orlandino dos Santos, Técnico em Segurança do Trabalho; Cleonice Caetano Souza, Secretária Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Luis Carlos de Oliveira, Secretário Adjunto de Saúde e Segurança do Trabalho da Força Sindical; Marco Antonio Gomes Perez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social; Sávio Silveira Feitosa, Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários – SindPFA. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 9, de nossa autoria, para debater o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no ambiente de trabalho.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Faremos duas Mesas para debater esse importante tema. A primeira Mesa, que já vou chamar, será composta pelo Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sr. Francisco Chagas Costa; pela Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores, Srª Juneia Martins Batista. Sejam ambos bem-vindos.

Chamo ainda o Coordenador-Geral de Normatização do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Rômulo Machado e Silva, também o Procurador do Ministério Público do Trabalho, Sr. Ronaldo José de Lira, e, por fim, nesta Mesa, Sr. Orlandino dos Santos, Técnico em Segurança do Trabalho.

Na segunda Mesa, teremos Cleonice Caetano Souza, pela UGT; Luis Carlos de Oliveira, pela Força Sindical; Marco Antonio Gomes Pérez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, e Sávio Silveira Feitosa, Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários.

Vou fazer uma pequena introdução para situar nossos telespectadores e ouvintes, aqueles que acompanham pela Agência Senado, pela TV Senado e pela internet nossas audiências públicas.

Estamos aqui hoje para o debate de um tema que nos preocupa muito e que diz respeito à segurança dos nossos milhões de trabalhadores, além de ser um tema que dialoga de modo perene com a seguridade social.

Desde que há trabalho, há acidentes, não importa se falamos de potências hegemônicas ou de países periféricos. Ninguém consegue impedir completamente os acidentes de trabalho no mundo.

No Brasil, um país democrático, nas discussões que gestaram essa legislação inicial sobre o tema, o acidente de trabalho já é considerado como algo que precisa ser enfrentado de modo a evitar o afastamento do trabalhador, garantir a proteção do emprego e preservar, naturalmente, a vida, evitando consequências do acidente como sequelas no trabalhador. Em um país que luta ainda contra o trabalho escravo e o trabalho infantil, são questões que não se resolveram ainda.

Qualquer medida que permita a melhoria de sua condição social, no âmbito do seu emprego e do trabalho, do ambiente de trabalho, também é um direito garantido pela própria Constituição. Aqui há diversas contribuições, artigos que estabelecem que a empresa deve fornecer o EPI gratuitamente ao trabalhador, além da obrigatoriedade de os equipamentos serem utilizados com Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Vamos passar alguns dados rapidamente.

Alguns números mostram, em 2013, uma taxa de mortalidade de 6,53 por 100 mil segurados. Nos Estados Unidos, para comparar, nesse mesmo ano, a taxa foi de 3,2, praticamente a metade do número de acidentes com morte no Brasil. Vale lembrar que há nações com os números ainda menores do que o dos Estados Unidos e que tal contabilidade não inclui toda a nossa população economicamente ativa.

É esse o debate de hoje. Nós sabemos que os acidentes do trabalho e as doenças do trabalho no Brasil lideram. Não vou dizer, como muitos dizem, que está em primeiro lugar; outros dizem que está em terceiro; outros falam que está em segundo, mas eu sei que é muito preocupante, com certeza, está entre os cinco países do mundo onde mais acontecem acidentes no trabalho e, por consequência dessa situação considerada não adequada, também ocorrem as doenças no trabalho.

Portanto, qual é o porquê também desse debate que os senhores vão aprofundar aqui? Não dá para achar que simplesmente o IPI resolve o problema da segurança no emprego, para evitar doenças e acidentes no trabalho. Há um debate que sei que foi parar no Judiciário porque há os que defendem a tese de que, desde que usem o equipamento, não têm que serem pagos os adicionais de insalubridade, periculosidade e até de serviço penoso.

Eu não entendo assim e fui técnico de segurança no trabalho. Uma coisa não termina o ambiente considerado inseguro ou poluído. Enfim, se quiserem efetivamente não pagar os adicionais, que eliminem as áreas consideradas insalubres, penosas e perigosas, mas é um debate que os senhores vão fazer aqui e que vai nos servir como norte aqui no momento de aprofundar a legislação sobre o tema.

Então, vamos, de imediato, começar, conforme a orientação aqui da Secretaria, que me chegou, com o Sr. Francisco Chagas Costa, da Nova Central Sindical de Trabalhadores. São dez minutos para cada convidado.

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Bom dia, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em nome do Presidente Calixto, trago um grande abraço fraterno a V. Exª e também cumprimento, em sua pessoa, os demais colegas componentes aqui da mesa, as autoridades. Cumprimento as autoridades compostas neste plenário: autoridade jurídica, política, empresarial e a liderança sindical que se faz presente. Temos dois representantes da nossa confederação: o nosso Vice-Presidente, Dr. Francisco Viana, e o nosso Secretário-Geral, Miraldo Vieira da Silva. Eu também sou presidente da Contricom – Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário.

Sr. Senador, ficamos honrados ao receber esse convite, nós que vivemos o dia a dia dentro do setor da construção. Recentemente, fizemos um evento lá no CTE do CNTI justamente tratando sobre saúde e segurança do trabalhador e comemorando os 20 anos da NR 18, a Norma Regulamentadora atual que trata da regulamentação da segurança do trabalhador e do uso do material.

Nós temos aí para ilustrar, se o senhor me permitir, praticamente fotos. Eu vou ver até aonde pode ir para eu dar um contexto final na minha fala. E faço isso só para que vocês se situem na situação em que vive, viveu e viverá o trabalhador da construção enquanto tivermos esse mundo capitalista, que não liga muito para o conceito vida.

Eu gostaria que passassem as fotos, pelo menos para ilustrarmos. Agora, quem não tomou café, por favor, se segure que o negócio não é muito bonito não.

Pode acelerar e já colocar as imagens fotos mesmo, que vocês vão ver.

(Procede-se à exibição de fotos.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Eu acho que até aí já deu para sentirem. Daí para frente, a tendência é agravar-se mais. Então, eu pediria para não mexer muito com os nervos dos companheiros que estão aqui.

Senador, embora a linguística empresarial e o próprio dicionário governamental achem que isso é um acidente de trabalho, entendo que isso não é um acidente de trabalho. Isso é assassinato, isso é crime. Isso não é acidente de trabalho, do meu ponto de vista, como Presidente da Confederação e como Vice da Nova Central.

Eu não vejo isso como acidente de trabalho, porque não há como recuperar um acidentado na forma que nós vimos aí. Então, essa pessoa é inútil para o resto de vida. Para mim, isso se torna um assassinato.

Lamentavelmente, há coisas piores acontecendo no dia a dia dentro do canteiro de obras. Infelizmente, o capitalismo ainda não reconhece que o maior produtor da riqueza dele ainda é a força de trabalho, o trabalhador, que é quem dá o caviarzinho para ele, que dá a lancha, que dá o iate, que dá o aviãozinho, que dá a passagem, e ele não sabe reconsiderar isso.

Nós, como trabalhadores, estamos cansados de discutir isso em comissões e comissões, junto ao Ministério da Previdência, ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Trabalho, que, por sinal, só tem hoje a nomenclatura de Ministério do Trabalho, porque hoje não existe mais Ministério do Trabalho. Eu não sei ainda por que não fecharam as portas, porque nós não temos nenhuma autoridade dentro desse Ministério, a não ser para compartilhar algumas coisas, que o movimento sindical aqui sabe e que o setor empresarial também sabe.

De 1943 para cá, houve três regulamentações de normas. Primeiro, foi a CLT, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, do Presidente Getúlio Vargas, que perdurou até a época da ditadura, em 1978, quando foi feita uma pequena reforma. Essa pequena reforma da lei já foi uma reforma bruscamente feita, naquela época, com 20 técnicos do Ministério e da Fundacentro. Em 60 dias, elaboraram uma norma tirando da CLT alguma regulamentação que seria o capítulo 200, saindo a linha de EPI (Equipamento de Proteção Individual) passando para proteção coletiva. Essa reformulação foi assinada na época pelo Ministro Prieto, que era o Ministro do governo militar. A terceira reformulação, para completar esse estágio, foi justamente quando veio o conceito de tripartite dentro de CPN e CPR. Justamente a partir daí, criou-se a NR 18, que hoje está sofrendo uma grande reforma ainda. Mesmo com alguns técnicos dizendo que avançamos pouco, mas, para aquilo que o Governo queria nos empurrar goela abaixo há dois anos, nós buscamos incomodá-los, de uma tal forma reunindo, questionando, levantando propostas como esta Comissão está fazendo hoje na discussão...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS COSTA – Essa NR 18 está com 2,5 anos, mais ou menos, mas ainda não foi assinada a portaria. Garantimos que, em breve, ela deverá ser assinada. Ela, realmente, teve o seu início com o engenheiro Jófilo Moreira Lima, que era o Secretário de Segurança e Saúde do Trabalho, e foi assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Há alguns pontos que nós consideramos cruciais dentro da questão do uso de material de proteção individual e coletiva. As normas que nos protegem são: a NR 06, de Equipamento de Proteção Individual; a NR 10, de segurança em instalação de serviço elétrico; a NR 18, que é a norma que realmente está contida com maior vínculo dentro do setor da construção civil, que está sendo reformulada em fase final; a NR 21, que é sobre trabalho a céu aberto, ou seja, trabalhadores expostos a intempéries do dia a dia; a NR 33, que trata de segurança e saúde dos trabalhadores em espaços confinados – um dos setores que vêm sofrendo muito isso, embora já haja uma NR com portaria baixada, toda acordada, é o setor de alimentação, que é o mais prejudicado, cujo exemplo é a questão dos frigoríficos –; e a NR 35, que trata da questão das alturas, sendo que os maiores acidentes são quedas.

Os equipamentos que podemos dizer que dão paliativamente segurança ao trabalhador são o capacete, para proteção de choque; os óculos, para evitar tipos de poeira; o abafador de ruído; o cinto de segurança; a camisa com manga longa; as luvas de raspa; as máscaras filtradoras; os uniformes, principalmente calça comprida; calçados fechados, como referência a bota.

E aqui dizemos que toda atenção é pouco no trabalho e volte com vida para seus familiares. Por quê? Porque, justamente, não há dinheiro no mundo, Senador, que pague uma vida. Muitas vezes, um pai de família sai cedo para o trabalho e, depois, retorna simplesmente a notícia de que foi vítima de um acidente de trabalho.

Eu estava, no ano passado, numa reunião em São Paulo quando chegou a notícia daquele desabamento daquele prédio que vitimou dez companheiros da construção em que o andar desabou todo. E oito companheiros eram justamente do Maranhão. Eles saíram – ouviu, Chico? – da sua terra em busca de uma vida melhor e uma situação de vida tanto para seus pais como para seus familiares e filhos.

Companheiros, eu não quero aqui generalizar o setor patronal, mas eu quero dizer que o mais culpado disso não é o trabalhador.

É justamente o manuseio de equipamento, que não tem orientação pelo setor patronal, e os órgãos fiscalizadores do Governo não estão envolvidos na fiscalização, Senador. Lógico que sabemos que alguns ministérios estão deficientes de auditores, de fiscais.

E aí vem aqui o pedido a esta Comissão: que promova projeto de lei para autorize a realização de concurso para auditores fiscais, para que possamos amenizar esse sofrimento dos trabalhadores do segmento da construção e do mobiliário.

Era isso que eu tinha a falar. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Francisco Chagas Costa, que falou pela Nova Central, mostrando no telão parte da triste realidade dos acidentes no trabalho. Que essa sua fala e essas imagens sirvam de alerta. Antes tarde do que nunca, para responder a essa situação tão difícil.

Passamos, agora, para a Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a líder Juneia Martins Batista.

A SRª JUNEIA MARTINS BATISTA – Bom dia, Senador Paulo Paim; Bom dia, companheiros e companheiras da mesa, companheiros do plenário.

Não sei como vai ser o restante da mesa, mas foi interessante começar com a apresentação que traz o Francisco, da Nova Central, porque eu vou abordar a questão do EPI, uma visão que nós, na CUT, discutimos e acho que vai casar um pouco com a fala que ele fez, e depois, talvez, com a dos companheiros que vão falar depois de mim e a próxima Mesa.

Vou falar um pouco sobre o que é, na visão da CUT, do que temos estudado esses anos todos, sobre o que pensamos o que é o EPI. Primeiro, partimos da premissa de que não existe risco inerente ao trabalho. O que há são situações e fatores de risco peculiares a determinadas atividades ou ambientes de trabalho, mas que podem e devem ser eliminadas ou neutralizadas. É essa a nossa visão, logo de cara.

Quanto às obrigações e responsabilidades do empregador, conforme prevê a legislação, o empregador é responsável pela garantia das condições de saúde e segurança, conforme prevê o §1º do art. 19 da Lei 8.213, de 1991.

Se existe uma atividade econômica em que a eliminação ou a neutralização dos fatores de risco não sejam possíveis de acontecer, é porque essa atividade não é digna de ser executada por uma pessoa. Há que se buscar uma solução tecnológica. Acho que temos bastante isso, no século em que vivemos, para substituir o trabalho humano.

Por que ocorrem, então, em especial no Brasil, 700 mil acidentes de trabalho, segundo o Anuário Estatístico da Previdência de 2013? Por que há tantos acidentes graves e fatais e adoecimentos ligados ao trabalho?

Uma das respostas, embora não seja simples, pode ser resumida em dois fatores principais. O primeiro fator é a falta de uma política efetiva de saúde do trabalhador. Temos aí o PlanSat, que está em debate há tanto tempo, não é, Francisco, Luizinho, Cleo? Os companheiros na Mesa sabem do que estou falando. Está-se discutindo até agora e sair do papel está muito difícil.

Outro fator é uma lógica, em nossa opinião, que prioriza o lucro e o capital – a apresentação do Francisco mostrou mãos decepadas, a última imagem –, em detrimento da preservação da saúde física e mental da própria vida e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

As formas de eliminação e neutralização dos fatores de risco, em nossa opinião, implicam a adoção de medidas coletivas e individuais de proteção, com prioridade para as primeiras, de acordo com vários dispositivos legais. Inclusive é um trabalho feito por nós, da classe trabalhadora, nas centrais sindicais, acerca do debate sobre as próprias NRs, inclusive a NR 6, que regulamenta os equipamentos de proteção individual, conforme a letra "a" do item 6.3, que diz: "A empresa é obrigada a fornecer aos empregados gratuitamente EPI adequado ao risco."

Há uma alínea que diz:

> a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;

Contudo, sabemos que as empresas nunca consideram essa previsão. Em geral, elas adotam o EPI como primeira opção, e isso também se dá por várias razões. Sabemos que a principal razão é o lucro mesmo das empresas.

A adoção de EPI, normalmente, representa uma solução mais simplista e econômica para a empresa, não importando se, de fato, essa é uma medida que vai ou não proteger o trabalhador. Ela não garante o conforto.

Eu sou da Prefeitura do Município de São Paulo e me lembro de que há 25 anos, quando comecei a militar nos sindicatos municipais de São Paulo, eu ia visitar o serviço funerário. Ninguém se lembra dos sepultadores. Íamos lá visitar para chamar para greve, manifestações. A primeira coisa que notamos – na época tínhamos uma subseção do Diesat no sindicato – foi a reclamação deles sobre as botas. As botas que eles usavam eram as mesmas para todo mundo, não importava se o trabalhador tinha 1,60m de altura ou 1,80m. Eram umas botas supercompridas que vinham até a virilha e machucavam muito os trabalhadores. Às vezes, o tamanho era grande demais, era um tamanho único. Também não tinham proteção para fazer o manuseio, cavar as sepulturas.

Foi quando começamos a notar que trabalhadores da fábrica de caixões sofriam de doenças de pele por conta dos próprios agentes químicos que havia dentro daquelas fábricas. Hoje já melhorou bastante. Depois

de uma grande luta que tivemos e greves que os trabalhadores fizeram, conseguimos melhorar um pouco a situação, mas ainda temos muitos problemas com o uso do tal EPI. Não garante conforto algum e restringe muitas habilidades que os próprios trabalhadores têm na execução das suas tarefas.

Por outro lado, torna-se mais fácil transferir ao trabalhador – e aí também é um dos eslaides que o Francisco apresentou – a responsabilidade dos riscos. Ele não se previne porque não quer, porque é azarado, porque ele é descuidado, porque ele não resposta atenção. Sempre a culpa é do trabalhador, nunca tem a ver com o processo do trabalho, não considerando se o uso do equipamento atrapalha ou mesmo impede a realização do trabalho. Isso já sabemos porque caminhamos por fábricas.

Um debate que fazemos na CUT também é sobre a vida dos médicos peritos. Quando o médico perito dá ou não a licença médica para o trabalhador, de fato, ele não sabe qual é a vida do trabalhador, não sabe qual é o local de trabalho, não visita uma construção, não visita um serviço funerário, não vista uma creche, para saber como é que a trabalhadora pega aquela criança, como é o processo de trabalho. Eles nunca sabem, mas fazem a lei. É mais fácil fazer a lei.

Como falaram que eram só dez minutos, tentamos não esticar muito.

Nós da CUT acreditamos que as doenças e acidentes de trabalho ocorrem em função de como o trabalho é organizado, com atribuição exclusiva do trabalhador. Mesmo havendo o debate no interior das CIPAs sobre os riscos de acidentes, sempre vem o menu prontinho e nunca se consideram as diferenças objetivas e subjetivas de cada ser humano, de cada trabalhador. Ou seja, uma coisa é o trabalho prescrito, que está como é o menu.

A menina que me recebeu aqui hoje – eu tenho eslaides para apresentar – tem um jeito de fazer, outra pessoa teria outra forma de fazer.

Assim é que penso que seria. Eu chego aqui e penso como seria recebida para executar uma tarefa, um trabalho. Outra coisa é o trabalho que a pessoa realiza. Essa é a visão de um estudioso francês que muitos de nós conhecemos, chamado Christophe Dejours.

Portanto, a correta adoção dos EPIs deve ser a última opção no combate aos acidentes e doenças do trabalho, mas sobretudo essa decisão tem que prever obrigatoriamente a participação do trabalhador.

É o que falamos da gestão, a famosa NR de gestão, que nunca conseguimos discutir, pela qual se pretende que os trabalhadores participem da elaboração das normas que dizem respeito a nossa vida no dia a dia do trabalho. Então, é muito complicado. Não se consegue trabalhar esse lado, porque há sempre uma lógica técnica, existe a lógica do lucro, há sempre uma lógica que não é aquela que nós, da classe trabalhadora, defendemos.

É isso. Durante o debate, Senador, vamos colocar mais algumas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Juneia Martins Batista, que falou pela CUT, fazendo uma apresentação detalhada das suas preocupações e para onde nós podemos avançar no trabalho coletivo.

Passamos a palavra para o Sr. Rômulo Machado da Silva, Coordenador Geral de Normatização do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. RÔMULO MACHADO E SILVA – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia aos colegas da mesa e a todos os presentes.

Essa questão do uso do EPI, a abordagem do tema equipamento de proteção individual é um tema muito importante para se trazer à pauta de discussão. Na realidade, todas as apresentações vão acabar se complementando.

Eu trago uma visão do Ministério do Trabalho segundo a qual antes de mais nada, antes de qualquer conversa, é necessário acabar com a cultura do EPI.

Existe uma cultura enraizada na sociedade como um todo de que segurança e saúde no trabalho se fazem com o uso do equipamento de proteção individual. Essa é uma cultura que infelizmente está muito enraizada em toda a sociedade, junto às bases empresariais, e isso é algo que se deve combater com muita força. Outra cultura que não coloquei no eslaide que temos que combater também é a cultura do ato inseguro.

Essas são duas chagas que temos quando se conversa sobre a segurança e saúde no trabalho. É preciso que todos – e quando falo todos estou me referindo a empregadores, trabalhadores, governo, sociedade como um todo – compreendam que, quando se trata de segurança, segurança e saúde no trabalho, existe uma hierarquia dessas medidas de proteção. O EPI, como vocês vão ver, faz parte dessas medidas, mas ele está no final dessa cadeia. Quando se trata da hierarquia das medidas de proteção individual, em primeiro lugar devem se destacar as medidas de proteção coletiva, na sequência, as medidas administrativas e, por fim, as medidas de proteção individual.

Ali eu trago um exemplo. Se você tem um determinado ambiente de trabalho com um nível de pressão sonora, um nível de ruído muito elevado – vamos chutar –, com 90, 100 decibéis, em muitos casos, a empresa se restringe a fornecer um protetor auditivo. E não é isso que vai resolver.

Olhando para essa hierarquia e trazendo para esse exemplo que citei, se há um nível de pressão sonora muito elevado, faça um tratamento acústico no ambiente, enclausure a máquina que está gerando esse nível de pressão sonora, busque medidas de proteção coletiva que possam diminuir esse nível de ruído.

Desse modo, você não necessariamente vai precisar de um equipamento de proteção individual e vai proteger todos os trabalhadores que estão naquele ambiente.

Adotadas essas medidas de proteção coletiva, se ainda assim não foi suficiente para reduzir para níveis aceitáveis, há, como alternativa, a adoção de medidas administrativas, como, por exemplo, o revezamento com outros trabalhadores, de modo a trabalhar em ambientes que minimizem essa exposição. Se, adotando medidas de proteção coletiva, medidas administrativas, ainda assim houver uma exposição significativa que possa causar algum dano para esse trabalhador, aí, sim, você vai chegar ao nível de medida de proteção individual.

Então, o EPI deve ser utilizado enquanto as medidas de proteção coletiva e administrativa não forem suficientes ou se estiverem em fase de implantação. Não basta ter um ambiente, fornecer o EPI e vida que segue, vou trabalhar aqui por 50 anos fornecendo EPI. Não, não é assim que se faz segurança e saúde no trabalho. O equipamento de proteção individual é a última medida. Ele é a última barreira. O seu uso pressupõe que o trabalhador está exposto ao risco.

Essa cultura do EPI que tem que ser desmistificada vai frontalmente contra o que está posto nessa tela.

É muito comum de se ver, principalmente quando acontece algum acidente na construção civil... Por exemplo, se ocorre um soterramento, caem toneladas e toneladas de terra, o trabalhador vem a falecer. Quando você vê a cobertura jornalística, a matéria diz: "Nós fornecemos todos os equipamentos de proteção individual. Ele tinha cinto, ele tinha capacete".

De que adianta? De que adiantariam esses equipamentos numa situação de soterramento? Poderia ter o equipamento de proteção individual que fosse, a vida não seria salva. Então o EPI tem que ser encarado como a última medida.

Outro caso que acontece muito na construção civil é a queda. "Ah, o trabalhador caiu do andaime, mas tinha sido fornecido EPI, tinha sido fornecido o cinto". Espere lá! Não era para ele ter caído! Se ele caiu é porque medida de proteção coletiva não foi adotada.

Então, é importante termos essa visão de que o EPI é a última medida e que outras medidas devem ser tomadas antes do equipamento de proteção individual. Entretanto, quando o seu uso for necessário – e existem algumas situações em que o uso é necessário – esse equipamento de proteção individual tem que ser eficaz. Não adianta fornecer o EPI numa situação em que ele é necessário, e não ser um equipamento eficaz.

Como já foi dito nesta audiência, o equipamento de proteção individual só pode ser posto à venda com o certificado de aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho. E eu trago um pouco do trabalho que fazemos na Coordenação em relação à análise dos processos em que é solicitada a autorização para a fabricação de EPI.

Até 2010, o Ministério do Trabalho fornecia o certificado de aprovação, dependendo do tipo de EPI, de duas formas. Uma dessas formas era a partir de um termo de responsabilidade que costumo chamar de termo de irresponsabilidade. O que era isso? Uma pessoa atestava e falava: "Esse equipamento, essa vestimenta para a proteção contra agrotóxico funciona". E o Ministério do Trabalho fornecia o CA para aquele equipamento, sem passar por teste algum. Isso ocorreu até 2010. Para outros tipos de equipamentos já existiam ensaios laboratoriais.

A partir de 2010, fizemos um grande esforço para acabar com essa figura do termo de responsabilidade. Hoje isso já não existe. Fizemos um grande trabalho para a capacitação de laboratórios para realizar ensaios. Só para que os senhores tomem conhecimento de um exemplo que considero muito interessante nesse processo de migração, para as vestimentas de proteção contra agrotóxico, até 2010, a emissão do CA era feita com base nesse termo de responsabilidade.

Após 2010, nós conseguimos capacitar dois laboratórios no Brasil para começarmos a testar as vestimentas. Quando se começou a testar essas vestimentas, todas reprovavam. Todas! Isso é um indício de que o que estava sendo utilizado no campo não estava fornecendo uma proteção eficaz para os trabalhadores.

Então, como é o sistema hoje para emissão desse certificado? Todo e qualquer tipo de EPI tem que ser ensaiado em laboratório, de acordo com normas técnicas de ensaio. Há alguns tipos de EPI que os fabricantes têm que mandar para fora do País para ensaiar fora do País porque não temos laboratórios aqui. Outra parcela desses equipamentos de proteção individual, além dos ensaios laboratoriais, passa por um processo de avaliação de conformidade no âmbito do Inmetro. Aí há uma avaliação por um organismo de terceira parte, há uma avaliação do sistema de produção da empresa que fabrica. Então, é bem mais robusto, bem mais completo e nos dá uma medida de que talvez esse equipamento seja um pouco mais eficaz. Então, essa tela reflete uma

mudança relativamente recente que traz certo benefício, certa melhoria na qualidade desse equipamento que é usado.

Atualmente, por esse modelo de certificação por avaliação da conformidade, temos esse rol de equipamentos que já possuem esse modelo de avaliação da conformidade no âmbito do Inmetro. Estamos trabalhando para que tenhamos outros modelos.

Essa questão do EPI também é vista nas nossas fiscalizações rotineiras, nas fiscalizações dos ambientes de trabalho. O uso, a adequação do equipamento àquela condição, essa questão de medida de proteção coletiva, medida de ordem administrativa, tudo isso é verificado nas nossas ações fiscais.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, de poder falar um pouquinho sobre esse tema.

Na última tela há meu *e-mail* e meu telefone de contato. Caso tenham alguma dúvida ou contribuição, estou à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rômulo Machado e Silva, que falou pelo Ministério do Trabalho, apontando caminhos e também preocupações. (*Palmas.*)

Agora, Ronaldo José de Lira, Procurador do Ministério Público do Trabalho.

O SR. RONALDO JOSÉ DE LIRA – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os componentes da Mesa, bom dia a todos os presentes. Tenho uma apresentação também.

Dia 28 de abril é o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

A campanha de 2015 da Organização Internacional do Trabalho foi essa figura aí: Unidos pela construção de uma cultura de prevenção em matéria de saúde e segurança no trabalho.

E quem a OIT colocou nessa *van*? O condutor ali é ela e, logo atrás, nós temos a imagem do Governo, depois do empregador, do empregado, do agente de saúde e segurança no trabalho e, no final, a Previdência Social. Ele separou do Governo porque em alguns países a previdência é separada.

É importante dizer também que para a OIT saúde e segurança do trabalho é um componente essencial para o trabalho decente. Então, quando nós falamos de trabalho decente, estamos ligando muito à questão do trabalho escravo, do trabalho infantil, mas a saúde e segurança no trabalho também são um direito humano, porque também estão relacionadas ao direito à vida, relacionadas ao direito e à integridade física de todos. As fotos do Francisco aqui deixaram muito clara qual é a realidade do Brasil: uma realidade de mutilações, uma realidade de mortos, uma realidade que realmente nos causa uma consternação muito grande. Acho muito importante estarmos juntos discutindo essa questão, desmistificando um pouco aquela questão de que campanha de prevenção de acidente do trabalho tem que ter a foto do trabalhador com um capacete, como se ele fosse o único responsável a fazer a sua prevenção.

Então, parabenizo muito a OIT (Organização Internacional do Trabalho) por colocar todos nós nessa *van* – e alguns agentes ainda estão faltando – para dizer que a responsabilidade é de todos.

Não vejo ali os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho. E essa pergunta que nós temos que fazer para nós mesmos, para cada instituição: Nós merecemos estar nessa *van*? Nós estamos fazendo no nosso dia a dia, praticando uma cultura de prevenção? Porque no Brasil nós temos uma cultura de acidentes, infelizmente. Hoje, nos negócios, o custo dos acidentes é todo colocado no produto. No Brasil temos todas essas siglas, todas essas figuras que estão destinadas a nós, aplicadores do Direito, aos sindicatos, ao Ministério do Trabalho, para que possamos fazer a efetiva garantia da saúde e da segurança. Ou seja, nós temos muita legislação. A legislação brasileira é rica, nós estamos no Ministério do Trabalho, juntamente com a bancada patronal e a bancada dos trabalhadores e nós produzimos muita matéria-prima, a normatização brasileira é exemplar. Agora, por que nós temos esse número expressivo de acidentes em contrapartida de uma legislação importante? Alguma coisa está faltando. Essa engrenagem de proteção do trabalhador não está funcionando.

Eu destaquei o EPI ali, porque o EPI é mais um dos elementos dentro de todo esse contexto que nós temos para proteger o trabalhador. É importante que nós possamos imaginar sair daquela figura da campanha do trabalhador com capacete. Saúde e segurança não é só capacete, é muito mais do que isso. A representante da CUT falou aqui de gestão. A gestão da segurança é uma coisa importantíssima, o que nós não temos visto no Brasil, as pessoas não têm praticado uma efetiva gestão da saúde e segurança dos trabalhadores.

Aqui nós temos os números. Destaco ali, em primeiro lugar, a área da saúde em que historicamente conhecemos o médico paramentado, o enfermeiro, o atendente de enfermagem. Eles usam EPI. Mas a pergunta é: por que há tantos acidentes em hospitais? Por algumas coisas. Primeiramente, o ambiente hospitalar é o que historicamente notifica mais. Nós temos uma grande subnotificação de acidentes e doenças no trabalho. A ideia de que o acidente no hospital é notificado é uma realidade. Então, há um mecanismo mais efetivo e é por isso que ele figura nesse ponto, nessa lista, em primeiro lugar. Mas não que não seja considerado, não seja importante. Aliás, acidentes nos hospitais são graves, são gravíssimos. Imaginem os senhores os acidentes com

perfurocortantes, são materiais contaminados, material biológico. Eu mesmo já atendi trabalhadores, Senador, que contraíram HIV no hospital, através de acidente de trabalho, ou tuberculose, ou hepatite. Não vejo ninguém discutindo, mas o índice de contaminação de trabalhadores por hepatite no Brasil é altíssimo e é uma coisa sobre a qual não vejo grandes discussões. Por isso quero sair um pouco daquela questão com trabalhador com capacete, trabalhador com EPI, para ampliarmos muito essa discussão, porque é uma discussão muito rica.

Na área rural encontramos nas nossas diligências isso aí. Quando há o fornecimento do EPI, ele está nesse estado. Ou seja, o EPI não é substituído, ele não é higienizado, ele não é armazenado adequadamente. Essa roupa no varal aqui é aquela vestimenta para aplicação de agrotóxico. É um tema que nós temos discutido muito no Ministério Público, porque o consumo de agrotóxico no Brasil é uma cosia exagerada. Todos nós sabemos o índice de pessoas com câncer no Brasil e, evidentemente, há uma correlação com isso de trabalhadores com câncer ocupacional. O Ministério Público tem discutido muito essa questão. Nós trabalhamos muito no campo e nós temos visto periodicamente, diuturnamente, essa questão.

Eu não vou ser repetitivo, o Rômulo já disse aqui sobre a questão do Equipamento de Proteção Individual, que ele deve estar no fim da cadeia de todas as outras medidas que o empregador deve adotar. Ou seja, a gestão no trabalho... Aí a NR 31 fala a mesma coisa, que existem outras medidas, como a proteção coletiva e eliminação de riscos, que apenas na sua falta o equipamento de proteção individual deve ser utilizado.

Essa é uma tabela do Niosh, uma fundação americana em que há estudo de riscos.

Do lado esquerdo, ela mostra a efetividade da medida; do lado direito, a espécie da medida. E aí nós podemos ver que o equipamento de proteção individual está em último lugar. Nós temos várias outras medidas importantes para eliminar o risco do ambiente de trabalho, como a eliminação do risco, a substituição do risco, medidas de engenharia.

Então, hoje é muito mais fácil comprar um plugue ou colocar uma concha no trabalhador do que neutralizar aquela máquina com ruído intenso. Ou seja, por que não tiramos aquela máquina do ambiente do trabalho, por que não enclausuramos aquela máquina? É porque é mais fácil comprar um plugue, é mais fácil comprar uma concha e colocar no trabalhador. Mas todos nós sabemos que o ruído não é conduzido apenas pela concha auricular: ela também é conduzida pela via óssea; ele causa outros danos à saúde do trabalhador. Desse modo, eu já encontrei vários trabalhadores que utilizaram plugue, utilizaram a concha a vida inteira e tiveram uma perda auditiva muito severa, por conta do exercício do trabalho.

Essa é a maior prova de que a efetividade do EPI deve, sim, ser muito questionada. E é por isso que essa tabela é muito importante. Infelizmente, no Brasil, ela está de ponta-cabeça, porque, em primeiro lugar, há a priorização do equipamento de proteção individual. Isso, de alguma forma, gera uma imagem de que o empregador está fazendo alguma coisa, porque ele tem recibos, e recibos e recibos de equipamentos de proteção individual, mas aí nós vamos ver as comunicações de acidentes de trabalho, vamos ver os afastamentos por adoecimento, vamos ver as aposentadorias precoces. É um número muito expressivo.

Isso aí são fotos tiradas nas diligências do Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo. Do lado esquerdo, é um trabalhador fazendo a aplicação de um agrotóxico de forma absolutamente criminosa; do lado direito, a pulverização aérea, que é uma coisa também pouco discutida no Brasil. Não há regulamentação, e o que nós temos visto é a contaminação de toda a população no entorno das plantações. Inclusive, no ano passado, houve a contaminação de crianças que estavam numa escola numa região onde houve pulverização. Então, é necessário que discutamos esse assunto o mais rápido possível.

O que acontece? Recentemente, eu conversei com uma pesquisadora na área de câncer, e ela disse: "Essa contaminação, essa poluição aérea por agrotóxico, dependendo do vento, pode se espalhar num raio de 200 quilômetros, e todos os que estão nesse entorno vão respirar agrotóxico, vão respirar veneno". O que acontece? Vamos ser contaminados, vamos adoecer.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO JOSÉ DE LIRA – E é por isso que o Brasil tem registrado cifras astronômicas de pessoas com câncer. Basta visitar alguns centros de oncologia, e nós vamos ver a tragédia que estamos enfrentando com crianças, com jovens, com idosos. Há um número absurdo de câncer, e eu acredito – há muitas evidências disto – que o agrotóxico é o grande responsável, como também a poluição do ar.

Mas eu vou mais adiante.

Aqui eu cito algumas fotos de proteção de máquinas, que é uma coisa também que tem sido muito debatida no Brasil. Hoje há um ataque aberto contra a NR-12, que é uma norma muito rica, muito detalhada, mas, segundo os empregadores, é de difícil aplicação por conta do alto custo. Nós temos discutido isso abertamente com as bancadas do Ministério do Trabalho, mas o que eu digo é que a realidade é essa. Então, numa realidade desse jeito, não adianta nós falarmos em equipamento de proteção individual; por quê? As fotos

do Francisco deixaram muito clara a mutilação de membros superiores, a mutilação de várias partes do pé e outras partes do corpo. Essas mutilações têm acontecido com muita frequência. No Judiciário trabalhista, nós temos recebido muitas demandas de trabalhadores que foram mutilados, e estão lá, muitas vezes, as viúvas, os órfãos pleiteando as indenizações.

Aqui é outro exemplo da ineficácia do equipamento de proteção individual. Os trabalhadores muitas vezes não são treinados e utilizam o equipamento desta forma. A ineficácia é completa.

Aqui é uma ação que o Ministério Público promoveu no ano passado, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, numa feira de equipamentos e máquinas que ocorreu no Estado de São Paulo. O que nós constatamos num *show room* foi isto: máquinas do mundo inteiro, principalmente importadas da China, uma importação maciça de maquinários para nossos ambientes fabris, nessas condições. Ofereciam baixo custo, mas pouca segurança ao trabalhador. E não nos restou outra opção, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego, senão fazer a interdição da venda, em plena feira, em pleno *show room* das empresas, porque, se alguém comprar uma máquina dessas, depois se perde o rastreamento, e vamos voltar para a mesmice de acidentes e acidentes.

Só para concluir, nós colocamos aqui outros elementos que ocasionam e propiciam, facilitam a ocorrência de doenças e acidentes do trabalho: assédio moral, um tema que tem sido muito discutido no Brasil; a não aplicação e estudo dos acidentes e incidentes no trabalho. O que nós vemos atualmente é que o acidente aconteceu hoje; no mês que vem, de novo; no outro mês, novamente. Ou seja, aquele acidente não serve para que o empregador tome alguma providência. Ele não estuda os acidentes, ele não estuda os incidentes, ou seja, os quase acidentes no ambiente de trabalho. E aí é a plena e total falta de gestão do risco, falta de gestão do acidente do trabalho.

E esta aqui, só para finalizar, é uma campanha de saúde e segurança feita pelo Ministério do Trabalho italiano, que muda um pouquinho aquela história do capacete e da bota. O que nós temos de promover como saúde e segurança é isto: que esta cena se perpetue, que ela não acabe no final do dia. Que esse pai volte para abraçar seu filho, e que continuemos com uma família como deve ser, e não essa legião de órfãos que nós temos no Brasil.

Muito obrigado ao Senador e a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Promotor do Ministério Público do Trabalho Dr. Ronaldo José de Lira, que mostrou, com clareza, a situação de centenas, de milhares e milhares de pessoas, tanto na área urbana, quanto na área rural, que acabam trabalhando em condição insegura, praticando atos inseguros. Mas ele também mostrou a situação em que os empregadores deixam os seus trabalhadores, como se viu nesse exemplo da área rural.

Passo a palavra ao Sr. Orlandino dos Santos, técnico em segurança do trabalho.

O SR. ORLANDINO DOS SANTOS – Quero parabenizar o Senador Paim e agradecer-lhe pelo convite para participar desta Mesa. Agradeço a presença de todos, e quero ressaltar que está presente a Letícia, vice-presidente da Cipa do Colégio Setor Oeste.

Vamos falar um pouco de EPI. Será uma fala bem resumida, porque minha voz está meio complicada. Acompanhem comigo a leitura.

> Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no Ambiente de Trabalho.
> Essas figuras são de equipamentos de proteção individual que são usados no ambiente de trabalho.
> Princípio da Geração dos Riscos.
> Art. 2º da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho): "Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. "
> Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – NR 9: antecipação, reconhecimento, avaliação, controle, informação aos trabalhadores. Essas etapas devem ser realizadas com a participação dos trabalhadores.
> Medidas de Proteção aos Riscos.
> - medidas coletivas: proteção com guarda-corpo em obras; sistema de exaustão durante a pintura;
> - medidas administrativas: revezamento dos trabalhadores, reduzindo-se o tempo de exposição;
> - medidas de caráter individual: equipamentos de proteção individual.
> Equipamentos de Proteção Individual só devem ser utilizados em situações excepcionais, em que o risco gerado pela atividade econômica não possa ser eliminado ou controlado pelo empregador, adotando-se outras medidas.

Essas fotos são exemplos de riscos.

As medidas de prevenção devem ser priorizadas, adotando as medidas de proteção quando forem insuficientes para o controle do risco.

As principais responsabilidades do empregador:

- adquirir o EPI ao risco de cada atividade; – exigir seu uso;
- fornecer aos trabalhadores somente EPI aprovado pelo MTE – como o nosso doutor falou aqui;
- orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação; substituir imediatamente o EPI, quando danificado ou extraviado; – responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica – isso aí é o tipo de protetores respiratório.

Prevenção contra o risco, contra acidente e gestão de risco.

O uso do EPI não afasta o risco, mas as consequências do acidente; o que evita o acidente é uma adequada gestão de riscos.

O uso do cinto de segurança não afasta o risco de acidente, mas reduz as consequências no caso de uma colisão; esta, sim, deve ser evitada.

Isso foi o que preparamos rapidamente para falar sobre o EPI.

O nosso antecessor aqui disse que há empresas que têm máquinas que fazem muito barulho, e é só a engenharia trabalhar para combater o ruído na fonte. Nós trabalhávamos numa empresa chamada Equipe, e lá havia uma trançadeira. A trançadeira produzia mais ou menos 110 decibéis – cento e dez. Havia oito trançadeiras, e o que a engenharia fez? A engenharia conseguiu colocar uma porta na trançadeira, e reduziu para 20.

Então, sobre o equipamento de segurança, eu, pessoalmente, acho que o operário, o trabalhador não nasceu para trabalhar com EPI. O EPI, por melhor que ele seja, está sempre incomodando. Eu acho que as medidas coletivas, um ambiente favorável para evitar o acidente é fundamental.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Orlandino... (*Falha na gravação.*) ... ele fez um trabalho muito bom na mobilização para que trabalhássemos com a CIPA dentro das escolas, não é, Orlandino? Foi um projeto que você trabalhou, articulou, e, hoje, ele é uma realidade.

O SR. ORLANDINO DOS SANTOS – Inclusive, vou aproveitar até a oportunidade para dizer que o dia 10 de outubro é o Dia Nacional da Segurança e da Saúde nas Escolas, Dez de outubro, Dia Nacional. Essa lei foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que teve o apoio fundamental do Senador Paulo Paim. Ele foi o relator da Comissão. Eu trouxe até o parecer. Depois, se vocês quiserem ver o parecer que ele deu da importância da criação do Dia Nacional da Segurança e da Saúde nas Escolas. E aqui, em Brasília, nós já temos a CIPA. A Vice-Presidente da CIPA está presente, e a Presidente esteve aqui. O próprio Senador empossou a presidente da CIPA, aqui, da Escola Setor Oeste e, para nossa felicidade, o Secretário de Educação atual de Brasília foi diretor desse colégio. Então, ele foi diretor desse colégio e, agora, é Secretário de Educação do Distrito Federal. Então, aqui, a CIPA vai bombar.

Portanto, nesse dia 10 de outubro, eu gostaria que vocês fizessem também em seus Estados essa comemoração com a eleição dos alunos cipeiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora, eu peço aos meus convidados que retornem, de preferência, à primeira fila, porque nós vamos para a segunda Mesa. Peço à assessoria que coloque as placas; que coloque as placas também aqui, na primeira mesa.

Segunda Mesa. Chamo, de imediato, a Srª Cleonice Caetano Souza, pela UGT; Luis Carlos de Oliveira, pela Força Sindical; Marco Antonio Gomes Perez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social; e Sávio Silveira Feitosa, Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários.

Sejam todos bem-vindos aqui.

Vamos já, de imediato, passar a palavra para a líder Cleonice Caetano Souza, que fala pela UGT.

A SRª CLEONICE CAETANO SOUZA – Bom dia.

Bom dia a todas e a todos.

Bom dia, Senador, e parabéns por mais esse brilhante trabalho, do qual o senhor tem sempre se colocado à frente, em defesa da nossa classe trabalhadora.

Eu não fiz uma apresentação, porém, fiz algumas anotações e, para que a gente possa ocupar bem o tempo, vou lê-las. E quero cumprimentar aqui todos os componentes da Mesa e da plenária.

É importante frisar que o movimento sindical, em todas as centrais – eu vim representando a UGT –, temos esse tema saúde e segurança no trabalho como um ponto fundamental e que compactuamos todos com

as mesmas medidas, É um dos temas, dentre tantos outros, a saúde do trabalhador, em que não existe nenhuma desavença. Nós compactuamos sempre com os mesmos pensamentos, que são a defesa da saúde do trabalhador: ambiente sadio, ambiente seguro, para que essas pessoas, indo para seu local de trabalho, possam realmente voltar para seus lares de uma forma como querem estar sendo recebidos pela sua família.

Que o Brasil é um dos países, no mundo, onde mais ocorrem acidentes de trabalho, isso ninguém vai contestar. Até mesmo os empregadores responsáveis pela manutenção de um meio ambiente de trabalho seguro e salubre reconhecem essa realidade, causa da colocação no nosso País nos anais mundiais como recordista em infortúnio no trabalho.

O resultado disso tudo é o grande prejuízo que sofrem os empregados que são mutilados, morrem ou simplesmente ficam inválidos, mas também a economia do País e, sobretudo, a Previdência Social, que finalmente paga os auxílios-doença, pecúlios, aposentadorias e pensões, em um ambiente de trabalho barulhento, por exemplo, que o simples fato de o fornecimento do EPI não resolve, pois apenas diminui o impacto do ruído no ouvido do trabalhador e da trabalhadora que, pela exposição aos chamados microtraumatismos, ficam surdos da mesma forma – e isso foi bem colocado pelas apresentações anteriores.

A solução, que custa muito mais caro, é prevenir coletivamente, tendo o empregador que trocar até maquinários obsoletos, o que normalmente não acontece, pela ganância, pelo lucro e o menosprezo pela saúde e vida do cidadão trabalhador e da cidadã trabalhadora. Daí, vemos a necessidade de se mudar a cultura no nosso País, no sentido de que o ambiente de trabalho salubre e seguro é um dos mais importantes direitos do cidadão empregado a ser respeitado pelo empregador, como ocorre, como nós sabemos, em países do Primeiro Mundo.

De outra parte, a prevenção de acidentes significa melhor qualidade, maior produtividade/produto, o que não entenderam ainda os empregados atrasados. As estatísticas oficiais mostram dados assustadores com relação ao número de acidentes típicos e de doenças profissionais e do trabalho, destacando, dentre algumas – como foram colocadas em eslaides –, a surdez profissional, LER, doenças da coluna, silicose, intoxicação por chumbo e tantas outras. Entretanto, os dados oficiais são absolutamente falsos – nós sabemos disso –, principalmente quanto às doenças profissionais e do trabalho, que na maioria dos casos não são registradas, porque o órgão previdenciário diagnostica como doenças normais, porque existe uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que não têm carteira assinada.

Então, nós sabemos que esses acidentes não são registrados e os registros que nós temos são de onde os órgãos competentes nos passam. Sabemos que a realidade é bem diferente.

Mas já que os acidentes de trabalho são constantes e acarretam prejuízos a toda a sociedade, seria necessário fazer uma campanha a ser encampada pelos Governos federal, estadual e municipal, a exemplo do que está sendo feito já há muito tempo em relação à aids, ao trabalho forçado infantil, à dengue, porque sabemos que são importantes todas essas campanhas.

Mas a campanha de saúde e segurança no trabalho já está sendo feita até pelos ministérios, por alguns tribunais, porém, ainda está um pouco resistente, ainda não está na mídia como nós gostaríamos que estivesse, para conscientizar realmente a população da importância de ter essa segurança no local de trabalho. Que bom seria se as autoridades se conscientizassem dessa necessidade.

Não obstante, o Estado, os trabalhadores, os empregadores devem atuar cada vez mais e de forma firme para se reduzir os acidentes e doenças do trabalho; porém, precisamos estar agindo conjuntamente e ordenadamente, ao contrário do que tem sido feito, do que normalmente acontece, pois agem individual e isoladamente.

Acho que estamos aqui hoje trazendo esse tema que o nosso Senador vem colocando, e é importante que façamos campanhas, que façamos programas conjuntamente, para que realmente possamos mudar essa nossa realidade.

Pela lei, o empregador é obrigado a manter o ambiente seguro e adequado. Responde ele pelo pagamento de multa por indenização de natureza civil e até criminalmente, no caso de lesão grave ou morte do trabalhador ou da trabalhadora. No entanto, como foi colocado já, não tem surtido o efeito desejado, pois as multas administrativas têm valores baixos. O empregador paga simplesmente e continua adoecendo, matando e lesando a classe trabalhadora. Os valores são tão baixos que, em muitos casos, nem são cobrados. Só em outros casos, os empregadores são acionados civil e criminalmente, mas isso passa por despercebido, porque são pouquíssimas vezes que isso acontece.

E sabemos também que o simples fornecimento de aparelho de proteção pelo empregador não exime do pagamento do adicional de insalubridade – quiçá possamos extinguir esse pagamento de insalubridade, se nós realmente não tivermos a possibilidade de acidente e de adoecimento –, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode acontecer isso mesmo.

A SRª CLEONICE CAETANO SOUZA – Desculpe-me. Eu havia colocado para verificar o tempo dos palestrantes e me esqueci; acabou acionando. Perdoe-me.

Voltando. O simples fornecimento de aparelho de proteção pelo empregador não exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado. Os equipamentos de proteção individual objetivam proteger a saúde do trabalhador e minimizar os riscos de acidentes ocupacionais.

O uso do EPI sabemos que é uma exigência da legislação trabalhista brasileira através da norma regulamentadora, nossas conhecidas NRs.

Nós temos alguns dados de que, em 2013, foram registrados mais de sete mil acidentes, segundo alguns executivos, inclusive executivos que são fabricantes de EPIs. É um número muito alto para os padrões internacionais, mas que revela uma tendência de queda à medida que as empresas vão se conscientizando de que prevenção não é custo e, sim, investimento. E também alguns dados de que as empresas de EPIs faturaram mais de R$5 milhões, em 2013, e que esse valor vem crescendo 5% ao ano. Então, será que com tanto dinheiro envolvido, o mercado que explora equipamentos e doenças e acidentes está interessado em diminuí-los? Ficamos com essa pergunta. Será que esse mercado de EPIs tem interesse em que os acidentes diminuam, sendo que eles estão ganhando tanto em fabricação de EPIs?

Será que, como se faz com tudo que gera lucro fácil, não estão precarizando o trabalho para vender a solução nesses casos? O mercado de EPI, como eu disse, já faturou milhões e milhões, e nós estamos aqui sabendo que o céu é o limite, enquanto os trabalhadores sonham com melhores condições de vida e de trabalho e só querem voltar para suas famílias com sua vida e saúde física, psíquica e mental.

Hoje, nós trabalhamos tripartidamente, como muitos de vocês aqui participam – o Marco Perez, que está em várias comissões tripartites, junto com sindicatos, com a classe patronal e a dos empregados. Hoje existem várias comissões, tendo a importância e também o comprometimento da classe tanto trabalhadora como empregadora, e também do Governo, para que a gente possa, realmente, minimizar e até mesmo, quiçá, um dia extinguir esse índice de acidente de trabalho, que, infelizmente, por mais que a gente tenha feito, por mais que a gente tenha debatido, venha se conversando tanto, ainda não conseguimos diminuir.

O Brasil, sabemos, tem as melhores leis na área da saúde e segurança, e por que estamos ainda nesse *ranking* entre os cinco primeiros – como foi colocado pelo Senador – em acidente de trabalho, em adoecimento e mortalidade no ambiente de trabalho?

Nós não queremos mais que isso continue, que esses índices aumentem. Acho que neste momento aqui, nesta audiência pública, com várias pessoas em todo o País e quiçá no mundo nos escutando e a nós assistindo, que também possamos trazer outras pessoas que encampem essa luta, essa discussão, para que realmente a gente possa diminuir esses acidentes. O que queremos mesmo é que os trabalhadores e as trabalhadoras possam voltar para sua casa, para sua família, com sua saúde física, psíquica e mental. Porque sabemos que, quando os acidentados, as pessoas que adoecem no trabalho ou se acidentam... E sabemos também que o acidente, até conseguirmos que a Previdência caracterize como acidente... Porque está lá um braço quebrado, uma perna quebrada, mas, quando é o adoecimento, quando é algo que não é visível aos olhos dos peritos, como foi colocado aqui também na Mesa, que são as pessoas que não estão no ambiente de trabalho, não sabem que aquele problema, que aquela doença foi motivo de estar ali durante muito tempo diante de...

(Soa a campainha.)

A SRª CLEONICE CAETANO SOUZA – ...de equipamentos insalubres, de químicas que vão adoecendo a pele e também internamente, diante desses peritos que não têm esse reconhecimento, que não conseguem visibilizar isso, viabilizar até mesmo o afastamento, esse trabalhador ou trabalhadora volta para seu ambiente de trabalho e a empresa diz que ele não está apto a trabalhar. Mas a Previdência não lhe caracteriza e não lhe dá o benefício, e essa pessoa acaba também tendo um problema de saúde mental, porque fica à mercê da empresa e da Previdência sem receber o seu salário, o seu benefício, tendo sua família para cuidar, os seus compromissos a cumprir, e isso tem levado a muito adoecimento da saúde mental, além do assédio moral, como foi colocado pelo colega. E, nessa doença, também temos muita dificuldade em ajudar a classe trabalhadora.

Acho que este momento é de unir nossas forças, Senador, para que, realmente, possamos, quem sabe numa próxima audiência pública, trazer novos dados, reduzindo... Um sonho que é de todos nós é o de exterminar essa questão dos acidentes e do adoecimento no trabalho.

Agradeço muito a atenção e me desculpem por algumas falhas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cleonice. Cleonice Caetano Souza, que falou pela UGT, dando o relato da situação dos acidentes de trabalho e apontando caminhos no

sentido de combatermos e, quem sabe, oxalá, um dia, chegarmos aqui, como você falou, para festejar, porque os acidentes diminuíram, coisa que não está acontecendo.

Por favor, Luís Carlos de Oliveira, que fala pela Força Sindical.

O SR. LUIS CARLOS DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador, Pelo convite. O Miguel não pôde estar presente, porque está vindo da Rússia; ele estava na Rússia e está quase chegando. Ele foi para aquela reunião dos Brics e aí não pôde vir e me pediu para estar representando a Força. E, em nome dele e da diretoria da Força, quero fazer o agradecimento aqui pelo convite.

Eu gostaria de dar uma resposta ao Dr. Ronaldo. Ele fez uma provocação positiva, que eu acho positiva, boa, quando perguntou onde estava o movimento sindical ali na *van* da OIT. Eu até me admiro a OIT não ter colocado o movimento sindical ali, porque a gente tem participado muito com a OIT. Há cinco anos, por exemplo, nós estivemos, junto com o Ministério do Trabalho, a companheira Aida, a Drª Aida, na verdade, auditora... Eu estive com ela na OIT, onde nós fomos ajudar a preparar um rol de recomendações sobre trabalho em máquinas.

Então, eu inicio aqui essa discussão sobre EPI e a primeira coisa que coloco é o que o movimento sindical vem fazendo.

O movimento sindical tem se empenhado em negociações bipartites e tripartites, no sentido de proteger os trabalhadores de acidentes e doenças. Quer dizer, o movimento sindical costuma ter duas alternativas: a da greve ou a da negociação. A sociedade, a opinião pública em si prefere a negociação; inclusive, prefere ver o movimento sindical na negociação. Porque, quando a gente faz greve, e muitas vezes eu acho muito mais eficiente para resolver problemas, a sociedade vê a gente de forma discriminatória, inclusive. Então, do processo de negociação a gente tem participado já há muito tempo, e temos obtido alguns resultados. Nós temos ajudado a construir, como foi esse caso do rol de recomendações lá na OIT, que não serviu só para os trabalhadores brasileiros, mas para os trabalhadores de todos os países componentes, membros da OIT.

Então, temos tratado o tema de SST com prioridade, portanto, superadas nossas divergências. Quer dizer, o movimento sindical, nesse tema de SST, tem superado, inclusive, as divergências ideológicas. Há algum tempo atrás, nós criamos o fórum das centrais de saúde e segurança e temos atuado com uma unidade de ação tremenda. A gente tem conseguido trabalhar e desenvolver algumas ações unitárias com o objetivo de lograr essa questão de saúde e segurança dos trabalhadores. Mas eu não quero falar aqui do fórum, porque não pedi essa autorização.

Então, em nome da central da Força Sindical, quero dizer que nós entendemos que o ambiente de trabalho deve ser seguro e que a organização do trabalho, o processo do trabalho deve ser democrático, ou seja, deve-se ouvir os trabalhadores. Como aqui a Juneia falou, os trabalhadores têm diferenças, peculiaridades, características. Então, o trabalhador deve ser ouvido, e hoje o processo de trabalho não é democrático, eles não ouvem os trabalhadores, e o trabalhador acaba se subjugando ao mando do patrão. Esse é um dos problemas que hoje temos e que levam a doenças e a acidentes.

Os EPIs devem ser vistos como forma paliativa, no nosso entender. Eles não devem ser vistos como solução para o problema. Somos contra o uso dos EPIs como política de segurança. O uso deve ser provisório – e aí nós destacamos bem isso e o Rômulo também deixou bem clara essa questão.

Infelizmente, existe uma cultura dos EPIs, e aí eu volto a falar da sociedade. A sociedade pressiona, os meios de comunicação pressionam. E eu quero dar o exemplo – até, antes de começar, eu falei com o Rômulo sobre isso – de um acidente que aconteceu, esse tempo, com o cantor de música sertaneja, o Cristiano Araújo.

Quando ele faleceu, a primeira coisa que a imprensa e aqueles que investigam começaram a divulgar é que o motorista tinha bebido. Aí, depois, confirmaram que ele não tinha bebido. Disseram que ele estava em alta velocidade. A própria mãe do Cristiano disse que o motorista era sério, não corria, etc. Foram investigando, foram, foram, até que encontraram lá a troca da roda. Quer dizer, encontraram isso e foram jogando a questão para a troca a roda.

Não entendi, até hoje, o motivo de a troca da roda ter gerado aquele acidente, mas quero mostrar como a mídia, os meios de comunicação, a sociedade procuram culpabilizar o trabalhador. Então, a primeira culpa era do motorista. Não falaram, em nenhum momento, das condições das estradas, que sabemos ser precárias, faltando aí um investimento. Isso não foi dito.

Só estou chamando a atenção para como funciona a sociedade, inclusive voltando a responder à dificuldade do movimento sindical de como agir com relação a esse tema.

Por exemplo, voltando para a questão dos EPIs, como já foi dito aqui, completando mesmo dentro dessa linha, as luvas não inibem o acidente de trabalho, as mutilações em máquinas. Não inibem. Elas não inibem amputações, fraturas, nem as mortes.

Então, vamos aos índices.

A média dos acidentes de trabalho, ao ano, tem sido de 750 mil, pelos dados da Previdência. Aí volto aos dados do Ministério do Trabalho. Peguei esses dados numa apresentação do Ronaldo e os tenho usado, porque inclusive são base. É uma maneira de comprovar o que estamos dizendo.

Então, só em máquinas, pelo Ministério do Trabalho, foram 221.843 acidentes entre 2011 e 2013. Esses foram só acidentes com máquinas; 41 mil fraturas – quer dizer, todos os trabalhadores com máquina usam equipamentos, EPIs, individualmente; 13.724 amputações; 601 mortes, só com máquinas.

Assim, vemos que existe uma conclamação muito grande do meio empresarial e uma defesa sobre a utilização do EPI de forma bem ofensiva, mas, no entanto, vemos esses mesmos empresários que defendem o uso do EPI, Senador, levantando várias iniciativas para sustar uma norma que foi conquistada em vários anos de negociação tripartite, aprovada num processo de negociação, por eles mesmos.

Eles saem em várias ofensivas, buscando Ministros, Congresso, etc., com medidas para sustar. Inclusive, temos uma, aqui, no Congresso, agora, com o objetivo de se sustar, levando com que, por exemplo, a CTPP seja obrigada a entrar num novo processo de negociação urgente, para criar uma negociação paliativa, para que possa convencê-los...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS DE OLIVEIRA – ...a não insistir nessa questão de sustar uma norma.

Quer dizer, no mesmo momento em que falamos de o trabalhador usar os EPIs, querem acabar com aquilo que realmente pode solucionar e evitar os acidentes. Os trabalhadores têm tentado denunciar isso.

É importante deixarmos isso claro aqui, porque vivo insistindo nessa questão da hipocrisia.

Não podemos ser hipócritas, porque quando há hipocrisia, mostramos uma coisa de um jeito e agimos de outra forma.

Então, precisamos deixar essa questão bem clara.

Com relação a isso, mesmo usando os EPIs – aí acabamos por aceitar o uso dos EPIs, como proteção –, têm aumentado LER, Dort, transtorno mental – inclusive é novidade, mas já existe há algum tempo e está aumentando. Imaginem o uso de um abafador de oito a doze horas – porque, geralmente, fazem hora extra –, incomodando a pessoa o dia inteiro. É até desumano. As amputações também têm aumentado.

Dá para continuar um pouco mais Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor tem cinco minutos ainda.

O SR. LUIS CARLOS DE OLIVEIRA – Obrigado. Então, a política de EPI tem favorecido a culpabilidade do trabalhador em relação a acidentes. Quer dizer, quando se fala de EPI, ele serve para a empresa, inclusive, porque encontram alguma coisa lá para dizer que o trabalhador é culpado, como é o caso, por exemplo, dessa questão do próprio Cristiano Araújo. Essa cultura de culpabilização do trabalhador existe. Aí, é uma dificuldade para combatermos isso.

Ela tem prejudicado o trabalhador até mesmo na hora de se aposentar. Se não fosse a coerência do Supremo Tribunal Federal, hoje, em reconhecer que, mesmo usando o EPI, o trabalhador pode aposentar-se com aposentadoria especial, ele estaria sendo prejudicado, até hoje, nessa questão. Ainda bem que o Supremo acordou quanto a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar, Luís, dentro do seu tempo, do qual vou descontar o meu, a intenção deles era, além de trazer prejuízo para a especial, não pagar os adicionais. No fundo era isto: não pagar o adicional de insalubridade, o adicional de periculosidade e até de serviço penoso. Quer dizer, esse era o jogo que estava ali.

É como agora está acontecendo com a terceirização. As pessoas dizem que é preciso regulamentar. Esta proposta que está aí visa a derrubar a própria súmula do TST, que dá o mínimo de condições de trabalho para os terceirizados. É isto que está por trás dessa proposta: desregulamentar tudo.

Todos deram aqui exemplos claros de que quiseram que um equipamento de segurança resolvesse todo o problema da poluição e das condições seguras do ambiente de trabalho, para não pagar! O que eles querem é não pagar os adicionais. Se não querem pagar, sou favorável a que não paguem, desde que eliminem efetivamente a falta de qualidade, a insegurança. Bem, se eliminarem tudo, não há problema algum. Não queremos adicional para quem não esteja num ambiente considerado insalubre, penoso ou periculoso.

Eles queriam usar o EPI – que é necessário para amenizar um prejuízo maior – para eliminar o pagamento dos adicionais. Eles vão ter que pagar os adicionais cada vez mais, para entenderem que essas áreas de risco é que devem ser eliminadas.

O SR. LUIS CARLOS DE OLIVEIRA – Obrigado.

Então, outra questão, por exemplo, os EPIs só atenuam os níveis de insalubridade. Eles não vão resolver o problema.

Não queremos banir. O certo até seria, mas não é esta a alternativa do momento. Defendemos que ele seja usado na finalidade para a qual foi instituído de forma provisória. Quer dizer, ele tem uma finalidade. Há a NR 6, que determina bem isso. Então, que ele seja de forma provisória. Então, a NR 6 define a utilização quando as medidas que combatem os riscos não forem suficientes. Quer dizer, tomaram-se as medidas para combater os riscos e estas não foram suficientes para eliminá-los ou neutralizá-los.

Aí, Senador – e está o Rômulo aqui –, para uma discussão com a CTPP – mas acho difícil aprovarmos isso numa negociação tripartite – seria a questão as vistorias.

Então, por exemplo, as empresas são obrigadas a conceder, comprar e entregar, mas não são obrigadas a chamar o sindicato de base para acompanhar, perguntar e fazer a vistoria: "Olha, foram tomadas, ali, as medidas de combate primeiro?" O sindicato deveria estar ali para verificar e avaliar que não foram tomadas essas medidas e, primeiramente, indicá-las. Depois, aí sim, vamos comprar o que for necessário.

Assim, as vistorias são importantes, dentro dessa questão da NR 6 ou até mesmo numa discussão geral, no sentido de se criar uma opinião favorável numa negociação, para que se consiga que a entrega do EPI passe pelo sindicato de base, enquanto as medidas de proteção estão sendo implantadas.

É outra questão que a NR 6 define. As medidas de proteção estão sendo implantadas, para que o EPI seja provisório, ou seja, implanta-se e, depois, deixa-se de usar os EPIs, porque o problema foi solucionado. Mas o sindicato precisava acompanhar se está sendo implantado realmente.

Nos casos de emergência, o sindicato precisava estar acompanhando e ter o direito de fazer as vistorias, porque, como V. Exª sabe, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS DE OLIVEIRA – ...como sindicalista que foi, não temos condições de entrar na empresa. Ficamos na porta da fábrica.

Então, para terminar, os sindicatos deveriam ser consultados sobre o fornecimento. Outro aspecto: em nenhum lugar da norma diz-se que é uma peça permanente. Nunca vi isso ser dito na norma. Assim, no nosso entender, os EPIs têm de ser dados de forma provisória.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luis, que fez um relato objetivo e direto com os exemplos dados. Até participei um pouco da sua exposição, porque esse debate todo começou também não só por causa do acidente, mas por causa da investida, cada vez mais, aqui no Congresso Nacional, sobre os direitos dos trabalhadores. É algo assustador.

Ontem, estava presidindo esta reunião e tive de sair para ir a outra Comissão, porque o debate lá era diminuir o horário de almoço do trabalhador, achar uma redação que permitisse isso.

Dei o meu exemplo. Eu trabalhava numa fundição. Eu era moldador, trabalhava com ferro derretido com terra. Se me tirassem aquela horinha que eu tinha para almoçar – queriam que em 15 minutos eu almoçasse e voltasse para aquilo ali –, iriam querer me matar!

Dei esse exemplo prático e fiz, claro, outros argumentos. Daí, consegui assegurar que teríamos outra audiência pública. Aprendi muito isso com as pessoas com deficiência, porque fui autor desse projeto, e foram 20 anos de debate. Eles diziam: "Paim, escreva sempre isto: 'Nada sem nós, tudo conosco". Ou seja, eles querem ser ouvidos. Eles não querem um estatuto construído sem ser ouvidos. "Nada sem nós, agora tudo conosco".

Usei também esse exemplo lá, e asseguramos que vamos ter outra audiência pública com a participação dos representantes dos trabalhadores, do Ministério Público do Trabalho, do próprio Ministério do Trabalho, enfim, para discutir isso. "Ah! Mas hoje já é permitido!" Mas, se hoje é permitido pela legislação, que é dito ser tão bom, por que mudar então? Trata-se de mudar para ampliar ainda mais a forma de reduzir o horário.

Isso vai na linha do acidente também. Todos nós sabemos também. O trabalhador cansado, com sono, almoçou, vai logo para máquina operar ou trabalhar, só pode dar mais acidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Veja o ponto a que chegamos nesse debate. Uma intenção boa em tese pode ser um prejuízo para aqueles que mais precisam, que são os trabalhadores.

Passo a palavra ao Dr. Marco Antonio Gomes Perez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social.

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – Bom dia a todos e a todas. Primeiro, gostaria agradecer o convite e parabenizar a Comissão, na figura do Senador Paulo Paim, por discutir esse tema do EPI. São discussões como essas que fazem a sociedade brasileira avançar e garantir uma série de direitos conquistados nos últimos anos.

Ainda anteontem, estava também nesta sala discutindo o problema da esclerose lateral amiotrófica, de pessoas com deficiência. Existe um impacto previdenciário em relação a isso.

Queria começar a minha fala pegando o gancho do que o próprio Senador colocou, de que a saúde do trabalhador está intrinsecamente relacionada aos processos produtivos e às relações de trabalho.

Então, saúde e trabalhador são resultado da forma com que patrão e empregado se relacionam e da forma com que se produz a riqueza no País. Daí vêm as estatísticas de acidente de trabalho no Brasil, que nem sempre são comparáveis, devido a parâmetros diferentes, mas que não são confortáveis.

Nosso País tinha ainda uma legislação escravagista há até pouco mais de 120 anos. Então, temos uma herança de relações de trabalho e processos de produção extremamente lesivos à saúde do trabalhador. Temos de reconhecer que o nosso País vem de um processo histórico que causa dano à saúde do trabalhador, que foi transformado.

Felizmente, no século XX, nas primeiras três décadas, quando a classe trabalhadora se consolidou no Brasil, houve muitas brigas para a consolidação de direitos. Isso depois foi juntado na CLT, mas foram muitas brigas durante as primeiras décadas do século XX.

A Constituição de 1988, já encerrando o século passado, coloca a saúde como um direito de todos, inclusive a saúde do trabalhador. Então, saúde é um direito universal. Independentemente da condição ou não de ser trabalhador, todos, no nosso País, têm direito à saúde.

Isso está muito claro no art. 196, e o art. 200 inclui, no âmbito do direito universal à saúde, a saúde do trabalhador, mas esta mesma Constituição coloca algumas contradições, a meu ver, quando, lá no art. 7º, coloca que o trabalhador tem direito às condições seguras no trabalho, mas ele pode trabalhar em condições inseguras recebendo insalubridade.

Então, vamos pagar para o trabalhador trabalhar em condições inseguras. Quer dizer, ela admite a condição insegura, embora seja direito. Lá, no art. 201, existe uma outra questão compensatória: o trabalhador pode trabalhar em condições que cause dano a sua saúde, e ele terá uma aposentadoria mais cedo, com redução de tempo de serviço.

Estou jogando uma questão, porque embora a sociedade brasileira tenha avançado muito, ainda tem muito o que avançar nisso. A meu ver, a contradição está na própria Constituição, que dá o direito universal ao trabalhador, mas permite que ele trabalhe em condições inseguras.

Então, este é um ponto que deve ser colocado.

A própria CLT vai colocar no art. 191 que o uso do EPI anula a insalubridade desde que este reduza as condições a limites de tolerância. Isso precisa ser corrigido. Isso precisa ser melhorado. Temos problemas no arcabouço jurídico que prejudicam a saúde do trabalhador sim. Isso é fruto dessa relação, embora já tenhamos avançado muito.

Hoje, a questão de saúde do trabalhador, além de ser uma questão trabalhista, que envolve relações do trabalho, é uma questão de saúde, de meio ambiente, tributária, penal, do próprio Código Penal. Como não é um crime submeter o trabalhador a essas condições e causar o que foi colocado aqui em algumas imagens?

Hoje, temos uma possibilidade de não só ir ao veio trabalhista, mas há outras formas de trabalhar com este tema. Saúde do trabalhador é um problema de relações do trabalho, do processo produtivo, mas é também de saúde pública, de ambiente. É uma questão bem mais ampla.

Bem, como entra o EPI nessa história? Primeiro, precisamos conceituar o que é o EPI.

EPI é um dispositivo para redução de dano. É necessário que seja utilizado, sem dúvida alguma. Ele não é para mudar relações de trabalho. Ele não é para mudar processos produtivos. Ele não foi feito para isso. Ele é para a redução de dano.

Ora, se há necessidade de EPI, de um dispositivo de redução de dano, é porque existe o risco no trabalho. Então, a necessidade o uso de EPI significa ambiente de trabalho ruim. O bom ambiente de trabalho é aquele que não precisa de EPI. Esse é o bom ambiente de trabalho, que aí não teria insalubridade, aposentadoria especial, etc. Quer dizer, quando se precisa de EPI é porque as condições prejudiciais à saúde estão presentes.

As pessoas dizem que o EPI tem uma eficácia que vai anular o limite de exposição. Primeiro, precisamos ter toda uma discussão, que merece várias audiências, para falar sobre limite de exposição. O critério para limite de exposição não é só técnico-científico, mas principalmente político, em discussões como essa que o Senador acabou de citar.

Um país tem um limite zero, no caso do amianto, e há países que permitem dez fibras por ppm. O que é isso? O ser humano deste último país é mais forte, mais resistente? Claro que não! É questão política! É aquilo que a sociedade admite de dano à saúde dos trabalhadores para produzir a riqueza!

Então, o EPI vai ser dispositivo para redução de dano. Agora, ele tem uma eficácia trabalhada em laboratório que vai dar a qualidade dele e precisa ser testada. Isso vai provar a eficácia no seu uso? Absolutamente não!

Pode-se ter um EPI *top*, mas, dependendo da forma como ele é utilizado, da jornada de trabalho, da organização do trabalho, da cultura institucional da empresa, esse EPI pode não valer absolutamente nada.

Além disso, o uso do EPI pode reduzir alguns danos, mas pode gerar outros danos. Então, um trabalhador agrícola, que está aplicando o seu agrotóxico e utilizando o EPI, uma coisa é ele usar esse EPI por dez minutos, porque foi à horta, protegeu-se e usou o seu EPI; outra é ele ir a uma roça e ficar o dia inteiro debaixo do sol vestido como um astronauta. Mesmo que esse trabalhador não se contamine com o agrotóxico, ele vai ter um processo de transpiração que pode causar uma insuficiência renal aguda e morrer por conta do uso do EPI, por utilizar o EPI.

Uma coisa é o indivíduo usar um protetor auricular para fazer uma limpeza de uma casa de máquinas, que dura dez minutos; outra coisa é ele ficar o dia inteiro trabalhando num ambiente barulhento. Qual o EPI que vai proteger essa pessoa? O protetor auricular só protege a via aérea, não protege a via óssea. Ele vai ter vibração. O EPI diminui a atenção do trabalhador e aumenta o risco de acidente, o protetor auricular, porque ele não ouve, diminui a via aérea. Então, aumenta o risco. Se receber uma buzinada de empilhadeira, ele não ouve, aumentando o risco de acidente.

De forma nenhuma, embora o EPI seja necessário, ele elimina os riscos no ambiente de trabalho. De forma nenhuma, ele vai modificar os processos de produção que podem causar danos à saúde do trabalhador. Pelo contrário, se há necessidade do uso do EPI, este é um indicador de que o trabalho é danoso, que gera dano à saúde. Se há necessidade de se usar um dispositivo que diminua a possibilidade de um dano grande é sinal de que ali existe um fator de risco. Então, ali é necessária a intervenção.

Ambiente de trabalho que necessita uso de EPI é aquele que justamente tem de ser foco de melhoria. Não é aquele ambiente que tem de ser esquecido. O que é isso? É jogar a responsabilidade em cima do trabalhador.

Vale aqui citar alguns casos em que o Ministério Público também se envolveu, em parceria com outros órgãos.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – Vamos ver, por exemplo, que no Município de Campinas há uma empresa, a Shell Química, que já não está mais lá, mas que, na década de 70, produzia, todo mês, com o uso de EPI. Os trabalhadores tinham um nível elevado – isso foi publicado pela *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, da Fundacentro, pelo médico do trabalho da empresa, porque ele estava testando o controle da exposição lá.

Então, quando começava a subir o nível de exposição ao agrotóxico que eles produziam lá – organoclorados, na época, e organofosforados –, o trabalhador era afastado da produção. Aí quando melhoravam os níveis, ele voltava. Isso aconteceu durante décadas.

Usavam o EPI, tudo direitinho. A consequência disso foi um desastre tanto para os trabalhadores quanto para o meio ambiente, que só agora, há pouco tempo se está resolvendo. O EPI, nessa condição, não serviu para absolutamente nada.

Os trabalhadores tiveram e desenvolveram danos, inclusive com morte. O meio ambiente todo se contaminou. A população teve de ser retirada, e o rio Atibaia, que é tributário, afluente do rio Piracicaba, está contaminado por conta desse processo de produção. O problema estava no processo de produção.

Cito uma outra empresa da região, uma encarroçadora de ônibus, que também não está mais lá, que montava ônibus. Ora, um trabalhador adquiriu a paralisia de uma perna, por exposição a solventes. Ele usava EPI; ele usava máscara, só que esta, dependendo da concentração do solvente no ar, serve por alguns minutos, porque, se ela fica saturada, piora, porque ela fica encharcada, e o camarada vai estar respirando ainda mais o contaminante, como se estivesse cheirando lá um lança-perfume.

Esse camarada desenvolveu uma paralisia de membro inferior por conta de exposição. Qual era a solução? Ficar trocando a máscara toda hora? Claro que não! A solução, feita muitos anos mais tarde, foi substituir o solvente por água. Essa é a solução que foi feita, mas o trabalhador teve o seu dano.

Ai vai. Houve o caso da Frangosul no Rio Grande do Sul. Qual o EPI que vai dar conta daqueles riscos? No caso, abatedor de frango. Não há EPI que dê conta disso! O problema não está no EPI, mas nas relações de trabalho e nos processos de produção. É esse o problema.

Então, outros problemas estão envolvidos aí, como produtividade, jornada de trabalho e outras questões, embora o EPI tenha de ser usado em algumas situações.

Para finalizar, gostaria de falar um pouco sobre os impactos da Previdência, que usa ou não do EPI. Quero citar um caso recente de um recurso especial do próprio INSS, que acabou indo para o Supremo, STF, em que havia um argumento do INSS de que não iria conceder aposentadoria especial porque a empresa está alegando a utilização de EPI.

Esse argumento caiu por terra no caso do ruído. O próprio STF colocou que está claro, no caso do ruído, a eficácia desse EPI não serve. Quer dizer, as condições que geram danos à saúde ou à integridade física estavam presentes, independentemente do EPI.

Existe um certo conflito entre os benefícios previdenciários que têm uma certa relação com esse argumento do uso do EPI, não só a aposentadoria especial, porque as condições de trabalho ruins que geram danos à saúde do trabalhador, que geram agravos à saúde do trabalhador, também aumentam a quantidade de auxílio-doença, seja previdenciário, seja acidentário. Seja reconhecido ou não o trabalho como o causador, mas o fato é que simplesmente dar um EPI e manter as condições de trabalho ruins faz com que o trabalhador adoeça mais, gerando impacto para a Previdência. Quem paga, no caso do previdenciário,

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO GOMES PEREZ – não do acidentário, terminando, são todos os trabalhadores da sociedade e o próprio empregador.

Existe a questão do auxílio-acidente.

Quanto àqueles acidentes de trabalho citados aqui, graves, que foram colocados aqui, a grande maioria deles aconteceria com, sem ou apesar do uso do EPI. Isso gera impacto para a Previdência, além da aposentadoria especial.

Para resumir e terminar, queria dizer que o EPI, hoje, tem de ser encarado como uma necessidade que não implica absolutamente na melhoria das condições de trabalho. Isso vem sendo processado também por parte da Previdência Social, mas depende de uma mudança de cultura, conforme foi colocado no começo pelo Rômulo, que o País tem, de se jogar a responsabilidade em cima do trabalhador, sempre do lado do mais fraco.

Hoje, a própria Previdência precisará ter uma mudança em relação à aposentadoria especial, inclusive para começar a cobrar o tributo específico da aposentadoria especial – isso quem faz é a Receita Federal – mesmo, com ou sem, apesar do fornecimento do EPI, porque, senão, o indivíduo ganha na Justiça a aposentadoria especial, e a empresa não recolheu, aí quem paga são os próprios trabalhadores e as empresas que não têm nada a ver com isso. Então, há necessidade de uma mudança cultural.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marco Antonio Gomes Perez, Diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, que fez uma bela palestra desmistificando muitas questões no sentido de achar que somente o equipamento resolve.

Meus cumprimentos.

Passamos agora ao Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, Sr. Sávio Silveira Feitosa.

O SR. SÁVIO SILVEIRA FEITOSA – Bom dia, Senador. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite para o Sindicato participar desta Mesa. Vimos muitos exemplos no meio urbano, também no meio rural, mas vamos dar um enfoque na nossa apresentação de um caso concreto, dentro do serviço público, no caso, nós, que representamos os peritos federais agrários.

Gostaria também de saudar a presença dos colegas das centrais sindicais e dos representantes da Administração Pública. É bastante importante a presença de todos aqui, com palestras muito esclarecedoras.

Antes de iniciar, gostaria de dizer que fiquei bastante tocado pelas imagens que aqui vimos na primeira apresentação do Francisco, da Nova Central Sindical.

Esse tipo de iniciativa, Senador, é interessante, para que, como disse aqui o Marco Antonio, a sociedade possa ficar mais esclarecida. Não podemos avançar, se admitimos que esse tipo de situação ocorra no ambiente de trabalho, se não conseguimos fazer as ações, as medidas necessárias, não somente com relação ao uso de EPI, que é apenas a última etapa do processo.

Então, rapidamente, vou fazer uma apresentação dizendo quem somos, onde atuamos; logicamente dentro das atividades que fazemos no meio rural, aquelas que indicam a necessidade do uso de EPI. Para finalizar, vamos falar sobre o que temos chamado, dentro da categoria, de uma novela – a novela dos EPIs. Hoje, o Incra não conseguiu fazer a entrega desses EPIs na sua plenitude; fazer a concreta entrega.

Somos engenheiros agrônomos, lotados no Incra. A nossa carreira foi criada em 2002. Aproximadamente, temos 1.180 profissionais em todo o País, entre ativos e aposentados, cerca de 790 ainda estão na ativa. Área de atuação: fiscalização da função social da propriedade.

É bom que façamos um esclarecimento de que, dentro da função social da propriedade, nos seus aspectos, atuamos nos aspectos produtivo, trabalhista, ambiental e de bem-estar.

Então, vamos falar na frente. Somos agentes do Estado, que merecemos o uso do EPI, mas que, também, a nossa atuação não substitui o trabalho do Ministério do Trabalho, dos auditores do trabalho.

A nossa atividade de rotina, complementamos, porque fazemos algumas verificações, inclusive se alguns trabalhadores das fazendas estão com seus direitos respeitados.

Logicamente, isso é feito de uma maneira mais superficial, porque é uma competência do Ministério do Trabalho, mas precisamos, dentro do aspecto legal, regulamentar bem essa esfera trabalhista na questão da função social.

Bem, atuamos na regularização fundiária da Amazônia, Nordeste, áreas quilombolas e faixas de fronteira, na avaliação de imóveis rurais para reforma agrária e de interesse público, a exemplo de outros órgãos, como ICMBio, Secretaria de Patrimônio da União, Funai, nas perícias judiciais, no acompanhamento do mercado de terras, no cadastro rural, controle de aquisição estrangeira, no combate à grilagem de terras, parcelamento e descaracterização rural e no desenvolvimento e na implantação de projeto de assentamento.

Então, de maneira bem geral, são essas as nossas atribuições. Para isso, são realizadas atividades em campo. Nossas funções têm uma etapa de escritório, mas boa parte delas ocorre em campo: vistoria e perícia de imóveis rurais, fiscalização de execução de contratos de assistência técnica.

Dentre essas atividades, os principais levantamentos que realizamos são: quantificação e qualificação de terras, de áreas, no que diz respeito à capacidade de uso dos solos – relevo, fauna, flora. Então, aí está de uma forma bem sintética, mas existe um aprofundamento muito grande nos nossos laudos acerca dessas questões.

Verificamos também a viabilidade técnica, econômica e ambiental dos imóveis, atuando também na questão da topografia, verificação da hidrografia, cursos d'águas naturais, artificiais, benfeitorias na identificação, quantificação, dimensionamento de construções e instalações rurais, dentre outros.

Quais são as situações quotidianas enfrentadas por nós, peritos, na realização dessas atividades? Exposição a intempéries: sol, chuva, frio; deslocamento em áreas de difícil ou nenhum acesso: estradas vicinais ruins, grotas, brejos; caminhadas em diferentes tipos de terreno: declivosos, alagadiços, pedregosos. Isso tudo provoca um esforço muito grande do profissional, que, ao final da sua atividade laboral, chega a casa cansado. Isso tem provocado problemas de saúde diversos nesses profissionais.

Manuseamos também produtos tóxicos, de contato com culturas, após aplicação de defensivos agrícolas. Muitas vezes, na vistoria dos imóveis, foi feita recentemente uma aplicação de um defensivo, de um herbicida, de um inseticida, e não foi respeitado o período. Não só o trabalhador do campo, que aplica diretamente, mas nós, que, em nome do Estado, vamos lá, estamos sujeitos ao contato com esses produtos químicos.

Há o risco de contatos com animais silvestres perigosos, peçonhentos – por exemplo: cobras, aranhas, escorpiões e onça –; locais com presença de insetos – vespas, abelhas e carrapatos – e agentes transmissores de doenças.

Os nossos colegas que trabalham especialmente em áreas muito úmidas, na Amazônia, têm bastante relato de doenças. Estava discutindo aqui com o colega, nosso amigo que é diretor da área, ele já teve malária mais de dez vezes.

São exemplos de situações do nosso quotidiano. Demonstrei as condições de campo, com locais de acesso bem difíceis. Muitas vezes, temos de fazer travessia de áreas alagadas e inundadas e fazer uso de transporte animal para chegar a determinado local, mostrando também o transporte com pequenos barcos. São situações muito comuns, principalmente na Região Norte, onde os próprios profissionais, muitas vezes, quando não conseguem retirar o carro dessa situação, pernoitam nesses lugares, sem nenhum tipo de equipamento, sujeitos a todo tipo de perigo e situação ruim – cobras, como já foi dito.

Aqui, uma situação particular: dois colegar peritos fizeram uma vistoria, numa fazenda, onde havia a produção de plantas psicotrópicas, no caso, o cultivo da maconha, também uma situação perigosa, porque, muitas vezes, a Polícia Federal dá o suporte, mas quem está na linha de frente é o perito. Ele corre o risco de levar uma bala e não tem o colete à prova de bala, que é de uso do policial na sua grande maioria.

Bem, aqui, mostrando uma situação de terrenos bastante aclives.

Agora, falando sobre a questão da novela do EPI dentro do Incra. A categoria reivindica os equipamentos desde 2005. Portanto, são dez anos de reivindicação e, até hoje, nada foi cumprido. Entre 2008 e 2010, houve também novas solicitações.

Somente em 2010, o Incra abriu um processo administrativo para a aquisição dos materiais, mas, no entanto, ficou parado até 2013. A Diretoria Administrativa respondeu que nada foi feito, por inexistência de dotação orçamentária, o que é lamentável de se ouvir.

As consequências dessa omissão foram que o sindicato recomendou aos servidores que não se submetessem aos trabalhos de campo até o fornecimento dos EPIs. Fizemos uma nota de esclarecimento sobre a entrega dos EPIs e, nessa nota, demos essa recomendação.

Foram abertos cinco inquéritos civis no Ministério Público do Trabalho em diferentes Estados. Os Procuradores do MPT solicitaram ao Incra a assinatura de um TAC. No entanto, no início de 2014, o Incra se negou a assinar esse TAC. Então, fomos obrigados a fazer a judicialização da questão. Além de não fornecer os equipamentos, os gestores, os superintendentes regionais, a própria direção da casa pressionou os servidores com assédio moral para que fossem realizadas vistorias, para cumprimento de metas institucionais, mas sem a entrega desses EPIs.

Diante disso, o sindicato ingressou com uma ação em 2014, requerendo liminarmente a suspensão das atividades de campo até a entrega dos EPIs. Dentro do mesmo mês, o pedido foi deferido e a liminar foi concedida em âmbito nacional.

O Incra, então, somente após esta liminar, contratou um estudo de segurança do trabalho – estamos com ele aqui –, para qualificar os EPIs, através de uma licitação. Entretanto, como disse, eles foram entregues de forma seletiva para algumas superintendências regionais.

Tenho até aqui alguns equipamentos para mostrar. Trabalho em gabinete em Brasília e recebi esses equipamentos, e um colega, que está lá no campo, que precisa deles, não recebeu. Acredito que a direção só fez isso porque estamos à frente do sindicato, e ela quis dizer que estava ali entregando ao Presidente do sindicato.

A decisão também só envolveu os peritos, no caso, nós, engenheiros agrônomos, que abarcaram a decisão judicial. Temos outros profissionais de outras atividades do Incra, que também fazem atividades em campo que não receberam, sendo preteridos, os que foram entregues incompletos, e a qualidade do material é questionável.

Trouxe aqui, para exemplificar bem rápido, Senador, dois equipamentos: uma máscara que veio sem filtro, para manusearmos produtos tóxicos. Enfim, até acredito que o Ministério do Trabalho faça esse tipo de fiscalização também nos órgãos da administração.

Chamou-me muito a atenção – os colegas verificaram isso – esta perneira, um equipamento para evitar picada de cobra. O que nos chamou a atenção na qualidade desse equipamento? Aqui fala: a marca do equipamento, classe 2, enfim, alguns requisitos que acredito sejam normatizados, mas EPIs e uniformes "proficionais", com "c" e não profissionais, com "ss".

Isso nos chamou a atenção, causando uma repercussão negativa muito grande dentre a categoria, e ainda estamos com esse problema até hoje.

Além disso, finalizando, mesmo depois da ordem judicial, foram registradas emissões de ordem de serviço e envio de servidores a campo, em algumas superintendências, assédio moral, que não acabou, nova ação judicial impetrada no Ministério Público lá em Petrolina, Pernambuco. E o Incra ainda poderá sofrer sanções no decorrer do processo que ainda terão seu mérito julgado.

Aqui, para demonstrar, Senador e demais presentes, um documento assinado pelo diretor administrativo, na época, no dia 17 de novembro. Em todo o Brasil, essa é uma época bem quente. Então, aqui ainda estava faltando, no caso, na licitação feita, a aquisição de mochila de hidratação, camisa de manga longa e botinas com perneiras, onde ele coloca – vou passar em destaque no próximo eslaide: "Não obstante, há que se ressaltar que tais equipamentos não podem impedir o trabalho dos servidores do campo, posto que há alternativas de mitigação dos risco, enquanto não chegam os equipamentos em definitivo".

Então, repudiamos esse tipo de atuação da administração, porque achamos que é uma atitude muito irresponsável de um gestor, que deve preocupar-se, na verdade, com o bem-estar do trabalhador.

Bem, concluindo, apesar de ser uma questão elementar, um direito amplamente reconhecido pela legislação nacional, tornou-se uma novela, mais do que isso, uma série, porque já são dez anos sem solução.

(Soa a campainha.)

O SR. SÁVIO SILVEIRA FEITOSA – Então, fica a dúvida: a administração da autarquia realmente entendeu a necessidade de entregar esses EPIs, fazer disso uma política permanente, ou só está fazendo isso por uma questão de decisão judicial?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Olhem, meus amigos e minhas amigas, entendo que esta audiência pública cumpriu seu objetivo.

Como isso vai para todo o Brasil, pelo Sistema de Comunicação do Senado – TV, Rádio e Agência –, demonstrando, primeiro, que o EPI não substitui o direito de o trabalhador receber os adicionais; segundo, o EPI não resolve a questão de fundo dos acidentes de trabalho, mas é fundamental que ele seja usado.

É claro que sempre orientei nesse sentido, pois fui membro da Cipa, sempre eleito Presidente pelo voto direto, pois não gosto dessa história de que o presidente é indicado pelo empregador; e o vice, é pelo trabalhador. É como se fossem forças antagônicas. Ali, são todos trabalhadores com um objetivo comum: a prevenção do acidente e das doenças do trabalho.

Apresentei projeto nesta Casa há 20 anos, logo que cheguei aqui, para que se mudasse essa regra, para que fosse pelo voto direito, mas, infelizmente, até hoje, não conseguimos fazer com que com esse projeto – não sei o que ele tem de tão difícil – seja aprovado.

Basta dizer que homens e mulheres, dentro das empresas, no local do trabalho, serão eleitos pelo voto direto. Qual é o objetivo? Fazer o serviço da Cipa – o serviço de proteção ao acidente do trabalho –; mas não aceitam isso. É como se o presidente tivesse de ser indicado pelo empregador, para que ele determine qual a orientação que a Cipa deve ter.

Acho isso um equívoco enorme. Já faz 20 anos que trabalho com isso e, infelizmente, não consegui ainda. Quem sabe, consigamos a partir desta audiência pública.

A segunda questão é dizer que, além de os adicionais não resolverem o problema, eles têm de ser mantidos, e os equipamentos de segurança têm de ser usados. Vamos dar o direito, nessa última intervenção em relação ao Incra, de se fazer uma recomendação da Comissão de Direitos Humanos, para que o equipamento de segurança seja fornecido aos profissionais.

Lamentei aqui que o próprio instrumento, a máscara de proteção não tem filtro, totalmente inadequado.

Agradeço muito a todos.

Essa campainha, por que está tocando? Estão nos chamando para votar no Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Risos.*) Mas aqui está quase pegando fogo mesmo. A situação não está fácil. E por falar em pegar fogo – e tem a ver com acidente do trabalho – na boate *kiss* morreram 242 jovens, em Santa Maria, mas até hoje, por mais que briguemos aqui, não há uma legislação nacional nesse sentido.

O Rio Grande do Sul fez até uma legislação estadual, mas a nacional continua num embate. Há um *lobby* muito forte de forças ocultas não permitindo que o projeto seja aprovado, mas já marcamos outra audiência pública para discutir.

Já aprovei aqui, como relator, por unanimidade, o projeto que veio da Câmara, mas surgiram inúmeros questionamentos. Vamos fazer outra audiência pública, para conseguirmos, de uma vez por todas, acertar para que esse projeto seja aprovado.

Enfim, meus amigos, como o projeto que vai ser votado agora é importante, porque vai garantir o regime de urgência para aqueles que roubam o dinheiro do País e mandam para o exterior para que o dinheiro seja "repatriado", este é o termo usado, ou seja, que o dinheiro volte e seja usado pelo povo brasileiro.

Por isso, somente por isso, vamos terminar esta nossa audiência pública, sem prejuízo de continuarmos este debate de forma permanente. Mas esta audiência atingiu já grande parte do objetivo, no sentido de alertar a população para a importância da prevenção na área do acidente e de usar o EPI, mas de demonstrar também... Porque me lembro do debate, no Supremo, quando se disse que o EPI suspenderia a especial e também o direito ao adicional, e nós fizemos uma fila de intervenções articuladas no plenário demonstrando que isso era inaceitável e o que estava por trás disso.

Enfim, esse último assunto dá outra audiência pública.

Está encerrada a reunião de hoje. Muito obrigado aos convidados e a todos os que estavam no plenário.

Palmas a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Hélio José, Vicentinho Alves, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, João Capiberibe, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Maria do Carmo Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 103, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para fazer: "Apresentação dos resultados da Pesquisa de Opinião Pública Nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". O Senhor Presidente dispensa a leitura e coloca em votação as Atas da quinquagésima segunda a quinquagésima sétima Reuniões da CDH e, ainda, a aprovação da Ata da primeira reunião da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDHJT, que são dadas por aprovadas. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador de Controle Social na Secretaria de Transparência do Senado Federal; Thiago Cortez Costa, Assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal; Marta Zanchi, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Vanessa Fusco Nogueira Simões, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e Ministro Pepe Vargas, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH. Às quinze horas e dezesseis minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Às quinze horas e quarenta e seis minutos o Senador João Capiberibe passa a presidência ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra à Deputada Federal Érika Kokay e às seguintes pessoas presentes no plenário: Israel Victor de Melo, representante do Movimento Negro e Márcia Acioli, representante do Instituto Nacional Socioeconômico – INESC. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: realizar uma audiência pública com o tema crianças e adolescentes encarcerados. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência nos termos do Requerimento nº 103, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, para discutir e debater o que vai ser apresentado aqui: o resultado da pesquisa de opinião pública nacional sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no momento em que completa 25 anos – se eu estiver errado, alguém me ajude! É isso mesmo? Sim, são 25 anos!

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Eu estou falando rápido, mas está lá na tela, para quem quiser fazer contato.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 52ª à 57ª Reuniões da CDH, e ainda a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já contamos com a presença aqui na Mesa do Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas. Nós vamos, então, agora chamar os outros convidados, mas, primeiro, gostaria de falar da nossa alegria de você estar aqui, prestigiando-nos. Você veio prestigiar a Comissão e o trabalho feito

por essa moçada que vai apresentar aqui o estudo, enfim, a pesquisa tão importante feita sobre os 25 anos do nosso ECA. De pronto, antes de iniciar, uma salva de palmas para quem? Para o Paim, não; para o Pepe! (*Risos.*)

(Palmas.)

Pepe Vargas, meu parceiro, somos da mesma cidade. É um dos melhores Deputados Federais desta Casa. O Congresso já o conheceu, e hoje está na função de Ministro, com a competência de sempre.

E o que vou dizer agora, Pepe, acho que nunca tinha dito em público: se existe hoje a fórmula 85/95, podem olhar para o Pepe, porque ele é quem foi o principal elaborador dessa fórmula, a qual poderíamos ter aprovado há alguns anos, em 2009, mediante um projeto que eu tinha mandado para lá. Depois ele construiu a 85/95; conversou amplamente comigo; só houve uma central que na época não concordou e, por isso, não foi aprovada, porque o Presidente Lula disse: "Ou é unanimidade, ou não se vota!" Então, não se votou, mas agora, nos próximos dois anos, quem está nos assistindo, e os outros que vão assistir a este programa à noite, podem saber que o primeiro Relator a conceber essa fórmula, que é um grande ganho em relação ao fator, está aqui à minha esquerda.

Eu tive a alegria de encaminhar o projeto original, e ele a de construir a fórmula, que foi a solução, porque o meu projeto original ficaria só na boa vontade, porque não seria aprovado nunca. O Pepe construiu a solução, e todos nós a defendemos aqui. A Presidente, embora tivesse vetado, mandou uma medida provisória exatamente garantindo a fórmula 85/95 pelos próximos dois anos, e aquela fórmula progressiva, claro, o Senado agora vai debater, vai discutir.

Se depender de mim, eu quero o projeto original do Pepe – viu, Pepe? O seu projeto não tinha fórmula progressiva, com todo o respeito à Presidenta. Mas digo isso, com o carinho e o respeito, pela liberdade que o Ministro aqui me permite – que assim o faça!

E gostaria de dizer, Ministro, que muitos se confundem e, às vezes, confundem-se até com você, porque, quando a gente falava em 85/95, era como se a mulher fosse se aposentar com 85 e o homem com 95. A gente cansa de dizer que não tem nada a ver. Pelo contrário, a mulher, pelo fator, para se aposentar com o salário integral, teria que trabalhar até os 67 anos, e agora, até os 55 anos – 55 mais 30, 85. O homem também, que precisaria trabalhar até os 67 anos, com essa fórmula vai trabalhar até os 60 anos – 60 mais 35, 95; é a soma dos dois.

Vamos lá. Eu sempre falo mais do que eu deveria, mas isso é coisa de político. Você é mais controlado. Não é? (*Risos.*)

Thiago Cortez Costa, Assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal e uma das pessoas que trabalhou muito para este momento. (*Palmas.*)

Convido também Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador de Controle Social na Secretaria de Transparência do Senado Federal. (*Palmas.*)

Vanessa Fusco Nogueira Simões, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

E Marta Zanchi, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). (*Palmas.*)

Normalmente, o Ministro fala no momento em que ele entender mais adequado – e com os Senadores também acontece assim. Vou propor, se você assim concordar, que os dois expositores do trabalho realizado façam a apresentação, e depois o Ministro comenta, eu comento e os convidados comentam.

Então, com a palavra o Sr. Thiago Cortez Costa.

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Boa tarde a todos os presentes!

Eu queria saudar aqui o Presidente Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos; o Ministro Pepe Vargas, pela sua presença, prestigiando a nossa apresentação; a Drª Vanessa.

Agradecemos aqui a oportunidade de falar, de apresentar a pesquisa do DataSenado e, principalmente, a parceria que a CDH sempre tem com a gente. Sempre temos a gratidão de poder ver o nosso trabalho prestigiado aqui na Comissão. E isso, sobretudo, agradecemos ao Senador Paulo Paim, que sempre nos dá este espaço e utiliza os dados que a gente traz na atividade parlamentar.

O DataSenado, que é um órgão da Casa que existe desde 2004, é um órgão voltado para a realização de pesquisas de opinião pública. Somos responsáveis por coletar as opiniões da população brasileira em diversos assuntos, como a avaliação de políticas públicas, a avaliação de propostas legislativas que estejam sendo discutidas aqui na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Thiago, registro a presença do Capiberibe, que é o Vice-Presidente desta Comissão e uma das peças fundamentais para esta Comissão funcionar, porque agora a gente deu para viajar Estado por Estado. E ou ele está lá, ou eu estou aqui, ou vice-versa. Então, uma salva de palmas para o meu querido Vice-Presidente da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Vice-Presidente, Senador Capiberibe, saudamos e agradecemos também a presença de V. Exª, prestigiando aqui a nossa apresentação.

Então, o DataSenado é responsável por fazer essas pesquisas de opinião pública, avaliando políticas governamentais ou avaliando projetos de lei que estejam em discussão aqui no Parlamento. E a gente é uma equipe muito engajada que gosta do trabalho que faz e tem a oportunidade de trazer informações para o Parlamento que possam servir de insumo ao trabalho Senadores.

Por ocasião do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, a gente teve a ideia de propor essa parceria. A CDH e o Presidente, Senador Paulo Paim, prontamente toparam a ideia de a gente dar consecução a essa pesquisa, para celebrar o aniversário dessa legislação, dessa lei que é tão importante na proteção das nossas crianças e adolescentes.

Recentemente, a Unicef fez um apanhado da evolução do Brasil, nesses últimos 25 anos, desde a sanção do estatuto. Sabemos das dificuldades que o Brasil ainda encontra no enfrentamento dos problemas encontrados por crianças e adolescentes, mas a Unicef apontou vários avanços, entre eles: a melhora de índices na educação; a queda da mortalidade infantil; a queda da mortalidade materna, que ainda é um ponto que o Brasil precisa melhorar muito; o aumento das taxas de alfabetização entre a população jovem; a quase universalização do acesso à educação para crianças e adolescentes em idade obrigatória escolar. Então, nesses últimos 25 anos, o Brasil avançou muito nesses campos, e acho que a Unicef está certa nesta colocação que faz a respeito de que o ECA lançou bases sólidas para que o Brasil pudesse avançar em todos esses campos.

Então, a nossa pesquisa se insere nesse contexto de celebração do aniversário do ECA, e o Marcos Ruben, que é o nosso estatístico, que foi a pessoa que coordenou a pesquisa, vai passar, com a permissão do Presidente, à apresentação dos dados propriamente ditos da pesquisa.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos!

Reforço o agradecimento de toda a nossa equipe ao Senador Paulo Paim, pelo apoio e pelo incentivo na realização dessa pesquisa; à CDH como um todo, pela oportunidade de apresentação que estamos tendo agora; e ao Senador Capiberibe a gente agradece também.

Queríamos agradecer também à Senadora Lúcia Vânia, que é a Ouvidora do Senado Federal, pelo apoio na realização da pesquisa, por meio do Alô Senado. Muitas das nossas pesquisas são feitas por telefone. E a gente sempre conta com o apoio da Ouvidoria, nesse sentido, de disponibilizar a central telefônica do Senado Federal, para realizar essas entrevistas.

Vamos trazer hoje a público uma pesquisa realizada pelo Data Senado, uma pesquisa de opinião sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa é a segunda edição de uma pesquisa sobre esse tema. A primeira pesquisa semelhante foi feita em 2010, em comemoração aos 20 anos do ECA, na época, e agora nós resolvemos revisitar esse tema.

Nesta edição da pesquisa, nós abordamos basicamente três assuntos: fizemos uma avaliação do ECA em si; uma avaliação ampla da população sobre o ECA, analisamos a percepção do brasileiro, quanto à violência contra crianças e adolescentes; e também, num terceiro bloco, avaliamos a percepção do brasileiro quanto à punição referente adolescentes infratores.

Esta pesquisa foi executada de 26 de maio a 9 de junho e contou com 1.092 participantes. A população-alvo foi a população brasileira, com 16 anos ou mais. O nível de confiança foi de 95% e a margem de erro da pesquisa, de três pontos percentuais para mais ou para menos.

E um primeiro ponto que se destaca, que chama atenção na pesquisa, é o seguinte: quase toda a população brasileira já afirma ter ouvido falar, em algum momento, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e esse resultado, na verdade, a gente já havia observado na primeira edição da pesquisa. O ECA, portanto, é um estatuto, pelo menos nominalmente, bem conhecido. No entanto, apesar de as pessoas dizerem que já tinham ouvido falar sobre o ECA, 69% dos entrevistados disseram conhecer pouco sobre os direitos de crianças e adolescentes, ou seja, apesar de terem conhecimento da existência do assunto, nem todos sabiam exatamente do que se tratava o ECA – é uma lei nominalmente conhecida, mas o conteúdo em si parece que não é tão bem conhecido.

Perguntamos a essa parcela da amostra que afirmou ter ouvido falar sobre ECA, os 98%: "Para você o quanto o estatuto ajuda a proteger a criança e o adolescente no Brasil?" E observamos que para mais da metade da população, o ECA ajuda pouco. Dos entrevistados, 54% afirmaram que o ECA ajuda pouco; e apenas 36% desses entrevistados disseram acreditar que o ECA ajuda muito.

Fizemos um recorte, nesse momento, para analisar melhor a opinião de alguns grupos, alguns segmentos da população. O primeiro recorte foi o segmento que disse conhecer muito bem, conhecer bem os direitos da criança e do adolescente; teoricamente um segmento mais qualificado. Então, verificamos que cidadãos que se declaram muito informados sobre direitos da criança e do adolescente avaliam melhor o ECA. Neste

momento, para esse recorte, temos uma mudança no quadro: 45% dizem que o ECA ajuda muito na proteção a crianças e adolescentes; 43% dizem que ajuda pouco; e 11% dizem que não ajuda.

Outro recorte interessante que fizemos tem relação com a faixa etária. Verificamos nessa pesquisa que os jovens são aqueles que mais acreditam na eficácia do ECA. Dentre os jovens de 16 a 19 anos, verificamos que 57%, a maioria, acreditam que o Estatuto pode ajudar, ajuda realmente a proteger a criança e o adolescente. Essa proporção cai à medida que entrevistamos faixas etárias mais avançadas.

Depois de feita essa avaliação bem ampla e geral sobre o ECA, buscamos identificar também a percepção da sociedade quanto à violência praticada contra o menor, a violência praticada contra a criança e o adolescente. Perguntamos: "você conhece alguma criança ou adolescente que já sofreu algum tipo de violência?" Para essa pergunta, 27% da amostra, 27% dos entrevistados disseram que sim; conhecem alguma criança que já sofreu violência. Esse resultado foi comparado por Região, e verificamos que os relatos de conhecimento de alguma criança ou adolescente que já sofreu violência foram maiores na Região Centro-Oeste, 39% da amostra, e menores na Região Sudeste, 22% da amostra.

Uma vez que as pessoas disseram ter ou não esse conhecimento de alguma criança que sofreu violência, perguntamos: "se você presenciasse algum tipo de violência contra uma criança ou um adolescente, você denunciaria?" E aí praticamente a unanimidade, 97% dos entrevistados, afirmou que sim, que faria uma denúncia. O interesse principal dessa pergunta, que surgiu logo em seguida, é para quem seria direcionada essa denúncia. Então, perguntamos: "em caso de denúncia, quem você procuraria primeiro?" E a maioria da população, hoje, procuraria primeiro a polícia ou a delegacia comum: 56%. Órgãos específicos, como o Conselho Tutelar e a Delegacia da Criança e do Adolescente, não tiveram um percentual tão alto quanto a polícia e a delegacia comum. O Conselho Tutelar ficou em segundo lugar, com 24%, e a delegacia especializada ficou em terceiro lugar, com 3%. Para essa pergunta surgiram várias outras respostas, mas as mais frequentes foram essas.

Esse foi um bloco específico sobre a questão da agressão contra a criança e o adolescente.

Na sequência da pesquisa, nós focamos em outro ponto. Buscamos focar, na pesquisa, em perguntas direcionadas ao tema dos adolescentes infratores, em como a população vê a questão dos adolescentes infratores e das penalidades impostas a eles.

Então, a primeira pergunta, nesse sentido, foi a seguinte: "você acha que os adolescentes que desrespeitam a lei no Brasil são punidos, às vezes são punidos, ou não são punidos?" Nesse gráfico, temos a comparação do resultado obtido em 2010 com o resultado obtido agora, em 2015, cinco anos depois. Hoje, a maioria, 64% dos entrevistados, acredita que os adolescentes que desrespeitam a lei não são punidos. Isso mostra uma mudança no quadro da percepção social em relação a esse tema desde 2010. Em 2010, esse percentual era de 50%. Então, tivemos um aumento de 14 pontos percentuais, desde então, nessa percepção de impunidade, o que é um aumento significativo do ponto de vista da amostra.

Perguntamos também sobre a questão dos estabelecimentos socioeducacionais. O ECA estabelece que, em caso de ato infracional, o adolescente pode ser internado em estabelecimentos educacionais. Essa medida é acionada em casos graves, e, ao completar 21 anos, o jovem é liberado. Quando perguntados sobre a efetividade desses estabelecimentos, as opiniões se dividiram: 48% apresentaram a opinião de que, às vezes, somente às vezes, a internação ajuda; 46% acham que a internação nunca ajuda; e apenas 6% da amostra acreditam que a internação sempre ajuda o jovem infrator.

A pouca confiança nos estabelecimentos socioeducacionais certamente está associada ao resultado que vamos apresentar agora.

Temos um quadro crescente de sensação de impunidade e, nesse momento, em que estamos vivendo um debate sobre a questão da maioridade penal, nós fizemos a seguinte pergunta nessa pesquisa: "a partir de que idade o adolescente que cometer ato infracional deve ter a mesma condenação de adultos?" Para essa pergunta nós oferecemos ao respondente quatro faixas etárias: a partir dos 18 anos; a partir de 16 anos; a partir de 14 anos; e a partir de 12 anos. E 85% dos respondentes optaram por uma opção inferior a 18 anos, ou seja, 85% apontaram-se favoráveis à questão da redução da maioridade penal. Dentro desses 85%, a concentração maior se deu na faixa etária de 16 anos. E é interessante observar que 19% disseram que essa idade, de redução da maioridade penal, deve ir até 12 anos.

Esse quadro, essa sensação de impunidade certamente também influenciou o resultado seguinte.

Quando perguntados sobre a ampliação do tempo máximo de internação do adolescente infrator, de três para seis anos, 80% se mostraram favoráveis. Essa pergunta foi baseada no PLS 55, de 2015, do Senador Otto Alencar. Nessa matéria, um PLS do Senador José Serra foi votado na terça-feira recente, aumentando esse tempo para dez anos, mas, nesse momento, quando a pesquisa foi feita, a pergunta era de três para seis anos, e 80% da população se mostraram favoráveis ao aumento do tempo de internação de três para seis anos.

E, finalmente, a última pergunta dos três blocos de pesquisa sobre o ECA. Nesse bloco sobre a punição do adolescente infrator, a última pergunta foi voltada para o corruptor do menor: "Hoje, a pena para quem corromper ou facilitar a corrupção de menor é de prisão de um a quatro anos. Você é a favor ou contra aumentar essa pena?" Então, nessa questão, em relação a punir o corruptor, houve uma ampla concordância da população brasileira: 95% se mostraram a favor. Esse é o PLS 227, de 2015, do Senador Wilder Morais, que propõe o aumento de 3 para 5 a 15 anos de detenção para o adulto que corromper um menor.

Bem, esses foram os achados da pesquisa. Foram poucas perguntas aplicadas à população sobre o tema, mas elas permitiram dar uma ampla visão sobre a população brasileira. É importante reforçar que os resultados dessa pesquisa refletem a opinião da população sobre os temas, e o nosso objetivo com as pesquisas de opinião é inserir os cidadãos no debate político. Como é improvável que todos os cidadãos manifestem a sua opinião sobre o tema, as pesquisas de opinião são uma ótima alternativa para estimular a participação e o controle social sobre as atividades do Congresso Nacional. Então, a ideia desse estudo foi permitir que a sociedade manifestasse a sua opinião de alguma forma; nesse caso, por meio de uma pesquisa de opinião.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns!

Parabéns ao Thiago Cortez Costa, assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal, e ao Marcos Ruben de Oliveira, coordenador do Controle Social da mesma Secretaria de Transparência, pela exposição e o trabalho brilhante que fizeram, que só enriquece esta Comissão e a própria sociedade brasileira, que vai desfrutar desses dados para atender melhor à nossa molecada – "molecada", no bom sentido –, a nossa juventude.

Nós vamos permitir que o primeiro comentário – combinei aqui com o Ministro Pepe – seja da vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Drª Marta Zanchi, porque ela vai ter que sair em seguida.

Eu vou trocar a Presidência, Senador Capiberibe, com V. Exª, por causa do plenário. Eu vou ao plenário e volto; se houver votação, eu fico, e V. Exª vai. Então, se V. Exª puder vir aqui agora... Estão anunciando que teríamos já uma votação. Mas eu vou lá e volto aqui; é só apertar o botão lá. Eu chegarei a ponto de ouvir, inclusive, a fala da Drª Marta.

Drª Marta, com a palavra.

A SRª MARTA ZANCHI – Senador Paulo Paim, Ministro Pepe Vargas, em nome de quem saúdo os demais integrantes da Mesa; boa tarde a todos.

Com o Senador Paulo Paim e o Ministro Pepe Vargas, eu me sinto em casa. Trabalhei em Caxias do Sul vários anos.

Essa pesquisa que foi apresentada, para mim, hoje, tem um valor muito grande. Como defensores públicos, uma das nossas atribuições é a educação em direitos. E, com essa pesquisa na mão, como defensores públicos, temos a compreensão de que estamos falhando um pouco nessa tarefa. Na medida em que se percebe a sensação de impunidade da população ou, então, essa impressão de que os adolescentes não são punidos, talvez isso nos oriente para uma ação da Defensoria Pública no sentido de esclarecer a população de que é bastante difícil o que acontece nas Varas da Infância e Adolescência. Eu fui defensora pública nessa área por dez anos. Hoje, estou licenciada para a Associação Nacional dos Defensores Públicos e trabalho na Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da minha entidade.

Nesse trabalho, nós temos uma atuação bastante forte aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, na PEC 171 e no PL 333, cujo substitutivo foi aprovado ontem. E nós tentamos convencer de que adolescente, sim, é responsabilizado; de que adolescente é internado e que, muitas vezes, eles iniciam com medidas mais graves que as de adultos. As unidades de internação, que são díspares no Brasil inteiro – díspares em termos de qualidade, de observância ao Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase) –, se elas tivessem implementado o projeto pedagógico que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, provavelmente conseguiriam melhores resultados nisso. Não digo que teríamos uma recuperação, mas a socioeducação teria um efeito melhor.

Sou do Rio Grande do Sul, e no meu Estado existe um projeto socioeducativo implementado. Nós entendemos que ainda tem que ser aprimorado, mas ele é muito superior ao que acontece no presídio central. Então, para nós, imaginar qualquer perspectiva de redução de maioridade penal, ainda que seja essa seletiva, só para crime hediondo, é trágico.

Para a Associação Nacional dos Defensores Públicos, a primeira pauta é: somos frontalmente contrários à redução da maioridade. Nós entendemos por que 85% da população defendem isso. Entendemos por que 85% da população, se fosse feita uma pesquisa perguntando sobre pena de morte, defenderiam a pena de morte. Nós não somos refratários a esse sentimento de insegurança que permeia o País e que é alardeado pela mídia. Agora, sabemos que isso tem que ser resolvido de outra forma. E isso tem que ser resolvido com a implementação das políticas do Estatuto da Criança e do Adolescente na parte de proteção, na parte de educação. Eu

sou uma entusiasta do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acho que o Estatuto é uma lei absolutamente moderna e penso que, antes de ser reformado, alterado, ele teria que ser aplicado; todos os seus artigos.

Enfim, como eu estava dizendo, não quero me alongar na fala, mas tenho que agradecer esses dados, que para mim são valiosíssimos. Como falei, nós não somos refratários também – agora, como Associação Nacional dos Defensores Públicos – a discutir essa questão do aumento de prazo de internação. Sabemos que isso é algo que vai acontecer. Nós estávamos pensando, estudando emendas, e vamos propor emendas na Câmara dos Deputados – não deu para fazer isso no Senado, na tramitação no Senado. Pessoalmente, acredito que isso poderia ser feito de forma progressiva, e não dez anos aplicados indistintamente, dos 12 anos em diante.

Para nós, como Defensores, este é um momento muito difícil. Sabemos que as medidas socioeducativas serão recrudescidas ou a maioridade penal vai ser reduzida. Mas eu sou uma otimista e tenho esperança. Acho que este também é um momento de melhorar; de melhorar o Estatuto da Criança e do Adolescente como um todo. Se é para pensar em reforma, vamos pensar em aplicação e em melhoras. Não vamos pensar só que a questão de aumentar prazo de internação, como uma coisa mágica, vai resolver o problema da violência. Isso não vai ter uma repercussão em redução de índices de violência. Vamos pensar também em implementação do sistema pedagógico nas unidades de internação. No Rio Grande do Sul existe isso: quando o adolescente sai do sistema socioeducativo, há uma preparação profissionalizante. Acho que temos de pensar nisso também. Não podemos ver este momento só como um momento para recrudescer medida socioeducativa, só como um momento para punição. Vamos pensar nisso como um momento para melhorar, para dar uma esperança aos nossos adolescentes, para dar oportunidades a quem hoje está internado ou a esses adolescentes, então, que estão aí, que entram... Essa seletividade que o Estatuto da Criança e do Adolescente opera nessa questão infracional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Drª Marta Zanchi, pela participação e por ter atendido ao nosso convite.

Eu queria cumprimentar a presença da Deputada Erika Kokay, que nos visita sempre em momentos muito oportunos aqui na nossa Comissão de Direitos Humanos do Senado e aqui deságua graves problemas, e os quase invisíveis adquirem visibilidade aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Nós tínhamos uma sugestão de escalonar as medidas socioeducativas, e eu mesmo vivi uma experiência muito positiva. Eu tenho uma crença total no ECA. Quando corretamente aplicado, a reincidência é mínima. Nós vivemos essa experiência e vivemos algumas desavenças com o Judiciário, que tinha muita dificuldade, na época – estou falando dos anos 90; não sei se mudou, se o Judiciário, se os juízes mudaram. Porque, às vezes, se aprova uma lei e não há um tempo de preparação. Porque uma lei complexa, como o ECA precisa de formação, de capacitação com o Judiciário, com todos aqueles que são agentes da execução de uma lei tão importante quanto o ECA, e o que termina prevalecendo são as distorções que vazam para a opinião pública baseadas nos atos, quando, na verdade, os jovens e as crianças são vítimas da violência. Mais do que autores, são vítimas. O índice de homicídios, o índice de assassinato de crianças até 19 anos é em torno de dez mil por ano. Então, nós estamos ceifando, estamos matando o futuro.

E nós, aqui no Parlamento, e, com algumas exceções, o Poder Público do nosso País, ele é omisso diante dos grandes temas. Como não tem coragem de bater de frente para buscar soluções para a violência, tergiversa, omite-se e tenta responder à opinião pública dessa forma. Nós temos amplas possibilidades de combater a violência, mas nós preferimos tangenciar e trazer uns aspectos colaterais dessa violência.

Enfim, vamos dar sequência.

Convido a Drª Vanessa Fusco Nogueira Simões, que é Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para fazer uso da palavra.

A SRª VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – Obrigada, Senador Capiberibe, pela honra de estar aqui nesta Mesa.

Saúdo, especialmente, o Sr. Ministro Pepe Vargas. É uma satisfação estar aqui à Mesa ao lado do senhor debatendo tema tão importante; saúdo a companheira de lutas também, da Anadep, Drª Marta; saúdo os senhores representantes do Senado, dessa pesquisa que foi realizada e agradeço imensamente o convite; e saúdo os que estão aqui hoje nos ouvindo neste debate tão importante.

Eu iniciaria esta fala repetindo ou fazendo coro às palavras da Drª Marta, que disse que essa pesquisa com relação ao desconhecimento da população sobre o ECA traz para nós, atores do sistema da Justiça, uma reflexão: realmente, temos que fazer a nossa mea-culpa, porque o Ministério Público, assim como as defensorias dos Estados, tem se dedicado a levar o ECA às escolas, ao seio das comunidades, e eu vi, com essa pesquisa, que nós estamos falhando, não é, Doutora? Nós ainda precisamos avançar, e muito. Eu dizia ao Thiago e aos encarregados da pesquisa aqui do Senado que, para nós, é uma oportunidade maravilhosa obter de vocês

esses dados, porque muitas vezes nós trabalhamos ou estamos, no nosso dia a dia, em nossos gabinetes ou participando de audiências, na prática, e não temos muita noção do que as pessoas realmente pensam, de qual o sentimento das pessoas com relação a esses temas tão palpitantes. E essa pesquisa nos traz essa impressão.

Eu tomei a liberdade aqui de colocar – daqui a pouco vou falar desses dados –, tomei a liberdade de dividir essa pesquisa, como conversei com o Thiago, em dois grandes focos, a meu ver. O primeiro foco é o adolescente privado ou em conflito com a lei; e, em um segundo momento, a pesquisa abordou também a questão da vitimização. Mas eu dizia – e nisso não vai qualquer crítica; o que pretendo trazer é um adendo ou uma sugestão para as próximas pesquisas – que isso reflete como nós raciocinamos privilegiando sempre a punição, sempre trazendo em consideração ou trazendo para nós o Direito Penal como solução. No caso, aqui, não é o Direito Penal, mas é, às vezes, muito pior, como a Doutora mesma se referiu: o adolescente sofrer uma medida socioeducativa, em nosso País, em muitos locais é muito pior; ele está sendo tratado, muitas vezes, muito pior do que um adulto que comete um crime. E agora temos as centrais de flagrantes, e eles são agilmente beneficiados com liberdade provisória.

Então, senhores, voltando à questão, eu faria uma sugestão – já conversei antes com os pesquisadores – de talvez aprofundarmos um pouco na próxima sobre a questão da vitimização. Quem seriam essas pessoas que são os autores de atos contra as crianças, de violência contra as crianças? São pais? São pessoas da escola? São pessoas que estão ao seu lado na convivência familiar? Essa violência é de que natureza? É uma violência sexual? É um trabalho escravo? Porque eu creio que muitos desses jovens que nós hoje estamos vendo como adolescentes em conflito com a lei foram vitimizados algum dia, de alguma forma, pela própria negligência do Estado, muitas vezes, em dar-lhes ou em fazer cumprirem-se as políticas públicas que já estão preconizadas tanto na nossa Constituição de 1988 quanto no Estatuto, que para mim também é exemplar e do qual eu vejo só uma necessidade de implementação.

Isso é um discurso tão... Eu trouxe até um artigo, para quem tiver oportunidade ou curiosidade de ler, de 2007. E eu fico sendo repetitiva todas as vezes em que eu venho aqui, Excelências, ou a alguns foros tratar desse assunto. Eu escrevi um artigo, em 2007, e eu o achei – aquelas coisas que a gente escreve e ficam no esquecimento. Mexendo nos meus papéis, pensei: "Acho que escrevi alguma coisa sobre isso". Quando fui ler, datado de 2007. Parecia que eu tinha escrito ontem.

Todos os nossos clamores, quer dizer, um fato violento, um ato infracional violento cometido contra uma pessoa, noticiado na mídia, traz de repente um debate e aflora e/ou aviva o debate da redução da maioridade penal.

Felizmente, senhores, nós estamos vivendo, após a Constituição de 1988... Graças a Deus, eu entrei no Ministério Público em 1989. Há 26 anos, eu milito na área da infância e da juventude, sempre em áreas diversas. O Ministério Público de Minas foi o primeiro a criar a Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, justamente para fazer a proteção da criança vítima de pornografia infantil *on-line*. Mas, nessa militância, eu vejo que, desde a Constituição, os instrumentos que temos são muito bons. Nós temos o Sinase, como a Drª Marta nos disse, a Lei de 2012 – recente, podemos dizer, em termos de legislação brasileira –, que bastaria ser cumprida adequadamente para que nós não precisássemos trazer tanta alteração ou discussão a respeito da alteração do tempo de internação ou da redução da maioridade penal.

Eu trouxe aqui aos senhores dados recentíssimos, de 2014, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, da Vara Infracional da Infância e da Juventude, promotoria da qual fui coordenadora, que traz dados da idade na maioria dos atos infracionais praticados. Então, vimos que 17 anos, 16 anos e 15 anos são a maioria, em Minas Gerais, daqueles adolescentes que cometem atos infracionais. Isso se coaduna um pouco com a pesquisa, com relação à idade para a qual se deveria trazer ou fazer essa redução da maioridade.

Mas vejam os senhores a natureza dos crimes: o tráfico de drogas é o primeiro; o roubo é o segundo, crimes contra o patrimônio; o uso de drogas também; e o furto. Então, os senhores podem ver, por dados estatísticos da Vara da Infância e da Juventude de Minas Gerais, dados de 2014, que nós estamos muitas vezes pensando que os crimes violentos são a maioria daqueles praticados pelos adolescentes, e, na realidade, correspondem a 1%, segundo pesquisa divulgada recentemente.

Este é o mapa de Belo Horizonte, e nós temos aqui – está meio difícil de ler, mas os senhores só observem esses pontinhos vermelhos – a distribuição espacial do tráfico de drogas em Belo Horizonte, com relação às ocorrências de adolescentes infratores, onde os adolescentes infratores foram surpreendidos. E os senhores vejam aqui, agora, o mapa com relação aos homicídios. Quase não se pode enxergar – sem óculos, então, quase não se enxerga. Enfim, os senhores podem ver que são pontos minúsculos – vou só voltar para os senhores terem uma ideia. É muito menor o número de crimes de homicídio.

Então, nós estamos tratando hoje dessa pesquisa, cujo universo, como eu já disse, tratou do adolescente em conflito com a lei e da vitimização. E aqui eu quero discutir um pouquinho, lembrar da porta de entrada. As

delegacias, sim, foram apontadas como a primeira, a porta de entrada para a denúncia. E eu vejo aqui também uma necessidade muito grande de que essas delegacias, de que se disseminem as delegacias especializadas de proteção à criança, não somente para a delegacia que recebe os adolescentes infratores. Não sei como é no Rio Grande do Sul, mas no meu Estado nós temos, e temos conseguido bons resultados.

Para terminar, eu só gostaria de dizer aos senhores que essas soluções mágicas de aumentar o tempo de internação ou reduzir a maioridade penal só vão abarrotar ainda mais os nossos presídios. Vejam os senhores que nós temos uma superlotação. Este mapa, Sr. Ministro, foi lançado semana passada; é uma pesquisa do mapa de encarceramento do jovem. Essa é uma pesquisa recentíssima, feita pelo PNUD, e está disponível. Graças a Deus, nós temos hoje muitos dados, e isso é muito bom para podermos discutir com base empírica. Então, nós temos no Brasil 75,8% de superlotação no nosso sistema carcerário.

Temos aqui, em números absolutos, isto aqui eu trouxe de 2012, porque, na própria pesquisa, nós não conseguimos saber, exatamente o número de presos que temos e também no sistema socioeducativo. E eu trouxe só uma pequena fala, mas da própria pesquisa, que diz isso, da dificuldade que foi coletar os dados.

Para terminar, senhores, eu só gostaria de arguir: qual o critério que vamos usar para poder balizar essa questão da maioridade penal? Por que 12 anos? Por que 14? Por que 15? Vamos tentar pensar em modelos mais criativos, que individualizem, que é, por exemplo, o cumprimento da lei do Sinase, que tem um plano individual de atendimento, em que o adolescente em conflito com a lei pode ser observado para ver-se qual seria o tratamento mais adequado a esse adolescente. Então, fica a reflexão, senhores.

Eu acredito, eu espero que nós tenhamos um horizonte mais promissor ou melhor. E tenho certeza de que nós faremos aqui também a nossa parte.

Boa tarde.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu me distraí com um dado que a senhora deu. O homicídio corresponde a que percentual do total de...?

A SRª VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES (*Fora do microfone.*) – Um por cento, Excelência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Zero vírgula... Mas é o que se destaca na mídia, não é? E isso termina fazendo com que haja um convencimento da opinião pública completamente distorcido da realidade e que nos leva, na Câmara e no Senado, a tangenciar o problema da violência no País. Porque o que nós estamos fazendo aqui, nós estamos prestando um desserviço, na verdade. Eu lamento, Deputada Erika Kokay, que faz parte da Câmara Federal, cuja agenda é uma agenda de desserviços, de retrocesso contra a sociedade. (*Palmas.*)

Eu estava argumentando com o Senador, discutindo uma proposta para avançarmos na questão do controle da violência, e essa pessoa me disse: "Eu quero muito fazer isso; mas, se fizermos isso, vamos provocar reações". Eu digo: "Reações de quem?" Dos donos do poder. Aí, não tomamos iniciativas. Nós sabemos que temos de tomar a iniciativa, temos consciência disso, mas não tomamos essa iniciativa.

Bem, vamos ouvir o Ministro.

Ministro Pepe Vargas, que é o Secretário de Direitos Humanos, com a palavra.

O SR. PEPE VARGAS – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Quero saudar o Senador Capiberibe; saudar as demais integrantes desta Mesa, Drª Vanessa Simões e Drª Marta Zanchi; fazer uma saudação também aos servidores aqui do Senado, que produziram o trabalho, Thiago Costa e Marcos de Oliveira; uma saudação à Deputada Erika Kokay; enfim, a todas as pessoas aqui presentes.

Eu até havia pensado se apresentaria alguns eslaides, mas, depois do resultado que vi aqui da pesquisa, achei que valia a pena. Por quê? Pega a percepção da população. Esse foi o trabalho que foi feito, e acho que é muito importante.

Primeiro, eu queria agradecer o convite, Senador Capiberibe. O Senador Paim nos fez o convite para estar aqui, acho extremamente importante, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, para debater esse tema. Mas por que acho importante passar os eslaides que passarei logo a seguir? Porque 69% das pessoas, segundo a pesquisa que nos foi apresentada, dizem que conhecem pouco o ECA. Tudo bem, 98% dizem que já ouviram falar do Estatuto, mas 69% dizem que conhecem pouco. Então, é compreensível que quem conheça pouco vá na sequência de todos aqueles indicativos que a pesquisa nos mostra. Logo, como conhecem pouco, 64% acham que os adolescentes não são punidos, que eles podem cometer qualquer coisa e não sofrem punição nenhuma. Conhecem pouco! É compreensível que quem conheça pouco não saiba que, com 12 anos de idade, um adolescente pode ser internado e privado da liberdade. Não é nem aos 16; com 12! É isso que o Estatuto

prevê, nessa faixa de 12 a 18 anos, nessa faixa da adolescência, e, conforme a gravidade do ato infracional que ele venha, eventualmente, a cometer, ele pode ser privado da liberdade já com 12 anos de idade.

Aliás, muitas vezes, o adolescente fica mais tempo internado do que um adulto que comete um crime análogo, assim tipificado no Código Penal. E as pessoas também não sabem disso. Naquele caso muito rumoroso e gravíssimo que aconteceu no Piauí, os adolescentes já estão internados; o adulto ainda está por ser julgado. Mas as pessoas não sabem disso. Então, toda e qualquer reunião pública, todo o qualquer ato, toda e qualquer fala que ajudar a esclarecer essas coisas acho que precisa ter a nossa atenção e o nosso apoio. E acho que esta reunião e essa pesquisa nos propiciam isso também.

Bem, conhecem pouco. Logo, como conhecem pouco, 46% acham que as medidas socioeducativas não resolvem nada. Conhecem pouco! É compreensível isso. Assim, poderíamos colocar uma série de outras questões.

Acho que há uma outra questão que merece a nossa reflexão. Corretamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao internalizar, no nosso País, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, trabalhou uma linguagem diferenciada da linguagem, digamos assim, do sistema penal de adultos. E essa linguagem que nós usamos eu acho que também contribui para gerar algumas confusões na cabeça das pessoas. Explico por que: não dizemos que o adolescente é preso; dizemos que ele está internado e que está em cumprimento de medida socioeducativa. Logo, as pessoas acham que ele não está preso. Mas todos nós aqui sabemos que um adolescente privado da liberdade e fazendo um cumprimento de medida socioeducativa está em um ambiente que, em alguns casos, às vezes, é igual a uma prisão, apesar da lei do Sinase, que é muito recente, como foi dito aqui, de 2012.

Agora, também é importante dizer que, nos bons exemplos do Sinase, nos estabelecimentos que cumprem corretamente aquelas determinações, o percentual de reeducação, de não reincidência é muito, muito superior ao do sistema prisional de adultos. Eu diria mais do que isso: o Sinase tem que ser modelo para o sistema prisional de adultos. Aquele modelo socioeducativo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e previsto na lei do Sinase deveria servir, inclusive, de estímulo para que o sistema prisional de adultos também seguisse modelo semelhante.

Nós não falamos que um adolescente cometeu um crime; nós falamos que ele cometeu um ato infracional. Então, as pessoas acham que ele não é preso, que ele não pode ser imputável, essas coisas todas. E nós não falamos que ele está em um sistema prisional; ele está em um sistema socioeducativo. Então, essa linguagem, corretamente colocada – repito –, também faz com que alguns, por desconhecimento, e outros por intenção, por clara e deliberada intenção, utilizem isso para gerar confusão na cabeça das pessoas e tentar, enfim, passar ideias que não são verdadeiras. Então, nós precisamos ter um trabalho enorme de esclarecimento para a população brasileira dessas questões.

Nós esperamos muito que o Senado... Infelizmente, na Câmara, nós tivemos uma votação em que a maioria não tinha conseguido os votos suficientes para aprovar a PEC nº 171, mas, depois, houve uma nova interpretação do Regimento Interno que levou a uma nova votação. Haverá um segundo turno de votação ainda. Se, eventualmente, passar o segundo turno de votação – Érica, por favor, nos ajude; na realidade, já está ajudando muito –, esperamos que aqui no Senado, talvez, com um debate menos açodado, se possa rejeitar essa matéria. Nesse ponto, o Senado já aprovou uma proposta que prevê o aumento do tempo de internação. Acho que é importante que a Câmara dos Deputados discuta, e acho que é importante, Drª Marta, que todas as propostas que queiram dialogar com aquilo cheguem a tempo lá.

Ainda ontem, eu recebi um *e-mail* de um amigo que é juiz da Infância e da Juventude. Eles estão discutindo, lá na associação deles, e eu disse: "Os tempos agora não são os tempos normais; nós precisamos de celeridade para dialogar, porque está muito acelerado o tempo". Na Câmara dos Deputados, o tempo está muito acelerado. Então, acho importantes essas sugestões e contribuições em cima da proposta que foi aprovada aqui, para que a Câmara dos Deputados possa se debruçar sobre elas.

Mas eu queria dizer o seguinte: são 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, como 54% acham que ajudam pouco, eu quero mostrar aqui que não é verdade isso. Quero mostrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente ajuda e que, com certeza, se ele não existisse, nós talvez não teríamos alguns indicadores extremamente positivos, se compararmos de 1990 para cá.

Em breve, a nossa área de indicadores lá da Secretaria de Direitos Humanos vai concluir um trabalho mais completo, com mais dados do que este que vou apresentar aqui. Alguns desses dados foram já apresentados no trabalho que a Unicef fez, outros, não. Mas eu vou, rapidamente, mostrar como foi a evolução de alguns indicadores que selecionamos; como eles eram, em 1990, ou como eram a partir do último dado. São todos dados oficiais, enfim, dos órgãos que têm sob sua responsabilidade esses dados. Quando não temos o dado de 1990, pegamos o dado mais próximo, e assim sucessivamente.

O primeiro é o da taxa de mortalidade infantil. Era de 47 por cada mil nascidos vivos a taxa de mortalidade infantil no Brasil, em 1990; hoje, em 2014, que foi o último dado – ali, está 2011, mas foi em 2014 –, ela estava em 14 por cada mil nascidos vivos: 10 no Sul, que é a mais baixa, e 19 no Nordeste, que é a mais alta. Mas, no Nordeste, ela era de quase 80 por cada mil nascidos vivos; hoje, está em 19 por cada mil nascidos vivos. Isso no Nordeste, que é a mais alta taxa do Brasil ainda, mas também foi a que mais caiu, revelando um conjunto de efetividade de políticas públicas obviamente. Porque sempre devemos lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente parte da doutrina da proteção integral. Além de tudo a que os adultos têm direito, as crianças e os adolescentes têm alguns direitos adicionais, entre eles a primazia, a prioridade no atendimento etc.

Vamos passar ao próximo.

O segundo aqui, que está muito relacionado com o primeiro, tem incidência no primeiro, é a prevalência de baixo peso para a idade em crianças menores de cinco anos de idade. Vejam que caiu quase pela metade; aliás, mais do que a metade: era de 5,4, baixou para 1,9.

Próximo – eu tinha dito que ia apertar aqui, mas... Obrigado.

Esse dado é a proporção da população servida por esgotamento sanitário, o que é fundamental para indicadores de saúde. Vejam que a taxa brasileira total é aquela mais amareladinha, que era um pouco acima de 50% e, hoje, está um pouco acima de 70%. Ainda temos também muita coisa por fazer ali, mas, obviamente, houve também um incremento, e isso é positivo.

Próximo.

Essa é a porcentagem das pessoas residindo em domicílios com insegurança alimentar, por nível de insegurança (leve, moderada ou grave). Pode-se ver que a insegurança alimentar moderada ou grave baixou para patamares inferiores a 5%. Essa é a razão pela qual a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, já no ano passado, retirou o Brasil do Mapa da Fome. O Brasil não integra mais o Mapa da Fome, que é organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Nós temos ainda um nível de insegurança alimentar moderada, mas os casos mais graves vêm sendo reduzidos também.

Próximo.

Este outro dado também é muito importante: a porcentagem de crianças em domicílios com renda inferior a meio salário mínimo. A linha de corte da extrema pobreza é de R$77 aproximadamente. Vejam que ela caiu ali, no início dos anos 90; aumentou, ao longo dos anos 90; e, a partir de 2002, 2003, ela começa a ter uma queda significativa, o que revela uma melhoria do rendimento nos domicílios onde existem crianças no nosso País.

Próximo.

Isso é muito importante. Isso mostra que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente se universalizaram no Brasil; eles estão presentes em todos os Municípios. Há que se fazer um debate para que eles tenham efetivo poder de decisão, de discussão. Muitas vezes, eles não cumprem esse papel, mas estão presentes em todos os Municípios. Da mesma forma, os Conselhos Tutelares: praticamente universalizamos os Conselhos Tutelares em todo o Brasil.

Próximo.

Estes são alguns indicadores de educação. Vemos que a educação infantil – no caso, aqui, a creche, de 0 a 3 anos – era de 8,6 em 1995; hoje, está em 23,5. Ainda é muito baixa. Obviamente, todos nós sabemos que a criança, quanto mais precocemente é estimulada, melhor os seus aspectos cognitivos se desenvolvem. Então, é muito importante essa entrada, o mais cedo possível, no ambiente de educação infantil.

Próximo, por favor.

Este é o dado de 4 e 5 anos: saímos de 48,1 para 82,2.

Quero só fazer referência aqui, até pela minha experiência concreta de ter sido Prefeito, que é muito recente o fato de a União ter um financiamento para políticas de educação infantil. Foi só com o advento do Fundeb. Foi em 2007 ou em 2008 que nós votamos o Fundeb, acho. É muito recente – 2008, acho.

Antes do Fundeb, nós tínhamos o Fundef, que, sem sombra de dúvidas, foi um avanço importantíssimo. Mas o Fundef não financiava a educação infantil. O que as prefeituras faziam de educação infantil era basicamente com recursos próprios. Eu digo, porque fui Prefeito, de 1997 a 2004, e o que fazíamos de educação infantil... Não havia um centavo para merenda escolar; o aluninho e a aluninha não contavam para fins de repasses. Então, é por isso que eu digo: era basicamente com recursos próprios. Não havia uma política federal de financiamento para a educação infantil, que agora temos, e esperamos que, com o passar dos anos, isso venha a melhorar.

Próximo.

Ensino fundamental: praticamente se universalizou. E aqui cabe o grande debate, que sempre temos levantado, que é o problema da qualidade da educação. Eu tenho que memorizar os dados, não recordo agora, de cabeça, mas é bastante assustador, quando vemos aqueles dados que mostram o elevado número de crianças que, no fim do terceiro ano da escola, ainda não sabem ler adequadamente, não sabem escrever adequa-

damente e não sabem fazer operações matemáticas simples, como somar e subtrair. É elevadíssimo! E não só nos grotões; ocorre, inclusive, em Estados extremamente desenvolvidos da Federação. Então, isso merece uma profunda reflexão também por parte de todos que atuam na área da educação e da sociedade como um todo.

Próximo.

Ensino médio: praticamente dobrou, mas ainda é baixo – 54% só dos jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio.

Próximo.

Trabalho infantil: caiu bastante. A Bel, que está aqui, da nossa equipe, trabalha muito nessa área da erradicação do trabalho infantil, e nós vínhamos, inclusive, falando – lá do nosso ambiente de trabalho para o Senado – a respeito. O que há ali de residual são os casos mais difíceis de combater no trabalho infantil, porque, em geral, estão em espaços informais. Nos espaços formais, praticamente foi extinto.

Próximo.

Este é o ponto em que, infelizmente, nós não temos melhora; em que, infelizmente, o indicador é pior: mortes por agressão. Esses são dados do sistema de informações do DATASUS, do Sistema de Informações sobre Mortalidade. Vejam que, de 2000 para cá, tem aumentado: 36,5% é o número de jovens, entre 10 e 18 anos – o que foi considerado aqui –, com morte por agressão, cuja causa da morte foi agressão. Do total de mortes, 36,5% das mortes de jovens entre 10 e 18 anos, a causa é uma agressão. Se fôssemos abrir pela causa da agressão, a arma de fogo é a principal. Na população em geral, é 4,8. Então, é assustador. Isso mostra, corroborando o que já foi dito aqui, que o jovem, o adolescente é mais vítima do que causador de violência.

O dado é o seguinte: 0,8% dos adolescentes cumpriu alguma medida socioeducativa por ato contra a vida, digamos assim. Então, os adolescentes são mais vítimas do que agressores. Esse é um debate que se deve ter.

Acho que essa era a última.

Quero concluir dizendo o seguinte: nós ainda temos que fazer um debate mais aprofundado sobre o significado dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, sem sombra de dúvida, ele significa um avanço, ele ajuda. Não é que ele ajuda pouco, como as pessoas dizem, e nós temos que fazer uma divulgação mais ampla e também trabalhar, obviamente, em todos os níveis da Federação, Estados, Municípios, sociedade, para que ele seja implementado, efetivamente, na sua plenitude.

Obrigado, Senador Capiberibe, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vou ter que ir ao plenário votar, Senador Paim.

Eu queria fazer uma pergunta: dos 36% dos jovens assassinados, qual o percentual deles abatido por agentes de segurança? Acho que esse é um dado importantíssimo.

O SR. PEPE VARGAS – Sem sombra de dúvida, isso nos remete ao debate dos autos de resistência, que esperamos, um dia, sejam abolidos definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pelo que percebi aqui, a Deputada Erika Kokay não falou ainda, e é sempre uma satisfação ouvi-la.

Está convocada a usar a palavra neste momento.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria saudar, Senador Paim, a realização desta audiência, para conhecermos os dados que foram apontados, a percepção da população acerca do ECA.

Estamos vendo de forma muito concreta, em toda esta discussão que estamos tendo, o problema da maioridade penal. Via de regra é isto: a maioria da população quer a redução da maioridade penal porque há uma espetacularização da violência, particularmente da violência associada ao adolescente. Há uma espetacularização e uma preguiça analítica também da sociedade. Há uma resistência à reflexão na sociedade, que é fruto desse tempo, desse tempo de muita coisificação, de muito aqui e agora. Há uma lógica muito pautada pelo consumismo, muito pautada pela drogadição, inclusive, que são expressões superficializadas da própria busca de prazer. Portanto, esse é um dado dessa etapa, da coisificação do ser humano e da dominação do mercado, inclusive capturando os desejos, capturando os comportamentos, capturando a forma de se perceber, capturando todo o potencial reflexivo que deveria ter a nossa sociedade.

Digo isso porque esses dados foram largamente abordados durante a Comissão que discutiu o projeto, a PEC nº 171, na Câmara. Foram largamente discutidos, e há um bloqueio para a percepção desses dados, porque há uma construção, e não foi uma construção que se deu de um dia para o outro, mas houve uma construção na perspectiva de que algo tem que ser feito, na perspectiva de uma lógica de vingança. É uma lógica de vingança, é o vigiar e punir – o Foucault fala muito sobre isso –, mas é uma lógica de vingança.

A sociedade sabe que o sistema prisional não recupera. Ela sabe. Isso faz parte do senso comum. O senso comum diz que não há recuperação nos presídios. As pessoas falam que é escola do crime, que a pessoa sai pior do que entrou. Então, há essa percepção. E, se há essa percepção, se você tem esse nível de reintegração

nas medidas socioeducativas, que é diferenciado, porque, quanto mais a medida socioeducativa se assemelha à prisão, menos também ela recupera; e quanto mais ela está dentro dos princípios do ECA, ou seja, quanto mais ela está como medida socioeducativa, mais ela tem a possibilidade de fazer a interrupção da trajetória infracional e a ressignificação das próprias vidas.

Eu penso que nós vivemos um momento de muita dificuldade; um momento em que se buscam soluções e as soluções não passam por um processo reflexivo, porque a sociedade tem uma lógica imediatista do aqui e agora, e por isso tem essas expressões, que são sintomas disso, da lógica consumista; uma sociedade que todo dia diz para os meninos que é preciso consumir para que eles possam ser respeitados, mas não dá o direito de consumir. Ela nega. Ela estimula e nega, estimula e nega, estimula e nega o próprio consumo, e aí vamos ver que os adolescentes entram na vida infracional por infrações ou atos relacionados à droga, à drogadição, ou por crime contra o patrimônio, que são facetas da mesma coisa.

Aqui, em Brasília, foi feita uma pesquisa, há algum um tempo na única unidade de internação que havia naquela época – hoje nós temos muito mais; continuamos com um número crescente de internações, de meninos internados –, dizia-se que a maior parte do ato contra o patrimônio era para conseguir objetos pessoais, ainda maior do que as drogas, um pouco parecido com o volume de drogas, mas os meninos roubavam ou furtavam para ter o objeto pessoal e também para conseguir drogas, mas, de forma mais acentuada, os objetos pessoais.

São elementos sobre os quais temos que refletir. Temos absoluta certeza de que não é à toa que a redução da maioridade penal está sendo revista nos Estados Unidos, até porque onde foi reduzida, em alguns lugares, houve aumento da reincidência. Há um estudo do Departamento de Justiça estadunidense que aponta que há reincidência de 100% onde houve a redução da maioridade penal, ou seja, abriu-se mão para os adolescentes do sistema próprio, mas colocou-se o sistema penal de adultos em relação aos atos violentos. Houve 100% de reincidência. Então, vai aumentar, seguramente, como há essa experiência em vários locais do mundo, a violência.

O problema não é só esse. O problema é que você rompe a doutrina da proteção integral. Você tira essa doutrina. Romper a doutrina da proteção integral significa abrir uma série de brechas. Não é à toa que agora a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara está discutindo a redução da maioridade laboral. Querem que menino com 144 anos adentre o mercado de trabalho. Na verdade, você já tem a condição de aprendiz. "Mas aprendiz não serve, o trabalho enobrece, se não estiver no trabalho vai para o crime ou para a droga"! Só para criança pobre, porque os Parlamentares que defendem isso não querem que seus filhos trabalhem com 14 anos. Não querem. Não querem que seus filhos tenham carteira assinada com 14 anos, ou os seus amigos, ou os amigos dos seus amigos.

Então, são crianças pobres. Diz-se que não têm infância: ou crime/droga, ou o trabalho infantil. O trabalho infantil vem na esteira da redução da maioridade penal, na esteira da espetacularização da violência protagonizada por adolescentes. É a espetacularização construída todos os dias. Precisávamos ter – acho que fizemos isto – noção de como nós estamos vivendo tempos duros nesse momento, tempos com tantas nuanças, que nos lembram que não fizemos o luto da ditadura, com tanta lógica. Há uma lógica fascista em curso. Uma lógica fascista. É uma lógica fundamentalista, as respostas são muito fundamentalistas. Não estou falando só do fundamentalismo religioso. Estou falando do fundamentalismo patrimonialista, do fundamentalismo punitivo. Há um fundamentalismo punitivo, que é a resposta *fast-food*, a resposta fácil de ser concedida. Quando o gestor diz que é preciso recrudescer as medidas ou que é preciso reduzir a maioridade penal, ele está dizendo: "Estou dando uma resposta para a insegurança das sociedade que sei que não resolve".

Ministro, os Deputados que defendiam a redução da maioridade penal, todos eles diziam, ou a sua grande maioria: "Eu sei que não vai resolver o problema da violência reduzir a maioridade penal, mas temos que dar uma resposta para a sociedade, temos que acabar com a impunidade", uma impunidade que foi criada miticamente, que foi criada de forma fantasiosa.

Digo, e encerro com isto, que nós buscamos dar respostas a uma sociedade muito imediatista, a uma sociedade que cobra respostas, mas que não tem espaços de reflexão – porque não temos espaços de reflexão realmente –, muito pautada pelo consumo, e os Parlamentares gestores fazem isso.

Penso – e encerro com este raciocínio – que deveríamos desviar o foco, ou tentar desviar. Temos que construir uma narrativa, porque também tivemos dificuldade de construir a narrativa. Fomos construindo no curso, fomos construindo a narrativa de que há impunidade, que os adolescentes são punidos, e punidos gravemente. Se se comete um homicídio simples, você pode ficar um ano – seis anos pode ser a pena, a sentença para um adulto que comete um homicídio –, você pode cumprir um ano. Um ano! E o adolescente cumpre até três, ou cumpre três, ou pode cumprir até mais, se fizer uma outra infração no curso.

O que quero dizer com tudo isso é que fomos construindo essa narrativa no curso do ataque e precisamos ter uma narrativa construída para que possamos fazer frente a isso. E um dos aspectos é a responsabilização dos gestores – já encerro, Senador. Nós temos que responsabilizar os gestores. Nós não podemos ter na Cons-

tituição que há uma prioridade absoluta, que é a única prioridade absoluta constitucional, e essa prioridade absoluta ser uma norma programática, e não uma norma a ser efetivada. Precisamos fazer com que os gestores prestem contas sobre os seus planos, façam planos em defesa dos direitos da criança e do adolescente, prestem contas sobre eles e sejam responsabilizados se não estiverem atendendo ou cumprindo esse plano de metas, para tirar da norma programática e para dizer: isso resolve. Muitas vezes os adolescentes não tiveram acesso às políticas públicas, e vão ter na media de internação, ou na medida socioeducativa, particularmente em meio aberto. É ali que ele vai ter a relação de uma política pública dentro da lógica de proteção.

Por isso, esses são os desafios que estão postos. Como já enfrentamos tantos desafios, penso que vai ser necessário que possamos fazer, de fora para dentro, uma pressão. A Câmara não é conservadora, eu acho. Conservador é manter o que se tem. Ela é reacionária, de reações, de retrocesso, e isso vai se expressar em todos os lugares. Estamos vendo agora, vivendo agora – acabamos de enfrentar na CCJ, há pouco tempo, a maioridade penal – a maioridade laboral. E assim vai ser: romper definitivamente a doutrina da proteção integral.

Por isso estamos aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada Erika Kokay.

Na sequência, depois volta à Mesa, para suas considerações finais, passo a palavra ao jovem Israel Victor de Melo.

O SR. ISRAEL VICTOR DE MELO – Olá! Boa tarde!

Sou Israel, sou formado pelo Projeto Onda, atuante, militante do movimento negro LGBT.

Fui convidado para fazer uma fala. Escrevi um texto para tentar ser breve. O título dessa provocação é: "Que sentença o Parlamento brasileiro quer dar aos seus adolescentes?", para tentarmos construir o pensamento de que a redução da idade penal é mais uma vez um projeto de histórico racismo, que o Brasil perpetua.

O Brasil sentenciou, historicamente, a sua população negra à privação de direitos fundamentais, tais como acesso à educação e à moradia. Na última década, o Estado brasileiro assumiu o que é racismo em nosso País, e atualmente tentamos reparar e estabelecer um patamar de igualdade racial. No entanto, os constantes ataques racistas se enveredam em diversos meios: no futebol, na tevê, no jornalismo, na literatura, no cinema. A rede de internet tem sido um espaço de disseminação de discursos de ódio, intolerância e preconceitos.

Parabenizo aqui a iniciativa Humaniza Redes, promovida pela Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos.

Em 1998, o Brasil promulgou a atual Constituição Federal. Dois anos depois, deu importante passo para a efetivação de direitos das crianças e dos adolescentes com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Bastaram três anos para que parte do Parlamento, em resposta, apresentasse o Projeto de Emenda Constitucional de redução da idade penal, também conhecida como PEC nº 171, de 1993, de autoria do Deputado Benedito Domingos, do extinto Partido Trabalhista Reformador do DF.

O discurso a favor da redução, que tenta se sustentar na lógica da punição e da vingança, é odioso e tem direção evidente. Já sabemos que a maioria dos (as) adolescentes em conflito com a lei é negra e de periferia. O ECA, no Capítulo IV, já estabelecia as medidas socioeducativas. Mesmo assim, os discursos odiosos e intolerantes se difundem.

Em 2012, a lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi aprovada. No mesmo ano, a PEC nº 33, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo, foi também apresentada. Ela quer alterar os arts. 329 e 328 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo que prevê a possibilidade de desconsiderar a imputabilidade penal de maiores de 16 anos e de menores de 8 anos, caso em que será o juiz que decidirá se o adolescente tem capacidade para responder sobre seus direitos.

Pesquisas mostram que pouco menos de 1% dos crimes cometidos são de autoria de adolescentes, que os crimes realizados por adolescentes não são de maioria hediondos, que o índice de reincidência é menor do que o prisional e que a redução não é solução.

Nesse sentido, enquanto o sistema prisional brasileiro se sustenta na punição, em que bandido bom é bandido morto e polícia boa é a militarizada e truculenta, o ECA e o Sinase se norteiam para garantir que haja punição, responsabilização, sim, mas que sobretudo sejam resguardadas as reinserções na sociedade e a proteção integral desse adolescente negro e pobre, que já violentado é por um Estado e sociedade marcados pela obra da escravidão e do colonialismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a fala do jovem Israel Victor de Melo.

Muito bem, Israel! O cumprimentos da Mesa e tenho certeza que de todos aqueles que assistiram à sua breve palestra, mas com conteúdo fundamental de combate a todo tipo de preconceito.

Parabéns!

Agora vamos conceder à Mesa três minutos para as considerações finais, mas, antes, o Ministro Pepe fará aqui uma saudação, porque ele vai ter que se retirar. Depois eu passarei, de três a cinco minutos, às saudações da Mesa.

O SR. PEPE VARGAS – Obrigado, Senador Paim.

De fato, tenho que ir, tenho outro compromisso, mas queria parabenizá-lo pela iniciativa de ter feito esta audiência pública. Como já disse no início, é sempre um momento importante para reflexão e para que sejam colocadas informações importantes para a população brasileira.

Eu queria parabenizar o Israel pela fala. Acho que você abordou, de forma bastante concisa, o tema pelo qual estamos todos aqui preocupados. Parabenizo-o pela tua intervenção. Chamo a atenção para o fato de que meu avô materno chamava-se Israel.

Acho que é isso mesmo. Precisamos que a juventude se manifeste cada vez mais.

Nesse processo todo das mobilizações que aconteceram, vimos muitas organizações da juventude brasileira cumprindo um papel ativo no debate sobre a redução. Como o debate não encerrou, não está concluído ainda, eu queria estimulá-los a continuar nessa luta, porque esperamos poder impedir esse retrocesso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ministro Pepe.

Vamos agora às considerações finais do Thiago Cortez Costa, Assessor da Secretaria de Transparência do Senado Federal

O SR. THIAGO CORTEZ COSTA – Agradeço novamente ao Senador Paulo Paim.

Acho que os comentários da pesquisa foram bem no ponto mesmo, sobretudo os comentários do Ministro Pepe, da Drª Vanessa e da Drª Marta. Eles apontam para o fato de que, quando a população, na verdade, fala que não conhece ou que conhece pouco o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao mesmo tempo em que ela julga que o Estatuto protege pouco o adolescente, na verdade, o pano de fundo dessas opiniões manifestadas na pesquisa é que a população, em primeiro lugar, tem a noção de que a lei, por si só, não produz efeito prático. Daí o papel da Justiça e dos demais órgãos de proteção à criança e ao adolescente. Então, em primeiro lugar, a população tem a noção de que a lei, por si só, não produz efeito prático. Em segundo lugar, quando ela demonstra pouco conhecimento da legislação e ao mesmo tempo sente que a legislação não está protegendo a criança e o adolescente, na verdade é porque a população lida e convive diariamente com problemas que ainda não foram sanados. Portanto, para não colocarmos em cima da legislação o peso de vários indicadores que ainda precisam ser melhorados, acho que precisamos ter a compreensão de que, na verdade, quando a população se manifesta dessa forma, não é que queira jogar o Estatuto, ou queira condenar o Estatuto, mas, principalmente, ela está apontando, por meio dessas opiniões, que existem muito problemas que ainda precisam ser sanados no País e que ela convive diariamente com eles. É um adendo que faço aos comentários.

Acho que a fala de todos os expositores aqui faz um pouco, eu não chamaria de redenção, mas a defesa do ECA nesse prisma, mostrando sobretudo os avanços que foram possíveis por essa legislação, que completa agora 25 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Thiago Cortez Costa.

Agora, Marcos Ruben de Oliveira, também da Secretaria de Transparência do Senado Federal.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Bom, uma consideração interessante a fazer é que a pesquisa de opinião, quando buscamos ouvir o cidadão brasileiro sobre o que ele pensa, estamos fazendo metade do trabalho do objetivo dessa pesquisa, porque a outra metade se cumpre aqui. Quando a opinião pública é dada a conhecimento, daí surge o debate.

A partir desse retrato que podemos tirar da opinião da sociedade hoje sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o fato de o nome "Estatuto" ser bastante conhecido, mas ainda assim as pessoas reconhecerem que têm pouco conhecimento sobre o tema e as opiniões sobre a punição e sobre a vitimização, além de ela retratar a opinião do brasileiro, mostra também que pode encaminhar o trabalho tanto do Legislativo, do Parlamento quanto do próprio Poder Executivo no sentido de quais ações devem ter mais ênfase em termos de divulgação e de dar a conhecer para a população, para que o quadro real da sociedade em que vivemos seja de fato conhecida pela população

Estamos na segunda edição dessa pesquisa e observamos alguma mudanças no pensamento da sociedade ao longo do tempo. Essas mudanças não refletem nada mais do que o que a sociedade observa e o que a sociedade recebe como notícia, como informação em seus lares.

O objetivo, realmente, foi esse. Acho que ele está sendo cumprido e vai ser tão mais bem cumprido quanto mais consigamos dar a conhecer os resultados que foram aqui apresentados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador de Controle Social na Secretaria de Transparência do Senado Federal.

Para encerrar nossos trabalhos, convidamos a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Drª Vanessa Fusco Nogueira Simões.

A SRª VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES – Senador, eu gostaria de agradecer mais uma vez a gentileza do convite. Estendo este agradecimento aos senhores membros da Secretaria de Transparência do Senado Federal, que foram encarregados de realizar a pesquisa, também às suas parceiras que aqui estão. Não estão à mesa, mas estão vendo o fruto do seu trabalho. Tenho certeza de que foi um árduo trabalho para poder chegar a esses dados.

Sinto-me, como disse, muito satisfeita de poder ter esses dados em mão e conseguir ter uma tarde como esta, Sr. Senador, de reflexão para nós todos sobre o tema.

Essa pesquisa, antes de tudo, trouxe-nos uma oportunidade para o debate. Essa oportunidade é sempre bem-vinda, principalmente em se tratando de temas tão sensíveis como esse do encarceramento.

Já diziam os estudiosos do Direito Penal que a crença do brasileiro, do nosso País é a de que o encarceramento ou o Direito Penal realmente é a única solução, ou só se é punido, ou só se tem a sensação da punição se houve o encarceramento. Por isso, quem sabe, talvez por essa crença, nós tenhamos hoje essa população carcerária massiva, essa superlotação. Na realidade, são jovens que muitas vezes não tiveram atenção básica e que chegaram onde estão, depois de passar pelo sistema socioeducativo e, muitas vezes, estão lá, nos nossos presídios.

Agora temos mais um tema para debater, referente aos filhos das mulheres que estão presas. Eles também estão lá, dentro das penitenciárias ou dos presídios femininos. Esse é um tema também cujo debate eu gostaria muito de continuar.

Encerro, agradecendo a oportunidade, Senador, e parabenizando esta Comissão pela oportunidade de estar aqui e também pela excelência do debate que aqui se deu.

Muito obrigada e uma boa-tarde a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Vanessa Fusco Nogueira Simões, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Normalmente, quando passamos a palavra para os expositores, nós não voltamos mais para o Plenário, porque eles já fizeram as considerações finais. Houve uma senhora que se inscreveu, mas se inscreveu agora, já no encerramento de cada um dos nossos convidados. Teria que ter feito esse pedido antes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu pedi ao Plenário. Só havia um jovem ali. Só chegou ele para mim. Não chegou mais ninguém. Como não chegou mais ninguém, segui o procedimento natural de passar a palavra ao Ministro e aos convidados para o encerramento, mas assim mesmo vou permitir que você faça uma saudação neste momento. Se puder fazê-lo em dois minutos, ajudaria muito. Dois, três minutos.

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Está bem.

Eu, realmente, tentei antes. Não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas por que não chegou?

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Na verdade, eu perguntei se havia possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos demitir toda a assessoria, então!

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Não, tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisa demitir ninguém? Não? Quero saber sua opinião: demito ou não demito?

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está assegurado.

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Eu não sou punitiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela salvou vocês todos!

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Eu sou socioeducativa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lá!

A SRª MÁRCIA ACIOLI – É porque, realmente, a inquietação foi profunda.

Esse momento é importante para todos nós. No entanto, nós estamos falando para nós mesmos. Creio que todos nós aqui estamos convergindo para a questão da defesa desse instrumento jurídico que é fundamental. Sempre foi.

Agora, eu queria comentar um pouco a pesquisa. Diferentemente dos outros, eu não me surpreendi. Esse resultado tem sido muito similar ao que a mídia tem falado o tempo inteiro: que as pessoas querem reduzir a

idade penal, blá-blá-blá. O que me preocupa com essa pesquisa é que ela pode ser munição. Oitenta por cento querem rebaixar a idade penal. Isso me preocupa profundamente. Eu não estou nem um pouco feliz.

O que eu acho que falta é uma pesquisa que trate de como o Poder Público deve realizar cada um dos artigos que está no ECA.

(Soa a campainha.)

A SRª MÁRCIA ACIOLI – Quando colocamos o ECA no foco dessa forma, nesse momento eu acho extremamente perigoso e não fico nem um pouco feliz. Acho que quem está agora no centro, que deveria estar no centro é o Poder Público, que não implementou na íntegra todos os artigos. Por quê? As medidas socioeducativas não são uma coisa pinçada, fora da lógica de um instrumento complexo. Elas estão dentro de um instrumento complexo.

Eu queria falar dessa ansiedade porque, diferentemente de todo mundo, eu não fiquei feliz. Acho que esse momento é muito delicado e perigoso para esse tipo de, enfim, não é nem desse tipo de pesquisa, mas de colocar o ECA no foco dessa forma. Acho que quem deve estar sendo avaliado é o Poder Público, que ainda não cumpriu o ECA na íntegra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, pelas suas considerações finais.

Não é uma correção, só um esclarecimento: nós não estamos falando aqui para nós mesmos, não. Temos a TV Senado. Sabe que, no Brasil, há mais de 200 milhões de habitantes. Vamos dizer que 1% veja. Isso significa que 2 milhões de pessoas estão ouvindo, ou seja, 1% da população.

Esse é um dos objetivos das audiências públicas. As audiências públicas, muitas vezes, lotam o auditório, mas não estou muito preocupado se está lotado ou não o auditório, mas, sim, com a qualidade dos painelistas, porque eles estão falando para o Brasil, pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela Agência Senado.

Quanto às pesquisas, só para ajudar também no debate, até fiquei feliz. Sabe qual foi o resultado da pesquisa que recebi aqui? Foram 90%, 95%. Isso significa que, com o debate, ela já baixou para 80%. É um debate intenso que a sociedade está fazendo. Eu vou ficar mais feliz quando baixar para 50%, quando baixar para 30%, quando baixar para 20%, quando baixar para 10%. Esse dado aqui me surpreendeu positivamente, porque o dado que é usado, só para esclarecimento, no plenário é que 95%... São Paulo parece que deu 98%. Felizmente, começamos a suscitar o debate e estamos percebendo que o percentual está diminuindo.

Então, vale a pena debater? Claro! A senhora tem razão: não se deve ficar calcado na pesquisa, e cada vez mais o Poder Público deve trabalhar no sentido de que o lugar da criança é na escola e o que temos que fazer para atingir os objetivos, mas estamos avançando.

Nos debates aqui, no Senado, em que painelistas falaram contra ou a favor da diminuição da responsabilidade penal, ganhamos todos os debates. Todos. Esse é o resultado de uma pesquisa que estou fornecendo, de 10 a 1, pela qualidade dos convidados, tanto aqui quanto na CCJ.

Por fim, eu queria só cumprimentar todos pela exposição, pelo trabalho feito, fidedigno, da Secretaria de Transparência do Senado Federal, que nos traz uma série de dados em relação aos quais temos que trabalhar de forma propositiva, afirmativa, para ampliarmos a nossa visão em defesa das crianças e dos adolescentes.

Também cumprimento nossas convidadas especiais, tanto a Drª Marta, que já saiu, quanto a Drª Vanessa, que está aqui e que me presenteou com este livro. Achei o tema interessantíssimo. Um tema que foi a tese do doutorado dela: *Filhos do Cárcere*. São aquelas crianças que nascem dentro dos cárceres, e muitas vezes não há o olhar devido por parte da sociedade. Vou ler com muito carinho. Já me comprometi com ela de fazermos uma audiência pública com esse tema. Discutiríamos a questão dos filhos dos cárceres e já a situação das mulheres nos cárceres. Chegam denúncias para nós de que mulheres são colocadas no mesmo espaço do homem em presídios deste País. Ainda, infelizmente! Temos denúncias gravíssimas nesse sentido.

Drª Vanessa, vou ler o livro. Eu o recebi com muito carinho, com muita atenção, e vamos fazer um outro debate sobre a questão.

Quero, por fim, cumprimentar o Ministro Pepe Vargas, que fez aqui uma apresentação belíssima. Eu o ouvi em parte, com conteúdo, com argumentos, com dados, o que só nos ajuda a trabalhar mais em defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Agradeço a todos vocês que estão aqui, que prestigiaram este evento. Sempre digo que essa luta é toe todos nós. Se nós não fizermos, ninguém fará por nós.

É muito fácil para alguns, que são favoráveis, por exemplo, a que a responsabilidade penal chegue a 8 anos de idade, é muito bom quando não se trata dos filhos deles. Se fossem os filhos deles numa situação como essa, eles pensariam de forma diferente, e nós temos que pensar nos filhos de todo o povo brasileiro.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia três de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e do Senador não membro Jorge Viana. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 94, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "A situação dos Haitianos no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Senador Jorge Viana; Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre; Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – Ministério das Relações Exteriores; Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça – Ministério da Justiça; Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenador do Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego; José Maria de Almeida, Membro da Coordenação Nacional do CSP – Conlutas; Alix Georges, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre; Fedo Bacourt, Representante da União Social dos Imigrantes Haitianos; Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Gabriel Elias, Representante do Jubileu Sul; Anderson Carvalho, Conselheiro e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: realizar audiência pública na CDH para debater sobre as missões humanitárias brasileiras de paz no mundo, com a presença do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezessete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 94, de 2015-CDH, de minha autoria e de outros Srs. Senadores, para discutir a situação dos haitianos no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (*link* www.senador.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu fiz uma leitura rápida, mas está ali no visor da TV Senado essa indicação.

Eu queria, de pronto, antes mesmo dos demais convidados chegarem, convidar a compor a Mesa o 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Jorge Viana, que conhece essa questão, vem acompanhando o seu desenrolar e, com certeza, vai dar uma grande contribuição aos nossos debates. (*Palmas.*)

Quero convidar também o Secretário de Direitos Humanos do Estado do Acre, ex-Deputado Federal – fui Deputado junto com ele –, Nilson Mourão, que, inclusive, é o 1º Suplente do Senador Jorge Viana, e que tem vivido essa questão como ninguém, eu diria, lá, no Estado do Acre. Por isso, eu também quero convidá-lo a compor a Mesa. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, meu sempre Deputado, Secretário de Direitos Humanos do Estado do Acre!

Convido também o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Como teremos três Mesas, vamos organizar aqui.

Eu fiz questão de, nessa primeira Mesa, focar mais nas questões do Executivo e dos setores do Executivo, independentemente do Estado, para que, na sequência, nós possamos ouvir as entidades e os próprios companheiros haitianos.

Assim, convido aqui, por sugestão do 1º Vice-Presidente, o Sr. Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça, aqui representando o Ministro da Justiça.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Essa seria, então, a composição da nossa primeira Mesa.

Eu peço que a nossa Secretaria ordene as outras duas Mesas.

Eu vou fazer uma pequena introdução, como fazemos sempre, situando os que estão assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio Senado, enfim, acompanhando pela Agência Senado os nossos trabalhos de hoje.

Essa abertura que eu faço, como sempre explico, é feita pela Consultoria, dando a quem está assistindo uma visão dos fatos que serão aqui eixo do nosso debate.

O terremoto que atingiu o Haiti em 2010 fez mais do que derrubar prédios, matar trezentas mil pessoas e deixar um milhão e meio de desabrigados. O terremoto de 2010 levou ao chão o sonho e a esperança de um futuro melhor em um país que enfrentava grandes dificuldades muito antes desse desastre.

Cinco anos após o tremor de terra, a reconstrução do Haiti avança devagar. O desemprego é altíssimo e a maioria da população vive em situação considerada de pobreza. Esse cenário triste está muito longe de mudar. É natural, portanto, que os haitianos busquem melhores oportunidades de vida em outros países, entre eles o Brasil.

A audiência pública de hoje vem tratar da situação dos imigrantes haitianos em nosso País. Ela colocará em debate problemas e soluções para um tema cada vez mais relevante no cenário nacional e, eu diria até, internacional.

Estima-se que cerca de 50 mil haitianos vivam atualmente no Brasil . A maioria deles percorreu mais de seis mil quilômetros, atravessando cinco países e a selva amazônica, até cruzar a fronteira brasileira no Acre. Por isso, o Governo do Acre está aqui representado.

Trata-se de uma jornada sofrida, em que os viajantes são submetidos à extorsão, ao cárcere privado e até a abuso sexual . Quem consegue chegar ao Brasil está sem dinheiro, com fome e, em muitos casos, doente.

Senhoras e senhores, cruzar a fronteira brasileira não marca o fim da jornada dos haitianos. Ali começa uma nova travessia, em um caminho cheio de obstáculos. O primeiro deles é o idioma. O francês e o crioulo – línguas oficiais do Haiti – não são falados no Brasil, dificultando a comunicação entre haitianos e brasileiros. Outra barreira é a dificuldade que as três esferas de governo têm tido em coordenar ações para auxiliar os imigrantes. As autoridades governamentais ainda não conseguiram estruturar políticas públicas eficientes para apoiar os haitianos no Brasil.

A infraestrutura para acolhida dos imigrantes é inadequada, com abrigos superlotados e em precárias condições de higiene.

Além disso, a emissão de documentos como a carteira de trabalho é morosa, embora esse quadro deva mudar em breve: o Ministério do Trabalho autorizou as prefeituras a emitirem carteiras de trabalho para imigrantes, o que deve tornar mais ágil a obtenção do documento. A ausência de um apoio governamental faz com que passem fome, miséria, desemprego, condições quase subumanas.

Gostaria de abrir um parêntese para destacar que a situação desses imigrantes só não é pior graças a organizações sociais como a Missão Paz, em São Paulo, e o esforço feito por alguns governos, entre os quais o do Acre e outros, como o do Rio Grande do Sul e o próprio São Paulo.

Há, pelo Brasil, diversos casos de haitianos vítimas dessa atividade lamentável, mas vou citar aqui um caso ocorrido na cidade de São Paulo. No ano passado, doze haitianos e dois bolivianos foram resgatados de uma confecção onde trabalhavam por até 15 horas diárias, seis vezes por semana. Essas pessoas viviam em alojamentos totalmente insalubres, enfim, uma situação análoga ou até de trabalho escravo.

Não podemos esquecer também que os haitianos, como outros migrantes, têm sido alvo da violência, do preconceito e da xenofobia de alguns brasileiros. Tal atitude fere a dignidade humana, além de manchar a imagem do Brasil. A maioria esmagadora da nossa população é formada por imigrantes africanos, asiáticos e europeus. É essa mistura cultural que faz a força deste País, que o torna grande no cenário mundial.

Os haitianos que chegam ao Brasil vêm para somar, para trabalhar e crescer junto com o restante da Nação.

O debate de hoje é importantíssimo para identificarmos caminhos que conduzam essas pessoas a uma vida digna, livre da exploração, do preconceito e da violência.

Essa é uma rápida introdução, para situarmos a condição dos haitianos no Brasil mediante as denúncias que chegaram a esta Comissão.

Temos aqui, na primeira Mesa, Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre; o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça.

Vamos, depois, em seguida, compor a segunda Mesa: Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Alix Georges, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre; Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenador do Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego; José Maria de Almeida. membro da Coordenação Nacional do CSP-Conlutas, um dos que provocaram este evento; e o Padre Paolo Parisi, responsável pela Pastoral do Imigrante do Estado de São Paulo.

Como temos só três nesta Mesa, eu queria convidar para que fiquem quatro em cada Mesa, o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SDH), Dr. Paulo Roberto Martins Maldos, se estiver presente.

Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Padre Paolo não chegou ainda? Não. Tudo bem.

Eu passaria a palavra, primeiramente, para que dê um quadro geral e depois as entidades falarem e os líderes haitianos, ao Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em seguida, passaremos a palavra ao Secretário Nacional de Justiça e, depois, ao Nilson Mourão e o Senador fala na hora em que achar melhor. Você quer falar na abertura? É praxe nesta Comissão que Senadores e Deputados escolham.

Eu abro, Senador, porque normalmente ninguém quer falar primeiro.

Senador Jorge Viana se dispôs a ser o primeiro a abrir a nossa audiência pública.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bem, Sr. Presidente Paulo Paim, quero cumprimentar todas e todos.

Nós estamos, hoje pela manhã, iniciando o nosso período legislativo, o segundo semestre deste ano. E, na condição de 1º Vice-Presidente do Senado, sinto-me muito honrado de estar aqui iniciando o trabalho deste segundo semestre com esta agenda, com esta pauta e com este tema e nesta Comissão. Queria cumprimentar a todos.

Como foi dito aqui, o José Maria de Almeida foi um dos que tiveram a iniciativa, mas todas as entidades que tiveram a iniciativa desta audiência... Sou autor de requerimentos para outras audiências que já ocorreram aqui no Senado e ainda de outras que ocorrerão vinculadas a esse tema.

Quero cumprimentar nossos irmãos haitianos que estão aqui e todas as entidades da sociedade civil, cumprimentando todas elas pela disposição em ajudar a lidar com temas tão delicados como este, que, cada vez mais, se firma como um desafio para o mundo inteiro. Quem acompanhou o noticiário desta última semana – para não ir muito longe –, do mês passado era tão grave ou mais grave ainda, deparou-se com uma situação em que a França e a Inglaterra estão vivendo com imigrantes na entrada do Canal da Mancha,uma situação que ganhou o noticiário do mundo inteiro de difícil solução. Sabem também dos problemas que não apenas a Europa, mas a Ásia e todos os continentes do mundo estão vivendo no que diz respeito a esse tema.

Quero cumprimentar o Presidente Paim e, de maneira muito especial, cumprimentar o Beto Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça. Aproveito para reconhecer aqui que, desde que eu trabalhava no assessoramento jurídico na Presidência de República, ele sempre teve uma sensibilidade extraordinária com esse tema, lida com esse tema há anos, desde que quando nós, no Acre, começamos a viver esse drama da entrada de haitianos pelo Acre.

Quero também cumprimentar o Embaixador Carlos Alberto Simas pelo trabalho que faz. Agora, neste fim de semana, a equipe dele nos ajudou a enfrentar um problema específico também humanitário de uma brasileira na Bolívia.

Quero cumprimentar o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Paulo Roberto Martins Maldos, aqui conosco.

E deixei por último o Secretário de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, ex-Deputado Estadual e Federal, uma pessoa que tem uma vida também dedicada às causas humanitárias, é meu 1º Suplente aqui no Senado e tem trabalhado com essa questão no Acre. Ainda bem que temos uma figura como Nilson Morão à frente desse desafio do nosso Estado.

Queria começar, rapidamente, dizendo que acompanho com muitíssima preocupação, porque fui Governador do Acre por oito anos, essa situação da entrada dos haitianos no Brasil pelo Acre, que começou no final do ano de 2010, ainda no governo do ex-Governador Binho Marques, quando tivemos a primeira chegada de um grupo de haitianos via Peru, entrando por Assis Brasil e se instalando em Brasileia, onde se tem a base da Polícia Federal e a presença do Estado brasileiro, com alguns órgãos que trabalham o desembaraço aduaneiro no nosso País.

De lá para cá – o Secretário certamente vai apresentar os números – são quase 40 mil haitianos que passaram pelo Acre. Quarenta mil! Está muito próximo desse número, se já não foi ultrapassado agora, nesse mês de julho.

Quarenta mil haitianos passando por um Estado; 40 mil haitianos é um número que se ficasse no Acre, numa cidade só, seria a terceira cidade do Estado que tem 22 cidades. Seria a terceira maior cidade do Estado. Mas, obviamente, os haitianos não foram para o Acre; eles estavam passando pelo Acre porque o objetivo deles sempre foi o Centro-Sul do País.

Daí uma primeira observação: acho muito inapropriado, até um desrespeito com o Estado do Acre, a maneira como setores da imprensa e até algumas autoridades brasileiras têm tratado essa questão, como se o Acre estivesse trazendo, importando haitianos e dali mandando para São Paulo, para incomodar prefeitos, governadores, enviando ônibus de haitianos.

Essa é uma situação muito injusta, que mascara um trabalho humanitário extraordinário feito pelo Governador Tião Viana, pelo Governo do Estado, porque lá não tinha outra entidade, nem civil, nem da sociedade civil, nenhuma, e nem de qualquer outra organização do Estado brasileiro, que não fosse exclusivamente o Governo do Estado assumindo, dando de comer, dando acolhida, dando um abrigo para dormir e, mais ainda, fazendo a intervenção junto ao Governo Federal para que respeito fosse dado a essas pessoas: um documento, um acolhimento no nosso País.

Foi assim que trabalhamos desde 2010 até agora. E, lamentavelmente, parece que as versões que vão ficar – por isso estou falando aqui, certamente, estamos ao vivo no Senado – dessa história...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao vivo para todo o País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...é que os salvadores da Pátria apareceram; e vai ser diminuído o papel... Talvez pelo Estado do Acre ser um Estado pequeno, que está ali na parte mais ocidental da Amazônia, não se vai fazer o registro adequado do trabalho do Governador Tião Viana, do trabalho da equipe da Secretaria de Direitos Humanos. Só quem andou lá, só quem passou por lá sabe o que é, para um Estado que não tem preparo e não tem gente treinada, ficar num abrigo com mil e quinhentas pessoas. Que tal? Um mil e quinhentas pessoas que não avisam a hora que chegam nem a hora que vão sair, como chegam ou com quem chegam, não importa se é sábado, sexta-feira à noite, domingo, feriados. Chegam ali e precisam comer, dormir, precisam de algum cuidado.

Até hoje nós não tivemos nenhum conflito de maior proporção. Recentemente, pessoas que se dizem ligadas à imprensa – a gente até questiona, mas eu não estou para isso – tentaram forjar, foram várias tentativas de forjar, políticos fazendo mau uso, situações que pudessem expor o Estado do Acre. Foi um milagre não ter ocorrido uma tragédia desde 2010. Um milagre! Porque essa quantidade de pessoas passando num lugar... Que maior campo de refugiado tem na América do Sul do que um pelo qual passaram 40 mil pessoas? Eu não conheço nenhum outro. Se os senhores conhecerem algum outro aqui na América Latina, um campo de refugiados pelo qual passaram mais de 40 mil pessoas nos últimos três anos, eu gostaria de tomar conhecimento. Não conheço. Pelo nosso passaram. Eu não posso chamar de outro nome, de outro termo. Não posso dar outra terminologia.

Tivemos uma ajuda extraordinária, por mais que em alguns momentos houve falhas, de membros do Governo Federal e da própria estrutura do Governo Federal. Ressalto aqui que, quando Beto estava na Casa Civil, ele foi pessoalmente, montou força-tarefa. Isso também não ganhou os noticiários. Depois, o próprio Ministério da Justiça...

O certo é que, por puro milagre, nós não tivemos uma tragédia maior do que este flagelo humano, de 40 mil pessoas chegarem, exploradas por um coiote – isso também deveria ser o centro desta discussão –, exploradas por negociantes, por comerciantes, por traficantes de pessoas, que pegam essas pessoas às vezes na fila da Embaixada no Haiti, oferecem facilidades.

E tudo o que criamos de facilidades pelo Estado, pelo Governo brasileiro é bom que se diga. Chegaram ao Acre e, em três dias, quatro dias, estavam com carteira de trabalho e com visto para entrada no País; na maioria dos casos. Esse foi um esforço das autoridade brasileiras, do nosso País. Que outro País do mundo faz isso? Pegou-se inclusive na ideia do desastre ambiental que houve no Haiti, porque como é que vai se dar, como é que vai se tipificar esse imigrante? É um imigrante clássico? É um imigrante que está pedindo refúgio? Não. O

Brasil, com essa generosidade – e às vezes eu lamento a gente estar perdendo e substituindo a generosidade por intolerância –, o Brasil generoso que me orgulha pegou e falou: vamos levar em conta que o terremoto vivido criou um desastre natural, desarranjou o país. Com base nesse terremoto, nós vamos dar, sim, o direito provisório de entrada dessas pessoas no Brasil.

Esse foi um dos arranjos feito, Senador Paulo Paim, para se dar um documento àqueles que chegaram sem avisar, que saíram de lá e foram para o Panamá, do Panamá para o Equador, do Equador, pelo Peru, por rodovia, até chegar ao Acre. Essa é a rota. Quanto custa isso? Dois mil dólares. Três mil dólares. É pago. É pago. É fruto de uma exploração. Para poder chegar, pagam. Depois que chegam, tudo passa a ser de graça. Lá no Acre, comida, hospedagem – não podia ser diferente –, documentação, acolhimento e mais ainda a busca de encontrar um local, um endereço para esses irmãos nossos seguirem sua viagem e cumprirem seus objetivos.

Quantos negócios nós fizemos com as empresas do Sul no Acre, o Governo. Não saíram na imprensa, não estão registrados nas memórias. Agora estão registrados aqui nesta Comissão como estão em outras do Senado. O Governador ligava para empresas: "Olha, chegaram haitianos. Eu sei que vocês aí no Sul estão querendo recebê-los". E aí se negociava ônibus das empresas. As dezenas, as centenas, os milhares, nesses três anos e meio, chegaram ao Acre, pegavam os haitianos e levavam para trabalhar nas empresas.

O quadro econômico do Brasil mudou e, de uns tempos para cá, São Paulo, cidade mais rica do País, a mais tolerante cidade do País, começou a reclamar. A tolerância paulistana começou a reclamar porque chegaram 300, 400 haitianos e ninguém avisou! E os mil que chegam por semana ao Acre e ninguém avisa? Onde é que estão?

Gente, nós estamos lidando com um problema que é de todos. É de São Paulo, a cidade mais rica, e de Brasileia, de Assis Brasil, uma das mais precárias do ponto de vista comparativamente a São Paulo.

Então, eu estou fazendo esse... não é bem um desabafo, mas esse preâmbulo todo para, pelo menos, a gente pôr a versão verdadeira. Depois, podem vir as outras versões. Nós estamos botando em cima de fatos concretos que aconteceram no Acre. Que Estado brasileiro está preparado para receber 40 mil imigrantes em três anos? Alguém se propõe? Se algum Estado brasileiro se propor a receber, eu faço um desafio: receba, experimente. O nosso Estado recebeu. O Acre recebeu. E até agora não houve um elogio ao Governador Tião Viana. Houve ação na Justiça, houve tentativa de desmoralização nas capas da grande imprensa nacional por pura desinformação.

Então, eu encerro, Paim, agradecendo a oportunidade e fazendo um reconhecimento. De lá para cá, várias tentativas foram feitas pelo Governo brasileiro. A Presidenta foi ao Haiti mais de uma vez. Tentou-se uma, duas, três vezes. Eu sei que agora está se fazendo o último esforço. O próprio Ministro José Eduardo Cardozo está visitando, pessoalmente, os países – nem sei se posso dizer isto, mas sei que é assim –, para ver se encontra uma maneira de barrarmos esse tipo de entrada, que é perigosa, ilegal e injusta, pois explora o ser humano. Nós não podemos permitir a exploração de 40 mil pessoas. Façam a conta: US$2 mil, US$3 mil por cada pessoa que passou e multipliquem por 40 mil. Se fizerem a conta rápido, chegarão a algumas dezenas de milhões de dólares.

E o que está acontecendo? O Governo brasileiro, a Presidenta Dilma, agora resolveu – certamente, na audiência, teremos conhecimento disso –, criar uma política, difícil até, modificando a atitude da nossa embaixada no Haiti a fim de que haja maior agilidade na emissão de vistos e de que se coloque fim a esse tráfico humano, a essa manipulação, que começa lá fora, nas filas da nossa embaixada em Porto Príncipe, e não dentro da embaixada – é bom que se diga –, como alguns tentam afirmar.

E que outros países façam como o Brasil, que recebam nossos irmãos haitianos, que recebam aqueles que precisam de ajuda, mas pela porta da frente. Não que o Acre seja a porta dos fundos. O Acre é uma entrada pela porta da frente do Brasil. Toda casa tem porta dos fundos e porta da frente, pelo menos deveria ter, mas a chegada dos haitianos está ocorrendo como se fosse pela porta dos fundos, sem aviso, sem documentos. E o que nós criamos para facilitar o acolhimento e mostrar o lado humano e respeitoso do Brasil para com os nossos irmãos haitianos se transformou em um negócio. Quer dizer, quanto mais nós resolvemos, quanto mais nós facilitamos, melhor para aqueles que traficam pessoas, porque eles vão lá, negociam e dizem: "Olha, você chega dois dias depois, está documentado e escolhe o lugar do Brasil para onde quer ir". E eles dão até a passagem de ônibus.

É mais ou menos esse o quadro que nós temos. Só há um jeito: substituir esse sistema por outro que seja legalizado e organizado, pois a exploração por que passam essas pessoas até chegarem não pode ser piorada com o acolhimento indesejado, em que eles são flagelados, jogados nas periferias e praças de muitas cidades do Brasil, como vemos acontecer. Quando chegam ao Acre, pelo menos têm um endereço e um local para comer, mas e quando chegam a São Paulo? E quando chegam a outros lugares? Eles têm um endereço? Todos são acolhidos bem?

Era isso, Presidente Paim. Eu mais uma vez agradeço a todos que se envolveram até aqui, com maior ou menor contribuição. Muitas pessoas merecem respeito pelo envolvimento pessoal e funcional que tiveram, assim como todas as instituições da sociedade civil que se envolveram, especialmente também do Governo Federal, como o Itamaraty, o Palácio e o Ministério da Justiça e os conselhos que lidam com os direitos humanos.

Especialmente, sem falsa modéstia, eu queria cumprimentar, já que não sou governador e não estava no governo, sou apenas um observador e um colaborador, toda a equipe do Governador Tião Viana, pelo trabalho realizado, e faço isso na pessoa do Secretário Nilson Mourão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana, ex-Governador do Acre, que conhece a realidade e aqui registra que 50 mil haitianos entraram no País, 40 mil pelo Acre. É importante o seu depoimento, pois acho que grande parte do País não tinha conhecimento dos dados aqui apresentados.

Vamos continuar agora com o objetivo desta audiência, passando, de imediato, a palavra ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre, ex-Deputado Federal, meu colega na Câmara, Sr. Nilson Mourão, que vai complementar, com certeza, as informações.

O SR. NILSON MOURÃO – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, o Vice-Presidente do Senado, os demais colegas da Mesa, o Secretário Beto, o Secretário Simas, o Secretário Paulo Maldos. Como vocês perceberam, a Mesa tem muitos Secretários, todos Secretários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer que o Ministério do Trabalho também está, e vai entrar na segunda Mesa, juntamente com as lideranças. Está presente também o Ministro do Trabalho.

O SR. NILSON MOURÃO – E gostaria de dizer, ex-Senador Anibal Diniz... O Ministro do Trabalho...

Gostaria de cumprimentar todos aqueles que estão aqui no plenário; cumprimentar a delegação de imigrantes haitianos aqui presente; e dizer, Presidente Paim, que considero extremamente importante esta audiência. É o momento oportuno de refletirmos, ouvirmos as mais diferentes opiniões a respeito desse fenômeno e aprofundarmos, porque, no nosso entendimento, esse problema veio para ficar. É um problema que se refere a uma situação de longo prazo sobre a qual o Brasil precisa devidamente refletir e a qual deve administrar.

Portanto, o acúmulo deste debate, juntamente com outros tantos debates que se fizeram, visitas, discussões, no âmbito do Poder Executivo... O Ministério da Justiça já convocou vários eventos, várias reuniões. E creio que este debate está avançando em nosso País.

Tendo em vista que temos que compor duas Mesas, e o tempo é extremamente restrito para as nossas exposições, eu decidi colocar nos eslaides os principais pontos que fundamentam a nossa ação no Estado do Acre.

A ONU estima em 200 bilhões o número de imigrantes no mundo. Portanto, a questão da imigração não é um problema do Acre ou do Brasil; é um problema do mundo. É um desafio mundial e é um desafio do Brasil tratar dessa questão. O Senador Jorge já fez referência ao caso que ocorre hoje no Canal da Mancha, com imigrantes; nós todos conhecemos o que acontece no sul da Itália, em que se estava naturalizando a morte de milhares de africanos que se dirigiam à Europa.

Mas a voz altiva e determinada do Papa Francisco conseguiu colocar uma demarcação clara nesse procedimento, quando visitou Lampedusa e disse, com toda a clareza, que o Mar Mediterrâneo não poderia tornar-se cemitério de imigrantes. A partir desse momento, o governo italiano e o governo francês tiveram mais sensibilidade para esse problema.

Durante muito tempo, décadas, nós mandamos brasileiros para o exterior – mandamos mais de 6 milhões; hoje, estima-se que haja 4 milhões de brasileiros fora do Brasil. E existem três visões em torno desse processo migratório no mundo. Uma vou apenas resumi-la muito brevemente a respeito de quais as visões que nós do Acre entendemos que estão circulando em debate pelo mundo afora.

Uma visão vê como questão de segurança interna, é tratada como problema de segurança e de defesa do emprego; a ação dos governos é de repressão, deportação e prisões – é o que nós vemos na maioria dos países. Há outros países que definem cotas, como a Suíça; não são contra a migração, mas também não deixam a fronteira aberta; definem que receberão 1,5 mil, 2 mil imigrantes por ano e, a partir daí, encerram a tolerância para imigrantes que chegam à Suíça de forma irregular. Outros países também praticam essa visão.

A terceira visão é uma visão de direitos humanos que diz respeito ao direito a migrar para melhorar de vida. Entende-se que as pessoas são seres humanos que estão presentes neste Planeta e que as pessoas têm direito de sair do seu país para buscar melhoria de vida em qualquer lugar do mundo. Portanto, é uma visão mais aprofundada da realidade, que corresponde inclusive ao momento atual.

Se é uma visão de direitos humanos, é uma visão que pode e deve ser examinada com muita cautela todo esse processo migratório, porque ninguém sai do seu país se está bem. Se estão bem, normalmente todas

as pessoas ficam. Quando a situação é extremamente difícil, milhares de pessoas, então, pelas mais diferentes razões – perseguição religiosa, problemas ambientais, perseguição política –, tendem a migrar para outros países, a fim de conseguirem sobreviver.

A emigração haitiana para o Brasil.

O Haiti já tem uma cultura de emigração. Não é de hoje que eles migram. Eles migram continuamente. É quase uma política de governo incentivar os seus filhos a migrarem.

O terremoto e outros acidentes ambientais apenas acentuam esse procedimento, mas eles migram para o Canadá, os Estados Unidos, os países da América Central, Cuba, migram para a República Dominicana, para o Panamá, e encontraram o caminho do Brasil recentemente.

Li uma matéria que dava conta de que os ingressos de remessas dos emigrantes que remetem para o Haiti chegam a 22% do PIB do país. O PIB do Haiti são de US$10 bilhões. Calculem quanto são 20% desse valor e façam essa mesma conta do que significaria isso para o Brasil: trilhões.

No Brasil, Senador Paim, V. Exª informou que temos 50 mil. Li uma matéria, dizendo que eles já estão remetendo R$500,00 por pessoa para o Haiti. Multiplicando esse valor por 50, estamos tratando de R$25 milhões, multiplicando por 12 meses, chegamos a quase R$300 milhões, do Brasil remetido para o Haiti.

O terremoto só agravou essa realidade de migração. A rota dos haitianos é aquela que está ali. Eles partem do Haiti, fazem uma escala no Panamá, chegam ao Equador; Equador, Peru; Peru, Acre. Essa é a rota construída.

Hoje, também temos o ingresso de emigrantes senegaleses, que partem do Senegal, vão para Madri; Madri, Equador; Equador, descem com os haitianos e chegam ao Brasil. É o segundo grande grupo de emigrantes que chega ao Acre, todos de língua francesa, pobres e negros.

A rota começou a ser construída, e era um processo espontâneo, em dezembro de 2010, chegada dos primeiros emigrantes ao Municípios de Brasileia; em janeiro de 2011, início do atendimento aos emigrantes, como o Senador já referenciou, essa assistência humanitária consiste em alimentação, hospedagem, documentação e atendimento médico; em julho de 2011, instalação do primeiro público no ginásio de Brasileia; em abril de 2014, transferência do abrigo para Rio Branco.

Aqui, um mapa um pouco melhor da rota.

Aqui, as nacionalidades. Não estou conseguindo enxergar direito. Acho que tenho esses eslaides aqui.

Então, temos os haitianos, senegaleses, República Dominicana, Colômbia, Gâmbia, Gana, Bahamas, República do Camarão, Equador, Serra Leoa, Cuba, Mauritânia, Nigéria, Bangladesh e Costa do Marfim. Essas 15 nacionalidades já passaram pelo Acre, sendo que os três maiores fluxos são inevitavelmente mais de 90% de haitianos, o segundo grupo são os senegaleses e o terceiro grupo são os dominicanos.

Até junho de 2015, faltando lançar julho, os haitianos chegaram em número de 36 mil; os senegaleses, 3.550; e 372 dominicanos. Os demais são números baixos, implicando ingresso de pessoas, mas, no nosso entendimento, da equipe técnica do Acre, não caracteriza exatamente rota. Entendemos que há rota para os haitianos, os dominicanos e os senegaleses.

Serviços ofertados. Nós os acolhemos no abrigo público, servimos alimentação, damos atenção à saúde, atendimento socioassistencial – emissão de documentos e demais trâmites legais– e transporte interestadual.

Os imigrantes permanecem no Acre, no máximo, se tudo circular, se tudo correr normalmente, com fluência, 15 dias no abrigo. Às vezes há problema na Polícia Federal, no Ministério do Trabalho e nunca há problema na Receita Federal. São três os documentos que eles têm que tirar: protocolo de ingresso, carteira de trabalho e o CPF. Ingressaram mais de 40 mil imigrantes até o presente momento.

De investimento público, temos um total de R$24 milhões investidos até junho, dos quais R$12 milhões do Governo do Acre e R$11 milhões do Governo Federal, tendo ainda R$3 milhões em aberto, sem saber como pagar, se o Governo do Acre paga ou se paga o Governo Federal. São situações criadas e que tiveram que ser pagas e nós não temos fonte para fazer frente a esse débito.

Desafios atuais: assegurar recursos financeiros para a manutenção do abrigo; garantir equipe permanente especializada para realizar o acolhimento; melhorar a comunicação e inserção, devido às dificuldades linguísticas e culturais.

Nós temos problemas, porque não temos nenhum tradutor dentro do abrigo. Os técnicos têm que falar português ou espanhol e eles têm que ouvir e falar em francês. Os nossos técnicos vão aprendendo francês e eles vão aprendendo português na marra. Mas nós não temos dentro do abrigo tradutores fixos e permanentes, mas, com gestos, vão se entendendo.

Continuando, realizar a adequação do espaço físico do abrigo. O nosso abrigo tem capacidade de atender, com uma boa gestão, 150 pessoas. Esse abrigo já chegou a ter mais de 1.100 mil pessoas. Impossível fazer um atendimento adequado com 1.100 pessoas num abrigo que tem capacidade para, no máximo, 150. Nós temos que fazer muitos reparos e adequações dentro do abrigo para ter um atendimento mais adequado. Garantir

e regular o serviço de transporte interestadual. Esse procedimento está conseguindo ter um ordenamento melhor, mais recentemente, com convênios que temos feito com o Governo federal, através do Ministério da Justiça, que está assegurando transporte estadual. Para onde os imigrantes vão? Para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e agora um grupo, sobretudo de senegaleses, está indo mais para o Centro-Oeste, através de Cuiabá, trabalhar nas fazendas de soja.

Aprimorar o sistema de informações sobre os imigrantes – temos tentado – para compreender melhor; ampliar a emissão de vistos no Haiti para a diminuição do fluxo de imigrantes para o Acre.

Quero dizer, Secretário Beto, que temos sentido uma forte mudança no fluxo daqueles que estão ingressando nos últimos 30 dias. Tem havido uma redução, que tem se mantido constante, depois que ocorreram ações dentro do nosso Consulado no Haiti, e, certamente, com as ações que foram empreendidas pelo Itamaraty com os governos do equador e Peru, sentimos uma redução grande. Hoje, temos 300 imigrantes no abrigo. No dia que o senhor esteve lá, o número era até menor, mas esse fluxo tem-se reduzido, realmente, de modo bem sensível.

Combater a ação dos coiotes que atuam no Haiti e países da rota migratória. É evidente que isso não é uma imigração espontânea. Essa é uma imigração controlada, ordenada, organizada por coiotes, que ganham dinheiro no Haiti, no Equador, no Peru e, certamente, também, dentro do Brasil. Isso precisa ser efetivamente combatido.

Algumas fotos, onde eles vão chegando no abrigo; e vai ser preenchido um cadastro de ingresso com muitas informações inclusive.

Aí, a porta de entrada do abrigo.

Muito obrigado.

Bom trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Nilson Mourão, Secretário de Justiça dos Direitos Humanos no Estado do Acre, que, juntamente com o Senador Jorge Viana, deu todo o relato da situação desses senhores e senhoras que entram pelo Acre.

Vamos, de imediato, ouvir agora o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, colegas de Mesa, senhoras e senhores, eu acho que o que é importante ressaltar neste momento é a política do Governo brasileiro propriamente com relação ao Haiti. Ela é sujeita a todo tipo de especulação, rumores, que se refletem geralmente em Port-au-Prince, em Porto Príncipe.

O Brasil, e o Governo brasileiro, é o único país latino-americano e norte-americano também que mantém uma política de acolhimento oficial de refugiados haitianos – não existe outro, só o Brasil. Essa política é fruto, de um lado, da convicção do Governo de que é preciso realmente auxiliar o Haiti, de outro, que a política de refúgio precisa ser preservada também, não ser abusada, portanto, e, por fim, estimular, sobretudo, que a comunidade haitiana que deseja vir para o Brasil o faça de uma forma legal, não estimulando, portanto, as rotas ilegais que foram aqui mencionadas, os coiotes e as atribulações que esse tipo de movimentação de migrações acarreta.

É preciso que a população haitiana também – e estamos fazendo um grande esforço de divulgar isso no próprio Haiti – se convença de que a rota legal é a única rota que, a médio e longo prazo, será admitida no Brasil. Por quê? Porque, obviamente, nós não queremos estimular máfias migratórias em nossas fronteiras e, ao mesmo tempo, estaremos em condições e já estamos em condições de oferecer o acesso ao visto permanente de caráter humanitário que muitos dos migrantes haitianos utilizam.

O Itamaraty, desde o início desse processo, já deu mais de 26 mil vistos. Atendendo a uma nova estratégia que foi discutida no contexto da Casa Civil, aumentamos a emissão de vistos em Porto Príncipe, a partir de 8 de junho deste ano, de 600, mais ou menos, por mês, para cerca de 1.700, 1.800 vistos.

Para vocês terem uma noção de grandeza, isso transforma o Consulado em Porto Príncipe, onde tenho cinco funcionários, no segundo maior emissor de vistos do Brasil no mundo. Ele, portanto, só perde, em número de emissão de vistos, para Nova York. É muito? É pouco? Tudo depende, na verdade, da capacidade de acolhimento humanitário do Brasil. Nós estamos, de um lado, aumentando sensivelmente o número de vistos, para desestimular a rota ilegal e, de outro, também montando os esquemas – não vou entrar em detalhe, acho que o Secretário possivelmente fará isso – de reforço da nossa capacidade de acolhimento. Não adianta nada você simplesmente dar um visto se você não tem condições de acolher a pessoa de uma maneira digna.

O Itamaraty é a primeira janela de entrada no Brasil. Nosso Consulado, que é muito pequeno, se vê confrontar todos os dias com centenas de haitianos que procuram obter o seu visto. E é óbvio que nós não temos capacidade para atender a todos ao mesmo tempo e no mesmo dia, mas estamos melhorando. Já estamos dando algo em torno de 470 vistos por semana, o que leva ao número de mais de 1.700 vistos por mês.

Tem que se pensar também que, uma vez concedido o visto, a tendência natural de todo migrante é reunir a família. Então, para cada visto concedido, uma vez solicitada a reunião familiar, que é prevista e obedecida no Brasil, nós estimamos algo entre três ou quatro vistos adicionais.

Portanto, se estávamos falando de 1.700, 1.800 por mês, na verdade, nós temos que chegar a quase 3.000 no final do mês com a reunião familiar. Se multiplicarmos por 12, que é o número de meses do ano, porque essa tarefa é ininterrupta – são todos os dias, de segunda a sábado quase –, nós poderemos facilmente verificar que o número de haitianos tende a crescer no Brasil. E isso obriga o Governo brasileiro, certamente, a tomar uma série de outras medidas que não simplesmente a concessão do visto, que é uma questão de recursos e de mão de obra. Quanto mais gente e mais dinheiro você colocar mais vistos você vai conceder. Uma vez me perguntaram qual era o limite desse exercício. Eu disse que a rigor não tem limite, tendo em vista a nossa política de migração e a nossa política de acolhimento, que não está sendo modificada nem vai ser suspensa. E é bom que a comunidade haitiana saiba disso. Nós estamos montando um grande projeto de divulgação dessa política no próprio Haiti, em Porto Príncipe, que está sendo coordenada, creio eu, pela Secom da Presidência da República, é bom que eles tenham consciência de que a política não vai mudar. E que é preferível esperar um ou dois meses a mais e obter um visto no Consulado brasileiro do que se meter na mão dessas redes, muitas delas de traficantes conhecidos, sujeitos a todo riscos: interceptação no caminho e outros maus-tratos que possam ocorrer.

O Itamaraty cumpriu o que pediram a ele. Pediram que aumentássemos drasticamente o número de vistos. Já o fizemos. E agora, acabamos de celebrar com a Organização Internacional de Migrações um novo convênio pelo qual toda a parte do pré visto, ou seja, preenchimento do formulário, pedido do visto e apresentação da documentação não será mais feita no Consulado brasileiro, mas sim nas dependências da Organização Internacional de Migrações, em Porto Príncipe.

A nossa expectativa é de que a capacidade de acolhimento seja maior, que as condições de acolhimento sejam melhores, que o sistema de agendamento efetivamente possa funcionar de uma maneira correta, mas sem levar em conta que nós temos várias exceções, devo mencionar, essencialmente se tratando de uma população humilde, de poucos recursos e muitas vezes de baixa educação. Então, a capacidade deles de assimilar o processo e de preparar a documentação é muito baixa também.

Isso dito, o que vai acontecer? Uma vez que a Organização Internacional de Migrações comece a trabalhar, o Consulado em Porto Príncipe deverá emitir mais de 2 mil vistos por mês. É possível que nessas condições nós nos tornemos o primeiro Consulado brasileiro no mundo em termos de emissões de vistos.

Qual será a repercussão? Creio que a Mesa e o Senador Paulo Paim fizeram bem em convocar esta reunião, porque o problema não é só conceder o visto. O problema maior, pelo menos no meu ponto de vista e do Itamaraty também, é a nossa capacidade de atendimento em condições dignas da população haitiana. Isso significa não só o ponto de entrada no País. Nós sabemos que no Acre é complicado. Pode ser mais fácil em outros locais, como São Paulo, Rio de Janeiro ou outras capitais brasileiras que estão mais próximas inclusive das fontes de trabalho eventualmente disponíveis. Mais do que isso, todo o esforço do Ministério do Trabalho, do Ministério do Desenvolvimento Social e de outros de montar mecanismos que atendam corretamente a esse fluxo migratório.

Eu acho que o fluxo migratório não nos deve assustar, em absoluto. Eu mesmo sou fruto do fluxo migratório, quer dizer, meus pais, minhas famílias eram portuguesas, italianas, e, possivelmente, há algum sangue indígena no meio também. Tudo isso faz parte da nossa história, faz parte da nossa formação como País.

Dizem que há 40 mil, 50 mil haitianos no Brasil; eu estimo que são mais hoje em dia: acho que estamos mais próximos dos 60 mil a 70 mil haitianos no Brasil, porque, se o senhor fizer uma soma rápida, a soma de 40 mil pelo Acre mais 26 mil já dá 60 mil. Mas isso partindo do princípio de que todos tenham vindo, porque há também o problema do visto concedido e não utilizado. Não basta apenas fazer uma soma matemática dos vistos que nós concedemos.

É fato que isso demanda do Governo brasileiro, num momento de crise, num momento de crise econômica, um esforço considerável. Como vocês viram, os poucos recursos já envolvidos, tanto do Estado do Acre, quanto do Governo Federal, já somam mais de R$24 milhões, em três anos. Se o fluxo legal aumentar, como é a nossa previsão, a pressão sobre os órgãos de atendimento brasileiros será maior.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Então, eu quero só deixar essas ideias com vocês. Sobretudo, a questão da comunicação é importante, mas aí tem que entrar mesmo é o problema da educação; os migrantes haitianos têm que ser educados, têm que rapidamente aprender o português, porque, infelizmente, o francês e o *créole* não são o forte da população brasileira, e isso cria um problema de comunicação evidente.

Também é preciso descobrir novas fontes de trabalho, porque, até o momento, as fontes têm sido trabalhos bastante penosos, eu diria, que exigem muito da pessoa. O Senador Paim mencionou recentemente, por exemplo, um caso de trabalho escravo. Mas, mais do que isso, são trabalhos que inclusive têm sido evitados pela população brasileira como um todo. São frigoríficos, trabalho no campo, trabalhos bastante pesados, mas que os haitianos têm enfrentado, porque significam, bem ou mal, uma melhora no nível médio da vida deles.

O Itamaraty continuará prestando essa assistência, continuará concedendo os vistos enquanto prevalecer a atual política de caráter humanitário, que, como eu disse antes, não tem perspectiva de terminar, a curto prazo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que falou em nome do Ministério das Relações Exteriores.

Eu acho que tudo foi muito bem colocado, mas me permita assinalar uma frase sua que guardei aqui, que vejo com enorme satisfação, vinda do Itamaraty: "Não temos que temer a chegada de imigrantes". Acho que essa frase simboliza o que pensa o Brasil, nós todos, e V. Exª deu o seu exemplo. Nós todos somos imigrantes. De uma forma ou de outra, nós somos imigrantes, e o Brasil está acolhendo, dentro do possível, e vamos ver aqui os encaminhamentos ao final.

Meus cumprimentos pela fala também do Senador Jorge Viana e do nosso Secretário Nilson Mourão.

De imediato, concedo a palavra ao nosso amigo, que sempre está aqui quando convidado, vem aqui e coloca seu ponto de vista com muita clareza, não se omite, o querido Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Exmo. Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, é uma honra estar aqui sob a coordenação de V. Exª.

Cumprimento o Senador Jorge Viana, parceiro de longa data nesses temas e em outros tantos em que temos trabalhado em conjunto; o Secretário Nilson Mourão, que a cada dia se mostra um colega, um amigo, um parceiro e um eterno buscador de soluções; o Secretário Paulo Maldos, já de longa data no Executivo, um parceiro de trabalho. Embaixador Carlos Alberto Simas, obrigado pela parceria ao longo desses últimos tempos em que assumi a Secretaria. Alix Georges, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre; o companheiro Luiz Alberto dos Santos, do Ministério de Trabalho e Emprego; José Maria, membro do Conlutas; o Padre Paolo acho que ainda não chegou, mas deve chegar; o Senador Aníbal, que estava aqui presente; a onipresente irmã Rosita, que discretamente chega e fica lá no fundo, uma batalhadora, um trabalho magnífico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos convidar a irmã Rosita para vir aqui na primeira fila. Ela é nossa convidada, faço questão. (*Palmas.*)

Eu tenho acompanhado o trabalho da Igreja, das pastorais, inclusive, lá no Rio Grande do Sul. Provavelmente, o Alix vai poder colocar o apoio inclusive em minha cidade natal, Caxias do Sul.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – A irmã Rosita, Sr. Presidente, eu costumo dizer que ela é onipresente: em todos os eventos em que eu vou e em outros em que outras pessoas vão, que acredito que ocorram ao mesmo tempo, ela está presente. Então, são as irmãs Rositas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – É um trabalho magnífico que o IMDH faz assim como outras entidades, como a Cáritas, dentre outras tantas, no trabalho de assistência ao emigrante e refugiados no Brasil.

É um prazer estar com a senhora novamente, Irmã Rosita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me. A informação que me chegou é que o Padre provavelmente não vai chegar a tempo e, se a senhora concordar, falaria no lugar dele, já que não vai poder estar presente. O.k.?

A SRª IRMÃ ROSITA MILESI – O.k..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o Padre Paolo. Parece que ele não vai poder chegar a tempo. A senhora falaria, se assim concordar, nesta Mesa em que ele falaria, a senhora o representaria. Já está convocada.

Continue, Secretário.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Obrigado, Presidente.

Senhoras e senhores, antes de mais nada é uma honra estar aqui, ouvindo e debatendo com o Senado Federal diagnósticos e soluções para um problema, aliás, eu nem diria "problema", acho melhor colocar da forma mais correta: um fato, que não pode e não deve ser visto como um problema, mas sim com um fato, fruto da nossa identidade, fruto da nossa história, coerente com a nossa história, passível de construção em conjunto para melhor tratamento desse momento.

Digo isso, porque a imigração, como o Secretário Nilson Mourão colocou, é um fenômeno mundial, aliás é um fenômeno da história do mundo. Por diversas motivações, por diversas razões, migramos em busca, no eterno afã do ser humano de buscar e conquistar novos caminhos, novos horizontes. Muitas vezes, em busca de uma oportunidade econômica melhor para nós mesmo ou para a nossa família, muitas vezes perseguidos por conflitos armados, por situações de perseguição individual, enfim, por qualquer que sejam as razões, migramos.

E os dados comprovam: a Organização Internacional de Migrações da ONU indica que há aproximadamente 230 milhões de imigrantes no mundo. Soma-se a esse dado um dado recentemente divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR): atingimos recentemente o recorde de refugiados na história do mundo. São refugiados e deslocados internamente. Temos 59,5 milhões de pessoas forçosamente deslocadas de suas terras natais, das quais 19,5 milhões são refugiados. Ou seja, é um fenômeno histórico, é um fenômeno mundial. E hoje o contexto é, pelas evidências todas que vimos, preocupante. É importante que façamos uma reflexão do que acontece no mundo e de seus impactos no Brasil.

No tocante ao Haiti, vamos lembrar, e acho que V. Exªs conhecem bem a história do Haiti: é um país que divide uma ilha com a República Dominicana, faz fronteira com a República Dominicana em uma ilha, tem aproximadamente 10 milhões de pessoas e uma história admirável de bravura. Foi um dos primeiros países a conquistar a independência dos colonizadores europeus e certamente o primeiro a conquistar, pela luta, pela bravura dos escravos naquele país... Isso lhes causou, Presidente, talvez, um dos primeiros embargos econômicos da nossa região. Possivelmente, até hoje vemos consequências desse embargo econômico nas dificuldades enfrentadas pela população para melhoria do desenvolvimento econômico do País.

Desde então, é um país, assim como outros tantos, inclusive o nosso, que migra. Obviamente, tem uma história de bravura e uma história dolorosa, um país que enfrentou vários desastres naturais ao longo de sua história, vários terremotos, vários furacões, enfrentou uma instabilidade econômica decorrente desse embargo e das dificuldades de construção de alternativas de desenvolvimento econômico e enfrentou algumas dificuldades políticas também, instabilidades políticas, lembrando períodos ditatoriais terríveis que se acentuaram muito com os governos da Família Duvalier, François Duvalier e Jean-Claude Duvalier, conhecidos comumente como Papa Doc e Baby Doc. Enfrentou outras instabilidades, que culminaram, em 1995, com a aprovação de uma força das Nações Unidas para auxílio da reconstrução e estabilidade do país e, depois, em 2004, com a aprovação da missão de paz no país, a chamada Minustah, na qual foi atribuído o mandato de coordenação para as Forças Armadas brasileiras, que desempenharam um papel de estabilidade de segurança pública naquele país e que desenvolveram, sim, uma relação, os cidadãos brasileiros que lá trabalharam desenvolveram, sim, uma relação de profundo respeito e profunda identidade com os haitianos, talvez uma das causas, inclusive, que fez com que muitos deles passassem a migrar para o Brasil.

Nos Estados Unidos, estima-se de 800 a 1 milhão de imigrantes haitianos; no Canadá, cerca de 100 mil; na República Dominicana, cerca de 800 mil; na França, cerca de 80 mil haitianos imigrantes; no Brasil, estima-se que já estejamos por volta de 60 mil. Esse número vai ser depurado, ele pode ter duplicações e alguns ajustes necessários.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Mas é por volta de 60 mil.

Presidente, eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tranquilo. Quando a campainha toca, restam, no mínimo, mais cinco minutos.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E com a tolerância devida, pela importância do tema.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Está bem. Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

Essa migração toda, como eu estava dizendo, ocorreu também ao Brasil. Desde 2010, quando o país foi atingido por um terrível terremoto, de grandezas... Para que se deixem alguns números registrados, para que sensibilizemos e possamos entender o que aconteceu naquele país... Aliás, só podemos ter uma mínima ideia do que aconteceu, talvez só quem lá estivesse naquele momento, só quem viveu aquilo tem uma ideia precisa da dramaticidade da questão. Nós temos uma pequena ideia. Foi um terremoto que, possivelmente, matou entre 150 a 300 mil pessoas, atingiu, deslocou pessoas de suas moradias, cerca de 13% da população, – 13% da população – que é fortemente concentrada em Porto Príncipe, onde foi o epicentro do furacão, e atingiu, de alguma maneira, 30% da população.

Portanto, um terremoto com essa magnitude, com esse impacto, por óbvio, causou a comoção mundial, o auxílio mundial e, obviamente, algum fluxo migratório também. Desde então o fluxo migratório para o Brasil tem aumentado.

Vou evitar repetir tudo que o Secretário Nilson Mourão, o Secretário Carlos Alberto Simas aqui explanaram, mas é fato que esse fluxo migratório aumentou e ele se deu de duas maneiras, uma por via terrestre, submetido aos traficantes, organizações criminosas que submeteram e submetem imigrantes à condição de exploração. E, também, a partir de 2012, essa imigração ocorreu, de maneira segura, quando o Brasil, o Governo brasileiro, após provocação e conversas intensas com Governo do Acre, ao identificar esse fluxo migratório, decidiu por aprovar o visto humanitário, e concedê-lo lá em Porto Príncipe, em Quito e em Lima, concedendo assim a possibilidade e a alternativa de os imigrantes obterem esse visto, viajarem diretamente para o Brasil de maneira segura.

Nossa intenção, desde então, testemunhas que somos do trabalho incansável do Governo do Acre e de toda a sua equipe, está aqui o Senador Jorge Viana, um batalhador, nesta Casa, por todas as questões envolvendo diversas matérias como saúde, trabalho, emissão de documento, transporte, mobilidade, o Secretário Nilson Mourão que é um batalhador e, mais do que isso, um ser humano fantástico e sensível à causa da imigração e preocupado com a solução, ou com a melhor solução do problema de imigração que se dá hoje pelo Acre.

O que é que nós fizemos desde então? Garantimos, em parceria, acolhimento no Acre, já com dois ajustes de local de abrigamento no Acre, assistência social, assistência médica, com a Força Nacional de Saúde, com aumento de repasse ao Governo do Acre, com ajuste de equipes de saúde para atendimento aos imigrantes lá, alimentação no abrigo, documentação. A Receita Federal deslocou a equipe para documentar; o Ministério do Trabalho deslocou a equipe para conferir a carteira de trabalho aos imigrantes, ao longo desses anos; o Ministério da Justiça, e aí faço um registro ao trabalho de meu antecessor, o Secretário Paulo Abrão, que foi em missão para lá, auxiliou na construção de soluções, junto com Governo do Acre, garantiu e tem tentando garantir mobilidade desses imigrantes do Acre a outras partes do País, em especial, São Paulo e os três Estados do Sul, Presidente. O Itamaraty que tem trabalhado incansavelmente na emissão de vistos e na identificação, junto aos países vizinhos, de maneira a alcançar melhorias do fluxo migratório, identificação de dados e informações que se subsidiem novas políticas públicas.

Agora, por óbvio, em se tratando de uma questão complexa, todas essas ações, em algum ou outro momento, e o Senador Jorge Viana que registrou, podem ser surpreendidas: faça um registro, Paulo Maldos, da Secretaria de Direitos Humanos, da atuação junto ao Acre e aos demais Estados no atendimento e na assistência aos imigrantes.

Mas, por óbvio, como ia dizendo, em alguns desses momentos, somos surpreendidos com fatos novos, que nos impõem novos desafios. Pode ter havido, em algum momento, uma deficiência, uma perda de eficiência, em algumas dessas políticas públicas.

O que posso garantir é que, nos últimos tempos, em reuniões permanentes, contínuas, com Governo Acre, com o Governo dos Estados destino – São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – temos desenvolvido um conjunto de ações estratégicas para tentar fazer uma reversão – e aqui o Secretário Nilson Mourão aponta, para minha surpresa, que já tem dado efeito – da rota imigratória submetida à exploração de criminosos – que é essa rota que acaba culminando com um desafio grande ao Estado do Acre – para uma rota segura, via direta de Porto Príncipe para o Brasil.

A estratégia se dá com um aumento da emissão de vistos – resultado este que o Embaixador Simas tem garantido –, que vai aumentar e melhorar com a parceria com a Organização Internacional de Migrações e com o trabalho parceiro do Brasil e dos países vizinhos no enfrentamento ao tráfico de pessoas e no estrangulamento dessas organizações criminosas.

Enquanto este fluxo não se reverte, o Estado brasileiro deve se empenhar em uma ação conjunta, evitando faltas e falhas de comunicações.

(Soa a campainha.)

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Atuando em conjunto no abrigamento desses imigrantes no Acre – com um trabalho fantástico da Secretaria de Direitos Humanos do Acre –, na mobilidade deles do Acre para esses quatro Estados – mobilidade essa que está se dando de forma coordenada, previamente avisada, garantindo a programação dos Estados destino, na recepção desses imigrantes nesses Estados destino e na sua inserção laboral. Esse é o desafio do Estado brasileiro.

Por fim, concluindo, é um desafio, Presidente, que definitivamente não é fácil. Mas é necessário que seja enfrentado, é imprescindível que seja assim enfrentado. Até por coerência histórica somos um País, como V.

Exª muito bem frisou, construído, forjado em imigração. Somos todos, efetivamente, de alguma maneira, imigrantes neste País.

Nada mais justo, nada mais coerente que atuarmos em conjunto para recepcionar imigrantes haitianos ou de outras nacionalidades, assim como fomos nós recepcionados e bem acolhidos em outros países ao longo da nossa história.

Fomos forjados na imigração e voltamos a ser local de destino. O nosso desafio, portanto, é construir uma política nacional de imigração que garanta inserção laboral, inserção cultural, inserção social aos imigrantes haitianos e de outras nacionalidades no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça.

De imediato passamos a palavra ao Líder Paulo Roberto Martins Maldos, que é Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Deixe-me dizer, Paulo Martins, que eu quero elogiar muito a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Todas vezes que aqui fizemos audiência pública, não houve uma vez que vocês faltaram.

Muitos Ministérios têm prestigiado, de fato, esta Comissão. Inclusive há 20 dias esteve aqui o Ministro Pepe Vargas, que fez uma bela exposição, muito aplaudida, inclusive, pelos que estavam aqui presentes.

Então, vou passar a palavra para você. Eu queria cumprimentar a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministro Pepe Vargas.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Obrigado, Senador.

Vou ser breve. Vou praticamente ressaltar alguns pontos já colocados aqui, a diversidade falas já contemplaram bastante a questão, os desafios que se colocam.

Apenas queria amarrar, digamos, essa análise dentro do que a gente acredita que a gente acredita, que nosso desafio não é apenas a questão da migração haitiana, mas se coloca dentro da questão da nossa relação, do nosso povo, nossa sociedade, nosso Estado, com o Estado, a sociedade e o povo haitianos. Dentro desse escopo nós entendemos a questão.

O que temos hoje? Uma crise humanitária que se aprofundou naquele país-irmão a partir de 2010, detonando uma migração crescente para vários países, entre eles o nosso, com duas rotas – uma aérea e uma terrestre – e um perfil muito diversificado de migrante. Temos migrantes de diversos níveis socioeconômicos, educacionais. Mas o interessante é que a grande maioria é falante – independente do nível educacional ou socioeconômico – de várias línguas: *créole*, francês, inglês, espanhol. Então, trata-se de um perfil muito interessante e único nessa migração, com expectativas tanto de permanecer em nosso País e trazer a família como de voltar e se reinserir na construção de seu próprio país. Não é uma única expectativa de vir e se fixar, nem tampouco apenas vir aqui e voltar. Há uma combinação muito grande, muito diversa de expectativas com relação ao nosso País e à contribuição que a gente pode dar a cada um, a cada uma, e ao conjunto do povo haitiano.

Acho que se coloca uma questão muito grande do nosso papel como Estado brasileiro e como sociedade brasileira. Um grande desafio é a gente continuar atuando naquele país, na sua reconstrução, no seu fortalecimento, com políticas públicas, com recursos humanos, materiais, com créditos, com parcerias, com participação direta lá.

Há algumas experiências muito interessantes da participação do nosso Governo, do Estado brasileiro. Eu destacaria uma experiência que conheci por vídeo, uma experiência muito interessante em que o Itamaraty foi protagonista na construção de experiências na área de agricultura, cooperativas de leite, várias experiências de cooperativas autossustentáveis naquele país que, acho, são muito... Nosso elogio, nosso apoio à continuidade de experiências de apoio direto à reorganização daquela sociedade, da sua produção, da produção de riqueza e distribuição de riqueza. E a nossa sociedade também: temos uma diversidade grande de entidades da sociedade civil brasileira, que têm atuação também... Eu conheço mais na área agrícola, mas temos experiências da Via Campesina atuando naquele país, no seu interior; também construindo cooperativas, construindo experiências de agricultura orgânica e outras iniciativas muito interessantes em articulação com organizações de trabalhadores do Haiti, de trabalhadores do campo.

Também a Igreja Católica, através da Cáritas, tem uma diversidade grande de experiências lá; e conheci por relato, não sei exatamente como tem sido a experiência, mas o grupo Viva Rio já tem atividades naquele país que teriam de ser conhecidas.

Enfim, só queria destacar que temos a ação tanto do Estado brasileiro como da sociedade civil em parceria com organizações de trabalhadores do Haiti – experiências que devem ser fortalecidas, ter visibilidade e, principalmente, protagonismo dos próprios trabalhadores haitianos nesse processo.

No que diz respeito ao acolhimento no nosso País, temos, como foi citado, uma série de Centros de Referência em Direitos Humanos que atuam em parceria com governos de Estado, com prefeituras, no acolhimento e atendimento no geral dos migrantes. Então, temos, particularmente o Centro de Referência em Direitos Humanos do Rio Branco, de Cuiabá e de Pinhais, no Paraná, que procuram acolher as demandas, dar encaminhamento a uma diversidade de pleitos, desde formação profissional, documentação...

Temos um problema que surge, que é a questão de crianças que chegam sem os pais. A gente sabe que, ao longo do caminho, como foi citado, temos muitas vítimas de crimes.

Temos um problema que surge que é a questão de crianças que chegam sem os pais. A gente sabe que, ao longo do caminho, como foi citado, temos muitas vítimas de crime. Muitas vezes, chegam crianças sozinhas, ou adolescentes, e é um desafio aperfeiçoarmos o acolhimento de crianças e adolescentes que têm chegado sozinhas ou acompanhadas. Não sabemos se quem diz que é seu parente, que está entrando no País, é realmente seu parente e é responsável pela criança ou adolescente. É um desafio aprimorarmos nosso cuidado nesse acolhimento.

Chegando aqui, nós também temos diversos casos exemplares de acolhimento. Eu citaria, em São Paulo, o Glicério como ponto de apoio importante para esse processo da rota interna aqui de trabalhadores e sua inserção no País.

Eu também gostaria de reforçar o que colocou o Beto antes de mim, essa questão do combate ao tráfico de migrantes via rota terrestre, que se coloca como uma questão, um desafio a ser combatido no Haiti, onde temos claramente a atuação de redes criminosas, com documentação falsa sendo fornecida ali na região da Embaixada Brasileira, oferecendo documentação falsa, aliciando pessoas, mentindo sobre o salário que iriam receber no Brasil, sobre o que vão ter aqui, enfim, criando ilusões muito fortes ali já na própria região da Embaixada Brasileira, em Porto Príncipe, como ao longo de toda a rota, toda a atuação criminosa que se revela através de assaltos, estupros, trabalho escravo e uma série de crimes que sofrem os migrantes que tentam chegar ao nosso País.

Eu quero destacar também os acordos feitos com os países vizinhos – Equador, Peru e Bolívia – no sentido de combate a essa atuação criminosa, que violenta os direitos dos migrantes, a sua integridade física e a integridade das famílias que vêm.

Dentro da questão do perfil diversificado, nós temos muitos desafios. Não podemos atuar de uma forma unívoca, temos todo um desafio de inclusão dessa diversidade de perfis de migrantes, como integrá-los à nossa sociedade em termos de formação profissional. Uma demanda forte que eles têm é a demanda de formação, seja em nível técnico, seja em nível médio, seja em nível superior. Nós queríamos destacar que há vários migrantes que têm formação em nível superior e têm expectativa de entrar já em nível de formação universitária ou até em nível de mestrado e doutorado.

Eu queria destacar aqui a experiência de Santo André. Eu estive lá na sexta-feira e no sábado, passei o dia inteiro conhecendo a experiência. São cerca de 700 migrantes na cidade de Santo André. A Prefeitura tem feito um trabalho importantíssimo de acolhimento.

Sexta-feira à noite foi a formatura de 200 migrantes haitianos que receberam curso de língua portuguesa e cultura brasileira. Foi uma sessão muito bonita, emocionante até, em que houve a diplomação deles e um coral, muita troca de músicas. Eles cantaram músicas brasileiras no coral e músicas haitianas em crioulo, em francês. No dia seguinte – são detalhes importantes, muito significativos, em termos de integração concreta –, houve um jogo de futebol dos haitianos *versus* servidores da prefeitura de Santo André.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem ganhou o jogo?

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eles ganharam por 7x4.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ganharam de 7x4 ainda? De sete não vale, hein! De sete, nunca mais. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eu queria destacar aqui o Prefeito Carlos Grana, o João Avamileno, que é o Secretário de Direitos Humanos e Cultura de Paz de Santo André, e todo o acolhimento que está sendo feito também em termos de inserção no mercado de trabalho.

Eu conheci já tragédias. Um trabalhador da construção civil teve o seu olho perfurado. Outro morreu, eu conheci o pai, que está lá para os trâmites de papéis. Inclusive, houve um problema sério, porque ele pode ser expulso. Nós temos que intervir para que isso não ocorra, porque ele está com o visto já para ser vencido, mas ele ainda não conseguiu nem identificar a empresa onde o seu filho morreu. São problemas humanos, concretos, que a gente tem que se solidarizar e atuar para que sejam resolvidos da melhor maneira.

Mas, enfim, eu acho que Santo André está dando exemplo, para o País, de acolhimento desses imigrantes, esses 700, com perfil de renda de cerca de R$900,00 – eles têm que mandar cerca de metade do seu salário para a sua família e têm que sobreviver. Então, eles se organizam em comunidades, alugam casas em conjun-

to, quartos em conjunto, para poder dar conta, ainda, de mandar metade do seu salário para a família, e com a expectativa da família vir para o Brasil.

Outra experiência interessante lá é que uma parcela jovem desse grupo se vinculou também com a prefeitura – na secretaria de cultura –, por meio da Escola Livre de Cinema e Vídeo de Santo André, e estão produzindo um vídeo, os próprios jovens, com a assessoria da escola, sobre essa sua trajetória. Eles estão produzindo o vídeo e eu vi a primeira parte do vídeo que se chama *Superação*: é um casal jovem chegando, assustado com o País, assustado com a diferença de língua, com a diferença de cultura, a mulher preocupada se irão conseguir se inserir aqui, se irão ficar na miséria; enfim, foi o primeiro, serão oito capítulos, e esse primeiro eu já vi; eles próprios produziram com o apoio da secretaria de cultura.

Enfim, outra coisa importante que eu destacaria é que eu conheci lá uma das organizações de haitianos no Brasil, que se chama Comunidade Haitiana no Brasil – aqui, pelo jeito, existem outras que eu não conheço. Mas é importante a gente fortalecer o protagonismo de todas elas, independentemente da sua história e da sua orientação. O importante é a gente fortalecer, porque eles são fundamentais – a escuta, o diálogo – na construção de soluções no Brasil, como no próprio Haiti. São muito importantes a escuta, o diálogo e a parceria com as organizações de haitianos que estão se formando ao longo desse processo.

Bom, por fim, gostaria de falar um pouco das expectativas, não é? Acho que a gente tem que criar todas as condições àqueles que pretendem permanecer, condições para permanência, e isso implica em toda a questão de encaminhamento para formação profissional, qualificação profissional, educacional, e àqueles que querem fazer esse percurso e voltar para a reconstrução do seu país. É fundamental a gente apoiar esse ciclo todo também, não é?

Enfim, acho que temos que fortalecer as nossas ações como Estado e como sociedade brasileira. E com parcerias entre nós: fortalecer o trabalho heroico feito pelo Governo do Acre, pela Secretaria de Direitos Humanos do Acre; temos que nos juntar mais, nos aproximar mais; fortalecer nossas ações também com a sociedade civil brasileira – com as igrejas, particularmente com a Igreja Católica, com a Cáritas, com a Via Campesina –; tanto aqui, como lá no Haiti.

Eu acredito que o Brasil, o nosso povo, a nossa cultura, a gente só tem a ganhar com o diálogo, com a troca e com a integração do povo haitiano. É um enriquecimento novo para nós com um povo caribenho de raízes africanas, mas, também, de raízes ibéricas e francesas. É um povo especial. E acho que a gente tem muito a ganhar com essa integração. Vejo que, pela amostra que tive em Santo André, esse povo propicia um enriquecimento forte da nossa cultura política. Como bem colocou o Beto, foi o primeiro país da América Latina a declarar a sua independência e a declarar o fim da escravidão; só isso já é merecedor da nossa admiração e do orgulho de a gente poder ter eles aqui conosco, não é? Nosso País precisa muito de receber lições de uma cultura, de uma história, de um povo que ousou enfrentar os poderosos do seu tempo e construir o seu próprio destino.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Acho que a gente só pode ganhar muito.

Então, temos que nos juntar. E melhorar mais o nosso acolhimento e qualificar mais o nosso apoio ao povo haitiano no próprio país, no próprio Haiti.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, que fala de exemplos reais e objetivos da caminhada dos haitianos no Brasil, e, no caso aí, de Santo André. E termina dando este fato que muito brasileiro não sabia: que foi o primeiro povo a acabar com a escravidão e buscar, a partir disso, a sua independência. Eu acho importantíssimo isso para orgulho...

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Pelos escravos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelos escravos. É muito orgulho para todos nós ouvirmos isso, uma vez que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravatura. Então, essa fibra do povo haitiano tem que ser lembrado com muito orgulho por todos nós.

Eu queria que os meus convidados dessa Mesa – eu sempre digo que não importa para mim a primeira ou a segunda Mesa, é a mesma importância – que eles retornassem para a primeira fila e que a plaquinha deles fosse colocada ali, nós vamos para uma segunda Mesa e depois vamos interagir com perguntas e queria, ao mesmo tempo, cumprimentar o Governo que mandou que todos os Ministérios, conforme foi combinado...

Peço que o Senador Jorge Viana continue aqui na Mesa e convido, em primeiro lugar, o nosso querido Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e

Emprego. Fiz questão que você ficasse nessa Mesa também junto aos outros. Então, o Senador Jorge Viana terá que se retirar, mas voltará depois para participar dos debates.

Eu peço que os meus convidados da primeira Mesa se sentem. Convido agora o José Maria de Almeida, membro da Coordenação Nacional do CSP - Conlutas. Foi ele quem nos provocou. Tínhamos feito duas audiências públicas, mas não com esse porte e ele insistiu muito e nós concordamos com a iniciativa dele. Seja bem-vindo aqui, José Maria.

Convido agora, lá do meu Rio Grande do Sul, o Alix Georges, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre, do nosso querido Rio Grande. Ele deve poder relatar bem como está a questão lá no meu querido Rio Grande. Saúdo os gaúchos e as gaúchas de todas as querências, como dizia um grande amigo nosso.

Convido agora a Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH e, por fim, o Representante da União Social dos Imigrantes Haitianos, o líder Fedo Bacourt.

Sejam todos bem-vindos aqui nesta Mesa. Reafirmo que, para mim, não tem Mesa um, nem Mesa dois. O que tem é a importância do tema e que é fundamental que os que puderem ficar até o fim, porque se depois houver algumas perguntas, que se possa se responder uma vez que nesse momento é que falarão, além do representante do Ministério do Trabalho, representantes da sociedade civil.

Eu queria, de imediato, na linha em que foi concluída, deixar que, primeiro, os representantes do Governo falem, e que fale, agora, o Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenador do Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego, e, em seguida, as entidades colocam seu ponto de vista, uma vez que ouviram toda a posição do Governo e de alguns Estados.

Com a palavra, por favor, Dr. Luiz Alberto Matos dos Santos, que falará pelo Ministério do Trabalho e Emprego e do Conselho Nacional de Migração naturalmente pela importância do tema.

O SR. LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas.

Eu cumprimento a Mesa em nome do Exmo. Sr. Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado já agradecendo e parabenizando pela realização dessa audiência que vem sempre – e o tema é dos mais importantes – num bom momento para que nós possamos, na verdade, nos fortalecer como um todo e, diante das várias intervenções que já nos antecederam e das importantes informações que já foram colocadas e, até porque há manifestações a serem feitas e, com certeza, trazendo dados, enriquecendo o conteúdo do que aqui se discute e para não ser repetitivo, vamos procurar focar mais rapidamente sobre os aspectos que, diretamente, o que a gente chama no Conselho Nacional de Imigração – inclusive há um grupo de trabalho, Senador, permanentemente estabelecido – como Novos Fluxos Migratórios.

Novos a partir de quê? Novos a partir de um novo desafio, e, aqui, o Secretário Beto colocou muito bem que imigração não é problema, imigração é um fato. E esse tipo de imigração que nós estamos discutindo aqui hoje é uma imigração cercada de irregularidades e nenhuma ilegalidade. Por isso não pode ser um problema. É um fato. É um desafio, sobretudo.

Nós, na nossa história migratória de País – vamos dizer assim – majoritariamente ou tradicionalmente fornecedor de mão de obra, nós, a partir de 2010, passamos a ter um desafio novo, que é sermos também um País de destino.

A nossa história, até 2010, se voltava fortemente para uma imigração estimulada, uma imigração desejada, uma imigração provocada, sobretudo de alemães, de italianos, de portugueses que chegavam ao nosso País de uma forma bem-vinda, porque isso viria a acrescentar aspectos importantes, sobretudo na qualificação desta mão de obra que aqui chegava.

A partir de 2010, nós fomos fortemente impactados por uma imigração que não era uma imigração estimulada. Era uma imigração que, até então, vinha de um fato novo, pela melhor reposição do País no cenário mundial, pela melhor reposição do País, economicamente falando, como um país que passou a ser a possibilidade de um novo horizonte para irmãos nossos que se sentiam desalentados, desiludidos e sem nenhuma perspectiva de vida.

Durante muito tempo nós percebemos – e todos temos uma história muito perto de nós – que brasileiros tiveram que deixar o Brasil para buscar outros países como busca de suplantar as suas dificuldades de vida, sobretudo a sua questão econômica.

Nós sabemos – e isso é um dado oficial da Organização Internacional do Trabalho – que mais de 90% dos fluxos migratórios são movidos pelo trabalho, pelo aspecto laboral. E mesmo aqueles que não são, como no caso de refugiados cuja razão, num primeiro momento, não é a questão da sobrevivência econômica, num segundo momento a questão laboral emerge e desafia qualquer situação, qualquer sociedade que venha a ser o destinatário ou o receptor dessa mão de obra.

Ora, desde 2010, neste desafio que nós fomos impactados – e estamos, até a data de hoje, aprendendo fortemente com esse novo fluxo migratório –, nós tivemos que criar mecanismos para que esse fluxo migratório fosse admitido e acolhido no nosso País.

Nós temos uma legislação, a Lei nº 6.815, de 1980, que foi toda moldada e concebida numa outra realidade sociopolítica, que, por exemplo, não prevê, nem de longe, o acolhimento humanitário de imigrantes que batam a nossa porta. E como fazer, então, diante de uma situação como esta, em que imigrantes começaram a bater à porta das nossas fronteiras sem a situação de regularidade de visto estabelecida através dos seus documentos?

Essa situação de imediato nos impactou e fez com que o Comitê Nacional de Refugiados, junto ao Conselho Nacional de Imigração, procurasse construir um arcabouço jurídico que pudesse fazer o acolhimento desses irmãos que chegavam, em razão da falta da previsão legal do acolhimento humanitário e diante do fato de que, a cada dia, um número maior de imigrantes bate a nossa fronteira seca, sobretudo na fronteira do Acre. Isso fez com que o Conare e o Conselho se sentassem. Os senhores sabem que normalmente os fluxos migratórios, chamados "novos fluxos migratórios", que chegam ali pelo Acre, sobretudo de haitianos, senegaleses e dominicanos, estão sem os respectivos vistos. Eles usam um artifício jurídico que é se declarar refugiados, e a Lei do Refúgio é muito clara: uma vez que você se declare refugiado, você tem que ser admitido. Tem que ser preenchida uma série de formulários, e isso vira um processo que o Departamento de Polícia Federal encaminha para o Ministério da Justiça, para o Comitê Nacional de Refugiados examinar.

Ora, o que acontece? A Lei do Refúgio é muito limitada e restrita aos casos que são considerados refúgios. E o que aconteceu, com o passar do tempo, com o exame dessas questões? Não se conseguia, claramente, enquadrar a situação como situação de refúgio, mas não se podia negar o viés altamente humanitário que essa migração trazia.

Então, o Conare, junto com o Conselho Nacional de Imigração, começou a se debruçar sobre essa questão, e veio o entendimento de que as situações em que o Conare recebesse pedidos de refúgio de quem, classicamente, não fosse considerado refugiado, mas em que houvesse um viés humanitário extremamente forte, fossem recomendadas ao Conselho Nacional de Imigração. Isso para que, à luz da Resolução Normativa 27, que trata de casos omissos e especiais, o Conselho pudesse admitir esses imigrantes, sob o amparo também da Resolução Recomendada 08, que diz que toda e qualquer situação de acolhimento humanitário, entendida assim pelo Conare, seja encaminhada para a análise do Conselho Nacional de Imigração, para que se pudesse então promover a regularização da estada desses imigrantes que chegavam nessa condição. Então, é isso o que, desde 2010, o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, através do Conare e do CNIg, têm feito com relação à regularização dos nossos irmãos que aqui chegam, sobretudo os haitianos.

A minha contribuição, Senador, seria mais detida sobre a questão... Porque, quando a gente começa a discutir o fato desses novos fluxos migratórios, parece que o problema se resolve todo quando você consegue dar a ele a regularidade da sua situação: ou a sua permanência, ou, no caso da Resolução Normativa 97 do CNIg, que permite que esse visto humanitário seja dado em Porto Príncipe, evitando o que o Embaixador Simas já trouxe, claramente, tentando evitar essa rota irregular que vem pela fronteira do Acre, com esses vistos permanentes concedidos lá.

Essa situação do imigrante, na verdade, começa quando ele, de forma regular ou irregular, chega ao nosso País, e nós temos que discutir esse acolhimento, não só pelo aspecto, simplesmente, da sua regularidade, da sua documentação, mas, sobretudo, pelo aspecto da inserção sociolaboral desse imigrante na nossa sociedade. Se nós não tivermos uma política mais ampla, se nós não tivermos uma visão mais ampla sobre esse nosso irmão, um ser humano que chega, bate às nossas portas e vê, no País, a possibilidade de driblar, de suplantar todas as suas dificuldades econômicas, financeiras e sociais, enfrentadas no seu país de origem, nós teremos, em um espaço muito curto, verdadeiros bolsões de imigrantes segregados dentro da célula maior que é a sociedade.

Então, a grande preocupação também que se tem que ter e que se discute, nessa situação e nessa preocupação... o Conselho Nacional de Imigração já promoveu duas grandes oficinas envolvendo protocolos de atendimento e acolhimento desses nossos irmãos imigrantes, para se discutir a questão mais ampla possível, envolvendo a área da saúde, envolvendo a área da educação, envolvendo a área da segurança, envolvendo a área da assistência social. Nesse aspecto, fizemos uma oficina em São Paulo e uma outra em Foz do Iguaçu, em que nós abrimos a discussão para todos os representantes...

(Soa a campainha.)

...dessas áreas poderem, a seu modo e dentro da sua expertise, dentro do seu conhecimento, contribuir e nos ajudar na reflexão, na maturidade, no conhecimento, porque para nós o Brasil, nesse aspecto, é um desafio. Nós ainda vivemos como desafio, a partir de 2010, o acolhimento desses novos fluxos migratórios.

E o que o Ministério do Trabalho também tem procurado elucidar em relação a estas questões: será que o Brasil está sendo invadido por imigrantes?; será que imigrantes estão vindo tomar a mão de obra de trabalhadores nacionais?

Nós estamos muito longe ainda do que, no cenário internacional, se convencionou como um percentual razoável de imigrantes, que gira em torno de 3 a 4% da sua população. Nós estamos com menos de 1% de imigrantes – não chega a 0,5%. Nós estamos nos beneficiando, sobretudo da mão de obra haitiana, que é a discussão da manhã de hoje, dessa mão de obra, porque, no sul e no sudeste do País algumas atividades. como abate de aves, abate de suínos, construção civil, as empresas abrem o recrutamento de vagas e não há a busca, o preenchimento por nacionais. Há um desinteresse dessa mão de obra, dessas posições no mercado de trabalho. Vem a mão de obra haitiana, que é festejada pelo empregador. Essa mão de obra é bem-vinda. Então, temos uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que para nós há uma sobrecarga, há um desafio maior nesse acolhimento, essa mão de obra vem e nos auxilia a preencher postos de trabalho em que já não há tanto interesse por parte dos nacionais.

Então, o que temos a enfocar é que, no ano de 2014, por exemplo, através do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), através da emissão de carteiras de trabalho, temos um percentual de 71% dessa mão de obra inserido no mercado de trabalho. Então, nós ainda não temos – não sabemos o futuro – problema de acolhimento e inserção dessa mão de obra no mercado de trabalho. É claro que há sempre uma preocupação com a intermediação da mão de obra. Há uma preocupação em se estabelecer uma melhor utilização. Há situações – e sabemos disso – de mãos de obra que chegam altamente qualificadas aqui, mas não são inseridas no mercado de trabalho porque há restrições na área da fiscalização do exercício profissional. Há engenheiros, jornalistas e médicos que chegam, mas não conseguem exercitar essas suas profissões por impedimentos da legislação e da fiscalização dessa mão de obra. De qualquer jeito, há também que se destacar que, em 2013, a mão de obra haitiana inserida no mercado de trabalho, pela primeira vez na história do Brasil, superou a mão de obra portuguesa. Em 2013, nós tivemos um percentual maior de inserção de mão de obra haitiana no mercado formal de trabalho, superando, classicamente, a inserção de mão de obra portuguesa que até então tínhamos.

O sinal já tocou e não vou esperar o segundo. Há muita contribuição a ser feita. De qualquer forma – e aqui já foi dito –, a concentração dessa mão de obra tem sido muito utilizada no sul do País. Há um transporte regular do Acre para a parte sul- sudeste e sul do País. Se tivermos dois haitianos que permaneceram no Acre durante esse tempo todo de imigração é muito. Todos eles chegam lá, e a porta é só de entrada, é só um trânsito. A intenção é vir para o sul e sudeste, onde estão os empregos.

Pela ordem de assimilação no mercado formal de trabalho, nós temos, em primeiro lugar, o Estado de Santa Catarina; em segundo, o Paraná; em terceiro, o Rio Grande do Sul; e em quarto, São Paulo.

Agradeço a atenção dos senhores e me coloco à disposição para que possamos debater, na medida da nossa capacidade, esse assunto que é da máxima relevância, parabenizando-o, mais uma vez, Senador Paulo Paim, pela realização de tão importante audiência, sobretudo com a possibilidade de os destinatários dos nossos esforços também terem voz e dizerem, porque, às vezes, nós fazemos a camisa e oferecemos ao destinatário, e ele diz o seguinte: "Não, mas eu não gosto dessa cor nem desse modelo." Então, é preciso que nós também tenhamos a possibilidade e estrutura para que os destinatários recebam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há um movimento que diz: tudo conosco, nada sem nós, que vai nessa linha da sua fala.

O SR. LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS – É verdade.

Então, muito obrigado.

O Ministério Público do Trabalho se sente honrado de, mais uma vez, ter sido convidado, de estar aqui.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, Paulo Sérgio de Almeida, não está, porque está em viagem no exterior, mas, de qualquer jeito, é um entusiasta, é uma pessoa aberta, é uma pessoa que está lá sempre muito preocupado e desejoso de dar a sua contribuição.

Obrigado pela atenção de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem... (*Palmas.*)

... ao Luiz Alberto Matos dos Santos, que falou pelo Conselho Nacional de Imigração e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto à importância desse tema – até para que os companheiros do Haiti entendam –, essa foi uma das sessões desta comissão mais prestigiada: cinco ministérios, cinco setores importantes do Governo estão aqui representados neste debate, cinco. Dificilmente você consegue botar cinco – com o Itamaraty, eu diria que são cinco – departamentos fundamentais para esse tema, que vieram participar deste debate e deste evento.

Com essa fala, eu cito aqui os estudantes que estão visitando o Senado, estudantes de Ciência Política da UnB. Sejam bem-vindos. Estamos discutindo aqui a situação dos imigrantes, mas, principalmente, do Haiti. Os estudantes da faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e também da UFP – é Pelotas, não é? –, Direito de lá do meu Rio Grande, sejam bem-vindos. Não há nenhum bairrismo aqui, quando eu falo um pouquinho mais do Rio Grande. Sejam todos bem-vindos.

Eu até pedi aqui para a assessoria que os Estados saibam que vocês estão aqui, para que possam prestar contas lá, quando voltarem. Da UnB, é o Daniel; da Universidade Federal de Minas Gerais – Deus me livre, essa aqui eu tenho que pedir para levantar e eu vou dizer o porquê: tem o nome da Cora Coralina, que eu adoro, e o sobrenome é Paim. Cadê ela? Levante-se aí, só para eu te ver aí. (*Pausa.*)

Muito bem. Então, é Carolina Paim, da Universidade Federal de Minas Gerais; o Henrique, também da Universidade Federal de Minas Gerais; o Artur, também da Universidade Federal de Minas Gerais; e a Joana, lá do meu Rio Grande, da UFPel; e a Camila, da UFPel também. Sejam todos bem-vindos aqui.

Eu vou tomar a liberdade de dar uma salva de palmas à juventude brasileira que veio assistir a este debate aqui. (*Palmas.*)

Então, de pronto, nós vamos convidar agora o José Maria de Almeida, o conhecido José Maria, que é membro da Coordenação Nacional do Conlutas, que tem participado também, em toda vez em que é convidado, inclusive nos eventos que eu estou realizando nos Estados.

Eu passei o 11º Estado, sempre na assembleia legislativa, com a casa sempre lotada, e todas as centrais estão participando. Não há uma central, que, de uma forma ou de outra, deixe de participar deste importante debate e deste de hoje, de que você é hoje aqui um dos proponentes.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Obrigado, Paim.

Um bom dia a todos e a todas.

Queria, Senador, mais uma vez, agradecer a decisão sua e da CDH de realizar aqui esta audiência; agradecer às autoridades que atenderam ao convite da CDH para estarem presentes; e dizer que eu acho que esse debate é um debate muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me que eu diga que, na verdade, quando eu fui fazer a audiência pública da terceirização em São Paulo, com a assembleia lotada, vocês organizaram um encontro meu, dentro da assembleia, com os líderes dos trabalhadores e trabalhadoras do Haiti, e ali nós amarramos a agenda do dia de hoje.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, Paim, eu ouvi aqui atentamente a fala dos representantes das várias áreas do Governo e do Senador Jorge Viana e eu queria dizer que vocês nos conhecem, ou seja, eu prefiro tratar as coisas, às vezes, com bastante franqueza, e eu queria tratar também assim dessa forma aqui.

A intenção nossa, quando nós pedimos a audiência, não foi – e eu entendo a preocupação do Senador Jorge Viana – tratar das denúncias que foram feitas, da veiculação que a impressa faz em relação ao problema do deslocamento interno dos imigrantes ao Brasil e das acusações que foram feitas ao Governo do Acre.

Na verdade, o que o Senador disse aqui sobre o papel da imprensa, nós que somos trabalhadores, que organizamos e fazemos as nossas lutas, sabemos muito bem como é que é. Toda greve de trabalhadores, toda ocupação urbana, toda ocupação rural é tratada pela imprensa como cuida de baderneiro, de bandido que está atrapalhando a vida da população brasileira, e esse é o papel dos grandes jornais, das redes de TV, que não estão aí para informar a população brasileira, estão aí para defender os interesses dos seus proprietários, dos grandes empresários.

Nós, pelo menos, não nos assustamos com isso e, tampouco o foco central do pedido que fizemos, Senador, tem a ver com as diferenças que nós temos com o Governo em relação à política externa que o nosso País tem com o Haiti. O senhor sabe, é antiga a nossa polêmica, achamos um erro grave, a ocupação militar que o Brasil patrocina no Haiti, não achamos que aquilo ajuda o Haiti, não achamos que aquilo ajuda o Brasil, pelo contrário – vou voltar um pouco a esse tema mais adiante, porque é uma contradição com a situação que nos encontramos hoje –, a razão humanitária da presença dos militares brasileiros no Haiti não se confirma, faz dez anos de ocupação, e há parcelas grandes da população do Haiti que fazem o que podem para sair do país, para obter o mínimo de dignidade, vivendo em outros países, porque não há isso no Haiti. O que estão fazendo, exatamente, as Forças Armadas do Brasil lá? Mas, tampouco, esse era o foco da discussão. Vou voltar a esse tema, porque estão relacionados.

O que me motivou, em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – José Maria, só aproveitar agora, o erro foi meu. Falei dos estudantes, só não falei de uma e ela fez a justa reclamação: "Meu nome não foi falado!". Da UnB, licenciatura em Português do Brasil como segunda língua, aluna Paula Rodrigues. O. K., Paula? Está registrado.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – O que me motivou, fundamentalmente, a fazer o pedido da audiência foi outra coisa. Fizemos agora, recentemente, um Congresso da CSP Conlutas e, nesse congresso, fizemos uma reunião com uma delegação de haitianos que estavam presentes, de companheiros que estão aqui no Brasil, vieram imigrados para cá, estavam presentes no Congresso, o Fedo, a Emiliene, e havia outro companheiro que acho que está em Santa Catarina.

Qual o problema, Paim? Muitas vezes – V. Exª está muito tempo na vida política, milito também há muitos anos –, ficamos revoltados, ficamos bravos com as injustiças, com os problemas que vemos no País, mas foi a primeira vez na vida que fiquei com vergonha, com vergonha do que o Brasil está fazendo com as pessoas que estão chegando aqui. É o meu País. Já tivemos, na história do nosso País, 350 anos de escravidão, 350 anos. As pessoas que estão conseguindo chegar ao Brasil, nessas condições que foram descritas aqui pelas autoridades, estão sendo tratadas assim. Não é um problema do Acre, o problema que me relataram é em São Paulo, é na cidade mais rica do País. As pessoas revezando para dormir no chão, porque em pé não dá para dormir, porque não cabe todo mundo deitado, uma parte fica acordada em pé para a outra poder dormir.

É verdade que há ofertas de emprego, mas é preciso ver quantos desses trabalhadores estão sendo tratados como escravos pelo empregador que se aproveita da situação de vulnerabilidade por falta de documentação e faz com que ele trabalhe como um trabalhador brasileiro não trabalharia, porque a lei não permite, seja pela diferença de salário, seja das condições de trabalho, os companheiros poderão dizer. Há dezenas de casos de abusos por parte do empresário, o que é verdade, mas o empresário está oferecendo esse emprego porque tem necessidade de mão de obra e está empregando essa pessoa que está desempregada, mas temos muitos picaretas, porque é o único nome que posso dar, que não veem dessa forma e se aproveitam da vulnerabilidade daquele cara, obrigando-o a trabalhar em condições que não podem obrigar o trabalhador brasileiro, para aumentar o seu lucro. Na construção civil, está acontecendo muito isso, mas não é só na construção civil.

Qual é o problema, Paim? Esse é o problema fundamental que queria discutir aqui. Temos muitas diferenças entre nós, agora não pode ser que o Brasil, um país rico como é, permita uma coisa dessas. Acabou de dizer o representante do Ministério do Trabalho: é menos de um por cento os imigrantes que temos no País.

Eu fiquei feliz em ouvir do representante do Ministério das Relações Exteriores que o Brasil não mudou e nem vai mudar a sua política em relação à imigração, vai continuar recebendo os imigrantes no nosso País e tratando com respeito essas pessoas. Acho importante isso. Junto com isso, é importante dizer que esse é o mínimo que este País tem de fazer. A nossa referência não pode ser a Inglaterra. Vocês ouviram a declaração do Primeiro-Ministro inglês na semana passada, o David Cameron: eu vou colocar para fora esse enxame, se entrarem aqui. Um governante que fala isso abre mão da sua condição humana. Não somos enxames, nem os haitianos são, nem os africanos que estão indo para a Europa são, nem os brasileiros são. Nós somos seres humanos, somos iguais, nem mais, nem menos. David Cameron não é nem uma vírgula a mais do que qualquer habitante da África, mas ele se esqueceu disso. Ele se transformou numa outra coisa para defender os interesses dos grandes grupos econômicos daquele país. Não acredito que essa seja a posição do povo inglês.

No Brasil, o esforço que o Governo brasileiro disse, aqui nesta Mesa, estar fazendo é importante que seja feito. Agora, não pode ser que as pessoas que chegaram ao nosso País sejam tratadas da forma que as estão tratando. Há um problema humano, em primeiro lugar. Acho que a agilização da documentação, de fato, tem sido feita nesse último período. Era muito difícil no começo. Acho que é importante seguir os esforços nesse sentido, mas há uma coisa básica, gente: não estamos tratando as pessoas que estamos recebendo como humanos. Estive no Acre acerca de um ano atrás. Fui fazer uma reunião em Brasiléia com o Osmarino – você deve conhecê-lo – e visitei um alojamento de haitianos que estavam lá. De fato, muito precário, muito precário, como vocês descreveram aqui. Essa mesma situação nós temos em São Paulo. Qual é o problema que acho importante discutirmos? O Sr. Nilson nos fez uma exposição mostrando as iniciativas que foram feitas pelo Governo do Acre junto com o Governo Federal e também nos informou a soma que foi gasta para isso: R$24 milhões. O nosso País gastou, Dr. Nilson, do ano passado para cá, com a presença das tropas brasileiras no Haiti, R$1,2 bilhão, que é muito mais do que R$24 milhões, para manter soldados do nosso País no Haiti. Se o nosso interesse, nas nossas relações com o Haiti, é prestar ajuda humanitária, esse R$1,2 bilhão não poderiam sem mais bem aplicados? Não poderíamos ter abrigos decentes em São Paulo, em Brasiléia, em Rio Branco com esse dinheiro? Porque os soldados do Brasil no Haiti não estão acabando com a miséria em que o povo do Haiti vive, sequer estão garantindo a segurança do povo do Haiti. Recentemente, a ONU divulgou um relatório sobre abusos sexuais de soldados das tropas de ocupação da ONU no Haiti. Eu conversei, Senador Paim – e queria falar aqui com o Beto, que é do Ministério da Justiça –, agora, há poucos dias, com um ex-soldado, um trabalhador brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – ... que serviu como soldado das tropas de ocupação do Haiti. Nós gravamos com ele uma entrevista. É terrível o que tem sido feito lá, também com a participação dos soldados brasileiros. É terrível o que se está fazendo com meninas de 10, 12 anos. Desculpem. É isso que nós estamos fazendo como país.

Eu já disse aqui, várias vezes, e quero reafirmar que é preciso mudar a política externa do Brasil em relação ao Haiti. Temos de tirar de lá essas tropas, pegar o dinheiro que está sendo gasto nisso e ajudar, de fato, o povo do Haiti, seja assegurando condições humanas para aqueles que estão aqui, seja usando esse dinheiro para ajudar a construir hospitais, escolas, reconstruir as casas das pessoas que perderam as suas casas no terremoto. Eu fui ao Haiti, Beto, seis meses após aquele terremoto. As tropas brasileiras já estavam lá. As pessoas que perderam as suas casas estavam da mesma forma que no dia seguinte ao do terremoto. Se nós voltarmos lá hoje, Beto, vamos ver que essas pessoas estão na mesma situação do dia seguinte ao terremoto, porque os recursos que foram arrecadados no mundo todo – no Brasil, inclusive – para mandar para lá para reconstruir o país foram embolsados pelos políticos daquele país. O povo não recebeu nada disso. Então, se o Brasil quer ajudar, pode ajudar. Brasil é um país, sei lá, sétimo, oitavo país mais rico do mundo. Nós temos condições. E eu acho que, como somos todos seres humanos, nós temos a obrigação de ajudar. Mas numa boa? Nós estamos fazendo o oposto do que deveria ser feito.

Então, eu não queria nem trazer para cá esse debate, essa polêmica que temos em relação ao problema da política externa nossa para o Haiti. Agora, há uma coisa básica. Nós temos aqui, sei lá se são 50, se são 60, se são 70 ou se são 80 mil haitianos. Deve aumentar o número de haitianos aqui no Brasil, conforme me informou o representante do... E ele tem razão. Essa é a análise mínima da situação que se pode fazer. E não pode ser que a gente siga fazendo a mesma coisa.

O Paulo Nunes escreveu aqui um exemplo positivo que ele viu lá na cidade de Santo André. Perfeito. Temos que assegurar isso para todos. Para todos. É simples. É perfeitamente possível. Não pode ser que um país como o nosso diga que não tem recursos e razões, companheiros e companheiras. Não podemos deixar que o nosso País se transforme ou que nossos governantes se transformem em pessoas como essa que é hoje o Primeiro-Ministro da Inglaterra, que trata as pessoas da forma que ele trata. Nós não temos esse direito.

Então, a discussão que nós queremos fazer com os representantes do Governo é esta. Eu entendo os esforços e respeito os esforços. Não estou dizendo que as pessoas não estão fazendo nada, não estão preocupadas. Mas a situação de fato que nós temos é esta. E isso é inadmissível, porque, se fosse uma coisa que não tivesse ao nosso alcance, que não tem solução, solucionado está – não é? – aquilo que não tem solução. Mas não se trata disso. É muito pouca coisa.

Então, o Paim sempre brinca comigo, porque às vezes eu sou crítico demais com as coisas. Eu, em geral, se me perguntam se eu tenho crítica com relação ao que o Governo está fazendo, eu em geral tenho. Eu sempre acho que os governos podem fazer mais do que estão fazendo. Agora, neste caso em particular, gente, nós temos que fazer uma revolução, uma revolução, porque não é um problema político. Nós vamos seguir debatendo entre nós aqui a nossa diferença em relação à política externa do Brasil com o Haiti, mas é um problema humano. Nós não podemos deixar que isso permaneça por mais um dia, uma semana, um mês. Não pode ser. Então, a razão fundamental, Paim, para a qual nós pedimos essa discussão é esse problema. Eu me senti assim. Vocês vão ouvir os companheiros falarem. E não pode ser que o nosso País não mude isso imediatamente.

Então, eu agradeço, Paim, mais uma vez a sua presteza em atender o nosso pedido. Queria aproveitar para dizer que nós conversamos com o Padre Paolo em São Paulo. Ele tinha uma atividade hoje e não podia se deslocar de lá. Está presente aqui também. Não sei se vai ter outra Mesa. Mas era importante que se pronunciasse o representante da Rede Jubileu Sul. É uma rede que tem desenvolvido uma atividade muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou responder de imediato. Mas ele vai usar a palavra do plenário.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Perfeito. É uma rede que tem desenvolvido um papel...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Um trabalho importante também em apoio não só aos haitianos. Tem desenvolvido uma campanha já extensa de solidariedade ao povo daquele país. É importante que se fale. E a nossa expectativa, Paim, é que a gente possa dar passos concretos nisso.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Maria de Almeida. (*Palmas.*)

Membro do Conlutas. Ficou exatamente no tempo programado, dez com mais cinco.

Agora, eu passo a palavra para o Alix Georges, Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano do Brasil, lá em Porto Alegre.

Por favor, Alix.

O SR. ALIX GEORGES – Primeiro, meu bom dia a todo mundo. Obrigado por esta oportunidade ao Senador Paim, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alix, me permita, para localizar os nossos convidados. Todos terão direito à palavra mais uma vez, viu? Terminando a Mesa, todos os convidados terão direito à palavra, mais uma vez, por cinco minutos.

O SR. ALIX GEORGES – Tá.

Bom, nós, durante todo esse tempo aí, houve muitas coisas que foram levantadas, muitas questões que eu achei muito relevantes, que não vou precisar ficar repetindo.

Eu queria falar de uma questão que eu acho muito importante. Muitas vezes, o povo brasileiro não sabe.

Eu, como imigrante, cheguei aqui em 2006. Eu deixei o Haiti bem no início desse trabalho da Minustah no Haiti, que o Zé acabou de mencionar. Então, o destino do haitiano até 2010 nunca foi o Brasil. Mas vamos à raiz do problema. Por que o haitiano tem que deixar o Haiti para buscar a vida fora do País? Será que fora do País ele vai se sentir melhor? Historicamente, o haitiano, como o Sr. Beto mencionou na fala dele, tem o hábito de emigrar. Por quê? No intuito da busca de uma vida melhor, da busca pela sobrevivência. Todos nós sabemos que a situação não é boa lá. Está muito difícil. Por que o Haiti está enfrentando agora esse problema, que estamos discutindo em pleno 2015? Agora Haiti não deveria estar nessa situação, tudo por questão política.

Eu não sou político. Então, o meu discurso de cidadão mesmo, de cidadão haitiano consciente da situação do meu País e que queria, como todo haitiano, morar num país digno onde existem todas essas condições básicas. Infelizmente, no Haiti, a gente não está conseguindo ter isso. Por quê? Porque a política externa do mundo, a repressão em cima do Haiti é muito forte. Essa dominação imperialista no Haiti é muito forte. Isso faz com que o próprio haitiano, quando está no país, não se sinta bem. Milhões de haitianos, como eu, que estudaram fora gostariam de viver perto da sua família, ajudar na construção de um país, de uma nação, com a nossa dignidade, com a nossa soberania como povo. Mas a gente não tem isso. Está faltando muito isso, pela simples questão das políticas internacionais que estão dominando o Haiti. Historicamente, como sabemos que o Haiti é um país que foi colonizado pela França, toda a miséria do Haiti começou depois que nós, em 1804, decidimos acabar com a escravidão, que é um crime contra a humanidade agora. Depois da nossa guerra de independência, que o Haiti ganhou da França, nós fomos o primeiro país negro a ser independente do mundo com o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Liberdade: todo o mundo nasce livre e tem que morrer livre. Igualdade: todo o mundo é igual, não importa a sua cor, não importa de onde é, de onde vem. Fraternidade: todos nós somos irmãos, que é o lema do Haiti. Então, depois que conseguimos a independência, a França pediu que o Haiti pagasse essa independência, no valor de 150 milhões de francos franceses. Eu gosto sempre de dizer isso porque todo haitiano sabe que a minha liberdade é a minha liberdade. Eu não posso comprar minha liberdade. Por que eu abordo essa questão? Porque isso é uma das coisas que faz com que o Haiti seja um país de imensa pobreza. Daí o Governo Jean- Pierre Boué (1825) fez o que pôde para pagar essa dívida.

Pagou 150 milhões de francos franceses. Agora, o valor é estimado em U€17 bilhões, em valores mais ou menos atualizados.

Cada vez que o Haiti, que nós, haitianos nos levantamos para construir a nossa identidade, a força do nosso País, a força externa está sempre lá para abafar. Por exemplo, por que a Minustah, que o Sr. José Maria acabou de mencionar agora? Por que a Minustah está à noite? Uma das razões é que, em 2004, nós, como povo, íamos festejar em grande estilo, com muito orgulho, duzentos anos de independência.

Infelizmente, o então Presidente Jean-Bertrand Aristide falou: "Bom, nós estamos com problemas. Esse valor que a França pegou é o mínimo. Não precisa devolver toda a riqueza que você pegou do País." Nós sabemos que o Haiti foi a colônia mais importante da França, naquele século. O Haiti até foi chamado de A Pérola das Antilhas pelos franceses.

Então, o Presidente falou: "Nós vamos fazer uma grande festa nacional, festejando os duzentos anos que derrubamos essa força imperialista. E agora somos livres. Mas queremos esse dinheiro." Estou falando, e não sou político. Sou estudante. Estudei conscientemente. Naquela época, em 2004, eu estava estudando e houve protestos. Eu era contra também esse Presidente. "Ah, é corrupto." Porque estávamos procurando um Haiti. Os jovens haitianos pegaram a rua, na luta, e falaram: "Nós queremos um Haiti melhor. Nós não queremos um Haiti com corrupção. Queremos um Haiti, onde os nossos filhos possam ir à escola, com toda a liberdade, onde teremos acesso à saúde, acesso à educação, a tudo isso."

Bom, houve partidos pró-governo e contra o governo. E aí o governo americano entrou, pegou o Presidente Jean Aristide. Àquela altura, a situação estava um caos mesmo. Quem estava no Haiti já viu o inferno. O dia 29 de fevereiro de 2004 foi um inferno. Nem conseguimos festejar os duzentos anos de independência. Eu

não sabia o porquê, não estava entendendo o porquê. Quando esta força entrou no Haiti, nós achamos que ia aliviar. Mas só piorou.

A ONU, através da Resolução nº 1.542, decidiu colocar a Minustah no Haiti, em 2004, como a missão que iria atuar em três esferas: na esfera política, na esfera de direitos humanos e para ajudar também nessa questão da boa governança do País, o que, de 2004 até agora, está piorando nessas três esferas.

A presença da Minustah matou nove mil pessoas, através só de uma doença que a Minustah trouxe para o Haiti, que é a cólera.

Acho que todo mundo sabe disso. Todo haitiano, meu Deus, tem medo de cólera. A cólera é uma das questões por que os haitianos estão fugindo de lá. Imagine que a pessoa que pegar a doença morre. Quem trouxe a cólera para o Haiti foi a Minustah.

(Soa a campainha.)

O SR. ALIX GEORGES – Acho que todo mundo sabe disso. Todo haitiano, meu Deus, tem medo da cólera. A cólera é uma das questões por que os haitianos também estão fugindo de lá. Imagine que a pessoa que pegar a doença morre. Quem trouxe a cólera para o Haiti foi a Minustah, porque, quando fizemos todas as pesquisas, é uma doença que é de origem de Nepal. Então, não tinha como. Se não tivesse esse Minustah no Haiti, não teria essa doença. Oitocentas mil pessoas foram afetas por essa doença. Foi muita coisa, e agora Haiti está em uma situação muito complicada.

Entrando nessa questão de imigração, é por isso que os haitianos estão deixando lá. Não tem vida, que nem o José Maria acabou de falar. O orçamento para manter o Minustah no Haiti daria nove polícias haitianas. No Haiti, nós não temos exército, porque o Haiti não é um país que precisaria de um exército agora, de gente com arma. Por quê? Haiti não faz parte dos 50 países mais violentos do mundo agora.

Então, esse dinheiro que eles estão gastando para manter essa força, nós teríamos nove polícias. A nossa força policial, agora, no Haiti, são 12 mil homens. Agora, estão trabalhando para chegar até 15 mil, até ano que vem, 2016. As pessoas que trabalham no Minustah são quase nove mil, que é para colocar estabilidade. Não precisamos de nove mil estrangeiros para colocar a paz no Haiti, até porque o Haiti não é um país violento.

Cada vez que eu encontro... Quando eu cheguei aqui em 2006, como muitos haitianos, ficamos muito frustrados. Eu não sou político. Falo do mesmo jeito que eu falo como cidadão. Ficamos, todos os haitianos, frustrados; até alguns têm vergonha de dizer que são haitianos porque a visão que o povo brasileiro tinha do Haiti... Agora está mudando. Agora, muitos haitianos têm medo de dizer, por quê? Ah, aquele país que está em guerra civil?

Eu fui passar na mídia como fugindo da guerra civil que tem lá. "O estudante Alix George..." não sei o quê. Isso não acontece só comigo, acontece com muitos. Então, o Haiti não tem guerra civil que mereça a presença desses militares. Esse valor que estão gastando com a Minustah no Haiti, nós teríamos nove vezes a nossa polícia.

Chegando a essa questão da imigração, põe essas questões que os haitianos... A pessoa tem que sobreviver, então, vai a qualquer lugar. Sabendo que quem está mandando nessa missão no Haiti é o Brasil, então, muitos haitianos acabam escolhendo o Brasil como a terra prometida, como aterra prometida pelas pessoas que estão vendendo a ideia de que vai chegar ao Brasil e ganhar US$3 mil por mês, ou US$4 mil por mês. É isso que é vendido aí.

Eu que trabalho muito com essa questão dos haitianos, os imigrantes que chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa só eu ajudar. quem oferece US$3 mil ou US$4 mi para vir ao Brasil são os coiotes, não é?

O SR. ALIX GEORGES – Sim, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para que fique bem claro. Porque não é o Exército Brasileiro.

O SR. ALIX GEORGES – Não é o Exército não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ficar bem claro. Eu entendi, mas quem está lá do outro lado, assistindo pela tevê, pode criar uma imagem que não é verdadeira. São os coiotes, que todos nós aqui na Mesa não concordamos, criticamos e por isso essa audiência tem esse papel esclarecedor. Mas continua.

O SR. ALIX GEORGES – Muito obrigado, Senador.

O que acontece? Já que os haitianos querem morar para cá, a qualquer custo, porque a pessoa quer sair de lá, então, muita gente está usando isso para ganhar dinheiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ALIX GEORGES – Uma das formas é oferecendo, vendendo um Brasil que se tu chegar lá, vai ganhar um monte de dinheiro. E, agora, o que está acontecendo?

Bom, o tempo está passando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai, vai. Como fomos com os outros.

O SR. ALIX GEORGES – Ah, tá. O que está acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como fomos com os outros.

O SR. ALIX GEORGES – Agora, o haitiano chega ao Brasil iludido, decepcionado, muitos, muitos. Mas muitos também... Nós queremos agradecer também a esse povo que nos recebeu, porque temos de reconhecer que a política migratória do Brasil em relação aos haitianos é bem diferente da de vários países.

Eu fiquei muito feliz e muito aliviado. Nós ficamos muito felizes e muito aliviados, ao ouvir do Embaixador que a política do Brasil não vai mudar, porque o que estava acontecendo agora? A nossa preocupação: "Meu Deus, daqui a pouco, o haitiano vai ser um cara perseguido aqui no Brasil", porque se vê muito esta questão de a sociedade brasileira achar que o haitiano vem para roubar o emprego dele.

O haitiano está invadindo muitas vezes a parte da imprensa, quando trata da questão haitiana, mostrando que é um monte de gente que está vindo, que está invadindo o País. Como o senhor do Ministério do Trabalho acabou de falar, nós representamos 1%. Então, não teria como roubar emprego do brasileiro.

Eu tenho uma pergunta muito importante para o senhor do Ministério do Trabalho. Como ele falou, muitos haitianos chegam aqui e são mão de obra qualificada.

(Soa a campainha.)

O SR. ALIX GEORGES – Assim como eu, há muitos haitianos que estão no Brasil com diploma na mão, com estudo, com tudo; são bem capacitados, falam vários idiomas. E a pessoa tem de se submeter a só fazer trabalho...

Não estou dizendo que há tipo de trabalho diferente: trabalho é trabalho. Mas, senhor, qual é a perspectiva para esses haitianos acessarem essa mão de obra qualificada? Como se vai fazer para colocar essa mão de obra haitiana qualificada nos devidos empregos, segundo a sua formação, a formação acadêmica, etc.?

Bem, para terminar, quero agradecer muito a todos esta oportunidade. Nós queremos agradecer à sociedade civil brasileira, que dá muito apoio aos haitianos. Se tu fores ver, muitas coisas que estão acontecendo entre os haitianos são coisas da sociedade civil organizada, porque sempre há uma associação haitiana aqui, uma associação haitiana lá, uma associação brasileira que sempre dá apoio.

E à nossa Irmã, à Irmã Rosita... Olhe, em Porto Alegre... Não sei o que falar, não achei a palavra, porque, cara, tudo que tu precisas lá em Porto Alegre é na Igreja Pompeia. Só se vai à Igreja Pompeia, Irmã Rosita. "Ah, vá à Igreja Pompeia." (*Palmas.*)

E muitos trabalhos que o Governo brasileiro, a sociedade, as representações políticas do Brasil deveriam ter feito estão sendo feitos muitas vezes pelas igrejas, pela sociedade civil organizada. Por exemplo, se precisar renovar um passaporte do haitiano que mora lá em Porto Alegre? Não há embaixada do Haiti em Porto Alegre. Tu tens de ir lá, à Igreja Pompeia, que é da...

Então, para encerrar, obrigado pela ajuda. Muito obrigado. Não vai mudar muito essa questão da política, mas queremos respeito, dignidade.

Ah, há uma coisa muito importante que eu ia falar do aspecto cultural do haitiano. Estamos sentindo muita falta dele. Tanto o Governo Federal, quanto o governo municipal têm de respeitar isso, porque há vários haitianos que acabaram falecendo aqui. Isso acontece, não é, gente? É o fluxo da vida: tu nasces, tu vives, tu trabalhas, tu morres. Nós temos uma forma de tratar os nossos mortos.

Não estou trabalhando para as pessoas que morreram, mas, quando acontece isso, várias vezes eles enterram os haitianos como os brasileiros. Não; o haitiano tem uma forma de tratar o nosso morto. E isso é muito importante, por mais que a pessoa tenha dinheiro ou não. Então os aspectos culturais haitianos, eu quero, nós queremos que o Brasil preste muito mais atenção a isso. Isso é nossa felicidade, isso nos faz bem.

Queremos que seja retirada imediatamente a tropa da Minustah no Haiti, e o Brasil tem um papel muito fundamental nisso. Foi fundamental na implementação, foi fundamental na manutenção e agora tem um papel muito fundamental na retirada dessa tropa, que nunca teve a intenção de ajudar, e queremos que acabe logo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, o Alix Georges, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre, que ao mesmo tempo fez críticas, mas fez também uma série de considerações positivas da sociedade civil e mesmo por parte do Governo, principalmente do Itamaraty, na forma como está liberando, de forma mais rápida, os vistos e apontando caminhos.

Eu vou concluir esta Mesa, para que todos possam falar, e depois a palavra voltará naturalmente a todos os convidados.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Só para completar um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só quero ter cuidado, quero ser muito rápido, porque senão eu vou ter que dar...

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Não, são dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... dez segundos para cada um.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – É só para agregar uma coisa que ele falou, e eu não tinha dito na minha fala, e acho importante registrar.

Eu acho que há que combater sim os coiotes, dessa forma como se está trazendo para cá. Eu acho que se o Governo encaminhar o que o embaixador informou aqui, resolve o problema. Quem quer vir, vem da forma legal, pelos caminhos legais. Há que combater esse tipo de exploração que é feita. Só queria registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Uma bela contribuição.

Eu passo a palavra agora – porque vou deixar a Irmã Rosita para o final, porque o padre era o último, então a freira vai ser a última – ao Fedo Bacourt, representante da União Social dos Imigrantes Haitianos. Por favor, Fedo.

O SR. FEDO BACOURT – Bom dia a todos. Bom dia ao Brasil. Agradeço muito, primeiro ao José Maria, que deu a oportunidade para nós, falou com o Senador Paulo Paim, que é porta-voz dos imigrantes haitianos. A primeira vez que eu encontrei com o Senador, ele estava de braços abertos para nos receber e falou: "Fedo, vamos seguir em frente e vamos lutar pelos seus direitos."

Hoje temos esta oportunidade, e muito obrigado a cada pessoa que já falou pelo bem nosso do Haiti, o Secretário Beto, que deu uma breve história do Haiti, o Secretário Paulo Roberto também, que ajudou muitos haitianos que estão em Santo André. Muito obrigado.

Mas o Alix já falou da Minustah. Só para completar, a última palavra que ele falou, e eu concordo com ele, nós, na Usih, dizemos "fora Minustah", para um Haiti livre e soberano.

E eu vou falar um pouquinho dos imigrantes haitianos aqui. Desde 2010, quando o Haiti foi atingido por um forte terremoto, por iniciativa do Governo brasileiro, que faz a divulgação através de panfletos que são lançados pelas tropas brasileiras no Haiti, com a divulgação de que o Brasil é o "País do futuro", em pleno desenvolvimento econômico, um País amigo, um País do futebol e várias outras propagandas, os haitianos, que só viram a situação no Haiti piorar – não houve até o momento nenhuma construção do terremoto –, em busca de melhores condições de vida e devido à propaganda efetuada pelo Governo brasileiro, os haitianos têm migrado para o Brasil.

Os primeiros a chegar vieram com pedido de visto; mas nos últimos dois anos, os haitianos estão sendo vítimas de coiotes, que contam com a convivência do Consulado Brasileiro, o que certamente deve ser de conhecimento também do Governo brasileiro. Esses coiotes iludem os haitianos, que de boa-fé são incentivados a pagar mais de 3 ou 4 mil dólares americanos, para que seja emitido pelo Consulado Brasileiro, mas é uma fraude. Os haitianos são roubados, são saqueados e deixados na mata na fronteira com o Brasil. Chegam sem nada. Do pouco que tinham tudo lhes é roubado.

A realidade dos imigrantes haitianos no Brasil. Um pedido de socorro ao Brasil, ao Governo e aos Senadores em favor dos imigrantes haitianos no Brasil.

O primeiro ponto é a falta de abrigo. A falta de abrigo para os imigrantes haitianos é hoje um grave problema. Recentemente, fomos surpreendidos com o envio, pelo Governo do Acre, de centenas de imigrantes para São Paulo, sem nenhuma estrutura para receber um número tão grande de pessoas. Nós da Usih (União Social dos Imigrantes Haitianos) temos tentado, desde o início do ano, contato e diálogo com o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura e o Ministério da Justiça, e não somos ouvidos. Conseguimos falar com o Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura, Eduardo Suplicy, que apenas nos disse que está acompanhando o caso, que está com a agenda cheia e que por isso não poderia nos receber. Até o momento, as autoridades estão se esquivando de ouvir a Usih (União Social dos Imigrantes Haitianos).

Somos imigrantes, muitos passamos pela Missão Paz, fomos vítimas de coiotes, muitos estão há mais de três anos esperando a concessão do visto, sabemos dos problemas para conseguir emprego, das dificuldades para alugar um imóvel, da falta de atendimento médico e de muitas outras dificuldades, mas os governos preferem não dar voz e ouvidos aos imigrantes.

Muito tem sido divulgado sobre recursos que estão sendo destinados para atender os imigrantes. No final de 2014, o Ministério da Justiça divulgou que liberou um montante de R$1.608.074,58, fruto de convênio com o Governo do Estado do Acre. O objetivo era pagar o fretamento de ônibus para o transporte de haitianos às cidades do Centro-Sul do País.

O Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão, que está aqui conosco, disse que o total de recursos foi de R$2,3 milhões. No entanto, segundo o Secretário, já existia um débito de R$1,7 milhão gastos com transporte e que R$160 mil foram antecipados com recursos próprios. Já o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do Acre, Antônio Torres, disse que o convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social seria em torno de R$3 milhões e que seria utilizado para a manutenção do abrigo em Rio Branco e também para a compra de equipamentos e contratação de pessoal.

Passados mais de cinco anos do terremoto que devastou o Haiti e de acordo com a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos do Município de São Paulo, até o início deste ano, aproximadamente 8 mil imigrantes haitianos estiveram no Centro de Referência e Acolhida em São Paulo, incluindo os abrigos da Prefeitura e da Missão Paz. Na estimativa da Usih (União Social dos Imigrantes Haitianos), mais de 50 mil haitianos vivem hoje no Brasil. Segundo publicação no *site* do Ministério da Justiça, são 47 mil imigrantes do Haiti, mas não há como se ter o número exato. Muitos chegam pela fronteira, através da ação criminosa de coiotes. São saqueados e todos seus pertences são roubados. Esses haitianos têm que atravessar a mata até chegar ao Acre.

O Governo do Acre, nos últimos dias, enviou ônibus com imigrantes haitianos para São Paulo. As pessoas foram despejadas na Estação Barra Funda do metrô. A Usih, sem nenhum recurso, fez a triagem, vendo quem tinha algum parente ou amigo que pudesse abrigar; encaminhou quem tinha a promessa de emprego para o Paraná e Santa Catarina.

Queremos urgentemente uma reunião como Ministério da Justiça e os Governos do Acre e de São Paulo. Reivindicamos a cessão de uso do prédio para a Usih, para que possa ser transformado em um abrigo e centro de acolhida dos imigrantes haitianos.

A Prefeitura de São Paulo divulgou que vai abrir dois abrigos na cidade, segundo divulgado pela empresa. E a Prefeitura assegura com a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Barromeo Scalabrinianas uma estrutura herdada do antigo Colégio Santa Teresinha. Esses abrigos teriam capacidade para 110 pessoas apenas e, somando-se com o número das pessoas que já se encontram no abrigo da Missão Paz, a situação vai continuar a mesma.

O Governo divulgou que, no próximo mês, vai enviar cerca de mil haitianos para São Paulo, mas não existe abrigo para atender essas pessoas. E o que mais nos revolta: estamos tentando estabelecer o diálogo com a Prefeitura, e fomos surpreendidos pela empresa, que afirmou que a Prefeitura permitirá o recebimento de todo mundo na igreja, representantes de toda a espécie, mas se recusa a ouvir os haitianos. Suplicamos a V. Exªs, Srs. Senadores, que têm um poder de representantes do Senado brasileiro, que intercedam pelos haitianos.

Segundo, direito de organização. Grande parte dos problemas até aqui relatados se devem ao não reconhecimento do direito de organização dos imigrantes haitianos por parte dos governos, Prefeituras, Governos estaduais e o Governo Federal. Os imigrantes precisam ser acolhidos por quem fala sua língua, por quem sabe os problemas que sofrem os imigrantes e por quem pode falar por eles. O diálogo com a Usih é parte da solução dos problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. FEDO BACOURT – Fundo de emprego. Como dissemos, os haitianos migraram para o Brasil em busca de uma vida melhor. E estão passando por todos os tipos de discriminação – o racismo é o primeiro, mas não é o único; o emprego, meio de subsistência, tem sido uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos.

As empresas brasileiras não estão cumprindo a legislação trabalhista. Muitos são recrutados por empresas que não registram os trabalhadores haitianos; pagam salários diferenciados entre brasileiros e imigrantes haitianos; na mesma função, não pagam os salários corretamente e, em alguns casos, não pagam os salários.

A terceirização é para os imigrantes um mal social. A maioria dos empregos está no setor terceirizado. Com a mudança na legislação brasileira, os imigrantes haitianos estão sendo os mais atingidos: além de terem passado parte do período de emprego sem terem os direitos trabalhistas garantidos, também agora sofrem por não terem direito ao seguro-desemprego.

É muito importante haver um centro de referência dos imigrantes haitianos, para que se levem ao conhecimento do Ministério do Trabalho e das demais autoridades todas as irregularidades que estão sendo perpetradas por empresas brasileiras. E a União Social dos Imigrantes Haitianos é a única que pode ser este porta-voz.

A crise econômica por que passa o Brasil não será retida com o avanço da terceirização. Direito ao trabalho é o direito à vida. Negar o trabalho ao homem é negar o direito de sobrevivência.

Regulação de documentação.

A maioria dos imigrantes haitianos está vivendo quase na ilegalidade, porque não há uma política de imigração no Brasil. A maioria dos imigrantes está há mais de três anos, esperando pelo visto. Pelo RNE, há apenas um protocolo, e este se tornou um entrave para conseguir emprego e moradia. Um papel sulfite, com um carimbo, isto é um protocolo. Muitas empresas não reconhecem isso como um documento oficial.

Mesmo quando se tem em mãos uma carteira de trabalho e o CPF, as empresas exigem o Registro Nacional de Estrangeiro, que é o RNE, como também exigem as imobiliárias e os proprietários de imóveis. Muitos imigrantes não conseguem sair do abrigo, mesmo quando conseguem emprego, porque não conseguem alugar um imóvel.

Sabemos que a maioria dos vistos foi para refúgio. E o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) não tem suporte para a avaliação dos pedidos de visto. Aqui também reside outro problema: os pedidos, teoricamente, deveriam ter sido solicitados como visto humanitário, mas foram de refúgio.

Tendo em vista que o Haiti vive uma ocupação militar e, por mais que o Governo brasileiro diga que cumpre uma missão de paz, são os soldados que arrombam as portas das casas, espancam e estupram o Haiti. É um território que não pertence aos haitianos, mas é uma zona militar, e o povo vê uma guerra e vive em campos de concentração, em mais de cinco anos, nas mesmas tendas de lona, após o terremoto, em meio aos escombros, e ainda são vítimas das atrocidades dos soldados.

Educação e reconhecimento dos diplomas.

Uma grande parte dos imigrantes haitianos tem formação superior. São professores, engenheiros, advogados, mas aqui têm trabalhos na construção civil, como pedreiro, ajudante; para as mulheres, serventes de limpeza.

O reconhecimento dos diplomas é uma ação importante para dar melhor condição de vida aos imigrantes, sendo que o reconhecimento do diploma esbarra desde a burocracia até a questão financeira. Os imigrantes haitianos não têm condições de pagar as taxas cobradas para o reconhecimento dos diplomas.

É possível o Governo brasileiro estabelecer junto com as universidades públicas mecanismos que atendam a questões especificas dos imigrantes haitianos, por se tratar de uma questão de ordem social, de interesse inclusive do Brasil.

Também os imigrantes estão sendo obrigados a se qualificar. E os cursos de entidades, como o Senai, que têm isenção de verbas públicas, cobram os cursos. É muito importante poder contar com a interlocução do Senado brasileiro, para estabelecer políticas públicas de imigração que possam amenizar e dar condições dignas de vida para os imigrantes.

O racismo também tem sua vertente na educação brasileira. Não há nas universidades a destinação de cotas para imigrantes. No caso dos imigrantes haitianos, recaem o racismo e a dificuldade maior da língua. Para um jovem haitiano, o muro da universidade é mais alto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, representante da União Social dos Imigrantes Haitianos, Fedo Bacourt.

Quero dizer, em primeiro lugar, que eu gostaria de receber o seu documento, porque entendo que ele faz uma síntese dos principais questionamentos que vocês têm feito sobre a matéria, e me dizia o José Maria, principalmente quando chegam na estrutura e em seu desdobramentos. Mas quero receber o documento.

Por favor, Deputado Nilson Mourão, hoje Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre.

O SR. NILSON MOURÃO – Só um esclarecimento para o Fedo. Você está aqui no Brasil há quanto tempo e como é que você veio?

O SR. FEDO BACOURT – Dia 24 de setembro vai fazer dois anos. Eu cheguei de avião, com documentos legais.

O SR. NILSON MOURÃO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Respondido, passamos de imediato, para depois ter uma rodada final, à Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos. Depois, vamos ter uma rodada final de todos os convidados, sem prejuízo de um inscrito no plenário, que é o Gabriel.

A SRª ROSITA MILESI – Muito obrigada, Senador Paim. Na verdade, V. Exª me colocou numa situação complicada, porque vim para assistir a esta audiência e não estava previsto eu compor esta Mesa. Portanto, vou improvisar alguma colaboração. Além do mais, com a dificuldade de estar, de certo modo, substituindo o Padre Paolo Parise, que daria, seguramente, contribuições muito mais valiosas se aqui estivesse.

Saúdo todos e todas, na sua pessoa, Senador, sobretudo pela diversidade de contribuições e pessoas que contribuíram nesta audiência. Fica mais difícil ainda falar porque, praticamente, todas as dimensões ou as mais variadas dimensões do que um momento como este pode incluir já foram tratadas, cada um ou cada uma das apresentações com a sua especificidade e, sobretudo, com aqueles aspectos que são de vivência também das

pessoas. Por isso trazem essa diversidade, algumas com aspectos bastante sofridos e até dramáticos, outras com dados informativos importantes, outras com análises de suma importância.

Nesse contexto, não tenho muito a acrescentar, mas queria também aproveitar a oportunidade. O senhor fez menção, no início aos estudantes aqui presentes. Então queria só agregar a presença de uma estudante de Chapecó, que também está aqui, se chama Ana Risson. Ela faz parte de um grupo, lá em Chapecó. Sabemos que Chapecó dá exemplos a serem partilhados. Um deles é uma universidade que abriu muitas vagas, especificamente, para os haitianos, que estão aproveitando bastante bem essa oportunidade de estudar. É um exemplo que pode ser reproduzido em muitas localidades e em muitas já ocorre. Mas essa referência, então, à universidade que abriu vagas específicas para os haitianos, de acesso e possibilidade de estudar.

Eu queria falar um pouco aqui sobre algo que impressionou enormemente esta manhã. Abri o computador, cedo, e vi a convocação desta audiência. Eu já sabia, já havia participado com os organizadores, mas me chamaram a atenção os comentários que vinham após essa convocação, em torno de 230, mais ou menos. Não consegui ler todos, passei um olhar rápido. Posso, neste momento, estar errada porque haverá outros comentários, mas eu penso que não havia 5% dos comentários positivos. É muito impressionante ler os comentários que se seguiam a esta convocação. Quase que dava um desânimo de dizer assim: o que responder para quem, de que modo? Quem quiser depois ler...

Eu estava até copiando para arquivar, porque acho que merece uma análise ver por que tantas reações tão rápidas quando há tantos outros temas que poderiam ter comentários positivos e às vezes não têm, e, nesta convocação, houve reações de toda natureza, resistentes, xenófobas, contrárias à imigração, à presença dos imigrantes, etc. Não é bom dizer isso, nem dizer isso aqui, em público, para tanta gente que nos ouve, não porque não seja bom saber, mas porque é muito triste ver que é assim. Sinceramente, é algo que impressiona, e a gente, se quisesse tentar responder, pelo próprio sistema – acho que estava no Face – seria muito difícil tentar responder a essas reações, essas opiniões que ali se expressam.

Então, isso me faz, digamos assim, falar, neste momento, de quanto nós precisamos, de quanto o Brasil precisa trabalhar esse tema das migrações. Mesmo sem entrar no mérito de um grupo específico – não é só em relação aos haitianos, a reação ali se expressa quanto a eles porque a convocação é nesse sentido –, mas preocupa muito essa questão da reação da sociedade. Embora nós prezemos muito o fato de sermos um país acolhedor, e na verdade o somos em muitas dimensões, em muitos aspectos e muitas iniciativas, também essas reações revelam algo que está, aparentemente, adormecido na sociedade, mas que aflora facilmente quando nem tudo está ocorrendo do jeito que eu sempre vi ou vivi.

Acho que, então, um dos apelos que decorrem dessa realidade é que, realmente, precisamos trabalhar muito o tema das migrações. O tema das migrações ao Brasil tem etapas históricas, já referidas, conhecidas, etc., cada uma com suas dificuldades, cada uma com as suas marcas, mas agora vivemos um momento novo, e foi já bastante manifesto aqui. É um momento novo em que esses novos fluxos migratórios ocorrem nos últimos cinco, seis, sete, dez anos. E, embora sejam tão reduzidos em termos numéricos – porque também já foi dito claramente que o Brasil tem menos de 1% da sua população formada por imigrantes, é um dos países que tem o índice mais baixo do mundo de imigrantes. Somos um país com tantas possibilidades –, apesar disso, as reações preocupantes em relação à migração estão se revelando muito rapidamente. Isso preocupa.

Preocupa e nos faz perceber ou, enfim, analisar que as medidas de acolhida que apreciamos enormemente... E já foram mencionadas aqui as formas já viabilizadas para os imigrantes virem ao Brasil, para outras nacionalidades que estão chegando também e que têm mecanismos diversos para alcançar a documentação. Temos um número expressivo, no Brasil, de solicitantes de refúgio, acho que o Beto fez uma menção também a essas questões, e há todo um cuidado, uma dedicação para acolher esses novos fluxos também de refugiados, como é o caso dos sírios, de pessoas do Iraque e de alguns países africanos onde a situação é muito grave. Enfim, há uma série de medidas que nós apreciamos enormemente, e acho que devemos sempre reconhecer tudo aquilo que é feito, seja por iniciativas governamentais, seja por ação da sociedade civil. Eu, de fato, sinto-me feliz de poder dizer que a sociedade civil se esforça para estar nesse universo.

Temos n instituições já, digamos assim, conhecidas nacionalmente, porque estão mais na vanguarda dessa atenção, mas nós temos muitas outras instituições que, com menos expressão, estão presentes. Nós temos uma rede nacional chamada Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, que é composta por mais de cinquenta instituições no País que se dedicam a essa causa. Tudo isso é muito positivo e nós não podemos deixar de perceber, muito menos deixar de perceber as iniciativas também valiosas de parte do Governo, sejam as medidas com relação ao visto humanitário, sejam as medidas em relação ao visto específico, pela Resolução nº 97, com os haitianos, sejam, enfim, as outras soluções.

Mas disso tudo também decorre, cada vez mais, uma responsabilidade, de que tratar uma questão de migrações em um país importa em várias dimensões que precisam ser consideradas, e em vários aspectos que precisam ser implementados.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSITA MILESI – Nós sabemos que a integração efetiva das pessoas, dos imigrantes, dos refugiados, tem que comportar as quatro dimensões básicas. As quatro dimensões básicas são a integração política, que é através da documentação. São vários aspectos, mas um deles é a documentação, o tratamento, a legislação.

Aliás, abro um parêntese para agradecer ao Senado, que aprovou recentemente o texto para uma nova lei de imigrações. Esperamos, agora, que prossiga, porque é um documento extremamente importante. Termos uma nova lei de imigração no País é uma questão mínima, básica, para que possa se dizer que é um país que vai tratar os migrantes com dignidade. A nossa legislação, como sabem, é ainda do tempo da ditadura militar, superada, e que não resolve as questões. Por isso, acabam os migrantes tendo que usar, às vezes, alternativas não recomendáveis para poder documentar-se.

Enfim, eu queria voltar ao assunto da integração, que comporta uma integração política, na questão da documentação e tudo que decorre desse aspecto; uma integração econômico-laboral, que importa em tudo aquilo que se considera como importante, válido e necessário para que a pessoa possa exercer aquilo que é um desejo de todos, poder trabalhar, ganhar o próprio sustento, sustentar as próprias famílias, e também contribuir com a sociedade. O trabalho não é só de interesse pessoal. Ele é de necessidade e interesse público.

A integração social, através do acesso aos direitos sociais, a tudo aquilo que importa uma vivência básica, mínima, igualdade de condições, como a nossa Constituição fala no art. 5º, que é muito claro nesse sentido. Nós temos, às vezes, leis infraconstitucionais que barram esse acesso ou que não facilitam essa aplicabilidade. Por isso, a superação dessa legislação é importante, para que possamos viver integralmente a dimensão que a Constituição assegura, que brasileiros e estrangeiros residentes tenham os mesmos direitos assegurados.

E a integração cultural, que muitas vezes é deixada como algo que o tempo resolva. Mas não é. Os colegas que estão aqui, os amigos haitianos, fizeram referência – o amigo de Porto Alegre, sobretudo – à integração cultural. A vida da pessoa não é só trabalho, não é só produção, não é só sustento, mas é vida, realmente, minimamente plena, que importa em todas essas dimensões.

Então, eu acho que nós, como um país que vem recebendo novos imigrantes, novos fluxos migratórios, precisamos trabalhar alguns temas básicos – por exemplo, começar a trabalhar a questão da interculturalidade desde o ensino básico, começar a tratar essa questão como algo fundamental na sociedade brasileira. Nós não podemos ser eternamente nós e os outros, se der, que venham. É uma sociedade a ser construída na interculturalidade. Nós temos uma vivência fantástica nesse sentido: somos descendentes de italianos, de alemães, de portugueses, de espanhóis, de uma infinidade de nacionalidades. Eu acho que ninguém de nós se arrepende por estar em um país com essa diversidade. Pelo contrário, nos sentimos orgulhosos e enriquecidos.

O nosso fundador, no final do século XIX, disse uma vez que os países que se abrirem à imigração experimentarão um desenvolvimento que nunca antes tinham visto. É uma verdade. Não vale só para aquele tempo, vale também hoje. A riqueza não vem só de um lado. Ela é riqueza em todos os sentidos.

Portanto, a questão de interculturalidade é algo que precisa ser trabalhado desde a juventude, para que isso seja algo desde a escola, para que isso seja algo real e vivo na vida da sociedade, e não simplesmente uma superposição, um concerto de entendimentos.

Então, há outros aspectos, já mencionados, que são de caráter prático: a questão da revalidação de diplomas, a questão da documentação. É verdade que há um acúmulo de processos pendentes – sabemos disso, ele fez menção. Também é verdade que há um esforço – sabemos – para que em breve se possam superar essas dificuldades de acúmulo de processos, pois a documentação provisória é um bem, porque as pessoas não estão em situação irregular, mas, ao mesmo tempo, é algo muito limitante. Esses dias, eu vi um jovem haitiano de 23 anos que dizia, muito triste...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSITA MILESI – "Eu interrompi a faculdade quando houve o terremoto; perdi tudo, vim para cá, e aqui eu não consigo acesso, porque ainda estou com meu documento provisório, e, apesar de ganhar bem [disse ele], eu quero fazer mais! A minha vida está passando. São três, quatro anos que passam, um período fundamental da minha vida. Eu queria avançar, mas a documentação me deixa, ou as possibilidades me deixam um pouco à margem de eu poder colaborar aqui no País com meu dinamismo, com minha vontade de jovem e, ao mesmo tempo, sentir-me realizado com minha vida, sem passar anos sem poder avançar".

Eu estou vendo alguns apontamentos aqui: a questão da migração haitiana, como veio um pouco concentrada e em pouco tempo, justamente alertou o Brasil para as suas limitações em termos de um país que tem estruturas para acolher imigrantes. Portanto, esse é o grande desafio que nós temos que superar.

Em todas as dimensões. Os imigrantes, os nacionais somos seres humanos iguais, mas às vezes parece que está difícil incorporar essa ideia. Parece que sempre somos nós e eles, nós e os outros. Precisamos pensar que a nossa vida também foi assim, nossos antepassados viveram a mesma história. Então, em vez de recuperarmos essa história para talvez discriminar, precisamos recuperar essa história para integrar e acolher.

Acho que, no mundo atual, todo mundo admira o Papa Francisco, que tem sido, enfim, uma expressão para muitos temas, para muitos aspectos.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSITA MILESI – E, no mundo da migração e dos refugiados, ele tem sido não apenas uma pessoa que fala insistentemente, mas que dá exemplos, deu exemplos a toda hora.

Acho que o meu tempo terminou; é isso? (*Pausa.*)

Lá tem 46 segundos.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou lhe dar mais três minutos.

A SRª ROSITA MILESI – Está bom. Se não, eu encerro.

Penso assim: o que é o apelo que nós podemos fazer? Não é talvez o que o Padre Paulo falaria, ou talvez sim, porque ele tem também os dados do atendimento real na instituição – esses dados estão disponíveis, é muito bom que os vejamos –, mas ele traria, seguramente, esta mensagem: o que decorre da vida que nós, instituições da sociedade civil, temos nessa integração, nesse dia a dia ao lado dos imigrantes e dos refugiados? São estes aspectos muito básicos: considerar as várias dimensões da integração e ver como podemos e como devemos tratar os vários aspectos para que a integração seja uma realidade e seja uma riqueza.

Há uma frase do nosso fundador que dizia assim: "Para o imigrante, pátria é a terra que lhe dá o pão". Ele dizia só assim. E eu diria: pátria é também a terra que lhe dá o pão, porque o imigrante não renuncia à sua pátria porque está aqui; ele a ama cada vez mais. E até aproveito para dizer que os haitianos adoram o Haiti. A gente sempre ouve que nenhum deles está aqui porque não ama o Haiti. Eles repetem isso. Assim é com todos os imigrantes. Mas também amam o Brasil. Eles amam, seguramente, a pátria que lhe dá o pão – retomando a palavra do nosso fundador. Na época, ele usava a expressão "dá o pão" porque os imigrantes italianos vinham para fugir da fome.

Nossos bisavós, da Itália, não vieram para o Brasil porque tinham grandes programas, vieram porque lá não tinham mais como sobreviver na época por causa da crise da fome. Então, a frase "a pátria é a terra que lhe dá o pão", mas é também aquela que lhe dá o pão no sentido do trabalho e das possibilidades de recompor a sua vida.

Então, penso que nós temos uma diversidade grande de temas a tratar e também é oportuno fazer um apelo à imprensa, pela importância que a imprensa tem, pelo quanto a imprensa alcança a sociedade: que a imprensa seja uma aliada, seja uma parceira para construir aspectos positivos, e não utilizando, às vezes, termos ou formas que são discriminatórios, como, por exemplo, invasão. Desde quando um país com 200 milhões de habitantes pode se considerar invadido porque chegam algumas...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSITA MILESI – ... algumas pessoas a mais, vamos dizer assim? Em cinco anos, os imigrantes haitianos são 50 mil, mas a Itália está recebendo 100 mil, em dois três meses, por exemplo.

Então, a questão universal, humanitária deve estar colocada em primeiro lugar, a meu ver, e seguramente, acompanhando essa dimensão humanitária, a dimensão também da gestão de um trabalho efetivamente de acolhida e de integração.

Peço desculpas se não contribuí muito, mas, de qualquer forma, eu acho que é um prazer muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contribuiu muito.

A SRª ROSITA MILESI – ... e, sobretudo, quero cumprimentar pelo valor que está sendo dado a este tema, dizendo, sim, que o tema das migrações é um tema do Brasil e um tema das migrações não só dos haitianos, que são um grupo, o mais numeroso, mas temos muitos outros que precisamos olhar em um contexto para que também, às vezes, o uso demasiado de um termo não se torne, às vezes, um motivo também para que a sociedade veja aquele grupo como sendo o único que existe. Não, a migração é mais ampla, mais diversificada, e nós precisamos, queremos, desejamos que o País seja um país efetivamente acolhedor e que promove a integração dos imigrantes e dos refugiados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos.

Houve um revolucionário gaúcho que dizia sempre que, numa visão universal, pátria, pátria somos todos, e eu acabei escrevendo um livro com esse título, mas nessa linha da integração universal da humanidade. Pátria, pátria somos todos.

Bom, agora, vamos passar a palavra para o Gabriel Elias, representante do Jubileu Sul, e para o Anderson Carvalho, representante do Conselho e Vice-Presidente, da OAB/Rio de Janeiro, da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria pedir para cada um ser bem sucinto, porque chega uma hora em que a gente começa, todos nós, a repetir, de forma tal que eu vou dar três minutos, agora, para as considerações daqueles que pediram a palavra, que são dois, e depois para a Mesa. Então, primeiro, para o Gabriel Elias. Até porque, às 14 horas, temos outra audiência pública aqui também relacionada, claro, ao tema direitos humanos e temos que ter um período para estarmos no plenário ainda. E o Anibal, naturalmente, que é ex-Senador, foi Vice-Presidente da Casa, se quiser usar da palavra, sabe que poderá usar a qualquer momento.

Primeiro, o Gabriel Elias, então.

O SR. GABRIEL ELIAS – Obrigado, Senador. Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Quero aproveitar a oportunidade para divulgar uma campanha que a Rede Jubileu Sul organiza, que é uma campanha de solidariedade e pela retirada das tropas do Haiti. Parece-me muito evidente em toda essa discussão que há uma responsabilidade do País, há uma responsabilidade do Brasil sobre grande parte do que está acontecendo no Haiti neste momento e, obviamente, boa parte dessas discussões sobre os fluxos migratórios que envolvem a população haitiana tem muito a ver com o que o Brasil fez nos últimos anos naquele país. Há uma responsabilidade do Brasil nesse sentido. O Haiti vive uma situação de dependência, e a Minustah falhou em garantir, em buscar essa soberania do povo haitiano. Isso é uma coisa que fica muito evidente.

Nesses últimos anos, mais de 15 mil militares foram ao Haiti. O Secretário Paulo Maldos mencionou os vários problemas que existem de cooperação, citou inclusive os programas em parceria com o Viva Rio.

Eu me pergunto quantos técnicos foram enviados ao Haiti para buscar cooperação com o povo haitiano, para buscar o desenvolvimento do povo haitiano e buscar garantir a sua soberania. Se há uma busca por soberania do povo haitiano, eu acredito que isso não se dará através de intervenção militar.

Outro impacto dessa política intervencionista que não foi mencionado aqui, com a atuação do Exército brasileiro na segurança pública do Haiti, foi que essa experiência passou a ser utilizada nas comunidades vulneráveis aqui do Brasil também. Então a experiência do Exército brasileiro no Haiti tem sido usada, especialmente nas favelas do Rio de Janeiro. E isso tem causado grandes problemas. O próprio fato de o Exército estar sendo usado para a segurança pública já é um problema na nossa avaliação, mas isso causou problemas pontuais que acontecem também no Haiti e já foram mencionados aqui. São problemas de violações dos direitos humanos em que o Exército está envolvido naquele país.

Portanto, a nossa campanha tem alguns pontos que buscam, na minha avaliação, resolver grande parte dos problemas que foram discutidos aqui, para os quais acredito que não haverá soluções pontuais infelizmente. Isso é necessário para nós repensarmos de fato os problemas que foram aqui colocados.

O primeiro ponto da nossa campanha é a retirada das tropas do Haiti. O Brasil é um ator relevante nesse processo e deve buscar a retirada das tropas do Haiti.

Segundo, a reparação das vítimas da Minustah.

(Soa a campainha.)

O SR. GABRIEL ELIAS – Ocorreram graves violações de direitos humanos nesse processo e é necessário que o Brasil se responsabilize sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL ELIAS – O.k.

O fim de política de militarização da segurança pública também no Brasil. Então, a retirada do Exército das favelas ocupadas do Rio de Janeiro, especialmente.

O compromisso com uma ampla e verdadeira política de acolhimento dos haitianos no Brasil, ponto de que tratamos bastante nesta audiência pública. Mas também precisamos mencionar a necessidade de normas de conduta para empresas brasileiras que atuam no Haiti. Nesse processo, empresas brasileiras têm buscado atuar no Haiti, e muitas vezes se beneficiam da desregulamentação dos setores econômicos daquele país. É preciso que o Brasil, nesse sentido de buscar soluções para os haitianos, se responsabilize também pelos direitos laborais, pelos direitos ambientais e pelos direitos sociais dos haitianos.

Por fim, que o Brasil busque e que haja uma mobilização pelo perdão da dívida haitiana. Se queremos a soberania do povo haitiano – e essa é a discussão que precisamos colocar como primordial neste momento –, nós precisamos nos responsabilizar pelo seu desenvolvimento de forma ampla.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Tempo concluído.

Esse foi o Gabriel Elias, que deu o seu ponto de vista. (*Palmas.*)

Anderson Carvalho, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Rio de Janeiro.

O SR. ANDERSON CARVALHO – Boa tarde, Senador Paim. Cumprimento toda a Mesa em seu nome.

Quero saudar e cumprimentar pela iniciativa desta audiência a pedido de várias entidades e também registrar que sou Advogado da Federação Nacional dos Petroleiros. Somos dois advogados que assessoram a Federação aqui participando, a Drª Camila e eu. A Federação apoiou em seu último congresso e vem apoiando a causa do povo haitiano.

Eu me inscrevi para registrar que, em 2007, eu era Conselheiro da OAB e estive no Haiti, em missão, designado pelo Conselho Federal da OAB. Quero dizer que corroboro e tive oportunidade de confirmar o que os dois haitianos falaram em relação à violação de direitos humanos pelas forças da Minustah naquele país.

Eu passei 12 dias lá colhendo muitos depoimentos, ouvindo. Fizemos um relatório a esse respeito, que já entregamos para a Comissão de Relações Exteriores do Senado e aproveito o ensejo para trazê-lo às mãos do Senador Paim, para a Comissão que preside, a respeito das denúncias que lá tomamos conhecimento de violações de direitos humanos e do caráter de ocupação militar. Isso gerou um relatório que foi entregue ao Conselho Federal da OAB e a várias autoridades. Sempre que tenho oportunidade, gosto de reiterar a respeito desse material, que hoje, como disse, vou passar às mãos do Senador.

E finalizo dizendo o seguinte: primeiro, eu penso que – como sugestão, permita-me – seria importante, a meu ver, que uma audiência como esta...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON CARVALHO – ... ocorresse em São Paulo, que hoje é o maior centro que recebe haitianos, para verificar *in loco* essas condições que estão sendo aqui descritas. Em segundo lugar, considero que uma visita da Comissão de Direitos Humanos ao Haiti seria necessária, para verificar o que está sendo denunciado. Em terceiro lugar, reitero que o Ministério Público Militar deve apurar a fundo todas as denúncias que recebe em relação às violações de direitos humanos no Haiti, e que isso seja amplamente apurado, profundamente apurado, de maneira que haja conclusão dessas apurações.

Obrigado pela oportunidade.

E, mais uma vez, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Anderson Carvalho,Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Eu vou fazer o seguinte, agora nas considerações finais, se possível, haverá três minutos para cada um. Vou intercalando. Falará um da primeira Mesa e um da segunda Mesa.

Da primeira Mesa, por favor, o ex-Deputado Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre.

Em seguida, falará, pela orientação que tenho aqui, o Alix Georges.

O SR. NILSON MOURÃO – Eu queria acrescentar, como contribuição final, queria dizer que, no Acre, nós constituímos uma equipe técnica, uma política pública definida pelo Governador Tião Viana de atenção humanitária aos imigrantes, mas não é que nós somos especialistas na área. Nunca tivemos uma preparação maior para realizar a ação que estamos desenvolvendo. Mas nós fixamos dois princípios básicos, dois princípios pelos quais nós nos orientamos e nós nos fundamentamos.

O primeiro deles é o princípio de garantir a liberdade e a autonomia do desejo do imigrante. Por isso, para aqueles que desejam ficar no Acre, nós não colocamos nenhum obstáculo – ficam. E, hoje, permanecem no Acre uns 50 imigrantes haitianos, os demais, quando chegam, todos preenchem um cadastro e dizem para onde querem ir, qual é o seu destino.

Normalmente, eles já vêm do Haiti, sabendo que vão para São Paulo, para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul e, anteriormente, logo no início, também para Porto Velho, em função da edificação das usinas do Madeira. De tal modo, meu caro Fedo, desculpe eu ter que discordar da sua visão colocada no seu texto de que o Acre enche um ônibus de haitianos e despeja lá em São Paulo, em Barra Funda. Não é isso; nós não estamos fazendo isso; nunca fizemos isso!

Os haitianos que vão para São Paulo ou para os Estados do Centro-Sul vão porque decidiram ir. E nós, além do acolhimento humanitário que fazemos, ainda conseguimos organizar transporte para levá-los até o

seu destino final. E essa ação, essa iniciativa, é claro, ocorre de acordo com o Ministério da Justiça, fundamentalmente financiada por este Ministério.

E não é que nós vamos levar mil haitianos pra São Paulo.

(Soa a campainha.)

O SR. NILSON MOURÃO – Esses haitianos vão e seguem um roteiro. Eles ficam parte em Cuiabá, outra parte em São Paulo e nos demais Estados do sul. O Luiz Alberto, do Ministério do Trabalho, acabou de nos colocar que, de fato, o número maior de imigrantes está concentrado em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, e São Paulo está apenas em quarto lugar, se eu entendi direito. Então, nós não os despejamos; eles vão para São Paulo.

Nós do Acre não temos condições de organizar uma ação dessa natureza até o destino final, até o seu trabalho – isso não é possível. Mas o Ministério da Justiça, através da liderança do nosso companheiro Beto, articulou esse procedimento, pois nós do Acre não tínhamos como articular isso com os governos dos Estados e dos Municípios, porque nós não temos autoridade para isso. Mas o Ministério da Justiça tem, e o Secretário Beto articulou.

Tivemos uma excelente reunião aqui em Brasília com a participação dos Secretário de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, do Paraná e do Governo do Estado do Paraná, e da Secretária de Direitos Humanos de Curitiba; do mesmo modo, com o de Santa Catarina e de São Paulo. E chegamos ao entendimento. De tal modo que, quando parte o ônibus de Rio Branco, todos sabem o dia, a hora que vai chegar, e quando e onde. E todos os Estados estão organizados, e isso não é mais polêmico.

O segundo princípio pelo qual nós nos orientamos é a transparência. Nós não fechamos o abrigo. Eu sempre digo para todos os nossos colaboradores técnicos: isso aqui não é um quartel, isso aqui não é um campo, isso é um abrigo de imigrantes. Eles têm liberdade de sair, de ir, de entrar. E nós temos total transparência das informações. Chegam lá religiosos, pesquisadores, estudantes, jornalistas têm acesso a tudo, às instalações, depois fazem as suas matérias, suas teses de doutorado, seus textos de conclusão de curso. Na verdade, dificilmente mandam uma cópia para nós, mas fazem muitas teses e muitos trabalhos, que são apresentados em várias instituições inclusive no exterior.

Bom, eu finalizo apenas dizendo que outra informação que foi colocada aqui é a questão dos recursos financeiros, a transparência total. Eu coloquei lá quanto nós recebemos e quanto o Governo Federal investiu. O Governo Federal tem se comprometido com essa política, os convênios celebrados com o MDS se destinam à alimentação exclusivamente, os convênios celebrados com o Ministério da Justiça se vinculam ao transporte dos imigrantes, e há um outro, muito importante, para a contratação de uma equipe técnica exclusiva para trabalhar no abrigo.

Quero informar ao Beto e aos demais membros da Mesa que, por conta da legislação brasileira de licitações, esse projeto ainda não foi concretizado, ainda não está em andamento, mas espero que nos próximos 20 dias tenhamos desembaraçado tudo.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre. (*Pausa.*)

Agora eu passo para o Alix Georges – vou fazer um apelo para os três minutos –, que fala pelo Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre.

O SR. ALIX GEORGES – Bom, eu vou ser breve, eu vou tentar usar menos.

Para concluir, eu só tenho que agradecer ao povo brasileiro mesmo, à sociedade civil, que está sempre fazendo de tudo para a inserção e a inclusão desses haitianos na sociedade brasileira.

Nós queremos essa questão cultural mesmo e a questão educacional, a inserção dos haitianos na educação. Eu queria que, por favor, levassem em conta essa questão burocrática para facilitar o acesso do haitiano ao sistema educativo brasileiro, porque o nosso sistema educativo é bem diferente do sistema brasileiro. No Haiti, você precisa fazer quatro exames nacionais para terminar o colégio, enquanto no Brasil não precisa. Então, não sei como vamos fazer, vamos poder analisar essa questão para poder ajudar esse haitianos a estudar.

E a questão cultural mesmo, que respeitem a nossa cultura e nos ajudem a mostrar mais a nossa cultura e, principalmente, a mídia brasileira, que tem um papel fundamental, parar de marginalizar o haitiano ou mostrar que o haitiano está invadindo. O haitiano não está invadindo, o haitiano não vem aqui em guerra com ninguém, o haitiano não tem partido político, todo haitiano vem aqui para uma coisa, que é a busca pela sobrevivência e a busca de uma melhor condição de vida para ele e para a sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alix, do Centro de Apoio e Orientação ao Haitiano de Porto Alegre. (*Palmas.*)

Agora, vamos passar a palavra para o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que fala pelo Haiti.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Obrigado, Senador.

Eu acho que a função do Itamaraty está bem clara nesse processo, mas eu queria retomar o tema levantado pelo Alix, a educação é a chave do processo, sem dúvida nenhuma. Quer dizer, aprender a língua, em primeiro lugar, se integrar nos sistemas produtivos, e isso se faz através da formação profissional, seja técnica, seja de curso superior, ou, em muitos casos mesmo, até básica, educação básica que eles não tiveram a oportunidade de ter, eventualmente.

Então, se há algo que o Congresso pode fazer, realmente, é preocupar-se com esses aspectos. Há um problema de revalidação dos diplomas também, que é importante, mas aí os problemas não são tanto do Congresso; eles são mais das associações de classe brasileiras – a OAB é um bom exemplo disso também, para não nos esquecermos.

Felicito-me com o fato de ver tantos haitianos aqui presentes. Temos de ouvir sempre mais e ter presente a diversidade de opiniões que foi aqui expressada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que falou pelo Itamaraty. (*Palmas.*)

Agora, vamos para o coordenador do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. Luiz Alberto Matos dos Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS – Sr. Presidente, do universo que foi colocado, porque os desafios são os mais amplos possíveis, só queria colocar uma resposta ao que o Alix Georges colocou sobre o reconhecimento de diplomas. O Embaixador também tocou agora mesmo sobre esse ponto.

Para se ter uma ideia, Alix, tivemos, na última quinzena de maio, numa academia de migração laboral, em Turim, na OIT, com 39 países, discutindo os aspectos que envolvem a migração laboral. Um dos temas era justamente este: reconhecimento de diplomas e exercício profissional. Todos que ali estavam presentes colocaram as dificuldades e a lentidão desse processo.

Quando se pegam os vários acordos internacionais, vamos pegar a nossa realidade, que é o Mercosul... Dentro do Mercosul, já se avançou em muitos aspectos, como os econômicos e os laborais. Quando se trata de aspectos, envolvendo reconhecimento de diplomas, inscrição em órgãos de classe, que são por lei responsáveis, no Brasil, pelo exercício da fiscalização profissional, a coisa anda muito lenta e devagar.

De qualquer forma, não é um problema da nossa realidade, mas de todo e qualquer país. Não temos conhecimento de país nenhum no mundo, onde o indivíduo chegue, apresente a sua documentação de formação profissional e esta seja aceita automaticamente. Cada um tem os seus limites e as suas colocações.

É importante, e aqui cabe ressaltar, que o Conselho Nacional de Imigração pretende, agora, no segundo semestre, começar a estabelecer uma iniciativa de se fazer o Fórum de Participação Social, em que todos os imigrantes e entidades serão convidados a participar.

Acho importante você ficar atento, já que você também representa uma entidade, nesse momento da inscrição, para poder ir lá contribuir e trazer esse tema muito importante, que recorrentemente está sendo reapresentado não só por vocês, pelos trabalhadores, mas a própria bancada dos empregadores que compõe o Conselho tem muito disso. Por exemplo, um empregador traz um engenheiro do exterior para trabalhar na sua obra. Ele não consegue inscrever-se no Conselho Regional de Engenharia e exercer efetivamente a engenharia em razão dessas dificuldades.

Então, não se trata de uma dificuldade apresentada pelos trabalhadores. Também é uma questão recorrente e apresentada pelos empregadores, que esperamos avançar. O avanço é lento, mas precisa ser constante.

Muito obrigado. Até a nossa próxima oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Dr. Luiz Alberto Matos dos Santos falou pelo Ministério do Trabalho.

Agora, vamos para o Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Obrigado, Sr. Presidente. Quero, antes de mais nada, parabenizá-lo pela iniciativa e também ao José Maria, que fez a sugestão desta audiência pública. Ela indiscutivelmente é fundamental para a construção de novas políticas públicas com relação à imigração, em especial de haitianos no Brasil.

Depois de algumas horas juntos aqui, vale uma reflexão importante sobre o que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Três hora e meia até agora.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Três horas e meia. Portanto, uma exaustiva e aprofundada audiência, ouvindo diversos órgãos públicos, diversas representações da sociedade brasileira e diversas representações da população haitiana, que se encontra aqui no Brasil.

Acho que vale a reflexão da identificação do quanto já avançamos, do quanto este País se mantém, do quanto a sociedade brasileira se mantém com o propósito e com a postura, em grande parte, em sua maior parte, com a concepção do acolhimento, com a concepção da solidariedade e com a concepção coerente com a sua história integradora e construída a partir de fluxos migratórios.

A acolhida humanitária que o Brasil e o Governo brasileiro decidiram adotar com relação à imigração haitiana é um exemplo que merece destaque e merece elogio. E talvez tenha sido, sim, a grande responsabilidade que este País tem nesse fluxo neste momento. O abrigamento e a acolhida humanitária que o Governo do Acre vem implementando desde de 2010 até agora são dignas de aplauso, dignas de respeito, como também o trabalho do Estado e o trabalho de cada um dos servidores que ali se encontram, aqui representados pelo Secretário Nilson Mourão.

O trabalho de acolhida que a cidade e a Prefeitura da São Paulo têm feito aos imigrantes haitianos também é digna de respeito e destaque. A prefeitura tem feito um grande esforço; somos testemunhas desse esforço que a Prefeitura de São Paulo tem feito, dando exemplo e sendo seguido pelo Governo do Estado e outros governos estaduais, em relação à mobilidade desses imigrantes de forma coordenada, o Centro de Referência ao Imigrante na cidade de São Paulo, todas as ações de documentação que o Ministério do Trabalho e Emprego tem implementado, da Receita Federal, a intermediação de mão de obra, a fiscalização. E o José Maria destacou um ponto extremamente importante, que é a vulnerabilidade dos imigrantes, que são submetidos, às vezes – o Gabriel também mencionou isso – a condições tristes na hora da absorção laboral.

Mas o trabalho que o Ministério vem fazendo de fiscalização... No ano de 2013, retirou 2.089 pessoas da condição análoga de escravo, e desse total, 13% eram imigrantes, dos quais uma parte considerável eram de haitianos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor.

O SR. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS – Concluo agora.

O maior desafio, Sr. Presidente, daqui para frente, é a construção de um marco regulatório novo, o PL de imigrações, que este Senado aprovou e agora vai à Câmara, a formulação de uma política nacional de imigrações, a estrutura do Estado para atender esse novo desafio de imigração, que se deu a partir de 2005, sobretudo, e mais do que isso, Sr. Presidente, a sensibilização da sociedade brasileira.

O nível de ódio e intolerância que uma parte pequena da sociedade brasileira tem demonstrado é preocupante. O que a Irmã Rosita mencionou só nos alerta a todos nós que aqui estamos o quanto é fundamental estarmos juntos nessa jornada, nesse caminho de sensibilização e conscientização. Porque se estivermos separados, daremos voz àquela ainda pequena intolerância que tem perdido a modéstia, tem perdido a vergonha e, sobretudo, a memória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Sr. Beto Ferreira Martins de Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça.

Só para não deixar em branco, já que a irmã falou e você também falou, não é bem assim, porque tenho aqui e vou deixar para que vocês possam ver, as considerações sobre esta audiência; a maioria vai na linha da fraternidade e da solidariedade do povo brasileiro. Não digo que alguns naturalmente colocaram seu ponto de vista, mas do que recebi aqui... Nós sabemos que o preconceito existe no Brasil. Ninguém é bobo e não sabe. Mas penso que é uma parcela pequena.

Eu ouvi aqui que o próprio empresariado brasileiro, em alguns Estados, está recebendo e acolhendo os imigrantes, dando emprego e formação. Isso é algo positivo.

E quero dizer isto aos amigos do Haiti: preconceito com o povo negro – eu sou negro – existe em todo o mundo. Não me digam que o brasileiro é o povo que mais tem preconceito no mundo, porque não é verdade. Eu, por exemplo, sou negro e fui eleito pelo Rio Grande do Sul. De cada três gaúchos, dois votaram em mim para o Senado da República. E digo isso a fim de demonstrar, não de negar que existe preconceito. Sabemos que existe, mas não me digam que o Brasil é o país com mais preconceito no mundo. Sei que não foi essa a intenção. Eu sei que existe preconceito, mas quero sinalizar para vocês com luz. Existe luz, há espaço. Nós aprovamos aqui o Estatuto da Igualdade Racial, aprovamos a política de cotas nas universidades e no serviço público. Para quem? Para o povo negro. Aprovamos também o ProUni. Parlamentar não é bobo. Vocês acham que Parlamentar ia aprovar essas políticas se entendesse que com isso perderia voto? Não perderia voto não. O povo entende isso.

Que existe problema, existe. Claro que existe. A irmã tem toda razão, outros aqui têm razão, mas eu acredito muito neste País. Nós somos uma mistura de encontros, eu diria, de raças, de etnias, de formação. Estamos construindo esta bela história.

Eu queria que vocês saíssem desta audiência entendendo que há uma minoria que faz barulho. Os maiores preconceituosos são uma minoria que faz barulho, e há condições de reverter esse caminho.

Vocês são bem-vindos – eu quero dar aqui este depoimento –, são muito bem-vindos. Isto faz parte de uma construção, e o tempo vai apontar o caminho mais adequado que queremos trilhar juntos. Por isso, apesar de tudo que aqui foi dito, eu entendo que ainda temos que ter esperança, José Maria. Eu sou um daqueles que dizem que o pessimista é um derrotado por antecipação. Eu prefiro o otimismo e fazer o bom combate para reverter todo tipo de preconceito.

José Maria de Almeida, falei antes de V. Sª.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paulo Paim, como eu disse na minha primeira fala, eu queria deixar de lado os temas mais polêmicos em relação à política externa do Brasil. Como disse o Embaixador, é justo, são opiniões distintas.

Eu queria dizer que, sim, há avanços. Visitei o abrigo em Brasileia há um ano e fiz uma reunião com os haitianos que estavam lá. Muitos dos problemas em relação aos quais eles estavam desesperados naquele momento avançaram; há maior facilidade maior de se conseguir documentação, entre outros.

Qual é o problema? Que ponto eu queria destacar para ver se conseguimos – viu, Beto? – chegar a uma conclusão com esta audiência que seja útil para os haitianos e que nos ajude – viu, Irmã Rosita?

Assim como o Senador Paulo Paim, eu também sou otimista. O povo brasileiro é muito generoso. A população do nosso País, ao ter conhecimento do que conversamos aqui, 99% dela estará do lado dos haitianos. Vocês que estão aqui podem ter certeza disso. O preconceito muitas vezes é disseminado pela imprensa. A imprensa tem interesses. Não há imprensa neutra neste País, como não há em país nenhum do mundo. E o atraso existe em qualquer sociedade, mas, na medida em que é confrontado com o debate, com a realidade da vida das pessoas, ele pode ser revertido. E acho que é nesse sentido que nós temos que trabalhar.

Mas qual é a minha preocupação, Beto? Vocês são governo. E vocês não podem fazer uma análise apontando apenas os avanços. Houve avanços por parte do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho, do Governo do Acre e do Ministério das Relações Exteriores, mas aqui foi descrita uma situação, e é dessa situação que temos que tratar.

Dr. Nilson, o senhor ficou incomodado com a fala do Fedo. O que houve? Vou explicar ao senhor concretamente o que aconteceu. Exato, as pessoas vieram do Acre e desembarcaram na Barra Funda. Não tinham para onde ir. Houve uma audiência com o Senador. Naquela audiência da segunda-feira, foi uma delegação falar com o senhor. Se o senhor prestou atenção, alguns deles portavam malas. Estavam rodando com as malas porque não havia aonde ir. Em São Paulo, na capital de São Paulo, Beto, a cidade mais rica do País.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Porque no abrigo não cabem mais pessoas. No abrigo, repito, as pessoas se revezam para dormir no chão. Essa é a situação hoje, não de cinco anos atrás.

Houve avanços? Houve. É a situação minimamente aceitável? Não. Porque há poucos recursos. O Dr. Nilson nos informou, R$24 milhões.

Se eu pego 10% do que estou gastando com a Minustah, eu faço quatro vezes mais, se eu pego... Percebe? O que estou discutindo é isso. Um país das dimensões do Brasil não pode assegurar um abrigo em São Paulo que possa receber as pessoas que vocês encaminharam para São Paulo – encaminharam a pedido das pessoas. Não estou dizendo que o Governo do Acre está botando as pessoas para fora. Mas recebê-los de forma digna, não temos dinheiro para isso neste País? Temos. Então, nesse sentido, menos importa neste momento ver o que avançou e mais importa ver como resolver a situação que temos hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – É esse o sentido do meu apelo.

Agradeço mais uma vez, Paim.

Também agradeço às autoridades que vieram aqui, atendendo o convite do Senador. Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Zé Maria, que dá uma contribuição aí ao encaminhamento final. Ele havia me dito que uma das maiores preocupações deles – todo debate é importante, e, claro, temos alguma discordância entre nós todos aqui – são os abrigos. Você me dizia isso. Os abrigos são fundamentais, não é, Irmã, quando eles chegam para que tenham uma base, aquilo que

se chama... Eu, que viajo muito pelo País, onde é meu porto seguro? É minha casa. Quando vejo que estou cansado, ligo para casa, e o que a gurizada diz? Volta para casa! E eu volto. Carrego as baterias e vou de novo.

O que eles querem, no caso? Eles sabem que não vão ter uma casa, eles querem ter, pelo menos, um abrigo, nem que estejam cem, duzentos, trezentos, quatrocentos naquele abrigo – decentemente, naturalmente – para que, a partir dali, eles possam, quem sabe, ir para sua casa, aquela que eles gostariam de ter, seja no Rio Grande do Sul, seja no Paraná, seja em Santa Catarina, seja aqui, em Brasília.

Mas vamos lá, estou falando demais. É porque o assunto é emocionante mesmo.

Paulo Roberto Martins Maldos, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – Eu queria dar mais um exemplo concreto do que está sendo feito, no caso, na Prefeitura de Santo André, onde visitei. A Secretaria de Saúde do Município contratou quatro haitianos para trabalhar na Unidade Básica de Saúde do Município, que atende haitianos, dois para atendimento da população, dois para comunicação em crioulo, para tradução com os médicos, apenas para comunicação com os médicos nos atendimentos. E está disponível em todo o sistema de saúde o atendimento a haitianos. Esse é um exemplo concreto do que está sendo feito, além de que existem programas de saúde específicos para essa população haitiana e os sindicatos de trabalhadores da região estão envolvidos nessa rede de apoio. Então, eu queria dizer, com otimismo, que esses exemplos concretos devem irradiar para todos nós.

Nesse sentido, acho que esse deve ser um paradigma, o paradigma de liberdade, igualdade e fraternidade, que deve reger as nossas relações Estado-sociedade, tanto aqui no Brasil, como também lá no Haiti, tendo em vista as denúncias que foram feitas. Deve ser esse o paradigma da nossa relação com o povo haitiano.

E quero dizer, por fim, que acho que um dos grandes desafios que temos, apesar de reconhecer a abertura da maioria do nosso povo, o que temos é um segmento extremamente agressivo, como colocou bem o Beto, que está usando preconceito como arma de agressão, e aqui eu digo: a quilombolas, a indígenas, militantes de movimentos sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ciganos.

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – ... ciganos, população LGBT, população de rua. E aí sim, temos que fazer um trabalho, na nossa sociedade, de combate incansável à intolerância e para que a maioria possa realmente expressar e conformar o que é nossa relação com o outro, com a alteridade em nosso País. Acho que temos que trabalhar isso. A imprensa tem que ser chamada à atenção, tem que ser denunciada nesse sentido de fortalecer o preconceito. O que temos...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS – ... concordando com a Irmã Rosita, é que ficar atentos a isso, e dar o bom combate à intolerância e em favor da relação respeitosa com todos, sejam internos, nacionais, os diferentes internos, sejam os que vêm aqui colaborar com a construção do nosso País, que são os haitianos e outros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Paulo Roberto Martins Maldos, que falou pela Secretaria de Direitos Humanos.

Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Imigração e Direitos Humanos, que fez uma bela fala agora e tem mais um período.

A SRª ROSITA MILESI – Obrigada. Em primeiro lugar, eu quero reiterar o que eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Fedo já está ali, "e eu não falo?" Vai falar! Calma, vai chegar a hora dele.

A SRª ROSITA MILESI – Vai chegar.

Reitero a importância da audiência, o valor desta audiência, e, quem sabe, outras possam ocorrer, porque é o momento que a gente tem para partilhar todas as dimensões, as preocupações de alguns, os avanços feitos, as lacunas que nós temos, os entraves a superar, um trabalho de construção, como de fato o País está tentando fazer.

Reitero que o Brasil é um país acolhedor. Pelo menos é assim que nós nos vemos, graças a Deus. Tomara que consigamos nos ver sempre assim. Também reitero que trabalhar a questão da interculturalidade, da acolhida, da solidariedade e da hospitalidade são aspectos necessários, porque é o único caminho para prevenir, se acharmos que ainda é pouco a discriminação, que avancem ou que haja expressões de rejeição.

A realidade mostra, tanto um lado quanto o outro, e o que nós buscamos é construir políticas públicas, um país que, de fato, preze a sua postura, um país que recebe imigrantes, mas não só recebe: recebe, acolhe e integra. Eu acho que são três elementos importantes, para que possamos nos sentir, pelo menos, tentando cumprir o nosso papel de país que está recebendo imigrantes.

Tenho a preocupação com manifestações diferentes, porque elas existem, mas não são derrotadoras, não são manifestações que nos amedrontem, ou que achem que nós, agora, somos isso. Porém, não vamos ignorar. Precisamos construir.

O povo haitiano é muito bem-vindo. O haitiano tem um apreço enorme pelo Brasil. Eles reiteram isso a todo momento, e nós nos sentimos felizes com isso, mas precisamos, com o passar do tempo, implementar políticas que consolidem essa postura e que supram as lacunas que nós temos, muitas já mencionadas aqui.

Acho que a grande riqueza desta audiência é isto: de tudo que foi dito, depois vermos os pontos positivos, que já são sinais de avanços, os pontos que ainda têm lacunas grandes, os pontos nos quais temos que trabalhar, porque pouco, talvez, ou ainda muito precisa ser feito, não foi suficiente.

A questão da moradia, por exemplo, é um tema importante, assim como a questão do acesso aos estudos, o reconhecimento da capacitação laboral, a integração laboral e a questão do trabalho, com todo o universo que o circunda.

Queira Deus que nós todos estejamos, realmente, construindo nessa perspectiva, sempre com otimismo e com muita fé, porque nós somos um país competente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro! Arrasou no encerramento. Muito bom, Irmã. Gostei muito. É a Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos humanos, que deu essa bela contribuição para todos nós.

Por fim, deixei agora para o final, o representante da União Social dos Imigrantes Haitianos, o Fedo Bacourt, para as suas considerações finais.

O SR. FEDO BACOURT – Muito obrigado, Presidente, Sr. Senador.

O José Maria já respondeu para o Secretário Nilson Mourão.

Sr. Secretário, eu, pessoalmente, fui mais de duas vezes à Barra Funda, conversei com muitos haitianos que estão chegando. Tem haitiano que está saindo para trabalhar e me ligou. Mais de 60, 80 haitianos estão chegando para a Barra Funda, entendeu? Quando eu cheguei lá, eles me falaram que mandaram eles a São Paulo. Eu tenho que usar meu celular, comprar crédito, para ligar para pessoas de Santa Catarina, de Curitiba, Paraná, para ver se eles poderiam receber.

Eu sei o trabalho que está sendo feito lá no Acre. Eu tiro meu chapéu para isso. Eu respeito. O problema é que, quando eles chegam lá, não têm aonde ir. Como o Zé falou, o dia em que encontramos com o Senador lá em São Paulo, tinha mais de três pessoas com mala, acompanhando a gente no ônibus. Não tem aonde ir, não tem abrigo. A Missão de Paz não pode receber muitas pessoas, tem um limite. E lá no Acre eu sei que vocês também tem um limite.

A pressão hoje é muito forte para vocês, é muito forte para nós também. Eu entendo. Muito obrigado, Secretário, pelo trabalho que você está fazendo mais uma vez em Santo André. É exatamente o que nós, na Usih, com o apoio do José Maria, estamos buscando: que os haitianos se envolvam na cultura, na educação do Brasil. Juntos podemos fazer uma diferença muito grande.

Isso que está escrito em crioulo: *ansanm nou fè diferans*, juntos fazemos a diferença. O Brasil precisa da gente e a gente precisa mais do Brasil. Porque não temos nada contra o Brasil, contra as tropas que estão lá, os trabalhos que estão fazendo lá – entendeu? A missão que eles têm não está cumprida.

Depois, quando o Alix falou, que precisamos nós um país livre e soberano...

(Soa a campainha.)

O SR. FEDO BACOURT – Mas nós estamos defendendo um abrigo para nós, porque é muito importante para receber essas pessoas que estão chegando todo dia, que, quando tem frio, está na rua e, quando tem chuva, está dormindo em pé.

Eu já passei muitas vezes com eles lá na Missão de Paz. Tem gente chegando 21 horas, tarde, 22 horas, tarde, e a porta da missão está fechada. Às vezes, eles estão no – não sei como dizer isso – não podem entrar. Às vezes, eu passo toda a noite com eles. Mas, se a Usih – como todos os dias as pessoas estão ligando, estão ligando para a secretária, estão ligando outras pessoas –, se tivermos um lugar, um abrigo para receber eles, eu sei que a quantidade vai ser muito grande, mas vai ter um lugar para receber essas pessoas que está chegando no Acre.

(Soa a campainha.)

O SR. FEDO BACOURT – É isto que nós estamos defendendo: os direitos dos haitianos, porque eles não vêm aqui para isso. Mesmo que eles venham de coiotes, sequestrados e saqueando, não é o que eles estão buscando aqui no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Fedo Bacourt, representando a União Social de Imigrantes Haitianos.

Eu vou encerrar, pessoal, mas eu procuro muito buscar o equilíbrio – é o meu papel aqui. E se pegou a mania neste País de dizer que quem defende direitos humanos só defende bandido, e nós temos mostrado que não é nada disso. Direitos humanos são direitos humanos, e acabou. E digo isso porque, quando vou para os Estados, às vezes... Teve um momento em que fui, que nem o caso hoje do Rio Grande do Sul, numa audiência pública com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Eles mostraram a situação em que eles estavam. Hoje, por exemplo, o Rio Grande do Sul está parado. Tudo está parado, tudo está parado: Brigada Militar, Polícia Civil, necrotério, enfim. Por quê? Porque o Governo do Estado não tem como pagar os seus salários. Mas por que digo isso? Estou dizendo na linha do equilíbrio.

E aí eu queria dizer para vocês: eu não poderia passar essa imagem aqui neste momento, eu não gostaria que passasse a imagem aqui, na Comissão de Direitos Humanos – e eu sei que não é isso o que vocês disseram, mas deixa eu usar a expressão –, de que muita coisa que está acontecendo no Haiti é culpa das Forças Armadas brasileiras. Eu não poderia deixar de fazer um comentário sobre isso. Eu entendo as colocações, mas entendo também que inúmeras vezes as Forças Armadas brasileiras e outros militantes, como a Irmã Arns, por exemplo, morreram no Haiti. Ela estava lá numa missão humanitária de paz.

Então, esses brasileiros que estão no exterior em missões humanitárias de paz, é assim que eles são deslocados para lá. Bom, se cometeram algum tipo de desvio de conduta – e você me fala o caso –, nós vamos ter que ir a fundo nesse caso. Porque, veja bem, é que nem aquela história aqui no Brasil, que agora, de repente, vão criminalizar a própria democracia porque houve pessoas que erraram. A democracia não pode ser criminalizada. A democracia, eu sempre digo: alguém que me explique se há no mundo algum sistema melhor do que a democracia. Bom, vamos ver quem cometeu o delito.

E, por isso, eu queria fazer essa observação rápida, porque sei que há controvérsia em relação às forças militares, e nem todos pensam diferente. Por isso, nós temos um país democrata. Mas eu queria fazer esse registro aqui em relação às Forças Armadas Brasileira, que, às vezes, deslocam-se para inúmeros países do mundo em missões humanitárias de paz e muitos morrem lá – e muitos morrem, a gente recebe os corpos nos aeroportos.

Então, essa reflexão é só uma posição, e eu diria que nós podemos fazer uma audiência pública – e aí convocar o Itamaraty e o Ministério – sobre as missões humanitárias de paz no mundo, e não só no Haiti, mas também no Haiti, para fazer uma reflexão sobre o nosso papel, o que nós estamos fazendo, onde acertamos – creio que acertamos muito. Acertamos muito – e onde erramos. Essa reflexão tem que se fazer.

Eu não queria que as Forças Armadas do Brasil entendessem que nesta reunião foram feitas algumas considerações em relação a esse fato, que merece uma análise, é claro, sempre merece, inclusive quando falam do meu Partido, companheiro Nilson Mourão. É claro que merece uma análise. E nós temos que fazer uma autocrítica. Todos nós temos que fazer autocrítica quando notamos que algo que não foi aquilo que nós gostaríamos.

Eu quero dizer que faremos outra audiência, convidando todas as missões humanitárias de paz do Brasil no mundo e também no Haiti para fazermos uma reflexão, que cada um coloque claramente o que está fazendo, o que está acontecendo, para que não passe somente a impressão, que não foi a intenção, do lado negativo, mas também do lado positivo e dos investimentos que o País faz.

Eu fico feliz com esta audiência pública, que atingiu o objetivo.

Saibam que vocês são bem-vindos ao Brasil. Essa é a posição – tenho certeza – da maioria do povo brasileiro.

Há uma minoria que de fato é racista, preconceituosa, que diz: "Ah, política de cotas! Aonde se viu isso?" Só que ela não sabe que o Brasil foi o último país a abolir a escravatura e que os negros que aqui chegaram já naquele período eram proibidos de ter terra, eram proibidos de estudar. Era proibido ter ferramentas para trabalhar na terra. Por isso alguém, quando vem ao Brasil, pergunta: "Por que no Brasil não tem negro fazendeiro?" Não tem porque não foi permitido. De pai para filho, a herança foi passando. E os negros ficaram ao relento, como se diz, sem nenhum tipo de estrutura.

Esse é um debate que nós vamos fazendo. E são as políticas públicas que fazemos no Brasil que vão resolver isso, inserindo-os na educação. Está aí o ProUni, que é um belíssimo exemplo, assim como o Pronatec e o Fies com os seus problemas, mas avançamos também com o Fies. E teremos uma audiência amanhã para debater isso.

Quero cumprimentar a iniciativa de vocês que provocaram. E me refiro a você, porque sempre sou verdadeiro naquilo que digo. Foi o Conlutas que provocou esta audiência pública.

Queria cumprimentar o Estado do Acre, que enviou para cá não somente o meu amigo Nilson Mourão, mas também o Senador Jorge Viana para prestar o depoimento, cumprimentar o Governo, que mandou para cá cinco Ministérios, porque considero o Itamaraty como um Ministério e o Ministério da Justiça como outro. Ele mandou para cá cinco Ministérios. A Secretaria de Direitos Humanos também é um Ministério e o Ministério

do Trabalho também é um Ministério. Mandou para cá cinco Ministros, homens que falaram, do porte com que um Ministro falaria, mostrando a preocupação do povo brasileiro com essa questão. Ele poderia não mandar ninguém, às vezes não manda. Há audiências públicas que acontecem aqui para as quais vem um ou outro, depende da área para a qual são convidados. É claro que não me refiro a nenhum dos presentes. Isso mostra que o povo brasileiro está dando atenção qualificada, eu diria, para esse debate sobre a questão dos imigrantes.

Meus amigos, encerramos a nossa audiência pública.

Uma salva de palmas a todos.

Pátria somos todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia três de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 109, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "Proteção e Promoção da Saúde da População, expressa através das ações de Vigilância Sanitária". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Doriane Patrícia Ferraz de Souza, Assessora do Gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa; Marizete de Oliveira Silva, representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Alessandro Chagas, Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS; Cláudio Marierovitch Pessanha Henriques, Representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Geraldo Lucchese, Representante do Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Antônio de Pádua, farmacêutico, Diretor da Vigilância Sanitária em Recife; Marisa Lisboa, médica; Paulo Serrão, Vigilância Sanitária do Distrito Federal; Virgínia Nabut, Gerência de Arrecadação da Anvisa; José Antônio de Moura, Vigilância Sanitária de Natal – RN; Vitória Régia, Vigilância Sanitária do RN. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 109, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "Proteção e promoção da saúde da população, expressa através das ações de Vigilância Sanitária".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (*link*: www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Está na tela.

Já vou solicitar que os convidados venham à mesa.

Convidamos Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Parece-me que ele está se deslocando para cá.

Convidamos Doriane Patrícia Ferraz de Souza, Assessora do Gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa.

Seja bem-vinda, Drª Doriane. (*Palmas.*)

Convidamos Marizete de Oliveira Silva, representante do CONASS.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Alessandro Chagas, Representante do Conasems. (*Palmas.*)

Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Geraldo Lucchese, representante do Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). (*Palmas.*)

Representante da Opas/OMS, área de promoção da Saúde.

Todos os convidados foram chamados. Um, se não me engano, não chegou ainda, mas está vindo. No momento em que ele chegar, já será acomodado aqui à Mesa.

Farei uma pequena introdução para situar aqueles que estão assistindo pela TV Senado e assistirão à noite novamente, assim como pela Rádio e Agência Senado.

Senhores convidados e convidadas e aqueles que nos estão assistindo pelo Sistema de Comunicação do Senado, a Lei nº 13.098, de 27 de janeiro deste ano, institui o Dia Nacional da Vigilância Sanitária, fixando em 5 de agosto o dia em que devem ser realizadas atividades comemorativas em todo Território nacional. Ainda segundo a lei, as mencionadas atividades devem envolver o Sistema Único de Saúde, o Sistema de Vigilância Sanitária e os estabelecimentos oficiais de ensino, tendo como objetivo promover a conscientização da população por meio da prestação de esclarecimento e da divulgação de ações aos estudantes, aos profissionais de saúde e às pessoas em geral quanto aos temas relacionados com a Vigilância Sanitária.

Portanto, é com esse espírito e com esse ânimo de comemoração e de difusão de informação que nos reunimos hoje aqui, na Comissão de Direitos Humanos, como também com o propósito de avaliar de que modo as políticas públicas de vigilância sanitária têm contribuído para a proteção e promoção da saúde da população brasileira.

O crescimento da cidade e a expansão tecnológica e industrial trouxeram grandes desafios para a vigilância sanitária, notadamente no que se refere ao aumento da produção de lixo, do consumo de água, alimentos e medicamentos, da necessidade de ampliação dos serviços médicos e hospitalares. No entanto, a forma tradicional com que enxergávamos as ações de vigilância sanitária têm-se alterado de forma rápida. Hoje, os órgãos reguladores têm sob sua alçada uma vasta e complexa gama de assuntos que demandam sua atenção cotidiana.

A quantidade e a diversidade de bens e produtos que se submetem à regulamentação da vigilância sanitária, por exemplo, compõem-se de saneantes e cosméticos, de imunobiológicos e cigarros, de tecidos humanos e veterinários, e bebidas envasadas. Enfim, trata-se de um universo regulatório que somente pode ser fiscalizado e acompanhado com um esforço comum da Anvisa e de todo o sistema de vigilância sanitária, assim como pelo Ministério da Saúde e as Secretarias estaduais e municipais, por intermédio do Sistema Único de Saúde.

Na verdade, em que pesem as dificuldades na natureza técnico-operacional para a cidadã e o cidadão que habitam os grandes centros ou que estão nos pequenos vilarejos neste País, interessa que os sistemas funcionem de maneira coordenada, para que se obtenha, como consequência, o que é a verdadeira missão da vigilância sanitária, qual seja, a de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde.

Apesar dos avanços verificados nos últimos anos, ainda somos forçados a conviver com doenças vetoriais, como é o caso da dengue. Por isso, precisamos discutir novas estratégias de intervenção e de intensificação do uso da tecnologia e do estreitamento permanente da cooperação entre os entes do Estado e à sociedade.

Essas são apenas algumas considerações rápidas sobre as preocupações que, aqui, ao logo do debate, haveremos de avançar.

Eu, de pronto, vou passar a palavra aos nossos convidados.

Não sei se o Dr. Jarbas já se encontra. (*Pausa.*)

O Dr. Jarbas não se encontra. Então, vamos, de imediato, passar a palavra para a Drª Doriane Patrícia Ferraz de Souza, Assessora de Gabinete do Diretor Presidente da Anvisa.

Dez minutos para cada um dos convidados.

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Boa tarde! Boa tarde à Mesa! Boa tarde, Senador Paulo Paim! Obrigada pelo convite e por estarmos aqui, esta semana, comemorando a Semana da Vigilância Sanitária.

E, por isso, há a presença aqui, inclusive, de representantes de todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Temos aqui representantes dos Estados e dos Municípios, além dos representantes da Anvisa.

Eu fiz uma pequena apresentação para facilitar, para podermos falar um pouquinho sobre a proteção e a promoção da saúde da população expressas por meio das ações de vigilância sanitária.

Eu que vou passando aqui, não é?

Bom; a vigilância sanitária refere-se a um campo da saúde que não é um campo novo – é um campo bastante antigo. E aí há um pouquinho da linha do tempo dos acontecimentos ou dos grandes marcos que foram acontecendo e acabaram por desaguar, de certa forma, no que temos hoje, que é a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e a criação da Anvisa. O objetivo não é passar um pouco por isso...

Acaba de chegar o nosso Diretor-Presidente. O senhor não deseja chamá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vocês que decidem. Se quiserem que ele fale primeiro...

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Drª Doriane está propondo que o evento seja aberto pelo Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior.

Peço ao Diretor-Presidente da Anvisa... Estamos abrindo agora o evento e, como estávamos só abrindo, já fiz aqui uma fala de introdução.

O senhor está convocado a usar a palavra neste momento.

Sentou e já fala! (*Risos.*)

Aqui é bate-pronto.

Dr. Jarbas, com a palavra.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Muito obrigado.

Boa tarde!

Desculpem-me o atraso, mas, como me avisaram que havia mudado o horário das 14h para as 14h30min, eu cometi a imprudência de passar pelo Ministro Arthur Chioro para tratar de um assunto urgente. E, aí, ele me prendeu lá mais tempo do que eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos usar aquela frase: "Sempre vale a pena, quando a causa não é pequena!"

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, se era uma grande causa, naturalmente, está justificado.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e gostaria também de fazer aqui uma saudação para todos os presentes, representantes do CONASS, do CONASEMS, do Ministério.

Nós estamos hoje, na verdade, fazendo a abertura de um conjunto de atividades que vamos ter aqui no Congresso Nacional, envolvendo o Senado, a Câmara, e que é uma maneira, em primeiro lugar, de a Anvisa prestar contas das suas atividades. O Congresso Nacional, como representante da população brasileira, é, vamos dizer assim, a origem primária da nossa legitimidade para atuar dentro do ambiente regulatório, desenvolvendo as atribuições que são específicas da Anvisa, e nós vamos ter, durante esta semana, uma série de reflexões. Além de uma prestação de contas das atividades, teremos uma série de reflexões sobre assuntos importantes da atividade da Anvisa e da atividade do Sistema Único de Saúde – porque também vão estar aqui representantes de Estados e de Municípios – sobre o tema da regulação: como aperfeiçoar e como fazer com que a nossa atividade regulatória esteja, vamos dizer assim, cada vez mais harmonizada com as necessidades que nós temos hoje. Num mundo em que os processos ficam mais complexos, a introdução de novos produtos, a diversificação do próprio setor produtivo sobre o qual exercemos a atividade regulatória, tudo isso exige, sem dúvida alguma, uma reflexão, e nós vamos fazê-la aqui durante esta semana.

Agradeço muito ao Senador Paulo Paim por ter abrigado aqui, dentro da Comissão de Direitos Humanos, esse seminário que aqui é inaugurado.

Sem dúvida nenhuma, entre os direitos, pensando em um conceito de direitos humanos ampliado, hoje grande parte dos pensadores na área de saúde pública – o Brasil já tem isso desde a nossa Constituição – considera que o direito à saúde é um direito fundamental e, como tal, deve estar inscrito na Constituição; e também, sem dúvida nenhuma, dentre os direitos à saúde, o direito à proteção à saúde, que em grande parte é realizado pelas atividades regulatórias da Anvisa e que, nos outros entes – secretarias estaduais, secretarias municipais –, é um dos aspectos fundamentais.

A Anvisa, como nós dizemos, realiza um conjunto de ações que mesmo os que têm plano e seguro privado de saúde, Senador, utilizam, mesmo quando não sabem. Ao comprar um medicamento e ter certeza de que aquele medicamento é seguro e eficaz ou ao usar o serviço de saúde, há um conjunto de atuações que são realizadas pelo sistema regulatório e que dizem respeito diretamente à proteção da saúde das pessoas.

Então, esses debates aqui seguramente vão ajudar bastante a fazer o balanço adequado entre o direito das pessoas à proteção à saúde e, ao mesmo tempo, um processo regulatório de previsibilidade, que busque fazer com que nós tenhamos um aperfeiçoamento permanente de todos os processos de prestação de serviços, de ofertas de produtos importantes para a saúde.

Então, eu gostaria de, agradecendo mais uma vez, dizer que vamos estar aqui presentes – a Patrícia Ferraz vai estar aqui representando a diretoria da Anvisa, e vários dos nossos dirigentes e técnicos vão estar participando aqui também desse debate – e desejar que tenhamos um excelente diálogo; que seja um seminário bastante participativo e que nós possamos ter, inclusive, outras oportunidades aí no futuro de, sobre qualquer tema específico, estarmos à disposição do Senador Paulo Paim, que é um dos Senadores que, dentro desta Casa, tem se notabilizando, dentre outras coisas, por uma defesa intransigente dos direitos humanos, dos direitos de uma maneira geral, direitos de populações mais vulneráveis. Isso eu creio que tem sido uma marca

da sua atuação, Senador. E com a Anvisa o senhor pode contar, porque estaremos sempre dispostos a vir aqui para debater temas específicos que possam contribuir com a atividade desta Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor-Presidente da Anvisa.

Volto a palavra para a Drª Doriane Patrícia, que trabalha diretamente com o presidente.

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Eu vou contextualizar a apresentação.

A ideia é falar um pouquinho, nesta audiência pública, sobre a proteção e a promoção da saúde da população que são expressas por meio de atividades e ações da própria Vigilância Sanitária.

Esta primeira linha do tempo é um pouco para marcar a importância desse campo da saúde e, notadamente, para informar o quanto ele é um dos campos mais antigos da saúde. Trazemos aí desde a vinda da Família Real até a criação da Anvisa como um marco, para trabalharmos.

Vamos falar um pouquinho da Anvisa em termos da sua organização. Ela foi a primeira agência na área social do Brasil, criada pela Lei nº 9.782, de janeiro de 1999. É uma autarquia sob regime especial, mas vinculada ao Ministério da Saúde, o que é de extrema importância. Então, a Anvisa é um subsistema do Sistema Único de Saúde. Ela coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Então, esse subsistema organizado tem a coordenação da Anvisa e a estabilidade de seus dirigentes, que são cinco diretores, dentre eles, um diretor-presidente, com mandato de três anos, podendo esse mandato ser prorrogado. É uma das agências reguladoras que têm contrato de gestão assinado com o seu ministério vinculado. Então, temos metas de desempenho que são acordadas nesse contrato. E estamos em todos os Estados e no DF por meio das nossas áreas de portos, aeroportos e fronteira. Então, a Anvisa também tem uma desconcentração nas unidades federadas.

Na sua missão, a Anvisa já coloca a promoção e a proteção da saúde da população como um objetivo a ser seguido o tempo inteiro, só que corremos atrás desse objetivo a partir da intervenção nos riscos que são decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços sujeitos à Vigilância Sanitária. Imaginem que isso tem uma gama de serviços e de atividades que a Anvisa tem de estar cuidando, claro, junto com Estados e Municípios. Por isso, a conformação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Aí há alguns exemplos do conjunto de coisas – vamos chamar assim, alguns gostam, eu acho que o Luchese também fala das coisas, o Vecina fala das coisas – que a Anvisa cuida, que a Vigilância Sanitária cuida, que vai de alimentos, cosméticos, saneantes, tabaco, toxicologia – esses com algumas especificidades –, serviços de saúde, medicamentos, produtos para saúde, laboratórios, sangue, tecidos e órgãos. Fazemos também um monitoramento disso, ou seja, a vigilância disso no pós-uso. Propaganda, portos, aeroportos e fronteiras. Temos também uma atuação internacional, porque é fundamental a harmonização do Brasil com os outros países, para se ver como está a regulação do mundo, até porque esses produtos e serviços circulam. E coordenamos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Embora não esteja aí, há um conjunto muito grande de serviços que é o que chamamos de serviços de interesse à saúde, que dá um trabalho imenso aos nossos colegas de Estados e Municípios, porque são serviços em que eles têm uma enorme atuação.

Aí há alguns dados só falando do quão grande é esse Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, do quanto cuidamos. Esses dados, inclusive, são de 2011, eu vou atualizar os dados, não consegui tempo para atualizá-los. É uma gama de atividades de indústrias, de distribuidores, enfim, de tudo que está no comércio, em que temos de fazer o olhar regulatório, mas sempre procurando proteger e promover. Proteger a partir da minimização de riscos à saúde, decorrentes dessa produção e desse consumo. E promover a partir da ideia de ampliar o acesso a bens e serviços que, realmente, impactem, que melhorem a qualidade de vida da população.

Uma singularidade da regularização sanitária é, o tempo inteiro, estamos querendo promover saúde e minimizar riscos. O tempo inteiro, estamos entre a oferta de bens e serviços, o consumo desses bens e serviços, a oferta que temos que olhar, o ambiente no qual ele foi produzido, os procedimentos que estão ali envolvidos e sempre, também, ajudando, colaborando com o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo o consumo entendido como um direito das pessoas. Cada vez mais, graças a Deus, neste País, temos mais acesso a esse consumo, à dignidade do ser humano e ao desenvolvimento social.

Esse acesso perseguido por todos nós tem várias dimensões: a dimensão que vai desde a perspectiva do próprio Sistema Único de Saúde, no sentido de ser um acesso qualificado, universal, integral e equânime, mas também o acesso na perspectiva econômica, que coloca na discussão a questão dos recursos, o quanto eles são finitos, *versus* a necessidade em saúde. Também buscamos ter o peso e o contrapeso, o equilíbrio disso, para conseguir prestar uma saúde de boa qualidade.

E aí, talvez, a parte que eu acho mais importante da apresentação, no sentido de provocar, para na audiência podermos fazer uma discussão. A proteção e a promoção têm que ter várias abordagens e envolver vários atores. O cidadão é um ator central nesse processo e, talvez, seja a parte que, hoje, estejamos incentivando

menos ou trabalhando menos. Precisamos trabalhar mais o poder de escolha do cidadão, mas, para isso, ele tem que ter acesso à informação. Esta é uma grande preocupação da agência: prestar informação qualificada, mas também dar informação decodificada, porque a informação puramente técnica por vezes confunde o cidadão, que, cada vez mais, tem que estar municiado dessas informações. O cidadão precisa ter a capacidade de escolha, porque o tempo inteiro ele vai ter ao seu redor produtos e serviços, vai ter acesso a isso e precisa saber escolher.

Eu sempre falo, nas apresentações, que nós mulheres temos uma vaidade grande. Vamos ao salão de beleza, por exemplo, e lá querem nos fazer um cabelo mais bonito, mais liso. Por vezes, não atentamos ao produto que está sendo usado, se tem um registro. O fato de ele ter registro significa que se debruçaram sobre ele, perceberam os riscos que ali existiam, municiaram-se de um conjunto de ações e ele foi para o mercado porque justamente foi visto isso antes. A população, ao ter o seu poder de escolha, tem que estar muito bem informada e tem que ser vigilante também, tem que ter esse cuidado.

Sobre a responsabilização, eu foquei mais na questão do setor regulado. Temos que ter uma regulação menos burocrática e mais inteligente. O setor também é muito responsável por aquilo que ele coloca no mercado. Então, autoinspeção, programas de auditoria, fiscalizações, boas práticas de fabricação são ações das quais temos que estar o tempo inteiro fazendo o contrapeso, em face da responsabilização do setor ao colocar isso. Tudo isso são ações que o setor regulado tem que apreender.

(Soa a campainha.)

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Meu tempo. Cinco minutos?

Claro que o tempo inteiro se preocupando também com o desenvolvimento social e econômico. Na própria agenda do nosso País, o Governo aborda a questão dos micro e pequenos empreendedores. A Vigilância Sanitária tem um trabalho árduo com esse setor, mas é de fundamental importância, porque é o setor que gira a economia nos Municípios.

A coordenação estratégica do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Temos que trabalhar numa descentralização mais objetiva. Isso é fruto das discussões que estamos tendo no âmbito do ciclo de debates. Já fizemos dois fóruns, vamos para o terceiro fórum. É uma descentralização em que se coloca no ente, efetivamente, aquela responsabilidade que ele consegue alcançar, que ele consegue responder.

Então, a gente tem aí uma gama de complexidade diversa na vigilância sanitária em termos de ação de inspeção, de fiscalização, de controle sanitário, que, hoje, de certa forma, foi dada muito por conta do processo de descentralização do SUS. E é isso que eu acho que a gente tem que rever. A vigilância sanitária tem especificidades que não necessariamente se deve seguir exatamente no mesmo ritmo da assistência. A assistência tem outra configuração que a vigilância sanitária não tem, que é em relação à descentralização.

Então, hoje, fomos reconhecidos pela União Europeia, o nosso sistema nacional de vigilância sanitária foi reconhecido, para que a gente possa fornecer produtos, possa exportar produtos sem grandes burocracias. A gente tem a equivalência com o que a União Europeia exige. Mas, para isso, foi feito todo um trabalho no âmbito dos Estados, Municípios e da Anvisa para a gente conseguir ter essa padronização para insumos farmacêuticos ativos, para as IFAs.

Então, possivelmente, teremos outros encaminhamentos para medicamentos, produtos para a saúde, e é nisso que estou falando, quando a gente fala em descentralização objetiva. A gente precisa rever efetivamente o que cabe a cada ente federado.

A padronização de procedimentos e a qualificação do corpo técnico, a gente tem de investir bastante nisso, porque é com essa padronização que vamos garantir, de norte a sul, de leste a oeste deste País, uma ação de vigilância harmoniosa e, com isso, não vamos ter problemas entre os entes federados e também não teremos problemas nem na internacionalização, nem na exportação dos nossos produtos.

Investimento, porque a gente precisa ter serviços de vigilância sanitária compatíveis com sua capacidade operacional.

E a integração e intersetorialidade, e puxo essa questão também como uma questão que, principalmente para a promoção, mas também para a proteção da saúde são essenciais para quem faz vigilância sanitária. Então, estar junto, usar os agentes comunitários em parceria: por exemplo, para quem está no dia a dia da população, da comunidade, aquele agente ter informações, por exemplo, sobre o uso racional de medicamentos, aquele agente ter informações sobre o vencimento e dar orientações àquela família, àquela comunidade. Ações, por exemplo, que a gente faz junto com o Ministério da Educação com as escolas, para trabalhar a promoção da saúde, para trabalhar com os alunos o quanto é importante o uso racional dos medicamentos, por exemplo. São ações que agregam a sociedade, agregam outras instituições do Executivo e que ajudam nesse processo de promoção e proteção, porque é uma tarefa que a vigilância sanitária sozinha não vai dar conta. Ela só con-

segue avançar nisso se ela realmente passar a ter outros parceiros, Senai, Senac, enfim, uma infinidade aí de parceiros que a gente tem que procurar e realmente estabelecer essa cooperação, para que avancemos no que diz respeito à promoção e à proteção.

Bom, acho que esse é o último eslaide. Foi só para podermos iniciar as discussões.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

A Drª Doriane Patrícia Ferraz de Souza deu uma verdadeira aula. Vocês conhecem, mas nós não conhecemos. Quem está assistindo e eu também, não. O Dr. Jarbas me dizia, quando indaguei se era tudo isso, que a Anvisa regula – 10% do PIB, não é isso? –, ele me falava aqui que é isso o que passa pelas mãos da Anvisa. Muito interessante o quadro.

Mas eu queria, se vocês me permitissem, falar rapidamente, antes de passar a próxima, que o Rio Grande do Sul hoje está paradinho, em greve, devido ao corte do salários dos servidores públicos, em todas as áreas. E eu perguntava aqui ao Dr. Jarbas e ele me dizia que essa área, no Estado, corresponde à Secretaria da Saúde do Estado, que faz esse controle. E há uma preocupação enorme. Para se ter uma ideia, para quem ganha mais de R$2,1 mil, o salário foi dividido em três vezes. E eu me ponho no lugar do servidor. Como eu digo, calcule esse indivíduo com o meu salário aqui, quando chega ao banco! Eu estou sempre no vermelho, ainda mais se dividirem em três! Calculem! Mas estou falando de quem ganha três mil reais, quem ganha quatro mil reais, e não de quem ganha salário de Senador.

Então, eu me atrasei porque fui ao plenário fazer meu pronunciamento de solidariedade aos servidores gaúchos e torcendo para que haja o diálogo, um entendimento e que se chegue a um acordo, porque salário, para mim, é sagrado. Para mim, não importa quem esteja no governo, se é o PT, se é o PMDB, se é o PDT ou o PSDB. Não importa! Salário é sagrado!

Eu sempre tive uma posição muito firme em relação ao governo anterior e ao piso dos professores. Fiz mais de 50 discursos aqui cobrando o cumprimento do piso. E não poderia ser diferente agora, quando os servidores ficaram sem os seus vencimentos integrais. Dividiram por três o salário.

Então fica aqui mais uma vez – eu sei que pela internet nós estamos ao vivo para todo o País – a minha solidariedade a todos os servidores públicos do Rio Grande, porque todos pararam. Quarenta categorias, todas pararam.

Aceitem uma salva de palmas deste plenário com uma energia positiva para um grande acordo.

Ninguém faz greve porque gosta. Que a greve seja suspensa mediante o pagamento dos salários. (*Palmas.*)

Vamos, agora, passar a palavra à Drª Marizete de Oliveira Silva, do Espírito Santo, representante do Conass.

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Boa tarde.

Agradeço ao Conass pelo voto de confiança, pela indicação do nome.

Cumprimentando o Senador Paulo Paim, eu cumprimento todas as autoridades da Mesa, os colegas do SNVS e demais autoridades presentes neste auditório.

Quando eu fui convidada, semana passada, para esta fala, na verdade eu não sabia muito bem do que se tratava. Foi rápido o convite.

Pensei que falar de proteção e de promoção da saúde da população através das ações de vigilância sanitária para nós, que estamos no sistema, nós já sabemos como fazemos. Nós já conhecemos a nossa Vigilância Sanitária, nós sabemos como ela funciona. Então eu copiei algumas falas de alguns colegas ainda presentes, porque poucos sabem qual é o valor do que a Vigilância Sanitária pode oferecer, qual é o valor dessa oferta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo Sistema de Comunicação do Senado, eu sempre digo que, por menos que seja, chegamos a 12 milhões de pessoas.

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Que bom! Nós vamos atingir muitas pessoas.

Vou tentar falar de Vigilância Sanitária bem brevemente.

Nós somos SUS.

Mesmo alguns colegas de Vigilância Sanitária não se enxergam como Sistema Único de Saúde, mas nós somos uma parcela do Sistema Único de Saúde um pouco esquecida pelo próprio sistema, pelo seu caráter regulatório, pelo seu caráter às vezes posto como dificultador do progresso, da economia. E não é bem por aí. Na verdade, nós já tivemos isso, uma Vigilância Sanitária mais tradicional. E ela foi necessária quando funcionou assim, mas o mundo mudou. Novos avanços surgiram, novas tecnologias surgiram, e nós precisamos nos adaptar. É claro que a indústria e a tecnologia avançaram muito mais do que nós, que ainda estamos tentando acompanhá-las, por "n" dificuldades, seja porque ainda somos, em muitos Municípios ou até nos Estados, um canto esquecido do SUS, seja por falta de valorização, por falta de empenho, às vezes até por ser um canto do castigo: vamos para lá, porque lá ninguém pode trabalhar, fica quieto, não faz nada.

Enfim, passa muito por aí essa situação da Vigilância Sanitária, mas o seu objeto de trabalho é a intervenção no risco à saúde das pessoas e do ambiente. É dessa forma que nós fazemos a proteção das pessoas, intervindo no risco antes que ele aconteça.

Quando vamos às empresas fazer inspeção, quando fazemos reuniões técnicas com o setor regulado para promover as nossas ações de educação em saúde é para dizer como a Vigilância Sanitária funciona, qual é o nosso papel, qual é a legislação que nós utilizamos, qual é o embasamento técnico que essa legislação tem. Ela não existe porque alguém imaginou que poderia escrevê-la; ela existe porque alguém estudou, percebeu um risco, utilizou várias ciências e compôs uma norma.

Então existe uma necessidade de regulamentar a saúde e, no caso da prevenção do risco, a regulamentação se faz necessária para que nós possamos intervir antes que o risco aconteça de fato.

Aí, pensei em trazer um exemplo de como se dão na prática as ações de Vigilância Sanitária. Porque trazer um conceito, todos nós estamos aqui, nós sabemos, tinha certeza de que a Mesa, extremamente rica, iria abordar as partes, mas na Vigilância Sanitária tudo acontece, tudo que é importante acontece na sexta-feira, às 17 horas. Recebi um telefonema da Polícia Federal dizendo que havia um caminhão de transporte de produtos perigosos apreendido num Município a 180 quilômetros da capital, onde eu trabalho, e esse produto era classificado para uma indústria produtora de alimentos. O produto é importado, veio de fora do País, a distribuidora que o comprou para revender aqui não era uma empresa de interesse da Vigilância Sanitária, comprou um produto químico que não sabia para que seria usado e vendeu para uma indústria de alimentos. A carga chegou ao Rio de Janeiro, saiu, passou pelo Espírito Santo, onde foi apreendida pela Polícia Federal e ela seria utilizada numa indústria de alimentos na Bahia. Por que estou colocando isso? Porque o risco não obedece a fronteiras. Quando a Anvisa colocou aqui portos e aeroportos, quando ela colocou Estados e Municípios, o risco em Vigilância Sanitária – haja vista a doença da vaca louca, a gripe suína e a aviária – não obedece fronteiras. Então, nós temos que ser um sistema, temos que estar interligados. Eu trouxe o caminho que o produto percorreu.

Por que a Polícia Federal apreendeu o produto? Porque ele era um produto para ser utilizado na indústria de alimentos e ele estava sendo transportado num caminhão para produtos perigosos. Existe uma resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres que proíbe o transporte de alimento em veículos para cargas perigosas e é claro que nós não podemos ter um produto que vai ser consumido, usado na alimentação, sendo transportado num caminhão-tanque,sabe-se lá o que andou dentro daquele caminhão antes e como ele estava sendo transferido.

Então, foi feito um contato com a Anvisa, que disse que o trabalho era da Vigilância Sanitária estadual e começamos a trabalhar com algumas perguntas: Qual era o produto? Qual a sua classificação de risco? Onde ele seria usado? Qual o risco se ele fosse misturado a alimento para consumo final? Em que fase de produção do alimento ele seria utilizado? Quais as consequências de transporte inadequado? Quais desdobramentos poderiam acontecer? Nós tínhamos um monte de perguntas às cinco horas da tarde, numa sexta-feira. No Município onde o produto seria entregue era feriado, não se conseguia falar com ninguém. Vejam como as coisas são, quando se tem que dar errado, começa-se e se vai até o final. Então, qual foi a nossa decisão? Manter o produto apreendido. Aí a Polícia dizia assim: "Mas há uma semana este carro está aqui. A empresa está falando que é uma carga cara, de grande valor econômico, que as máquinas estão paradas." E eu dizia assim: "O.k. A minha preocupação é quem vai comer o produto final, como vai ficar. Quem vai cuidar da saúde dele se ele adoecer?" Então, o produto continua apreendido até que respondamos essas perguntas. Não é? O produto era o carbonato de potássio, utilizado em várias reações. Neste caso, ele seria utilizado como alcalinizante na indústria. Ele tem uma reação térmica enorme quando entra em contato com água, ele gera calor. Então, dentro da fase de produção do alimento, para que não houvesse uma deterioração do alimento utilizar-se-ia esse calor, mas até então nós não sabíamos disso, e ele pode causar – embora seja classificado como não perigoso – danos ambientais se ocorrer um vazamento, pode causar queimaduras de alto grau e pode causar danos à saúde do trabalhador se ele for manipulado de maneira incorreta.

Fizemos contato com a empresa de destino do produto com a Vigilância Sanitária de origem do produto, a Visa de destino e com a nossa Vigilância Sanitária regional, que no sábado e no domingo não poderia ir lá verificar a cara, porque não teria condições de transporte. Nós precisamos de dez dias antes de emitir um pedido de diária para veículo para chegar a um local para trabalhar. Antes disso, se eu viajo sem diária, estou submetido a qualquer consequência de acidente de trabalho por minha conta, porque a gestão entende que estou indo viajar sem autorização da minha chefia imediata.

Então, assim, todas estas questões aí: "Por que é que não foi logo?" Porque realmente é um problema ir logo.

Então, pegamos documentos de origem do produto, as boas práticas de transporte, como era feito, como era cuidar da saúde do trabalhador. O motorista estava capacitado para, em caso de acidente, lidar com aquele produto?

Assim, embora a empresa tenha-nos mandado tudo isso, ela não trouxe em específico para esta carga. Ela tinha um manual de boas práticas de transporte no geral, para qualquer produto que ela fosse transportar.

Já ouvimos engenheiro de alimento, químicos, a Anvisa, dentro da Gerência de Alimentos, e a decisão foi de devolver a carga ao Estado de origem, comunicando previamente à Vigilância Sanitária do Estado de origem da carga, para que fosse verificada a adequação do transporte daquele produto.

Já que ele é não perigoso, ele não pode estar em um caminhão destinado a produtos perigosos, até porque ele estava em estado líquido, ele poderia já ter sofrido alguma reação química, com o produto que estava anteriormente no caminhão, no tanque, e ele já poderia chegar à indústria final com outra composição, provocando outro tipo de reações que não as desejadas, que não as esperadas.

Falando dessa forma, parece muito fácil. Foram três semanas de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora tem mais cinco minutos.

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A campainha é automática. Então...

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Estou aqui no lugar.

Enquanto tudo isso acontecia, a imprensa ligava, todo dia, para saber o que íamos fazer com o carro parado. O Ministério Público ligava todo dia, porque dizia que queria abrir uma ação civil contra a empresa e não sabia contra quem deveria abrir. A empresa ligava, porque tinha seus valores; outras interferências externas diziam assim: "preciso que seja liberado".

Os senhores imaginem a situação da Vigilância Sanitária, com isso tudo para resolver, dizendo que iria liberar no momento em que tivesse certeza da decisão correta ou que, pelo menos, tivesse apoio de todo o elenco de atores envolvidos nessa ação de que aquela atitude, decisão, seria a melhor para todo mundo, no sentido de resolver uma situação.

Todos os dias, a Polícia Federal me ligava e dizia que estava com o seu pátio ocupado, e eu dizia que ela aguardasse mais um pouco. Eu pedia que esperasse mais um pouco, mas nós iríamos resolver.

A Secretaria de Meio Ambiente dizia que iria lá inutilizar. Mas vai inutilizar como? Não temos como fazer isso.

Isso tem de voltar para a indústria, para ele ser, através de uma reação química, neutralizado. E é só a indústria que tem condições de fazer isso. E qual a outra indústria que iria fazer isso com produto que não era dela? A responsabilidade é de quem o gera, não é?

Então, foi difícil tomar a decisão, trabalhar, atender todas essas pressões e manter a posição de que o nosso trabalho, o nosso foco, não é prejudicar a empresa, tanto é que oferecemos à empresa toda uma orientação técnica de como transportar aquele tipo de produto, para que ela não fosse novamente parada pela Polícia Federal.

Orientamos a indústria que iria receber o alimento, no sentido de que, na certificação dos seus fornecedores, ficasse claro se a empresa era objeto de regulação da Vigilância Sanitária e, se não fosse, de acordo com o produto, que ela tivesse lá exigindo as boas práticas de transporte e de manipulação do produto.

Então, a carga voltou para o Rio de Janeiro. Nós fizemos um termo de responsabilidade sanitária, em que todos os interessados assinaram. Dessa forma, entendemos que fizemos, sim, a proteção da saúde de todas as pessoas que iriam consumir aquele chocolate, de todas as pessoas envolvidas no transporte, na manipulação desse produto depois e em todas interfaces. Fizemos a proteção do ambiente também, porque ele não pode ser descartado de qualquer forma. Ele tem de ser trabalhado antes.

Aí, esta audiência vem muito ao encontro disso, embora isso já tenha sido falado há bastante tempo, ou seja, quando nós informamos a sociedade devidamente, ela também sabe o que exigir e sabe como exigir. Às vezes, a vigilância do Município interdita o açougue do Joaquim. Gente, é um caos, porque o Joaquim é amigo de todo mundo. Então, informar, antes de tudo, a sociedade do nosso trabalho.

Eu sinto também, Patrícia, que a gente precisa se aproximar mais do controle social, mas, pela própria pressão do dia a dia do nosso trabalho – nós ficamos tão ocupados no fazer, no intervir, no regular –, a gente acaba pensando que talvez hoje todos estejam cientes disso. Mas não é assim. A gente sabe disso também.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Marizete de Oliveira Silva.

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Não sei se atendeu a expectativa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Atendeu, com certeza absoluta, dando uma orientação geral e deixando claro o papel que vocês representam na defesa da saúde de toda a população, porque um é consequência do outro.

Meus cumprimentos.

Por favor, Dr. Alessandro Chagas, representante do Conasems.

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Bom dia a todas e a todos!

Na verdade, boa tarde. É que eu estou um pouco tenso, gente. Falar nesta Casa da Democracia, eu, que estou acostumado a apenas assistir pela televisão... Vocês vão me perdoar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E uma Casa muito complicada ainda, não é?

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Não é muito simples, não.

Então, boa tarde a todos.

Quero, na figura do Senador Paulo Paim, agradecer o convite e cumprimentar a todos da Mesa.

Bom, eu queria fazer duas observações antes, para que possa ficar mais fácil. Eu só tenho quatro eslaides, até porque já tomei três sustos com essa campainha. (*Risos.*)

Estou preocupado com ela. Vou controlar meu tempo aqui. Estou meio traumatizado com ela. Na televisão não parece ser tão alta assim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, mas aqui dentro é isso mesmo. Mas também olha o tamanho da campainha: é aquela ali.

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Meu Deus do céu!

Então, quando a gente fala de promoção e proteção da saúde, isto, no entendimento dos Municípios, e não só dos Municípios, é um conceito que é transversal à saúde. Às vezes, a gente faz alguma ação lá na área de trânsito que vai impactar em promoção e proteção da saúde. Então, eu queria combinar com vocês o seguinte: nós vamos trazer esse conceito para dentro da vigilância sanitária, para ficar mais fácil o que eu estou falando aqui.

Peço ao passador... Só para a gente se organizar.

Certo? Combinamos assim?

Então, falar de Município não é fácil. Então, vou explicar, tentando aqui ser bem sucinto. Como é que se reproduz isso na esfera municipal? Quando eu falo de Município, eu estou falando de Serra da Saudade, em Minas Gerais, com pouco mais de 800 habitantes, até São Paulo, capital, com 10 milhões de habitantes. Nós estamos falando dentro desse mundo. E é uma coisa extremamente complexa.

Então, como é a vigilância nos Municípios? Na vigilância em saúde, você tem quatro componentes: vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.

Outra coisa que eu quero combinar: nós vamos colocar a promoção dentro da vigilância sanitária e, agora, nós vamos falar especificamente da vigilância sanitária dentro do Município. Esse é o relato que a gente quer dar aqui.

Como é que isso se reproduz lá no Município, que é quem executa essas ações? É lógico que a Marizete citou um exemplo bom aqui: quando o Município não dá conta, o Estado tem que ir lá e contribuir; e, às vezes, até a União também, porque como é que Bom Sucesso, de onde eu venho, uma cidadezinha, vai dar conta de determinadas coisas? Não dá, não é? Por isso é tripartite, tanto a gestão quanto as responsabilidades. E isso se reflete no Município de acordo com o porte do Município, como eu já disse desse mundo que nós estamos falando.

Então, essa vigilância sanitária, para nós, é primordial, porque ela promove e protege. Além de tudo, nós entendemos que a vigilância sanitária – nesse âmbito municipal, dependendo do porte do Município – gera desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque, dentro das normas da vigilância sanitária... Eu vou, lógico, em determinados momentos, regular um pouco o lado econômico, mas essas regulação é para quê? De que adianta desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social? As coisas têm que vir associadas. Então, é essa vigilância sanitária que os Municípios querem e na qual acreditam. Não é fácil, mas temos lutado para isso.

Se aqui houver um tempo, ainda, antes daquela campainha, eu vou citar um exemplo bem simples, de um Município. E isso, para a gente, gera inclusão. Inclusão produtiva e, principalmente, inclusão social.

Eu ainda tenho um tempinho. Vou citar um Município de Minas Gerais – que não é onde eu nasci, o meu Município é Bom Sucesso – que se chama Alpinópolis e tem o apelido de Ventania. O queijo do Tonico é um queijo fabricado há 40 anos, e o Tonico, há bem pouco tempo, não tinha registro, não tinha nada. Numa visita da vigilância sanitária, em que ele ficou com medo de ser fechado, o que aconteceu? Um laudo de adequação, porque era um cara que produzia um queijo com uma certa qualidade. O Tonico brinca que a vigilância sanitária fez uma consultoria gratuita para ele. É essa vigilância sanitária que os Municípios querem, é para isso que serve o Estado brasileiro. Hoje o Tonico tem o queijo com o registro municipal, está tirando o SIF, tem uma loja na cidade, emprega mais de 22 pessoas.

Então, é essa vigilância sanitária que os Municípios querem, em que os Municípios acreditam e que temos defendido.

Agora, eu vou pedir licença para os senhores, porque, como ainda tenho tempo, vou fazer um convite. O Conasems está organizando o 31º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de 6 a 8 de agosto, em Brasília.

É um grande evento do SUS. No último congresso, por lá passaram mais de sete mil pessoas, e, especificamente, Senador Paulo Paim, há o convite para a mesa do dia 7, das 9 às 12 horas, no auditório, porque nós vamos falar sobre Pacto Federativo e Poder Legislativo.

Era isso.

Falei que não iria estourar o meu tempo.

Muito obrigado e desculpem-me a ansiedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Foi muito bem, Dr. Alessandro Chagas. (*Palmas.*)

Com simplicidade, foi direto. Para quem está assistindo, foram muito precisas as suas informações.

Passo agora a palavra ao Dr. Cláudio Pessanha Henriques – e deixei para ele pronunciar aqui essa parte do meio, que eu não pronunciei.

Como é que se pronuncia mesmo?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Do jeito que pronunciar, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Marierovitch?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Maierovitch, como preferir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Maierovitch. Está bom. Saímo-nos mais ou menos.

Então, Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, representante da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.

Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Boa tarde.

Saúde inicialmente o nosso Senador Paim.

Quero saudar também aqui Conasems, Conass e acho que quase todo o resto aqui é Anvisa e vigilância sanitária estadual.

Eu me sinto muito feliz de estar entre vocês, já pertenci a esses quadros. Então, fico muito contente por esta oportunidade. Agradeço imensamente esse convite.

Eu acho que as apresentações anteriores facilitaram bastante o meu trabalho aqui, a nossa discussão.

Eu queria recuperar uma referência, que é uma referência conceitual e é uma referência que passou a ser consagrada na nossa legislação a partir da Constituição Federal, que, ao olhar para as áreas de proteção e de promoção da saúde, assim como ao olhar para a área de atenção à saúde, coloca dentro da lógica do Sistema Único de Saúde, dizendo que nós temos uma competência comum para a execução das ações, nas três esferas de governo. Trocando em miúdos, isso significa que o viés municipalista de que todos falamos há anos em relação à Constituição Federal aplica-se perfeitamente a essas atividades, trazendo-a para perto das pessoas, trazendo para a localidade a sua gestão, o seu controle e a sua ação.

Dessa forma, quanto a essa competência, significa que o primeiro responsável pela ação de vigilância sanitária, como pelas demais ações de proteção e promoção, é o Município; complementarmente, o Estado; complementarmente, a União.

No que se refere à atividade normativa, a lógica é, mais ou menos, inversa, quer dizer, as normas gerais, que são nacionais; normas que complementam e que especificam, que são estaduais; e normas mais específicas ainda, que vão para a realidade local, que são do Município.

A outra referência conceitual diz respeito ao campo de atuação. Quando nós falamos neste campo, dentro da saúde pública, proteção, promoção – e a gente, inevitavelmente, pensa nas demais atividades da saúde –, vemos que isso tem uma representação institucional que é variada, e uma representação disciplinar que, em geral, a gente divide artificialmente, como a gente divide as nossas próprias instituições artificialmente. A nossa lei fala da integração entre essas áreas, e, na nossa prática, nos nossos estudos, certamente cada um de nós se depara com o quanto esses pedaços são absolutamente inseparáveis.

Quando a gente fala na ocorrência de uma doença, necessariamente a gente pensa em quais foram as condições que levaram à ocorrência daquela doença, quais foram as condições de risco que expuseram aquela pessoa e que, eventualmente, continuam expondo outras pessoas, e que, portanto, precisam ser controladas. Qual foi a informação que faltou? Além de existir o risco, as pessoas se expuseram ao risco, eventualmente, por desinformação. Qual foi o acesso que aquelas pessoas tiveram à reparação daquele dano que elas sofreram ao se expor àquele risco?

Ou seja, nós estamos falando de um *continuum* que vai da existência do risco, da exposição ao risco, ao adoecimento, à identificação, ao diagnóstico, ao tratamento e à prevenção de que novos casos ocorram. E é muito difícil separar um do outro. Claro, como é impossível criar uma instituição desse tamanho, que seja capaz de cuidar de todas essas dimensões, a gente divide da maneira que for possível, com certa artificialidade, sabendo que essa divisão pode se dar de maneira diferente de um Estado para outro, de um Município para o outro e na própria relação com a União.

Essa é uma das primeiras dificuldades que eu acho que a gente sofre na gestão da vigilância sanitária, na gestão da saúde pública de uma maneira geral: enxergar que essas coisas são integradas e interdependentes, porque, na verdade, elas são uma só. E que são dependentes de atores que não estão exclusivamente no campo da saúde. Como no exemplo dado aqui pela colega, muitas vezes nós interagimos com um campo enorme de agentes públicos e de agentes privados que têm a possibilidade de reduzir riscos, de identificar riscos, de detectar situações que merecem a intervenção pública.

E esta também é uma dificuldade que a gente vive, porque, habitualmente, os profissionais são formados segundo disciplinas, as nossas organizações públicas têm suas responsabilidades divididas de maneira rígida e nem sempre é fácil propiciar essa interação, em especial quando ocorrem disputas de competências, quando o próprio aparato normativo não é claro quanto às responsabilidades que estão dadas.

Na esfera federal essa nossa divisão artificial, digamos, coloca para a Anvisa boa parte dessas atividades; coloca para o Ministério da Saúde também uma outra parte dessas atividades; e distribui para uma quantidade enorme de órgãos – poderia aqui citar o Ministério do Trabalho, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Previdência e outros tantos – responsabilidades em relação à prevenção e à proteção da saúde.

Esse conjunto de atores, que tem, historicamente, dificuldade para se organizar e para se integrar, enfrenta um desafio maior ao longo dos últimos anos com a complexificação dos riscos e do próprio aparelho produtivo e do aparelho prestador de serviços no nosso País. Complexificação que, em parte, acompanha a globalização da economia, mas acompanha diversas mudanças tecnológicas e mudanças institucionais, que tendem a olhar para a intervenção estatal como alguma coisa indesejável, como alguma coisa que prejudica o sistema produtivo, que atrapalha a economia.

Então, nós não estamos falando de desafios de pequena ordem; nós estamos falando de desafios que são conceituais, que são normativos, que são institucionais, que são culturais e que são fortemente desafios políticos.

A Vigilância Sanitária, desde que se proponha a intervir no risco, desde que se proponha a intervir no processo produtivo ou nas situações que exponham as pessoas a riscos ambientais, riscos no trabalho, enfrenta uma dificuldade política enorme e ainda não tem a articulação, com complexidade suficiente, para enfrentar esses desafios em todas as suas dimensões.

Acho que isso está sendo construído. A criação da Anvisa foi um passo enorme para que isso acontecesse. Não é demais dizer que a Anvisa foi um dos elementos mais importantes para que o próprio parque industrial brasileiro, em diversas das suas atividades, acompanhasse o que acontece no mundo e se mantivesse em patamares de qualidade e de garantia de segurança dos seus produtos, como acontece nas principais economias mundiais.

No entanto, isso não afasta essa equação sempre difícil de que a Anvisa – a Anvisa e a vigilância sanitária de uma maneira geral – seja vista como alguém que atrapalha a atividade econômica e, a longo prazo, reconhecida, *a posteriori*, como alguém que pode ter contribuído para a atividade econômica se modernizar.

O difícil é viver o presente. Para quem formula as políticas, para quem está na prática, não é difícil pensar que, daqui a 10 anos o setor produtivo vai ficar grato. como o Sr. Tonico – não é isso? –, fabricante de queijos.

Certamente, na primeira vez em que o Sr. Tonico ouviu falar em Vigilância Sanitária, ele ouviu como ameaça, como alguma coisa que podia impedir o negócio dele funcionar.

Nesse sentido, a Agência de Vigilância Sanitária...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – ... E a vigilância sanitária, como um todo têm um lugar muito peculiar naquilo que a gente chama de regulação.

Quando na Teoria Econômica se fala da regulação, fala-se da regulação econômica e fala-se marginalmente de externalidades. Quer dizer, regulação econômica para garantir os preços, para garantir acesso aos produtos, para garantir competitividade entre as indústrias. E, eventualmente, chama-se de externalidade a poluição ambiental, os riscos que venham à saúde das pessoas, que não são diretamente ligados ao processo econômico em si, são a mais.

No caso da Vigilância Sanitária, ela trabalha exatamente com as externalidades; ela trabalha para que o processo econômico não gere subprodutos que não são próprios seus e que podem prejudicar a saúde das pessoas.

A compreensão disso nem sempre é fácil. A compreensão disso tem a sua dificuldade já no momento em que a Vigilância Sanitária pergunta quem é a sua clientela.

Eu, quando estava na Anvisa, ouvia essa pergunta muitas vezes. Lembro-me de várias polêmicas que nós tivemos em relação a isso. Quer dizer, a clientela da Vigilância Sanitária é o setor produtivo ou a clientela da Vigilância Sanitária é a população, que pode se beneficiar das ações da Vigilância?

Essa é uma pergunta retórica, porque, se a gente pensar na essência, essas duas coisas devem se encontrar – e não é no infinito não, não é em paralelo – num horizonte em que seja possível enxergar processos produtivos organizados e adequados que não gerem como externalidade danos à saúde das pessoas. Parece evidente. No dia a dia, entretanto, eu sei se isso não é evidente.

Eu queria resgatar, com isso também, um papel fundamental da Vigilância que se refere a um dos princípios do SUS, que é a equidade. Quando a gente fala no consumo, quando a gente fala nas condições de trabalho, nas condições de ambiente, não é novidade nenhuma dizer que quem tem menos informação, quem tem menos possibilidade de opção, ou seja, tem menos dinheiro, quem tem menos possibilidade de ter acesso a serviços e a políticas públicas está mais exposto aos riscos.

Podemos pensar em exemplos variados. Quer dizer, ao contrário do que a gente pensa, quem consome, quem compra em um mercadinho da periferia vai ter opção de menos marcas do que quem compra num grande supermercado.

Por paradoxal que seja, muitas vezes, vai encontrar um preço maior no mercadinho da periferia do que no grande supermercado; vai ter menos informação sobre aquilo que ele consome; vai ter menos condição de ter acesso ao serviço de saúde caso adoeça em função daquilo que ele consome. E, aí a Vigilância Sanitária tem um peso enorme, porque nós estamos falando, quando falamos da saúde, de situações de muita assimetria de informação.

Se há uma assimetria desse tamanho, a ação do Estado é necessária para tentar melhorar a equidade em relação à exposição aos riscos. E, daí, vem a dimensão principal do papel de promoção da saúde da Vigilância Sanitária, mais do que da sua ação direta, no momento em que ela protege a saúde ao retirar riscos, objetivamente, mas pela execução das ações o seu papel de informação ao cidadão, o seu papel de identificação pública de riscos.

E, aqui, eu quero também trazer – e acho que é uma dificuldade histórica que a Vigilância tem – o desafio de como tornar isso visível para a sociedade. Há anos a Anvisa discute – estou olhando para a Patrícia porque ela trabalhou muito nisso, e continua trabalhando nisso – de que forma ela presta contas à sociedade sobre o que ela faz. E acho que esse ainda é um desafio colocado. A sociedade, de maneira geral, tem dificuldade para compreender qual é o produto da ação de vigilância sanitária.

Quando a gente pensa nos processos de trabalho da vigilância, nós também temos dificuldade de dizer isso à população, quer dizer, o produto da vigilância sanitária não é produzir fiscalização, não é produzir análise, não é produzir registro, é produzir proteção, é produzir promoção. Mas é muito difícil dizer isso de maneira geral...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Estou encerrando.

E, na medida em que se consiga progredir nisso, aumentará a legitimidade da vigilância sanitária para suas ações de força; na medida em que ela consegue mostrar para a sociedade o que ela faz, mostrar os riscos que ela evita, ela ganha apoio para isso, ela ganha legitimidade, deixa de ser vista simplesmente como algo que atrapalha a economia, que atrapalha a vida das pessoas.

Muito obrigado, espero que as provocações gerem um debate entre nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, que falou em regulamentação, prevenção, proteção, com muita simplicidade, sendo muito direto também.

Agora, passo a palavra ao Dr. Geraldo Lucchese, representante do Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

O SR. GERALDO LUCCHESE – Muito boa tarde a todos!

Cumprimento o Senador Paim, Senador pelo meu Estado de origem, o Rio Grande do Sul, a quem eu conheço e admiro pela sua luta em favor dos grupos sociais mais frágeis e marginalizados do Brasil. Nós sabemos que o Brasil é um país rico, mas essa riqueza é muito mal distribuída entre os brasileiros, isso nos faz uma

sociedade bastante desigual e cria uma dificuldade também a mais para nós trabalharmos com aquilo que o Cláudio falou: equidade.

Eu agradeço em nome da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; falo, neste momento, desse lugar, como um participante dessa sociedade que reúne o pensamento sanitarista brasileiro.

Eu tenho também acompanhado muitos debates na Câmara dos Deputados, onde eu trabalho como Consultor, e percebo que todos os assuntos de saúde são discutidos, mas, quando se convida representantes do conhecimento científico, convidam-se as sociedades de especialidades médicas, nas suas mais variadas formas, mas o argumento da medicina social, o argumento da saúde coletiva é um argumento diferenciado que muitas vezes não está presente neste debate.

Por isso, agradeço bastante aos organizadores e ao Senador Paim pelo convite à Abrasco.

Não vou repetir as características da vigilância sanitária que já foram aqui assinaladas pelos que me antecederam.

A vigilância sanitária é parte do SUS, é um dos braços da prevenção, é um dos braços da promoção da saúde e deve atuar bastante em conjunto com todos os serviços, ainda que isso seja alguma coisa que não tenhamos alcançado ainda. Ela é parte da regulação do Estado, como disse o Cláudio.

A regulação sanitária não pode ser vista apartada dessa intervenção do Estado, mas, sim, para além dos objetivos sociais, os objetivos sanitários de prevenir o risco, de eliminá-lo, se possível. Eu acredito que devemos ver a vigilância sanitária como instrumento também estratégico aos planos de desenvolvimento, seja desenvolvimento local, do pequeno produtor, como o nosso produtor de queijo aqui, seja um plano de desenvolvimento regional ou até nos planos de desenvolvimento nacionais.

O poder regulador do Estado sempre foi utilizado. até nos países centrais do capitalismo, como mecanismo de desenvolvimento dos projetos locais, regionais, nacionais. Acho que não se deve perder isso de vista, mesmo tendo em consideração o principal objetivo, a principal missão da vigilância que é proteger a saúde.

Nós vivemos um tempo de globalização, de grandes corporações, de trocas muito aceleradas e rápidas de pessoas, de capital principalmente, mas de pessoas, mercadorias, meios de transporte, etc. E tudo isso é muito comandado por uma ordem que devemos ter bastante clara quando pensamos em interesses locais, interesses nacionais e na nossa vinculação nesse processo de globalização, no processo da economia internacional.

Falo isso porque é natural se pensar que, se o trabalho da vigilância aumentou muito com todo esse processo de abertura de fronteiras e de circulação fantástica de produtos, pessoas, serviços, a nossa tendência também é buscar a globalização do controle sanitário. E aí todos esses processos de harmonização, de convergência, de regulação com outros países assumem uma importância.

Mas quero aqui assinalar que nós temos que ter bastante consciência de que o referencial internacional, o referencial de uma norma pensada para grandes empresas, imensas corporações talvez não seja o referencial ótimo para esses planos, esses projetos, para os Tonicos que tentam empreender dentro do País.

Então, acredito que a vigilância sanitária tem que ter essa consciência de que temos que atuar em duplo plano, em duplo nível, internacional, nacional, sem perder de vista as nossas necessidades, nossas necessidades que, repito, podem não estar contempladas nos referenciais internacionais.

Essas grandes corporações hoje são, muitas delas, muito mais poderosas que alguns Estados. Estava lendo outro dia que só a petrolífera anglo-holandesa Shell tem um orçamento maior que o da República da Argentina. São grandes corporações que também fabricam, criam valores, criam crenças, criam, por que não dizer, poder normativo, regulatório, que fazem pensar que suas crenças, seus valores, seus entendimentos regulatórios são os melhores para o mundo inteiro.

Falo isso sem perder a nossa noção de um País bastante desigual. Acho que a vigilância sanitária, com debates como este e como outros que vem fazendo, está tendo a coragem de se refletir. E ela tem de ter a coragem de pensar os seus instrumentos, se esses instrumentos, se sua ação realmente é a ação mais eficaz, se ela não está apenas reproduzindo a desigualdade que há, por insuficiência seja normativa seja de conhecimento ou de estrutura para agir.

Acho que o exemplo que a Marizete trouxe aqui mostra uma situação que imaginamos que deve ser uma em muitas, dezenas, talvez, centenas que aconteçam pelo Brasil a cada dia. Ela mostra como a missão é grande e como a estrutura talvez não seja suficiente, como o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária precisa de mais aporte, de estrutura, para dar conta desses grandes problemas que acontecem todo dia.

Sei que a vigilância sanitária, com esse momento de globalização, é muito combatida, muito exigida. Houve um debate em que vi cientistas, pesquisadores, reclamando da Anvisa, por exemplo, pelo fato de que uma autorização para uma pesquisa clínica demora mais de um ano enquanto na Coreia isso é dado em quatro meses, três meses. E, assim, a demanda por agilidade, por prazos menores para concessão de licenças, autorizações, registros também faz parte desse dia a dia, dessa demanda, dessa economia globalizada. E tudo isso

deve ser equilibrado com vistas à missão de não deixar que riscos importantes se estabeleçam. E há toda uma dificuldade também de trabalhar com inovações...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou lhe conceder mais cinco.

O SR. GERALDO LUCCHESE – ... de trabalhar com inovações, e o risco de muitas delas a gente não conhece. Não sabemos como regular sem o conhecimento suficiente do risco. Isso também é um drama para a vigilância, não só naquelas coisas de tecnologia de ponta, como a nanotecnologia ou os organismos geneticamente modificados. Realmente não sabemos quais as consequências possíveis na saúde humana dessas novas tecnologias, apesar de elas estarem sendo intensamente utilizadas. Mas, até que se comprove, até que se tenha conhecimento suficiente dos males que ela provoca, a intervenção fica fragilizada.

Então, acho que aperfeiçoar o sistema nacional de vigilância sanitária – vejo aqui muitas pessoas da vigilância dos Estados, da vigilância dos Municípios – e buscar um novo paradigma de ação.

Acho que é isto que o Cláudio falou: como trabalhar com equidade na vigilância? Como não inviabilizar os Tonicos da vida, mas não apenas sob o ponto de vista de ele produzir seu queijo, mas de conseguir produzir seu queijo com suas características especiais e específicas; sob o ponto de vista de, pela normatização, não igualá-lo, não igualar o queijo dele, que tem uma característica diferente, a todos os queijos do mundo? Trata-se dessa homogeneização, dessa coisa para cuja direção caminhamos celeremente, dessa homogeneização cultural que tira toda a riqueza da diversidade – não só da biodiversidade, mas da diversidade social, da diversidade cultural, da diversidade de cada local, de cada cultura, de cada produto.

A Europa está aprendendo a fazer isso. Um ciclo de debates que a Anvisa promoveu também nos mostrou os europeus cuidando disso.

Quer dizer, se é precisa fazer um queijo curar-se numa prateleira e se essa prateleira sempre foi uma prateleira de pedra, e vem uma norma e diz que não, não pode, agora essa prateleira só pode ser uma prateleira de aço inoxidável, porque, senão, há perigo de contaminação, certamente essa diferença interfere no gosto, nas características específicas, sutis, que dão a cada produto o seu lugar diferente dentro da margem de mercado que cada um possui. Eu acho que esse é um desafio de que a vigilância não deve esquecer. É um desafio grande realmente, mas essa homogeneização faz muito mal, eu acho, não só para a economia, mas também para a cultura e para a riqueza da vida no nosso planeta.

Se um alvará realmente protege, se um registro realmente protege, se um certificado de boas práticas realmente está cumprindo seu papel, acho que essas também são perguntas que nos fazemos. E eu falo também como um vigilante sanitário, porque esse é meu objeto de estudo e de trabalho no dia a dia, também aqui dentro do Congresso.

Por último acho que se trata de reivindicar para o SUS aquela capacidade que está dita, que está colocada, que está prevista na Constituição. O SUS tem um mandato para avaliar os efeitos sobre a saúde de todas as políticas sociais e econômicas. Não está escrito lá que a saúde depende de políticas sociais e econômicas? Então o SUS tem mandato para fazer essa avaliação, e nós da vigilância sanitária temos um papel bastante interessante, bastante importante nessa avaliação dos efeitos das políticas sociais e econômicas sobre a saúde das pessoas.

Era isso. Eu terei prazer de voltar ao debate. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Geraldo Lucchese, representante do Grupo Temático de Vigilância Sanitária da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que falou muito aqui de globalização – eu entendi isso – da responsabilidade social também, de concentração de renda, e que há casos que são casos, não é? Não sei se estou errado ou estou certo, mas eu vi num programa de TV, se não me engano na Suíça, que um pernil de porco ficava dependurado não sei quanto tempo, mas era muito tempo, e eles faziam fogo no meio de algo como uma caverna. Ele explicava que aquilo dava um gosto especial porque era enfumaçado. Por isso, cada realidade é uma realidade, e nós temos que estar preparados para isso, para valorizar essa cultura da nossa população e, ao mesmo tempo, ter o cuidado, para que não haja algum tipo de contaminação. Meus cumprimentos pela sua fala.

E por fim – depois vamos abrir o debate ao Plenário – o representante da Opas/OMS, da área de promoção da saúde. Não sei ele se encontra presente. Se não estiver, vamos abrir ao Plenário. Então eu abro ao Plenário, se alguém quiser fazer uma colocação ou alguma pergunta aos convidados, o momento é este, ou cale-se para sempre. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

Nesta audiência, é claro. Se alguém quiser expressar um ponto de vista ou alguma pergunta, fique bem à vontade. Além de ser uma audiência pública, é um seminário também. Nas audiências públicas que presido,

tanto aqui como nos Estados – já fui a 11 Estados de maio para cá e completo, até o fim do ano, os 27 –, transformo a audiência pública quase que numa plenária livre, para que o povo possa interagir com os convidados. Vocês estão convidados a participar dessa plenária livre a partir deste momento. Alguém vai ter que falar! Opa, dois já! Três. Então, o primeiro que se inscreveu já usa o microfone. Isso, você mesmo. Já dá o nome para ficar nos *Anais* da Casa. Vamos dar cinco minutos. Pode ser pergunta ou expressar o seu ponto de vista.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA POMBO – O.k. Boa tarde a todos. Eu sou Antônio de Pádua, farmacêutico, diretor da vigilância sanitária de Sergipe e representante do Nordeste no GT Visa, que é uma instância de governança do SUS na temática de vigilância sanitária. Quero parabenizar a Anvisa pela 3ª edição da Semana.

Já tivemos duas anteriores, e essa é bastante oportuna no momento em que a Anvisa passa por renovação na sua diretoria colegiada, com o Dr. Jarbas assumindo a presidência. Enfim, é um momento importante, um momento de conferência nacional de saúde, de diversas outras conferências, momento de crise real, artificial, também um pouco fabricada, enfim, todo esse contexto.

Não vou ocupar o tempo, que é curto, para discorrer sobre as características da vigilância sanitária, porque estamos entre pares e todos sabemos os desafios, os gargalos muito bem colocados no exemplo que a Marizete trouxe, que é apenas um dos inúmeros que vivenciamos todos os dias. Uma situação como essa nós vivenciamos geralmente às sextas-feiras. No meu caso, sempre acontece às sextas-feiras. Quando não há mais ninguém na vigilância sanitária, a PRF liga dizendo que fez apreensão de um carro que transportava alimentos em carro inapropriado.

Quero voltar a falar aquilo que tenho falado sempre. Até comentei com alguns colegas que, durante esta semana, a minha fala, no momento em que houver oportunidade, vai versar sobre dois temas sempre – sempre! E farei, e faria várias vezes em tantas semanas quantas existirem eventos como esse enquanto o problema persistir. Há problemas, embora tudo o que já foi pontuado, como os avanços inúmeros – o Maierovitch colocou com bastante propriedade a própria criação da Anvisa, que ele presidiu, foi o segundo presidente. Acho que existe aquela velha máxima em relação à Anvisa: entes e depois. Então, o sistema nacional de vigilância sanitária deve ser mensurado antes e depois da criação da Anvisa.

A vigilância tem 200 anos de existência; a Anvisa tem 15. A Anvisa já conseguiu uma visibilidade que nós, que somos sistema, e as duas outras partes do sistema, que são os Estados e os 5571 Municípios, ainda não conseguiram. A Anvisa conseguiu com 15; obviamente vemos isso com bom olhos, e acaba respingando um pouco para nós. Quantos de nós aqui não somos convidados nos Estados e somos anunciados inclusive para compor mesa como diretor da Anvisa estadual, por exemplo, ou superintendente da Anvisa estadual? Eu até brinco dizendo que gostaria que, pelo menos, o salário fosse igual o da Anvisa.

Em se falando em salário, são exatamente esses dois pontos que quero trazer: primeiro, o que falta, Cláudio – principalmente Cláudio –, Alexandre, Patrícia, que já ouviu isso tantas vezes, o Lucchese também, Marizete, enfim, o que falta para termos, de fato, o reconhecimento da vigilância sanitária como atividade de Estado? Ela regula, portanto, ela é uma atividade de Estado.

Somos atividade de Estado para regular e, algumas vezes, como foi dito, para atrapalhar.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA POMBO – Mas não para sermos reconhecidos como uma carreira de Estado que tenha, realmente, os prós e contras da atividade.

O que falta para esse reconhecimento legal? Somos realmente, desempenhamos realmente uma atividade de Estado? E, para encerrar, precisamos – e é nesta Casa, conjunta, que o faremos – discutir a necessidade da criação de uma carreira para o agente de vigilância sanitária nos três níveis de governo.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Você disse seu nome e sua entidade na hora em que começou a falar, não? Disse. Muito bem.

A senhora de roupa verde vai falar. Diga nome, entidade, e tem cinco minutos.

A SRª MARISA LISBOA – Boa tarde a todos os presentes.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar todos os palestrantes. Não sei se foi combinado, mas vi que as falas se articularam de uma forma muito bem integrada: o Dr. Cláudio mostrou o contexto vivenciado dentro da vigilância sanitária, a Marizete mostrou a realidade encarada no dia a dia, a Patrícia, com a visão estrutural das regulamentações, a criação da vigilância sanitária, o Dr. Lucchese, com os desafios éticos e morais que temos nas escolhas, e o Alessandro, que mostrou o que impacta dentro da nossa comunidade, no dia a dia, o papel da vigilância sanitária.

Então, meus parabéns. Eu gostei muito das apresentações.

Eu tenho 15 anos de trabalho na Anvisa. Eu sou médica de formação. Meu nome é Marisa Lisboa. Eu vivenciei dentro da Anvisa um trabalho de educação em prol da saúde. Nós trabalhamos em um projeto chamado Educanvisa, em que foram treinadas professoras de nível de trabalho com as escolas de primeiro grau. Nós fizemos um projeto junto com universidades, em que os alunos universitários eram convidados a analisar propagandas, fazendo uma análise crítica sobre o que estava sendo colocado ali em um *marketing* enganoso, ou não, e o que tinha de verdade. Eu vi o quanto isso foi valorizado quando as pessoas vieram mostrar suas atividades desenvolvidas. Só para dar um exemplo, quando vieram as professoras mostrar o que haviam feito com as crianças, havia crianças que envolveram os pais, fazendo teatro, representando cenas de problemas vivenciados na vigilância sanitária. Houve até uma moça da copa que bordou um paninho de prato: "leia a bula antes de se medicar". Ou seja, o quanto o conhecimento foi colocado no dia a dia das pessoas; e os universitários, nas dissertações, nas monografias, a visão crítica que transformou o nosso cidadão brasileiro.

Eu gostaria de colocar para os palestrantes, e para os debates com os demais colegas, que nós temos um papel que eu colocaria de imenso valor na promoção da saúde, que é a questão da prevenção e da promoção da saúde. Como isso fica em relação ao papel fiscalizatório? A gente não tem condições para fiscalizar tudo, mas se nós empoderarmos nossos cidadãos para que eles sejam os agentes de fiscalização conscientes do seu direito à saúde e das ações de vigilância sanitária, eu gostaria que isso fosse colocado como uma discussão sobre os caminhos que a vigilância sanitária tem que ter no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. A Mesa vai responder todas as perguntas no final.

O senhor à esquerda, de branco. (*Pausa.*)

Acende a luzinha verde, e está funcionando.

O SR. PAULO SERRÃO – Pronto, agora está funcionando.

Paulo Serrão, da Vigilância Sanitária do Distrito Federal. Eu sou auditor-chefe do núcleo do Paranoá. Eu queria, antes de mais nada, parabenizar a Mesa pelas colocações.

Não vou repetir o que já foi falado pelos meus antecessores, mas eu queria dizer que o mais extraordinário desta reunião, de a gente observar, é que vários vieses são discutidos, existem, são verdadeiros e estão aí bem colocados. O que precisamos fazer é tornarmos isso um conjunto de ações, um conjunto de processos técnicos legais que permitam verdadeiramente a ação da vigilância sanitária dentro do contexto de ação regulatória, dentro dos Estados, dos Municípios. Eu queria colocar aqui que nós já temos verdadeiramente carreiras de vigilância sanitária estabelecidas. Goiás é um exemplo, o Distrito Federal é outro. Nós temos também algumas legislações que estabelecem as normas de procedimento artesanal. Portanto, o Sr. Tonico pode, de repente, se valer dessa condição da atividade artesanal, e romper com aquela condição de ter que, obrigatoriamente, por uma questão meramente legal, sair da sua pedrinha para sua bancada em inox.

Mas eu queria fazer um questionamento com relação às falas. Foram muito bem colocadas, mas eu anotei com relação a usarmos sempre a terminologia "promover" e "proteger". Não está isento de nenhuma possibilidade de não utilizarmos isso, mas precisamos incluir nesta nossa discussão o "prevenir", a prevenção, antecipar-se ao agravo.

Isso também é muito importante.

Então, o arcabouço legal que temos hoje dentro do País – somos, inclusive, considerados em alguns países como tendo a melhor legislação em diversas áreas –, é que nos permite agir, é ele que vai dar verdadeiramente a oportunidade de agirmos.

E não temos dúvida de que agimos como Estado, somos o Estado, mas precisamos verdadeiramente ir para uma discussão também sobre a inclusão do prevenir; antecipar-se ao agravo. Quando o agravo já ocorreu, temos de solucionar, dar solução a ele. Mas enquanto ele ainda não aconteceu, aí, sim, agiríamos dentro da sociedade, dentro da comunidade com um processo orientativo. Não somos mais como no passado – e, infelizmente, ainda temos pares que veem dessa forma –, não somos mais aquele agente piso/parede. Isso acabou, ficou no passado. O piso/parede acabou, ficou no passado. Hoje, são profissionais especialistas, alguns com uma formação bastante elevada, que dão condição para qualquer aplicação de normas técnicas geradas dentro da estrutura institucional da Anvisa, depois da discussão técnico/científica, para que tornemos isso aplicável.

Então, eu gostaria de colocar à mesa essa minha preocupação em relação à questão da prevenção, porque os agentes que estão lá, e eu represento hoje toda a minha equipe. Dizem, no popular, o "euquipe"...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO SERRÃO – Mas eu queria colocar isso, porque eu acho que temos, sim, condições, hoje, quase que imediatamente de fazer muito melhor. Nós precisamos de toda essas mentes que pensam a vigilância sanitária para que possamos também prevenir sobre a nossa comunidade, em cima da nossa população.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Ficou exatamente nos cinco minutos.

Vamos à pessoa que levantou a mão lá atrás, a última; depois, ao senhor de preto aqui.

Há mais alguém? (*Pausa.*)

E mais a senhora. São mais três, então.

A SRª VIRGÍNIA NABUT – Boa tarde. Meu nome é Virgínia. Sou da Anvisa já há 9 anos e meio e, desde quando lá entrei trabalho com a arrecadação da Anvisa, na Gerência de Arrecadação.

Bem, quero parabenizar todos os palestrantes. Foi incrível estar aqui, foi um grande presente. E eu queria levantar o seguinte: nós somos hoje, como o senhor falou, responsáveis por 10% da fiscalização de PIB.

A Anvisa, hoje, não consegue se sustentar. Ela arrecada – aliás, são dados do ano passado – por volta de R$350 milhões, sendo que gastamos R$750 milhões.

Não querendo, obviamente, desmerecer, a parte da fiscalização, porque é realmente o principal fazer da Anvisa, mas quero colocar que nós estamos usando os recursos da Contribuição Social do Lucro Líquido, em vez de colocar as próprias empresas que são fiscalizadas para custearem o nosso trabalho.

Isso é o que é feito no FDA, é o que é feito na Europa, no Japão.

Recentemente, conheci o Dr. Jarbas, que não estou vendo. E achei muito interessante a entrada dele. Ele me parece uma pessoa extremamente empenhada, mas eu gostaria de ver quais são as medidas que poderíamos tomar ou até uma reflexão conjunta do papel da arrecadação da Anvisa e qual seria a justiça social que é promovida quando mais da metade da nossa arrecadação está vindo da Contribuição Social do Lucro Líquido.

Isso é muito complicado, até para nós custearmos a fiscalização, a área fim.

Muitas vezes, eu vejo que há um foco muito pequeno na área meio, e a área meio é que pode sustentar plenamente a área fim.

Eu queria colocar isso para a Mesa, para debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. No final, os cinco convidados respondem às perguntas e aos questionamentos.

O senhor aqui de preto, por favor, nome e entidade.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE MOURA – Eu sou José Antônio, sou coordenador da Vigilância Sanitária de Natal, Rio Grande do Norte. Estou na Vigilância Sanitária há 22 anos, então eu gostaria de parabenizar, primeiro, a Anvisa, por este espaço, pela III Semana; parabenizar cada um aqui dos palestrantes que compõem a Mesa, o Sr. Senador Paulo Paim, pela sensibilidade, pela abertura de estar ouvindo e compreendendo um pouco sobre a Vigilância Sanitária.

Eu, como Município, nós que estamos na ponta do território, onde de fato as ações acontecem. Como foi bem colocado aqui, nós temos Municípios com a capital, como São Paulo, e temos Municípios que têm dois mil habitantes. Enfim, nós temos uma realidade de mais de cinco mil Municípios, com as diferentes estruturas de Vigilância, e com a mesma missão de promoção e proteção. Então, nós vivemos um desafio, quem está na ponta.

Nós pedimos, na verdade, então ficamos muito felizes com essa abertura da Anvisa, com essa discussão. Eu acho que se tem que provocar, para que a sociedade conheça o que é Vigilância Sanitária. É super conflituosa. Nós trabalhamos com ação de conflitos desde um segmento regulado, para fazer com que os interesses coletivos tenham que se sobressair aos interesses individuais.

E também nós temos conflitos internos com gestores. Quem regula é uma pedra no sapato. Então, assim, para que dar poder dentro de uma Secretaria de Saúde onde as Vigilâncias estão, como elas se organizam, não é? Ela é um setor, um núcleo dentro de um departamento de vigilância em saúde, onde não tem autonomia administrativa, financeira. Ou seja, os recursos chegam, entram no Fundo. Então, muitas vezes, até para a questão da própria Copa e cidades-sedes, que foi uma realidade do Brasil, os dinheiros vieram e não conseguimos nem utilizar os *tablets* para a fiscalização. A Anvisa gastou muito, teve um trabalho exaustivo para a implantação do sistema de fiscalização *on-line*, e a grande maioria, como até o colega do Rio disse, seria mais fácil falar com o Papa do que com o próprio Secretário de Saúde.

Então, eu acho que esse é um espaço fantástico para a sociedade, que ela tem que conhecer. Primeiro, eu acho que a sociedade tem que conhecer o nosso papel, porque a área do SUS é mais democrática. A área do SUS todo e qualquer cidadão utiliza, desde o acordar ao anoitecer. Eu fico feliz com esse questionamento.

Nós temos que definir que modelo é esse de vigilância sanitária, porque a função é a mesma, seja de uma vigilância como São Paulo, seja de uma cidade do interior, porque ela tem o seu hospital, a sua clínica, o seu laboratório, a sua cozinha, o seu produtor artesanal. Então, que desafio é esse para a Anvisa? Primeiro, uma Anvisa tem que olhar para o Município, entender um pouco isso, e não só a questão da importação, do PIB, mas ver que ela acontece nesse território.

Eu agradeço esta oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Aquela senhora com a bolsa preta ali.

Nós tínhamos fixado em cinco, eu já coloquei seis. Mas como dizem que eu sou muito bonzinho, a senhora vai falar também. (*Risos.*)

A SRª EMÍLIA SENA – Boa tarde a todos. Eu sou Emília Sena, da vigilância sanitária do Estado da Bahia. Eu gostaria de parabenizar, como já foi bem parabenizado aqui pelas pessoas que me antecederam, esta III Semana da Vigilância Sanitária, bastante oportuna.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai começar agora o seu tempo, mais cinco. (*Risos.*)

A SRª EMÍLIA SENA – É assustador realmente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que sobrou um minuto lá.

A SRª EMÍLIA SENA – É bem assustador. (*Risos.*)

Então, é o seguinte, eu queria me colocar em duas questões. Primeiro, concordar com o companheiro Lucchese, nosso companheiro de alguns tempos de luta, é sempre bom ouvi-lo falar. E quero concordar que situações diferentes devem ser tratadas de forma diferente. Isso, inclusive, é um dos princípios do SUS, o princípio da equidade.

Então, em relação a isso, os grandíssimos estabelecimentos devem ter tratamento diferenciado em relação àqueles pequenos que pretendam exatamente se colocar no mercado, como é o exemplo do nosso queijo.

Eu acho que, inclusive, a Anvisa já está com um programa do MEI – Microempreendedor Individual, que é muito importante. Eu acho que os Estados têm o papel de levar essa questão adiante, porque é importante, é uma forma talvez até pioneira inicial de trabalharmos essa questão, de diferenciar as questões diferentes.

E uma segunda questão é a seguinte: eu queria fazer um convite aos novos colegas dos Estados – viu, companheiros? Eu queria fazer um convite aos colegas dos Estados, e esse convite já foi feito na I Semana de Vigilância Sanitária aqui no Congresso, em que o então presidente da Anvisa convidou os Estados para que repicássemos esse momento nos Estados.

Nós, do Estado da Bahia já fizemos, vamos fazer a terceira repicagem, vamos fazer também a III Semana de Vigilância Sanitária lá no Estado da Bahia. E a gente gostaria que os outros Estados também nos seguissem. É um convite a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Passamos a palavra à última inscrita.

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Boa tarde a todos!

Gostaria inicialmente de parabenizar o Senador Paulo Paim e à Anvisa, pela excelente ideia e também pelas apresentações.

Eu sou Vitória Régia, da vigilância sanitária do Estado do Rio Grande do Norte. E, ouvindo aqui alguns colegas, como o Pádua, que falou da questão que foi colocada aqui sobre a vigilância sanitária... Apesar de a vigilância sanitária ser bastante antiga nos Estados Unidos, não conseguimos ainda a visibilidade, o valor e a importância que a sociedade e que nossos governantes deveriam dar às vigilâncias sanitárias estaduais.

Por lado, temos a Anvisa, que é uma autarquia forte – e podemos avaliar a vigilância sanitária antes da Anvisa e depois da Anvisa –, mas, nos Estados, ficamos à mercê, muitas vezes, de alguns governantes. Alguns valorizam a vigilância sanitária, e outros tentam, às vezes, praticamente quase que acabar com ela. Eu sempre digo: a gente monta, e vem outro e desmonta, não é?

E, com o advento da descentralização, as pessoas penavam que descentralizar a vigilância sanitária era fácil – você tocava com uma varinha de condão e resolvia tudo. E observamos hoje que o Estado está inchado, porque, com essa questão do advento da globalização colocada aqui, cada vez mais o produto circula e cada vez mais as pessoas consumem nas cidades. E a vigilância sanitária não conseguiu descentralizar, porque é difícil.

E, como foi colocado aqui, temos Municípios como São Paulo e como as capitais, mas temos os pequenos. Temos equipes de vigilância sanitária em Municípios que o prefeito troca três vezes ao ano!

Aí dizem assim: "Mas o Estado tem que capacitar. Eu quero capacitar a minha equipe." "Mas nós já capacitamos vocês três vezes este ano!"

Quer dizer, as pessoas não ficam. E não ficam por quê? Não ficam, porque, primeiro, é difícil você fazer fiscalização no Município pequenininho, em que todo mundo é parente, em que todo mundo se conhece, em que realmente, por mais que você vá com a informação sobre vigilância sanitária, quando o carro passa em

determinadas indústrias, saem aqueles meninos todos correndo – há gente correndo para lá, para cá, sabendo o quanto é irregular.

Então, não é fácil você ser fiscal no Município pequeno. E os gestores não valorizam. E para você fiscalizar, o profissional da vigilância sanitária, pela lei, não poderia ter outro vínculo.

E, como é que você vai ser fiscal do Município, para ganhar R$600 ou R$1 mil? Então, isso é difícil. Bate-se na questão que o Pádua está colocando. Se você é farmacêutico, pela lei do farmacêutico, você não pode ser dono de drogaria, nem responsável técnico por indústria, nem por laboratório, nada.

Você tem que ser exclusivo, tem que ter dedicação exclusiva. Então, vejam que o Estado, cada vez mais, está sendo inchado. E aí a gente continua fazendo as nossas atribuições. Quando enxugaram a nossa estrutura, afirmavam que, no outro dia, não iríamos fazer nada. Pelo contrário, estamos fazendo mais, porque hoje há implante dentário, há tudo o que... Quer dizer, aumentou muito mais.

Pronto, era só isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem. Eu fiquei aqui abismado com o salário de que você falou. É isso mesmo?

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Sim, há pessoas no Município que ganham R$600, R$1 mil, para trabalhar nas vigilâncias municipais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, você tem razão mesmo, tem que se fazer alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Há gente que, às vezes, ganha menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como?

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Há pessoas que recebem menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um absurdo!

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Pessoas de nível superior, viu?

Às vezes, médico veterinário, nível superior. Em uma cidade lá no interior, a cidadã, médica veterinária, ganhava R$600; passou, agora, para R$1 mil. Então, como é que você vai fixar... Quando a gente fala em criar carreira, as outras pessoas que não são da vigilância sanitária ficam abismadas. Mas, se você trabalha na saúde pública, em um hospital, você pode trabalhar no hospital de dois ou três Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

A SRª VITÓRIA RÉGIA – Na vigilância sanitária, você não poderia. Como é que você vai ser responsável técnico por uma drogaria e ser fiscal? Como é que você vai trabalhar em um hospital e ser da vigilância sanitária? Então, essas complicações que, às vezes, não são colocadas aqui interferem muito na descentralização. Por isso, acho que é quase impossível. Você não vai deixar de ser um farmacêutico – vai ser responsável por uma farmácia, vai ganhar mil e poucos reais; vai trabalhar em um hospital público, vai dar um plantão, vai ganhar mais dois, três; aí você vai ter um salário de seis mil – para ficar ganhando mil?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não dá mesmo.

Vamos agora à mesa aqui. Vou começar por quem foi o último a falar; ele será o primeiro, e o primeiro será o último.

Passo para o Dr. Geraldo Lucchese.

Cinco minutos para cada um responder os questionamentos.

O SR. GERALDO LUCCHESE – A carreira da vigilância sanitária é, sim, bastante requerida por todos os níveis, Estados e Municípios, já que a Anvisa tem e alguns Estados também já têm. É uma coisa reivindicada também para todo o SUS. Os médicos do SUS reivindicam a carreira, os outros profissionais também.

Quer dizer, acho que o trabalho na saúde, essa categoria do trabalho, agora, começa a ser discutida com mais vigor, porque, sem dúvida, para a eficácia do sistema, para a qualidade da ação, seja no serviço de assistência, seja nas ações de vigilância, de prevenção, de promoção; a qualidade e a eficácia desse serviço dependem das pessoas, dependem dos trabalhadores da vigilância sanitária, dos trabalhadores do SUS.

Eu acredito que um dos calcanhares do SUS como um todo é a questão do recurso humano. É essa questão que a gente agora... Eu percebo que o SUS começa a trabalhar com mais ênfase. Mas, como disse o Senador, salário é sagrado. É dele que depende a sobrevivência. Enfim, se o SUS não pensar nisso, nós vamos nos condenar a um sistema com baixa eficácia, com baixa qualidade, com essa instabilidade que a Vitória Régia coloca, das equipes, essa instabilidade de, de três em três meses, de quatro em quatro meses, trocar uma equipe.

E é preciso pensar realmente em estratégias, porque 70% dos Municípios brasileiros são pequenos ou muito pequenos, e a vigilância sanitária, aí, acho que tem que ter outra estratégia; é uma vigilância muito es-

pecial. Acho que a gente ainda não chegou a discutir isso. Acho que o Conasems tem insistido nessa pauta também – parece que há uma pauta agora, de novo, no Congresso. Mas a vigilância do Município pequeno eu acho que tem que ser uma vigilância especial. Ela é muito mais integrada às outras vigilâncias, ela é muito mais um todo. E aí eu acho que nós temos, inclusive, já produção de conhecimento que suporta uma organização diferente, para que esse Município não busque reproduzir a ação que o Estado fazia – se agora descentralizou, vai fazer como o Estado fazia; se a Anvisa descentralizou, agora compete ao Município. Quer dizer, essa reprodução meio sem reflexão eu acho que é um atraso para a vigilância. Temos que ter uma estratégia diferente para as vigilâncias pequenas.

Meu querido Pádua, a atividade de vigilância como atividade de Estado é reconhecida. Ela só não tem a carreira, mas é uma atividade de Estado reconhecida; senão, não poderíamos nem atuar. Falta a carreira – você tem razão, e eu entendi o seu recado.

Acho que a questão da educação se vincula a uma das dimensões da vigilância, que absolutamente. Sabemos que há uma riqueza de propostas, a emergência do Educanvisa e outras propostas municipais, para trabalhar a educação sanitária junto com a população, mas não temos tradição de atuar, não temos cultura muito arraigada.

E também nós atuamos, eu diria, sem muito profissionalismo, no sentido de uma atuação de querer fazer, mas uma atuação amadora. Nós precisamos esta dimensão que chamamos de comunicação do risco. Os autores dividem essa questão em identificar o perigo, avaliar o risco, que magnitude tem esse risco, que danos ele pode causar, quantas pessoas são vulneráveis a esse risco; depois dessa avaliação, fazer um gerenciamento de risco e uma comunicação de risco. Essa parte da comunicação não é uma coisa de uma mão só, é uma intercomunicação com a sociedade, com todos os grupos sociais. Precisamos de profissionais especializados também. Nós precisamos impulsionar essa dimensão, porque, como disse aqui, a Vigilância sozinha não vai dar conta da missão que ela tem. É muito claro o limite que a Vigilância tem. Outra coisa é pensarmos nesse conceito de risco...

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO LUCCHESE – ... e não ter uma obsessão de controlar tudo quanto é risco. Há essa cultura na Vigilância Sanitária: "Ah, isso aqui tem risco. Essa coxinha de galinha tem frango, frango tem salmonela, salmonela é de alto risco, então, coxinha de galinha é uma coisa de alto risco". (*Risos.*)

Por incrível que pareça, essa cultura ainda não está bem trabalhada. Nós não estamos refletindo sobre essa questão do risco, porque, como há recursos limitados, nós temos de selecionar onde atuamos, mas a legislação diz que temos de atuar em tudo que é risco. Nós temos de dar alvará para o consultório médico, um consultório médico em que o risco é a qualidade do profissional, ali não há risco de Vigilância Sanitária, mas tem de se deslocar uma enfermeira, um profissional de nível superior para ir lá, fazer uma vistoria naquele consultório e dar o alvará para aquele consultório. É um desperdício de energia institucional, um desperdício de tempo que a Vigilância não tem para fazer as coisas de maior risco.

Para terminar, eu volto a discutir a questão da desigualdade. Vejam bem: eu não toquei num assunto que é muito importante – meu tempo está acabando –, mas vejam que a Anvisa já tentou regulamentar a propaganda de alimentos dirigida a crianças. Eu considero um crime que está acontecendo no Brasil. Essa propaganda de alimentos induz as crianças. As crianças não têm racionalidade para distinguir que aquilo não é verdade. Para elas, aquilo é uma verdade, e elas têm de consumir aquilo, porque é legal e está na televisão. Vejam que esse projeto nunca passou pelo Congresso. O *lobby* das grandes empresas de alimentação e dos grandes grupos econômicos é tão forte que eles até tornaram sem efeito a própria resolução da Anvisa que tentou normatizar esse assunto. Então, essa questão da desigualdade tem de estar bastante na nossa consciência, e devemos aprender a trabalhar politicamente com as questão da vigilância. Aqui, eu acho que o Senador Paim nos dá este espaço. Parabéns ao Estado da Bahia que vai fazer a terceira semana lá. Eu acho que o Parlamento tem de ser envolvido nessa discussão, porque, em questões tão graves como esta da propaganda de alimentos dirigida a crianças, nós não conseguimos trabalhar sem o apoio e sem a participação do Parlamento.

Obrigado.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Lucchese. Meus cumprimentos pelas respostas.

Você tem toda a razão. Eu tenho um projeto nesse sentido, que aprovei em todas as Comissões. Quando ele foi para o Plenário, entraram com um recurso e mandaram o projeto para a Comissão de Infraestrutura, que cuida de estradas, de pontes, de rios, de desertos... Está lá o projeto engavetado lá. É o *lobby* mesmo, é o *lobby* dos setores que não querem que haja essa regulamentação.

Por favor, Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Obrigado.

Primeiro, eu quero aplaudir a fala do nosso colega Geraldo. Ele também, mais uma vez, facilitou, disse coisas com que concordo integralmente.

Vou trazer a primeira delas, que é a questão da carreira. De fato, nós temos a discussão colocada sobre a mesa, que é a organização das carreiras profissionais do SUS. O próprio novo Presidente da Abrasco, Gastão Wagner, que foi citado aqui pela Patrícia, formulou a proposta, tem colocado de público uma nova proposta de regionalização e de criação de carreiras estaduais. Se começarmos a pensar na fragmentação de carreiras, como tem acontecido – criação de jornada especial para um profissional, criação de carreira vertical para o outro –, acho que vamos na contramão da criação de carreiras estruturantes para o SUS.

O Paulo deu o exemplo do Distrito Federal, que tem carreira para todas as profissões dentro da área de saúde, em geral invejáveis para outros profissionais de outros Estados e Municípios, mas essa não é a realidade nacional. Tem que se pensar, realmente, em alguma coisa estruturante, como estruturante deve ser a organização do SUS.

O segundo ponto que eu queria abordar, acho que muito bem lembrado aqui, é a questão da comunicação. Tão grande quanto o desafio que a Vigilância Sanitária tem para enfrentar o segmento do setor produtivo, que não se preocupa com os riscos da saúde, é enfrentar os veículos de comunicação. A Anvisa conseguiu pôr o pé na porta na hora em que criou um grupo trabalhando com propaganda de medicamentos e conseguiu, junto com outros segmentos de governo, trabalhar a propaganda de cigarro. As duas coisas foram importantíssimas. Não sei se vocês têm noção de que isso não é o que acontece no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, faz-se propaganda de medicamento à vontade. Podemos considerar que a sociedade é mais informada, mas não é. Os riscos da automedicação, da utilização excessiva de medicamentos, lá, são enormes. Acho que a Anvisa conseguiu pôr um pé na porta nisso. Agora, ela vai precisar de respaldo para escancarar essa porta da regulação da propaganda de produtos que trazem riscos para a saúde. Essa não é uma briga fácil, essa é uma briga com os barões. E aí acho que está colocado, todo mundo conhece a dimensão disso.

Por fim, eu queria comentar muito brevemente essa questão da arrecadação da Anvisa, mencionada pela Virgínia. Quando a Anvisa foi criada, fazíamos uma estimativa assim: a Anvisa depende, em parte, do orçamento federal, da arrecadação federal, e em parte da sua arrecadação. Naquela época, a parcela que vinha do orçamento federal era maior do que a que vinha da arrecadação, como me parece que hoje está mais ou menos meio a meio. Pessoalmente, acho que é um balanço próximo do ideal.

A FDA, a agência americana que foi citada, em muitos momentos tem a sua autoridade e independências questionadas pelo Senado americano, pela população americana, porque ela é custeada, majoritariamente, com recursos do setor regulado. Claro, não concordo com essa crítica, mas lembro que ela existe e que se coloca de maneira forte. Acho que temos que ter o comprometimento do Estado brasileiro, do orçamento brasileiro, com uma atividade de Estado, sem prejuízo de que o setor regulado deva arcar com partes desses custos, especialmente naquilo que se refere à certificação de produtos, à certificação de boas práticas, atividade que hoje já é custeada.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES – Diversas outras questões foram colocadas.

Mais uma vez, quero agradecer a possibilidade e a oportunidade de participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Cláudio Maievovitch Pessanha Henriques, que falou como representante da Secretaria de Vigilância e Saúde, do Ministério da Saúde.

De imediato, o Dr. Alessandro Chagas, representante do Conasems.

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Vou tentar ser sucinto aqui, para não tomar outro susto da campainha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa campainha está ficando famosa.

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Vou começar pela Marisa Lisboa.

Marisa, concordo. Acho que a educação é preponderante nisso, mas nós, como vigilantes, ou qualquer vigilância de um Município qualquer de qualquer tamanho, não estamos em todo lugar ao mesmo tempo. A resposta que eu tenho é a resposta do Gonzalo: isso é só civilizando mesmo. A população tem que nos ajudar nisso.

Acho que evoluímos muito, mas precisamos evoluir muito mais, porque não conseguimos estar em todo lugar ao mesmo tempo.

Em relação ao Paulo, eu concordo, Paulo, plenamente. Mas, para isso se efetivar, precisamos ser mais planejadores, precisamos planejar mais. E o Lucchese já definiu bem: gastamos muito tempo e muita energia

com coisas que dão em quê? Para que estou indo lá nesse consultório todo ano? Ou mesmo numa farmácia todo ano? Será que é isso mesmo que precisamos fazer? Porque aí nós nos encaixamos em uma maneira mais objetiva de atuação da vigilância, vamos prevenir muito mais do que apagar incêndio.

Em relação à Virgínia, acho que é uma conversa importante essa. Agora, eu, aqui, como Município, pergunto: será que um País desse tamanho, com esse mercado enorme, cobra as taxas devidas dessa indústria que regulamos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Pois é. Então, acho que é uma coisa para pensarmos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você não falar no microfone, as palavras se perdem ao vento.

A SRª VIRGÍNIA NABUT – Por exemplo, na questão dos agrotóxicos. Uma taxa de agrotóxicos de uma grande empresa, de uma empresa de grande porte, é de R$1,8 mil para a autorização do registro – porque o registro é concedido pelo MAPA –, mas uma microempresa paga R$90,00. Nos Estados Unidos, o mesmo registro concedido custa entre US$630 mil e US$1,3 milhão; e nós estamos cobrando R$1,8 mil, o que, na verdade, não cobre sequer uma semana de trabalho de um servidor.

O SR. ALESSANDRO CHAGAS – Pois é. Então, acho que aí já tem um caminho para conversarmos sobre essa arrecadação.

Só para eu finalizar, senão aquela campainha toca.

José Antônio, essa questão do sapato no pé, eu acho que temos que mudar esse paradigma – aquele exemplo que eu dei do Tonico. Se o gestor começar a entender isso como desenvolvimento, resolvemos o sapato no pé e resolvemos a questão do Pádua.

Na hora em que você entender que isso é desenvolvimento, essa carreira vai sendo valorizada do ponto de vista do que o Pádua está falando. E concordo com o Lucchese em que é muito valorizada e tal, mas eu acho que se resolvem duas coisas. Temos que quebrar esse paradigma mesmo, entender isso como desenvolvimento municipal, estadual e do País.

Por último, Emília, é isso mesmo. Eu acho que temos que tratar com equidade e com segurança sanitária. Acho que isso é importantíssimo.

E, Vitória, descentralizar não é fácil – não é fácil! Tanto é que temos uma mesa no Congresso, à qual fiz um convite há pouco tempo, o nosso Congresso e o Conasems, para juntos justamente revisitar o Pacto Federativo.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Escapou da campainha. Ele é ligeiro. Barbaridade! (*Risos.*)

Alessandro Chagas, representante da Conasems.

De imediato, Marizete de Oliveira Silva, Visa/Espírito Santo, representante do Conass.

A SRª MARIZETE DE OLIVEIRA SILVA – Então, não vou repetir o que os colegas colocaram, porque já está muito bem posto.

Eu gostaria de chamar a atenção aqui para duas coisas, quando falamos em carreira – e eu falei também nessa vigilância sanitária tradicional.

No Estado, estamos apresentando uma situação diferente. Vou para os exemplos de novo: um determinado Município, no Estado, está praticamente com a vigilância sanitária parada. Por quê? Por causa de ações que foram impetradas por questões trabalhistas na Justiça, e o juiz chegou à decisão final de que só pode fazer vigilância sanitária quem efetivamente for concursado para fazer vigilância sanitária, porque ele entende que o cargo de fiscalização tem que ser exercido por fiscal, que isso seria uma usurpação da função de fiscal por um técnico que não seja da área de fiscalização. Tudo bem. Vamos olhar a realidade econômica do Município, se ele tem condições para fazer esse concurso, para colocar esse profissional de carreira lá dentro; o tamanho do Município; a quantidade de estabelecimentos que abriga; o risco que ele representa – esse risco presente no território – e a grande dificuldade do Estado em fazer o seu papel de ir lá, já que o Município está impedido.

O Estado também tem as suas limitações técnicas e de recursos humanos principalmente.

Então, concordo em que temos que repensar essa situação, mas temos que conversar muito antes. Não pode ser uma batida de martelo que vai definir isso, porque assim se inviabiliza todo um trabalho, toda uma gestão de risco que, bem ou mal, está sendo feita, existe. Ela estava sendo feita, e está parada.

Dois outros Municípios estão começando uma mobilização na contramão de tudo o que temos falado, ao pensar: "por que eu tenho que ir ao consultório médico todo ano? Por que eu tenho que proibir a coxinha

de galinha? Por que ela é de alto risco? Qual é a série epidemiológica que me prova isso?" E são justamente os Municípios que não concordam com uma classificação de risco, com uma visão voltada para a gestão de risco que estão trabalhando – os técnicos, não é o Município, desculpem, deixem-me corrigir a minha fala. Justamente os técnicos que não concordam entendem que a vigilância sanitária tem que ser fiscalizadora, exercida por fiscal e tem que ir lá fiscalizar todo ano, sim, antes de emitir um alvará sanitário. São essas vigilâncias que estão se mobilizando para que haja uma carreira de fiscalização.

Uma coisa boa é organizar a vigilância sanitária, mas a forma como isso está acontecendo, eu questiono. E questiono também essa forma de querer fazer uma vigilância sanitária somente repressora, fiscalizadora e criadora de regras que levam nada a lugar nenhum, porque agora o Município está impossibilitado de trabalhar.

Realmente fica aí, Patrícia, uma proposta dessa conversa nossa para debatermos com a academia principalmente, já que temos estudos, temos um referencial teórico que embasa essa discussão da vigilância sanitária de que estamos precisando de fato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marizete de Oliveira Silva, Anvisa Espírito Santo, representante do Conass.

Por fim, a representante do Diretor Presidente da Anvisa, Drª Doriane Patrícia Ferraz de Souza.

A SRª DORIANE PATRÍCIA FERRAZ DE SOUZA – Obrigada, Senador.

Eu vou complementar para encerrarmos aqui.

Cada vez mais fica claro para mim que temos que investir em dois campos, se é que eu posso chamar isso de campos, mas em duas questões que considero centrais. Uma delas é a relação que temos com a sociedade.

Pegando um pouquinho a fala do meu colega de Natal, do José Antônio, temos que mostrar para a sociedade qual é o papel da vigilância sanitária. E, nessa questão, foi muito bem casado o nome do nosso ciclo. Estamos revendo a vigilância sanitária, porque queremos uma vigilância de que a sociedade realmente precisa. Então temos que trabalhar junto da sociedade e dar condições para o cidadão fazer escolhas e de ser também um vigilante. Isso é fundamental. E cito também a fala da Marizete: só faremos isso se trabalharmos com outras ações que não sejam puramente aquelas de controle sanitário que costumamos fazer. Então, ações como Educanvisa, como Visa na Atenção Básica foram coisas que deixamos, mas que têm um fruto muito importante. Elas têm que ser retomadas, inclusive com um olhar muito mais ampliado. Esses são dois exemplos apenas, mas temos que fortalecer esse lado.

Qual é o outro lado? O outro lado, para mim, é o do monitoramento, efetivamente. o lado do pós-mercado. Nós avançamos e hoje estamos pensando em algumas questões de pré-mercado.

Quando o Lucchese fala que temos que pensar em quão efetivo é o registro, em quão é efetiva a certificação de boas práticas, em quão é efetiva uma autorização de funcionamento, em quão é efetiva uma licença sanitária, elas têm, sim, sua efetividade, elas são importantes, mas elas não são o fim em si mesmas. Não se pode morrer nisso. E acredito que, por muito tempo, estamos insistindo nisso.

Temos que saber fazer monitoramento pós-mercado, temos que saber utilizar dados epidemiológicos. Só assim vamos conseguir mudar. Uma das grandes vantagens, na minha opinião, da alteração da Lei da Anvisa, da 6.360, foi não termos mais que fazer inspeção anualmente. As vigilâncias sanitárias de Estados e Municípios não têm mais que fazer licença sanitária anual. Aquilo ali era uma corrente de 200kg, pelo amor de Deus! O que vamos fazer? Ações apoiadas em monitoramento, apoiadas em gerenciamento de risco, porque vou fazer o que efetivamente pode gerar um risco maior ou um dano maior à sociedade, porque recurso, como já falamos, é finito. Temos que priorizar. Temos que fazer escolhas e temos que ser mais inteligentes no sentido de fazermos parcerias. Eu fico feliz quando o colega do DF fala que não somos mais uma vigilância de teto e parede. Infelizmente, não é uma realidade no País inteiro, mas estamos caminhando para não sermos realmente essa vigilância de teto e parede, temos que nos abrir a parcerias.

Por que não fazer uma parceria com a Senacon? Por que não fazer uma parceria nos Estados com o Procon? Não vamos dar conta de estar em todos os lugares para tudo. Temos que saber que fazer essa parceria não significa perder poder, não significa perder uma ação inerente do Estado, que é da vigilância sanitária.

Acho que é nesse intuito que estamos discutindo. Com isso, conseguimos fazer uma vigilância diferente, mas uma vigilância muito mais eficiente, muito mais eficaz, uma vigilância que realmente vai dar visibilidade, que a sociedade vai reconhecer e, aí sim, conseguimos conquistar todas as outras coisas que já foram faladas aqui.

Fico aqui.

Muito obrigada por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Drª Doriane Patrícia Ferraz de Souza, Assessora do Gabinete do Diretor-Presidente da Anvisa.

Assim, meus amigos, a nossa audiência pública cumpriu seu objetivo, falamos de tudo um pouco aqui: de fiscalização, de prevenção, de proteção, de regulação, tudo pensando na saúde do povo brasileiro e tam-

bém no salário dos profissionais. Fiquei assustado aqui com o salário de R$600 a R$1 mil isso não existe. Um auxiliar nosso do gabinete aqui que ganha menos, que é praticamente o trabalho de *office-boy*, ganha R$2,36 mil. Às vezes, trabalha meio expediente.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso fico abismado quando ouço que os professores não ganham nem o piso também. Há uma briga enorme dos professores no Brasil todo, inclusive meu Estado não paga o piso. É alarmante isso. Por isso vocês têm toda razão com essa mobilização, com esse movimento, de ter um mínimo de salário decente. Esse salário de que vocês falaram aqui, desculpem-me a expressão, vocês não ficar ofendidos, porque estão lutando para mudar, é um salário indecente pela importância. Estamos falando aqui de prevenção de saúde.

Enfim, não posso mais abrir a palavra ao plenário, a todos, sei que todos gostariam de falar. Queria só cumprimentar vocês. Aprendi muito aqui sobre o trabalho de vocês. Tenham em mim um parceiro dentro do Congresso Nacional.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Souza, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Simone Tebet, Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Registra-se a presença do Deputado Federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100 de 2015-CDH, de autoria do Senador Telmário Mota, para debater sobre: "Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - dados de 2014", com foco, também na PEC 215/2000 que trata da demarcação das terras indígenas e na "Encíclica Verde" anunciada pelo Papa Francisco. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta o Senhor Juan Méndez, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre tortura e outros tratamentos e penas cruéis e degradantes e passa-lhe a palavra. Às nove horas e vinte e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Telmário Mota. O Senhor Presidente eventual Telmário Mota apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Patrícia de Mendonça Rodrigues, Antropóloga; Carlos Moura, Representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz; Alberto Terena, Representante do Povo Terena e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Lúcia Helena Vitlalli Ranges, Antropóloga;

Kâhu Pataxó, Secretário Executivo da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT. O Senhor Presidente eventual Télmário Mota faz os seguintes encaminhamentos: 1) remeter a ata com notas taquigráficas, o Relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil – DADOS DE 2014", publicação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e o Relatório apresentado pela Antropóloga Patrícia Rodrigues, ao Ministério da Justiça – MJ e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH, solicitando que tomem as providências cabíveis, bem como aos membros da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, a fim de instruir o processo que trata do tema; 2) realizar diligências nos estados que possuem conflitos indígenas, como é o caso da Bahia, a fim de buscar uma solução que resguarde os direitos dos povos indígenas. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Às dez horas e sete minutos o Senhor Presidente eventual Telmário Mota passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às dez horas e treze minutos a Senhora Presidenta eventual Regina Sousa devolve a presidência. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Amélia, Telmário Mota, Simone Tebet, Regina Sousa e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a chegada dos nossos convidados, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 100, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, para debater o "Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014", com foco, também na PEC 215, de 2000, que trata da demarcação das terras indígenas e também fala sobre a Encíclica Verde, anunciada pelo Papa Francisco.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Recebemos hoje aqui, na Comissão, um convidado especial: o Sr. Juan Ernesto Méndez, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Devido a isso, no primeiro momento da nossa audiência pública

de hoje, que vai também tratar de violência em relação aos povos indígenas, nós falaremos sobre a questão da tortura.

Acompanham aqui o Sr. Juan Ernesto Méndez, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, também o Sr. Máximo Duque, médico-legista do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; Petrine Leweson, assessora do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; Andrea Furger, assessora do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos; Marco Túlio Cabral, assessor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Rodrigo de Oliveira Morais, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos; e Douglas Santos Rodrigues, assessor internacional da Secretaria de Direitos Humanos.

Esclarecemos a todos que a língua de trabalho da Delegação da ONU será o inglês. Eles estarão acompanhados do intérprete inglês-português-inglês para o caso de alguma utilidade.

Informo que a placa... Aqui é outra, sobre transporte aqui da Casa para os que chegaram, para não haver problema de deslocamento.

Eu pretendo, querido convidado Juan Ernesto, fazer uma rápida introdução, mediante documento produzido aqui pela nossa Comissão em relação ao tema. Depois desse período, que será rápido, nós ouviremos, então, o comentário e a avaliação de V. Exª e as informações que pode nos trazer sobre um tema tão importante como esse. O.k.?

Nunca é demais afirmar que a tortura, tal como o racismo, a discriminação, o preconceito são crimes herdados ainda da colonização. No caso da tortura, houve, infelizmente, um aperfeiçoamento pela ditadura civil e militar. Durante esse período, o Brasil fez escola de tortura como método de investigação, dominação e morte.

O Brasil criou instrumentos de tortura, como o pau de arara, elogiado muito por um instrutor de tortura norte-americano, Dan Mitrione. Mitrione o considerava como um dos instrumentos mais eficazes para arrancar confissões. Ademais, o Brasil exportou seus métodos para os países do Cone Sul, como Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A demora em constituir uma Comissão Nacional da Verdade para apurar os crimes de lesa-humanidade praticados durante o Regime Militar contribuiu para a criação de um manto de impunidade em nossa sociedade. Essa impunidade se traduziu na continuidade da prática de tortura pelas polícias, tanto militares quanto civis, contra a população carcerária e suspeitos de crime.

Apesar de diversas iniciativas dos governos, nas últimas décadas, como a aprovação da lei de combate à tortura, tipificando a prática como crime – antes dessa lei, a tortura era tipificada como abuso de autoridade –, apesar da recepção de tratados e convenções internacionais, instituindo mecanismos de combate à tortura, como o MNPCT, que integra o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), criado pela Lei nº 12.847, que também criou o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, infelizmente, a prática do crime ainda ocorre em larga escala no Brasil.

As denúncias mais frequentes que chegam a esta Comissão de Direitos Humanos vêm por parte de familiares de presos e de pessoas que são detidas como suspeitas. É que a tortura, muitas vezes, é utilizada como método de investigação e, não raro, as polícias cometem excessos que resultam em morte. Nesses casos, as polícias ou desaparecem com o corpo ou então justificam a morte, criando a recorrente versão de auto de resistência à prisão.

Esta Comissão vem acompanhando, especificamente com destaque – são inúmeros casos – dois casos que são emblemáticos dessa prática: o do Amarildo, que foi preso e está desaparecido até hoje, e o do Antonio Araújo, aqui de Brasília, que foi preso por policiais militares e, seis meses após a prisão, sua ossada foi encontrada em um matagal. No laudo, consta que Antonio foi torturado antes do seu assassinato.

Vamos entregar a V. Exª materiais sobre esses dois casos em documentos que, em seguida, passarei às suas mãos.

Infelizmente, a Comissão Nacional da Verdade se limitou a buscar esclarecer as circunstâncias em que ocorreram as mortes: desaparecimento e violação de direitos humanos como a tortura. As diferentes iniciativas de revisão da Lei de Anistia que tornam os torturadores impunes, isto é, não podem ser processados sem a revisão da anistia concedida e estão sendo barradas tanto na Câmara como no Senado. Tal impunidade, por certo, fará com que a violência persista por um longo tempo nos moldes apontados pelo relatório da Anistia Internacional, divulgado esta semana com manchetes como esta: "Um Relatório da Anistia Internacional constatou um aumento de 39% no número de homicídios decorrentes da intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2014." O documento também chamou a atenção para o elevado índice de impunidade de policiais que cometem assassinato.

Segundo a organização, cerca de 80% dos 220 casos de homicídios cometidos por policiais em 2011 permaneciam em aberto até 2015 e apenas um foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público.

Portanto, Sr. Relator, ainda há muito a fazer para acabar com a impunidade e implementar políticas de prevenção.

Sr. Relator, eu entrego a V. Exª esses documentos como também outros que constam nesta pasta que lhe entrego neste momento e lhe passo os Relatórios I e II da Comissão Nacional da Verdade.

Faço um comentário extra ao que entrego a V. Exª de imediato: a tortura, infelizmente, no Brasil, não acontece só por parte dos policiais. Aqui a luta interna dos criminosos também é muito forte. Eu me lembraria, embora não conste, do que aconteceu – a Senadora Ana Amélia, aqui presente, também é jornalista – com o jornalista Tim Lopes. Ele simplesmente fazia uma investigação no Rio de Janeiro, foi torturado e covardemente assassinado. Até hoje, é uma situação não devidamente elucidada.

Faço questão de dizer isso, porque estou falando pelo sistema de comunicação do Senado para todo o Brasil. Tim Lopes foi o jornalista covardemente assassinado quando fazia investigação.

Passaram a ideia para grande parte do povo brasileiro de que Comissão de Direitos Humanos só cuida de criminosos e de presídios. Não é verdade. E eu sei que V. Exª também pensa assim. Para mim, seja policial – militar ou civil –, seja de qualquer parte do mundo, a violência contra os direitos humanos tem que ter entre nós sempre um militante da defesa do oprimido, do torturado, sacrificado.

Por isso já aconteceu – dou um exemplo do meu Estado – de eu fazer duas vezes reuniões da Comissão de Direitos com a Polícia Militar do meu Estado, pelas condições degradantes em que eles se encontravam para cumprir seu ofício de defesa da população.

Dou este depoimento porque tenho a convicção de que direitos humanos implicam, sim, ter cuidado especial nos presídios em defesa desses direitos. Mas é também ter cuidado especial com tantos policiais cujas famílias, muitas vezes, recebem o corpo mutilado e assassinado pelas gangues. Então, direitos humanos, para mim, abarcam essa amplitude. Uma vez eu cheguei a dizer que direitos humanos são saúde, educação, habitação, saneamento básico, é buscar a qualidade de vida de toda a população. Esses são deveres, para mim, do militante dos direitos humanos. Certamente, a violência e a tortura, venham de onde vierem, terão sempre em nós um adversário radical no combate àqueles que fazem esse tipo de agressão a homens e mulheres em qualquer parte do mundo, seja nos Estados, seja na Venezuela, seja no Brasil, seja na Rússia, seja onde for. Para mim, militante dos direitos humanos não tem fronteira, é um luta internacional.

Com esta rápida introdução, antes de passar a palavra à nossa querida Senadora Ana Amélia, eu quero entregar em mão estes documentos que comentei e os dois livros correspondentes ao belo trabalho feito pela Comissão Nacional da Verdade aqui no Brasil, que se inspirou na Comissão da Verdade criada pelo inesquecível Nelson Mandela lá na África do Sul. Eu tive a alegria de estar na África do Sul. Lá estive quando Nelson Mandela ainda estava no cárcere. Fui recebido por Winnie Mandela, a quem levei um documento do Congresso brasileiro de que foi constituinte, exigindo – nós todos, militantes no mundo todo – a libertação de Nelson Mandela. Felizmente, ainda no fim daquele ano, ele foi liberto por uma luta integrada de militantes de direitos humanos em todo o mundo. Todo o mundo se manifestou e Nelson Mandela, hoje falecido, tornou-se para mim um dos maiores líderes do Planeta em matéria de direitos humanos.

Com esta rápida introdução, eu entrego estes dois documentos.

Convidaria a Senadora Ana Amélia que viesse aqui para tirar fotos. A Senadora preside a Comissão de Agricultura e, a partir de hoje, por também ser militante desta causa, passa a fazer parte desta Comissão.

Vamos segurar a Senadora Ana Amélia para fazer a sua saudação. Em seguida, passamos a palavra a S. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Paulo Paim; caro Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Tortura e outro Tratamentos ou Penas Cruéis, Sr. Juan Méndez, depois da presença do representante das Nações Unidas para essa área tão relevante do ponto de vista dos direitos humanos, uma presença aqui poderia ser do Papa Francisco, porque argentino como o Sr. Juan Méndez.

Além das boas-vindas já oferecidas pelo Senador Paim ao nosso ilustre convidado, que ratificamos, ressalto que o Senado Federal tem compromisso, sim, com os direitos humanos e o Senador é um dos grandes líderes desta causa.

Também tive o privilégio, Senador Paim, de conhecer pessoalmente Nelson Mandela, que deste século talvez seja a figura mais emblemática, não só pelo que fez, mas sobretudo pela história de vida e de como saiu da violência a que foi forçado – 27 anos de cárcere – e fazer a obra política de reconciliação da África do Sul, acabando com o *apartheid*. Essa contribuição à humanidade é exemplar em todos os aspectos. A própria figura dele, o seu carisma, a sua competência, a sua serenidade. O que me atraía muito na figura de Mandela era exatamente essa capacidade.

A tudo que V. Exª falou, eu acrescentaria também que um dos problemas do Brasil – aí para quem faz o relatório –, lamentavelmente, diz respeito à impunidade, à falta de apuração, de investigação e de conclusão de

processos que envolvem, por exemplo, casos rumorosos como o do Amarildo ou do próprio Tim Lopes, nosso colega jornalista. Os jornalistas, no Brasil, como em todas as partes do mundo, também têm sido vítimas dessa violência por conta de uma atividade de alto risco, que é denunciar erros. Assim, eles são sempre vistos com esse olhar de crítica ou de alvo dos acusados de cometimento de crimes. Isso acontece especialmente quando envolve o crime organizado ou a questão do tráfico de drogas.

Dito isso, queria novamente renovar a saudação que V. Exª já fez ao nosso Relator da ONU e apenas indagar a V. Exª, porque V. Exª fez a leitura de um requerimento do Senador Telmário Mota, a respeito de uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será na sequência desta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Perfeito. Então, está respondido, porque eu ia indagar se era apenas a realização da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Foi coincidência ele vir exatamente neste dia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, eu fiz um requerimento para tratar de uma questão mundana, do dia a dia do cidadão, que trata do sistema Uber, que hoje existe no mundo inteiro, nas grandes capitais. É uma grande discussão. Então, estou propondo uma audiência pública para ver também os direitos do cidadão, como usuários do sistema, preservando os direitos dos operadores, dos taxistas, e das pessoas que querem entrar nesse novo sistema.

Muito obrigada. Parabéns pela iniciativa do convite ao Sr. Juan Méndez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já adianto a V. Exª que, antes de encerrarmos a segunda reunião, nós aprovaremos o seu requerimento.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Juan Ernesto Méndez, Relator Especial do Conselho dos Direitos Humanos da ONU. Só dizer que é fundamental que o intérprete venha para a mesa. Nós temos um problema. Como nós estamos sendo vistos pela TV Senado ao vivo para todo o Brasil e, para a TV Senado, seria fundamental que tivéssemos alguém que traduzisse a fala dele. Não é possível?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consecutivamente para a TV, é possível? Porque é importante ouvirmos a sua fala e o sistema de TV da Casa transmitir a fala para no mínimo, numa audiência como esta, a 2 a 3 milhões de pessoas. A mim eles já assistiram, agora querem ouvir o que ele vai dizer, já que a minha fala e a da Senadora Ana Amélia foram ao vivo para todo o Brasil. É possível?

É possível.

Então, V. Exª está com a palavra. Com a palavra o Sr. Juan Ernesto Méndez, Relator Especial do Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

O SR. JUAN ERNESTO MÉNDEZ (*Tradução por profissional habilitado*.) – Muito obrigado. Agradeço, sinto-me muito honrado por ter sido acolhido nesta audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal brasileiro. Fico particularmente honrado por ter sido precedido pelo Senador Paulo Paim e pela Senadora Ana Amélia.

Estou no momento acompanhado, no Brasil, nesta visita, de uma delegação, a convite do Governo brasileiro, para realizar uma missão como Relator Especial das Nações Unidas para o tema da tortura e outros tratamentos ou punições desumanas, degradantes ou particularmente cruéis.

Concordo plenamente como Senador Paulo Paim, na medida em que afirmou que, para a vítima da tortura, não faz diferença quem tenha praticado o ato de tortura contra a vítima.

A definição, que consta do Direito Internacional, sobre tortura, no entanto, exige a figura de um agente estatal como autor do ato de tortura, pelo menos para os fins de atribuição de responsabilidade ao Estado em referência.

No entanto, cabe destacar que os que me antecederam neste cargo, bem como eu mesmo, adotamos uma definição mais dilatada, uma definição mais ampla de tortura.

Na medida em que abarca, não unicamente, a prática de tortura em casos de interrogatório para extração de confissões, por exemplo, mas também.

Além dessa definição, por ocasião do interrogatório, nós abarcamos também – em nossa definição do alcance da nossa missão – a prática de tortura na forma das condições prisionais, que são equivalentes a condições cruéis, desumanas, degradantes, aquém do padrão, embora, é fato, que ninguém necessariamente queira, deliberadamente, que elas assim sejam.

Também incluímos, no alcance do nosso mandato, o uso excessivo da força por parte de agentes de aplicação da lei, por exemplo, ao procurar conter manifestações no âmbito das ruas; por exemplo, com vistas à prevenção da criminalidade, caso o uso excessivo da força leve a lesões que sejam equivalentes à crueldade.

Bem como incluímos casos de violência doméstica, por exemplo, contra crianças e contra mulheres também praticada por parte de atores não estatais, pelo menos em circunstâncias em que o Estado deveria ou poderia estar ciente de tais casos.

Isso inclui, também, violência praticada contra pessoas vulneráveis, minorias étnicas, pessoas socialmente vulneráveis, entre outros.

De modo que ficamos muito felizes em observar no Brasil o avanço legislativo em matéria de prevenção e proteção às pessoas contra a prática da tortura.

Em particular, tenho vivo interesse em saber como o recém-criado o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, criado mediante a Lei nº 12.847, se desdobrará com vistas a atender à tarefa de prevenir e combater a tortura.

Também temos acompanhado com muito interesse bem de perto as propostas que tramitam com vistas a reduzir a idade de maioridade penal aplicável a crianças ou adolescente. Bem como as medidas destinadas a ampliar ou elevar o tempo que se pode passar sob medidas de proteção aplicáveis a crianças e adolescentes.

Gostaríamos de saber mais sobre o que é que o Parlamento brasileiro pode fazer, especificamente, no que se refere ao abuso do chamado auto de resistência como justificativa para atos de violência contra indivíduos.

Eu fico muito feliz em receber uma cópia do relatório emitido pela Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Estou cônscio do seu teor geral e fico muito feliz em receber uma cópia na íntegra.

E tenho acompanhado o trabalho realizado, entre outros, pelo meu colega Paulo Sérgio Pinheiro, integrante desse Comitê, e seus colegas.

Por fim, Senador Paim, coincido com o senhor ao aludir à preocupação que todos temos com relação à impunidade relativa a atos de tortura e outras formas de violação de direitos humanos.

Estive em Brasília, anteriormente, por ocasião de sessões da Comissão da Anistia. Estou bastante ciente dos esforços envidados pelos diferentes Estados no que se refere à iniciativa de romper com o ciclo de violência e, assim, superar o legado de violações de direitos humanos que os regimes militares deixaram para a democracia brasileira. Impunidade, mesmo no que se refere a casos antigos de tortura, também incide no âmbito do meu mandato.

Espero eu, portanto, que os esforços que S. Exª, bem como outros colegas vêm empreendendo, resultará, em última instância, em situação em que os brasileiros poderão, por fim, superar e romper o ciclo de violência cometida.

Digo isso porque, com base em minha experiência com outros países, observo que a impunidade referente a casos antigos de tortura, acaba gerando mais impunidade prospectivamente com relação a novos casos de tortura. Isso, naturalmente, dificulta ainda mais a tarefa de prevenir e poder reagir positivamente a novos incidentes ou casos de tortura que inevitavelmente ocorrerão, mas, com relação aos quais, cabe ao Estado a obrigação incontornável de investigar, punir e instaurar processo judicial.

Mais uma vez, reitero meus agradecimentos à Comissão de Direitos Humanos do Senado Brasileiro pela oportunidade de interagir com V. Exª nesta ocasião, e examinarei com muito interesse e atenção o material que o senhor passou-me às mãos.

E gostaria de manter aberta a perspectiva de relações contínuas e mútuas, de modo a nos mantermos cientes de quaisquer iniciativas legislativas em curso, seja durante a minha visita, seja após a minha visita ao Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos pela sua exposição.

Nós teremos de imediato – já estão chegando os convidados para esse evento que vai tratar da violência contra os povos indígenas do Brasil. E a comissão organizadora dessa audiência pública fez questão que eu lhe entregasse, também, o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. Eu só virei para lá por causa da foto, para que saia a entrega também desse documento que fala sobre a violência em relação aos povos indígenas.

Nós gostaríamos de continuar conversando mais um longo período, o problema é que temos que iniciar a outra audiência, que seria às 9h e, por isso, eu gostaria de, rapidamente, só dizer que a discussão da redução da maioridade penal é um tema que está sendo amplamente discutido na Câmara e no Senado. Pelo menos aqui na Comissão de Direitos Humanos nós temos uma posição muito clara: somos contra a redução, até porque entendemos que lugar de criança é na escola. E não é diminuindo – como alguns já propõem, que a responsabilidade penal seja a partir dos 16 anos, dos 14 anos, dos 12 anos. E, por incrível que pareça surgiu um projeto – na Câmara, não aqui no Senado – que diz que poderia ser criminalizada a criança no útero da mãe!

O que, no passado, parecia ser uma brincadeira, apareceu um projeto nesse sentido, que poderia se fazer uma investigação pelos genes buscando criminalizar a criança no útero da mãe. A que ponto chegamos!

Claro que o Deputado que apresentou esse projeto depois disse que foi um equívoco, mas apresentou, ficamos sabendo que houve esse projeto. Lamentamos, achamos que esse não é o caminho, o caminho é manter como está. Se quiserem que se avance no tempo, que o adolescente que cometeu algum tipo de delito fique um período maior em uma casa efetiva de formação, de recuperação, de educação, é outro debate. Mas diminuir a idade de responsabilidade penal não tem – na minha avaliação – o acompanhamento da maioria dos membros desta Comissão. Claro que a Comissão é ampla e pode ter alguns que pensam diferente, mas essa não é a posição que predomina aqui neste espaço.

Quanto ao auto de resistência, há uma série de projetos que aprimoram essa redação e que estão tramitando aqui na Casa. E aqui mesmo nesses livros que V. Exª recebe, há uma série de encaminhamentos e sugestões da Comissão da Verdade. E tenho certeza que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que está aqui representada, poderá contribuir ainda mais com essas informações. Em parceria com o Executivo estamos avançando para aprimorar o combate a todo o tipo de agressão – e aí, no caso, especificamente a tortura.

Assim nós encerramos essa nossa audiência pública cumprimentado a todos, porque vamos iniciar uma outra neste momento.

Uma salva de palmas para o nosso convidado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos dar segmento a esta mesma reunião. Esta foi uma abertura especial que fizemos, já que recebemos aqui o Relator Especial Sobre Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, Sr. Juan Méndez.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Legislatura. Eu apenas informo que nós iniciaremos agora um segundo momento da nossa audiência pública.

Convidamos, de imediato, para fazer parte da Mesa, João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Já se encontra?

Convidamos Cléber César Buzatto, Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Convidamos Patrícia de Mendonça Rodrigues, antropóloga; Lucia Helena Vitalli Rangel, antropóloga; Carlos Moura, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O João Pedro, Presidente da Funai e ex-Senador desta Casa, já se encontra aqui conosco.

Carlos Moura, ex-Presidente da Fundação Palmares, também se encontra conosco. E Alberto Terena, representante do Conselho do Povo Terena e da Articulação de Povos Indígenas do Brasil.

Se V. Exª puder cumprimentar a Mesa, seria uma satisfação para todos os meus convidados aqui. Seria uma forma de prestigiá-los.

E aqui o Presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa. E aqui a Srª Patrícia de Mendonça Rodrigues, antropóloga.

Eu aproveito agora para me despedir de V. Exª, porque não o tinha feito ainda. Eu não tinha que permitir que eles saíssem antes da mesa formada. Então, eu quero dar um abraço aqui. Obrigado.

Quando me referi ao João Pedro Gonçalves da Costa, o chamei de João Pedro Stédile. É porque eu tenho um carinho pelo João Pedro Stédile, e não nego isso nunca, pela sua história, pela sua luta, um verdadeiro guerreiro do povo brasileiro. Eu sei que isso aqui é opinião unânime nessa sala. (*Pausa.*)

Vamos iniciar com a presença do Senador Telmário Mota, que é o autor do requerimento. O que me falta aqui é aquela abertura oficial só. Aquele material da abertura desta reunião, aquela primeira versão... (*Pausa.*)

Bom, vamos retomar os trabalhos. Esta nossa audiência pública de hoje teve dois momentos: nós recebemos aqui o Sr. Juan Ernesto Méndez, Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que veio a uma missão, no Brasil, para ouvir assuntos relacionados à tortura e outras formas cruéis de tratamento desumanos e degradantes.

Encerrada a primeira parte da reunião, Senador Telmário Mota, passamos à segunda, conforme eu já havia lido na abertura.

A segunda parte da presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do requerimento nº 100, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Telmário Mota, que em seguida vai assumir a Presidência dos trabalhos, para debater o tema "Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – Dados de 2014", com foco, também, na PEC 215, de 2000, que trata da demarcação das terras indígenas e na Encíclica Verde, anunciada pelo Papa Francisco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele lembra também que é importante o debate da PEC 71, aí o Senador Telmário Mota, quando assumir aqui, dará os encaminhamentos.

Eu queria só, antes de passar a palavra ao Senador Telmário Mota, que vai presidir a nossa reunião, dizer que eu estive lá no seu Estado de Roraima, onde fizemos uma grande audiência pública, com a sua participação direta, que me acompanhou do início ao fim, para debater a questão da terceirização.

E pela sua liderança no Estado, que lá percebi, a Carta de Roraima contra a Terceirização, que é um projeto que precariza, que retira direitos de 40 milhões de trabalhadores e não melhora a vida dos 12,5 milhões, foi aprovada por unanimidade.

E percebi que há uma perspectiva real – e ontem eu falava no plenário, com os outros dois Senadores – de termos os três votos de Roraima. V. Exª estava lá, e claro já declarou o voto, mas conversei ontem com o Senador Romero Jucá, no plenário, e, naturalmente, a Senadora Ângela Portela também já declarou o seu voto, até porque essa é uma questão fechada no PT, de votar contra esse projeto de terceirização.

Mas eu estou mais falando isso, fazendo uma homenagem a V. Exª. V. Exª foi muito aplaudido lá. Eu digo que meio que roubou a cena, mas não tem problema, estava na sua base.

E com essa fala eu convido V. Exª a assumir aqui a Presidência dos trabalhos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Mas antes de assumir eu quero, primeiro, parabenizá-lo e pedir desculpas aqui, Sr. Presidente, a todos que foram convidados para participar deste debate tão importante, porque eu sou membro da outra Comissão, eu sou titular, e lá estão sendo aprovados dois nomes hoje para direção da Anac. E eu estava, no primeiro momento, vendo ali a exposição dos currículos. Por isso cheguei com um pouco de atraso, e peço aqui desculpas.

Quero parabenizar a V. Exª, mais uma vez, pela determinação, pelo amor às causas e, sobretudo, V. Exª se destacando, andando em todos os entes federativos, em todos os Estados. E esteve no nosso Estado e deixou ali as mais belas impressões. V. Exª sempre é assim.

Depois, conversando com os sindicatos e outros, e todos, muitos deles tiveram o prazer enorme de vê-lo pessoalmente, de conhecê-lo, porque está sempre abraçado à causa dos excluídos, dos trabalhadores. Sem nenhuma dúvida, foi fundamental a ida de V. Exª, foi da maior importância. Toda a imprensa deu cobertura, destacou o fato, e, com certeza, V. Exª prestou ali um serviço importante ao Brasil e a todos os sindicatos e, principalmente, ao trabalhador.

V. Exª está buscando volume para combater esse projeto, que vem, sem nenhuma dúvida, avançar sobre direitos adquiridos ao longo de muito tempo. Então, quero parabenizar V. Exª e toda a equipe do Senado, que deu a cobertura ao evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador, sempre brilhante.

Convido o Deputado Edmilson a sentar na primeira fila, por favor, eu também sentarei ali com V. Exª, e convido o Senador Telmário Mota, que é o autor do requerimento. É praxe, nesta Comissão, o autor do requerimento assumir a Presidência e este Presidente ir para o plenário participar dos debates. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Primeiramente, agradeço ao Senador Paim por essa gentileza, não é necessário ele fazer essa permuta, mas ele valoriza sempre os companheiros, e quero chamar aqui os universitários, para me dar uma ajuda.

Bom, então eu quero agradecer a presença de todos os convidados e vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Deixa essa placa aí que ela vai passando e quem sabe eu vou pegar os bons vírus e os bons costumes do Paim.

Bom, então, vamos começar ouvindo aqui o João Pedro, que é Presidente da Funai, que nos hora estar aqui neste momento.

Mas, antes, Pedro, eu queria dizer às pessoas que estão nos ouvindo que nos causa certa preocupação esse relatório que foi apresentado – e eu desloquei um servidor nosso, do gabinete, que é do Cimi, se não me falha a memória – e que traz dados que nos preocupam sobremaneira com relação hoje à violência contra os povos indígenas.

Nós temos aqui abraçado a essa causa do indígena. Para quem não sabe, eu nasci em uma comunidade indígena, chamada Teso do Gavião, no Município de Normandia, e até os 11 anos de idade eu vivi no analfabetismo. Minha mãe era descendente de índia, a mãe dela era índia pura e o pai era nordestino.

Então me criei ali, tenho meus primos, meus familiares, muitos deles são Tuchaua, moram em comunidade. E tenho uma convivência extremamente harmoniosa com os povos indígenas. E luto muito por essa causa, porque eu sei o quanto eles precisam.

Então, João, é essa a nossa preocupação. E a gente vê aí alguns dados que nos preocupam, como a questão da violência pelas terras, pela falta de demarcação, a questão dos suicídios, a ausência da saúde pública, a gente tem visto bastante. Embora, hoje, o Governo Federal disponibilize muitos recursos para esse segmento, mas a gente vê que a burocracia e a corrupção atrapalham essa saúde chegar até a ponta, e foge um pouco.

Eu acho que até a Funai, João, está esvaziada, agora vamos ajudá-lo, conte com a gente, para a gente colocar mais recursos, fazer com que a Funai volte a retomar muitas das suas atividades. E, com essas atividades que fogem um pouco, a gente está tendo, às vezes, esse tipo de resultado.

Mas vamos, hoje, ouvir todos que estão aqui, que trazem, com certeza, uma mensagem mais concreta, mais positiva, e que a gente possa daqui, Senador Paim, tirar um documento e encaminhar para a gente tomar as providências públicas que forem necessárias para ajudar os povos indígenas.

Então, quero aqui agradecer a todos e passo a palavra ao nosso Presidente da Funai, João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (*Fora do microfone*.) – Quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Inicialmente, a gente tem aí dez minutos. Mas, dependendo do assunto, nós vamos usando a tolerância necessária.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA – Bom dia a todos e a todas, meus colegas aqui que compõem a Mesa dos trabalhos, saúdo, na pessoa da antropóloga Lucia Helena Rangel, todas as mulheres que estão participando da audiência pública, e, na pessoa do Cleber, Secretário Executivo do Cimi, todos os homens que estão aqui, Senadores, Deputados, militantes, servidores públicos.

Eu estou há poucos dias na Fundação e venho do Amazonas, de uma região que tem uma presença de dezenas de etnias de povos indígenas, uma região que é tema no mundo, que é a Amazônia, sua floresta, sua água, seus povos.

E com essa nova missão, como homem público, eu quero dizer que é um momento importante, eu faço isso e assumi com muita alegria, e com muita disposição de contribuir com o debate, com o fazer, com a missão da Funai, que é fundamentalmente, demarcar terras indígenas, de fiscalizar, de assumir compromissos, não só do presente, mas com o olhar no passado e para o futuro.

Penso que esta audiência aqui no Senado é muito relevante, muito importante, nesta conjuntura que estamos vivendo. E veja que nós temos aqui representante da outra Casa, a Câmara dos Deputados, um homem público também, o Edmilson, com larga experiência, com larga militância, uma pessoa respeitada lá da Amazônia.

É um tema muito relevante a questão dos povos indígenas, da política indigenista. O requerimento vem também de um Senador da Amazônia, da fronteira do nosso País, o Senador Telmário, numa Comissão presidida por um homem também histórico na luta em defesa dos trabalhadores, que é o Senador Paulo Paim, meu companheiro de Partido e de tantas lutas.

E vim fazer um debate lembrando um episódio deste final de semana. Eu começo por aí, onde uma cidadã dentro de um ônibus levanta e exige que a empresa pare e retire lideranças indígenas, que não poderiam estar ali naquele ambiente do transporte público. Esse é o contexto. Isso é um pequeno exemplo do que aconteceu neste final de semana, os índios que foram obrigados a ficar à margem de uma estrada porque são índios. Este é o Brasil.

Esta audiência pública se dá num contexto em que nós podemos nos lembrar da dívida histórica que este País tem com os povos indígenas. E aqui falar do Congresso, do Judiciário, do Executivo, da sociedade, dos entes federativos, que pouco fazem. Eu estou falando aqui de prefeitos que assumem a questão indígena, dos governadores que não assumem. São poucos os Estados deste País que têm uma Secretaria para tratar do tema indígena. Aqui tem setores importantes para nós discutirmos, por exemplo, o relatório do Cimi, que é importante, é uma denúncia, é história, ele chama a atenção para sacudir a todos nós, gestores, parlamentares, vereadores, Deputados, Senadores, o Judiciário, o Congresso Nacional.

Nós precisamos fazer mais. Nós não podemos falar de democracia no País sem reconhecer essa diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira. Tratar de democracia sem reconhecer os povos originários deste País, esta riqueza que nós temos no Brasil e que compõe a sociedade, um povo indígena que descobre o guaraná, um povo indígena que trabalha que separou essa delícia que é mandioca, que compõe a gastronomia brasileira. A audiência vem para isso: assassinatos, o alcoolismo dentro das terras indígenas, a droga. Como trabalhar num Estado democrático com uma visão mais elevada, moderna de fronteira? Está lá a tríplice fronteira na Amazônia, com o Peru, o Brasil e a Colômbia. E o relatório aponta para um índice elevado de suicídios.

Ou seja, o relatório chama a atenção para que possamos construir ações, políticas públicas no sentido de reconhecer as populações, os povos indígenas, de trabalhar sem preconceito com os povos indígenas. E eu quero fazer isso na nossa gestão. Encontrei uma Funai com um orçamento pequeno e aqui eu faço um parêntese para a gente já trabalhar as emendas parlamentar, Senador Paim, para 2016, para que possamos fazer mais, e fazermos bem, e aplicarmos recursos públicos com responsabilidade, mas aplicar bem.

Então, nós temos desafios imensos. E penso que o relatório é para chamar a atenção, é para reconhecer, é para buscar justiça social, punir aqueles que estão impunes com o crime. O relatório chama a atenção para esse aspecto. Li o relatório. Quero dizer que vai ser um instrumento de trabalho, no sentido de nós revertermos índices, números. E nós podemos fazer.

Quero dizer, para contribuir, que estou viajando hoje à noite, como uma equipe de técnicos da Funai, para Mato Grosso do Sul. Nós vamos viajar hoje e vou ficar até domingo na região, fazendo uma agenda no sentido de nós encontrarmos um caminho. Mato Grosso do Sul é um Estado que é expoente da produção de grãos, da riqueza nacional, do PIB nacional, e, ao mesmo tempo, tem 40 mil, 50 mil índios sem terra! Nós precisamos construir um ambiente, não pode haver índio sem terra. Os povos indígenas não podem ficar sem a sua história, onde pisaram os seus ancestrais.

O relatório chama atenção para Mato Grosso do Sul. Nós precisamos construir um ambiente, Senador Telmário, para o Brasil, no sentido de diminuirmos a dívida, reconhecermos a dívida, e fazermos mais e melhor pelos povos indígenas que compõem esta bonita Nação, que é o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, permita-me, eu sei que não é a praxe, a gente sempre espera todos os convidados...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadores aqui, Deputados, queria deixar aqui à vontade, a cada hora que a gente for promovendo o nosso debate, porque naturalmente vão formando juízo e vai enriquecendo o debate.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é nem um minuto.

É só para saudar o ex-Senador João Pedro Gonçalves da Costa, João Pedro, com quem eu convivi, um grande quadro do povo brasileiro. Mas eu não quero dizer só isso. Não quero só te elogiar como Senador.

Como Presidente da Comissão já pela terceira vez, sempre tive uma dificuldade enorme de trazer aqui um Presidente da Funai e V. Exª trouxe, Senador Telmário Mota. Eu sempre tive dificuldade. Se não me engano, de todos os Presidentes, eu consegui um, uma vez que veio, e que estava em uma situação quase caindo, aí ele veio, porque era uma dificuldade enorme para trazer aqui. V. Exª, que assumiu praticamente ontem, hoje já está aqui respondendo a qualquer questionamento e fazendo já uma projeção do seu trabalho tão importante na Funai.

Por isso que eu queria tomar liberdade de dar uma salva de palma a você.

A Funai agora está mudando. Espero eu que mude. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso é um verdade, o Pedro sempre esteve aqui junto com a gente. Nós éramos 82, com a saída dele ficamos 81, porque ele sempre nos ajudou aqui nos grandes debates, na liderança, e, com certeza, ele vai ter facilidade de trabalhar com a gente. Você sabe que as nossas portas estão sempre abertas, estarão abertas, independente de você ter sido da Casa ou não.

Vamos ouvir agora o Cléber, que vai trazer as informações necessárias.

Obrigado.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Obrigado, Senador Telmário Mota, Senador Paulo Paim, presidente aqui também da Comissão.

Quero cumprimentar aqui os colegas da Mesa, todas as lideranças, os Pataxós, que também estão aí. Uma representação dos Pataxós também vai vir aqui para a mesa, acho que está sendo providenciado.

Saúdo todos os presentes e agradeço pelo convite para a audiência pública, que contribui sobremaneira na visibilidade, não do relatório em si, mas dos dados contidos no relatório.

Porque acho que este é o objetivo: dar visibilidade para que os órgãos públicos dos diferentes poderes do Estado brasileiro possam tomar iniciativas na perspectiva de reverter este quadro, que, na nossa avaliação, é muito grave, de violências, de violações contra os povos indígenas no Brasil. Um quadro que tem se agravado sobremaneira nos últimos anos. Nas avaliações que fazemos, se não forem tomadas iniciativas, ações muito firmes, determinadas, coordenadas, articuladas pelos diferentes setores do Estado brasileiro, os diferentes poderes e órgãos do Estado brasileiro, a tendência, no momento, é de aprofundar ainda mais esse quadro de violência contra os povos.

Pensei em apresentar, rapidamente, alguns eslaides, algumas informações gerais sobre elementos que nós consideramos fundantes e potencializadores das violações e violências contra os povos que estão na base do processo de violência, que têm potencializado. São violências também, em si, mas potencializam o processo de violência contra os povos no País.

E a Lucia, que coordena, já há vários anos, o relatório, na sequência, fará uma exposição com informações mais específicas dos dados de 2014. Certo?

Então, podemos ir passando.

Bom, aí são dados do IBGE sobre os povos indígenas: 305 povos, 900 mil pessoas, que falam 274 línguas, demonstrando aquilo que o Presidente da Funai falou da diversidade dos povos.

Bom, a nossa avaliação é de que essa estratégia indígena tem três grandes objetivos: impedir o reconhecimento da demarcação das terras tradicionais, que continuam invadidas, na posse de não índios; reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e também invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas que estão na posse e sendo preservadas pelos povos.

Nós observamos, então, que os povos indígenas estão sendo atacados de diferentes maneiras por diferentes grupos econômicos anti-indígenas e no âmbito dos três Poderes. E aí destaco algumas iniciativas que nós consideramos bastante graves nesse processo, que, como disse, tem início já em 2011, com a tramitação mais acelerada da PEC 215, no Congresso Nacional, mas também houve alguns atos administrativos que, na nossa avaliação, estão dentro desse contexto e contribuem nesse processo de violação e violência contra os povos, como a Portaria nº 303, da AGU, de 2012, o Decreto nº 7.957, que é um decreto presidencial, de 2013. Não vamos detalhar cada um deles, mas muitos já estão acompanhando, depois também podem ficar com a apresentação.

A Portaria Interministerial nº 060, que é de 2015, e o fato, no caso ainda do Poder Executivo, de, infelizmente, os procedimentos de demarcação das terras indígenas estarem, quando não parados, andando numa velocidade extremamente vagarosa, e isso potencializa também o processo de violação contra os povos.

Bom, no âmbito do Congresso Nacional, chamamos a atenção para estas duas iniciativas parlamentares: a PEC 215, que tem como pano de fundo a tentativa da bancada ruralista ter o poder de decidir sobre a demarcação ou não de terras indígenas. Evidentemente, se isso passar, a tendência é de não acontecer qualquer outra demarcação de terra indígena no País. E o PL 1.610, que também tramita no âmbito, atualmente, da Câmara dos Deputados, numa comissão especial, que também tem um potencial, caso venha a ser aprovado, especialmente dependendo do conteúdo de sua aprovação, de causar violências muito duras.

Ainda o Projeto de Lei Complementar nº 227, que define como relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas. Isso limitaria, da forma, pelo menos, como está o conteúdo sendo tratado na Câmara, o direito de usufruto das terras pelos povos, posse e usufruto. E a PEC 237, que permitiria, caso fosse aprovada, a posse indireta de terras indígenas por produtores rurais. Isso também abriria as terras para exploração agropecuária por parte de não índios.

Bom, aí são os dados em relação à questão dos votos necessários para aprovação de PEC no País e a demanda que nós temos como povos e aliados, tanto aqui, no Senado quanto na Câmara, para alcançarmos, a fim de evitarmos a aprovação dessas PECs que estão sendo almejadas pelos setores ligados ao ruralismo e afins.

Então, na nossa avaliação, precisaríamos de que, pelo menos 206 Deputados e/ou 33 Senadores não votem favoráveis a essas matérias. Então, nós temos aí uma demanda – não é, Telmário, Paulo Paim, Deputado Edmilson? – bastante considerável, tendo em vista a conjuntura, o quadro de Deputados e Senadores eleitos. Mas, felizmente, em relação à PEC 215, nós temos uma situação um pouco diferente aqui, no Senado. Depois pode ser melhor comentado.

E nós queremos chamar a atenção, de forma particular e demonstrar toda a nossa preocupação também com as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, de modo especial as decisões da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que, no segundo semestre de 2014, anularam atos do Poder Executivo de demarcação de terras indígenas. Portanto, interromperam, dá para se dizer, procedimentos de demarcação já em fase avançada, dois deles – no caso do Guarani-Kaiowá, terra indígena de Guyraroká e a terra indígena Porquinhos, cujas portarias declaratórias foram anuladas pela Segunda Turna. E um caso ainda mais emblemático, o caso da terra indígena Limão Verde, do povo Terena, lá no Mato Grosso do Sul, que teve o decreto de homologação anulado pelo Supremo.

A justificativa para a anulação dessas medidas seria de que as respectivas terras não seriam tradicionalmente ocupadas pelos povos. O Supremo está dizendo isso. E por que não seriam tradicionalmente ocupadas? Porque, para que fossem consideradas terras tradicionalmente ocupadas, os povos teriam que, obrigatoriamente, estar na posse da terra, na posse física da terra em 5 de outubro de 1988; ou, não estando na posse física de terra em 5 de outubro de 1988, teriam que estar disputando essa posse, disputando em conflito essa posse. E esse conflito teria que ser, necessariamente, conflito de fato ou conflito possessório judicial.

Então, evidentemente, essas decisões estabelecem uma reinterpretação do Texto Constitucional, do art. 231 da Constituição brasileira, restringindo, de forma extremamente afunilativa, extremamente prejudicial aos povos indígenas, o conceito fundante de terra tradicionalmente ocupada. E, de acordo com a última decisão também do Supremo, no caso da Limão Verde, restringindo também o conceito de esbulho renitente.

Então, nós teríamos uma situação extremamente ruim, que causa situações de consequências imediatas contra os povos indígenas e que tem um potencial de causar aos povos, nos próximos períodos, violações e

violências extremamente agudas que nós ainda nem temos a dimensão do quanto isso seria ainda mais prejudicial aos povos.

Nós queremos, em relação a isso, chamar atenção especialmente para o caso da Terra Indígena Limão Verde – passando aqui, em função do tempo –, como um caso emblemático. A Terra Limão Verde, de, aproximadamente, 5 mil hectares, está na posse pacífica e consolidada de, aproximadamente, 2 mil terenas, ali no Mato Grosso do Sul, todos os 27 fazendeiros que ocupavam essa área já foram indenizados e saíram do local, a terra em questão está registrada em nome da União, portanto com o procedimento administrativo de demarcação de terra indígena, que é regulamentado pelo Decreto nº 1.775, finalizado, com todas as suas fases conclusas, inclusive a última delas, que é o registro da área em nome da União, no Departamento de Patrimônio da União, no cartório de registro de imóveis local, mas, mesmo assim, a Segunda Turma do Supremo anulou o ato de homologação, um decreto assinado pelo então Presidente Lula, em 2003.

Então, nós nos perguntamos: o que acontecerá com os terenas que vivem nessa área caso o pleno do Supremo confirme a decisão da sua Segunda Turma? Caso essa decisão se mantenha no STF, quantas outras demarcações semelhantes poderão ser revistas? Quantos outros povos poderão sofrer com a decisão ou com decisões semelhantes nos próximos anos e quantas violências serão causadas contra os povos indígenas devido a essas decisões caso elas venham a ser confirmadas pelo Pleno do Supremo?

Então, nós temos aí uma demanda, Presidente da Funai, nós temos aí movimentado as delegações que têm vindo para Brasília também em relação a essa situação. Já na Câmara dos Deputados essa discussão está mais avançada, e aproveitamos essa oportunidade para chamar a atenção da Comissão de Direitos Humanos. Consideramos importante que, a partir desta audiência pública, também em relação a essa situação, a Comissão possa, enfim, tomar alguma iniciativa de buscar sensibilizar os Ministros do Supremo e também de levar informações aos Ministros do Supremo para que possamos reverter essas posições no mais breve e curto tempo possível, para que evitemos situações ainda mais graves do que aquelas que estão relatadas aqui, no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil.

Portanto, nós temos uma situação bastante emblemática com iniciativas e ações no âmbito dos três Poderes que contribuem para esse quadro que consideramos fundamental, especialmente os povos indígenas, mas, na nossa avaliação, também as organizações da sociedade civil de apoio e todos os espaços de órgãos públicos que têm envolvimento com a causa, como o Senado, especialmente a Comissão de Direitos Humanos, estamos muito articulados e atuando de forma permanente, sistemática, para fazer frente a essas ações, reverter essas decisões, reverter esse quadro também negativo aqui, no Congresso, e também sensibilizarmos, enfim, o Poder Executivo para que dê sequência à regulamentação dos procedimentos de demarcação das terras, a fim de que tenhamos, nos próximos períodos, uma situação menos dramática do que aquela que nós estamos observando atualmente. Do contrário, a nossa avaliação é de que a tendência é de que esse quadro piore nos próximos anos.

Então, mais uma vez, agradecemos a oportunidade.

Se alguém tiver interesse, como vai ficar uma cópia aqui, com a Comissão de Direitos Humanos, pode levar, porque tem mais detalhes das informações prestadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos o Cleber, que fez uma exposição.

Quero registrar a presença da Senadora Simone Tebet, que está aqui. Ela é do Mato Grosso, tem interesse e veio nos prestigiar. E também quero registrar a presença dos povos indígenas pataxós da Bahia. Estão ali o Ajinaldo, o José Conceição, o outro José Conceição – são dois José Conceição –, o Mukugê – é isso? – e o Kâhu Pataxó também.

Inclusive, Kâhu Pataxó, você também vai ter direito à voz aqui daqui a pouco. Agora, a mesa está cheia, mas você também vai ter a sua oportunidade de também se expressar, porque eu sei que a Bahia está tendo dificuldades enormes. Inclusive, nós sabemos que até tem local no sul da Bahia a que nem a Funai – isto antes de o João ter entrado lá – estava tendo acesso. Eu estava até com vontade de ir lá para ver que diabo estava acontecendo lá. Eu, inclusive, me coloco à disposição. Se for preciso, iremos lá, porque é impossível uma situação dessas.

Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Uns Senadores e Deputados aqui estavam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador, antes de a Senadora Simone falar – e é uma satisfação tê-la aqui neste momento –, se me permitir, quero dizer que estou sendo chamado... Eu voto em duas Comissões. Então, eu vou lá votar e volto para cá.

Mas quero dizer, Senadora Simone, até porque eu falava com a senhora sobre esse tema, que eu fiquei assustado ali quando o Cleber fala que 27 agricultores foram plenamente indenizados. É isso?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO (*Fora do microfone*.) – Foram indenizados e já saíram de lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, assim mesmo, a terra não está assegurada?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO (*Fora do microfone*.) – Não, a terra já está na posse dos índios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas qual é o problema que tem lá, então?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO (*Fora do microfone*.) – A decisão do Supremo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, a decisão do Supremo! Mas foi isso que me assustou na sua fala. Eu quis até que esclarecesse, porque o princípio que nós tínhamos conversado muito... Bom, uma vez que indenizou tudo, indenizou, terminou, acabou, e aí o Supremo vem e ainda vai querer anular? É isso?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO (*Fora do microfone*.) – É, exatamente. A Segunda Turma.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Qual é o argumento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É brincadeira!

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sabe qual é o argumento do Supremo?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO (*Fora do microfone*.) – O argumento não é muito bom. Estão dizendo que a terra não é tradicional, estão dizendo que a demarcação é ilegal e (*ininteligível*.). Então, o problema está na reinterpretação que é majoritária no âmbito da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. Portanto, essa reinterpretação é tão flagrantemente negativa, ruim aos povos... Na nossa avaliação, ela tem muito a ver em função da ação política que os setores atingidos têm feito no âmbito dos três Poderes.

Não é, portanto, somente aqui, no Senado e na Câmara, principalmente, mas no Executivo, em alguns setores, e também no Judiciário, que resultou nessa decisão parcial, em que confiamos e... Enfim, estamos aí falando que é fundamental a reversão dessas decisões para o desenvolvimento de todos os setores. É fundamental.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se o Presidente Senador Telmário me permitir... Eu estou pegando carona aqui. Na verdade, eu sou suplente da Comissão de Direitos Humanos, e, como o Senador Paim, eu tenho, agora, exatamente às 10h, uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Educação, em audiência pública. Eu sou titular dessas três, mas eu não poderia... Assim aqui eu soube – e soube agora, pela manhã – que estava havendo uma audiência pública justamente para tratar dessa questão da violência, do Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, eu tive a certeza de que Mato Grosso do Sul iria ser mencionado, e eu não poderia deixar de estar aqui.

Tenho um orgulho muito grande do meu Estado e tenho orgulho de ter a segunda maior população indígena no meu Estado de Mato Grosso do Sul, mas confesso que me envergonho de ser o Estado mais violento em relação aos povos indígenas. Temos esse reconhecimento, mas não podemos, diante dessas questões, nos omitir.

Eu vim rapidamente aqui, primeiro, para parabenizar o Senador Temário, que nós consideramos um Senador indigenista, um Senador dos povos indígenas daqui, do Brasil, e ficamos muito tranquilos com isto porque ele tem capacidade suficiente para tocar esse tema. Mas estou aqui principalmente para pedir o apoio de todos, não só do Senador Telmário, do Presidente da Funai, o João Pedro, mas de todos aqui, porque eu acho que nós estamos caminhando para uma solução, e uma solução pacífica, para essa questão.

Tramita nesta Casa uma PEC, um projeto de emenda à Constituição, a PEC nº 71, que visa a garantir, efetivamente, pela Constituição, o direito à indenização dos proprietários que se encontram nas terras desde que esses proprietários tenham adquirido, comprado a terra, e estejam de posse mansa e pacífica, justamente para acelerar a solução desses conflitos.

Eu acho que, quando nós aprovarmos essa PEC, nós teremos... Assim que a Funai demarcar, fizer o estudo, a demarcação e houver a homologação e o pagamento, nós teremos a pacificação do conflito indígena no Brasil. Essa PEC hoje está na Comissão de Constituição e Justiça – nós fizemos alguns aprimoramentos nela –, e eu vim aqui justamente para pedir para o Presidente da Funai o apoio do Governo Federal, que ele possa fazer gestão junto à Casa Civil – sei que o grande problema já não está mais no Ministério da Justiça, que concordou com a emenda à Constituição e com as alterações que nós estamos fazendo, mas na Casa Civil – para que nós possamos ver aí uma dotação orçamentária mínima anual assim que essa PEC for aprovada. Já estamos conversando com a Câmara dos Deputados. A bancada ruralista e também a bancada indigenista, em conjunto, concordam com essa PEC, a que, assim que chegar à Câmara, assim que for aprovada aqui, eles querem dar celeridade.

Eu acredito que o conflito ainda não foi solucionado porque, muitas vezes, ambas as partes têm razão. E quando ambas as partes têm razão, nós temos que ter uma terceira via, um terceiro ente no processo para que possa ser solucionado o conflito, e esse terceiro ente é o Governo Federal. Ele tem na mão a chave da solução, que é justamente indenizar naqueles casos que são casos de indenização ou, se não for caso de indenização, a própria retirada, através do Ministério da Justiça.

Então, eu venho aqui justamente para dizer que estou à frente dessa PEC, que vamos acelerá-la para que, no máximo, em 60 dias, nós consigamos a aprovação aqui, no Senado, e que ela vai garantir a demarcação tranquila por parte da Funai. Depois, fica na mão da Presidente da República a homologação das áreas indígenas.

O meu agradecimento pela intervenção intempestiva, mas eu estarei nas outras comissões e, se puder, retornarei.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Deixe-me fazer só um esclarecimento. Eu vou... Desligaram o microfone aqui. Eu estou indo votar ali em uma comissão e a Senadora Regina vai conduzir os trabalhos. Eu já volto.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Vou assumir aqui um pedacinho enquanto o Senador Telmário vota.

Registro a presença da Senadora Fátima Bezerra aqui e passo a palavra à Patrícia de Mendonça Rodrigues, antropóloga.

A SRª PATRÍCIA DE MENDONÇA RODRIGUES – Bom dia!

Obrigada pela oportunidade de estar falando aqui.

Eu vou fazer o relato de um caso específico, que é do povo avá–canoeiro, do Araguaia, que poucas pessoas conhecem. Deixe-me começar aqui lendo um texto que fiz para resumir essa história.

O breve texto que vou ler aqui trata dos avá-canoeiros do Araguaia, que se autodenominam ãwas e falam uma língua tupi-guarani.

A história e a situação atual desse povo de caçadores, relatada com destaque pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, são o exemplo atual e emblemático de violência dos colonizadores e do próprio Estado brasileiro contra os povos indígenas. Os avá–canoeiros chegaram ao vale do Rio Araguaia no início do século XIX, fugindo das frentes de colonização. Na época, o Médio Araguaia era habitado imemorialmente pelos pescadores javaés e carajás, de quem os avá–canoeiros se tornaram inimigos históricos.

Recentemente faleceu Tutawa Ãwa, o líder histórico do grupo, com mais de 80 anos. Talvez a melhor palavra para definir a vida e o caráter de Tutawa seja resiliência. Poucas pessoas desenvolveram essa habilidade extraordinária como guerreiro de temperamento afetuoso e alegre que guiou o povo ãwa durante as décadas de genocídio anteriores ao contato e nos anos de submissão que se seguiram à captura de dez sobreviventes.

O fato chocante de negarem a ele o seu último desejo, de ser enterrado no Capão de Areia, o último refúgio antes do contato, foi apenas um entre os incontáveis e desumanos obstáculos que teve que enfrentar juntamente com seu povo durante toda a vida.

Nascido em uma gruta que servia de refúgio para seus parentes, faleceu como um intruso em terra estranha agora, em 6 de junho.

Tutawa passou a metade da vida fugindo de massacres, incêndios de aldeias, tiroteios, assassinatos sucessivos da maioria dos parentes próximos, tocaias, cães de caça, caçadores de índios a cavalo, fome, e, mesmo assim, manteve as qualidades nobres e ideais dos chefes tupis: a capacidade de liderança na guerra e a generosidade na distribuição dos recursos entre os membros do grupo.

Guerra brutal é a expressão que descreve o que os avá-canoeiros, conhecidos como "cara-pretas" na região, viveram com a colonização do Médio Araguaia no século XX. A literatura e a memória regional atribuem a famosos caçadores de "cara-pretas" o assassinato de centenas de índios e a destruição de aldeias inteiras nas décadas de 40, 50 e 60, em uma explícita tentativa de genocídio.

Quando Tutawa perdeu os primeiros dentes de leite, seu grupo de parentes, liderados por seu pai, teve que abandonar a gruta em que morava ao norte da Ilha do Bananal, diante da aproximação cada vez maior dos colonizadores.

Tutawa ainda não tinha completado 20 anos quando seu pai foi assassinado por um branco, por volta de 1950, cabendo a ele assumir o seu lugar. O novo líder se responsabilizou pela alimentação dos órfãos e guiou seus parentes por uma vasta região, dirigindo-se cada vez mais para o sul, em condições cada vez mais difíceis, pois o cerco dos moradores regionais se intensificou consideravelmente nos anos que se seguiram com a instalação de garimpeiros e criadores de gado na região.

A Ilha do Bananal e o interflúvio entre o Rio Javaés e seu principal afluente, o Rio Formoso do Araguaia, habitados pelos avá-canoeiros desde as últimas décadas do século XIX, foram escolhidos como a principal

área de movimentação. Diante da perseguição incessante pelos novos colonizadores, em que os avás muitas vezes foram obrigados a abandonar os corpos dos parentes mortos durante a fuga desesperada, por muitos anos a rotina caracterizou-se por um eterno deslocamento de acampamento em acampamento instalados em lugares inóspitos.

O grupo de adultos, crianças e velhos optou por caminhar principalmente durante a noite por questões de segurança. As pessoas dormiam ou se mantinham em silêncio durante o dia, comunicando-se, muitas vezes, com assobios de pássaros. Com a perda da possibilidade de praticar a agricultura, a alimentação se restringiu à carne de caça e aos frutos e raízes coletados durante as caminhadas.

Os 14 sobreviventes que chegaram à Mata Azul, localizada dentro da imensa Fazenda Canuanã, por volta de 1967 ou 1968, integravam um grupo de parentes próximos reduzidíssimo em comparação ao que o menino Tutawa conheceu em sua infância.

O Capão de Areia, o único local da Mata Azul a salvo da inundação nas enchentes anuais, tornou-se o principal refúgio do grupo. Durante o breve porém intenso e dramático período em que viveram na Mata Azul e regiões vizinhas, os avá-canoeiros do Araguaia foram caçados como animais selvagens pelos moradores regionais sem trégua, incluindo os vaqueiros da Fazenda Canuanã, dos irmãos Pazzanese, saga que culminou com a sua captura pelos agentes do Estado. Na época, a Fundação Bradesco se interessou em estabelecer uma escola-modelo na zona rural, iniciando uma parceria com os proprietários da Fazenda Canuanã, que coincidiu com a instalação de uma frente de atração pela Funai para encontrar os índios que incomodavam os fazendeiros da região abatendo bois e cavalos ocasionalmente para se alimentar.

Os avá-canoeiros lembram que Tutawa sempre enfrentava os inimigos destemidamente, tentando proteger os seus familiares. Foi assim também quando a Frente de Atração da Funai encontrou o grupo no Rio Caracol em 1973, então reduzido a apenas 11 pessoas, e entrou atirando no acampamento de supetão, matando uma criança. Depois dos tiros e dos fogos de artifício, parte do grupo conseguiu fugir, enquanto outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de Tutawa, que decidiu se entregar não porque confiou nos sertanistas, conforme o boletim oficial mistificador e inverossímil produzido no auge dos governos militares, mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, que haviam sido capturados à força.

A forma como o contato foi realizado foi muito mais brutal do que aparece nos boletins oficiais da época, que tentaram, ostensivamente, engrandecer o feito dos sertanistas e ocultar a violência dos procedimentos adotados.

Os fatos relacionados à Frente de Atração causaram uma ruptura definitiva na vida dos avá-canoeiros do Araguaia. O horror dos anos passados seria substituído agora pela grande derrota na guerra travada com os colonizadores desde o século XVIII, pelo menos, quando os antepassados do grupo do Araguaia começaram a ser atacados nas cabeceiras do Rio Tocantins. O povo que mais resistiu ao contato com o colonizador no Brasil central, segundo a literatura histórica, recusando-se terminantemente a estabelecer relações pacíficas, interpretou o contato como uma captura pelos inimigos, representados pela Frente de Atração da Funai e os fazendeiros da região, e o que se sucedeu como cativeiro, do qual ainda não se libertou.

O pior ainda estava por vir. A outra metade da vida, Tutawa viveu lidando de cabeça erguida com as consequências devastadoras da derrota imposta pelo inimigo, juntando os fragmentos do que restou de seu povo para não perder o fio da meada que ligava os antepassados à nova geração nascida após o contato. O guerreiro e também pajé tornou-se a ponte entre o passado e futuro do povo ãwa.

No ano seguinte à captura, acreditando na proposta da Frente de Atração, que integrou à equipe um dos caçadores de índios da Fazenda Canuanã, Tutawa trouxe os quatro fugitivos da mata para, finalmente, viverem em paz na Mata Azul.

No primeiro mês após a rendição final, os avá-canoeiros estavam em choque intenso e em estado de saúde deplorável, conforme os relatórios médicos da época. O acordo fracassou, no entanto, pois o órgão indigenista não se empenhou em regularizar uma terra para o grupo.

Durante os quase três anos em que viveram nas terras da Fazenda Canuanã, supervisionados pela Funai, os avá-canoeiros foram vítimas de abusos físicos e emocionais diversos, os quais compõem uma memória traumática do grupo. Tanto os javaés quanto os moradores regionais lembram-se muito bem do cercado em que os avás foram colocados e expostos à visitação pública na fazenda durante semanas, atraindo a curiosidade dos que queriam ver os índios pelados. Os agentes públicos que haviam caçado, capturado, amarrado e aprisionado os índios em uma espécie de jaula a céu aberto foram associados pelos expectadores presentes a domadores de animais. E tanto os javaés quanto os avás lembram-se com nitidez do período em que foram forçados a conviver na Mata Azul pela Funai, que desconsiderou o fato essencial de que os dois grupos eram adversários históricos com uma memória viva das mortes recíprocas no passado.

Os javaés, que eram em número muito maior e disputavam o mesmo território com os avá-canoeiros desde o século XIX, foram levados pelos sertanistas a servir de guardas e amansadores dos índios capturados, estabelecendo, dali em diante, uma relação de dominação e subordinação.

Em 1976, com uma decisão repentina e autoritária, a Funai impôs a transferência dos sobreviventes para a aldeia Canuanã, dos javaés. Os efeitos da atração foram desastrosos. Dos 11 avá-canoeiros que restaram na Mata Azul, seis faleceram nos três primeiros anos depois do contato em razão de violência ou de doenças para as quais não tinham imunidade. A atuação fulminante do Estado neste caso foi tão ou mais devastadora para os avá-canoeiros do que aquela empreendida pelos moradores regionais e grandes proprietários há décadas. O resultado prático da atração foi que os avá-canoeiros perderam, definitivamente, a sua mínima autonomia e as terras que ocupavam, de interesse também dos javaés, para as grandes propriedades rurais.

Reduzidos a cinco pessoas, os avás foram assimilados pelos javaés a uma tradicional categoria social de cativos de guerra, em uma posição de subalternidade. Como consequência, nos longos anos que se seguiram, vivenciaram graves restrições alimentares e variadas formas de marginalização social e econômica. Paralelamente, o grupo sofreu crescentes impedimentos dos não índios para continuar caçando e coletando na região da Mata Azul.

Os sobreviventes de um povo de exímios caçadores mendigavam restos de comida nas casas de funcionários da Funai, conforme foi testemunhado por pesquisadores na década de 80. Nos anos 90, a Fundação Bradesco ofereceu a eles pão e leite diário em troca de os avá-canoeiros cessarem o abate de gado ocasional, além de autorização para coletar as cabeças de bois e porcos que eram destinadas ao lixo da fazenda. Há vários anos, os avás recolhem alimentos e bens de consumo no lixão da fazenda-escola, instalada em antiga área de caça e coleta do grupo.

É notável que, apesar de todos os prognósticos em contrário, em que acadêmicos, jornalistas, indigenistas declararam a iminente extinção do grupo, os ãwas conseguiram se reproduzir como um povo único por meio de uniões com os javaés, karajás e tuxás, somando mais de 20 pessoas atualmente, em crescente expansão.

O pajé Tutawa cuidou com afeto e dedicação exemplares da educação de seus descendentes ensinando a língua, práticas e rituais e batizando todas as crianças que nasceram após o contato com os nomes dos antepassados, conforme a tradição ãwa. Foi ele também que liderou o grupo por mais de 20 anos na recusa irredutível em abandonar a região do Araguaia, com a qual mantém ligações profundas de natureza variada, enfrentando o projeto persistente de um convênio indenizatório e milionário entre Funai e Furnas de transferi-los para uma terra indígena do Rio Tocantins.

Somente em 2012, diante da situação de extrema vulnerabilidade e admitindo a necessidade de uma reparação pelos erros cometidos no passado, a Funai reconheceu a tradicionalidade da área reivindicada pelo grupo na região da Mata Azul, nomeada como Terra Indígena Taego Ãwa. Paralelamente, em 2011, a Procuradoria da República do Tocantins entrou com uma ação judicial contra o Estado brasileiro e a Funai solicitando uma indenização por danos morais ao povo avá-canoeiro do Araguaia.

No entanto, os avás ainda vivem dispersos em terra estranha aguardando a portaria declaratória do Ministério da Justiça em relação à Terra Indígena Taego Ãwa. O grupo sonha em se reunir depois de mais de 40 anos da captura pela Frente de Atração. A área agora está ocupada por duas fazendas e um assentamento do Incra, criado em meados dos anos 90, na região da Mata Azul, sem que os avás fossem levados em consideração, o que foi mais um episódio de negligência e violência do Estado brasileiro contra eles. Na época, a prioridade da Funai era transferir os avá-canoeiros do Araguaia, contra a sua vontade manifesta, para uma distante terra indígena habitada pelos avá-canoeiros do Rio Tocantins, dos quais o grupo do Araguaia se separou há cerca de 150 anos, não reconhecendo nenhum vínculo histórico ou de parentesco com eles.

Em plena década de 90, a Funai ainda insistia em uma antiga política indigenista iniciada nos tempos do SPI, que privilegiava a transferência dos grupos e a sua concentração nos postos indígenas ou nas áreas já regularizadas. Os defensores da transferência ainda ignoravam a lição de tantos povos indígenas, que demonstram um apego extraordinário e tão pouco compreendido à terra habitada pelos antepassados, igualando-se ao vínculo amoroso e profundo entre uma mãe e seu filho.

Na região do Araguaia, por exemplo, todos os grupos que sofreram algum tipo de transferência, seja por imposição ou sugestão do órgão indigenista...

(Soa a campainha.)

A SRª PATRÍCIA DE MENDONÇA RODRIGUES – ... – já estou terminando –, como os xavantes setentrionais de Maranhão, a sede, os avá-canoeiros do Araguaia, os javaés, os tapirapés e os karajás, ao longo de décadas, mantiveram complexos vínculos históricos, culturais e socioeconômicos com a terra de onde foram

transferidos, reivindicando, desde então, o reconhecimento oficial de parte desse território pelo Estado. Em suma, nunca desistiram de retornar a esse solo considerado sagrado.

Foi nesse contexto que os avá-canoeiros do Araguaia tentaram enterrar o velho líder Tutawa no Capão de Areia, dentro da Terra Indígena Taego Ãwa, há dois meses, sendo rechaçados pelos moradores do assentamento que agora ocupam o lugar e que também foram vítimas de uma política equivocada do Estado.

Então, cabe, no momento, dar continuidade ao processo de reparação pelas inúmeras violências sofridas e garantir o retorno dos avá-canoeiros para o lugar onde consideram como sua casa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a Patrícia e agora vamos ouvir o Carlos Moura, representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O SR. CARLOS MOURA – Obrigado, Presidente, Senador Telmário Mota.

Cumprimentos aos que compõem esta Mesa. Eu pediria licença ao Presidente para que o cumprimento aos que compõem esta mesa fosse feito aos pataxós que se encontram neste plenário, aos irmãos indígenas que se encontram no plenário.

Cumprimentos à Senadora Regina e ao Deputado Edmilson.

Ao ouvir o relato dos avá-canoeiros, da sua luta, e a história do líder Tutawa Ãwa, eu ficaria me perguntando se não seria o caso de um silêncio total. Falar mais o quê após o relato dessa brutalidade, dessa negação da pessoa humana, dessa violação dos direitos humanos, com o conluio, o que é mais grave, do Estado e da sociedade?

A senhora traz a esta Comissão um relato surpreendente, mas que também não assusta tanto, porque é o relato de um Brasil violento, de uma violência iniciada desde os tempos da colonização com os nossos antepassados africanos, durante séculos e séculos, que ajudaram e contribuíram para a formação da nacionalidade e, assim como os povos indígenas, não perderam a dignidade e a força de trabalho.

Recebi a incumbência de conversar, nesta Comissão, a respeito da PEC nº 215, sobre a Encíclica Laudato Si', ou seja, Louvado Seja, a encíclica do Papa Francisco, que reivindica terra, trabalho e teto. Terra para indígenas, camponeses, quilombolas, trabalho para os desempregados, para os operários, para os trabalhadores de modo geral, e teto para as famílias.

É antiga essa história de privação e de perseguição aos povos indígenas. A voracidade do colonizador, desde tempos imemoriais, vem fazendo com que os povos indígenas venham perdendo, perdendo e perdendo suas terras e tendo sua liberdade cerceada. Se isso aconteceu no passado, também ocorre hoje, haja vista o relato de quem me antecedeu e o que traz o Cleber na sua explanação.

Vejam o conluio do Estado com a sociedade no sentido de privar os povos indígenas dos seus direitos. Já nos tempos da ditadura, mais de oito mil indígenas foram assassinados, perderam suas vidas.

Hoje, esse Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, dados de 2014, nos informa sobre 84 ocorrências de invasões possessórias, exploração ilegal dos recursos naturais e danos diversos ao patrimônio dos povos indígenas. Isto sob a responsabilidade, repito, do Estado e da sociedade, sociedade representada pelo capitalismo, pelo agronegócio, pela mineração, já denunciados aqui na explanação do Cleber.

Com isso, espancam e não respeitam a nossa Constituição. Espancam e não respeitam a Constituição que diz, no seu art. 231 – repeti, porque sei que todos sabem – que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

E é incrível como vem aqui o Cleber noticiar que o Poder Judiciário ameaça rasgar a Constituição. Rasgar a Constituição! E existe também outra ameaça de desrespeito à Constituição, que é a PEC nº 215, já aqui anunciada.

É preciso que reflitamos muito a respeito dessas questões, que reflitamos e que, enquanto sociedade civil, possamos nos organizar, junto ao Cimi, junto às entidades dos direitos humanos, na perspectiva do impedimento de que os povos indígenas continuem a ser violentados.

É importante aqui trazer expressões do Papa Francisco na Encíclica Laudato Si':

> Não é possível ignorar também os enormes interesses econômicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais. Com efeito, há propostas de internacionalização da Amazônia que só servem aos interesses econômicos das corporações internacionais É louvável a tarefa de organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam as populações e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais.

É importante que a sociedade civil se una, porque o Estado só se move mediante a pressão social, a pressão dos grupos organizados. Já tivemos provas disso nos relatos desta Mesa.

Mas continuemos com o Laudato Si'. Diz o Papa Francisco:

> Neste sentido, é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades [indígenas] com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Mota, ao agradecer a oportunidade de, em nome da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, eu me permitiria ler um trecho da nota da CNBB a respeito da PEC nº 215 e, evidentemente, a respeito da questão toda relativa aos povos indígenas.

> Motivada pelo interesse de pôr fim à demarcação de terras indígenas, quilombolas e à criação de novas Unidades de Conservação da Natureza em nosso país, a PEC 215 é um atentado aos direitos destes povos. É preocupante, por isso, a constituição de uma Comissão Especial, criada pelo Presidente da Câmara para apressar a tramitação dessa proposição legislativa a pedido da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista. O adiamento de sua instalação para o segundo semestre não elimina nossa apreensão quanto ao forte *lobby* pela aprovação da PEC 215.

Para concluir:

> Todas estas conquistas, fruto de longo processo de organização e mobilização da sociedade brasileira, são agora ameaçadas pela PEC 215, cuja aprovação desfigura a Constituição Federal e significa um duro golpe aos direitos humanos. Fazemos, portanto, um apelo aos parlamentares para que rejeitem a PEC 215. Que os interesses políticos e econômicos não se sobreponham aos direitos dos povos indígenas e quilombolas.

Portanto, Sr. Presidente, senhores que compõem esta Mesa e este Plenário, que possamos celebrar, neste momento, uma atitude de comunhão e de cumplicidade, na perspectiva de que, juntos, possamos, democraticamente, impedir que sejam tomadas medidas, seja pelo capital, seja pelos órgãos institucionais, que possam vir, cada vez mais, a prejudicar os povos indígenas. Pelo contrário, que a nossa unidade e que a nossa união possam servir de alavanca à recuperação e à dignidade dos povos indígenas!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a fala do Carlos Moura, que representa a Comissão Brasileira de Justiça e Paz , trazendo uma grande reflexão. Sempre deixo aberto para Senadores e Deputados que queiram fazer algum questionamento, alguma pergunta, enriquecendo para melhorar as ideias. Aqui está sempre aberto a cada companheiro que está aqui expondo.

Agora, vamos ouvir o Alberto Terena, do Mato Grosso do Sul.

O SR. ALBERTO TERENA – Quero dar meu bom-dia a todos, e, na pessoa do Senador Telmário Mota, cumprimentar a Mesa.

Sou Alberto Terena, da aldeia Buriti, aqui representando o Conselho Terena e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Agradeço essa oportunidade, essa abertura de espaço, em que temos não apenas um pedido de socorro, não apenas um levantar de mão, mas, sim, um desespero de lideranças de vários povos, dentro deste País, que estão sendo atacados nos seus direitos. Nós estamos nesta luta há muitos anos. Não começou com a minha geração, não começou com a geração passada, mas, sim, há várias décadas ou mesmo séculos, passando por lutas e desrespeito, na busca desse direito que temos em nosso território na questão da demarcação de nossas áreas.

Esta luta não é algo surgido de fora; é uma luta pelo direito de ter uma comunidade, de ter um povo, que precisa desse espaço para sobreviver. Só como exemplo, na minha comunidade, com seis mil indígenas, estamos numa área de 2.090 hectares reservada. Muitos dizem que são demarcadas, mas são reservas. Foram criadas reservas para as nossas comunidades, para os nossos povos. Achavam que os povos indígenas seriam exterminados ou reintegrados à sociedade, o que não se deu. As nossas gerações vêm aumentando e precisamos das nossas áreas, que se encontram nas mãos de outros.

Fala-se na questão das invasões. Eu fui interrogado várias vezes, até mesmo no meu Estado de Mato Grosso do Sul, onde a situação é uma das piores dentro do Brasil, em que muitas vezes a gente é interrogado... Naquela questão de grande conflito, em 30 de maio de 2013, em que o juiz deu reintegração de posse, em que houve uma força desproporcional, com todo o aparato de força militar do Estado – em pleno feriado, o juiz deu a reintegração de posse e saiu de férias –, desesperadamente, nós dizíamos ao delegado que existiam famílias, que existiam crianças. Aí, ele apontava para nós, como líderes, e dizia "Vocês são responsáveis! Vocês serão responsáveis! Vocês serão responsáveis!"

E, de fato, naquele momento de reintegração de posse, na qual houve a nossa perda do jovem Oziel Gabriel, vários jovens nossos foram baleados. Isso não apareceu porque não interessa para a mídia, mas vários... Até meia-noite daquele dia a gente estava pedindo socorro aos hospitais, para que pessoas nossas pudessem ser operadas.

Dentro deste cenário de busca de direitos, os nossos povos têm pago com a própria vida, com derramamento de sangue.

No passado, nós éramos chamados de indígenas, índios, bravos, índios que não queriam ser amansados; hoje, nossas lideranças são chamadas de formadores de quadrilha. Apenas estamos querendo assegurar o nosso direito constitucional, que está dentro da Lei Maior deste País.

Eu fui um dos que foram presos, Senador, por esta orquestra de intimidação, de dizer "vocês estão errados", "vocês são invasores", por querer apenas um espaço de terra para dizer para os jovens e para as crianças "vocês têm um futuro, está aqui a sua área, que vocês podem sonhar com a sua sobrevivência".

E, dentro dessa luta, a gente vem buscando também o diálogo dentro do nosso Estado, mas muitas vezes a gente tem sido enganado, como, lá no passado, nós fomos enganados... Quando meus avós ou meus bisavós iam para o Rio de Janeiro, diziam: "Olha, podem voltar lá, porque já está resolvido". Em Cuiabá, chegava e diziam: "Não, podem voltar, porque está resolvida a questão das suas terras". E hoje, em vários momentos, nós sentamos à mesa... E até mesmo no último momento ali, de conflito maior do nosso Estado, a Presidente mandou um representante, juntamente com um Ministro, dizendo: "Em 30 de agosto nós vamos dar uma solução para o caso Buriti". Mas já se passaram três anos, dois anos e meio, e até o momento não temos uma devolutiva disto aí, deste diálogo, desta abertura de diálogo.

A Senadora diz: "Nós estamos aí tentando buscar uma solução". Mas que essa solução de fato venha ao encontro também de resguardar o nosso direito. Foi feita uma audiência pública na qual não havia nenhuma representação indígena. Isso não pode se chamar audiência pública. Veio conversar com o Ministro da Justiça sem nenhuma representação indígena. Isso não quer dizer que os indígenas estejam de acordo, pois não há participação.

Então, estes momentos de busca, de desespero... Nós estamos tendo esta oportunidade, Senador, de estarmos aqui junto com aquelas pessoas que acreditam na questão de assegurar o direito do ser humano,...

(Soa a campainha.)

O SR. ALBERTO TERENA – ... na questão dos povos indígenas deste País.

Nós estamos aqui, neste desespero, pedindo para que o Estado brasileiro de fato assuma. É jogada para nós a responsabilidade, mas será que não é do Estado brasileiro a responsabilidade maior de vir com uma proposta que seja sincera, não com essa proposta da PEC nº 215, que passa do Executivo para a Câmara... Está nos negando este direito.

Eu quero dizer isto aqui: a gente está falando por um povo que está à mercê, os nossos povos guaranis... O Presidente desta Comissão esteve lá e viu, em beira de BR, acampamentos incendiados com pessoas dentro, com crianças dentro. Nós temos os nossos vizinhos e não podemos... Falaram que a bala que matou o Oziel poderia ter saído do indígena. Como? Se vocês virem o vídeo, você não verão um indígena com arma alguma.

Até o momento isto não foi apurado, não é? Quem matou? Quem atirou no Oziel Terena, para que ele pudesse ser morto?

Fala-se que uma reintegração de posse é feita apenas com gás, com balas de borracha, mas houve morte ali, houve "baleamento" de pessoas. Nós temos um jovem tetraplégico na nossa aldeia, resultado dessa violência contra os nossos povos.

Eu quero dizer que a gente continua acreditando. O povo da aldeia Buriti não deu um passo à frente no acordo proposto pelo Governo de dizer "não, vamos conversar. Vocês não dão um passo à frente, eles não entram com a reintegração de posse e nós iremos dar uma solução para o caso". Já se passaram três anos. E agora? Até que momento a comunidade vai acreditar?

Eu quero dizer que crianças e jovens estão dentro destas comunidades...

(Soa a campainha.)

O SR. ALBERTO TERENA – ..., desse espaço de luta, e eu quero acreditar que existe dentro do Senado, dentro desta Casa de lei, pessoas que olham para o nosso povo. Não é fácil. Quando vocês... Fiquem do nosso lado. E acontece o que aconteceu ali com esse ônibus aí – não é? –, com pessoas do nosso povo sendo retiradas.

E a gente sabe... "Agora você é índio?" A gente sabe como é o tratamento disto tudo. Mas somos pessoas, seres humanos, e fazemos parte deste País, e queremos um espaço de sobrevivência, de respeito aos nossos povos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, a gente ouviu o Alberto.

Sua fala é, sem nenhuma dúvida, uma voz de apelo, de dor, como ele disse, de desespero, e mexe, de qualquer sorte, com todos nós que estamos envolvidos neste processo.

Eu tenho certeza de que o Presidente da Funai, que está assumindo agora... Ele falou que iria passar uns quatro dias na região, que vai passar lá uns quatro dias. Ele viaja hoje para lá para, empiricamente, sentir essa pressão, essa situação que está lá, não só na terra lá do Buriti, da aldeia Buriti, da comunidade Buriti, como em outras comunidades estão aí também extremamente pendentes dessas decisões, que são necessárias, para a pacificação, a sobrevivência e, sobretudo, para a paz, que o Brasil precisa ter. Não podemos conceber que, hoje, jovens estejam tendo sua vida cerceada por uma luta que já dura muito tempo, sendo que o Poder Público é o grande omisso nesta situação.

Antes de passarmos a palavra para a Lucia, vou franquear a palavra ao Deputado Federal Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, que está aqui nos prestigiando.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Sr. Presidente, parabéns a V. Exª, pela inciativa, e ao Senado, por afirmar a condição de Casa de representação da cidadania brasileira, mostrando que há espaço para o debate e a afirmação de alguns princípios e algumas conquistas constitucionais aqui debatidas que correm risco de serem destruídas.

Eu pedi para falar porque estou em duas Comissões e decidi ausentar-me delas com todos os riscos. Estou sendo chamado para votar exatamente um projeto em que um Deputado propõe reduzir, determinar uma norma nova para as áreas do entorno das áreas de conservação da natureza.

A rigor, o quórum está chegando lá e podemos ter uma derrota numa área que tem muito a ver com o debate que se dá aqui. Então, peço desculpas por ter de sair daqui a pouco.

Mas quero parabenizar a Comissão e dizer que gostei muito da nomeação do nosso querido João Pedro, que conheci, há algum tempo, como um trabalhador, mas um técnico da área das ciências agrárias e um amazônida.

Eu vi a sua primeira entrevista e até disse "desejo muito sucesso ao João Pedro, porque ele tem uma história". Alguns funcionários da Funai dizem... "Quando eu era prefeito, fui a Manaus fazer campanha porque queria vê-lo prefeito da capital do Amazonas". E, como Senador, V. Exª honrou o nosso País e o nosso povo.

Desejo sucesso porque acho que há uma relação de força muito cruel. O conservadorismo está muito presente, não será eterno. Acho que a sociedade anda para frente, caminha para um mundo mais justo e feliz, mas vivemos situações em que um cara é capaz de chorar porque um boi morreu e sorrir com a morte de um indígena.

O depoimento da Drª Patrícia é de nos fazer chorar. A gente tem de se segurar.

Na semana passada, João Pedro – acho que foi na sexta ou na quinta –, eu estava numa das maiores penitenciárias do Pará, na região metropolitana, para visitar dois indígenas do povo asurini do Trocará.

Não sei se todos se lembram, mas três povos foram atingidos mais diretamente pela Hidrelétrica de Tucuruí: os asurinis, os gaviões e os parakanãs.

Então, conversar em uma cadeia com um idoso de 78 anos, tuchaua dos asurini, e ele dizendo: "Olha, sou aposentado pela Funai"... Funcionário da Funai! Ele disse: "Eu pacifiquei os parakanãs em Tucuruí!" O termo que ele usou foi "pacificação", como funcionário da Funai, porque eles falam línguas muito parecidas. Hoje, ele está preso porque, como outros indígenas, tomou a iniciativa de denunciar o desmatamento. Aí, houve um processo lá em que os madeireiros saíram vitoriosos. Denunciaram o indígena por estar vendendo madeira. Então, o pai, Poraquê, que é o cacique, e o filho, Oliveira, estão presos, mas o intermediário da venda de madeira não está preso, os madeireiros não estão presos...

Então, uma decisão de um juiz, baseada numa provocação do Ministério Público, que tem cumprido um papel importante para a democracia do País...

O promotor convocou os índios para conversar sobre o problema, mas, quando eles iam sair do prédio do Ministério Público, a polícia estadual estava lá para prendê-lo. Quer dizer, uma violência institucional. Quem é indígena, quem mora nas periferias, sente-se totalmente desprotegido.

Então, é o que o Dr. Carlos Moura disse: é uma responsabilidade do Estado que vem sendo negada. Não é o Governo, mas o Estado. Daí, pessoas que têm compromisso com o futuro do Brasil devem, dentro das instituições, colaborar, para que a gente possa reverter esse quadro.

Assim, o desejo de sucesso, que só será possível com a resistência popular. Acho que o relatório do Cimi é expressão de compromisso de resistência. Os antropólogos têm sido os profissionais da área científica mais violentados na sua dignidade profissional no debate da PEC nº 215. O que mais se ouve dos latifundiários, dos "agronegocistas", é que os laudos são fraudulentos, mentirosos, que "querem inventar povos indígenas para destruir o direito à propriedade". Isso é muito forte. Não é uma luta fácil.

Mas, durante a semana do dia 19 de abril, daquela ocupação, a Presidente tomou a iniciativa de assinar três processos de homologação. Há informações de que há pelo menos 50 que nem implicam conflitividades. Talvez até menos.

Penso que uma grande força que o João Pedro poderia negociar com o Ministro e com a Presidente seria realmente uma agenda positiva para uma situação, sabemos, difícil, em que partidos da base de apoio são os que mais trabalham para o *impeachment* da Presidente. É algo contraditório isso, não é?

Ontem, falava numa reunião que, se houve cortes nos órgãos – e esse relatório que o Senado colocou no seu jornal hoje mostra, quase todos –, e acho que a Funai está envolvida aqui nos outros, de 6,8%, de 33% de corte. Não entendi bem isso aqui, mas, em todo caso, houve corte. Quando se trata do Programa Safra, houve um crescimento para a agricultura familiar. E a Justiça fala disso; Patrus Ananias não teria muito a reclamar nesse aspecto.

Mas a grande agricultura e o agronegócio, que, no ano passado, contou com 156 bilhões, este ano passa a ter 199 bilhões. São 20%! Muito acima da inflação! Ainda assim, são os beneficiários desse aumento, enquanto a saúde perde 11%, a educação perde quase 10%. O Ministério das Cidades perdeu 53% do seu orçamento este ano, e órgãos menores tão importantes como a Funai estão vivendo dificuldades!

Apesar disso, são os caras que estão querendo aprovar, a qualquer custo, destruir avanços da Constituição, violentar a dignidade inclusive do próprio Governo, cujo partido, às vezes, é oficialmente da base de apoio. Então, essa é uma situação de constrangimento e de violência.

Aquelas pessoas que têm compromisso, a despeito de serem de partidos diferentes, têm de dar a sua força para reverter esse quadro.

Então, querido João Pedro, sucesso! Acho que, se conseguíssemos mostrar à Presidente que, em áreas onde não há competitividade, já se avançou suficientemente, já se indenizou, nem há processo na Justiça pendente; se conseguíssemos demonstrar ao povo brasileiro o compromisso do Governo e da Funai com os nossos povos indígenas, haveria um esforço de negociação e de avanço em outros processos.

Vou concluir, Sr. Presidente, Desculpe-me, mas a fala da Senadora Simone traz um tema que também vem sendo debatido na PEC nº 215, que é essa questão da impossibilidade de desapropriação das terras.

Acredito que deve haver uma mediação. A viagem do nosso Presidente da Funai tem esse objetivo também, porque é verdade que o Estado brasileiro violentou indígenas, especialmente no período da SPI, criando uma série de situações, inclusive de retirada das suas terras.

Em outros casos, houve grandes projetos, como a Usina de Tucuruí, que acabei de citar, criando uma crise hoje.

Esses povos citados, inclusive os asurinis, na sua grande maioria, estão adoecidos pelo alcoolismo e outras situações. A violência sexual contra a jovem indígena é assustadora. Trata-se de um povo, cuja última reserva de castanhais no Pará está sendo dizimada. Não são pequenos os desafios.

Há grandes e médios proprietários que não estão na terra de má-fé. Isso é verdade! Indígenas foram retirados. O Estado concedeu até títulos precários ou definitivos. Então, não foi má-fé.

Há uma diferença entre latifundiários, agronegociantes, negocistas, que ocuparam, grilaram, terras. São criminosos. Aí, não dá para a União, numa terra que é sua, pagar indenização para quem criminosamente ocupou a terra da União, inclusive as indígenas.

Nas situações em que não houve má-fé, acho que a PEC nº 71 pode avançar, ser agilizada num acordo com o Governo, para que alguns conflitos possam ser logo resolvidos.

Então, desejo, mais uma vez, boa sorte! Peço desculpas. Talvez não dê tempo para eu voltar. Espero que eu possa voltar, porque, a meu ver, esse debate tem muito a ver com o futuro soberano, justo e democrático do País.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero parabenizar o Deputado pela explanação, pelo conhecimento, pelas sugestões. Quero só adiantar que, depois, vamos pedir à assessoria da Comissão o encaminhamento da fala dos nossos oradores e palestrantes junto com o relatório do Cimi para o Ministério da Justiça e para a Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de fortalecermos o nosso Presidente

da Funai, João Pedro, para que ele avance o mais rápido possível até nessas proposições que o Deputado Edmilson colocou, ou seja, resolvermos aquilo que já está mais adiantado em relação a terras onde não há tantos atritos e que pode ser equacionado.

Sem dúvida alguma, quanto a essa PEC nº 71, temos conversado muito com a Funai, e ela tem passado diretrizes, no sentido de podermos adiantar e agilizar essas ocupações de boa-fé, como ele colocou, antes de 5 de outubro de 1988.

Vamos ouvir agora a nossa antropóloga, a Drª Lucia Helena.

A SRª LUCIA HELENA VITALLI RANGEL – Bom dia a todos.

Vou fazer alguns comentários e pontuar alguns dados contidos no relatório de violência contra os povos indígenas, de 2014, que preparamos e lançamos, agora, em junho – um pouco atrasado.

Bem, às vezes, as pessoas, sobretudo a imprensa e os jornalistas, querem saber se a violência contra os indígenas aumentou ou diminuiu. Como é um dado anual, em alguns anos, diminui; em alguns anos, aumenta. No ano de 2014, aumentou e muito. Ainda não temos condições de depurar totalmente esses dados, porque não sabemos se aumentou a violência em si ou se aumentaram os números dos registros que fomos capazes de coletar.

Como coletamos os dados em imprensa, jornais, *sites*, blogs, etc., e também a partir de umas fichas que os missionários do Cimi preenchem, nós também passamos a lançar mão de relatórios oficias que continham dados que pudéssemos expor no nosso relatório, como um subsídio, um substrato, muito importante das nossas informações. Às vezes, são relatórios do Ministério Público, das procuradorias. Também a Sesai – a Secretaria de Saúde Indígena – tem sistematizado os dados, que são muito importantes.

Um dos méritos desse relatório é justamente essa juntada de dados e de informações que fazemos anualmente. Como não temos a capacidade de registrar todas as ocorrências em todos os lugares do Brasil, sabemos que o nosso relatório é sempre parcial, mas, mesmo assim, os registros são um pouco assustadores.

Tivemos um número registrado de 138 assassinatos de indígenas no Brasil em 2014. No ano anterior, foram 97. No ano retrasado, foram 70 e poucos. No outro, 60.

Então, está aumentando? Não sabemos se está aumentando de fato ou não. O que sabemos é que a tônica e os fatores de violência contra os povos indígenas no Brasil não se modificam. Os fatores que são os contextos regionais, em que as ocorrências têm como fundamento a disputa pela terra, os conflitos possessórios e o não reconhecimento por parte do Estado das comunidades que são indígenas e que têm o seu direito negado, porque não são reconhecidas como tal.

Esses assassinatos refletem, sobretudo, esses conflitos pela posse da terra. São lideranças, são pessoas envolvidas com os casos de conflito de possessão de terra e casos também de violência interna nas comunidades.

Um dado, por exemplo, muito assustador, em relação ao Mato Grosso do Sul é que, dentro da área indígena, no caso, os guaranis kaiowás sofrem muito mais com isso. Há assassinato dentro da terra. É uma briga porque estavam bebendo, e um enfiou a faca no outro. É uma batida na porta na calada da madrugada: "Ó, Fulano?" Aí o fulano vai lá abrir a porta, "pá", leva um tiro, e ninguém sabe de onde veio esse tiro. No caso, se contextualizarmos o que acontece no Estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo nas áreas kaiowá guaranis, é difícil darmos um nome, mas podemos falar numa degradação social, e parece ser o índio o degradado, mas não é.

Quem está degradada é a sociedade que promove isso, porque ou, por um lado, você tem a ganância pela posse da terra, a ganância pela especulação dos preços agrícolas, e o Mato Grosso do Sul é um ambiente propício a isso, ou nós temos o tráfico de drogas, enfim, coisas que não são responsabilidade direta dos povos indígenas. Ali é uma fronteira de tráfico de droga, de contrabando de armas. Nós temos uma violência que se estende muito mais além dos casos que registramos aqui.

Então, é um complicador com o qual é difícil lidar, porque como vamos consertar a nossa sociedade?

Um dia, Senador, estava vendo o noticiário na televisão, no sofá de casa, e aí a repórter falou que o empresário norte-americano Bill Gates ia investir no etanol. Quando ela falou isso, eu falei: "Coitados dos guarani kaiowás do Mato Grosso do Sul!".

A culpa não é do Bill Gates,mas, enfim, há um fator que a gente muitas vezes não consegue ponderar. Então, esses dados que mostram a violência, a violação de direitos e tal, eles têm uma explicação e têm um fundamento...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIA HELENA VITALLI RANGEL – ... que está muitas vezes muito além.

Então, nós temos outro dado assustador que é o número de suicídios. No ano passado, tivemos 138 suicídios cometidos, sendo que o maior número, 48 suicídios, aconteceram no Mato Grosso do Sul. E, nesse Esta-

do, fizemos uma conta, e, entre 2000 e 2014, em 14 anos, tivemos 707 casos de suicídio registrados. Isso é um índice muito alto, é um dos maiores índices que a Organização Mundial de Saúde pode registrar.

E nós tivemos também o chocante número de 785 mortes de crianças entre zero e cinco anos no ano de 2014.

Esses são registros da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

O IBGE registra um índice, de que a média nacional de mortalidade na infância é de 17 mortes para cada mil nascidos vivos, e o índice indígena, entre os xavantes, chegou a 141,64 por mil nascidos vivos. Assim como em Altamira, no Pará, depois que se iniciaram as obras da Hidrelétrica de Belo Monte, esse índice também chega a 141,84 por mil nascidos vivos.

São dados impressionantes.

Na área ianomami, registramos 46 mortes de crianças menores de um ano.

E, veja, é importante fazer a relação entre esses dados e os contextos regionais e nacionais.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIA HELENA VITALLI RANGEL – Por exemplo, há outro dado: as invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e diversos danos ao patrimônio indígena. Em 2014, houve 84 casos. Mas, se você olhar os dados dos anos anteriores, quando o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados começou a discutir a mudança do Código Florestal, no ano seguinte, houve um aumento absurdo de desmatamento no Estado de Mato Grosso e no sul do Estado do Pará. E a gente pode ver que, aqui, depois, o Código foi aprovado, atendendo às necessidades dos produtores rurais, etc, e abrindo um flanco para o perdão, para a absolvição dos crimes ambientais. E, com isso, eles foram aumentando a cada ano. É só a gente ver e fazer essas relações.

Assim como, para encerrar, há casos de racismo e abuso de poder registrado. Nós temos muito poucos casos registrados, mas eles são muito mais frequentes e diários nas regiões. Vemos esse negócio de entrar no ônibus e ter que sair, de passageiro de ônibus, lá em São Paulo mesmo, levantar e falar: "Perto dessa gente fedida eu não fico". E temos coisas bem mais graves e complicadas, como um jornalista que escreve um texto racista no *blog* dele. Então, ele afirma inverdades dizendo que os indígenas é que roubam as terras dos fazendeiros e fala um conjunto de besteiras a respeito dos povos indígenas.

E nós vamos ver que também, aqui mesmo, as leis que estão sendo propostas, que estão sendo formuladas, da mesma maneira, não respeitam as referências indígenas. Então, por exemplo, esse negócio de falar desse marco regulatório que em 1988 tinha que estar... Os povos indígenas não contam assim o tempo. Aliás essa referência temporal é uma das preciosidades dos modos de ser, das identificações, as referências míticas, etc. Se nós não somos capazes de compreender isso e fazemos uma lei querendo contar que o ano de 1988 é um ano x... Então, veja, acho que também estamos sendo racistas. É um nó bastante difícil de desenrolar, porque o racismo mora no coração de todos os brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É preciso se fazer uma flexibilidade nesse coração.

Mas, antes da nossa querida Regina, do Piauí se manifestar, quero também registrar a presença do Senador Hélio, do Distrito Federal, que nos honra aqui.

Senador Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu quero falar que aqui há esse defeito: participamos de três comissões, e elas acontecem no mesmo horário. Os presidentes das comissões tinham de combinar algumas coisas, porque tudo é interessante, e temos interesse em participar.

Vou falar e vou tentar ficar mais uns dez minutos para ouvir mais alguém e poder ir a outra comissão.

Já fazendo uma proposta, acho que é impossível a gente aceitar por que um processo, se não tem litígio, se não tem conflito, está parado há três anos no mesmo setor do Ministério. Então estou querendo fazer uma proposta à Comissão de Direitos Humanos para fazer uma audiência formal ao Ministro Eduardo Cardozo, porque a gente também sabe que existem os burocratas do poder. Vai chegando processo, outros são colocados em cima, outros em cima, e aqueles que estão lá embaixo são esquecidos.

Então, acho que a gente podia fazer isto: ir ao Ministro pedir em relação pelo menos a essa parte em que não há problema. Se não me engano, foi prometido naquela outra manifestação que houve aqui. Os indígenas já estiveram aqui no plenário do Senado, e me parece que, naquela ocasião, foi prometido que pelo menos esses iriam ser feitos. Acho que é preciso que se dê uma resposta.

E quanto à questão que ela falou, da mortalidade, por exemplo, é típico. Eu já fiz audiência pública sobre a mortalidade materna e neonatal, e a gente constata que baixou de 141 para aproximadamente 60. Mas, entre as mulheres negras, o índice subiu. É típico das questões dos segmentos discriminados. A gente precisa fazer

um estudo sobre isso. Estou marcando audiência, inclusive, com o Ministro da Saúde para tratar esse assunto. Foi uma audiência pedida por mim.

Então, acho que, concretamente, para a questão indígena, a gente tem que dar um passo. Não adianta ficar fazendo audiências e mais audiências, porque acho que quem está aqui já sensível a isso. Claro que vale, porque tem gente assistindo às reuniões e participando interativamente, mas é preciso ter uma resposta, uma coisa concreta. E é tão simples. E eu acho que essa resposta aqui é simples. É questão mesmo de burocracia que, infelizmente, domina esse nosso Estado brasileiro. Um processo há três anos no mesmo lugar não se justifica, sobre qualquer questão – não só quanto à questão indígena.

Então, o que estou propondo é isto: que se marque audiência, formalizada pela Comissão de Direitos Humanos, para levar representantes dos indígenas lá junto com a gente e o presidente da Funai também, para conversar sobre isso e ver se esses processos saem de baixo para cima. Vê se ele dá um prazo para resolver essa questão para gente, porque isso é importante.

E eu gostaria de receber cópia do seu texto, Patrícia. Eu gostaria que a Comissão providenciasse uma cópia do texto para mim.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigada, Senadora, a senhora sempre presente. A Regina sempre abraça essas causas, principalmente humanas, sociais.

O Senador Hélio José quer falar, rapidamente?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não. Queria cumprimentar V. Exª, Senador Telmário Mota, pela importância desta audiência pública. Acho que esse relatório da violência contra os povos indígenas no Brasil traz temas importantes a serem analisados.

Queria cumprimentar o João Pedro pela Presidência da Funai, uma pessoa que tem uma vasta experiência nesta Casa, Senador da República, uma experiência de vida na Amazônia. Então, tem grande condição de colaborar bastante na Funai.

Quero cumprimentar o Cleber Buzatto, do Cimi. Acho que o Cimi faz um trabalho importante, que tem de ser reconhecido por todos nós. Eu acho que é um braço da Igreja Católica que vê a fraternidade e a necessidade de uma atenção maior aos povos indígenas.

A Patrícia de Mendonça Rodrigues e a Lucia Helena Vitalli Rangel são estudiosas do assunto, antropólogas. Acho importante, relevante.

O Carlos Moura é representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Roberto Terena e o Kâhu Pataxó – pronunciei correto? –, nossos dois índios.

Nós achamos fundamental esse diálogo com os indígenas. Afinal, vocês foram os primeiros povos que habitaram o nosso País. E, com certeza, têm de ser bastante respeitados e reconhecidos nos direitos que muitas vezes lhes são tirados. Eu acho que o Telmário aqui é um defensor muito grande da causa. E vocês contem com o nosso apoio nessa luta pela valorização dos indígenas. E que vocês nos ajudem a deixar claro que é possível facilitarmos o desenvolvimento, sem usurpar do povo indígena e levando condição de vida para todos.

João Paulo, quero inclusive ter a oportunidade de ir lá sentar contigo, sinceramente. A minha esposa é de Tocantínia, uma cidade do interior de Tocantins, onde 75% das terras são indígenas, índios xerentes.

Tem uma estrada fundamental – Tocantínia fica a menos de 100km de Palmas – de 8km apenas, que atravessa a tribo indígena dos xerentes. Há mais de dez anos, eles vêm enrolando para fazer esse asfaltamento, causando acidentes e prejuízos para os próprios indígenas que querem vender seus produtos. É uma situação ridícula, inexplicável. Por que isso, num país deste, em pleno Primeiro Mundo, onde os índios também, respeitando a sua cultura, precisam ser integrados à vida do mundo? Essa estrada, onde se passa todos os dias, todos os dias, causa problemas e acidentes, poluindo mais o ambiente, gerando poeira – se tivesse o asfalto, não geraria poeira. Até hoje ainda esses 8km não foram feitos. As duas pontes estão prontas, já causaram várias mortes tanto dos moradores de Tocantínia, quando de Lajeado e de outras regiões.

Eu espero agora, com uma pessoa como você, com a sensibilidade de um Parlamentar que você é, que a gente tenha condição de sentar – e vou chamar a Bancada de Tocantins para isso –, conversar com você e resolver de uma vez por todas essa questão do asfaltamento, que será importante tanto para os pobres índios xerentes – essa estrada vai facilitar muito mais para eles –, quanto para os munícipes de Tocantínia, de Lajeado e de Palmas. Esse é um pequeno exemplo.

Sei do problema dos waimiri atroari de Roraima – está aqui o nosso querido Telmário, que é de Roraima.

Eu fui Relator do projeto do linhão de transmissão de energia elétrica para a última capital brasileira que não está ligada ao sistema interligado, que é exatamente Boa Vista; a capital do nosso amigo Telmário poderia desenvolver-se muito mais se tivesse energia, se tivesse energia firme, e não flutuante, energia falha, que vem da Venezuela, dando prejuízo para o nosso País o tempo inteiro.

Então, precisamos ter uma situação de harmonia maior. E aí, João, vejo essa grata surpresa – eu nem sabia que você estava na Presidência da Funai – de você estar presidindo a Funai. Estamos aproveitando a presença do Cimi e dos antropólogos aqui para termos um diálogo mais construtivo. Não dá para continuarmos no radicalismo de uma parte e nem de outra.

Para os waimiri atroari, seria fundamental a renovação do acordo com a Eletronorte – você sabe disso –, que é fundamental para eles. Seria importante para o Estado de Roraima essa interligação com o sistema interligado. O prejuízo desse linhão que liga Manaus a Roraima é muito grande, numa área totalmente antropizada, ao lado da BR já asfaltada, que existe lá ligando Manaus a Boa Vista.

Nós temos que ver alternativas e sair dessa situação vigente que parece que nunca anda.

Por exemplo, voltando ao caso de Tocantínia: se lá for necessário um pedágio, que aquela tribo indígena tenha condição de ter um pedágio, um dinheiro para ajudar a investir, que tenha, mas que não se impeça de fazer o asfalto. Estão lá há dez anos sem fazê-lo. Inclusive, ao Cimi é necessário... Todo mundo fica acusando o Cimi e a Funai que não têm sensibilidade, que ficam entrando com embargo, embargo, embargo e levando os indígenas e a população ao prejuízo por esta questão não estar concluída.

Então, é preciso ter sensibilidade para dialogar sobre essa questão, para conversar e encaminhar de uma forma que seja boa para os povos indígenas, boa para a população, boa para o Estado, boa para todo mundo. Não dá para ficar assim: nem um lado e nem outro tem razão 100%. Todo mundo tem que ter razão no processo. Temos que chegar a um consenso.

Então, parabenizo V. Exª, Senador Telmário. E eu nem sei se esses dois assuntos que trouxe aqui estão no relatório. Como a Senadora Regina acabara de colocar, eu estava lá na Comissão de Infraestrutura e na CAE. Funcionam várias comissões ao mesmo tempo, todas fundamentais. Gostaria de estar aqui, e vim exatamente para desejar a minha solidariedade a você, que é o nosso grande representante do povo indígena aqui – a gente reconhece isso. Você tem feito vários pronunciamentos no plenário do Senado defendendo o direito dos povos indígenas. Então, não poderia deixar de estar aqui para prestigiá-lo, dizer que estamos juntos na luta e que temos de trabalhar em prol dessa situação complexa.

Obrigado. João, vou lá visitá-lo e tomar um café. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, a gente ouviu o Senador Hélio José.

Vejam a complexidade. É tanta complexidade que o João precisa cada dia mais do nosso apoio. É bom que o Senador Hélio José tenha esse sentimento, porque tudo é construção. É preciso conversar com as comunidades, sentir, ver o seu lado, ver a sua realidade. São debates que, naturalmente, às vezes trazem um bom resultado, sempre com o entendimento. Essa é a logística. Quando nós queremos a energia, quando nós queremos a estrada, abrimos o diálogo. Agora, quando os índios querem as terras deles recebem bala. Isso é ruim! Então, deveria vir também o diálogo.

Vamos ouvir o nosso representante pataxó, que vem do Estado da Bahia. Passei 14 anos na sua terra e me formei lá.

Com a palavra Kâhu Pataxó.

O SR. KÂHU PATAXÓ – (Pronuncia algumas palavras em língua indígena). Bom dia a todos. O meu nome é Kâhu Pataxó, sou líder do meu povo, o povo pataxó, presente no Estado da Bahia, no extremo sul da Bahia, onde, a história conta, ocorreu o famoso Descobrimento do Brasil. Então, posso dizer com propriedade e sentindo na pele o que é de fato a violência contra os povos indígenas no Brasil.

Queria, primeiro, Senador Mota, agradecer esse espaço para falar, mas também repudiar esta Casa na situação da polícia legislativa, que sempre trata os povos indígenas com discriminação.

Hoje, o nosso cacique foi impedido de entrar com o nosso instrumento de canto, o nosso instrumento de ritual, e esse fato é uma falta de respeito muito grande... (*Palmas.*)

...porque a gente vê muitos evangélicos entrarem aqui com suas Bíblias. Se fôssemos comparar o tamanho de uma Bíblia e o de um maracá, veríamos que, como arma, a Bíblia é muito mais perigosa, porque ela pode matar pelo seu peso.

Então, a gente gostaria que a discriminação religiosa não ocorresse nesta Casa, por meio da polícia legislativa; que fossem respeitados o uso e o costume dos povos indígenas, dos povos tradicionais. (*Palmas.*)

Dito isso, colocado o meu repúdio, gostaria de expressar a indignação com relação à violência sofrida por nossos povos indígenas, começando há 515 anos, quando os então descobridores do Brasil iniciaram um processo que até hoje permanece. Antes através do colonialismo, agora através da República, que utiliza a sua força militar, a força do Estado, para que a gente seja violentado.

Antigamente, eles utilizavam as suas capitanias hereditárias para tomar as nossas terras. Era feito dessa forma. Hoje em dia, eles dão o título para aqueles que se dizem donos, porque nós fomos retirados, e não foi de forma pacífica.

Com o povo tupinambá – isso está registrado na História –, foram colocados na beira da praia 8km de corpos, um ao lado do outro. Alguém tem ideia do que são 8km de corpos? Esse foi o início do genocídio.

Então, quando se fala da violência contra os povos indígenas, a gente vê que a violência não é só feita por aqueles que são fazendeiros, para aqueles que se dizem proprietários de nossas terras. É feita pelo Estado brasileiro, que se omite em dar uma carta declaratória, se omite em homologar uma terra indígena.

Dizia o nosso ex e para a gente sempre Governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, que é muito mais violento você se omitir de fazer do que dar solução ao problema. Ele dizia isso porque, no Estado da Bahia, com a terra Tupinambá de Olivença, iniciou-se um processo, em 2013, uma retaliação à questão da demarcação da terra tão grande que, só em 2014, de 15 indígenas assassinados na Bahia, 10 eram dentro do território Tupinambá de Olivença.

Para a gente ter uma ideia, o Estado brasileiro utilizou, primeiro, a Polícia Federal para fazer o que eles chamam de reintegração de posse dentro do nosso território e fazer uma prisão arbitrária do nosso cacique Babau. Eles utilizaram uma força tão grande que a comunidade, quando recebeu a polícia, esta estava com 20 carros, um rabecão... Para quem não sabe o que é um rabecão, é aquele carro que carrega defunto. Eles foram preparados, porque eles sabiam que iam matar. Eles estavam usando armamento de calibre .50! Nós estamos falando de calibre grosso! Eles utilizaram bombas! Então, eles foram preparados para a guerra.

A comunidade resistiu, a reintegração não foi feita, e eles pensaram que nós éramos medroso, que não éramos guerreiros, porque, se a terra é nossa, nós vamos garantir... (*Palmas.*)

...seja através da luta na Justiça, seja na luta direta, no corpo a corpo.

Não dá mais para aceitar que o Estado brasileiro envie a Força Nacional, uma força especializada, com Polícia Militar, Polícia do Exército, Polícia Federal, para ir para uma terra indígena dizendo que vai fazer a segurança. Sabe o que eles faziam todos os dias? Iam para dentro da comunidade atacar. Toda noite, todo amanhecer, a Força Nacional fazia isso. Todos os indígenas que passavam lá eles faziam questão de revistar. E era uma revista em que, por ser uma área onde chove muito, eles jogavam o indígena no chão, mandavam que ele ficasse de cara para o chão e o revistavam. O índio, indo para a escola ou para a cidade, era só lama. Essa é a forma que o Estado brasileiro trata os indígenas.

Não satisfeitos com isso, a nossa Presidente e o Estado brasileiro mandam o Exército para o território tupinambá. Gente, nós estamos falando do Exército Brasileiro, um exército que é treinado para enfrentar outras forças armadas. Eles estavam com seus fuzis, com suas escopetas, dentro da terra indígena, ameaçando a comunidade, fazendo operação dentro da comunidade. Eles entravam na mata, entravam no nosso território e saiam dentro da terra indígena, passando por dentro de tudo, ameaçando, sendo, às vezes, racistas e preconceituosos, porque, quando encontravam um indígena eles diziam piadinhas. Isso aconteceu dentro de uma terra indígena no nosso território, dentro do Estado da Bahia.

Nós temos o caso também da terra indígena Barra Velha, que é a minha terra-mãe, é a terra-mãe do povo pataxó, onde a gente nasceu, de onde a gente saiu. No ano passado, a força policial, a força federal, e uma especializada do Estado da Bahia...

(Soa a campainha.)

O SR. KÂHU PATAXÓ – ...que é a Caema (Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica), especializada em roubo a banco, foram para a terra indígena para fazer uma reintegração de posse com um aparato policial nunca visto no Estado. Eram mais de 300 homens para 20 lideranças. Só para a gente saber, dentro dessas 20 lideranças, havia crianças, porque quem estava lá era a comunidade, mas eles estavam dizendo que não, que estava uma quadrilha. Como disse a nossa liderança Terena, cacique, hoje, não é mais reconhecido como uma autoridade de Estado; é reconhecido como formador de quadrilha, no mínimo um Fernandinho Beira-Mar.

Eu digo isso porque, quando o Babau foi preso, ele foi levado simplesmente para a penitenciária de Mossoró, a penitenciária de segurança máxima onde fica o Fernandinho Beira-Mar.

É assim que as lideranças, os caciques são tratados no Estado brasileiro; é dessa forma, com essa discriminação, é desse jeito que somos tratados.

Em 1951, a força policial do Estado da Bahia dos Municípios de Prado e Porto Seguro entrou na minha aldeia, Barra Velha, e fez um massacre: estuprou nossas índias, fez escalpe dos nossos guerreiros e tocou fogo em nossas casas.

Esse é o Estado brasileiro que a gente tem.

No Estado da Bahia, nós temos outra comunidade, a de Porcos do povo xakriabá, onde a Funai não entra. Salvo engano, no ano passado, o carro da Funai foi alvejado, e a Funai não retornou até hoje à comunidade. A Polícia Federal foi comunicada. Ninguém fez nenhuma investigação.

O Padre Albanir, que fazia atendimento à comunidade, por ter uma igreja dentro do Município de Cocos, foi proibido de entrar lá. Hoje, ele não mais permanece naquela paróquia, porque simplesmente atendia à comunidade indígena. É nesse Estado brasileiro de violência que a gente vive. É essa situação que a gente vive.

O cacique hoje não permanece mais dentro da comunidade. Hoje, o cacique está sob a proteção do Estado da Bahia, vive em outra comunidade. Não vive mais dentro da comunidade de Porcos, porque a ordem que existe lá para os pistoleiros é para matá-lo se ele entrar lá. A ordem é essa.

Então, quando analisamos isso, ficamos muito preocupados com a situação.

(Soa a campainha.)

O SR. KÂHU PATAXÓ – Não somos contra o desenvolvimento e a melhoria do País. Agora, só queremos que nos respeitem.

Não dá para pensar que, simplesmente por causa de uma estrada, meu povo sofreu. Foi por causa da BR-101 e da BR-367 que as nossas índias sofreram abuso e exploração sexual; tudo por conta de uma estrada, simplesmente. Não é outra coisa, não; simplesmente estradas, onde passam caminhoneiros, pessoas que não têm respeito algum a nenhum povo, nem a elas próprias.

Então, cabe a nós simplesmente aceitar uma estrada?! A custo de quê? Será que essa estrada, de fato, vai beneficiar a comunidade? Em quê? Pedágio?! Nossa! Que a comunidade ganhe R$10 mil, R$20 mil? Isso vai ajudar realmente que a comunidade consiga se recuperar de um trauma?

Eu tenho certeza de que a exploração sexual vai acontecer como aconteceu dentro das minhas comunidades, pois a estrada traz um desenvolvimento ruim, que atrapalha, porque o Estado brasileiro nunca está preparado para fazer nenhuma intervenção antes. O Estado brasileiro está acostumado a pensar numa solução só quando o problema se instalar e depois de muitos anos instalado.

Eu conversava ontem com o Presidente da Funai sobre um território nosso que há muitos anos nenhum Presidente... Gostaria de registrar que o único Presidente, como dizemos na nossa terra, que teve "colhão" para assinar um relatório foi o João. Os presidentes anteriores não queriam assinar . Desde 2010, esse relatório estava pronto e simplesmente, por causa de uma situação política, o Presidente não assinava a carta declaratória, o relatório antropológico.

Portanto, o Estado brasileiro, com todo o respeito, é um Estado porco, porque não respeita nada: não respeita os povos tradicionais, não respeita a comunidade negra, não respeita o pobre, não respeita ninguém. O Estado sempre se utiliza das suas força e, às vezes, da sua posição como Estado para impor muitas coisas.

Um Ministro da Justiça fica muito tempo com várias cartas declaratórias – cito o caso dos tumbalalá, que é um território onde não há questionamento algum – e não assina a carta declaratória. O Ministro se omite a assinar, simplesmente porque disse que ele tem um embargo judicial para assinar qualquer tipo de carta declaratória. E para que há a AGU? Para quê? Simplesmente para dizer que existe uma Advocacia-Geral da União onde o Ministro nunca é defendido?

Então, desculpem-me estender tanto a minha fala, mas é mais do que um desabafo.

E aí, Senador, gostaria de fazer um convite: que a Comissão possa ir ao Estado da Bahia fazer uma visita a essas comunidades, a esses territórios, porque a situação é calamitosa; é emergencial uma ida lá para que a situação se resolva. Não é possível que fiquemos todo ano... A delegação pataxó e tupinambá, do extremo sul da Bahia, vem todo ano, três vezes ao ano, conversar com o Presidente da Funai, conversar com o Ministro da Justiça e com representantes da Presidência da República; todo ano é a mesma história, "nós vamos resolver, nós vamos resolver", e a gente sempre volta com o mesmo discurso. Essa situação não dá, e a gente precisa, de fato, da ajuda desta Casa, desta Comissão, para que a gente consiga resolver a situação.

E, se formos ver o custo dos nossos territórios hoje, está muito grande. E eu não estou falando do ponto de vista financeiro, estou falando do custo de vida. Foi preciso que morressem muitas lideranças, como no caso de Caramuru, para que o Supremo julgasse em 2012 – e nos foi favorável –, depois de mais de 30 anos! Lá dentro, o processo demorando... Depois da morte de Galdino, depois da morte de mais de 30 lideranças lá foi que conseguimos ganhar. Mas ganhamos parcialmente, porque hoje há várias decisões de reintegração de posse dentro do território que o Supremo disse que é nosso; reconheceu o nosso território, dizendo que o Estado da Bahia deu títulos ilegais para esse território. E aí nós vemos que, mesmo assim, não temos garantia, porque a mesma Justiça vem fazendo um processo de reintegração de posse, entregando novamente.

A gente diz – e aí aproveitando a fala do Cimi – que a 2ª Turma tem o entendimento de que a terra só pode ser tradicional se houver um esbulho possessório ou uma disputa real do território; e o genocídio a gente

não pode considerar como uma disputa? Porque a gente morre lá dentro! Dentro da minha terra lá, tem sangue do meu povo derramado por causa da luta! O povo tupinambá... Foram 8km, e isso está registrado num documento de Governo! Não é só a gente falando não, não é registro só nosso não! É dentro de documento de Governo! Está lá! Isso não é disputa? Então, isso é o quê? Como é que a gente pode ter uma Turma que entende que aqueles que tiraram a gente, há 100 anos, à base de bala, à base de punhal, à base da morte da gente é o dono real do nosso território?

Eu gostaria de colocar outro dado interessante. No Estado da Bahia, dos cerca de 21 povos, 10 são povos que não são originários do Estado da Bahia; são povos que vieram de conflitos instalados em outros Estados, e a Funai, ou de forma... Foi necessário que eles viessem para o Estado da Bahia. E aí a gente vê que a posição da Funai com relação a esses povos é de que "deixem eles lá que a gente não tem compromisso nenhum, porque eles não são deste Estado; são de outro Estado". A gente vê a omissão real do Estado com relação à questão indígena.

Gostaria de salientar também e pedir que os nossos Deputados e Senadores aqui presentes de fato nos ajudem com esse processo da PEC 215, da PEC 38, porque elas só vão promover uma coisa que o Estado sempre quis, e só era necessária uma lei para que isso pudesse ser feito, que é o genocídio. Com a PEC 215 e a PEC 38, vamos iniciar uma guerra civil no Estado brasileiro nunca vista antes.

A gente vai voltar a uma guerra civil que, com certeza, culminará na extinção dos povos indígenas do Brasil. Isso é o que a gente prevê. Se essas PECs passarem, a gente vai ser exterminado, porque, com certeza, a guerra civil vai instalar-se no Estado da Bahia.

Peço desculpas por ter-me alongado tanto, mas eu precisava fazer este desabafo.

Presidente da Funai, gostaria de convidá-lo, quando esta Comissão for lá, para o senhor fazer uma visita aos nossos territórios também. Há uma necessidade muito grande de que o Presidente da Funai veja de perto as realidades, porque fazer política indigenista de gabinete, com certeza, nunca deu certo, e a gente viu isso com os presidente anteriores. E a gente sabe, pelo menos a gente tem sentido, que o senhor tem esse compromisso de fazer uma política indigenista diferente, e a gente espera que isso ocorra de fato, porque a forma que a gente está vendo no Estado brasileiro não dá mais.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Acho que a sua fala retrata toda uma realidade que, infelizmente, não é peculiar só à Bahia. A gente vê os próprios índices negativos aqui apresentados nesse relatório do Cimi, que foi a razão desta nossa audiência. E eu acho que a fala de todo mundo contribuiu bastante. Nós vamos catalogar todas essas falas no relatório, vamos pedir uma resposta ao Ministro da Justiça, do Ministério de Direitos Humanos. E também, Patrícia, nós vamos anexar o seu relatório. Nós vamos encaminhá-lo e vamos também remeter para a Segunda Turma do Supremo Tribunal, Cleber, para também cobrarmos deles outro posicionamento.

Eu acho que o companheiro Kahú colocou bem aqui a questão do genocídio. Isso caracteriza... Quer dizer, se for esperar dali para cá, não é verdade? Então, há tudo isso. E vamos também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Claro, a proposta da Senadora é extremamente... Vai ser catalogada. Nós vamos também compensar... Eu quero que aqui a Comissão aproveite a... Que a própria Funai também nos informe as áreas que estão aí nessa situação, João, para irmos juntos aonde estiver o Ministério Público, o Supremo, de sorte que possamos agilizar; que isso não fique só no discurso, não fique na falácia, que possamos ser um braço de apoio nesse sentido. Eu vou estar empenhado nesse sentido.

A Senadora Regina fez uma colocação interessante. Também é importante que a gente acolha a fala dela e trabalhe para avançar e evitar esse genocídio, esses assassinatos, esses conflitos, porque o Brasil não é disso. O Brasil, acho, é um país sempre diferente e, se é pacífico com os outros, tem de ser pacífico com o seu próprio povo, não é? Ninguém vive em conflitos internacionais. Também não vamos ficar em conflitos internos quando há necessidade realmente de a gente agir.

Agora, naturalmente, também com relação aos Parlamentares da Bahia, nós vamos conversar: com o Walter, vamos conversar com o Otto, vamos conversar com a Senadora Lídice da Mata, que tem essa sensibilidade.

Você tem razão com relação a essas PECs. Hoje, aqui no Senado, eu posso lhe garantir que a PEC 215 tem uma quantidade de pessoas que podem rejeitá-la. Ninguém sabe na hora em que ela vier aqui como o capitalismo pode pressionar e fazer algumas modificações. Mas não há duvida: vamos estar sempre de portas abertas nesse sentido.

Eu estava também conversando aqui com o João. Ontem eu estive no BNDES. O BNDES tem ali da Noruega, tem da Alemanha, 1 bilhão ali para extrativismo. Você sabe que o meio ambiente... Em uma reserva, em uma unidade de conservação extrativista, não se perde o domínio da terra. Não se pode quebrar a biodiversidade dela. Pode-se explorá-la com turismo, com subsistência, podem-se fazer pequenas e grandes criações. Nessa área, pode-se ter agricultura, mas de forma que seja também sustentável. Então, são recursos a fundo perdido... Ouviu, João? Fundo perdido. Precisando, nós vamos ajudar.

A Funai está desaparelhada, a Funai está realmente sem essas condições. É estrutural. Acho que isso foi feito até com um certo propósito e, claro, o João agora vai ter que mendigar aqui dentro conosco, e nós vamos estar junto com ele ajudando em uma repartição melhor, quando for votado o Orçamento, para que a Funai possa receber mais recursos, para que ela possa atuar e fazer as suas operações, que muito dependem disso.

A gente vê isso muitas vezes. Por exemplo, no meu Estado, eu vejo permanentemente as comunidades irem à Funai, e há um trabalho em todos os sentidos para fazer a Funai tornar-se um órgão negativo, até perante a própria comunidade. Às vezes, chego lá, ele quer um transporte, quer isso, quer aquilo – às vezes, não está bem definido em que a Funai pode ajudar –, aí chega o político lá e diz: "Olha, você não tem isso? Você não tem gado? Você não tem transporte? Você não tem estrada? Você não tem escola? A Funai, cadê a Funai?".

Então, quer dizer, como se a Funai fosse um monstro.

Eu sempre tenho dito e disse muito na minha comunidade, onde tive 90% dos votos indígenas. Lá são 18 mil; dá para eleger dois federais. Não elegeram porque ainda estão desorganizados, mas eu tenho muita gratidão e tive uma votação maciça dentro das comunidades.

Mas 13% dos votos do Estado são indígenas. Então, tem muito peso, há muitas condições de fazer.

Mas o que acontece?

Eu dizia que a Funai é para as comunidades indígenas como um esteio é para uma casa: se derrubar a Funai, cai, quebra tudo. Ela precisa mesmo mudar o seu foco indigenista. O João está muito atento a isso, está ouvindo, já está tendo essas diretrizes, essa coragem. E eu queria também, cumprimentando-o, sugerir uma audiência. Eu queria depois que você passasse para nós as comunidades que precisam da presença desta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos. Quero aqui já fazer uma convocação para irmos à Bahia, a essas localidades de atrito, onde está havendo os atritos, convidando o próprio Presidente da Funai para ir conosco, o João, para, *in loco*, convidarmos os órgãos competentes. Vamos, junto com a Comissão do Senado, convidar as pessoas.

E, com relação à polícia legislativa, sempre acontece isso. Infelizmente, isso acontece. Se fosse o presidente de um banco internacional, passaria com toda a segurança, com tudo. No Dia do Índio, aqui, nós quebramos esse protocolo, e todo mundo entrou: as 81 vagas do Senado foram ocupadas por indígenas; todo mundo teve voz. Tivemos, na ocasião, a oportunidade de quebrar um pouco esse protocolo que ainda discrimina os companheiros, os parentes indígenas.

Mas eu queria agradecer aqui a presença de todos. Daqui, dá para sair um bom caminho, dá para sair conteúdos suficientes para a gente abraçar essa causa, uma causa que é triste, porque se trata de fazer uma reunião desse tamanho para discutir exatamente a violência. É a violência contra um povo que já não merecia estar na pauta da violência; deveria estar na pauta do amor, na pauta da construção, na pauta do atendimento.

E, também, o que se viu aqui, João – e aí a Funai também tem de cobrar um pouco –, é a questão da saúde indígena. Os DSEIs (Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena) hoje recebem uma quantidade enorme de dinheiro e são manipulados politicamente – eu tiro isso pelo meu Estado. Até, um dia desses, grandes empresários se mataram lá, por causa do transporte aéreo dos ianomamis, porque, se estão se matando os milionários por causa disso, é porque há muito dinheiro ali.

Então, isso tem que ser visto. Às vezes, o dinheiro está se perdendo com a logística, criada burocraticamente para desviar recursos, para alimentar a corrupção, e, verdadeiramente, a saúde não está chegando. Hoje, graças a Deus os indígenas estão com médicos dos 34 DSEIs por causa do Programa Mais Médicos, que é um programa fantástico da Presidente Dilma. Se não fosse o Mais Médicos, continuavam esses DSEIs sem médico assistindo, ou, então, estariam usando ali a Medicina municipal, de uma carência enorme, que os próprios Municípios não teriam condições de estar ocupando.

Então, o Programa Mais Médicos vem aí atendendo 63 milhões de brasileiros, mais de quatro mil Municípios, mais de 18 mil médicos, num programa em que a Presidenta foi extremamente atacada, de forma cruel e covarde – a gente sabe por que e sabe quais são as empresas. Hoje, está aí atendendo, de forma mais humanizada, a saúde. Está chegando às pessoas mais carentes. E as comunidades indígenas, principalmente, hoje, se têm a presença de um médico, isso é graças, um pouco, a esse Programa Mais Médicos. No entanto, não precisavam do Programa Mais Médicos, porque o dinheiro hoje disponibilizado nos DSEIs é muito.

Agora, ele se perde muito, como eu falei, na parte logística, na parte burocrática e também, infelizmente, na corrupção.

Eu tenho cobrado isso. Aonde as denuncias têm chegado, eu tenho cobrado do Ministério, tenho cobrado do Ministério Público, tenho cobrado dos órgãos competentes, porque não é esse o propósito do Governo. Aí é fácil depois jogar pedra no Governo e dizer que o PT é um governo isso ou aquilo. Ora, o Governo abre o caminho, agora falta os órgãos fiscalizarem. Aí ficam pegando um e outro e fazendo alguns bodes expiatórios.

Então, fica aqui a nossa gratidão por todos que aqui estiveram, contribuíram e somaram, e quero aqui colocar muito mais para todos os órgãos que estiveram aqui e para as comunidades indígenas: o nosso gabinete está sempre de portas abertas para defendermos as nossas causas.

Eu tenho esse compromisso. Nós temos aqui um Estatuto do Índio há mais de 20 anos parado. Eu tenho a intenção... Todos os estatutos já passaram, o estatuto de tudo aqui no mundo já passou. O do índio está há 20 anos – viu João? Então, eu quero ser um braço de apoio. Eu queria aqui pedir ao Deputado... Está parado ali na Câmara, mas nós vamos falar ali com o imperador, que agora a Câmara Federal tem um imperador, para ver se o imperador libera; se cai nas graças dele também liberar. O que é para tirar do trabalhador o imperador faz andar; agora, quando é para ajudar a sociedade, o imperador bota debaixo de um cofre e joga a chave no mato.

Opa, obrigado, muito obrigado aqui.

Então, encerramos aqui esta reunião e muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 08 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores: Jorge Viana, Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Hélio José. O Presidente declara aberta a Reunião e convida para compor a mesa o Comandante do Exército, General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. O Presidente comunica que recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Aroldo Cedraz, cópia do acórdão que trata da auditoria realizada com o objetivo de avaliar – um tema muito caro ao Comandante Villas Bôas – aspectos da governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, a fim de apresentar sugestões para o aprimoramento da atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública. Passa-se a pauta. PAUTA - (AUDIÊNCIA PÚBLICA) para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. O Presidente concede a palavra ao General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas para a sua exposição. Usa a palavra os Senadores José Agripino, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Ana Amélia e Edison Lobão. O Presidente entrega ao Comandante do Exército material impresso contendo perguntas recebidas por meio do *e cidadania*. O Presidente concede a palavra ao Comandante do Exército para expor suas considerações finais. O Presidente registra a presença da Deputada Jô Moraes, do Deputado Jair Bolsonaro e também das seguintes autoridades do Exército Brasileiro: General-de-Divisão Tomás Miguel Miné Ribeiro, General-de-Brigada Lélio Soares de Andrade, General-de-Exército Sinclair Mayer, o Coronel Fernando Telles Ferreira Bandeira, o Coronel Marco Aurélio de Almeida Rosa e o Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes, Assessor Parlamentar do Exército. Audiência Pública realizada. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Delibera-se então o EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 72, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que "Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com objetivo de debater situações e soluções na questão da perda de arrecadação de produtos contrabandeados que entram no Brasil por falta de fiscalização das fronteiras e quais as possibilidades de ampliação da Operação Ágata, do Ministério da Defesa". Convidados: Ministro da Defesa do Brasil, Senhor Jaques Wagner e Secretário da Receita Federal do Brasil, Senhor Jorge Rachid. O Presidente propõe a convite também do Diretor-Geral da ABIN, Senhor Wilson Roberto Trezza. Aprovado o requerimento com a inclusão do convite ao Diretor-Geral da ABIN. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 71, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que "Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater a atuação do Brasil frente ao fenômeno migratório de refugiados nos últimos meses, em vários países da Europa e também para o Brasil. Além de expor esse panorama atual, o objetivo é conhecer as ações que estão sendo feitas após o acolhimento dessas pessoas no país, sobretudo no tocante à sua inserção social e profissional." Convidados: Sr. Gilberto José Spier Vargas – Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); • Sr. Paulo Guerra - Representante do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça (MJ); • Sr. Andrés Ramirez – Representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); • Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes (MDS); • Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); • Representante do Ministério das Relações Exteriores. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Para deliberação da ata, precisaremos de mais um tempo.

Esta reunião tem a finalidade de ouvirmos o Comandante do Exército a respeito dos projetos estratégicos da sua área, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Chamo para tomar assento à mesa o Exmo Sr. General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu informo, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, que recebi do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Aroldo Cedraz, cópia do acórdão que trata da auditoria realizada com o objetivo de avaliar – um tema muito caro ao Comandante Villas Bôas – aspectos da governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, a fim de apresentar sugestões para o aprimoramento da atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública.

Eu informo que esse acórdão do TCU está à disposição dos Senadores na Secretaria da Comissão.

Eu passo a palavra ao General Villas Bôas, Comandante do Exército, então, para sua exposição inicial, por 30 minutos.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Exmo Sr. Aloysio Nunes, em nome do Exército e em meu próprio nome, quero agradecer por esta oportunidade de vir expor o meu trabalho e tudo que diz respeito à instituição que eu comando, uma oportunidade extremamente desejada por qualquer comandante de Força. Isto é extremamente realizador, porque a defesa será tão mais forte quanto mais forte for a participação de todos os demais setores da sociedade, e esta é a instância que tem a capacidade de fazer esta integração e promover ambientes para que ela se processe, pois também a defesa será tão mais forte quanto mais forte for a participação da área industrial, das empresas, da área de tecnologia, da área acadêmica, da área social, e, como eu disse, cabe ao Congresso, ao Parlamento, promover essa integração.

Antes, uma contextualização da situação estratégica do Brasil no que diz respeito à segurança e à defesa.

O Brasil é, hoje, a oitava economia do mundo, um país que vai assumindo um protagonismo e vai alargando a sua área de interesse estratégico e que, em consequência, necessita dispor de capacidade de projeção de poder, de se fazer presente dentro dessa área de interesse estratégico, e, dentro dessa projeção de poder, logicamente, é necessária a projeção de Força. Temos, por exemplo, Força atuando no Haiti. É a presença brasileira no Haiti, por meio do vetor militar. Temos Força presente no Líbano e temos uma forte presença em vários países da África também por meio de observadores, de Força de Paz, de comandante de força de pacificação no Congo e assim por diante.

Para este País, que é um protagonista mundial, nós precisamos de Forças Armadas modernas, com grande capacidade de rápida geração de força de projeção. Para atender essa necessidade, o Exército segue o que se convencionou chamar de "Processo de Transformação".

Além das capacidades operacionais, ele também visa proporcionar algo que é o mais importante efeito a ser produzido pela estrutura de defesa, que é a capacidade de dissuasão. Hoje, temos um caso contemporâneo que demonstra bem os problemas que ocorrem pela perda de um poder de dissuasão, no caso do contexto europeu, da Otan. A Rússia está com liberdade de ação para agir no que diz respeito aos problemas relativos à Ucrânia, à Geórgia e a outros países. O Embaixador da Geórgia esteve aqui recentemente. A própria Otan já está recomendando aos países a elevação de 1,5% para 2% do Produto Interno Bruto no contexto da defesa. Então, essa é uma vertente que nós temos que perseguir.

Para essa dissuasão, são fundamentais os grandes projetos, como o do submarino atômico, o do caça da Aeronáutica, o dos tanques do Exército, da artilharia antiaérea, dos foguetes. Essa estrutura é a base de tudo, é o ponto de partida de tudo, são as grandes capacidades que as Forças Armadas precisam desenvolver.

Paralelamente, somos um país que, em pleno século XXI, oitava economia, protagonista mundial, ainda tem metade do seu território não ocupada, não integrada, um país com grandes desigualdades sociais e regionais e grandes espaços vazios, com déficit de soberania...

Para cobrir isso, as Forças Armadas são fundamentais. Muitas vezes, são as Forças Armadas a única possibilidade de atendimento de demandas essenciais da população. As Forças Armadas são a única possibilidade de delimitação do espaço da soberania brasileira, de manutenção de estabilidade. Essas necessidades nós atendemos por meio do que chamamos de estratégia da presença, ou seja, buscar uma capilaridade por meio da qual... Isso é até uma herança dos portugueses. Eu soube ontem – há um trabalho sendo feito – que os portugueses estabeleceram mais de mil fortes no território nacional.

Essa concepção...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Alguns ainda estão de pé.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Alguns estão de pé.

O colono tinha que ser soldado e o soldado tinha que ser colono. Graças a isso, Portugal, um país pequenininho, rompeu a Linha de Tordesilhas e foi capaz de conquistar, ocupar e manter integridade e a soberania de todo esse território. Então, essa concepção da presença nós herdamos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E conseguiu defender a Amazônia.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – E conseguiu defender a Amazônia, realmente.

Paralelamente a esses dois, em função da nossa conjuntura social e econômica, as Forças Armadas têm sido chamadas a uma participação importante no que diz respeito a outros aspectos que não seriam próprios de Forças Armadas, como a própria segurança pública, papel que desempenhamos nas fronteiras, por exemplo, e mesmo para proporcionar pacificação e estabilização de áreas convulsionadas, como fizemos recentemente no Rio de janeiro, na Comunidade do Alemão e na Comunidade da Maré, e também no atendimento a catástrofes, calamidades e assim por diante.

As Forças Armadas têm também um papel importante também na contribuição para o desenvolvimento nacional. No caso específico, um dos vetores mais fortes é exatamente no que diz respeito à indústria de defesa, que é o que vamos abordar aqui, rapidamente.

Desculpem-me por saturá-los com dados. Vou apresentar a nossa participação nessa área, nossos projetos estratégicos. Eu trouxe aqui, Senador, alguns oficiais que são executivos nessas áreas. Então, se o senhor permitir, eventualmente, algum dado técnico, eu vou solicitar que eles complementem, porque alguma coisa pode fugir a minha percepção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, fique à vontade.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Nós temos sete projetos estratégicos que nós chamamos de indutores da transformação. Por que eles são indutores? Eles têm uma grande capacidade de mobilização de outras áreas, principalmente da área tecnológica. Eles têm um grande arrasto e geram um efeito direto e indireto de uma multiplicação e de crescimento exponencial de setores que estão agregados e que eles mobilizam. Eles geram o que nós chamamos de capacidades sistêmicas.

O primeiro deles é o sistema Astros. Eu me referi há pouco à capacidade de dissuasão que o País precisa ter. Hoje, mísseis e foguetes são fundamentais para que se tenha essa capacidade de dissuasão.

O sistema Astros, desenvolvido por uma empresa nacional, a Avibrás, essencialmente nacional, trata de lançadores de foguetes, lançadores múltiplos de foguetes para saturação de área. Como eu disse que ele tem uma capacidade de arrasto, a partir desses foguetes estão sendo desenvolvidos mísseis de 300km.

Ele tem um forte conteúdo nacional, 80%. São 60 empresas envolvidas, gerando 7.700 empregos diretos. Estamos, a partir dele, desenvolvendo um míssil de cruzeiro de 300km de alcance, com grande potencial de exportação – é tradicional, inclusive, a exportação desse material –, que exige mão de obra especializada, como de resto ocorre com toda a indústria de defesa, porque ela é muito densa em tecnologia. E ele vai nos proporcionar esse domínio de navegação de mísseis que nenhum país do Hemisfério Sul possui. Ao consolidar isso, o Brasil será o único a ter essa capacidade.

Aí estão algumas das empresas envolvidas. É lógico que cada uma dessas grandes empresas tem uma rede de fornecedores. Então, há uma capilarização nisso.

No que diz respeito ao orçamento, depois eu vou explicar melhor os números, mas o projeto total é de R$1,4 bilhão. A previsão inicial de encerramento dele era para 2018. Com os números atuais, seu encerramento foi adiado para 2023.

Nós já aplicamos 42% dos recursos previstos.

Aqui está a sequência, a série de que dispusemos.

Esse projeto é um dos mais ameaçados agora, na conjuntura orçamentária, e tem um potencial de exportação. Então, tem-se feito um...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe-me a interrupção, General, mas esse deslocamento no tempo não traz o risco de obsolescência tecnológica?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O senhor tocou no ponto chave, Senador, porque, como essas tecnologias são críticas, elas se tornam obsoletas com muita rapidez. Estes são efeitos extremamente negativos: a perda de capital intelectual e a obsolescência das tecnologias já desenvolvidas.

Aqui está outro projeto fundamental para nós. Essa é uma viatura blindada. Ele não é um tanque, mas uma viatura blindada para transporte de pessoas. Aqui dentro ele transporta 13 militares, 13 combatentes. São três da guarnição e 9 ou 10 de um grupo de combate.

No combate moderno, de grande intensidade e muito poder de fogo, não cabe mais a realização de deslocamento em viaturas abertas. Então, sempre tem que haver a proteção blindada.

Esse blindado está sendo desenvolvido com vistas a equipar todo o Exército Brasileiro. Serão cerca de 1.200 blindados como esse.

Temos torres de metralhadora e torre de canhão também produzidas aqui, por empresas nacionais. Então, além do blindado propriamente dito, ainda há todo um complexo de outras tecnologias que estão aqui inseridas, como sistema de radar, sistema de comando e controle, guiagem de fogos e o próprio sistema de armas, que dependem e também se ressentem dos atrasos que o projeto vai sofrendo. As empresas estruturam-se com vistas a uma demanda que lhes foi assinalada e, depois, têm dificuldades para manter essa estrutura e reter a mão de obra, equipes.

Ele tem forte componente nacional, 90%. Esse blindado é curioso. Esse tipo de blindado... O moderno tem oito rodas. E quando, no Brasil, se concebeu o desenvolvimento dele, muita gente criticou: "Esse é um blindado de seis rodas, é um blindado atrasado. Ele tem uma silhueta muito alta!" Pois esses são considerados hoje os pontos fortes que o estão tornando atrativo, atraente para a exportação, porque ele é um blindado leve e, como tem silhueta alta, oferece uma proteção excelente em relação a algo extremamente perigoso hoje, que são os explosivos improvisados, as minas, as maiores preocupações nos conflitos modernos.

Então, são 50 empresas envolvidas. E nós precisamos ter uma produção anual mínima de 60 para que a empresa se mantenha.

São 2.890 mil empregos gerados e ele tem um grande potencial de exportação. A partir dele, pretendemos desenvolver e incorporar novas tecnologias. Vamos, aí sim, passar para o carro de oito rodas e também para um carro mais leve, de quatro rodas, capaz de entrar nesses espaços nossos aqui, em localidades como essas comunidades em que temos operado. Temos sentido falta disso para a proteção do nosso pessoal. Então, ele é o ponto de partida para o desenvolvimento bem amplo de novas tecnologias, de novos produtos.

Aí estão as empresas que participam dele, e a Iveco é a principal.

Deveríamos estar com ele concluído em 2031, mas o prazo foi ajustado para 2035, um prazo mais largo, bem mais largo. Com as estimativas que temos das próximas dotações orçamentárias, vai se alargar. Recebemos, até agora, apenas 3,7% dos recursos. O total é de R$17 bilhões, mas recebemos apenas R$634 milhões até agora.

Estamos fazendo um esforço grande, o Ministro da Defesa, Jaques Wagner, está fazendo um esforço grande. Ele tem viajado para proporcionar a exportação. Ele próprio esteve na Arábia Saudita e esteve agora no Líbano, e a intenção sempre é a de proporcionar as vendas externas.

Agora, sobre o Projeto Sisfron.

Nós temos 17 mil quilômetros de fronteiras, temos fronteiras com países produtores de cocaína e maconha. Na outra audiência de que tive a honra de participar, eu disse que a Polícia Federal estima que 80% da criminalidade urbana está ligada direta ou indiretamente à droga. Aqueles meninos que vimos nos arrastões do último fim de semana no Rio de Janeiro estão ali furtando um celular ou alguma outra coisa, com certeza, para trocar por droga.

Já conversamos, o Senador Aloysio e eu, sobre a necessidade de pensar seriamente nessa questão do narcotráfico, um problema seriíssimo, que está sem visibilidade, e os órgãos federais que têm responsabilidade sobre isso estão descoordenados. A própria Polícia Federal tem dificuldade. A Polícia Federal, pelos seus efetivos, tem, na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, na chamada Cabeça do Cachorro, uma rota importante de entrada, tem apenas dois agentes.

E há uma descoordenação muito grande entre todos os órgãos que participam disso. Estamos sem uma visão geral do processo, de todo o processo, que vem desde a origem, da produção, nos países vizinhos. E isso tem, inclusive, componentes culturais: a cocaína, por exemplo, faz parte da cultura e dos hábitos das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Saindo do Altiplano.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – E foi desenvolvida já a variedade de coca adaptada ao clima quente úmido da Amazônia Baixa. Então, a produção da coca está se aproximando da nossa fronteira. E o Comando Militar da Amazônia já erradicou pequenas tentativas de plantação de cocaína. Precisamos ter muito atenção em relação a isso.

As grandes organizações criminosas dos grandes centros já estão presentes na Amazônia. Elas fazem intermediação dos cartéis internacionais com as áreas de consumo nos grandes centros. E já existe, junto à nossa fronteira, a presença de cartéis mexicanos com um *modus operandi* extremamente violento e com grande capacidade de contaminação de instituições.

Se me perguntarem qual é a maior ameaça para o Brasil hoje, eu direi que é o narcotráfico. Eu fico muito preocupado com a possibilidade de caminharmos na direção de países que hoje estão vivendo um problema seriíssimo.

O Sisfron tem três sistemas: um sistema de vigilância na faixa de fronteira propriamente dita, de censores, de radares, de veículos não tripulados e outros tipos de equipamentos, um sistema de comando e controle e

um sistema operacional. São as unidades... Se nós temos capacidade de dar um alerta em tempo real, temos que ter a mesma capacidade de, operacionalmente, atender com rapidez.

O Sisfron é desenvolvido por duas subsidiárias da Embraer, tem 80% de conteúdo nacional e muitas tecnologias críticas. Aqui, por exemplo, tecnologias de radar. Cinco ou seis países no mundo dominam tecnologia de radar, e o Brasil está consolidando essa tecnologia, com 26 empresas envolvidas.

Estima-se que, por ano, o Brasil esteja gastando R$56 bilhões com compra de drogas. A Polícia Federal – ainda recorrendo à Polícia Federal – estima que haja dois milhões de viciados em *crack* em nosso País. Se cada viciado em *crack* consumir um grama de cocaína por dia, são duas toneladas de cocaína por dia só para isso. Além das perdas decorrentes da cocaína, ainda há o contrabando. Se nós somarmos as despesas com a droga e com o contrabando, esse sistema se pagará rapidamente.

Ele tem um forte componente interagência, porque, na verdade, é um sistema que não visa a apoiar as operações do Exército. O Exército visa a disponibilizar um sistema de inteligência de comando e controle e integração de operações para que todos os órgãos necessitados que têm missões específicas venham a dele fazer uso. E aí nós temos os órgãos policiais: Polícia Federal, Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Força Nacional de Segurança Pública, os órgãos ambientais, os órgãos que tratam de índios, os órgãos de vigilância sanitária.

E o alcance desse projeto é fantástico! Fantástico! Eu gostaria de convidá-los – nós nos disponibilizamos para isto – para, no momento em que puderem, Senadores, irem a Dourados, onde ele já está implantado – estamos concluindo a implantação –, para os senhores entenderem.

Para terem uma ideia, o preço da terra naquela região já subiu, pela segurança com que estão vivendo. Mato Grosso do Sul está na iminência de ter certificação de área livre de aftosa porque há uma ferramenta de vigilância sanitária fantástica. E vai haver uma grande contribuição para a educação, uma grande contribuição para a saúde. Então, é um espectro muito amplo de efeitos que esse...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Existe algum projeto piloto já montado?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – A implantação do projeto piloto, com caráter experimental, foi feita no Mato Grosso do Sul. Estamos concluindo, esperamos poder concluir este ano e já, a partir do próximo ano, ampliarmos para Mato Grosso e Rondônia. Para o Sul – e tenho que fazer uma homenagem ao Estado do Paraná –, não estava previsto, mas houve uma forte mobilização no Estado do Paraná, envolvendo todas as esferas de governo e as empresas, que se mobilizaram, com emendas no Orçamento, e a próxima fase também vai contemplar o Estado do Paraná.

Essas são as principais empresas, o consórcio de empresas subsidiárias da Embraer e várias outras que participam.

Eu aqui fiz referência à importância dos projetos que possuem efeito de dissuasão. São os mais importantes. Agora, eu diria que, hoje, este é o processo mais necessário à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Sisfron?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O Sisfron.

Quando vemos notícias de jornal na área policial e problemas mais sérios, o Sisfron acaba aparecendo como resposta para todos esses problemas.

Nós fomos à região do Mato Grosso. Levamos o Ministro Jaques Wagner para conhecer, e eu disse a ele: "É bom o senhor se enfronhar bem do Sisfron porque, nas entrevistas que vai dar, o senhor vai precisar dele para apresentar as respostas". E, efetivamente, foi assim: "Ministro, há um aumento do consumo de drogas e do tráfico de drogas...". Aí ele respondia: "Estamos desenvolvendo o Sisfron". "Mas e o contrabando?" Ele respondia: "Estamos desenvolvendo o Sisfron". Então, realmente, o Sisfron tem esse efeito muito importante.

É um projeto para ser implantado em dez anos, da ordem de R$10 bilhões, mas aplicamos só 7,2% disso até agora.

Outro projeto importante – eu me referi à questão de dissuasão – é o Defesa Antiaérea, importantíssimo, por exemplo, agora, nos grandes eventos. Nós o usamos muito na Copa e ele vai ser muito importante nas Olimpíadas. Basicamente, são dois subsistemas: as armas, de vários tipos, e os sistemas de aquisição de alvo, de monitoramento, os radares de vigilância, monitoramento, aquisição de alvo e de guiagem. Esses sistemas é que são o cerne desse projeto e esses sistemas nós estamos desenvolvendo no Brasil.

Fiz referência ao radar da empresa Bradar. Esse é um radar de vigilância de 60km. A partir dele, está sendo concluído o desenvolvimento de um radar para 200km e também um radar de vigilância terrestre. Todos servirão também ao Sisfron. Estamos desenvolvendo isso tudo no Brasil, o que nos torna parte de um número bem restrito de países que dominam essas tecnologias.

Estamos trabalhando também no desenvolvimento de armas, mas as de que dispomos hoje são importadas. Aquele é russo, o outro é sueco e esse é um canhão antiaéreo alemão. Uma curiosidade: a Alemanha nos vendeu porque o estava considerando obsoleto e se arrependeu. Ela quase o pediu de volta, exatamente pela necessidade de recuperar a musculatura diante dos problemas que estão enfrentando na Europa.

Então, aí está a Defesa Antiaérea, um conteúdo praticamente nacional, com 40 empresas envolvidas, 2.300 empregos e a questão do radar a que me referi.

Essa área da eletrônica, vamos dizer assim, tem intercessão também no Sisfron e na proteção de infraestruturas estratégicas, que é outro projeto que vou mostrar em seguida.

Então, aqui estão as empresas que estão envolvidas, as grandes empresas.

Uma curiosidade sobre empresas de defesa: eu me debrucei sobre a composição acionária das empresas de defesa da Europa e vi que é extremamente difícil a gente definir qual a nacionalidade da empresa, porque todas têm participação acionária umas nas outras, inclusive os próprios países, como a França, que tem um forte componente de nacionalização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E não existem restrições de transferência tecnológica?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Existem. Essa é a grande questão. Isso é o que torna a tecnologia crítica. Ninguém transfere tecnologia de radar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim. Mas nós podemos ter a participação de uma empresa, digamos, norte-americana nesse projeto sem ter algum tipo de entendimento com os Estados Unidos sobre transferência de tecnologia?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O fornecimento do sistema ou do equipamento já traz embutidas dentro de si as restrições que os governos correspondentes estabelecem.

Então, está aqui a Defesa Antiaérea.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – General, permita-me fazer uma observação.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Pois não. Por favor, Senador. Prazer em vê-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu estive, no começo deste ano, na Normandia, vendo os pontos de desembarque da Segunda Guerra Mundial. O senhor mostrou aqui carro de combate de três eixos com pneu e eu disse ao Senador Tasso que vi lá os tanques. E, a propósito da tecnologia, sabe qual é o motor dos tanques? Cadillac, fabricado em 1942, que deu origem à General Motors e à marca de luxo, superluxo. O ícone da indústria de luxo americana começou com o motor Cadillac dos tanques de guerra, dos Tigers. Então, nesse negócio de tecnologia, você tem a origem e tem a evolução.

Eu estava vendo essas construções todas: isso tudo é processo de desenvolvimento tecnológico com consequência para a economia nacional. O senhor não mencionou isso, mas isso tudo é matriz de geração de conteúdo tecnológico aproveitável no futuro em usos que não se pode nem imaginar, que nem se imagina, a começar pelos tanques de guerra. Eu dizia ao Senador Tasso uma curiosidade, e quero até saber do senhor: esses tanques alemães Gepard...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Leopard.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Leopard.

O senhor sabe qual era a média de consumo de combustível de um tanque de guerra dos que desembarcaram na Normandia?

Para o senhor ter uma ideia da quantidade de combustível que tinha de desembarcar no Porto de Mulberry que eles montaram, peça de encaixe, coisa dos ingleses, o tanque de guerra, para rodar um quilômetro, consumia 4,8 litros de gasolina. Eram 4,8 litros de gasolina para rodar um quilômetro. Você imagina a quantidade de combustível para que aqueles tanques pudessem deslocar Europa adentro.

É só uma observação aqui de conteúdo interessante sobre as observações que o senhor está fazendo e sobre a preocupação do Senador Aloysio Nunes.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado, Senador.

O senhor chamou a atenção para um aspecto muito importante: as tecnologias de defesa de hoje têm um caráter dual, essencialmente dual. Assim como se aplicam a sistemas e armas, aplicam-se também a produtos de consumo em geral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Bom, estamos apenas com 5,3% dos recursos previstos originalmente.

Outro projeto fundamental é o da defesa cibernética, decorrente do que a estratégia nacional de defesa de 2008 estabeleceu como grandes áreas estratégicas, definindo as responsabilidades: o sistema espacial com a Aeronáutica, o nuclear com a Marinha e o cibernético com o Exército.

Quanto a esse sistema de defesa cibernética, para vocês terem uma ideia, na Copa do Mundo foram neutralizados 756 ataques cibernéticos contra os sistemas que estavam sendo utilizados diretamente.

No Brasil, ocorrem, mais ou menos, 1,6 milhão de ataques a sistema cibernético por ano, sendo 51% deles contra *sites* do Governo.

Temos aí 25 empresas envolvidas, que vão proporcionar segurança de rede, visando proporcionar a capacitação para setores cibernéticos e visando, principalmente, a segurança das infraestruturas críticas. No setor elétrico, por exemplo, vocês imaginem um blecaute no País provocado por um ataque ao sistema elétrico, e outros. Estes são apenas os principais.

Este projeto envolve muito as universidades, como, por exemplo, a própria UnB, e algumas empresas têm um interesse muito grande, como a Itaipu, que tem sido uma parceira importante no desenvolvimento de tecnologias e até de capacitação de mão de obra.

Era para estarmos com ele pronto no ano passado, em 2014, mas a série orçamentária está empurrando para 2017. De todos, é o que teve até agora a menor... Nós já aplicamos, hoje, em 2015, 57% dos recursos originais, um total, até agora, de R$216 milhões, sendo que o total dele é de R$400 milhões, mais ou menos.

Esse programa de nome esquisito é a Obtenção da Capacidade Operacional Plena, que visa atender todo o restante. Então, por exemplo, nós ainda usamos um fuzil automático leve, o FAL. Qualquer pessoa aqui que tenha servido o Exército, por mais antigo que seja, utilizou esse fuzil. É um fuzil que está com 50 ou 60 anos.

A Imbel desenvolveu um novo fuzil de nível equivalente aos melhores do mundo, e até agora produzimos 3.150 deles, mas a previsão é de produzirmos 100 mil para dotarmos todo o Exército, e os fuzileiros navais também estão interessados nele.

E aí está todo o sistema de mobilidade: viaturas, helicópteros, lanchas, embarcações... São 30 empresas envolvidas. E aí também está todo o equipamento, o equipamento individual, armas, munições, sistema de comando e controle, sistema de engenharia. Enfim, todo o restante do Exército é contemplado por ele.

Esse projeto é muito importante porque dele depende o adestramento das nossas unidades operacionais. Se não dispusermos de quantidade no nível mínimo e se esse material não tiver tecnologias modernas o suficiente para nos manter habilitados a operar e a, rapidamente, nos permitir evoluirmos, no caso de necessidade, para sistemas mais complexos...

A gama de empresas realmente é enorme.

Esse é um que está sofrendo o maior prejuízo, o que nos preocupa muito. Inicialmente, a conclusão dele, com a concepção que havíamos estabelecido, os parâmetros tecnológicos que havíamos estabelecido, seria em 2022. Agora, vai ter que se estender para 2035. E aqui incide muito fortemente aquela questão da obsolescência da tecnologia que está sendo utilizada.

Uma história interessante. Na Guerra das Malvinas, os argentinos começaram a utilizar, como um das poucas alternativas que tinham para fazer face à frota inglesa, os mísseis Exocet. A Inglaterra pressionou a França e obteve os códigos de decifração dos foguetes e, com isso, conseguiu neutralizar os explosivos dos foguetes. Então, vejam a questão da importância de se dominar, de se ter a autonomia tecnologia para fazer face às suas ameaças.

Estamos apenas com 7,5% dos recursos originais.

E o Sistema Proteger é um sistema extremamente amplo. Nós podemos dizer que é quase um Sisfron para todo o Território nacional, porque ele visa à proteção das infraestruturas estratégicas. Por exemplo, eu preciso proteger a represa de Itaipu. Todas as linhas de transmissão, todas as represas, enfim, toda essa estrutura precisa ter um mínimo de proteção. Por exemplo, na Copa do Mundo, nos grandes eventos, sempre há um componente... A maior parte nosso efetivo talvez seja empregada na manutenção da segurança das infraestruturas estratégicas dos locais onde vão ocorrer eventos ou que tenham influência sobre o evento. Então, nós temos que proteger uma linha de transmissão ou uma usina de geração de energia que esteja distante mas que tenha reflexo na sede, no local onde se desenvolvem os eventos.

Esse sistema tem um forte componente tecnológico e vai se utilizar também de todos aqueles recursos de vigilância, de radares etc. São 600 estruturas estratégicas terrestres, 20 agências envolvidas e 18 centros de operações e 3.700 Municípios. Dois outros vetores vão nos proporcionar um melhor atendimento: atendimento de desastres naturais e proteção ao meio ambiente, impedir o desflorestamento. Também está sendo adiado para 2.035, com apenas 5,1% dos recursos empregados.

Concluindo, explicando essa transparência, que discrimina cada um dos projetos, temos autorizados para este ano R$171 milhões, tínhamos R$119 milhões só de Restos a Pagar, tínhamos R$119, e os compromissos

assumidos para este ano eram de R$250 milhões. Era disto que a empresa precisava para não descontinuar o projeto. Então, estamos com um déficit de R$200 milhões.

Vou começar de trás para a frente.

Isto é o que deveríamos pagar este ano, vamos dizer assim, os compromissos assumidos. Além dos R$250 milhões, ainda tínhamos atrasados R$119 milhões, e o nosso autorizado para este ano é R$171 milhões. Estamos com um déficit de, praticamente, R$200 milhões. Isso era o que era previsto nas emendas e no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E esses restos a pagar correspondem a compromissos já assumidos, que têm que ser pagos, não tem jeito.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Compromissos já assumidos e que a empresa já cumpriu a sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O fornecedor está esperando receber.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Nós estamos dando calote. É dívida. É isso mesmo.

Então, é a mesma coisa que acontece: no Guarani, um déficit de R$100 milhões; no Astros, R$164 milhões.

Eu me esqueci de salientar um aspecto importante. Esses três projetos, dentre os sete, foram incluídos no PAC de defesa. Os outros quatro não estão no PAC, mas também estão sofrendo do mesmo efeito.

Rapidamente. Perdemos capacidade de pagamento, atrasamos os projetos, os custos, naturalmente, aumentaram, em decorrência da interrupção e, depois, necessidade de retomada, com comprometimento de qualidade e prazo, perda da capacidade de investimento, perda de mercado, que é outro aspecto importantíssimo, porque é observado como uma certificação. Quando se coloca no mercado um produto de defesa, a primeira pergunta que o demandante faz é: "O Exército do seu país está usando?" Essa é a primeira pergunta e é básica. Se não está usando, esqueça, muda de assunto.

Então, perda de tecnologias nacionais e inovadoras. Nós nos atrasamos tecnologicamente, as obras de engenharia também se atrasam, causando redução de empregos. E o mais importante é a perda do capital intelectual, das pessoas que o desenvolvem.

Além desses, temos outros projetos estruturantes. São projetos transversais.

Estamos implantando o Polo de Ciência e Tecnologia em Guaratiba, no Rio de Janeiro, para ser um *pool* de empresas de tecnologia associadas a isso.

Está presente, à esquerda do Deputado Bolsonaro, o General Mayer, que é o gerente desse projeto de grande alcance. E aí temos a parte de logística, de engenharia, de educação e cultura, na área de doutrina. Esse "Força da nossa Força" é para a parte de assistência ao pessoal. Estamos buscando forte componente de racionalização de processo em gestão e em inovação para fazer face às restrições orçamentárias. O Amazônia Protegida sempre é uma prioridade nossa, Governança de TI e um novo Sistema de Operações Militares Terrestres.

Esse é o último eslaide.

O orçamento influi nos projetos estratégicos, que, por sua vez, vão impactar a transformação da força, aquela parte de capacidades operacionais e dissuasão, a proteção da sociedade, tanto na parte de garantia da lei e da ordem e de paz social, quanto no atendimento a catástrofes e na proteção de fronteiras também, e toda a Base Industrial de Defesa, que poderá proporcionar independência tecnológica, com um produto de alto valor agregado e empregos qualificados com os seus efeitos.

Senador, muito obrigado.

Era isto que eu tinha para apresentar.

Agora, eu me coloco à disposição de todos para aprofundarmos alguns temas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, General Villas Bôas.

É a segunda vez que o General comparece à Comissão, sempre com uma exposição altamente elucidativa e instigante, com aspectos preocupantes também, especialmente no que diz respeito ao atraso na consecução de projetos vitais não apenas para a nossa defesa, mas também para o conjunto da economia brasileira, com enormes repercussões sobre o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento da nossa Base Industrial de Defesa, enfim. Mas isso será esmiuçado agora, na intervenção dos Senadores aqui presentes.

Saúdo a presença do Deputado Bolsonaro.

Eu queria registrar a presença das seguintes autoridades do Exército Brasileiro: General-de-Divisão Tomás Miguel Miné Ribeiro, General-de-Brigada Lélio Soares de Andrade, General-de-Exército Sinclair Mayer, o Coronel Fernando Telles Ferreira Bandeira, o Coronel Marco Aurélio de Almeida Rosa e o Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes, Assessor Parlamentar do Exército, sempre muito presente aqui nos trabalhos da nossa Comissão.

Está inscrito em primeiro lugar o autor do requerimento para esta audiência pública, que é o Senador Ferraço.

Na quinta-feira passada, nós tivemos uma audiência pública também muito interessante, que foi presidida pelo nosso querido Senador Lasier, em que ouvimos representantes da indústria brasileira de defesa, tema central da política pública que a nossa Comissão está examinando este ano, sob a relatoria do Senador Ferraço.

Também tivemos, General Villas Bôas, uma reunião, nessa segunda-feira, na Fiesp, em São Paulo. Estavam presentes o Senador Ferraço, o Senador Jorge Viana, a Senadora Ana Amélia. Ali estava presente praticamente a totalidade do PIB brasileiro em matéria da indústria de defesa. E todos ali muito preocupados com a situação de descontinuidade e dos atrasos nos projetos estratégicos, que mobilizam uma quantidade enorme de empresas, algumas grandes, como a Embraer, e empresas, às vezes, pequenas, de 4 ou 5 pessoas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – *Startups*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – *Startups*, empresas incubadas, que precisam receber em dia, precisam que seus compromissos sejam honrados em dia, porque são empresas apenas de mão de obra, de mão de obra altamente especializada. Se você desmantela uma equipe dessa, para recompô-la depois é muito difícil.

Então, saímos daquela reunião da Fiesp esclarecidos, com uma visão do outro lado da história, não só do lado do Governo, mas também do lado empresarial, com dados que vão compondo um quadro bastante preocupante que será objeto do relatório do Senador Ferraço.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, só para pedir desculpas para sair.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador Jorge Viana. A palavra é de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não poderia sair, embora volte já, sem pedir desculpas ao General Villas Bôas e agradecer a maneira como ele trabalha, lidera e nos deixa atualizados.

Eu só queria dizer que tenho uma audiência agora com o Ministro Eduardo Braga sobre os apagões que estamos tendo no Acre e em Rondônia. Fui eu que pedi a audiência para a Bancada do Acre e de Rondônia. Vou ter que sair, mas volto a tempo para falar após os colegas.

Então, peço para ficar para o final da lista. Eu volto a tempo.

Muito obrigado, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Garantida a sua palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, só quero pedir minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, General Villas Bôas, Comandante do Exército, senhores oficiais do Exército, que nos honram aqui na Comissão de Defesa do Senado da República, quero dizer que é sempre uma alegria receber aqui o General Villas Bôas, que é portador de um currículo extraordinário, ao longo de uma extensa jornada que o fez Comandante do Exército. Falo isto sinceramente, com muito respeito e de maneira muito franca, pelo reconhecimento que todos têm pela trajetória de S. Exª e por ter chegado onde chegou com muito esforço, muita luta, muita disciplina, muito estudo, para poder hoje ter a honra de ser o Comandante do nosso glorioso Exército Brasileiro.

A minha tarefa aqui, Sr. Comandante, não é uma tarefa fácil. Fui designado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira para que nós pudéssemos, ao longo de 2015, considerando que essa foi a tarefa, que essa foi a prioridade que estabeleceu esta Comissão, passar em revista tantos projetos e programas que foram estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa, que nos levou à aprovação do Livro Branco de Defesa Nacional, no momento em que nós tivemos uma forte e importante inflexão sob o comando e a liderança do nosso Ministro Nelson Jobim, que, a meu juízo, fez a diferença como Ministro da Defesa e legou todo um projeto, todo um planejamento, toda uma estratégia, que, seguramente, teve a participação das nossas Forças, e isso representou, naquele momento, uma expectativa muito grande em todos nós e, quero crer, também nas Forças Armadas.

O Ministro Jobim, à época, inaugurou o novo paradigma, incorporando a perspectiva e a possibilidade de nós vermos ressuscitar a Base Industrial de Defesa do nosso País, considerando que os países civilizados, há muito, já identificaram nesse tipo de atividade uma atividade não apenas importante para a manutenção da nossa unidade, para a manutenção de todos os esforços e atividades que estão vinculados as nossa Forças, mas para que o Brasil visse com os olhos aquilo que outros países já viram, que a Base Industrial de Defesa pode ser um importante componente de geração de inovação, de tecnologia, de oportunidades.

Foi um momento muito rico porque um conjunto grande empresas brasileiras, grandes, médias, pequenas, *startups*, como disse o Senador Aloysio Nunes, acreditaram no Governo, se organizaram, se mobilizaram,

fizeram alianças internas, alianças internacionais, e, sinceramente, o arranjo hoje está com a brocha na mão, o arranjo hoje está, literalmente, com a brocha na não.

Nós ouvimos a esse depoimento na última segunda-feira, na Fiesp, onde tivemos a oportunidade, sob a liderança do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de reunir todo o arranjo produtivo da base industrial de defesa do nosso País, que representa algo em torno aí de 3,7% do nosso Produto Interno Bruto. Portanto, nós estamos falando de projetos ousados, projetos inovadores, projetos com enorme capacidade de impactar a nossa realidade.

Em 2016, o Livro Branco terá que ser revisto, de acordo com a determinação da Lei Complementar nº 136. E esta Comissão se antecipa a essa revisão para que a gente possa fazer um sobrevoo, revisitar tudo aquilo que foi planejado, tudo aquilo que foi programado, e, na prática, nós estamos diante de um colapso em torno dos projetos e dos programas que foram estabelecidos como prioridades.

O Exército Brasileiro, em bom tempo, colocou de pé um dos programas que eu acho mais importantes na história do Exército Brasileiro e do Estado brasileiro – isso não é um programa de governo, mas um programa de Estado –, que é o sistema de monitoramento das nossas fronteiras.

É sabido por todos que o consumo e o tráfico de drogas estão no centro do problema da criminalidade, dos indicadores de violência e de homicídios em nosso País, dessa epidemia e guerra que estão estabelecidas em nosso País. Portanto, esse é um projeto e é um programa que dialoga com o dia a dia da sociedade brasileira. E V. Exª, na sua apresentação, reconheceu a importância desse projeto para um controle eficiente, dinâmico, inteligente das nossas fronteiras, dos nossos quase 16 mil quilômetros de fronteira seca na nossa fronteira oeste.

O fato objetivo é que nós fizemos aqui uma breve avaliação: o Sisfron foi projetado para ser implantado em dez anos, mas, considerando a manutenção desse fluxo financeiro e orçamentário, ele não será implantado em 60 anos.

Vou repetir: com a manutenção desse cronograma físico-financeiro, com esse ritmo de desembolso por parte do Estado brasileiro, esse programa não será implantado em 60 anos. Esse programa se transformou, portanto, numa ficção, porque em lugar nenhum do mundo um programa, um projeto como esse, que é tido como prioridade... Que prioridade é essa que leva 60 anos para ser implantada, enquanto as famílias brasileiras estão mergulhadas numa crise que não tem sentido, em função dessas drogas que não são fabricadas aqui, que são produzidas e fabricadas nas nossas fronteiras? Que tipo de prioridade o Estado brasileiro está dando à segurança pública se não prioriza um projeto como esse?

Nós deveríamos estar aplicando, de acordo com o programa da Estratégia Nacional de Defesa, R$1 bilhão por ano. Estamos aplicando pouco mais de R$100 milhões. E isso não é, sinceramente, consequência da desorganização fiscal que o Brasil está vivendo. Antes mesmo desse período – sejamos muito sinceros –, se nós formos observar o desembolso que aconteceu em 2012 e em 2013, esse desembolso também estava muito aquém daquele que estava programado e planejado. E eu, sinceramente, não vejo da parte das Forças e não vejo da parte do Ministério da Defesa... Aliás, vejo muito pouco envolvimento do Ministro da Defesa com as questões relacionadas à defesa nacional. Eu vejo o Ministro muito mais envolvido com questões políticas do que com o diálogo e com o debate sobre esse colapso que está acontecendo na nossa Base Industrial de Defesa.

Nós estamos preparando um relatório para entregar à sociedade e vamos ser absolutamente verdadeiros no que se refere a esse desmonte que nós estamos vendo em torno desse projeto, desse programa, que, me perdoem, se transformou num programa *PowerPoint*, um programa que aceita tudo, sendo que, na prática, nada acontece. E eu não vejo uma indignação ninguém se manifestando sobre isso que está acontecendo. É como se fosse normal. Não é normal! E a minha tarefa é colocar no papel tudo isso que estou vendo.

Então, a presença de V. Exª aqui é muito rica e muito importante para nós, porque nós estamos com muitas frentes abertas no Exército, nós estamos com muitas frentes abertas na Marinha, com muitas frente abertas na Aeronáutica, mas chegou o momento de pensarmos se não é o caso de priorizarmos as nossas ações, para que possamos ter princípio, meio e fim no Sisfron, que é o mais importante dos projetos para a sociedade brasileira.

Volto a repetir: ele dialoga com o tema que é central para o dia a dia dos brasileiros, que é a segurança pública. Nós vamos continuar combatendo o tráfico de drogas nas cidades, se nós podemos e devemos combater o tráfico de drogas lá na fronteira? É lá que está o crime transnacional, não apenas o tráfico de drogas, de armas, mas esses crimes...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... todos transnacionais, que continuam a se fazer presentes, no dia a dia da agenda brasileira, sem que isso revele algum nível de indignação.

Então, nós estamos precisando desse diálogo com o comando do Exército, porque nós sabemos que o comando do Exército não tem responsabilidade direta, efetivamente, nem indireta, com essa desorganização, que foi produto e resultado dessa orgia fiscal, em que mergulharam o nosso País.

Então, muito mais do que perguntar, eu quero fazer essa manifestação, como representante da sociedade brasileira e como cidadão, por entender que, nesse processo de debate que estamos fazendo aqui, é muito importante que possamos manter esse diálogo com V. Exª, que sempre esteve aberto, inclusive de maneira muito franca. A apresentação de V. Exª é muito clara, é muito objetiva, dá o tom do nível de colapso que os investimentos da Defesa estão vivendo.

Sinceramente, eu estou tentando, por exemplo, Presidente, há três semanas, falar com o Ministro da Defesa, para que nós possamos constituir um grupo técnico, para podermos avaliar esses problemas todos, mas nem resposta eu recebo, porque também acho que o Ministro – sinceramente, perdoem-me a ausência – está muito pouco preocupado com essas questões, tamanho o desmonte que está acontecendo nesses programas todos. Esse Sisfron, programado para 10 anos, Sr. Presidente, ser implantado em 60, desculpe-me, isso é uma bofetada na cara da sociedade brasileira, é falta de respeito, inclusive conosco, Congressistas, que aprovamos aqui esse Livro Branco e esse planejamento.

Então, a minha manifestação aqui é em tom de indignação, de desabafo, porque percebo que as coisas vão de mal a pior. Essa que é a verdade, e não há nada tão ruim que não possa piorar. Então, quando eu vejo aqui um programa como esse, que tem, no seu núcleo, o combate aos crimes transnacionais de nossa fronteira, ser adiado por 60 anos... A manutenção, Senador Tasso Jereissati, desse desembolso financeiro, orçamentário, é disso que se trata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Comandante. É sempre uma alegria ter V. Exª aqui conosco para debater assuntos da maior relevância não para o Exército, para o Estado brasileiro e para a sociedade brasileira.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Obrigado, Senador, pelas palavra pessoais. Quero cumprimentá-lo e agradecer a V. Ex ªpelo seu comprometimento com os temas relativos à defesa.

Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos juntar as perguntas.

O Senador Lasier está inscrito, por favor.

Em seguida, estará V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, em primeiro lugar, uma saudação muito particular ao nosso Comandante Eduardo Villas Bôas, do qual nós, gaúchos, temos muito orgulho por ser nosso conterrâneo.

Quando citamos as grandes autoridades do Brasil, e, há poucos dias, o jornal *Zero Hora* destacava as grandes autoridades brasileiras, tantas são do Rio Grande do Sul, o General Eduardo Villas Bôas tem um belíssimo conceito em nosso Estado e brasileiro.

É natural de Cruz Alta e, pelo seu currículo, desde os 16 anos de idade, o Comandante Eduardo Villas Bôas tem a sua vida totalmente dedicada ao Exército.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E colorado, como V. Exª. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, se eu já era admirador do General, muito mais, e é uma pena, Comandante Eduardo, que o nosso time esteja tão ruim, como ainda mostrou na partida de ontem à noite contra o Palmeiras

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho bom mudarmos o rumo da prosa, hein? (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato, mas temos história, já fomos campeões de tudo, já fomos campeões do mundo de futebol.

Comandante Eduardo Villas Bôas, o nosso brilhante colega Ricardo Ferraço fez uma explanação aqui muito profunda e muito autêntica, ele que é uma das grandes expressões e das preocupações com a nossa defesa nacional.

A sua vinda aqui era muito esperada, porque tínhamos grandes curiosidades em saber sobre esta verdadeira guerra que o Brasil trava – e até agora perdendo essa guerra – com relação ao narcotráfico. Não se diga que o Brasil não vive em guerra com ninguém; ao contrário, o Brasil vive uma terrível guerra contra o narcotráfico.

E eu anotei frases suas aqui que, certamente, terão eco por parte desta Comissão de Defesa e Relações Exteriores, porque, afinal, V. Exª é uma autoridade, e o que V. Exª diz a gente marca. V. Exª disse aqui que a maior ameaça para o Brasil é o narcotráfico; não é corrupção, que é um dos grandes males, mas que vem sendo combatida pelo Judiciário. Pena que agora tenham inventado de redistribuir as responsabilidades conforme decisão do Supremo, ontem, o que nos preocupa muito, mas esse é um outro assunto.

V. Exª disse aqui também que 2 milhões de viciados em *crack* estão no Brasil e que isso significa um consumo de duas toneladas de cocaína por dia. E nós não conseguimos frear esse flagelo, cuidando das fronteiras, porque esse belíssimo plano estratégico que V. Exª nos apresentou e que condiz com o seu preparo e com a sua competência, por falta de recursos...– aquilo que o nosso Senador Ferraço delineou aqui: é porque não

há prioridade. O Senador Ferraço tem sido persistente aqui nesta Comissão, como, ainda na semana passada, quando estiveram aqui autoridades da Defesa e com relação ao Projeto Ciência sem Fronteiras. O Senador Ferraço tem batido muito nessa tecla. A implantação do Sisfron era para ser em 10 anos, e, hoje, o Senador Ferraço provoca aqui dizendo que é uma ficção e que vai há 60 anos.

Então, eu vou na mesma linha do que lhe foi questionado anteriormente. O que dá para o Exército fazer com os recursos, com as possibilidades, com os déficits? V. Exª falou aqui que estamos com um déficit de R$200 milhões, o que já identifica um calote por parte do Exército: não vem conseguindo cumprir as suas obrigações, pagar as suas dívidas. Então, nós bem imaginamos, com a responsabilidade que V. Exª tem, com os ideais que V. Exª cultiva, a aflição. O que dá para fazer? Porque nós estamos perdendo essa guerra do narcotráfico, desses 17 mil quilômetros de fronteira. A Polícia Federal não dá conta porque vive também com deficiências reconhecidas nacionalmente.

Então, essa é a pergunta que não quer calar, e não apenas um, dois ou três Senadores aqui presentes a fazem. O Brasil faz essa pergunta. É a aflição de famílias e famílias da sociedade brasileira, e isso está em grande parte em suas mãos.

Era a questão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, primeiro, agradecer pela belíssima apresentação, mostrando com números precisos as dificuldades que estão sendo enfrentadas pelo Exército brasileiro em relação aos projetos estratégicos para o nosso sistema de Defesa.

Eu queria, em primeiro lugar, aqui, dizer que corroboro as palavras do Senador Ricardo Ferraço em relação à necessidade de pressionarmos o Governo Federal, através desta Comissão e do Senado Federal, no sentido de haver um olhar mais atencioso para com esses projetos e para a definição de prioridades que possam assegurar a continuidade de projetos tão estratégicos e tão importantes para o futuro e para a segurança nacional.

Mas quero aqui também trazer uma palavra em favor do Ministro da Defesa, o Ministro Jaques Wagner, que foi Governador da Bahia por oito anos, fez um belo trabalho na Bahia. Eu acho que nunca é demais fazer política. Política é sempre bom fazer, sobretudo no momento de crise econômica, social, ética que estamos enfrentando, e uma das virtudes da Liderança do Ministro Jaques Wagner é justamente estar aberto para o diálogo político.

Eu acho que é preciso fazer essa aproximação e entender por que essa distância do Ministro Wagner...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª podia nos ajudar então porque nós não estamos conseguindo. Talvez o prestígio que V. Exª tem e que eu não tenho possa ajudar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu o farei com muito gosto, mas...

Não, acho que V. Exª tem todo o prestígio como Relator deste tema, designado que foi pelo nosso Presidente, mas acho que é preciso aproximar, promover esse diálogo, essa interação, para que o trabalho de V. Exª possa alcançar os objetivos que todos nós desejamos.

Sr. Presidente, acabei de dar entrada num requerimento e queria que V. Exª pudesse fazer a leitura ainda na reunião de hoje, porque eu também não entendo como é que foram suspensas as operações da denominada Operação Ágata do Exército Brasileiro.

Foi publicado pela *Folha de S. Paulo* no dia 19 de setembro deste mês a paralisação ou a suspensão da Operação Ágata, e essa iniciativa tem-se demonstrado muito eficiente na arrecadação de impostos federais. Foi feito um estudo, um trabalho, através do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, o Idesf, que mostra que, ao longo dos dias em que ocorre a operação Ágata, ocorre um incremento na receita do Imposto sobre Produtos Industrializados e de Imposto de Importação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador, desculpe-me a falta de informação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O que é essa operação?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A Operação Ágata é a fiscalização das nossas fronteiras, feita em conjunto com as Forças Armadas brasileiras durante determinados dias. Normalmente, dura de nove a doze dias uma operação dessas, a um custo baixíssimo.

Aqui existem indicações de que uma operação dessas, sem computar os salários dos efetivos militares envolvidos, é da ordem de R$16 milhões. Elas foram suspensas, e os estudos mostram que essa operação contribui com a arrecadação adicional de R$3 bilhões ao ano – R$3 bilhões ao ano. Então, mostra-se que, no período em que essas operações foram realizadas, ela contribuiu não só para o controle da fronteira, mas sobretudo

para coibir o contrabando. Não só o narcotráfico, mas também o contrabando e a gente está sendo informado de que, em função da crise fiscal e orçamentária, essas operações estão suspensas. Chegaram a ser realizadas duas, três operações por ano; nos últimos dois anos, foi só uma, e, agora, está suspensa. Então, é uma situação em que se precisa colocar um olhar.

O meu requerimento, Sr. Presidente, é no sentido de podermos chamar aqui o Ministro da Defesa e também o Secretário da Receita Federal. Nós não podemos aceitar isso. Se a operação produz e tem um efeito tão importante do ponto de vista da arrecadação e nós estamos enfrentando uma crise fiscal, então temos que ter... Antes de discutirmos aqui aumento de impostos, cortes em programas estratégicos, como é que vamos abrir mão de uma receita que está, digamos assim, sendo esquecida, que está sendo relegada.

Essa é a minha sugestão. Eu me coloco na defesa dessa importante indústria que é a indústria de defesa do Brasil. Acho que ela está ameaçada. Ouvimos relatos, sobretudo do Senador Ricardo Ferraço, com quem compartilhamos uma audiência pública no Rio de Janeiro sobre a questão da política de energia, e ele relatou as dificuldades enfrentadas pelo setor.

Então, estamos solidários, Comandante. Pode contar com o respaldo desta Comissão, dos Senadores que estão interessados em chamar a atenção do Governo Federal para que essa política possa merecer a priorização de que necessita.

É evidente que o ambiente é de escassez de recursos. É evidente que cortes haverá de haver nos próximos anos, mas nós não podemos mutilar os programas a fim de inviabilizá-los. O relato de V. Exª é de que a situação caminha para uma inviabilização. E o Senador Ricardo Ferraço foi além. Segundo S. Exª, os programas estão se transformando em verdadeiros PowerPoints.

Então, é preciso que possamos chamar a atenção para esta realidade e, por meio do respaldo parlamentar, do apoio político do Congresso Nacional, termos outra postura, outra atitude por parte do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Fernando Bezerra, há o requerimento de V. Exª que vou submeter à deliberação da Comissão logo após o encerramento da audiência pública. E, se o senhor me permite acrescentar mais um convidado, além do Ministro Jaques Wagner e do Secretário Geral da Receita, o Diretor-Geral da Abin, Agência Brasileira de Inteligência.

Muito bem. Antes de passar a palavra ao General Vilas Boas para as suas considerações finais, se não houver mais nenhum inscrito...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu gostaria brevemente, Sr. Presidente, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro! V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, General Vilas Bôas, o Exército brasileiro tem tido um papel de protagonismo político no Brasil ao longo da sua história. Isso é um fato conhecido: Marechal Deodoro e muitos. Eu entendo que a presença do Exército é benfazeja dentro do interesse nacional. Eu tenho muito respeito pelos militares em geral. Exército, Marinha e Aeronáutica são constituídos de pessoas disciplinadas. Eu costumo que a diplomacia e as Forças Armadas são a burocracia que podia servir de espelho ao desejável em matéria de serviço público no Brasil, pelo respeito à hierarquia, pela disciplina, pelo caráter e padrão ético respeitável.

São considerações que eu faço de coração aberto, tranquilamente, até porque eu acho isso há muito tempo.

Os militares tiveram, num passado recente, um protagonismo político que, na minha opinião, é página virada, é coisa superada, é coisa do passado. Mas os senhores existem e são considerados. E o senhor está hoje aqui fazendo, mais uma vez, uma bonita exposição, mostrando o *link* entre a ação do Exército e o padrão de desenvolvimento do Brasil, do que o Brasil pode ser, das relações que o Brasil tem com o resto do mundo, da interface da produção bélica do Brasil exportada para o resto do mundo, um contexto bastante arejado e interessante em matéria de mérito de apreciação.

Nos movimentos de rua, aqui e acolá, aparecem umas pessoas pedindo: "Voltem os militares! Voltem os militares!" Essa é uma realidade. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Eu acho que não é a vocação do Exército. É a minha opinião. Mas o Exército tem o papel fundamental de equilíbrio da sociedade, e as pessoas se lembram, em certos momentos de que aquilo ali é uma tábua de salvação, é uma âncora, é um dado a ser consultado.

Eu gostaria de saber algo, feitas as considerações e renovando minha posição pessoal. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, as Forças Armadas têm um papel preponderante na história política do Brasil. São atores políticos que, em muitos momentos, tiveram um protagonismo muito presente. Acho que, para o mundo moderno, esse tempo passou; veio o regime democrático. Mas isso não significa dizer que os senhores não tenham responsabilidade sobre o País, que vive hoje uma crise política, econômica e moral muito grave, muito profunda.

Permita-me a franqueza. Eu gostaria de conhecer o pensamento de V. Exª com relação ao País de hoje e o papel das Forças Armadas dentro do contexto político que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Aloysio, General Eduardo Villas Bôas, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu confesso que desconhecia esse grau de inadimplência que existe entre o Governo Federal, o Sisfron e os planos estratégicos do Exército de maneira geral, mas principalmente em relação ao Sisfron.

O relato que fazem aqui os Senadores Ferraço e Fernando Bezerra é realmente dramático. A única pergunta que eu poderia fazer a V. Exª é: em que esta Comissão pode apoiar V. Exª neste momento para que essa situação seja revertida? Ela tem que ser revertida.

Como o Senador Agripino perguntou a opinião de V. Exª sobre o cenário nacional, eu queria saber o inverso: a sua visão sobre como nós, aqui, podemos reverter essa tendência, que realmente é dramática.

Se eu fosse elencar três grandes ou principais problemas brasileiros, nenhum seria econômico – seria corrupção, incompetência e violência. Esses três problemas têm de ser combatidos. O resto se resolve como consequência.

Um deles, nós estamos vendo, claramente, que não está sendo combatido conforme se poderia fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Senadora Ana Amélia, para encerrar a rodada de intervenção dos Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, caros colegas Senadores, é uma alegria enorme reencontrar aqui o nosso Comandante-Geral do Exército, Vilas Bôas.

Eu até sou suspeita para falar, porque, como conterrânea do Rio Grande do Sul, acho que estamos muito bem – só falta a Marinha ser lá do Rio Grande, porque a Aeronáutica e o Exército já são. Com todo respeito a São Paulo, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, a Pernambuco e ao Espírito Santo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Só falta V. Exª falar que também é colorada. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para aliviar as tensões.

General Villas Bôas, foi editado o Decreto nº 8.515, de 2015, falando sobre a competência do Ministro da Defesa para a questão relacionada à promoção na área militar.

O Ministro Nelson Jobim, ex-Ministro da Defesa, do alto do seu conhecimento jurídico...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Gaúcho também. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada. Não tinha me dado conta desse detalhe.

Ele fez um primoroso artigo no jornal *Zero Hora* sobre este tema, mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Juridicamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim, juridicamente, a inviabilidade, a incorreção, a falta de razão, eu diria, para se tocar em um assunto que não tinha como mexer; um decreto imexível, uma situação imexível.

A gente recebeu informações, e eu quero saber se esse tema está pacificado e se já foi adequadamente resolvido. Aqui se tratou muito com o Senador Jorge Viana, o Senador Aloysio e o Senador Ferraço, que é o Relator das questões escolhidas como demanda prioritária da Comissão de Relações Exteriores, que trata, exatamente, das prioridades nos investimentos na área de Defesa. Eu entendo Defesa como investimento, como inovação tecnológica. Não se pode imaginar Defesa apenas como preparação para guerra, não.

Lá em São Paulo, na reunião com o Comdefesa, que é o comitê que trata da indústria da Defesa, algumas coisas muito graves foram reveladas. Uma delas foi a limitação dos recursos orçamentários em áreas fundamentais, como é o Sisfron, por exemplo.

Eu sou de um Estado de fronteira com Argentina e Uruguai, como o Senador Lasier. Preocupa-nos muito a questão do Sisfron, mais ainda na região da tríplice fronteira, aqui na região do Paraguai e Argentina, e na Amazônia. Então, isso é grave.

Aqui debatemos a questão de drogas, e a Polícia Federal disse que, se houvesse um recurso maior, poderia triplicar ou quadruplicar a apreensão de drogas e armas na fronteira.

A indústria de armas no Rio Grande do Sul está sofrendo penosamente, porque houve uma determinação da Camex (Câmara de Comércio Exterior), aumentando o imposto da exportação de armas produzidas no Rio Grande do Sul, que é um Estado legalista, para a América Latina. Parece que o conceito é o medo de que essas armas voltem para o Território brasileiro. Por que voltam? Porque o Sisfron não está funcionando, porque não há recursos, porque o sistema de fronteira é um queijo suíço.

Então, eu queria só ponderar essa questão, agravada ainda pela área mais sensível de todas, que é a área da guerra cibernética. Essa é uma área em que o Brasil está perdendo a guerra. Perdeu! Fizemos um carnaval

com a história da NSA (National Security Agency), com a invasão, quando o Snowden revelou o que havia sido feito. Invadiram as mensagens da Presidente da República! A Presidente adiou uma visita aos Estados Unidos em protesto – fez muito bem! – e obteve a acolhida desta Comissão. Mas os investimentos na área cibernética, General Villas Bôas, são absolutamente irrisórios, dada a gravidade.

Nós acompanhamos de fora China e Estados Unidos em relação não só à questão institucional, mas também do poder, da defesa do poder, da área militar, da área civil, da área do governo. E as nossas empresas? E a Petrobras? E todas as empresas brasileiras do setor privado que não estão protegidas nessa guerra?

Então, são essas as ponderações.

Cumprimento V. Exª pelo brilho, pela competência e pela dignidade que dá ao cargo que ocupa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Comandante Villas Bôas, para responder às indagações e às observações dos Senadores, eu queria me referir às perguntas que nos chegaram aqui através da participação popular. Algumas já foram respondidas.

A pergunta do Cláudio da Cunha e Silva Filho a respeito de quais são os grandes desafios para a Defesa Nacional, especialmente para o Exército, já foi respondida na exposição inicial do General, que já se encontra na página da Comissão.

Há também uma pergunta do Francisco Alves de Oliveira sobre a necessidade da instalação de equipamento nas estradas brasileiras para detectar armas e drogas. Essa questão também já foi respondida, quando o General se referiu ao Sisfron.

Há duas outras perguntas que já passei ao General, sendo que uma delas foi formulada também pela Senadora Ana Amélia a respeito do famoso decreto.

A outra pergunta é sobre salário, no momento em que o Congresso está discutindo a fixação de salário de algumas categorias do serviço público que têm forte poder de mobilização e são fortemente organizadas, algumas delas muito estridentes, até com apoio de vuvuzelas. A pergunta que chega aqui a respeito da situação salarial é do Marcus Araújo. As Forças Armadas são disciplinadas, são discretas, mas os militares, como todos, precisam de salário para poder viver. Se nós compararmos o grau de qualificação dos nossos militares com aquilo que é exigido para o mercado de trabalho fora do âmbito das Forças Armadas, nós veremos que há uma disparidade muito grande.

Muito bem. Formuladas essas perguntas, eu passo a palavra, para as suas considerações finais e para a resposta abrangente ao que foi colocado aqui, ao General Villas Bôas.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quinze minutos serão suficientes, General?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, senhor. Acredito que sim.

Eu queria agradecer às senhoras e aos senhores a presença, o interesse e as palavras que nos dedicaram.

Nós estamos verificando que há um certo aparelhamento por parte do Rio Grande do Sul, dos gaúchos aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – No bom sentido e para o bem do País.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – No bom sentido, é claro.

Eu vou me permitir, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um momento só.

Quero registrar também, com muita alegria, a presença entre nós da Deputada Jô Moraes, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Uma grande amiga, que tem nos ajudado muito.

Obrigado pela sua presença, Deputada.

Eu vou me permitir, Senador, começar pelo final, abordando a questão do Senador Agripino e a da Senadora Ana Amélia.

Há pessoas com cartazes pedindo a volta dos militares. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Os militares já estão presentes fazendo aquilo o que a Constituição...

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O senhor definiu tudo e respondeu o que eu ia dizer.

Na verdade, na nossa sociedade hoje, os valores estão estiolados; perdeu-se muito isso. E ainda incorporamos um forte componente de politicamente correto, que eu acho que tem sido um problema, porque tem sido a nata na superfície do pensamento da sociedade brasileira, que tem dificultado o surgimento de soluções concretas para os nossos problemas.

Então, quando eu vejo as pessoas com cartazes pedindo volta das Forças Armadas, eu não acredito que estejam pedindo o governo militar. Eu acho que estão reclamando valores, que, em função das circunstâncias,

da natureza da profissão, da sua atividade, os militares acabam encarnando. É dessa forma que eu entendo isso. O nosso País está absolutamente maduro, as instituições funcionando perfeitamente bem, com seus espaços de atuação definidos, com um sistema de pesos e contrapesos que dispensa a sociedade de ser tutelada.

E nós estabelecemos, dentro do Exército, três preocupações principais, três vetores neste momento que estamos vivendo. Não estamos absolutamente insensíveis e alheios ao que está se passando, porque as Forças Armadas, assim como o Congresso, correspondem a um corte vertical da sociedade brasileira. Quer dizer, temos essa sensibilidade em nossos ambientes de origem e de convivência.

Então, a nossa primeira preocupação é com a manutenção da estabilidade, e não só manter a estabilidade como também de nós próprios não sermos causadores de alguma instabilidade em algum momento ou em qualquer nível. Procuramos manter uma total isenção e equidistância de todos os atores que se estão movimentando em busca de soluções e saídas para essa crise.

Essa é a primeira questão, estabilidade. A segunda é legalidade. Qualquer atuação do Exército, em qualquer nível ou em qualquer circunstância será sempre com absoluta observância dos preceitos legais. Terceiro, a credibilidade, essencial para nós, credibilidade que nos é proporcionada por essa manutenção da estabilidade, por atuar sempre dentro do espaço de legalidade e, também, pelo índice de credibilidade que a sociedade brasileira nos atribui, sempre nos colocando em primeiro lugar junto com a Marinha e a Força Aérea.

E, por último, muito importante, essa credibilidade vem, também, essencialmente da coesão das Forças Armadas. Temos de ser identificados como bloco coeso, jamais passível de sofrer qualquer fratura vertical ou horizontal. Então, nisso é o que nós estamos nos empenhando intensamente, e, às vezes, me perguntam o que as Forças Armadas vão fazer. Eu digo para lerem o art. 142 da Constituição, que estabelece, exatamente, o que as Forças Armadas vão fazer.

O Brasil é um país maduro, que, como eu disse, não precisa a sociedade ser tutelada. Então, essa é a nossa visão, Senador, da crise e a visão de como procuramos ajudar para atravessar este momento.

A Senadora Ana Amélia fez uma pergunta sobre o Decreto nº 8.515, e já há uma pergunta pela internet sobre isso. Esse decreto diz respeito à delegação da Presidente e atribuições aos comandantes de Força no que diz respeito à administração de pessoal em geral.

Havia um decreto anterior à criação do Ministério da Defesa, anterior a 1999 portanto, que delegava da Presidência da República, do Presidente da República para os ministros das Forças essas atribuições. É lógico que havia necessidade de ser corrigido esse aspecto a partir da criação do Ministério da Defesa.

Em 2013, o Ministério da Defesa criou uma comissão para propor uma nova redação, e foi apresentada uma nova redação que manteve os comandantes de Força como os delegados pela Presidente.

Esse decreto foi mandado para Casa Civil, e a assessoria jurídica da Casa Civil constatou que era uma impropriedade, porque, na verdade, a Presidente deveria delegar ao Ministro da Defesa para que ele fizesse a subdelegação.

Eles corrigiram isso, e aí houve uma descoordenação, porque, de repente, surgiu esse decreto sem que ninguém fosse informado, algo que tinha sido tratado em 2013. Parece-me que nem o Ministro sabia; nós, os comandantes de Força, não sabíamos. O Ministro estava no exterior, o nome da assinatura constou como assinatura eletrônica do Comandante da Marinha, que também não sabia.

Esse problema surgiu no dia 3 de setembro. No dia 7 de setembro, nós nos encontramos no desfile, falamos com o Ministro Jaques Wagner, que disse que iria reeditar o decreto. Ele reeditou retificando, então, o item que, a partir daí, permitiria a ele fazer a subdelegação e, logo em seguida, expediu uma portaria subdelegando para os comandantes de Força.

Para os senhores terem uma ideia, alguns aspectos administrativos da área de pessoal que subdelego para até um, dois escalões abaixo de mim, porque é tão complexo; o volume de coisas é tão grande, que seria humanamente impossível que esses assuntos fossem tratados, às vezes no meu nível ou até num nível acima.

Então, internamente, no Ministério da Defesa, estamos considerando essa questão solucionada. Ficaram coisas políticas... O ex-Ministro Jobim apontou realmente que uma lei, a Lei 136, diz que os comandantes de Força são os responsáveis pela gestão das suas Forças. Então, também há a interpretação de que nem haveria necessidade da delegação, que já seria uma atribuição dos comandantes de Força, uma lei complementar à Lei 136, de 2010.

Então, essa questão internamente, no Ministério da Defesa, está solucionada.

O Senador Ferraço fez uma referência ao Ministro Jaques Wagner, que é um homem muito experiente, tem dois mandatos de governador, três mandatos de deputado e tem mostrado uma grande sensibilidade, Senador, com os nossos pleitos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª acha que sensibilidade é suficiente?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Estou dizendo que ele tem mostrado sensibilidade para os pleitos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estou perguntando se V. Exª, como Comandante do Exército, acha que sensibilidade é suficiente.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Ele está preso a circunstâncias que não me cabe avaliar, Senador. Reconheço que ele está com o tempo bastante dedicado às questões políticas. Sabemos disso, não se pode negar isso. Mas ele tem sido muito atento aos nossos pleitos. Acho que até, dentro do contexto, na capacidade, nas possibilidades, ele tem conseguido algum logro.

Na questão orçamentária, o Ministério da Defesa fez um ótimo trabalho. Com tudo que estamos vivendo, vamos considerar o contexto geral, o Ministério da Defesa ficou no limite, mas acho que ficou melhor do que alguns outros ministérios.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como V. Exª conceitua a hipótese de, em um programa como o Sisfron, a manutenção do desembolso financeiro-orçamentário demandar 50 a 60 anos para ser implantado, num tema como o sistema de monitoramento de fronteiras e segurança pública?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Senador, conceituo no sentido de que estamos correndo um sério risco de retroagirmos 30, 40 anos atrás, quando o Brasil tinha a oitava maior indústria de defesa do mundo e perdeu todo esse capital.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É o que eu acho.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Estamos vivendo esse risco, estamos vivendo esse risco.

Agora, não estou aqui para defender; enfim, estamos debatendo. O Ministro da Defesa, essa apresentação que foi feita aqui foi feita para ele e para a equipe que trabalha com ele; estão sensíveis e estão trabalhando intensamente nesse sentido.

O que quero dizer com isso, Senador, é que entendo que a solução para isso foge à esfera do Ministério da Defesa, está acima disso. Se me perguntarem qual seria a solução, eu diria que estamos no limite. Se tirarmos um real desses projetos, as empresas vão ter que descontinuar os projetos.

Então, a solução me parece que extrapola a questão financeiro-orçamentária.

Há que se buscar. Até nós usamos aqui o tema de calote. Não foi dado calote porque os contratos vêm sendo renegociados. E acho que é preciso partir para novas renegociações...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Embora tenha visto desmobilização, tenha visto demissões e tenha visto desmantelamento, isso é verdade.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Isso tem havido, claro, porque as empresas estão se restringindo ao mínimo possível para manter os projetos vivos. Isso é verdade.

Então, acho que precisamos de renegociações que envolvam outras esferas de Governo. Aí, acho que as empresas – Fiesp e outras federações – têm um papel importante como indutoras disso, porque tem de haver novos créditos, novos financiamentos. Talvez na área fiscal se possa renegociar isso, fazer algumas renegociações, para que as empresas não percam essa capacidade, mas acho que estamos vivendo uma ameaça, sim, de perdermos todo esse capital que conseguimos recuperar. O senhor tem toda razão, Senador, nesse aspecto.

Senador Lasier, repito que não há calote. Houve renegociações até agora. Até nós, das Forças, ficamos em uma situação difícil, porque somos a interface perante as empresas. O pessoal, às vezes, não entende que as prioridades não foram estabelecidas por nós. Até agora, a situação está nesse ponto. Agora, se essas restrições orçamentárias se repetirem por mais um ou dois anos, enfim, eu não acredito que as empresas vão ter condições de sobrevida – realmente, eu não acredito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas não é o caso, Sr. Comandante,perdoe-me, de nós fazermos uma avaliação dessas muitas frentes, desses muitos projetos e priorizarmos aqueles com perspectiva e grau de prioridade para a sociedade brasileira, que possa ter princípio, meio e fim? A crise fiscal brasileira vai além de 2015, vai além de 2016. E precisamos olhar para a vida como ela é e não como nós gostaríamos que ela fosse. Era para isso que eu queria chamar a atenção de V. Exª para sua reflexão.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – O senhor tem toda razão. Nós temos de rever as prioridades dos projetos e promover a integração de alguns projetos. E há um aspecto. O senhor citou o Livro Branco de Defesa. Isso pode ser revisto agora, na nova reedição. Então, isso faz parte desses outros aspectos e tem de ser tratado no sentido de nós preservamos a saúde desses projetos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O senhor me permite?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sobre a observação do Senador Ferraço, eu acho que precisam ser observadas não apenas as prioridades do Ministério da Defesa, mas as prioridades do Go-

verno de maneira geral. Nós aqui, por exemplo, votamos, anteontem à noite, despesas que iriam perto de 100 bilhões em cinco anos, e não sei se a maioria delas era prioritárias. Muitas delas não.

Eu acho que, diante de vários programas que estamos vendo por aí e de aumentos de despesas não necessárias que está havendo por aí, é perfeitamente possível, mesmo dentro dessa restrição orçamentária, haver alguma relocação de orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite socializar com a Comissão, algo que comentei com o Senador Ferraço agora há pouco, nós recebemos uma proposta de Orçamento. Não sei se haverá uma nova edição, uma emenda vinda do Executivo, mas me parece interessante o esforço no sentido de, na área da Defesa, nós aqui da Comissão examinarmos, conjuntamente com o Ministério da Defesa e com as Forças, que emendas possamos propor – vai um pouco no sentido da pergunta que o senhor fez, Senador Jereissati – para atender a essas prioridades, porque aqui as emendas das comissões são feitas, geralmente, no varejo, uma coisinha aqui, uma coisinha ali.

Talvez fosse o caso, no espaço regimental de emendamento do projeto de lei orçamentária, que nós possamos, já a partir deste ano, fazer uma adequação para dar guarida àquilo que for, realmente, prioritário.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Enfim, como grande conclusão nesse tema, eu acho que esse problema tem de ser atacado sistemicamente, porque não se trata só de uma questão agora de mais ou menos orçamento.

E o senhor tem toda a razão nas suas colocações.

Questão da violência, Senador Tasso Jereissati. Os nossos indicadores são estarrecedores. Morrem assassinadas, por ano, no Brasil, 55 mil pessoas. São estupradas por dia no Brasil 100 mulheres. Desaparecem por ano no Brasil 200 mil pessoas, e 20 mil não reaparecem.

Então, nenhum conflito no mundo cobra um índice tão grande de perdas humanas. Eu vou ser franco: eu não entendo a passividade nossa, do Brasil como um todo, da população em geral e de nós, autoridades, diante disso. O número de pessoas que morrem por ano no Brasil é muito superior ao número de pessoas que se estão refugiando lá no Oriente Médio. A pergunta é: até quando nós vamos permitir que isso aconteça?

Então,a questão do narcotráfico, que está intimamente relacionada a isso, eu acho que é um tema que nós temos de abordar de forma diferente, com outras abordagens e com mais intensidade, com visão integrada, sistêmica, porque nossa gente não merece isso.

E olha que as Forças Armadas estão empenhadíssimas em ajudar nisso. Nós passamos lá 14 meses na comunidade da Maré, com um efetivo de quase 3 mil pessoas lá. E foi gasto 1 milhão por dia. Gastaram-se 400 milhões naquela operação. E, quando saímos, tudo voltou a ser como era antes, porque, nesse tipo de conflito, há que se entender que quem atinge a solução, quem atinge os objetivos, não é a força militar.

A força militar cria condições – ela estabiliza, ela nem pacifica –, estabiliza, para que os outros vetores venham a atuar de forma a mudar essa realidade. E, quando eu falo desses vetores, isso inclui até mesmo a Polícia, porque aí nós criamos condições de a Polícia cumprir as suas tarefas. E há que se mudar a realidade daquela gente – econômica, social, oferecer alternativa, ambiente saudável de convivência, até mesmo do ponto de vista estético, alternativas, oportunidades para a juventude... Enfim, é um tema realmente complexo. E são conflitos em que se entra sem saber quando vai se sair. Por exemplo, o Haiti. Estamos lá há 11 anos e pouco mudou; melhorou muito a realidade, mas não temos garantias de se ter atingido uma estabilidade plena e uma pacificação.

A Senadora Ana Amélia...

Não, alguém perguntou alguma coisa de salário, não foi?

Bom, há pouco a dizer em relação a salário, a não ser que está ruim. Realmente está ruim. Estamos defasados...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A pergunta é sobre a evasão.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – A questão da evasão. Nos setores do Exército em que competimos com o mercado, a evasão em alguns períodos é realmente muito alta. Por exemplo, os nossos engenheiros militares, formados pelo ITA, pelo IME, o nosso pessoal de áreas mais técnicas, o pessoal da área de saúde. Então, nesses setores, a evasão é maior. Até esse é um subefeito, nós podemos dizer, da deficiência de recursos para os projetos. Além da questão salarial...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Isso evasão...

Além da questão salarial, lógico, que sempre motiva as pessoas, o que nós sentimos, na nossa área técnica de ciência e tecnologia, é que as pessoas que estão envolvidas nesses projetos estão altamente motivadas; têm um sentimento de utilidade, de realização profissional, de crescimento... Então, essas pessoas não se sensibilizam com os apelos.

Então, esse é um efeito.

Realmente, estamos achatados, estamos defasados. Havia uma série de aumentos previstos, a partir de janeiro do próximo ano, não definidos ainda os valores, mas já soubemos que o início dessa concessão foi adiado em sete meses.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu tenho uma pergunta aqui bastante específica, General, e vou entregá-la à sua equipe. É sobre a aquisição de um equipamento de defesa antiaérea de média altitude, se o Exército cogita se é possível adquirirmos isso e se isso envolverá transferência de tecnologia. Não sei se é o caso de responder agora.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim, rapidamente. Há três alternativas. Uma é a aquisição do equipamento russo, que é a que está mais adiantada, uma que é a aquisição de equipamento alemão, e outra seria nós desenvolvermos aqui esse produto no Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas esse equipamento russo, segundo a informação que tivemos na reunião da Fiesp, é uma bateria antiaérea que é montada em cima de um caminhão. Não é isso?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só que esse caminhão não entra no nosso avião de transporte.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Depois nós vamos ter que comprar o avião russo.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Isso é verdade. Eu acho que, nesses três projetos, esses aspectos têm de ser verificados. Quando os projetos forem detalhados, eles têm de ser cuidadosamente verificados.

E eu acho que o componente mais importante para toda e qualquer aquisição de produto de defesa nossa no exterior é a tecnologia que nós vamos receber e que vai nos permitir, daqui, como ponto de partida, desenvolvermos e adquirirmos a independência tecnológica.

Compra de projetos com caixa-preta não nos interessa absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – General, eu quero agradecer, mais uma vez, a sua presença aqui entre nós.

Senador Lobão, V. Exª gostaria de intervir?

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente, Sr. Comandante, Srs. Senadores, observo que o Comandante do Exército respondeu objetivamente a todas as perguntas que lhe foram formuladas. Portanto, eu gostaria apenas de fazer certa digressão sobre o comportamento das Forças Armadas, do Exército, sobretudo, a que se referiu V. Exª ainda há pouco, para mencionar a qualificação dos nossos oficiais e para dizer do comportamento do Exército e das Forças Armadas do ponto de vista das instituições democráticas do Brasil.

Se nós examinarmos o registro da história, vamos nitidamente perceber que as Forças Armadas, quando interferiram no processo político brasileiro, elas o fizeram convocadas, convidadas, e porque havia circunstâncias que sugeriam essa intervenção.

Ainda na semana passada, eu me punha a ler um documento histórico da maior importância, que foram as notas taquigráficas da grande comissão constituída pelo Presidente Costa e Silva para, a partir dali, redigir a Emenda Constitucional nº 1, que possibilitou a reabertura do Congresso Nacional, que havia sido colocado em recesso compulsório pelo governo revolucionário. Ali nós vamos verificar o comportamento do Presidente de então, que era o General do Exército Costa e Silva. Nos debates, ele propugnava exatamente pela reabertura do processo democrático.

Feito isto, havia um dispositivo na Emenda nº 1 que dizia: "O Presidente da República revogará o AI-5". E o Presidente Geisel revogou o AI-5.

Recorde-se que, quando Castelo Branco assumiu o poder, era por apenas um ano, para completar o mandato do Presidente João Goulart. Foi uma iniciativa do Senado que prorrogou o mandato dele. E ele não queria. Ele pediu ao Senador Krieger, que era o Líder do Governo, que não o fizesse. Foi feito.

Com isso, eu estou apenas dizendo que as Forças Armadas, quando interferem, não o fazem em razão de cartazes como os de agora, que pedem a interferência e a volta dos militares.

Ao ouvirmos o que o Comandante do Exército diz sobre esse tema, eu confesso que fico em estado de regozijo – não de intranquilidade, porque não é necessário eu ser convencido a ficar tranquilo diante da ausência dos militares no que diz respeito à intervenção no processo político democrático. A democracia estabelece – e ela está consolidada hoje – as fronteiras do comportamento das Forças Armadas brasileiras. Era seu dever dar manutenção da ordem, e não a intervenção militar na democracia brasileira.

O General fala também sobre os assassínios no Brasil. Há números, e S. Exª debulha alguns deles aqui, mas há números preocupantes. Morrem, no Brasil, 20% por assassinato. De todas as pessoas que morrem no mundo, o Brasil é responsável por 20% dos assassinatos que ocorrem no mundo. É a primeira Nação do mun-

do em assassinatos. Imaginem um País com 200 milhões de habitantes, os Estados Unidos com muito mais, a Rússia, a Índia – a Rússia não – a China, nem se fale, e todavia, o Brasil está em primeiro lugar.

No que diz respeito aos salários, convenientemente, o nosso Comandante como que escapou de dar números – no que fez muito bem –, mas eu quero dizer que há polícias militares do Brasil em que o major ganha igual ao general do Exército. Isso é uma coisa simplesmente intolerável, mas, tradicionalmente, os estipêndios, os salários, os vencimentos dos militares têm sido menores do que aquilo que de fato eles merecem.

Comandante, receba meus cumprimentos modestos pela origem deles, pelo comportamento das Forças Armadas, pelo que aqui V. Exª relata, e o que nos deixa contentes pela altivez, mas também pela independência e pelo retiro; não diria clausura, mas retiro das Forças Armadas de intervenções no processo democrático brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lobão.

Eu, antes de nos despedirmos do General Villas Bôas, vou submeter rapidamente à deliberação da Comissão dois requerimentos. E, antes, a aprovação da ata da reunião anterior.

O primeiro requerimento já foi referido aqui. É de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que trata de uma reflexão sobre o prosseguimento da Operação Ágata, que estaria interrompida em razão dos cortes orçamentários.

ITEM 2
REQUERIMENTO
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 72, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro nos termos do inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58 §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com objetivo de debater situações e soluções na questão da perda de arrecadação de produtos contrabandeados que entram no Brasil por falta de fiscalização das fronteiras e quais as possibilidades de ampliação da Operação Ágata, do Ministério da Defesa. Sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados: - Ministro da Defesa do Brasil - Senhor Jaques Wagner; - Secretário da Receita Federal do Brasil - Senhor Jorge Rachid

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

E o requerimento já apresentado na reunião anterior pelo Senador Lasier Martins, a respeito de uma audiência pública para debatermos a atuação do Brasil frente aos fenômenos migratórios de refugiados, nos últimos meses, em vários países da Europa, e também o seu reflexo sobre o Brasil.

ITEM 1
REQUERIMENTO
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater a atuação do Brasil frente ao fenômeno migratório de refugiados nos últimos meses, em vários países da Europa e também para o Brasil. Além de expor esse panorama atual, o objetivo é conhecer as ações que estão sendo feitas após o acolhimento dessas pessoas no país, sobretudo no tocante à sua inserção social e profissional. Para tanto, sugiro sejam convidados: • Sr. Gilberto José Spier Vargas – Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); • Sr. Paulo Guerra - Representante do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça (MJ); • Sr. Andrés Ramirez – Representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); • Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes (MDS); • Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); • Representante do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Lasier Martins
Observações:
Aprovado

Se não houver objeção...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, já foi acrescido o nome Diretor-Geral da Abin ao requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Não havendo objeção, estão aprovados os requerimentos e também a ata da reunião anterior.

General, mais uma vez, é uma alegria e uma honra recebê-lo e esteja certo de que as informações que o senhor nos deu e as reflexões que fez aqui serão levadas em altíssima conta pela nossa Comissão.

Muito obrigado ao senhor a toda a sua equipe aqui presente.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e oito minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Roberto Requião, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Raimundo Lira, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (ELEIÇÃO): fica eleito, por aclamação, o Senador Valdir Raupp para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o biênio 2015/2016. Inicia-se a PAUTA - 2ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.*" Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai. "* Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores para comporem a mesa. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente concede a palavra a cada um dos embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos (às) Senhores (as) Senadores (as) para arguição dos indicados. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Tasso Jereissati. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e trinta minutos a presidência é assumida pela Senadora Ana Amélia; e às onze horas e trinta e três minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Raimundo Lira. O Presidente concede a palavra aos Senhores Embaixadores para responderem às perguntas dos (as) Senhores (as) Senadores. O Presidente registra a presença do Prefeito de Aracaju, João Alves Filho. O Presidente consulta os (as) Senhores (as) Senadores (as) sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Antonio Anastasia. É realizada apuração, e os embaixadores são autorizados a se retirarem. Passa-se à PAUTA – 3ª PARTE (DELIBERATIVA): EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 75, DE 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "*Requeiro nos termos regimentais sejam indagado ao Ministro das Relações Exteriores as providências que estão sendo tomadas para a assegurar a presença de observadores eleitorais da Unasul e da OEA e, nesse contexto, quais os parâmetros considerados indispensáveis pelo Governo brasileiro para garantir a efetividade dos trabalhos de observação internacional, tanto durante as eleições, como nas fases pré e pós-eleitorais. Igualmente, deve informar quais são os recursos humanos e materiais que o Governo brasileiro está disponibilizando a eventual missão de observação internacional da Unasul e da OEA e quais os critérios que serão adotados pelo Governo brasileiro para avaliar se a Venezuela cumpre com as cláusulas democráticas previstas no Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL e na Carta Democrática da OEA. "* Aprovado. O presidente comunica que houve entendimento entre o Senador Jorge Viana e o Presidente do Senado Renan Calheiros de enviar uma missão parlamentar de senadores brasileiros à Venezuela, para averiguar as condições de realização das eleições. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.*" O Presidente faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, de 2015, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM), que "*Aprova o texto da Decisão CMC nº 24/09, que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul, adotada durante a XXXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu, em 7 de dezembro de 2009. "* O presidente concede a palavra ao relator da matéria, José Agripi-

no, para a leitura do relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 352, de 2015, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "*Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010.* " É designada Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, a que o Presidente concede a palavra para a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 74, DE 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "*Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, as seguintes informações relativas à negociação para alcançar um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia: O que a Argentina está impondo?; Essa posição é isolada?; O que o Ministério das Relações Exteriores tem feito para contornar a posição Argentina?; Uruguai, Paraguai, Venezuela e Brasil já acertaram as regras, em relação aos percentuais?; Em caso positivo, a posição da Argentina é isolada?; Como e quando o acordo Mercosul/União Europeia poderá ser assinado?; A crise econômica brasileira e dos dois blocos econômicos pode comprometer esse acordo?".* Incluído na pauta durante os questionamentos da Senadora Ana Amélia aos embaixadores. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ainda não temos quórum para deliberar.

A nossa reunião de hoje, Srs. Senadores, é destinada à apreciação, por esta Comissão, do nome do Sr. Rodrigo do Amaral Souza para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall, e também do Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, que foi indicado para a República Oriental do Uruguai, a fim de ali nos representar.

Depois desta sabatina, nós teremos a segunda parte desta reunião destinada a deliberações.

Eu queria comunicar, também, que o Governo da Armênia, com muita honra para mim e para o Senador José Serra, decidiu agraciar os Senadores que apoiaram o requerimento de minha autoria e de autoria do Senador Serra, mas que foi apoiado por 55 Senadores, pois é um requerimento coletivo, em solidariedade ao povo armênio, no centenário da campanha de extermínio da sua população.

O genocídio armênio teve início em 24 de abril de 1915, e se estima que pelo menos 1,5 milhão de armênios tenham sido assassinados naquele período.

Os Senadores que apoiaram, que assinaram esse requerimento, que são coautores junto conosco, são todos agraciados com uma comenda pelo governo armênio. E haverá uma cerimônia aqui, no Senado, destinada à entrega dessa comenda.

Muito bem. Temos quórum para deliberar.

Eu submeto à consideração da Comissão a ata da reunião anterior.

Se não houver objeção, vamos considerá-la lida e aprovada. (*Pausa.*)

Está lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Eu convido, então, os Embaixadores para se dirigirem ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Dando início aos trabalhos da nossa sabatina, eu passo, inicialmente, a palavra ao Embaixador Rodrigo do Amaral Souza.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Muito obrigado.

Cumprimento o Senador Aloysio Nunes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, transmito meus cumprimentos a todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores, aos demais Parlamentares que se encontram presentes nesta sala, aos colegas do Ministério das Relações Exteriores que me honram com suas presenças nesta manhã e também, um cumprimento especial, à minha esposa, Laís, que me deu hoje o prazer da sua presença.

Diante da brevidade do tempo que é reservado aos candidatos, tentarei ser bastante breve. Começarei por um panorama geral das Filipinas, país para o qual a Senhora Presidente da República teve a gentileza de me indicar e para o qual espero poder ser aprovado por esta Comissão.

As Filipinas são um país situado numa das regiões, economicamente, mais dinâmicas do mundo, que é o Sudeste Asiático. Ela apresenta semelhanças importantes com o Brasil em vários aspectos. Em primeiro lugar, a herança cultural e religiosa ibérica. Mais de 80% da população das Filipinas é composta por católicos, e a Espanha, que, durante três séculos, foi a potência colonial nas Filipinas, deixou uma herança cultural presente até hoje na importância do idioma, que é falado por uma porcentagem expressiva da população filipina, e também nos próprios nomes das pessoas. Até hoje. apesar de o inglês ser, junto com o filipino, ou tagalo, a língua oficial do país, os nomes das principais personalidades das Filipinas são todos espanhóis.

Então, além da herança cultural e religiosa ibérica, as Filipinas, assim como o Brasil, têm um contingente populacional bastante expressivo, com uma população pouco superior a 100 milhões de habitantes, apresenta um elevado grau de miscigenação e têm, como o Brasil, desafios e posições convergentes em várias áreas, como, por exemplo, na área de meio ambiente. As Filipinas, assim como o Brasil, pertencem aos países megadiversos e são membros da Convenção sobre Diversidade Biológica.

A atual administração filipina, liderada pelo Presidente Benigno Aquino, tem dado muita importância a uma série de iniciativas destinadas a combater a pobreza, a desigualdade social e a corrupção. Inclusive, eles têm um programa de transferência de renda inspirado, em boa medida, no nosso Bolsa Família.

As Filipinas são um país arquipélago. As Filipinas são compostas por mais de sete mil ilhas. Depois da Indonésia, é o segundo país mais importante do mundo com essa característica de ser um arquipélago. Sua área é de, aproximadamente, 300 mil quilômetros quadrados, algo mais ou menos similar ao Estado do Maranhão, e têm um PIB de, aproximadamente, US$300 bilhões.

A capital, a região metropolitana de Manila, tem uma população estimada de 13 milhões de habitantes.

Como eu já mencionei, durante, praticamente, três séculos, permaneceram sob dominação espanhola. No final do século XIX, depois da guerra entre Estados Unidos e Espanha, passaram à dominação dos Estados Unidos, o que perdurou até o final da Segunda Guerra Mundial. Houve um breve período de dominação japonesa nos anos 40.

A partir de 46, as Filipinas adquiriam, formalmente, independência dos Estados Unidos. É importante notar que as Filipinas foram fundadoras da ONU, em 1945, apesar de ainda não serem um país formalmente independentes naquela ocasião. Elas são membro fundador da ONU, como já disse, e da Associação de Nações do Sudeste Asiático, A Asean. Também é membro da Apec, Associação da Ásia-Pacífico, do G-20, na Organização Mundial do Comércio, e do Grupo dos Países Megadiversos.

Em Manila está situada a sede do Banco Asiático de Desenvolvimento e também um instituto internacional de pesquisas em arroz. As Filipinas são grande produtor de arroz.

O sistema político das Filipinas é inspirado, em boa medida, no sistema dos Estados Unidos. A Constituição de 87 prevê um sistema presidencialista nos moldes americanos, com um Parlamento bicameral, uma Câmara de Representantes e um Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Qual a população, embaixador?

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Em torno de 100 milhões de habitantes. No ano passado, superou, pela primeira vez, a marca de 100 milhões.

Não é permitida a reeleição, e os mandatos presidenciais são de seis anos. No começo do ano que vem termina o mandato do Presidente Benigno Aquino e para maio do ano que vem estão previstas eleições presidenciais nas Filipinas.

Hoje, depois de um período relativamente turbulento entre os anos 60 e os anos 80, quando havia um regime forte, uma ditadura comandada pelo Presidente Marcos, e havia também a presença forte de insurgência marxista e também separatista, com, digamos, movimentos de inspiração muçulmana, isso se encontra relativamente controlado. O governo central conseguiu fechar um pacto com os principais movimentos insurrecionais, tanto a guerrilha marxista quanto os movimentos separatistas muçulmanos.

A política externa das Filipinas guarda uma convergência bastante marcada com as posições americanas, inclusive na área de defesa. Eles, formalmente, sustentam que têm uma aliança com os Estados Unidos. Mas também têm uma aproximação intensa com dois outros países da sua região, o Japão, que é o principal parceiro comercial das Filipinas, e a China, que é o segundo parceiro comercial e fonte de investimentos bastante significativos.

Nos últimos anos, especialmente durante o mandato do Presidente Aquino, que começou em 2010, eles têm experimentado um crescimento econômico bastante expressivo, de pouco mais de 6% ao ano. A expectativa de crescimento para 2015 é de cerca de 7%. Eles têm como setores tradicionais na economia a mineração,

a área de ouro, cobre, agricultura, arroz, são grandes produtores de coco, têm a pecuária, a pecuária bovina, e também têm desenvolvido muito área de terceirização, de *call centers*, por exemplo. Como eles têm domínio da língua inglesa, o desenvolvimento da área de *call centers* nas Filipinas foi extraordinário. E também a área de tecnologia da informação. Segundo a OCDE, as Filipinas, no Sudeste Asiático, são o país que apresenta melhores perspectivas de crescimento econômico para o quinquênio 2015-2020.

Passando para as nossas relações com as Filipinas, elas remontam à independência do país, em 1946. O Brasil mandou um representante à cerimônia de declaração oficial da independência, que, não por coincidência, foi celebrada no dia 4 de julho, que é justamente o dia nacional dos Estados Unidos. Nós abrimos nossa embaixada em Manila em 1970. As Filipinas abriram a sua embaixada no Brasil em 1965.

E o comércio bilateral tem se mantido, nos últimos anos, em torno de US$1 bilhão nos dois sentidos, com um superávit a favor do Brasil de em torno de US$300 milhões. O padrão do comércio repete um pouco o do nosso intercâmbio comercial com a China, caracterizado por exportações, basicamente, de minério de ferro, de *commodities*, de um pouco de carne, e por importações de produtos de maior valor agregado.

Temos oportunidades promissoras de crescimento das relações comerciais com as Filipinas em alguns setores específicos. Eu gostaria de salientar, entre eles, o de bioenergia, o de biocombustíveis. As Filipinas têm um programa similar ao nosso programa interno de uso do etanol como combustível para automóveis. Eles, por lei, também instituíram a obrigatoriedade de mistura do etanol na gasolina. Eles usam o etanol, assim como o Brasil, a partir da cana-de-açúcar. E a produção interna é insuficiente para cobrir a demanda. Então, aqui há uma oportunidade interessante para exportação de etanol e também para ações de cooperação para o desenvolvimento da indústria interna filipina sucroalcooleira.

Temos oportunidades na área de defesa e aeronáutica. As forças armadas filipinas, especialmente a aeronáutica, já demonstraram interesse em, eventualmente, comprar aviões da Embraer. Está aberta uma licitação na qual a Embraer, com os Super Tucanos, está presente. Também há interesse em, eventualmente, adquirir aviões da Embraer para transporte de cargas. Como o setor de aviação civil nas Filipinas tem se desenvolvido muito nos anos recentes – como eu disso, as Filipinas são constituídas por sete mil ilhas, e há muito que fazer para desenvolver a infraestrutura, inclusive aeronáutica, de pistas e de aviação –, abre-se um mercado interessante também para a exportação de aviões de pequeno e médio porte da Embraer.

Temos também a Vale presente nas Filipinas. A Vale já tem um escritório em Manila e está presente na exportação de minério de ferro e também em operações de transbordo de minério em portos filipinos para posterior exportação à China.

Há uma empresa filipina presente no Brasil no Porto de Suape, em Pernambuco. É uma empresa que atua na área de contêineres, no terminal de contêineres de Suape. É uma filial de uma empresa filipina que está presente lá desde 2001 e já investiu nessa empresa cerca de US$300 milhões. É uma das maiores empresas do mundo nessa área de contêineres.

Também temos oportunidades interessantes de sinergias em áreas como – eu já mencionei – os programas de transferência de renda, inspirados no Bolsa Família, e a área de agricultura familiar e segurança alimentar. Já houve um intercâmbio muito expressivo de missões com gente do Ministério do Desenvolvimento Social, do Itamaraty, da nossa Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome. Autoridades filipinas dessas áreas já visitaram o Brasil em mais de uma oportunidade. Então, esse também é um setor onde há sinergias muito importantes a serem exploradas.

Também, na área de saúde, eles têm um programa interno, lá nas Filipinas, bastante interessante e de baixo custo para o combate à dengue, uma área que nos interessa diretamente.

Em termos de prioridades, na minha gestão, na embaixada em Manila, se lograr ser aprovado por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado, eu mencionaria, em primeiro lugar, a intensificação de contatos com o Banco Asiático de Desenvolvimento, que está sediado na capital filipina, buscar impulsionar a retomada do processo de aproximação entre o Mercosul e a Asean e também o diálogo bilateral do Brasil com a associação.

Hoje, a Asean tem um processo estruturado de diálogo com os demais países dos Brics, mas não com o Brasil. E o Governo filipino já demonstrou, em mais de uma ocasião, que teria interesse em que o Brasil se tornasse parceiro de diálogo da Asean.

Também outro aspecto importante seria buscar otimizar a preparação de missões comerciais brasileiras, buscando usar o mercado filipino como uma espécie de ponte ou cabeça para penetração no mercado mais amplo da Asean. Então, seria muito importante estimular contatos mais frequentes e mais diretos entre organizações empresariais dos dois países.

Já existe um memorando e um entendimento entre a CNI e a sua homóloga Filipina, e a embaixada filipina aqui no Brasil está tentando constituir uma espécie de embrião de uma câmara de comércio bilateral.

Inclusive, no final do mês, eles vão promover o lançamento do que estão chamando de Fórum de Cooperação Empresarial Brasil-Filipinas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eles têm o setor sucroalcooleiro forte lá.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Têm. Têm um setor sucroalcooleiro bastante forte e...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós temos aqui uma indústria de equipamentos para essa indústria que hoje está – permita-me fazer um parêntese – passando por dificuldades em razão da crise que afeta esse setor, mas nós temos uma indústria muito desenvolvida, com alto grau de aprimoramento tecnológico no meu Estado, São Paulo, na região de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Araçatuba.

Estou apenas chamando a atenção do senhor para esse fato.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Inclusive, foi muito oportuna a sua intervenção, Senador.

No ano passado, uma missão filipina esteve no Brasil e visitou justamente Ribeirão Preto, Sertãozinho, esteve com o pessoal da Unica. Enfim, esse é um campo com um potencial bastante expressivo.

Nós temos alguns acordos que estão em negociação, pendentes de conclusão. Vou buscar, se for aprovado por esta Comissão, impulsionar a continuidade das negociações.

Temos, por exemplo, na área de cooperação jurídica, acordos em negociação sobre extradição, transferência de pessoas condenadas. Esse é um assunto, inclusive, de maior interesse das próprias Filipinas. Há cerca de 50 detentos filipinos em penitenciárias brasileiras, praticamente todos eles por narcotráfico. E também há um acordo de cooperação jurídica em matéria penal sendo negociado.

Temos também acordos em negociação na área de defesa, na área de cultura, de cooperação técnica e de serviços aéreos.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, uma palavra final sobre o que nós chamamos de cumulatividades.

Eu estou sendo indicado para Embaixador não apenas nas Filipinas, mas também em três outros países. São países insulares ali do Pacífico: a Micronésia, Palau e as Ilhas Marshall.

Esses três países têm relações diplomáticas relativamente recentes com o Brasil. No caso de Palau, remonta a 2005; nos dois outros países, Ilhas Marshall e Micronésia, remonta a 2010.

Esses países têm uma prioridade muito clara, muito nítida na área de mudanças climáticas e meio ambiente por sua própria condição de países insulares. Eles atuam no âmbito de um foro chamado Foro das Ilhas do Pacífico.

No caso das Ilhas Marshall, também há um problema adicional. Nas Ilhas Marshall, está situado o Atol de Bikini. Esse atol ficou famoso nos anos 50, porque foi lá que os Estados Unidos fizeram uma série de testes nucleares, e isso deixou uma herança de contaminação radioativa com efeitos que perduram até hoje.

O comércio com esses países ainda é muito incipiente ainda. Eles têm relações muito intensas, mas, em alguns casos, conflituosas, com a Austrália e a Nova Zelândia, e a política externa deles é totalmente atrelada aos Estados Unidos, porque eles ainda conservam um *status* de associação, de Estados associados, nos três casos, com os Estados Unidos.

Agradeço, Sr. Presidente, a boa vontade e a paciência com que me ouviram aqui, nesta Comissão, e reitero a expectativa de que eu possa ser honrado com a aprovação do meu nome pela Comissão de Relações Exteriores.

Coloco-me à disposição para eventuais perguntas e esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Hoje, nós temos uma manhã bastante ocupada aqui, no Senado. Ao lado, há uma Comissão Mista destinada a dar parecer sobre medida provisória. Já me diz o Senador Anastasia que há uma outra, onde há um conflito em relação a questões trabalhistas, para a qual o Senador Anastasia, com a sua proverbial e conhecida capacidade de conciliação, está sendo convocado. A Ministra Izabella está na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, e foi por isto que, ainda há pouco, o nosso colega Fernando Bezerra Coelho teve de se ausentar para presidir essa reunião. O Jorge Viana, também muito ligado a esse tema, daqui a pouco, vai ter que se dividir entre a nossa Comissão e a Comissão de Mudanças Climáticas. Mas eu queria fazer um comunicado.

Recebo, agora, um oficio do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Eunício Oliveira, que indica para exercer o cargo de Vice-Presidente, cargo vago em razão do falecimento do nosso saudoso colega Luiz Henrique, o Senador Valdir Raupp.

Nós todos ficamos muito honrados com isto. O Senador hoje passa a ser titular da Comissão.

Eu proponho que nós procedamos à eleição do Senador Raupp para a Vice-Presidência por aclamação.

Se não houver objeção... (*Pausa.*)

Está, então, aclamado como Vice-Presidente o velho e querido amigo Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Srªs e Srs.Senadores.

Espero poder substituir à altura o nosso querido Senador Luiz Henrique da Silveira, grande catarinense, assim como eu, um homem que deixou história na política brasileira, em Santa Catarina, no Brasil e no Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não tenho dúvida de que V. Exª exercerá com muito brilho, como sempre, em todas as outras funções que ocupou, a Vice-Presidência da nossa Comissão.

Passo a palavra agora ao Embaixador Rocha Vianna, que vai nos representar, se o Plenário aprovar, na República Oriental do Uruguai.

Curiosamente, nós tivemos, ao longo da nossa história, vários conflitos bélicos com o Uruguai, em 1820, em 1825, na Guerra da Cisplatina, em 1864, às vésperas da Guerra do Paraguai, e, curiosamente, nessa Região Sul, nós tivemos conflitos bélicos com a Argentina, em 1850, com o Paraguai, em 1865, mas foi exatamente nessa região que se iniciou um processo de aproximação, de cooperação, de integração, graças ao descortino de pessoas como o nosso querido ex-colega Senador José Sarney, como Presidente do Brasil à época.

Passo a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E o resultado foi a diferença de bitola dos trens entre a Argentina e o Rio Grande. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É isso.

Embaixador Rocha Vianna, por favor.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Muito obrigado.

Muito bom dia!

Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, senhoras e senhores membros da Comissão, meu caro colega Embaixador Rodrigo Amaral, outros caros colegas do Itamaraty aqui presentes, senhoras e senhores, eu também não poderia deixar de registrar meu profundo agradecimento à Senhora Presidente da República e ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação de meu nome para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Eu também gostaria de agradecer, muito afetuosamente, à Senadora Ana Amélia pela relatoria.

Muito obrigado, Senadora.

É uma honra, para mim, estar aqui, pela primeira vez, submetendo-me à análise desta Comissão.

Eu gostaria de dizer que a realidade uruguaia não é totalmente desconhecida para mim. Na minha trajetória pessoal, ao longo de 35 anos de carreira, eu tive várias oportunidade de interagir com a diplomacia uruguaia no tratamento dos temas mais diferentes, desde integração regional, meio ambiente, negociações comerciais multilaterais, e também tive oportunidade de servir duas vezes, em Montevidéu, na nossa delegação permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul.

A exemplo do meu colega Embaixador Rodrigo Amaral, a minha apresentação também deverá ser muito sucinta. Eu pretendo abordar quatro itens principais, alguns aspectos do relacionamento político do Brasil com o Uruguai, um rápido panorama econômico-comercial. Mencionarei alguns temas relevantes para o processo de integração bilateral, com ênfase particular na cooperação fronteiriça. E, depois, compartilharia com as senhoras e senhores algumas ideias de ações prioritárias que eu tencionaria levar a cabo na Embaixada em Montevidéu, caso, evidentemente, aprovado por esta Comissão.

Quanto ao relacionamento político, eu acho interessante mencionar que os mandatários dos dois países, em discursos recentes e ao longo de intercâmbios, de visitas, eles têm usado adjetivos diversos a respeito dessa relação que o Brasil mantém com Uruguai. Os adjetivos vão desde "exemplar", "fraterno", "estratégico", "abrangente", "profundo", "produtivo" e "eficaz" até a palavra, em espanhol, que eu acho que não tem tradução em português, *"inmejorable".* Mas a melhor expressão que traduz a qualidade do relacionamento do Brasil com o Uruguai é "paradigmático", porque essa relação, de tão boa qualidade, realmente poderia servir de exemplo para o relacionamento com outros países, principalmente do nosso entorno regional.

Essa qualidade nas relações começou a se elevar no início do século XX. São raízes históricas que não podem ser esquecidas. O senhor mencionou alguns conflitos bélicos, mas, a partir do início do século XX, com a celebração de um tratado de limites, em 1909 – uma das últimas atividades do Barão do Rio Branco como chanceler foi a negociação de um novo tratado de limites –, permitiu-se ao Uruguai o acesso às águas do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Era um pleito antigo do Uruguai, que foi totalmente omitido no tratado de 1851, mas que o Barão resgatou, numa prova de sabedoria diplomática, adequando a situação de fronteira daquela região com o restante das situações de fronteiras do Brasil, que ele mesmo havia negociado. Portanto, ele corrigiu essa omissão de 1851, o que deixou os uruguaios profundamente reconhecidos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – *(Inaudível.)*

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Eu ia mencionar isso. A anedota é que – os representantes da Bancada gaúcha sabem muito bem – do outro lado da cidade de Jaguarão está a cidade de Rio Branco. E o nome dessa cidade, originalmente, Senador, era Pueblo Artigas, e todos sabem que Artigas é o grande herói nacional uruguaio. Portanto, é um povo que prova a sua amizade, o seu reconhecimento pelas atitudes brasileiras, substituindo o nome de um herói nacional que lutou pela independência uruguaia do Brasil por um herói nacional, que é o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, nós devemos a conformação dessa fronteira sul a dois diplomatas: Alexandre Gusmão, santista, e Barão do Rio Branco, além de ao trabalho, ali, de contrabandistas de gado, de bandeirantes e coisas assim.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Mas, seguindo, Presidente, outra prova evidente dessa importância das relações são as visitas frequentes de mandatários. O atual Presidente, Tabaré Vázquez, escolheu o Brasil como destino de sua primeira visita internacional do segundo mandato – é o segundo mandato que ele exerce –, o que quebrou um pouquinho a tradição de visitar primeiro a Argentina, e várias autoridades, tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, governadores de Estado, empresários visitam Montevidéu frequentemente. No caso dos Parlamentares, a sede do Parlatino fica em Montevidéu. Portanto, há uma grande frequência da presença de Parlamentares brasileiros no Uruguai, o que faz com que a embaixada esteja sempre atenta e dando apoio a essas autoridades.

Também é importante dizer, nessa parte política, algo que tem a ver com o marco institucional. Não é uma relação apenas baseada na amizade, na informalidade. Já existe um marco institucional, que é o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai, criado em 2012 pela Presidente Rousseff e pelo Presidente Mujica, que mapeia todas as áreas importantes para o relacionamento, com uma atenção muito especial para a zona fronteiriça, desenvolve projetos temáticos, todos eles com começo, meio e fim, e tem uma característica muito especial, uma nuance interessante, que é a de se adiantar aos problemas, de não esperar que os problemas aconteçam para buscar soluções. Eles já discutem, em nível de subgrupo, que medidas preventivas podem ser tomadas. É por isso que essa atitude faz com que a nossa relação com o Uruguai seja considerada, no continente, como paradigmática, porque já procura apresentar soluções antes de os problemas aparecerem.

No plano internacional, é desnecessário dizer que é total a convergência de opiniões entre o Brasil e o Uruguai em todas as áreas de discussões da agenda global, multilateralismo... São valores importantes tanto para o Brasil como para o Uruguai os direitos humanos, o meio ambiente, negociações comerciais multilaterais... Enfim, o Uruguai costuma ser um grande parceiro do Brasil na defesa de todas essas teses. E, regionalmente, tanto o Brasil como o Uruguai são sócios fundadores do Mercosul, da Unasul, com atuações e presenças muito marcantes.

É interessante também só mencionar que, em candidaturas internacionais, o Uruguai está se candidatando este ano a vários cargos, um deles o de um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o que já conta com o nosso apoio, e, como de hábito, já reciprocaram para outras candidaturas brasileiras. E, recentemente, o Brasil foi fundamental na eleição do ex-Chanceler Luis Almagro para o cargo de Secretário-Geral da OEA. Para que o senhor saiba, Presidente, o Governo brasileiro, o Itamaraty ajudou, através da sua rede de embaixadas no Caribe, a eleger o ex-Chanceler Almagro para o cargo máximo na OEA.

Acho que vale a pena mencionar também qual é a presença diplomática do Brasil no Uruguai. Em Montevidéu, são três representações diplomáticas: a Embaixada junto ao governo do Presidente Tabaré Vázquez, para a qual estou sendo indicado, a Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul e o Consulado Geral.

No território uruguaio, mantemos um Consulado Geral em Rivera – do lado gaúcho está Livramento –, um Consulado no Chuy – do lado gaúcho está Chuí – e dois Vice-Consulados, um na cidade de Rio Branco – do outro lado está Jaguarão – e um em Artigas – do outro lado, no Rio Grande do Sul, está Quaraí. Isso é muito importante ter presente, porque há inflexões relevantes que requererão contatos frequentes da Embaixada com o Governo do Rio Grande do Sul e dos demais Estados do Sul brasileiro, mas, em particular, os contatos com o Governo do Rio Grande do Sul serão muito importantes para o bom desempenho de uma série de atividades, principalmente no que se refere à cooperação fronteiriça.

Eu passaria agora para a segunda parte da minha apresentação, que tem a ver com os aspectos econômicos e comerciais, com os indicadores econômicos. Vou tentar ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu posso fazer um adendo, antes de...

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem querer perturbar o curso da sua exposição.

Existe hoje alguma diferença de percepção entre a visão do Presidente Tabaré e a do Presidente anterior, o Presidente Mujica, em relação ao Mercosul?

Eu vi, nos jornais, algumas coisas, mudanças...

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Presidente, os dois governos são oriundos do mesmo partido político, da Frente Ampla, e dentro do Frente Ampla há nuances diferentes em termos de percepção com relação ao Mercosul.

O Presidente Tabaré estabeleceu com uma das prioridades do seu governo o fortalecimento do Mercosul, mas buscando uma flexibilidade que ele reconhece ainda não ter sido atingida. Eles usam muito um termo interessante, principalmente o Chanceler Nin Novoa. Dizem que o Uruguai está atrás do *sinceriamento* do Mercosul. Eu não entendo bem o que é *sinceriamento*. Eu imagino que seja buscar os princípios fundamentais do Mercosul, que, na opinião do atual governo, teriam, de uma certa maneira, sido esquecidos ou postos de lado.

Então, há essa preocupação, mas que não opõe, de maneira alguma, o Uruguai ao processo de integração regional. Muito pelo contrário, as declarações do Presidente são no sentido de que nós não vamos ser os coveiros do Mercosul. Eles usam essa palavra. Dizem que nós somos "mercosurianos".

Enfim, como o Brasil, o Uruguai tem uma tradição diplomática de respeitar seus compromissos assumidos em tratados internacionais. Eles não questionam o Tratado de Assunção, mas acham que, com o tempo, se fosse possível, seria interessante negociar uma flexibilidade maior em termos de negociações com vistas ao acesso a outros mercados.

Então, o que está acontecendo agora – talvez seja motivo de um debate aqui, na Comissão – é que, com a proximidade das negociações, do desenvolvimento das negociações com a União Europeia, o Uruguai gostaria – ele até chegou a propor isto – de um modelo de duas velocidades, que, sinceramente, Presidente, é interessante, é possível... Há a letra de uma decisão específica que há no Mercosul, que é a de nº 32/00, ela não exclui uma atuação em duas velocidades, não só em termos de prazo como em termos de conteúdo, mas, como o Brasil, há essa percepção de que nós temos que privilegiar o movimento de integração.

Se vai haver duas velocidades em algum momento, que seja benéfica para todos, para todos os sócios que estão negociando, no caso particular, com a União Europeia.

Mas existe, sim, Presidente, essa preocupação. É natural. É uma economia de escala menor e precisa dos sócios maiores, das economias de escala maior, como a do Brasil e da Argentina, para poder negociar de uma maneira minimamente equilibrada com um grande sócio, ainda mais a União Europeia, que, de modo geral, é o maior parceiro de todos os membros do Mercosul.

Então, rapidamente, com relação aos aspectos econômicos e comerciais. A área do Uruguai – é interessante mencionar – é de 176 mil quilômetros quadrados, mais ou menos o tamanho do Estado do Acre. Sua população, do país inteiro, é de 3,2 milhões de pessoas. O Produto Interno Bruto é de US$55 bilhões.

Agora, o que há de interessante é que um país que sempre foi tratado como país assimétrico, juntamente com o Paraguai, no âmbito do Mercosul, vem demonstrando, há 11 anos consecutivos, um crescimento econômico e sustentável. Ele chegou a crescer, o Uruguai, em 2010, 8,4%. Ou seja, são cifras importantes para se manter presentes, uma vez que nós somos um dos parceiros mais importantes no comércio com o Uruguai.

A tendência, este ano, na economia uruguaia, é de desaceleração. É natural, pois uma série de eventos estão ocorrendo no continente e no mundo. No continente, as próprias economias do Brasil e da Argentina apresentam um ritmo mais lento. No caso mundial, a desaceleração da economia da China, o maior parceiro comercial do Uruguai, tem reflexos imediatos no Uruguai, com fechamento de fábricas e interrupção de fluxos comerciais.

O comércio exterior do Uruguai, como um todo, atingiu US$21,3 bilhões e, com o Brasil, em 2004, atingiu a maior cifra da sua história, a cifra recorde de US$4,8 bilhões, quase US$5 bilhões, em 2014. Novamente, a tendência este ano é de desaceleração, mas, assim mesmo, o PIB uruguaio deve crescer este ano, de acordo com as estimativas deles, de 2 a 3%, o que é bastante num contexto de crise regional.

A pauta exportadora brasileira se concentra no petróleo, e destacam-se também outros produtos, como erva-mate, carne suína e veículos automotores. E a pauta importadora brasileira, tradicionalmente, se baseia no trigo, mas figuram nela também outros produtos, como garrafas de plástico, leite, automóveis, borrachas e carne bovina.

Em termos de investimento, o Brasil é o quarto investidor mais importante no Uruguai, e os investimentos brasileiros concentram-se principalmente no setor agroexportador, em particular nas indústrias de abates de bovinos e frigoríficos. E também há um setor bastante ativo, que é o setor arrozeiro.

Eu passarei agora para o terceiro e penúltimo tema da minha exposição. Eu me refiro agora a alguns temas importantes para o processo de integração, com ênfase na integração fronteiriça.

O primeiro tema é o da área energética, uma das áreas mais promissoras no processo de cooperação. Já existe uma interligação elétrica, por meio de uma linha de transmissão cuja construção será concluída em breve, entre Candiota e São Carlos. É importante também mencionar – o senhor falou no setor sucroalcooleiro – que o Uruguai busca, com muita ênfase, tornar-se independente em termos energéticos. Ele busca fontes renováveis de energia, dá muita ênfase à energia eólica... Tanto é que em março último a Presidente Rousseff e o... Estava presente o ex-Presidente Mujica... Inauguraram o Parque Eólico de Artilheiros, em março passado, o que permite um entrosamento institucional muito grande entre a Eletrobras e a UTE, que é a empresa elétrica estatal uruguaia.

É também interessante mencionar que no Uruguai existe um estudo de que, dentro de mais alguns anos – já que é um país muito bem servido por ventos –, eles pretendem que, durante o dia, 90% do consumo elétrico seja feito com base em energia eólica. Isso, para nós, é uma maravilha, porque nós temos empresas que produzem esses equipamentos cada vez melhores, mais robustos, e, mais uma vez, essa nossa proximidade, a nossa amizade com o Uruguai pode permitir um *boost*, um lançamento ainda maior do comércio nessa área.

Eu mencionei a área energética e passo agora à área de transportes, que é uma área fundamental, principalmente para a zona de fronteira, que também tem registrado progressos significativos em três modalidades de transporte: no rodoviário, no ferroviário e no hidroviário.

(Soa a campainha.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Posso continuar?

Quanto ao rodoviário, vale aqui mencionar a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, que vai trazer visíveis benefícios econômicos para a região de fronteira não só no que se refere ao traslado de bens, ao transporte de cargas, pois há outro efeito interessante, na área ambiental, porque o desvio do trânsito comercial que ocorrerá com a construção da ponte vai permitir uma preservação maior da Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul. É importante dizer que essa ponte vai reduzir em 53km o trajeto entre Montevidéu e Porto Alegre.

E também, no bojo dessa construção, está prevista a recuperação de uma ponte linda, que é a Ponte Barão de Mauá, uma ponte histórica, patrimônio cultural do Mercosul. Na licitação estão incluídas as atividades de recuperação dessa ponte.

Quanto ao ferroviário – eu vou ser muito rápido –, o que interessa aqui é dizer que há uma retomada da interligação ferroviária entre o Brasil e o Uruguai. O Brasil está reativando o trecho entre Santana do Livramento e Cacequi. Já está praticamente apto a entrar em operação. E o Uruguai está reformando boa parte do trecho entre Rivera e Montevidéu, o que vai permitir aumentar a capacidade de carga e a velocidade média da via.

A última modalidade de transporte que eu queria mencionar é a hidroviária.

Aquela região da fronteira leste do Rio Grande do Sul com o Uruguai é rica em acidentes geográficos, como rios, lagoas, e é fundamental que o Uruguai possa ter acesso à navegabilidade e ao aproveitamento econômico desses acidentes.

Então, há um projeto muito importante de melhoria na estruturação física e institucional da hidrovia Uruguai-Brasil, o que contribuirá para o aperfeiçoamento da infraestrutura de transporte fluvial e lacustre entre os dois países e para a redução do custo do traslado de cargas e de pessoas.

E, dentro desse item de temas de relacionamento bilateral, eu mencionaria um aspecto importante, que não tem nada a ver com meios de transporte, mas é uma agenda que já deveria existir há muito tempo, que, na realidade, recebe atenção do governo brasileiro e do governo uruguaio, mas que merece uma maior atenção ainda, que é a incorporação, na agenda de cooperação, de temas culturais, científicos, tecnológicos, de inovação e educacionais.

Na literatura, o Uruguai se refere à situação das suas universidades, há algum tempo, como *la soledade universitaria*. Eles trabalham sozinhos. Isso tem mudado nos últimos tempos, mas para uma cooperação que ocorre entre as universidades e instituições de pesquisas delas mesmo. Seria muito interessante que os dois governos pudessem dar mais ênfase e desenvolver mais projetos, como o que já está acontecendo no âmbito desse Grupo de Alto Nível.

O último item da minha apresentação é o de sugestões que eu compartilharia com a Comissão a respeito das atividades que eu poderia, como Embaixador do Brasil em Montevidéu, desenvolver. Não é exaustivo, Presidente. São muitas coisas, mas eu escolhi alguns itens que acho que serão do interesse da Comissão.

O objetivo geral é manter a relação nesse nível excelente que está. Isso parece ser uma tarefa fácil, mas não é. Todos sabem que as relações entre governos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – É das tarefas mais difíceis.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Não é? Como eles mesmos dizem, é *inmejorable!* Então, para poder provar que nos podemos fazer mais coisas, vai dar um pouco de trabalho.

Mas, enfim, vamos manter esse caráter paradigmático, que não é comum nas relações com outros países de nosso continente.

Bom, na área de comércio de bens, serviços e investimentos, eu selecionei a ideia de fomentar o interesse no empresariado uruguaio e nos sindicatos, que são extremamente atuantes no Uruguai, e fazer parcerias com empresas brasileiras, com representantes do comércio brasileiro. A ideia aqui seria de que os investimentos brasileiros no Uruguai não deveriam somente visar à aquisição de fábricas, de frigoríficos, de empresas, mas buscar a associação, uma maneira de valorizar a própria autoestima do nosso vizinho, de fazer com que eles participem do processo decisório e, evidentemente, se beneficiem dos lucros dessas empresas, dando muita atenção à questão da pequena e média empresa, porque o Uruguai tem uma experiência muito grande no tratamento desse tema.

Outro tema junto nesse *cluster* do comércio de bens, serviços e investimentos é o papel das zonas francas. O Uruguai tem zonas francas muito bem montadas espalhadas pelo seu território e que oferecem uma série de vantagens. E eu me pergunto até que ponto nossos empresários sabem disso. Então, há zona franca em Colônia do Sacramento, Libertad, Nueva Palmira, Zonamerica, perto de Montevidéu... As propagandas sobre essas zonas são as mais atraentes. Será que os nossos empresários sabem disso? O trabalho que a embaixada faria seria o de divulgar esses benefícios e as oportunidades que as zonas francas apresentam.

Na área de comércio e serviços. Há um tema que me surpreendeu quando li, pois sempre achei que os uruguaios vinham confortavelmente para o Brasil. De fato, até 2012, os uruguaios estavam em terceiro lugar entre os que mais visitavam o Brasil.

Em 2012, faliu a empresa aérea uruguaia, a Pluna, e esse terceiro lugar do Uruguai caiu para o oitavo. Eu acho que caberá à Embaixada, ao governo brasileiro buscar, novamente, incentivar através de outro tema que está ligado à questão do comércio de serviços, que é o da conectividade aérea.

Com a falência da Pluna, até hoje não se substituiu. Ela, inclusive, voava para cá, para Brasília, tinha um voo para Brasília. Era um voo bastante confortável. Era uma empresa pequena, de que a Varig foi proprietária durante algum tempo. Mas, com a falência, em 2012, não houve sua substituição. Há uma lacuna aberta lá. Será que as nossas empresas aéreas não teriam interesse de verificar, logisticamente, economicamente, se a ideia de ter em Montevidéu, que tem um aeroporto novo, muito bem dimensionado, um *hub* para transporte não só de brasileiros e uruguaios, mas também de chilenos e argentinos que querem viajar para o entorno, para os Estados Unidos e para a Europa. A Embaixada poderia se dedicar, se debruçar um pouco mais sobre essa possibilidade de atividade lucrativa.

Na área da cooperação fronteiriça, existe um mecanismo de cooperação, que é a Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento, que tem que ser fortalecido, continuar sendo fortalecido. E, nas Nações Unidas, meu último ponto, é interessante notar, como eu disse no início, que o Uruguai se candidatou a um assento não permanente no Conselho de Segurança, sendo que a última vez que dele participou foi em 1966. Portanto, eles têm uma experiência muito, vamos dizer assim, tênue na condução e na negociação de temas no Conselho e pediram à Chancelaria brasileira o seu apoio. É de todo nosso interesse dar esse apoio e, evidentemente, através do Uruguai, ter contato com o tratamento que será dispensado aos importantíssimos temas do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Eu queria encerrar dizendo, senhoras e senhores membros da Comissão, que, para um diplomata brasileiro, é um grande privilégio defender os interesses nacionais junto a um país como o Uruguai, que têm demonstrado, não raras vezes, de forma inequívoca, a amizade e o apreço que nutre por nossa Nação e pelo nosso povo.

Eu, portanto, estou totalmente comprometido com a missão de promover ainda mais o aprofundamento dessa relação histórica.

Agradeço muito a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Nós vamos, agora, iniciar a fase em que os Senadores que têm interesse em sabatinar os indicados podem fazê-lo mediante a lista de inscrição que está aqui sobre a mesa.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia.

O Senador Lasier, que está afônico, tentará fazer uma pergunta diretamente. Senão, poderá fazê-lo por intermédio da Senadora Ana Amélia ou por mim.

O Senador Cristovam Buarque também está inscrito.

Vamos fazer, então, uma rodada, e os indicados, depois, responderão a todos.

Se não houver objeção... (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra por dez minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Presidente Aloysio.

Quero cumprimentar os dois Embaixadores, o Embaixador Rodrigo, que vai para as Filipinas, e o Embaixador Hadil, de cuja indicação tive a honra de ser Relatora, que vai para o nosso vizinho e querido amigo República Oriental do Uruguai.

Embaixador, depois do "imexível", "*inmejorable*", também é "imelhorável". Já podemos conceituar isso. (*Risos.*)

Mas eu queria que o Embaixador Rodrigo... O Rio Grande do Sul tem muito a ver com as Filipinas, não pela proximidade, pois estão muito distantes um do outro, mas porque as Filipinas são um grande comprador de trigo do Rio Grande do Sul. Isso, para nós, tem uma relevância importante porque 7% do trigo enviado do Brasil para o exterior vão para as Filipinas.

Nós tivemos uma relação de ampliação das possibilidades de venda de trigo não só para as Filipinas, mas também para a Tailândia, o Vietnã, Bangladesh e a Coreia do Sul.

No caso dos produtos de origem agropecuária, até porque interessa muito ao Rio Grande do Sul, eu queria saber quais são as perspectivas que o senhor vê para isso considerando o mercado, as dificuldades conjunturais...

O senhor mencionou a questão desse quase barril de pólvora em que, num determinado momento, se transformaram as Filipinas. O senhor disse que houve um pacto da situação com os movimentos insurrecionais que pacificou. Esse pacto tem duração? Ele tem sustentabilidade? Como é que se projeta o futuro a médio e a longo prazo dentro dessa lógica que está perturbando todo o mundo em relação a atentados de grupos nos países muçulmanos, como o Exército Islâmico, e assim por diante.

E, por fim, a questão econômica. V. Exª falou da Asean, da Apec, que é aquele grupo de países da Ásia-Pacífico, integrado também pelos Estados Unidos, e disse que o Brasil não tem dado atenção a esse grupo econômico forte, importante, como deu o Chile, por exemplo, para ter uma inserção maior nele ou, então, tentar também, via diplomática, fazer um acordo Mercosul junto à Asean para efeito de maior implementação. Então, essas são as questões que eu tenho para o senhor.

Para o Embaixador que vai para Montevidéu, um lugar muito parecido com Porto Alegre, eu quero perguntar se, como, no mês de maio, a Presidente da República, Dilma Rousseff, esteve em Montevidéu e anunciou que até setembro seria publicado o edital para licitação das obras relativas à ponte citada pelo caro Embaixador, esse edital já foi publicado, se já saiu o edital dessa ponte.

É claro que também conheço muito bem a Ponte Barão de Mauá, que liga Rio Branco, citada por V. Exª, a Jaguarão, patrimônio da humanidade, pelos seus casarios, pelas portas que há em Jaguarão, que fazem parte de uma arquitetura já pertencente ao patrimônio da cidade.

Uma curiosidade: isso foi possível graças a um incentivo da Prefeitura Municipal de isentar do IPTU aquelas casas, aqueles casarios que tivessem feito trabalho de preservação e restauro das casas. Então, nesses casos, é o centro da cidade, que, aliás, é muito bonito.

E Rio Branco, que era, eu diria, uma pequena vila, com a política de criação de *free shops* na região da fronteira, é uma outra cidade. Eu tenho ido lá com alguma frequência nos últimos três ou quatro anos e tenho visto que a mudança a cada ano é extraordinária.

Já que estou falando nisso, Embaixador, eu queria saber: o governo brasileiro, por meio da Receita Federal, recentemente, tentou reduzir de U$300.00 para U$150.00 a quota de compras ali naquela região, que tem uma vitalidade enorme, especialmente nos momentos de feriadões e etc. Agora, evidentemente, com a elevação do dólar em relação ao real, isso, evidentemente, terá um impacto.

Houve uma mobilização muito grande das autoridades, do próprio Presidente uruguaio e do Presidente do Paraguai, já que o Paraguai também tem *free shops,* no sentido de manter os U$300.00 e não os U$150.00, que foi o que a Receita Federal fez.

A Receita Federal, por sua vez, tratou de dizer: "Bom, vamos manter U$300.00 até que os *free shops* brasileiros sejam regulamentados e entrem em vigor".

Teremos um debate em Foz do Iguaçu, do qual eu participarei, então, para tratar disso.

Eu queria saber se V. Exª tem ideia ou dados de qual é o volume de dólares comercializados nesta região de fronteira em relação ao que o brasileiro gasta naquele lado.

O governo do ex-Presidente Mujica, pela primeira vez, de forma inédita, na região, liberou a produção da maconha e concentrou a produção e a comercialização nas mãos do Estado. Houve, especialmente por parte de autoridades brasileiras, no caso a Polícia Federal, que tem o controle de entorpecentes, a argumentação de que isso poderia criar um risco para a fronteira.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Refiro-me ao risco na fronteira.

Então, eu queria saber se V. Exª tem informações sobre essa questão.

Quanto à questão fronteiriça, apesar do esforço que temos feito, ainda existem algumas burocracias que se ressentem nessa relação, embora o Uruguai seja, no meu modo de entender, bem mais desburocratizado e ágil do que a Argentina, por exemplo.

Outra questão. V. Exª falou, provocado pelo nosso Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, sobre a questão do posicionamento do atual Presidente Tabaré Vázquez em relação a Mujica do ponto de vista geopolítico ou geoeconômico. Penso que o Tabaré é mais pragmático. No governo anterior ao atual, ele fez um acordo comercial com os Estados Unidos. Quer dizer, ele teve essa iniciativa, e eu penso que...

Eu queria aproveitar a pergunta que lhe faço para dizer ao Presidente Aloysio Nunes Ferreira, com o apoio do Embaixador que vai para o Uruguai, que nós estamos pendentes do acordo Mercosul-União Europeia por algumas exigências ou intransigências do governo argentino em relação à questão de quotas. Eu penso que a negociação é mais fácil com o Uruguai, que está apoiando a posição brasileira, suponho.

Então, acredito que é a hora de a Comissão de Relações Exteriores solicitar ao Chanceler Mauro Vieira um posicionamento a respeito dessas negociações, que são extremamente relevantes neste momento da economia do nosso País.

Por fim, o Congresso brasileiro está debatendo agora a possibilidade da legalização do jogo como forma de criar condições de aumentar a arrecadação de impostos.

O Uruguai tem política de cassinos, inclusive na fronteira, em Rivera, do lado de Santana do Livramento...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ..., onde há um enorme cassino, o que tem atraído também os turistas brasileiros.

Então, eu queria saber se, eventualmente, essa questão da legalização do jogo pode, de alguma forma, estabelecer algum tipo de cooperação pela *expertise* que tem o Uruguai, desde que, claro, o Congresso brasileiro aprove uma iniciativa dessa natureza, Senador Aloysio. Essa questão está caminhando mais rapidamente do que imaginamos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A sugestão de V. Exª é muito interessante. Nas três vezes em que o Ministro Mauro Vieira esteve na Comissão, nós já o interpelamos a respeito desse assunto. A posição brasileira é sempre de esperar que a Argentina faça a sua oferta conjuntamente conosco. Mas é interessante realmente.

Se V. Exª puder formalizar o requerimento de informações em nome da Comissão, vamos encaminhá-lo ao Ministro.

Está com a palavra, agora, o Senador Cristovam Buarque.

Por favor, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, desta vez, vou fazer apenas uma pergunta ao nosso Embaixador no Uruguai, apesar de todo o interesse que eu tenho pela Tailândia. Está havendo uma audiência aqui do lado, e eu preciso estar lá. Vou sair, tenho que voltar. Mas eu não posso deixar de fazer uma pergunta apenas.

Nem sei se o senhor está interessado, se já se interessou ou se motivou pelo assunto, mas eu queria saber sobre a política recente do governo uruguaio relacionada ao consumo da maconha, que é um tema que o Brasil vai ter que enfrentar um dia para encontrar uma maneira de "desdrogar" o País. O Brasil, de sexta à noite a domingo de tarde, é um grande botequim onde nossa juventude está bebendo e alguns jovens estão usando drogas que tão graves quanto o álcool, mas ilícitas.

O proibicionismo não deu resultado. A regularização é uma temeridade.

Fui o Relator de uma proposta, que veio da sociedade civil, para discutir a regularização e não consegui tomar uma posição que não fosse a de defender que o debate continue, que saia de debaixo do tapete, que não digamos que está tudo bem, Senador Tasso, pois está tudo mal. Mas nós não sabemos... Eu, pelo menos, não sei o que fazer.

Eu temo muito pela regularização pura e simplesmente. Nem sei como seria, quem produz, quem comercializa... E o Uruguai é o único país aqui mais próximo que está fazendo a experiência, porque os outros são Portugal, países europeus e alguns Estados americanos.

Eu queria saber se o senhor tem conhecimento de como andam os resultados nesse um ano – talvez não haja nem esse tempo – da lei do presidente Mujica relacionada a isso. Então, Embaixador, eu gostaria de saber se o senhor tem informações. Como é que está o andamento da execução dessas medidas? Este é um ponto.

E, segundo, pergunto se o senhor conhece estudos que digam qual é o impacto da regularização no Uruguai sobre o Brasil, especialmente, Senadora Ana Amélia, na fronteira. Pergunto se isso poderá trazer problemas para o Brasil.

Então, essas são as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O Senador Delcídio do Amaral está inscrito.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente e Srs. Embaixadores, quero fazer rápidas perguntas.

Primeiro, sobre a questão das Filipinas.

Nós tomamos conhecimento de que as Filipinas, hoje, têm um programa de combate à dengue extremamente forte e exitoso. Eu não acompanhei, talvez o Embaixador... Como eu cheguei depois do *speech* que ele fez aqui, se eu fizer alguma pergunta que já foi abordada por V. Exª, eu vou pegar as notas taquigráficas para também não prejudicar esta sabatina. Primeiro, com relação a esse programa, porque, evidentemente, esse programa interessa ao Brasil. Aparentemente, é um programa barato, e nós temos enfrentado dificuldades gigantescas com relação ao combate ao *aedes aegipt*.

A segunda pergunta é sobre a questão da inserção das Filipinas na Ásia.

As Filipinas têm, inclusive, uma disputa territorial com a China. Até que ponto essas disputas territoriais podem causar algum tipo de problema? Como as Filipinas se inserem dentro desse contexto asiático? A gente sabe que elas olham a China com muita atenção, olham os Estados Unidos, olham o Japão... Como é que o Brasil se insere nesse processo com as Filipinas?

E, por último, a questão do etanol.

As Filipinas, até se adiantando em relação a muitos países, já têm, na mistura, 10% de etanol. Eu estive agora, inclusive, com o pessoal da Unica, que está numa audiência pública com a Ministra do Meio Ambiente. O etanol é uma tecnologia que o Brasil desenvolveu e que está em risco. São quase 40 usinas que foram já paralisadas. Cada usina dessas tem quatro mil trabalhadores. Como o Brasil poderia se inserir nesse contexto, claro que entendendo que há outros produtores de etanol na região, como a Índia e outros países?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas nós produzimos equipamentos de boa qualidade para...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Equipamentos de excelente qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Podemos exportar.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E fábricas que levaram um bom tempo para desenvolver toda essa tecnologia que, inegavelmente, é uma tecnologia de ponta. A crise do etanol não é uma crise dos empresários ou das nossas indústrias. São outros fatores que, lamentavelmente, prejudicaram uma das iniciativas mais importantes, do meu ponto de vista, na questão de combustíveis.

Com relação ao Uruguai, eu gostaria de... Cheguei um pouco mais tarde porque estava correndo...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Líder do Governo tem de ficar aí...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... No Senado, eu fico pra lá e pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pra lá, pra cá, vaquejando.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Isso é igual àquela história: o camarada corre para lá e para cá. Na época em que eu trabalhei na Shell, era o pato. O pato voa mal, anda mal, nada mal, mas ele nada, voa e anda. Então, estou mais ou menos nessa. Faço tudo mais ou menos, não tenho especialidade em nada, mas dou meus pulos.

A questão do Uruguai. Primeiro, a pressão com relação ao Mercosul. Eu peguei um pedaço...

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a discordância dos seus colegas.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu peguei umas observações. O Senador Raimundo vive o nosso quotidiano aí, é um grande amigo que está sempre me ajudando nessas caminhadas.

A outra questão é o Mercosul, essas pressões e os acordos bilaterais que foram fortemente aqui já discutidos na Comissão de Relações Exteriores, sob o comando do Presidente, Senador Aloysio Nunes.

O Uruguai participou – e acompanhei isso – de negociações ligadas principalmente a comércio de serviços, promovendo uma grande abertura nessa área de telecomunicações, nessa área de construção. E houve uma mobilização tremenda dos trabalhadores uruguaios.

Queria saber como o Embaixador vê essa movimentação: se isso estancou, se continua avançando.

Há outra coisa também que eu queria destacar, porque acho o Uruguai um país especial, um país diferenciado, estável e, principalmente, um país que avançou muito,em várias políticas. Eu pedi para registrarem aqui. Por exemplo, o voto feminino no Uruguai foi aprovado em 1932. A jornada de trabalho de oito horas é de 1915 no Uruguai. Há outros dados sobre punições físicas especialmente. O Legislativo uruguaio aprovou leis, como as leis que castigam os pais por punições físicas a seus filhos, isso bem na frente do Brasil e de outros países. Em 2009, permitiu a realização de eutanásia, também bem à frente dos demais países, principalmente sul-americanos. Em 2012, com o próprio Presidente Mujica, a descriminalização do aborto. E, depois, a questão da maconha. Pelo que entendi desse projeto, ele não só permite a venda, mas também o uso, conforme determinadas regras.

Como essa experiência, que é relativamente recente, hoje se desenrola no Uruguai? Isso porque também, sob o ponto de vista social, o Uruguai tem grandes avanços e sempre à frente dos demais países do continente.

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

O Senador Lasier está disfônico e faz uma pergunta, Embaixador Rocha Vianna, a respeito de um documento que é uma exigência para que os automóveis locados no Brasil possam cruzar a fronteira com o Uruguai. É o documento chamado Carta Verde. Esse documento é uma exigência para o trânsito de veículos e não é fornecido pelas locadoras de veículos que são alugados aqui no Brasil. Isso cria um embaraço muito grande para o trânsito transfronteiriço.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – É um acordo do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O Senador Lasier faz a comparação com a União Europeia, onde os veículos locados podem circular livremente entre os países sem maiores entraves burocráticos.

Ele gostaria de saber a sua opinião sobre essa exigência; se podemos atuar no sentido de eliminá-la, uma vez que ela cria muitos problemas para a circulação de pessoas. Em breve inauguramos mais uma ponte ali, e não vai ter carro para atravessar.

Muito bem. O Senador Tasso Jereissati agora tem a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Aloysio, Srs. Embaixadores Rodrigo do Amaral Souza e Hadil Rocha Vianna. Bom, algumas perguntas que eu queria fazer já foram feitas, mas eu queria apenas complementar.

Primeiro, ao senhor embaixador, futuro embaixador no Uruguai: o atual Presidente uruguaio tem uma diferença de visão em relação ao Mercosul, sobre o que eles chamam de *sinceriamento*. Eu queria entender, na prática, exatamente... O Mercosul tem sido um tema de muitas discussões aqui entre nós. Alguns que dizem que ele atrapalha o comércio do Brasil com outros países, que tem sido um fator de estagnação e não de desenvolvimento do comércio exterior; outros, favoráveis.

Portanto, é sempre uma questão muito importante, muito polêmica aqui dentro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E nós vamos fazer uma audiência pública – permita-me, Senador. Neste ano, comemoram-se 25 anos do Mercosul. Então, há um requerimento já aprovado, de autoria do Senador Ferraço, para que nós façamos uma audiência pública, um debate sobre essa questão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ótimo, muito boa ideia.

Então, eu queria saber exatamente qual é o ponto de vista, o que o Uruguai quer com *sinceriamento*. Qual é a diferença fundamental que ele propõe com o *sinceriamento*.

E outra pergunta que me chamou atenção, na sua excelente exposição, foi sobre as zonas francas. São zonas francas também controversas aqui no Brasil, já que às vezes servem de ponte de terceirização de importações em níveis pouco competitivos para os produtos brasileiros. Como é que funcionam essas zonas francas. E, até no aspecto financeiro, essas zonas francas têm algumas prerrogativas questionáveis do ponto de vista de tráfico de recursos internacionais entre Brasil via Uruguai e resto do mundo, e vice-versa.

Então, exatamente uma posição mais clara, mais detalhada, vamos dizer assim, sobre essas posições.

Ao Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, aqui uma coisa que me chama muita atenção em relação ao nosso relacionamento com as Filipinas é que o Brasil tem... A grande crítica e, talvez, o maior problema do comércio exterior brasileiro nos últimos anos é que ele retrocedeu no sentido contrário àquilo que nós esperávamos.

O saudoso economista Eugênio Gudin, amigo do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dizia que o Brasil deveria ser um produtor de produtos primários, importador de produtos manufaturados. Naquela época, um termo que o Senador Aloysio usava muito era...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, a vocação natural do Brasil era ser agrário exportador.

Aliás, foi um mestre de V. Exª, Gudin. V. Exª sempre se abeberou dos conhecimentos da literatura, dos artigos, dos livros de Gudin.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso, da literatura, porque eu não tive o prazer de conviver com ele como V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele foi colega de turma do nosso colega José Serra. Eles foram colegas de turma.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Colega de turma do José Serra. É, eu percebi. Eu não sabia, mas percebi por algumas frases que ele disse.

Enfim, mas nós, em vez de caminharmos no sentido contrário, que significava para nós desenvolvimento, exportação e aumentar a pauta de exportação de produtos manufaturados, nós viramos, recentemente, um país tipicamente exportador de produtos primários. Isso é a causa, inclusive, fundamental da crise que estamos vivendo hoje. Ficamos totalmente dependentes de *commodities,* e essas *commodities*, quando caíram de preço, nos levaram à situação que nós estamos vivendo hoje.

E me chamou a atenção, porque, mesmo em relação a um país como as Filipinas, que, pelo que se sabe, não têm uma grande tradição industrial, nós também somos importadores de produtos manufaturados, produtos industrializados, de valor agregado, e exportadores de matéria-prima. Na sua avaliação, qual a razão disso? E como podemos, pelo menos, fazer um trabalho para equilibrar essa relação?

Então, são essas questões, Senadora Ana Amélia, que gostaria de colocar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Tasso.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, ao Senador Raimundo Lira; também estão inscritos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, querida Presidente em exercício desta reunião de audiência e sabatina de dois quadros muito experimentados da nossa boa escola do Rio Branco, do Itamaraty, dois profissionais do Itamaraty que vão continuar contribuindo com o nosso diálogo.

Estamos aqui a falar de Ásia e América do Sul ao mesmo tempo. E quero cumprimentá-los.

Gostaria de me dirigir ao Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, que está tendo o privilégio de chefiar nossa missão diplomática no Uruguai, pela admiração que tenho por esse extraordinário país, que, ao longo do tempo, tem estado além do seu tempo, cultivando valores e princípios sempre muito contemporâneos.

E a nossa visão – pelo menos a minha visão – é uma visão muito em linha com aquilo que propôs o Presidente Mujica e com aquilo que propõe o atual Presidente Tabaré Vázquez.

Ainda em 2012, o Presidente Mujica anunciou a decisão do seu governo de solicitar a incorporação do Uruguai como membro observador da Aliança do Pacífico, bloco constituído pelo Chile, Peru, Colômbia e México.

Não apenas esse extraordinário homem público e cidadão do mundo, Mujica, e também o Presidente Tabaré Vázquez têm uma visão absolutamente clara e objetiva sobre a necessidade de nós, no sentido de fortalecermos o nosso Mercosul, repensarmos ou refundarmos as suas bases e a sua lógica, para que o Mercosul possa ser um instrumento ou uma ferramenta ou uma plataforma de alavancagem dos interesses brasileiros e dos Estados parte, com os quais compartilhamos essa união aduaneira, tese que tem sido rebatida pelo Governo Federal, pelo Governo da Presidente Dilma, pelo governo do Presidente Lula, que acham que tudo vai muito bem e que não há a necessidade de mudança.

Nos últimos dez anos, pelo menos, 600 acordos bilaterais foram firmados mundo afora, e o Mercosul não consegue ir além do seu território. É evidente que os números *vis-à-vis* são importantes para o Brasil, para a Argentina e assim por diante.

O fato objetivo é que o Mercosul está fazendo neste ano 25 anos. E o Uruguai dá sinais da necessidade de determinadas revisões nos procedimentos e protocolos do Mercosul, para que esse possa, de fato, contribuir não apenas com o nosso País, mas com os outros países que fazem parte dessa união aduaneira.

Gostaria de ouvir a visão de V. Exª, Embaixador Hadil, sobre o Mercosul, sua história, sua trajetória e suas ameaças e oportunidades.

Quer dizer, quando um país como o Uruguai pede para se alistar como país observador da Aliança do Pacífico, isso significa o quê? Significa que o Uruguai está olhando para a Aliança do Pacífico com muito mais otimismo do que para o Mercosul, na medida em que, sinceramente, o Mercosul não consegue sair do lugar?

À medida que o Mercosul continua um bloco absolutamente isolado, a despeito de todas as alianças que estão sendo constituídas mundo afora?

Eu queria receber de V. Exª uma avaliação sobre isso.

Também gostaria de citar para V. Exª uma passagem do livro que foi lançado e que traz a biografia do ex-Presidente José Mujica. Nessa biografia, o ex-Presidente José Mujica explicita um episódio ocorrido à época da suspensão do Paraguai do Mercosul.

Acho eu que foi uma circunstância e uma conjuntura que envergonha a diplomacia e a história da política externa brasileira, pela forma subterrânea com que o nosso País agiu, impondo ao Paraguai sanções absolutamente inadequadas. Pelo menos esse é o meu juízo de valor. E fez isso, obviamente, com objetivos muito explícitos, para que a Venezuela pudesse ser incorporada ao Mercosul, o que é uma coisa importante, positiva, até porque se trata de um país absolutamente importante para a nossa região e para as nossas relações. Para a circunstância que a Venezuela está vivendo, quero crer que a população venezuelana vai encontrar um caminho, pela linha democrática, para se livrar disso que é um atraso sem precedentes.

Mas o que relata o ex-Presidente José Mujica?

Naquela época, o emissário de Mujica, que não aceitava a sanção ao Paraguai, foi chamado para uma reunião secreta pelo Ministro Marco Aurélio Garcia. Isso, para mim, Sr. Embaixador, Srs. Embaixadores, senhores membros do corpo diplomático, é uma prova paralela do que vem ocorrendo nos últimos anos em nosso País, e nós precisamos superar, que é a diplomacia paralela, aquela feita pelo Itamaraty, aquela coordenada pelo nosso chanceler, e aquela que é coordenada pelo nosso chanceler de plantão. Quer dizer, isso não tem, não faz sentido e não guarda relação com a boa história da nossa política externa.

V. Exª está assumindo a Embaixada do Uruguai, e vai assumir com o meu voto. Mas é preciso que V. Exªs, como autoridades que são, com carreira constituída pelo mérito, nos ajudem a colocar um fim nessa subordinação, nisso que eu chamo de uma coisa que não traz e não guarda relação com a boa marca da política externa brasileira. Digo isso porque as relações aqui na América do Sul são sempre muito tumultuadas e cheias de intervenções. Faço um apelo a V. Exªs: que V. Exª tenham honra das carreiras de V. Exªs e que não se submetam a esse tipo de política que não faz jus e que não é compatível com a tradicional política externa brasileira.

São as considerações que faço, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Agora, encerrando a sabatina, tem a palavra o Senador Raimundo Lira, que é o último inscrito. Depois, nós vamos passar a apuração dos votos. Se algum Senador ainda não votou... Senador Ferraço, V. Exª já votou?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, pode fazê-lo. Anunciou seu voto e, agora, precisa confirmá-lo.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira, Sr. Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, Sr. Embaixador Hadil Fontes da Rocha Vianna, nossa assessoria aqui elaborou algumas perguntas, mais sobre o aspecto técnico, de política regional e de comércio exterior, mas praticamente todas foram feitas pelos colegas que nos antecederam.

Eu tive a maior satisfação e o prazer de estar aqui nesta reunião, sobretudo pela amizade e estima que eu e minha família nutrimos em relação ao Embaixador Rodrigo do Amaral e sua esposa Laís, que é muito amiga da minha esposa Gitana. Fico muito feliz de ver que o Embaixador Rodrigo do Amaral vai, logo de início, ser embaixador de um importante país na Ásia, numa área geográfica de extrema importância. Inclusive hoje é a que apresenta os maiores índices de crescimento econômico em todo o mundo.

Portanto, a sua presença lá é de fundamental importância para o nosso País.

Nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, apesar da distância entre o Brasil e as Filipinas, nós tivemos uma média nas transações comerciais em torno de US$1 bilhão. Como falou o meu estimado Senador Jereissati, uma das coisas que o surpreendeu e a mim também é o fato de as importações brasileiras serem, na maioria, importações industriais, inclusive alguns produtos de tecnologia avançada. E as nossas exportações, como de costume, são majoritariamente de *commodities*.

Então, embaixador, eu sempre entendi que o papel fundamental do Itamaraty, onde nós temos uma instituição de Estado com uma carreira de pessoas brilhantes e preparadas ao longo de toda a sua história, deve ser um papel mais ativo no que se refere ao comércio exterior. Então, nós temos uma respeitabilidade muito grande nos países onde estamos representados, pelo nível de profissionalização dos nossos representantes do Itamaraty. No entanto, nós precisamos nos desenvolver mais, nos preparar mais para essa área comercial desinibir, porque, muitas vezes, defesa de interesses do País em relação ao comércio, no passado, dava a impressão de que havia um desvio, até um desvio do real objetivo do Itamaraty.

Então, os Estados Unidos são um exemplo mundial. O principal papel de todo o seu sistema de relações exteriores, o que eles chamam se secretário de Estado, é exatamente abrir e desenvolver o mercado para os produtos americanos.

Então, apesar de ser embaixador de um país que não tem um PIB muito expressivo – em torno de um sétimo, um oitavo do PIB brasileiro –, com certeza V. Exª e sua equipe vão encontrar nas Filipinas e no entorno das Filipinas, ali na Ásia, grandes possibilidades para que possamos aumentar essa transação comercial entre o Brasil e as Filipinas.

Mais uma vez, repito, almejo que V. Exª tenha muito sucesso não só nas Filipinas, mas em toda a sua carreira. Trago aqui as congratulações de toda a minha família, no sentido de que V. Exª tenha sucesso, seja bem recebido e traga grandes resultados para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Vamos, agora, às considerações dos nossos sabatinados.

Em primeiro lugar, o Embaixador Rodrigo do Amaral Souza.

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo às perguntas e indagações na ordem em que foram feitas, começaria pelas perguntas da Senadora Ana Amélia.

De fato, as Filipinas são um comprador importante de trigo brasileiro. Em 2014, as exportações de cereais do Brasil para as Filipinas foram de aproximadamente US$50 milhões, o que corresponde a 7% das exportações brasileiras.

Nós temos um potencial importante a ser explorado e melhorado. As Filipinas são produtores importantes de alguns produtos, como, por exemplo, frutas, coco, abacaxi. Têm também uma tradição importante na área pecuária. São produtores, inclusive, de carne de búfalo, além de carne bovina.

Nós já temos também exportado carnes em quantidade apreciável para as Filipinas. Em 2014, 9% das nossas exportações foram de carnes. Nós continuamos a ter um problema com certificação sanitária da carne brasileira. As Filipinas exigem que a carne seja proveniente de zonas livres da febre aftosa, sem vacinação. Então, basicamente, apenas Santa Catarina tem exportado carne para as Filipinas, mas aí há um potencial bastante grande a ser explorado.

Sobre a questão dos movimentos insurrecionais, não havia apenas um, mas havia vários movimentos separatistas com inspiração muçulmana, concentrados no sul do arquipélago das Filipinas, na zona de Mindanao. As Filipinas têm entre 5% e 10% de população muçulmana, concentrada no sul do país. Houve dois movimentos, chamados de Movimento de Libertação Nacional Mouro... Essa é um pouco aquela linguagem que se usava antigamente para chamar os muçulmanos nos países de língua espanhola, os mouros. Depois, esses grupos geraram dissidências. Uma delas se chama Abu Sayyaf, que é um movimento um pouco mais radical. Havia também movimentos de inspiração marxista. O principal deles era conhecido como Novo Exército do Povo. O governo central filipino conseguiu fechar um acordo de paz, em 2014, com o principal desses movimentos separatistas. Foi assinado um acordo de paz. Inclusive esse movimento tenciona ingressar na vida política formal do país. Mas o que acontece é que, assim como ocorre na Colômbia, por exemplo, às vezes há escaramuças pontuais entre forças policiais e esses movimentos. Isso gera episódios de recrudescimento, de enfrentamentos. Isso ocorreu nas Filipinas no final do ano passado. E há uma situação de violência no sul do País. Basicamente, é um banditismo voltado a sequestros. Isso tem ocorrido. Nós temos inclusive recomendado aos brasileiros que tenham muito cuidado em fazer viagens ao sul do arquipélago, à zona de Mindanao, porque lá ainda são relativamente frequentes episódios de sequestro de ocidentais para obtenção de resgate. Há poucos dias, foram sequestrados cidadãos da Alemanha e da Holanda. Então, todo cuidado é pouco. De qualquer maneira, institucionalmente, a guerrilha separatista e marxista está controlada. Há esses episódios, escaramuças pontuais, e há essa questão da violência concentrada no sul do país.

A inserção das Filipinas na região asiática. As Filipinas são membros fundadores da Apec (Asia-Pacific Economic Cooperation) e da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

A Asean é uma espécie de pedra de toque da política externa das Filipinas; congrega dez países daquela região do Sudeste Asiático. Eles têm uma carta fundadora, um documento, o Tratado de Bangkok. E eles têm incentivado que países que não pertencem à região assinem o tratado constitutivo, que é chamado Tratado de Amizade e Cooperação. O Brasil fez isso há alguns anos, ainda na gestão do Embaixador Patriota como Ministro de Estado. Há um pedido filipino para que o Brasil assuma a condição de parceiro de diálogo com a Asean, o que já ocorre com os outros BRICS, mas não ocorre ainda no caso do Brasil.

Há também um processo de diálogo entre o Mercosul e a Asean. Esse processo começou – houve uma reunião de chanceleres –, mas ele teve vida curta. Ele foi interrompido ainda em 2009 ou 2010. Então, há uma ideia de que esse processo possa ter uma retomada.

Então, haveria dois trilhos paralelos: o diálogo bilateral do Brasil com a Asean e o diálogo do Mercosul.

Em relação aos questionamentos do Senador Delcídio, de fato, eu mencionei na minha exposição a possibilidade de cooperação na área de saúde, especificamente no combate à dengue, que é uma enfermidade endêmica nas Filipinas. As Filipinas, de fato, desenvolveram um método bastante eficaz e barato de combate à dengue, baseado no uso de larvicidas e ovicidas. Esse método, pelas informações que nós temos, logrou reduzir em níveis bastante apreciáveis a dengue naquele país. Já houve troca de missões do Ministério da Saúde e do pessoal do Ministério da Saúde das Filipinas aqui no Brasil. Então, esse é um campo que apresenta possibilidades bastante promissoras de cooperação.

A questão de disputas territoriais. Há uma disputa marítima entre a China e alguns países da região, não apenas as Filipinas, mas também o Vietnã, a Malásia e a Indonésia, sobre o que a China chama de Mar do Sul da China, e as Filipinas chamam de Mar das Filipinas Ocidentais. É uma disputa territorial. Isso envolve questões de direito, da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, definição de zona econômica exclusiva, de soberania territorial. O que a China tem feito é privilegiar o caminho bilateral para resolução da controvérsia. As Filipinas e os demais países do Sudeste Asiático, da Asean, têm tentado levar o assunto para o âmbito multilateral. As Filipinas levaram o assunto formalmente à Corte Permanente de Arbitragem em Haia, invocando disposições da Convenção sobre Direito do Mar que favoreceriam seu pleito. A China considera que praticamente toda aquela região em disputa é de soberania chinesa. Isso realmente é um irritante bilateral, mas que tem sido canalizado tanto no âmbito multilateral quanto em conversas bilaterais. Na última reunião ministerial da Asean, em agosto, em Kuala Lumpur, os países da Asean tentaram levantar o assunto. A China, embora não seja membro da Asean, estava presente como convidada. Viu-se claramente que há um impasse quanto ao método de solução da controvérsia. Mas há um acordo para que a controvérsia, qualquer que seja o método encontrado para sua solução, seja solucionada de forma pacífica, sem recurso à força. Uma das queixas das Filipinas é de que a China tem construído pistas de pouso em algumas ilhas, ou em atóis que eles transformam artificialmente, através de uso de aterros, em ilhas, e aí alegam soberania sobre essas ilhas artificiais. É uma questão muito sensível, porque aquela região tem uma importância estratégica evidente no campo militar e é uma rota de passagem de um fluxo de comércio absolutamente importante. Há um cálculo de que o fluxo de comércio marítimo que transita por aquela região seja superior a US$5 trilhões por ano. Por aí, pode-se ver a importância disso. Mas a China, apesar desse contencioso, é o segundo parceiro comercial das Filipinas. É uma fonte importante de investimentos ali, e o diálogo tem esse irritante, mas é um diálogo fluido entre o governo chinês e o governo das Filipinas.

A questão do etanol. De fato, foi outro tema tratado na minha exposição. As Filipinas já fazem...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO DO AMARAL SOUZA – ... uma mistura de etanol no combustível para os carros. Nós temos uma possibilidade bastante importante de exportação não só de etanol, mas de equipamentos para a indústria sucroalcooleira, e há houve também, e está havendo, intercâmbio de missões nessa área.

O Senador Tasso mencionou a questão da composição do comercio bilateral.

De fato, há uma predominância de nossas exportações em *commodities* – eu mencionei carnes, cereais e também minérios. Em minérios, apenas minério de fero, basicamente, 65% das nossas exportações às Filipinas.

Nós ainda estamos um pouco surfando naquela época em que as *commodities* tiveram as suas cotações muito aumentadas. Nós sofremos um pouco com a distância e o relativo desconhecimento, por parte dos exportadores brasileiros, do mercado filipino. Eu pretendo incentivar contatos mais frequentes das nossas entidades empresariais com os seus congêneres filipinos.

A CNI já tem um memorando de entendimento com a sua contraparte filipina. E a ideia, também, é criar uma câmara de comércio Brasil-Filipinas.

Senador Raimundo, agradeço muitíssimo a generosidade das suas palavras, todo o carinho. Eu peço que transmita esse agradecimento também à Gitana. Agradeço muito a sua presença hoje aqui.

Nós, realmente, na questão do comércio, que o senhor mencionou também, a exemplo do Senador Tasso Jereissati, temos muito o que fazer. Mas o Itamaraty tem um papel essencial a desempenhar aí. Aqui me acompanha o Embaixador Hadil, que tem essa responsabilidade. Entre as suas múltiplas atribuições, está justamente comandar, no Itamaraty, a área de promoção comercial. Nós temos uma tradição longa nessa área, no Itamaraty; temos os setores de promoção comercial, que estão presentes em tantas embaixadas e em alguns consulados do Brasil. E uma das prioridades da minha gestão, se for aprovado pelo Senado, será dar toda a importância devida ao aumento do comércio e ao aumento do comércio de produtos de alto valor agregado no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Nós vamos ouvir agora a sua resposta à sabatina, às questões levantadas pelos nossos colegas ao Embaixador Rocha Vianna.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começo, então, procurando responder às perguntas que foram formuladas pela Senadora Ana Amélia.

A primeira pergunta foi sobre a publicação do edital a respeito da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão. A resposta que eu posso dar, Senadora, é de que as notícias são de que o edital vai sair em novembro. Eu não estou garantindo. (*Risos.*)

Essas são as notícias que estão, inclusive, na imprensa. Mas o importante é que o DNIT apresentou um rascunho, o Uruguai comentou. Todos os comentários uruguaios foram incorporados, e agora espero sair o edital.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Quanto aos *free shops*, a senhora fez uma pergunta muito específica sobre o volume de dólares. Eu não tenho, Senadora. Eu vou procurar me informar e mandar ao seu gabinete. Mas o que é importante mencionar, e a senhora inclusive já assinalou, é que a ideia de reduzir de US$300 para US$150 o total de gastos nas fronteiras terrestres, fluviais e lacustres foi postergada para o ano que vem ou até quando se implementem os sistemas de informática que permitam a instalação de *free shops* do lado brasileiro.

De fato, é uma preocupação para o Uruguai. Como a senhora bem disse, na fronteira do Uruguai, há um gasto grande de turistas que usam as lojas instaladas no lado uruguaio. Com o dólar alto no Brasil, com a possibilidade de se criarem *free shops* no lado brasileiro, a preocupação do arrecadador uruguaio é muito grande. Mas isso, evidentemente, são questões a serem conversadas, sobretudo, no âmbito do grupo de alto nível Brasil-Uruguai, que, em muitos casos, leva os temas até o nível presidencial.

A senhora falou sobre a lei da maconha no Uruguai, quais seriam os riscos para a fronteira. O que se lê a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Vai haver muito turista brasileiro indo para lá.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Pois é. Isso que é importante assinalar. A lei e o decreto que regulamenta a lei não permitem a venda, o consumo, a produção por estrangeiros; somente por nacionais ou por aqueles que têm o visto de permanência. Dessa maneira, o governo... (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... a Holanda e não pôde, porque ali também é só para quem mora lá.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Mas uma coisa interessante de se mencionar sobre isso, é que há uma preocupação legítima e genuína do governo uruguaio de não assustar os vizinhos. Então, já há esse dispositivo da lei de que só podem produzir, consumir nacionais ou estrangeiros com visto de permanência.

Até já respondendo a uma pergunta que foi feita, os resultados, até agora, são de que, depois desse período todo, a lei e o decreto ainda vão ser implementados, ainda faltam alguns detalhes, mas, até agora, os níveis históricos de consumo e de produção continuam os mesmos. Essa é a avaliação uruguaia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Desde a lei, o tempo que leva para a planta da *Cannabis*... Qual é o tempo que leva? Porque, entre a lei e a comercialização da maconha, há o processo de semear e crescer a planta, colher e vender.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só complementando, se me permite, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ótimo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Complementando a pergunta da Senadora Ana Amélia, quais são os resultados também em termos de tráfico? Se diminuiu, qual a consequência na diminuição dos crimes e envolvimentos correlatos ao tráfico de drogas?

(Soa a campainha.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Senador, ainda é recente. Eu não conheço nenhum estudo que tenha sido feito sobre isso ainda. As notícias públicas são de que consumo e produção se mantenham em níveis "históricos"; é o adjetivo que eles usam na imprensa.

Agora, talvez valha a pena só comentar que, até recentemente, o ex-Presidente Mujica esteve aqui, conversou com os jovens, em uma universidade brasileira, se não me engano, e fez declarações que creio que valha a pena repetir, para se tentar entender o espírito dessa participação ou dessa atitude do Uruguai com relação à descriminalização da maconha.

Na realidade, já não é criminalizado o uso da maconha desde 1975 no Uruguai. O que o ex-Presidente Mujica repete sempre, quando perguntado a respeito, é que a iniciativa do governo uruguaio não é um incen-

tivo ao consumo, mas uma forma de possibilitar o tratamento de viciados, sem que haja o encarceramento de milhares de pessoas, segundo expressões do ex-Presidente Mujica.

O objetivo é o combate ao narcotráfico, e é um experimento, segundo palavras dele também. É um experimento que o governo uruguaio está fazendo. Ele ainda não sabe aonde isso vai levar. Há uma grande atuação do Estado nisso tudo, na questão de preços, de arrecadação e até de escolhas de sementes, porque é proibido o tráfico de semente de *Cannabis*. Para tentar, de alguma maneira, tranquilizar os vizinhos, eles querem produzir um produto totalmente local, que possa ser identificado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com DNA uruguaio.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Exatamente. Para que não se confunda com o tráfico ilícito e com o contrabando.

Eu não sei se esses elementos ajudam a entender, mas, enfim, é preciso levar-se em conta que é a realidade uruguaia. Não é um exemplo; é o caso uruguaio. Eles estão cuidando, da maneira deles, de um caso deles. A realidade brasileira é diferente, o narcotráfico no Brasil é diferente, o consumo no Brasil é totalmente outra coisa.

De qualquer maneira – como bem foi dito aqui –, é um pioneirismo do governo uruguaio tratar de um tema tão sensível e tão polêmico.

Vamos lá, Presidente, porque ainda há muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – A Senadora também falou sobre a necessidade de agilizar e desburocratizar procedimentos, principalmente na área de fronteira, e isso é uma preocupação que está totalmente inserida nessa nova agenda que Brasil e Uruguai assinaram, esse mecanismo de integração.

Existem vários temas já tratados, dentro do clima de desburocratização e agilidade de tramitação. São vários, inclusive alguns acordos já firmados e que estão em andamento na Casa Civil e aqui, na própria Casa.

Quanto às eventuais nuances, diferenças entre a atuação do Presidente Tabaré e a atuação do ex-Presidente Mujica, o Presidente Tabaré é um oncologista, é um homem da saúde, um profissional da saúde, tanto que tem opiniões bem particulares sobre o ritmo de implementação da questão da maconha. Ele imprime a sua maneira de atuar, sem também negar o que foi feito, sem desconstruir o que foi feito em termos, inclusive, de legislação com relação à maconha.

A senhora mencionou, Senadora, a questão do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Realmente, no primeiro mandato do Presidente Tabaré, ele se interessou, dentro daquilo que eu disse no início da minha intervenção, de que o Uruguai necessita buscar mercados, principalmente nessa época em que todas as economias do continente estão desacelerando. Naquela época, ele já se interessava por isso, de haver outra possibilidade. E prevalecia, tanto no Brasil como na Argentina, a ideia de que era preferível manter a atenção nos critérios que o Mercosul estabelece em termos de integração regional.

Então, não houve esse... Ele não assinou esse Tratado de Livre Comércio, mas permanece essa intenção do Uruguai de aproveitar todas as possibilidades de ter acesso a outros mercados, tanto que a posição com relação à União Europeia também é nesse sentido; com relação à Aliança do Pacífico. Esse é o espírito que o Uruguai defende.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O parêntese é meu, o senhor não precisa comentar. Mas a Argentina o fez com a China.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Com relação... A senhora perguntou como está a situação do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Antes, a senhora perguntou sobre como está a situação da negociação no Mercosul. Recentemente, os chanceleres se reuniram em Assunção...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Já é uma segunda reunião. E a ideia, sobre aquela reunião anterior em Assunção, é de que agora, no final do ano, as propostas sejam intercambiadas, tanto a proposta conjunta do Mercosul, quanto a do... Vai ser apresentada à União Europeia.

Houve um avanço à base de muita conversa. Existem idiossincrasias das mais diferentes na Argentina, no Uruguai, as nossas, mas está prevalecendo, Senadora, esta ideia que o Brasil defende muito: somos membros do Mercosul, respeitamos o tratado, não é da tradição diplomática brasileira não considerar tratados firmados há tantos anos, mas tudo é possível, na base de uma conversa diplomática, negociação diplomática.

Há uma frase que os Uruguaios usam – acho que interessa ao Senador Ferraço. Quando o Ministro Armando Monteiro foi visitá-los e conversar sobre a evolução das negociações com a União Europeia, o Ministro Monteiro disse que o matrimônio é indissolúvel, mas que dá para discutir a relação. E essa é a ideia. De fato, o

Brasil é a favor dos contatos. Nós temos um parceiro que é uma economia potente, uma economia respeitável, que é a Argentina, e, de fato, partir para negociações que possam vir a prejudicar um ou outro sócio é realmente uma situação que o Brasil não deseja.

O Senador Cristovam Buarque perguntou sobre...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um minutinho. Nós temos aqui a presença do Prefeito de Aracaju, João Alves, que é uma pessoa queridíssima e muito admirada por todos nós.

É uma honra tê-lo aqui conosco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Não sei se eu cheguei a responder, Senador, se abrangi todos os aspectos da sua pergunta, mas a situação é essa com relação à lei que permite a produção e o comércio de maconha no Uruguai.

Existe uma lei, existe um decreto que a regulamenta, mas a implementação está sendo feita à velocidade em que o Presidente Tabaré quer imprimir. E não há notícias de aumento de consumo, de padrões de consumo, aumento de criminalidade. Não há, não.

A nossa Embaixada mesmo nos informou que, por enquanto, isso não é algo que tenha que assustar ou preocupar as autoridades brasileiras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nem tampouco inspirar, no caso?

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Eu acho que, para a sua observação, vale o que eu disse, Senador. O caso do Uruguai é do Uruguai; o nosso caso é outra realidade; a Argentina é outra realidade.

Enfim, se vai servir de inspiração, isso os nossos... Sabemos que o Judiciário já está examinando a questão, mas aí é algo que, realmente, tem de ser muito bem estudado, fiscalizado. E o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – No fundo, é uma decisão que cabe a nós. Cabe ao Congresso Nacional basicamente.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Exatamente.

O senhor perguntou se há algum estudo de impacto no Brasil. Eu não conheço. Pode ser que haja algum artigo, vou procurar e lhe informarei, mas está muito cedo ainda para desenvolvimento de estudos. Os resultados ainda são muito recentes.

O Senador Delcídio do Amaral perguntou também sobre a questão do Mercosul. Eu já me referi um pouquinho a isso, mas não sei se respondi tudo. Existe essa decisão do GMC 32/00, que é a que insta os sócios do Mercosul a atuarem em conjunto nas negociações de acordos extramuros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Insta, mas não obriga.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – É verdade. Isso é importante, porque isso tem sido usado pelas autoridades uruguaias. Elas usaram até a expressão "nem todos os sócios internalizaram a decisão". De qualquer maneira, o espírito que tem prevalecido nas negociações por parte do Brasil é o de buscar sempre a união. O nosso comprometimento com a integração regional é grande. Enfim, o ideal é ter todos os sócios atuando em harmonia, em coordenação nessas negociações tão importantes com países e blocos fora do Mercosul.

O senhor mencionou algo importantíssimo que tem a ver também com a atitude do Presidente Tabaré e, mais que isso, com a atitude do seu Partido, o Frente Ampla, que acolhe diferentes pensamentos. O senhor falou na questão dos serviços. Existe esse Tisa (Trade and Investment in Services Agreement), que é negociado meio que em paralelo à OMC, por iniciativa dos Estados Unidos, que já recolhe uma série de interessados. E o Paraguai e o Uruguai participavam disso. Inclusive, o Uruguai teve o cuidado de avisar o Governo brasileiro, por carta à Presidente da República, dizendo: "Estou participando desse acordo". E o Brasil, dentro desse espírito de união que estou repetindo e a que estou me referindo tantas vezes, olhamos com uma certa apreensão. Tanto a opinião de outros setores do Frente Ampla é importante que, recentemente – saiu em todos os jornais –, o Presidente Tabaré Vázquez voltou atrás e retirou o Uruguai das negociações do Tisa. Então, essa é a situação da participação do Uruguai nesse acordo.

Sobre direitos humanos, o senhor mesmo mencionou o pioneirismo e o protagonismo do Uruguai. O Senador Ferraço usou um termo que...

(Soa a campainha.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – ... eu acho muito oportuno: "os princípios contemporâneos". O Uruguai, realmente, tem uma tradição de desenvolver conceitos que são muito contemporâneos, sobre aborto, sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, sobre a maioridade penal, sobre a questão dos refugiados – eles estão participando no abrigo de sírios, no recebimento de prisioneiros de Guantánamo – e so-

bre também a legalização da produção e do comércio de *Cannabis*. Enfim, eles têm esse protagonismo que é muito apreciado.

O Senador Lasier perguntou sobre o Carta Verde. Eu não tenho detalhes sobre isso, mas o que eu posso lhe garantir – é a mesma resposta que eu dei para a Senadora Ana Amélia – é que todas as ações de facilitação, tramitação, desburocratização de ações na fronteira estão dentro desse mecanismo inovador que existe desde 2012; não só o grupo de alto nível, mas também essa nova agenda da integração fronteiriça.

Então, são vários temas que estão sendo tratados de maneira bilateral, de maneira muito eficiente. Repito que vários acordos, não sei se exatamente sobre o Carta Verde – vou averiguar – já são objeto de entendimento e já estão, inclusive, sendo tratados nos respectivos Legislativos.

O Senador Tasso Jereissati voltou à questão do *sinceriamento*. É uma expressão que usa muito o Chanceler Nin Novoa. Volta e meia, ele diz que o Mercosul está necessitando de uma revisão crítica, de uma revisão não sentido negativo, mas de que é preciso voltar a olhar com carinho para os fundamentos do Mercosul; a livre circulação de bens, de serviço e de pessoas, de que maneira isso tem de ser protegido e incentivado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a cláusula democrática, que precisa ser objeto de um *sinceriamento* urgente.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Ele fala de *sinceriamento*, e é crítico com relação a esta posição – inclusive, é um debate em que o Uruguai se empenha desde o início por causa das assimetrias, das economias no Mercosul. Uruguai e Paraguai sempre defenderam a necessidade de um tratamento preferencial. Isso se acentua ainda mais no caso da negociação com países e blocos extramuros.

Quanto às zonas francas, é importante mencionar que elas foram criadas logo depois do período da ditadura do Uruguai no sentido de incentivar mais a economia, fazer com que a economia recebesse mais atenção e medidas que permitissem uma aceleração. E elas existem, Senador, com o objetivo de atrair investimentos; atrair investimentos de empresas estrangeiras, que são gerenciadas por entidades privadas, com uma série de benefícios, várias isenções, e o que é produzido lá não pode ser vendido ao Uruguai.

Por isso, mencionei que, na minha gestão em Montevidéu, eu gostaria de entender melhor para ver até que ponto, nós, o empresariado brasileiro, vamos utilizar essas benesses que são oferecidas pelas zonas francas. Mas há uma série de protocolos que são oferecidos, inclusive com propaganda privada mesmo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas há muitas críticas no sentido, por exemplo, de que alguns produtos importados de outros países, do Japão, da China, passam por essas zonas francas, recebem uma maquiagem e entram, principalmente, no mercado brasileiro.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Seguramente vai ser um dos pontos cruciais a se examinar, para se ver até que ponto isso pode...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E as regras dessas zonas francas; se são zonas francas totalmente de exportação, se são no estilo ZPEs, zonas de processamento de exportações, ou...

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – São de exportação, não são de processamento. Para armazenamento, e, dali, as empresas podem usar para...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E a compra de insumos é totalmente isenta de qualquer tipo de tarifa, ao mesmo tempo em que a movimentação financeira também é livre. Essas zonas francas também dão essa movimentação.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Entendo que sim, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso dá, também, margem à criação de empresas *offshore* nesta zona do Uruguai. Eu acho que é importante que a gente conheça melhor o funcionamento e os reflexos disso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás a própria legislação brasileira foi modificada recentemente – eu me opus muito a isso – para permitir que mais de 60% da produção dessas tais zonas francas sejam dirigidas ao mercado interno. Então é zona franca para importação e não para exportação.

Enfim, isso é um assunto interessante sobre o qual, realmente, o Embaixador poderá nos dar, posteriormente, essa informação pedida pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – O Senador Ferraço levantou a questão, enfim, da Aliança do Pacífico. É isso mesmo; o Uruguai foi aceito como observador na Aliança, e há declarações do chanceler de que, quando for possível, eles querem ingressar na Aliança do Pacífico.

Volto à mesma ideia de que o Brasil vê a Aliança do Pacífico com interesse. É um movimento totalmente legítimo, mas há sempre a preferência pela preservação da união dos países sócios do bloco, no aperfeiçoamento do relacionamento intrabloco.

Por último, eu só queria fazer minhas as palavras do Rodrigo, tão exatas, com relação à promoção comercial que foi levantada pelo Senador Raimundo Lira.

(Soa a campainha.)

O SR. HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA – Eu atuo ainda com subsecretário-geral para temas de cooperação, educação, cultura e promoção comercial. Eu posso garantir à Comissão que o Itamaraty sempre se preocupou, sempre cortejou, da maneira mais intensa, a questão da promoção comercial, tanto que, neste ano, o nosso departamento de promoção comercial vai fazer o seu quinquagésimo, vai cumprir 50 anos. Estamos enviando convite à Comissão para as celebrações.

Nós contamos com uma rede de mais de 100 setores de promoção comercial em embaixadas e consulados brasileiros. Trabalhamos extremamente em consonância com o MDIC, com a Apex. Enfim, há uma preocupação diária, constante, com relação à promoção do comércio por meio do Ministério das Relações Exteriores.

Eu acho, Senador, que eu procurei responder a todas as perguntas. Agradeço mais uma vez a atenção.

Ah! Faltou uma: o jogo. A Senadora Ana Amélia me perguntou. Nós já fomos, no Itamaraty, solicitados a buscar informações. Nós recebemos, recentemente, comunicação de Montevidéu a respeito das receitas da questão do jogo, na capital e fora da capital. Uma das receitas monta a US$235 milhões, anualmente, no Uruguai, sem contar a participação privada e a participação em outras modalidades de lazer, como corridas de cavalo. Só no jogo, monta a US$235 milhões – informações frescas vindas de Montevidéu e que podem ajudar o debate a respeito. A legislação nacional uruguaia remonta a 1965.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, se não houver objeção, nós vamos continuar em reunião aberta para apuração da votação. Para a apuração, eu designo, se ele concordar, o Senador Anastasia para atuar como secretário.

Peço à Secretaria da Comissão que proceda à apuração dos votos.

Nós vamos ter algumas rápidas deliberações em seguida. Então, eu peço ao Srs. Senadores que permaneçam aqui entre nós.

O meu querido amigo José Aldemir, que foi meu colega na Câmara dos Deputados e hoje é Deputado Estadual no seu Estado da Paraíba, nos dá muita honra com a sua presença. Se quiser permanecer entre nós, é sempre muita alegria estar com o senhor.

Olhem o resultado: foram unanimemente aprovados por esta Comissão. Eu espero que, já na próxima semana, nós possamos deliberar no plenário do Senado. Hoje, o quórum é um pouco reduzido, mas, na próxima semana, seguramente, os senhores serão aprovados. Essa é uma belíssima prévia, que já indica um resultado já muito favorável do Plenário.

Nós vamos, agora, passar a algumas deliberações. Eu me despeço dos senhores. Se quiserem ficar aqui, será um prazer. (*Pausa.*)

O Senador Tasso Jereissati pede a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu tenho um requerimento aprovado há tempos aqui, nesta Casa, pedindo informações. A Senadora Ana Amélia aqui fez menção ao acordo celebrado entre China e Argentina...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... sobre a plataforma de mísseis chineses na Argentina, que implicava uma quebra, e até hoje nós não recebemos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não foi respondida ainda?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não foi respondida,e já faz bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu peço ao secretário da Comissão que verifique...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Informa-me o secretário de que foi encaminhado ao seu gabinete, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós vamos verificar...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pode ser que tenha havido alguma falha. Eu vou checar isso.Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Bem, uma primeira deliberação que eu gostaria de propor aos senhores é o seguinte: há notícia de que...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, confirmaram-me, com certo atraso, que chegou ontem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O Ministro Nelson Jobim foi indicado pelo Governo brasileiro para integrar uma missão de observação eleitoral da Unasul, na Venezuela, para se ocupar das eleições parlamentares do dia 6 de dezembro.

Eu gostaria de propor à Comissão um requerimento de informações ao Itamaraty, para saber quais são os parâmetros considerados aceitáveis pelo Governo brasileiro para que se possa julgar o processo eleitoral legítimo. Eu formalizarei depois o requerimento, mas, se não houver objeção, ficaria já aprovado esse requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:)

ITEM 5
REQUERIMENTO
DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 75, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais sejam indagado ao Ministro das Relações Exteriores as providências que estão sendo tomadas para a assegurar a presença de observadores eleitorais da Unasul e da OEA e, nesse contexto, quais os parâmetros considerados indispensáveis pelo Governo brasileiro para garantir a efetividade dos trabalhos de observação internacional, tanto durante as eleições, como nas fases pré e pós-eleitorais. Igualmente, deve informar quais são os recursos humanos e materiais que o Governo brasileiro está disponibilizando a eventual missão de observação internacional da Unasul e da OEA e quais os critérios que serão adotados pelo Governo brasileiro para avaliar se a Venezuela cumpre com as cláusulas democráticas previstas no Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL e na Carta Democrática da OEA.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Também quero comunicar aos senhores que houve um entendimento do Senador Jorge Viana com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que pretende enviar uma missão parlamentar de Senadores brasileiros à Venezuela. Houve já duas missões: uma que teve os percalços já conhecidos, houve grandes dificuldades, eu integrei essa comissão; e outra que foi acolhida de maneira civilizada e decente pelo governo venezuelano.

A ideia do Presidente do Senado é montar outra delegação que possa, já a partir da decisão do Governo brasileiro de indicar nosso representante na Unasul, mandar nova comissão com uma composição que reflita, digamos assim, as duas anteriores, para que essa comissão possa, também ela, averiguar as condições para realização das eleições, bem como verificar as condições e manifestar solidariedade àqueles que são hoje perseguidos pelo governo venezuelano, impossibilitados de se candidatar ou até mesmo que estão presos.

Há uma mensagem cujo Relator é o Senador Lasier. O Senador Lasier está com dificuldades de locução. Então, eu mesmo vou avocar esse relatório. Como haverá vista coletiva...

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O relatório será publicado, haverá vista coletiva, e já está disponível, aliás, no nosso *site*.

O relatório do Senador Lasier é favorável, e haverá vista coletiva; de modo que já podemos, em seguida, marcar a sabatina.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto da Decisão CMC nº 24/09, que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul, adotada durante a XXXVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu, em 7 de dezembro de 2009.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

Tem a palavra o Senador José Agripino para apresentação do seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser sucinto e apresentar os fundamentos do projeto, que é um projeto de qualidade. Ele sofreu algumas modificações na Câmara dos Deputados, modificações de adequação.

O projeto de decreto legislativo derivado da Mensagem nº 549, de 2012, foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de junho de 2015, tendo dado entrada no Senado Federal em 10 de junho.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial:

> O objetivo da Decisão é promover de forma conjunta o turismo para o MERCOSUL em países extrazona, mediante a criação de instrumento de gestão financeira constituído pelas contribuições ordinárias dos Estados Partes e pela renda financeira gerada pelo próprio Fundo.

Nesse sentido, a decisão determina que o Fundo deverá funcionar durante cinco anos, a partir da primeira contribuição paga por um dos Estados Partes. Decorrido esse prazo, o Grupo Mercado Comum (GMC), após prévia análise da Reunião Especializada de Turismo (RET), avaliará o cumprimento dos objetivos do Fundo e a conveniência de sua continuidade.

Eu vou passar direto à análise e ao voto.

Cuida-se aqui de uma decisão do órgão máximo do Mercosul, o Conselho do Mercado Comum, que visa a incrementar o turismo no bloco por meio de sua promoção conjunta em terceiros países. Para tal fim, a decisão em apreço cria um instrumento de gestão financeira, cujo objetivo é o de apoiar os trabalhos que vem executando a Reunião Especializada de Turismo (RET) na matéria.

Com a criação do Fundo, o Conselho do Mercado Comum pretende, ademais, dar continuidade a experiências bem sucedidas de promoção do turismo no Mercosul, como o "Projeto de Promoção Conjunta de Turismo no Mercosul no Japão", desenvolvido em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), bem como ter a possibilidade de implementar outras iniciativas similares que venham a se apresentar no futuro.

É importante ressaltar que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou a matéria após receber informações prestadas pela Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, em expediente datado de maio de 2014, no tocante à estimativa do impacto orçamentário e financeiro da presente medida para 2015 e 2016, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a referida Nota Técnica, "... serão incluídos nas Leis Orçamentárias Anuais de 2015 e 2016, os valores de R$1.153.220,00 e R$1.257.009,00, respectivamente.".

Cabe ressaltar que a Argentina, o Paraguai e o Uruguai já aprovaram a presente decisão; falta a do Brasil. É importante que também o Brasil a aprove, tendo em vista a importância do turismo não apenas para a integração entre os povos, como também para a promoção do desenvolvimento econômico dos países do Mercosul por meio do incremento da indústria do turismo e da consequente criação de empregos.

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto da Decisão CMC Nº 24/09 "Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul", adotada durante Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevidéu, em 7 de dezembro de 2009, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2015.

É o nosso voto e o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. Vamos tentar ver se votamos no plenário logo em seguida.

Obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu pediria a V. Exª que submetesse ao Plenário a urgência da matéria, tendo em vista que, desde 2009, essa matéria está em tramitação. É uma coisa para a qual falta o voto do Brasil; é a formação de um fundo financeiro para a atuação dos países membros do Mercosul em ações externas à região de turismo. É uma coisa produtiva, interessante e conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo objeção, está aprovada a urgência para esta matéria.

Senadora Ana Amélia, se a senhora pudesse atuar como Relatora *ad hoc* do próximo item, eu agradeceria muito. O Relator é o Senador Jorge Viana, que está às voltas aí com a Comissão de Mudanças Climáticas.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 352, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação.

V. Exª tem a palavra para apresentar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu vou fazer um resumo, Senador, porque o senhor falou em 2010, nós estamos em 2015, e isso aqui é papel apenas.

Em aspecto de eficácia, nenhum, mas vale o esforço de tentar fazer uma aproximação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E aprovar ainda hoje, em plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Mercosul deveria fazer blocos com a Ásia, e não – apesar de todo o respeito que tenho – com o Egito. A perspectiva de incremento de trocas é pequena.

Na verdade, esse compromisso entre as nações estabelece uma área de livre comércio, com o objetivo de eliminar entraves tarifários e restrições ao comércio de bens entre as partes signatárias. Os bens originários de qualquer das partes receberão, no território das outras partes, o mesmo tratamento tributário conferido aos bens nacionais dessas últimas.

O acordo é um esforço para ampliar o importante comércio e melhorar o fluxo comercial entre as partes. No caso analisado, o acordo Mercosul com a República Árabe do Egito prevê a liberalização progressiva do comércio por meio da gradativa retirada de barreiras tarifárias e de outros entraves ao comércio e tem por finalidade conceder aos operadores econômicos um período de adequação às novas condições de concorrência advindas da retirada das referidas barreiras.

Para garantir a execução do acordo, foi criado um comitê conjunto, que será responsável ainda por administrar, revisar e monitorar a sua implementação. Esse comitê se reveste de importância ainda maior, por se tratar de um acordo cuja implementação se dará de forma gradativa, o que exigirá do comitê ações competentes para o monitoramento da execução dos termos desse acordo – ações complementares dos textos anexos e protocolos adicionais, que já estão escritos no que está arquivado e à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

O acordo prevê ainda que toda e qualquer controvérsia relativa a questões decorrentes das suas disposições e das decisões do comitê conjunto, adotadas em conformidade com o tratado sobre matérias reguladas pelo Acordo da OMC, poderá ser resolvida consoante as disposições do acordo ou, alternadamente, conforme o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC, a critério da parte reclamante.

Aí há dados que foram oferecidos pelo Ministério da Indústria e Comércio e também outras informações.

No que se refere à política regional, com base na exposição de motivos interministerial que acompanha a mensagem presidencial, o presente acordo de livre comércio com o Egito representa o esforço do Mercosul em ampliar o relacionamento comercial com terceiros países, exemplificado pelos Acordos de Comércio Preferencial (ACP) dos Estados Partes do bloco com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral e pelos Acordos de Livre Comércio assinados pelo Mercosul com Israel, em 2007, e com a Palestina, em 2011.

O voto do Senador Jorge Viana, já que sou Relatora *ad hoc:*

> Considerando a constitucionalidade e a legalidade da proposição, além da conveniência política, econômica e [eu diria mais diplomática, acima de tudo], voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2015.

Esse é o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos enviá-lo ao plenário ainda hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Veja só que esse acordo, Senador – agora que já fiz o relatório –, no caso do Rio Grande do Sul, tem um óbice que é a indústria de ônibus.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de caminhões, exporta para todo o mundo, mas, no Egito, há uma barreira que vai prejudicar a indústria do nosso Estado, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença e a atuação dos Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Atuação exemplar de todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas do dia oito de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Valdir Raupp, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Justifica a ausência o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento de convite do Comando da Marinha para uma visita oficial ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a ser realizada nos dias 15 e 16 de outubro, em Itaguaí/RJ. Esse convite é extensivo aos membros desta Comissão. O Presidente comunica também que se encontra aberto o prazo de apresentação de Emendas ao PLN nº 7, de 2015-CN, nesta Comissão, até o dia 9, podendo ser entregues na secretaria até às 18 horas; e a deliberação das mesmas ocorrerá no dia 15 de outubro. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro; em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2015-CRE e Requerimento nº 68, de 2015-CRE. Convidado: Nelson Jobim, advogado. O Presidente convida o senhor Nelson Jobim a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao senhor Nelson Jobim para sua exposição. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Ronaldo Caiado, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Jorge Viana, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Edison Lobão, o Senador José Pimentel e o Senador Sérgio Petecão. O senhor Nelson Jobim responde os questionamentos apresentados. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e quarenta e três minutos assume a presidência o Senador Ricardo Ferraço; e às doze horas e quatro minutos reassume-a o Senador Valdir Raupp. O Presidente faz a leitura de questionamentos de cidadãos brasileiros dirigidos ao senhor Nelson Jobim e entrega-lhe esse material impresso para resposta posterior. O Presidente agradece a presença do senhor Nelson Jobim. Delibera-se, então, o EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 77, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Valdir Raupp, que "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Aldo Rebelo, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta." Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 78, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença dos Senhores PEDRO MOTA VEIGA, Diretor do CINDES - Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, VERA THORSTHENSEN, professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, LIA VALLS PEREIRA, pesquisadora do IBRE da Fundação Getúlio Vargas e CHRITOPHER GARMANN Diretor do Eurasia Group, a fim de debater sobre o Acordo Multilateral "Pacto do Pacífico" recentemente celebrado por 12 países e seus reflexos para a economia brasileira." Aprovado. O Presidente registra a presença do senhor Anibal Diniz, do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dez minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador VALDIR RAUPP

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico o recebimento de convite do Comando da Marinha para uma visita oficial ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), a ser realizada nos dias 15 e 16 de outubro, em Itaguaí, Rio de Janeiro. Este convite é extensivo aos membros desta Comissão e aos interessados.

Comunico também que se encontra aberto o prazo de apresentação de emendas ao PLN 7, de 2015, Congresso Nacional, nesta Comissão, até o dia 9, podendo ser entregues na Secretaria até às 18 horas, e a deliberação das mesmas ocorrerá no dia 15 de outubro, na próxima reunião.

A presente reunião tem a finalidade de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2015, CRE, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e ao Requerimento nº 9, de 2015, CRE, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Para participar desta reunião, convido, para que tome assento à Mesa, o Sr. Ministro Nelson Jobim e convido – se o Senador Ferraço já terminou a entrevista, que ele pudesse acompanhar o Ministro – o Senador Ferraço, que pudesse trazer o Ministro até a Mesa.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Informo ao Sr. Ministro Nelson Jobim que vou conceder a palavra pelo tempo de 30 minutos, mas, se precisar de mais, poderá ser prorrogado. E em seguida abriremos a fase de interpelações pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

Concedemos a palavra ao Sr. Ministro Nelson Jobim, para as suas considerações iniciais.

O SR. NELSON JOBIM – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, agradeço o convite que me foi feito para tratar desse tema de indústria de defesa, mas vocês hão de convir que eu estou, digamos, afastado do tema desde que deixei o Ministério da Defesa. Então, farei um relato inicial introdutório sobre como nós resolvemos tratar o assunto quando assumimos o Ministério da Defesa em 2007.

Ocorre que, depois de termos enfrentado aquele problema do chamado caos aéreo, nós resolvemos entrar na análise e revisão completa do sistema das Forças. Encontramos em relação à indústria de defesa, ou melhor, em relação às necessidades das Forças de aparelhos, de instrumentos, veículos, armamentos, etc., uma política de compras de oportunidade.

Considerando as restrições orçamentárias existentes e considerando uma série de circunstâncias políticas à época, os militares passaram a fazer compras de sobras, ou seja, compras que eles chamavam de compras de oportunidade. Eram ofertas de determinados utensílios e determinados veículos que estavam, digamos, descartados de determinadas Forças, mas tinham condições de sobrevivência, e as Forças acabavam comprando.

O grande, o primeiro problema que nós enfrentamos em relação ao problema de defesa é que a nossa geração, nós, principalmente aqueles que conviveram com o regime militar e com o período do regime de 1964, tínhamos, no nosso imaginário, depois da reconstitucionalização, um preconceito, e esse preconceito se dava da seguinte forma: temas de defesa e segurança eram sempre entendidos, subjetivamente percebidos como temas vinculados à repressão política. Ou seja, a nossa geração – estou me referindo àquela geração que fez a Constituição de 1988 e que caminhou na transição –, a nossa geração identificava defesa e segurança com repressão política; portanto, não queria tratar do assunto. Nós não tínhamos nenhum especialista ou alguém que pudesse se dedicar a esse tipo de tema.

E essa situação não atingia só a classe política, atingia também a academia, porque a academia brasileira, os eventuais acadêmicos brasileiros, que eram uma minoria expressiva, que eventualmente resolviam tratar de assuntos de defesa e segurança, eram desprezados pelos acadêmicos, ou seja, eram colocados de lado, não eram respeitáveis, no sentido corporativo, do grupo de academia.

Com isso nós tínhamos uma enorme dificuldade de distinguir dois temas fundamentais, que eram a defesa e a segurança pública. Não havia que se confundir, mas nós confundíamos, as pessoas confundiam, exatamente porque para as pessoas, tudo isso representava a repressão política.

E com isso, desde o início do processo de reconstitucionalização, ou seja, do processo pós-transição, a questão militar era deixada de lado. Observem bem: não era deixada de lado porque queríamos abandonar a questão militar; era deixada de lado porque não tínhamos nenhuma ciência do que se passava lá e também não tínhamos gosto de tratar desse assunto, porque tratar desse assunto era tratar de repressão política. Isso prejudicou enormemente.

Foi no governo Fernando Henrique que nós começamos a discutir – e eu era Ministro da Justiça à época –, começamos a discutir o problema da criação do Ministério da Defesa. E na criação do Ministério da Defesa, havia uma dificuldade política que tinha que ser examinada com atenção. Observem: desde a República, contou sempre o gabinete presidencial, ou seja, o colégio de Ministros, com militares ou ministro da guerra, que era a expressão à época, que comandava todos, e depois, com o regime militar, surgiram os Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E nós tínhamos, naquele momento, três ministros militares, de cada Força, e observem bem: eram ministros militares e também comandantes das Forças. Não existia a figura atual, de comando da Força; existia, sim, o chefe do estado-maior de cada uma das Forças. Além disso, você tinha o chefe da Casa Militar, e você tinha ainda o chefe do Estado Maior, do EMFA, o Estado-Maior das Forças Armadas.

Eram cinco ministros militares, ou cinco militares graduados, de quatro estrelas, que participavam do governo, como Ministros do governo.

E qual era a leitura que se fazia? Você tinha então quatro ou cinco militares, vamos nos restringir aos três, os três ministros militares, Exército, Marinha e Aeronáutica, como membros do governo, representando o governo junto às Forças e comandando as Forças em nome do governo. Ora, no momento em que começamos a discutir a criação do Ministério da Defesa, nós tínhamos uma dificuldade, porque esses ministros militares deixariam de participar do gabinete militar e continuariam a ser comandantes das Forças, ou seja, perderiam a categoria de ministros e passariam a ser comandantes das Forças. E aí surgiu uma pergunta política à época, que era vital: nós teríamos o quê? Nós teríamos os comandantes das Forças como representantes das Forças junto ao governo. Essa era a dificuldade política que se fez.

O Ministério da Defesa foi instituído, foi criado inicialmente pelo Fernando Henrique, o primeiro ministro da defesa foi o Senador pelo Espírito Santo. Nós tivemos, digamos, uma não ocupação do Ministério da Defesa em relação com as Forças. E você sabe muito bem que, em matéria política e em matéria administrativa, se os espaços estão abertos, são ocupados. E os militares continuaram ocupando seus espaços mesmo porque os civis não queriam tratar do assunto. Não havia nenhuma predisposição do Congresso ou mesmo do Ministério de tratar do assunto. Era visto sempre como uma coisa de desconfiança.

Quando nós entramos no Ministério da Defesa, tinha passado o Governo Lula... Porque o Ministro da Defesa do Fernando Henrique foi o Élcio, primeiro, e, depois, o que era Chefe da AGU, Quintão. O Quintão substituiu o Élcio, pois o Élcio saiu, teve lá um problema qualquer. Aí o Quintão assumiu e o Quintão ficou até o final.

Ao final, o primeiro Ministro da Defesa do Governo Lula foi um embaixador. Eu faço uma observação – hoje eu posso dizer isso –: não é conveniente que uma burocracia do Estado passe a gerir a outra burocracia do Estado. Não funciona. Não funciona. Ou seja, não é bom, tendo em vista as injunções que isso representa e mesmo porque um embaixador, exercendo uma função dessa natureza, para comandar um Ministério, para comandar um Ministério vinculado a outra categoria profissional, cria dificuldades. Há uma espécie de resistência a esse tipo de comando.

Bem, quando nós começamos então aquela revisão global das Forças, surgiu o seguinte problema: eu observei que, primeiro, nós não tínhamos nenhuma absorção de tecnologia. Ou seja, nós tínhamos decidido, naquela chamada Estratégia Nacional de Defesa, que foi elaborada com o trabalho extraordinário feito pelo então Ministro Mangabeira Unber, que me ajudou muito na elaboração disso e fez um trabalho extraordinário em relação a essas funções.

Nós tínhamos fixado três situações: monitoramento e controle, mobilidade e presença. Por quê? Porque era impossível você ter Forças Armadas sediadas em todos os pontos estratégicos do País tendo em vista a extensão territorial. Logo, as diretrizes foram três: o controle do território, a capacidade de mobilidade das Forças e a presença. Ora, isso tudo fez com que nós tivéssemos a necessidade de pensarmos na tecnologia de domínio dessas situações. Nós não tínhamos, naquele momento, a tecnologia brasileira e as escolas militares brasileiras, que são extraordinárias, tinham imensa dificuldade do controle de tecnologias de instrumentos de defesa. Por quê? Porque nós comprávamos aparelhos prontos e trazíamos para o Brasil, mas não tínhamos um *offset*, que é a linguagem que eles usam, ou não tínhamos a transferência de tecnologia de forma a poder desenvolver essa tecnologia no Brasil.

O exemplo mais agudo foram os submarinos que nós compramos dos alemães. Quando tinha que fazer a recuperação da parte sensível do submarino, vinham técnicos alemães para o Brasil, entravam no submarino, eram excluídos os técnicos brasileiros, e só a reparação era feita exclusivamente pelos técnicos alemães. Ou seja, para nós não conhecermos as tecnologias relativas a isso. Ora, com essa situação nós então resolvemos, no Ministério da Defesa, alterar substancialmente esse critério. Ou seja, deixamos de pensar em compras de oportunidade para fazer parcerias estratégicas com determinados países e comprarmos – e era necessário comprá-lo –, mas sob a condição de transferência de tecnologia.

O País que mais foi receptivo a essa pretensão foi a França. Ou seja, no Governo Sarcozy, houve um tratado entre o Brasil, gerenciado pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério das Relações Exteriores, houve um acerto do Brasil com a França de uma parceria estratégica, viabilizada principalmente pela liderança do Presidente Lula e pela liderança do Presidente Sarcozy. Era curioso, muito curioso. O governo francês tem aquela coisa do Presidente da República e do Primeiro-Ministro. A área do Primeiro-Ministro não era favorável à transferência de tecnologia. O Presidente Sarkozy era favorável à transferência de tecnologia. E havia um personagem importante nisso, que era o Amiral Guillaud. Amiral Guillaud era o Chefe do Estado-Maior pessoal do Presidente da República, que corresponde mais ou menos ao que nós tínhamos aqui na chefia da Casa Militar, e que ajudou muito nessas negociações do submarino nuclear. Ou seja, nós então fizemos o grande acordo com a França, de compra de submarinos Scorpène, com transferência de tecnologia e construção no Brasil, e isso está se

desenvolvendo, está inclusive em fase terminal da parte do estaleiro, que está sendo construído em Itaguaí, no Rio de Janeiro, de forma tal que nós pudéssemos trazer essa tecnologia através de absorção da tecnologia pelas empresas de tecnologia brasileira.

A observação que eu fiz no Ministério da Defesa, logo no início, foi que nós tínhamos pequenas empresas que eram – digamos – resultados de técnicos, engenheiros, formados pelas escolas militares, formados pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), formados pela Escola Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro, que é um grande centro de matemática, e também pelo grupo da marinha, que era mais dedicado à questão nuclear. Essas pequenas empresas dependiam, batiam à porta do Ministério da Defesa, para pedir que comprassem alguma coisa para conseguir se manter. Então, você ficava comprando um radar aqui, uma coisa lá, ou seja, você não tinha uma musculatura econômica e comercial dessas empresas. Os técnicos eram extraordinários, mas de mercado não entendiam nada, e dependiam dessa coisa de comprar aqui, comprar ali, etc. Aí nós começamos um movimento junto ao empresariado brasileiro, às grandes empresas brasileiras que tinham capacidade de gestão e de investimento, para a criação de uma estrutura de defesa. Essa estrutura de defesa foi dada, primeiro, pelo compromisso do Governo brasileiro de que essas aquisições estrangeiras seriam sempre para agregação de tecnologia. É claro que aqui há uma questão de custos. Tínhamos que fazer uma opção política. A compra de oportunidades, seguramente, era mais barata. Mas a cauda que a compra de oportunidades nos trazia era a total dependência da tecnologia estrangeira. A compra com o compromisso da transferência de tecnologia e construção nacional tem um preço agregado, porque você não está comprando somente o objeto, a coisa; está comprando a coisa e a forma de saber fazer a coisa, e também de fazê-la no Brasil, que é o que se passa com o acordo com os submarinos. Foi isso exatamente o que nós desenvolvemos. Para quê? Para atender a essas três diretrizes necessárias da defesa brasileira: monitoramento e controle, mobilidade e presença. Isso importava no quê? Importava em você ter grandes investimentos no que diz respeito ao monitoramento do território, e aí desenvolvemos uma série de projetos, entre eles o Sisfron, que era do Exército, o chamado SisGAAz, da Marinha, que fazia o levantamento do território brasileiro e assegurava, com esse levantamento, a possibilidade de controle do território e a identificação dos pontos nodais do território.

Outro ponto fundamental também era que, considerando a tradição histórica brasileira, as Forças Armadas brasileiras se situavam na zona do litoral, ao passo que era necessário você criar um mecanismo de locação das Forças em pontos estratégicos do País que pudessem viabilizar o seu deslocamento. E aí começamos, então, a discutir, por exemplo, problemas da Amazônia, discutir as vertentes existentes no Brasil, que são a vertente amazônica e a vertente platina, que são as duas grandes vertentes, e a questão do litoral. Tudo isso foi trabalhado, sempre na perspectiva integrada, ou seja, desenvolvia-se uma base industrial de defesa pela obtenção de tecnologia, com a seguinte característica: toda a defesa, toda a indústria de defesa é dual, ou seja, tem uma destinação militar e tem também uma destinação civil, de forma a desenvolver essa tecnologia.

Começamos a discutir a criação de pontos. Agora, por exemplo, nessa linha de política daquela época, vai ser inaugurada, lá no Rio Grande do Sul, uma fábrica da KMW, que é uma empresa de produção de blindados alemães, sediada em Munique, e que, considerando as negociações que fizemos à época, acaba... Inclusive, recebi um convite para abertura, para a instalação, para a solenidade de inauguração dessa fábrica.

Tudo isso levava em conta que pudéssemos ter acesso ao mercado sul-americano, ou seja, ser um ponto de acesso ao mercado sul-americano de indústria de defesa e, ao mesmo tempo, fazer investimentos do Estado para a grande tecnologia, porque, observem bem, o desenvolvimento tecnológico de ponta é um risco, e esse risco tem de ser corrido pelo Estado. É um risco no sentido dos resultados.

O setor privado investe em pesquisa tecnológica, em desenvolvimento tecnológico, se e somente se tiver um universo mais ou menos curto, considerando-se o próprio investimento da empresa, de retorno daquele investimento. Ou seja, não se entra na pesquisa pura, no sentido de buscar algumas soluções, que é o que fazem os Estados Unidos.

Os Estados Unidos têm um enorme investimento em pesquisa na área militar, que depois se transfere para a civil, com os resultados para o desenvolvimento tecnológico.

E temos de lembrar que era necessário o investimento do Estado nessa área de alta tecnologia. E foi o que nós pretendemos desenvolver.

Obtivemos algum resultado, conseguimos mudar um pouco a concepção dessa temática. Conseguiu-se, também, resultado, através de uma ação política desenvolvida pelo Ministério da Defesa com o auxílio do Congresso, quando se criou aqui uma frente parlamentar de defesa, para que pudéssemos ter uma política que conduzisse com clareza ao desenvolvimento dessa tecnologia.

O obstáculo que tínhamos – aí vem uma coisa curiosa –, o obstáculo que tínhamos – volto a repetir – era aquele problema da identificação da defesa com a segurança.

Nós conseguimos examinar essa distinção com aquela figura que está na Constituição brasileira, da GLO, Garantira da Lei e da Ordem, segundo a qual se poderiam utilizar as Forças Armadas para ações específicas de segurança – ações específicas de segurança que viessem a ser exigidas pelos Estados federados, necessitadas pelos Estados federados.

Foi o que aconteceu no Rio de Janeiro, com a ocupação feita pelas Forças Armadas das favelas do Alemão, etc., etc.

Agora, havia um problema – um problema em cuja solução depois o Congresso ajudou muito.

Quando eu estava no Ministério da Justiça do Governo Fernando Henrique, logo que assumimos, em 1995, os senhores se lembram de que o Presidente Itamar, no ano anterior, em 1994, havia determinado a ocupação de umas favelas do Rio de Janeiro pelo Exército.

Quando assumi o Ministério da Defesa, minha função inicial era desfazer aquela ocupação, que já tinha se esgotado, etc. E o que restou daquilo foi uma série de processos criminais movidos contra os soldados que operaram nos morros e processos criminais que eram examinados por juízes civis, pela Justiça comum estadual.

Por quê? Porque, na operação feita pelos militares, havia a entrada em casas, a abertura de... enfim, arrombamentos, etc., etc., e isso não obedecia às regras estabelecidas pelo policiamento civil.

Quando o Governador Sérgio Cabral pretendeu que nós fizéssemos que o Estado, que as Forças Armadas interviessem na questão do Alemão, em reunião no Rio de Janeiro, eu disse ao Governador Sérgio Cabral que faríamos a operação, mas com uma condição: que o poder civil assumisse a responsabilidade dos atos que seriam desenvolvidos pelos militares no cumprimento da sua tarefa. Ocorre que os militares têm uma coisa chamada regras de engajamento. As regras de engajamento são uma espécie de um livro onde há regras: se acontecer isso, pode fazer aquilo; ou seja, é aquilo que você está autorizando o soldado, o sargento e o tenente, na execução da operação, a praticar, quais são os atos que são praticáveis por ele.

Tradicionalmente, essa regra de engajamento era feita pelo comandante da Força. Então, eu disse ao governador que essa regra de engajamento teria que ser assinada pelo governo do Estado e pelo ministro da Defesa, porque você assumia, transferia, para nós que tínhamos decidido a operação, o tipo de ações que poderiam ser desenvolvidas pelos militares, e aquelas ações desenvolvidas pelos militares não poderiam ser consideradas como ilícitas, e, se o fossem, os responsáveis seríamos nós, porque senão você não tinha condições de fazer.

Você pensa que um sargento vai colocar o seu soldado a praticar um ato, sabendo que aquilo virará um processo criminal contra ele? Não vai! Não vai! E se ele sabe que aquela autorização foi feita pelos militares, não vai fazer. E nós assumimos isso. Criou-se como uma regra, e repetiu-se, por exemplo, no Rio de Janeiro, com o fato novo em relação às eleições.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio havia pedido forças para garantir a campanha eleitoral. Você sabe que, tradicionalmente, as Forças Armadas participam do dia da eleição para segurarmos as zonas conturbadas etc., mas o Tribunal queria que fosse assegurada a campanha eleitoral, porque, no Rio de Janeiro, para subir o morro, tinha que ter licença do dono do morro, ou seja, do traficante. O Tribunal resolveu pedir para as Forças Armadas que assegurassem a campanha eleitoral e não a realização do dia da eleição, requisitou isso para as Forças Armadas, ou seja, trabalho de três, quatro meses anteriores. O Presidente do tribunal eleitoral era o Ministro Carlos Ayres Britto. Eu fui ao Ministro e disse: "Tudo bem, vamos fazer, mas o Tribunal tem que aprovar as regras de engajamento". Ele disse: "O que é isso?" "O seu *book*. Se vocês querem que o nosso soldado, o Exército suba o morro para garantir a campanha eleitoral dos candidatos a Deputado Federal, estadual, prefeito etc., têm que dizer quais são as ações que os soldados poderão fazer e quais são as reações que eles poderão desenvolver". Foi uma coisa meio inédita. O Ministro Britto entendeu o problema e o Tribunal acabou aprovando as regras de engajamento, de forma tal que pudéssemos ter uma penetração civil na ação militar.

Isso fazia parte de uma estratégia de transformar, ou seja, de conseguir fazer a submissão militar a comando do governo civil democrático. Conseguimos, e, observem bem, sem nenhuma objeção dos militares. Não houve nenhuma reação dos militares. E a conclusão que cheguei é que tínhamos falhado no sentido de nunca termos tomado essas decisões e de afirmamos uma coisa que não tínhamos feito. Nós dizíamos: "Não, eles não querem ser comandados" ou "Eles não querem ser geridos por civis". Não era verdade! Os civis é que não queriam geri-los. E, para ocultar a covardia civil de não fazer esse comando, acabavam atribuindo a eles uma obstrução, e não era verdade, tanto é que se conseguiu fazer isso com a maior tranquilidade.

No que diz respeito a esse tema de indústria e defesa, conseguimos, àquela época, criar essas corporações. As empresas maiores começaram a criar setores de defesa para, digamos, levar capital e musculatura comercial a essas pequenas empresas. Houve um processo. Participei muito de reuniões com as grandes empresas para mostrar o que estávamos querendo fazer. Realmente houve: a Embraer criou a Embraer Defesa; a Synergy criou Synergy Defesa; a Odebrecht tinha um setor de defesa; a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez tinham o setor de defesa. Dentro desse conjunto, se viabilizou um real desenvolvimento – e vamos deixar cla-

ro que isso não é uma coisa de curto prazo, é uma coisa de longo prazo, ou seja, temos que ter a perspectiva de que isso é algo de longo prazo. Não podemos ter, digamos, soluços, no sentido de que há paralisações de investimentos, em determinado período, pura e simplesmente decididos de forma autoritária, porque, nesse caso, não haveria investimento, não haveria possibilidade de desenvolver.

Quando negociamos com os franceses a questão dos helicópteros, uma das coisas fundamentais era assegurar que a Helibras, uma empresa francesa com capital brasileiro e francês em Itajubá, em Minas Gerais, pudesse ter o controle do mercado sul-americano. Ou seja, tínhamos uma negociação de que os helicópteros produzidos no Brasil, o mercado sul-americano dos helicópteros da Eads seria reservado à empresa brasileira, como também o mercado africano.

Tudo isso levou também a um desenvolvimento daquele Conselho de Segurança Sul-Americano, que tinha exatamente esse sentido de criar uma *expertise* sul-americana em relação ao desenvolvimento da indústria e da defesa. Nós mudamos, inclusive, a linguagem, porque sempre se falava em indústria de guerra, e era uma questão semântica importante, porque mostrava que não tínhamos pretensões nenhuma de ocupação, mas tínhamos importância de demonstração de possibilidade de segurança interna do País, em termos de defesa. Ou seja, o princípio era dissuasório, e essa dissuasão se dava pela demonstração, para os demais países, de que tínhamos condições de mobilidade e presença dentro no território nacional, não obstante não tivéssemos um número suficiente de pessoas para todo o território nacional.

Daí porque também apoiamos enormemente o desenvolvimento do projeto do KC-390, que é um veículo de transporte desenvolvido pela Embraer, que agora já está na fase final. Era importante porque nesse ano, começou agora em 2015, começou a morte, a finalização, o fim de vida dos Hércules. Não existe nada para ocupar o lugar dos Hércules, que será ocupado pelo KC-390. Há 700 Hércules no mundo que vão desaparecer. Então, existe um mercado possível para entrar um avião de dez ou doze toneladas, como é o KC-390, com uma característica de pistas curtas. O projeto vinculava a necessidade da Amazônia, ou seja, das pistas que circundam aquilo que nós – e isso é um mea-culpa – quando nós, no período constituinte, aqueles que viveram aquele momento lembram que, quando o governo Sarney lançou o Projeto Calha Norte, as críticas feitas, e fiz discursos radicais contra o Projeto Calha Norte, que era um projeto do governo Sarney, sempre naquela concepção oriunda da identificação de defesa, de segurança com repressão política. Nós não pensávamos que o Projeto Calha Norte fosse um projeto para segurança do País, achávamos que era um projeto para assegurar a repressão política, por causa daquela identificação a que me referi no início. E deu origem hoje aos grandes postos de fronteira no País, que são locações de militares em toda a fronteira brasileira.

Felizmente, como Ministro da Defesa, tive a oportunidade de circular em toda a fronteira do Brasil, desde o Amapá até o Chuí, durante os quatro anos que tive no Ministério. Visitei todos os destacamentos, todos os pelotões de fronteira, para estimular essa área de ocupação do território nacional, principalmente, para demonstração, na Amazônia, de que qualquer pretensão internacional de ocupação da Amazônia teria que ter a reação dos chamados batalhões de selva. E isso funcionou. Funcionou porque, quando você olha a Amazônia, um território imenso, pensa que tem que ser ocupado. Não, na Amazônia, o que é fundamental são os controles dos rios de acesso, ou seja, são os rios de penetração, que vêm da Venezuela, da Colômbia, do Peru e formam a Bacia Amazônica.

Ou seja, entrar na Amazônia ou circular na Floresta Amazônica é absolutamente impossível se não for pelos rios. A Amazônia não é aquilo que vemos no cinema, com aves voando, etc., etc. Eu tive oportunidade de entrar nessas matas todas, e lá temos 40º de calor, 100% de umidade e mosquitos para todos os gostos. E você não consegue circular porque aquilo tudo é úmido. Em alguns momentos, o coturno fica completamente tomado, e você ficar colado no chão.

Ou seja, a política e a estratégia dos pelotões de fronteira era colocar os pelotões de fronteira num dos rios entrantes, onde se viabilizava a proteção do Território Nacional.

O que aconteceu na década de 90? Quando as Farc colombianas tentaram entrar pela cabeça do cachorro, junto a Iauaretê, que é um posto de fronteira existente naquela região... Aliás, algo que eu posso sugerir aos Srs. Deputados e Senadores é que viabilizem uma visita junto com o Exército e com a Aeronáutica, para conhecerem esses pelotões e conhecerem a realidade efetiva.

Eu tive uma preocupação, inclusive, à época, e levei à Amazônia o rei da Suécia, para eles verem, porque a Suécia fazia investimentos para o problema indígena...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Você queria sacanear o rei.

O SR. NELSON JOBIM – Não, não. Ele foi lá e gostou. Adorou! As coisas são montadas para se adorar. (*Risos.*)

E realmente o rei da Suécia ficou três dias viajando pela Amazônia, com a família, com a mulher, para mostrar que a Amazônia não era aquilo que se dizia nos Estados e nos países nórdicos da Europa, ou seja, para dizer que o Brasil estava preocupado em manter a Amazônia, mas com uma coisa – e isso era o discurso que

nós fazíamos, inclusive fiz isso na ONU e no Parlamento europeu: o Brasil vai cuidar da Amazônia para o Brasil e para o mundo, mas quem vai cuidar somos nós, não eles. Isso porque a pretensão era de que, sendo a Amazônia o pulmão do mundo, teria que ser cuidada pelo mundo. E eu disse: "Não mesmo; quem vai cuidar da Amazônia somos nós – para vocês e para nós. Agora, vocês não vão fazer nada disso".

E o pior é o seguinte: o discurso de não soberania da Amazônia vinha da esquerda europeia. A direita europeia não fazia discurso algum de ocupação da Amazônia. O primeiro discurso contra a soberania da Amazônia brasileira foi feito pelo Mitterrand, do Partido Socialista francês. Todo discurso, digamos, vinculado a essa situação vinha da esquerda europeia; não vinha da direita europeia; a direita europeia não queria saber do assunto, isso não lhe dizia respeito. E tudo era mascarado com problemas de meio ambiente, aquela coisa que se faz com um discurso de agendas que não são populares.

Eu vou dizer uma coisa que talvez os senhores não gostem, mas o fato é o seguinte: nós temos certas agendas hoje que se discutem no Brasil que eu me pergunto se são agendas realmente do povo. São agendas legítimas, corretas, mas não podemos dizer que sejam agendas do povo. Os senhores acham que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma agenda popular? É legítima a discussão, mas é agenda popular? Estão na discussão da vida no País os direitos de *gays*, etc., etc.? São agendas legítimas, mas não podemos dizer que isso é uma agenda do País. É agenda do País ou é agenda de setores do País? É difícil dizermos isso porque é politicamente incorreto afirmar essas coisas, mas, se nós não tivermos coragem de ver as coisas como elas são, nós vamos continuar nos enganando a nós mesmos.

Eu não tenho muita coisa a dizer sobre a indústria de defesa. Só aquilo que pretendíamos fazer naquele momento em que tivemos a grande oportunidade de aprender muita coisa com os militares. Eu não entendia absolutamente nada desse assunto. Dediquei-me muito ao tema, tive um convívio extraordinário com os militares e reconheço algo fundamental, que é a estrutura dos militares em relação àquilo que é hierarquia, que é disciplina, mas que se soma a alguma coisa a mais: a solidariedade, que se dá exatamente pelo exercício da hierarquia e da disciplina, junto com a ordenação dos funcionamentos e o compromisso que têm com o País.

Ou seja, não pensem que as Forças Armadas poderão hoje ser utilizadas para quaisquer fins que não os fins constitucionais do País.

Curiosamente, poucos dizem, mas devo dizer aos senhores, encerrando, que devemos a despolitização do Exército e das Forças Armadas ao General Castelo Branco. Alguém diz: não pode. E foi. Até o governo Castelo, até 1967, havia a possibilidade de um general ficar 20 anos no generalato. Houve exemplos de grandes generais, Cordeiro de Farias é o exemplo mais histórico, 27 anos como general. Quando Castelo assumiu, conta o Presidente Sarney que ele queria dizer o seguinte: precisamos derrubar os generais chineses. "Generais chineses" significava aqueles generais que eram donos do Exército.

E o que fez Castelo? Estabeleceu três regras fundamentais. Uma de natureza política e outra de carreira. A de natureza de carreira era o seguinte, o generalato, ou seja, general de brigada, duas estrelas, general de divisão, três estrelas, general de Exército, quatro estrelas, o oficial que ia galgar centrar-se no generalato não poderia lá permanecer mais do que 12 anos. Havia uma expulsória de 12 anos. Com isso, acabava com as lideranças militares, que poderiam criar guetos pelo fato de ficarem 20 ou 30 anos no exercício do generalato.

Segunda regra importante, o Alto Comando de cada uma das Forças, ou seja, os oficiais de quatro estrelas que compõem o Alto Comando das Forças, este Alto Comando tem que ser renovado 25% a cada ano. Com isso, há duas regras de não permanência de oficiais. E a segunda regra política criada por Castelo foi a participação dos militares na atividade político-partidária.

No Brasil, tínhamos, e aí eu faço uma observação aos senhores que estão votando esta matéria dentro da reforma política que veio da Câmara, até o governo Castelo, um oficial das Forças Armadas que resolvesse ter uma atividade política podia se filiar ao partido político, concorria na convenção partidária, era escolhido como candidato, elegia-se, começava a exercer o mandato, exercia um mandato, dois mandatos, três mandatos. Na quarta tentativa, não se elegia, e ele voltava para o exercício da Força. Ora, que ele iria fazer na Força? la se legitimar para tentar voltar à atividade política, ia trazer a política para dentro do quartel. O que fez o general Castelo? Alterou a legislação, a Constituição de 67 e estabeleceu que os militares que entrassem, no momento em que fossem diplomados, eram afastados da Força e não poderiam mais retornar. Com isso, não impediu que o cidadão militar viesse a participar da atividade política, mas impediu que o cidadão militar que participasse da atividade política voltasse para ser cidadão militar pela incompatibilidade das duas funções.

Os senhores cuidem, porque na reforma que veio da Câmara, essa regra de Castelo foi derrubada, ou seja, pelo que está posto, vão voltar para a Força. Estamos retornando a antes de 1967, no momento em que se permite que um oficial, e, vejam bem, às polícias militares se aplica a mesma coisa, volte à Força depois de não reeleito. Hoje, o tradicional, o instituído por Castelo era, se diplomado, salta fora.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Esta matéria, exatamente como V. Exª está dizendo, está na PEC que veio da Câmara dos Deputados e diz respeito à janela como tempo de financiamento de campanha, inclui esse artigo...

O SR. NELSON JOBIM – Está escondido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...especificamente dizendo que conta como tempo e que poderá retornar à mesma condição.

O SR. NELSON JOBIM – Vejam, conta como tempo de serviço militar e retorna para a Força. Vai dar confusão de novo! Vamos voltar para 1967, antes disso! Seria bom que os senhores pensassem nisso. Não cabia a mim discutir esse tema agora, mas me achei no dever de chamar a atenção.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Concluída essa primeira fase da exposição do ex-Ministro Nelson Jobim, nós vamos passar a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores inscritos, mas, antes, eu gostaria de fazer algumas perguntas, que o Ministro poderia responder em bloco na hora em que as Srªs e os Srs. Senadores fizerem suas indagações.

Primeira pergunta: enquanto era Ministro da Defesa, como V. Sª percebeu os projetos estratégicos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica, em termos de atenção governamental dada a esses setores? O que era prioritário para o Ministério da Defesa em termos de projetos estratégicos de cada Força? Como V. Sª analisa atualmente a situação desses projetos?

Segunda: existe hierarquia em termos de prioridades para o Ministério da Defesa? Como se dá a coordenação desses projetos? Há complementariedade entre eles e compatibilidade dos sistemas?

Terceira: a cada ano, os recursos destinados à defesa vêm sofrendo cortes; como V. Sª analisa a relação desses cortes com a manutenção dos projetos estratégicos?

Por último, o Ministério da Defesa está adquirindo 36 caças, participando ativamente do desenvolvimento das aeronaves, com transferência de tecnologia; V. Sª acha esse projeto importante para o País? Faço essa pergunta tendo em vista que, quando V. Sª passou pelo ministério, esse projeto estava bastante avançado.

Eram esses os questionamentos.

Vamos ouvir agora o Senador Ricardo Ferraço, para fazer também suas considerações, e depois o Ministro responderá a todas elas.

Já estão inscritos também, pela ordem de chegada, o Senador Ronaldo Caiado, a Senadora Ana Amélia e o Senador Tasso Jereissati.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, permitam-me fazer um cumprimento muito especial ao nosso estimado e respeitado Constituinte Nelson Jobim, ex-Ministro da Justiça, ex-Ministro da Defesa, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. É sempre um prazer e uma alegria tê-lo aqui na casa de V. Exª, que é também o Congresso brasileiro.

Antes de entrarmos no tema da defesa, eu gostaria de aproveitar a oportunidade porque esse é um tema que tem sido muito debatido aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e que está relacionado com as preocupações da escalada do autoritarismo e do déficit de democracia e liberdade de expressão na América do Sul, inclusive com a negligência e a omissão do Governo brasileiro. Por que digo isso? Porque, para mim, foi uma ótima surpresa quando li que V. Sª tinha sido indicado pela Presidente da República, ou pelo Governo brasileiro, não sei bem como, para ser observador eleitoral na Venezuela. E, ao longo desse tempo recente, nós temos debatido muito aqui a escalada da violência em todos os sentidos, não apenas na Venezuela, mas sobretudo na Venezuela, em função das distorções que nós observamos naquele país.

Como é essa delegação que foi dada a V. Sª? V. Sª terá a liberdade e autonomia para agir plenamente, para funcionar como olhos do Estado brasileiro, da sociedade brasileira? Digo isso até porque é um processo eleitoral carregado de incertezas, na medida em que a Venezuela não está admitindo observador de qualquer parte; políticos importantes não puderam e não podem disputar eleições na Venezuela, como é o caso da ex-Deputada Maria Corina Machado, que nós recebemos aqui, nesta Comissão, assim como Antonio Ledezma, assim como Leopoldo López, que tiveram seus mandatos cassados violentamente. Salta aos olhos, inclusive, um último artigo do prêmio Nobel de Literatura, Dom Mario Vargas Llosa, que afirma que a destruição da democracia venezuelana só foi possível porque os governos dos principais países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, não apenas fecharam os olhos para a escalada autoritária do chavismo, como também consideraram aquele regime totalmente legítimo e democrático.

Eu gostaria que V. Exª pudesse nos falar um pouco sobre isso, a despeito de não ser o tema objeto da vinda de V. Exª aqui na Comissão, mas é que, conhecendo V. Exª e sua história, a nossa expectativa é grande de que a presença de V. Exª, em nome do Estado brasileiro, possa ter essa dimensão que todos nós esperamos. Que, pela via democrática, pela via do voto, de eleições limpas, a Venezuela possa resolver o seu futuro e possa se reencontrar com a democracia.

Então, eu gostaria que V. Exª fizesse uma abordagem sobre essa delegação que recebeu do Estado brasileiro, da Presidenta da República. Como é que se dá? Dá-se no âmbito do Estado brasileiro? Dá-se no âmbito da Unasul? Que V. Exª pudesse compartilhar um pouco com a Comissão de Relações Exteriores esse tema que é muito caro a esta Comissão e evidentemente ao Senado da República.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, na condição de Presidente desta Comissão, juntamente com nosso estimado Senador Valdir Raupp, me designaram, Sr. Ministro Nelson Jobim, Relator de uma avaliação que esta Comissão fará em 2015, que está relacionada à política nacional de defesa, à estratégia nacional de defesa, ao livro branco, e até por força da Lei Complementar nº 136, de 2010, que determina que, em 2016, todas essas políticas terão de ser revisitadas pelo Poder Executivo.

E a Comissão de Defesa, portanto, se antecipa. Nós estamos este ano estudando, com mais e maior profundidade, no seu menor nível de detalhe, a conjuntura e o estado da arte, de tudo o que está relacionado a esse extraordinário programa e projeto. E me permita de viva voz fazer um elogio a V. Exª. V. Exª para mim não foi apenas o Ministro, foi o melhor Ministro da Defesa que o nosso País teve ao longo desses anos, desses poucos anos em que o nosso Ministro era ainda um jovem. E V. Exª, aqui na sua apresentação, deu o largo fundamento conceitual que levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso e V. Exª, à época, como Ministro da Justiça, a conceberem, de maneira adequada, contemporânea, a consolidação do Ministério da Defesa em absoluto compartilhamento com as nossas Forças. Foi, de fato, um avanço, a meu juízo, extraordinário, e V. Exª deixou um legado muito robusto através dessas políticas.

Ocorre que nós estamos vivendo um colapso dessas políticas que V. Exª deixou como legado, por conta desse *stop and go* disso que V. Exª chamou de soluço. O que nós estamos vivendo é muito mais que um soluço; é um gargalo e um colapso.

Nós recebemos, aqui, na Comissão de Defesa, o comandante do Exército, o General Eduardo Villas Bôas, gaúcho como V. Exª – não sei se é colorado como V. Exª –, e fizemos aqui um debate muito profundo sobre essa questão. E a afirmação do General Villas Bôas vale mais do que qualquer dissertação quando ele afirma que a conjuntura da base industrial de defesa está retroagindo no tempo, regredindo no tempo, em, pelo menos, 40 anos, porque tudo aquilo que foi estruturado com rigor, com critério, com planejamento está se perdendo. Está se perdendo por conta da desorganização do Estado brasileiro, por conta de tudo o que nós estamos vivendo em torno da pouca capacidade de investimento do Estado brasileiro e da falta de prioridades em relação àquilo que vamos ou que não vamos fazer para que as iniciativas não se percam.

Ontem, no *Valor Econômico*, a Mectron, que é uma das mais importantes empresas dessas que V. Sª falou que foi articulada, anuncia que está buscando comprador para 40% do seu capital e a Mectron não é uma *startup*, é uma empresa de grande porte, porque é da CNO, empresa contratada e parceira da Saab para o fornecimento dos Gripen NG que o Estado brasileiro, que a Aeronáutica, enfim, estão adquirindo na visão que V. Sª disse aqui de não apenas irmos à prateleira e comprarmos aquele equipamento, mas de todo envolvimento de transferência de tecnologia e inovação que acontece com os submarinos à propulsão nuclear, que é também uma outra extraordinária aliança que fizemos com a França, com a DGA, com a DCNS. Enfim, tudo isso está se perdendo. Eu queria ouvir de V. Sª qual é o sentimento depois de tanto trabalho, depois de tanto esforço, de tanta concentração.

Há o caso, inclusive, que o Senador Jorge Viana conhece muito mais do que eu, porque foi presidente da Helibras. Esse é um programa extraordinário porque, na verdade, em vez de irmos lá comprarmos os helicópteros, como se fez tradicionalmente, fizemos uma aliança com uma companhia para aquisição de 50 equipamentos do H-XBR, trouxemos a indústria para cá. A indústria cumpriu todos os compromissos que assumiu com o Estado brasileiro, inaugurou há poucos dias, inclusive, um simulador que é o único da América Latina para formação de profissionais. Conseguimos uma coisa histórica, que foi fazer as três Forças comprarem o mesmo equipamento, num esforço extraordinário de integração e esse programa está se perdendo. Neste momento o Governo brasileiro deve a essa companhia – a Helibras –, uma companhia da Helicopters, uma brasileira em Itajubá, mais de R$1,4 bilhão.

Eu poderia falar aqui do Sisfron, um projeto extraordinário, que foi deixado de pé pelo nosso Exército, que dialoga com um dos principais problemas da sociedade brasileira, que é a segurança pública. No centro dela está o tráfico e o consumo dessas drogas que não são produzidas aqui e sim na nossa fronteira seca. O Sisfron foi colocado de pé, Sr. Ministro, em 2011 para ser implementado ao longo de dez anos. De acordo com o

desencargo e o cronograma físico e financeiro, ele será implantado em 50 anos. Um projeto dessa magnitude, que foi planejado para ser implantado em dez anos, vai ser implantado em 50 anos. Eu estou encarregado de apresentar até o final do ano a esta Comissão um relatório sobre o estado da arte da base industrial de defesa e de suas políticas, antecipando a essa revisitação que tem que ser feita em 2016.

Queria ouvir de V. Sª, que foi o arquiteto, não foi apenas o arquiteto, não foi uma obra isolada, contou com muitas mentes, com muitos corações, com muita competência instalada da meritocracia das nossas Forças brasileiras... V. Sªs colocaram de pé um projeto extraordinário que está sendo jogado no chão.

Eu queria saber de V. Sª, até por que na condição de Relator, qual é a percepção. Nós fizemos na semana retrasada uma reunião na Fiesp, no Condecon, que é o Conselho de Defesa de toda base industrial da defesa, e nós saímos de lá perplexos, Ministro, porque está sendo desmontada a base industrial da defesa brasileira em razão da ausência de honradez e de compromissos do nosso País. V. Sª montou essa base, eu queria que V. Sª pudesse trazer seu depoimento sobre a conjuntura por que estamos atravessando. Seu depoimento será evidentemente muito importante na construção desse raciocínio que a Comissão estará concluindo.

Agradeço e, mais uma vez, cumprimento V. Sª pelo legado deixado à frente do Ministério da Defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Como só há quatro Senadores inscritos e o Senador Jorge Viana fez um pleito para que fosse ouvido em bloco, então, passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para fazer seus questionamentos, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati e ao Senador Jorge Viana.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, ao ex-ministro, Prof. Nelson Jobim sempre interessante assistir suas audiências tanto na parte da reforma política, quanto na área da segurança, enfim, o Senador Ferraço, ele fez detalhadamente esse processo do desmonte da indústria da defesa com detalhamento que V. Sª conhece bem.

Eu queria trazer à discussão alguns pontos que V. Sª, também com muita competência, narrou. Quando aqui da presença do General Villas Bôas, ele trouxe também, além desse fato da perda da capacidade hoje de policiar as nossas fronteiras, ele trouxe um assunto que realmente tem me preocupado sobremaneira – como médico que sou – e vendo o combate que foi feito a esses cartéis montados na América Latina, essa transferência hoje da industrialização da cocaína para dentro do Território brasileiro. Dizendo o Sr. General Villas Bôas que o grupo mexicano também já tem tentáculos no Brasil, junto com os outros aqui da América Latina, e que o Brasil já não é mais rota, que o Brasil já passou a ser o primeiro maior consumidor de Crack e o segundo maior consumidor de cocaína, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Essa fragilidade que nós temos exatamente nessa área fronteiriça, V. Sª coloca que o bloqueio dos rios seria, de uma certa maneira, suficiente para poder conter essa invasão e essa disseminação que realmente nos preocupa com a instalação dessas estruturas hoje de produção de drogas na Amazônia.

A pergunta que faço vai em dois sentidos: primeiro, qual é o conhecimento de V. Sª em relação a essa matéria? Nós hoje podemos ler aí os livros e filmes que mostram um passado recente do que era a Colômbia e a situação ali só foi possível depois de realmente a inteligência americana entrar para dar suporte mínimo, já que a estrutura do narcotráfico era tão bem sedimentada e tão bem estruturada que o Estado não suportava o ataque e as ameaças desse setor do crime.

Esse lado da droga tem tudo a ver com aquilo que nós podemos produzir também em proteção a nossas fronteiras e um combate direto a esses cartéis que vêm se instalando no Brasil.

Outro ponto é a presença das Forças Armadas que V. Sª colocou que conseguiu fazer com que essas regras do engajamento pudessem ser transformadas em realidade, fazendo o Exército poder participar dessas áreas de ocupação sem que fossem penalizados amanhã pela Justiça civil e que não fosse o comandante civil a assumir essa responsabilidade do que dever ser feito.

Posso relatar que, às vezes, as pessoas imaginam que as regiões fronteiriças ou outras situações, como a cidade do Rio de Janeiro, estão convivendo com situações graves do ponto de vista da segurança. Mas no meu Estado, no entorno de Brasília, nós hoje assistimos uma situação em que a criminalidade e a certeza da impunidade são uma realidade a olhos vistos, no dia a dia. É impressionante...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...a poucos metros da Capital assistimos a algo inédito. Primeiro, todo comércio é protegido por uma porta quase blindada, com pequenos orifícios, para que possam ser comercializados os produtos.

O consumo da droga acontece à luz do dia, ou seja, já não há a cerimônia de ter um local específico para se poder ali consumir a droga. Os cidadãos que são responsáveis pelo tráfico também são pessoas conhecidas da comunidade e, como tal, são pessoas que, hoje desafiam as autoridades locais. O poder hoje desses cartéis

é algo tão impressionante que eu tenho recebido prefeitos do interior do meu Estado dizendo que não têm coragem de denunciá-los porque eles têm condições de, amanhã, fazerem duras retaliações a suas famílias, ameaçando de morte.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ou seja, para concluir, Sr. Ministro, seria importante que, além dessa indústria que está sendo discutida hoje da defesa – e que está sendo totalmente sucateada –, como também, na visão de V. Sª, nós poderemos avançar nessa parte de conciliar a defesa do cidadão brasileiro, que está sendo totalmente sequestrado por essa expansão da criminalidade e por essa rentabilidade altíssima que têm esses cartéis na proliferação e na venda da droga?

Eram esses os pontos que eu gostaria de levantar, e quero agradecer a V. Sª em relação a esse ponto da emenda constitucional, que veio da Câmara dos Deputados, que está incluída e que retorna o Brasil a uma condição que já foi revogada desde 1967, como muito bem foi colocado.

Acredito que V. Sª, ao chamar a atenção da Casa, saberemos aqui debater essa PEC e trazer de volta as orientações e também esse relato histórico feito pelo ex-Ministro Jobim.

Muito obrigado. Eram essas as perguntas que eu tinha a formular a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Valdir Raupp, Ministro Nelson Jobim, é sempre um prazer, Ministro, ouvi-lo dada sua enorme cultura pessoal, dado o seu conhecimento jurídico, mas também por ter uma bagagem política, que, se não inédita, é muito singular neste País, com experiência como Constituinte, como Parlamentar, como Ministro da Justiça, no Executivo, Ministro da Defesa, também no Executivo, como Ministro e Presidente do Supremo.

Ficamos na oportunidade de ouvi-lo meio tentados a abranger outros temas que não sejam tão restritos devido a essa sua enorme experiência.

Mas a grande curiosidade, depois que principalmente o Ferraço e o Caiado perguntam, sobra muito pouco para nós perguntarmos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas é evidente que o tema da Venezuela desperta grande interesse nesta Comissão, mas sou autor dentro desta Casa de um projeto de reestruturação das polícias no Brasil, da constitucionalização das polícias, da unificação das polícias civil e militar, que V. Sª sabe muito bem que é um tema bastante polêmico, e ouvi muitas pessoas.

Dentre as sugestões que recebi de vários especialistas, havia a criação das polícias de fronteira, dando como fundamental para o combate ao tráfico no Brasil a criação de polícias de fronteira. Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª sobre a criação dessas polícias, a efetividade, a capacidade de as Forças Armadas cumprirem esse papel ou a necessidade de uma polícia específica para acompanhamento das fronteiras brasileiras.

Por outro lado, eu tenho uma curiosidade. Eu sei que é um assunto pequeno para V. Exª tratar, mas é uma curiosidade. Eu vi nos jornais a criação, junto à OEA, se não me engano, da Subsecretaria de Serviços Administrativos e de Conferências na Junta Interamericana de Defesa para, se não me engano, o esposo de uma ex-ministra. O que faz exatamente esse nome tão grande? E ouvi o salário é de US$7,4 mil. O que ele faz? Qual é o papel que ele tem nesse complexo da defesa brasileira? Eu sei que é uma coisa pequena, mas talvez V. Exª saiba pelo seu conhecimento da área.

Se o Presidente me permitir, também é uma coisa que está muito em dia hoje e não podemos perder a presença do Ministro Jobim aqui. Entre ontem e anteontem, duas decisões importantes: do TSE e do TCU. Eu queria entender a profundidade e as consequências. É lógico que não vou lhe pedir uma opinião sobre o mérito. Mas o que significam as consequências do ponto de vista técnico e jurídico dessas duas decisões?

Era só isso que eu queria...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pegar uma carona aqui na indagação do Senador Tasso Jereissati e também solicitar do Ministro sobre uma discussão que está muito acalorada: a possibilidade de um Presidente da República ser impedido por atos praticados em mandatos anteriores. Qual é a visão do Ministro Nelson Jobim, já que presidiu a mais alta Corte de Justiça do Estado? Como ele encara essa situação e se o instituto da reeleição, de certa forma, permite que atos praticados no mandato anterior possam ser imputados ao mandato em vigor?

Esse seria um adendo à pergunta do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com a palavra, como último inscrito, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar os demais colegas, aliviando um pouco, porque eles, nos questionamentos que fizeram, mudaram completamente o eixo da audiência, mas, de fato, são temas que todos nós estamos conversando. O País inteiro se questiona, se pergunta. E não temos como fugir.

Começo dizendo da satisfação, lamentando muito não ter estado aqui na apresentação de V. Exª, mas vou pegar as notas para dar uma lida. V. Exª faz muita falta em Brasília, Nelson Jobim. O problema é que, se estivesse aqui, eu ficaria em dúvida sobre onde V. Exª seria mais útil ao País, porque talvez o único currículo que tenhamos no Brasil com a dimensão seja o Ministro Nelson Jobim, pelo papel que teve na Constituinte, no Parlamento brasileiro, no Judiciário, onde ocupou todos os cargos importantes, e no Executivo. E o País atravessa um momento muito ruim, muito difícil. É muito árida a presença de lideranças em todos os Poderes. E o conhecimento que o senhor carrega, que traz a visão ponderada e muito determinada, faz falta. Eu fico muito contente de vê-lo aqui e termos a oportunidade de alguma maneira de ouvi-lo e sairmos daqui um pouco melhor do que chegamos.

Eu tive a honra de trabalhar com o senhor quando fiquei quatro anos fora da atividade política. Saí do governo e depois fui convidado pela iniciativa privada para ser presidente do conselho de uma das empresas importantes do nosso País, a Helibras. E pude trabalhar e ver o quanto foi importante sua passagem pelo Ministério da Defesa. Vi também uma relação muito forte com o próprio Presidente Lula que, na confiança plena e na busca de explorar a sua capacidade, fez o Brasil avançar muito.

O plano que nós temos hoje e que, lamentavelmente, não está sendo executado, é algo que é uma referência para o mundo e para muitos países. Eu sei como foi montado e sei da liderança que o senhor teve nele. Mas nós conseguimos materializar parte da estratégia montada do plano, também por decisão do Presidente Lula, porque ali se executava uma política de governo, do Estado brasileiro. Lamento que estejamos agora vivendo um perigoso descompasso nessa área também.

Hoje, Ministro Jobim, a imprensa está divulgando o mapa da violência no Brasil. Nós quebramos mais um recorde – 58.500 homicídios no nosso País, um dos países mais violentos do mundo! Das 50 cidades mais violentas, nós temos 10. Isso é algo que nos agride a todos.

O nosso Código Penal – eu vou fazer um discurso daqui a pouco no plenário, porque já estava programado isso – é da década de 1940. Eu falo sempre que para se ter alguém preso, no Brasil, por dez anos, por homicídio, é preciso que ele tenha matado quatro. Se o criminoso tiver um advogado mais ou menos, consegue chegar a esse recorde. Por todos os aspectos, a situação é vergonhosa e nada se faz.

O projeto da reforma do Código Penal – eu participei dessa comissão – não pode ser deliberado porque entraram outras questões, questões religiosas, de interesses outros e que não têm absolutamente nada com substância para impedir a deliberação do Congresso sobre um tema tão importante para a sociedade. Há algo mais importante do que a vida? Eu não conheço. E a vida no nosso País não tem importância nenhuma.

E o senhor foi Ministro da Defesa e eu sei do seu esforço. Quando a gente paralisa Senador Ferraço – não está aqui agora o nosso Relator –, alguns dos programas, nós estamos abrindo a porta para que esse recorde se amplie. Nós estamos perigosamente dizendo: "Olha, o controle das fronteiras não é tão prioritário assim. A entrada de armas, então, pode seguir em frente. A questão do combate à entrada de drogas no Brasil também é prioritária, mas nem tanto."

Senador Ferraço, eu fazia referência a V. Exª dizendo que quando a gente retarda alguns programas que estão bem estruturados e foram feitos pelo Ministro Jobim – e eu sou testemunha, fiz parte –, a gente está dizendo... Eu falei que o Brasil, hoje, anuncia que nós quebramos um recorde – 58 mil homicídios. O Estado de V. Exª é o mais violento do Sudeste. Fortaleza é a cidade mais violenta do País. Alagoas é o Estado mais violento do nosso País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E no centro disso, o tráfico e o consumo de drogas, que não são fabricadas aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aí eu estou falando que quando nós retardamos a implantação do plano que temos, de todos os nossos programas, nós estamos dizendo assim: Olha, ok, a entrada de armas no Brasil segue com muita facilidade; a entrada de drogas também." Eu estava fazendo referência ao relatório de V. Exª. E outra, a gente não modifica a lei não. A lei no Brasil é tranquila: "Olha, pode fazer tráfico, usa menores, faz o que quiser, por o Código Penal está bem engavetado lá na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal brasileiro. Eu apresentei um requerimento, peguei a assinatura de vários líderes. Na outra semana, foi tudo desfeito. Para quê? Para a gente levar para o plenário e debater isso. Se há algumas questões mais polêmicas, podemos separá-las. Há questões que envolvem agora essa insanidade que a gente

está vivendo de questões, questões de intolerância que são uma coisa doentia. Podíamos tratar pelo menos de alguns temas. Não estou dizendo que isso vai resolver. Estou dizendo que isso é um instrumento importante. Eu fiz várias audiências com juízes. Uma juíza disse: "Eu fui desmoralizada, pois um homem foi agredido, dentro de um quartel, dentro de um presídio da PM, no Rio... Quando o preso chega lá, ele diz: 'Olha, doutora, rapidinho, porque eu tenho que ir embora' – preso – 'Eu já sei que vou ficar só um ano, doutora, me dê aí... Meu advogado já me disse que eu não... Olha, eu tenho o que fazer, doutora, rapidinho.'" Eu ouvi isso de juiz.

Lá em Rio Branco, agora, estamos vivendo o seguinte: foi quase uma dezena de carros queimados em três dias. O Governador Tião Viana está agindo com firmeza; estão lá a Força Nacional, a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil. Ontem eu falei pelo menos três vezes com o Ministro da Justiça, umas duas com o Ministro da Defesa, com o Depen. Hoje deve estar sendo disparada uma operação.

Temos três grupos atuando no Brasil que estão em todos os presídios e nas cidades das periferias – há territórios dominados –, o Bonde dos 13, o Comando Vermelho e o PCC. Estão nos presídios. Aí vai dizer: "Mas no Acre?" Claro. São organizações bem estruturadas, organizadas – é o crime organizado. E aí, agora, porque houve um assalto, a polícia reagiu, um rapaz foi baleado, um dos assaltantes, e eles faziam parte de um grupo que estava combinado com outro grupo, eram de facções, e resolveram disparar uma ação de terror na cidade, na capital do Acre. Então, estamos todos num esforço para ver se fazemos a tranquilidade. Isso nunca houve em Rio Branco. Essas são as consequências.

Vem um casal de 70 anos usar o Waze, bota um endereço para ir a uma festa, a um encontro familiar, e, porque trocou avenida por rua, entra na rua errada e não sai mais, é assassinado. Estamos pagando caro por não pensarmos na Defesa. A Defesa não é nos prepararmos para fazer guerra com ninguém, é para evitarmos que a guerra aconteça, e a pior delas está acontecendo, que é a de nós conosco mesmos.

Então, agradeço ao senhor por estar aqui. Sinto-me honrado de ter trabalhado junto, de ter montado aquele programa, de ter dado certo. Lamento que ele esteja, hoje, também, como disse o Senador Ferraço, na... E o pior, Senador Ferraço, não são só os atrasos, porque quando acontece um atraso de qualquer execução... Qualquer empresa privada atrasa a sua obra ou o seu projeto. O pior é você não estabelecer um plano do atraso e, quando estabelece, ele não ser cumprido. Isso é o pior dos mundos. E nesse troca-troca de Ministros, nós vamos piorando a situação. Na Educação, que é a nossa maior prioridade, já são seis; na Defesa também.

Eu faço isso porque fui governador por oito anos, fui prefeito por quatro – eu sei, pelo menos, como não funciona. Posso ter muita dúvida sobre como é, não tenho nada para ensinar, mas, pelo menos, o que não deve ser feito eu acho que sei razoavelmente bem, porque já dei muita cabeçada na parede, e deu ponto.

Então, eu queria que V. Exª falasse um pouco dessa conexão da Defesa com o mundo real, da Defesa com o dia a dia do cidadão. Acho que isso é importante para a gente humanizar, trazer para dentro da sociedade o papel da Defesa de um País como o nosso, continental, com a fronteira que tem de mar e a fronteira que tem de terra. Não há como pensar em melhorar a vida, a tranquilidade do cidadão brasileiro, sem colocar a Defesa como um tema central para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Senador Delcídio do Amaral, para uma breve intervenção.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu queria só cumprimentar o Ministro Jobim pela qualidade intelectual, dignidade, postura republicana – uma grande história –, e que, mais do que nunca, tem o respeito de todos nós aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional. Então, é uma honra tê-lo aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Serei muito breve. São duas questões, que V. Exª conhece muito bem. Estamos falando de violência. O senhor sabe que eu sou de um Estado que tem fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. O Mato Grosso do Sul é um Estado de passagem, principalmente do contrabando, do narcotráfico e outras coisas mais.

V. Exª trabalhou com afinco, com determinação, sempre de uma maneira competente, olhando essa questão de fronteira. Eu vejo, às vezes, criticarem – falam de São Paulo, falam do Rio de Janeiro, falam de... Mas o problema nasce nas fronteiras.

Se nós não tivermos uma política de fronteiras competente, nós não vamos resolver nunca essa questão de drogas, de violência, nas grandes cidades. Ali é que nasce o problema. Isso exige ações governamentais no sentido de promover investimentos importantes para acenar para essas pessoas que vivem nas regiões de fronteira com um futuro, com perspectivas. Ou seja, é fundamental uma política de integração nacional, uma política de fronteiras estimulando investimentos na região de fronteira. E, concomitantemente, o papel da Defesa Nacional, o papel da Segurança Pública, que, lamentavelmente, apesar de todo o esforço de V. Exª, nós não conseguimos avançar nos últimos anos. E lamento, o Senador Jorge Viana disse aqui, com essas sucessivas mudanças, nós não conseguimos dar velocidade a essas ações que têm que ser implementadas.

Eu acompanhei muito de perto o Sisfron, que foi citado também aqui pelo Senador Jorge Viana, um projeto fundamental, não só que garante a soberania, mas, numa ação integrada com as Polícias, garante uma atitude do Governo efetiva nas regiões de fronteira. Mas as coisas estão se esvaindo. E se não se revolver a questão de fronteiras, Ministro, nós não avançamos. E, primeiro, gostaria de ouvir do senhor uma avaliação com relação a esse tema, V. Exª, que conhece tão bem esse assunto, e a outra é a questão indígena. V. Exª era Ministro e andou a cavalo lá em Roraima, Raposa Serra do Sol, eu depois peguei o rastro do senhor, fui na mesma linha também, numa Comissão Temporária que foi criada aqui, de análise e de avaliação, discussão dessas questões indígenas. E hoje o meu Estado do Mato Grosso do Sul sofre fortemente com esse conflito entre as etnias indígenas e os produtores rurais. Cada um, com muitas razões, com razões absolutamente legítimas.

Ministro, as coisas se passaram, o senhor é um Ministro que se ocupou muito desses temas, conhece fortemente – inclusive o relatório que essa Comissão Temporária criou, que essa Comissão Temporária aprovou foi baseado em muitas observações que o senhor mesmo fez sobre essas questões indígenas, e nós não andamos. Mato Grosso do Sul tem terras tituladas, Senador Tasso. Se alguém tem terra titulada, qual é a saída? Nós vamos só cumprir o art. 231 da Constituição? Só pagando benfeitoria? E a terra nua?

O Senador Pimentel está falando, e muito bem, nós aprovamos uma PEC que, sem ferir a Constituição, que V. Exª conhece como ninguém por ter sido quem escreveu, basicamente, quem consolidou a nossa Constituição, sem ferir o art. 231, abrir essa exceção para indenizar terra nua. Principalmente em Estados que têm esse perfil. Que não são como a Amazônia, por exemplo, que tem terra devoluta.

Então, Ministro, queria também ouvir um pouco as posições do senhor com relação a esse tema, porque isso está criando um desgaste enorme no nosso Estado e prejudicando fortemente a nossa economia também. Porque o que é que acontece? Por causa dos trabalhos que estão sendo feitos de demarcação de terras indígenas, o Ministério Público encaminha aos bancos ofícios, dizendo que não podem viabilizar empréstimos para os produtores rurais, porque, em tese, as áreas, esses produtores, teriam tradicionalidade indígena. Então, o sujeito começa a ficar sufocado e a mesma coisa as nossas etnias, que têm todo o direito de ter a sua terra para viver, para preservar a sua cultura, a sua história. Em meu Estado, os índios guaicurus lutaram ao lado do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Portanto, eles têm uma absoluta identidade e são uma referência para todos nós. No meu Estado, todos nós temos sangue índio.

Ministro, queria só ouvi-lo, V. Exª, que tem um grande conhecimento também desse tema e não conhecimento de livro ou de orelha de livro, o senhor foi lá ver como é que as coisas funcionam, portanto, seria muito importante essa oportunidade.

Muito obrigado, agradeço o Sr. Presidente Raupp também por essa iniciativa de trazer o Ministro Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – O bloco foi ficando grande e há mais três Senadores ainda, dá para fatiar, se não fica muito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Queria sugerir a V. Exª que fatiássemos, até para não esgotar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Agora, como são pequenas intervenções talvez fosse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até para não esgotarmos a memória do nosso ministro. Temos muitas perguntas já.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Alguém dos três Senadores precisam sair? José Pimentel, Petecão e o Edison Lobão que estão inscritos ainda para falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Fizemos cinco perguntas já.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Se alguém tiver com compromisso e tiver que sair rapidamente, poderíamos ouvir.

Senador Edison Lobão, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, há duas semanas, me pus a ouvir um discurso do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, em que S. Exª dizia que o Brasil já anota 20% de todos os crimes, todos os assassinatos do mundo, 20% dos assassinatos do mundo estão aqui no Brasil, isso significa o império da violência que aqui hoje existe. Sei que, no caso das fronteiras, o Barão do Rio Branco alargou-as e o Acre é um exemplo disso.

O Senador Delcídio do Amaral se refere à iniciativa dos nossos indígenas que ocupam fazendas produtivas de Mato Grosso e outras áreas do País, Raposa Serra do Sol é um desses exemplos.

Nós todos temos o dever de defender os legítimos interesses dos nossos índios, mas o que se registra no Brasil, muitas vezes, é um abuso. O Brasil é um País imenso território.

Sr. Presidente, desisto de falar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pode concluir, Senador.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não concluí, mas concluí.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Esta Casa é um casa que tem muitas atividades ao mesmo tempo. Tivemos, a partir de 9 da manhã, reunião da CPI do Carf, V. Exª esteve lá conosco, Senador Valdir Raupp, depois veio para cá, e é só por isso que estamos chegando agora, não é porque tivéssemos, nos gabinetes, outras coisas, por conta de um conjunto de ações que terminam coincidindo o mesmo horário e todos nós aqui já temos reclamado dessa sistemática de funcionamento, mas é a vida.

Queria, nosso Ministro Nelson Jobim, começar registrando essa questão da ação das polícias civis e militares. Aqui temos vários governadores que já conduziram esse processo das nossas polícias e, entre isso, no Senador Tasso Jereissati tem uma tese que comungo com ele da unificação das polícias, e isso faz parte do mapa da violência no Brasil, particularmente, com algumas chacinas e, em outros momentos, por omissão. Ultimamente, há uma série de dados que traz, como veio do Rio Grande do Norte, que uma parte da polícia tinha, como função, não prender determinados segmentos de bandidagem e, particularmente, o narcotráfico. O que podemos avançar sobre isso?

A segunda questão é que, nos últimos 10 anos, triplicamos a população carcerária. Somos hoje a terceira população carcerária do mundo, com algo em torno de 610 mil presos, e, desse público, há em torno de 40% a mais com mandado de prisão, e esses mandados não são cumpridos, porque não há onde colocar as pessoas. Ao mesmo tempo, há essa matança a que temos assistido. O Senador Jorge Viana registrava que a previsão, neste ano de 2015, é de 58 mil pessoas que estamos eliminando. Portanto, de um lado triplicamos a população carcerária, aumentamos a efetividade do Poder Judiciário, que tem 40% desse público com mandados de prisão, sentença transitada em julgado e não há onde colocá-los, e, ao mesmo tempo, temos uma matança significativa.

A terceira coisa diz respeito ao estatuto da juventude e da adolescência. O Senado, quase por unanimidade, aprovou uma atualização do ECA, que passa pela separação entre jovens e crianças e da juventude que pratica crimes hediondos dos demais jovens que estão nesse processo socioeducativo, tornando, ao mesmo tempo, obrigatório o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino profissionalizante, além de uma série de outros itens. A Casa ao lado trabalha com outra tese, da diminuição da maioridade penal, para levar para os presídios todos aqueles que têm mais de 16 anos de idade. São teses que as duas Casas estão tratando, mas com visões diferenciadas.

Por último, a questão do Estatuto do Desarmamento. V. Exª, quando foi nosso Parlamentar, acompanhou de perto esse debate. Agora, a Casa ao lado está trabalhando com a tese de reformular o Estatuto do Desarmamento para liberar a circulação de armas. Os dados que o Ministério da Justiça nos fornece são de que 80% das mortes praticadas no Território nacional por arma de fogo advêm de armas fabricadas no Brasil. Nós temos a questão das fronteiras, do tráfico de armas, mas armas voltadas para os grandes crimes, particularmente assalto a banco, entre outros.

Era isso, Professor.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com a palavra, o Ministro Nelson Jobim, pelo tempo de que necessitar.

O SR. NELSON JOBIM – Sr. Presidente, agradeço, mas, de fato, as perguntas abrangem um leque imenso! Vamos tentar pelo menos responder a algumas delas, não tenho condições de responder a todas. Selecionei alguns conjuntos.

O primeiro conjunto, iniciado pelo Senador Ferraço, diz respeito à questão da Venezuela. Eu fui consultado há algum tempo, em agosto, pelo Chanceler Mauro Vieira sobre se eu aceitaria presidir ou ser o representante brasileiro junto ao grupo de observadores ou acompanhantes numa discussão semântica sobre este tema: se as pessoas que irão à Venezuela o farão meramente para acompanhar a eleição ou para observar, uma discussão irrelevante no sentido semântico. Em todo caso, a Venezuela sustenta que não quer observador, quer acompanhante, o que não faz diferença. O fato é que aceitei, porque eu seria o chefe do grupo que iria participar da eleição venezuelana pela Unasul. A Venezuela não aceitava observadores ou acompanhantes da OEA, mas aceitaria da Unasul. O nome foi enviado pela Presidente da República ao Presidente *pro tempore* da Unasul. Esse nome tem de ser aprovado pelo Conselho de Ministros da Unasul e está nessa fase ainda de aprovação.

Não obstante isso, há também a elaboração de um convênio entre a autoridade eleitoral venezuelana e a autoridade eleitoral da Unasul sobre as ações a serem desenvolvidas por esse grupo. Está ainda em fase de discussão. Quem está capitaneando essa discussão é o Tribunal Eleitoral brasileiro, o Ministro Dias Toffoli. Ainda não está terminada a fórmula. Agora, evidentemente, vamos aguardar essa fórmula que virá, mas fiquem certos de que ir à Venezuela não será, tendo em vista, inclusive, a minha formação, para carimbar situações postas. Será para examinar, efetivamente, a eleição, a partir da perspectiva...

Eu já examinei toda a legislação eleitoral venezuelana, no sentido das regras escolhidas pelo povo venezuelano para presidir suas eleições, já houve exame pelo tribunal eleitoral brasileiro do sistema eletrônico venezuelano, que é bom, que tem boa estruturação. A grande discussão lá diz respeito a quem pode ser candidato e também à formação da vontade do eleitor, se o eleitor que vota é aquele que votou.

No Brasil, já tivemos esse tipo de problema, que se resolveu com a urna eletrônica, no sentido de que o voto votado é o voto apurado. A questão posta hoje é na identificação do eleitor, que se está resolvendo através do sistema da datiloscopia, etc. O problema volta e ainda continua não resolvido, que é a formação da vontade do eleitor via campanhas eleitorais. Aí você tem uma discussão sobre financiamento de campanha, etc., etc.

Mas ainda não há, em relação à Venezuela, uma definição terminal, está em fase de discussão, Senador Ferraço, sobre os poderes, as faculdades que o grupo da Unasul terá em relação ao processo eleitoral. Agora, evidentemente, se, ao fim e ao cabo dessas discussões, não houver algo condizente com a efetiva análise e o acompanhamento eleitoral, como, de resto, nós fizemos – eu, na época, Presidente do tribunal eleitoral – nas eleições do Paraguai, nas eleições de El Salvador, numa série de eleições do mundo, será tratado da mesma forma. Temos que examinar, então, como isso se acelera. Isso será um grupo, e o Brasil deverá ter dois. Eu, como Presidente ou representante da Unasul, dentro do processo, num acompanhamento pelo tribunal eleitoral brasileiro, mais um ministro do tribunal para acompanhar o processo eleitoral, e mais técnicos que deveremos levar junto. Agora, ainda não há uma definição clara, isso vai se dar até o dia 15 de outubro, quando teremos uma nitidez sobre a forma, pois há um conflito político muito forte na Venezuela.

O que a gente tem que ter claro nesse tipo de conflito, e a experiência brasileira mostra, é que a superação dos regimes se dá pelo processo democrático. Vou dizer alguma coisa que talvez possa parecer curiosa ou, pelo menos, difícil de entender ou aceitar. A pergunta que a gente pode fazer, principalmente para aqueles que viveram o regime ditatorial brasileiro: a luta armada desenvolvida por setores da esquerda, que hoje se apresenta como aqueles que lutaram pela democracia brasileira, não prolongou o processo ditatorial da época e impediu as negociações políticas, que foram superadas por aqueles que não foram para a luta armada? Ou seja, os heróis da recomposição democrática brasileira devem ser averbados àqueles que foram para a luta armada ou àqueles que enfrentaram politicamente o desenvolvimento do problema? Nós, hoje, grande parte de nós parece que procura dar a superação do regime militar à atividade desenvolvida pela luta armada. Será que isso é verdade ou isso atrasou e prolongou, a partir de 1968, principalmente, o regime militar? Ou seja, os chamados falcões militares não foram alimentados por essa luta armada? Isso é uma questão de observação. Não acredito que as soluções, por essa fórmula, possam levar a uma solução da superação democrática. O processo democrático é longo e temos que saber, digamos, o papel histórico que estamos a desenvolver em determinado momento.

A América do Sul sofre hoje de alguns problemas nesse sentido, de radicalizações, mas fazem parte do processo histórico. Precisamos tentar superar isso pelo modelo que fizemos no Brasil, modelo de superação por dentro do próprio regime que termina. A experiência política brasileira sempre foi, quando um regime começa a se esboroar, de dentro do próprio regime, surgir a sua superação.

O Presidente Sarney, que hoje, ou melhor, que em determinado momento é visto como um personagem sem grande valor, é um extraordinário personagem, porque soube fazer alguma coisa que ninguém... E a habilidade que teve foi exatamente, na mudança do sistema, conseguir superar as objeções que vinham do próprio sistema anterior. Ou seja, a capacidade do Presidente Sarney de fazer a transição do regime militar para a democracia foi de uma habilidade extraordinária. Por quê? Porque o compromisso que ele tinha naquele momento... Ele sabia perfeitamente que, se naquele momento a função do Governo fosse retaliar o passado, não se construiria o futuro. E ele resolveu fazer exatamente o seguinte: construir o futuro, sem retaliar o passado. E nós achamos, muitos de nós achamos que construímos o futuro, retaliando o passado. Isso dá uma mão de obra tremenda e uma perda de energia brutal, uma paralisia absoluta no desenvolvimento do processo.

Então, creio que a contribuição que podemos fazer no processo eleitoral venezuelano será no sentido de obter, enfim, uma análise da justeza democrática disso, dentro dos limites políticos do momento.

Não se pode pretender fazer com que o mundo se comporte com os nossos pressupostos ideológicos ou pressupostos abstratos. O mundo é o que está aí, e temos de administrar o que se trata e aquilo de que se trata, e não pretender dizer como as coisas deveriam ser, porque aí vamos discutir filosofia, e filosofia se discute na academia. Teses filosóficas são para serem julgadas na academia. Ações práticas devem ser desenvolvidas, considerando-se as circunstâncias do momento. E ter a lucidez de compreender que esse é o ponto.

Creio que vamos estar fazendo... Dependendo, enfim, desse convênio que vai ser feito, faremos um trabalho nesse sentido.

Em relação ao mencionado pelo Senador Ferraço, sobre as políticas de defesa, ele se referiu a qual era o meu sentimento sobre isso.

Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É para saber se V. Exª está atualizado no estado da arte.

O SR. NELSON JOBIM – Sim, sim, é claro.

Perdoe-me. Peço desculpas a V. Exª. Em relação à atividade política, nós não podemos ter sentimentos. Nós temos de ter lucidez, o que é diferente. O sentimento normalmente se dá pelo arrependimento.

E aprendi com Dr. Ulysses que em política... Dizia Dr. Ulysses, na época da Constituinte, que, em política, havia a regra de Disraeli: *Never complain, never explain, never apologize* – nunca se queixe, nunca explique, nunca se desculpe. Isso, porque, se, na atividade política, dizia Dr. Ulysses, você tiver de se queixar, se explicar ou pedir desculpas, está no canto, no *corner* e já está apanhando.

Portanto, no caso específico, o que temos? Nós formulamos um tipo de política de defesa e de política de indústria de defesa e o que podemos examinar é que a situação do País naquele momento, em termos orçamentários, era muito melhor que a situação de hoje. A questão é compatibilizar a manutenção do projeto e distensioná-lo, considerando a situação orçamentária, mas não abandoná-lo.

E, ao que tudo indica, V. Exª informa, há uma disfuncionalidade na análise dos problemas de defesa. Toda vez que se tem um programa – como o Sisfron, etc., etc. – e há uma fixação de um tempo ou de desenvolvimento da indústria da defesa que depende de aportes orçamentários, evidentemente se tem de considerar a capacidade de aporte orçamentário. E, se tivermos o problema de redução dessa proposta orçamentária, temos de manter uma política de distensionamento ou de elastecimento desse tempo. Com isso, o setor privado se ajusta. Agora, o setor privado, se tem a certeza de que não vai acontecer nada, se desmancha. E, ao desmanchar, depois, para recuperar, é um desastre.

Então, creio, meu caro, que é lamentável ver que não há, efetivamente, a manutenção de um elastecimento da política de defesa.

No governo Lula, eu tinha clareza, com o Presidente Lula, de que a questão da defesa estava dentro – digamos – da perspectiva governamental do Presidente Lula. Clareza já não tenho em relação ao Governo da Presidente Dilma, que isso seja um tema fundamental a ser combatido. As dificuldades do País são imensas. Isso nós não podemos afastar. É claro que no discurso políticos nós temos que saber as culpas, mas também nós temos que ter certeza de que as culpas não resolvem os problemas. As culpas só identificam os responsáveis, mas não ajudam a resolver problemas.

Eu vou dar um exemplo curioso aos senhores. Observem, por exemplo, essas questões de corrupção que estão sendo postas hoje, corrupções que são apuradas naqueles processos em Curitiba, que são apuradas em outros processos no País. A sensação que se tem é de que a solução de tudo passa pela punição. A punição é verdadeira, é necessária, mas temos que lembrar que o Poder Judiciário trata com o passado, para reprimir o passado sem compromisso de construção do futuro. Ou seja, a análise dos atos praticados mostra que são atos praticados no passado para procurar culpa e apená-los; correto. O que nós temos que ter também do outro lado é a pesquisa das razões pelas quais os processos corruptivos se deram, quais as motivações disso. Não adianta se pensar que nós vamos resolver essas questões de corrupção através de cultura ou de grandes discursos éticos. Não. Nós vamos ter que examinar quais as situações de oportunidade para os espaços corruptivos.

Imaginem a seguinte hipótese: na concorrência às licitações brasileiras, das obras públicas brasileiras, na regra geral – há exceções –, você tem que elaborar o projeto básico. Só que, depois de feita a licitação, com base nesse projeto chamado de básico, começam os projetos executivos. Nos projetos executivos, verifica-se que o projeto básico não tem nada a ver com a obra. Aí abre-se a necessidade dos aditivos. Pronto. Abriu o cartório. Ou seja, o projeto básico é irreal. Vem o projeto executivo, em que se começa a examinar o que tem que se fazer, e verifica-se que não há correlação – digamos – de competência entre o básico e o executivo, e que portanto os custos que deram origem, e que se debateram na licitação, não eram verdadeiros. Aí surgem os aditivos. Pronto. Abriu um cartório. O aditivo significa a revisão do preço. Quem decide são os funcionários – digamos assim – das empresas concessionárias ou licitatórias, que licitaram, e o poder concedente. Pronto, abriu o cartório.

Lembrem-se, por exemplo – alguns já foram governadores, inclusive, o Tasso Jereissati –, daquele negócio da medição e certificação da execução do serviço. Outro cartório. A medição do serviço é feita por um funcionário do próprio ente concedente. Para pagar a parcela correspondente ao medido, depende da medição. O que acontece? Abre-se um cartório. "Que tal se você atesta que, em vez de 80% que foram feitos, eu fiz 100% da parcela? Te dou uma participação no meio". Não acontece? Acontece. Ou seja, você tem espaços de oportunidade para esse tipo de conduta. Não pensem que nós podemos dizer: "Não podem se conduzir assim". Isso é ótimo em termos de regras abstratas de ética, mas não é o que se passa no mundo. As obras brasileiras, ou pelo menos as licitações brasileiras, são feitas considerando determinado tipo de custo, mas não há aloca-

ção garantida de verbas para a execução daquela obra, não é verdade? Então, em um determinado momento – aspas –, temos que "liberar a verba". Outro cartório.

Vejam: uma coisa é nós apenarmos o passado, mas sabemos também que os modelos institucionais que temos abrem espaço para essas condutas corruptivas. Cabe a nós, afora a questão, e lembrando o apenamento necessário, cabe a nós fechar esses espaços e ajustar os modelos, que nunca são definitivos, porque lá adiante vai surgir outro problema. Mas nós temos que ter um acompanhamento disso, seja na Lei de Licitações, seja na legislação de obras públicas.

Senhores, será que todo este processo que nós estamos vivendo hoje tem alguma coisa a ver com a governança das estatais? Será que as estatais são espaços para agentes partidários? Por que o interesse? Porque ali é fonte de receita para um financiamento de campanha? Ou seja, nós temos que ter, digamos, a coragem de botar em cima da mesa esses problemas e ver como é que a gente vai agir, porque senão nós vamos soçobrar junto com eles. E deve haver certa rapidez, porque acaba paralisando o próprio País, porque não pensem que todos esses processos corruptivos não são precificados no mercado. São. Precifica-se no preço, precifica-se nos juros, precifica-se em tudo, e nós estamos numa precificação imensa. A taxa de juros, o *spread* na taxa de juros é bem maior, considerando o risco do recebimento. E ao que a gente assiste hoje em relação ao Poder Judiciário? Uma espécie de complacência com o devedor. Qual é a consequência da complacência com o devedor no Poder Judiciário? O aumento da taxa de juros, porque alguém tem que pagar o tempo de recuperação do investimento que está com o devedor inadimplente, ou não é assim?

Ou seja, há uma série de desfuncionalidades que nós precisamos examinar não só a partir da perspectiva – e aqui vem o problema do Código Penal – da repressão, que é absolutamente necessária. O que nós precisamos também ter ao lado é fechar os espaços que viabilizam os atos corruptivos, ou os atos ilegais, porque uma coisa é certa: tendo oportunidade, alguns não vão resistir. Eu me lembro de que o Dr. Ulysses uma vez disse o seguinte: "Ah, o fulano de tal é um ótimo sujeito, mas ele não resiste. Eu o conheço, ele não resiste."

E não adianta nós pensarmos que vamos resolver isso através da cultura, da mudança dos costumes. Eu recomendaria a leitura, eu me lembro da leitura do Machado de Assis, de *Teoria do Medalhão*, que os senhores conhecem. Ao final do dia, era aniversário do filho, que fazia 21 anos, os convidados foram embora, sentam-se o pai e o filho e ficam discutindo o que fazer, o que ele deveria ser no futuro: engenheiro, advogado, isso foi escrito em 1897. E aí diz o pai: "Não, você tem que ser medalhão." E disse ele: "O que é isso?" "É simples: quando você tiver um problema" – o exemplo que ele dá é esse –, "quando houver uma lei que não pegou" – na linguagem de hoje –, "vai haver uma discussão. Então os engenheiros, os médicos, etc., vão fazer considerações médicas, considerações de engenharia, considerações militares, considerações jurídicas sobre por que a lei não funcionou. E vai haver uma grande discussão sobre isso. Os economistas vão fazer também uma análise dessa situação, os contabilistas" – que era a moda da época – "farão tudo isso, mas você não pode entrar nisso; você tem que fazer e dizer o seguinte: antes de mudarmos as leis, precisamos mudar os costumes. Todo mundo vai te aplaudir, e você vai ser o herói do momento, porque você não disse absolutamente nada". E o curioso é que nós gostamos disso. E aí diz o Machado: "Mas não se esqueça" – à época funcionava mais – "não se esqueça de usar expressões latinas. E outra coisa: não se comprometa com verbo ou substantivo; comprometa-se com adjetivo e advérbio de modo, porque o adjetivo "florxa" o substantivo e o advérbio de modo empurra o substantivo no tempo, preferencialmente."

O curioso é que no discurso político de hoje há um hábito curioso. Alguém vai ao microfone e diz assim, vai fazer um discurso ou apresentação, isso é comum ver, e alguns dos senhores fazem isto: "Eu gostaria de saudar o Senador Ronaldo Caiado". Aí penso eu aqui: se gostaria, é porque não está fazendo. Quem gostaria de fazer é porque não está fazendo. Irá fazer em outro momento que não neste momento. Mas, se apresenta isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pretérito do futuro.

O SR. NELSON JOBIM – Não. Isso significa que há uma posição clara de não ter compromissos. Dizer: "Saúdo o Senador Caiado" é uma coisa. Se digo: "Eu gostaria de saudar o Senador Caiado", eu estou dizendo a ele que eu pretendo que ele tenha uma conduta que poderá fazer com que eu o saúde. Mas não é assim? É o condicional. E está todo mundo fazendo isso. Já perceberam?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O Ministro me desculpe, mas pior ainda é saudar a mandioca. (*Risos.*)

O SR. NELSON JOBIM – Olha, no Rio Grande do Sul, eu saudaria, porque eu gosto muito de farinha de mandioca com carne gorda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O cearense gosta muito também.

O SR. NELSON JOBIM – Em relação à questão levantada pelo Senador Caiado sobre a cocaína. Em 1995, quando o Presidente Fernando Henrique me designou para o Ministério da Defesa, quando da posse do Presidente Fernando Henrique, veio representando o Governo brasileiro a então Procuradora-Geral dos Estados

Unidos, que corresponde ao Ministro da Defesa, que era a Attorney General Janet Reno. E houve uma recepção da embaixada americana para discutir, enfim, ter uma conversa, e eu fui convidado porque era a contraparte dela. E havia um acordo do Brasil, da polícia brasileira, sobre o combate de drogas. E era um acordo curioso, porque era um acordo em que nós tínhamos auxílios técnicos dos Estados Unidos para os aeroportos brasileiros. Todos os aeroportos brasileiros tinham todo um sistema de proteção contra a droga. Aí eu disse a ela que nós pretenderíamos mudar essa política. Porque a política que nós estávamos fazendo naquele momento era uma política de coibir a saída da droga do Brasil para os Estados Unidos, porque estávamos com todo o policiamento nos aeroportos de saída. Isso significava que nós queríamos que a droga ficasse no Brasil. Eu disse: pelo contrário, eu quero que a droga saia do Brasil. Logo, nós vamos alterar isso. Nós precisamos evitar que a droga entre no Brasil. E se entrar a droga no Brasil, devemos estimular que ela saia. Eu fiz uma radicalização e ela ficou: "Mas como?" Porque realmente era o que aos Estados Unidos interessava, pois eles estavam preocupados com os aeroportos brasileiros, porque os aeroportos brasileiros eram a entrada da droga nos Estados Unidos. E disse: "Eu quero fazer a mesma política que vocês estão fazendo".

Aí vejam o seguinte, em relação à cocaína, o nosso grande problema são as fontes de produção. Quando havia a disputa aqui na produção de droga, nós tínhamos o seguinte: a Bolívia e o Peru produziam a pasta de coca, e o refino era na Colômbia. Os cartéis colombianos não permitiam que os produtores de coca na Bolívia e no Peru fizessem o refino. O refino era concentrado na Colômbia.

Com o problema das Farcs, que começaram a utilizar também como forma de financiamento da guerrilha a droga, começaram a se misturar com o processo da droga. A questão é que alguns países sul-americanos têm uma dificuldade, dita cultural, de combate ao plantio da cocaína.

Ora, enquanto continuar a produção de folha de coca, vai continuar a produção de cocaína. Se os senhores assistirem, por exemplo, a esse extraordinário programa de televisão, a série Narcos, verão que mostra como surgiu o problema da coca e como apareceu o Pablo Escobar. Porque o fato é o seguinte: tendo condições de produzir, vai fazer. Ou seja, há que se ter uma política também não só de entrada, mas também que seja comum aos países contra a produção.

Em relação à entrada, a fronteira brasileira, Senador Caiado, hoje são 15.719 quilômetros, e variável, porque a fronteira não seca, Amazônia é a fronteira não seca, daí por que falamos que as entradas das fronteiras são feitas pelos rios, chamados rios entrantes – não há como entrar por dentro do Território brasileiro por terra fora dos rios, na Amazônia, mas, quando se chega ao Acre, mais ou menos a uns 60 quilômetros de São Gabriel, de Santa Rosa do Purus, começa a fronteira seca, que é a fronteira com a Bolívia –, curiosamente, aqueles que conhecem a região, ao terminar o Acre e começar Rondônia, irão se dar conta de que, na divisa com a Bolívia, junto às margens do Rio Guaporé, quando o Rio Guaporé entra para o Brasil, vindo da Bolívia, há um forte, as ruínas de um forte construído em 1756, determinado pelo Marquês de Pombal, conhecido como Forte Príncipe da Beira. É exatamente na entrada do Rio Guaporé a proteção do Território brasileiro. Isso em 1756, Regime de Dom João II, Marquês de Pombal.

Ora, o que precisamos saber, e aí vem o ponto da fronteira, é que não há como ter ocupação de um solo de 17.719 quilômetros. É impossível. Daí por que a política que fizemos de monitoramento, a necessidade do monitoramento, o Sisfron, teria uma fórmula de monitoramento dos acessos de fronteira; não só a entrada pelo ar, a entrada pelos rios, como a entrada pelo solo. Com esse monitoramento, haveria como avisar as autoridades relativas à atividade de terra para fazer obstrução daquilo. Agora, isso tem que ter investimento. Tem que ter investimento de radar, de VANTs. Observem, por exemplo, no Brasil, que o nosso satélite estacionário é controlado pelos mexicanos. Nosso satélite de comunicações, que está no paralelo, não recordo mais, enfim, por onde toda nossa comunicação passa, hoje é controlado por uma empresa mexicana. Qualquer mudança naquilo que os técnicos chamam de atitude do satélite, ou seja, atitude de satélite é... Quando fui olhar isso, estranhei a expressão, mas essa é a expressão. O satélite faz essa circulação, está estacionário, acompanha a Terra e, se você pega esse satélite e faz assim, você cega o País, corta as comunicações do País. Como se faz a mudança de atitude do satélite? O satélite vira. Isso é uma vulnerabilidade.

Defendemos a necessidade de termos satélite de estacionário brasileiro, controlado pelo governo brasileiro, através da participação do setor privado, evidentemente através da participação do setor privado, que utiliza bandas disso. A banda X, que é a banda militar, hoje depende de um satélite que é controlado por estrangeiros. Vulnerabilidade! Ou seja, temos que ter, e esse mecanismo de fiscalização de fronteira passaria por isso, e agora vem um ponto citado pelo Senador Tasso, policia de fronteira.

Temos que examinar um pouquinho, Senador, a história do sistema de segurança pública brasileira. No Império, tínhamos a Guarda Nacional, um organismo imperial, mas controlado pelos políticos locais. Quando veio a República, como havia necessidade de distensionar o poder do Império, que era centrado no Rio de Janeiro e nas organizações nacionais, como uma polícia como a Guarda Nacional, a República precisava fortale-

cer as elites locais e os Estados, antigas províncias. Aí, o que que se fez? Extinguiu-se a Guarda Nacional, que era controlada pelas elites locais, imperiais, e criou-se a Polícia Militar.

Na primeira República, em 1890, 1891, começaram a se criar as polícias militares. No Rio Grande, criou-se a Brigada Militar. E as polícias militares, naquele momento, ou seja, pegando a abertura da República até a Revolução de 1930, as polícias militares eram o braço armado do presidente dos Estados. Acabaram tendo instrução de soldados e infantaria, porque eles eram o braço armado dos presidentes dos Estados. Os presidentes dos Estados tinham dois instrumentos: um era o braço militar, que era exercido pela polícias militares, de repressão e de assegurar o poder; e o outro era a submissão dos prefeitos municipais à política dos presidentes dos Estados, já que não havia autonomia dos Municípios. Com a Revolução de 1930, Getúlio, principalmente Osvaldo Aranha percebeu que precisava mudar esse quadro. Aí, o que eles fizeram? Eles transformaram, pela legislação posterior a 1930, as polícias militares em forças auxiliares do Exército e submeteram as polícias militares, no que diz respeito ao armamento e ao efetivo, à decisão do Exército nacional. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a polícia militar gaúcha, a Brigada Militar era muito superior ao Exército não só no armamento como no efetivo. E aí o que fez Getúlio? Começou a reduzir o Exército, começou a reduzir os efetivos, fixar efetivos inferiores àqueles para os presidentes, agora não mais presidentes dos Estados, mas governadores dos Estados, porque, com a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934, houve uma queda semântica do poder dos presidentes dos Estados, passaram a ser meros governadores, o que fazia parte da política de Getúlio para emergir a Nação em detrimento dos Estados Federados. Aí o que que nós tivemos? As polícias militares passaram a ser guardas auxiliares. Aí se criou também a possibilidade da intervenção federal nos Estados federados que não respeitassem as autonomias municipais. E, com isso, os prefeitos municipais foram para baixo do guarda-chuva do Presidente da República, esvaziando o poder dos antigos presidentes de Estados, agora governadores.

Bem, quando veio o golpe de 1964, havia um problema, digamos, teórico relevante para os militares de então, para a Escola Superior de Guerra, que era a possibilidade de as Forças Armadas intervirem dentro do Território nacional. Como é que foi controlada ou contornada essa dificuldade? Através da criação do conceito de guerra revolucionária interna. Lembram-se disso? Na teoria da Escola Superior de Guerra, você tinha um momento que chamava-se: "Os Estudos da Guerra Revolucionária Interna". Com esse conceito de guerra revolucionária interna, viabilizou-se a mobilização das Forças Armadas para as atividades internas do País.

E mais: com o golpe de 1964, as polícias militares, num primeiro momento, passaram a ser comandas nos Estados por coronéis do Exército. Lembram-se disso? Altera-se a Constituição de 1967 e se coloca também como da competência da União, ou seja, do Exército Nacional – quando se fala União é nesse sentido do Exército Nacional – o ensino militar. E a partir desse momento, o ensino militar, que era um ensino, até então, vinha do tempo de Getúlio, de segurança pública, passou a ser um ensino de soldado de infantaria. Ou seja, aqui houve uma distinção fundamental do ensino e da formação de um policial militar, que trata com o cidadão delinquente, para um ensino de soldado de infantaria, que trata com um inimigo. O objetivo desse aqui é a extinção do inimigo. O objetivo do outro é a paralisação do cidadão delinquente. Ora, no momento em que você faz com que o ensino para esse setor seja o mesmo deste, você cria aqueles problemas que aconteceram no uso das polícias militares, que começaram a matar. Isso estava no ensino. Não era culpa do personagem. Eles aprenderam aquilo, porque essa era a destinação.

Quando, em 1968, fomos discutir o assunto, retiramos do Texto Constitucional o preceito de que o ensino seria das polícias militares. Lembrem-se de que, nos governos dos Estados pós-1964, o Secretário de Segurança era um oficial do Exército e de que o chefe da Polícia Militar também era um oficial do Exército: era um coronel para a Secretaria de Segurança e, normalmente, um major para o Comando da Polícia Militar. Isso só foi recuperado, as polícias militares só começaram a recuperar o comando na década de 70.

Ora, isso distorceu, e nós começamos a ter um problema. Esse problema vinha do autonomismo, da impossibilidade absoluta de um diálogo das policias estaduais com as atividades da Polícia Federal que foram criadas com o golpe de 1964. O primeiro comandante Diretor-Geral da Polícia Militar, que criou a Polícia Federal, foi o Gen. Riograndino Kruel, irmão do Gen. Amaury Kruel. Foi ele o fundador da Polícia Federal. Eles entendiam que tinha de haver uma polícia para tratar de questões nacionais, no que estavam certos, mas ocorre que aquilo se confundiu depois com a repressão política, o que nos afastou da discussão da segurança pública.

Quanto ao problema de fronteira, entendo que, toda vez que se criam corporações, acirra-se o corporativismo. Ou seja, se criássemos uma polícia de fronteira, que, necessariamente, teria de ser uma polícia nacional, em face da consideração de que fronteira é um problema nacional, não é um problema do Estado, nós teríamos uma brutal disputa.

Vejam: não há soluções certas ou erradas em abstrato; há soluções que são eficazes em determinado momento, que funcionam em determinado momento, mas que, depois, não funcionam mais. Ou seja, não há verdades absolutas nisso.

Imaginem, se criarmos uma Polícia Federal de fronteira, o conflito que ela terá com as polícias civis dos Estados e com as polícias militares dos Estados! Polícia Militar e Polícia Civil do Estado plantam banana entre si, largam casca de banana uma para a outra, principalmente no sistema de informação.

É necessário, portanto, do meu ponto de vista, desconstitucionalizar as polícias, primeiro, para depois se conseguir abrir um debate muito eficaz em relação a isso. Vejam: será que podemos considerar as relações das polícias militares em São Paulo as mesmas relações das polícias militares em Mato Grosso? Como é o problema das polícias militares na sua relação com o Exército na Amazônia? Será que é o mesmo em São Paulo? Ou seja, temos de deixar um espaço para que não pensemos que uma solução nacional feita aqui seja aplicável, ao mesmo tempo, no Amapá e na fronteira do Rio Grande do Sul, em Santana do Livramento, que é vizinha da cidade de Rivera, no Uruguai.

Nós nos engessamos e temos de evitar isso. Quem é que nos impõe o engessamento? As corporações, porque as corporações querem ficar donas de pedaços do Estado.

Lembram-se de qual era o discurso antes da Constituição de 1988? Lembram-se do grande valor que dávamos, no discurso da oposição ao governo militar, aos representantes da sociedade civil? Lembram-se disso? Aquilo já era um mantra. É isso aí! Era um mantra. Aí, quando fomos fazer a Constituição, ficamos sabendo que os representantes da sociedade civil eram representantes de setores específicos da sociedade civil que tinham condições de chegar a Brasília – não era o povo – e que queriam morder um pedaço do Estado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – É assim até hoje!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – É assim até hoje!

O SR. NELSON JOBIM – Ou seja, queriam comer um pedaço do Estado e ficar com esse pedaço do Estado.

Vejam, por exemplo, a política de equalização de remuneração, que se atrela à do Ministro do Supremo, atrela-se a não sei o quê. De repente, aumenta-se um salário, uma remuneração, um subsídio de um Ministro do Supremo e bate na polícia comunitária da cidade de Santa Maria, do prefeito municipal. Não é possível.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – O guarda municipal. E emenda constitucional para isso.

O SR. NELSON JOBIM – Claro. O guarda municipal fica engessado.

Aqui, você decide um aumento que vai atingir um orçamento do Estado, que não tem recursos para pagar aquilo. O que se faz? Então, nós precisamos rever esse tipo de situação.

Eu creio que, no problema de fronteira, é preciso ter gente de fronteira. Agora, se nós devemos ou não criar uma polícia de fronteira, eu acho que nós temos de criar a função de fronteira. Uma coisa é termos a noção da necessidade de haver fiscalização disso, mas, se essa fiscalização vai ser feita pela polícia estadual ou pela polícia militar estadual, vamos examinar caso a caso.

Santa Catarina tem a fronteira deste tamanho aqui. Mato Grosso do Sul tem uma política complicada, com unificação de terra indígena, na divisa com o Paraguai. Como é o nome daquela serra que há ali, de que não me recordo mais?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fora do microfone*.) – Ponta Porã.

O SR. NELSON JOBIM – Ponta Porã.

Naquela serra vertical, há terras indígenas aqui. E havia um estímulo por parte daquele Fernandinho Beira-Mar, que tinha fazenda do outro lado, de unificação de terras indígenas aqui, no Brasil. Não era assim?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fora do microfone*.) – Capitán Bado.

O SR. NELSON JOBIM – Isso aí, está aí. Eu ainda me lembro dessas coisas.

Eu acho que, primeiro, vamos desconstitucionalizar as polícias. Cada coisa no seu tempo. Se você juntar muita coisa ao mesmo tempo, você só terá inimigos e não terá amigos para enfrentar a solução. Então, vamos separando. Eu creio que seria uma bela discussão desconstitucionalizar. As corporações vão enlouquecer. Agora, um momento haverá em que nós temos de enfrentar essas loucuras das corporações.

Uma pergunta feita pelo Senador Tasso Jereissati, que eu terei de responder de forma curta, é sobre a Junta Interamericana de Defesa. A Junta Interamericana de Defesa é um organismo que foi fundado junto à OEA e ao Colégio Interamericano de Defesa. Quando fazia a Estratégia Nacional de Defesa, discutindo também o Conselho de Defesa Sul-Americano, eu participei e discuti lá. É um organismo importante, em que tem de ter qualificações, ou seja, não é um espaço para assegurar funções. É um organismo importante, embora a América do Sul tenha alguma dificuldade com a Junta Interamericana, porque, como a Junta Americana é mantida por verbas dos Estados Unidos, muitos acusam que o Colégio Interamericano de Defesa faz a política militar americana. Mas isso faz parte do jogo. Agora, temos de ter gente que possa ter capacidade de se contrapor a isso na discussão, não para extinguir a instituição. A instituição é boa, mas temos de trabalhar nesse sentido. A mesma coisa é tentar, porque as oposições são muito boas, acabar com o Congresso.

Então, eu lamento, mas eu quero dizer que V. Exª tem razão naquilo que V. Exª não disse. (*Risos.*)

Outra pergunta que V. Exª faz é sobre a questão TSE, TCU etc. O Tribunal Superior Eleitoral, no momento em que examina despesas de campanha ou o financiamento da campanha da chapa presidencial, pode anular os votos, ou seja, pode cassar. Isso já aconteceu com alguns governadores. O primeiro governador a ser cassado pelo TSE, de que eu me lembre, foi o Governador do Piauí, Mão Santa. Eu me lembro disso, porque eu fui o Relator do processo do Mão Santa, em que votei pela cassação. Depois, vieram outros com esse tipo de problema. Então, o que nós temos aqui? Nós temos, numa visão rápida – depois, eu faria uma análise mais aprofundada –, que o TSE, julgando as contas e condenando, cassaria a chapa. Cassando a chapa, nós teríamos a Presidência da República a ser exercida por 90 dias pelo Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara teria de realizar eleições no 90º dia da cassação. Evidentemente que essa eleição pode ser em um ou dois turnos. Então, teríamos uma solução eventual não nos 90 dias; teríamos uma solução em 120 dias, na hipótese de termos segundo turno.

O fato de termos uma cassação cria algumas questões. A primeira questão é saber o seguinte: a desincompatibilização fixada na Constituição, fixada da legislação eleitoral, de seis meses para os titulares do Poder Executivo concorrerem às eleições, se aplica nessa hipótese? Se se aplica nessa hipótese, o único candidato viável é o Senador Aécio Neves, e o Governador Alckmin não poderia concorrer, porque não teria tempo para a desincompatibilização. Eu estou fazendo um mero exercício. Não estou dizendo que as pessoas queiram isso. Ao me perguntarem, eu vou ter que dizer o que penso sobre o assunto, o que sempre fiz.

Senador Tasso, vamos admitir que ocorra isto: que o Senador Aécio Neves seja eleito. Se o Senador Aécio Neves for eleito, ele eventualmente será um candidato à reeleição em 2018, não é? O Governador Alckmin gostará disso? Ou ficará como candidato ao Senado de São Paulo? Será que os interesses são convergentes ou não são convergentes?

Será que a anulação da chapa poderia ser... Eu não estou dizendo que queiram isso; estou fazendo uma análise fora da vontade subjetiva dos atores. Ora, se o Governo da Presidente Dilma tem dificuldades eleitorais e tem dificuldades de prestígio, um candidato, em 2018, pelo Partido dos Trabalhadores teria mais ou menos vantagens contra uma reeleição do candidato Aécio Neves? É mais fácil ou mais difícil um candidato do PT, em 2018, suceder a Presidente Dilma ou suceder o Presidente Aécio, depois da vitimização da Presidente Dilma? A questão também que tem que ser vista, porque, se esse tema surgir, vai ter que aparecer.

Vejam, quando você anula uma eleição, você o faz porque houve vício na votação. No caso que está sendo posto, não estamos falando em vício na votação, estamos falando em vício no financiamento. Se o vício do financiamento se restringe às regras de campanha, ou, melhor, se se restringe o vício ao financiamento, atividades feitas pelos controladores do financiamento ao candidato a presidente contamina o candidato a vice? Se as contas de ambos são separadas e se constata que o vício se deu nesta ponta, mas não se deu nesta, o resultado final é a anulação da chapa ou a anulação deste? São questões novas.

Uma coisa é a captação e a anulação do voto se eu cometo fraude no processo de apuração. Se há fraude no processo da votação, contamina-se todo mundo. Disso eu não tenho dúvida. Eu estou pondo como questão se a causa da cassação não é vício ali, mas, sim, atos ilícitos na composição da estrutura de financiamento, o que não têm nada a ver com aquilo. E você está apenando o ato ilícito praticado com a cassação, correto?

Pode-se apenar, deve-se apenar somente aquele que teve origem ou que esteve não necessariamente vinculado a atos diretos, mas cujos assessores praticaram os atos e obtiveram, digamos, financiamentos oriundos de forma ilícita? Isso deve contaminar o outro que não teve participação na ilicitude? Vejam que não é uma situação simples. Não tenho dúvidas se fosse fraude. Uma coisa é fraude; outra coisa são atos não legais no financiamento das campanhas. Se as contas são separadas, vamos atingir os dois ou vamos ficar com um só? Isso é um problema.

TCU. O TCU ontem emitiu um parecer... Vejam: a imprensa diz – e normalmente se diz –: "O TCU rejeitou as contas". Não; o TCU deu um parecer pela rejeição das contas. Quem rejeita as contas é o Congresso Nacional. Esse parecer vem ao Congresso, vem à Comissão Mista de Orçamento; a Comissão Mista faz lá o seu parecer sobre isso e redige uma proposta de decreto legislativo que aprova as contas ou rejeita as contas. Não é que aprove o parecer do TCU; o parecer do TCU é um elemento de informação para a Comissão Mista de Orçamento ter a sua posição. Poderá o parecer da Comissão acolher as afirmações do TCU. Isso é outra coisa.

Bem. Conclusões possíveis: projeto de resolução aprovando as contas; projeto de resolução aprovando as contas com ressalvas – que é o que normalmente acontece –; ou projeto de resolução desaprovando as contas. A consequência disso é a inelegibilidade por um período de tempo, mas não há nenhuma consequência no mandato. Mas a hipótese é fundamento para o procedimento de *impeachment*, que é outra coisa, que é um juízo político.

O procedimento de *impeachment* começa na Câmara dos Deputados por uma representação que é discutida na Câmara e é ou não acolhida na Câmara. Na Câmara não há defesa; há meramente... No caso do *impe-*

achment, a Presidente da República teria que se opor à admissão da representação. É mais ou menos parecido com os processos que ocorrem no Supremo Tribunal Federal contra Parlamentares. Há um período que é o da admissão da denúncia. E o caso da Câmara é mais ou menos assim. Então, nós teríamos todo um procedimento na Comissão e, depois, teríamos o parecer dessa Comissão, que iria ao plenário. Se esse parecer for aprovado por dois terços dos Parlamentares – 242, 243 –, se for aprovado por 243, dois terços, foi admitida a representação e remetida para o Senado. Entrando no Senado, a Presidente é afastada temporariamente. Assume o Vice-Presidente da República, a tramitação do procedimento continua, e chega ao final, aqui no Senado, a votação pelo impedimento ou não impedimento. Se não for acolhido no Senado o impedimento, desaparece... O Vice-Presidente volta à situação normal, a Presidente assume o mandato, reassume o mandato, que estava sendo exercido temporariamente pelo Vice, ou, se a decisão for definitiva, o Vice-Presidente assume, é investido como Presidente da República em substituição ao Presidente afastado.

Nessa hipótese, nós temos que lembrar o caso Collor. No caso Collor, a representação foi admitida na Câmara – eu fui o Relator na Câmara para a admissão da acusação; foi admitida. Depois, houve o processo. Ele foi afastado logo que o processo entrou no Senado. Afastado, assumiu o Presidente Itamar. Antes do julgamento no Senado, o Presidente Collor renunciou. E surgiu um problema: se a renúncia do Presidente Collor tinha ou não extinguido o processo de *impeachment*.

O Presidente do Senado, para o processo de *impeachment*, era o Ministro Sydney Sanches. E o Supremo, então, o Ministro decidiu, acolhido depois pelo Supremo, que aquilo não extinguia o processo, porque havia uma pena acessória, que era a inelegibilidade por 8 anos. Evidentemente, quanto à cassação do mandato, não havia mandato mais para ser extinto, porque já tinha havido a renúncia, mas não se extinguia a possibilidade da pena acessória que era a inelegibilidade. E aí se manteve, julgou-se. Foi no final de dezembro, talvez 30 de dezembro, que se julgou o *impeachment* do Presidente Collor. Esse é o procedimento formal.

Os problemas que surgem e a experiência diz... O início é na Câmara. Indeferida que seja, pela Mesa da Câmara, a tramitação da representação, cabe recurso ao Plenário. Para esse recurso, o quórum é maioria simples. Pode ser admitido o recurso, e, dando-se procedência ao recurso, instaura-se o processo. Aí é um movimento complicado. Aí nós sabemos perfeitamente que ninguém sabe onde é que vai parar isso. A coisa começa a tomar uma dinâmica distinta que não é uma dinâmica jurídica, é uma dinâmica política, na perspectiva brasileira.

Senador Tasso, é mera, digamos, especulação. Vamos admitir que o processo de *impeachment* se dê. Assume o Vice-Presidente da República. O Vice-Presidente da República teria de conduzir o País até a eleição de 2018. O Vice-Presidente da República é do PMDB de São Paulo. Interessaria ao PSDB de São Paulo o fortalecimento do PMDB em São Paulo? Ou interessaria ao seu Partido ter um candidato à Presidência da República, em 2018, opondo-se ao Governo do PT?

São problemas que estão na mesa. Essas minhas, digamos, elucubrações mostram que não há coincidência de pretensões. E pode não haver coincidência de pretensões.

Suponhamos que o Vice Michel Temer, em consequência do *impeachment*, assuma a Presidência; o PSDB poderá não ter um entendimento para levar o País até 2018; ou teria interesse de enterrar para depois chegar lá?

Será que, vitimizada a Presidente com o processo de *impeachment*, o Partido dos Trabalhadores teria que fazer, nesses três anos, uma enorme convulsão social para assegurar sua eleição em 2018?

Com isso, estamos vendo que há situações de curto prazo – meras elucubrações minhas – que não necessariamente coincidem com as necessidades de médio e de longo prazo. A opção entre uma coisa e outra é uma opção política, não é uma opção jurídica.

E o que eu lamento hoje, que se agravou fortemente nos últimos anos, é que a derrota, a não solução das questões políticas começam a ser empurradas para o Poder Judiciário, ou seja, o derrotado no sistema político resolve jogar a discussão política para outro Poder que não tem nada que ver com esse assunto e que, em determinado momento, não aceitava, mas, em outro momento, começou a gostar disso. E, quanto mais os senhores constitucionalizarem coisas, mais poder vocês darão aos juízes para dizerem o que vocês não podem fazer. Será que isso vale a pena?

Desculpem-me as ilações.

Senador Delcídio, questão indígena. Em 1988, digamos, o artífice... Eu redigi o artigo, mas o personagem político... Na verdade, em 1988, eu era um amanuense, eu não era um personagem politicamente relevante, que tomava decisões políticas. Eu sabia escrever juridicamente, então as decisões que eram tomadas pelo aspecto político acabavam transformando em texto. Não participava necessariamente do processo decisório.

O grande personagem que operou na área indígena foi o Senador Severo Gomes, que foi o grande trabalhador no capítulo indígena. Ali nós tínhamos uma discussão que foi posta na época em que os setores indigenistas pretendiam uma espécie de soberania indígena, contrariamente ao sistema historicamente brasileiro, que tentaram importar para cá, coisa que está acontecendo muito hoje, modelos americanos. Nos Estados

Unidos, efetivamente, havia um tratado da nação americana com as nações indígenas. Ou seja, havia a nação indígena que se relacionava com a nação americana branca. Aqui, no Brasil, não. Aqui, no Brasil, os índios foram incorporados à nacionalidade brasileira e participam da nacionalidade brasileira com direitos específicos. E a discussão era tentar recolocar isso.

Nós tivemos durante todo o período essa discussão sobre um tema que agora o Supremo felizmente definiu, que é o tempo do marco temporal. Sustenta-se, hoje, que os indígenas que não estão mais num determinado território, não estão na área do seu território, mas que de lá saíram em 1920 ou 1940, quando houve aquele movimento começado pelo Presidente Getúlio Vargas de marcha para o oeste, de ocupação do oeste, que deu origem àquelas empresas de colonização estaduais, e essas empresas considerando a necessidade de ocupação do oeste brasileiro começaram a titular pessoas nessas áreas, que essas titularizações foram contrárias aos interesses indígenas, embora lá já não tivesse mais índios naquele momento eventualmente. E essa discussão continua. E continua com uma certa dubiedade na nação governamental.

Há uma pressão internacional, principalmente da Europa, em relação à questão indígena. Dizia o Senador Darci Ribeiro, numa brincadeira num jantar aqui em Brasília, conversando com ele sobre esse assunto, ele olhou e disse: "Ô Jobim, os europeus mataram todos os índios e agora querem fazer com que a gente não tome uma política indígena. Querem curtir a culpa em cima da gente."

Na verdade, o que acontecia? Você tinha um financiamento enorme para essas ações indígenas. Quando houve a questão Raposa Serra do Sol, em que eu efetivamente fiquei dois dias viajando pela área, porque essas coisas é muito complicado você examiná-las com clareza olhando fotografia, indo lá no gabinete do Ministério da Justiça, etc., então eu propus que eu tinha que ir lá olhar, botar o pé no chão. E realmente andei a cavalo, porque eu queria saber de quem eram aquelas reses, as reses eram da igreja. A marca era uma marca do bispado que estava dentro da terra indígena. Eu peguei um cavalo vagabundo para burro, eu – acostumado com um cavalo crioulo do Rio Grande do Sul que era muito mais forte –, um pantaneiro, mas um pantaneiro lá do Norte. Como lá não tem Pantanal, lá tem Cerrado, aliás, tem aquelas Savanas, eu me lembro com isso da viagem de um grande ambientalista passando por cima daquela região de Rondônia: "Olha aqui, vocês viram, desmataram tudo." Nunca teve mato lá. Mas ele disse: "Desmataram tudo. Tudo está desmatado." Lembre-se de que aquela região foi decorrente de um acordo feito pelo Senador Joaquim Nabuco, que fez a negociação que está dando caso agora com o Essequibo.

Quando o Brasil discutia a fronteira com a Guiana Inglesa, acabamos decidindo, com a participação do Senador Joaquim Nabuco, que a divisa brasileira seria no Rio Maú. Se vocês olharem o mapa, vão verificar que há um rio que faz a divisa, hoje, com a Guiana. Esse rio Maú vem, junta-se a outro rio embaixo que faz esse contorno e vai desaguar, depois, no Amazonas, um outro braço do Amazonas. Esta região aqui que se chamava Região da Raposa, porque era a parte baixa. Serra do Sol era na divisa – BV9 ou BV8 – com a Venezuela. Então, você tem a Serra do Sol lá em cima e a Raposa embaixo. Daí porque se chamava Raposa Serra do Sol, porque pegava toda essa região. E a discussão básica era se deveria ser uma área só.

Houve uma decisão do Supremo, extraordinária, em que o grande Ministro do caso, já falecido, foi o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que definiu a condição de ser terra indígena. Inclusive, proibiu o alargamento que está acontecendo no Mato Grosso do Sul: o aumento de uma terra indígena demarcada. Aí o Supremo decidiu, primeiro, que só está sujeita à proteção constitucional de terra indígena se à época da Constituição havia índio naquele local, não removido, porque a Funai usou muito isto de pegar índio e levar para um lugar e outro, não foi assim? Lá eles não pegavam aqueles ônibus para subir aquela sua serra lá e levar índios para o outro lado? Era assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON JOBIM – Bom, vários. Principalmente os guaranis-caioás. E falam espanhol, inclusive. E chegam a Dourados. Eu conheço bem ali porque fui lá naquela situação de Dourados.

Ou seja, o tratamento do problema indígena não pode ser um tratamento de expiações de culpa. Como você justifica a esses seus concidadãos que compraram terras do Estado do Mato Grosso, antes do Mato Grosso do Sul, da empresa de colonização do Mato Grosso, compraram terras em 1940, em 1930, que hoje estão sujeitos a, considerando que aquela aquisição é ilegítima, não terem direito à indenização da terra nua, só terem direito à indenização das benfeitorias feitas de boa-fé? Ou seja, isso é uma instabilidade que precisa ser enfrentada. E os governos têm uma dificuldade imensa de enfrentar isso por questões ideológicas. Claramente questões ideológicas. Não querem definir o quadro.

E aí, como você começa? Você começa hoje uma disfuncionalidade típica da sociedade brasileira, em que você tem agências, no sentido geral, apoderadas para tomar decisões. E a legislação existente não define objetivos, define competências; e define procedimentos, mas não diz o que pode fazer. Então, o que aconteceu?

Nós apoderamos agências, demos poder às agências, definindo genericamente proteção ambiental, e depois dizemos o procedimento. E o que acontece? Paralisa tudo.

O Ministério Público também está querendo ser governo há algum tempo, principalmente governo municipal, em termos de: faz isso, faz aquilo, não pode fazer isso, abre a rua aqui, não abre a rua lá, não é assim? Isso é uma disfuncionalidade que nós temos que colocar na mesa e discutir. Será que não tem voto para discutir esse assunto e apontar uma solução? Tem. Mas as pessoas têm medo de discutir o assunto. E quem tinha a obrigação de fazer isso era o Poder Executivo.

Uma coisa é a impessoalidade da discussão da matéria, outra coisa é exigir que o Senador Delcídio assuma aquilo. É muito diferente. No momento em que você tiver a impessoalidade, você consegue enfrentar a coisa com certa lucidez, porque você torna disseminada a possibilidade da acusação. Eu não vou exigir, se, por razões políticas, o fulano de tal não quer se expor. Não quer se expor, ponto. Não adianta você dizer: "Não, tem que se expor". Não. Ele não quer se expor. Tem que tratar assim. Esse é o caso. Tem que encontrar uma forma de resolver o problema. Como você resolve? Não fulanizando, impessoalizando a decisão política. E essa impessoalidade tem de vir de projetos geridos pelo Executivo, porque esses não têm problema; esses estão lá em função disso. Não podem exigir que venha daqui, têm que exigir que venha de lá, para você tentar mudar essa estruturação.

Por último, o Senador Pimentel se referiu aos problemas prisionais, terríveis, ou seja, nossa... Por quê? Porque a nossa concepção é de que você combate o crime aumentando a pena. Sabe qual é o efeito no Poder Judiciário quando você tem uma pena absolutamente desproporcional ao ilícito? Como não tem solução, o juiz absolve, porque ele não quer condenar o sujeito, porque não quer mandar para a cadeia x, y, ou z que tem uma situação de recepção terrível.

Temos que ter uma política em relação à situação prisional. Discussões aconteceram em 1995, e hoje já desapareceram, sobre aquele problema de privatização dos presídios. Lembram-se daquela discussão na época? Não privatizaram presídios, mas a alimentação dos presídios etc. A gestão dos presídios se privatizou, mas se manteve... Na estrutura, havia problemas de atos de polícia que não podiam ser praticados por entidades de delegação, tinham que ser praticados pelo funcionário público, então exigia-se a existência de funcionários públicos. Equívocos institucionais nossos .

Essa coisa da discussão da maioridade penal. Não se deve... No meu ponto de vista, quando você está legislando não existem coisas boas nem más, existem coisas convenientes e inconvenientes. Aquilo que é conveniente hoje, será inconveniente amanhã. Vocês não acham, na discussão do sistema eleitoral brasileiro, que hoje é tido por todos como inconveniente, embora não haja acordo para se fazer a substituição por algo mais conveniente, que esse sistema funcionou, era bom, mas as situações políticas e históricas mudaram e o sistema se tornou inconveniente? Ele não é bom nem mau *a priori*. Não dá para você julgar, *a priori*, se a maioridade penal é algo para discussão acadêmica, se é melhor ou pior. Essa discussão não deve ser posta, devem ser postas as consequências disso. Como vamos resolver o problema da prisão do menor de 16 anos? Vamos botar no presídio de Fortaleza? Lá no Mato Grosso do Sul? Ou estamos, com isso, estimulando a força de trabalho para o ato ilícito pelo aprendizado que vai ocorrer dentro do presídio? Quantos de nós já visitamos um presídio para sabermos como funciona? Não aquele presídio que o Governador quer te mostrar quando está inaugurando, não é disso que estou falando, estou falando daquele presídio que funciona há mais de cinco, seis, dez anos. É por aí que temos que pensar nisso. É isso que se quer?

Mas a discussão, veja bem, Pimentel, é teórica. Vejam, é toda ela de vingança: "Ah, mas se ele me mata, matou minha família, tem que ir para a cadeia." É exigível da família essa reação, mas é exigível do sistema institucional atender a essa legítima pretensão de vingança? E a vingança é a regra para você resolver o problema?

Claro que temos problemas econômicos nisso tudo. Você tem uma urbanização da sociedade brasileira imensa. Essa urbanização da sociedade brasileira determinou o quê? Determinou que qual é o problema do sujeito urbano? É a renda. Como ele resolve o problema da renda? Ou na atividade privada ou na atividade no emprego público. Por exemplo, os meus conterrâneos do Sul e do Sudeste acusam o Norte e o Nordeste de os Municípios terem uma enorme contratação de servidores. Mas o que esses servidores iriam fazer para ter renda se a atividade privada não tem condições de fazer? Qual foi a solução encontrada? Emprego público. Mas não se examina a inexistência do espaço privado para a solução da renda do homem urbano.

Agora, se você consumiu espaço privado, não tem. Vai para espaço público, que não tem. Vai aonde? Vai para a economia informal, começa a apropriar-se, por exemplo, de espaços de estacionamento de automóveis, em sinaleiras. São formas de resolver o problema da renda. E se esses três espaços não resolvem, aonde vai? Vai para a criminalidade desorganizada: o pequeno furto, etc. Por último, acaba ingressando na criminalidade organizada, que normalmente está aqui, porque é vista como uma atividade do setor privado.

Então, não adianta tentar dizer: "Vou resolver isso porque vou condenar os menores de 14 anos que estão sendo usados." Por que eles estão sendo usados? É a mesma coisa, mais ou menos, *mutatis mutandis,* a leitura que eu fiz em relação às licitações. Você abre oportunidades. Nós temos muita dificuldade porque a solução dos espaços, o corte dos espaços de oportunidade não nos dá discurso, não nos dá visibilidade numa sociedade do espetáculo em que nós vivemos hoje. Ou seja, você tem que preparar o lide, e o lide não se consegue fazer com isso. No médio prazo e no longo prazo não dá lide nenhum, o que dá lide é o curto prazo, dizer: "Bandido bom é bandido morto", coisas desse tipo.

Só vou fazer um registro, Pimentel. Você, em momento algum, falou em Câmara dos Deputados; falou na Casa do lado. Não sei bem o que isso significa. (*Risos.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nós temos dois requerimentos para serem lidos e votados daqui a pouco, mas, antes, vamos ouvir o último orador inscrito, que pacientemente aguardou até agora, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Na verdade, Presidente Raupp, eu me sinto contemplado pela fala do Ministro.

Eu sou do Acre, Ministro. Sou Senador pelo Acre. Ouvi atentamente a fala de todos os colegas Senadores e um dos temas discutidos aqui foi a droga. E o senhor mostrou um conhecimento muito grande de todo o Brasil, principalmente da nossa região. Só errou ali na fronteira de Santa Rosa. Não é Bolívia, é Peru; lá em Santa Rosa do Purus é Peru, não é Bolívia.

Eu penso assim, o Senador Delcídio falou dessa relação de fronteira. Não sei se seria uma relação de fronteira, porque não é preciso ser um especialista, não é preciso ser um ex-Ministro como o senhor para saber que ali nós temos problemas com a droga. O Governo brasileiro tem essas informações. Aquele Senador que o Ferraço trouxe lá da Bolívia, colocou lá na minha casa e ali passou dois anos, o Ferraço trouxe e colocou na minha casa o Senador Roger Pinto, é um Senador, foi governador de Pando, daquela região. Como ele faz oposição ao Evo, deu aquele problema todo. E de tanto conversar com ele, lógico, eu tenho algumas informações. É público e notório que, com aquela situação ali, o governo boliviano é conivente. O governo boliviano sabe de tudo, e eu não vi o senhor falar com ênfase aqui que tem que existir um endurecimento do Governo brasileiro com o governo boliviano! O senhor falou que se não combater a produção, vai chover no molhado. É mais fácil combater a droga na fronteira. O governo Evo é recebido no meu Estado com um tapete vermelho; é recebido aqui em Brasília com um tapete vermelho! O governo Evo não sabe que o país dele é o maior produtor de drogas do mundo? Será que o governo boliviano não sabe disso?

Agora, combater a droga nessa fronteira, como o senhor falou aí, é realmente difícil. Na Amazônia é praticamente impossível. Ou existe uma política de endurecimento do Governo brasileiro para combatermos essa droga lá na produção – porque existe essa relação entre os dois governos – , ou então vamos ficar aqui pagando o preço caro desses presídios, dessa violência.

No meu Estado, Ministro, nunca houve isto, lá no Acre – foi dito aqui pelo Senador Jorge Viana e eu até discuto –: mais de 15 ônibus e automóveis incendiados. Nunca houve isso! Nós estamos convivendo com um momento novo em nosso Estado. E é por essa droga, essa arma é a droga. É muita droga, que antigamente era combatida pelos americanos, que saíram da Bolívia. E hoje, 90% dessa droga vem para o nosso País!

Eu não vejo – sabe, Ministro – umas falas incisivas no sentido de responsabilizar o governo boliviano. Dizem: "Não, nós temos um problema de fronteira". Não, temos um problema de fronteira. Nós temos um governo que faz vista grossa.

A região do Chapare, é lá onde se produz a droga. E eu não sou da Polícia Federal, eu não sou nada.

O SR. NELSON JOBIM – Lá tinha 12 mil hectares que eram destinados à produção de droga, aquela tal droga de produção, coca cultural, mas na identificação que se fez, há cinco anos, eram 45 mil hectares.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Então, Ministro! Será que o governo boliviano ...

O SR. NELSON JOBIM – Era isso?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – É isso que estou lhe dizendo.

O SR. NELSON JOBIM – Chapare é na parte sul.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – E eu não sou, eu não sou – é a região entre Cochabamba e La Paz –, eu não sou da Polícia Federal, eu não sou nem um estudioso e sei disso.

Então é preciso o endurecimento, senão vamos ficar neste problema: "Olha, nós temos problema na fronteira, nós temos um probleminha na fronteira". Não, nós não temos um probleminha de fronteira não. Nós temos um problema grande de um governo que está produzindo droga e está inundando o nosso País de droga, está acabando com a nossa juventude. Ou se diz isso ou então vamos ficar nesse faz de conta que tem um problema e não tem. Aí, não tem quem segure essa violência.

Obrigado, Ministro.

O SR. NELSON JOBIM – Veja, aí, você tem que estabelecer, e daí a dificuldade das relações internacionais que são geridas por princípios ideológicos e não por situações de conveniência, eficácia, teria que ser uma coisa de um movimento comum dos Estados, porque não é só o Brasil que é atacado com isso. É o Brasil, é o Paraguai, é a Argentina, uns mais outros menos, e mais ou menos por causa do consumo, não era mais ou menos porque são mais eficazes na proteção da fronteira, mas por menos espaço de consumo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON JOBIM – Eu me lembro de que, quando, no Ministério da Defesa, eu estive na Colômbia, depois acabei sendo criticado dentro do Governo porque tinha dito, quando perguntaram como é que nós receberíamos, o Brasil, as Farcs, eu disse que nós receberíamos à bala. Foi uma bagunça. Mas como? Eu disse: é isso mesmo. Ou a gente transfere, e faz as coisas de forma transparente ou não faz. Mas, é sempre aquele: "Eu não vou me meter nisso" etc.

Realmente, se nós não tivermos uma política em relação à produção, nós não vamos conseguir fazer a represa. Quanto mais chuva vem mais água entra, mais água entra, menos a represa garante, aí, você tem que abrir o ladrão porque senão derruba, aí, vai vir o ladrão e entrar a droga. É isso aí. É uma coisa mais ou menos simples.

Agora, se você conduz isso de forma não pragmática, mas sim aborda princípios ideológicos do não sei o quê, aí vira... É o que está acontecendo. O caso indígena de vocês é isso. Então, você tem lá toda uma visão de que.... Ideológica. Então, a discussão, por exemplo, se é da cultura indígena assassinar fulano, uns querem que isso não seja crime, porque é da cultura histórica indígena, é assim que nós vamos fazer? De repente, começa a se dizer que vai ser também possível aqui se fazer a cultura do branco, de que tem que se matar alguém.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Só concluindo, Ministro.

O SR. NELSON JOBIM – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Será que ninguém sabe que esses carros que são roubados no Brasil são todos legalizados na Bolívia?

O SR. NELSON JOBIM – Hum?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Os carros, os automóveis? Será que esses aviões que, agora, eles estão inovando, são roubados no Brasil, estão indo para Bolívia, que é exatamente...

O SR. NELSON JOBIM – *Malo, mui malo e malo malo.* E dependendo dessa categoria, você tem um preço diferente. Não é assim?

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nós recebemos aqui algumas ...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em Corumbá, se atravessar a fronteira, cuide do carro, porque vai embora rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Já deu uma melhorada, não é?, com o convênio firmado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Melhorada? Vai lá para ver.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nós recebemos aqui algumas perguntas, Ministro Nelson Jobim, do Alô Senado, de cidadãos que ligam aqui para a Comissão. Dado o adiantado da hora, vai ser muito difícil o Ministro responder a todas essas perguntas, vou apenas fazer a leitura, contemplando-as, e passo às mãos do Sr. Ministro.

O Sr. Jório Matias de Azevedo pergunta: "Quero saber do Sr. Ministro Nelson Jobim se o nosso submarino nuclear verdadeiramente está em construção".

Ercílio Arruda Lopes, de São Paulo: "Para se combater o uso da cocaína é preciso saber para que se produz e o porquê do consumo. Qual a opinião dos Senadores e do Ministro Nelson Jobim sobre o assunto?"

O SR. NELSON JOBIM – Nada sobre a produção.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Cláudio da Cunha e Silva Filho, Distrito Federal: "O País que não domina a tecnologia de lançadores de satélites não possui soberania real. O que deveria ser feito para reverter esse quadro?"

Sobre quase todos esses assuntos o Ministro já falou, na sua explanação.

Sr. Roberto Barbosa dos Santos, de Rondônia – lá do meu Estado –: "Acredito que o Brasil deveria ter um satélite construído pelo próprio País, para ajudar na segurança nacional".

Isso está sendo feito, não é?

O SR. NELSON JOBIM – Temos que comprar o satélite. Não há como construir agora. Não há tecnologia para isso. Urge comprar um satélite, mesmo porque o satélite demanda espaços de ocupação. Não basta lan-

çar o satélite. Você tem "lotes" para satélites. Passa o tempo, você não ocupa com o satélite, você vai para o fim da fila. E, no caso específico dos geoestacionários, é esse o problema que nós temos.

Em relação aos lançadores, que é o problema de Alcântara, ele está mencionando problema de Alcântara.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON JOBIM – Não, o submarino não está ainda em construção porque não pode estar em construção. Nós temos que primeiro construir os submarinos tradicionais, os Scorpènes convencionais, para depois você ter a tecnologia que será transferida ao Brasil – não a parte nuclear –, a tecnologia da cibernética e do casco do submarino, principalmente de propulsão nuclear, porque a energia nuclear nós temos. Ou seja, o modelo nuclear nós temos, que está lá em Iperó, no Labgene.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON JOBIM – É, em Iperó. Em Aramar. Lá, o Labgene tem inclusive o motor. O problema nosso é saber como é que você conecta aquele instrumento nuclear com o casco do submarino nuclear, que é, digamos, a tecnologia francesa.

E por é que que nós adotamos a tecnologia francesa? Por uma razão simples: é a única que tem isso. Lembrem-se que o De Gaulle, o General De Gaulle, quando os Estados Unidos, depois da Guerra, queriam proibir as ações nucleares na Europa – mas permitidas nos Estados Unidos –, o General De Gaulle rompeu o tratado com os americanos e assumiu a condição de desenvolver uma tecnologia própria, resultando naquilo que eles chamaram de *force de fappre*, que deu origem à tecnologia francesa. Eles se dispõem a transferir não a tecnologia nuclear, porque essa nós temos, com grande desenvolvimento aqui no Brasil pela Marinha – foi a Marinha que fez isso, porém, nós temos aí a tecnologia do casco. Vamos construir primeiro os tradicionais, os convencionais, para então chegarmos à tecnologia de transferência. Mas tudo isso é tempo. São 20 anos no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria pedir apenas mais uns três minutos da paciência de V. Exª e do Ministro Nelson Jobim, para aprovarmos dois requerimentos.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 77, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Aldo Rebelo, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

A autoria é da Senadora Ana Amélia. Ela não está, e o nosso Regimento diz que tem que estar presente, mas eu assinei também, em coautoria com a Senadora Ana Amélia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a presença dos Senhores PEDRO MOTA VEIGA, Diretor do CINDES - Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, VERA THORSTHENSEN, professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, LIA VALLS PEREIRA, pesquisadora do IBRE da Fundação Getúlio Vargas e CHRITOPHER GARMANN Diretor do Eurasia Group, a fim de debater sobre o Acordo Multilateral "Pacto do Pacífico" recentemente celebrado por 12 países e seus reflexos para a economia brasileira.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradecemos a presença do ex-Senador Aníbal Diniz, agora Diretor da Anatel, aprovado recentemente, aqui no Senado Federal. Obrigado pela presença.

Agradecemos imensamente a presença e a paciência do Ministro Nelson Jobim, que aqui compareceu e permaneceu por mais de três horas, para responder aos questionamentos das Srªs e dos Srs. Senadores e também fez uma bela apresentação sobre todo o conhecimento que ele tem na área da defesa e segurança nacional.

Obrigado, Ministro Nelson Jobim.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Humberto Costa, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Marcelo Crivella. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente convida a compor a mesa o Consultor Legislativo de Orçamento do Senado Federal Diogo Antunes de Siqueira Costa e lhe concede a palavra para fazer sua exposição sobre o PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual. Inicia-se a apreciação da PAUTA: DELIBERAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA 2016 – Reunião de deliberação das emendas – CRE ao Projeto de Lei nº 007/2015-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016" (PLOA – 2016). Relator das emendas na CRE: Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para fazer a leitura do Relatório. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e dezesseis minutos assume a presidência o Senador Antonio Anastasia; e às dez horas e vinte minutos reassume-a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia e o Senador Antonio Anastasia. Ficam aprovadas as seguintes **Emendas de apropriação à despesa: Emenda nº 1,** U.O. 35.101, Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior – Nacional, valor R$ 100 milhões; **Emenda nº 2,** U.O. 52.111, Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Voo – Projeto KC-X2 – Nacional, valor R$ 600 milhões; **Emenda nº 3,** U.O. 52.121, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, valor R$ 559 milhões; e **Emenda nº 4,** U.O. 52.131, Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz - Nacional, valor R$ 100 milhões. **Resultado:** Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Ficam rejeitadas as demais emendas. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo objeções, ela está aprovada.

Esta reunião se destina à discussão e votação das emendas da Comissão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 07, de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, que eu espero seja aprovado no prazo constitucional porque não tem sido essa regra infelizmente.

Eu pedi que estivesse presente entre nós, hoje, o Consultor Diogo Antunes de Siqueira Costa para que ele faça, se todos estiverem de acordo, uma rápida exposição sobre o Projeto de Lei Orçamentária referente às Forças Armadas e ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de termos uma ideia de em que contextos essas emendas se apresentam.

Em seguida, passaremos à deliberação. O Relator é o Senador Valdir Raupp, que vai apresentar o seu relatório.

O senhor tem a palavra, Dr. Diogo. Não precisa se deter muito sobre as linhas gerais, mas sobre a parte específica do Orçamento que será emendada pela nossa Comissão.

Por favor.

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA – Bom dia, Presidente. Bom dia, Srs. Senadores.

Foi com grande satisfação que a Consultoria de Orçamentos recebeu o convite do Presidente da Comissão para fazer esta breve apresentação sobre as emendas a serem apresentadas pela CRE ao Orçamento de 2016.

Inicio apresentando alguns dos principais atores envolvidos neste projeto de lei. A Presidente da CMO é a Senadora Rose de Freitas; o Relator-Geral do PLOA é o Deputado Ricardo Barros; o Relator da receita é o

Senador Acir Gurgacz; o Relator setorial de defesa e justiça é o Senador Valdir Raupp, que também é o Relator das emendas que serão apresentadas pela CRE ao projeto de lei.

Além do setorial de defesa e justiça, existe um outro setor, tratado pela CRE, relatado pelo Deputado Danilo Forte, que é o Relator setorial de Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e relações exteriores – relações exteriores, a matéria também tratada aqui na CRE.

O projeto de lei orçamentária foi encaminhado pelo Executivo ao Legislativo em 31 de agosto, e ele segue um cronograma que está descrito na tela. Nós estamos agora na terceira fase, que é a fase de apresentação de emendas, tanto as emendas à receita, as emendas à despesa e as emendas ao texto do projeto.

Há uma novidade este ano. Foi estabelecido pela nova resolução que trata desse assunto o prazo fixo, de 1º a 20 de outubro, para apresentação de emendas. Anteriormente, o prazo não era fixo. Assim, esta é uma novidade para este exercício financeiro de 2016.

As principais alterações na apreciação do PLOA 2016 são tratadas nesta tela. O primeiro ponto é o prazo fixo, como anteriormente eu tratei, das emendas individuais, de comissão e de bancada também, isto é, de 1º a 20 de outubro.

O número de relatores setoriais foi aumentado de 10 para 16. As áreas temáticas foram aumentadas de 10 para 16. E, agora, seis relatores setoriais são do Senado Federal. Anteriormente, eram 10. Todas as comissões permanentes de cada Casa, além das comissões mistas, podem apresentar emendas. É uma diferença; é uma nova situação trazida por essa nova resolução, porque anteriormente as comissões mistas não poderiam apresentar emendas. Agora elas também podem.

E a nova resolução também determinou que as comissões podem apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

Anteriormente, a CRE possuía um limite de três emendas de apropriação e três de remanejamento. Ou seja, houve um aumento no caso específico da CRE. Nem todas as comissões tiveram o número aumentado. Algumas já apresentavam quatro emendas anteriormente.

As emendas de comissão devem ter caráter institucional, representar interesse nacional e ser compatíveis com a competência regimental da Comissão. A competência da CRE é estabelecida no Regimento Interno, em seu art. 103.

Nesse ponto, é interessante observar que houve muitas sugestões de emendas aqui, na CRE, para o programa Calha Norte. Em relação ao programa Calha Norte é mais adequado serem apresentadas emendas de bancada, pelo caráter regional da emenda de bancada. E, ainda, há a necessidade de que uma emenda de comissão tenha que ter o caráter institucional e o interesse nacional. Por isso que as emendas ao Calha Norte são mais adequadas às bancadas estaduais.

Os recursos para atendimento às emendas de comissão são estabelecidos de acordo com uma regra dos arts. 56 e 57 da Resolução nº 1, de 2006. Esses recursos fazem parte da reserva de recursos. E essa parcela dedicada ao atendimento de emendas coletivas é compartilhado entre emendas de comissão e emendas de bancadas estaduais.

Ano passado, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, eram R$9,8 bilhões, dos quais R$4,1 bilhões foram direcionados às comissões.

Provavelmente, em razão das dificuldades deste ano, esse valor de R$4,1 bilhões talvez não seja alcançado.

Outras orientações sobre as emendas podem ser obtidas no relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), que é um comitê que funciona junto à CMO – Comissão Mista de Orçamento, bem como podem ser obtidas no Manual de Emendas, que é disponibilizado pelas Consultorias tanto do Senado Federal, quanto da Câmara dos Deputados na internet.

Nessa tela, nós demonstramos a nova distribuição das áreas temáticas. Hoje, são 16 áreas temáticas, quando antes eram 10. E eu destaquei, na última linha, as áreas temáticas que dizem respeito às atribuições da CRE, que são defesa e justiça, e a última área temática no que diz respeito às relações exteriores.

Nessa tela, há uma demonstração gráfica do Orçamento. E é interessante notar que, dos R$2 trilhões, aproximadamente, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, as despesas primárias discricionárias, que são aquelas em que há uma margem de atuação discricionária do gestor público, essas despesas correspondem a apenas 5%. Isso reflete como o orçamento público brasileiro é rígido.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Quase R$3 trilhões.

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA – Exatamente; quase R$3 trilhões, sendo que, em apenas 5% desse total, existe uma flexibilidade para decisão. Isso em razão das determinações legais e constitucionais para as despesas obrigatórias, em que não há margem de decisão.

Nesse quadro são...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não sei se há outro país do mundo com tal rigidez orçamentária. Talvez esse seja um caso único, objeto de curiosidade planetária. (*Risos.*)

Desculpe.

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA – As principais ações orçamentárias da defesa e das relações exteriores são relacionadas nesse quadro. Os senhores podem observar que algumas dessas ações foram objeto de sugestão, outras não foram; e algumas que foram objeto de sugestão não estão nesse quadro.

Por exemplo, no caso da Marinha, o SisGAAz não está entre as ações atualmente com maior recurso no projeto de lei. No caso do Exército, a situação é diferente; o Sisfron é um projeto que conta com maior número de recursos, há um valor mais alto dentro do orçamento do exército e também foi uma ação que recebeu muitas sugestões para que recebesse emenda coletiva da CRE. E, na Aeronáutica, aconteceu uma situação semelhante à situação da Marinha, pois o projeto para aquisição do KC-X2, que é o avião de reabastecimento, não consta do projeto de lei, mas foi indicado em diversas sugestões de emendas e é uma das prioridades indicadas pela assessoria parlamentar da Aeronáutica.

Nesse quadro, nós estamos retratando as emendas que foram apresentadas pela CRE no ano passado, quando o limite era de três, diferentemente do de hoje, cujo limite é de quatro. E as três deliberadas pela CRE no ano passado foram a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no Ministério das Relações Exteriores. Foi solicitado um valor de R$50 milhões e, ao final do processo orçamentário, essa ação contava com R$27 milhões, e esse valor de R$27 milhões, valor aprovado, foi obtido a partir da diferença entre o que constava do PL e o que constou do autógrafo enviado ao Poder Executivo.

A segunda ação indicada pela CRE, em 2014, foi a implantação do Sisfron. Neste ano, houve muita sugestão também para que novamente essa ação fosse objeto de emenda da CRE. Ela conseguiu, durante a tramitação do orçamento no Poder Legislativo, mais R$210 milhões. E a última foi a aquisição de helicópteros de médio porte pelo Ministério da Defesa – houve a solicitação de R$100 milhões e houve um atendimento de R$60 milhões.

Neste próximo quadro, o que é retratado é como foi o atendimento das ações que foram objeto de atenção da CRE no ano passado. A CRE dedicou uma emenda à implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Ministério das Relações Exteriores. Essa ação obteve R$27 milhões, e até o momento não houve empenho. Então, não foi empenhado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA – Temos ainda até o fim do ano para ver se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA – Até o momento, zero.

É uma característica, infelizmente, das emendas de bancada e de comissão uma baixa execução. Há um esforço grande para que essas emendas coletivas sejam aprovadas, mas, quanto à execução orçamentária, os estudos das consultorias têm indicado que essa execução é normalmente muito baixa. E esse quadro reflete essa situação.

A segunda ação, que foi o Sisfron, ela teve aqui, no autógrafo do Poder Legislativo enviado ao Poder Executivo, 495 milhões, e ela constava no projeto de lei com valor significativamente menor: 285. E até o momento houve o empenho de 161 milhões. Ou seja, apesar do aumento dos recursos dessa ação, que foram aumentados aqui no Poder Legislativo, o valor empenhado seria atendido apenas pelo valor que constava do projeto de lei.

Finalmente, a última ação emendada ano passado pela CRE foi a ação relativa à aquisição de helicópteros. Ela conta, até o momento, com uma execução orçamentária mais alta, tem um maior percentual empenhado, mas, ainda assim, o valor empenhado é inferior ao que constava do projeto de lei, indicando que não houve, até o momento, empenho da parcela que foi acrescida pelo Poder Legislativo.

Essas foram as breves considerações da Consultoria de Orçamentos. Nós estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade. É com muita alegria e honra que a Consultoria está aqui presente para fazer essa aproximação com os Parlamentares.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Dr. Diogo.

Nós vemos aqui que existe uma possibilidade maior de empenho quando as emendas são apresentadas a projetos que já têm alguma coisa no projeto original. Mas, mesmo assim, a execução é baixíssima, tanto da verba constante do projeto quanto do que foi acrescido pelas emendas.

O Senador Valdir Raupp é o Relator...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Presidente, houve um projeto ali que teve uma execução boa até.

O SR. DIOGO ANTUNES DE SIQUEIRA COSTA (*Fora do microfone*.) – O da aquisição de helicópteros.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso, mas, mesmo assim, bem abaixo da dotação original.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mais de 50%. Dá para voltar ali, Presidente, para vermos?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Originalmente, no projeto de lei, 539; no autógrafo, 599; e o empenho, até agora, 366 – 61% do autógrafo e bem abaixo do projeto de lei.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... a maioria das emendas de Comissões não são aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não são aplicadas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em outras Comissões também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quer dizer, é um exercício relativamente bizantino.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Acho que aqui... Uma das mais altas em execução é esta aqui. Emendas de Bancada e emendas de Comissões, a gente sabe, a gente coloca para cumprir tabela, mas, na maioria das vezes, não são liberadas infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E o curioso... O triste é que o chamado orçamento impositivo é o orçamento impositivo das emendas individuais. As emendas de Bancada e as emendas de Comissão, que deveriam refletir uma elaboração coletiva, um senso mais agudo de prioridades foram completamente esquecidas nessa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Raupp, o senhor é o Relator da matéria.

Eu vou passar a palavra ao Senador Valdir Raupp para depois nós discutirmos, antes de passarmos às sabatinas – e temos hoje duas sabatinas.

O Senador Valdir Raupp é o Relator que vai nos orientar na "escolha de Sofia" que deveremos fazer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Diogo Antunes de Siqueira Costa, consultor que nos ajudou muito...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E ele vai ficar presente aqui, se houver necessidade de intervir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Ele nos deu uma aula, agora, de orçamento e também ajudou muito, com a minha equipe, na elaboração deste relatório.

Em atendimento ao disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Congresso nº 7, de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

De acordo com a citação Resolução nº 1, de 2006, esta Comissão, na condição de autor da emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016 até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Nos termos do art. 82, inciso III, da Resolução nº 1, de 2006, na tramitação do projeto, será observado o prazo de 1º a 20 de outubro para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita.

Diante disso, submetemos à deliberação das Srªs e Srs. Senadores as propostas de emendas constantes da análise e voto deste parecer.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe restrição para o atendimento das propostas de emendas, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite regimentalmente estabelecido de quatro emendas de apropriação. Quanto às emendas de remanejamento, não houve sugestões, assim como não foram apresentadas sugestões de emendas de texto.

Quanto ao remanejamento, o próprio órgão de origem não gosta que seja mexido no Orçamento, porque, no remanejamento, tem de se tirar das propostas orçamentárias.

No que diz respeito às propostas de emendas à despesa de apropriação, manifestamo-nos pela apresentação de emendas para o atendimento das seguintes programações:

a) Emenda nº 1, Unidade Orçamentária 35.101, Ministério das Relações Exteriores, Programa 2082, Ação 2015 Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, valor R$100 milhões. As emendas acatadas, nessa Emenda nº 1, foram as emendas apresentadas: Emenda nº 10, da Senadora Lídice da Mata; Emenda nº 28, do Senador Valdir Raupp; e Emenda nº 59, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

b) Emenda nº 2, Unidade Orçamentária 52.111, Comando da Aeronáutica, Programa 2058, Ação 14SZ, Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Voo (Projeto KC-X2), valor R$600 milhões. As emendas acatadas foram Emenda nº 2, da Senadora Lídice da Mata; e Emenda nº 25, do Senador Valdir Raupp.

c) Emenda nº 3, Unidade Orçamentária 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), valor R$559 milhões. As emendas aglutinadas e acatadas foram Emenda nº 5, da Senadora Lídice da Mata; Emenda nº 11, do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Emenda nº 18, do Senador Flexa Ribeiro; Emenda nº 23, do Senador Valdir Raupp; Emenda nº 36, do Senador Edison Lobão; Emenda nº 37, do Senador Wellington Fagundes; Emenda nº 40, da Senadora Ana Amélia; Emenda nº 42, do Senador Raimundo Lira; Emenda nº 44, do Senador Tasso Jereissati; Emenda nº 50, do Senador Fernando Bezerra Coelho; Emenda nº 53, do Senador Cristovam Buarque; Emenda nº 58, do Senador Ricardo Ferraço; e Emenda nº 63, do Senador Lasier Martins.

d) Emenda nº 4, Unidade Orçamentária 52.131, Comando da Marinha, Programa 2058, Ação 157M, desenvolvimento e implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), valor R$100 milhões. As emendas aglutinadas e acatadas nessa Emenda nº 4 foram Emenda nº 16, do Senador Antônio Anastasia; Emenda nº 24, do Senador Valdir Raupp; Emenda nº 47, do Senador Romero Jucá; Emenda nº 57, do Senador Hélio José; Emenda nº 60, da Senadora Ana Amélia; e Emenda nº 62, do Senador Fernando Bezerra Coelho.

A emenda direcionada ao Ministério das Relações Exteriores tem por objetivo, de uma maneira geral, possibilitar coordenação e implantação de projetos e sistemas consulares, por meio de acompanhamento de contratos com empresas públicas ou privadas provedoras de serviços, visando o atendimento e a produção consular pelos postos do ministério no exterior e no Brasil. De maneira específica, pretende disponibilizar o chamado Sistema Consular Integrado - Nova Geração, que substituirá os programas atualmente em uso pelo ministério e será ferramenta fundamental para integração das bases de dados com a Polícia Federal, TSE, cartórios, Ministério da Defesa, Interpol, entre outros órgãos e entidades.

O projeto KC-X2 prevê a substituição dos aviões Boeing 707, designados pela Aeronáutica como KC-137, que foram aposentados em maio de 2013 e ainda não foram substituídos. O projeto pretende adquirir aeronaves Boeing 767 a fim de realizar missões de transporte e de reabastecimento em voo. O Boeing 767 tem muitas diferenças operacionais em relação a outros dois importantes cargueiros da Força Aérea, que são considerados táticos: o C-130 e o futuro KC-390. O C-130 é tático e de alcance restrito, voa mais baixo e com velocidade mais lenta. Outra diferença é o reabastecimento em voo. No caso de uma operação no exterior, o 767 consegue acompanhar a velocidade de cruzeiro das outras aeronaves. Vale frisar que desde o acidente da aeronave KC-137 (popularmente conhecido como Sucatão) no Haiti, a ONU vem realizando o transporte das tropas brasileiras para a realização da Missão de Paz naquele país por meio do fretamento de aeronaves comerciais de outros países.

Com relação ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, a emenda visa fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre. Para tanto, compreenderá um conjunto abrangente e integrado de equipamentos e sistemas. Nesse contexto, o Sisfron permitirá o domínio das capacidades de monitorar as áreas de fronteira, de assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre organizações, de produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como de atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, em operações isoladas do Exército ou em conjunto com as demais Forças Armadas ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais. Lembramos que esta Comissão também apresentou emenda contemplando o Sisfron no processo orçamentário do ano anterior.

Por fim, o SisGAAz pretende monitorar, de forma integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras e as áreas internacionais sob responsabilidade do Governo brasileiro. O sistema será de emprego dual, ou seja, militar e civil, servindo não apenas a Operações Navais típicas, mas também a operações de socorro e salvamento, prevenção e repressão ao tráfico ilegal de entorpecentes, prevenção da poluição hídrica, controle da pesquisa científica no mar, meteorologia, entre outras. Trata-se de projeto que contribuirá para o exercício das atribuições institucionais de diversos órgãos, como Ibama, Polícia Federal, Petrobras e Governos Estaduais.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2016 nas ações abaixo relacionadas:

Emendas de apropriação à despesa:

1. U.O. 35.101, Ministério das Relações Exteriores, Programa 2082, Ação 2015 Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, valor R$ 100 milhões;

2. U.O. 52.111, Comando da Aeronáutica, Programa 2058, Ação I4SZ, Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Voo – Projeto KC-X2, valor R$ 600 milhões;

3. U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, valor R$ 559 milhões; e

4. U.O. 52.131, Comando da Marinha, Programa 2058, Ação 157M, Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul - SisGAAz, valor R$100 milhões.

Ficam rejeitadas as demais emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, como sempre competente nas suas ações, nos seus trabalhos parlamentares.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Cristovam Buarque já havia pedido a palavra e, em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com muita honra. Sinto-me contemplado sendo antecedido pelo Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Talvez seja melhor passar para o Senador porque o que eu quero falar, já adianto, não é exatamente sobre as emendas, mas sobre – e, talvez, não seja hoje o caso – o orçamento global das relações exteriores e da defesa nacional, ou seja, o orçamento que veio do próprio Governo Federal e não apenas as emendas. Não sei se vai ser a ocasião, se não vai ser.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, o Senador Ricardo Ferraço tem a palavra, por permuta com o Senador Cristovam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por permuta ou cessão, não sei, mas um ato unilateral do Senador Cristovam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que V. Exª determinar. A ordem dos fatores, nesse caso, não vai alterar.

Mas, Sr. Presidente, eu quero inicialmente cumprimentar o Senador Raupp pela forma detalhada, precisa com que ele apresenta o relatório, na condição de Relator que foi designado por V. Exª, mesmo considerando a manifestação que o próprio Senador Raupp fez, ao longo da sua experiência, de que nós estejamos fazendo aqui um exercício de ficção. Mas, ainda assim, revela, senão o compromisso do Governo, revela desta Comissão com esses temas e com essas prioridades que nós estamos trabalhando, que é fruto dos debates, que é fruto das audiências públicas que esta Comissão fez, inclusive uma audiência pública no Comitê de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde nós temos a nossa chamada base industrial de defesa.

O Senador Raupp, a meu juízo, foi cirúrgico, foi preciso em interpretar as nossas prioridades, fazendo um esforço extraordinário, porque são muitas emendas que precisam ser contempladas e o espaço de restrição é muito grande. São quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, salvo melhor juízo. O Senador Raupp utilizou de toda a sua experiência e sensibilidade, para poder manifestar, em nosso nome, essas quatro importantíssimas prioridades que estão relacionadas aqui, em seu relatório, que passa a ser não apenas seu, mas de todos nós, que são, enfim, os programas relacionados ao esforço de orçamento do nosso Ministério das Relações Exteriores, que está, como se diz popularmente – me perdoe a expressão –, a pão e mexerica. A situação é de vaca não conhecer bezerro no curral pequeno, por conta, evidentemente, de ser um orçamento diferenciado, uma vez que ele é calculado em dólar.

Então, com a desvalorização do rela em relação ao dólar, se os problemas estão presentes, de modo geral, em todos os ministérios, eles estão mais presentes ainda no Ministério das Relações Exteriores. Salvo melhor juízo, nós estamos com o nosso Consulado Geral em Nova York, que atende um conjunto enorme de brasileiros que lá foram buscar caminho, horizonte, porto seguro, há três ou quatro meses não paga o aluguel do Consulado Geral de Nova York, podendo o nosso País se submeter à humilhação de ser despejado. É disso que se trata, Sr. Presidente.

Os nossos profissionais do corpo diplomático do Itamaraty estão com suas diárias atrasadas, estão tendo a sua capacidade de trabalho deteriorada. Então, faz todo sentido a priorização dada aqui pelo Senador Valdir Raupp em relação ao fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores, sobretudo numa quadra como essa em que esse Ministério, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que é tão bem coordenado pelo Senador Armando Monteiro, passam a jogar um peso decisivo. Uma

das estratégias mais importantes para o nosso País é virar a página dessa conjuntura extremamente complexa. Como disse o Senador José, não se trata de uma tempestade perfeita, mas de um nó muito bem dado. O nó dado na economia brasileira, que não foi um nó importado, Senador Cristovam, foi fabricado aqui, como se diz, ele é *made* in Brasil, por conta dos equívocos e das estratégias equivocadas, da orientação econômica da Presidente Dilma.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E nós alertamos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A todo momento foi alertado. Mas, enfim, o Ministério das Relações Exteriores com o do Comércio Exterior passam a ter um peso importante nessa fase, sobretudo, em que assistimos àquilo que todos achavam que não poderia acontecer, que é a construção da parceria transpacífica, que une Cingapura ao Chile, mas que nos coloca numa condição de não ver acontecer a nossa aliança definitiva, evidentemente, resguardando os interesses do Brasil e da União Europeia.

Enfim, fortalecer o Ministério das Relações Exteriores é, de fato, uma prioridade, que, se não é para o Governo, é para esta Comissão, na medida em que nós estamos aqui não apenas sensíveis, mas comprometidos com a importância de nós melhorarmos, Sr. Presidente, a presença do Brasil mundo afora.

A presença do Brasil no comércio exterior é ridícula. Nós representamos, no comércio internacional de manufaturados, 0,7%. E é através de um trabalho arrojado desses dois Ministérios – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, tão bem coordenado pelo nosso colega Armando Monteiro, e Ministério das Relações Exteriores – que haverá condições para que este desenvolva os seus papéis, que estão inviabilizados, não apenas pela distorção da visão que tem coordenado o governo da Presidente Dilma em relação às escolhas que nós temos feito nas nossas relações externas, mas também pelas dificuldades de meios que impedem os nossos profissionais de atuarem na defesa dos nossos interesses, na defesa do interesse do povo brasileiro.

Eu me refiro também, evidentemente, a todos os outros projetos: de forma efetiva, ao KC-390 da Força Aérea Brasileira e, de modo objetivo, também ao Sisfron, Senadora Valdir Raupp, esse programa estratégico e importante que dialoga com um dos mais importantes desafios da sociedade brasileira, a nossa segurança, um setor que traz tantas dificuldades e angústias ao dia a dia das famílias brasileiras.

Esse programa, o Sisfron, Sr. Presidente, foi lançado em 2011 e foi programado dentro de um cronograma de realização efetiva em 10 anos. Da forma como o Governo o está tratando, ele não será efetivado em 50 anos. Portanto, combater os crimes transnacionais, combater o tráfico de drogas, na fronteira e não nas cidades, é um imperativo, é uma prioridade – e se não o é para o Governo, pelo menos para esta Comissão é, Sr. Presidente.

Daí porque eu quero cumprimentar o Senador Raupp pela capacidade de aglutinação e de colocar publicamente os compromissos desta Comissão com esses importantes itens que está priorizando como emendas de bancada nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

V. Exª já se referiu às emendas que vão reforçar alguns programas estratégicos das nossas Forças Armadas, todos eles já muito conhecidos da nossa Comissão, eis que já foram objeto de audiências públicas e recebem, enfim, o nosso acatamento integral. Mas, em relação ao Ministério das Relações Exteriores, o Senador Raupp selecionou, para propor uma emenda de comissão, os serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior.

Nós temos, hoje, mais três milhões de brasileiros vivendo fora do País – mais de três milhões –, permanentemente. E é possível que esse número aumente, com brasileiros que, tangidos da crise econômica, vão buscar novos horizontes fora do Brasil. Por outro lado, nós estamos diante de um afluxo de imigrantes que vêm ao Brasil em razão de perturbações em seus países, como é o caso da guerra civil na Síria, ou ainda, por razões econômicas, como é o caso dos africanos que vêm para o Brasil, especialmente senegaleses, em grande número.

Desse modo, os nossos serviços consulares precisam estar aparelhados tanto para prestar assistência aos brasileiros... Frequentemente, cada um de nós deve ter vivido essa experiência: um parente desses brasileiros que vivem no exterior vai visitá-los e sofre um acidente ou morre, e é preciso repatriar o corpo etc. Essas coisas todas são atendidas pelo nosso serviço de assistência consular, que providenciam a documentação, a assistência às empresas, a tradução de documentos e o fornecimento de documentos a brasileiros no exterior, bem como a concessão de vistos.

Esta Comissão propôs, a partir de uma relatoria competente do Senador Ricardo Ferraço, um novo marco para a imigração no Brasil, em que nós passaremos a ter, se aprovado na Câmara dos Deputados, um País mais aberto, mais acolhedor. No entanto, é preciso que nossos serviços consulares estejam aparelhados para a concessão de vistos a partir de informações obtidas junto a outros órgãos além do Itamaraty, como, por exemplo, a Polícia Federal.

Essa emenda acatada pelo Senador Raupp, que veio de vários Senadores, propõe exatamente o reforço desses serviços consulares e o aparelhamento desses serviços com uma nova plataforma de informação, para que, nessa nova concessão de vistos, eles possam ter elementos para...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aliás, é bom que se diga que, de 2014 para 2015, também priorizamos esse tipo de serviço nas nossas embaixadas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...e infelizmente o Governo não implementou.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso é algo da maior gravidade, da maior importância e urgência.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Primeiramente, quero dizer que eu estava certo quando passei a palavra, primeiro, para o representante do Espírito Santo. S. Exª, ao falar, disse grande parte do que eu queria colocar, Senador Ricardo Ferraço.

Do ponto de vista das emendas, quero dar meu total apoio ao trabalho do Senador Raupp, um brilhante trabalho, que, a meu ver satisfaz e que fez o que parece impossível: pôr juntas as emendas.

Esta Comissão, creio que não agora, até porque tem que sabatinar, tem que se debruçar sobre o orçamento em si. Temos que chamar alguém lá da CMO para conversar conosco, talvez a própria Senadora Rose, porque esse é um problema de todas as áreas. Mas, como lembrou o Senador Ricardo, no caso da Comissão de Relações Exteriores, se não me engano, 90% dos gastos são em dólares. A minha primeira pergunta seria: a que câmbio foi feita a proposta de orçamento enviada para cá. Foi de R$3,00 ou de R$5,00, supondo que continue decadente o real? Esta é a primeira pergunta: como vai funcionar o serviço nosso de relações exteriores com gasto em dólar?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – De lá para cá, houve uma desvalorização de cerca de 60%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sessenta por cento.

Então, eles já previram? Não previram? Então, esse tipo de coisa a gente tem que saber.

Aqui fica apenas uma sugestão para que, em algum momento, nos debrucemos com a Comissão Mista de Orçamento para saber como vai ser a tragédia, como evitá-la ou como está prevista a solução para a tragédia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que, com base na manifestação do Senador Cristovam, quem sabe poderíamos convidar não apenas a Presidente da Comissão, mas o Relator. Quem sabe eles se disporiam a uma conversa aqui conosco na próxima quinta-feira, uma coisa informal mesmo apenas para manifestarmos aos coordenadores da CMO as preocupações da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E não há melhor ponte para isso do que o Senador Raupp, que é o Relator setorial da área de defesa, não é isso? Fica, então, acatada a sugestão. Vou procurar agendar essa reunião.

Passamos, agora...

Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem. Serei breve, é apenas para manifestar que, concordando com o Senador Cristovam, o Senador Ferraço já expressou o pensamento dos membros desta Comissão em relação a essas dificuldades do orçamento, e para áreas estratégicas. Entendemos que essas acontecem não só no campo da diplomacia, mas especialmente no campo da defesa, que é o foco desta Comissão.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp porque, das quatro emendas que apresentei ao orçamento, ele acolheu duas. Já me sinto atendida porque entendo as restrições e limitações que teve para fazer o seu trabalho. Então, quero cumprimentá-lo e dizer que temos que continuar na nossa vigilância constante para que o Brasil não acabe passando a vergonha não só dos salários e aluguéis de residências e embaixadas, mas, inclusive, das contribuições que o Brasil dá para organismos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para a OEA, por exemplo, está devendo US$15 milhões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não só a OEA, mas a Organização Internacional do Café, cobrada pelo Senador Ferraço, e outros organismos, a própria FAO. Temos que ter um cuidado em relação a essas questões que não deixam bem o nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Exª.

O Senador Raupp foi muito equânime, porque todos os Senadores, de uma forma ou de outra, foram contemplados nas sugestões que fizeram para as emendas de bancada.

Senador Anastasia, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria também, igualmente, cumprimentar o Senador Raupp pelo seu trabalho, agradecer pela acolhida da nossa emenda, parabenizá-lo pelo trabalho realizado e mencionar aqui, em primeiro lugar, Presidente, Senador Aloysio, que eu ouvi com muita atenção quase que um desabafo do Senador Ricardo Ferraço, que, com o brilho que tem e a experiência de presidir esta Comissão, fez um relato muito veemente sobre o quadro orçamentário.

Enquanto ele falava, eu me lembrava aqui de que nós temos sempre de aprender com quem está mais avançado que nós. Deus queira que nós ainda vejamos neste País um Congresso como o americano no trato da questão orçamentária! Ali se vê de fato o que é um orçamento. Ali se veem o papel do Poder Legislativo e o papel do Poder Executivo na questão orçamentária da execução, e não, como disse bem o Senador Ferraço, a ficção que nós vivemos, a despeito do trabalho ingente e dedicado dos Relatores, e aqui, mais uma vez, eu cumprimento o Senador Valdir Raupp.

Eu queria tão somente mencionar também, com a permissão do Presidente, que acabo de receber um telefonema do Senador Hélio José, que, lamentavelmente, não pode estar aqui agora por se encontrar numa missão fora, pede para registrar que ele teria feito uma emenda que não foi acolhida – ele compreende – e para deixar só o registro e o pedido dele sobre o tema do alistamento militar, já que ele considera, acho que com o endosso de todos, que o aumento do alistamento significaria também uma opção para os jovens que estão aí sem muitas opções.

Eu queria, portanto, fazer, em nome dele, essa solicitação...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A Emenda nº 4 foi acolhida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – A Emenda nº 4, dele, foi acolhida, como informa o Senador Raupp. Então, vamos levar isto à assessoria dele, porque ele ligou um pouco aflito. Mas agradeço ao Presidente a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em atendimento às normas regimentais, nós vamos encaminhar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização as emendas da nossa Comissão, mas, para isso, temos que encaminhar para lá uma ata desta reunião.

Se não houver objeção, vamos considerá-la lida e aprovada. (*Pausa.*)

Muito bem.

Será encaminhada, então, essa ata.

Encerrada esta primeira reunião, extraordinária, vamos à segunda reunião, ordinária.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Marcelo Crivella. Assina a lista de presença o Senador, não membro desta Comissão, José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Lasier Martins. EXTRAPAUTA: ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 82, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a Parceria Transpacífica e os impactos deste acordo comercial sobre a economia do Brasil. Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: • José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); • Marcos Troyjo – Diretor do BRICLab da Universidade de Columbia; • Fernando de Magalhães Furlan – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); • Embaixador Hadil da Rocha Vianna – Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE); • Carlos Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI; • Vera Thorstensen – Professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da FGV e Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento." Aprovado. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 51, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Bulgária e, cumulativamente, na República da Macedônia." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 54, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Tunísia." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos embaixadores para fazerem as suas exposições. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e cinquenta e cinco minutos a presidência é assumida pelo Senador Antonio Anastasia; e às dez horas e cinquenta e oito minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e quarenta minutos a presidência é assumida pela Senadora Ana Amélia; e às onze horas e cinquenta e um minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia e o Senador Hélio José. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem às perguntas dos Senhores Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora Ana Amélia. É realizada a apuração dos votos. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 76, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e, em particular sobre o Brasil." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu queria, consultando V. Exª e, naturalmente, ouvindo nossos pares... Eu encaminhei um requerimento à Comissão de Relações Exteriores... Considerando a importância desse fato, Senador Cristovam, Senador Anastasia, Senador Lasier, Senador Raupp, nos últimos dias, chamou a atenção do mundo a chamada Parceria Transpacífico, que revela ao mundo uma profecia que foi feita, Senador Anastasia, no princípio do século XX, por um ex-Secretário de Estado norte-americano, que, àquela altura, disse que o Mar Mediterrâneo era o mar do passado, o Atlântico era o mar do presente e o Pacífico seria o mar do futuro. E é isso que nós estamos observando com esse deslocamento robusto do comércio global para e pelo Oceano Pacífico.

Os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, a Colômbia está na fila para aderir... Esse conjunto de 12 países constituiu esse grande tratado que altera profundamente os rumos do comércio global, até porque esses países representam, na sua extensão, 40% do Produto Interno Bruto do mundo, o que significa 40% das riquezas que são produzidas em nosso mundo.

Além da derrubada de barreiras tarifárias entre os países, o tratado prevê regras uniformes de propriedade intelectual e ações conjuntas nas mais diversas áreas, tarifárias ou não tarifárias, onde se apresenta o maior nível de restrição e protecionismo disfarçado hoje.

Nós estamos propondo uma audiência pública para que possamos debater o impacto disso na economia brasileira e saber como o Governo pretende reagir a mais essa articulação que nos coloca ainda num isolamento ainda maior, Senador Anastasia, Senador Lasier. Nós estamos propondo alguns nomes.

Fica evidente que essa prioridade dada à Cooperação Sul-Sul dos governos que se sucedem de forma conjuntural estão nos levando a um absoluto isolamento e nós estamos perdendo muitas oportunidades na medida em que nós dispensamos lá atrás até mesmo a constituição da União das Américas, o que poderia ser, se bem construído, reservando os nossos interesses, uma extraordinária oportunidade para o nosso País, que seria a integração dos mercados americanos do norte, americanos do sul e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem um requerimento?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós apresentamos um requerimento. E eu consulto V. Exª da possibilidade de nós, rapidamente, submetermos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... esse requerimento à Comissão, antes da sabatina, até para que nós possamos marcar, eventualmente, essa programação.

Não está nas mãos do nosso Secretário? (*Pausa.*)

Eu vou passar então. Peço desculpas. Eu assinei mais cedo, não chegou, mas é um...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... requerimento pedindo uma audiência pública para debatermos o impacto da parceria Transpacífica para não apenas o Brasil, mas para o Mercosul, julgando absolutamente inadiável que o Senado da República possa enfrentar esse tema e possa questionar, enfim, o Governo brasileiro, para saber o que ele está pensando fazer com relação a essa grande aliança que foi firmada e que muda os rumos do comércio global.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

É muito oportuna a lembrança de V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É extrapauta. Por isso consulto V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas eu queria lembrar à Comissão que, na reunião anterior, na reunião da última quinta-feira, dia 8, presidida pelo Senador Raupp, foi já aprovado um requerimento de audiência pública de autoria do Senador Tasso Jereissati.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com esse mesmo propósito?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com essa mesma finalidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Alguns nomes são coincidentes.

Os convidados propostos pelo Senador Tasso Jereissati não são, não vêm de organismos governamentais; são, a saber: o diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, uma senhora que é professora de economia da Fundação Getúlio Vargas, aliás – e V. Exª sugere seu nome também –, outra senhora que é pesquisadora do Ibre da Fundação Getúlio Vargas, e um diretor da *Eurasia Group*, a fim de debater exatamente esse tema.

Eu penso que nós podíamos fazer duas audiências públicas porque, se juntarmos muita gente numa mesma audiência pública, acaba ficando uma coisa muito, enfim, a gente dispersa...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu peço escusas porque não tomei conhecimento do requerimento do Senador Tasso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não, mas o requerimento de V. Exª não coincide inteiramente, mas o foco...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eles se complementam.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, se complementam porque o seu requerimento visa a convidar pessoas mais ligadas à área do Governo.

Então, nós poderíamos fazer uma audiência agora, que já está aprovada, a Secretaria já está diligenciando os convites.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ouvindo a academia, ouvindo os especialistas e ouvindo o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. E, em seguida, fazermos a do Governo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quais são os nomes propostos pelo Senador Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Do Senador Ferraço: José Augusto de Castro, Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil; Marcos Troyjo, Diretor do BRICLab, da Universidade de Columbia; Fernando Furlan, Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o Embaixador Hadil da Rocha Vianna, Secretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, e a Srª Vera Thorstensen, que é da Fundação Getúlio Vargas.

Então, eu penso que nós precisamos fazer duas audiências.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos trabalhar então, se a Comissão concordar, aprovar este requerimento extrapauta, vamos depois fazer uma programação que torne realmente produtiva a audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – De minha parte, sinto-me absolutamente contemplado com o encaminhamento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Primeiro, para parabenizar.

Nós ficamos para trás. Ontem falei aqui, Senador Ricardo Ferraço, que eu tenho impressão de o Brasil está saindo da crise para cair na decadência. Da crise, a gente se recupera em meses e anos, a decadência, leva décadas e às vezes não consegue.

E uma das coisas que está nos deixando decadentes é estarmos excluídos dos grandes acordos comerciais que estão sendo formados no mundo, como esse do Pacífico e também do Atlântico Norte, prisioneiros que ficamos de uma boa iniciativa que foi o Mercosul.

Então, estou de acordo.

Agora, sinto falta de alguns nomes, pelo menos de um desses três que vou dizer, que eu acho que acompanharam isso, que têm uma visão crítica e uma proposta. São Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e Rubens Ricupero.

Eu acho que, senão os três, pelo menos um destes deveria sentar a esta mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E se eu pudesse escolher um dos três, eu diria que o Sérgio Amaral, até pela relação dele com o comércio do Brasil com a China. Ele faz parte do...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sergio Amaral que é seu amigo, aliás, desde 1965.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nosso; nós o conhecemos juntos. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós nos conhecemos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Então, eu...

Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, eu queria também me congratular com o Senador Ferraço porque o Brasil ainda não despertou bem para o significado dessa parceria transpacífica. De fato, nós somos esquecidos, e as grandes potências comerciais vão negociar e nós ficaremos olhando. Então, debater a repercussão desse tratado, como propõe o Senador Ferraço, é muito oportuno, pois é uma das coisas mais importantes que nós estamos vivendo, no presente momento. Então, temos de ouvir, de discutir, porque eu concordo com o Senador Cristovam, que, aliás, num pronunciamento ontem, no plenário do

Senado, lembrou esta hipótese a que estamos sujeitos, isto é, de cair da crise para a decadência. E esse tratado transpacífico ajuda a nos jogar para essa decadência, porque estamos fora do maior tratado comercial que está se instalando neste momento.

Então, parabéns ao Senador Ferraço, sempre muito atento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Ontem, aliás, tivemos dois bons discursos no plenário – sem o prejuízo de outros que não tenha ouvido: o Cristovam Buarque e o José Medeiros falaram desse tema de uma maneira muito brilhante e adequada.

Não havendo objeção quanto à sua inclusão extrapauta, passemos à apreciação do requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 82, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a Parceria Transpacífica e os impactos deste acordo comercial sobre a economia do Brasil. Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados: • José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); • Marcos Troyjo – Diretor do BRICLab da Universidade de Columbia; • Fernando de Magalhães Furlan – Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); • Embaixador Hadil da Rocha Vianna – Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (MRE); • Carlos Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI; • Vera Thorstensen – Professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da FGV e Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Palmas.*)

Não havendo objeção, está aprovado esse segundo requerimento, do Senador Ferraço.

E agora nós vamos ajustar aqui, com a Secretaria, duas rodadas de debate. Uma... Talvez nós pudéssemos fazer a primeira com a área do setor privado e, depois, organizar uma mais com o pessoal do Governo.

Muito bem. Encerrada essa primeira parte – aliás, já havia sido encerrada. Nós deliberamos extrapauta o requerimento do Senador Ferraço –, nós vamos começar uma segunda reunião, dessa vez para sabatinarmos agora dois diplomatas indicados pela Senhora Presidente da República.

Foram duas as mensagens lidas: a primeira para a representação do Brasil junto à República da Bulgária e, cumulativamente, da Macedônia, pela Srª Ana Maria Sampaio Fernandes, cujo Relator foi o Senador Antonio Anastasia. A segunda, do Sr. José Estanislau do Amaral Souza, para a Tunísia, cuja Relatora foi a Senadora Gleisi Hoffmann, funcionando como Relator *ad hoc* o Senador Hélio José.

Como disse, já foram lidos os relatórios e concedida vista coletiva das matérias.

Eu convido, então, para que tomem assento à mesa, os dois diplomatas que serão sabatinados.

Por favor. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, inicialmente, à Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, pelo prazo de 20 minutos.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Vinte minutos? Muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se for necessário mais...

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – V. Exª é muito generoso com o tempo.

Realmente, a Bulgária e a Macedônia são países cuja história e cujos desafios presentes merecem a nossa atenção, por tempo até, eu diria, ilimitado. Eu sei que o meu relator, S. Exª, o Senador Anastasia, é inclusive um erudito em tema dos Bálcãs. S. Exª, a Senadora Ana Amélia, me relatou que V. Exª já fez aqui uma apresentação sobre os Bálcãs bastante... Acho que eu não poderia acrescentar ao que V. Exª disse.

Mas, Sr. Presidente, acho que é importante nós vermos tanto a Bulgária quanto a Macedônia, primeiro, desde a perspectiva histórica, porque a perspectiva histórica é a que leva à conjuntura presente e aos desafios atuais.

No caso da Bulgária, é interessante notar que, por mais de mil anos, a Bulgária é, naquela região e na Europa, o país que manteve o seu nome.

O Reino da Bulgária, desde o século VII, não muda o seu nome, apesar de invasões. Apesar de mudanças políticas, do controle otomano durante vários séculos, a Bulgária não perde o seu nome, a sua identidade.

A Bulgária, ao mesmo tempo, naquela confluência ali dos Bálcãs, não pode deixar de ser também um país com formação étnica complexa. Há ali otomanos, muçulmanos, que permaneceram depois desse domínio histórico do império otomano. Há tem obviamente influências também de Bizâncio anteriormente, da Grécia, e populações eslavas que ingressaram ali por volta do século VII.

Essa complexidade levou também, e não só essa complexidade, a desenvolvimentos muito interessantes. O alfabeto cirílico, como sabemos, foi criado por dois monges búlgaros, Cirilo e Metódio. Hoje esse alfabeto é usado por 300 milhões de pessoas. Então, há essa importância cultural da Bulgária, em toda a sua trajetória. Por exemplo, quando, no final do século XIX, a Rússia consegue forçar a Turquia a dar a independência à Bulgária, aos eslavos da Bulgária, depois disso, já no início do século XX, estabelecemos, reconhecemos a independência da Bulgária em 1909. O país entra, em seguida, ao império otomano, mas, antes do final do império otomano, já tínhamos independência da Bulgária. Então, é um país extremamente interessante, e todas essas relações históricas condicionam, de alguma maneira, essa presente dinâmica do país.

Temos, então, o reconhecimento da Bulgária em 1909, estabelecemos uma legação – na época, o mais frequente era abrir legações, as embaixada eram mais raras –, em 1934; portanto, completamos 80 anos no ano passado das nossas relações diplomáticas com a Bulgária.

Temos alguns traços históricos extremamente interessantes, durante a Segunda Guerra, a Bulgária era uma monarquia e optou e tentou permanecer neutra; no entanto, em 1941, quando as tropas nazistas se encaminhavam para a Grécia, a Bulgária foi obrigada a colaborar com o regime nazista – e acho que esse é um traço muito importante enfatizar –, mas, no entanto, na Europa, foi o único país que conseguiu salvar a íntegra da sua população judia. Os judeus da Bulgária foram todos preservados.

Após a derrota do Eixo, nas zonas de influência, ao final da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se um regime comunista da Bulgária, que passou à esfera da influência soviética e, ao mesmo tempo, fazia parte de toda aquela região da Europa do leste. Inclusive – é interessante esse ponto –, do ponto de vista econômico, aquele estabelecimento na Europa do leste, incluindo aí a Bulgária, do Comecon, trouxe para lá uma especialização econômica da qual acho que ainda se beneficia pelo fato de ter formado e ter tido um desenvolvimento científico e tecnológico no quadro daquela organização econômica.

Então, a Bulgária, hoje, já depois do movimento de queda do muro de Berlim, a própria transformação da União Soviética, o fim da União Soviética, tem traçado uma trajetória política euroatlanticista como se diz.

Ela ingressou na União Europeia e, antes disso, inclusive, ingressou na Otan. Ela ingressou na Otan e, três anos depois, em 2007, na União Europeia, mas ingressara já na Otan em 2004. Isso leva a que a política externa da Bulgária esteja em consonância com a política externa da União Europeia e também com a política estratégica da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A Bulgária, na perspectiva propriamente regional, tem agora duas oportunidades de exercer a sua liderança, que é uma liderança – tudo indica pelos sinais que vêm sendo dados tanto pelo Presidente da República, quanto pelo Primeiro-Ministro, sinais muito positivos – regional da Bulgária.

A Bulgária assumiu há pouco a presidência do processo de cooperação do sudeste da Europa, que inclui desde a Romênia a toda antiga Iugoslávia, todos os países da antiga Iugoslávia, mas inclui também a Grécia, inclui a Albânia. Essa organização foi criada em 1996 por inspiração da Bulgária, que vai presidi-la. Ela já tem, portanto, vários anos de existência, e a Bulgária vai presidi-la com as prioridades de promover a paz regional, antes de mais nada, a estabilidade das fronteiras e obviamente, porque nessa região esse é um tema crucial, o desenvolvimento da infraestrutura que é o que permite a integração. A visão do governo da Bulgária é de que essa infraestrutura (infraestrutura de energia, infraestrutura de transportes) vai contribuir para a integração.

Como disse o Primeiro Ministro Boico Borizov, no contexto desse deste processo de assumir a presidência dessa organização, "o nosso objetivo é que não se mudem as fronteiras, mas que elas sejam eliminadas pela cooperação". Essa formulação me parece muito sábia e muito feliz porque há disputas ainda latentes nessa sua região, a respeito de etnias que estão em dois países, as etnias transfronteiriças nessa região, na própria Bulgária e também na Macedônia, país sobre a qual falarei em seguida. Portanto, essa formulação do Primeiro Ministro é uma formulação muito sábia.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu pediria silêncio, por favor, sobretudo da galeria para evitar conversas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, aproveitando esse intervalo forçado, poderia abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, sim, à vontade.

Eu pediria aos nossos convidados que, como manda o Regimento, permaneçam no mais estrito silêncio. Quem quiser conversar vá conversar lá fora. Isso vale para todos menos para aqueles que não estão prestando atenção no que estou falando.

Por favor, Embaixadora, me desculpe.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Sr. Presidente, muito obrigado.

Voltando, então, a essa formulação, é uma formulação importante a da cooperação.

A Bulgária tem, obviamente, necessidade de cooperação porque, embora tenha ainda reatores nucleares que eram o forte do fornecimento da sua produção elétrica, por acordo com a União Europeia, em função do acidente que houve na Ucrânia com o famoso reator que criou uma sensibilidade especial, a Bulgária, embora tivesse reatores de tecnologia diversa acordou com a União Europeia apoio financeiro e apoio para criar uma infraestrutura alternativa de energia.

No entanto, a Bulgária não abandonou a energia atômica; continuará com energia nuclear para produção de eletricidade. Isso é uma necessidade. Mas a Bulgária tem déficit energético. Uma das esperanças havia sido o famoso gasoduto, dito em inglês South Stream, que viria da Rússia e passaria pela Bulgária, em direção à Europa, mas houve dificuldade, devido às regras da União Europeia, à qual pertence a Bulgária, para o estabelecimento de empreendimentos nessa área de infraestrutura. Existem certas regras de livre competição e de transparência empresarial que não seriam satisfeitas pelo acordo que estava sendo desenhado com a Gazprom. A Rússia suspendeu, não está ainda claro que tenha sido uma suspensão sem revisão. Então, existe essa latência. Mas a cooperação, inclusive, nessa área energética, é muito importante. A Bulgária tem explorado, com a Turquia, com a qual a Bulgária faz fronteira e tem uma relação muito positiva. Esta semana, o Primeiro Ministro da Bulgária esteve visitando a Turquia, em contato com as altas autoridades, também tratando de outros temas – voltarei a esse aspecto –, mas, para a Bulgária, é muito importante essa possibilidade de receber gás para suas necessidades energéticas.

Agora, acabamos de ter a notícia, Sr. Presidente, de que, no Mar Negro, na costa da Romênia, há gás, foi descoberto gás, o que, portanto, cria uma possibilidade. Ali, esse gás terá que ter vários entroncamentos para o sul, em direção à Grécia, para o oeste, em direção à Europa, inclusive Europa Ocidental, enfim, para o norte. Essa notícia que se teve, de gás na plataforma continental da Romênia, é uma coisa mais precisa, importante, e é também uma notícia alvissareira para a Bulgária, que, aliás, colocou em processo de exploração, fez uma dessas licitações de áreas de prospecção e também colocou parte da sua plataforma aberta à prospecção, por empresa europeia dessa área de prospecção de gás e petróleo. Então, essa questão energética é uma questão dinâmica, na qual, creio, haveria espaço, talvez, futuramente, também para uma cooperação com o Brasil. Por que não?

Voltando, então, agora, já que estamos nessas questões mais de infraestrutura e também de economia, vamos à economia da Bulgária.

A Bulgária é um país de sete milhões de habitantes, com uma tendência a certa diminuição demográfica. Essa diminuição demográfica decorre do êxodo, não é só uma questão de taxa de reposição da população, mas decorre também do êxodo econômico de agentes búlgaros, profissionais búlgaros, que encontram, no mercado da União Europeia, com essa facilidade da União Europeia, nichos para o seu exercício profissional, o seu desempenho, o seu desenvolvimento pessoal. Então, há um êxodo de forças jovens, formados, inclusive, de profissionais, que, sobretudo, aproveitam a abertura do mercado da União Europeia.

No entanto, a Bulgária, embora com sete milhões de habitantes, do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico, a saída encontrada, pelo menos, digamos, o caminho apontado pelos estudos do governo búlgaro é exatamente uma saída pelo topo da produção industrial e tecnológica. Quer dizer, passar para as novas e futuras tecnologias, no sentido do desenvolvimento de nanotecnologia, biotecnologia.

Obviamente, a Bulgária tem uma estrutura econômica, mas, dentro do que seria a periferia econômica, por assim dizer, da União Europeia, a Bulgária tem algumas vantagens comparativas em alguns setores onde foi vanguarda em função daquela circunstância do Comecon, em que havia uma distribuição de responsabilidades na área industrial, na área tecnológica. A Bulgária, com base nessa estrutura, nesse conhecimento, tem mais de uma dezena de universidades técnicas, tem centenas de liceus de caráter técnico.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Ainda herança da época...

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Ainda herança daquela especialização das economias, porque algumas economias tinham especialização, inclusive na área nuclear. Criou-se toda essa estrutura, e a Bulgária tem, portanto, como explorar ao projetar o seu futuro, a sua prosperidade econômica.

Inclusive o Governo, depois de estudos, durante alguns anos, há cerca de três anos, definiu a criação de um parque tecnológico em Sófia, tendo identificado as universidades, os centros de pesquisa. Identificou

algumas áreas e vai inaugurar, dentro do cronograma, em novembro – a inauguração estava prevista para setembro deste ano, mas vão inaugurar agora em novembro –, esse parque tecnológico, que se dedicará a criar... Como nós temos também aqui no Brasil os nossos parques de ciência, de incubadoras, de empresas de alta tecnologia, esse parque será um foro para reuniões. Ele servirá para intercâmbio – promoverá intercâmbios de cientistas – e também promoverá um espaço onde será possível fazer testes e haver laboratórios. Então, já está plantada lá essa semente, já está constituído esse cerne que poderia ser aproveitado. Novamente, eu creio, Sr. Presidente, que é uma oportunidade para uma cooperação com o Brasil.

Dentro desse desenvolvimento científico e tecnológico da Bulgária, nós temos também oportunidades no setor de cooperação educacional. Então, a cooperação educacional... Nós já temos um acordo de cooperação cultural com a Bulgária, que também é um país de grande destaque na área arqueológica. Nós não podemos – permitam-me um parêntese – esquecer que a Diretora da Unesco é búlgara, Irina Bokova.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Quantos minutos ainda tenho? Sr. Presidente, eu fiquei um pouco confusa com relação aos minutos que eu tenho, devido à sua generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu dei à senhora o tempo de 20 minutos, mas a senhora poderá se estender, porque faz uma exposição muito rica, muito interessante.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Eu tenho, dentro desse tempo – o senhor me perdoe –, quantos minutos dentro da lei?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – De quanto a senhora precisa?

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Eu posso encerrar em dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos dizer cinco minutos.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Cinco minutos. Está ótimo.

Para encerrar, antes de entrar na Macedônia, eu creio que a Bulgária, além da liderança nessa entidade regional que eu mencionei, vai ser Presidente da União Europeia em 2018. Isso vai lhe dar também um *status* importante e uma liderança importante.

O Presidente da Bulgária na Assembleia Geral da ONU já indicou, inclusive, a pauta do governo da Bulgária, que é muito interessante: segurança, estabilidade de fronteiras, respeito ao direito internacional, além de tratar do problema dos imigrantes na sua origem e de procurar atingir e resolver as causas da crise de imigração. A crise de imigração a Bulgária está tratando com muita sabedoria. Ela tem centros de distribuição e de identificação e faz, não diria a triagem, mas o encaminhamento de acordo com a Convenção de Dublin e da União Europeia. Ela tem recebido isso com muita habilidade e com muita solvência, digamos, para tratar desse problema de imigrantes.

Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, falarei agora sobre a Macedônia.

A Macedônia, ao contrário da Bulgária, como entidade política, apesar de algumas variações nas fronteiras nessa questão de pequenos movimentos em função de guerras balcânicas e perdas de território... Enquanto a Bulgária era essa entidade, esse reino, desde o século VII, a Macedônia foi primeiro o reino de Alexandre,

E era, digamos assim, uma entidade cuja existência como uma unidade independente só começou a ser defendida pelos movimentos nacionalistas eslavos no final do século XIX.

Então, aquela região esteve sob controle do Império Otomano; no final do século XIX houve esses movimentos que já começaram, do nacionalismo eslavo, e eles conseguiram fazer que se estabelecesse ali essa Macedônia. No entanto, com as guerras balcânicas, aquele incipiente país que se pretende criar, que se tenta criar, é divido – as terras são divididas entre Grécia, Bulgária, Sérvia.

Posteriormente, já com a formação, em 1944, a Macedônia consegue se estabelecer como uma unidade política, que vai ser absorvida pela Iugoslávia – na formação da Iugoslávia. Quando termina e se separa, recentemente, já no final do século XX, a Iugoslávia, a Macedônia mantém a sua entidade política, mas cercada de uma certa – uma certa, não, uma grande controvérsia, no caso, com a Grécia, que é, aparentemente, essa controvérsia onomástica. A Macedônia convive nos organismos internacionais com o nome de Antiga República Iugoslava da Macedônia.

Por trás dessa questão onomástica há uma série de populações que estão de um lado e de outro: há minorias albanesas, há prováveis nacionalismos macedônicos que poderiam... Mas a Macedônia, esta é uma questão que agora, a Bulgária... A Macedônia não conseguiu entrar na União Europeia...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – ... embora tivesse desejado, em função dessa controvérsia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Vamos em frente.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Encerro, então.

Num momento determinado, em que a Macedônia tenta ingressar na União Europeia, a Bulgária foi um dos países, juntamente com a Grécia, que se opôs, em função dessa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Dos conflitos nacionalistas.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – ... dessa instabilidade que, suspeitava-se, poderia acontecer. Como a Bulgária, depois das guerras balcânicas, ficou com um pedaço de território, então poderia haver essa espécie de reclamação. Então, a Bulgária, naquele momento, juntou-se à Grécia.

Atualmente, já declarou o Primeiro-Ministro búlgaro que eles estão dispostos a apoiar o ingresso da Macedônia na União Europeia, em função de que a Macedônia assine um acordo de boa vizinhança em que, obviamente, essas questões de fronteira seriam colocadas em descanso. A Grécia ainda deve evoluir para isso. Creio, Sr. Presidente, que ambos os países oferecem perspectivas de cooperação política positiva, e também econômica.

O senhor me perdoe, Sr. Presidente, se eu excedi a generosidade de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – ... nas minhas observações. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu que agradeço, em nome da Comissão, a sua exposição.

É, realmente, uma situação muito... Eu gostaria, depois, que o Senador Anastasia – que, como a senhora disse, tem profundos conhecimentos da história da região – pudesse dissertar um pouco sobre a perspectiva dessa região. Ali foi, historicamente, um local de conflito entre impérios – o Império Austro-Húngaro, o Império Russo, o Império Otomano, e tudo isso...

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – E Bizâncio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. E sempre uma... E nacionalismos exacerbados, não é?

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exacerbados.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Barril de pólvora, como se dizia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Barril de pólvora. Muito bem.

Vamos ouvir agora o Embaixador José Estanislau do Amaral Souza Neto, que foi indicado para representar o nosso País na Tunísia, que conheceu uma primavera árabe exitosa – parece que a única primavera que realmente deu certo.

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Eu ia dizer exatamente isso, Senador.

Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, Senador Aloysio Nunes, bem como os demais membros da Comissão, os colegas Parlamentares.

Eu gostaria, antes de tudo, de deixar aqui o registro de meu agradecimento à Presidente da República e ao Sr. Chanceler pela honra e pela confiança que depositaram em mim, ao me indicarem para chefiar a Embaixada do Brasil em Túnis.

Como se sabe, a Tunísia tem passado por um rico e bem-sucedido processo de transição democrática, que acaba de ser reconhecido no mais alto nível internacionalmente como Prêmio Nobel da Paz 2015, que foi concedido ao Quarteto de Diálogo Nacional Tunisiano pela contribuição decisiva que deu à construção de uma democracia pluralista naquele país.

O Quarteto é integrado por, naturalmente, quatro entidades da sociedade civil: a grande central sindical é uma delas, a outra é a grande entidade patronal, a terceira é a Liga Tunisiana de Direitos Humanos, e a quarta é a Ordem dos Advogados tunisianos, o que mostra também a força da sociedade civil na Tunísia, que já é uma exceção um pouco dentro do mundo árabe, por assim dizer.

A Tunísia, então, como, aliás, o próprio Senador Aloysio Nunes estava dizendo, tem sido protagonista daquela que talvez seja a mais bem-sucedida trajetória das eclosões e insurreições que ocorreram a partir de 2011, dentro do que se chamava, e ainda se chama, de certa maneira, de primavera árabe. Nos últimos dois anos, fui encarregado de negócios do Brasil na Embaixada da Síria, na nossa Embaixada em Damasco, onde pude testemunhar justamente um curso de acontecimentos diametralmente oposto àquele que prevalece hoje na Tunísia. Na Síria, como se sabe, uma rebelião popular, que foi brutalmente reprimida em 2011, transformou-se, depois, em guerra civil, à qual se agregaram elementos de luta sectária, elementos de combate antiterrorista

e a participação de diversos países de fora do governo da Síria, apoiando diferentes atores, diferentes partes do conflito. A espiral de violência, como se sabe, só se fez intensificar nos últimos quatro anos e meio, na Síria.

Se me refiro neste momento à Síria é simplesmente porque, primeiro, estive lá, conheci de perto a realidade atual, e também para contrastá-la com a experiência recente da Tunísia. À custa de certa simplificação, podemos dizer que os dois países, Síria e Tunísia, encontram-se nos dois, digamos, polos extremos das transformações em curso no mundo árabe: de um lado, destruição, desagregação e desalento; do outro, união, esperança, construção. Acho que é importante deixar esse recado: a Tunísia permanece hoje, em suma, como o único processo político pós- revolucionário fiel aos ideais originais de liberdade e democracia de 2011.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E alvo de terrorismo.

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – É, exatamente, chegaremos lá, também, Senador.

Eu gostaria apenas de me referir aqui a três elementos que me parecem importantes, do processo de transição democrática na Tunísia. O primeiro deles foi uma opção feita pela Tunísia, ao contrário de outros países da região por, primeiro, convocar uma assembleia nacional constituinte, que, então, definiu, digamos, o arcabouço jurídico do país e fez as regras do jogo, antes de convocar eleições gerais. As eleições só foram convocadas após, digamos, a conclusão dos trabalhos da Constituinte. Isso evitou muitos problemas para a transição democrática na Tunísia. Aliás, o processo constituinte da Tunísia contou com a vigilância e com a mobilização da sociedade civil, que exerceu pressão significativa em favor da manutenção do ritmo dos trabalhos, colocou pressão para que os trabalhos terminassem a tempo, e fossem alcançados os conceitos possíveis nas áreas chaves para o País.

A Assembleia Constituinte tunisiana também submeteu vários projetos, de artigo a consulta pública, numa experiência que não deixa de lembrar a nossa experiência na segunda metade dos anos 80, quando, aqui dentro desta Casa, a Constituinte brasileira foi resultado de um amplo processo de consulta à sociedade brasileira.

Bom, o texto constitucional que foi aprovado e que entrou em vigor este ano garante o caráter civil do Estado tunisiano, garante plena igualdade de direitos entre homens e mulheres, e uma série de direitos e liberdades civis.

Inclusive alguns dos chamados direitos de terceira geração, como direito ao meio ambiente, ao esporte, à cultura, o direito de deficientes, o direito ao acesso à informação.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar da transição política tunisiana foi a capacidade de diálogo. Estabelecer compromissos de concessões recíprocas. Desde o início, de 2011 até o presente, se estabeleceu. E essa disposição para o entendimento prevaleceu mesmo em momentos políticos mais complicados, extremamente delicados, quando houve o recrudescimento da atividade terrorista, ou da atividade de violência política, sobretudo em 2012, 2013. Houve inclusive assassinatos de lideranças políticas importantes, inclusive de um dos membros da constituinte.

Esses impasses foram superados apenas pela capacidade de entendimento entre as duas correntes principais da política local, um partido de tendência mais islamista, o Partido Ennahda, e o outro partido, de caráter secular, chamado Nidá-Tunis, o clamor da Tunísia, que foram capazes, num primeiro momento, de lograr entendimento para dar continuidade ao trabalho da constituinte.

E, num segundo momento, já realizadas as eleições gerais, no final do ano passado, foram capazes de constituir um gabinete. Isso é uma coisa interessante. Hoje em dia, islamismo e secularismo estão do mesmo lado na Tunísia. Fazem parte do governo, o que é uma coisa relativamente única no mundo árabe. Refiro-me aqui mais ao mundo árabe.

Desta forma, a Tunísia parece ter superado, pela via do entendimento da composição, o principal dilema com que se defrontam os processos de transição nos países árabes, que está vinculado à seguinte questão: como preservar a democracia quando as forças vinculadas ao Islamismo ou adquirem uma força expressiva ou mesmo vitória nas urnas. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Argélia, no começo dos anos 90, na Palestina, com a vitória do Hamas, em 2006, o mesmo mais recentemente no Egito, com a vitória da irmandade muçulmana, que levou a situações complexas, complicadas nesses três casos. Na Tunísia, não. As duas tendências estão no mesmo lado.

E um terceiro aspecto que eu gostaria de destacar da democracia tunisiana tem a ver com a especificidade do país, com as características individuais e intransferíveis da Tunísia dentro do mundo árabe.

Há muitos analistas que dizem que a revolução tunisiana só foi possível por se tratar deste país. Entre essas características que são individuais, que são específicas, na Tunísia, eu diria o caráter homogêneo da população, desprovida de clivagens étnicas, tribalistas ou sectárias, como é a situação no levante na Síria, no Líbano, por exemplo. Outra característica da Tunísia é uma tradição preponderantemente laica do Estado e da sociedade, inclusive com direitos avançados para as mulheres.

Uma coisa curiosa, Senador, a constituição atual estabelece que os partidos políticos têm que apresentar listas com paridade de homens e mulheres para as eleições locais. É uma coisa da constituição, estabelecido em cláusula constitucional.

Mais uma outra característica da Tunísia seria o caráter moderado e relativamente aberto do Islamismo político local.

E finalmente o arraigado caráter apolítico das forças armadas tunisianas. Ao contrário de muitos países do mundo árabe, na Tunísia as forças armadas nunca tiveram um papel preponderante. Tiveram um papel talvez mais de inteligência, de repressão em alguns momentos, mas nunca tomaram o poder. Nunca desempenharam um papel crucial como em outros países da região.

Completado o processo de transição democrática, o desafio que se coloca agora para a Tunísia é retomar o crescimento econômico. Essa transição democrática ficará fragilizada se, digamos, os anseios da população não forem atendidos. Então, isso depende muito da retomada do crescimento econômico, que tem sido débil nos últimos tempos.

Este ano, por exemplo, a economia está com uma ligeira contração em relação ao ano passado. O que se deve aos atentados do começo do ano no Museu do Bardo e depois na Praia de Sousse.

O turismo tem um peso de 15% do PIB da Tunísia e responde por 14% das ofertas de postos de trabalho. O setor de turismo se contraiu 25% no primeiro semestre deste ano em relação ao primeiro semestre do ano passado. Isso responde, então, por essa dificuldade da Tunísia de retomar o crescimento econômico. Isso vai ser chave para o progresso e a consolidação da democracia no país.

Passo agora rapidamente para a política externa. A partir da Revolução Tunisiana, a política externa passou também a ser objeto de um processo de revisão que, sem descuidar da prioridade tradicional, conferida às relações com os Estados Unidos e com os países europeus vizinhos, passou a, digamos, diversificar o universo de parcerias do país, também com a ideia de diminuir a dependência externa.

Nesse contexto de repensar a política externa do país, têm surgido reiteradamente referências, por exemplo, ao aprofundamento da integração do espaço do Magrebe, onde está inserida a Tunísia; à consolidação dos laços tradicionais com a África Subsaariana e também aos envolvimentos de relacionamento com novas forças emergentes, especificamente: China, Índia, Brasil e Turquia. Aqui nós entramos.

A Tunísia tem demonstrado interesse de cooperação com o Brasil, desde o início da Revolução, em 2011. Embora cordiais desde a sua origem – há embaixada na Tunísia, desde a independência do país, em 1956 –, as relações Brasil e Tunísia se ressentiam de certo distanciamento até recentemente. Não havia uma prioridade recíproca, não havia projetos bilaterais de cooperação, limitando-se ao comércio, que continua, de certa forma, relativamente modesto.

E é interessante, então, eu já disse sobre esse ponto, já mencionei esse ponto, que o Brasil passou a ser identificado, pelos novos líderes do país, como o modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social em um ambiente institucional democrático.

As credenciais democráticas brasileiras contribuíram, então, para tornar uma nova parceria com o Brasil um elemento interessante para as atuais lideranças tunisianas. Eles vêm o Brasil, em suma, como uma fonte de *soft power* da área de políticas públicas, especificamente na área de políticas públicas voltadas para a inclusão social.

Há vários projetos em andamento, alguns em estágio de maturação diferentes de outros, alguns ainda em um estágio muito embrionário de conversas. Mas por aí têm caminhado as conversas com a Tunísia. Inclusive, o nosso Chanceler Mauro Vieira esteve, há duas semanas, com o Chanceler tunisiano, às margens da Assembleia Geral, em Nova Iorque, e o tema, digamos assim, dessa cooperação, na área de políticas públicas, voltou a estar à tona, estar no centro da cooperação, outras possibilidades de cooperação do Brasil com a Tunísia.

Eu também gostaria de mencionar um único projeto, mas que é importante, na área de cooperação técnica, que foi desenvolvido pela agência brasileira de cooperação e pela Embrapa, junto com o Ministério da Agricultura da Tunísia. É um projeto na área de cultivo do eucalipto. Essa é uma iniciativa que visa contribuir para o êxito de programas de reflorestamento desenvolvidos pelo governo tunisiano, por meio do aumento da produtividade, da melhoria genética do eucalipto na Tunísia.

Pelo lado brasileiro, o plano técnico do projeto está pronto para ser assinado e deverá sê-lo em uma primeira visita do Ministro de Estado do Brasil à Tunísia, que deverá ocorrer em breve.

Finalmente, passo – eu vou tentar ficar dentro do meu tempo – a comentar um pouco sobre o intercâmbio comercial bilateral. A corrente comércio entre o Brasil e Tunísia, em 2014, atingiu a cifra de US$310 milhões. Mas essa cifra representa uma queda de mais ou menos 30% em relação ao ano anterior, e de 37% em relação a 2012. Há o saldo superavitário do Brasil e, nos primeiros meses deste ano, essa tendência ao saldo superavitário do Brasil se acentuou ainda mais.

A pauta é dominada ainda por bens primários, tendo o açúcar representado a primeira posição nas nossas exportações – ele representa 30% das nossas exportações –, seguido da soja, café e milho. São produtos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E o que vem do lado de lá?

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Do lado de lá vem o seguinte: o primeiro produto tradicional é o fosfato para uso em fertilizantes; depois, fluoretos de alumínio e fibra sintética. Mas o principal tema da exportação da Tunísia para o Brasil – isso acontece também com outros países do Magrebe –, sempre foi a exportação de fosfato, que entra na formulação de fertilizantes.

De maneira geral, o intercâmbio bilateral está aquém do potencial. A pauta poderia ter, evidentemente, o significativo acréscimo de valor agregado. Caso prosperem contatos no setor aeronáutico, que estão em curso, pelos quais a Embraer poderia vender aeronaves e comprar peças e estruturas de fornecedores locais. Outras empresas brasileiras, como a Eurofarma, que é uma grande produtora de genéricos, e a Marcopolo, produtora de carrocerias e ônibus, realizaram visitas de prospecção à Tunísia no primeiro semestre deste ano, o que tende a aumentar as possibilidades de elevar o perfil de intercâmbio comercial.

Caso venha a contar com o beneplácito desta Comissão, eu pretendo dedicar boa parte do meu tempo à tentativa de expansão das exportações brasileiras, de aumento de intercâmbio comercial, em geral, sobretudo com foco grande na possibilidade de investimentos brasileiros na Tunísia, que é um país que necessita retomar o crescimento para manutenção da sua transição democrática bem-sucedida até o momento.

Há, neste momento, tratativas para negociação de um acordo de livre comércio do Mercosul e Tunísia. Ele está numa fase embrionária. Houve assinatura de um acordo quadro, mas as negociações em si não começaram ainda. Estamos, neste momento, em fase de consulta pública sobre os interesses brasileiros. Os demais integrantes do Mercosul também estão realizando consultas públicas nos seus respectivos mercados. Mas o assunto está em pauta, está caminhando.

Ao concluir esta apresentação, eu gostaria de deixar registro de um fato que me parece importante: a nossa Embaixada em Tunes abriga, desde meados do ano passado, os funcionários brasileiros da Embaixada do Brasil em Trípoli, que foi evacuada no final de julho do ano passado em virtude do agravamento das construções de segurança na Líbia. Eu continuarei dando aos meus colegas que ocupam a Embaixada em Tunes toda a assistência de que necessitam. Eu estive do outro lado da moeda quando fui hóspede da nossa Embaixada em Beirute.

Então, Sr. Presidente, eu paro por aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Embaixador, só uma palavra sobre essa vizinhança complicada com a Líbia, que se desintegrou, que está em processo em franco processo de desintegração. Isso leva à expansão de grupos terroristas, atividades de grupos terroristas em todo o Magrebe. E a Tunísia já é um alvo muito próximo do foco principal, não é isso?

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – É verdade, Senador. A Líbia é outro caso de um Estado, digamos, em desagregação e decomposição.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – O Estado islâmico começa a entrar na Líbia. Inclusive, alguns atentados recentes na Tunísia, neste ano, foram planejados desde a Líbia. Não há, ao que saiba, muita perspectiva também de resolução a curto prazo do conflito na Líbia, mas há também outros grupos terroristas que operam dentro da Tunísia, cujas bases estão do lado argelino da fronteira, na região de montanha dos dois países. Ali são grupos vinculados à Al-Qaeda no Magrebe, que têm como alvo, sobretudo, forças militares, forças de segurança tunisianas que atuam na região. O terrorismo é um problema sério na região, quer dizer, uma ameaça séria, mas nada que se compare ao que existe, por exemplo, na Síria. A Tunísia ainda é um país com situação relativamente sob controle.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Muito obrigado, Embaixador.

Nós vamos iniciar agora as intervenções dos Senadores. Vamos fazer uma primeira rodada. Os Senadores podem intervir, e, em seguida, os nossos sabatinados responderão ao conjunto das perguntas.

Então, já há dois Senadores inscritos, o Senador Anastasia e o Senador Cristovam Buarque. A Senadora Ana Amélia também pede a palavra. E eu peço até à Senadora Ana Amélia que presida por um momento a sessão porque vou votar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O senhor podia registrar a minha inscrição também, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Vamos fixar em cinco minutos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Bom dia, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia. Meus cumprimentos e saudações aos Senadores e Senadoras presentes, aos eminentes embaixadores que cumprimento, Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, Embaixador José Estanislau Souza Neto. A ambos as minhas saudações.

Eu me dirijo primeiro à eminente Embaixadora Ana Maria, primeiro, tendo a honra de ter sido o seu relator. Portanto, acompanhei bem, durante o estudo que fiz de todo o processo, o seu desempenho exitoso durante a sua trajetória na carreira do Itamaraty e recebendo também nesse período os encômios de amigos em comum. E não posso deixar de citar aqui o nosso querido Dr. Pedro, porque, de fato, é uma pessoa especial, que lhe deu as melhores referências, que só vieram, é claro, a confirmar na leitura que fiz dos documentos e muito mais agora no seu desembaraço no relatório aqui apresentado.

A eminente embaixadora, que serviu também em África, agora vai apresentar seus serviços ao Brasil nos Bálcãs, o chamado barril de pólvora da Europa, onde a Senadora Ana Amélia acredita que eu tenha algum conhecimento que não corresponde à realidade.

Mas eu queria, eminente Embaixadora Ana Maria, dizer de fato que, como a senhora apresentou no seu relato, a Bulgária me parece uma grande potencialidade para o Brasil, mercê da sua história, da sua tradição, mormente da qualidade do seu capital humano. V. Exª foi muito feliz na sua apresentação quando mostrou que, até pela evolução histórica da Bulgária, a despeito de ter ainda uma renda *per capita* muito pequena na Comunidade Europeia e algumas dificuldades, houve um esforço muito grande na área da educação, da educação técnica, da educação musical.

A Bulgária é conhecida, juntamente com outras nações do Leste Europeu, pela qualidade dos seus músicos. Então, isso significa uma potencialidade de florescimento, de que necessitamos de maneira avassaladora no nosso Brasil da dita Pátria Educadora que por ora é só um *slogan*.

Então, tenho certeza de que V. Exª, no exercício do seu mister diplomático, vai conseguir, nessa cooperação que V. Exª já colocou como um dos pontos fundamentais, a possibilidade de intensificarmos o conhecimento e o aprendizado desses institutos, desses liceus da área de ensino técnico, de ensino de qualificação profissional que é tão importante para o Brasil, um país de 200 milhões de habitantes, *vis-à-vis* a pequena Bulgária, que tem oito milhões e que, como V. Exª disse, está em processo de diminuição de seus habitantes em razão de certa diáspora búlgara pela Europa como um todo. Ali, portanto, são, me parece, as maiores necessidades que teríamos. E evidentemente isso se dá numa região da Europa e do mundo extremamente delicada não só pelo passado. E V. Exª apresentou muito bem todo quadro da evolução da história búlgara até pelo grande orgulho que eles têm. Na Bulgária, o rei não era rei da Bulgária; era rei dos búlgaros, de tão importante que é a comunidade. A dinastia se intitulava como rei dos búlgaros.

Portanto, vamos ter a potencialidade dessa identificação na área técnico-científica e que vai se desdobrar, é claro, para a área econômica, já que o nosso comércio ainda é relativamente pequeno. Mas a possibilidade de seu incremento é muito expressiva.

A Bulgária tem, em questões, como disse V. Exª, de energia – e o Senador Hélio José, nosso grande especialista no tema, certamente vai abordar aqui este assunto...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... temos essa possibilidade de avanço. E para não me estender muito, porque já estou indo além do que devia falar, Senadora Ana Amélia, vou concluir rapidamente.

Reitero também que V. Exª vai representar também a Macedônia. E a Macedônia é tão complicada, Senadora Ana Amélia, que na Itália a palavra Macedônia significa salada de frutas, exatamente para demonstrar a miscelânea e a dificuldade de um país que tem essa história que V. Exª tão bem colocou.

Então, é um país que tem pouquíssimas relações ainda com o Brasil, mas que tem uma história riquíssima, e certamente potencialidade – inclusive mineral – muito expressiva, que certamente será avançada. Então, a V. Exª os meus cumprimentos.

Eminente Embaixador José Estanislau, indo rapidamente, para não estender meu tempo, eu queria cumprimentá-lo. V. Exª traz uma experiência extraordinária. Exerceu dois anos na situação da nossa representação na Síria, em estado de dissolução, praticamente, e agora segue para um país que é um farol de estabilidade, dentro não só do Magrebe, mas de todo o norte da África, e que pode servir, como disse muito bem V. Exª, como uma plataforma, porque é uma região muito populosa, não só da Tunísia, mas colocando a Argélia, o Marrocos, a Líbia, o próprio Egito, de condições de levar ali as nossas empresas para fornecimento de bens alimentícios, de

bens industrializados, que possam de fato representar investimentos do Brasil com uma cooperação técnica de uma nação que tem também um bom nível cultural, que nós conhecemos. Eu tive a oportunidade de conhecer a Tunísia alguns anos atrás. É um ambiente muito favorável, um ambiente muito amigável para investimentos, e é um país que tem também uma tradição única, porque não só – lembrava o Senador Lasier há pouco – foi a terra da antiga Cartago, como também foi igualmente uma possessão otomana de muita importância ao tempo dos bens de Tunis, que tinha um controle marítimo de toda aquela região ocidental do Mediterrâneo. Então, a potencialidade é extraordinária, apesar de ser um país pequeno.

Eu acredito que a experiência de V. Exª vai colaborar muito exatamente naquilo com o que o Senador Cristovam é muito preocupado, que é a questão do terrorismo internacional, e no caso específico dessa guerra islâmica que todos nós tememos, ainda que estejamos um pouco afastados. O Brasil, pela sua posição geopolítica, não pode fechar os olhos a essa realidade. V. Exª, pela experiência que tem, em um posto importante e ao lado da Líbia, que se desagregou completamente, certamente vai ter um papel de muito destaque e de relevância para identificar quais seriam as nossas necessidades para proteção dos nossos valores em razão desse acirramento que estamos percebendo, ideológico, religioso, extremamente grave, e que leva a crimes contra a humanidade que estamos vendo recentemente. Houve, poucas semanas atrás, para nossa tristeza e lástima, a destruição das ruínas de Palmira, na Síria, onde V. Exª exercia o seu nobre mister.

Queria cumprimentá-los, portanto, e desejar a ambos muito boa sorte e felicidades no exercício de ambas as funções.

Desculpe, eminente Senadora, porque extrapolei em um ou dois minutos o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Anastasia. Como a Embaixadora Ana Maria pode perceber, ele deu apenas uma pincelada do saber, apenas uma. E há o detalhe curioso da Macedônia, que a Itália acabou – digamos – simbolizando através de uma sobremesa que também no Brasil se chama Macedônia em alguns lugares mais refinados.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, nesta manhã eu vou me limitar daquilo que eu sempre faço nessas reuniões de sabatina, que é tentar ver como é que esse país para onde vai o Embaixador está diante dos grandes problemas do mundo, como terrorismo, migração, energia, recursos naturais. Mas desta vez eu vou evitar isso porque eu quero aproveitar o patrimônio do nosso Embaixador Estanislau para discutir a Síria. Eu sei que ele está indo para a Tunísia, que é um país com o qual eu tenho uma relação muito especial, porque vivi três anos na casa dos estudantes tunisianos na França, do primeiro dia ao último. Aliás, ao último não, ao dia seguinte ao último, porque no último eu fui para o aeroporto, estava em greve, eu tive que voltar para lá e dormir mais uma noite.

Mas eu estou mais interessado mesmo em saber sobre a Síria, Senador. É um ponto em que, se for preciso, até defenderia uma sessão sigilosa para ele poder dizer aqui – fica a critério dele – o que ele acha que não deve explicitar. Eu queria saber, Embaixador, onde é que nós poderíamos identificar a responsabilidade por essa tragédia humana das mais graves que aconteceram na história, que hoje se passa na Síria. A culpa disso está nos países ocidentais, em uma luta insana, ainda que se justificasse do ponto de vista moral querer tirar o Presidente Assad? Ou da intransigência dele, o Presidente, diante de manifestações contrárias? Esse é um ponto.

O outro é: existe alguma luz no fim do túnel, para que essa tragédia venha a ser estancada em algum momento que não seja depois de décadas e de destruição, em que terminarão fazendo da Síria o que o Senador Anastasia falou, que é uma salada de países, ou a balcanização, do qual a Macedônia é um produto, ou não temos mais esperança de que haja uma saída negociada? Essa saída negociada passaria pela permanência do Presidente ou pela substituição do Presidente? A substituição do Presidente por quem? Não vai levar a transformar a Síria na Líbia, de onde tiraram o Kadafi, que ninguém queria, mas no lugar colocaram o quê? No lugar colocaram o caos completo no país.

Então, eu gostaria de ouvir uma reflexão. Onde é que está a responsabilidade do que aconteceu na Síria? Se fosse uma luta só entre os Sírios, já teria terminado de um lado ou de outro, ou não? Mas o armamento enviado por países árabes, também. Eu falei os ocidentais, mas eu errei aqui. Além da Europa e dos Estados Unidos, muitos países árabes têm envenenado o processo e armado o processo. Onde é que está a culpa? E a saída a gente pode imaginar que haverá? Ou haverá a balcanização da Síria, o desfazimento da Síria como uma nação dividida em tribos, como a Líbia hoje está?

Eu gostaria muito de ouvir a sua experiência do seu tempo ali.

Quanto à Embaixadora, o que eu posso desejar é muito boa sorte. Eu sei que nós estaremos bem representados na Bulgária, um país que, como a senhora disse, tem uma educação exemplar, comparada com a do Brasil, apesar de ser um país pobre como é.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem um PIB *per capita* mais ou menos equivalente ao nosso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É, mas com uma educação muito melhor.

Então, o que eu posso dizer é muita sorte. Sorte, não, muita felicidade, que eu sei que vai ter, porque é um país...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sorte sempre é bom, não é? (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sorte é bom também, não faz mal nenhum. Mas não precisa, às vezes.

E que estou tranquilo em saber que o Brasil vai ser muito bem representado tanto lá quanto na Macedônia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu começo pelo Embaixador Estanislau.

A Tunísia ganhou repercussão internacional, nessas últimas semanas, em função do Nobel da Paz. Isso teve um processo realmente importante pelo que foi feito lá, porque foi um prêmio coletivo, dado o esforço que foi feito por vários setores, o chamado Quarteto do Diálogo Nacional da Tunísia, juntando a Confederação da Indústria, Comércio e Artesanato da Tunísia, a Liga dos Direitos Humanos do país, a Ordem dos Advogados. Então, esse conjunto de entidades recebeu o Nobel da Paz. É um país que tem uma consolidação democrática por esse exercício feito, que depois influiu na chamada Primavera Árabe, também.

Então, eu queria saber: na área do comércio e agronegócio, a Tunísia está de olho no mercado brasileiro, especialmente no comércio agrícola, segundo dados da Agência de Promoção de Investimento na Agricultura do próprio país. Que tipo de investimento e incentivo fiscal estão sendo estabelecidos lá na Tunísia, para permitir um comércio maior entre os dois países?

Para a Embaixadora Ana Maria – eu tive a honra de ser a sua relatora anteriormente, na Namíbia –, eu espero que a senhora delete as más lembranças da passagem por lá, embora o povo deva ser um povo generoso e bom, como em geral são as pessoas de bem.

Embaixadora, já foi tudo relatado em relação à Bulgária. A Bulgária tem uma situação que acabou também tendo uma relação com o Brasil pela origem, pela descendência da Presidência da República, Dilma Rousseff. Ela fez uma visita a Sofia, mas a relação comercial e econômica não teve nenhuma consequência, não se alterou.

Aqui, quando foi feita a viagem, foi feito um relatório mostrando, exaltando que lá havia uma "Dilmomania" na Bulgária, especialmente na capital, só onde ela esteve, entre os búlgaros, por considerarem a Presidente brasileira como uma conterrânea. Mas nos documentos das metas da política externa da Bulgária, talvez até pela distância e pela proximidade da Bulgária com a União Europeia e com outras regiões de maior interesse estratégico para eles, para os búlgaros, não mencionam nem o Brasil nem a América Latina. Então, eu queria saber se essa visita foi apenas uma visita sentimental, sem nenhuma consequência, e, portanto, com, digamos, um custo/benefício da programação não ter resultados para os brasileiros em relação a isso.

E também renovo aqui – vários dos Senadores falaram sobre isso – a questão da imigração, que eu penso, também, que é uma área importante em que possa haver uma troca de informações em relação a isso.

A Bulgária, também, compra fumo e tabaco do Rio Grande do Sul, e eu, como sou do Estado – é um produto que é exportado para lá –, cuido de tratar. Então, quero lhe dizer, também, que temos bons vinhos, embora a região seja produtora, temos bons vinhos e, se puder, os dois... Lá, acho que temos muçulmanos, e talvez essa questão não seja muito delicada, mas gostaria de dizer à Embaixadora que disponha também do nosso rol de bons produtos para exportar para esse país.

Muito obrigada a todos, desejando boa sorte nas missões que são sempre bastante desafiadoras.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Agora, o último inscrito, que é o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero dar um bom dia a todos, cumprimentar o Senador Aloysio pela direção dos trabalhos, cumprimentar o José Estanislau, futuro Embaixador na Tunísia, e a nossa querida Ana Maria Sampaio Fernandes, nossa Embaixadora na Bulgária e na Macedônia, e dizer que é com muita satisfação que estou aqui, mais uma vez, participando desta oitiva, desta conversa, deste bate-papo, percebendo a importância dos dois indicados, com currículo altamente qualificado, com experiência, que acabei de ler aqui, muito grande em relações internacionais, em cooperações. Isso demonstra a preocupação do Itamaraty, a preocupação do Palácio do Planalto em colocar bons gestores, bons embaixadores nas nossas embaixadas.

E fico muito satisfeito com isso, porque sou servidor público concursado e sei que vocês também são servidores públicos concursados, que têm uma carreira e um nome a zelar e que têm feito muito pela nossa carreira. Então, quero fazer esse registro inicial.

Eu estive na Bulgária, tempos atrás, e a Bulgária, realmente, é um país lindo, muito parecido com o nosso País. Um povo amável e agradável, uma relação muito fraterna e carinhosa conosco, embora com uma linguagem difícil, complicada de entendimento, mas que tem uma empatia muito grande conosco.

Então, creio, como Vice-Presidente da Comissão Mista Parlamentar do Turismo, que, por exemplo, na relação do turismo, não temos praticamente nada, deveríamos ter relação mais forte em que deveríamos estar investindo bastante, na relação Bulgária-Brasil, porque um dos campos em que o Brasil pode trazer divisas para o nosso País é exatamente o turismo. E como o búlgaro adora o futebol, o búlgaro adora o brasileiro; têm comidas muito semelhantes às nossas, creio que valeria muito a pena a gente trabalhar nessa linha.

A Bulgária é um país não tão grande – 6,5 milhões de habitantes, mas, de qualquer forma, a gente vê aí que temos uma Bahia, do tamanho da Bahia do nosso País, não é? É um pouquinho... A Bulgária é 6, não é, Ana?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – São 6,98 milhões de habitantes. Salvador deve estar por volta de cinco milhões.

De qualquer forma, podemos trabalhar muito junto com a Bulgária pela "solimetria" da Bulgária. O Senador Anastasia, que brilhantemente fez o relatório aqui, colocou que há uma potencialidade muito grande de energias alternativas na Bulgária, não aproveitada, igual no Brasil. E, no Brasil, temos trabalhado muito aqui para discutir leis e permitir que a nossa energia solar se torne uma realidade. A nossa energia dos ventos, nos últimos seis anos, já deu uma ampliada boa e hoje representa 5% da nossa matriz energética, com fonte de crescimento chegando até a dez, para esse curto período de tempo.

Então, a cooperação que poderíamos fazer mutuamente, Srª Embaixadora, seria exatamente nessa questão das energias. Eu acho que temos condição de trabalhar juntos. E uma coisa admirável que eu achei na Bulgária, é que, com toda a dificuldade econômica que tem o país, você vê pouquíssimos camelôs na rua, você não vê uma invasão de pessoas de outros países tomando conta das praças, igual vemos aqui, no nosso País, certo? Os camelôs de lá – há alguns – são devidamente registrados, com a nacionalidade de lá. Não tem há questão toda que nós vemos aqui, que não vale a pena ficar citando quem deixa de ser quem.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, queria registrar isso, desejar sucesso e falar que eu, aqui, como também Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, que tem feito uma série de discussões nessa área de energia, estou à disposição para podermos, de repente, fazer um intercâmbio, dialogar, conversar nesse setor, o que vale também, Estanislau, para a questão da Tunísia, porque a Tunísia é um país muito similar ao nosso litoral brasileiro, com muito sol, com muita praia, túneis, é lindo, quer dizer, tem uma relação muito boa.

Eu acho que essa experiência que V. Exª colocou com relação a essa experiência política de quatro forças integradas para defender uma recuperação democrática de um país que passou por uma primavera, toda aquela confusão, e não entrou no caos, acho que é uma coisa importante de ser registrada, tal como você registrou. Eu acho que isso serve como exemplo para os nossos países que têm passado dificuldades políticas, dificuldades econômicas...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...de repente saber...

Estou concluindo, Senador Aloysio.

É necessário reconhecermos a importância de todas as forças presentes no País, dialogar com todos, para chegarmos a um meio termo. Eu acho que a Presidente Dilma tem procurado fazer isso, não tem sido bem compreendida por alguns setores, mas esperamos que isso avance no nosso País, e esse exemplo tunisiano, dessas quatro forças garantindo essa democracia – agora, inclusive, com esse Prêmio Nobel – só nos reforça a necessidade do diálogo.

Com relação à Síria, realmente é uma preocupação, que continua sendo uma mundial. O Cristovam coloca questões fundamentais, que seria importante V. Exª ver se quer conversar conosco mais amiúde, numa situação mais estrita, ou se pode colocar as saídas, realmente, que o senhor acredita sobre estar saindo de lá, depois de um longo período.

Então, neste momento conturbado, a nossa irmandade, nossa relação com a Síria já vem de muito tempo, com a Tunísia também. Acho que tudo o que eu coloquei sobre o turismo, poderíamos fazer implemento maior com a Tunísia, que é um irmão com que temos uma boa relação, e também com relação à energia, in-

clusive as energias dos ventos, em que o Brasil hoje já é âncora, já exporta pás para o mundo inteiro, já está fazendo, está bastante avançado em turbinas, e também com a energia solar, porque lá há sol o tempo inteiro, igual temos nas nossas praias aqui.

Então, é isso. Quero agradecê-los e dizer que desejo todo o sucesso do mundo. Estamos às ordens aqui, no Congresso, para colaborar naquilo que for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Agora, eu passo a palavra aos nossos sabatinados, para suas considerações, por 10 minutos.

Se algum dos Srs. Senadores ainda não votou, peço, por favor, que o faça agora.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer as manifestações de cortesia, de amizade que recebi de S. Exªs, os Senadores, especialmente ao meu Relator, Senador Anastasia. Eu tive a honra.

Não sabia de sua erudição, de sua dedicação a esses temas, e senti-me muito honrada, desde o início, de toda forma, por ter sido aquinhoada, eu diria, com a sua relatoria, a relatoria de V. Exª. Agradeço, e a honra foi realmente toda minha de tê-lo tido como meu Relator.

Eu vou precisar dos meus óculos para me lembrar aqui de todas as observações.

Agradeço todas as sugestões de áreas de trabalho, setores de atividade. Caso o meu nome seja aprovado por esta magna Comissão e depois pelo magno Plenário do nosso Congresso, creio que, como salientou bem V. Exª, vamos trabalhar na cooperação educacional em educação técnica, educação artística.

Nós temos um acordo cultural já há bastante tempo E, ao abrigo deste acordo cultural, podemos ter memorandos de entendimento na área educacional.

Há um trabalho nesse sentido sendo feito pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo nosso Ministério da Educação e também pelo Ministério da Educação na Bulgária. Há uma troca de textos para permitir essa troca. E nós temos ainda, muito modestamente, no âmbito do Ciência sem Fronteiras, dois estudantes brasileiros que foram para a Bulgária, mas a Bulgária tem interesse, tem condições de absorver um contingente maior de estudantes brasileiros.

Com relação à área econômica, já antecipo aqui parte da minha resposta à S. Exª a Senadora Ana Amélia. Nós tivemos, como resultado da visita presidencial, a assinatura do acordo de cooperação econômica comercial de investimentos. Então, toda a nossa cooperação nessa área vai estar... Inclusive o Senado aprovou recentemente esse acordo, V. Exªs aprovaram esse acordo em junho e ele se encontra na Casa Civil para ser promulgado, mas esse acordo quadro permitirá certamente a iniciativa de investimento.

Quanto à questão da Bulgária, por ela estar no âmbito da União Europeia, aplica-se, digamos, a sua atividade de intercâmbio comercial às restrições da União Europeia. Não é o caso da Macedônia, para a qual, como está fora da União Europeia, vendemos muito mais produtos agrícolas na área sobretudo de carnes, de aves.

Estamos, inclusive, com ideias na área também de carne suína. Só que, na área de carne suína, a Macedônia, embora não esteja submetida às regras da União Europeia, adiantou-se e agora também só quer importar de áreas livres de aftosa, sem vacinação. E no Brasil nós temos apenas o Estado de Santa Catarina, se bem recordo.

No caso da Macedônia, essa é uma cooperação em que nós podemos explorar o potencial desse fato de ela não estar ainda restrita às regras da União Europeia. Isso na esperança de que o Brasil possa no âmbito do Mercosul ter um acordo comercial com a União Europeia, o que já nos facilitaria também no ingresso tanto na Bulgária quanto na Macedônia.

Creio, com relação ao potencial mineral a que se referiu S. Exª o Senador Anastasia, que é uma área que nós deveríamos explorar. E, como digo a S. Exª, esse acordo de cooperação econômica comercial de investimentos na área de energia, como V. Exª bem comentou e também S. Exª o Senador Hélio, sem dúvida, uma vez promulgado, criará oportunidades para que nós possamos desenhar, eu tenho certeza, o lado búlgaro também com grande interesse nessa área.

Eu gostaria de tocar *en passant*, embora não me tenha sido dirigido por S. Exª o Senador Cristovam, sobre essa questão de migração e terrorismo. A Bulgária, obviamente pela sua localização, está também em lugar nevrálgico em relação à migração. E, como eu tive ocasião de dizer, a Bulgária tem já dado um tratamento bastante organizado à questão dos fluxos de imigrantes, mas está visando ativamente que haja colaboração com a Turquia, tanto no tema de migração, quanto no tema de combate ao terrorismo.

A Bulgária apoia a sugestão, a proposta da Turquia de que seja determinado, no território sírio, uma área, digamos, a salvo do conflito, uma *safe zone* na Síria. Isso é uma das coisas que pleiteia, que sugere a Turquia.

O Governo búlgaro, por outro lado – tive a ocasião de mencionar a visita do Presidente búlgaro à Assembleia Geral da ONU, com a participação dele –, também enfatizou a necessidade de, em relação à Síria, haver uma conferência internacional com a participação das grandes potências, das potências regionais, de

forma que se possa chegar... O que diz o Presidente búlgaro é que, sem as grandes potências acordarem uma solução, a questão vai se arrastar. Isso com relação à Bulgária, em relação a esses temas de interesse de V. Exª.

Com relação a S. Exª, a Senadora Ana Amélia, agradeço muito os bons votos de S. Exª.

Com relação aos resultados da visita presidencial, eu creio que uma visita presidencial, independente de fatores afetivos, enseja uma dinâmica que deve ser aproveitada pelos atores. V. Exªs aproveitaram, bem como o Parlamento da Bulgária, e criaram um Grupo de Amizade, do qual V. Exª, Sr. Presidente, é Presidente – V. Exª também, Senador Anastasia, é membro. E esse Grupo Parlamentar de Amizade, que é bicameral no Brasil, lá é unicameral, é um Parlamento unicameral. Mas esse grupo aqui no Brasil é bicameral. Já houve visitas – ele é presidido pelo Senador Flexa Ribeiro –, e o representante na Câmara, o Deputado Bacelar, já esteve em julho na Bulgária.

Por outro lado, também eu devo, Senadora Ana Amélia, dizer-lhe que há acordos. Por exemplo, nós estamos, em função do dinamismo criado por esse contato – porque, quando há o contato presidencial, ele permite contatos também de ministros, contatos de setores –, nós estamos bastante avançados em um acordo na área de previdência social com a Bulgária. Então, há vários acordos. Nessa questão, como mencionei, educacional, há também interesse. Na parte científica, há também interesse de tentar construir alguns memorandos de entendimento.

Eu creio que o impulso que foi dado pela visita presidencial não se perdeu. E nós temos, inclusive, também a perspectiva... Houve, posteriormente à visita da Presidente, a visita do Presidente Plevneliev ao Brasil, mas foi no contexto da Rio+20. O Presidente Plevneliev ainda tem a intenção de retribuir a visita da Presidente Dilma. Isso é uma aspiração do governo búlgaro.

Então...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Embaixadora, permita-me...

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Aloysio Nunes Ferreira.

A senhora menciona o caso da previdência. Quantos brasileiros vivem na Bulgária e quantos búlgaros vivem no Brasil para serem beneficiados por esse acordo a que a senhora está dando relevância?

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – A senhora tocou num ponto importante.

Nós temos não chega a uma centena de brasileiros na Bulgária. No Brasil, nós temos mais búlgaros no sistema laboral brasileiro. Nós temos técnicos, nós temos professores. Mas, de qualquer maneira, permita-me V. Exª...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Eu creio que é uma dinâmica positiva, porque é uma dinâmica de aspecto social, e a questão da previdência no Brasil é uma questão candente. Então, ter cidadãos aqui, que são imigrantes, regularizados, trabalhando... Não sei a situação de todos eles, mas regularizar também a situação desse setor não deixa de ser, eu acredito, modestamente, Senadora, uma contribuição. E se, como bem sugere V. Exª, do ponto de vista quantitativo, no momento, ele não tem um impacto que seja homogêneo dos dois lados, parece-me que, do ponto de vista social, é importante nós termos esse acordo de previdência, que cria, ao mesmo tempo, essa dinâmica positiva.

Muito obrigada.

Agora, permita-me V. Exª, Sr. Presidente, tocar na questão do turismo, mencionada pelo Senador Hélio.

Há, de fato, uma intenção, uma cogitação a respeito de criar-se uma conexão aérea entre o Brasil e a Bulgária, fazendo, digamos, uma extensão de uma conexão com a Turquia. Então, isso é uma ideia que está já aí, literalmente, no ar. Enfim, está, apropriadamente, no ar a ideia dessa ligação.

Quanto às energias alternativas, que V. Exª tocou, tal como S. Exª, o Senador Anastasia, tinha tocado nessa questão da energia, eu acredito que a nossa experiência, tanto na energia solar quanto na energia eólica, poderá ser objeto, porque também a Bulgária está procurando as alternativas que sejam das chamadas energias sustentáveis, embora, no caso, a energia nuclear não tenha os impactos da energia dos hidrocarburetos. Então, ela é uma energia limpa, do ponto de vista ambiental, embora ela não seja, tecnicamente, uma das energias sustentáveis.

Acredito que fiz um esforço para tocar todos os elementos. Tomei muito boa nota dos produtos do Rio Grande do Sul que terão especial atenção por parte, se eu for aprovada, da Embaixada, do nosso setor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixadora.

Com a palavra, agora, o nosso futuro representante na Tunísia.

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Obrigado, Senador.

Começo por responder ao Senador Anastasia e vejo que o conhecimento histórico dele não se restringe à região dos Bálcãs e vai muito além. Na minha apresentação sobre a Tunísia, eu preferi me privar de fazer comentário sobre a longa história da Tunísia, porque eu preferi ficar dentro do tempo. O senhor mencionou Cartago, e, apesar de todos os brados dos Senadores romanos de que Cartago deveria ser destruída, ela continua. É curioso, porque, na própria política atual da Tunísia, eles são muito orgulhosos e sempre evocam o passado de Cartago, que, na verdade, foi fundada pelos fenícios. Isso faz parte da identidade tunisiana como herdeira de diferentes civilizações. Eu sei que V. Exª tem se manifestado nesta Comissão sempre com preocupação sobre as questões do terrorismo internacional, sobretudo o radicalismo e o extremismo. Eu concordo. Todo o Itamaraty lá fora está tentando acompanhar isso. Eu queria dizer ao senhor apenas que eu tinha uma preocupação, quando eu estava em Damasco na concessão de vistos para refugiados sírios que têm vindo ao Brasil ao amparo de decisões do Conselho Nacional de Refugiados, com essa questão. Eu estava sempre com olhos atentos para isso, mas eu acho que ali o risco é muito baixo, porque são famílias que, realmente, querem tentar uma nova vida aqui. Porém, sempre havia uma preocupação muito forte para a questão do terrorismo, quando dávamos os vistos para refugiados sírios que vêm para cá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É curioso observar, Embaixador, que, no Brasil, embora a Constituição de 1988 diga que um dos princípios que devem reger a política externa brasileira seja o repúdio ao terrorismo e o terrorismo seja considerado, na Constituição, crime hediondo, não há uma definição legal de terrorismo. É curioso isso.

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – O Senador Cristovam me faz perguntas importantes, mas difíceis, em particular, sobre a Síria. Não vejo necessidade de passarmos para uma condição de sigilo, porque eu, na verdade – e aqui em caráter pessoal, isso não envolve nenhuma política pública oficial do Itamaraty –, fiz, durante esses dois anos em Damasco, vários telegramas, o codinome que nós damos no Itamaraty para os nossos relatórios de análise, e muita informação de análise sobre a evolução do quadro na Síria com base em contatos que eu tinha, com base em leituras, com base em verificação da situação, mas nenhuma das informações que vou dividir aqui tem base em informação confidencial recebida deste ou daquele interlocutor.

A primeira coisa que eu queria dizer é que é muito difícil apurar a responsabilidade pela destruição na Síria. É uma responsabilidade compartilhada por todos os atores envolvidos e pela comunidade internacional em seu conjunto, inclusive pelas Nações Unidos ou pelo Conselho de Segurança que foi incapaz de tomar decisões sérias que pudessem contribuir para a escalada do conflito. São vários conflitos dentro de um mesmo. Há um conflito que, no início, era pela democracia, com jovens lutando pela democracia, numa cidade no sul do País, em Deraa. Houve uma repressão forte do governo do Presidente Assad. Essa luta pela democracia escalou. Em seguida, houve e há uma guerra identitária, sectária no país, que opõe sunitas e xiitas. E há participação de vários atores internacionais: do lado do governo, a Rússia,o Hezbollah e o Irã; do lado das forças de oposição, os países do Golfo, a Turquia e os países ocidentais.

É difícil, neste momento, saber qual é a parcela de culpa atribuível a cada uma das partes. A responsabilidade é coletiva, a escalada da violência é coletiva, é um respondendo ao outro; como se diz em inglês: *tit for tat*. É essa a dinâmica, há uma dinâmica de guerra no país.

O senhor pergunta se há luz no fim do túnel. Na minha avaliação pessoal, ainda não. Pelo contrário. Os últimos desenvolvimentos no conflito indicam uma escalada da dinâmica de guerra. Estão todos os países mandando para lá tropas, dos dois lados: dos lados que são a favor do governo e dos lados contrário ao governo. Então, a dinâmica é de guerra. A dinâmica de paz ou de negociação política fracassou desde o início. Houve dois...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Estado islâmico, não é?

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – O Estado islâmico. Há dois dias, a filial da Al Qaeda, na Síria, que se chama Frente Al-Nusra, decretou uma *jihad* contra a Rússia: os membros dessa Frente deverão atacar alvos russos, inclusive houve um ataque à Embaixada russa em Damasco há três ou quatro dias,

A trajetória do conflito é uma trajetória ainda de ascendência de violência. Essa é a razão, na verdade, desse fluxo enorme de refugiados. Até pouco tempo atrás, a maior parte dos refugiados ficava nos países vizinhos, a maior parte deles na Turquia; o Líbano recebeu quase um milhão de refugiados também; Jordânia, outros 800 mil, 900 mil. E esses refugiados dos países vizinhos da Síria – Beirute, Líbano, Jordânia e Turquia – perderam um pouco a esperança de que a guerra termine. Por isso, estão tentando outros caminhos, estão tentando ir para a Europa por via terrestre, passando pelos Bálcãs ou pelo mar. Estão tentando começar ou recomeçar uma vida em países distantes, como é o caso do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive eles vêm e pedem visto em Beirute.

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Em Beirute, eles pedem visto – eu tenho até as estatísticas que obtive ontem. Beirute, neste ano, emitiu pouco mais de 50% dos vistos. Essa é uma responsabilidade da equipe que estava comigo.

O segundo lugar mais importante para a emissão de vistos é Turquia e, terceiro, Jordânia. Quer dizer, são os países vizinhos. Eles estão lá, mas, diante da falta de perspectiva de uma resolução do conflito, essas pessoas começaram a engrossar a fila de pessoas que buscam refúgio em outros lugares.

Houve dois negociadores, nomeados pelas Nações Unidas, Kofi Annan, depois o Lakhdar Brahimi, o argelino, e ambos fracassaram. Há um terceiro agora italiano, chamado Staffan de Mistura, que colocou algumas propostas de criação de grupos de trabalho temáticos sobre a mesa, foi colocado agora, há pouco tempo, em agosto deste ano. Mas são propostas de paz que ainda dependem de conversas, e não estão ainda em movimento.

Concluo por aqui, porque não há uma resposta, infelizmente, para a sua pergunta, uma resposta definitiva. A Síria está fragmentada e desintegrada, vários grupos ocupam diferentes partes e territórios; os curdos, na fronteira com Iraque, na Mesopotâmia; outra parte é ocupada pelo Isis, outra parte, pelo governo, outra parte, por outras configurações de grupos, e essa tendência de fragmentação, de desunião, é possível que permaneça. A comunidade internacional não está preparada para aceitar a partição da Síria neste momento, mas a realidade no terreno, na ausência de uma solução negociada, persiste, permanece e se consolida.

O próprio governo do Presidente Bashar reconheceu, num discurso feito em julho do ano passado, que não tem condições de retomar, neste momento, a totalidade do território sírio e decidiu, então, concentrar-se na preservação do território controlado pelo governo, que inclui Damasco, uma faixa litorânea, que pega as cidades de Latakia,Tartus...Tartus não aparece no mapa, mas é a região...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Essa região é controlada pelo governo. Alepo é disputada, Alepo é a segunda cidade do país disputada por diferentes forças, e ali essa parte desértica é quase totalmente controlada pelos rebeldes. Enfim, Raqa, que aparece, é a capital do Estado islâmico, é onde está sediada, digamos, a capital informal do Estado islâmico.

É uma situação muito difícil. Eu gostaria de ter uma mensagem um pouco mais otimista, mas o que vi lá, o que eu sinto é que a lógica de guerra prevalece neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só uma pergunta: como é feita, hoje, a segurança das nossas embaixadas e consulados naquela região? Qual é a condição de trabalho dos nossos diplomatas ali?

O SR. JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO – Eu morava em Beirute. O senhor pode ver que a distância entre Beirute e Damasco não é grande, são 120km, que se fazem normalmente por uma estrada. Eu tenho dois colaboradores diplomatas. A estrada de Damasco passa por duas cadeias de montanhas. Ela é um pouco sinuosa, mas se faz com tranquilidade, uma viagem, em geral, de duas horas e meia a três horas, em razão dos *checkpoints*, das barragens militares, sobretudo do lado sírio. Eu sempre ia com o carro blindado, com a bandeirinha do Brasil no para-brisa, pequena. E sempre que eu dizia que era do Brasil, se abriam as portas e muitas vezes os sorrisos, na Síria e no Líbano. Isso é uma coisa importante. A nossa imagem no levante, como Nação, pela presença aqui de descendentes de sírios e libaneses, é uma imagem muito positiva.

É um pouco anedótico, mas eu me lembro de que uma vez, durante a Copa do ano passado, eu passei por um *checkpoint* na Síria e eles me perguntaram se o nosso time não podia melhorar um pouco. (*Risos.*)

Porque eles torciam pelo Brasil, o lado sírio e o lado do Líbano também. É uma coisa interessante. Eles não têm time na Copa.

Houve uma evacuação. Todos nós estávamos em Beirute. Eu e alguns de meus colaboradores diplomáticos íamos para Damasco uma vez por mês. A Embaixada brasileira continua aberta em Damasco, mas operando apenas com funcionários locais. São todos sírios, mas alguns têm dupla cidadania, alguns também são brasileiros, três deles.

A segurança é feita de maneira pessoal. Eu ligava para a Embaixada, meus colaboradores sempre ligavam para a Embaixada do Brasil, para saber como estava a situação. Eu trocava informações com alguns dos meus colegas que faziam esse caminho. Há ocidentais fazendo esse caminho. Meus colegas da Espanha, por exemplo, da Noruega, da Áustria, faziam também, permanecem no eixo Damasco/Beirute, e ainda mantendo contatos. Nós trocávamos informações sobre as condições. Às vezes até íamos juntos. Muitas vezes, tive até de interromper viagem no momento de sair, porque a situação se deteriorava.

Mas Damasco está relativamente preservada, uma cidade em que o governo tem um controle muito forte.

Senador Cristovam, vou parar um pouco de falar sobre a Síria.

Senadora Ana Amélia, a senhora se referiu ao Prêmio Nobel da Paz, mas, realmente, é talvez a única história de sucesso exitosa dentro da Primavera Árabe. Chamou muito a atenção essa força da sociedade civil num país como a Tunísia. Não é o padrão usual na região, mas isso é uma coisa histórica. A central sindical tunisiana – há também a entidade patronal – é muito antiga, foi criada na época do domínio francês e seguiu o modelo das centrais sindicais francesas. Então é uma coisa muito forte. A OAB local é extremamente forte. Eles foram capazes de exercer uma pressão muito decisiva sobre o rumo dos acontecimentos. Esse Prêmio Nobel da Paz agora reconheceu... Não estive na Tunísia, mas um processo muito justo, porque ele se diferencia do resto do desenvolvimento do mundo árabe.

Sua pergunta sobre frutas. Eu dei uma olhadinha na balança comercial. As exportações da Tunísia para o Brasil não incluem frutas, não incluem bens agrícolas. A cultura lá é mediterrânea. Aliás, eles têm produção local de vinho. Não sei se é bom, mas me disseram que é bom, vou provar. Há uma produção local de vinho. Eu sei que o grande interesse exportador deles para o Brasil está na área de azeite de oliva. Eles passaram a ser, neste ano, os maiores exportadores, não os produtores.

A Tunísia é a maior exportadora mundial de azeite de oliva, que é um dado interessante. É uma cultura mediterrânea, o sol é mediterrâneo, o clima é mediterrâneo. Eu não tenho informações sobre os incentivos fiscais, vou procurar obter informações e transmitirei ao seu gabinete, com a possível brevidade.

Senador Hélio José, eu queria apenas deixar o registro de que há em negociação, neste momento, e já em fase de finalização, um acordo, um memorando de entendimento entre Brasil e Tunísia na área de turismo que visa, justamente, intensificar o turismo, a divulgação, a colaboração entre agências, visando, na verdade, a levar tunisianos ao Brasil, mas, muito mais, na verdade, no interesse da Tunísia. Trazer brasileiros para a Tunísia é uma coisa que está sendo negociada neste momento, é um memorando de entendimento.

Termino por aqui e agradeço o comentário de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está, portanto, concluída a sabatina. Aliás, são momentos importantes. A gente aprende muito: são aulas, é uma ocasião de debates, de atualização de informações, especialmente quando se tem dois diplomatas da qualidade dos que foram sabatinados hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aberto o quê?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah! Sim.

Há sempre... Cumprimos aqui uma formalidade que é consultar o Plenário para ver se todos concordam que a sessão continue aberta, porque há um anacronismo na nossa Constituição que determina que as sabatinas sejam realizadas em sessão secreta, quando, há muito tempo...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Devolvi o parecer favorável à proposta de V. Exª reformando o texto normativo e tornando-as permanentemente abertas. Assinei ontem para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah! Ótimo! Que boa notícia.

Então, se não houver objeção, a sessão continua aberta e vamos proceder à apuração. (*Pausa.*)

A Senadora Ana Amélia será a secretária dessa apuração para garantir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, mas a senhora é importante que fique de olho para garantir a lisura da apuração, do escrutínio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – A urna, essa é segura?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É segura.

Vamos, então, proceder à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração dos votos)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Falhou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Enfim, foram aprovados, por unanimidades: 13 votos "SIM".

E nós vamos diligenciar para que, já na próxima semana, sejam submetidas ao Plenário essas duas mensagens.

Agradeço, então, mais uma vez, a presença dos senhores. E nós vamos continuar com a sessão, porque há uma pequena deliberação, ainda para tomar.

Muito obrigado, boa sorte, um abraço, felicidades e parabéns.

Bem, Senadores, eu quero submeter aqui à votação um requerimento que está na pauta e que é de minha autoria – não é porque é de minha autoria, mas é porque está na pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 76, DE 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e, em particular sobre o Brasil

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Tem como convidados Sérgio Amaral, Vera Thornstensen, Celso Lafer e Roger Agnelli.

É uma audiência pública sobre a China: repercussão das mudanças da economia chinesa sobre a economia dos países emergentes e, especialmente, sobre o Brasil.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Queria apenas cumprimentar pela iniciativa, não só pelo tema, mas, especialmente, pela relação dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora.

Então, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2015.

O Presidente informa que será realizada cerimônia de entrega, pelo Embaixador da Armênia, Ashot Galoyan, de Certificado de Honra ao Mérito, em decorrência da aprovação pelo plenário do Senado Federal do Requerimento nº 550, DE 2015, que trata de Moção de Solidariedade ao Povo Armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio de sua população, nos seguintes termos: inserção em ata de Voto de Solidariedade e apresentação de solidariedade à Embaixada da Armênia, além de dar conhecimento à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores. O Presidente convida o Embaixador da Armênia, Ashot Galoyan a compor a mesa e concede a ele a palavra para sua exposição. São agraciados os seguintes Senadores: Senador Aécio Neves, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Benedito de Lira, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Delcídio do Amaral, Senador Eunício de Oliveira, Senador Fernando Collor, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senador José Medeiros, Senador José Serra, Senador Marcelo Crivella, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Renan Calheiros, Senador Ronaldo Caiado e Senadora Vanessa Grazziotin. Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente registra a presença do Dr. George Augusto Niaradi, Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB-SP, e também Professor de Relações Internacionais e Direito da Faculdade Anhembi-Morumbi de São Paulo, Relações Internacionais e Direito da Faculdade Damásio de Jesus. O Presidente informa sobre o Dia do Aviador e Dia da Força Aérea. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, a Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFANE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Benim e, cumulativa, na República do Níger." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos embaixadores para fazerem as suas exposições. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados. Usa a palavra o Senador Lasier Martins. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e dezessete minutos a presidência é assumida pelo Senador Tasso Jereissati; e às onze horas e vinte e um minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Edison Lobão e o Senador Tasso Jereissati. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e quarenta e dois minutos a presidência é assumida pelo Senador Edison Lobão; e às onze horas e quarenta e quatro minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem às perguntas dos Senhores Senadores. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e cinquenta e três minutos a presidência é assumida pelo Senador Lasier Martins; e às onze horas e cinquenta e oito minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Tasso Jereissati. É realizada a apuração dos votos. 2ª PARTE - ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 80, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja indagada ao Ministro das Relações Exteriores a natureza da visita do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia ao Brasil, Álvaro Garcia Linera, da qual esta Comissão tomou conhecimento pela imprensa. O objetivo é esclarecer se foram novamente usurpadas por funcionários de outras

repartições do Poder Executivo as atribuições do titular das Relações Exteriores e do Embaixador em La Paz na preparação e realização da visita daquela alta autoridade do Estado boliviano. No parecer sobre a indicação do novo Embaixador do Brasil em La Paz, aprovado na Comissão de Relações Exteriores no dia 3 de setembro último, o Senador Ricardo Ferraço referiu-se ao papel lamentável da diplomacia paralela no caso do senador boliviano Róger Pinto Molina, que permaneceu confinado por 453 dias numa sala da Embaixada do Brasil em La Paz. Alertou para a necessidade de evitar que práticas pouco republicanas se repetissem. Pela preocupação de que novamente o Governo boliviano tenha, nesse episódio, desmoralizado o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, reproduzo trechos relevantes do referido parecer: "O Governo brasileiro assistiu impassível à tática do Presidente Morales de isolar e desmoralizar a Embaixada do Brasil. Coonestou, pela omissão, a inadmissível desconstrução da autoridade de uma missão diplomática brasileira, abrindo precedente de consequências imprevisíveis.""Sem uma mudança de fundo na condução das relações com a Bolívia, episódios desse tipo estarão fadados a se repetir. Não basta aferir as qualidades profissionais de um futuro embaixador, mas é preciso que se lhe garantam as indispensáveis condições políticas que dão sentido ao exercício de suas funções." Nesse contexto, solicita-se resposta às seguintes indagações: a) A visita teve caráter oficial ou privado? O programa foi comunicado oficialmente e tempestivamente pelo Governo boliviano ao Itamaraty ou à Embaixada em La Paz? b) No caso de se tratar de visita oficial, o Vice-Presidente Linera se encontrou com o Vice-Presidente Michel Temer ou com o Chanceler Mauro Vieira? O Itamaraty, além de apoio protocolar na chegada e partida, acompanhou a visita ao Instituto Lula, participou das reuniões e elaborou registros sobre os assuntos tratados? c) A participação do Professor Marco Aurélio Garcia em atividade realizada no Instituto Lula deu-se a título partidário ou na sua condição de Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República? d) O comparecimento de funcionários do Poder Executivo na programação do Vice-Presidente boliviano causou despesas para o Erário? E a que título? Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 84, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III c/c art. 397, § 1º ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as consequências para o Brasil da celebração do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP), assim como sobre os fatos envolvendo um suposto veto à indicação do Ex-Ministro Nelson Jobim como observador brasileiro do processo eleitoral na Venezuela. Aprovado. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores (MRE) que responda às seguintes perguntas relacionadas com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da UNASUL de acompanhamento/observação das eleições legislativas na Venezuela e que sejam apensadas na resposta registros oficiais pertinentes, inclusive os da série telegráfica do MRE: 1) Quando e de que forma o Governo brasileiro apresentou o nome do ex-Presidente do TSE, Nelson Jobim, para o comando da missão da UNASUL? 2) Que gestões foram realizadas junto ao Governo venezuelano e outros países da UNASUL em favor dessa candidatura? 3) Qual foi o teor das conversas mantidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a observação eleitoral na Venezuela, em sua recente visita ao Brasil? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma preestabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos? Aprovado. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, de 2015, de

autoria do Deputado Alex Manente e outros, que "Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. ITEM 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia." Fica lido o relatório, pelo Senador Lasier Martins, já anteriormente apresentado nesta Comissão. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs Senadores, Sr. Vice-presidente da Comissão, ilustre Senador Raupp, peço, em primeiro lugar, desculpas pelo atraso involuntário. A caminho aqui do Senado, deparei-me com um acidente de trânsito que criou um enorme congestionamento e, em razão disso, estou um pouco atrasado, o que para uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é gravíssimo, se não houvesse uma justificativa plausível.

Mas antes de iniciarmos a reunião da Comissão, eu gostaria de realizar aqui uma singelíssima cerimônia de entrega, pelo Embaixador da Armênia, de um Certificado de Honra ao Mérito, que não é atribuído a mim, mas a todos os Senadores e ao Senado Federal, pela aprovação do Requerimento nº 550, de 2015, que trata de moção de solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio da sua população.

Convido o Sr. Embaixador Ashot Galoyan para compor a Mesa, para procedermos à cerimônia. (*Pausa.*)

Esse requerimento, eu dizia, Sr. Embaixador, sobre a razão desse nosso encontro... Aquele requerimento que continha uma moção de solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio de que foi vítima o seu povo, foi aprovado aqui no Senado, no dia 2 de junho deste ano. Ele foi subscrito por mais de 50 Senadores e aprovado por unanimidade. Todos os Senadores, todas as bancadas, todos os partidos apoiaram esse requerimento, que foi subscrito por um número muito superior ao mínimo necessário para que ele pudesse ser submetido ao Plenário.

Essa votação, essa deliberação do Senado exprime realmente um sentimento muito profundo do Senado da República, em nome do povo brasileiro, em consonância com um dos princípios fundamentais da República brasileira, que é a defesa dos direitos humanos, que se deve fazer em todos os tempos, em todos os lugares.

O que aconteceu no seu país foi, realmente, um atentado gravíssimo, um atentado maciço, indiscriminado, contra os direitos não apenas dos armênios, mas da humanidade. Por isso, ele tem de ser lembrado, tem de ser estigmatizado, para que nunca mais se repita.

Nós vivemos, hoje, um momento na vida do mundo em que há situações dramáticas envolvendo milhares e milhares de pessoas vítimas de uma violência desatada, pessoas que nada têm a ver com as razões primeiras desses conflitos e que, muitas vezes, estão aí desenraizadas, estão vagando pelo mundo, buscando refúgio sem encontrar.

A lembrança do genocídio de que foi vítima o povo armênio serve para que nós tenhamos sempre presente entre nós que essa barbárie não se pode repetir. A posição do Senado brasileiro, esteja certo o senhor, é a posição do povo do nosso País, de amizade, de solidariedade e de lembrança.

S. Exª tem a palavra.

O SR. ASHOT GALOYAN – Muito obrigado.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esta nossa cerimônia, Sr. Embaixador, está sendo transmitida hoje para todo o Brasil pela TV Senado.

O SR. ASHOT GALOYAN (*Tradução simultânea.*) – O reconhecimento, pelo Brasil, do genocídio armênio é um fato histórico. Os armênios aceitaram esse gesto como um gesto de apoio ao povo armênio – não só à Armênia como país, ao povo também.

Dando informação da presença armênia na vida brasileira, existem, hoje, cerca de 100 mil armênios vivendo no Brasil como refugiados, como sobreviventes desse período do genocídio. Eles tiveram a oportunidade não apenas de sobreviver, mas de participar do crescimento e da formação deste País.

E para nós se tornou uma realidade aqui, no Senado, com o apoio do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso amigo e grande apoiador.

E, agora, convido a todos a pensar num futuro e num modo de trazer os Parlamentos mais próximos e fazer a relação ficar mais próxima entre os dois países.

Em agradecimento ao trabalho que está sendo feito aqui no Senado, tenho a honra de entregar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira a maior honra, a maior Medalha da Assembleia da Armênia, como forma de agradecimento pela moção que foi aprovada aqui, no Senado, em junho de 2015.

Vai entregar, agora, a medalha. (*Palmas.*)

E o Diploma da Medalha também.

Outros Diplomas também vão ser concedidos aos outros Senadores que assinaram a moção, que aprovaram a moção juntamente com o Senador Aloysio.

Então, vamos entregar os Diplomas para eles porque não estão presentes aqui, agora, como forma de agradecimento pelo trabalho que fizeram.

Agradeço novamente pela paciência, inclusive, e deixo o convite, Senador Aloysio, para visitar a Armênia, quando for da sua conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Embaixador, fico muito honrado por ter recebido esta distinção que compartilho com todos os meus colegas, Senadores, que aprovaram esse requerimento; um requerimento que não apenas significa o reconhecimento de um fato histórico. As páginas da história não podem ser apagadas, elas precisam ser lembradas.

E também, além do reconhecimento do fato histórico que diz respeito a um passado que precisa ser lembrado, como diz o senhor, também aponta para o futuro; para o futuro de um mundo onde não haja mais violência, não haja mais intolerância, onde haja o respeito escrupuloso dos direitos humanos, e um futuro onde as relações entre os nossos povos, que já se concretizam com a presença tão numerosa da comunidade armênia no Brasil, possam ser cada vez mais próximas, cada vez mais fraternas.

Muito obrigado ao senhor. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Registro a presença do Dr. George Augusto Niaradi, Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/SP; e também do professor de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi, da Faculdade de Direito; e de Relações Internacionais e de Direito, da Faculdade Damásio de Jesus, que visitaram ontem esta Comissão.

Também nos chega à lembrança, por parte da Força Aérea, que amanhã, dia 23 de outubro, celebramos o Dia do Aviador, que é comemorado exatamente no dia em que, em 1906, Alberto Santos Dumont inaugurou aquilo que parecia um sonho, mas se tornou realidade, que seria o seu principal legado à humanidade.

Nós temos... Na primeira parte da nossa reunião, que será dedicada a sabatinas, nós teremos também uma reunião, uma rápida reunião deliberativa. A primeira parte da reunião, portanto, é a sabatina. Temos duas mensagens na Ordem do Dia da Comissão; três, melhor dizendo.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 27/08/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 01/10/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores (MRE) que responda às seguintes perguntas relacionadas com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da UNASUL de acompanhamento/observação das eleições legislativas na Venezuela e que sejam apensadas na resposta registros oficiais pertinentes, inclusive os da série telegráfica do MRE: 1) Quando e de que forma o Governo brasileiro apresentou o nome do ex-Presidente do TSE, Nelson Jobim, para o comando da missão da UNASUL? 2) Que gestões foram realizadas junto ao Governo venezuelano e outros países da UNASUL em favor dessa candidatura? 3) Qual foi o teor das conversas mantidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a observação eleitoral na Venezuela, em sua recente visita ao Brasil? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro?
5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma?
6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo?
7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Eu convido os nossos sabatinados para ocupar seus lugares à mesa, ao meu lado. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa, que foi indicado para nos representar na República da Indonésia, por 20 minutos, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Podemos abrir a votação? Tenho outras atividades e os Senadores estão entrando e saindo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Bom dia, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade que me é dada de me receber novamente nesta Comissão. Eu estive aqui em agosto de 2010, então a caminho da Austrália, onde já estou há quase cinco anos. Gostaria de expressar o meu agradecimento também ao Sr. Ministro de Estado, por ter mantido a indicação de meu nome.

Na verdade, já disponho de *agreement* para ser Embaixador na Indonésia desde agosto do ano passado – e à Senhora Presidente da República, por também ter mantido essa decisão.

São notórios aos senhores os fatos que levaram a esse atraso da minha presença nesta Comissão. e acho que talvez fosse correto eu mencioná-los.

Gostaria também de estender um reconhecimento aos amigos e colegas do Itamaraty aqui presentes e aí indicaria, primeiro, como representante deles o Embaixador Pedro Borio, e está aqui um dos mais relevantes subsecretários desta administração.

Faço também um agradecimento póstumo aos meus pais, que muito fizeram para que eu pudesse estar aqui neste momento. Seguramente, não soube ter generosidade para, em tempo, responder à altura.

Naturalmente, os senhores todos sabem a dificuldade que levou a essa demora na apreciação do meu nome aqui nesta Comissão. Isso se deveu a circunstâncias infelizes da execução de dois brasileiros – condenados, presos por tráfico de drogas na Indonésia em 2004/2005 – respectivamente em janeiro e abril deste ano.

Estando no Itamaraty há 41 anos, cada um de nós é consciente de que nossas funções cada vez mais, hoje, além de representar, negociar e informar, implicam muito proteger. Tendo, talvez, algo em torno de três milhões de brasileiros vivendo no exterior, o apelo pela proteção do brasileiro é cada vez maior, e isso não cessará, de modo que devo hipotecar minha solidariedade à atitude que a Presidente Dilma Rousseff teve em pedir tempo para esclarecer o estágio das relações bilaterais com a Indonésia.

É duro ver um brasileiro, seja por que razão for, ser executado no exterior. A esmagadora maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas não tem a pena de morte no seu arcabouço jurídico. Há um movimento forte, internacional, do qual o Brasil hoje faz parte, no sentido de eliminar a pena de morte. Vamos ver se alcançamos isso. Até onde eu sei, foi a primeira vez que brasileiros foram executados no exterior em tempos de paz. A Senhora Presidente, como Presidente, representante de nós todos, como brasileira, como mãe, como pessoa que já foi perseguida, presa, torturada, naturalmente deve ter tido um instinto de reação a isso que não podemos ignorar.

Desde que esses episódios infelizes aconteceram, o Itamaraty tem feito e aliás, já tinha feito bastantes gestões no sentido de procurar salvar a vida dos dois brasileiros, respeitando o arcabouço jurídico da Indonésia e naturalmente pleiteando que, talvez, eles fossem condenados a prisão perpétua, o que já é terrível em si. Mas, de toda forma, uma vez que os eventos aconteceram, o Itamaraty nunca deixou de trabalhar no sentido de dar andamento às relações com a Indonésia, parceiro importante, país com a população ainda maior que a do Brasil. E registro recentemente reuniões do Sr. Subsecretário-Geral para Política, Embaixador Graça Lima, com a chanceler da Indonésia e, mais recentemente, no âmbito das Nações Unidas, do próprio Sr. Ministro de Estado com aquela representante, chefe da diplomacia daquele país.

Desse modo, vejo, talvez de uma forma um pouco pretensiosa, a minha presença aqui como um sinal político de retomada das relações no sentido de vamos avançar, vamos progredir, no momento em que o Brasil não pode abrir mão de qualquer parceria comercial, e a da Indonésia se mostra bastante promissora. É um país de, agora, 257 milhões de habitantes, que deverá alcançar 330 milhões de habitantes em 2100. Portanto, será o quarto país mais populoso do mundo depois de Índia, China, Nigéria e Estados Unidos. O Brasil, nessa ocasião, deverá ser o décimo segundo. Uma economia pujante, que deverá estar entre as quatro primeiras em 2050, quando o Brasil possivelmente deverá ser a quinta.

O país é o maior país muçulmano do mundo, com 88% da sua população abraçando essa religião, o que significa, então, em torno de 117 milhões de habitantes. Tem uma pauta comercial diversificada, como o Brasil, movimento comercial de US$4 bilhões nos dois sentidos. Eu, que estou servindo na Austrália, sei que o comércio da Austrália com o Brasil é a metade disso. E há dez anos, o comércio da Indonésia com o Brasil era de apenas US$750 milhões, de modo que houve um crescimento efetivo.

Eu aqui tenho que, naturalmente, prestar uma homenagem ao meu antecessor, porque, nesse período de difícil relacionamento, também alcançou tempo para ajudar na venda de aviões da Embraer para aquele

país, avançar a presença da Avibras, mediante a venda de equipamentos de defesa para a Indonésia, que foi algo muito bem recebido naquele país e que levou também à criação das três adidanças militares com que conta a Embaixada em Jacarta, enquanto Camberra ainda não conta com nenhuma. De modo que há avanços sensíveis que nós, a meu ver, não devemos desprezar.

Se o Brasil hoje é a quarta maior democracia do mundo, a Indonésia é a terceira. Mas é um país de democracia ainda muito jovem, muito frágil. Está apenas no seu sétimo presidente desde a independência, em 1945, uma vez que houve presença autocrática, por assim dizer, presença militar forte no governo durante quase 50 anos. E a democracia praticamente se inicia no século XXI, isso explicado pelo enorme esforço das Forças Armadas indonésias em fazer conseguir o país se libertar do colonizador holandês. Na verdade, há uma curiosidade nesse ponto. A Indonésia celebrou sua independência em 17 de agosto de 1945, quando ainda sob domínio japonês, mas a Holanda somente aceitou esse movimento, essa evolução do país a partir de 1949, depois de duríssimas negociações e mediante efetivo envolvimento do Exército indonésio.

Do ponto de vista bilateral, relações começaram formalmente em 1953. Desde 2008 dispomos de uma parceria estratégica. A Indonésia, como o Brasil, é seletiva nessa questão de celebrar parcerias estratégicas com outros países.

Gostaria também, acho que é de justiça, de mencionar que aproximadamente dois anos atrás a Senadora Grazziotin, do Amazonas, tomou a iniciativa de apresentar o projeto de criação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia. É verdade que nós tivemos, nos últimos cinco anos, quantidades consideráveis de visitas de Parlamentares indonésios ao Brasil. Acho que, de alguma forma, estamos como que a dever alguma reciprocidade. E espero, se tiver meu nome acolhido por esta Comissão, de repente, poder contribuir nesse sentido.

Durante esses últimos cinco anos, servi na Austrália, mas também tive cinco países sob minha asa, cinco países que representei de forma cumulativa: Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Vanuatu e Papua-Nova Guiné. Naturalmente estaria também disponível para comentar, não apenas sobre a Indonésia, alguma curiosidade que os senhores Parlamentares tenham com relação a minha experiência mais recente. Eu estaria disponível para comentar.

Sr. Presidente, talvez eu já tenha até me estendido um pouco. Não sei se, na hora de perguntas e respostas, despertando alguma curiosidade...

Agradeço imensamente a presença do amigo e mentor, eterno Ministro Edison Lobão, com quem tive a honra de trabalhar de 2008 a 2010, antes de ir à Austrália, e do Senador Fernando Bezerra Coelho, único Ministro, Ministro da Integração, que tive o privilégio de receber em Camberra, personalidades de quem gostei muito, com quem aprendi muito. Particularmente o Ministério Edison Lobão, agora, na ausência de meu pai, a partir de abril deste ano, tem sido meu pai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Passo a palavra agora à Srª Embaixadora que foi indicada para representar o Brasil no Sri Lanka.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Exmos Srs. Senadores, Excelências, senhoras e senhores, sinto-me honrada por estar presente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Agradeço à Excelentíssima Senhora Presidente da República, que muito me honrou ao submeter o meu nome a esta Casa.

O meu sincero agradecimento é também dirigido ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, que deposita em mim a confiança para representar o Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e na República das Maldivas.

É grande o meu entusiasmo no sentido de promover os interesses nacionais nesses dois países.

Sr. Presidente, destaco, no primeiro momento, alguns pontos para embasar a análise do contexto no qual desempenharei minhas funções com a aprovação de V. Exªs.

Este trabalho apresenta estímulos que ocorrem num momento em que o Oceano Índico adquire relevância na configuração geopolítica global. Isto em razão de considerações de ordem política, sendo palco de possível rivalidade e presença crescente das grandes potências, Estado Unidos, China e Índia, em razão de ordem econômica, como rota fundamental para o comércio de hidrocarbonetos, e de segurança, em razão dos riscos de pirataria, terrorismo, tráfico de armas, drogas e seres humanos.

A posição geográfica do Sri Lanka, no centro das principais rotas marítimas de comércio que ligam o Oriente Médio à África e à Ásia Meridional, à China e ao Pacífico, definiu a história de influências e ocupações estrangeiras que vivenciou, imprimindo marcas profundas na construção de sua sociedade.

Essa ilha, ao sul da Índia, serviu de entreposto a comerciantes gregos, romanos, persas, árabes, chineses e europeus.

A era das grandes navegações, a partir do século XVI, deu início à sua colonização por potências europeias em busca de especiarias e de outras matérias primas.

Os portugueses ocupam a ilha, de 1505 a 1658, dando-lhe o nome de Ceilão, assim os holandeses, de 1640 a 1796, e os britânicos, entre 1802 e 1948.

Essas influências e ocupações estrangeiras contribuíram para a formação de uma sociedade multiétnica, multirreligiosa, multilinguística e multicultural, características que têm implicações sobre o quadro interno, marcado por tensões etnicorreligiosas.

Em 1948, no momento de sua independência, o então Ceilão apresenta na superfície a face de uma sociedade democrática e próspera. Era visto como um Estado promissor comparado a Cingapura, por estarem os dois nas rotas de comércio. Os ventos da fortuna sopraram em direções contrárias e o país ficou entranhado em insurgências e lutas internas que opuseram a maioria cingalesa, budista, 75% da população, à minoria tâmil, hinduísta, 15% da população. Hoje, a população total é de 21 milhões de pessoas.

Formam-se movimentos tâmis organizados, que passam a lutar pelo reconhecimento de uma nação tâmil pela criação de um Estado tâmil independente ao norte e a leste da ilha.

Entre os movimentos separatistas consolida-se, a partir de 1976, o grupo armado Tigres da Libertação do Tamil Eelam, colocado na lista das organizações terroristas por vários países.

Essas lutas internas culminam em uma guerra civil que opôs as Forças Armadas aos tigres tâmis, de 1983 a 2009, vitimando mais de cem mil pessoas.

As denúncias de violações de direitos humanos e do direito humanitário, principalmente nas últimas fases do conflito, levaram à convocação de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU ainda em maio de 2009.

Vinte e seis anos de guerra civil legaram vários desafios ao Sri Lanka, como a necessidade de reconstruir infraestruturas, de reintegrar à sociedade milhares de ex-combatentes, inclusive crianças, e de solucionar a questão dos deslocados internos, então estimados em mais de 300 mil pessoas.

Ao final do conflito, o Governo brasileiro realiza duas doações para apoio a famílias deslocadas através do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Esses gestos repercutem de forma muito positiva junto ao governo do Sri Lanka e nos meios de comunicação do país.

O conflito, obviamente, gerou distorções; no entanto, não provocou o colapso do estado ou se suas instituições.

Registraram-se crescimento econômico e avanços em certas áreas de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em particular saúde e educação, embora com marcadas desigualdades regionais.

Desde o fim da guerra, o país apresenta um quadro de crescimento acelerado impulsionado por demanda interna e por importantes gastos em infraestrutura, nas áreas de portos, aeroportos, energia e plataformas digitais.

Com um PIB de US$80 bilhões, que cresce a taxas entre 6% a 8%, o Sri Lanka deverá alcançar, no final deste ano, o patamar de país de renda média.

O turismo desenvolve-se de maneira rápida como vertente de crescimento, inclusive com investimentos estrangeiros.

Seis anos apenas após o fim da guerra civil, o Banco Mundial aponta para o crescimento robusto da economia cingalesa, que se abre a investimentos estrangeiros.

As eleições presidenciais de janeiro último trouxeram uma mudança de governo e um importante ponto de inflexão no quadro cingalês.

No intuito de restabelecer a credibilidade do país, o novo Presidente, Maithripala Sirisena, anuncia uma mudança de cultura política, compromete-se com a reconciliação nacional e a criação de mecanismos internos de justiça de transição, em contrate com o seu predecessor.

A reação da comunidade internacional a este novo engajamento traduz-se por um voto de confiança, evidenciado pelo número de visitas de autoridades estrangeiras que o país registra desde janeiro, entre as quais eu citaria a vista do Papa Francisco, a visita do Secretário de Estado norte-americano, John Kerry, e a visita do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi.

Nota-se uma nova percepção, de parte das grandes potências, do papel do Sri Lanka na ordem emergente no Oceano Índico.

A China, que investe US$26 bilhões no país, confere uma importância particular às suas relações com Colombo, que está na rota das suas fontes de suprimento de energia no Oriente Médio e do seu comércio com regiões que se desenvolvem rapidamente na África e na Ásia Central.

O Sri Lanka se localiza no mapa da nova rota marítima da seda ou o que analistas também chamam de "colar de pérolas" no Oceano Índico.

Poderei voltar a este tema mais tarde.

Para a Índia, o Sri Lanka é vizinho estratégico, inclusive devido ao fator étnico tamil.

Para os Estados Unidos, o Sri Lanka adquire importância acentuada desde o anúncio, pelo Presidente Barack Obama, de uma reorientação estratégica em relação à Ásia. Cabe lembrar que os Estados Unidos têm aumentado sua capacidade naval no Oceano Índico, onde mantêm a sua importante Quinta Armada, com base em Diego Garcia. Para Washington, trata-se de garantir a supremacia naval e econômica numa região onde cresce a presença chinesa.

Este constitui, Sr. Presidente, o pano de fundo no qual se desenvolvem as relações do Brasil com o Sri Lanka, as quais tomaram um novo impulso com a reabertura da embaixada em Colombo em 2008.

O diálogo político e diplomático foi elevado a novo patamar a partir das visitas ao Brasil dos Chanceleres cingaleses Bogolagama e Perez, em 2008 e 2013, e a visita do Ministro Antônio Patriota a Colombo em 2011.

Destaco, principalmente, a visita, em 2012, do Chefe do Estado-Maior do Exército, que tratou de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, na áreas de intercâmbio de informações, treinamento e cursos, combate ao terrorismo, guerra cibernética, sistemas de monitoramento e vigilância dos oceanos e proteção de fronteiras marítimas.

Essa visita foi reciprocada em janeiro de 2014 pelo Secretário de Defesa cingalês, que, em Brasília, manteve encontros com o Ministro da Defesa, com o Comandante da Marinha e com o Comandante da Força Aérea Brasileira.

Foram discutidas possibilidades concretas de cooperação técnico industrial e acertada visita de missão cingalesa à Emgepron, tema ao qual me dedicarei ao chegar ao posto, caso vir a ser aprovada por esta Comissão.

O Secretário de Defesa cingalês também visitou a Embraer para tratar da compra de aeronaves para uso comercial e militar, o KC-390 e o EMB 120. Sublinho que missões técnicas da Embraer já visitaram Colombo em várias oportunidades para contatos com a Sri Lanka Air Lines e com o Ministério da Aviação Civil.

Menciono igualmente as visitas ao Brasil de missões cingalesas das áreas agrícolas, da habitação, da energia e do setor açucareiro.

Sobre o amparo de cooperação técnica em vigor desde 2010, projetos já foram negociados nas áreas de combate à dengue e manejo florestal.

O Sri Lanka também expressou interesse em conhecer os programas sociais brasileiros de agricultura familiar e alimentação escolar.

O comércio bilateral cresceu de maneira sustentada em 250% nos últimos 10 anos e alcançou a cifra de 174 milhões, em 2014. A balança comercial tem sido, tradicionalmente, superavitária para o Brasil, embora composta por exportações de açúcar.

Sublinho, por fim, sobre o Sri Lanka, esse país que visa constituir-se como plataforma de logística aeroportuária no Oceano Índico, inclusive como porta de entrada para a Índia, país com o qual tem acordo de livre comércio que cresce a taxas elevadas.

Uma palavra, Sr. Presidente, sobre as Maldivas.

A República das Maldivas é formada por 26 atóis, compreendendo mais de mil ilhas. Cerca de 80% de seu território encontra-se a menos de 1m acima do mar. A vulnerabilidade ambiental do arquipélago impõe, portanto, uma reflexão sobre as consequências. (*Pausa.*)

É fileira à esquerda que se estende por quilômetros.

Estava dizendo que a vulnerabilidade "inelocutável" deste arquipélago impõe reflexão sobre as mudanças do clima, sobre a sua população e o seu ecossistema.

O país pertence ao agrupamento Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que tem forte atuação nas negociações multilaterais sobre clima, oceanos, economia azul e pesca.

O diálogo sobre temas ambientais é, portanto, uma vertente importante das nossas relações bilaterais.

País de maioria muçulmana, classificado como país de renda mínima, tem uma economia baseada em turismo de luxo e na pesca.

As relações diplomáticas implementadas em 1998 foram igualmente dinamizadas a partir da reabertura da embaixada residente em Colombo, o que permitiu contatos frequentes com o Malé.

O país apresenta oportunidades de cooperação técnica em agricultura e na área de esporte.

O fluxo de comércio atinge US$15 milhões, concentrados na exportação brasileira de carnes destinadas principalmente ao setor hoteleiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Srª Embaixadora.

Agora, com a palavra, o Embaixador que está sendo indicado para nos representar no Benim.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Ex^mo^s Srs. Senadores, para mim, é uma grande honra estar aqui diante desta Comissão hoje. Acho que o sonho de todo diplomata que ingressa na carreira é um dia chefiar uma embaixada. Por isso, sou muito grato pelo voto de confiança que me foi dado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Embaixador Mauro Vieira, com quem tive o prazer de trabalhar na embaixada em Oslo.

Como os senhores sabem, Benim é um país da costa atlântica africana. Tem uma área, aproximadamente, equivalente aos Estados de Pernambuco ou de Santa Catarina, no Brasil, ou, em uma comparação internacional, a Cuba e uma população estimada em 10 milhões de habitantes. Não vou aborrecê-los com estatísticas. Basta dizer que é um país de baixa renda, com indicadores socioeconômicos compatíveis.

É um país, como muitos países africanos, que tem um complexo étnico bastante acentuado.

Contam-se cerca de 40 etnias que professam o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais. A tradição do Benim tem sido do convívio harmonioso entre os grupos étnicos e as confissões religiosas.

O país se tornou independente da França em 1960 com o nome de Daomé, assumindo o nome atual em 1975. O período que se seguiu à independência foi bastante tumultuado, com seguidos golpes de Estado e, em 1972, foi instituído um regime unipartidário de viés marxista e, com o fim da União Soviética, em 1990, o país passou por um processo de redemocratização que é muitas vezes apontado como exemplar.

De lá para cá, as eleições presidenciais e legislativas têm se realizado regularmente nos períodos supostos. A transição do poder tem se dado de maneira tranquila e, agora, no começo de 2016, vão ocorrer novas eleições presidenciais. O atual mandatário, Presidente Thomas Yayi Boni, como está concluindo o seu segundo mandato, já não poderá concorrer.

A economia do Benim é baseada na agricultura e no comércio de exportação. O principal produto agrícola e de exportação é o algodão. O país tem um projeto de se transformar numa plataforma logística para a região através da ampliação e modernização do aeroporto e do Porto de Cotonou e da criação de um corredor rodoferroviário ligando o Oceano Atlântico ao Vale do Níger, que serviria como canal de escoamento para o Burkina Faso e para o Níger, que são países mediterrâneos, e para parte da Nigéria. Também não se pode descartar, dada a localização geográfica, que amanhã ocorram descobertas significativas de petróleo, o que poderia ter um impacto grande sobre o perfil econômico do país.

As relações do Benim com o Brasil são muito multisseculares. Desde o fim do século XVII até meados do século XIX, depois de Angola, a região da costa africana que fica aproximadamente entre Acra, em Gana, e Lagos, na Nigéria, com centro no Benim e principalmente no Porto de Iudá, foi o grande local de partida de africanos para o Brasil, os chamados minas, jejes e nagôs. Quer dizer, muitos brasileiros têm antepassados que são originários do que hoje em dia é o Benim, que também trouxeram uma contribuição significativa para a formação da nossa cultura.

No sentido oposto, existe, no Benim, a comunidade dos brasileiros do Benim, os agudás, que são descendentes de comerciantes brasileiros que se estabeleceram nessa região no século XIX e de escravos retornados ao Brasil que trouxeram com eles, que voltaram do Brasil imbuídos da cultura brasileira. Eles se constituem, vamos dizer, como um dos vários grupos que compõem a pluralidade ética do Benim. Existem muitas pessoas com sobrenomes como Souza, Silva, Paraíso, Santos, inclusive, a primeira-dama do Benim é Souza. Cultivam essa ligação com o Brasil. De acordo com o Prof. Milton Guran, que fez vários estudos sobre os agudás, essa comunidade constituiria pelo menos 5% da população total do país, o que hoje representaria cerca de 500 mil pessoas.

O líder tradicional da comunidade tem o título de Xaxá, que é um título nobiliárquico do antigo reino Daomé, que foi conferido pela primeira vez em 1821 a Francisco Félix de Souza, um comerciante baiano, que se instalou no Porto de Iudá. Hoje em dia, o título tem caráter simbólico, mas é exercido pelo oitavo Xaxá. Ademais disso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – ....uma bibliografia interessante sobre o assunto.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Interessantíssima, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Se pudesse até indicar depois, seria interessante.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Eu teria o prazer de transmitir à assessoria de V. Exª.

Mas, voltando, contemporaneamente, a Embaixada no Brasil em Cotonou foi aberta em 2006, no ano em que o Presidente Lula visitou Benin. No ano seguinte, essa visita foi reciprocada pelo Presidente Boni Yayi, e também houve a abertura da Embaixada do Benin aqui em Brasília. Em 2012, o Presidente Boni Yayi voltou uma segunda vez ao Brasil.

O nosso comércio bilateral apresentou uma mudança de patamar, a partir de 2008. De lá para cá, tem sempre se situado numa corrente de comércio acima de US$100 milhões, e o saldo do comércio é francamen-

te favorável ao Brasil. No caso, as nossas exportações são basicamente de açúcar e produtos alimentícios, e as importações do Benin, de algodão.

Nós temos uma carteira de cooperação bastante expressiva com Benin. Temos projetos na área da saúde, da educação, da preservação do patrimônio cultural, da cooperação portuária. E Benin também é um dos participantes do projeto multilateral Cotton 4 + Togo. É Benin, Togo, Chade, Mali e Burkina Faso, e é dedicado a aperfeiçoar o cultivo, a produtividade da produção de algodão, que, como eu disse antes, é um produto particularmente importante no Benin.

Investimentos brasileiros no Benin, até hoje, não têm, infelizmente, um *start* muito favorável. Houve uma tentativa de uma empresa brasileira de entrar no ramo dos transportes urbanos em Cotonou, mas isso não prosperou. A Petrobras esteve lá participando de um consórcio. Fizeram perfuração de pesquisa, mas não apresentou bons resultados. E agora um consórcio constituído pelas empresas Construtora Sucesso e Remanso Mineradora e Construtora devem construir um trecho de estrada de 93 quilômetros de comprimento entre as cidades de Ketu e Savé, dentro desse projeto da construção do corredor rodoferroviário do Benin.

A comunidade de cidadãos brasileiros no Benin é pequena, são cerca de duas dezenas de pessoas, e se me for dada oportunidade, eu espero conhecê-los praticamente todos.

A embaixada em Cotonou também lida cumulativamente com o Níger, que ao contrário do Benin é um país grande, é 1,2 milhão de quilômetros, com uma população de 17 milhões de habitantes, mas é um país com grandes extensões de deserto. A população está muito concentrada ao sul, no Vale do Níger, onde existe possibilidade de cultivos agrícolas.

O Níger também se tornou independente da França em 1960. Tem uma história política bastante conturbada. Acho que não é o caso de me alongar sobre o assunto. Também vai passar por eleições presidenciais agora no começo do ano que vem, mas no caso, o Presidente Mahamadou Issoufou está concluindo seu primeiro mandato, então lhe é dado candidatar-se à reeleição.

A economia é baseada principalmente na exportação de urânio, tendo a França como cliente principal. De alguns anos para cá, começou a exploração de petróleo, por enquanto para consumo interno, mas se prevê que a partir de 2017 esse petróleo vai começar a ser exportado. Será construída uma conexão com o oleoduto que passa por Chade e por Cameroon.

As nossas relações com o Níger são bastante insipientes. Então, o comércio bilateral é muito reduzido. Nós não contamos com acordo de cooperação bilateral. Já foram desenvolvidas, apesar disso, algumas atividades basicamente na área da segurança alimentar, que é uma grande preocupação do governo nigeriano.

A comunidade brasileira lá consta de cerca de 33 pessoas, uma comunidade missionária que tem uma obra assistencial. E no começo deste ano, infelizmente, ocorreu um episódio em que radicais religiosos atacaram várias entidades cristãs, inclusive essa obra. Felizmente, a coisa se limitou a danos materiais. Chegou-se a cogitar, com a colaboração das autoridades nigerianas, a evacuação dessa comunidade, mas, de lá para cá, as coisas serenaram e não há indicações de que esse episódio volte a se repetir.

Se a Comissão houver por bem aprovar a minha indicação, eu pretenderia, quando fosse ao Níger apresentar credenciais, fazer uma visita a essa comunidade e manter contatos regulares com ela por telefone, por *e-mail*.

No mais, acho que caberia, para não me alongar muito, uma breve menção à questão do Boko Haram. Até hoje não se registraram episódios ligados ao Boko Haram no Benin. Mas, ontem mesmo, um episódio vitimou dois militares nigerinos no Níger. Essa situação na Nigéria tem provocado um fluxo de refugiados para o Niger e o país tem dificuldade em acolhê-los.

Tanto o Benin quanto o Níger se comprometeram a tomar parte numa força multilateral para combater o Boko Haram, força comandada pela Nigéria, que também é integrada por forças do Chade e do Cameron.

Bom, eu não queria me estender mais.

Deixarei o tempo para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Vamos passar agora às perguntas.

Os Senadores farão as perguntas e depois os nossos sabatinados responderão em bloco.

Senador Lasier é o primeiro inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A lista começa por mim, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Começa pelo Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Assim de supetão? É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor foi o Relator da indicação de Embaixador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, com muita honra. Embaixador que tem um currículo magnífico, uma formação universitária na Suíça, em Genebra. E na explanação que fez, confirmou a cultura internacional e o preparo que tem.

Mas eu quero começar pelo Embaixador Rubem, e que não é o Embaixador Rubens Barbosa, mas que tem a mesma dignidade e preparo do Embaixador Rubens Barbosa.

Embaixador Rubem, o senhor está indo para a Indonésia e nós estamos num momento que sucede a assinatura desse promissor contrato, dessa Parceria Transpacífico, que reúne Estados Unidos, Japão, Austrália, dois privilegiados países sul-americanos, se não me engano apenas dois, Chile e Peru, e a Indonésia. Por tudo que se tem prenunciado, essa Parceria Transpacífico brevemente vai concentrar 40% das trocas comerciais, deixando bem para trás a nossa Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. E o Brasil não está no meio.

Então, a pergunta que eu queria fazer é de que modo nós poderemos ter essa relação com a Indonésia, que é um país próspero, é a quarta população mundial? Portanto, teríamos muito mercado para fazer com esse país. Mas com a Indonésia participando da Parceria Transpacífico, onde é que nós ficamos? Como vai se desenvolver o seu trabalho nessa relação de modo a sobrar alguma coisa para o Brasil, que talvez fique em dificuldade por não integrar essa parceria?

V. Exª vê alguma perspectiva de o Brasil fazer parte desse bloco no futuro?

Essa é a minha pergunta.

Com relação à Embaixadora Elizabeth, de cujo processo tive a honra de ser o Relator e que está indo para o Sri Lanka.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, Embaixadora, com relação aos incidentes, à guerra civil, ao que aconteceu nos últimos anos no Sri Lanka durante tanto tempo e onde o Brasil vive um dilema. Não faz muito tempo, o assessor especial do Itamaraty, aqui nesta nossa Comissão – e, na interpretação do nosso Senador Tasso Jereissati, sempre foi uma participação estranha, parece que fora de lugar –, o Sr. Marco Aurélio Garcia disse, em determinado momento, que o Brasil não tem nada que ficar distribuindo certificados de bom comportamento ou de mau comportamento pelo mundo afora. Não é essa a tradição política externa do Brasil. Acontece que o Brasil tem, no seu art. 4º, onde regem as relações internacionais, a prevalência aos direitos humanos, defender os valores dos direitos humanos. E aquele assessor disse que não temos que nos meter, que não é papel do Brasil imiscuir-se. Entretanto, houve violação dos direitos humanos no Sri Lanka, e, com enorme experiência e preparo, a Embaixadora Elizabeth está indo para lá.

Então, no seu enfoque, qual é o princípio que tem prioridade, o de proteção dos direitos humanos ou o da não ingerência, se voltarem aqueles conflitos comuns no Sri Lanka?

Essa é a minha pergunta.

Com relação ao Benin, tive oportunidade de conhecer, ontem, o Embaixador Luís Ivaldo e fiquei muito agradecido também pela presença dele no meu gabinete.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, Embaixador Luís Ivaldo, que não deve ser motivo nenhum de constrangimento, pelo histórico que o senhor tem, mas que nos preocupa, com respeito à relação do Brasil com o Benin.

A partir de 2013, o Presidente Lula e alguns empreiteiros, que hoje estão presos, foram ao Benin para prospectar negócios, investimentos. Eu não sei bem até hoje, procurei investigar, se acabaram concretizando algum negócio. Mas o ex-Presidente Lula levou para o Benin empresários, como Alexandrino Alencar, da Odebrecht; teve contato com o Presidente Boni Yayi; levou empresários, como Marcos, da Queiroz Galvão; Adelmário Pinheiro, da OAS, empresários que são investigados. Essa nos parece uma participação indevida e que envolveu um Presidente da República, querendo abrir negócios com financiamento do BNDES e outros no Benin.

Portanto, no momento em que V. Exª está indo para lá, e temos certeza de que V. Exª será um grande representante, e terá meu voto, daqui a pouco, como o senhor interpreta isso, empresariado através de empreiteiros, hoje sabidamente com ligações escusas? Foram para lá com o Presidente da República. Se isso é regular, se isso é legal. E se porventura houver alguma continuidade nessas relações, como o senhor se posiciona?

São essas as minhas três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lasier.

A ideia me parece que é fazer em bloco as perguntas. Passo a palavra ao Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, senhores embaixadores e embaixadora, eu queria, inicialmente, registrar, com alegria e satisfação, esse reencontro com o Embaixador Rubem Barbosa. Eu tive oportunidade de visitar a Austrália quando ele era o nosso Embaixador naquele país. Na ocasião, desenvolvemos cooperação com as autoridades australianas em duas áreas importantes. Para o lançamento do programa Água para Todos, nós fomos pegar a tecnologia das cisternas de polietileno desenvolvida na Austrália. Veja, Sr. Embaixador, que o Governo brasileiro entregou mais de 800 mil cisternas em todo o Semiárido do Nordeste brasileiro utilizando aquela tec-

nologia, em um trabalho feito através da Codevasf e do DNOCS, em parcerias com diversos governos estaduais. E registro aqui a sua atenção e o seu apoio. A forma como recebeu a nossa delegação, abrindo portas em Camberra para contatos de alto nível com diversos ministérios, foi bastante frutífera. E também outra área em que se desdobraram importantes iniciativas aqui, no Brasil, foi a área de gestão de recursos hídricos, que deu ensejo à elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Hídrica, que deverá ser concluído já, contando com a colaboração do Banco Mundial e de técnicos da Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional. Portanto, eu tenho absoluta certeza da boa receptividade que seu nome deverá receber aqui, nesta Comissão, e no Senado Federal, para que V. Exª possa nos representar, e bem representar, desta feita, na República da Indonésia.

A pergunta que trago para o Embaixador Rubem Barbosa está relacionada ao fato de que, no relatório encaminhado pela Chancelaria ao Senado, fala-se que estão em vigor diversos memorandos de entendimento nas áreas de educação, erradicação de pobreza, agricultura, energia etc, mas está em estágio avançado a negociação de um acordo na área da defesa com a República da Indonésia. A minha pergunta é: em que consiste esse acordo na área de defesa e por que razão essa agenda ganhou mais dinamismo que as demais? Brasil e Indonésia possuem fluxo de comércio de material bélico ou contratos importantes já estão em vigor? Em caso positivo, quais seriam essas áreas de cooperação e que materiais são esses que estão em tratativas através da celebração desse acordo na área de defesa?

Eu queria cumprimentar a Embaixadora Elizabeth e dizer que fiquei muito impressionado com a sua apresentação aqui sobre a crescente importância do Sri Lanka, na medida em que é uma região de grande dinamismo econômico, apesar de toda guerra civil enfrentada. Saber que o Sri Lanka vem experimentando taxas de crescimento entre 6% e 8%, certamente, vai ensejar oportunidade para incrementar as nossas relações bilaterais e, sobretudo, oportunidade de incrementar nossa pauta de exportação. Portanto, eu quero desejar muito boa sorte nessa nova missão.

Em relação ao Embaixador Luís Ivaldo, eu quero também dizer que não será fácil a sua missão no Benim, mas eu me permitiria aqui, tendo em vistas as colocações do meu companheiro e amigo Senador pelo Rio Grande do Sul, dar aqui um contraponto. Eu acho que, na realidade, evidentemente, tudo que não esteja de acordo com a ética e com as legislações vigentes no Brasil deve ser combatido, deve ser investigado, deve ser esclarecido, mas é importante saber que relação diplomática significa defender os interesses do Brasil e avançar a presença dos produtos brasileiros no comércio internacional. Eu creio que o que motivou o ex-Presidente Lula a fazer esses contatos, essas viagens, levando, evidentemente, empresários brasileiros para poder ampliar a nossa pauta de exportação... Eu mesmo, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, participei de missões chefiadas, lideradas pelo Presidente Lula nos países do Mar do Norte, naquele momento em que precisávamos intensificar nossas relações com a Suécia, com a Finlândia, com a Noruega, com a Dinamarca, quando a indústria de petróleo e de gás no Brasil vivia um grande momento de grandes e fortes investimentos. Era importante explorar essas parcerias bilaterais, essas parcerias comerciais.

Portanto, quero apenas, tendo tido o privilégio de ser companheiro do ex-Presidente Lula e de respeitá-lo, trazer aqui a palavra de que o Presidente Lula sempre foi um grande defensor dos interesses brasileiros, sobretudo, no palco internacional. No cenário internacional, ele se movimentou com muita força e merece o reconhecimento da comunidade internacional pelos programas de inclusão social que promoveu no Brasil. De certa forma, ele abriu espaço para a presença brasileira em diversos foros internacionais. Hoje, o Brasil ocupa posições de destaque em vários foros. Acho que a diplomacia, a política externa brasileira posta em prática pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe bons resultados para a economia brasileira e para o povo brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Portanto, eu queria desejar também ao Embaixador Luís Ivaldo boa sorte.

Não deram certo as explorações de petróleo no Benim feitas pela Petrobras, mas, certamente, a Petrobras tem diversos ativos no exterior que trouxeram bons resultados para a empresa. É evidente que, nesse setor de petróleo e de gás, nem sempre você tem a certeza de que o investimento será, digamos assim, exitoso. Mas acho que este momento mais difícil será superado, e nós haveremos de identificar sempre boas oportunidades para os interesses brasileiros, sobretudo, na área comercial, na área de investimento, na área financeira.

Então, desejo boa sorte ao Embaixador Luís Ivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Peço desculpas ao Senador Lobão.

Eu não notei que V. Exª havia pedido a inscrição, mas V. Exª tem a palavra agora, tardiamente.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – A lhaneza de V. Exª é suficientemente conhecida nesta Comissão e na Casa. Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por algumas vezes, observei aqui, quando a Comissão examinava outros nomes do Itamaraty para diferentes embaixadas, que se consideraram os diplomatas brasileiros, todos eles, perfeitamente qualificados para o exercício das funções a que estão destinados.

Assim, sei que a Embaixadora Elizabeth assim como o Embaixador Luís Santos estão à altura das funções que haverão de exercer, uma vez aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Senado.

Cumprimento, portanto, o Ministro das Relações Exteriores e a Presidente da República pelas escolhas oportunas e adequadas que fizeram.

Quanto ao Embaixador Rubem Barbosa, não posso me furtar de fazer um depoimento. O Embaixador foi meu assessor no Ministério de Minas e Energia por longo período. Eu, que fui o Ministro mais longevo naquele Ministério desde a sua criação – exerci a função por dois governos –, tive a assistência próxima, imediata e extremamente competente do Embaixador Rubem Barbosa. Fui ao exterior, e ele me acompanhou durante todo aquele período. Visitamos dezenas de países. Fomos aos Emirados Árabes, fomos a outros países da região, como a Arábia Saudita e o Catar. Fomos à Rússia, aos Estados Unidos por diversas vezes, à França, à Inglaterra. Sempre tive, na presença do Embaixador Rubem Barbosa, uma segurança e um estímulo para as funções que eu estava ali exercendo.

Eu fui convidado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para ser um consultor especial dele no que diz respeito à energia elétrica e, sobretudo, ao programa que aqui estabelecemos no governo Lula, que era o Luz para Todos. Comigo ele sempre esteve como uma garantia daquilo que eu deveria fazer como representante do Brasil nas Nações Unidas.

Portanto, o depoimento que trago sobre ele, por conhecimento pessoal, é de que se trata de um embaixador com a mais alta qualificação, sem prejuízo da qualificação dos demais embaixadores do Itamaraty, sobretudo os que aqui se encontram hoje.

Quanto à declaração final de S. Exª, de que me considera um segundo pai, devo dizer que recebo com muita honra e com muita alegria essa manifestação. Com isso, passo a ter mais um filho de extrema lealdade, de extrema competência, correção pessoal, exação em tudo quanto exerce nas suas funções de diplomata brasileiro.

O Senador Fernando Coelho já emitiu uma palavra sobre o Presidente Lula, que eu subscrevo integralmente.

Não estou vendo aqui o Senador Lasier...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Está votando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Está votando.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Está votando.

O Senador Lasier não teve, certamente, a intenção de ferir, de atacar o Presidente Lula. Fez uma pergunta ao Embaixador Luís Santos, apenas isso.

Mas, como Ministro também do Presidente Lula, devo dizer que S. Exª fez aquilo que, como Presidente da República, deveria mesmo fazer. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem admiro profundamente e que foi um excelente Presidente, um estadista, fez isso muitas vezes, com extrema capacidade e espírito público, assim procedendo diversos outros Presidentes do Brasil. O Presidente dos Estados Unidos faz isso frequentemente, o da China também; todos afinal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – França. V. Exª se lembra do Presidente da França. Houve um Sete de Setembro aqui no Brasil, ainda no governo do Presidente Lula, em que veio o Presidente francês apenas para aquela solenidade. Eu estava presente, e o Presidente Lula me apresentou a ele para tratar exclusivamente do interesse comercial legítimo da França.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E ainda trouxe a... Como é o nome da cantora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E ainda trouxe a Carla Bruni, o que se pode considerar quase um suborno indireto. (*Risos.*)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – É uma pressão irresistível!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Pela beleza e pelo talento.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Então, embora o Senador Lasier não tenha tido a intenção, eu não posso, sem embargo do que S. Exª falou, deixar também de, em primeiro lugar, subscrever todas as palavras do Senador Fernando Bezerra e, em segundo lugar, de dizer também que me coloco ao lado do Presidente Lula. Com ele foram muitas vezes ao exterior comitivas de empresários defendendo os mais profundos e legítimos interesses do povo brasileiro.

Agradeço a V. Exª o tempo que me concedeu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. O Senador foi citado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É evidente que não há nem sombra de qualquer desconfiança com relação ao nosso estimado embaixador, que ouvi ontem, que conheci e que é uma pessoa de idoneidade. O que eu quis dizer foi que ao Benim o ex-Presidente foi com presidiários de hoje, empresários que foram lá prospectar negócios, e isso não ficou bem. E, como eu sou um Senador que veio da imprensa, eu respeito o que noticiaram. Não faz muito, as revistas *Época* e *IstoÉ*, com relação a essa presença suspeita do Presidente da República, inclusive vão mais adiante as reportagens. Não só ao Benin, mas a outros países africanos e a outros países de ditadura, o Presidente da República esteve junto e , inclusive – avançando a reportagem –, de que teria havido participação nos benefícios. Isso não ficou bem para o Brasil, isso está nos noticiários. Isso é sobejamente conhecido.

Agora nós temos um importante Embaixador que está indo para lá e nós não pensamos, nem por alto, que possa acontecer qualquer coisa parecida, porque confiamos nesse homem que vamos mandar para lá – e eu acabei de votar no seu nome. Não ficou bem, o resultado ficou arruinado com a prisão dos empreiteiros.

O que enfatizo agora ao Embaixador Luís Ivaldo é que ele realmente nos represente, que é o que queremos, e que não resulte para o Brasil, futuramente, nada parecido com o que veio para a imprensa posteriormente.

Eu acho que me explico com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Aloysio, Srªs Embaixadoras, Srs.Embaixadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro eu queria ratificar aqui que eu entendi perfeitamente a preocupação do Senador Lasier. Evidentemente, compreendendo a defesa do Senador Fernando Bezerra, não é nem defesa, é esclarecimento da defesa dos Senadores Fernando Bezerra e Edison Lobão, que, claro, foi muito bem colocada, mas entendo muito bem a preocupação do Senador Lasier, porque, em uma dessas viagens, saiu uma série de notícias sobre, inclusive, o tipo de comunicação que era feita entre o representante, se não me engano, da Odebrecht, estou esquecendo o nome dele, o Alexandre Alencarino, enfim coisas desse tipo... A viagem do Presidente é normal, deve ser feita, defendo, mas esse tipo de companhia com esse tipo de objetivo, evidentemente, é algo que preocupa e não é bom para as missões diplomáticas, para a política externa brasileira.

Acho que aqui as perguntas todas foram apresentadas e eu queria apenas colocar, aqui com a Embaixadora Elizabeth-Sophie, com quem tive oportunidade de conviver quando Governador do Estado do Ceará – aqui vai uma pequena história –, a importância de uma equipe diplomática brasileira voltada a defender os interesses dos Estados e do País.

Eu estive, como Governador, em Hong Kong quando Embaixadora servia lá, e, Senadora Aloysio, àquela época, coincidia, Senador Fernando Bezerra, com estarmos às vésperas, faltavam dois, três ou quatro anos, não me lembro bem, para que Hong Kong fosse devolvida à China, deixasse de ser protetorado inglês, se não me engano, e fosse devolvida à China, e havia uma grande ansiedade entre os empresários de Hong Kong com o que aconteceria.

Isso foi muito agravado com o chamado massacre da Praça da Paz Celestial, na China, em que parecia que a China ia endurecer de vez e radicalizar o regime chinês em relação à sua política externa também, o que colocou, exatamente naquele momento, o empresariado e os industriais de Hong Kong em pânico.

Nós aqui, no Brasil, naquele tempo, o Presidente Collor, se não me engano, havia criado as ZPEs, Zonas de Processamento de Exportação, e pedi à nossa representação que organizasse uma viagem minha como Governador do Ceará com a comitiva para fazer um contato com os empresários, com o objetivo de trazê-los em massa para o Ceará. E foi um sucesso essa viagem. O trabalho deles, da Embaixada foi fantástico, o trabalho de relacionamento, de mobilização de empresários. Fizemos várias palestras com os auditórios lotados e conseguimos praticamente o primeiro passo absolutamente positivo. Tivemos logo em seguida a visita de 200 empresários de Hong Kong ao Estado do Ceará. Esses empresários estavam reunidos no auditório, Senador

Aloysio, com o ex-secretário, o Fernando Bezerra teve tê-lo conhecido, Byron Queiroz, fazendo uma exposição sobre o Ceará, a zona de processamento, quando chegou a notícia de que Fernando Collor tinha acabado de acabar com as zonas de exportações aqui no Brasil. E foi uma das maiores justas que já tive na vida. Falo isso para ressaltar o trabalho da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O chinês tem dificuldade de entender essas reviravoltas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enfim, não podia deixar de registrar esta história.

A questão que eu gostaria de colocar, como V. Exª sabe, temos aqui uma audiência pública não sei se na próxima semana, nós pedimos, sobre a questão da TPP, o Senador Lasier levantou aqui, porque temos profundo interesse com especialistas de política de comércio internacional para discutir as consequências desse acordo em relação às exportações brasileiras.

Sempre me estranha, por exemplo, que alguns países pelos quais temos um carinho todo especial e outros, como é o caso da Indonésia, que é de importância estratégica enorme para o Brasil, tem um enorme mercado e um potencial de comércio internacional, mas temos relações não tão boas.

A pergunta que faria ao Embaixador Rubem Barbosa é como estão essas relações e se já foram, li nos jornais, não tenho atualização sobre o assunto, que havia inclusive algum problema de apresentação de credenciais de embaixadores brasileiros na Indonésia e vice-versa, se essas relações estão normalizadas, se essas diferenças foram superadas. Estou querendo lembrar aqui, Senador Lobão, o caso em que o Governo brasileiro protestou contra um brasileiro e fez intervenções junto ao governo contra a execução de um brasileiro condenado lá por porte de drogas ou por tráfico de drogas, qualquer coisa assim, e que gerou um enorme mal estar. Eu queria saber como anda isso e quais as consequências disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – (*Falha na gravação.*)

As credenciais de embaixador da Indonésia, que se apresentou na data marcada, no horário aprazado e foi mandado para casa, não pode cumprir esse ritual.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Cumprimento nosso Senador Aloysio pela direção sempre serena e tranquila dos trabalhos, cumprimento nossos embaixadores, Rubem Barbosa, nossa querida Elizabeth-Sophie e o nosso querido Luís.

Quero, mais uma vez, reconhecer o quanto que o nosso chanceler tem sido cuidadoso com as indicações, o quanto é gratificante ver a experiência e o serviço prestado aos embaixadores que aqui são encaminhados. Acho que o Luís Ivaldo indo para Benim realmente enfrentará um abacaxi um pouco maior. É um país pequeno, mas importante para as nossas relações.

Quero lhe desejar muito sucesso, Luís. Que Deus ajude que você consiga melhorar cada vez mais nossas relações com Benim, para que as coisas avancem de forma positiva. Não tenho dúvida disso.

Concordo com as palavras do Senador Lobão e do Senador Bezerra sobre o Presidente Lula. Acho que ele sempre procurou fazer o melhor para o nosso País. Só tenho de agradecer por ele ter tido a oportunidade de passar aqui.

Também reconheço o mérito das perguntas e das colocações dos nossos Senadores Jereissati e Lasier.

Eu gostaria de comentar que a Elizabeth-Sophie Mazzella teve uma passagem muito importante por Seul, por Hong Kong, por Oslo, por Bonn, por Berlim, por Moscou, por Haia, o que só a qualifica muito para nos representar nesse país de quase 22 milhões de habitantes, que tem um grau turístico muito elevado.

Acho que tanto para você, quanto para o Luís, quanto para o Rubem, seria interessante que trocássemos experiências sobre esse grande índice de turistas que visitam o Sri Lanka. Como poderíamos trazer essa realidade para o nosso País? Essa é uma forma de termos um PIB melhor e de explorarmos esse potencial imenso no turismo que o Brasil tem. Isso não é tão explorado. Falo isso como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo. Quero, inclusive, discutir alguns eventos, para que possamos pegar essa experiência do Sri Lanka, cujo potencial turístico é muito grande, para que o Brasil possa avançar nessa área tão importante.

Acho que precisamos também... Você é uma pessoa com formação em Economia, com mestrado em energia. Você está vindo de Paris, onde, hoje, a discussão da energia é colocada como prioridade, e vai nos representar também em um país onde há bastante solimetria. Como é que vamos aproveitar essa experiência para propiciarmos o desenvolvimento tecnológico do País, com a nossa nova matriz solar, com o aproveitamento do lixo orgânico para produzir energia, com outras fontes renováveis de energia? Então, eu queria ouvir de V. Exª sugestões a respeito dessa questão. Como é que podemos avançar?

Com relação ao intercâmbio comercial entre Brasil e Benim, eu também gostaria de ouvir alguma coisa, Luís. Como podemos dar uma incrementada nisso? Como podemos melhorar essa questão, com nossos irmãos

da África? Acho que você teve uma experiência anterior muito importante, que nos credencia a colocar numa posição bastante legal a relação entre Brasil, Benim e África.

Quanto ao Rubem, quero dizer que tive o prazer de ser o Relator *ad hoc* do seu processo. A nossa Relatora Gleisi Hoffmann estava comigo. Fizemos o relato da indicação do Rubem para a Indonésia, um país que tem quase 250 milhões de habitantes, que tem problemas de diversas formas, que está num paralelo ao nosso, que, hoje, tem um potencial de desenvolvimento, de crescimento no G20 que só perde para o da China.

Eu queria até ver, Rubem, como é essa pujança de desenvolvimento na Indonésia. Com sua ida para lá, com toda essa vasta experiência que você já teve em Bogotá, em Los Angeles, em Rio Branco, em Camberra, na Austrália, podíamos ver como colaborar com nosso País, observando esse crescimento que a Indonésia tem, fazendo com que possamos também melhorar e propiciar um crescimento no nosso País. Potencial não nos falta. Alguma coisa precisamos ajeitar para que isso ocorra.

Eu queria ver também como poderíamos fazer intercâmbio tanto na área de turismo quanto na área de energia, já que se trata de 250 milhões de habitantes. A relação nossa com a Indonésia tem de, cada vez mais, ser melhor, mais amistosa. Sinceramente, sou daqueles que discordam da forma como foi encaminhada a questão lá com os brasileiros, mas respeito a cultura de cada povo. Lá o povo tem uma cultura. Eles definiram por priorizar sua cultura de serem radicais com relação ao tráfico de drogas, com relação à forma com que tratam a questão. Então, para mim, essa é uma questão superada. Podemos até ter discordância, mas cada povo tem de ter sua cultura respeitada.

Espero que V. Exª também possa cada vez mais melhorar o nosso intercâmbio comercial, o nosso intercâmbio tecnológico e a nossa possibilidade de conseguir incrementar o nosso PIB com esse parceiro tão importante, já que a potencialidade e o crescimento econômico da Indonésia são muito grandes.

Termino, parabenizando mais uma vez o nosso Chanceler, o nosso Ministério das Relações Exteriores, pela qualificação, pelo nível dos nossos indicados. Desejo sucesso a todos.

Deixo claro que estamos aqui à disposição. Eu mesmo vou agora para Aruba, no final do mês, na companhia de alguns Senadores, do Senador Anastasia e de outros, onde vamos apresentar o projeto marco para integração energética dos países latino-americanos. Tive o privilégio de ser convidado pelo ministro de energia do Parlatino, para apresentar esse capítulo, Senador Aloysio. Depois quero até passar para V. Exª o que estamos encaminhando nessa área tão importante para o desenvolvimento tecnológico do nosso País e para a América Latina, que também tem um potencial de solimetria muito grande.

Agradeço. Sucesso a todos.

Já fiz questão de votar. Votei favoravelmente aos três, a quem tive o prazer de receber na minha sala, de ver a competência e o compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Vamos agora, então, à rodada de intervenções dos nossos sabatinados.

Em primeiro lugar, o Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa, por dez minutos.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu pediria a compreensão de V. Exª para, nas respostas, alterar um pouco a ordem com que recebi as perguntas. Eu não havia tido a oportunidade, ao iniciar minha sabatina, de me referir ao Senador Hélio José, que teve que empregar seu tempo fazendo a relatoria do meu processo de sabatina. Agradeço imensamente sua atenção. Peço que, por favor, estenda também, meu reconhecimento à Senadora Gleisi Hoffmann. E muito obrigado pela fidalguia com que o senhor nos recebeu, a mim e aos meus colegas da Mesa, em seu gabinete, na tarde de ontem.

Ao Senador Edison Lobão, realmente, eu não tenho como agradecer a generosidade das palavras, que vão muito além do que mereço. De fato, foi uma oportunidade mágica na minha vida a oportunidade de trabalhar com uma pessoa que julgo brilhante e que me ensinou muito a ser político na Diplomacia, que é uma coisa muito necessária e que vejo, hoje, que me faltava.

Dando continuação, eu havia me referido, na minha apresentação, à iniciativa de criação de um grupo parlamentar, Brasil/Indonésia, por parte da Senadora Vanessa Grazziotin. Como a Senadora agora está presente – não estava, quando eu a mencionei –, insisto em reafirmar que o grupo, espero, no momento próprio, avance. Enfim, há motivos para retrasar um pouco o seu andamento, mas acho que a sua iniciativa, ainda mais com a enormidade de parlamentares que o Brasil recebeu da Indonésia nos últimos quatro anos, acho que faz todo sentido.

Uma menção de caráter pessoal: minha mãe nasceu em Manaus. Eu conheço a cidade, mas, enfim, não tenho mais vínculos. É uma alegria poder cumprimentá-la e agradecer; e cumprimentá-la pela sua boa ideia.

Tentando retomar agora a ordem das perguntas, como elas se apresentaram, sobre o comércio Transpacífico, a Trans-Pacific Partnership, a Parceria Transpacífica, mencionada pelo Senador Lasier, é uma iniciativa, realmente, de muita importância. O Brasil tem que acompanhar, na minha opinião, com muita atenção; e, no âmbito da América, envolve, como ele bem lembrou, Chile, Peru e também o México, o segundo maior país da América Latina, depois do Brasil.

Eu não tenho lembrança de que a Indonésia tenha ingressado nesse grupo. De modo que, até que se prove o contrário, nesse aspecto eu ficaria um pouco mais aliviado.

Tomarei a iniciativa de dizer que o Brasil tem feito esforços para ver se a Rodada Doha finalmente avança, e os países não perdem tempo e buscam soluções alternativas para poderem expandir suas frentes de comércio, sobretudo, em um contexto de sete anos de recessão mundial, em uma crise já mais longa e mais dura que a recessão dos anos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso é o que a imprensa tem divulgado. A Indonésia está na lista dos 12.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Então, eu tenho que fazer a correção e me redimir aí nesse aspecto.

De toda forma, com relação à iniciativa, eu lembraria que isso ainda é um passo longo, ou seja, o acordo negociado duramente, pelo menos durante os últimos seis anos, que eu me lembre, ainda terá que ser apreciado e aprovado pelos parlamentos dos países envolvidos. Não parece tarefa fácil, a começar pelos Estados Unidos. Um acordo que muitos dizem que foi feito para *contrarrestar* a China, com quem nós temos excelentes relações, uma parceria muito dinâmica no seio dos BRICS, é nosso parceiro comercial já desde 2009, e não me parece que isso vá ser revertido a curto prazo.

Um comentário com relação não só à Indonésia, conforme o Sr. Presidente lembrou, mas aos parceiros na América Latina que já fazem parte da parceria: esses países têm, até o momento, mais comércio com o Brasil, independentemente do acordo, do que entre si. Ou seja, o Brasil tem se esforçado ao longo, pelo menos, dos últimos 40 anos, em ser um parceiro mundial em comércio, uma presença, enfim, bastante vigorosa. Esperamos que continue nesse sentido. E, de toda forma, não há nenhum inconveniente em que, sendo por parte do Governo brasileiro considerado relevante, nós venhamos a aderir em algum momento.

Dentro da OMC, idealmente, todos os acordos celebrados deverão ser, em algum momento, integrados ao aquisitivo da OMC, e pode ser que acabem beneficiando frentes de comércio, correntes de comércio, que nos ajudem também, de modo que vejo isso como positivo. De novo, nós temos um comércio com a Indonésia superavitário – nós vendemos US$2,2 bilhões e compramos mais ou menos US$1,8 –, sem a existência, até o momento, desse outro acordo tão grande que acabou de ser celebrado.

Isso também não tem nos impedido, até pela densidade da relação, de ter assuntos pontuais com a Indonésia. Por exemplo: nós agora estabelecemos um painel, na OMC, para contestar as dificuldades que o Brasil tem tido para vender carne de frango, em que o Brasil é fortíssimo, já vende para uma quantidade enorme de países – creio que 155, se não me falha a memória. Mas a Indonésia, talvez temendo a concorrência brasileira e o eventual prejuízo que isso possa vir a causar à economia da Indonésia, vem restringindo muito esse acesso, assim como também a produção de carne bovina.

E aí – eu conheço isso com certa profundidade – há uma pressão enorme da Austrália, que tem pavor de perder mais mercados para o Brasil. Perdeu a posição de maior produtor e exportador mundial de carne, em 2005, para o Brasil. A solução talvez sejam parcerias, *joint ventures* entre empresas dos dois países, para aumentar a confiança e, enfim, criar mecanismos no sentido de avançar o comércio e avançar a cooperação.

Referindo-me ao comentário e à pergunta do Senador Fernando Bezerra, é muito raro e, enfim, fiquei muito grato em saber que o privilégio de ter convivido com ele na Austrália, como Ministro da Integração, tenha redundado em tantos frutos, que foi a implantação de tantas cisternas e o gerenciamento de recursos hídricos, iniciativas negociadas com a Austrália talvez de caráter premonitório, tendo em vista as dificuldades que estamos tendo no Brasil hoje em dia, enfrentando secas que nos têm causado tantos transtornos – nós, que temos 12% da água potável do Planeta, quando a Austrália é o continente mais seco do mundo depois da Antártica.

A cooperação na área da defesa, na minha opinião, se explica. Nós estamos com capacidade para vender 12 aviões, 18 aviões, perdão, 16 aviões Super Tucano para a Indonésia. Há questões de financiamento para finalizar o contrato. Conseguimos vender 36 unidades de lançamento de foguetes da Avibras, que são capazes de lançar foguetes em cinco calibres diferentes, coisa que nem os nossos concorrentes, como a Rússia e a China, dispõem até o momento.

Cabe lembrar que a cooperação na área de defesa se justifica pela imensidão da costa da Indonésia. Se, no Brasil, há alguma coisa entre 8 mil e 10 mil quilômetros de costa, a Indonésia tem 56 mil quilômetros. São mais de 17 mil ilhas. É um país que consome de proteínas a partir da produção pesqueira 27kg de peixe *per capita*/ano, ou seja, ele tem uma dificuldade enorme em controlar o seu mar territorial, assim como o Brasil. Não só pela pesca, mas também pelos hidrocarbonetos, ele precisa dar mais atenção a essa área.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Então, a cooperação na área de defesa me parece muito pertinente.

Respondendo, finalmente, à pergunta do Senador Tasso Jereissati, eu tenho entendido – e eu acho que é a razão pela qual eu fui chamado rapidamente para comparecer a esta Comissão neste momento – que a apresentação de credenciais do Embaixador Toto Riyanto, o novo Embaixador da Indonésia no Brasil, deve se realizar nos primeiros dias de novembro. A expectativa é a de que tanto ele como eu, trabalhando em conjunto, possamos virar a página e avançar positivamente nas relações. Eu entendo que a manutenção dos nossos nomes pelos nossos dois Governos foi um sinal forte de que queremos, mantendo essas duas pessoas, dar um sinal positivo de que queremos avançar no relacionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra, agora, a Srª Embaixadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente Aloysio, V. Exª me permite só...?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Claro. Uma nota de rodapé ao...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma nota de rodapé muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero agradecer as palavras do Embaixador Rubem e dizer que, de fato, essa iniciativa, inclusive no meu Estado, que é o Estado de sua mãe também, foi muito polêmica. A iniciativa de criarmos o grupo de amizade Brasil e Indonésia foi muito polêmica, porque é do Estado do Amazonas o rapaz que morreu lá pela pena de morte que sofreu. Entretanto, eu acho que, até por essas questões, nós precisamos estreitar cada vez mais os laços de amizade, para ver como, no futuro, podemos, da melhor forma, resolver esses problemas, porque muitos foram os pedidos – V. Sª deve ter acompanhado –, e absolutamente nada conseguimos.

Senador, eu quero aproveitar e pedir a V. Exª que nos ajude a dar celeridade na tramitação, para que possamos aprovar o projeto de resolução que cria o grupo de amizade Brasil e Indonésia. Eu acho que nós já votamos aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós já votamos. Eu me lembro até...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ainda não?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Onde está?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, vamos votar hoje, extrapauta. Pronto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que maravilha.

Eu vou ter de me retirar, pois tenho de ir à CCJ, mas volto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem. Fique tranquila que nós vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora pode ficar tranquila. E, se for possível... Mas ele vai ter de receber parecer da Mesa Diretora, se não me engano, antes de ser submetido ao...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes de votar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, no plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas a senhora pode ficar tranquila.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu me lembro, inclusive, de que, quando o projeto estava na pauta, foi o próprio Senador Luiz Henrique e a senhora que pediram para que o projeto não fosse deliberado naquela reunião, uma vez que havia ainda o rescaldo desse incidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aquele problema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O incidente com a recusa do recebimento das credenciais.

A senhora pode ficar tranquila que nós vamos cuidar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está ótimo. Muito obrigada.

Eu aproveito a oportunidade para cumprimentar os dois Embaixadores e a Embaixadora, desejando a todos muito sucesso nesta nova etapa de uma caminhada que, imagino e percebo, já é bem longa, sempre em benefício do nosso País. Parabéns a todos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Por favor, V. Exª tem a palavra.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Agradeço as palavras da Senadora que vai se retirar agora. Agradeço também a presença de V. Exª aqui.

Vou responder, em primeiro lugar, a S. Exª o Senador Lasier Martins, com uma afirmativa: o Brasil tem uma postura inequívoca em relação à proteção dos direitos humanos, e essa postura se manifesta no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O senhor bem lembrou que a guerra do Sri Lanka vitimou mais de 100 mil pessoas e que, sobretudo, os últimos episódios do conflito, no ano de 2009, levaram a alegações de violações dos direitos humanos e do direito humanitário. O Brasil votou, em duas ocasiões, quando membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2013 e em 2014, a favor de resoluções sobre reconciliação no Sri Lanka e resoluções que pedem um mecanismo de investigação independente sobre as alegações de violações de direitos humanos nesse país.

O Brasil também teve a sensibilidade de reconhecer que o Sri Lanka tinha avançado bastante em certas áreas, nas áreas de desminagem de terra, de reassentamento de deslocados, de reconstrução de infraestruturas, de reabilitação de ex-combatentes – são milhares de ex-combatentes e crianças também, mas reabilitação, às vezes, são quatro, cinco anos para essas pessoas. O Brasil teve a sensibilidade de reconhecer tudo isso e também louvou os esforços do novo governo do Siri Lanka, que se engajou em um processo de criação de mecanismos de justiça de transição.

Aqui eu vou citar os mecanismos que estão sendo agora implementados: uma Comissão de Verdade, Justiça, Reconciliação e Não Recorrência em cooperação com a África do Sul, que viveu as suas comissões da verdade, o seu processo de reconciliação, um conselho da compaixão – e isso diz o quão importante o Budismo é no país. Esse conselho da compaixão é integrado por líderes budistas também – e um escritório de pessoas desaparecidas em cooperação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Espero ter respondido à sua pergunta, mas também aproveito para agradecer as generosas palavras que V. Exª teve para comigo. Também lamento não poder agradecer ao Senador Fernando Bezerra, que teceu elogios, ao qual, certamente, encaminharei aos meus agradecimentos, inclusive ao Senador Lobão.

Quanto ao Senador Tasso Jereissati, eu lembro, com muito carinho, os momentos que passamos juntos em Hong Kong, há mais de 25 anos, Excelência. A passagem de V. Exª com uma delegação extremamente competente e os esforços que fizemos, as salas repletas de empresários chineses naqueles momentos, curiosos de saber mais sobre o Brasil e sobre o seu Estado, marcaram muito a minha carreira, devo-lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou vendo aqui nos arquivos da Comissão de Relações Exteriores uma foto dessa visita do Senador Tasso Jereissati, como Governador, ao seu lado bom. A senhora verá que a senhora não mudou nada nesse tempo todo. Não diria a mesma coisa do Senador Tasso Jereissati. Os anos não passaram em vão, Senador. (*Risos.*)

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Mas é algo que eu queria ter manifestado ontem ao senhor, o quanto me marcou a sua passagem por lá.

Senador Hélio José, obrigada igualmente pelas suas palavras. Nós tivemos alguns momentos ontem para explorar já as possibilidades de cooperação na área de turismo, e eu mencionei a V. Exª o interesse das Maldivas em se tornar um arquipélago zero carbono. Eu acho que uma cooperação na área de turismo com as Maldivas também seria interessante. As Maldivas desenvolveram uma logística de tratamento de lixo e de transportes, de fornecimento de matérias-primas, de alimentação para o seu grande complexo hoteleiro, e creio que, com a sua orientação, poderei explorar essa vertente de cooperação quando ali estiver.

Na área de energia, lembro que o Sri Lanka manifestou, em várias oportunidades, o interesse em uma cooperação na área de biocombustíveis com o Brasil, área a qual pretendo também me dedicar assim que chegar ao posto, caso venha a ser aprovada por esta Comissão.

Muito obrigada pelas suas palavras novamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora poderia, por curiosidade minha, se estender um pouquinho mais sobre o processo de reconciliação; se hoje os conflitos políticos já estão sanados, já se entrou numa fase de movimento constitucional normal, o Estado de direito, uma palavra sobre isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Aloysio, queria só pedir uma licença a V. Exª. A Senadora Vanessa me fez um apelo para eu ir ao plenário ajudar dar o quórum para a abertura. Como eu queria muito ouvir a nossa mestre em energia e nossa Embaixadora, eu estou dando um tempo, vou ter que dar uma saidinha rápida...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fique à vontade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Logo em seguida, volto e vou ouvir sua exposição, Luís.

Obrigado, Embaixadora.

Peço desculpas por não ter ficado desde o início, porque eu estava presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia e não podia sair, porque discutíamos assuntos importantes com relação ao avanço da ciência no tratamento da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª sempre zeloso no cumprimento dos assuntos parlamentares.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Com a permissão de V. Exª, gostaria de dizer que o processo de reconciliação leva tempo, são seis anos apenas desde o fim do conflito. O fim do conflito não marcou o fim das tensões. As tensões permanecem, permaneceram e há um risco de que venham novamente a perturbar o quadro político interno. O que se vê desde janeiro passado da mudança de governo é um grande engajamento desse novo governo com a implementação de certas medidas políticas também para integrar os partidos tâmils no processo de reconciliação. Isso é uma consulta aos partidos tâmils e às comunidades tâmils que foram mais afetadas, sobretudo no norte do país e no leste do país, para que então desenvolvam processos de reconciliação.

Acho que isso é o principal a ter em mente, a sensibilidade de exposição política que tem o novo governo do presidente Maithripala Sirisena, que teve o aval também quando das eleições parlamentares de 16 de agosto último, que teve o aval do Primeiro Ministro e dos dois maiores partidos do país, em cooperação com o partido, com a Frente Tâmil Unida para iniciar esse processo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Embaixador Luís Ivaldo Santos.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Muito obrigado.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer as palavras gentis aos Senadores Lasier Martins, Fernando Bezerra, Edison Lobão e Hélio José.

Sobre a pergunta do Senador Lasier Martins, como o Senador Fernando Bezerra e o Senador Edison Lobão contaram, o fato de missões comerciais acompanharem viagens internacionais de altas autoridades, e é uma praxe internacional, quer dizer, não só o Brasil, mas praticamente todos os países a praticam. E tampouco é uma coisa recente, tenho 34 anos de Itamaraty, já se fazia isso bem antes de eu entrar.

Concordo plenamente com V. Exª que a promoção comercial pode e deve ser feita de maneira ética. Agora, quanto à atuação das empresas que V. Exª mencionou, acho que não me cabe fazer qualquer pronunciamento, primeiro, por desconhecimento de causa, e segundo, porque o assunto está *sub judice*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Penso que esta fase da sabatina está concluída, possamos passar agora à apuração dos votos.

Designo o Senador Tasso Jereissati como secretário dessa apuração.

Consulta de praxe, manutenção da reunião aberta.

Todos estão de acordo, vamos continuar sob a vigilância do público, como convém à democracia.

Pode fazer a apuração, por favor. (*Pausa.*)

Estão os três indicados aprovados por unanimidade.

Meus parabéns, vamos procurar levar ao Plenário o quanto antes.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, quero dizer que estou exausto por exercer esse papel de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª será recompensado devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos passar agora à segunda parte, que é a deliberação de alguns requerimentos.

O primeiro requerimento é um requerimento de minha autoria. É dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, com o objetivo de esclarecer se foram novamente usurpadas por funcionários de outras repartições do Poder Executivo as atribuições do titular das Relações Exteriores e do Embaixador em La Paz na preparação e realização da visita daquela alta autoridade do Estado boliviano.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1 – 2ª Parte
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja indagada ao Ministro das Relações Exteriores a natureza da visita do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia ao Brasil, Álvaro Garcia Linera, da qual esta Comissão tomou conhecimento pela imprensa. O objetivo é esclarecer se foram novamente usurpadas por funcionários de outras repartições do Poder Executivo as atribuições do titular das Relações Exteriores e do Embaixador em La Paz na preparação e realização da visita daquela alta autoridade do Estado boliviano. No parecer sobre a indicação do novo Embaixador do Brasil em La Paz, aprovado na Comissão de Relações Exteriores no dia 3 de setembro último, o Senador Ricardo Ferraço referiu-se ao papel lamentável da diplomacia paralela no caso do senador boliviano Róger Pinto Molina, que permaneceu confinado por 453 dias numa sala da Embaixada do Brasil em La Paz. Alertou para a necessidade de evitar que práticas pouco republicanas se repetissem. Pela preocupação de que novamente o Governo boliviano tenha, nesse episódio, desmoralizado o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, reproduzo trechos relevantes do referido parecer: "O Governo brasileiro assistiu impassível à tática do Presidente Morales de isolar e desmoralizar a Embaixada do Brasil. Coonestou, pela omissão, a inadmissível desconstrução da autoridade de uma missão diplomática brasileira, abrindo precedente de consequências imprevisíveis."

"Sem uma mudança de fundo na condução das relações com a Bolívia, episódios desse tipo estarão fadados a se repetir. Não basta aferir as qualidades profissionais de um futuro embaixador, mas é preciso que se lhe garantam as indispensáveis condições políticas que dão sentido ao exercício de suas funções." Nesse contexto, solicita-se resposta às seguintes indagações: a) A visita teve caráter oficial ou privado? O programa foi comunicado oficialmente e tempestivamente pelo Governo boliviano ao Itamaraty ou à Embaixada em La Paz? b) No caso de se tratar de visita oficial, o Vice-Presidente Linera se encontrou com o Vice-Presidente Michel Temer ou com o Chanceler Mauro Vieira? O Itamaraty, além de apoio protocolar na chegada e partida, acompanhou a visita ao Instituto Lula, participou das reuniões e elaborou registros sobre os assuntos tratados? c) A participação do Professor Marco Aurélio Garcia em atividade realizada no Instituto Lula deu-se a título partidário ou na sua condição de Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República? d) O comparecimento de funcionários do Poder Executivo na programação do Vice-Presidente boliviano causou despesas para o Erário? E a que título?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O segundo requerimento, que é um item extrapauta, é o Requerimento nº 84, do Senador Tasso Jereissati.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 84, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III c/c art. 397, § 1º ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as consequências para o Brasil da celebração do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP), assim como sobre os fatos envolvendo um suposto veto à indicação do Ex-Ministro Nelson Jobim como observador brasileiro do processo eleitoral na Venezuela.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
Há um terceiro requerimento, que é de autoria da Senadora Ana Amélia, que pede também ao Ministro que traga explicações, que mande explicações a respeito desse episódio que envolve o Ministro Jobim. É um pedido com uma sequência de perguntas, que poderão, inclusive, servir de roteiro para o comparecimento do Ministro aqui na nossa Comissão.
Está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores (MRE) que responda às seguintes perguntas relacionadas com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da UNASUL de acompanhamento/observação das eleições legislativas na Venezuela e que sejam apensadas na resposta registros oficiais pertinentes, inclusive os da série telegráfica do MRE: 1) Quando e de que forma o Governo brasileiro apresentou o nome do ex-Presidente do TSE, Nelson Jobim, para o comando da missão da UNASUL? 2) Que gestões foram realizadas junto ao Governo venezuelano e outros países da UNASUL em favor dessa candidatura? 3) Qual foi o teor das conversas mantidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a observação eleitoral na Venezuela, em sua recente visita ao Brasil? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.)

O próximo item é o Projeto de Lei da Câmara nº 149.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016.

Autoria: Deputado Alex Manente e outros
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

O projeto foi aprovado agora há pouco na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e vem agora à nossa Comissão, para que seja brevemente submetido ao Plenário.

O Relator designado é o Senador José Agripino, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, o projeto acrescenta à referida Lei o art. 130-A, para estabelecer que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo poderá dispor sobre a dispensa unilateral da exigência de visto de turismo previsto nesta Lei para os nacionais de países nela especificados, que venham a entrar em Território nacional até a data de 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até noventa dias, improrrogáveis, a contar da data da primeira entrada em Território nacional.

Claro que o objetivo é facilitar a vinda de visitantes aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A proposição define, ainda, que a dispensa unilateral prevista não estará condicionada à comprovação de aquisição de ingressos para assistir a quaisquer dos jogos.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto em exame.

Quanto aos aspectos constitucionais, o projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado. Em termos formais, ele preenche os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional. Além disso, foram observadas as regras acerca da iniciativa parlamentar. Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior.

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e de regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Por essa razão, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2015.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Projeto de resolução do Senado, da Senadora Vanessa Grazziotin, que pretende a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O relatório do Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação. Os motivos da constituição desse grupo já foram suficientemente esclarecidos perante a Comissão pela própria autora.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Designar um relator ad hoc? Bem, eu designo, então, o Senador Lasier, para relatar, indo diretamente à análise.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, que institui como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil-Indonésia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Então, vou direto à análise.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par dessa tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

A iniciativa reveste-se de importância tendo em vista o estremecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Indonésia em virtude da recente execução de um brasileiro naquele país, condenado por tráfico de drogas, e a posição da Presidente Dilma Rousseff, logo após o fato, ao recusar-se a receber as credenciais do Embaixador da Indonésia em nosso País.

A atuação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia poderá contribuir para a superação do mal-estar diplomático e para o fortalecimento das relações bilaterais já existentes, ao possibilitar o conhecimento mútuo e dos respectivos parlamentos e o aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível do Grupo Parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional e do Parlamento da Indonésia.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Voto.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores, não há mais nada a tratar nestas duas reuniões, mas, teremos, na próxima quinta-feira, Senador Tasso Jereissati, a audiência pública requerida por V. Exª, a respeito do acordo Transpacífico.

Há dois requerimentos aprovados, o seu e o do Senador Ferraço. Vamos compor uma Mesa conjunta em entendimento com os senhores, quinta-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs Senadores, Sr. Vice-presidente da Comissão, ilustre Senador Raupp, peço, em primeiro lugar, desculpas pelo atraso involuntário. A caminho aqui do Senado, deparei-me com um acidente de trânsito que criou um enorme congestionamento e, em razão disso, estou um pouco atrasado, o que para uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é gravíssimo, se não houvesse uma justificativa plausível.

Mas antes de iniciarmos a reunião da Comissão, eu gostaria de realizar aqui uma singelíssima cerimônia de entrega, pelo Embaixador da Armênia, de um Certificado de Honra ao Mérito, que não é atribuído a mim,

mas a todos os Senadores e ao Senado Federal, pela aprovação do Requerimento nº 550, de 2015, que trata de moção de solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio da sua população.

Convido o Sr. Embaixador Ashot Galoyan para compor a Mesa, para procedermos à cerimônia. (*Pausa.*)

Esse requerimento, eu dizia, Sr. Embaixador, sobre a razão desse nosso encontro... Aquele requerimento que continha uma moção de solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do centenário da campanha de extermínio de que foi vítima o seu povo, foi aprovado aqui no Senado, no dia 2 de junho deste ano. Ele foi subscrito por mais de 50 Senadores e aprovado por unanimidade. Todos os Senadores, todas as bancadas, todos os partidos apoiaram esse requerimento, que foi subscrito por um número muito superior ao mínimo necessário para que ele pudesse ser submetido ao Plenário.

Essa votação, essa deliberação do Senado exprime realmente um sentimento muito profundo do Senado da República, em nome do povo brasileiro, em consonância com um dos princípios fundamentais da República brasileira, que é a defesa dos direitos humanos, que se deve fazer em todos os tempos, em todos os lugares.

O que aconteceu no seu país foi, realmente, um atentado gravíssimo, um atentado maciço, indiscriminado, contra os direitos não apenas dos armênios, mas da humanidade. Por isso, ele tem de ser lembrado, tem de ser estigmatizado, para que nunca mais se repita.

Nós vivemos, hoje, um momento na vida do mundo em que há situações dramáticas envolvendo milhares e milhares de pessoas vítimas de uma violência desatada, pessoas que nada têm a ver com as razões primeiras desses conflitos e que, muitas vezes, estão aí desenraizadas, estão vagando pelo mundo, buscando refúgio sem encontrar.

A lembrança do genocídio de que foi vítima o povo armênio serve para que nós tenhamos sempre presente entre nós que essa barbárie não se pode repetir. A posição do Senado brasileiro, esteja certo o senhor, é a posição do povo do nosso País, de amizade, de solidariedade e de lembrança.

S. Exª tem a palavra.

O SR. ASHOT GALOYAN – Muito obrigado.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esta nossa cerimônia, Sr. Embaixador, está sendo transmitida hoje para todo o Brasil pela TV Senado.

O SR. ASHOT GALOYAN (*Tradução simultânea.*) – O reconhecimento, pelo Brasil, do genocídio armênio é um fato histórico. Os armênios aceitaram esse gesto como um gesto de apoio ao povo armênio – não só à Armênia como país, ao povo também.

Dando informação da presença armênia na vida brasileira, existem, hoje, cerca de 100 mil armênios vivendo no Brasil como refugiados, como sobreviventes desse período do genocídio. Eles tiveram a oportunidade não apenas de sobreviver, mas de participar do crescimento e da formação deste País.

E para nós se tornou uma realidade aqui, no Senado, com o apoio do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso amigo e grande apoiador.

E, agora, convido a todos a pensar num futuro e num modo de trazer os Parlamentos mais próximos e fazer a relação ficar mais próxima entre os dois países.

Em agradecimento ao trabalho que está sendo feito aqui no Senado, tenho a honra de entregar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira a maior honra, a maior Medalha da Assembleia da Armênia, como forma de agradecimento pela moção que foi aprovada aqui, no Senado, em junho de 2015.

Vai entregar, agora, a medalha. (*Palmas.*)

E o Diploma da Medalha também.

Outros Diplomas também vão ser concedidos aos outros Senadores que assinaram a moção, que aprovaram a moção juntamente com o Senador Aloysio.

Então, vamos entregar os Diplomas para eles porque não estão presentes aqui, agora, como forma de agradecimento pelo trabalho que fizeram.

Agradeço novamente pela paciência, inclusive, e deixo o convite, Senador Aloysio, para visitar a Armênia, quando for da sua conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Embaixador, fico muito honrado por ter recebido esta distinção que compartilho com todos os meus colegas, Senadores, que aprovaram esse requerimento; um requerimento que não apenas significa o reconhecimento de um fato histórico. As páginas da história não podem ser apagadas, elas precisam ser lembradas.

E também, além do reconhecimento do fato histórico que diz respeito a um passado que precisa ser lembrado, como diz o senhor, também aponta para o futuro; para o futuro de um mundo onde não haja mais violência, não haja mais intolerância, onde haja o respeito escrupuloso dos direitos humanos, e um futuro onde as relações entre os nossos povos, que já se concretizam com a presença tão numerosa da comunidade armênia no Brasil, possam ser cada vez mais próximas, cada vez mais fraternas.

Muito obrigado ao senhor. (*Pausa.*)

Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Registro a presença do Dr. George Augusto Niaradi, Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/SP; e também do professor de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi, da Faculdade de Direito; e de Relações Internacionais e de Direito, da Faculdade Damásio de Jesus, que visitaram ontem esta Comissão.

Também nos chega à lembrança, por parte da Força Aérea, que amanhã, dia 23 de outubro, celebramos o Dia do Aviador, que é comemorado exatamente no dia em que, em 1906, Alberto Santos Dumont inaugurou aquilo que parecia um sonho, mas se tornou realidade, que seria o seu principal legado à humanidade.

Nós temos... Na primeira parte da nossa reunião, que será dedicada a sabatinas, nós teremos também uma reunião, uma rápida reunião deliberativa. A primeira parte da reunião, portanto, é a sabatina. Temos duas mensagens na Ordem do Dia da Comissão; três, melhor dizendo.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 93, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 27/08/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 01/10/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores (MRE) que responda às seguintes perguntas relacionadas com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da UNASUL de acompanhamento/observação das eleições legislativas na Venezuela e que sejam apensadas na resposta registros oficiais pertinentes, inclusive os da série telegráfica do MRE: 1) Quando e de que forma o Governo brasileiro apresentou o nome do ex-Presidente do TSE, Nelson Jobim, para o comando da missão da UNASUL? 2) Que gestões foram realizadas junto ao Governo venezuelano e outros países da UNASUL em favor dessa candidatura? 3) Qual foi o teor das conversas mantidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a observação eleitoral na Venezuela, em sua recente visita ao Brasil? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro?
5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma?
6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo?
7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Eu convido os nossos sabatinados para ocupar seus lugares à mesa, ao meu lado. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Rubem Antonio Correa Barbosa, que foi indicado para nos representar na República da Indonésia, por 20 minutos, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Podemos abrir a votação? Tenho outras atividades e os Senadores estão entrando e saindo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Bom dia, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade que me é dada de me receber novamente nesta Comissão. Eu estive aqui em agosto de 2010, então a caminho da Austrália, onde já estou há quase cinco anos. Gostaria de expressar o meu agradecimento também ao Sr. Ministro de Estado, por ter mantido a indicação de meu nome.

Na verdade, já disponho de *agreement* para ser Embaixador na Indonésia desde agosto do ano passado – e à Senhora Presidente da República, por também ter mantido essa decisão.

São notórios aos senhores os fatos que levaram a esse atraso da minha presença nesta Comissão. e acho que talvez fosse correto eu mencioná-los.

Gostaria também de estender um reconhecimento aos amigos e colegas do Itamaraty aqui presentes e aí indicaria, primeiro, como representante deles o Embaixador Pedro Borio, e está aqui um dos mais relevantes subsecretários desta administração.

Faço também um agradecimento póstumo aos meus pais, que muito fizeram para que eu pudesse estar aqui neste momento. Seguramente, não soube ter generosidade para, em tempo, responder à altura.

Naturalmente, os senhores todos sabem a dificuldade que levou a essa demora na apreciação do meu nome aqui nesta Comissão. Isso se deveu a circunstâncias infelizes da execução de dois brasileiros – condenados, presos por tráfico de drogas na Indonésia em 2004/2005 – respectivamente em janeiro e abril deste ano.

Estando no Itamaraty há 41 anos, cada um de nós é consciente de que nossas funções cada vez mais, hoje, além de representar, negociar e informar, implicam muito proteger. Tendo, talvez, algo em torno de três milhões de brasileiros vivendo no exterior, o apelo pela proteção do brasileiro é cada vez maior, e isso não cessará, de modo que devo hipotecar minha solidariedade à atitude que a Presidente Dilma Rousseff teve em pedir tempo para esclarecer o estágio das relações bilaterais com a Indonésia.

É duro ver um brasileiro, seja por que razão for, ser executado no exterior. A esmagadora maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas não tem a pena de morte no seu arcabouço jurídico. Há um movimento forte, internacional, do qual o Brasil hoje faz parte, no sentido de eliminar a pena de morte. Vamos ver se alcançamos isso. Até onde eu sei, foi a primeira vez que brasileiros foram executados no exterior em tempos de paz. A Senhora Presidente, como Presidente, representante de nós todos, como brasileira, como mãe, como pessoa que já foi perseguida, presa, torturada, naturalmente deve ter tido um instinto de reação a isso que não podemos ignorar.

Desde que esses episódios infelizes aconteceram, o Itamaraty tem feito e aliás, já tinha feito bastantes gestões no sentido de procurar salvar a vida dos dois brasileiros, respeitando o arcabouço jurídico da Indonésia e naturalmente pleiteando que, talvez, eles fossem condenados a prisão perpétua, o que já é terrível em si. Mas, de toda forma, uma vez que os eventos aconteceram, o Itamaraty nunca deixou de trabalhar no sentido de dar andamento às relações com a Indonésia, parceiro importante, país com a população ainda maior que a do Brasil. E registro recentemente reuniões do Sr. Subsecretário-Geral para Política, Embaixador Graça Lima, com a chanceler da Indonésia e, mais recentemente, no âmbito das Nações Unidas, do próprio Sr. Ministro de Estado com aquela representante, chefe da diplomacia daquele país.

Desse modo, vejo, talvez de uma forma um pouco pretensiosa, a minha presença aqui como um sinal político de retomada das relações no sentido de vamos avançar, vamos progredir, no momento em que o Brasil não pode abrir mão de qualquer parceria comercial, e a da Indonésia se mostra bastante promissora. É um país de, agora, 257 milhões de habitantes, que deverá alcançar 330 milhões de habitantes em 2100. Portanto, será o quarto país mais populoso do mundo depois de Índia, China, Nigéria e Estados Unidos. O Brasil, nessa ocasião, deverá ser o décimo segundo. Uma economia pujante, que deverá estar entre as quatro primeiras em 2050, quando o Brasil possivelmente deverá ser a quinta.

O país é o maior país muçulmano do mundo, com 88% da sua população abraçando essa religião, o que significa, então, em torno de 117 milhões de habitantes. Tem uma pauta comercial diversificada, como o Brasil, movimento comercial de US$4 bilhões nos dois sentidos. Eu, que estou servindo na Austrália, sei que o comércio da Austrália com o Brasil é a metade disso. E há dez anos, o comércio da Indonésia com o Brasil era de apenas US$750 milhões, de modo que houve um crescimento efetivo.

Eu aqui tenho que, naturalmente, prestar uma homenagem ao meu antecessor, porque, nesse período de difícil relacionamento, também alcançou tempo para ajudar na venda de aviões da Embraer para aquele país, avançar a presença da Avibras, mediante a venda de equipamentos de defesa para a Indonésia, que foi algo muito bem recebido naquele país e que levou também à criação das três adidanças militares com que conta a Embaixada em Jacarta, enquanto Camberra ainda não conta com nenhuma. De modo que há avanços sensíveis que nós, a meu ver, não devemos desprezar.

Se o Brasil hoje é a quarta maior democracia do mundo, a Indonésia é a terceira. Mas é um país de democracia ainda muito jovem, muito frágil. Está apenas no seu sétimo presidente desde a independência, em 1945, uma vez que houve presença autocrática, por assim dizer, presença militar forte no governo durante quase 50 anos. E a democracia praticamente se inicia no século XXI, isso explicado pelo enorme esforço das Forças Armadas indonésias em fazer conseguir o país se libertar do colonizador holandês. Na verdade, há uma curiosidade nesse ponto. A Indonésia celebrou sua independência em 17 de agosto de 1945, quando ainda sob domínio japonês, mas a Holanda somente aceitou esse movimento, essa evolução do país a partir de 1949, depois de duríssimas negociações e mediante efetivo envolvimento do Exército indonésio.

Do ponto de vista bilateral, relações começaram formalmente em 1953. Desde 2008 dispomos de uma parceria estratégica. A Indonésia, como o Brasil, é seletiva nessa questão de celebrar parcerias estratégicas com outros países.

Gostaria também, acho que é de justiça, de mencionar que aproximadamente dois anos atrás a Senadora Grazziotin, do Amazonas, tomou a iniciativa de apresentar o projeto de criação do Grupo Parlamentar

Brasil-Indonésia. É verdade que nós tivemos, nos últimos cinco anos, quantidades consideráveis de visitas de Parlamentares indonésios ao Brasil. Acho que, de alguma forma, estamos como que a dever alguma reciprocidade. E espero, se tiver meu nome acolhido por esta Comissão, de repente, poder contribuir nesse sentido.

Durante esses últimos cinco anos, servi na Austrália, mas também tive cinco países sob minha asa, cinco países que representei de forma cumulativa: Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Vanuatu e Papua-Nova Guiné. Naturalmente estaria também disponível para comentar, não apenas sobre a Indonésia, alguma curiosidade que os senhores Parlamentares tenham com relação a minha experiência mais recente. Eu estaria disponível para comentar.

Sr. Presidente, talvez eu já tenha até me estendido um pouco. Não sei se, na hora de perguntas e respostas, despertando alguma curiosidade...

Agradeço imensamente a presença do amigo e mentor, eterno Ministro Edison Lobão, com quem tive a honra de trabalhar de 2008 a 2010, antes de ir à Austrália, e do Senador Fernando Bezerra Coelho, único Ministro, Ministro da Integração, que tive o privilégio de receber em Camberra, personalidades de quem gostei muito, com quem aprendi muito. Particularmente o Ministério Edison Lobão, agora, na ausência de meu pai, a partir de abril deste ano, tem sido meu pai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Passo a palavra agora à Srª Embaixadora que foi indicada para representar o Brasil no Sri Lanka.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Exmos Srs. Senadores, Excelências, senhoras e senhores, sinto-me honrada por estar presente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Agradeço à Excelentíssima Senhora Presidente da República, que muito me honrou ao submeter o meu nome a esta Casa.

O meu sincero agradecimento é também dirigido ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, que deposita em mim a confiança para representar o Brasil na República Democrática Socialista do Sri Lanka e na República das Maldivas.

É grande o meu entusiasmo no sentido de promover os interesses nacionais nesses dois países.

Sr. Presidente, destaco, no primeiro momento, alguns pontos para embasar a análise do contexto no qual desempenharei minhas funções com a aprovação de V. Exªs.

Este trabalho apresenta estímulos que ocorrem num momento em que o Oceano Índico adquire relevância na configuração geopolítica global. Isto em razão de considerações de ordem política, sendo palco de possível rivalidade e presença crescente das grandes potências, Estado Unidos, China e Índia, em razão de ordem econômica, como rota fundamental para o comércio de hidrocarbonetos, e de segurança, em razão dos riscos de pirataria, terrorismo, tráfico de armas, drogas e seres humanos.

A posição geográfica do Sri Lanka, no centro das principais rotas marítimas de comércio que ligam o Oriente Médio à África e à Ásia Meridional, à China e ao Pacífico, definiu a história de influências e ocupações estrangeiras que vivenciou, imprimindo marcas profundas na construção de sua sociedade.

Essa ilha, ao sul da Índia, serviu de entreposto a comerciantes gregos, romanos, persas, árabes, chineses e europeus.

A era das grandes navegações, a partir do século XVI, deu início à sua colonização por potências europeias em busca de especiarias e de outras matérias primas.

Os portugueses ocupam a ilha, de 1505 a 1658, dando-lhe o nome de Ceilão, assim os holandeses, de 1640 a 1796, e os britânicos, entre 1802 e 1948.

Essas influências e ocupações estrangeiras contribuíram para a formação de uma sociedade multiétnica, multirreligiosa, multilinguística e multicultural, características que têm implicações sobre o quadro interno, marcado por tensões etnicorreligiosas.

Em 1948, no momento de sua independência, o então Ceilão apresenta na superfície a face de uma sociedade democrática e próspera. Era visto como um Estado promissor comparado a Cingapura, por estarem os dois nas rotas de comércio. Os ventos da fortuna sopraram em direções contrárias e o país ficou entranhado em insurgências e lutas internas que opuseram a maioria cingalesa, budista, 75% da população, à minoria tâmil, hinduísta, 15% da população. Hoje, a população total é de 21 milhões de pessoas.

Formam-se movimentos tâmis organizados, que passam a lutar pelo reconhecimento de uma nação tâmil pela criação de um Estado tâmil independente ao norte e a leste da ilha.

Entre os movimentos separatistas consolida-se, a partir de 1976, o grupo armado Tigres da Libertação do Tamil Eelam, colocado na lista das organizações terroristas por vários países.

Essas lutas internas culminam em uma guerra civil que opôs as Forças Armadas aos tigres tâmis, de 1983 a 2009, vitimando mais de cem mil pessoas.

As denúncias de violações de direitos humanos e do direito humanitário, principalmente nas últimas fases do conflito, levaram à convocação de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU ainda em maio de 2009.

Vinte e seis anos de guerra civil legaram vários desafios ao Sri Lanka, como a necessidade de reconstruir infraestruturas, de reintegrar à sociedade milhares de ex-combatentes, inclusive crianças, e de solucionar a questão dos deslocados internos, então estimados em mais de 300 mil pessoas.

Ao final do conflito, o Governo brasileiro realiza duas doações para apoio a famílias deslocadas através do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Esses gestos repercutem de forma muito positiva junto ao governo do Sri Lanka e nos meios de comunicação do país.

O conflito, obviamente, gerou distorções; no entanto, não provocou o colapso do estado ou se suas instituições.

Registraram-se crescimento econômico e avanços em certas áreas de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em particular saúde e educação, embora com marcadas desigualdades regionais.

Desde o fim da guerra, o país apresenta um quadro de crescimento acelerado impulsionado por demanda interna e por importantes gastos em infraestrutura, nas áreas de portos, aeroportos, energia e plataformas digitais.

Com um PIB de US$80 bilhões, que cresce a taxas entre 6% a 8%, o Sri Lanka deverá alcançar, no final deste ano, o patamar de país de renda média.

O turismo desenvolve-se de maneira rápida como vertente de crescimento, inclusive com investimentos estrangeiros.

Seis anos apenas após o fim da guerra civil, o Banco Mundial aponta para o crescimento robusto da economia cingalesa, que se abre a investimentos estrangeiros.

As eleições presidenciais de janeiro último trouxeram uma mudança de governo e um importante ponto de inflexão no quadro cingalês.

No intuito de restabelecer a credibilidade do país, o novo Presidente, Maithripala Sirisena, anuncia uma mudança de cultura política, compromete-se com a reconciliação nacional e a criação de mecanismos internos de justiça de transição, em contrate com o seu predecessor.

A reação da comunidade internacional a este novo engajamento traduz-se por um voto de confiança, evidenciado pelo número de visitas de autoridades estrangeiras que o país registra desde janeiro, entre as quais eu citaria a vista do Papa Francisco, a visita do Secretário de Estado norte-americano, John Kerry, e a visita do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi.

Nota-se uma nova percepção, de parte das grandes potências, do papel do Sri Lanka na ordem emergente no Oceano Índico.

A China, que investe US$26 bilhões no país, confere uma importância particular às suas relações com Colombo, que está na rota das suas fontes de suprimento de energia no Oriente Médio e do seu comércio com regiões que se desenvolvem rapidamente na África e na Ásia Central.

O Sri Lanka se localiza no mapa da nova rota marítima da seda ou o que analistas também chamam de "colar de pérolas" no Oceano Índico.

Poderei voltar a este tema mais tarde.

Para a Índia, o Sri Lanka é vizinho estratégico, inclusive devido ao fator étnico tamil.

Para os Estados Unidos, o Sri Lanka adquire importância acentuada desde o anúncio, pelo Presidente Barack Obama, de uma reorientação estratégica em relação à Ásia. Cabe lembrar que os Estados Unidos têm aumentado sua capacidade naval no Oceano Índico, onde mantêm a sua importante Quinta Armada, com base em Diego Garcia. Para Washington, trata-se de garantir a supremacia naval e econômica numa região onde cresce a presença chinesa.

Este constitui, Sr. Presidente, o pano de fundo no qual se desenvolvem as relações do Brasil com o Sri Lanka, as quais tomaram um novo impulso com a reabertura da embaixada em Colombo em 2008.

O diálogo político e diplomático foi elevado a novo patamar a partir das visitas ao Brasil dos Chanceleres cingaleses Bogolagama e Perez, em 2008 e 2013, e a visita do Ministro Antônio Patriota a Colombo em 2011.

Destaco, principalmente, a visita, em 2012, do Chefe do Estado-Maior do Exército, que tratou de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, na áreas de intercâmbio de informações, treinamento e cursos, combate ao terrorismo, guerra cibernética, sistemas de monitoramento e vigilância dos oceanos e proteção de fronteiras marítimas.

Essa visita foi reciprocada em janeiro de 2014 pelo Secretário de Defesa cingalês, que, em Brasília, manteve encontros com o Ministro da Defesa, com o Comandante da Marinha e com o Comandante da Força Aérea Brasileira.

Foram discutidas possibilidades concretas de cooperação técnico industrial e acertada visita de missão cingalesa à Emgepron, tema ao qual me dedicarei ao chegar ao posto, caso vir a ser aprovada por esta Comissão.

O Secretário de Defesa cingalês também visitou a Embraer para tratar da compra de aeronaves para uso comercial e militar, o KC-390 e o EMB 120. Sublinho que missões técnicas da Embraer já visitaram Colombo em várias oportunidades para contatos com a Sri Lanka Air Lines e com o Ministério da Aviação Civil.

Menciono igualmente as visitas ao Brasil de missões cingalesas das áreas agrícolas, da habitação, da energia e do setor açucareiro.

Sobre o amparo de cooperação técnica em vigor desde 2010, projetos já foram negociados nas áreas de combate à dengue e manejo florestal.

O Sri Lanka também expressou interesse em conhecer os programas sociais brasileiros de agricultura familiar e alimentação escolar.

O comércio bilateral cresceu de maneira sustentada em 250% nos últimos 10 anos e alcançou a cifra de 174 milhões, em 2014. A balança comercial tem sido, tradicionalmente, superavitária para o Brasil, embora composta por exportações de açúcar.

Sublinho, por fim, sobre o Sri Lanka, esse país que visa constituir-se como plataforma de logística aeroportuária no Oceano Índico, inclusive como porta de entrada para a Índia, país com o qual tem acordo de livre comércio que cresce a taxas elevadas.

Uma palavra, Sr. Presidente, sobre as Maldivas.

A República das Maldivas é formada por 26 atóis, compreendendo mais de mil ilhas. Cerca de 80% de seu território encontra-se a menos de 1m acima do mar. A vulnerabilidade ambiental do arquipélago impõe, portanto, uma reflexão sobre as consequências. (*Pausa.*)

É fileira à esquerda que se estende por quilômetros.

Estava dizendo que a vulnerabilidade "inelocutável" deste arquipélago impõe reflexão sobre as mudanças do clima, sobre a sua população e o seu ecossistema.

O país pertence ao agrupamento Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que tem forte atuação nas negociações multilaterais sobre clima, oceanos, economia azul e pesca.

O diálogo sobre temas ambientais é, portanto, uma vertente importante das nossas relações bilaterais.

País de maioria muçulmana, classificado como país de renda mínima, tem uma economia baseada em turismo de luxo e na pesca.

As relações diplomáticas implementadas em 1998 foram igualmente dinamizadas a partir da reabertura da embaixada residente em Colombo, o que permitiu contatos frequentes com o Malé.

O país apresenta oportunidades de cooperação técnica em agricultura e na área de esporte.

O fluxo de comércio atinge US$15 milhões, concentrados na exportação brasileira de carnes destinadas principalmente ao setor hoteleiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Srª Embaixadora.

Agora, com a palavra, o Embaixador que está sendo indicado para nos representar no Benim.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Ex^{mo}s Srs. Senadores, para mim, é uma grande honra estar aqui diante desta Comissão hoje. Acho que o sonho de todo diplomata que ingressa na carreira é um dia chefiar uma embaixada. Por isso, sou muito grato pelo voto de confiança que me foi dado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Embaixador Mauro Vieira, com quem tive o prazer de trabalhar na embaixada em Oslo.

Como os senhores sabem, Benim é um país da costa atlântica africana. Tem uma área, aproximadamente, equivalente aos Estados de Pernambuco ou de Santa Catarina, no Brasil, ou, em uma comparação internacional, a Cuba e uma população estimada em 10 milhões de habitantes. Não vou aborrecê-los com estatísticas. Basta dizer que é um país de baixa renda, com indicadores socioeconômicos compatíveis.

É um país, como muitos países africanos, que tem um complexo étnico bastante acentuado.

Contam-se cerca de 40 etnias que professam o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais. A tradição do Benim tem sido do convívio harmonioso entre os grupos étnicos e as confissões religiosas.

O país se tornou independente da França em 1960 com o nome de Daomé, assumindo o nome atual em 1975. O período que se seguiu à independência foi bastante tumultuado, com seguidos golpes de Estado e, em 1972, foi instituído um regime unipartidário de viés marxista e, com o fim da União Soviética, em 1990, o país passou por um processo de redemocratização que é muitas vezes apontado como exemplar.

De lá para cá, as eleições presidenciais e legislativas têm se realizado regularmente nos períodos supostos. A transição do poder tem se dado de maneira tranquila e, agora, no começo de 2016, vão ocorrer novas eleições presidenciais. O atual mandatário, Presidente Thomas Yayi Boni, como está concluindo o seu segundo mandato, já não poderá concorrer.

A economia do Benim é baseada na agricultura e no comércio de exportação. O principal produto agrícola e de exportação é o algodão. O país tem um projeto de se transformar numa plataforma logística para a região através da ampliação e modernização do aeroporto e do Porto de Cotonou e da criação de um corredor rodoferroviário ligando o Oceano Atlântico ao Vale do Níger, que serviria como canal de escoamento para o Burkina Faso e para o Níger, que são países mediterrâneos, e para parte da Nigéria. Também não se pode descartar, dada a localização geográfica, que amanhã ocorram descobertas significativas de petróleo, o que poderia ter um impacto grande sobre o perfil econômico do país.

As relações do Benim com o Brasil são muito multisseculares. Desde o fim do século XVII até meados do século XIX, depois de Angola, a região da costa africana que fica aproximadamente entre Acra, em Gana, e Lagos, na Nigéria, com centro no Benim e principalmente no Porto de Iudá, foi o grande local de partida de africanos para o Brasil, os chamados minas, jejes e nagôs. Quer dizer, muitos brasileiros têm antepassados que são originários do que hoje em dia é o Benim, que também trouxeram uma contribuição significativa para a formação da nossa cultura.

No sentido oposto, existe, no Benim, a comunidade dos brasileiros do Benim, os agudás, que são descendentes de comerciantes brasileiros que se estabeleceram nessa região no século XIX e de escravos retornados ao Brasil que trouxeram com eles, que voltaram do Brasil imbuídos da cultura brasileira. Eles se constituem, vamos dizer, como um dos vários grupos que compõem a pluralidade ética do Benim. Existem muitas pessoas com sobrenomes como Souza, Silva, Paraíso, Santos, inclusive, a primeira-dama do Benim é Souza. Cultivam essa ligação com o Brasil. De acordo com o Prof. Milton Guran, que fez vários estudos sobre os agudás, essa comunidade constituiria pelo menos 5% da população total do país, o que hoje representaria cerca de 500 mil pessoas.

O líder tradicional da comunidade tem o título de Xaxá, que é um título nobiliárquico do antigo reino Daomé, que foi conferido pela primeira vez em 1821 a Francisco Félix de Souza, um comerciante baiano, que se instalou no Porto de Iudá. Hoje em dia, o título tem caráter simbólico, mas é exercido pelo oitavo Xaxá. Ademais disso...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – ....uma bibliografia interessante sobre o assunto.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Interessantíssima, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Se pudesse até indicar depois, seria interessante.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Eu teria o prazer de transmitir à assessoria de V. Exª.

Mas, voltando, contemporaneamente, a Embaixada no Brasil em Cotonou foi aberta em 2006, no ano em que o Presidente Lula visitou Benin. No ano seguinte, essa visita foi reciprocada pelo Presidente Boni Yayi, e também houve a abertura da Embaixada do Benin aqui em Brasília. Em 2012, o Presidente Boni Yayi voltou uma segunda vez ao Brasil.

O nosso comércio bilateral apresentou uma mudança de patamar, a partir de 2008. De lá para cá, tem sempre se situado numa corrente de comércio acima de US$100 milhões, e o saldo do comércio é francamente favorável ao Brasil. No caso, as nossas exportações são basicamente de açúcar e produtos alimentícios, e as importações do Benin, de algodão.

Nós temos uma carteira de cooperação bastante expressiva com Benin. Temos projetos na área da saúde, da educação, da preservação do patrimônio cultural, da cooperação portuária. E Benin também é um dos participantes do projeto multilateral Cotton 4 + Togo. É Benin, Togo, Chade, Mali e Burkina Faso, e é dedicado a aperfeiçoar o cultivo, a produtividade da produção de algodão, que, como eu disse antes, é um produto particularmente importante no Benin.

Investimentos brasileiros no Benin, até hoje, não têm, infelizmente, um *start* muito favorável. Houve uma tentativa de uma empresa brasileira de entrar no ramo dos transportes urbanos em Cotonou, mas isso não prosperou. A Petrobras esteve lá participando de um consórcio. Fizeram perfuração de pesquisa, mas não apresentou bons resultados. E agora um consórcio constituído pelas empresas Construtora Sucesso e Remanso Mineradora e Construtora devem construir um trecho de estrada de 93 quilômetros de comprimento entre as cidades de Ketu e Savé, dentro desse projeto da construção do corredor rodoferroviário do Benin.

A comunidade de cidadãos brasileiros no Benin é pequena, são cerca de duas dezenas de pessoas, e se me for dada oportunidade, eu espero conhecê-los praticamente todos.

A embaixada em Cotonou também lida cumulativamente com o Níger, que ao contrário do Benin é um país grande, é 1,2 milhão de quilômetros, com uma população de 17 milhões de habitantes, mas é um país com grandes extensões de deserto. A população está muito concentrada ao sul, no Vale do Níger, onde existe possibilidade de cultivos agrícolas.

O Níger também se tornou independente da França em 1960. Tem uma história política bastante conturbada. Acho que não é o caso de me alongar sobre o assunto. Também vai passar por eleições presidenciais agora no começo do ano que vem, mas no caso, o Presidente Mahamadou Issoufou está concluindo seu primeiro mandato, então lhe é dado candidatar-se à reeleição.

A economia é baseada principalmente na exportação de urânio, tendo a França como cliente principal. De alguns anos para cá, começou a exploração de petróleo, por enquanto para consumo interno, mas se prevê que a partir de 2017 esse petróleo vai começar a ser exportado. Será construída uma conexão com o oleoduto que passa por Chade e por Cameroon.

As nossas relações com o Níger são bastante insipientes. Então, o comércio bilateral é muito reduzido. Nós não contamos com acordo de cooperação bilateral. Já foram desenvolvidas, apesar disso, algumas atividades basicamente na área da segurança alimentar, que é uma grande preocupação do governo nigeriano.

A comunidade brasileira lá consta de cerca de 33 pessoas, uma comunidade missionária que tem uma obra assistencial. E no começo deste ano, infelizmente, ocorreu um episódio em que radicais religiosos atacaram várias entidades cristãs, inclusive essa obra. Felizmente, a coisa se limitou a danos materiais. Chegou-se a cogitar, com a colaboração das autoridades nigerianas, a evacuação dessa comunidade, mas, de lá para cá, as coisas serenaram e não há indicações de que esse episódio volte a se repetir.

Se a Comissão houver por bem aprovar a minha indicação, eu pretenderia, quando fosse ao Níger apresentar credenciais, fazer uma visita a essa comunidade e manter contatos regulares com ela por telefone, por *e-mail*.

No mais, acho que caberia, para não me alongar muito, uma breve menção à questão do Boko Haram. Até hoje não se registraram episódios ligados ao Boko Haram no Benin. Mas, ontem mesmo, um episódio vitimou dois militares nigerinos no Níger. Essa situação na Nigéria tem provocado um fluxo de refugiados para o Niger e o país tem dificuldade em acolhê-los.

Tanto o Benin quanto o Níger se comprometeram a tomar parte numa força multilateral para combater o Boko Haram, força comandada pela Nigéria, que também é integrada por forças do Chade e do Cameron.

Bom, eu não queria me estender mais.

Deixarei o tempo para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Embaixador.

Vamos passar agora às perguntas.

Os Senadores farão as perguntas e depois os nossos sabatinados responderão em bloco.

Senador Lasier é o primeiro inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A lista começa por mim, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Começa pelo Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Assim de supetão? É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O senhor foi o Relator da indicação de Embaixador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, com muita honra. Embaixador que tem um currículo magnífico, uma formação universitária na Suíça, em Genebra. E na explanação que fez, confirmou a cultura internacional e o preparo que tem.

Mas eu quero começar pelo Embaixador Rubem, e que não é o Embaixador Rubens Barbosa, mas que tem a mesma dignidade e preparo do Embaixador Rubens Barbosa.

Embaixador Rubem, o senhor está indo para a Indonésia e nós estamos num momento que sucede a assinatura desse promissor contrato, dessa Parceria Transpacífico, que reúne Estados Unidos, Japão, Austrália, dois privilegiados países sul-americanos, se não me engano apenas dois, Chile e Peru, e a Indonésia. Por tudo que se tem prenunciado, essa Parceria Transpacífico brevemente vai concentrar 40% das trocas comerciais, deixando bem para trás a nossa Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. E o Brasil não está no meio.

Então, a pergunta que eu queria fazer é de que modo nós poderemos ter essa relação com a Indonésia, que é um país próspero, é a quarta população mundial? Portanto, teríamos muito mercado para fazer com esse país. Mas com a Indonésia participando da Parceria Transpacífico, onde é que nós ficamos? Como vai se desenvolver o seu trabalho nessa relação de modo a sobrar alguma coisa para o Brasil, que talvez fique em dificuldade por não integrar essa parceria?

V. Exª vê alguma perspectiva de o Brasil fazer parte desse bloco no futuro?

Essa é a minha pergunta.

Com relação à Embaixadora Elizabeth, de cujo processo tive a honra de ser o Relator e que está indo para o Sri Lanka.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, Embaixadora, com relação aos incidentes, à guerra civil, ao que aconteceu nos últimos anos no Sri Lanka durante tanto tempo e onde o Brasil vive um dilema. Não faz muito tempo, o assessor especial do Itamaraty, aqui nesta nossa Comissão – e, na interpretação do nosso Senador Tasso Jereissati, sempre foi uma participação estranha, parece que fora de lugar –, o Sr. Marco Aurélio Garcia disse, em determinado momento, que o Brasil não tem nada que ficar distribuindo certificados de bom comportamento ou de mau comportamento pelo mundo afora. Não é essa a tradição política externa do Brasil. Acontece que o Brasil tem, no seu art. 4º, onde regem as relações internacionais, a prevalência aos direitos humanos, defender os valores dos direitos humanos. E aquele assessor disse que não temos que nos meter, que não é papel do Brasil imiscuir-se. Entretanto, houve violação dos direitos humanos no Sri Lanka, e, com enorme experiência e preparo, a Embaixadora Elizabeth está indo para lá.

Então, no seu enfoque, qual é o princípio que tem prioridade, o de proteção dos direitos humanos ou o da não ingerência, se voltarem aqueles conflitos comuns no Sri Lanka?

Essa é a minha pergunta.

Com relação ao Benin, tive oportunidade de conhecer, ontem, o Embaixador Luís Ivaldo e fiquei muito agradecido também pela presença dele no meu gabinete.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, Embaixador Luís Ivaldo, que não deve ser motivo nenhum de constrangimento, pelo histórico que o senhor tem, mas que nos preocupa, com respeito à relação do Brasil com o Benin.

A partir de 2013, o Presidente Lula e alguns empreiteiros, que hoje estão presos, foram ao Benin para prospectar negócios, investimentos. Eu não sei bem até hoje, procurei investigar, se acabaram concretizando algum negócio. Mas o ex-Presidente Lula levou para o Benin empresários, como Alexandrino Alencar, da Odebrecht; teve contato com o Presidente Boni Yayi; levou empresários, como Marcos, da Queiroz Galvão; Adelmário Pinheiro, da OAS, empresários que são investigados. Essa nos parece uma participação indevida e que envolveu um Presidente da República, querendo abrir negócios com financiamento do BNDES e outros no Benin.

Portanto, no momento em que V. Exª está indo para lá, e temos certeza de que V. Exª será um grande representante, e terá meu voto, daqui a pouco, como o senhor interpreta isso, empresariado através de empreiteiros, hoje sabidamente com ligações escusas? Foram para lá com o Presidente da República. Se isso é regular, se isso é legal. E se porventura houver alguma continuidade nessas relações, como o senhor se posiciona?

São essas as minhas três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lasier.

A ideia me parece que é fazer em bloco as perguntas. Passo a palavra ao Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, senhores embaixadores e embaixadora, eu queria, inicialmente, registrar, com alegria e satisfação, esse reencontro com o Embaixador Rubem Barbosa. Eu tive oportunidade de visitar a Austrália quando ele era o nosso Embaixador naquele país. Na ocasião, desenvolvemos cooperação com as autoridades australianas em duas áreas importantes. Para o lançamento do programa Água para Todos, nós fomos pegar a tecnologia das cisternas de polietileno desenvolvida na Austrália. Veja, Sr. Embaixador, que o Governo brasileiro entregou mais de 800 mil cisternas em todo o Semiárido do Nordeste brasileiro utilizando aquela tecnologia, em um trabalho feito através da Codevasf e do DNOCS, em parcerias com diversos governos estaduais. E registro aqui a sua atenção e o seu apoio. A forma como recebeu a nossa delegação, abrindo portas em Camberra para contatos de alto nível com diversos ministérios, foi bastante frutífera. E também outra área em que se desdobraram importantes iniciativas aqui, no Brasil, foi a área de gestão de recursos hídricos, que deu ensejo à elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Hídrica, que deverá ser concluído já, contando com a colaboração do Banco Mundial e de técnicos da Agência Nacional de Águas, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional. Portanto, eu tenho absoluta certeza da boa receptividade que seu nome deverá receber aqui, nesta Comissão, e no Senado Federal, para que V. Exª possa nos representar, e bem representar, desta feita, na República da Indonésia.

A pergunta que trago para o Embaixador Rubem Barbosa está relacionada ao fato de que, no relatório encaminhado pela Chancelaria ao Senado, fala-se que estão em vigor diversos memorandos de entendimento nas áreas de educação, erradicação de pobreza, agricultura, energia etc, mas está em estágio avançado a negociação de um acordo na área da defesa com a República da Indonésia. A minha pergunta é: em que consiste esse acordo na área de defesa e por que razão essa agenda ganhou mais dinamismo que as demais? Brasil e Indonésia possuem fluxo de comércio de material bélico ou contratos importantes já estão em vigor? Em caso

positivo, quais seriam essas áreas de cooperação e que materiais são esses que estão em tratativas através da celebração desse acordo na área de defesa?

Eu queria cumprimentar a Embaixadora Elizabeth e dizer que fiquei muito impressionado com a sua apresentação aqui sobre a crescente importância do Sri Lanka, na medida em que é uma região de grande dinamismo econômico, apesar de toda guerra civil enfrentada. Saber que o Sri Lanka vem experimentando taxas de crescimento entre 6% e 8%, certamente, vai ensejar oportunidade para incrementar as nossas relações bilaterais e, sobretudo, oportunidade de incrementar nossa pauta de exportação. Portanto, eu quero desejar muito boa sorte nessa nova missão.

Em relação ao Embaixador Luís Ivaldo, eu quero também dizer que não será fácil a sua missão no Benim, mas eu me permitiria aqui, tendo em vistas as colocações do meu companheiro e amigo Senador pelo Rio Grande do Sul, dar aqui um contraponto. Eu acho que, na realidade, evidentemente, tudo que não esteja de acordo com a ética e com as legislações vigentes no Brasil deve ser combatido, deve ser investigado, deve ser esclarecido, mas é importante saber que relação diplomática significa defender os interesses do Brasil e avançar a presença dos produtos brasileiros no comércio internacional. Eu creio que o que motivou o ex-Presidente Lula a fazer esses contatos, essas viagens, levando, evidentemente, empresários brasileiros para poder ampliar a nossa pauta de exportação... Eu mesmo, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, participei de missões chefiadas, lideradas pelo Presidente Lula nos países do Mar do Norte, naquele momento em que precisávamos intensificar nossas relações com a Suécia, com a Finlândia, com a Noruega, com a Dinamarca, quando a indústria de petróleo e de gás no Brasil vivia um grande momento de grandes e fortes investimentos. Era importante explorar essas parcerias bilaterais, essas parcerias comerciais.

Portanto, quero apenas, tendo tido o privilégio de ser companheiro do ex-Presidente Lula e de respeitá-lo, trazer aqui a palavra de que o Presidente Lula sempre foi um grande defensor dos interesses brasileiros, sobretudo, no palco internacional. No cenário internacional, ele se movimentou com muita força e merece o reconhecimento da comunidade internacional pelos programas de inclusão social que promoveu no Brasil. De certa forma, ele abriu espaço para a presença brasileira em diversos foros internacionais. Hoje, o Brasil ocupa posições de destaque em vários foros. Acho que a diplomacia, a política externa brasileira posta em prática pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe bons resultados para a economia brasileira e para o povo brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Portanto, eu queria desejar também ao Embaixador Luís Ivaldo boa sorte.

Não deram certo as explorações de petróleo no Benim feitas pela Petrobras, mas, certamente, a Petrobras tem diversos ativos no exterior que trouxeram bons resultados para a empresa. É evidente que, nesse setor de petróleo e de gás, nem sempre você tem a certeza de que o investimento será, digamos assim, exitoso. Mas acho que este momento mais difícil será superado, e nós haveremos de identificar sempre boas oportunidades para os interesses brasileiros, sobretudo, na área comercial, na área de investimento, na área financeira.

Então, desejo boa sorte ao Embaixador Luís Ivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Peço desculpas ao Senador Lobão.

Eu não notei que V. Exª havia pedido a inscrição, mas V. Exª tem a palavra agora, tardiamente.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – A lhaneza de V. Exª é suficientemente conhecida nesta Comissão e na Casa. Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por algumas vezes, observei aqui, quando a Comissão examinava outros nomes do Itamaraty para diferentes embaixadas, que se consideraram os diplomatas brasileiros, todos eles, perfeitamente qualificados para o exercício das funções a que estão destinados.

Assim, sei que a Embaixadora Elizabeth assim como o Embaixador Luís Santos estão à altura das funções que haverão de exercer, uma vez aprovados por esta Comissão e pelo Plenário do Senado.

Cumprimento, portanto, o Ministro das Relações Exteriores e a Presidente da República pelas escolhas oportunas e adequadas que fizeram.

Quanto ao Embaixador Rubem Barbosa, não posso me furtar de fazer um depoimento. O Embaixador foi meu assessor no Ministério de Minas e Energia por longo período. Eu, que fui o Ministro mais longevo naquele Ministério desde a sua criação – exerci a função por dois governos –, tive a assistência próxima, imediata e extremamente competente do Embaixador Rubem Barbosa. Fui ao exterior, e ele me acompanhou durante todo aquele período. Visitamos dezenas de países. Fomos aos Emirados Árabes, fomos a outros países da região,

como a Arábia Saudita e o Catar. Fomos à Rússia, aos Estados Unidos por diversas vezes, à França, à Inglaterra. Sempre tive, na presença do Embaixador Rubem Barbosa, uma segurança e um estímulo para as funções que eu estava ali exercendo.

Eu fui convidado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, para ser um consultor especial dele no que diz respeito à energia elétrica e, sobretudo, ao programa que aqui estabelecemos no governo Lula, que era o Luz para Todos. Comigo ele sempre esteve como uma garantia daquilo que eu deveria fazer como representante do Brasil nas Nações Unidas.

Portanto, o depoimento que trago sobre ele, por conhecimento pessoal, é de que se trata de um embaixador com a mais alta qualificação, sem prejuízo da qualificação dos demais embaixadores do Itamaraty, sobretudo os que aqui se encontram hoje.

Quanto à declaração final de S. Exª, de que me considera um segundo pai, devo dizer que recebo com muita honra e com muita alegria essa manifestação. Com isso, passo a ter mais um filho de extrema lealdade, de extrema competência, correção pessoal, exação em tudo quanto exerce nas suas funções de diplomata brasileiro.

O Senador Fernando Coelho já emitiu uma palavra sobre o Presidente Lula, que eu subscrevo integralmente.

Não estou vendo aqui o Senador Lasier...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Está votando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Está votando.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Está votando.

O Senador Lasier não teve, certamente, a intenção de ferir, de atacar o Presidente Lula. Fez uma pergunta ao Embaixador Luís Santos, apenas isso.

Mas, como Ministro também do Presidente Lula, devo dizer que S. Exª fez aquilo que, como Presidente da República, deveria mesmo fazer. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem admiro profundamente e que foi um excelente Presidente, um estadista, fez isso muitas vezes, com extrema capacidade e espírito público, assim procedendo diversos outros Presidentes do Brasil. O Presidente dos Estados Unidos faz isso frequentemente, o da China também; todos afinal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – França. V. Exª se lembra do Presidente da França. Houve um Sete de Setembro aqui no Brasil, ainda no governo do Presidente Lula, em que veio o Presidente francês apenas para aquela solenidade. Eu estava presente, e o Presidente Lula me apresentou a ele para tratar exclusivamente do interesse comercial legítimo da França.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E ainda trouxe a... Como é o nome da cantora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – E ainda trouxe a Carla Bruni, o que se pode considerar quase um suborno indireto. (*Risos.*)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – É uma pressão irresistível!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Pela beleza e pelo talento.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Então, embora o Senador Lasier não tenha tido a intenção, eu não posso, sem embargo do que S. Exª falou, deixar também de, em primeiro lugar, subscrever todas as palavras do Senador Fernando Bezerra e, em segundo lugar, de dizer também que me coloco ao lado do Presidente Lula. Com ele foram muitas vezes ao exterior comitivas de empresários defendendo os mais profundos e legítimos interesses do povo brasileiro.

Agradeço a V. Exª o tempo que me concedeu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. O Senador foi citado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É evidente que não há nem sombra de qualquer desconfiança com relação ao nosso estimado embaixador, que ouvi ontem, que conheci e que é uma pessoa de idoneidade. O que eu quis dizer foi que ao Benim o ex-Presidente foi com presidiários de hoje, empresários que foram lá prospectar negócios, e isso não ficou bem. E, como eu sou um Senador que veio da imprensa, eu respeito o que noticiaram. Não faz muito, as revistas *Época* e *IstoÉ*, com relação a essa presença

suspeita do Presidente da República, inclusive vão mais adiante as reportagens. Não só ao Benin, mas a outros países africanos e a outros países de ditadura, o Presidente da República esteve junto e , inclusive – avançando a reportagem –, de que teria havido participação nos benefícios. Isso não ficou bem para o Brasil, isso está nos noticiários. Isso é sobejamente conhecido.

Agora nós temos um importante Embaixador que está indo para lá e nós não pensamos, nem por alto, que possa acontecer qualquer coisa parecida, porque confiamos nesse homem que vamos mandar para lá – e eu acabei de votar no seu nome. Não ficou bem, o resultado ficou arruinado com a prisão dos empreiteiros.

O que enfatizo agora ao Embaixador Luís Ivaldo é que ele realmente nos represente, que é o que queremos, e que não resulte para o Brasil, futuramente, nada parecido com o que veio para a imprensa posteriormente.

Eu acho que me explico com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Aloysio, Srªs Embaixadoras, Srs.Embaixadores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro eu queria ratificar aqui que eu entendi perfeitamente a preocupação do Senador Lasier. Evidentemente, compreendendo a defesa do Senador Fernando Bezerra, não é nem defesa, é esclarecimento da defesa dos Senadores Fernando Bezerra e Edison Lobão, que, claro, foi muito bem colocada, mas entendo muito bem a preocupação do Senador Lasier, porque, em uma dessas viagens, saiu uma série de notícias sobre, inclusive, o tipo de comunicação que era feita entre o representante, se não me engano, da Odebrecht, estou esquecendo o nome dele, o Alexandre Alencarino, enfim coisas desse tipo... A viagem do Presidente é normal, deve ser feita, defendo, mas esse tipo de companhia com esse tipo de objetivo, evidentemente, é algo que preocupa e não é bom para as missões diplomáticas, para a política externa brasileira.

Acho que aqui as perguntas todas foram apresentadas e eu queria apenas colocar, aqui com a Embaixadora Elizabeth-Sophie, com quem tive oportunidade de conviver quando Governador do Estado do Ceará – aqui vai uma pequena história –, a importância de uma equipe diplomática brasileira voltada a defender os interesses dos Estados e do País.

Eu estive, como Governador, em Hong Kong quando Embaixadora servia lá, e, Senadora Aloysio, àquela época, coincidia, Senador Fernando Bezerra, com estarmos às vésperas, faltavam dois, três ou quatro anos, não me lembro bem, para que Hong Kong fosse devolvida à China, deixasse de ser protetorado inglês, se não me engano, e fosse devolvida à China, e havia uma grande ansiedade entre os empresários de Hong Kong com o que aconteceria.

Isso foi muito agravado com o chamado massacre da Praça da Paz Celestial, na China, em que parecia que a China ia endurecer de vez e radicalizar o regime chinês em relação à sua política externa também, o que colocou, exatamente naquele momento, o empresariado e os industriais de Hong Kong em pânico.

Nós aqui, no Brasil, naquele tempo, o Presidente Collor, se não me engano, havia criado as ZPEs, Zonas de Processamento de Exportação, e pedi à nossa representação que organizasse uma viagem minha como Governador do Ceará com a comitiva para fazer um contato com os empresários, com o objetivo de trazê-los em massa para o Ceará. E foi um sucesso essa viagem. O trabalho deles, da Embaixada foi fantástico, o trabalho de relacionamento, de mobilização de empresários. Fizemos várias palestras com os auditórios lotados e conseguimos praticamente o primeiro passo absolutamente positivo. Tivemos logo em seguida a visita de 200 empresários de Hong Kong ao Estado do Ceará. Esses empresários estavam reunidos no auditório, Senador Aloysio, com o ex-secretário, o Fernando Bezerra teve tê-lo conhecido, Byron Queiroz, fazendo uma exposição sobre o Ceará, a zona de processamento, quando chegou a notícia de que Fernando Collor tinha acabado de acabar com as zonas de exportações aqui no Brasil. E foi uma das maiores justas que já tive na vida. Falo isso para ressaltar o trabalho da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O chinês tem dificuldade de entender essas reviravoltas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enfim, não podia deixar de registrar esta história.

A questão que eu gostaria de colocar, como V. Exª sabe, temos aqui uma audiência pública não sei se na próxima semana, nós pedimos, sobre a questão da TPP, o Senador Lasier levantou aqui, porque temos profundo interesse com especialistas de política de comércio internacional para discutir as consequências desse acordo em relação às exportações brasileiras.

Sempre me estranha, por exemplo, que alguns países pelos quais temos um carinho todo especial e outros, como é o caso da Indonésia, que é de importância estratégica enorme para o Brasil, tem um enorme mercado e um potencial de comércio internacional, mas temos relações não tão boas.

A pergunta que faria ao Embaixador Rubem Barbosa é como estão essas relações e se já foram, li nos jornais, não tenho atualização sobre o assunto, que havia inclusive algum problema de apresentação de cre-

denciais de embaixadores brasileiros na Indonésia e vice-versa, se essas relações estão normalizadas, se essas diferenças foram superadas. Estou querendo lembrar aqui, Senador Lobão, o caso em que o Governo brasileiro protestou contra um brasileiro e fez intervenções junto ao governo contra a execução de um brasileiro condenado lá por porte de drogas ou por tráfico de drogas, qualquer coisa assim, e que gerou um enorme mal estar. Eu queria saber como anda isso e quais as consequências disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – (*Falha na gravação.*)

As credenciais de embaixador da Indonésia, que se apresentou na data marcada, no horário aprazado e foi mandado para casa, não pode cumprir esse ritual.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Cumprimento nosso Senador Aloysio pela direção sempre serena e tranquila dos trabalhos, cumprimento nossos embaixadores, Rubem Barbosa, nossa querida Elizabeth-Sophie e o nosso querido Luís.

Quero, mais uma vez, reconhecer o quanto que o nosso chanceler tem sido cuidadoso com as indicações, o quanto é gratificante ver a experiência e o serviço prestado aos embaixadores que aqui são encaminhados. Acho que o Luís Ivaldo indo para Benim realmente enfrentará um abacaxi um pouco maior. É um país pequeno, mas importante para as nossas relações.

Quero lhe desejar muito sucesso, Luís. Que Deus ajude que você consiga melhorar cada vez mais nossas relações com Benim, para que as coisas avancem de forma positiva. Não tenho dúvida disso.

Concordo com as palavras do Senador Lobão e do Senador Bezerra sobre o Presidente Lula. Acho que ele sempre procurou fazer o melhor para o nosso País. Só tenho de agradecer por ele ter tido a oportunidade de passar aqui.

Também reconheço o mérito das perguntas e das colocações dos nossos Senadores Jereissati e Lasier.

Eu gostaria de comentar que a Elizabeth-Sophie Mazzella teve uma passagem muito importante por Seul, por Hong Kong, por Oslo, por Bonn, por Berlim, por Moscou, por Haia, o que só a qualifica muito para nos representar nesse país de quase 22 milhões de habitantes, que tem um grau turístico muito elevado.

Acho que tanto para você, quanto para o Luís, quanto para o Rubem, seria interessante que trocássemos experiências sobre esse grande índice de turistas que visitam o Sri Lanka. Como poderíamos trazer essa realidade para o nosso País? Essa é uma forma de termos um PIB melhor e de explorarmos esse potencial imenso no turismo que o Brasil tem. Isso não é tão explorado. Falo isso como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo. Quero, inclusive, discutir alguns eventos, para que possamos pegar essa experiência do Sri Lanka, cujo potencial turístico é muito grande, para que o Brasil possa avançar nessa área tão importante.

Acho que precisamos também... Você é uma pessoa com formação em Economia, com mestrado em energia. Você está vindo de Paris, onde, hoje, a discussão da energia é colocada como prioridade, e vai nos representar também em um país onde há bastante solimetria. Como é que vamos aproveitar essa experiência para propiciarmos o desenvolvimento tecnológico do País, com a nossa nova matriz solar, com o aproveitamento do lixo orgânico para produzir energia, com outras fontes renováveis de energia? Então, eu queria ouvir de V. Exª sugestões a respeito dessa questão. Como é que podemos avançar?

Com relação ao intercâmbio comercial entre Brasil e Benim, eu também gostaria de ouvir alguma coisa, Luís. Como podemos dar uma incrementada nisso? Como podemos melhorar essa questão, com nossos irmãos da África? Acho que você teve uma experiência anterior muito importante, que nos credencia a colocar numa posição bastante legal a relação entre Brasil, Benim e África.

Quanto ao Rubem, quero dizer que tive o prazer de ser o Relator *ad hoc* do seu processo. A nossa Relatora Gleisi Hoffmann estava comigo. Fizemos o relato da indicação do Rubem para a Indonésia, um país que tem quase 250 milhões de habitantes, que tem problemas de diversas formas, que está num paralelo ao nosso, que, hoje, tem um potencial de desenvolvimento, de crescimento no G20 que só perde para o da China.

Eu queria até ver, Rubem, como é essa pujança de desenvolvimento na Indonésia. Com sua ida para lá, com toda essa vasta experiência que você já teve em Bogotá, em Los Angeles, em Rio Branco, em Camberra, na Austrália, podíamos ver como colaborar com nosso País, observando esse crescimento que a Indonésia tem, fazendo com que possamos também melhorar e propiciar um crescimento no nosso País. Potencial não nos falta. Alguma coisa precisamos ajeitar para que isso ocorra.

Eu queria ver também como poderíamos fazer intercâmbio tanto na área de turismo quanto na área de energia, já que se trata de 250 milhões de habitantes. A relação nossa com a Indonésia tem de, cada vez mais, ser melhor, mais amistosa. Sinceramente, sou daqueles que discordam da forma como foi encaminhada a questão lá com os brasileiros, mas respeito a cultura de cada povo. Lá o povo tem uma cultura. Eles definiram por priorizar sua cultura de serem radicais com relação ao tráfico de drogas, com relação à forma com que tratam

a questão. Então, para mim, essa é uma questão superada. Podemos até ter discordância, mas cada povo tem de ter sua cultura respeitada.

Espero que V. Exª também possa cada vez mais melhorar o nosso intercâmbio comercial, o nosso intercâmbio tecnológico e a nossa possibilidade de conseguir incrementar o nosso PIB com esse parceiro tão importante, já que a potencialidade e o crescimento econômico da Indonésia são muito grandes.

Termino, parabenizando mais uma vez o nosso Chanceler, o nosso Ministério das Relações Exteriores, pela qualificação, pelo nível dos nossos indicados. Desejo sucesso a todos.

Deixo claro que estamos aqui à disposição. Eu mesmo vou agora para Aruba, no final do mês, na companhia de alguns Senadores, do Senador Anastasia e de outros, onde vamos apresentar o projeto marco para integração energética dos países latino-americanos. Tive o privilégio de ser convidado pelo ministro de energia do Parlatino, para apresentar esse capítulo, Senador Aloysio. Depois quero até passar para V. Exª o que estamos encaminhando nessa área tão importante para o desenvolvimento tecnológico do nosso País e para a América Latina, que também tem um potencial de solimetria muito grande.

Agradeço. Sucesso a todos.

Já fiz questão de votar. Votei favoravelmente aos três, a quem tive o prazer de receber na minha sala, de ver a competência e o compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Vamos agora, então, à rodada de intervenções dos nossos sabatinados.

Em primeiro lugar, o Sr. Rubem Antonio Correa Barbosa, por dez minutos.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu pediria a compreensão de V. Exª para, nas respostas, alterar um pouco a ordem com que recebi as perguntas. Eu não havia tido a oportunidade, ao iniciar minha sabatina, de me referir ao Senador Hélio José, que teve que empregar seu tempo fazendo a relatoria do meu processo de sabatina. Agradeço imensamente sua atenção. Peço que, por favor, estenda também, meu reconhecimento à Senadora Gleisi Hoffmann. E muito obrigado pela fidalguia com que o senhor nos recebeu, a mim e aos meus colegas da Mesa, em seu gabinete, na tarde de ontem.

Ao Senador Edison Lobão, realmente, eu não tenho como agradecer a generosidade das palavras, que vão muito além do que mereço. De fato, foi uma oportunidade mágica na minha vida a oportunidade de trabalhar com uma pessoa que julgo brilhante e que me ensinou muito a ser político na Diplomacia, que é uma coisa muito necessária e que vejo, hoje, que me faltava.

Dando continuação, eu havia me referido, na minha apresentação, à iniciativa de criação de um grupo parlamentar, Brasil/Indonésia, por parte da Senadora Vanessa Grazziotin. Como a Senadora agora está presente – não estava, quando eu a mencionei –, insisto em reafirmar que o grupo, espero, no momento próprio, avance. Enfim, há motivos para retrasar um pouco o seu andamento, mas acho que a sua iniciativa, ainda mais com a enormidade de parlamentares que o Brasil recebeu da Indonésia nos últimos quatro anos, acho que faz todo sentido.

Uma menção de caráter pessoal: minha mãe nasceu em Manaus. Eu conheço a cidade, mas, enfim, não tenho mais vínculos. É uma alegria poder cumprimentá-la e agradecer; e cumprimentá-la pela sua boa ideia.

Tentando retomar agora a ordem das perguntas, como elas se apresentaram, sobre o comércio Transpacífico, a Trans-Pacific Partnership, a Parceria Transpacífica, mencionada pelo Senador Lasier, é uma iniciativa, realmente, de muita importância. O Brasil tem que acompanhar, na minha opinião, com muita atenção; e, no âmbito da América, envolve, como ele bem lembrou, Chile, Peru e também o México, o segundo maior país da América Latina, depois do Brasil.

Eu não tenho lembrança de que a Indonésia tenha ingressado nesse grupo. De modo que, até que se prove o contrário, nesse aspecto eu ficaria um pouco mais aliviado.

Tomarei a iniciativa de dizer que o Brasil tem feito esforços para ver se a Rodada Doha finalmente avança, e os países não perdem tempo e buscam soluções alternativas para poderem expandir suas frentes de comércio, sobretudo, em um contexto de sete anos de recessão mundial, em uma crise já mais longa e mais dura que a recessão dos anos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso é o que a imprensa tem divulgado. A Indonésia está na lista dos 12.

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Então, eu tenho que fazer a correção e me redimir aí nesse aspecto.

De toda forma, com relação à iniciativa, eu lembraria que isso ainda é um passo longo, ou seja, o acordo negociado duramente, pelo menos durante os últimos seis anos, que eu me lembre, ainda terá que ser apreciado e aprovado pelos parlamentos dos países envolvidos. Não parece tarefa fácil, a começar pelos Estados Unidos. Um acordo que muitos dizem que foi feito para *contrarrestar* a China, com quem nós temos excelentes relações, uma parceria muito dinâmica no seio dos BRICS, é nosso parceiro comercial já desde 2009, e não me parece que isso vá ser revertido a curto prazo.

Um comentário com relação não só à Indonésia, conforme o Sr. Presidente lembrou, mas aos parceiros na América Latina que já fazem parte da parceria: esses países têm, até o momento, mais comércio com o Brasil, independentemente do acordo, do que entre si. Ou seja, o Brasil tem se esforçado ao longo, pelo menos, dos últimos 40 anos, em ser um parceiro mundial em comércio, uma presença, enfim, bastante vigorosa. Esperamos que continue nesse sentido. E, de toda forma, não há nenhum inconveniente em que, sendo por parte do Governo brasileiro considerado relevante, nós venhamos a aderir em algum momento.

Dentro da OMC, idealmente, todos os acordos celebrados deverão ser, em algum momento, integrados ao aquisitivo da OMC, e pode ser que acabem beneficiando frentes de comércio, correntes de comércio, que nos ajudem também, de modo que vejo isso como positivo. De novo, nós temos um comércio com a Indonésia superavitário – nós vendemos US$2,2 bilhões e compramos mais ou menos US$1,8 –, sem a existência, até o momento, desse outro acordo tão grande que acabou de ser celebrado.

Isso também não tem nos impedido, até pela densidade da relação, de ter assuntos pontuais com a Indonésia. Por exemplo: nós agora estabelecemos um painel, na OMC, para contestar as dificuldades que o Brasil tem tido para vender carne de frango, em que o Brasil é fortíssimo, já vende para uma quantidade enorme de países – creio que 155, se não me falha a memória. Mas a Indonésia, talvez temendo a concorrência brasileira e o eventual prejuízo que isso possa vir a causar à economia da Indonésia, vem restringindo muito esse acesso, assim como também a produção de carne bovina.

E aí – eu conheço isso com certa profundidade – há uma pressão enorme da Austrália, que tem pavor de perder mais mercados para o Brasil. Perdeu a posição de maior produtor e exportador mundial de carne, em 2005, para o Brasil. A solução talvez sejam parcerias, *joint ventures* entre empresas dos dois países, para aumentar a confiança e, enfim, criar mecanismos no sentido de avançar o comércio e avançar a cooperação.

Referindo-me ao comentário e à pergunta do Senador Fernando Bezerra, é muito raro e, enfim, fiquei muito grato em saber que o privilégio de ter convivido com ele na Austrália, como Ministro da Integração, tenha redundado em tantos frutos, que foi a implantação de tantas cisternas e o gerenciamento de recursos hídricos, iniciativas negociadas com a Austrália talvez de caráter premonitório, tendo em vista as dificuldades que estamos tendo no Brasil hoje em dia, enfrentando secas que nos têm causado tantos transtornos – nós, que temos 12% da água potável do Planeta, quando a Austrália é o continente mais seco do mundo depois da Antártica.

A cooperação na área da defesa, na minha opinião, se explica. Nós estamos com capacidade para vender 12 aviões, 18 aviões, perdão, 16 aviões Super Tucano para a Indonésia. Há questões de financiamento para finalizar o contrato. Conseguimos vender 36 unidades de lançamento de foguetes da Avibras, que são capazes de lançar foguetes em cinco calibres diferentes, coisa que nem os nossos concorrentes, como a Rússia e a China, dispõem até o momento.

Cabe lembrar que a cooperação na área de defesa se justifica pela imensidão da costa da Indonésia. Se, no Brasil, há alguma coisa entre 8 mil e 10 mil quilômetros de costa, a Indonésia tem 56 mil quilômetros. São mais de 17 mil ilhas. É um país que consome de proteínas a partir da produção pesqueira 27kg de peixe *per capita*/ano, ou seja, ele tem uma dificuldade enorme em controlar o seu mar territorial, assim como o Brasil. Não só pela pesca, mas também pelos hidrocarbonetos, ele precisa dar mais atenção a essa área.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA – Então, a cooperação na área de defesa me parece muito pertinente.

Respondendo, finalmente, à pergunta do Senador Tasso Jereissati, eu tenho entendido – e eu acho que é a razão pela qual eu fui chamado rapidamente para comparecer a esta Comissão neste momento – que a apresentação de credenciais do Embaixador Toto Riyanto, o novo Embaixador da Indonésia no Brasil, deve se realizar nos primeiros dias de novembro. A expectativa é a de que tanto ele como eu, trabalhando em conjunto, possamos virar a página e avançar positivamente nas relações. Eu entendo que a manutenção dos nossos

nomes pelos nossos dois Governos foi um sinal forte de que queremos, mantendo essas duas pessoas, dar um sinal positivo de que queremos avançar no relacionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra, agora, a Srª Embaixadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente Aloysio, V. Exª me permite só...?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Claro. Uma nota de rodapé ao...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Uma nota de rodapé muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero agradecer as palavras do Embaixador Rubem e dizer que, de fato, essa iniciativa, inclusive no meu Estado, que é o Estado de sua mãe também, foi muito polêmica. A iniciativa de criarmos o grupo de amizade Brasil e Indonésia foi muito polêmica, porque é do Estado do Amazonas o rapaz que morreu lá pela pena de morte que sofreu. Entretanto, eu acho que, até por essas questões, nós precisamos estreitar cada vez mais os laços de amizade, para ver como, no futuro, podemos, da melhor forma, resolver esses problemas, porque muitos foram os pedidos – V. Sª deve ter acompanhado –, e absolutamente nada conseguimos.

Senador, eu quero aproveitar e pedir a V. Exª que nos ajude a dar celeridade na tramitação, para que possamos aprovar o projeto de resolução que cria o grupo de amizade Brasil e Indonésia. Eu acho que nós já votamos aqui, na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós já votamos. Eu me lembro até...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ainda não?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Onde está?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, vamos votar hoje, extrapauta. Pronto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que maravilha.

Eu vou ter de me retirar, pois tenho de ir à CCJ, mas volto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem. Fique tranquila que nós vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora pode ficar tranquila. E, se for possível... Mas ele vai ter de receber parecer da Mesa Diretora, se não me engano, antes de ser submetido ao...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes de votar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, no plenário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas a senhora pode ficar tranquila.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu me lembro, inclusive, de que, quando o projeto estava na pauta, foi o próprio Senador Luiz Henrique e a senhora que pediram para que o projeto não fosse deliberado naquela reunião, uma vez que havia ainda o rescaldo desse incidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aquele problema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O incidente com a recusa do recebimento das credenciais.

A senhora pode ficar tranquila que nós vamos cuidar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está ótimo. Muito obrigada.

Eu aproveito a oportunidade para cumprimentar os dois Embaixadores e a Embaixadora, desejando a todos muito sucesso nesta nova etapa de uma caminhada que, imagino e percebo, já é bem longa, sempre em benefício do nosso País. Parabéns a todos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Por favor, V. Exª tem a palavra.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Agradeço as palavras da Senadora que vai se retirar agora. Agradeço também a presença de V. Exª aqui.

Vou responder, em primeiro lugar, a S. Exª o Senador Lasier Martins, com uma afirmativa: o Brasil tem uma postura inequívoca em relação à proteção dos direitos humanos, e essa postura se manifesta no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O senhor bem lembrou que a guerra do Sri Lanka vitimou mais de 100 mil pessoas e que, sobretudo, os últimos episódios do conflito, no ano de 2009, levaram a alegações de violações dos direitos humanos e do direito humanitário. O Brasil votou, em duas ocasiões, quando membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2013 e em 2014, a favor de resoluções sobre reconciliação no Sri Lanka e resoluções que pedem um mecanismo de investigação independente sobre as alegações de violações de direitos humanos nesse país.

O Brasil também teve a sensibilidade de reconhecer que o Sri Lanka tinha avançado bastante em certas áreas, nas áreas de desminagem de terra, de reassentamento de deslocados, de reconstrução de infraestruturas, de reabilitação de ex-combatentes – são milhares de ex-combatentes e crianças também, mas reabilitação, às vezes, são quatro, cinco anos para essas pessoas. O Brasil teve a sensibilidade de reconhecer tudo isso e também louvou os esforços do novo governo do Siri Lanka, que se engajou em um processo de criação de mecanismos de justiça de transição.

Aqui eu vou citar os mecanismos que estão sendo agora implementados: uma Comissão de Verdade, Justiça, Reconciliação e Não Recorrência em cooperação com a África do Sul, que viveu as suas comissões da verdade, o seu processo de reconciliação, um conselho da compaixão – e isso diz o quão importante o Budismo é no país. Esse conselho da compaixão é integrado por líderes budistas também – e um escritório de pessoas desaparecidas em cooperação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Espero ter respondido à sua pergunta, mas também aproveito para agradecer as generosas palavras que V. Exª teve para comigo. Também lamento não poder agradecer ao Senador Fernando Bezerra, que teceu elogios, ao qual, certamente, encaminharei aos meus agradecimentos, inclusive ao Senador Lobão.

Quanto ao Senador Tasso Jereissati, eu lembro, com muito carinho, os momentos que passamos juntos em Hong Kong, há mais de 25 anos, Excelência. A passagem de V. Exª com uma delegação extremamente competente e os esforços que fizemos, as salas repletas de empresários chineses naqueles momentos, curiosos de saber mais sobre o Brasil e sobre o seu Estado, marcaram muito a minha carreira, devo-lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou vendo aqui nos arquivos da Comissão de Relações Exteriores uma foto dessa visita do Senador Tasso Jereissati, como Governador, ao seu lado bom. A senhora verá que a senhora não mudou nada nesse tempo todo. Não diria a mesma coisa do Senador Tasso Jereissati. Os anos não passaram em vão, Senador. (*Risos.*)

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Mas é algo que eu queria ter manifestado ontem ao senhor, o quanto me marcou a sua passagem por lá.

Senador Hélio José, obrigada igualmente pelas suas palavras. Nós tivemos alguns momentos ontem para explorar já as possibilidades de cooperação na área de turismo, e eu mencionei a V. Exª o interesse das Maldivas em se tornar um arquipélago zero carbono. Eu acho que uma cooperação na área de turismo com as Maldivas também seria interessante. As Maldivas desenvolveram uma logística de tratamento de lixo e de transportes, de fornecimento de matérias-primas, de alimentação para o seu grande complexo hoteleiro, e creio que, com a sua orientação, poderei explorar essa vertente de cooperação quando ali estiver.

Na área de energia, lembro que o Sri Lanka manifestou, em várias oportunidades, o interesse em uma cooperação na área de biocombustíveis com o Brasil, área a qual pretendo também me dedicar assim que chegar ao posto, caso venha a ser aprovada por esta Comissão.

Muito obrigada pelas suas palavras novamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora poderia, por curiosidade minha, se estender um pouquinho mais sobre o processo de reconciliação; se hoje os conflitos políticos já estão sanados, já se entrou numa fase de movimento constitucional normal, o Estado de direito, uma palavra sobre isso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Aloysio, queria só pedir uma licença a V. Exª. A Senadora Vanessa me fez um apelo para eu ir ao plenário ajudar dar o quórum

para a abertura. Como eu queria muito ouvir a nossa mestre em energia e nossa Embaixadora, eu estou dando um tempo, vou ter que dar uma saidinha rápida...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fique à vontade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Logo em seguida, volto e vou ouvir sua exposição, Luís.

Obrigado, Embaixadora.

Peço desculpas por não ter ficado desde o início, porque eu estava presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia e não podia sair, porque discutíamos assuntos importantes com relação ao avanço da ciência no tratamento da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª sempre zeloso no cumprimento dos assuntos parlamentares.

A SRª ELIZABETH-SOPHIE MAZZELLA DI BOSCO BALSA – Com a permissão de V. Exª, gostaria de dizer que o processo de reconciliação leva tempo, são seis anos apenas desde o fim do conflito. O fim do conflito não marcou o fim das tensões. As tensões permanecem, permaneceram e há um risco de que venham novamente a perturbar o quadro político interno. O que se vê desde janeiro passado da mudança de governo é um grande engajamento desse novo governo com a implementação de certas medidas políticas também para integrar os partidos tâmils no processo de reconciliação. Isso é uma consulta aos partidos tâmils e às comunidades tâmils que foram mais afetadas, sobretudo no norte do país e no leste do país, para que então desenvolvam processos de reconciliação.

Acho que isso é o principal a ter em mente, a sensibilidade de exposição política que tem o novo governo do presidente Maithripala Sirisena, que teve o aval também quando das eleições parlamentares de 16 de agosto último, que teve o aval do Primeiro Ministro e dos dois maiores partidos do país, em cooperação com o partido, com a Frente Tâmil Unida para iniciar esse processo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Embaixador Luís Ivaldo Santos.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS – Muito obrigado.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer as palavras gentis aos Senadores Lasier Martins, Fernando Bezerra, Edison Lobão e Hélio José.

Sobre a pergunta do Senador Lasier Martins, como o Senador Fernando Bezerra e o Senador Edison Lobão contaram, o fato de missões comerciais acompanharem viagens internacionais de altas autoridades, e é uma praxe internacional, quer dizer, não só o Brasil, mas praticamente todos os países a praticam. E tampouco é uma coisa recente, tenho 34 anos de Itamaraty, já se fazia isso bem antes de eu entrar.

Concordo plenamente com V. Exª que a promoção comercial pode e deve ser feita de maneira ética. Agora, quanto à atuação das empresas que V. Exª mencionou, acho que não me cabe fazer qualquer pronunciamento, primeiro, por desconhecimento de causa, e segundo, porque o assunto está *sub judice*.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Penso que esta fase da sabatina está concluída, possamos passar agora à apuração dos votos.

Designo o Senador Tasso Jereissati como secretário dessa apuração.

Consulta de praxe, manutenção da reunião aberta.

Todos estão de acordo, vamos continuar sob a vigilância do público, como convém à democracia.

Pode fazer a apuração, por favor. (*Pausa.*)

Estão os três indicados aprovados por unanimidade.

Meus parabéns, vamos procurar levar ao Plenário o quanto antes.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, quero dizer que estou exausto por exercer esse papel de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª será recompensado devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos passar agora à segunda parte, que é a deliberação de alguns requerimentos.

O primeiro requerimento é um requerimento de minha autoria. É dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, com o objetivo de esclarecer se foram novamente usurpadas por funcionários de outras repartições do Poder Executivo as atribuições do titular das Relações Exteriores e do Embaixador em La Paz na preparação e realização da visita daquela alta autoridade do Estado boliviano.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Está aprovado.
É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1 – 2ª Parte
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja indagada ao Ministro das Relações Exteriores a natureza da visita do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia ao Brasil, Álvaro Garcia Linera, da qual esta Comissão tomou conhecimento pela imprensa. O objetivo é esclarecer se foram novamente usurpadas por funcionários de outras repartições do Poder Executivo as atribuições do titular das Relações Exteriores e do Embaixador em La Paz na preparação e realização da visita daquela alta autoridade do Estado boliviano. No parecer sobre a indicação do novo Embaixador do Brasil em La Paz, aprovado na Comissão de Relações Exteriores no dia 3 de setembro último, o Senador Ricardo Ferraço referiu-se ao papel lamentável da diplomacia paralela no caso do senador boliviano Róger Pinto Molina, que permaneceu confinado por 453 dias numa sala da Embaixada do Brasil em La Paz. Alertou para a necessidade de evitar que práticas pouco republicanas se repetissem. Pela preocupação de que novamente o Governo boliviano tenha, nesse episódio, desmoralizado o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, reproduzo trechos relevantes do referido parecer: "O Governo brasileiro assistiu impassível à tática do Presidente Morales de isolar e desmoralizar a Embaixada do Brasil. Coonestou, pela omissão, a inadmissível desconstrução da autoridade de uma missão diplomática brasileira, abrindo precedente de consequências imprevisíveis."
"Sem uma mudança de fundo na condução das relações com a Bolívia, episódios desse tipo estarão fadados a se repetir. Não basta aferir as qualidades profissionais de um futuro embaixador, mas é preciso que se lhe garantam as indispensáveis condições políticas que dão sentido ao exercício de suas funções." Nesse contexto, solicita-se resposta às seguintes indagações: a) A visita teve caráter oficial ou privado? O programa foi comunicado oficialmente e tempestivamente pelo Governo boliviano ao Itamaraty ou à Embaixada em La Paz? b) No caso de se tratar de visita oficial, o Vice-Presidente Linera se encontrou com o Vice-Presidente Michel Temer ou com o Chanceler Mauro Vieira? O Itamaraty, além de apoio protocolar na chegada e partida, acompanhou a visita ao Instituto Lula, participou das reuniões e elaborou registros sobre os assuntos tratados? c) A participação do Professor Marco Aurélio Garcia em atividade realizada no Instituto Lula deu-se a título partidário ou na sua condição de Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República? d) O comparecimento de funcionários do Poder Executivo na programação do Vice-Presidente boliviano causou despesas para o Erário? E a que título?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O segundo requerimento, que é um item extrapauta, é o Requerimento nº 84, do Senador Tasso Jereissati.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 84, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso III c/c art. 397, § 1º ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado do Ministério de Relações Exteriores, para que compareça em audiência pública à Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as consequências para o Brasil da celebração do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP), assim como sobre os fatos envolvendo um suposto veto à indicação do Ex-Ministro Nelson Jobim como observador brasileiro do processo eleitoral na Venezuela.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.
Em votação.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.

Há um terceiro requerimento, que é de autoria da Senadora Ana Amélia, que pede também ao Ministro que traga explicações, que mande explicações a respeito desse episódio que envolve o Ministro Jobim. É um pedido com uma sequência de perguntas, que poderão, inclusive, servir de roteiro para o comparecimento do Ministro aqui na nossa Comissão.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 85, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores (MRE) que responda às seguintes perguntas relacionadas com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da UNASUL de acompanhamento/observação das eleições legislativas na Venezuela e que sejam apensadas na resposta registros oficiais pertinentes, inclusive os da série telegráfica do MRE: 1) Quando e de que forma o Governo brasileiro apresentou o nome do ex-Presidente do TSE, Nelson Jobim, para o comando da missão da UNASUL? 2) Que gestões foram realizadas junto ao Governo venezuelano e outros países da UNASUL em favor dessa candidatura? 3) Qual foi o teor das conversas mantidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a observação eleitoral na Venezuela, em sua recente visita ao Brasil? 4) De que forma e com que justificativa, a Venezuela indicou que não aceitaria o nome do brasileiro? 5) Por que o órgão eleitoral venezuelano demorou tanto em pronunciar-se sobre a versão revista do acordo? O Brasil cobrou resposta? Quando e de que forma? 6) A UNASUL trabalhou com cronograma pré-estabelecido e data-limite para concluir a negociação do acordo, após o qual não haveria tempo hábil para organizar a missão de observação/acompanhamento das eleições? O Brasil aceitou participar de negociação sem prazo definido para concluir o acordo? 7) Qual foi a posição do Governo brasileiro acerca da aplicabilidade à missão dos compromissos assumidos em comum pelos Estados-Membros da UNASUL no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a proteção dos direitos civis e políticos e para a defesa dos princípios democráticos; e da necessidade de que a missão de acompanhamento/observação esteja habilitada a avaliar amplamente as questões relativas à equidade de participação no processo eleitoral e existência de líderes opositores presos?

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.)

O próximo item é o Projeto de Lei da Câmara nº 149.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio 2016.

Autoria: Deputado Alex Manente e outros
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

O projeto foi aprovado agora há pouco na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e vem agora à nossa Comissão, para que seja brevemente submetido ao Plenário.

O Relator designado é o Senador José Agripino, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, o projeto acrescenta à referida Lei o art. 130-A, para estabelecer que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do

Turismo poderá dispor sobre a dispensa unilateral da exigência de visto de turismo previsto nesta Lei para os nacionais de países nela especificados, que venham a entrar em Território nacional até a data de 18 de setembro de 2016, com prazo de estada de até noventa dias, improrrogáveis, a contar da data da primeira entrada em Território nacional.

Claro que o objetivo é facilitar a vinda de visitantes aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A proposição define, ainda, que a dispensa unilateral prevista não estará condicionada à comprovação de aquisição de ingressos para assistir a quaisquer dos jogos.

A cláusula de vigência determina que a lei resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto em exame.

Quanto aos aspectos constitucionais, o projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado. Em termos formais, ele preenche os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional. Além disso, foram observadas as regras acerca da iniciativa parlamentar. Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior.

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e de regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Por essa razão, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2015.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Projeto de resolução do Senado, da Senadora Vanessa Grazziotin, que pretende a instituição do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 21, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O relatório do Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação. Os motivos da constituição desse grupo já foram suficientemente esclarecidos perante a Comissão pela própria autora.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Designar um relator ad hoc? Bem, eu designo, então, o Senador Lasier, para relatar, indo diretamente à análise.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014, que institui como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasil-Indonésia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Então, vou direto à análise.

A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como o Parlamento do Mercosul, a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par dessa tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm

produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

A iniciativa reveste-se de importância tendo em vista o estremecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Indonésia em virtude da recente execução de um brasileiro naquele país, condenado por tráfico de drogas, e a posição da Presidente Dilma Rousseff, logo após o fato, ao recusar-se a receber as credenciais do Embaixador da Indonésia em nosso País.

A atuação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia poderá contribuir para a superação do mal-estar diplomático e para o fortalecimento das relações bilaterais já existentes, ao possibilitar o conhecimento mútuo e dos respectivos parlamentos e o aprendizado sobre os diferentes traços culturais a caracterizar cada um dos países.

Portanto, nada mais adequado do que institucionalizar, na forma regimentalmente possível do Grupo Parlamentar, o relacionamento entre membros do Congresso Nacional e do Parlamento da Indonésia.

Ressalte-se que, do ponto de vista regimental, nada há que obste a criação de grupos parlamentares de natureza internacional.

Voto.

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 21, de 2014.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores, não há mais nada a tratar nestas duas reuniões, mas, teremos, na próxima quinta-feira, Senador Tasso Jereissati, a audiência pública requerida por V. Exª, a respeito do acordo Transpacífico.

Há dois requerimentos aprovados, o seu e o do Senador Ferraço. Vamos compor uma Mesa conjunta em entendimento com os senhores, quinta-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vicentinho Alves, Telmário Mota e Eduardo Amorim. Comparece à reunião o Senhor Senador Paulo Rocha, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a 2ª Audiência Pública destinada a avaliar a política pública de "Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras", em atenção ao Requerimento n.º 04/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e ao correspondente Plano de Trabalho, cuja relatoria é do Senador Omar Aziz. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Geraldo Nunes Sobrinho, Coordenador Geral do Programa Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CGCSF/DCOI/CNPq; Adalberto Luís Val, Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC; Mariano Francisco Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; e Fernanda Sobral, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Omar Aziz, Lasier Martins, José Medeiros e Paulo Rocha, não membro da Comissão. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza neste dia de 22 de setembro de 2015.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos, hoje, uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 4 de 2015, desta Comissão, de autoria da Presidência da Mesa e também de acordo com o plano de trabalho para avaliação de políticas públicas direcionadas à formação de recursos humanos para a ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque para o programa Ciências sem Fronteiras, proposto pelo Exmo Sr. Senador Omar Aziz, que é Relator da matéria.

Ambas as proposições foram aprovadas pelos Senadores desta Comissão.

Esta audiência especificamente destina-se a debater o tema Formação de Recursos Humanos para a Ciência, Tecnologia, Inovação, com especial enfoque no programa Ciências sem Fronteiras.

Convidamos para fazer parte desta audiência o Sr. Adalberto Lourival, que é Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Capes; o Sr. Geraldo Nunes Sobrinho, Coordenador-Geral do programa Ciências sem Fronteiras no Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o Sr. Mariano Francisco Laplane, Presidente do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos; a Srª Fernanda Sobral, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Esta audiência será feita em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de passar as exposições pelos convidados, durante a audiência, informo que a Presidência poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos.

Daremos o tempo de 15 minutos para cada um, mas um tempo que, se for necessário, terá, claro, um alongamento, e reservaremos o debate para depois, salvo se algum dos Senadores que chegarem aqui, vindos de outras Comissões, quiserem fazer participação.

Cada um está aberto a falar o que achar conveniente sobre o tema, entretanto, preparamos algumas questões que, a nosso ver, podem orientar ao que a gente quer chegar, que é uma avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras, que, para nós, é um ótimo Programa, um grande Programa, foi uma grande iniciativa, mas precisa de ajustes. Se formos fazer a análise benefício/custo é muito provável que, comparado com outras alternativas dos investimentos, os resultados do Programa como tem sido feito nestes anos não sejam os melhores. Mesmo assim, é um Programa que tem...

Senador Aziz, muito obrigado.

É um Programa que traz vantagens e que o Brasil já deveria ter há mais tempo.

Entre as linhas das questões que pensamos colocar estão: quais os riscos de que o Programa represente uma mudança geral de política que favoreça os estudos no exterior, em detrimento do sistema de pós-graduação nacional? Em outras palavras, até que ponto o Programa está sendo capaz de absorver a formação e o conhecimento que esses jovens trazem. Uma outra é: seria possível construir uma sistemática de avaliação do Ciência sem Fronteiras que pudesse informar a sociedade de modo mais concreto os ganhos para o País trazidos pelo Programa? Ou seja, há alguma maneira de a gente mostrar, de fato, que vantagens o Programa está trazendo para o Brasil, e não para os beneficiados pessoais, que são os jovens, que voltam com formação e que, obviamente, são muito beneficiados eles próprios. Uma terceira é: as medidas tomadas pelo MEC e pelas universidades a respeito da barreira da língua podem ser consideradas adequadas para enfrentar o problema? E, finalmente, uma quarta é: em que medida uma avaliação dessa natureza que estamos fazendo é procedente? Existem medidas em estudo para alterar o perfil dos bolsistas? O perfil, digo, sobretudo, no sentido da especialidade deles, da formação deles, não necessariamente do ponto de vista social, porque se o benefício é para o País o que interessa é a capacidade de aprendizado e a possibilidade de dar retorno ao desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Essas são algumas das questões que levantamos.

E, iniciando o trabalho, vou passar a palavra para o Geraldo Nunes Sobrinho, que é Coordenador-Geral do Programa Ciência sem Fronteiras no CNPq.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Obrigado, Senador.

Eu queria cumprimentar a Mesa, o Senador Cristovam Buarque, Profª Fernanda, que foi minha professora no doutorado da UnB, Prof. Mariano, Dr. Adalberto Val, colega da Capes, cumprimentar a todos e a todas, este Programa foi tocado de forma conjunta, desde o início, pelo CNPq e pela Capes. Estou no Programa desde o seu nascedouro, eu estava na Capes, passei uma temporada na Capes, no Ciência sem Fronteiras, quando ele começou, e temos o costume de fazer uma espécie de jogral, eu e o colega aqui, Dr. Val, fizemos isso na SBPC, temos um acerto de fazer uma apresentação conjunta, vou fazer algumas considerações iniciais com relação ao nascimento desse Programa, como foi formulado, como foi planejado.

E eu me permitiria, antes, Senador, de começar exatamente a falar sobre o Programa, falar de uma experiência. Já que estamos vivendo uma crise, fui o primeiro, acho que um dos primeiros bolsistas de graduação sanduíche na Coreia, em 1999, durante a grande crise da Coreia. Fui para a Coreia em dezembro, e, naquela oportunidade a moeda coreana desvalorizou muito mais do que o real hoje. Estava um horror na Coreia. É o seguinte: fui para Coreia com a intenção de ver como era o sistema de formação de recursos humanos de alto nível na Coreia comparado com o do Brasil. Era essa a intenção, foi o trabalho da minha tese de doutorado em Sociologia da UnB. Lembro-me que encontrei, o Senador conhece muito bem, Lynaldo Cavalcanti, foi Presidente do CNPq, e encontrei-o na fila do banco dois dias antes de viajar. E ele me disse assim: Geraldo, vá logo antes que a Coreia acabe. A perspectiva era de que aquele famoso tigre asiático iria derreter, iria se transformar num gatinho, né? E fui para a Coreia com essa perspectiva de viver um... Realmente, era um momento muito difícil para a Coreia. E comecei a estudar o sistema de ciência e tecnologia coreano dentro de um instituto que exatamente trata de política científica e tecnológica e, com um mês, dois meses, entendi que a Coreia não era aquilo que estávamos pensando, fazíamos uma leitura muito rasa do que era a Coreia. A Coreia não era um país que se desenvolveu com base em *commodities*, com base em recursos naturais, mas em conhecimento. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, em 1950, na Coreia, 50% da sua população era analfabeta, por conta da colonização japonesa que impedia que os coreanos estudassem, havia uma política deliberada de não incentivar a educação, a Coreia tinha muito analfabeto. Mas a Coreia tem uma cultura que vem do confucionismo, que é de valorização do saber, que reverteu isso em pouco tempo. A Coreia, naquela época, estava muito atrás do Brasil em termos de PIB, de educação etc. E lembro-me que, dois meses depois, escrevi um e-mail, naquele tempo, o e-mail demorava dias para chegar da Coreia até o Brasil, mas escrevi um e-mail para um colega meu aqui, o Dr. Laércio, dizendo o seguinte: a Coreia iria sair da crise mais forte, porque o que a Coreia tinha era fundado numa boa educação, num bom sistema educacional, num bom sistema de ciência, tecnologia e inovação.

E, aí, Senador, fiz questão de visitar uma escola pública na periferia de Seul. Conversei com o meu orientador, que arranjou uma visita num dia de sábado, fomos, e a diretora recebeu-me – era numa escola pública do jardim da infância - em trajes típicos. Para se ter uma ideia, ela tinha doutorado nos Estados Unidos, e o salário dela era maior do que o salários de professores universitários. Visitei aquela escola, e, anos depois, o senhor formulou uma frase que eu acho que deveria estar ali do lado da estátua de Paulo Freire no MEC. Acho que foi o senhor que disse o seguinte: "se o senhor quiser ver o futuro do País, olhe as escolas que vemos hoje". Isso me veio à lembrança nessa visita que fiz na Coreia. Uma escola limpa, uma infraestrutura espetacular, uma escola pública, não tinha estudante porque era um sábado, uma diretora preparada e, ali, a gente podia ver que o futuro da Coreia não seria diferente do que é hoje.

Então, para os coreanos, para essas sociedades, educação, ciência e tecnologia não fazem parte da crise, mas da solução das crises, falando de crise econômica, faz parte das soluções. E não é só uma figura de retórica, é realmente aquilo que está entremeado na sociedade. Faço essa observação só para deixar claro, e digo isso no último capítulo da minha tese, quando falo o seguinte - há um ditado mineiro que diz: "se atalho fosse bom, não existiriam estradas." Está lá no meu... A gente tem que construir estrada, deixar de estar atrás de atalhos, com relação à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Referindo-me, agora, ao Ciência sem Fronteiras, este Programa foi formulado, e sua primeira formulação, tenho a impressão de que foi em junho de 2011, o então Ministro Mercadante da Ciência e Tecnologia apresentou no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi a primeira vez que esse Programa surgiu, que vinha, parece-me, a partir de uma conversa que a Presidenta Dilma teria tido com o Obama, que incentivou muito a ida de estudantes brasileiros para os Estados Unidos, por conta da grande invasão de estudantes asiáticos, chineses e indianos, e ele gostaria de ter mais brasileiros nos Estados Unidos. E a Presidenta se entusiasmou com essa ideia e saiu essa formulação, uma formulação inicial na Comissão, e só em dezembro de 2011, saiu o decreto que criou o Programa. E eu diria o seguinte: este Programa embute uma característica interessante. Ele vê a ciência e tecnologia como opção estratégica, não como resolvedora de problemas, mas estratégica. É uma opção de você fazer um inserção do Brasil no mundo. O Brasil estava completamente isolado do mundo, com relação à educação superior, ciência e tecnologia. Vocês podem ver neste quadro, somos a sétima economia mundial ainda ainda né? Somos a quinta população do mundo, quinto em superfície. Infelizmente e, vergonhosamente, somos a 60ª em renda *per capita*, e somos um País monoglota, absolutamente monoglota, o programa mostrou isso. A maior dificuldade que este programa encontrou, no início, e, por isso, foi incluída a questão da língua, foi a falta de candidatos que atendessem ao mínimo requisito para ir para o exterior. Então, acho que, deste programa já emergiu uma coisa fundamental: somos um País monoglota e não podemos sê-lo. Então, eu já diria o seguinte: esse programa já teve um grande *output*, um grande efeito colateral positivo, que foi o de demostrar isso e de reacender os interesses dos estudantes pelo estudo de línguas.

Outra coisa importante, e, aí, respondo, ou não respondo, Senador, mas, pelo menos, toco nesta primeira pergunta, é a questão da estrutura de pesquisa para a ?, é muito qualificada. O senhor sabe disso, pois é um homem da área. Estes anos em que o CNPq e a Capes, 61 anos, que estas duas agências trabalharam no País, foi para estruturar um sistema de pós-graduação, ciência e tecnologia muito bem qualificado, porque é infenso à interferência que não sejam o da qualidade e do mérito. Então, uma estrutura muito bem qualificada. E, aí, Senador, acho que isso pode ser uma arma de dois gumes, e isso tende a provocar um isolacionismo, porque a estrutura é muito boa. Na nossa prática diária, dentro das agências, vemos muito a seguinte formulação na análise de mérito das candidaturas para o exterior: candidato excepcional, instituição no exterior excepcionalíssima, projeto muito bom, orientador qualificado, mas o programa pode ser feito no Brasil. Não recomendo. Quer dizer, existe uma, digamos assim, uma faixa muito tênue de decisão com relação a isso. Mandamos para o exterior ou não? Temos estrutura qualificada. Mas será que esta estrutura qualificada atende a toda demanda nacional com relação a isso? Será que é necessário, por exemplo, o pessoal da Amazônia, do Nordeste, venha só fazer pós-graduação em São Paulo e no Rio de Janeiro? Não seria bom que houvesse, digamos assim, uma mescla? É difícil responder essa pergunta, por quê? Ao mesmo tempo que temos estrutura qualificada, precisamos interagir com o mundo. Acho que o programa abriu essa fronteira.

Bom, esses três exemplos, exemplos clássicos do nosso desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, que é o petróleo, a exploração *offshore*, o agronegócio e a aviação, a aeronáutica, isso é fruto de um sistema de pós-graduação que vem há décadas se estruturando. Como diz o Prof. Jorge Guimarães, de todas as experiências positivas do Brasil, o Prof. Jorge Guimarães já disse isso, das experiências bem-sucedidas no Brasil, exceto a corrupção, tudo passou pela pós-graduação brasileira. Isso é tudo fruto da pós-graduação. A Embrapa é fruto das pós-graduação brasileira. Não é justo, por exemplo, se referir à Embrapa sem se referir a Lavras, à Esalq, à Universidade Federal de Juiz de Fora, a universidades importantes que formaram a base sobre

a qual a Embrapa se assenta hoje. E também o sistema de formação de capacitação de Recursos Humanos de São José dos Campos, São Paulo, que redundou no que é hoje.

Então, a pós-graduação brasileira foi importante e é importante para um processo de desenvolvimento baseado no conhecimento.

Agora, eu queria mostrar alguns poucos dados para tentar mostrar que estamos isolados, o Brasil ainda está isolado. Peguei esses dados da base da Sival(?), que é uma base que tem 5500 instituições em 220 países do mundo inteiro, as melhores instituições, que faz uma comparação da produção entre países, da produção qualificada. Podemos ver que o Brasil, por exemplo, comparado com o Chile, Colômbia, México e África do Sul, tem uma produção científica muito relevante, quantitativa. Quando a gente entra para ver o impacto dessa produção – porque o importante não é você ter volume, é você ter volume e qualidade, e, se você tiver que fazer uma escolha, é pela qualidade –, a gente vê que o Brasil está abaixo de todos os quatro países com relação, por exemplo, às citações. Quer dizer, o interesse pelas publicações brasileiras não é tão relevante quanto às desses outros quatro países, embora com um volume de publicações menores. Isso é, digamos assim, um ponto importante para nós refletirmos sobre o que nós queremos da produção do conhecimento no Brasil.

E, aí, eu queria fazer referência a este dado: colaboração. É muito importante, no processo de internacionalização, que haja colaboração entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Vocês podem ver aqui nesse gráfico que todos os países mencionados têm níveis de colaboração superiores ao Brasil. Todos. A África do Sul, é compreensível. Por exemplo, a África do Sul, aqui, eu acho que está em primeiro lugar, talvez... Não, não, acho que o Chile está em primeiro lugar; você vê na América Latina, o Chile está em primeiro lugar. A África do Sul está em terceiro; a África do Sul publica em inglês e é um fator importante. Nós publicamos em português ou publicamos num inglês não muito.... Mas a África do Sul está acima. Todos os quatro países. Isso é um ponto que nós devemos refletir. Existe alguma coisa que não está correto. O Brasil, com todos esses investimentos, com toda essa capacidade, com toda essa potência, nós estamos atrás desses quatro países em termos de colaboração internacional. Isso não é aceitável.

Agora, o mais importante – e, aí, Senador, eu coloco isso para o senhor e a sua equipe observar –, vejam bem: a partir de 2012, quando o programa Ciência sem Fronteiras se inicia, há uma inversão do gradiente da colaboração. Não estou dizendo que isso tem correlação direta, mas é preciso ser investigado. Há uma inversão da curva – estou tremendo muito e não sei... não é porque eu estou nervoso, não; acho que é Alzheimer, mesmo –, há uma inversão da curva em 2012. A gente está vendo, começa a ver, uma inversão da cursa da colaboração. É preciso que se investigue se é realmente consequência do Ciência sem Fronteiras.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Bom, eu queria sugerir, Senador, para terminar, pois eu queria terminar no meu tempo para dar para o senhor usar....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Pois não.

Eu queria sugerir, Senador, que, na avaliação que a Comissão de Ciência e Tecnologia vai fazer, também se concentre sobre os programas – a componente que eu chamo ativa do programa que foi de atração de gente de fora para dentro do Brasil. Porque a gente só visualiza a passiva, aquilo que nós mandamos para fora – graduandos, pós-graduandos. Embora pequena, se não me engano, foram 2.025 bolsistas pesquisadores visitantes estrangeiros que nós trouxemos para o Brasil de altíssimo nível, inclusive com Prêmio Nobel, e cerca de 900 BJTs (Bolsa de Jovens Talentos). Seria importante, Senador, que a Comissão colocasse um foco especial em cima desse grupo para que nós pudéssemos ter, digamos assim, responder se essa pergunta aqui, se isso aqui é realmente decorrente do programa.

Com relação à questão do PVE, eu queria fazer uma pequena referência a essa questão dos pesquisadores visitantes estrangeiros. Como todos sabem, as nações mais desenvolvidas têm programas especiais de atração de pessoal de grande talento para os seus quadros. A Austrália; o Canadá, que facilita muito. No Brasil, nós temos o costume de dificultar esses pesquisadores, a vinda desses pesquisadores. No começo do programa, Senador, nós tivemos uma dificuldade enorme porque esse pesquisador visitante estrangeiro não se desvincula da sua instituição de origem, vem para o Brasil fazer uma colaboração com um projeto que ele discute com um colega brasileiro, e passa entre um e três meses por ano durante três anos no Brasil. Tinha pesquisador que vinha passar um mês e passava, mais ou menos, 15 dias na Polícia Federal tentando tirar um visto de permanência para trabalhar aqui durante mais 15 dias. Inclusive, isso, Senador, inviabilizou que nós pagássemos a bolsa diretamente ao pesquisador, porque ele tinha que ter CPF etc.

Eu não quero, absolutamente, fazer comparações, fazer comparações indevidas, mas, o seguinte: ele era tratado da mesma forma – da mesma forma – que um... Esse pesquisador é convidado, nós o estamos convidando porque ele está trazendo conhecimento para gente, ele está ajudando, e ele era tratado da mesma forma – é tratado – que uma pessoa que vem para o Brasil em busca de trabalho, que está tirando sua carteira de trabalho etc. e que vai ficar por longo prazo.

Eu tentei, na época, uma reunião com a comissão de imigração, que eu acho que era do Ministério da Justiça, para a gente tentar ver se a gente encontrava uma forma dentro da Polícia Federal de amenizar isso. Bom, eu não tive nenhuma resposta da comissão, mas recentemente eu recebi uma visita do encarregado de relações internacionais da Universidade Católica do Chile, que é um brasileiro – é uma universidade que compete, na América Latina, com a USP: um ano, a USP está na frente e a Católica está atrás –, e eles tinham o mesmo problema no Chile. E eles resolveram, Senador, com um acerto com a Polícia Federal: eles têm um birô específico para atender esse tipo de pesquisador.

Eu acho que isso nos ajudaria a quebrar essa barreira, porque não se enganem: nos outros países, isso é extremamente facilitado e é até incentivado.

Pois não, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Senador, eu acho que não falaria nem a Polícia Federal, mas falta é transversalidade dentro deste Governo. Infelizmente, o Governo, cada vez mais, erra. Erra na economia, erra em programas que poderiam dar um resultado muito positivo para a gente, e erra principalmente na nossa política de relações exteriores. E erra feio e não é de hoje! O que existe de dificuldade em trazer um cientista para cá? Mas é uma facilidade para entrar droga neste País que você nem imagina, não é? Então, ele erra! Ele erra tratando um cientista, e "acerta" quando deixa o traficante entrar. Sabe como é? Então, é um desgoverno. Mas não vou entrar nesse detalhe, não é essa a questão.

Mas eu estava ouvindo atentamente, Dr. Geraldo, e o senhor faz parte da coordenação do programa Ciência sem Fronteiras, e o senhor faz um diagnóstico de um governo que o senhor participa. Parece, até, que o senhor está falando de outro governo.Olha, é um governo que está aí.

E tenho que concordar com o senhor em uma coisa: eu já ouvi aqui depoimentos de jovens que vieram aqui, um falando, mostrando que esteve na Nasa, e eu falei: "Poxa, parabéns! Legal! E aí? E o povo brasileiro? Alguma coisa importante para a gente em termos de a gente mandar agora um homem para a Lua?" Zero!

Nós temos que ter prioridades, não dá para mandar dois mil, três mil, cinco mil, dez mil, sem prioridades para o povo brasileiro. Bota uma coisa: princípio, para que a gente possa começar a trabalhar – e o meu relatório será baseado nisso, Senador Cristovam. E, pelo o que eu tenho ouvido aqui, realmente, investimento alto, prioridade para o povo brasileiro zero! Nós temos que acabar com esse romantismo. Nós não somos um país que pode ser romântico. Nós temos que ter prioridades.

O Adalberto que é presidente, superintendente do Inpa, já teve muito tempo trabalhando lá, sabe muito bem: conhece-me e sabe que, como governador, eu dei todo o apoio ao Fundo de Amparo à Pesquisa no meu Estado. Me digladio diariamente com este Governo que não consegue dar um aporte jurídico para o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Então, nós estamos discutindo coisas aqui.

Eu, por exemplo, chamei a Samsung, que é coreana, e exigi da Samsung, pelos benefícios que ela tem lá dentro, que ela não... Para mim, não interessa se vai ter 200, 300 ou 400 milhões de P&D, o que me interessa é qual é o resultado desse 300, 400 milhões. E o resultado é que, hoje, dentro da Universidade Estadual do Amazonas, dentro da Universidade Federal do Amazonas, dentro do Inpa e dentro de outras instituições existe trabalho sendo feito com mais de 900 pessoas fazendo pesquisa e desenvolvimento para que a gente possa tirar proveito. Então, olha: eu acho que todo mundo tem o direito de sonhar, mas sonhe com o seu dinheiro, pelo seu esforço, e não com o dinheiro do povo brasileiro. Então, o cara quer ir para Houston ver como é que funcional aquilo. Ótimo, vá! Mas nós não temos outras prioridades aqui?

Eu disse outro dia aqui ao Senador Cristovam, e eu estou – acho que só existe nós três de Senadores aqui –, o que nós estamos recebendo aqui é o seguinte: são diagnósticos. O diagnóstico nós já sabemos, mais ou menos. Nós queremos soluções para esse diagnóstico. Como é que a gente vai poder voltar?

O senhor, mostre essa curva aí, 2012: não é só o Brasil que cresceu um pouquinho, não; os outros países também cresceram. Todos cresceram. É porque agora não tem jeito: de seis em seis meses você tem tecnologia nova; todo ano vai ter tecnologia nova; não tem jeito. Você não consegue instalar aqui uma empresa de semicondutores no Brasil, num país consumista como o nosso País, uma indústria de semicondutores, porque nós não temos engenheiros. Simples! Então, não adianta dizer: "Olha, vamos instalar aqui!" Não vai instalar porque não tem recursos humanos.

Então, gostei da sua posição em relação a trazer. Trazer é mais barato. Traz! É muito mais fácil, é muito mais barato nós trazermos mil pessoas para ensinar dez, vinte mil aqui, do que mandar 2.500 para fora e cada

um está fazendo aquilo: "Ah! O cara passou aqui e vai..." Mas o princípio disso tudo, Dr. Geraldo, Dr. Adalberto, Drª Fernanda, Dr. Mariano, o princípio é: o que o povo brasileiro, que está pagando essa conta, vai levar?

Os interesses pessoais, nossos: "Ah! Eu também tenho meus interesses pessoais." Mas, do ponto de vista, quando eu puder, eu faço; quando eu não puder, não vou fazer. Eu acho que agora não é esse... Nós não estamos nesse joguinho.

O senhor falou muito da Coreia: você pega a Samsung, 20% do PIB da Coreia; você pega a Hyundai, 60% do PIB da Coreia; você pega a LG... Tudo tecnologia: hoje, 99% das televisões brasileiras que são compradas hoje, que estão na casa dos senhores, ou é LG ou é Samsung. São coreanas. Japoneses não produzem mais tecnologia para televisão. São os coreanos e os chineses. E acabou: americano não produz mais. Então, as grandes indústrias de televisores que nós conhecíamos, a Sharp, a Philips, a Philco, tudo acabou. Ficou os coreanos, baseado nisso que o senhor colocou que se chama educação, não é?

Vejam as escolas hoje. Eu lhe digo uma coisa: eu concordo que o futuro, se a gente vê hoje... Mas só a parede bonita não ensina ninguém, meu amigo! E todos vocês aí que estão sentados nessa mesa, sem exceção, foram para escolas em que não se davam livros, não tinham computador, vocês não tinham farda, não tinham nada, e são o que são hoje. O que está faltando no Brasil é disciplina! É isto o que os coreanos têm e nós não temos aqui: disciplina! É que se respeite o professor como professor, e se dê dignidade ao professor como professor é. E isso, meu amigo, o ser humano, hoje, quer que o Estado seja o cara que dê conhecimento para os filhos e ainda quer que eduque o filho. Não dá! Quem educa filho é família! E quem dá conhecimento é o Estado! Hoje, o papel do professor é dar educação e conhecimento. Não, não dá! Quem aprende a respeitar os mais velhos? É dentro de casa que a gente aprende. Quem aprende as coisas normais do dia a dia? Respeito? É dentro de casa, com os pais. Hoje, se bota uma criança dentro de uma escola e: "Olha, o problema é teu aí." É do governador, é do prefeito, é da Presidente, é de não sei de quem. Acabou! E nós temos quantidade, e a quantidade nossa não bate.

Então, por isso, Geraldo, eu quero dizer o seguinte: eu esperava um pouco mais do Ciência sem Fronteiras. Sinceramente que eu esperava um pouco mais. Um pouco mais, mesmo. Eu acho que esse custo/benefício... Porque, até agora, eu não vi os benefícios que trouxeram. Estou querendo ver alguém que chegue aqui comigo, concretamente, e diga: "Olha, fulano foi para lá, chegou no Brasil e já ensinou não sei quantas pessoas sobre isso, e hoje nós já estamos produzindo isso." Sabe? É essa cadeia: o início, o meio e o fim.

O Inpa tem 50 anos pesquisando na Amazônia; o Inpa – o Inpa! Você falou da Embrapa agora: o que seria de nós na Amazônia sem a Embrapa? O que seria de nós na Amazônia, porque nós não podemos desmatar para produzir, nós precisamos de tecnologia, nós precisamos otimizar espaço para poder produzir uma coisa. O que seria de nós sem a Embrapa? Estaríamos numa situação muito difícil, porque é um órgão que, realmente, nos dá uma sustentação. Se você for dar uma olhada, hoje, na tecnologia que eles têm para produção de açaí, que é um produto que é consumido no mundo todo, o açaí é sazonal e agora eles conseguiram que se produzisse mais em tempo menor, e mais de uma vez por ano – trabalho da Empraba. Vocês conheceram – você conhece, com certeza; qualquer um conhece – o trabalho do Inpa em que o Adalberto foi superintendente e sabe disso.

Então, Geraldo, eu queria fazer um relatório, Sr. Presidente, para que a gente pudesse pegar diagnóstico, desse sugestões e que o Governo pudesse atender essas sugestões. E é bonito a gente dizer. Olha, eu, no primeiro momento, achava que era o maior programa educacional que o Brasil tinha tido, ouviu? Já até disse isso e disse para a Presidente, inclusive. Para mim, era o maior programa educacional que o Brasil teve. E vejo, hoje, que eu me enganei um pouco sobre o resultado final desse programa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim, mas, antes de devolver, eu queria duas coisas: primeiro, ainda acho que é um grande programa, mas muito menos, talvez, do que é que poderia ter feito. Segundo, eu lembro da sua frase aqui, quando a Presidente Dilma disse que iria colocar uma indústria para fabricar micro...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Semicondutores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Semicondutores. O senhor perguntou...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu falei: precisa de mil engenheiros eletrônicos que o Brasil não tem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu peguei essa sua ideia, e citando o senhor – estou querendo encontrar e não acho aqui o artigo – e eu me perguntei: onde estão esses engenheiros?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sabe onde eles estão? Na escola primária. É aí que a gente tem que fazer e está desfazendo.

E, segundo, finalmente, uma coisa o senhor falou aí do problema de falar inglês e tudo o que o senhor falou. Eu encontrei uns empresários, já faz algum anos, que desistiram de investir em Alagoas – me contaram. E eu perguntei por quê? E eles disseram: "Porque não encontramos mão de obra qualificada." Para mim, tudo bem, isso é normal hoje em dia. Eu perguntei: "Qual é o ramo de vocês?" E eles: "Nós temos criação de cavalos." E eu perguntei: "Qual é a especialização que vocês não encontraram aqui?" Eles disseram: "É que nós precisamos de dez veterinários porque são cavalos de raça, caríssimos, e nós não deixamos na mão de um veterinário que não saiba ler a bula do remédio em inglês. E não conseguimos dez que falem inglês. Então, nós vamos procurar outro lugar." Acho que foram para Santa Catarina. Mas para você ver: criação de cavalo, "vaqueiro" – entre aspas, claro – já não é mais vaqueiro, é veterinário. E veterinário tem que falar em inglês. Isso aí é uma tragédia brasileira que nós precisamos resolver.

E onde estão os engenheiros, os veterinários que falam inglês? Na escola primária. Eles estão lá, pequenininhos, hoje, e poderão chegar a ser isso ou, como aqueles meninos nos barcos do Mar Mediterrâneo, vão naufragar no caminho do futuro. Então, tudo isso é fundamental, mas é a escola de base é que vai dar o verdadeiro suporte.

E eu tinha visto com muita satisfação aquela inclinação, mas, de fato, os outros também deram inclinações, salvo um em que a inclinação foi pequena – o roxo –, que é a ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – África do Sul. É porque já está ali no patamar. Mas entre essas...

Mas, por favor, prof. Geraldo com a palavra.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Obrigado, Senador.

Eu só queria concluir e, primeiro, dizer o seguinte: eu acho que esse programa é um marco na educação, na ciência e tecnologia brasileira. Eu acho que é um marco! Ele tem defeitos e a gente precisa aperfeiçoar: ele foi feito, digamos, de uma forma muito intensa; ele precisa ser aperfeiçoado. Eu acho que este trabalho da Comissão vai ajudar isso futuramente. Eu acho que ele abre a perspectiva, não de ter um programa Ciência sem Fronteiras, mas de ter um processo de internacionalização da educação, da ciência e tecnologia brasileira, de forma generalizada, como programa de Estado, como programa estratégico de Estado. Eu não acho que buscar resultados imediatos agora pode, digamos assim, ser uma boa prática no sentido de decidir sobre a continuidade ou não. Sinceramente, Senador, eu não acho que buscar resultados imediatos...

Esse programa é um programa que dá respostas de médio e de longo prazo, porque nós estamos tratando com jovens. Eu acho que essa componente de pesquisadores visitantes estrangeiros e jovens talentos podem ter resultados imediatos, podem ser vistos, e por isso eu estou recomendando fortemente que a Comissão se volte para esse conjunto.

E o senhor observou muito bem – o senhor é muito perspicaz –, observou uma coisa que eu olhei para a coisa e não observei: que todos os outros subiram, embora, por exemplo, ali, o Chile tenha descido de 2012 para 2013. Mas é verdade. Mas eu acho o seguinte: o Brasil subiu nesse período. Eu não estou dizendo que existe a correlação; vamos verificar.

E eu queria dizer, realmente, o seguinte: eu passei, eu comecei esse programa na Capes desde a sua estruturação. Num certo momento eu me aborreci, fui embora, passei sete meses vagando pelo mundo – até em Santiago de Compostela eu andei a pé para lá, para descansar a cabeça – e voltei porque faltava concluir alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Precisava muito, eu estava cansado. Não, o seguinte: eu acho uma boa avaliação ter ido. Você precisa ver os atestados médicos que foram dados para as duas equipes do CNPq e Capes durante esse período; foram muitos, entendeu?

E eu voltei pelo seguinte: eu acho que esse programa é um marco! É um marco! Realmente, eu acho que é um marco tão importante quanto foram tantos outros que foram criados ao longo desses 61 anos. E eu acredito que esse trabalho poderá nos ajudar a fazer correções. Existem distorções; o custo/benefício, talvez, não tenha sido o melhor pela pressa como ele foi feito. Mas eu acho que a gente não deveria abandonar essa bandeira.

Obrigado a todos pela paciência em me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós é que agradecemos. E ainda bem que o senhor voltou dos seus sete meses e está aqui conosco, porque a gente precisa muito do senhor.

Eu passo a palavra, agora, a Adalberto Luís Val, que é Diretor de Relações Internacionais da Capes.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Bom dia a todos.

Caro Senador Cristovam Buarque, obrigado pelo convite. E cumprimento Mariano Laplane, colega militante de longa data nessa área da pós-graduação brasileira; Fernanda Sobral, colega da SBPC, também participante de muitas reuniões em conjunto; e meu amigo Geraldo Nunes. Gostaria de cumprimentar o Senador Omar Aziz e, em nome dele, todos os Senadores presentes, conselheiros e colegas.

Eu não tenho a experiência que o professor Geraldo tem com relação ao Ciência sem Fronteiras. Tenho sido um estudioso desse programa e, muito provavelmente, fui integrado nesse processo por conta das críticas que fiz anteriormente ao programa. Mas eu aprendi, também, que, por outro lado, existe um conjunto bastante amplo de fatores positivos.

Senador Omar, eu vou tentar mostrar alguns deles aqui. Mas, antes disso, quero contar para vocês que eu me mudei para a Amazônia há 34 anos. Como um jovem biólogo, cheguei á Amazônia e lá, no Estado do Amazonas, no Inpa, eu tive um apoio fundamental para estudar. Fiz mestrado, fiz doutorado, tive a oportunidade de estudar fora, no Canadá, e voltar para o Inpa em Manaus. Mas foi nos últimos dez anos que nós tivemos uma inversão, Senador Cristovam, muito significativa: tínhamos menos de 200 doutores no Estado; hoje já são mais de 800 doutores. O Estado do Amazonas ocupava uma posição pífia na ciência brasileira; passa a ocupar uma posição de destaque, sendo um dos primeiros produtores sobre informações em biologia tropical, na área de conservação e usos da diversidade biológica.

Vários novos programas de pós-graduação foram instalados a partir de uma visão, extremamente positiva de investimento na capacitação de recursos humanos e na formação de laboratórios de infraestrutura, capaz de dar sustentabilidade a essas atividades. Mas nós não investimos só lá no nível de mestrado e de doutorado. A gente começou a investir desde o PIBIC JR. desde a mais tenra idade – desde a mais tenra idade. E a questão fundamental, Senador Cristovam, é: por que nós não fazemos inovação no Brasil? Por uma razão muito simples: apenas 4% das matrículas nos cursos superiores no Brasil são na área de engenharia. E aí é um ponto que nós precisamos trabalhar fortemente.

O Ciência sem Fronteiras trabalhou nisso. Formação de pessoal altamente qualificado era o objetivo desse programa – não de todas as áreas áreas, mas das áreas voltadas para a Inovação. A ideia básica era aumentar a presença de pesquisadores, de estudantes, dos diferentes níveis tecnológicos, para que a gente pudesse dar esse passo seguinte. Mas eu antecipo: esse passo seguinte, nós não damos em quatro anos. Esse passo seguinte requer tempo. Se você imaginar que, para você formar um engenheiro razoável, nós precisamos de cinco anos, e um bom engenheiro, dez anos, avaliar esse aspecto dentro do programa, que tem quatro anos, é lamentável. A gente vai, na realidade, estragar um programa promissor no seu nascedouro.

Outro aspecto importante dentro desse contexto foi fazer esse investimento – essa experiência sociológica na área de educação – de colocar 101 mil estudantes no exterior. Por mais que nós olhemos isso como um grande número, isso é apenas um grão de areia no universo da graduação brasileira. Nós temos mais de 7 milhões de estudantes matriculados e nós estamos falando em 101 mil estudantes; nós estamos falando em 1% desse deste universo. Portanto, vamos avaliar isso dentro desse contexto, dentro desse cenário. Foi uma experiência extremamente importante, tem que fazer correções, mas a gente precisa entender que ela tem resultados extremamente importantes.

Aqui nós temos uma distribuição geral, ano a ano, dos 101.446 estudantes que foram para o exterior. Posso dizer uma coisa para os senhores: quando eu estudei no Canadá, eu via duas coisas sobre o Brasil: a festa do Carnaval e o futebol – que depois da última rodada que tivemos aqui no Brasil, este ficou secundário. Mas houve uma colocação extremamente importante: o Brasil tem gente que é capaz de aprender ciência e tecnologia e produzi-las de acordo com as características sociais do País. Não adianta a gente fazer ciência e tecnologia que não tenha a função social. O caráter neutro, a neutralidade científica não existe no mundo moderno. O mundo moderno requer, fundamentalmente, que a função social da ciência e da tecnologia se explicite.

E nesses 30 anos que eu milito nessa área de ciência e de tecnologia, o que vi no nosso País foi a concentração disso em diferentes Regiões. E um desequilíbrio imenso, no qual, Norte e Nordeste têm problemas extremamente sérios em relação ao fosso que separa essas Regiões de outras Regiões do País. O Ciência sem Fronteiras, como veremos adiante, teve um papel extremamente importante dentro disso também.

Perto de 79 mil dos estudantes que foram para o exterior, foram da graduação sanduíche. Portanto, isso reforça a ideia de que a gente tem um processo de capacitação desse pessoal ainda em nível de graduação. Eles sairão das universidades e vão começar os seus trabalhos profissionais. E, aí, um ponto extremamente importante: 45 mil desses estudantes foram das áreas de engenharias e demais áreas técnicas; 18 mil das áreas de biologia, ciências biomédicas e biotecnologia. Portanto, um ponto extremamente importante. Ressalto, ainda, os 8,4 milhões na área – 8,4 mil, perdão – da indústria criativa e os 8,3 mil na área de ciências exatas e da terra.

Um ponto importante que nós precisamos reestudar é a concentração desses estudantes, desses bolsistas nos Estados Unidos: 32 mil desses estudantes estiveram nos Estados Unidos, onde temos taxas mais caras para colocação dos estudantes. É verdade: temos instituições muito importantes naquele país, mas elas existem também em outros países cujas taxas, *tuition fees, bench fees*, são menores. E, portanto, acho que esse é um ponto que nós precisamos trabalhar.

A participação do Ciência sem Fronteiras – e, aí, existem dois aspectos importantes. Como disse, apenas 1,1% dos estudantes da graduação participaram do Ciência sem Fronteiras. Portanto, esse experimento, ainda que não tenha paralelo no Brasil, foi um experimento extremamente importante, apenas comparável quando a gente expandiu a educação fundamental para o País como um todo, chegando nas fazendas, nas regiões mais remotas do País.

Para a pós-graduação, esse programa representou algo em torno de 8,4% do universo que existe matriculado. Portanto, um programa, eu diria, em termos de tamanho, muito pequeno para as necessidades do nosso País. Podemos dar outro nome para isso, podemos chamar de qualquer outra coisa, mas o que nós precisamos é conservar essa perspectiva da interação do País com a ciência mundial. Sem isso, nós não vamos construir uma situação diferenciada.

Outro ponto importante, Senador Omar, que eu gostaria de chamar a atenção: aqui está o número...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Adalberto, faz um favor para mim? Você falou da importância e eu concordo com você. Não vamos entrar no mérito da importância. Me diga o custo disso aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu queria aproveitar, como a gente está transmitindo esse debate pela televisão, eu queria pedir, Dr. Adalberto, que dissesse para todos o que é graduação sanduíche, porque a gente fala a linguagem da gente. Primeiro isso. E, segundo, se isto não poderia serfeito no Brasil – a graduação sanduíche.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Então, respondendo à sua pergunta, o custo deste programa foi da ordem de 9,5 bilhões.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São 9,5 bilhões. Veja bem, nós estamos falando de 9,5 bilhões.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – É.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estamos falando em 9,5 bilhões, um número bastante alto, um valor altíssimo para apenas três anos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quanto é isso comparado com o Orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia? É considerável!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São 35% que vêm do Ministério da Ciência e Tecnologia e 65% desses recursos são do Ministério da Educação. Parte desses recursos aí tem P&D, tem...

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – A iniciativa privada, também, entrou com recursos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – É, por volta dos 20%, mais ou menos, que foram para o numero de...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mas o Governo gastou mais de 9 bilhões com esse projeto. Por isso que eu estou dizendo. Você está colocando 1%. Você está dizendo. *(Fora do microfone.)* Por que esta minha pergunta, Dr. Adalberto? Porque, quando você coloca ali, somente, nós temos 7 milhões de universitários – correto? – e nós temos aí alguns milhões de pessoas já formadas e que querem fazer uma pós, um doutorado, se aprimorar mais. Porque o que nós estamos discutindo aqui, e já discutimos isso antes – nós Senadores – é se nós temos que mandar para lá gente formada ou pessoas ainda em formação, primeiro.

Quando você coloca 100 mil alunos em quatro anos, porque no primeiro foram 3 mil, você vai dividir aí e nós gastamos em torno de 2 bilhões ano, mais de 2 bilhões/ano em quatro anos – 2 bilhões/ano, a média, não é?

Lógico, a gente ouvindo tantos bilhões aí indo pelo ralo, é um número pequeno para educar. Mas não é um número tão pequeno. Isso é o Orçamento do Estado do Acre durante dez anos, mais ou menos, só para vocês terem uma ideia. O Estado de Roraima, o Amapá não têm o Orçamento. Hoje, o Orçamento do Acre deve ser em torno de 3 a 4 bilhões. Então, eu estou colocando para vocês que é um recurso que um Estado todinho não tem durante dois, três anos o que está sendo investido. Por isso que eu digo para você.

Você coloca uma coisa: "Olha, Senador, eu acho que isso é médio e longo prazo." Também acho, não tem como, não tem fórmula, ninguém se tornou potência do dia para a noite. Isso não tem jeito. É isso mesmo: eu sou engenheiro civil e o meu curso normal seria quatro anos e meio se você não for reprovado em nenhuma matéria. Se for, já vai perder mais meio período aí para se formar ou, mais de um. Como, na minha atividade, eu sempre atuei no movimento estudantil, num momento de dificuldade que o nosso País atravessava, lógico que eu perdi matérias. Mas te digo uma coisa: eu estudei em escola pública a minha vida toda. Estudei, passei

no vestibular, fiz engenharia, sou formado em engenharia civil, mas a faculdade que você conhece muito bem, quando eu fazia engenharia civil – já disse isso aqui –, o laboratório de materiais de construção, a gente tinha que usar da Escola Técnica Federal do Amazonas porque a Universidade do Amazonas não tinha laboratório de materiais de construção. Então, você não tinha como fazer laboratório. Então, essas coisas é que são importantes nós discutirmos também.

Será que esse investimento, hoje, de nove bilhões, se a gente tivesse investido nas nossas universidades, dotando elas de laboratórios, dotando disso, dotando daquilo, o resultado nosso não teria sido um pouco melhor? É isso o que eu quero questionar. É para isso que nós estamos debatendo. E não dizer se o programa é ruim ou não. O programa é bom, lógico, mas hoje existem universidades fechando porque não têm laboratórios. E não são universidades estaduais, não: são federais.

Então, nove bilhões, amigo, nós traríamos os melhores laboratórios do mundo aqui para dentro. Um jovem chegou aqui, onde está sentada a Drª Fernanda, e disse o seguinte para a gente aqui – para mim, para o Lasier, para todos nós aqui –: "Olha, eu fui lá e me encantei com o laboratório aonde eu estive. E cheguei aqui, a minha realidade é outra." Então, acabou: o laboratório que ele encontra nos Estados Unidos não será o laboratório que ele vai encontrar aqui para trabalhar. É uma realidade!

Então, é isso, Dr. Adalberto. O valor é nove bilhões, mesmo. Eu recebi, há pouco – depois que eu lhe fiz a pergunta, eu recebi.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Agora,...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – São nove bilhões, e 65% desses recursos são oriundos do Ministério da Educação e 35% oriundos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Mas vamos fazer uma reflexão nisso, antes de eu prosseguir aqui – me permita, Senador Cristovam Buarque.

Nós teríamos um custo, aí, da ordem de R$95 mil por estudante – está certo? Quer dizer, o que é um valor relativamente normal para o mercado brasileiro – para o mercado brasileiro. Se você considerar que a mensalidade de uma escola de engenharia boa ou de uma escola de medicina boa aqui no Brasil custe R$5 mil por mês, nós estaríamos falando em R$60 mil por ano por estudante. Mas, para os estudantes que existem no exterior, eu tenho que pagar estada e viagem desse pessoal todo, administração. Enfim, os valores *per capita* do que foi investido no sistema não destoa em nada daquilo que é praticado na iniciativa brasileira, no Estado brasileiro. O problema todo é que, quando a gente fala em escola federal no Brasil, a gente pensa que aquilo é de graça. Não é de graça: é a sociedade brasileira pagando aquilo, que tem um custo muito alto.

É importante mencionar: temos escolas boas no Brasil? Temos escolas excelentes no Brasil! Poderíamos ter a graduação aqui? Poderíamos e temos! Mas nós precisamos da internacionalização do sistema de ensino brasileiro, senão nós vamos ficar atrás do processo todo que se desenvolve no mundo.

A graduação sanduíche, pediu-me o Senador Cristovam para explicar o que é. Trata-se daqueles estudantes que iniciaram uma graduação no Brasil, passam um período de até um ano no exterior, voltam e concluem a sua graduação aqui no Brasil. Os créditos conquistados no exterior são revalidados no Brasil e incluídos no seu no seu histórico aqui no País. A mesma coisa vale para o doutorado sanduíche que é a ida do estudante para o exterior desenvolvendo uma parte da sua tese lá e voltando e defendendo a sua tese aqui no Brasil.

Bom, para finalizar, continuando aqui, eu queria chamar a atenção que, no caso da graduação, o programa representou um importante alento em termos da redução dos desequilíbrios regionais. Enquanto nós podemos ver aqui um número bastante pequeno e tímido para a Região Norte do Brasil, para a Região Centro-Oeste, quando a gente implementa isso por 100 mil habitantes ou por 100 mil estudantes, a gente tem uma expressão mais significativa desses dois elementos.

Hoje, o investimento em ciência e em tecnologia para a Região Norte do Brasil, considerando os nove Estados brasileiros, não passa de 3% dos valores para ciência e tecnologia. Portanto, isso é um alento extremamente importante e teve um papel importante dentro desse contexto.

A mesma coisa, para a pós-graduação: existe um aumento mais significativo nos dois valores, aí, por 100 mil habitantes e por 100 mil estudantes.

Agora, respondendo um pouco a sua pergunta, Senador Omar, o impacto do Ciência sem Fronteiras na pós-graduação brasileira. Aqui nós temos o percentual de bolsistas de graduação sanduíche que ingressaram na pós-graduação: 21% deles ingressaram na pós-graduação. Lá, no mestrado profissional, nós temos 5%; e no doutorado, 4%.

Então, o que acaba acontecendo é que, no caso do mestrado, nós temos uma multiplicação significativa do Ciências sem Fronteiras que entram nos cursos de pós-graduação em relação aos estudantes que não fizeram pós-graduação. No total da pós-graduação, são 7,6% – está certo? – que entram na pós-graduação a mais

em relação aos que não fizeram o Ciência sem Fronteiras. Portanto, os alunos que participam do Ciência sem Fronteiras são alunos muito mais preparados para entrar nos programas de pós-graduação

E olhem que interessante: para aqueles que não conhecem o sistema, os programas de pós-graduação no Brasil são classificados com notas que vão de três a sete, e os cursos 3 e 4 são iniciais e os cursos 5, 6 e 7 são os cursos que têm os maiores conceitos. Notem a barra azul, aqui, para os cursos 5, 6 e 7 que se refere ao percentual de estudantes do Ciência sem Fronteiras. Portanto, a gente tem uma ampliação muito significativa daqueles estudantes que fizeram o Ciências sem Fronteiras nos cursos de excelência na pós-graduação brasileira. Então, esse é um ponto importante.

Um outro aspecto que eu gostaria de mencionar – até para responder, um pouco, essa questão do investimento, Senador – refere-se: por exemplo, há duas ou três semanas, nós tomamos conhecimento...

(Soa a campainha.)

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – ... foi circulado pela imprensa brasileira, de um estudante que vendeu uma empresa que foi construída junto com um colega durante o programa, uma empresa na área de biotecnologia, que foi comprada pela Roche no valor de 1,5 bilhão. Nós estamos falando de um único estudante que vendeu uma empresa inicial – está certo? – no valor de 1,5 bilhão.

Portanto, é claro que, diante das dimensões que a gente tem no País, 9,5 bilhões pode ser um valor muito significativo de recursos, mas nós precisamos ampliar esses recursos para que a gente possa, na realidade, se tornar mais competitivos

Alguns exemplos: aqui a criação desse sistema *Polyteck*, que foi criado pelo André, da Física, no Paraná, que tem como objetivo fundamental formar universitários mais criativos e inovadores, dispostos a encontrar novas soluções para os velhos problemas. Isso vem da percepção que esse estudante teve durante o seu doutorado no exterior. Então, ele monta um sistema que tem várias vertentes – está certo? – dentro disso, inclusive com a criação dessa publicação chamada *Polyteck*.

Um lugar para se fazer quase qualquer coisa é a Fab Lab, que é uma empresa, um laboratório montado aqui em Brasília e que integra estudantes para facilitar a prototipagem de ideias, visando inovação e invenção.

O Daniel Lopes, também do ITA, lá em São Paulo – você mencionou isso, Senador – primeiro lugar na NASA. Mas a grande invenção desse rapaz foi trazer a tecnologia, para o Brasil, do uso do sistema de terceira dimensão – 3D – para a produção de objetos no Brasil. E esse sistema já começa a ser testado para a produção, por exemplo, de peças de próteses no País.

Então, eu acho que o domínio dessa tecnologia é importante e por isso que eu digo que a internacionalização é importante. Nós precisamos ter o domínio daquilo que está acontecendo no exterior para não ficar a reboque daquilo que vai sendo desenvolvido nos países desenvolvidos, de uma maneira geral.

A questão da internacionalização – o prof. Geraldo mencionou isso –, o PVE

são casos de coautoria ou de proximidade temática na produção científica desses pesquisadores. Esses gráficos representam, para 2007 e 2014, a situação de um dos institutos nacionais de ciência e tecnologia, que é um programa do CNPq, com participação da Capes e outras instituições. Então vejam como, comparando os dois momentos, as coautorias, a aproximação, o foco temático, vão gerando redes de pesquisadores mais densas, mais ricas em intensidade.

Ao longo do tempo – isto aqui é muito interessante, porque é o mesmo exercício para os pesquisadores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em um longo período. Cada um dos pontinhos é um pesquisador. A massa de linhas que se cruzam, densidade da produção. É evidente desde 1982, 1990, 2000, 2010 e 2014. Não apenas aumenta a densidade, como vão surgindo fontes de especialização. Isto é um sistema científico-tecnológico em evolução, senhores e senhoras.

É muito importante, é muito bom o Brasil estar conseguindo fazer isto. É claro que nós não temos um quadro tão favorável em todas as áreas, mas se nós somos tão bem sucedidos, o esforço deles para o desenvolvimento de ciência e tecnologia e na pós-graduação, também é preciso reconhecer que nós temos fragilidades. E nós temos enormes fragilidades na graduação e, particularmente, na internacionalização do nosso sistema na base, na graduação.

Esse gráfico eu trouxe de um trabalho do professor Ricardo Paes de Barros, da SAE – naquela época –, e que compara o grau de internacionalização do Brasil com vários países, de uma maneira muito simples. É a quantidade de estudantes estrangeiros no País, no Brasil – ou no País selecionado –, e nativos do País estudando fora em 2010. Vejam onde está o Brasil. Eu não consigo ligar aqui o ponteiro... qual é, Fernando? Não, nem aqui também... aqui... eu não deveria ter feito isso. Bom, mas... de qualquer maneira, o Brasil está aqui embaixo. O grau de internacionalização nas duas direções, brasileiros fora e estrangeiros no Brasil, é muito baixo. É inferior ao do Chile, é inferior ao de Portugal, é inferior ao do Canadá, é inferior ao da Nova Zelândia, é inferior ao

da Austrália. É claro que cada um desses países, alguns são verdadeiras ilhas, mas outros nem tanto, são países em desenvolvimento, em condições comparáveis, em alguns aspectos, por exemplo, na dependência recursos naturais do Brasil. Nosso grau de internacionalização é muito baixo isso! Isto é o que o programa Ciência sem Fronteiras pretendia corrigir.

Se o Senador me permitir abordar rapidamente as questões formuladas, porque acho que são...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós tomamos muito seu tempo, durante a sua fala...

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE – Só preciso achar aqui as minhas anotações, como é que eu pretendia respondê-las. Está aqui.

A primeira questão diz respeito ao risco de que esse novo Programa, esse esforço na graduação, venha a acontecer em detrimento do nosso sistema local de pós-graduação. Eu vou dizer com toda a franqueza, não acho que esta seja uma ameaça que deva nos preocupar. Porque o nosso desafio é elevar a qualidade da nossa graduação para a qualidade da nossa pós-graduação, e isto deve ser feito com movimentos de escala importante. Porque, como mostrou o Prof. Adalberto, nós estamos falando, no caso da pós-graduação, de um universo de 200 mil pessoas e, no caso da graduação, de sete milhões e 200 mil pessoas. Nós termos enviado cem mil pessoas ao exterior não é, não chega a ser 1%.

E além dos benefícios individuais que obviamente existem do ponto de vista do bolsista, da sua cultura e de sua perspectiva de vida futura, de sua progressão profissional, o importante para o Brasil é que estes bolsista, em seu retorno, sejam um catalisador, um fermento da melhora da qualidade da nossa graduação.

Este é um processo demorado, isto não terá resultados imediatos – embora alguns resultados já tenham sido apresentados como muito positivos pelo Dr. Adalberto –, mas nós não vamos mexer em uma questão que envolve sete milhões de alunos de graduação, rapidamente, com pouca gente e com pouco dinheiro.

Em relação à segunda questão: como medir, como transmitir à sociedade a importância, o retorno que isto tem? Veja, eu vou ser mais uma vez muito franco, muito direto. Eu acho que a sociedade já sabe. Acho que que a sociedade já sabe e já sabia, antes mesmo de o Programa existir! Não é por outro motivo que, há décadas, a classe média brasileira que podia enviava seus alunos ao exterior, não para fazer uma graduação sanduíche, mas para fazer um intercâmbio de um mês, de dois meses, e pagava caro por isto. Isso significa que uma boa parte da sociedade já sabe. É um bem público, mas não são apenas as famílias dos indivíduos que sabem, o setor empresarial sabe. Eu sou professor da Unicamp há 30 anos – aliás cheguei ao Brasil para isso –, e os relatos de todos os alunos que se formaram como economistas na Unicamp é de que as empresas sempre deram prioridade aos alunos que falavam inglês – aos economistas, não eram veterinários –, aos economistas que falavam inglês e aos economistas que tinham feito estágio no exterior.

E não são apenas as empresas estrangeiras no Brasil, as empresas brasileiras também. E isto muito antes da globalização. O inglês, a experiência no exterior, sempre foi um valor, não somente para o indivíduo, um valor reconhecido pela sociedade. Eu acho, portanto, que nós devemos fazer um esforço para tornar isso mais transparente, com números, vamos ter que ter um pouco de paciência e aguardar, mas a sociedade sabe disto sim!

A terceira pergunta também é muito importante: que medidas devem ser tomadas pelo MEC, pelas universidades a respeito da barreira da língua? Eu acho que as medidas tomadas, embora eficazes e suficientes, são emergenciais. A verdadeira solução, como já foi dito aqui, está na melhoria da qualidade das nossas escolas. Os alunos devem sair da escola fluentes em uma segunda língua que, quer a gente goste ou não, é a língua do mundo, como o latim foi em alguma outra época. É preciso dominá-la, não pode ter medo disto! E a juventude sabe do valor disto. A juventude não somente sabe do valor de dominar uma segunda língua como encontra, na perspectiva de passar um tempo no exterior, um enorme estímulo. Uma boa parte da minha humilde opinião, é de que o incremento nas matrículas no Enem é produto, também, do Enem ter sido considerado requisito e existir uma nota mínima no Enem para poder solicitar, aspirar uma bolsa do Programa Ciência sem Fronteiras. Então o efeito emulação que o Programa trouxe é um benefício para a sociedade.

Por último: em que medida uma avaliação como a que está sendo proposta aqui é procedente? Como nós poderíamos ser mais seletivos na escolha dos alunos para ter um retorno maior? Eu acho que a seletividade é importante, a qualidade dos alunos que vão para o exterior é importante, já é reconhecida. Eu visitei universidades estrangeiras do mais alto nível. Vou dar concretamente um exemplo: a convite da Embaixada Brasileira em Londres eu fui ministrar uma palestra para bolsistas do Ciência sem Fronteiras, dois anos atrás. Tive reuniões com as autoridades da Universidade. Depoimento das autoridades da Universidade de Cambridge: o Brasil tem excelentes jovens! Excelentes alunos! Se destacam pela sua capacidade de aprender. Gostaríamos de ter alunos como eles!

Isto é uma indicação indireta e parcial de que nós já estamos escolhendo bem, mas podemos e devemos escolher melhor.

Há um medo – não está aqui retratado nas perguntas, mas que eu tenho detectado conversando sobre o Programa em diversos lugares – dos meus colegas da Academia: será que nós não vamos acabar perdendo esses alunos para as universidades estrangeiras? Será que nossos melhores alunos não vão virar alvo de comportamentos oportunistas na academia estrangeira?

Vocês sabem que um problemas dos países muito desenvolvidos é que eles têm poucos jovens. E nós temos muitos. Será que eles não vão levar nossos melhores alunos? Por que eu vou mandar meu melhor orientando para fazer seu doutorado fora, meu melhor mestrando? Acho que nós não devemos ter medo disto, não deve ter medo nem como País nem muito menos como acadêmico. Boa parte de nós fez sua pós–graduação no exterior e voltamos ao Brasil para trabalhar. Eu tenho visto isso também, todos os meus alunos, eles voltam ao Brasil. Este País tem identidade, os brasileiros têm raízes. Talvez não todos, mas a grande maioria tem.

Então não acho que esse seja um fantasma que deva nos assombrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Totalmente de acordo, até porque eu acho que, se eles não voltam fisicamente, o conhecimento que eles desenvolvem lá fora um dia chega aqui, direta ou indiretamente. O conhecimento tem que ser visto em uma perspectiva até mesmo mundial, a partir de um certo nível.

Eu vou pedir ao Senador Lasier o favor de presidir aqui enquanto eu saio para algumas ações, inclusive para um voto na Comissão de Economia de um projeto meu.

A palavra eu já aproveito para passar para a Profª Fernanda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Fernanda, a palavra é sua.

A SRª FERNANDA SOBRAL – Bom dia a todos e a todas, é um prazer. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o Senador Cristovam Buarque, e também, agora, o Senador Lasier Martins, que está presidindo, e também meus companheiros de Mesa: Geraldo, Adalberto e Mariano.

Bem, aqui eu estou representando a SBPC. E eu queria então começar dizendo um pouco da posição da SBPC com relação a esse programa Ciência sem Fronteiras. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que a SBPC ressalta a importância desse programa diante dos objetivos que ele tem e que já foram relatados aqui pelo Prof. Adalberto: investir na formação de pessoal altamente qualificado; aumentar a presença de pesquisadores e estudantes, de vários níveis, em instituições de excelência no exterior; promover a inserção internacional das instituições brasileiras; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; atrair jovens talentos.

Então, os objetivos são objetivos que não são, em nenhum momento, questionados pela SBPC. A única ressalva que a SBPC tem feito – e que já colocou em carta pública – é que ela quer a continuidade do Programa, mas que não sejam utilizados recursos do FNDCT, justamente para que não sejam subtraídos recursos da pesquisa para o programa Ciência sem Fronteiras. Essa é a ressalva.

Eu gostaria até inclusive de dizer que nas três últimas reuniões anuais da SBPC foram organizadas mesas e simpósios discutindo o Programa, quer dizer, mostrando a valorização, o valor que a instituição está dando a esse Programa, com a apresentação. É bem interessante a forma como a SBPC sempre fez, traz analistas – neste ano, inclusive, o Geraldo e o Adalberto já apresentaram alguns dados avaliativos do Programa – do Programa como, também, ex-bolsistas. É muito interessante ver os depoimentos dos ex-bolsistas.

Uma outra questão que a SBPC coloca é a importância – e aí eu gostaria de parabenizar esta Comissão porque está preocupada com a avaliação deste Programa –, é a necessidade de avaliação do Programa para, justamente, o seu aperfeiçoamento e, também, definição de sua própria continuidade.

E aí eu gostaria de dizer da importância de avaliação de políticas de CT&I no momento atual. O Prof. Mariano se referiu aqui muito a um contexto maior, inclusive a um contexto globalizado. Eu gostaria de dizer que reforça muito a ideia de avaliação de políticas de CT&I de uma forma à democratização. A democratização faz com que haja uma preocupação muito maior com a prestação de contas à sociedade do que é feito. E é essa a preocupação. E para que o Programa tenha legitimidade. Um financiamento, para ser legitimado, precisa mostrar a que veio esse Programa. O que ele está produzindo de resultados? É nesse sentido.

Eu diria que até o final do século passado a avaliação de ciência e tecnologia era muito a avaliação da pesquisa. Era uma avaliação *ex ante*, quer dizer, anterior, baseada sobretudo no julgamento de pares. Hoje em dia, justamente dada à própria competitividade possibilitada pela globalização – que já foi falada aqui pelo Prof. Mariano – e pela própria democratização, como eu estou mostrando, a avaliação de CT&I também, cada vez mais, tem que ser de acompanhamento e *ex post*, depois. E também procurando ver impactos socioeconômicos além dos científicos.

Essa é uma questão: critérios internos e externos, novos atores participando. Essa é a tendência, ou seja, além de se avaliar mérito científico – quer dizer, está formando gente, está possibilitando a internacionalização da pesquisa –, também uma avaliação socioeconômica dos programas de uma maneira geral.

Com eu estou mostrando, na realidade, a importância de avaliação de políticas de CT&I de uma maneira geral, na qual se inclui o Ciências sem Fronteiras, que é um Programa de grande monta, como nós vimos, com gastos de recursos fabulosos, etc.

Bem, eu agora gostaria de fazer algumas observações que... eu até não fiz uma apresentação, talvez seja a minha tradição como socióloga. Eu vou trazer mais aqui uma uma percepção de ordem qualitativa, enquanto que eu sabia que meus colegas todos iriam trazer os números. É importante que os números também sejam vistos. As análises quantitativas também são importantes.

Mas, no meu caso agora, eu vou tratar mais acerca de algumas observações que eu tenho sobre o Programa, de ordem qualitativa. Eu diria: quais são as minhas fontes? A partir de quê? A partir desses relatos que eu vi na própria SBPC, durante três anos, de ex-bolsistas. Também a partir de uma análise inicial, como o próprio Prof. Mariano se referiu aqui, essa proposta metodológica teve a coordenação da Profª Lea Velho, da Unicamp. E, nesse momento, eu fiz algumas entrevistas – eu diria que não é uma avaliação, eu gosto sempre de dizer isso – tanto com ex-bolsistas, como com coordenadores institucionais nas universidades, como também gente da Capes e do CNPq. Além disso, eu tenho lido – talvez por conta dessa minha participação –, eu tenho avaliado muitas dissertações e teses sobre esse tema. É tão interessante porque uma das dissertações em que eu participei da banca é de uma americana que veio fazer pós-graduação aqui na UnB e que fez sobre o Ciência sem Fronteiras. Achei bem interessante. E como também outras pessoas que são até funcionários da Capes e do CNPq.

Bem, é a partir dessas minhas percepções que eu vejo alguns resultados, que é claro – e aí eu reforço a ideia de que só uma avaliação, realmente, para se dizer se essas percepções que eu tenho estão corretas ou não. Primeiro, isso eu acho que os números aqui apresentados mostraram, não é só uma percepção, eu diria. Há ampliação do acesso a estudos no exterior em áreas estratégicas para a inovação. Essa ampliação foi enorme, os números mostram. Isso aí não há dúvida.

Outra questão que também já foi apresentada aqui, eu acho que mostrou – e que o Prof. Mariano se referiu – que a classe média já tinha essa percepção de que era preciso aprender língua estrangeira, mas eu acho que a necessidade de aprendizagem da língua estrangeira ficou patente para todas as camadas. Eu diria que isso já foi um resultado do Programa.

A outra questão que eu vejo foi a valorização do estágio na formação. Como esse é um pré-requisito do Programa, você pode fazer o estágio ou em uma empresa ou em um laboratório de pesquisa, mas eu acho que essa questão também foi bastante valorizada.

Outra questão que eu vejo é a nova visão de modelo de universidade. Os meninos voltam sabendo que os cursos têm menos horas-aula, têm mais laboratório, têm bastante biblioteca – biblioteca, laboratório. Eu diria que eles veem laboratórios bem equipados com financiamentos externos, boas bibliotecas. Então esse modelo de universidade volta na cabeça deles. Isso é importante.

Outra questão é que, embora eles citem muito acerca da infraestrutura que eles dispõem lá, e eles vêm com esse modelo, a nossa graduação foi valorizada – por incrível que pareça –, foi e está sendo valorizada. Como? Assuntos que eu acho que o próprio Prof. Adalberto falou aqui. Os alunos brasileiros são superprocurados, porque se sabe que são bons. Eu sei de um caso que foi procurado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se queria conhecer o coordenador de graduação, porque esse cargo não existia lá e eles queriam entender porque nós tínhamos alunos tão bons de graduação. Então, esse é outro aspecto que eu acho importante que se diga.

Agora, em nível institucional, foi uma outra questão que eu percebi, é que foram criados arranjos institucionais – tanto na Capes como no CNPq: diretorias, coordenações – nas agências de fomento e nas próprias instituições de ensino superior. O que acontece? Algumas instituições não tinham uma divisão, um setor de cooperação internacional: passaram a ter. Houve uma ampliação das cooperações internacionais tanto por parte das agências de fomento como, também, pelas instituições de ensino superior.

Eu gostaria de dizer que um aspecto outro que eu acho que tem que ser avaliado – isso eu tenho dito muito – é a diferença de impacto em universidades de portes diferentes. Porque há universidades – como USP, Unicamp e a própria UnB – que já tinham uma estrutura de cooperação internacional. Outras muito pequenas não tinham nada! E passaram a ter. Esse é um aspecto que eu acho que mereceria também ser avaliado.

Também com diferenças, dependendo do lugar, as embaixadas passaram a ser mais chamadas. Com relação – claro que há reclamações, eu mesma tenho uma amiga que é oficial de chancelaria e diz que não aguenta mais mãe que o filho fica doente e que pede para ela ir lá no hospital ver o menino (*Risos.*). Então tem essas coisas. Houve um maior comprometimento das embaixadas na recepção e acompanhamento dos alunos.

Bem, outras questões com relação à vida pessoal – que o Prof. Mariano se referiu –: aumento da autonomia e da maturidade dos estudantes. Isso é uma dissertação que eu avaliei há 15 dias, que mostra muito que os coordenadores e os professores falam isso.

E uma outra questão que eu também acho, que os alunos voltam – isso eu acho superimportante,pensando em impacto socioeconômico – com uma visão mais cosmopolita do mundo, de que nós não somos só isso aqui que nós temos, que existe um mundo muito diferenciado. Essa é uma questão superimportante.

A outra questão que eu gostaria de dizer é que, embora continue havendo a predominância dos países centrais no desenvolvimento científico e tecnológico: Estados Unidos, França, Canadá.

Mas há uma dispersão maior de países, isso eu acho importante. Embora eu acho que ainda tenha pouca participação da América Latina. Esta é uma crítica que eu tenho feito. Acho que alguns países da América Latina também deveriam estar recebendo, vindo gente para cá. Mas há uma diversidade maior de países.

Bem, alguns gargalos que eu pude constatar. Como todos sabem, esse Programa veio meio rapidamente. As agências foram tomadas de súbito. Não houve um planejamento, realmente não houve. Então isso provocou problemas tanto nas agências de fomento como nas instituições de ensino superior. Tenho o depoimento de alunos que dizem assim:...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA SOBRAL – ... "Aqui na minha instituição não se sabia de nada. Eu procurava saber e não se sabia de nada". E como também dificuldades nas agências de fomento, porque é muita gente. E pouca gente ficou trabalhando. Então essa é uma questão.

A outra, que já foi falada aqui pelo Prof. Geraldo, eu percebo problemas regulatórios de diferentes tipos. Por exemplo, às vezes diferenças entre uma agência e outra; ou entre editais – um edital diz isso e outro edital diz aquilo. Depois, com relação às universidades: dificuldades, muitas vezes, de aproveitamento das disciplinas. Você cursa tais disciplinas com aprovação, chega aqui e, como não corresponde exatamente ao histórico escolar, a universidade não aproveita.

E, com relação à pós-graduação – e isso é um dos fatores que diminuiu muito a procura pelo doutorado pleno no exterior, e muito mais o doutorado sanduíche –, é a dificuldade depois de reconhecimento do diploma, quando volta. É um outro problema regulatório.

Além disso, na vinda de pesquisadores do exterior – como o Geraldo se referiu – 15 dias são perdidos na Polícia Federal para conseguir.

Então essas são as dificuldades. São alguns problemas regulatórios que eu vejo.

Bem, eu gostaria de dizer que, de uma forma geral, acho que o Programa está atingindo aqueles objetivos aos quais me referi. No sentido de que... no que se refere à ampliação de acesso a estudos no exterior para inovação. Agora, resta saber – e aí em um prazo maior, concordo que não é possível ver muita coisa agora, ainda não – até que ponto esse acesso trouxe impactos parece essa internacionalização do conhecimento. A ampliação do acesso eu acho que está claro. Agora, se trouxe realmente impactos para a internacionalização do conhecimento e como também para o aumento da inovação no País, não se sabe.

Isso, na realidade, só se vai saber a partir de uma avaliação. Ou seja, até que ponto inclusive essa proposta metodológica que o Prof. Mariano se referiu e que a Profª Sílvia e a Profª Lea coordenaram, ela propõe justamente avaliar, na dimensão institucional, na dimensão da produção do conhecimento, na dimensão do indivíduo (do bolsista). E eu fiquei aqui pensando, o Mariano mostrando as redes ali, aqueles gráficos tão bonitos. Eu fiquei pensando assim: até que ponto justamente o Ciência sem Fronteiras vai aumentar também a densidade dessas redes? Que é uma questão que é interessante você ver. Quer dizer, até que ponto vai aproximar?

Tem um caso superinteressante – quando eu estava vendo isso –, que foi uma Profª, não me lembro se foi do Rio Grande do Norte, era do Nordeste, que ela pediu bolsa de pós-doutorado. Ela foi junto com um aluno de graduação. Isso é uma experiência interessantíssima! Então, foram os dois. E eu penso que o benefício no retorno, para essas redes, em um caso assim, mais ainda.

Agora, eu gostaria de também concordar com o Geraldo acerca da importância de ver os pesquisadores visitantes e os jovens talentos. Por que?

Eu acho que nós vivemos uma internacionalização passiva, que era aquela que mandava gente para o exterior e voltava. Agora eu acho que a gente tem que pensar em uma internacionalização ativa, ou seja, não é só mandar gente – mandar gente eu acho importante –, mas também trazer. Eu acho que nós já temos, e isso foi mostrado aqui, um sistema – acho que foi o Geraldo que se referiu – de pesquisa e de pós-graduação consolidado. Isso para mim não é justificativa para não mandar ninguém para o exterior, mas, no entanto, é justificativa para trazer gente para cá. É nesse sentido que eu estou me referindo.

Bem, então acho que já passei até do meu tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas foi bem ocupado.

Bem, concluídas as exposições sobre a matéria.

Eu tenho aqui a inscrição de dois Senadores para perguntar, o Senador Omar Aziz e o Senador José Medeiros. E temos, também, quatro perguntas que vieram pelo *site.*Mas eu quero aproveitar também para dizer que, como membro desta Comissão, eu apresentei um requerimento para agilizar a análise do PLC 77, deste ano, do Código Nacional de Ciência Tecnologia. E o projeto está na Agenda Brasil e prevê que o poder público apoiará a criação de ambientes de inovação, como incubadoras de empresas e parques e polos tecnológicos.

Também apresentei um projeto de lei para vedar o contingenciamento de recursos para esta área, da ciência e tecnologia. E temos esperança de, pelo menos, conseguir ver passar esse projeto.

Eu vou intercalar uma pergunta dos que nos mandam pelo *site* com os Senadores. Por exemplo, o Rodrigo Siroma, ele é estudante da Universidade Federal de Santa Catarina e diz que a pergunta é se vai abrir o edital este ano, pois assim como milhares de estudantes que planejaram pleitear o Programa no final da graduação, está preocupado em não ter chance de participar.

Quem é dos senhores, ou a senhora, que pode responder a essa pergunta do catarinense Rodrigo Siroma?

Professor Adalberto.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Bom, esta questão a gente tem procurado deixar extremamente clara: não está previsto em nosso orçamento, no ano que vem, a abertura de novos editais ou novas chamadas para este Programa.

O Programa não está se encerrando, há um conjunto bastante significativo de estudantes que estão no exterior e deverão terminar os seus estudos até 2018. São os casos dos doutorados plenos no exterior. Mas o Programa, as novas chamadas para o Programa no ano que vem, não estão previstas em nosso orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma pena.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – O mesmo para o CNPq também, a mesma coisa para o CNPq.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não, mas veja, a proposta orçamentaria vem 35% a menos, em 2016, do orçamento de 2015. Quer dizer, é claro que não vai haver chamamento, até porque não sei nem se esses recursos manterão aqueles que estão lá fora.

Então é bom dizer à população e aos alunos que o orçamento, que foi encaminhado pelo Governo, tira 35% para esse Programa Ciência sem Fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já que está com a palavra o nosso Senador amazonense, Omar Aziz, tem alguma pergunta ainda, Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Eu tenho várias perguntas. Nós estamos fazendo... eu sou relator final dessas audiências que nós estamos tendo... nós iremos fazer um relatório, em conjunto com Senadores que compõem esta Comissão, para que possamos dar algumas sugestões.

Já ouvimos vários membros envolvidos nessa área de pesquisa e na área de inovação. E a nossa intenção aqui é colaborar. Não dá para dizer que o projeto não é um grande projeto, não é uma boa perspectiva. É! Lógico que entre os senhores mesmo há divergências em termos temos dos objetivos e como... a gente vê, "Olha, foi um projeto lançado à toque de caixa, a gente não teve tempo de analisar". Existe essa conversa. Existem outras. Agora mesmo eu ouvi da Drª Fernanda que os objetivos foram conseguidos. Aí ela disse, dois objetivos que ela cita: modelo de universidade, que os nossos alunos foram lá e viram um modelo de universidade e isso foi bom. É muito pequeno isso, há de convir que isso parece até um negócio que não é satisfatório você ouvir. "Ah não, olha, os nossos alunos saíram daqui e viram um modelo de universidade lá e isso é bom para nós". Bom. "Aprendeu outra língua". "O Programa Ciência sem Fronteiras, o objetivo está sendo conseguido: que se aprenda outra língua". Não, o objetivo não é esse! Nós não podemos tratar o objetivo do Programa Ciência sem Fronteiras nesses objetivos. Isso não pode! Nós não podemos nunca falar sobre esses objetivos. Até porque, hoje, você não precisa ir a lugar nenhum do mundo para saber como são as universidades. Vamos ser sinceros! Você não precisa ir lá! Você tem isso *on-line* em qualquer lugar.

Diferente da nossa época em que nós tínhamos muita dificuldade para aprender outra língua, hoje tem-se uma facilidade maior. Mas é lógico, se houvesse essa inversão, viesse para cá uma pessoa que fala inglês ou qualquer outro tipo de língua para ensinar 200, 300 pessoas, haveria tradutores e isso facilitaria a vida dos brasileiros que não tiveram oportunidade de aprender inglês. E ninguém aprende a falar inglês em três meses, dois meses, um mês. É um curso demorado para você aprender fluentemente, até porque a grande maioria que fala inglês fala o inglês que, tecnicamente, nessa área em que eles vão estudar, muitas coisas passam despercebidas para a pessoa que ela não sabe nem traduzir o que o professor está falando em sala de aula. Isso é uma realidade. Uma coisa é você estudar nos Estados Unidos e aprender, desde cedo, até as palavras técnicas

que são usadas. Outra coisa é você aprender o inglês que, depois, você tem que fazer um aprimoramento antes de começar qualquer tipo de curso. Mas eu não vou entrar nessa questão.

O que eu queria dos senhores é que há alguns questionamentos que eu vou pedir para minha assessoria para tirar uma cópia e mandar para cada um ou entregar para os senhores. Os senhores, depois, poderiam me escrever isso. Por favor, para fazer parte do nosso relatório. São várias questões aqui, questões que já foram tratadas: de custo, origem dos recursos que financiam, quanto se destinou do FNDCT – eu acho que você falou há pouco sobre isso. Ano a ano ao Ciência sem Fronteiras, que é uma reivindicação da SBPC em não retirar dinheiro do SBPC.

E agradecer pelo tempo que vocês estiveram, podem ter certeza de que tudo é positivo para nós. Os objetivos, tanto nossos – como Senadores – e como vocês, é debater isso. E sabemos do esforço que cada um de vocês faz para manter acesa essa chama na expectativa de trazer mais conhecimento para os jovens brasileiros. Isso é uma chama, isso aí você se vicia, isso vira cachaça na vida de vocês. A verdade é que tudo aquilo que a gente faz com muito amor vira um negócio tipo cachaça, não é? Nós políticos, por exemplo, quando nos sentamos juntos, falamos somente sobre política.

Eu queria participar de uma reunião de vocês, só de cientistas, para ver se eu entenderia alguma coisa. Talvez quase nada! Mas é esse o nosso meio, essa é a nossa posição. Aqui nós temos limitações, por origens, de ter conhecimento total sobre todo o trabalho, sobre todo o esforço que vocês fazem. Nós temos limitações naturais, coisas que só vocês conhecem a fundo, de experiência própria, de ter vivido. E nada melhor do que viver momentos.

Quero aqui agradecer a presença. Eu vou pedir à minha assessoria para entregar para vocês. Sou uma pessoa que aposto muito nessa área, aposto demais. Já demonstrei isso quando tive a oportunidade de governar o meu Estado – e o Adalberto é testemunha disso. Nunca se formou tantos doutores e pós-doutores, nunca se deu tanta bolsa para que a gente pudesse... e participei de feiras de ciências, me orgulhei muito de ver produtos, nessa exposição, feitos pelos projetos que foram apresentados ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas que, há alguns anos atrás o ex-Governador, meu antecessor, Eduardo Braga, teve uma participação muito positiva. Para vocês terem uma ideia nós não formávamos absolutamente nada. E hoje 1% da arrecadação do Estado é obrigatório, por lei, ser destinado ao Fundo de Amparo à Pesquisa.

Então não faltam recursos, tanto é que nós fizemos um desafio ao CNPq: cada real que vocês colocarem aqui a gente coloca um também. Eles não aguentaram! (*Risos.*) É verdade! Não aguentaram. Cada real que o CNPq colocasse lá nós colocaríamos um do Estado, não aguentaram. Para você ver, em um Estado pequeno como o nosso não aguentaram.

Mas hoje, tirando o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que é histórico, tem mais de 60 anos, que é o grande precursor, o Amazonas hoje está inserido nesse mercado. E eu fico feliz que os nossos caboclos também têm dado a sua participação e a sua contribuição para o Brasil no desenvolvimento da ciência e tecnologia, na inovação. E um lugar onde todos vocês serão muito bem vindos para nos mostrar e tirar conhecimento, para que a gente possa mostrar o conhecimento da nossa Região. E ali há culturas tradicionais que têm um conhecimento vasto das nossas... principalmente na área medicinal. É um absurdo como o pessoal conhece, ainda. Se passou de pai para filho durante décadas e décadas, e hoje ainda tem ali, você chega em qualquer mercado na nossa Região – não falo só do Amazonas, falo no Estado do Pará, do Senador Paulo Rocha, falo do Estado de Mato Grosso, do Senador José Medeiros.

Todo esse conhecimento, tenha a certeza absoluta, é a gente olhar para um ser humano em nossa Região e ele, com aquele semblante envelhecido, porque um homem em nossa Região, com aquele sol, com 50 anos parece que tem 70 anos, é um homem envelhecido, é um homem calejado. E ele olha para nós na expectativa que a gente dê uma perspectiva de vida para os seus filhos diferente daquela que eles tiveram. Bem diferente! Eles não querem que os seus filhos tenham o sofrimento que tem um cara que tem que sair para pescar, que tem que tirar castanha, que tem que tirar borracha, que tem que viver do extrativismo. Sendo uma Região rica em minério, em biotecnologia. E eles, que tradicionalmente cuidaram das nossas fronteiras, que tradicionalmente responderam por essas fronteiras tão avançadas do Brasil, não têm o direito de usufruir dessas riquezas.

E vocês, de um modo geral, todos vocês podem mudar essa história. E é isso que eu aposto no Ciência sem Fronteiras. Por isso que eu peço, quando eu digo bem assim: quais são os objetivos? Qual é a nossa prioridade? Qual é a nossa vocação? Nós não podemos ter cem vocações, não teremos condições para nenhuma dar certo! Nós precisamos focar em uma vocação, respeitando, é lógico, o querer das outras pessoas e dos outros cientistas. Mas o Brasil precisa ter uma política e uma vocação. A nossa Região é uma região riquíssima, milionária em novas fronteiras, novos descobrimentos e novos recursos para esse País tão vasto.

Por isso eu quero agradecer a presença e, Senador Presidente, Senador Lasier, eu tenho que votar também na Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui tem um problema, todos nós passamos por este problema.

Nós fazemos parte de três, quatro comissões e, ao mesmo tempo, as comissões estão andando. Agora mesmo eu tenho uma discussão em uma Comissão que é muito importante para a nossa Região, que é o transporte aéreo regional. O custo de uma passagem de Manaus para um Município do Amazonas é mais caro do que um voo Manaus-Miami, para você ter uma ideia. Então, são coisas que só acontecem aqui em nosso País.

Quero agradecer e pedir até desculpas se eu falei alguma coisa que não fosse... mas é meu pensamento e a minha obrigação é colocar o meu pensamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k. Obrigado Senador Omar Aziz, relator da avaliação da política pública.

O Dr. Geraldo tinha pedido a palavra.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – É rápido.

Primeiro o seguinte, eu quero agradecer ao Senador. O Senador é um bom combatente, eu gosto desse combate. É um diálogo e ele é muito forte no diálogo, mas é um bom combatente para nos esforçarmos e melhorarmos os nossos argumentos e aperfeiçoar o programa.

Mas eu queria fazer um esclarecimento com relação à questão da língua a que a professora Fernanda se referiu, a que o Senador se refere. O programa foi muito além da questão de dar cursos de línguas de dois, três, quatros meses, foi muito além. Isso a gente tem de entender. Vou dar um testemunho. Eu estava na Capes, na época. Em 2013, quando programa foi lançado e teve uma repercussão internacional muito grande, houve a visita da Vice-Ministra da Educação da China ao Brasil. Bom, era aquela aquela história. Na hora o Presidente da Capes não estava, o Ministro não podia atender. Na época era o Ministro Mercadante, eu acho, que não podia atender. Terminou Geraldo Nunes indo atender a Vice-Ministra junto com o Secretário, se não me engano Callegari, de ensino básico. Nós nos sentamos com a Vice-Ministra. A pergunta da Vice-Ministra foi a seguinte: "Sei que o Brasil tem o Português como língua oficial, mas sei que tem muitas outras línguas indígenas. Qual é a política de línguas – e também é rodeado de países que falam Espanhol – do Ministério da Educação, qual a política de línguas deste Ministério?" Eu e Callegari ficamos sem saber o que dizer. Aí ela falou sobre a política de línguas da China, como é que a China faz para se inserir internacionalmente. A partir daí começou o movimento do MEC que resultou em ter um idioma sem fronteiras. O MEC, hoje, estruturou um programa de línguas, mas não sé Inglês, Francês, Espanhol, Mandarim. Estive na China para encontrar os nossos bolsistas, que estavam internados lá. No primeiro grupo foram 200 bolsista. Nós mandamos 200 bolsistas para a China, a Capes. Eles ficaram em regime de internato. A proposta, na China, era a seguinte: eles passavam um ano aprendendo mandarim e um ano fazendo a parte acadêmica. A proposta da China era essa. Na época estive na Embaixada e havia apenas um diplomata que falava Mandarim, que depois saiu, ou soube. Era apenas um diplomata que falava Mandariam. Ao final de um ano – os chineses nos prometeram isso... Era um regime quase que monástico, mas funcionou. Noventa e cinco por do grupo foi aprovado para assistir a aulas em Mandarim. Então, provavelmente, hoje temos algumas centenas de estudantes brasileiros falando Mandarim ou, pelo menos, entendendo Mandarim. Então, é o seguinte: quero dizer que o programa foi muito além só de dar curso de Inglês, Francês etc. O MEC atentou para a necessidade de ter uma política nacional de línguas estrangeiras. Esse foi um resultado fantástico.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Fernanda

A SRª FERNANDA SOBRAL – Vou responder um pouco às provocações. Também acho ótimo um combatente.

Primeiro, quando eu me referi aqui aos objetivos eu disse que um dos objetivos, que é a ampliação de acesso a bolsas no exterior em áreas estratégicas, estaria sendo cumprido. Sobre os outros eu disse que só com avaliação poder-se-ia dizer. A gente não sabe. Internacionalização, aumento da inovação. Não temos condições, ainda, de saber.

A outra questão é que logo no início, antes de eu falar aqui do Ciência Sem Fronteiras, apontei aqui - porque acho que o senhor tem toda a razão nesse aspecto – a importância de avaliar qualquer programa em ciência, tecnologia e inovação vendo também o impacto socioeconômico. Isso eu mostrei logo no início, antes de falar do Ciência Sem Fronteiras. Então, eu acho que além da consecução dos objetivos, de até que ponto o programa atingiu esses objetivos, esses impactos socioeconômicos também devem ser avaliados.

E finalmente há a questão do modelo de universidade. Não sei se eu disse, pode até ter saído, na realidade. Mas a ideia de modelo de universidade não era como exemplar, era no sentido...Eles viram um outro tipo de universidade que tem menos aulas e mais laboratórios, bibliotecas. Era mais nesse sentido. É só uma retificação. E um pouco mais nesse sentido.

(Fora do microfone.)

A SRª FERNANDA SOBRAL – Não, obrigada. Obrigada, inclusive, pelas discussões.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Eu agradeço e até peço desculpas. As vezes, a gente fala uma coisa e é mal interpretado. Longe de mim questionar o trabalho excepcional de vocês, nada contra, pelo contrário. É preciso agradecer a brasileiros como vocês. Vamos deixar claro isso aqui. Nós agradecemos a brasileiros como vocês.

Eu sei que a vida de vocês não é fácil, até porque quem já passou por uma universidade no Brasil sabe que até para você fazer a graduação não é tão fácil. Você ainda fica muito dependente, principalmente numa questão importantíssima na área tecnológica como a dos laboratórios. Há pouco o Senador Lasier falou sobre drones. Qualquer escola técnica hoje trabalha em cima de drones, qualquer escola na área de - ô meu Deus, fugiu a palavra – mecatrônica. Estão trabalhando, estão fazendo robôs e uma série de coisas. O meu Estado, inclusive, está convidando para vir aqui – o Dr. Adalberto deve conhecer – o Manoel Cardoso. É uma pessoa que conhece, que todos sabem quem é. É o cara que conseguiu fazer um equipamento com o qual uma pessoa totalmente deficiente, só com os olhos, consegue fazer com que o computador funcione. Está certo! Só com os olhos mexendo ela consegue, sem mexer absolutamente mais nada. Então, nós temos, mas são coisas isoladas.

Há pouco foi citado que se vendeu uma marca por um bilhão e meio. Não foi? Um estudante. Até pedi para saber quem é para convidá-lo para vir aqui colocar sua experiência para mim. Para mim não, para nós, Senadores. Gostaria que ele pudesse vir aqui colocar a sua experiência. Aonde ele foi, o que ele fez, como chegou. Tudo foi bem positivo para a vida desse cidadão. Para ele. Nós queremos saber para a grande área social, para a qual estamos procurando.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quero dizer-lhe também que no meu Estado, Senador Aziz, a mecatrônica está muito avançado no Município de Caxias do Sul. Também tenho muito orgulho de alguns centros tecnológicos do Rio Grande do Sul. Os nossos palestrantes devem conhecer o Tecnopuc, que hoje reúne 6 mil pesquisadores e funcionários. Temos o Tecnosinos, em São Leopoldo, também muito próspero e a Feevale, universidade de Novo Hamburgo. Nós estamos avançando muito nesse setor. Além da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que está avançando também com o seu parque tecnológico. Enfim, temos futuro. Mas, como disse aqui um outro convidado, outro dia, apenas 150 mil pessoas trabalham com ciência e tecnologia, no Brasil. De 200 milhões apenas 150 mil. Estamos longe ainda.

Bom...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Professor Adalberto...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, professor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Lasier, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Desculpe-me. Senador, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Vim aqui fazer uma pequena intervenção sob o ponto de vista...Queria deixar esse recado aqui para os companheiros que militam na área, que estão já também no papel de Governo. É a ciência e a tecnologia sob o ponto de vista das diferenças regionais. Venho da Amazônia, ou lá do Pará. Dizem que é um dos Estados mais ricos do Brasil, em potencial de riquezas etc.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Flexa tem dito isso aqui constantemente, que o Pará poderá ultrapassar Minas Gerais, dentro de algum tempo, em razão das riquezas que possui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Poderá, poderá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois é, vamos torcer para que aconteça. Teremos mais um Estado forte.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sou do interiorzão .Só tenho o segundo grau. Naquela época eram o científico, o ginásio e o científico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tinha o clássico também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Tentei entrar na universidade. Fiz cinco vezes o vestibular e não consegui passar porque eu tinha de optar entre estudar e trabalhar para ajudar a criar meus irmãos. São 17 irmãos. Sou o primeiro. Bom, então só tenho o segundo grau etc.

Venho da luta sindical, pois me formei operário gráfico. Foi a partir da profissão que se criaram para mim condições de crescer na vida, como se diz.. E sempre lutei por esse problema, por essas questões das diferenças regionais. Tomei a iniciativa, por exemplo... Fui relator, na época já do Governo Lula – e estou aqui no Congresso desde 90, na época do Collor, fui Deputado Federal desde lá. No Governo Lula ele recriou a Sudam, que era um órgão de desenvolvimento regional. Fui relator da nova Sudam. Tentei colocar lá...Tem lá os fundos de desenvolvimento regionais. Tentei colocar no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia que 20% fossem dire-

cionados para investir em ciência e tecnologia, como tem lá para investir nos grandes empreendimentos etc. Que fosse direcionado. Não consegui, não logrei aprovar essa questão. Eu mesmo tomei a iniciativa de fazer um projeto de lei – e acho que ainda está rolando por aí – para fixar cientistas na região. Que os cientistas, os pesquisadores etc fossem liberados do Imposto de Renda. O centro-sul – nada contra o centro-sul, nem contra gaúcho, muito menos contra paulista – sempre viu a nossa região dessa maneira. Então, manda para lá cientistas etc e tal. Ele pesquisa e depois leva para o centro-sul. O incentivo do Imposto de Renda, da isenção fiscal, manda os grandes grupos pra lá, mas depois levam os resultados da exploração da riqueza para outros centros. A partir disso, fiz uma lei que incentivasse o pesquisador a ficar lá na Amazônia. Por isso a questão do Imposto de Renda. Era uma forma de incentivar o cara a ficar lá.

Estou contando essa historiazinha para dizer o seguinte: já mudou muito na Capes, na discussão de concursos. Lembro-me de que naquela época se faziam concursos para as universidades. Sempre para a Amazônia havia um menor números de professores. Consegui aumentar o número de vagas etc. Agora, na Capes também já era direcionada a maioria dos concursos ou de bolsas para o Centro-Sul.

Hoje eu acho que evoluiu muito essa questão. Hoje nós estamos criando universidades. O Lula criou duas Universidades lá no Pará , uma na região do Tapajós e a outra na região do sul do Pará. E estamos na iminência de criar uma outra universidade da região. Vocês sabem que para se criar uma universidade se exige um número de mestres e de doutores na área em que se quer criar. Pois bem, já temos muitos mestres e doutores no interior do meu Estado, produto desse processo de avanços.O que eu queria dizer com isso? Nós estamos avançando. Estão presentes os doutores, os cientistas. Mas eu queria deixar pra vocês a ideia de que a ciência e a tecnologia estivessem a serviço, também, das diferenças regionais, das diferenças do desenvolvimento Regional. Acho que é um grande problema, hoje, em nosso País. É preciso ver a nossa luta lá. Como é que o Pará, com toda essa riqueza, é incluído no desenvolvimento nacional, mas não do ponto de vista...Apenas como um almoxarifado em que se que vai buscar matéria-prima, em que se vai buscar... Nós temos de pensar do ponto de vista do desenvolvimento também se fixando lá: a verticalização do minério; a verticalização da madeira; a verticalização do grão. São as nossas riquezas naturais que providenciam isso. Além das riquezas da biodiversidade. Eu me lembro, um tempo, que os trabalhadores rurais – vocês sabem que lá no Pará há grande luta pela terra, grande luta entre os trabalhadores rurais – um conjunto deles, foi me procurar. Até fiquei surpreso. Transformaram-se em folheiros. Folheiros, o que é isso? É que lá tem uma plantazinha chamada jaborandi. É uma planta rasteira, tem em grande quantidade. É a planta que produz um grande produto para o olho, para o glaucoma, enfim, para um bocado de coisas. Era explorado por um laboratório alemão chamado Merk. O que acontecia? O cara deixava de produzir na roça dele sua pequena produção. Era melhor apanhar as folhas do jaborandi para vendê-las clandestinamente para poderem chegar a outros centros do País e essas coisas. Estou contando essa história para, exatamente, reafirmar essa ideia da biotecnologia, da ciência e tecnologia. Também leva em consideração essa coisa das diferenças regionais.

Por paradoxal que seja, as nossas regiões mais pobres são as mais ricas em termos de biodiversidade, enfim, de coisas naturais etc.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A lei votada há pouco aqui, Senador Paulo Rocha, sobre a biodiversidade, procurou coibir essa exploração clandestina dos nossos recursos, das nossas pesquisas.

Mesmo sem formação universitária, Senador Paulo Rocha, pelo que temos percebido aqui este ano, o seu conhecimento, a sua atuação, têm sido muito positivos aqui no Senado. Meus comprimentos.

Professor Adalberto, o senhor queria fazer ainda uma observação?

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Pois é, complementando a questão que, de certa forma, a gente discutiu exaustivamente. À questão número 3 colocada pela audiência com relação à barreira da língua queria acrescentar um ponto que é importante dentro desse contexto. Além dos programas que já foram mencionados pelo Professor Geraldo e pela Fernanda, nós temos que destacar também os programas de leitorado. Os programas de leitorado trazem professores do exterior para ministrar cursos não só de língua. A lingua isolada é uma coisa muito fria, ela precisa estar inserida dentro de um contexto, principalmente o contexto cultural, para que a gente possa dizer, de fato, que aprendeu uma língua. Os programas de leitorado têm essa vantagem.

É importante mencionar que esses programas não estão financiados dentro do Ciência Sem Fronteiras. São programas que foram implantados adicionalmente e que têm financiamento inclusive dos países de origem, externos. Há uma troca entre o leitorado brasileiro em diferentes países e de diferentes países aqui no Brasil. Acho que esse é um ponto importante.

Queria falar um pouquinho sobre essa questão que V. Exª colocou. Acabei de mostrar um *slide,* aqui durante a minha apresentação, mostrando como o programa Ciência Sem Fronteiras contribuiu para diminuir

as diferenças regionais. O fosso regional é imenso. Portanto, a contribuição é ainda modesta. A gente precisa avançar muito nisso.

Acho que o senhor menciona um ponto fundamental dentro disso que é a questão da fixação de recursos humanos. Tenho trabalhado com essa questão desde 1979, 1980, quando cheguei na Amazônia, com dois conterrâneos seus que são os Professores Lourenço e Cristóvão Diniz, que foram reitores, inclusive, da Universidade Federal do Pará. Diria que um dos legados mais importantes que nós tivemos nessa área foi o Pnpg – Projeto Norte de Pós-Gradução. Foi lá que a gente começou a detectar essa questão e a trabalhar nisso. Na realidade, Senador, nós precisamos rever a questão dos investimentos regionais. Essa é uma questão que representa um gargalo muito grande. Enquanto a gente contribui com cerca de 10% do PIB nacional, apenas 3% dos investimentos na região são na área de ciência e tecnologia. Portanto, um problema que a gente precisa resolver de forma bastante rápida.

Há um ponto, Senador Lasier, sobre o qual a gente conversou aqui que todos eles demandam: é gente qualificada. Esse foi um dos objetos centrais do Ciência Sem Fronteiras. Portanto, quando a gente está dizendo: olha, precisamos de mais engenharia, precisamos de mais inovação, precisamos de mais isso e de mais aquilo, batemos num problema que é central, nessa questão toda que é a capacitação do pessoal ou pessoal qualificado, capacitado, para exercer todas essas atividades. Vou um pouquinho mais longe. Falta esse pessoal qualificado para o Ensino Fundamental. É lá no Ensino Fundamental que a gente vai mudar a história das coisas. E a gente não tem esse pessoal no ensino fundamental. Aí dois aspectos são importantes dentro disso. Nós precisamos considerar a imensidão deste País dos vários pontos de vista, mas principalmente do ponto de vista cultural. Não adianta a gente ter um sistema de ensino que seja homogêneo para o País inteiro. Nós temos de respeitar ou de ter espaço dentro das propostas para respeitar as características regionais. Não adianta distribuir uma cartilha lá em Belém ou lá na Cabeça do Cachorro, cujo peixe é a carpa. Não tem carpa na Amazônia. Não tem "u" de uva, não tem "l" de leão. Com isso a gente desconecta, a gente desliga o indivíduo da região em que ele está. Então, isso é ....

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Permita-me só dar um exemplo sobre essa questão. Já em nosso Governo – e falo isso muito tranquilamente, pois é um Governo popular, democrático - , essa coisa da diferença...Com a criação do programa das creches. Tinha lá uma pessoa do FNDE dizendo que não podiam fazer creches a mil metros de rios. E nós nos deparamos com o fato de que lá na Ilha do Marajó, lá na Amazônia, muitas pessoas moram à beira do rio. Como é que não se faz uma creche? Tem de se fazer a mil metros dali. Aí fomos lá questionar o companheiro lá do FNDE que nos disse: "Não, é porque são crianças, tem a questão da segurança." A criança que nasce dentro do rio sabe nadar mais do que o deputado, do que o Senador, mais do que....

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Paulo Rocha, vou pedir a sua gentileza de presidir aqui por alguns instantes. Estou sendo avisado aqui pela assessoria de que na Comissão de Educação tem um item de que sou o Relator. Nós temos, ainda, uma pergunta. Então, o Senador José Medeiros poderá formular sua pergunta daqui mesmo. Temos, além disso, duas perguntas pendentes, ainda, de estudantes que estão nos acompanhando pelo *site. E*ntão, irei lá fazer o relatório e, de ser tempo, volto para cá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O Presidente já dizia aos convidados para justificar mesmo. Temos um problema, como já disse o nosso Senador Omar. Nós ficamos incumbidos de três ou quatro reuniões. Também estão me chamando ali para uma....

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na linguagem futebolística nos cobramos o escanteio, cabeceamos na área e buscamos a bola no fundo do Gol. É o que nós fazemos aqui. Então, por gentileza, Senador José Medeiros, vou à Comissão de Educação e pretendo voltar.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vejam, já vou passar para as minhas considerações.

Estive recentemente em Boston e no Consulado Brasileiro tive a oportunidade de falar com alguns representantes da comunidade brasileira. Foi aventada uma situação que, creio, tem tudo a ver com o programa Ciência Sem Fronteiras.

O Presidente Barack Obama, acho que já segunda campanha, acabou fazendo uma espécie de concessão. Aqueles brasileiros que estão lá e que não têm *Green Card*ainda, que estão em situação ilegal, acabaram ficando no País. Lá foram nascendo os filhos. Esses filhos começaram a estudar. Já fizeram o ensino médio e agora chega o momento da faculdade. Estavam com esse problema sem tamanho. Acabou que eles autorizaram, que deram uma espécie de autorização precária para que esses brasileiros terminem, então, a faculdade e, em seguida, voltem, têm de vir embora. Então, o que acontece? A demanda deles é a de que querem participar do Ciência Sem Fronteiras, eles querem poder tentar. Quando a Presidente Dilma esteve nos Estados Unidos eles tentaram conversar com ela a respeito, para que fossem inseridos também. De forma que a luta continua. Eles

querem poder participar. Achei os argumentos deles interessantes, até porque já não são brasileiros que... O obstáculo da língua, vamos dizer assim, não exite, estão lá desde crianças. Têm vontade de voltar para o País e querem voltar qualificados, mas têm uma grande dificuldade que é, justamente, o pagamento, pagar uma universidade. Não têm como custear, têm toda essa dificuldade. E aí eu pergunto: qual a possibilidade, de repente – ou se há algum impedimento - , desses brasileiros serem inseridos no programa Ciência Sem Fronteiras.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – No programa, da forma como foi concebido, diria que não, da forma como foi concebido. Porque o programa não contemplava, não contemplou, graduação cheia. Ele contemplava apenas graduação sanduíche, um período de um ano, um ano e poucos meses, a partir da necessidade da língua. Então, não havia no programa nenhuma possibilidade de que qualquer estudante, morando no Brasil ou no exterior, pudesse fazer uma graduação plena.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Havia outras perguntas aqui, mas creio que já foram respondidas. Uma era sobre a questão do planejamento. A Drª Fernanda já acabou respondendo a essa pergunta de que realmente o programa começou a toque de caixa.

Sobre o corte ainda gostaria de perguntar. Teve uma reportagem no UOL dizendo que o programa Ciência Sem Fronteiras sofrerá um profundo corte, no ano que vem. A reportagem afirma que, de 2011 a 2014, foram investidos cerca de 6,4 bilhões no programa. Desse total, 3,4 bilhões, ou seja, mais de 50% foram gastos somente em 2014.Minha pergunta é, justamente, se o aumento de gastos verificado em 2014 foi considerado normal e se haverá corte no volume de recursos destinado ao programa. Se sim, de quanto? E se há um planejamento para o futuro do programa nos próximos quatro anos. Se sim, quantas bolsas serão concedidas? Estão previstas mudanças significativas no programa? São essas.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Posso ao menos responder? Geraldo me complementa se faltar alguma coisa.

Na realidade, como a gente teve o início do programa em 2011, 2012, 2013, em 2014 a gente foi tendo um acréscimo normal do programa. Você tem o pessoal que sai para fazer o doutorado. O doutorado demora 4 anos. Você tem editais que vão sendo abertos ao longo do tempo e se vai tendo um número cumulativo, portanto um gasto cumulativo.

Com relação à questão do orçamento para o ano que vem já mencionei aqui que não está prevista, tanto na Capes quanto no CNPq, a abertura de novos editais. O que está previsto é o pagamento das atividades que estão em curso no exterior. Seria um desastre muito grande a gente interromper esses estudos nos quais os bolsistas estão envolvidos no exterior e trazê-los de volta nesse momento. Não só perderíamos o que já investimentos, como, na realidade, seria uma ação decepcionante tanto para os brasileiros que estão lá quanto para os parceiros do Brasil que estão oferecendo os programas no exterior. Complementando, Senador, o CNPq, este ano, concedeu 760 bolsas de pós-graduação no âmbito do Ciência Sem Fronteiras II. Foi a a única iniciativa do Ciência Sem Fronteiras II que o CNPq teve. Foram 760 bolsas de doutorado, pós-doutorado e doutorado sanduíche.

Mas eu concordo com o pessoal. É importante que as duas agências cuidem do contingente de alunos que está no exterior.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Tem uma pergunta aqui de Rodrigo Seruma.

Já foi a do Rodrigo? A do Damião também?

Na do Damião ele diz o seguinte: "A interação do conhecimento, como colocou o Adalberto, é de grande importância, mas para que possamos interagir de forma realmente viável é preciso que tenhamos demanda, que tenhamos realmente alunos capacitados nas nossas escolas de base, caso contrário ficaremos apenas nos sonhos."

Foi fazer já a outra pergunta. É do Damião também. Ele diz:: "Quero expressar minha angústia, com brasileiro, a respeito da nossa educação, ciência e tecnologia. Quero afirmar, como educador e cidadão, que jamais teremos peso em ciência e tecnologia se não investirmos em uma educação de base de qualidade".

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Sem dúvida nenhuma, o Damião tem toda a razão. Acho que a gente precisa de investimentos e de capacitação de pessoal para a escola básica. Na realidade, é lá na escola básica que nós vamos ter toda a diversificação de pessoal para as diferentes atividades científicas e tecnológicas no País como um todo. Nós comentamos, aqui, durante essa manhã, que o futuro engenheiro está lá naquela escola de base, que o futuro médico está lá na escola de base, que o futuro administrador deste País está lá na escola de base. Portanto, investir na capacitação de pessoal para dar conta das crescentes necessidades da escola de base é de fundamental importância.

Precisamos – ressalto isso sempre – considerar as dimensões, nos seus múltiplos matizes deste País. Não só a dimensão geográfica, mas a dimensão cultural, que tem um papel extremamente importante dentro desse contexto de, na realidade, dar treinamento para esse pessoal, para o futuro.

Nós precisamos ter um ensino de base no País acompanhando a evolução da própria globalização e internacionalização do País, o que não está acontecendo de forma efetiva.

O SR. GERALDO NUNES SOBRINHO – Senador, se me permite, com isso finalizo a minha participação.

A Professora Fernanda referiu-se a um assunto muito relevante que é a participação de vários trabalhos acadêmicos avaliando o programa Ciência Sem Fronteiras. Eu mesmo já participei de uma banca, professora, lá no IBGE, que tratou de uma avaliação do programa. Aqui nós temos, por exemplo, a colega Emília, que está fazendo mestrado no CNPq e que já está tralhando também com isso.

Queria deixar aqui uma sugestão para que as agências incentivem e disponibilizem as informações para que o mundo acadêmico possa participar, contribuindo com o aumento do conhecimento sobre esse programa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, com a palavra a Drª Fernanda.

A SRª FERNANDA SOBRAL – Também vou encerrar a minha participação.

Uma questão que eu queria, que vi até numa das dissertações que avaliei.... Falei aqui para o professor Mariano que não ia falar da ausência das ciências humanas, mas vou falar da ausência das licenciaturas. Justamente, eu me lembrei dessa questão quando falaram da educação básica. Acho que uma contribuição que o Ciência Sem Fronteiras poderia dar era possibilitando, também, a ida e a vinda de gente ligada às licenciatura. Justamente, são aqueles que estão trabalhando com a educação básica. Acho que essa seria uma contribuição, também, importante.

Obrigada

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Dr. Mariano.

Com a palavra Doutor Mariano.**O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE** – Obrigado, Senador, é só um comentário também de encerramento.

Acho que para além das virtudes, enfim, e dos problemas que o programa possa ter tido na sua implementação, tem uma característica que merece ser ressaltada. Esse é um programa que, embora feito com pouco tempo de planejamento, teve uma consequência extremamente positiva: mobilizou. Esse programa mobilizou os jovens e suas famílias, mobilizou as agências, os CAs, o CNPq, a Capes, mobilizou as universidades brasileiras, mobilizou universidades no exterior que nunca tinham olhado para o Brasil, mobilizou as embaixadas, mobilizou o Itamaraty, além do MEC, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, esse caráter desafiador e mobilizador do programa é o que a gente não pode perder.

Entendo que nós atravessamos uma crise de recursos e que não estão previstas novas chamadas. Mas acho que é importante, num momento de crise, saber quais são os efeitos passageiros e quais são os mais estruturais, mais graves. Seria muito grave, muito desestruturante, que a gente, nessa crise, perdesse esse programa. Não seria desejável para o Brasil não aproveitarmos para dar continuidade aprimorando, obviamente, o programa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, para suas considerações finais o Dr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO LUÍS VAL – Queria emendar com o que Mariano acaba de colocar.

Esse caráter mobilizador tem um indicador extremamente importante que a gente não mencionou aqui. O Brasil se torna, a partir desse programa, um atrator também extremamente importante de estudantes do exterior que vêm para cá. Muitos jovens talentos de diferentes países começam a ver o Brasil como uma oportunidade extremamente importante. Isso coloca o Brasil num cenário internacional, inclusive de negócios, extremamente importante. Nós não podemos perder esse momento. Nós fizemos todo um trabalho, no mundo todo, envolvendo múltiplos atores. Começamos a colher os frutos disso agora e não podemos parar no meio do caminho. Esse é um ponto.

O segundo ponto, que eu acho que também está conectado com o que é importante, é que, como eu tinha mencionado, 4% das matrículas nas áreas de Engenharia não farão com que a gente avance de forma significativa no contexto da Inovação. Mas, a partir do programa Ciência Sem Fronteiras, que tem a Engenharia, as engenharia todas, como foco, temos uma ampliação do número de matrículas nas engenharias com um número bastante expressivos: 52% de aumento de matrículas na graduação nos últimos tempos. Acho que esse é um outro ponto que a gente precisa mencionar.

Por fim, gostaria de destacar um aspecto no qual a gente precisa avançar ainda de forma bastante significativa. Para que isso tudo se consolide, nós precisamos deixar de ficar a reboque de agendas internacionais.

Nós precisamos ter as nossas próprias agendas. Algumas agendas nós não temos de comprar de outros países. Nós temos de, na realidade, ter as nossas próprias agendas. Elas são o foco principal de investimentos na área de capacitação de recursos recursos humanos de uma maneira geral. Um exemplo disso é a questão da biodiversidade. Ora, se nós estamos num País com a biodiversidade que nós temos aqui por que não termos ou não capitanearmos a agenda Internacional na área de biodiversidade? Se temos um mar territorial como o que temos no País por que temos que andar a reboque de agendas que não são concebidas aqui? Capacitar pessoal com foco nessas áreas é de fundamental importância. Portanto, penso que a gente está no meio de um processo. Deixar esse processo estagnar neste momento significa perder boa parte dos investimentos que fizemos até aqui.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns a todos os debatedores!

Penso que... Também acredito que, de forma alguma, podemos perder o que Já conseguimos. Creio que aqui não cabe também se foi começado sem planejar. O caso é que o programa

O caso é que o programa existe. Aí, se não se planejou no início, temos possibilidade de planejar daqui para a frente e de melhorarmos. Sinto que é um programa que os país já acolheram, a comunidade de estudantes. É um programa extremamente relevante.

Compactuo totalmente com a ideia da professora Fernanda, com o pensamento que ela lançou aqui. É preciso abrir os horizontes. É importantíssimo para o estudante. Às vezes – e o Senador Omar não está aqui - , um horizonte bem expandido é melhor do que duas ou três graduações. Cito aqui alguns horizontes que se expandiram, que de repente se abriram e que nem terminaram a graduação. Não que eu esteja aqui incentivando que não se termine a graduação, mas podemos aqui falar de Bill Gates, de Steve Jobs. De repente, o cérebro se abre e pronto, a coisa flui. As pessoas saem do seu mundo e vão visitar uma Havard, Stanford, vão visitar a Inglaterra, a China. Vão ver novas culturas, vão ver como é que funcionam, vão ver, de repente, como é que esses países investem na produção de conhecimento.

Aqui eu vejo que nós temos uma preocupação de certos abnegados da comunidade acadêmica, mas o País ainda não tomou essa ideia de lutar por uma produção de conhecimento. Nós não temos essa cultura de produzir conhecimento. Fico muito preocupado porque venho de um Estado, por exemplo...Os professores sabem muito bem qual é a vocação do Estado de Mato Grosso. É uma fronteira agrícola. Eu me preocupo e sempre digo que não quero ser profeta do caos nem pessimista. É um Estado que está produzindo muito. neste momento contribui com 25% da balança comercial brasileira, com seus produtos. Você chega ao Estado....A maioria dos brasileiros, quando chega lá, não acredita que por uma pequena rodovia passam 40 mil carretas por dia. É uma coisa louca, uma loucura aquilo lá.

Preocupo-me também porque Olinda já foi um grande centro comercial produzindo cana-de-açúcar. Aqui o Vale, em São Paulo, produzia café. Houve o cacau. Essas fases passaram e o que ficou nessa região? Eu me pergunto se, de repente, tivéssemos produzido conhecimento. Talvez estivessem em um outro patamar. Fico também pensando e sempre faço um paralelo em relação ao Vale do Silício e Detroit. Detroit produzia, era grande, era a Meca do automóvel. Vi uma reportagem, recentemente, dizendo que é uma cidade fantasma. Tenho essa preocupação. Sou uma apaixonado. Esse é um dos motivos pelos quais vim aqui para o Ciência Sem Fronteiras. Acho que esses debates contribuem muito, contribuem muito para a visão do Legislativo, para a gente poder cobrar com propriedade e tentar mudar essa cultura de: "Olha, nos estamos produzindo milhões, bilhões de toneladas de soja e está ótimo. Estamos bem no mercado." Não está bem. Nós precisamos e estamos aí há 500 anos precisando disso: produzir conhecimento.

Agradeço a participação de todos. Espero que, em breve, possamos continuar esse debate porque é necessário para o Legislativo, para o Executivo e para a vida do País.

Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma matéria a ser tratada, encerro os trabalhos da Comissão.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Hélio José, Davi Alcolumbre e Vicentinho Alves. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações," que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 559, de 2011, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com 'cláusulas de fidelização' do assinante." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. Iniciada a discussão, é apresentado Voto em separado pelo Senador Flexa Ribeiro, pela prejudicialidade dos projetos. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 70, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que "Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 438, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o art. 1º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir o uso de animais em testes de produtos cosméticos," que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Altera a Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para proibir a utilização de animais na pesquisa e no desenvolvimento de produtos cosméticos e de higiene pessoal." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do PLC 70/2014, com as Emendas que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 438/2013 e PLS 45/2014, que tramitam em conjunto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4: Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 2015, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Nilda Gondim, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para facilitar a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que "Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros." que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais", O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 7: Projeto de Lei do Senado n.º 70, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "Acrescenta o art. 37-A à Lei

nº11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) por empresas prestadoras de serviços de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão), por programadoras do serviço de acesso condicionado, por veículos impressos de comunicação e por portais de internet hospedados no País." A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. Item 8: Projeto de Lei do Senado n.º 83, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 9: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 10: Projeto de Lei do Senado n.º 431, de 2014, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 11: Projeto de Lei do Senado n.º 316, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final as Emendas nºs 1, 2, e 3-CCT, aprovadas por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 12: Requerimento n.º 61, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Cristovam Buarque, que "Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V; 93, inciso II; e 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para tratar do uso de biocombustível na aviação com a presença dos seguintes convidados: Dr. Cid Jorge Caldas - Coordenador-Geral de Cana-de-açúcar e Agroenergia – CGCAA da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Dr. Manoel Teixeira Souza Júnior - Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia; Dr. Adriano Santhiago de Oliveira - Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente – MMA; Dr. Marco Antônio Martins Almeida - Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – MME; Dr. Pedro Scorza - Diretor de Biocombustíveis de Aviação da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio." O requerimento é aprovado. Item 13: Requerimento n.º 62, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque, que "Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que se acrescente à lista de convidados elencados no RCT nº 55/2015, aprovado por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 1º de setembro de 2015, o Sr. Américo Martins, Diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC." O requerimento é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que

"Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 288, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO NOVA COMUNITÁRIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, o Senador Cristovam Buarque passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Lasier Martins, para relatar os itens 19, 20 e 21. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 278, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 124, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 74, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 52, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Randolfe Rodrigues Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, desig-

na o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 124, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE IGARAPÉ MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Miri, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 252, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM DE RADIODIFUSÃO DE ITAGIMIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gladson Cameli, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Ivo Cassol Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVORADA DE MINAS - ACOMAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE COLORADO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 205, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA MARIA II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que

oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 51, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALVADOR DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE QUATIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 110, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 40: PDS n.º 21, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 121, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JOSIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 301, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão

aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 226, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 255, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 222, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Omar Aziz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MANSIDÃO - ASCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador Valdir Raupp "ad hoc", em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 173, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 181, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD),

que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 186, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, designa o Senador José Medeiros Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nesse momento, os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos e Projetos, com o que todos concordam. Extrapauta, Item 54: Requerimento n.º 63, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque, que "Nos termos regimentais, requeiro adicionar na Audiência Pública convocada pelo Requerimento nº 59/2015 – CCT, a realizar-se no próximo dia 22 de outubro, o senhor Helder Constantino, da Humane Society International, e o Dr. Marcelos Morales, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq." O requerimento é aprovado. Extrapauta, Item 55: Requerimento n.º 64, de 2015-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol, que requer "..., nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Senhores Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP, Salvador Claro Neto, Professor e pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da Cidade de São Carlos/SP, Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo/SP, Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo – USP, além da Senhora Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de Câncer na cidade de São Carlos, para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clinicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento." O requerimento é aprovado. Extrapauta, Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 324, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE BELÉM S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Extrapauta, Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 293, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Extrapauta, Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis, nenhum voto contrário e

nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

(*Texto com revisão.***)**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia para cada um e para cada uma.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de setembro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar os demais colegas que fazem parte, nesta manhã, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu queria aqui solicitar, por gentileza, que V. Exª colocasse extrapauta o requerimento de minha em que solicito, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT), que sejam convidados para a audiência pública os senhores: Gilberto Orivaldo Chierice, professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo (USP), *campus* da cidade de São Carlos/SP; também Salvador Claro Neto, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), *campus* da cidade de São Carlos; Durvanei Augusto Maria, biomédico do Instituto Butantan da cidade de São Paulo/SP; Renato Meneguelo, mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo (USP); além da Srª Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de câncer da cidade de São Carlos, para prestarem esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive, em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológicas clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como sobre seus resultados clínicos e os entraves burocráticos com os quais a equipe se defronta para o registro da patente e produção no País desse importante medicamento.

Peço aos meus ilustres pares da Comissão que aprovem o requerimento supracitado para que possamos ouvir esclarecimentos competentes.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu estou aqui com os dados, eu falei com o Professor Gilberto: em vinte anos de trabalho descobriram essa fosfoetanolamina sintética, que custa em torno de R$0,10 centavos cada cápsula para a cura do câncer. Ao mesmo tempo, não há interesse dos setores de saúde, nem da Anvisa, nem do Ministério da Saúde, nem de ninguém de que esse medicamento venha a ser utilizado. Ele está sendo utilizado via liminares. Um cidadão de Pomerode, Santa Catarina, o Sr. Carlos Kennedy, teve a sua mãe tratada e curada do câncer. Ele começou a manipular esse medicamento, acabou sendo preso, sua esposa teve um derrame e, no dia em que ele foi solto, 17 dias depois, a sua esposa veio a falecer. E ele distribuiu, na época, medicamento a custo zero para mais de 800 pacientes de câncer. Infelizmente, nesse sistema de saúde podre que existe no Brasil, houve há pouco tempo a denúncia de cirurgias, de venda de próteses ortopédicas sem necessidade.

Portanto, eu solicito que esta Comissão e meus pares aqui aprovemos este requerimento para que sejam convidados esses professores e pesquisadores a virem participar de uma audiência pública para que a gente possa aqui, no Senado Federal, dar guarida e, ao mesmo tempo, diminuir o sofrimento de muitas pessoas.

Se nós não fizermos isso, Sr. Presidente, infelizmente, estaremos contribuindo com o sistema de quimioterapia com um custo muito elevado quando não pudermos produzir, de repente, esse remédio a custo baixo.

Então, gostaria que colocasse em pauta esse requerimento pela abrangência e pela necessidade que há de ouvirmos essas pessoas aqui na Comissão do Senado Federal.

Eu vou estar, na quinta-feira, Sr. Presidente, em São Paulo, lá em São Carlos. Convido o Senador Aloysio Nunes, que é do Estado de São Paulo, por gentileza, a me acompanhar nessa visita aos professores da USP para verificar *in loco*. E eu gostaria também de que esta Comissão registrasse, cedesse uma equipe de reportagem para que me acompanhasse, porque lá estarão Deputados estaduais e Deputados federais. Se mais algum Senador quiser me acompanhar, eu gostaria muito, para que a gente pudesse trazer um trabalho conclusivo para esta Comissão tão importante em nível nacional acerca do que mais mata gente: o câncer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador. A Mesa acata colocar extrapauta, mas deixaremos para votar no final da reunião, uma vez que estamos quase com quórum e temos diversos itens.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira havia pedido pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem para solicitar a V. Exª a inversão de pauta para que eu pudesse relatar o item 6, uma vez que tenho que relatar outra matéria. Mas chegaram algumas propostas de emenda ao projeto que estou relatando, então, eu desisto desse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, é sobre o ofício, o requerimento ou a comunicação que o Senador Ivo Cassol fez.

Tem-se noticiado muito, e isso tem preocupado os Governadores e Prefeitos do Brasil todo, que, nos meses de outubro, novembro e dezembro, não serão repassados os recursos do SUS para os Estados. Isso é um caos, porque o que há de pessoas neste Brasil fazendo quimioterapia e radioterapia, com procedimento marcado, e isso é procedimento de média e alta complexidade, nos preocupa bastante.

Então, não é a Comissão... Mas eu acho que alternativas têm que ser buscadas. E esta Comissão, como temos debatido muito aqui, pode procurar alternativas a médio prazo e a longo prazo.

Um caso específico sobre o que o Senador Ivo Cassol traz para cá, para esta Comissão, é importante ressaltar: que possamos ir lá e depois trazê-los aqui, Senador Ivo Cassol, para que possam falar para o Brasil. Lá eles vão falar para uma comunidade científica e para alguns Senadores e aqui vão falar para o Brasil todo, expor as dificuldades que têm e a falta de interesse econômico de se produzir o remédio, porque há muito disso.

Parece que remédio é uma coisa economicamente muito forte. Vocês sabem que há duas ou três empresas brasileiras que têm o monopólio exclusivo do genérico neste País. O genérico neste País é exclusividade de alguns, e o Governo compra. No dia em que investigarmos essa compra de remédios genéricos que são vendidos pelo Governo brasileiro nos últimos 20 anos, verificaremos que tem gente que ficou muito rica com isso, ganhou muito dinheiro com isso. Ainda vou trazer esse tema aqui para esta Comissão. Agora não, nós estamos focados numa outra relatoria, mas, no momento certo, não tenham dúvida nenhuma de que nós vamos trazer isso. A gente vai tentar extirpar este tumor, porque se usam recursos brasileiros para poucos ganharem muito e muitos não serem bem atendidos nos hospitais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente. Só chovendo no molhado um pouquinho, é em relação ao item 6, se V. Exª me permite. Eu sou Relator desse item que engloba três proposições. É uma matéria bastante complexa: trata da proteção, tratamento e uso dos dados pessoais. Está em andamento no Ministério da Justiça uma audiência, uma consulta pública sobre esse tema.

O Senador Randolfe, que não pôde estar presente hoje por motivo de saúde, segundo informou a sua assessoria, gostaria de apresentar algumas emendas ao texto que já foi lido aqui, ao relatório apresentado. O Senador José Medeiros também comunica à minha assessoria que gostaria de apresentar uma emenda.

Como essa é uma proposição que ainda vai passar por mais três Comissões: Constituição e Justiça, CAE e Comissão de Defesa do Consumidor, eu queria propor a V. Exª e aos colegas um procedimento: que nós retiremos a matéria hoje, fixando um prazo até, digamos, quinta-feira, para que eu possa receber todas as emendas, inclusive algumas que vêm agora do Ministério da Justiça, de modo que eu possa preparar o texto definitivo, se acatar as emendas, para podermos votar na semana que vem. Senão, vamos manter essa coisa em aberto indefinitivamente, como uma obra de Santa Engrácia. Então, se V. Exª e os colegas concordarem, nós tiraríamos de pauta, fixando um prazo até quinta-feira para eu possa receber as emendas, trabalhar sobre elas e trazer o texto para ser votado na terça, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A Mesa não tem nada contra essa sugestão de retirar de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fixando um prazo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fixando um prazo.

Agora, o Senador Aziz, daqui eu escutei, tem uma informação adicional sobre a saúde do Senador Randolfe.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Parece que ele saiu do PSOL e não está de cama, está de rede. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Exª e aos colegas e agradeço a informação do Senador Omar Aziz. Já me tranquilizo, eu estava preocupado com a saúde do Senador, mas ele não está de cama, está de rede.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Flexa, o senhor pediu a palavra?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pedi.

Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, o Senador Omar Aziz está correto. Lá na Amazônia e no Nordeste, também a rede é um local de descanso. Agora, eu tenho conversado com o Senador Randolfe e tenho dito a ele que, nos últimos tempos, eu tenho achado que ele está muito governista para ser membro do PSOL. Agora, ele foi para a Rede. E acho que vai ficar difícil.

Presidente, queria, primeiramente, só complementando o comentário do Senador Omar Aziz sobre a questão da saúde do Brasil, dizer que, bem por acaso, lendo o jornal do Pará, *O Liberal*, no voo de Belém a Brasília, vi uma declaração do Ministro da Saúde, Arthur Chioro – não sei se ele é Ministro ou ex-Ministro, na semana passada já havia chamado para ele desocupar o Ministério, aí a Presidenta voltou atrás, deixou para esta semana, vamos ver o que acontece esta semana. É interessante que a Presidente foi para a reunião da ONU falar da oposição que fazemos a ela, Senador Aloysio. No discurso da Presidente, na abertura da Assembleia Geral da ONU, os jornais dizem que o tema que abordou foi a questão da oposição que é feita a ela no seu Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ela deve ter se referido ao PT, provavelmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, é oposição a ela, mas é a favor do Brasil.

Mas no jornal há uma frase destacada do Ministro Chioro, Senador Omar: "Saúde caminha para um colapso." Olhem, um Ministro da Saúde que diz um negócio desse! O que os brasileiros, coitados, vão poder esperar do Governo com relação, talvez, ao mais importante...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O mais urgente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mais urgente, porque trata da vida!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E que está sendo leiloado atualmente!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mas é bom ver isso, Senador, porque, como eles estão propondo a CPMF de novo, é um discurso para dizer que a saúde está indo para o caos, precisa de dinheiro. Se o dinheiro não foi alocado corretamente para a saúde, não é a CPMF que vai somar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas, Senador Omar, a CPMF não é para a saúde. A CPMF é para cobrir o rombo de 30 bilhões. Não é para a saúde. Pode ver que não está direcionada à saúde. E o Governo nunca usou para a saúde. Quando entrava a CPMF, ele tirava recursos da saúde e colocava a CPMF. Como 50% das emendas dos Parlamentares vão para a saúde – com o que todos nós concordamos –, eu pensava, Senador Cristovam, que fosse um *plus* no orçamento da saúde. Os Parlamentares concordarem em colocar 50% das suas emendas para a saúde seria um *plus*. Para surpresa minha, não foi um *plus*. O valor, que deve ter dado em torno de quatro bilhões e alguma coisa, foi retirado do Orçamento e colocadas as emendas. Aí, não tem santo que faça milagre num país com este Governo que aí está.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, podemos, então, entrar na pauta. Senador Raupp, quer...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Era isso que eu queria falar. Eu concordo com tudo o que os Senadores estão falando, mas estou aqui há uma hora e nós temos que entrar na pauta. Eu preciso sair daqui a pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É verdade, Senador. Vamos entrar.

O primeiro item é do Senador José Medeiros...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Presidente, eu gostaria de retirar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...tramitação em conjunto: PLC 123 e PLS 559.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O Senador Flexa quer apresentar um voto em separado e pediu para que eu retirasse. Então, eu estou retirando de pauta o item, porque S. Exª quer conversar mais a respeito do tema. Então, apresentaria na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, retirado de pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações.

Autoria: Deputado Arnon Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com "cláusulas de fidelização" do assinante.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto.
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
2) Em 15/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.)

Vou passar ao item 3. Do item 2 eu sou o Relator, então, eu deixo para mais tarde. O outro é do Senador Randolfe, que não está presente. Então, vem o do Senador Hélio José, que também não está presente.

Senador Aloysio Nunes, pediu para retirar de pauta, não é isso?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exato. A retirada com tempo para apresentação de emendas até quinta-feira. Depois eu fecho a porteira, fecho o balaio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, vou ter que, embora quisesse deixar para depois, pois o do Senador Walter Pinheiro também não dá, passar para o projeto do qual sou Relator.

Pergunto ao Senador Lasier se pode presidir a reunião enquanto eu...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, com a palavra o nosso eminente Presidente da CCT, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho que relatar aqui, em primeiro lugar, o item 2, mas a Presidente da Sociedade Brasileira para Proteção da Ciência pediu que eu considerasse a possibilidade de conversar com ela sobre o meu relatório e eu farei isso. Então, eu o retiro.

Então, o relatório que me cabe é referente ao item 11, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes, um projeto que visa facilitar a burocracia para patente.

O projeto é composto de três artigos, além da cláusula de vigência.

O art. 1º acrescenta §2º ao art. 33 da Lei nº 9.279, de 1996, para dispor que o exame e a concessão do pedido de patente será concluído no prazo máximo de 180 dias.

O art. 2º acrescenta dois parágrafos ao art. 34 da mesma lei, para estabelecer que a exigência de providências complementares ao exame do pedido de patente só poderá ser feita pela autoridade até 90 dias após o requerimento de exame, contando-se o prazo de 180 dias para encerramento do exame a partir da apresentação dos itens solicitados.

O art. 3º estabelece o mesmo prazo de 180 dias para o exame e a concessão do registro de marca, acrescentando parágrafo único ao art. 160 da Lei nº 9.279, de 1996.

O projeto foi distribuído a esta Comissão em caráter terminativo e não recebeu emendas.

O projeto de lei analisado versa sobre direito comercial, matéria da competência privativa da União.

A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor do projeto em exame. Ao contrário, a proposta vai ao encontro do princípio da proteção às criações industriais e à propriedade das marcas.

Quanto ao mérito, acreditamos que a proposição servirá para fomentar a eficiência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

A criação industrial no Brasil aumentou muito nos últimos anos, graças à proteção trazida pela Lei nº 9.279, de 1996. No entanto, a morosidade do processo de concessão de patentes e registro de marcas ainda é um obstáculo à atividade dos inventores e dos empresários brasileiros.

O prazo de 180 dias, contados do pedido de exame ou da resolução das pendências apontadas pelo INPI, embora constitua medida ambiciosa, vai ao encontro do objetivo. Deve-se observar, ademais, que a concessão tempestiva evita o alargamento da proteção da patente de invenção e de modelo de utilidade, como previsto no art. 40, *caput* e parágrafo único.

Apresentamos, ao final, emendas de redação, que não alteram o conteúdo da proposta, mas prestam-se a corrigir erros de concordância verbal.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 316, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A matéria está em discussão.

Como falta um Senador para completar o quórum, vamos atrás dele no corredor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Lasier, pediria a V. Exª, consultado o Plenário, para incluir extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2015, que trata da renovação da concessão da outorga à TV SBT Canal 5, de Belém, capital querida do meu Estado querido, Pará.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª é sempre bem-vindo ao Pará.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Repasso a Presidência ao nosso Senador.

Nós estamos com um problema: não temos quórum. Falta um Senador para termos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Enquanto nós esperamos a presença, eu gostaria de fazer uma sugestão e queria ouvir a opinião dos Senadores: na comissão correspondente à nossa da Câmara, na hora de aprovar esses projetos relacionados a licenças, não apenas são votados em bloco, como a gente tem feito, mas eles têm usado o procedimento de dar por lido em bloco, dar por lidos todos os relatórios em bloco. Eu gostaria até de consultar se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras estariam de acordo que a gente passasse a adotar isso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Com certeza, Sr. Presidente. Vamos simplificar. Se isso está simplificando! Porque o conteúdo é o mesmo, só muda o endereço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Teríamos que ler a ementa, claro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Claro. Só a ementa. Mas não precisa ler todo o relatório, porque todo relatório é cópia um do outro. Só muda a questão da potência, da localidade e a cidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro que faríamos isso para os que são pela aprovação. Aqui, por exemplo, há um da Senador Rose de Freitas que é pela rejeição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É economia processual, a não ser, como V. Exª destacou agora, que o voto não seja pela aprovação, seja pela rejeição. Aí, destaca-se para votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

Então, estariam de acordo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quando chegar a hora... Porque, como o Senador chegou, temos quórum, votamos o projeto que eu li há pouco, depois voltamos a isso e fazemos tudo em bloco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E a solicitação que eu fiz para o extrapauta? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O seu é extrapauta, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem. A Mesa acata, aceita.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É sobre essa proposta de simplificação do processo. Eu queria registrar o fato de que nós temos aqui no Senado uma assessoria, uma consultoria muito competente nessa matéria. Ela se encarrega de fazer um exame minucioso de toda documentação que consta do expediente. Então, quando a matéria vem para deliberação, já vem respaldada em uma análise técnica muito rigorosa.

De modo que penso que não há maior inconveniente em se adotar esse procedimento, dada, repito, a existência desse respaldo técnico extremamente competente e eficiente que nós temos aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós temos feito isso com muito rigor. É uma preocupação que eu tenho aqui o rigor na análise de cada um desses itens.

É claro que a gente põe em bloco, mas, se um Senador levanta qualquer restrição, imediatamente, esse seria retirado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com relação aos projetos sobre rádios, Senador Cristovam, nós temos recebido algumas observações de que, às vezes, a propriedade de uma emissora de rádio é de uma associação e não são trazidos os nomes de quem integra a associação. Já houve um caso no interior do Rio Grande do Sul em que um dos diretores da emissora não poderia, pela ficha que tinha. Então, eu acho que nós poderíamos pedir à Consultoria que, daqui para diante, exigisse que todas as associações proprietárias de rádios identificassem claramente, com folha corrida e o histórico, os proprietários, para evitar o que aconteceu num determinado caso, que prefiro não citar aqui. Mas aconteceu justamente no Rio Grande do Sul: uma pessoa que não tem condições morais de dirigir uma emissora de rádio e cujo nome estava acobertado pelo nome Associação sem as identificações.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Vamos aprovar aqui na Comissão! O meu voto já fica favorável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Todo relatório tem que vir acompanhado dos nomes dos membros que fazem parte de cada entidade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – E com a folha corrida deles.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Pode colocar em votação. O meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Então, podemos voltar ao item 11.

Está em discussão a matéria relatada pelo Senador Cristovam.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Há, hoje, no mundo, uma preocupação em definir o *status* do animal. No Código Civil, há coisas como as relações entre pessoas e objetos, coisas e pessoas. E os animais seriam o quê? Pessoas? Coisas? Também não.

O Senador Anastasia apresentou um projeto em que cita um artigo que agora está na Constituição francesa, que diz: "*Les animaux ne sont pas de choses*", os animais não são coisas.

Eu apresentei aqui um projeto, o Estatuto dos Animais, que pega a legislação avançada no mundo e no Congresso Nacional, elaborado com a Consultoria do Senado, com o objetivo maior de proteger a vida e o direito ao meio ambiente para não sofrer crueldade. Esse projeto de hoje está nesta linha: não sofrer crueldade em laboratórios, em atividades de ensino e pesquisa.

Eu não vou fazer emenda, porque já existe o estatuto, mas devia ser incluído aqui no esporte também. E os animais criados para abate. São três coisas que causam muito sofrimento para os animais: criação para abate, as pesquisas e o esporte.

Há, por exemplo, a questão dos falcões. Quando se treinam falcões para caça, praticamente, se cegam os facões durante meses e eles ficam sendo condicionados com um barulhinho, para que, depois de retirada aquela capinha que os cega, eles saiam para caçar, ouçam o barulhinho e voltem. Estou dando um exemplo, mas existem vários. Briga de galo e coisas do tipo.

Então, realmente, esse item 11 é um projeto do Congresso Nacional, que ainda vai se debruçar sobre o Estatuto. Mas é um avanço para nós; parcial, mas importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, o item que se refere a isso eu pedi para retirar de pauta. Esse item que estamos discutindo aqui é o que reduz o prazo para a outorga de patente. É o item 11. Esse aí era o item 2.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Perdão, Presidente, perdão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Que é a Sociedade Brasileira.

Mas eu fico contente com a sua posição sobre esse assunto e quero muito debater isso na hora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Que é da relatoria de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Quero debater bastante. É muito importante.

Vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Então, seguindo, vamos colocar em votação o projeto e as emendas. A votação ocorrerá pelo sistema de votação eletrônica.

Eu consulto o plenário se podemos fazer uma só votação, considerando que estávamos com uma votação para o projeto e outra para as emendas. (*Pausa.*)

Se não há nenhuma objeção, vamos fazer uma só votação.

Está aberta a votação.

Os senhores coloquem a senha completa de sete dígitos e podem votar.

Esta é a segunda vez que adotamos esse sistema aqui na CCT.

Senador Amorim, não está funcionando? O do Senador Crivella também não está funcionando. É que é a segunda vez que se adota esse sistema. Então, ainda está havendo problemas.

O Crivella votou. O voto do Senador Crivella está ali. O do Senador Amorim, acho que não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, enquanto concluem a votação, eu queria pedir a inclusão – não sei se para o Presidente que está em exercício neste momento ou para o Senador Cristovam – dos PDSs nºs 293 e 295, já que são pela aprovação, para incluir e votar em globo daqui a pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Falta só o Senador Eduardo Amorim.

Enquanto isso, eu aproveito para informar a respeito daquela situação dos projetos sobre as rádios. Há pouco esteve aqui à Mesa o Consultor Frederico D'Almeida, que foi quem levantou essa questão numa reunião lá no gabinete. Ele pediu então, e é o que vamos formalizar aqui, Senador Cristovam, que seja encaminhada uma notificação para a Consultoria, para que, daqui por diante, observe esse cuidado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Certo. Esteve aqui há pouco o Consultor Frederico D'Almeida e pediu que, então, seja formalizado pedido na reunião de hoje, para nós regulamentarmos essa matéria com relação aos nomes que integram associações proprietárias de rádio. (*Pausa.*)

Senador Amorim, conseguiu ou ainda não? (*Pausa.*)

Pronto. Cumprimentos. Finalmente foi acertado ali, e temos então todos os votantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aprovado o item 11? (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto por dez votos.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta
Observações:
Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para as Emendas.)

Então devolvo a Presidência ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Voltamos então aos itens da pauta.

Eu vou saltar direto aos itens relacionados às licenças de rádio e televisão. Eu vou ler quais são os projetos que vamos considerar lidos aqui.

O primeiro item retiro de pauta, da Senadora Rose de Freitas, que é pela rejeição.

(Intervenção fora do microfone.)

É o seguinte o item retirado:

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela rejeição
Observações:
A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 23/06/2015, 04/08/2015 e 15/09/2015.)

Vamos então pôr em votação os projetos. Vamos citar a ordem.

Os primeiros três são de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira: PDS nº 28, de 2015; o nº 30, de 2015; e o nº 62, de 2015.

Em seguida, da Senadora Angela Portela, para o qual eu indico como Relator *ad hoc* o Senador Medeiros, o PDS nº 288, de 2015.

Dos três seguintes, eu sou o Relator. São os de nºs 278, de 2013; 58, de 2014; e 124, de 2014.

Em seguida, do Senador Davi Alcolumbre, o de nº 74, de 2015, para que eu indico como Relator *ad hoc* o Senador que chegou há pouco, Randolfe Rodrigues.

Nós acertamos aqui, Senador, que não serão lidos. Serão considerados lidos todos, em bloco.

Do Senador Delcídio do Amaral, também o Relator *ad hoc* seria o Senador Randolfe, o de nº 52, de 2015.

Para o de nº 195, de 2014, do Senador Fernando Bezerra, eu ponho o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*, e também como Relator dos dois seguintes, que são o de nº 124, de 2015; e o de nº 252, de 2015.

Em seguida, o PDS 138, de 2015, é do Senador Gladson Cameli.

E o PDS 178, de 2015, e o PDS 176, de 2015, são do Senador Ivo Cassol, que eu ponho como *ad hoc* também dos dois anteriores.

Os do Senador José Medeiros são o PDS 204, de 2015, e o PDS 205, de 2015.

Os do Senador Lasier Martins são quatro: PDS 190, de 2014; PDS 194, de 2014; PDS 51, de 2015; e PDS 92, de 2015.

O Senador Marcelo Crivella é o Relator de quatro: PDS 44, de 2015; PDS 89, de 2015; PDS 109, de 2015; e PDS 110, de 2015.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aziz, dois minutos, dois minutos, até porque o próximo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não vamos ler nada.

O PDS 21, de 2014, é do Senador Omar Aziz, a quem eu peço que também que seja o Relator *ad hoc* dos quatro seguintes: o PDS 121, de 2015, que é o do Senador Roberto Rocha; o PDS 301, de 2015, que é da Senadora Braga; o PDS 226, de 2015, do Senador Petecão; e o PDS 222, de 2015, do Senador Vicentinho.

O PDS 255, de 2015, é do Senador Valdir Raupp, a quem eu peço que seja também o *ad hoc* do PDS 73, de 2015; do PDS 75, de 2015; e do PDS 90, de 2015.

Finalmente, os do Senador Zeze Perrella – e eu peço que o Senador José Medeiros seja o *ad hoc* – é o PDS 173, de 2014; o PDS 176, de 2014; o PDS 181, de 2014; o PDS 182, de 2014; e o PDS 186, de 2014.

Estão dados como lidos todos os pareceres.

Agora, eu peço aos Senadores que votem todos em bloco.

Eu quero pedir também que seja considerado como lido – o Senador Flexa Ribeiro é o Relator – o PDS 324, de 2015.

E lido também, a pedido do Senador Valdir Raupp, extrapauta, o PDS 295, de 2015. E o PDS 293, de 2015, também.

Todos considerados como lidos.

Agora, estamos tentando incluir no sistema o nome dos *ad hoc* para poder ficar registrado com clareza. Um minuto e nós terminamos a autorização para mais de vinte novas rádios e TVs ou para que elas possam continuar as suas atividades legalmente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Randolfe, aproveito esse rápido intervalo, porque houve uma preocupação aqui há pouco, quando foi dito que V. Exª estava de cama, o que foi resolvido pela frase do Senador Aziz dizendo que o senhor estava de "Rede". De modo que o senhor é bem-vindo aqui, nos desfazendo uma preocupação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Senador Lasier. Já recuperado. Nada além do que uma dor de cabeça e não foi pela troca de partido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O senhor viu o rigor linguístico: ele não disse na "Rede", ele disse de "Rede". Obrigado, Senador Lasier.

Aproveitando para avançar, há três requerimentos. E há o requerimento do Senador Ivo. Então, são dois do Senador Hélio José, que eu subscrevo, já que ele não está presente, pelo companheirismo do Distrito Federal, e há mais um também do Senador Telmário Mota.

Eu coloco em discussão o Requerimento nº 61, do Telmário Mota.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 61, de 2015

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V; 93, inciso II; e 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para tratar do uso de biocombustível na aviação com a presença dos seguintes convidados:

• Dr. Cid Jorge Caldas - Coordenador-Geral de Cana-de-açúcar e Agroenergia – CGCAA da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa;

• Dr. Manoel Teixeira Souza Júnior - Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia;

• Dr. Adriano Santhiago de Oliveira - Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente – MMA;

• Dr. Marco Antônio Martins Almeida - Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – MME;

• Dr. Pedro Scorza - Diretor de Biocombustíveis de Aviação da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio.

Autoria: Senador Telmário Mota

Está em discussão. (*Pausa.*)

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que se acrescente à lista de convidados elencados no RCT

nº 55/2015, aprovado por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 1º de setembro de 2015, o Sr. Américo Martins, Diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão. (*Pausa.*)
Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Está aprovado.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2015

Nos termos regimentais, requeiro adicionar, na audiência pública convocada pelo Requerimento nº 59/2015 - CCT, a realizar-se no próximo dia 22 de outubro, o Sr. Helder Constantino, da Humane Society International, e o Dr. Marcelo Morales, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Autoria: Senador Hélio José.

Em discussão. (*Pausa.*)
Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Está aprovado.
Finalmente, um requerimento do Senador Ivo Cassol que já foi lido.

ITEM Nº
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Srs. Gilberto Orivaldo Chierice, professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo (USP), campus da cidade de São Carlos/SP; Salvador Claro Neto, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), campus da cidade de São Carlos (SP); Durvanei Augusto Maria, biomédico do Instituto Butantã na cidade de São Paulo (SP); Renato Meneguelo, Mestre de Bioengenharia pela Universidade de São Paulo (USP); além da Srª Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de câncer na cidade de São Carlos, para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clinicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos com que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País desse importante medicamento.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Em discussão. (*Pausa.*)
Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Estão aprovados os requerimentos.
Peço que abram a votação, porque alguns Senadores têm outras atividades – aliás, todos nós; temos Comissão de Educação, Comissão de Assuntos Econômicos...
Os Senadores podem votar. (*Pausa.*)
O painel não está aberto ainda?
O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer manual, que é melhor, porque...
O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O problema não é tanto técnico dele não. Foi a misturada dos relatores *ad hoc* com os relatores.
O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO. *Fora do microfone.*) – É que o sistema moderno...
O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Podia ter sido mais sistêmica a minha colocação aqui. (*Risos.*)
O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer o voto verbal, Sr. Presidente. V. Exª pode abrir, e vamos ao voto verbal. Cada um vota.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cassol, vamos providenciar a lista, e eu a lerei.

Vou ler a lista, e os Senadores pronunciam "sim" ou "não".

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Votamos em bloco, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Votando em bloco.

Lasier Martins, "sim".

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Voto com os Relatores, em bloco: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Pronto, deu certo. O painel abriu.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Sr. Presidente, enquanto o pessoal vota aí, quero só comunicar que o requerimento que eu fiz, solicitando a presença dos professores, eu também vou encaminhar amanhã à CAS, para fazermos a audiência junto com aquela Comissão, já que é ela quem regulamenta a questão da fabricação de medicamentos. Faremos junto com a CAS, o.k.? Só queria que constasse aí.

Cadê o requerimento para eu assinar? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não se encerrou a audiência. Encerrou-se a parte que tem votos terminativos. Continuaremos com a discussão de itens não terminativos, inclusive o assunto dos transgênicos, aproveitando a presença do Senador Randolfe e do autor do projeto.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, vamos deixar os transgênicos para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Em homenagem ao nosso Deputado aqui presente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Em homenagem ao autor, deixemos que o debate seja na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
2) Em 11/08/2015 e 12/08/2015, foram realizadas duas audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a Matéria;
3) A matéria foi retirada da pauta da reunião do dia 15/09/2015, a pedido do relator.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Estão, então, aprovados, com todos os votos favoráveis.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 288, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO NOVA COMUNITÁRIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE IGARAPÉ MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Miri, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 252, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM DE RADIODIFUSÃO DE ITAGIMIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVORADA DE MINAS - ACOMAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 204, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE COLORADO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA MARIA II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 190, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 51, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALVADOR DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE QUATIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 110, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Omar Aziz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JOSIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 301, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação

ITEM 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 226, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 255, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - AB-JDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MANSIDÃO - ASCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 50
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 181, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática*

Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 15/09/2015.

ITEM 56
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 324, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE BELÉM S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 57
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 293, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 58
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 295, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

Vou encerrar esta audiência, já que o Senador Randolfe pediu para ficar para a próxima reunião o assunto dos transgênicos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e doze minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral, Telmário Mota e Gladson Cameli, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Sérgio Petecão e Davi Alcolumbre. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** Deliberação, **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que "Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros", que tramita em conjunto com **Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do PLS 330/2013, na forma do substitutivo oferecido, e pela declaração de prejudicialidade dos PLS 131/2014 e PLS 181/2014, que tramitam em conjunto. Em 01/09/2015 foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Nesse momento, o Senhor Senador Ivo Cassol requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta Item 03: Requerimento n.º 65, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José que requerem "... nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Senhores Marcos Vinicius de Almeida, Biológico e Doutor em Biotecnologia, professor da UNIESP – Bauru/São Paulo, em substituição à Senhora Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de Câncer na cidade de São Carlos, além do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa, bem como a Senhora Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos daquela Instituição, Dra. Meiruse Sousa Freitas para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clinicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos". O requerimento é aprovado. **2ª parte:** Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos n.º 55/2015-CCT, de autoria do Senador Hélio José, e n.º 62/2015-CCT, de autoria dos Senadores Hélio José e Cristovam Buarque, destinada a debater a municipalização da comunicação no Brasil, por meio das rádios e TVs comunitárias, das TVs universitárias e do Canal da Cidadania. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Fernando José Garcia Moreira, Presidente da Associação Brasileira da Televisão Universitária – ABTU; André Barbosa Filho, Superintendente Executivo de Relacionamento da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; José Luiz do Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - ABRAÇO; Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; e Octávio Penna Pieranti, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações – MiniCom. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Lasier Martins. Neste momento, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Nelita de Souza Matos, da Rádio Comunitária Fercal; Moysés Corrêa, Secretário Geral da ABCCOM; Divino Cândido Ferreira, da Abraço-DF; Wander Pereira Teles, Diretor da Rádio Comunidade do Gama; João Antônio Rocha Chaves (João Moreno), da Rádio Comunitária Líder FM Recanto das Emas; e Francisco de Assis Monteiro da Silva, da Rádio Comunidade Ceilândia. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Gostaria de dar um bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de outubro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Invertendo a pauta, que previa a discussão sobre alguns projetos e pareceres, vamos iniciar pela nossa audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 62, de 2015, da CCT, de minha autoria, Senador Hélio José, que se destina a debater a municipalização da comunicação no Brasil, por meio das rádios e TVs comunitárias, as TVs universitárias e do Canal da Cidadania.

Para tal, temos a honra de convidar, para compor a Mesa de expositores, os seguintes convidados: Sr. André Barbosa Filho, presidente executivo de relacionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – é um prazer, seja bem-vindo, por favor, fique à vontade –; Sr. Fernando José Garcia Moreira, presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) – seja bem-vindo –; Sr. Octávio Penna Pieranti, assessor da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações (MiniCom); Sr. Paulo Miranda, presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom) – bem-vindo, Paulinho.

Justifico a momentânea ausência do Sr. José Luiz do Nascimento Sóter, coordenador executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), que está a caminho. Estamos no aguardo do Sóter, que está chegando.

Registro aqui a presença do Divino, Presidente da Abrace do Distrito Federal, e de outros e outras colegas aqui do Sistema de Comunicação Comunitária do Distrito Federal.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Passaremos, então, às exposições dos convidados e, ao final, às Srªs e aos Srs. Senadores, pela ordem de inscrição.

No curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem. Novamente, perguntas podem ser feitas pelo portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone do Alô Senado, 0800-612211.

Dando início aos trabalhos, eu gostaria de proferir algumas palavras sobre esta importante audiência pública que a gente faz para discutir os meios de comunicação comunitária, TV e rádio, em nosso País.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, tenho a satisfação de declarar aberta esta audiência pública por mim requerida na Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Bom dia, nobre Senador Aloysio Nunes.

Na manhã de hoje, temos como objetivo debater a municipalização da comunicação no Brasil por meio das rádios e TVs comunitárias, das TVs universitárias e do canal da cidadania.

De antemão, cumpre-me fazer um agradecimento especial aos nossos convidados, que representam perante esta Casa e este colegiado o Governo Federal e algumas das principais entidades envolvidas com comunicação comunitária e universitária no Brasil: Américo Martins, Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicações; Octávio Penna Pieranti, assessor da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações; Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCom; José Luiz do Nascimento Sóter, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço); Fernando Moreira, Presidente da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU).

Como sabemos, a Carta Constitucional de 1988 estabeleceu a regionalização da produção cultural, artística e jornalística como um dos pilares do modelo de radiodifusão do País. Vencidas quase três décadas desde a

promulgação do Texto Constitucional, o que se tem ainda na atualidade é a prevalência de redes nacionais de comunicação comercial, que dominam o mercado e concentram a produção e distribuição de conteúdo. Nessa linha, deixa de emergir a notável diversidade cultural do Brasil, além de desperdiçarmos talentos técnicos, artísticos, jornalísticos, intelectuais e publicitários de nossas diversas regiões. Logo torna-se inevitável reconhecer que a democratização dos meios de comunicação social, baseados na pluralidade e na peculiaridade de uma cultura com múltiplos vetores e expressões, reclama incentivos e vitalização de veículos não comerciais. Destaca-se, nessa órbita, as rádios e televisões comunitárias bem como os canais universitários.

Com a introdução do Canal da Cidadania, por sua vez, estamos diante de uma situação que é, a um só tempo, desafio e oportunidade. Cada um dos 5.570 Municípios do País poderá receber autorização para exploração de um canal.

Sem dúvida, trata-se de um substantivo avanço na busca da universalização dos direitos a informação, comunicação, educação e cultura.

Nobre Senador Aloysio, hoje, quando a gente chega numa rádio comunitária, é tão importante para a comunicação de todo mundo nas cidades, fica até meio deprimente em algumas situações, porque são cubículos tão pequenininhos, com tanta insalubridade, com tanta dificuldade para o funcionamento. Quando o legislador, em 1988, concebeu a liberação na Constituição, a liberação com relação à autossustentabilidade não ficou bem clara. E essas pessoas, hoje, passam muita dificuldade para manter tanto as rádios comunitárias quanto as TVs comunitárias.

O nosso grande objetivo aqui, sem ter pretensão nenhuma em prejudicar ou tirar os negócios das grandes TVs, rádios abertas e os outros meios de comunicação, é iniciarmos um trabalho junto com eles no sentido de melhor – hoje, com essa experiência toda que temos nesse setor – poder propiciar uma sobrevivência mais tranquila para essas rádios e TVs comunitárias e para a população, que ouve tanto esses meios de comunicação, poder receber a sua informação local melhor e de forma mais tranquila.

Entrei, recentemente – o Presidente da Abraço está aqui –, na Rádio Líder, na cidade de Recanto das Emas, aqui no Distrito Federal, que está em condição difícil de vida, num cubículo tão pequeno, com dificuldade até para se respirar, mas que faz um trabalho excepcional, sensacional na comunidade de 100 mil habitantes, fazendo o dia a dia da informação.

Então, as rádios e TVs comunitárias e universitárias têm um trabalho no *campus* universitário, ou seja, na região de abrangência, de fundamental alcance e importância.

Espero que, a partir desta audiência pública e de outras proposituras que caminham aqui no Congresso, a gente consiga dar melhor condição para o funcionamento desses temas, Senador. Então é com esse objetivo que estamos aqui promovendo esta audiência pública.

Também queria dizer a V. Exª que a gente inverteu a pauta porque já estavam aqui todos os convidados. V. Exª tem um projeto que vai relatar hoje aqui conosco. V. Exª fique à vontade para se pronunciar na hora em que achar devido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu agradeço.

Eu acho que foi providencial essa inversão, até porque me dá oportunidade de participar da audiência pública sobre um tema tão interessante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Senador.

Segundo dados mais recentes que chegaram ao meu gabinete, até o momento, pouco mais três centenas de Municípios brasileiros requereram ao Ministério das Comunicações o Canal da Cidadania.

Independente do delicado momento econômico por que atravessa o Brasil, com indicadores francamente desfavoráveis e notórias vulnerabilidades no curto e médio prazo, não podemos deixar de contemplar o futuro de nosso País.

Compete a todos nós, Parlamento e organizações da sociedade, postularmos e buscarmos a viabilização de apoio oficial dos governos federal, estaduais e municipais, traduzindo em financiamento adequado e deliberando estímulo à comunicação comunitária.

Penso que os nossos convidados podem, a partir de agora, discorrer, dentro da brevidade possível e no âmbito específico da atuação, acerca do estado da arte da municipalização das comunicações sociais entre nós.

Assim, ainda que panoramicamente, vamos conhecer a situação presente e os esforços que Estado e organizações sociais, em conjunto ou segmentadamente, exercem no sentido de oferecer aos cidadãos informação, conhecimento, cultura e entretenimento.

Reitero meu sincero agradecimento a todos os presentes e concedo a palavra ao nosso primeiro convidado, que vai ter que sair daqui a pouco – espero que possa ficar mais tempo –, o nosso Fernando José Garcia Moreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, antes de ouvirmos as exposições, queria, independentemente de outros aspectos sobre a radiodifusão comunitária, que serão abordados pelos nossos convidados, pedir a eles que toquem, pelo menos, em dois pontos em que tenho interesse de conhecer melhor o ponto de vista deles.

Primeiro, em relação ao financiamento, porque há muitos projetos de lei que tramitam aqui no Senado e na Câmara que preveem a possibilidade de algum tipo de publicidade nas rádios comunitárias como forma de financiamento, o que suscita objeção das rádios comerciais que se submetem a uma licitação, que pagam outorga, que se consideram prejudicadas por uma concorrência desequilibrada.

Esse é um tema.

O outro tema é sobre obsolescência eventual de um dispositivo da lei de radiodifusão comunitária que conceitua, entre outros elementos que conceituam a rádio comunitária, o âmbito da transmissão, um quilômetro a partir do trâmite do transmissor. Ora, muitas rádios comunitárias, assim como as rádios comerciais, estão migrando, estão começando a emitir na internet – é um fenômeno generalizado. Então, uma rádio comunitária no interior de São Paulo, pela internet, é ouvida no Japão.

Eu queria perguntar aos nossos convidados em que medida isso interfere na linguagem, interfere na programação e se consideram que este elemento da definição da radiodifusão comunitária não estaria hoje obsoleto, diante da nova tecnologia. Independentemente de outros pontos, tinha curiosidade de conhecer o ponto de vista a respeito dessas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito procedente, Senador Aloysio Nunes, essas perguntas. Queria cumprimentar o nosso Senador José Medeiros. O Senador Aloysio é do PSDB de São Paulo. O Senador Medeiros é do PPS do Mato Grosso, também está aqui conosco, para debate deste tema importante para nossa população.

Eu até no sentido dessa provocação que V. Exª apresenta, quero até colocar para nossos palestrantes a necessidade, tenho conversado muito com o Ministro Berzoini, que era o Ministro das Comunicações até ontem, e vou continuar conversando com nosso novo Ministro das Comunicações, no intuito de vermos algumas questões básicas, como ter apenas uma frequência, o sombreamento, queria ver a avaliação deles com relação a isso. Tudo travado, não é, Senador? E aí dificulta a questão, no intuito de vermos a possibilidade dentro dessa linha de autossustentabilidade, sustentação para o sistema. Talvez pequenos anúncios locais que não influenciam no nacional, que poderiam ser uma forma de discutir um meio termo da sobrevivência, no sentido de vermos mais algumas saídas que permitissem que aqueles grandes sistemas comerciais que fizeram outorga, que pagaram por uma situação diferenciada aqui, não sejam prejudicados e que nós permitamos o bom funcionamento, a continuidade, junto com as duas excelentes perguntas, sugestões e ponderações feitas pelo Senador Aloysio. Queria saber se o nosso Senador José Medeiros teria alguma ponderação a fazer, antes de ouvirmos os nossos convidados. (*Pausa.*)

Então, vamos primeiro ouvi-los.

Então, passando para nosso querido Fernando José Garcia Moreira, presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária. E fui universitário há longínquos anos, entrei na UnB em 1978 e saí em 1982, sei o quanto é pungente um *campus* universitário, o quanto é importante o linguajar do universitário e a importância daquela riqueza nas áreas de pesquisa, de inovação, nas áreas gerais da cultura. Creio que essa Associação Brasileira de Televisão Universitária, em nível de informação, tem uma tarefa fundamental.

Com a palavra, Fernando, por dez minutos. No nono minuto, vai tocar uma campainha e haverá mais um minuto para conclusão. Está bem, Fernando? Obrigado.

O SR. FERNANDO JOSÉ GARCIA MOREIRA – Primeiramente, bom dia.

Gostaria de agradecer o convite desta Comissão, ao Exmº Senador Hélio José a iniciativa desta audiência pública que nós, do campo público de televisão, sabemos o quanto é importante apresentar o papel desse campo público da televisão que envolve também as TVs universitárias, comunitárias, as rádios comunitárias, ou seja, todo um campo público de televisão, que pouca gente ainda conhece exatamente as partes todas desse conjunto.

Quero agradecer as presenças das autoridades e ao público em geral.

Vou iniciar a apresentação dizendo inicialmente porque a importância de uma comunicação local. Infelizmente eu não posso falar sobre a questão das rádios, mas vou falar sobre a questão específica das televisões universitárias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria que qualquer diálogo fosse feito ali fora, porque está atrapalhando.

É lá fora?

Então, eu peço à nossa assessoria que solicitem um afastamento da nossa porta, porque o barulho está atrapalhando.

Por favor, Fernando, pode continuar.

O SR. FERNANDO JOSÉ GARCIA MOREIRA – Não existem pesquisas mostrando exatamente a comunicação local aqui no Brasil. Eu fui buscar algumas referências, mas basicamente as questões aqui são duas pesquisas dos Estados Unidos, onde há uma difusão de emissoras locais muito grande. O importante é que, mesmo com a questão da informação *on-line* hoje, as pessoas, em termos de confiabilidade, buscam a televisão aberta para buscar informações precisas.

Primeiro, porque quando ela busca informação *on-line,* ela não tem certeza de que ela está sendo só para aquela região. Quando vamos buscar, por exemplo, alguma informação de alguma coisa da nossa cidade, mesmo que seja meteorologia, alguma coisa, acontece muito isso. Você busca uma informação na internet e acaba pegando uma informação que não é localizada. Essa é uma das questões.

E a questão que a emissora, com o tempo, ganha essa confiança e acaba trazendo, principalmente na questão da informação, essa confiança para o telespectador.

É muito mais fácil assistir televisão do que fazer a busca *on-line*. Existe até uma pessoa nos Estados Unidos, o *couch potato*, que fica passivamente assistindo à televisão, mas realmente é muito mais fácil. É apertar um botão, com dois botões você tem o acesso. Acessar televisão *broadcast,* aberta. A televisão ainda é a primeira tela, eu tenho um colega que sempre coloca essa questão. A primeira tela é *broadcast*, 98% da população assistem à televisão pelo ar, aberta e gratuita, que é outra questão muito importante. O *on-line* nunca é totalmente gratuito. Sempre há algum tipo de custo.

O telespectador quer saber o que está acontecendo na sua região, apesar de ter a questão da informação global também.

As televisões locais, as emissoras locais, não é só a questão do clima, das condições da estrada, elas mostram que se fala também o verdadeiro coração de uma região. Ela mostra as cores locais, ela mostra a cultura local, além da informação local.

E outra questão é com relação à informação em nível nacional. Ela é sempre muito curta. Dentro de uma emissão nacional abranger de maneira profunda a informação de todas as regiões. E é claro que a local pode se aprofundar, pode trabalhar, explicar isso muito melhor e trazer essa informação de maneira muito mais importante em termos de qualidade e informação para aquela comunidade.

Num canal nacional nós temos uma disseminação massiva, sem proximidade com a realidade local, uma temática de interesse geral. O local uma abrangência mais restrita, uma realidade local, temática de interesse da comunidade local, ou seja, está muito mais próxima. Pode-se ter as duas trabalhando ao mesmo tempo.

Explicando um pouquinho a questão dos objetivos das tevês universitárias, que dentro do campo público têm algumas questões muito específicas. Até como foi colocado pelo Exmº Senador Hélio José no requerimento desta audiência, as TVs universitárias têm importância estratégica nesse processo, pois ao divulgar as pesquisas e os conhecimentos produzidos no meio acadêmico propiciam a formação crítica do indivíduo no exercício da cidadania, permitindo inclusive enriquecer a grade de programação de emissoras locais. É outra questão também que vou colocar, porque como está escrito abaixo, as TVs universitárias não asseguraram o espaço no sistema de televisão digital.

Dentro da inicial, a Lei do Cabo, de 1995, e, depois, com a Lei nº 12.485, de 2012, todas as TVs que tiveram seu espaço dentro dessas leis, as únicas que ainda não têm espaço garantido na TV aberta são as TVs universitárias. Todas as outras já têm seu espaço garantido. Isso é uma questão muito importante.

Estamos já conversando, claro, com relação ao canal da educação, com o Ministério da Educação, mas ainda não temos a questão de um canal local. Por que isso? A TV universitária tem ensino, pesquisa e extensão. Ela deve refletir, em sua programação, apoio à educação, incremento cultural. Ou seja, ela tem todos os objetivos também de uma TV educativa, mas tem questões muito específicas da universidade, que é também ser o espaço de formação prática do futuro profissional de comunicação. Muita gente se esquece que é da universidade que sai o profissional da comunicação, e o espaço da TV universitária é um espaço especial da prática desse profissional, principalmente na questão ética, educativa e cidadã. Dentro da TV universitária, nós temos muito essa preocupação dessa visão de que ele deve levar isso para o mercado comercial também, uma visão educativa, ética e cidadã. A TV universitária exercita isso.

A questão de produzir, apoiar e exibir a produção de conteúdo, com a participação de alunos, dentro do contexto socioeducativo, também permite que se exerça a cidadania, a questão colaborativa, de como trabalhar a comunicação de forma mais democrática.

Pesquisar e experimentar novas tecnologias na produção e transmissão da televisão. Não podemos esquecer que o Ginga nasceu dentro da universidade. Não podemos esquecer, por exemplo, na universidade em que trabalho, a nossa TV, outras TVs também, como a TV Unesp, várias TVs, fazem pesquisa, experimentação.

Por exemplo, a minha área de doutorado são os alertas de emergência pela televisão digital. Estamos fazendo pesquisa, não temos um canal aberto para testar, então, temos que buscar parcerias para fazer isso. Fizemos também algum trabalho de interatividade, tivemos que buscar uma TV legislativa, para poder fazer a pesquisa junto com eles. Ou seja, é um espaço necessário para a universidade ter acesso à TV aberta.

Dentro também dos nossos objetivos, levar o conhecimento da universidade para a comunidade e discutir o universo científico e educativo a partir do ambiente universitário. Ou seja, discutir as questões da comunidade com uma visão científico-educativa: levar o conhecimento da universidade para discutir os problemas locais. E, também, através do jornalismo científico, transcrever, transcriar, fazer uma transcodificação da ciência, o que, às vezes, se aprende de maneira muito difícil, fazer uma transcriação dessa linguagem, para levar à comunidade como isso vai ou não afetá-la. Ou seja, levar a ciência para a comunidade em geral.

Então, dentro do sistema brasileiro de televisão digital terrestre hoje, na TV aberta, e os espaços das TVs universitárias, podemos ver que, dentro dos canais obrigatórios no sistema de acesso condicionado pela Lei nº 12.485, estão previstos, entre vários canais: um canal educativo e cultural, que seria a TV Escola; um canal comunitário; um canal de cidadania, até uma duplicação, porque o Canal da Cidadania vai ter o canal comunitário dentro; o canal legislativo municipal/estadual; e o canal universitário. Isso dentro da TV fechada.

Quando isso vai para a TV aberta, hoje, temos, dentro do Canal da Cidadania, espaço para duas TVs comunitárias e mais a possibilidade, no Distrito Federal, de mais uma TV comunitária. O que ficou interessante é produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica – isso para as TVs comunitárias, acho que é trazer muita coisa. Pensando que, hoje, trabalhamos um canal comunitário, 24 horas por dia, 7 dias por semana, são 168 horas semanais de programação. Isso é muita coisa para ser feita. Dificilmente... A TV Brasil produz, em média, 34% da sua programação com o seu orçamento, que é o maior orçamento em termos de televisão pública no Brasil, 34% de produção própria.

Então, é muito difícil, impossível, essa quantidade de programação sozinho!

A nossa opção hoje é solicitar uma outorga à TV Educativa e aguardar o projeto técnico do Canal da Educação, para ver se vai haver a programação local destinada às TVs universitárias. Nós já nos colocamos à disposição do MEC para colaborar num canal da educação a TV.

Eu vou só adiantar aqui, porque tenho pouco tempo. No caso das TVs universitárias, nós temos já uma rede de contribuição, de conteúdo nacional, que ela é uma rede toda baseada em nuvem e permite a contribuição de conteúdo. Porém, isso não quer dizer que nós pensamos numa programação totalmente vertical. Nós gostaríamos, realmente, de ter o canal local, para poder fazer tudo isso que eu acabei de colocar. Mas estamos à disposição no Ministério da Educação, estamos à disposição nas outras TVs do campo público para contribuição também de conteúdo. E por isso essa rede, hoje, já conta com 1.027 programas. Começamos de fato há um ano a organizar melhor essa rede, hoje contamos com 1.027 programas, e isso também contribuiu para toda a programação das nossas TVs universitárias.

Com relação só ao financiamento, uma questão seria a questão do fomento do fundo de Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública. São 22,5% para as emissoras do campo público. A EBC pode nos ajudar a explicar essa questão, e uma parte do fundo que a EBC não pode pôr a mão – ela já recebeu, aproximadamente, R$400 milhões – tem mais ou menos R$90 milhões depositados numa conta, gerando juros, numa aplicação. Até porque isso faz parte, é autorizado. Mas não existe regulamentação para o uso desse dinheiro para as TVs públicas. Então, esse dinheiro está disponível, no total o fundo prevê R$2 bilhões, ou seja, chega a mais de R$400 milhões de recursos, e a TV pública não tem acesso a isso.

Outra questão foi que as emissoras comerciais todas tiveram acesso à isenção de impostos para compra de equipamentos para preparação para a TV digital. Isso até 2013. Foi projeto do BNDES, o PROTVD. Na verdade, aqui era financiamento. E também a Camex deu a isenção zero para diversos equipamentos. Ou seja, o parque dessas emissoras teve algum tipo de incentivo, enquanto que nós ainda temos que continuar comprando com todos os custos. Aqui não estou nem entrando em algum pedido de apoio, mas simplesmente uma isonomia com as TVs comerciais que tiveram esse tipo de isenção e que ajudaria muito na digitalização das TVs universitárias, que também, como todos sabem, as universidades hoje passam por várias dificuldades.

E aqui encerro a minha apresentação e agradeço muito essa Comissão pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria agradecer-lhe, Fernando, registrando aqui a presença do nosso Senador Omar Aziz, ex-Governador do Amazonas, Senador do PSD do Amazonas, e também do nosso Senador João Alberto, do PMDB do Maranhão.

Dando continuidade a importantes exposições a respeito do debate de rádios e TVs comunitárias, passaremos a palavra ao nosso querido André Barbosa Filho, Superintendente Executivo de Relacionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Hélio José, bom dia aos outros Senadores. É um grande prazer ter a oportunidade de estar nesta Casa, esta Casa de leis; a todos os presentes.

A EBC, criada em 2007, inclusive uma lei dessa Casa, do Congresso Nacional, tem uma responsabilidade de inverter o eixo histórico no Brasil de não termos tido uma estrutura pública de comunicação até 2007, fato que se tornou relevante com essa regra criada pelo Congresso Nacional, gerando a Empresa Brasil de Comunicação.

Vamos lembrar que nós temos uma história na comunicação no Brasil, que é exatamente uma fac-símile, vamos dizer assim, da própria estrutura de comunicação norte-americana ou estadunidense, como querem alguns. Por quê? Porque nós tivemos uma tentativa, nos anos 20 e nos anos 30, com o criador do rádio no Brasil, que tentou fazer uma rádio pública – naquele tempo uma estrutura de rádio clubes e rádio sociedades, e elas acabaram não tendo possibilidade de subsistir. Portanto, essas questões foram se tornando muito fáceis de se trabalhar sob o ponto de vista da sustentabilidade, com o apoio da indústria que surgia, que era a indústria do disco, a indústria do cinema. E o rádio passou, então, a trabalhar como satélite dessas indústrias e evidentemente tornou-se o maior veículo de comunicação de massa, o primeiro veículo de comunicação de massa.

E toda essa estrutura que nós conhecemos de rádio e televisão no Brasil são estruturas comerciais. Ao contrário da Europa, que surge como um foco importante de emissoras públicas, na Itália, por exemplo, na década de 20, quando a unidade italiana chega através da língua e chega através da próprio condução do *duce*. E também na Inglaterra, onde surge a primeira emissora a transmitir publicamente, transmitir como emissora, que é a BBC de Londres, tão importante na Segunda Guerra mundial. As rádios espanholas, importantes na guerra civil. A gente fala só de eventos mais importantes, mas eles têm outras participações – e fundamentais na construção da cidadania nesses países. E as emissoras da França, como a Radiodiffusion Télévision Française, que também tem a sua importância fundamente.

A TV comercial e a rádio comercial – já existia a TV nos anos 70 – só surgem depois de uma estrutura na qual há uma pressão das agências de publicidade, há uma pressão do próprio meio de entretenimento, para que novos veículos surgissem. Na Europa surgiram os meios comerciais. Mas a Europa passou, no rádio, dos anos 20 até os anos 70, com emissoras públicas. No caso brasileiro, essa verdade veio através dessa lei criada pelo Congresso Nacional.

E é por isso que a gente veio falar um pouquinho sobre essa questão da EBC, porque é fundamental a gente trabalhar no sentido do que ela representa para a comunicação pública e o que ela representa para a comunicação comunitária, à medida que garante, através da sua própria estrutura, ou pelo menos deveria garantir... Há uma questão de cortes profundos no orçamento da EBC neste ano, como todos sabem, e algumas questões ficaram realmente ainda a serem discutidas, como a questão do próprio apoio que nós damos às nossas parceiras, emissoras estaduais que também sofrem dificuldades, seja em Pernambuco, seja na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas, no Rio Grande do Sul, em Estados onde se mantêm emissoras públicas que são custeadas pela administração estadual.

A ideia é que a gente possa ter uma expansão dessa rede pública. E é esse apoio que a gente veio pedir aos Srs. Senadores, no sentido de que haja uma comunidade onde essa TV seja realmente pública, que não seja uma TV partidária, chapa-branca, que seja uma televisão cuja conselho curador seja um conselho formado pela sociedade como um todo, para discutir a realidade da informação, para trazer, como disse o nobre Senador Hélio José no começo, todas as possibilidades plurais de expressão da cultura nacional; discutir as questões nacionais sob o ponto de vista da neutralidade política também, com são os arautos na Europa de discussão sob o ponto de vista do preenchimento dos espaços da assimetria que existe do conhecimento no Brasil.

Então, essas questões são fundamentais. Eu acho que uma TV pública, no Brasil, não pode ser vista apenas como um gasto do Estado, porque esse ponto também tem que ser resolvido. Eu gostei muito da pergunta do Senador de São Paulo sobre a questão do financiamento. Eu acho que é fundamental a autossustentabilidade.

Eu acho que a TV pública não deve depender apenas do Estado. O Estado pode ser uma das fontes, como é a BBC de Londres, por exemplo. Mas ele não deve ficar apenas com essa possibilidade. Ela pode prestar serviços à sociedade. Ela pode prestar serviços com a inovação, pode prestar serviços com sistemas que sejam ligados a outros meios e outras plataformas, serviços a empresas, inclusive, através daquilo que nós chamamos apoio cultural.

São questões fundamentais que deveriam perpassar inclusive outras plataformas que não só a empresa pública de canal aberto, mas também as comunitárias, também as emissoras que estão hoje impossibilitadas de receber recursos para manter a sua autossustentabilidade, como bem disse o Senador Hélio José, de maneira precária, de maneira muito difícil neste País, e que prestam um serviço maravilhoso às comunidades.

Essa é a razão pela qual essa integração a empresa Empresa Brasil de Comunicação, que deveria ser a matriz dessa rede, dessa estrutura pública que pertence a todos os brasileiros, não pertence a um governo, no mandato, mas pertence ao Estado brasileiro, deveria então ser trabalhada sob o ponto de vista da sua grandiosidade, como prestação de serviço à Nação.

Eu gostaria de colocar essa primeira lâmina. O senhor poderia passar para mim. Já a lâmina mesmo, a anterior, a do mapinha anterior.

Aqui vocês veem, por exemplo, a nossa rede hoje, que é a nossa rede oficial. Nós temos quatro emissoras geradoras, que pertencem à EBC, que é exatamente a emissora sede, em Brasília; a emissora do Rio de Janeiro, a emissora de São Paulo e a emissora de São Luís, no Maranhão.

Essas emissoras são geradoras da EBC, geram programas. E a EBC tem, como característica, que esses pontos também gerem programas para a rede. Essa rede não está centralizada, como no passado, em que esteve centralizada na época da Radiobras ou da própria EBN, no passado. Há uma transmissão em rede, ou seja, com *pools* que caracterizavam a cópia de programas produzidos em uma sede.

Hoje, é possível que nós façamos programas em São Paulo, no Rio, no Maranhão. O jornal do Maranhão é muito visto em São Luís.

Eu queria passar a outra lâmina.

Essa lâmina diz respeito a um projeto que nós vamos acompanhar aqui, ao longo dessa fala, que é o projeto que alcança, através de uma tecnologia da TV digital, que foi desenvolvida por universidades brasileiras. Está aí o nosso querido Fernando, que acabou de dizer da importância da comunicação universitária e a importância da universidade no desenvolvimento da tecnologia de comunicação no Brasil, porque isso deu a possibilidade de fazer algo que talvez os senhores não saibam.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – É possível passar dados pela televisão. É possível que nós tenhamos a possibilidade de ter o mesmo uso da internet pela televisão, porque a televisão é um meio digital; portanto, como a internet é um meio digital.

E nós podemos comunicar diretamente com a casa das pessoas por meio dessa comunicação pública. É um projeto que se chama Brasil 4D, que convido os Srs. Senadores a conhecerem. Se eu puder, depois, visitar os gabinetes dos Senadores para explicar o que seria, na verdade, esse projeto. É um projeto lindíssimo, da PUC do Rio de Janeiro, do saudoso Prof. Luiz Fernando Soares, falecido há vinte dias, infelizmente, uma perda irreparável para o Brasil, um grande cientista que criou exatamente esta percepção de que é possível transmitir, através da televisão, dados, não só programas. Pode haver transmissão como você tem na internet, pela televisão. Isso significa que há uma porta aberta para essa informação na casa das pessoas: 97% das pessoas no Brasil têm televisão.

Vamos só passar a anterior para vocês verem, por exemplo, o grupo. Nós usamos um grupo ligado ao MDS, que é o do Bolsa Família, para mostrar o número de pessoas no Brasil que são apenas espectadores de televisão e de rádio. Eles não têm internet.

Vamos passar para frente.

Vejam o uso da internet no mundo. Eu acho que o outro vai explicar melhor.

Cerca de 80% do mundo têm televisores em casa.

A internet chega apenas a 31%. No Brasil, esse caso chega a 97% de televisão e chega a 48% de internet. Ou seja, nós estamos diante de uma perspectiva que não é a realidade de apenas trabalhar com a banda larga. Quando o Senador Aloysio, de São Paulo, nos questiona se está indo a televisão e o rádio para os celulares. É verdade. Está vendo uma grande busca no mundo de espaços, de *sites* e de *podcast* para ir para internet.

Agora eu pergunto: quem é que pode acessar a internet no País? Essa é a pergunta, porque, nos grandes centros, onde há distribuição de internet, isso não é problema. Isso está sempre sendo colocado. Então, segunda questão, que o próprio Senador também levantou, é a questão dos custos, porque é preciso pagar para ter internet. E essa população realmente não tem recursos. A gente pode perceber pela própria condição que eles têm.

Nós fizemos um grande trabalho em João Pessoa, na Paraíba, junto com a Universidade Federal da Paraíba e a EBC, junto com a Universidade de Brasília, fizemos aqui em Ceilândia e em Samambaia. Entregamos caixinhas, *set-top box*, que são as caixinhas que todos nós vamos ter que ter a partir do ano que vem, quando teremos a migração da TV analógica para a digital. Todos nós teremos que adquirir uma caixinha, ou televisores com o *set-top box* incluído.

Essas caixinhas foram distribuídas para essas pessoas, e a gente testou aplicativos e projetos públicos. Por exemplo, não só do Governo Federal, mas do Governo Estadual. Estamos conversando com o Governador

Marconi Perillo, aqui em Goiás, estamos conversando como Governador Pimentel, em Minas Gerais, estamos conversando com o Governador Alckmin, em São Paulo, estamos conversando com vários governadores para também ter a parte estadual de produtos públicos estaduais dentro dessa oferta de aplicativos que estará nessa caixinha.

Vejam a importância de um projeto como esse para chegar a população e eles terem acesso, por exemplo, a marcar consultas no SUS, a ver sistemas de habitação em São Paulo, a ver a questão médica e a questão da farmácia popular. Tudo isso em casa, com acesso direto. Que dizer, isso que as pessoas entendiam como impossível.

Então, eu gostaria de deixar para vocês um convite de participar junto conosco nessa cruzada a favor da televisão aberta, gratuita, que pode oferecer tecnologia de ponta, que pode fazer com que essa tecnologia chegue às emissoras comunitárias, que elas deverão ser o braço local desse projeto através do Canal da Cidadania, com a interatividade, com a população podendo participar da programação, não apenas sendo um agente passivo, mas podendo marcar consultas, marcar inscrição de escola, não tenho que sair de casa, não tenho que gastar dinheiro.

Isso faz muita diferença na vida das pessoas. Eu espero que isso não seja explorado politicamente. Eu espero que isso seja realizado para o bem da população brasileira. Que esse projeto nosso, que é um projeto científico, que é um projeto claramente de interesse de comunicação... Eu sou um professor de Comunicação e, como professor de Comunicação, desejo o bem da comunicação e que a gente possa usar isso, exatamente, para promover a qualidade e diminuir a assimetria do conhecimento no Brasil.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao André Barbosa Filho, da EBC, ao mesmo tempo em que registro aqui a presença de vários donos de rádios comunitárias do Distrito Federal. Vou citar um, o Monteiro, de Ceilândia, em nome de todos os demais que estão aqui presentes. Vejo que praticamente todas as rádios comunitárias de Brasília estão aqui presentes.

Queria registrar aqui também a presença do nosso amigo Beto Almeida, uma pessoa que trabalhou tantos anos aqui no Senado, nos meios de comunicação e que agora está aposentado. Foi Presidente da Fenaj, da Organização de Jornalismo.

A palavra agora vai para o Sóter, que nos dá alegria de estar recuperado de uma operação difícil que fez. Deus nos presenteia com você continuar entre a gente, depois de toda essa dificuldade.

Com a palavra, Sóter, que é Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço).

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Bom quero cumprimentar que as pessoas que me acompanha aqui na mesa e agradecer ao Senador Hélio José, primeiro por estar realizando esta atividade importante para nós da comunicação comunitária e, segundo, pelo convite para nós estarmos aqui em nome da Abraço, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

E eu estou amaciando o coração agora, viu, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – E é bom que já saiu com garantia de vinte anos, então estou tranquilo. Vou demorar a voltar lá para fazer a revisão.

Bom, eu queria cumprimentar as rádios comunitárias de Brasília, porque é muito bom ver que está todo mundo se movimentando nos interesses coletivos do nosso setor, lembrando ao Senador que não são donos, são apenas dirigentes das rádios, não é, Ronaldo? São os dirigentes das associações de rádios comunitárias de Brasília, porque a radiodifusão comunitária é coletiva e propriedade popular, propriedade da comunidade. Então, nós temos aí a tarefa de estar à frente dessa entidade, dessa iniciativa, para poder garantir a popularização ou a democratização da comunicação naquela localidade em que ela está presente.

E foi justamente para isso que surgiu a radiodifusão comunitária, mais específico a rádio comunitária. Eu sei que todos aqui são estudiosos da comunicação e são militantes da democratização da comunicação, mas sempre é bom a gente lembrar o que é que nos empurrou até hoje, ou o que nos motivou a estar até hoje nessa atividade, nessa luta, não é, Nelita?

E aí o que acontece? O cenário de quando começamos a discutir a radiodifusão comunitária era um cenário que levava os meios de comunicação no Brasil a priorizarem a verticalização da sua produção e a verticalização da sua distribuição, para ter um maior número de pessoas acessando esses meios de comunicação e uma abrangência regional ou nacional. E com isso, dialeticamente, gerou uma horda de excluídos dos meios de comunicação, que foram os artistas, que perderam seus espaços, porque teriam que ir para uma central de produção para poder chegar à sua comunidade, os profissionais de radiofusão, que perderam espaço, justa-

mente porque, com a verticalização e a centralização da produção, a mão de obra ficou dispensável. E então, dialeticamente, esses excluídos começaram a discutir a questão da produção, da regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

E foi nesse cenário que nós começamos a discutir a necessidade de uma complementaridade nesse sistema, não é, Senador? Prazer revê-lo.

E aí, nesse cenário, nós começamos a discutir a questão ainda na Constituição de 1988. Como é que a gente fazia? Não somos contra, nós não somos favoráveis ao extermínio dos meios de comunicação. Nós somos favoráveis à complementaridade do serviço, e essa complementaridade, nós conseguimos colocar no texto vivo da Constituição brasileira, embora até hoje nós não tenhamos conseguido regulamentar esse texto orgânico da Constituição. Então, nós não disputamos o espaço com a verticalização, com a regionalização, com a nacionalização dos meios de comunicação; nós lutamos pela valorização da comunicação local como uma força complementar na comunicação brasileira.

A ideia original, inclusive, é de que nós pudéssemos ter meios de comunicação que tivessem abrangência municipal.

Com isso, a possibilidade de ter mais canais, de ter mais potência, inclusive para atender à diversidade que existe em vários Municípios brasileiros. Há Municípios que têm o tamanho de um país europeu ou de outro continente. E, nesse Município, nós temos uma diversidade tão grande, como povoados, aldeias indígenas, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades de ciganos e outras comunidades, assentamentos, e caberia a implantação de meios de comunicação para essas comunidades e, a partir dessas comunidades, você ter a diversidade cultural de um mesmo Município circulando em rede municipal. Então, há Municípios que têm todos esses segmentos culturais e sociais dentro da sua área, do seu território e que carecem de expressão. Muitas vezes o próprio munícipe não conhece determinadas manifestações culturais que são desenvolvidas e que são historicamente perpetuadas dentro de comunidades no seu território.

Então, nesse sentido, a rádio comunitária, mais especificamente dentro da radiodifusão comunitária, surgiu para ser um meio de comunicação municipal. A força da radiodifusão comunitária está justamente nessa possibilidade de se criar, com as várias culturas e com as várias identidades de um mesmo Município – não estamos falando das identidades nacionais – e ter condições de fazer interface entre si, fortalecendo com isso a identidade cultural daquele Município. Em consequência, cada Município contribuir para a construção da identidade e para o fortalecimento da identidade cultural do País.

Vocês veem que é uma reticência muito grande que a gente tem de colocar, senão nós ficaríamos o dia todo conversando sobre o fortalecimento dessas identidades em nível de País.

Isso surgiu por causa justamente porque era outra característica que existia naquele momento em que se discutia a democratização da comunicação para ter espaço na Constituição brasileira desse texto, dessa possibilidade de comunicação democratizada, que era justamente a segmentação. Havia emissoras que se especializavam, por exemplo, em música sertaneja. Outras em programas religiosos. Então, havia uma segmentação que também era excludente.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Essa possibilidade de se promover a diversidade através de um conceito de radiodifusão que seja de domínio coletivo, de gestão pública e de limitação municipal, movimentou muitos dos que eram excluídos dos meios de comunicação convencionais. Hoje, nós temos dificuldades, principalmente porque o oligopólio das comunicações no País nos vê como inimigos, como se nós estivéssemos ameaçando a sua sustentabilidade, a sua fonte de receita, que gerou essa verticalização. Na verdade não é, porque a publicidade de uma cabeleireira em uma cidade do interior nunca vai chegar num meio comercial, ela nunca vai ter espaço, mesmo que seja uma rádio ou uma emissora de radiodifusão que seja comercial, que seja local ou daquela microrregião, porque é proibitivo a vinculação da sua divulgação.

E por aí vai, o feirante, a quitandeira. O setor produtivo local não é uma ameaça para os meios de comunicação comerciais em termos de publicidade, em termos de divulgação dos seus produtos e seus serviços. E isso vem para outra finalidade municipal da comunicação comunitária, da rádio comunitária, que é justamente, ao lado de fortalecer a identidade cultural, fortalecer o desenvolvimento sustentável local, através da divulgação dos seus produtos, serviços, etc, para que todos saibam o que se produz e o que se consome naquela municipalidade. Então, essa é outra vocação municipal de grande valia da rádio comunitária.

Hoje, como um sistema complementar de comunicação, necessário, inclusive, para a construção de uma identidade nacional das diversas culturas brasileiras, nós temos um desafio de fazer circular a produção local, o conteúdo local em nível nacional, onde possamos fazer as coisas importantes de uma localidade circularem por todo o Brasil para que fique sabendo que ele não é formado por macrorregiões, como a Região Sul, ou a

Região Nordeste, ou a Região Centro-Oeste, ou a Região Norte etc, mas é formado por Municípios, onde as pessoas vivem, convivem, onde se gera a cultura brasileira, porque a cultura da costa, a cultura da metrópole não é a cultura brasileira. É uma cultura mesclada, uma cultura importada. A cultura realmente brasileira se faz nos pequenos Municípios, nas pequenas localidades do País e é a que mantém a nossa identidade de brasileiros dentro do universo do Planeta Terra. Então, esse é um grande desafio. (*Palmas.*)

E, para que isso aconteça, as rádios comunitárias precisam ter acesso a meios de sustentabilidade, que não é apenas o apoio cultural, que faz parte do espírito da rádio comunitária, que é incluir aquele que não tem condições de divulgar os seus produtos e serviços nos meios comerciais.

Mas nós precisamos de fundos de apoio para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Nós precisamos de incentivo para que as rádios comunitárias possam garantir essa prestação de serviço tão importante, principalmente naquelas localidades onde o único meio de comunicação até a chegada da rádio comunitária era o púlpito da igreja.

Obrigado pela oportunidade de conversar com vocês. Obrigado ao Senador Hélio José por ter promovido esta atividade. Nós queremos ter uma parceria efetiva com a radiodifusão pública, através da EBC, da ABTU, da Abepec, que venha nos fortalecer mutuamente – mais ainda nós, que não temos as fontes de recursos que as outras redes têm.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Sóter.

Registro aqui a presença do nosso Senador, comunicador, jornalista de longos tempos, Lasier Martins, do PDT do Rio Grande do Sul, que agora está no Ministério das Comunicações, sua praia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Aqui estou em casa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – E também o nosso Senador Randolfe Rodrigues, da Rede, mais conhecido como Senador pescador agora, porque rede é pesca. Um abraço.

Dando sequência, vamos passar a palavra ao Sr. Octávio Penna... Antes do Octávio, vou passar ao Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), que, com muito entusiasmo, colaborou muito comigo aqui para a realização desta audiência pública hoje.

Paulinho, com a palavra.

O SR. PAULO MIRANDA – Bom dia todos, a quem está em casa também nos assistindo, acompanhando pela rede, Senador Hélio José, Senadores presentes, colegas de batalha comunitária, televisionária, agradeço muito por esta audiência, foi a pedido da ABCCOM (Associação Brasileira de Canais Comunitários), que já existe desde 2001. Queríamos fazer esta audiência junto com nosso evento, com 80 TVs comunitárias aqui em Brasília, mas não foi possível por falta de financiamento. Estamos tentando fazer esse evento para 22, 23 e 24 e esperamos que dê certo nesta data.

O mais importante para nós hoje aqui, Senador Hélio, é ter essa parceria efetiva de Brasília, a sede da Associação Brasileira de TVs Comunitárias, da Abraço, e que possamos fazer essa comunicação comunitária no Brasil crescer e se igualar em força política e econômica com a grande mídia comercial brasileira.

Falar em democratização da mídia brasileira no crescimento do campo público que envolve a parceria com o Ministério das Comunicações, com a ABTU, a Abepec, a Abraço, Astral, as TVs legislativas também junto com a EBC, que é a mãe de todos nós, crescer esse campo público que a própria Constituição prevê, e iguala na Constituição o campo público, privado e estatal. Mas, hoje, basicamente quando se fala em crescimento, em financiamento, em fortalecimento, os recursos, que são nossos impostos, vão basicamente para a grande mídia. E essa grande mídia brasileira não é isenta, como na América Latina, na Venezuela, na Bolívia, no Equador, na Argentina, ela defende, em primeiro lugar, seus interesses e não os interesses do campo do povo brasileiro. E juntamente com os conglomerados, quando analisamos nossa estrutura de comunicação – e aí não temos nenhuma ilusão, Senador Hélio José –, estamos fazendo um enfrentamento muito grande com esse outro setor que são os conglomerados. Por exemplo, Carlos Slim, que é dono da Claro, da Net, da Embratel, monopoliza basicamente nossa estrutura de comunicação.

A Telebras ainda timidamente não faz essa comunicação brasileira que precisamos ter com toda força possível e necessária, principalmente com a banda larga. Não adianta pensar que é uma balela, na minha opinião, essa democracia informativa que existe na internet. A nossa internet é monopolizada, é o Facebook, é o Google, é o YouTube, não temos nossa *big* plataforma, nossa brasileira. Se eles quiserem fechar as torneirinhas para nós nossa comunicação já era, morre completamente. Então, temos que fazer esse enfrentamento. E quando vamos para o satélite, temos 94% dos nossos satélites monopolizados pelo Murdoch, que é uma outra pessoa internacional que não tem o menor interesse no nosso crescimento audiovisual, em rádios comunitá-

rias, na nossa informação, na nossa produção jornalística, artística, cultural, educativa e científica, como diz a Constituição brasileira no art. 221.

Então, diante desse receio, desse enfrentamento com os conglomerados, não podemos ficar simplesmente no poder dessa outra comunicação, dessa velha comunicação. Nós precisamos crescer e criar nossa comunicação. E essas nossas experiências são imensas. No início, Senador Hélio, o senhor falava das dificuldades de entrar no campo insalubre de uma rádio comunitária. As TVs comunitárias basicamente refletem um pouco essa realidade também, mas ao mesmo tempo em que se entra lá e se vê todas essas dificuldades, é lá dentro, não é na comercial, que se vê a alegria de fazer a comunicação comunitária. Se o senhor passar uma semana dentro da TV comunitária de Brasília, o senhor verá que alegria que há lá dentro, que força, que juventude, que garra, as pessoas mobilizadas em torno dessa outra comunicação. Crianças de 7 anos, a Paula está aqui, o Diego, a Raquel, o Augustinho, o pessoal da TV comunitária de Brasília. A escola de mídia comunitária de Brasília oferece ao vivo, ensina crianças de 7 a 16 anos de escola pública a fazer televisão.

O pessoal das cidades satélites aqui de Brasília, fazendo televisão no entorno, levando para dentro da TV comunitária e passando dentro da TV comunitária.

Quer dizer, essa produção não interessa para quem quer vender o lixo internacional para nós. Então, a Sky, a Net, você compra aí 500 canais, que são basicamente lixo internacional: não têm a nossa cara, não têm a nossa produção. E eles não querem que nós façamos a nossa produção. E temos a nossa capacidade musical, essas festas religiosas, todo o nosso campo e temos de estar dentro, colocando essa produção para fora e dentro do nosso campo.

Nós queremos muito ter essa nossa produção e crescer cada vez mais.

Por exemplo, agora temos esta grande oportunidade, que é o tema desta audiência pública, de fazer a municipalização, realmente, no Brasil, por meio dos canais da cidadania, por meio do fortalecimento das universitárias, das legislativas, das emissoras comunitárias, do fortalecimento da EBC, para que ela cumpra seu papel de acordo com a lei aprovada nesta Casa.

Conversando com o Moysés Corrêa, nosso Secretário-Geral da ABCCOM, que está aqui comigo... Agora mesmo, antes de entrarmos aqui, nós falávamos: o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional não têm um acompanhamento da aplicação do que o Congresso aprova em termos de leis. Por que a gente vem aqui, reclama que as leis não estão sendo efetivadas, não estão sendo cumpridas? Por que a Constituição prevê a igualdade desse campo público, privado e estatal, e, na verdade, só o privado é o campo público da comunicação forte e poderosa no Brasil? Por que a outra comunicação, na qual insistimos tanto, também não tem toda essa força?

Então, com essas preocupações de que crescer a democracia informativa no Brasil é crescer também a democracia política... Isso, porque nós não podemos deixar todo o poder político da comunicação só em poder de um campo, em que sabemos que os interesses nem sempre são os interesses do povo brasileiro, um campo que não contempla toda essa nossa diversidade cultural, educativa, científica, que precisamos mostrar ao povo brasileiro, que, afinal, é quem paga pela existência dessa comunicação.

Então, é preciso, repito, que se fortaleça esse campo público da nossa comunicação.

E aí são os diversos aspectos. Precisamos fazer a discussão do financiamento, como o senhor levantou aqui, no início.

No campo privado, já está tudo resolvido em termos de financiamento. Há as mídias públicas publicitárias do campo tanto estadual e municipal quanto do federal.

Por exemplo, em momento de crise como este, não se ouviu em cortar a publicidade da Caixa, da Petrobras, do Banco do Brasil. Imaginem se fizerem isso com a Globo, se chegarem à Globo e falar que se tem de ter autossustentabilidade – uma palavrinha que odeio, bastante neoliberal, na minha opinião.

Eu sigo bastante o campo público, que é na Europa o campo fortalecido, que é nos Estados Unidos, que é no Canadá. E, na mídia, na América, para fazer o contraponto com a mídia comercial. As TVs comerciais tiveram suas isenções também.

E há este ponto de que a Constituição diz que se tem de contemplar o público, o privado, o estatal, mas esse recurso nosso, que é da publicidade, que é o imposto que pagamos, vai todo basicamente para algumas famílias que dominam a comunicação brasileira.

Quanto à questão da produção audiovisual, recentemente tivemos uma conquista junto à Secretaria do Audiovisual (SAV), à Ancine (Agência Nacional de Cinema), e também com a EBC, uma parceria de 60 milhões de produções. Mas entenderam que a TV comunitária não pode pegar esses recursos, nem a TV pública nem a universitária – não é Fernando? –, para fazer produção.

Tudo bem, vamos ter 60 milhões de produções, lindas e maravilhosas, das produtoras inscritas na Ancine, mas não vamos ter dinheiro para pagar luz, água, aluguel, salários, para veicular 60 milhões de produções nas TVs comunitárias.

Então, é uma questão que esta Comissão tem de pensar e ver como ajudar esse campo público brasileiro.

Senador Hélio José, eu trouxe dois ofícios. Eu os esqueci no meu carro, mas já, já os trago. Vou lá, pego de volta e protocolo aqui, pedindo a esta Comissão que ajude a criar no Brasil um fundo nacional de apoio e desenvolvimento das TVs comunitárias, universitárias e públicas para que se fortaleça esse campo, porque precisa aí da renovação do parque tecnológico.

Como nós vamos entrar no modelo digital, com o apagão analógico que vem aí?

Outra coisa importante, que é a TV comunitária do Brasil via satélite, Senador Hélio José, não sei se o senhor me concederia cinco minutos, não sei se quebraria o Regimento, para que o meu colega da ABCCOM, Moysés Corrêa, pudesse expor por cinco minutos sobre a TV comunitária no Brasil, por satélite, que é um direito conquistado na lei, mas que a gente enfrenta uma resistência muito grande da Sky, e ainda incompreensão muito grande da Anatel, que vem protelando esse direito do povo brasileiro de ter uma TV comunitária por satélite.

Não sei se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Caro Paulo Miranda, com muito prazer poderia conceder. O problema é que temos um calendário aqui apertadíssimo, temos que fazer uma reunião deliberativa em seguida. E como vai ser o procedimento? Depois do nosso último orador, a gente vai passar para os Senadores fazerem as perguntas. Aí os nossos Senadores, fazendo as perguntas, todo mundo terá cinco minutos de retorno, começando pelo nosso Fernando, para poder fazer as considerações. Aí seria o momento que você poderia conceder...

Nobre Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sou o Relator do item que consta da parte deliberativa da nossa reunião. É o tema da proteção de dados.

Ocorre que, dado o interesse muito grande dos meus colegas Senadores membros desta Comissão em apresentar emendas, o prazo que nós havíamos fixado entre nós da última quinta-feira como prazo final para apresentação das emendas foi ultrapassado. De modo que eu acabei recebendo uma quantidade grande de emendas e não tive... Estou agora com a minha assessoria debruçado sobre elas e ainda precisaria dar uma vista no estudo que eles fizeram sobre cada uma das emendas. São 29 emendas que foram apresentadas, além daquelas que eu já tinha analisado.

Então, eu não tenho condições, Senador Hélio José, meus caros colegas, de apresentar hoje esse relatório. É impossível. Inclusive o Randolfe ficou de apresentar, e não apresentou, só hoje trouxe.

De modo que eu pediria, então, a retirada de pauta e, se pudesse contar com o apoio do Presidente da Comissão, para que, na terça-feira, independente de termos audiência pública ou não, nós pudéssemos incluir este ponto na Ordem do Dia, como primeiro item, nós teríamos condições então de mandar esse projeto adiante, porque ele deve passar por mais duas comissões ainda, antes de ir para a Câmara.

Então, lamento não poder apresentar o meu relatório hoje sobre as emendas, como eu gostaria, mas acho que pelo fato de os meus colegas terem apresentado tantas emendas só vem contribuir para o aperfeiçoamento do meu relatório.

Quero dizer que a grande maioria delas eu estou pronto para aceitar, mas precisaria ainda de dar um último retoque nesse trabalho.

Por isso, digo a V. Exª, Senador Hélio José, que gostaria que retirasse de pauta para que pudéssemos, já na próxima semana, deliberar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Primeiro em relação ao Senador Aloysio, por minha culpa, por minha máxima culpa. De fato nós atrasamos nas emendas. Eu queria destacar o trabalho do Senador Aloysio nesse projeto de lei. E me permito interromper a audiência pública, porque tem direta relação com o tema que V. Sªs aqui militam.

O PL que o Senador Aloysio está relatando, e está fazendo um belíssimo trabalho, quero aqui testemunhar, é o antônimo a um PL que está tramitando na Câmara dos Deputados, que é um absurdo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quer dizer, esse projeto de lei vai na linha do Marco Civil da Internet. E há um projeto de lei tramitando na Câmara que vai na contramão do Marco Civil da Internet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.

Na Câmara, está tramitando o PL 215, do Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão. Esse PL é o AI 5 do século XXI. É um AI 5 digital.

O PL que o Senador Aloysio está relatando, o trabalho de S. Exª o Senador Aloysio tem sido exatamente no sentido contrário disso.

Então, o Senado vai apresentar uma proposta que avança no sentido do Marco Civil, enquanto lá na Câmara está-se discutindo um retrocesso.

Então, eu acho que é procedente o encaminhamento do Senador Aloysio, para que ele aprecie a quantidade enorme de emendas que mostra o interesse desta Comissão no tema.

E eu queria acrescentar, Sr. Presidente, eu sou o Relator também do Item 1 da pauta, que seria o Projeto de Lei sobre Rotulagem de Transgênicos. Eu, inclusive, me coloco à disposição para priorizar, na próxima semana, assumir o primeiro item da pauta, o projeto do Senador Aloysio, o nosso item ficaria em segundo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente, vamos dar conta dos dois. Porque eu acredito que a audiência, na prática, Senador Aloysio, já comprometeu também o quórum da Comissão hoje. Eu creio que nós alcançaremos o quórum.

Então, eu acho que nós poderíamos deixar os membros desta Comissão e os Srs. Palestrantes à vontade para dar sequência a esta audiência, e nós, todo o conjunto da pauta, iniciando, acatando a proposta do Senador Aloysio, pelo PL que o Senador Aloysio é Relator, nós transferiríamos para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu de fato tenho – em primeiro lugar bom dia, Presidente – interesse no projeto da Rotulagem dos Transgênicos. Então, eu pergunto, não trataríamos dessa matéria hoje? Se não tratarmos fica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É a proposta que eu estou fazendo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente, então, fica a sessão inteiramente liberada para o tema que está em andamento agora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu gostaria de agradecer V. Exªs pelas colocações aqui feitas, de grande procedência. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Aloysio pelo trabalho excepcional que vem fazendo nesta Casa. E dizer que o Senador Aloysio, todo mundo sabe, é guerreiro da oposição, do PSDB, mas tem feito um trabalho de unificar todo mundo nas matérias de interesses nacionais.

E essa matéria é uma matéria de relevância muito grande, e está totalmente aceito o encaminhamento de V. Exª, fica transferido para primeiro item da pauta da próxima reunião nossa, da CCT, na próxima terça-feira. E também a ponderação do nosso Senador Randolfe em relação à matéria relativa aos selos dos transgênicos também é muito importante para todos os consumidores brasileiros. Fica para segundo item da pauta.

E, dessa forma, eu consulto a V. Exªs, Senador Randolfe, Senador Lasier, Senador Aloysio, se concordam com essa transferência, com essa mudança da pauta?

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, está mudada a pauta para a próxima reunião desta Comissão, terça-feira, como Item 1, o Projeto de Transmissão de Dados, do nosso Senador Aloysio, e como Item 2, o Selo dos Transgênicos, do Senador Randolfe.

E aí eu acato, então, dando cinco minutos ao final da fala do Octávio Penna Pieranti, para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, conclua. E peço à pessoa indicada para procurar a Égli e passar o nome, por favor.

O SR. PAULO MIRANDA – Eu então vou concluir, agradecendo mais uma vez, Senador Hélio José, por essa parceria. Somos ambos de Brasília, nos conhecemos há muitos anos. Sei do seu compromisso com o campo social, com o seu ativismo e sempre reconheci, inclusive, quando votei, na Convenção do PT, para o senhor ser o nosso suplente, hoje o senhor é o nosso Senador.

Para concluir, então, eu gostaria de dizer que nós estamos atuando fortemente, que as lideranças que se interessam pela democracia maior no Brasil e pela democratização da comunicação, nós estamos atuando junto com a Frentecom, que é a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com Participação Popular.

E também com o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das TVs Comunitárias. Convido até os Senadores presentes aqui a fazerem parte dessa Frente Parlamentar em Defesa das TVs Comunitárias, que vai ser lançada no dia 24 de novembro, no Anexo II, da Câmara Federal, com o Presidente, o Deputado Adelmo Leão, de Minas Gerais.

E aí eu acato, então, essa suas sugestões, Senador, e agradeço muito.

Encerro dizendo que a Associação Brasileira de Televisões Comunitárias está presente na luta e acredita muito e fielmente na democratização da comunicação no Brasil por meio da municipalização da nossa comu-

nicação. Quando a gente anda por nossos Municípios, aqui na região metropolitana, todas essas cidades já pediram o Canal da Cidadania para o Ministério das Comunicações, e as lideranças sociais estão ansiosamente esperando que esse canal realmente se efetive. Nós acreditamos que podemos gerar muito emprego e renda nessa área de produção audiovisual brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Paulo.

Eu queria comunicar que, após as perguntas dos Senadores presentes, eu vou abrir para a grande demanda, já que nós suspendemos a sessão de hoje, cinco falas do plenário, depois que os nossos Senadores fizerem suas falas e suas perguntas.

Então, os cinco interessados se inscrevam na nossa Comissão aqui, já que há tanto pedido para falar. Vou quebrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – É uma deliberação minha, mas vou perguntar, também, aos meus queridos Senadores, se há algum problema em abrir essas cinco falas.

Senadores, tudo bem? Podemos abrir essas cinco falas depois das perguntas de vocês, as ponderações de vocês para a Mesa?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José, o senhor sabe que o nosso drama, aqui, é a continuidade das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Exato.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está começando, neste momento, a Comissão de Educação. Eu, lá, sou Relator de um dos itens sobre o financiamento estudantil para cursos de graduação. Então, vou aguardar até o final; pretendo fazer uma ou duas perguntas, e pedir licença para me retirar para poder relatar a matéria que está lá na Comissão de Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bem, Senador. Eu também sou membro da Comissão de Educação e sei desse drama.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, da mesma forma que o Senador Lasier, e lembrando que daqui a pouco estamos na expectativa de haver sessão do Congresso Nacional – pelo menos, é de nossa responsabilidade ir lá, pelo menos é o nosso interesse; é o meu. Obviamente, deve haver alguma obstrução, mas, de minha parte, é meu interesse ir lá dar quórum para que a sessão do Congresso ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje, se não é o dia mais conflagrado do ano, é um dos mais. Além de haver todo esse trabalho das Comissões, temos, de fato, uma das sessões mais aguardadas, que é a dos vetos; marcada para às 11h30. Não sabemos, ainda, se haverá quórum. Se não houver o quórum para às 11h30, vai acontecer pela meia hora, uma e meia, vai acontecer daqui a pouco.

Então, estamos todos atropelados, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas, mesmo assim, mantendo todo o interesse no ramo das rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, em respeito a V. Exªs, o encaminhamento que vou fazer é o seguinte: nós vamos ouvir agora o Ministério das Comunicações, que fará todas as considerações aqui. Em seguida, vamos ouvir V. Exªs sobre os questionamentos feitos aqui, para liberá-los, quem necessitar sair. E depois, a sugestão do Paulo, de ouvir o... Como é o nome?

O SR. PAULO MIRANDA (*Fora do microfone*.) – Moysés Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O Moysés Corrêa e mais quatro inscrições no plenário, para a gente poder fazer as considerações finais dos nossos palestrantes.

Então, vamos... Com a palavra, o Octávio Penna Pieranti, Assessor da Secretaria Executiva do Minicom.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senador Hélio José, bom dia a todos os participantes da Mesa; Sóter, seja bem-vindo de volta.

Agradeço o convite para participar desta audiência pública. Na verdade, Senador, procurei ampliar um pouco o escopo da minha apresentação, tendo em vista a participação da EBC, a participação da ABTU. Acabei tratando de algumas questões relativas não só à comunicação comunitária, como também à comunicação educativa.

Brevemente, a minha expectativa aqui é trazer um pouco o panorama...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, vamos dar uma concentrada aqui, porque acho que o Ministério das Comunicações está tentando levar em consideração tudo o que foi colocado – por isso, exatamente, que o Octávio acertou comigo para ser o último a falar –, para a gente sugerir.

Então, é bom a gente se concentrar para ouvir o nosso Octávio, como todos os outros palestrantes.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Então, Senador, a minha expectativa é trazer um pouco do panorama do que foi tratado nesses últimos cinco anos em relação à comunicação pública.

A radiodifusão pública descende, vem da Constituição Federal, mais especificamente do art. 223, que prevê a competência do Poder Executivo para outorgar e renovar concessões, permissões e autorizações para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal. Naquela época, o sistema privado era absolutamente claro, como ainda é, o sistema estatal era absolutamente claro, e o sistema público era indefinido.

O que poderíamos chamar hoje de sistema público é um conjunto de serviços, bastante diferentes entre si. O primeiro deles seria o das rádios comunitários, seria a radiodifusão comunitária, que são emissoras FM de baixa potência, operadas por associações comunitárias ou fundações.

Senador, dialogando um pouco com a preocupação do Senador Aloysio Nunes, ressalto que a lei que trata do serviço de radiodifusão comunitária é extremamente restritiva, até pelo momento histórico em que foi aprovada. É uma lei que traz, por exemplo, no seu próprio texto, a potência máxima de uma emissora de rádio, isso não acontece para nenhum outro serviço de radiodifusão, é uma lei que traz a altura máxima da torre de transmissão, isso não acontece em nenhuma outra lei voltada a qualquer serviço de radiodifusão – aliás, no que se refere à altura de torre de transmissão, isso não consta nem em decreto, normalmente isso está nos regulamentos técnicos. É uma lei que prevê um canal para execução desse serviço de radiodifusão comunitária por Município, quando, na verdade, em 80% dos Municípios brasileiros há um disponibilidade grande espectro FM; mesmo assim, ela prevê esse máximo, ou, na verdade, a atribuição de um canal por Município, então, depois falo mais um pouco disso, ela não resolve a questão do financiamento dessas emissoras, a questão da sustentabilidade dessas emissoras.

Paralelamente, a lei define uma potência máxima e o decreto cita uma área, que seria o raio de um quilômetro citado pelo Senador Aloysio Nunes. Esse raio de um quilômetro foi historicamente, na nossa avaliação, mal compreendido, tanto que o Ministério da Comunicações, em 2013, editou um portaria que tinha, por finalidade, inclusive, esclarecer a figura do raio de um quilômetro; essa portaria sofreu uma ação judicial e, na primeira instância, foi mantida essa posição do ministério, esclarecimento do ministério, no que se refere ao raio de um quilômetro.

Ora, para qualquer emissora de radiodifusão, a cobertura é um cálculo, na verdade, é uma referência teórica em função da potência, não significa que o sinal será interrompido naquele marco, o que vale para se definir a cobertura é uma potência, isso que é feito em relação a qualquer serviço de radiodifusão. O raio de um quilômetro é uma referência teórica, mas isso não significa dizer que o sinal da emissora terá obrigatoriamente que ser interrompido, fechando ao ultrapassar esse um quilômetro.

Voltando. Emissoras educativas são rádios FM e geradoras de TV geridas pelo governos, universidades e fundações, criadas por um decreto-lei de 1967; além disso, também no sistema público, o Canal da Cidadania, que é uma emissora de televisão digital responsável por veicular uma faixa institucional do Poder Público estadual, uma faixa institucional do Poder Público municipal e duas faixas de associações comunitárias – vou falar um pouco sobre isso mais à frente – e consignações da União, que são emissoras operadas diretamente pelos três Poderes, tanto de rádio quanto de televisão.

Breves números sobre que poderíamos chamar de sistema público de radiodifusão. Hoje existem 4.724 rádios comunitárias atuantes em pouco mais de 70% dos Municípios brasileiros. Esse número de 4.724 rádios comunitárias é quase igual ao total de emissoras FM e AM comerciais somadas no País. E essas rádios comunitárias estão num número muito maior de Municípios que as emissoras comerciais.

Além disso, o Ministério das Comunicações, nos últimos anos, tem outorgado cerca de pouco mais de cem novas emissoras por ano. No que se refere à radiodifusão educativa, são 498 emissoras FM, 208 geradoras de televisão. Canal da cidadania, temos um canal autorizado, que é o canal de Salvador, a emissora educativa, vinculada ao governo estadual local pediu, na sua migração digital, para se multiprogramar como um canal da cidadania, isso foi autorizado pelo Ministério das Comunicações. Temos 360 pedidos de outorga, sendo 14 em fase 2.

Falando um pouco desses números. Primeiro, quando falamos de 360 Municípios que já pediram sua outorga, muitas vezes somos questionados: "Esse número não é muito baixo?" A comparação que costumo fazer é com o total de geradoras de televisão comerciais existentes no País hoje, que é algo em torno de 550, ou

seja, de 1950, quando nasce a televisão no Brasil, até 2015, 65 anos de televisão no País, temos 550 geradoras de televisão comercial outorgadas no País, mais ou menos 550.

Em dois anos e meio, que é o período de existência do Canal de Cidadania, temos já 360 pedidos de outorga. Parece-me um número bastante alto, até surpreendentemente alto, eu diria. Eu não achava que a resposta ao Canal da Cidadania fosse ser tão boa quanto tem sido.

Desses 360 pedidos de outorga, as prefeituras têm que entregar uma comunicação, depois o Ministério das Comunicações e Anatel incluem o canal no plano básico e solicitam o projeto técnico dessas emissoras, é o que chamamos de fase 2. Ou seja, em 14 desses Municípios já houve entrega de toda a documentação, já houve um canal incluído no plano básico e o Ministério das Comunicações solicitou o projeto técnico. Vou ler esses 14 Municípios, que são aqueles em que a implantação do canal está mais adiantado: Altos, no Piauí; Arapongas, no Paraná; Bom Despacho, em Minas Gerais; Coruripe, em Alagoas; Guaxupé, em Minas Gerais; Lagarto, em Sergipe; Pains, Minas Gerais; Pesqueira, Pernambuco; Pouso Alegre, em Minas Gerais; Serra Talhada, Pernambuco; Tabira, Pernambuco; Uberlândia, Minas Gerais; Vitória da Conquista, na Bahia; Xaxim, em Santa Catarina. Nesses Municípios, é muito provável a implantação do Canal da Cidadania num horizonte de tempo bem mais curto que os demais. Aguardamos, atualmente, que as prefeituras enviem os seus projetos técnicos, a serem analisados pelo Ministério das Comunicações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não tem nenhum na Amazônia?

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Há vários pedidos feitos na região da Amazônia, mas, como falei, Senador, as prefeituras devem encaminhar a documentação. Então, todos esses ainda estão na primeira fase, ainda falta documentação a ser encaminhada. No *site* do Ministério das Comunicações, posso enviar essa lista depois, constam todos os pedidos feitos por todas as prefeituras do País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Com sua permissão, Presidente, rapidamente, para não perder a oportunidade da pergunta, os critérios para o Canal da Cidadania podem ser requeridos somente por prefeituras?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Só um minutinho, Octávio. Primeiro, V. Exª aqui sempre tem a liberdade de nos ajudar na condução nos trabalhos.

Seria muito importante que você interrompesse esse minutinho, aproveitando a pergunta do Senador Randolfe, e esclarecesse bem como cada prefeito, cada prefeitura pode fazer essa solicitação.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Está certo.

Então, Senadores, qualquer prefeitura do País pode solicitar um Canal da Cidadania, em qualquer Município do País pode e deve existir um Canal da Cidadania. Caso a prefeitura não solicite, não esteja nessa lista dos 360, qualquer governo estadual já pode solicitar um Canal da Cidadania por Município.

Para solicitar um Canal da Cidadania, basta que prefeito ou autoridade que vai ser responsável, digamos que seja um secretário, que haja essa delegação de competência dentro da prefeitura, deve encaminhar um ofício ao Ministério das Comunicações solicitando esse canal e encaminhando uma documentação, que é a documentação básica, está disponível no *site* do Ministério, o Ministério está disponível também para informar e tirar qualquer dúvida, mas qualquer prefeitura pode encaminhar essa solicitação.

Como isso ocorre? Conclui-se o processo de outorga, é um processo de outorga de televisão, como tantos outros, concluído o Ministério das Comunicações, vai à Casa Civil, vem ao Congresso. Finalizado esse trâmite, essa estação vai ter quatro faixas de programação simultaneamente: uma faixa institucional da prefeitura; uma faixa institucional do governo do Estado; e duas faixas de associações comunitárias, que têm que ser abertas à participação de toda a comunidade. A prefeitura ou o governo do Estado que detém a outorga não pode, em hipótese alguma, interferir na programação veiculada nas outras faixas. Ela deve receber essa programação e veicular tal como veio. As associações comunitárias serão selecionadas pelo Ministério das Comunicações, por meio de avisos de habilitação públicos, tal como ocorre hoje com rádios comunitárias, para evitar uma tendência, em alguns Municípios, uma possibilidade, em alguns Municípios, de apropriação dessas faixas comunitárias por forças políticas locais. A ideia é que as associações comunitárias veiculem uma programação plural e sejam abertas à participação de toda a comunidade. Isso é conferido quando analisamos a documentação encaminhada pelas entidades.

Alguma dúvida sobre esse ponto ainda, Senador? Não. O.k.

O SR. MOYSÉS CORRÊA (*Fora do microfone*.) – É bom que se diga que, nas faixas comunitárias, não se pode fazer proselitismo político e religioso, como está na regulamentação, diferentemente do Estado e do Município.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Exatamente, as associações têm que veicular uma programação plural, aberta à comunidade, não podem fazer proselitismo político, religioso, de nenhuma espécie. Então, elas, efetivamente, têm que refletir uma programação pública da comunidade.

Voltando, em termos de consignações da União, ou seja, emissoras e retransmissoras operadas diretamente pela União – estou falando de TV e de rádio –, há 51 consignações da EBC, 86 da Câmara dos Deputados, 33 do Senado Federal e 3 do Supremo Tribunal Federal.

Aí falo especificamente das políticas públicas que têm sido desenvolvidas nesses últimos anos para a radiodifusão pública. Há algumas premissas. A primeira delas é expandir os serviços como forma de garantir o pluralismo. A radiodifusão pública está eminentemente ligada à uma comunicação alternativa aos outros sistemas, alternativa e complementar, que seja plural e que represente efetivamente aquela comunidade ou aquele setor representado. Outras premissas são: desburocratizar os processos de outorga, conferindo mais celeridade a esses processos; ampliar a transparência nos processos de outorga; e assegurar a programação com natureza pública e aberta à participação da sociedade.

Agora, vou explicar algumas das iniciativas, tendo em vista essas premissas. Antes disso, mostro um breve quadro normativo do que foi feito nesses últimos anos pelo Ministério das Comunicações. Não vou falar sobre cada uma dessas portarias, mas notem que foram três portarias de radiodifusão comunitária e mais três de radiodifusão educativa, que estabeleceram para a radiodifusão educativa critérios objetivos para as outorgas. Antes, eram outorgas discricionárias; agora, existem critérios objetivos para essas outorgas.

Quanto às consignações da União, há uma portaria que as regulamenta. E há portarias que regulamentam os canais da cidadania, da educação e da cultura. Como foi falado pelo Fernando, que me antecedeu, a expectativa das universidades públicas e privadas é a de que tenham seu espaço no canal da educação com uma faixa de programação. No caso do canal da educação e do canal da cultura, o Ministério das Comunicações com o MEC, no primeiro caso, e com o MinC, no segundo caso, regulamentou esses canais, mas a divisão das faixas de programação compete ao MEC e ao MinC. Isso vai ser alvo de regulamentação posterior de ambos os órgãos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Octávio, eu estava com uma pergunta reservada ao senhor, mas eu a faço agora.

Na semana passada, nesta Comissão, discutimos o aspecto que o senhor focou agora, o da transparência nos pedidos. Nós temos recebido aqui muitos projetos de outorga para relatar, e, muitas vezes, quando eles vêm de associações de emissoras comunitárias, não vem a identificação, a qualificação dos responsáveis, dos proprietários. Isso pode se prestar... Há até um caso isolado no Rio Grande do Sul: havia um personagem que não era recomendável para ser responsável por uma emissora de rádio por ter antecedente criminal.

Então, já que estamos tratando desse assunto, pela autoridade que o senhor tem no Ministério, peço que procure regular daqui para frente a obrigatoriedade da qualificação dos diretores das associações, de rigorosamente todos aqueles que têm responsabilidade pela emissora comunitária.

Era isso.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – O.k.! Eu precisarei analisar esse caso específico, Senador, mas, desde 2011, ainda na nova portaria de 2011 – era nova a portaria naquela época –, o Ministério já solicita documentos para comprovar a questão de idoneidade dos dirigentes das entidades tanto de radiodifusão comunitária como também de qualquer outro serviço de radiodifusão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Precisarei checar exatamente qual é esse caso. Agora, havendo condenação já transitada em julgado, é claro, não é aceita a participação desse dirigente especificamente, e isso vale também para outros serviços de radiodifusão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse foi, inclusive, um pedido do nosso assessor. Não sei se ele está aqui hoje. Acho que não.

Frederico, você também é do setor, não é? Você poderia, inclusive, complementar a minha exposição.

O Frederico, que é da Consultoria do Senado e que é a pessoa que atua nesse setor, esteve no gabinete, pedindo que tratássemos desse assunto daqui por diante, para que não houvesse perda de tempo. Há processos que ficam pendentes por muito tempo até virem à votação aqui, na Comissão. Então, vindo aqui o processo bem instruído, não há perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Em respeito à colocação do Senador Lasier, o senhor quer fazer sua complementação?

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA – Posso conversar depois, com mais detalhe, com o Dr. Octávio.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em uma reunião de Comunicação, estamos com um problema de comunicação.

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA – Agora, parece que está funcionando.

Posso conversar com mais detalhes com o Dr. Octávio ao final, para não obstruir a discussão. Mas acontece também que muitas outorgas antigas estão ainda aqui, no Senado. Há coisas com mais de dez anos rodando ainda aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA – Mas, realmente, houve algumas evoluções. Ainda há alguns pontos em que poderíamos sugerir algumas melhorias, mas creio que, para não sair demais do foco...

.**O SR. PRESIDENTE** (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k. Mais um minuto para você, Octávio. Dois minutos, está bom?

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Eu vou correr, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vai correr? Então, três minutos.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Está bom.

O Ministério das Comunicações está aberto, claro, a esse diálogo. Inclusive constituiu um GT para a desburocratização dos processos de outorga de radiodifusão, em que tem analisado a documentação necessária. Mas, enfim, podemos conversar sobre esse caso posteriormente.

Vou tentar falar rapidamente sobre cada um desses itens. Em termos de expansão do serviço de radiodifusão, o Ministério criou uma rotina de Planos Nacionais de Outorgas, que são calendários publicados com bastante antecedência, de todos os Municípios que serão contemplados ao longo dos meses seguintes. Normalmente, anos seguintes.

O primeiro Plano Nacional de Outorgas foi criado justamente no serviço de radiodifusão comunitária para 2011, e depois um Plano Nacional de Outorgas para 2012/2013. Os dois contemplaram 1.856 Municípios, o que dá mais ou menos um terço do País. Foi um esforço gigantesco no sentido de atender a imensa demanda reprimida por esse serviço. Foram contemplados todos aqueles Municípios em que não havia rádio comunitária e em que havia uma demanda reprimida registrada no Ministério das Comunicações, que, no nosso jargão, chamamos de CDIs.

Além disso, o Ministério divulgou, na semana passada, o Plano Nacional de Radiodifusão Comunitária de 2015 até 2017, contemplando mais 761 Municípios.

Também em relação à radiodifusão educativa, já foram feitos dois Planos Nacionais de Outorgas: um primeiro, com 230 Municípios, tanto para FM como para tevê; e agora, na semana retrasada, foi divulgado um novo, contemplando 236 Municípios para radiodifusão educativa.

Acho que o Senador quer fazer uma intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Octávio, rapidamente, no minuto que falta, cedido pelo Presidente, eu queria perguntar a V. Exª qual tem sido a atuação do Ministério das Comunicações e se existe atuação, junto com a Anatel, em relação aos abusos de rádios que se denominam comunitárias e que, na verdade, estão a serviço do fisiologismo, do clientelismo, do proselitismo e de outros ismos políticos.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – O Ministério tem fiscalizado. A fiscalização surge muito em função de denúncias, mas até por estar previsto no Plano Plurianual, o Ministério tem fiscalizado todas as estações de radiodifusão de qualquer serviço,...

(Soa a campainha.)

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – ...sob diversos aspectos, ao longo de quatro anos. Especificamente em termos de possíveis abusos, seja do serviço que for,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – No caso de rádios e tevês que se dizem comunitárias?

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Isso. A minha sugestão é: encaminhe sempre a denúncia para o Ministério – denuncia@comunicacoes.gov.br – ou por ofício. O Ministério tem feito essa fiscalização. Várias emissoras de radiodifusão comunitária, assim como outras, foram sancionadas, no que se refere, por exemplo, a veiculação de proselitismo, a vinculação com grupos específicos e serem comandadas por entidades fechadas. O Ministério tem sancionado essas emissoras. A própria Lei de Radiodifusão Comunitária prevê que as sanções cabíveis são advertência, multa e, no caso de reincidência, ou seja, tem que acontecer duas vezes, revogação da portaria de autorização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Octávio, permita-me reiterar: a fiscalização deve estar chegando até o limite do Rio Amazonas. Porque na margem esquerda do Rio Amazonas, em um local do Brasil chamado Amapá, que fica entre o Platô das Guianas e a Planície Amazônica, a fiscalização não existe. E não é por falta de reclamação. Só da minha parte, com os Ministros do primeiro governo da Presidente Dilma e com o atual, com o hoje ex-Ministro Berzoini, há pelo menos quatro reclamações

feitas. Uma delas foi ao Presidente da Anatel diretamente, feita por dois membros da Bancada de Senadores do Amapá. No Amapá, literalmente não há nenhum tipo de fiscalização sobre o que ocorre lá. Deve haver algum local no Brasil em que exista tanto abuso como no Amapá, mais do que no Amapá não existe.

No Amapá, somente uma família tem dezesseis concessões de rádio. Uma família política. Quinze delas, Sóter, se dizem comunitárias. O Paulo ainda não foi ao Amapá, mas espero que saiba disto: quinze se dizem comunitárias. De duas televisões, uma se diz comunitária. E não há fiscalização nenhuma. Essa família conseguiu isso aqui, trocando os votos do então Senador por concessões de rádio em diferentes governos. E creio que, pela proximidade e relação política da família, da poderosíssima família, que tem vínculos diretos com o ex-Senador José Sarney, talvez pela relação política que tem com o Governo – não há outra razão além disso – não acontece fiscalização.

que tem vínculos diretos com o ex-Senador José Sarney e talvez pela relação política que tem com o Governo, porque não há outra razão além disso, não acontece fiscalização. Entram em cadeia de rádio, fazem proselitismo político, fazem todo tipo de proselitismo, utilizam as rádios em serviços particulares, comercializam 15 concessões de rádios no interior, que deveriam ser rádios comunitárias.

Permita-me, Octávio, desculpe-me o exagero, o excesso, mas é a vigésima vez que vou falar para uma autoridade do Ministério das Comunicações. É a vigésima! Não há diferença entre cidadão e Parlamentar, mas eu não reclamei somente como cidadão, foi como Parlamentar. E não fui só eu, foi quase toda a Bancada de Senadores do Estado do Amapá. Eu não sei se há alguma proteção especial, se houve um pacto firmado de que a margem esquerda do Amazonas, ali onde está o Amapá, não é Território nacional. E lá o banditismo político pode correr solto, principalmente com concessões de rádio.

Eu peço, mais uma vez, ao Ministério das Comunicações. Eu espero que não haja limites políticos para isso, porque, até hoje, há claramente limites políticos. Como é uma família ligada a um partido político que nunca sai do poder, que vive sempre no poder, que vive sempre mamando e bajulando o poder, aí, lá no Amapá, realmente, não mexem. Desculpe-me o excesso. Eu peço o apoio da Abraço, da ABCCOM para isso, porque isso tem de ser denunciado. Isso é o absurdo dos absurdos dos absurdos! Inclusive, isso desqualifica a belíssima pauta de rádios comunitárias. O Sóter sabe disso, porque fiz parte dessa militância no decorrer dos anos 90, junto com Taís Ladeira. Eu acho que isso é uma das maiores conquistas civilizatórias, as rádios e TVs comunitárias, de democratização da comunicação. Lamentavelmente, em alguns cantos do País, há uma entrega ao banditismo político e nenhum tipo de fiscalização por parte do Estado.

Desculpe-me o excesso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu compreendo totalmente.

Vou dar mais um minuto para V. Sª concluir essa primeira etapa. Depois vou abrir a palavra para os dois Senadores fazerem suas colocações no tempo que eles desejarem. Após, vou passar a palavra para vocês. Depois, darei a palavra para as considerações finais. Então, mais um minuto.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Senador, o que eu posso me comprometer é internalizar essa reclamação e verificar essa situação.

Eu tenho certeza de que, na minha época...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A responsabilidade não é sua. Eu entreguei para o Ministro Berzoini, na última vez. E foi com esperança enorme que nós entregamos.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Lembro que, na minha época, como Diretor do Departamento e responsável pela fiscalização, sancionamos várias emissoras no Brasil por terem vínculos com entidades políticas, com entidades religiosas, o que é proibido pela lei de radiodifusão comunitária. Realmente, não me lembro de um caso específico do Amapá, mas me lembro de vários outros Estados.

O que eu posso fazer é levar essa nova reclamação ao Ministério das Comunicações.

Rapidamente, então, Senador, sem querer me alongar, brevemente sobre os outros itens das premissas, em termos de celeridade processual, redimensionamos equipes e revisamos fluxos operacionais – vou pular os detalhes disso –...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pessoal, vamos fazer silêncio, por favor.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – ... e buscamos a desburocratização dos processos de outorga, até com a criação de um grupo de trabalho neste ano, do qual participam todas as entidades representativas de radiodifusão. Só para citar alguns exemplos, com as revisões de portarias deste ano, no caso de radiodifusão comunitária, o número de documentos a serem apresentados para novas outorgas caiu de trinta e três para sete e, no caso de radiodifusão educativa, de dezoito para quatro.

Especificamente em relação à transparência – tentando correr, Senador –, divulgamos os Planos Nacionais de Outorga, calendários públicos, divulgados com antecedência para que todas as entidades possam se preparar. E temos atualizado e disponibilizado uma série de informações no *site* do Ministério das Comunica-

ções que não constavam da própria página, ou seja, relação de emissoras, relação de solicitações de outorga, dados sobre cada aviso de habilitação etc., etc. Além disso, estamos numa fase avançada de informatização dos processos, o que vai permitir também algumas medidas no que se refere à transparência da tramitação desses processos para toda a sociedade.

Em relação à participação social na gestão e na programação, como eu disse antes, temos previsto em norma que as emissoras de radiodifusão comunitária, as associações que são por elas responsáveis têm que ser abertas à participação de todo e qualquer indivíduo, de todo e qualquer residente na comunidade.

Também previmos, na norma das consignações da União, que aquelas emissoras que são de responsabilidade da EBC, operadas em parceria com um parceiro, têm que ter também as instâncias de participação social com as quais conta a EBC – por exemplo: conselhos consultivos, ouvidorias. Isso vale, por exemplo, para uma emissora que foi concedida recentemente nesses moldes, uma emissora de rádio para a EBC, que será operada em parceria com a UFRJ, no Rio de Janeiro, e que está sendo construída. Ela vai ter que ter um conselho curador, vai ter que ter uma ouvidoria.

Regulamentamos o Canal da Cidadania e garantimos, também em norma, a abertura das entidades comunitárias à participação social e previmos mecanismos de participação em outras consignações da União – canais de educação e Canal da Cultura. Na verdade, no caso do Canal da Cultura, esses mecanismos estão em discussão para uma portaria ser firmada pelo Ministério da Cultura.

Considerações finais – Senador, permita-me mais alguns segundos.

Avanços estruturantes no campo da radiodifusão pública dependem de alterações legislativas. Acreditamos que fizemos muito nesses últimos anos no Ministério das Comunicações, mas, para resolver problemas que são centrais à radiodifusão pública – vou falar deles à frente –, precisamos decididamente de mudanças nas leis em vigor.

Por outro lado, para dificultar essa situação, existe uma clara falta de consenso no Congresso Nacional sobre para onde caminhar, ou seja, sobre quais são as alterações cabíveis, ou factíveis, no caso da radiodifusão pública.

Cito um exemplo. Num levantamento que fiz ontem, apenas usando o termo "radiodifusão comunitária", constatei que existem mais de 45 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, a imensa maioria na Câmara dos Deputados, alguns até vieram do Senado. Vários desses projetos estão em suas primeiras comissões ainda já há bastante tempo. O próprio Poder Executivo já encaminhou, se não me falha a memória em 2009 ou 2010, um projeto que tratava de radiodifusão comunitária. E a Lei nº 9.612, que é a lei que regula esse serviço, só foi alterada duas vezes, uma vez em 2001, por uma medida provisória, na época em que sequer se votava medida provisória – ela entrava em vigor e continuava em vigor até ser apreciada –, e uma vez em 2002 por um projeto de lei que corrigia a questão dos três anos de outorga – inicialmente se falava em três anos de outorga para rádios comunitárias, mas um projeto de lei mudou a Lei nº 9.612 para criar o prazo de dez anos, que é o prazo constitucional. Isso desde 1998, ou seja, em 17 anos de vida da Lei de Radiodifusão Comunitária, ela só foi modificada duas vezes.

O primeiro desafio significativo para a alteração legislativa é a conceituação de sistema público. Aí, Senador Randolfe, me parece fundamental que se garanta numa lei quais são os mecanismos para impedir a vinculação de emissoras do sistema público a grupos determinados. Ou seja, emissoras do sistema público devem ser abertas à participação de toda a sociedade.

Um segundo ponto fundamental – e aí eu fecho esta minha primeira fala, Senador Hélio – é o tratamento do modelo de financiamento da sustentabilidade das emissoras públicas.

Cito dois exemplos. A medida provisória, transformada em lei, que criou a Empresa Brasil de Comunicação estabelece um rol de mecanismos de financiamento, que são basicamente todos, à exceção de publicidade comercial. Parece-me fundamental que, ao se discutir a sustentabilidade das emissoras públicas, se parta desse conjunto de fontes de financiamento. Ou seja, daí para mais.

Precisamos discutir, precisamos avançar nos mecanismos de financiamento da radiodifusão pública a partir daquele rol de fontes que foi criado na lei da EBC. E várias dessas fontes sequer valem hoje, pelo texto legal, para rádios comunitárias, como deveriam estar valendo, como já poderiam valer. E aí, sim, dialogando com a preocupação do Senador Aloysio Nunes, fazer um debate sobre publicidade comercial, que é o grande tema em debate no que se refere à sustentabilidade dos meios de comunicação, tanto públicos quanto privados.

Volto ao exemplo da radiodifusão comunitária. A lei fala em apoio cultural. O Ministério das Comunicações já tentou, por duas vezes, avançar nesse sentido, ou regulamentar esse conceito de apoio cultural. Uma primeira vez em 2013, naquela mesma portaria que citei anteriormente – essa portaria foi alvo de ação judicial e, liminarmente, foi suspensa a previsão que o Ministério das Comunicações tinha feito constar em portaria, de que entidades públicas poderiam fazer apoio cultural. Agora, em 2015, mais uma vez o Ministério volta ao

tema da regulamentação do apoio cultural, e já há uma nova ameaça de ação judicial contra o conceito previsto na portaria.

Então, Senadores, eu faço um apelo, colocando o Ministério das Comunicações à disposição e me colocando à disposição, para que consigamos avançar na regulamentação, na legislação que trata da radiodifusão pública como um todo e, claro, dentro dela, a radiodifusão comunitária.

Parece-me essencial que consigamos avançar em projetos de lei para tratar de questões que são centrais e ainda estão pendentes de regulamentação.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite para participar dessa audiência pública, e me coloco à disposição. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido ao nosso querido Deputado... Deputado, não. Eu estou fazendo previsão aqui, Octávio. Está vendo? Agradeço ao nosso querido Octávio.

Queria registrar aqui a lista de presença da plateia: Nelita de Souza Matos, da Rádio Fercal; Moisés Correia, Secretário-Geral da ABCCOM; Divino Cândido Ferreira, da Abraço-DF; Wander Pereira Teles, Diretor da Rádio Comunidade, do Gama; João Antonio Rocha Chaves (João Moreno), da Rádio Líder FM, a rádio comunitária do Recanto das Emas; e Francisco de Assis Monteiro da Silva, da Rádio Comunitária, de Ceilândia. Também vejo ali o Pirelli, que por muito tempo dirigiu a Funarte, no DF. É muito bom sua presença aqui.

Eu queria fazer um rápido *break*, para considerar aberta a reunião ordinária aqui da nossa Comissão. Registro, então, que a mudamos a pauta relativa aos itens 1 e 2, do Senador Aloysio e do Senador Randolfe,para a semana que vem.

Também solicito a inclusão extrapauta do requerimento do nobre Senador Ivo Cassol. Indago aos nossos nobres Senadores se têm alguma inclusão extrapauta para a reunião ordinária? (*Pausa.*)

Então, não havendo item extrapauta, passamos à leitura do requerimento extrapauta do nobre Senador Ivo Cassol, do PP de Rondônia.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 65, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam convidados para Audiência Pública Conjunta os Senhores Marcos Vinicius de Almeida, Biológico e Doutor em Biotecnologia, professor da UNIESP – Bauru/São Paulo, em substituição à Senhora Alexandra Carmelino Zatorre, advogada e representante legal de grupos de pessoas portadoras de Câncer na cidade de São Carlos, além do Senhor Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa, bem como a Senhora Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos daquela Instituição, Dra. Meiruse Sousa Freitas para prestarem esclarecimentos acerca de matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe se defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento.

Peço aos meus ilustres pares dos citados colegiados que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Pela ordem, segue assinado por mim, Senador Hélio José, e pelo nosso querido Senador Ivo Cassol, a quem eu passo a palavra para, em rápidas palavras, defender seu requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, quero aqui agradecer a inclusão, na pauta, da ampliação desse requerimento.

Na semana passada, já havia sido aprovada a presença do Dr. Gilberto, a do Dr. Durvanei, a do Dr. Renato e também a do Dr. Salvador.

Estive, na última quinta-feira, na cidade de Araraquara, São Paulo, junto com os cinco pesquisadores que fizeram o trabalho da descoberta da fosfoetanolamina, um remédio sobre o qual falta complementar os

estudos, mas já tem o resultado, que é a cura do câncer. E ao mesmo tempo, a gente percebe nas instituições públicas, Sr. Presidente, a má vontade de legalizar.

Apenas na semana passada, foram suspensos quase 400 mandados de pessoas com câncer que entraram na Justiça e conseguiram esse medicamento. E as pessoas já estão sendo tratadas. Inúmeras ligações, até de dono de clínica, que eu recebi – só não fui autorizado a citar nomes de proprietários –, que faz parte do tratamento de quimioterapia e disse que se fosse por questões financeiras, não estaria me ligando, mas disse que estava me ligando por questões humanitárias, porque quem está morrendo são os nossos amigos, nossos irmãos, nossos vizinhos, nossos familiares.

E esse medicamento deu certo. Tanto que, na cidade de Pomerode, em Santa Catarina, o Dr. Carlos Kennedy teve sua mãe curada e ele começou a manipular esse medicamento e a distribuí-lo. Ele foi preso, ficou 17 dias na cadeia. Sua esposa teve um AVC e, no dia em que ele foi solto, foi para enterrar sua esposa. E mais de 800 pessoas tiveram o tratamento, tiveram tratamento com esse medicamento, e os resultados são extraordinários – depende de cada organismo.

A quimioterapia, todo mundo sabe, acaba com a imunidade de qualquer ser humano. E mesmo que hoje alguma quimioterapia tenha ajudado na cura do câncer, infelizmente há outras quimioterapias que têm acabado com a vida das pessoas.

Eu não consigo entender! Desde ontem, Sr. Presidente, estou tentando marcar uma audiência com o presidente da Anvisa. A burocracia que existe lá dentro é tanta que um Senador da República tem que preencher um formulário para poder marcar essa audiência.

Se esse medicamento já estivesse sendo distribuído, com certeza, essa grande liderança que faleceu ontem em Belo Horizonte, Eduardo Dutra, ex-Senador e ex-Presidente da Petrobras, hoje estaria junto conosco, continuando como tantos outros. Não dá para admitir que um País grande como o nosso...

Quero fazer uma pergunta aqui, especialmente para os que cuidam dessa área: qual é o medicamento que tem patente brasileira? E as dificuldades que enfrenta para poder provar... E essas pessoas que já estão, infelizmente, com o carimbo do câncer, contando os dias que vão estar convivendo com seus familiares, com certeza, esse medicamento só viria beneficiá-las.

Para que se tenha uma ideia: há um medicamento que, para importar dos Estados Unidos cinco ampolas, custa R$240 mil. A Justiça dá liminar e o Governo, o Estado ou Prefeitura é obrigado a comprar. Sabe quanto custa, Presidente, esse medicamento? Dez centavos cada cápsula! Dez centavos cada! Tenho certeza de que, se custasse R$50 mil uma cápsula, com certeza, o medicamento já tinha sido aprovado.

Os cientistas pesquisadores já foram convidados por outros países para desenvolver o medicamento lá. A Fiocruz, em 2013, em uma audiência, só aceitava desenvolver o resto do trabalho se passasse a patente para eles. E sabe, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que é que esse grupo de pesquisadores querem? Só querem um centro de pesquisa para continuarem o trabalho deles, e eles dão a patente. Ouçam o que estou falando! Eles dão a patente. Eu estava presente, junto com o Deputado Rodrigo Moraes, Deputado Estadual por São Paulo, e Massafera, Deputado Estadual também por São Paulo, lá em Araraquara, quando os próprios cientistas disseram: "Para o SUS, para o Governo Federal, nós damos de graça, só queremos um centro de pesquisa". E é um estudo nosso, é brasileiro! Portanto, a cura do câncer existe.

Eu tenho aqui um depoimento, só para encerrar, Sr. Presidente, porque a matéria é muito relevante. Para que os senhores tenham uma ideia, eu tenho aqui inúmeros *e-mails* que recebo todos os dias. Eu vou ler só um, o do Alessandro Bernardo, que diz o seguinte:

> Bom dia. Não ignore. Imagine se a sua filha ou o seu filho, mãe ou pai, estivesse com câncer. Prezado Senador, peço sua atenção para um assunto de importância global, que está acima das esferas políticas: o câncer e o atual cenário dos tratamentos.
>
> Quem tem parentes ou já enfrentou um câncer sabe o quanto é sofrido passar por isso. O tratamento, quase que desumano, debilita mais que a própria doença. Mas esse cenário só permanece por interesse do capital da indústria farmacêutica...

É verdade. Tanto é que aquele médico que me ligou, que é dono de uma clínica de quimioterapia e radioterapia, disse o seguinte: "Eu não posso falar, não cita o meu nome, porque, senão, infelizmente, eu vou ter problemas sérios". Aqui é preciso seguir as regras, as unidades que atendem têm que seguir as regras internacionais. Se lá em outro país disserem que é para tomar veneno, pode tomar veneno. Quer dizer, se nós constituirmos o remédio, não podemos tomar o remédio. Isso é um absurdo!

Portanto, diz ele:

> ... que lucra implacavelmente com o sofrimento de quem passa pelo ciclo da quimioterapia e usa muitos medicamentos para amenizar o estrago que o tratamento causa. A fosfoetanolamina sintética estava sendo distribuída gratuitamente, mas foi proibida pela USP [não foi pela USP, a USP entrou na Justiça porque não tinha mais como produzir, e ela podia aumentar a produção]. Logo, só era possível conseguir por via judicial. Muita gente estava conseguindo e se curando. Conheço o depoimento de pessoas. E também proibiram e pessoas morrem por isso, pessoas que votam em vocês, parentes e amigos. Às vezes dão atenção. Conheça a história abaixo.

Aqui há vários depoimentos que eu recebi.

Portanto, quero aqui agradecer a sua gentileza por subscrever o meu requerimento pela importância que tem, estava com outro compromisso fora. Obrigado, Senador Hélio José.

Peço aos meus pares, porque essa briga não é minha. Hoje os outros estão doentes, quem garante que amanhã não seremos nós? Por isso essa luta é de todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Concordo, Senador Ivo Cassol, é super-relevante, por isso que fiz questão, até para economia processual de tempo também, de abrir para encerrarmos em seguida, depois da votação e a discussão desta matéria, a Ordem do Dia de hoje da CCT.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Só para encerrar, se o senhor permitir, eu estava conversando com a equipe aqui para essa audiência ser marcada provavelmente no próximo dia 15 ou no dia 29. Eu vou só acabar de acertar com a Senadora Ana Amélia, pois vamos fazer juntamente com a CAS, por se tratar de parte que regulamenta também os medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Correto.

Em discussão. Nossos pares querem colocar alguma questão a respeito? Tudo bem? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, o referido requerimento, coloco em votação.

V. Exªs que concordam com a referida solicitação do nobre Senador Ivo Cassol, subscrita por mim também, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a referida matéria.

Dou por encerrada a Ordem do Dia da CCT.

Retornando, peço, inclusive, desculpas aos nossos queridos parceiros da audiência pública, mas esta Casa nos solicita algumas ações para que se possa facilitar que possamos participar de todas. Não sei se vocês sabem, são 513 Deputados para x comissões; aqui são apenas 81 Senadores para um grande número de comissões. Então, a nossa tarefa de participar das várias comissões é sobre-humana. Em respeito a isso que tomei a liberdade de abrir e encerrar nossa Ordem do Dia da CCT, peço desculpas a vocês.

Retornando à nossa audiência pública.

Queria deixar claro que no Brasil – e começa por Brasília, no dia 3 de abril – teremos a mudança do sinal analógico para sinal digital e corremos o sério risco de termos um grande pagão no nosso País, principalmente em Brasília, no dia 3 de abril de 2016, por falta de *set-top box*, que é a antena, a adaptação de cada TV para poder receber o sinal. Os que têm Bolsa Família, como muito bem colocou o André Barbosa, foram contemplados. Agora, grande parte da nossa periferia que ainda usa televisão analógica, aquela televisão antiga, de tubo, se não tiver esse equipamento, só vai ter traço a partir do dia 3 de abril de 2016.

Então, é urgente, quero pedir a parceria de todos os meios de comunicação, TVs e rádios comunitárias e TVs abertas. Temos que divulgar amplamente para nossa população que todos têm que ter uma televisão da moderna ou uma adaptação às TVs antigas para, a partir do dia 3 de abril de 2016, não terem problemas com seus aparelhos de TV. Estaremos promovendo uma outra audiência pública aqui na CCT convidando o Ministério das Comunicações, a EAD, a Abert, todos os órgãos envolvidos para novamente estarmos divulgando, dando um alerta sobre essa questão. Estou aproveitando a oportunidade de retomada dos trabalhos para falar isso.

Passo a palavra, então, a S. Exªs, Srs. Senadores, para perguntarem, questionarem, ponderarem a respeito do que aqui fora colocado para depois darmos sequência aos trabalhos.

Senador Randolfe ou Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Serei bem objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José e convidados de hoje, plenário, esta audiência pública, pelo seu desenrolar, percebemos que ela transcende, vai além da discussão meramente sobre as rádios comunitárias. Isso é muito importante, porque a comunicação social é uma das coisas mais importantes do Brasil e do mundo, a tal ponto que entre os segmentos da ciência e da tecnologia que mais evoluíram nos últimos tempos, a da informação e da comunicação estão ali, em primeiro lugar. Tudo tem a ver, isso tudo está interligado.

E quando fazemos uma reunião pública, como esta, vêm coisas à tona, como as denunciadas pelo Senador Randolfe, um dos Senadores mais brilhantes com quem temos a honra de conviver aqui no Senado Federal. Ele traz o caso do Amapá. E o caso do Amapá, Senador Randolfe, é paradigma, ele é exemplar, porque ele revela um dos tantos pontos da deformação que nós atingimos no País. A coisa evoluiu de tal modo que felizmente veio desembocar no grande escândalo da Petrobras, que nós esperamos que seja o marco de uma redefinição, de um passar a limpo este País.

E aí nós queremos, Dr. Octávio e senhores integrantes da Mesa, que chegue nas comunicações, porque, de fato, a legislação da comunicação social, da liberdade de imprensa, não é cumprida à risca em todos os pontos. Quando se vê aqui a concentração da radiodifusão, o uso de laranjas, a falta de fiscalização... O caso do Amapá é flagrante, ele deveria ser usado como modelo para o Brasil todo ler, estudar e saber como é que é a coisa, a falta de fiscalização. Eu sabia que a coisa era séria, mas não tanto! Mas, vindo de José Sarney, nada é de duvidar, porque nem mesmo sendo do Amapá... Depois de ser um dos grandes responsáveis pela estagnação do Maranhão, ele foi lá se adonar do Amapá, e sem fiscalização.

Então, isso, Dr. Octávio... O senhor aqui é o representante do Ministério... Nós temos hoje um sopro de esperança, de que, com a sua presença e a dos demais integrantes aqui das rádios comunitárias, que são muito importantes, sou a favor das rádios comunitárias... Eu venho do rádio, senhores, eu sou um Senador eleito pelo Rio Grande do Sul que enfrentou dois governadores, Olívio e Simon, e teve a honra de ser o eleito, pelos posicionamentos que sempre defendi na comunicação social – o posicionamento não de um Dom Quixote, mas de alguém que tem a esperança de ver um Brasil transparente, honesto, social, em que prevaleça o interesse coletivo sobre o interesse de alguns. Espero ver algo diferente do que foi o caso do Amapá, onde se caracterizam aqueles males que são verdadeiras pragas na política brasileira: o corporativismo, o clientelismo, o patrimonialismo, os vários "ismos" que citou aqui o Senador Randolfe.

Então, Dr. Octávio, no momento em que se muda a direção do Ministério das Comunicações, onde o que está saindo... Eu nunca vi nada do que ele fez, e sou um profissional da comunicação. Eu sou um comunicador social que estou Senador, mas estive sempre atento a esses assuntos. Então, agora, com outro Ministro... Coincidentemente é do meu Partido, embora eu seja contra a permanência do meu Partido no Governo... Mas não tem a ver isso aqui, tem a ver que o novo Ministro, e com o seu trabalho – tenho a impressão de que V. Sª já é convidado do novo ou vai permanecer –, propiciará condições para que haja mais fiscalização nesse meio, em todo o setor de rádio e de televisão – há condições, estabelecidas na Constituição Federal, que norteiam como deve ser a comunicação social. Deve ter um sentido cultural, entre outros, mas pouco tem; e se faz, como disse o companheiro que interveio há pouco, proselitismo político fora de hora. Isso não pode.

Então, arremato esta minha peroração aqui, que talvez esteja até um pouco deslocada, mas é de alguém inconformado com as deformações que caracterizam o Brasil e que, esperamos, estejam chegando ao fim, graças ao grande trabalho que vêm fazendo o Ministério Público e o Judiciário; e esperamos que prossigam, ainda mais agora, que haverá desmembramento de processo, algo que assusta um pouco. Tememos que seja uma manobra para aliviar a situação de alguns figurões que querem se manter. Tomara que não seja isso. Vamos acompanhar e denunciar toda vez que surgir; vamos à tribuna, vamos gritar, vamos protestar, vamos convocar a população que venha às ruas, porque os brasileiros estão se acostumando a vir às ruas, precisam vir cada vez mais, de maneira massiva, para mudarmos este País que merece ser melhor. Nós somos a sétima economia do mundo e estamos no 70º lugar em qualidade de vida. Por quê? Por causa das corrupções, das bandalheiras. Nesse particular, o rádio tem um papel a desempenhar, a televisão, de depuração deste Brasil tão sujo.

Como o senhor aqui é o representante, deixo este pedido junto ao novo Ministro: dê rigor na fiscalização de combate a essas aberrações que constatamos na comunicação social do Brasil.

Com relação às rádios comunitárias, para não dizer que não falei em rádio comunitária, conheço alguns problemas em que as rádios comunitárias são limitadas pela potência e não alcançam as zonas rurais. Qual é o critério? Isso já está mais ou menos regulado ou se poderá melhor regular?

De fato, como disse lá o Sóter – acho que foi o Sóter no começo – a rádio comunitária não tem como concorrer com a rádio comercial. A dona do salão de beleza e o dono da oficina mecânica não têm como comprar um patrocínio numa emissora comercial, ele vai na emissora comunitária dar sua contribuição. A emissora comunitária pode também fazer convênios com associação comercial, com escola, com o clube dos dirigentes lojistas, etc. Enfim, fazer uma prestação utilíssima dentro da sua comunidade, mas também, em determinados casos, ter um maior alcance quando a população é muito dispersa e se situa em grande parte na área rural.

Então, em resumo, porque eu há havia feito a pergunta anteriormente com relação aos operadores das emissoras que precisam, quando mandar para cá uma pedido de outorga, que sejam devidamente qualificados e identificados, para facilitar o nosso trabalho.

Era isso. Perdoem-me se me estendi demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Aqui V. Exªs têm todo tempo do mundo, e nós, paciência para podermos encaminhar as questões fundamentais para o nosso País.

O Dr. Octávio quer fazer alguma consideração sobre o que foi colocado pelo Senador Lasier? (*Pausa.*)

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Muito rapidamente.

Senador Randolfe, já encaminhei o pedido para que seja verificado esse caso específico das emissoras do Amapá, o pessoal já está levantando. Pedi que deem retorno ao seu gabinete, caso os processos já tenham sido concluídos, inclusive. A partir do momento em que são aplicadas sanções elas são públicas, inclusive a relação delas disponibilizada no *site* do Ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª e antecipo que novamente irei reiterar as reclamações sobre a situação ocorrida lá.

Agradeço a V. Exª.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Muito brevemente, respondendo ao Senador Lasier.

Senador, o novo ministro, como V. Exª sabe, está chegando ao Ministério das Comunicações, ainda não foram feitas discussões sobre a equipe. Eu sou servidor concursado, cedido ao Ministério já há quase cinco anos. De qualquer forma, como havia várias audiências públicas marcadas para esta semana, conversamos com os que chegam, com a equipe de transição, e aí temos dado continuidade a essa participação nas audiências públicas.

Sobre fiscalização e sanções, talvez não seja de conhecimento pleno, mas o Ministério das Comunicações modificou consideravelmente a sua dinâmica de fiscalização para serviços de radiodifusão de uma forma geral, não estou falando apenas de radiodifusão comunitária. Em 2014 foram aplicadas – não tenho o número exato – mais de 600 multas a emissoras de radiodifusão como um todo, excluídas aí as multas da Anatel. Não tenho os números das multas por violações técnicas que a Anatel aplica. Mas para emissoras de radiodifusão, de todos os serviços, volto a frisar – claro, esse número não é válido para apenas um serviço –, mas foram mais de 600 multas. E, em 2013, se não engano, foram mais de mil multas. Ou seja, há uma atividade efetiva, em termos de fiscalização, pelos mais diferentes aspectos em relação à radiodifusão no País.

Em relação à publicidade comercial, Senador, eu não sei se entendi exatamente a sua pergunta, mas hoje uma emissora, uma rádio comunitária não pode fazer publicidade comercial pela falta de previsão legal para isso. Alguns projetos de lei tramitam no sentido de conferir essa possibilidade e alguns projetos de lei tramitam também no sentido de restringir ainda mais as fontes de financiamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. Então, estão condenadas a não sobreviver. Como é que vão viver?

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Exatamente. Hoje o que elas fazem, o que elas podem fazer pela lei vigente é apoio cultural, o que tradicionalmente ou historicamente já foi reclamado como sendo muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Nobre Senador Lasier, eu queria solicitar de V. Exª que trabalhássemos em conjunto aqui no Senado Federal para realmente garantir a sobrevivência desse setor tão importante para a gente. (*Palmas.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Por isso, Senador, procurei frisar naquele...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdoe. Vamos pedir que as entidades que estão aqui que nos subsidiem a preparação de um projeto de lei com esse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, Senador. Faremos em conjunto, porque o Senador é do meio, profundo conhecedor. Eu conheço muito bem, mas ele é catedrático. Então, vamos estar juntos com essa questão. O senhor é do meio, além da competência notória em todas as ações que encaminham.

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Procurei frisar naquele meu último eslaide que este é um dos grandes desafios: buscar modelos de financiamento que sejam aceitáveis, compatíveis com as necessidades do sistema público de radiodifusão, não apenas rádios comunitárias, mas principalmente elas, que são as que sofrem as maiores restrições em termos de financiamento.

Então, acredito que todos os que defendem a radiodifusão pública e que veem a importância da radiodifusão pública contam com a atuação determinada dos Senadores e dos Deputados, integrantes do Congresso Nacional, para tentar ajudar a resolver esse problema.

É preciso que a gente avance no sentido de mudanças legislativas consistentes.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Você gostaria de considerar, já que foi citado na fala do Senador? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Na verdade, o que nós temos na nossa legislação, que é restritivo, nós temos encaminhado tanto no Senado quanto na Câmara Federal, algumas propostas construídas pelo dia a dia das rádios comunitárias.

Em 18 anos, houve uma mudança na lei, o aumento de três para dez anos, mas foi em interesse do serviço público, porque não havia estrutura para poder, a cada três anos, renovar... Não foi, por dez anos, para atender a necessidade do movimento de democratização da comunicação. E, nesses 18 anos, não se conseguiu mudar uma vírgula sequer. E nós, tendo isso como norte, nós iniciamos um processo de coleta de assinaturas e um projeto de lei de iniciativa popular em que recuperamos as propostas desse projeto da forma como passei, em rápidas palavras, do que consistia o conceito de radiodifusão comunitária que nós construímos durante esse processo, processo de construção.

Nós temos na Câmara Federal e aqui na Casa esses projetos de lei. Então, seria de grande contribuição do Senado retomar esses projetos e aperfeiçoar essa proposta, ouvindo-nos seria de grande valia.

Em relação ao que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Lasier...

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Não, Senador Randolfe. Eu queria, aqui, reforçar essa postura, essa lembrança dele, porque no Estado do Amapá temos grande dificuldade em fazer uma comunicação comunitária porque realmente nós temos conhecimento dessa manipulação por uma influência política, uma atuação política partidária inclusive, dentro do Estado que nós não conseguimos nem reunir as rádios comunitárias lá para discutir democratização da comunicação. Então, temos lá, dessas rádios comunitárias autorizadas no Estado, nós temos apenas cinco que fazem parte de um debate de democratização da comunicação. As outras, às alegações deles é que esse chefe político os proíbe de participarem de qualquer atividade coletiva.

Só para informar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer ao Sóter.

Pessoal, dando sequência, e para que todo mundo aqui da Mesa pudesse, depois, ter cinco minutos de fala, eu gostaria que fôssemos rápidos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, nós já estamos com o Congresso sendo aberto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Em funcionamento.

Então, de três a no máximo cinco minutos, terão a palavra os cinco inscritos que comuniquei.

Tem a palavra o Moysés Corrêa, Secretário-Geral da ABCCOM.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Obrigado, Senador Hélio José pela oportunidade.

Saúdo à Mesa na pessoa do nosso Presidente Paulo Miranda, pois me senti totalmente representado por ele em suas palavras, no tocante ao assunto aqui tratado.

O tema que vamos trazer aqui é paralelo ao debate que aqui está sendo feito. Queríamos, primeiro, realçar que concordamos com a fala do Pieranti no sentido do avanço que a comunicação pública teve no último período, em particular com a municipalização do Canal da Cidadania.

O que nós queríamos trazer aqui é fazer certa denúncia, já que os Srs. Senadores – já se vão quase cinco anos – aprovaram a Lei nº 12.485. Mas, um aspecto dessa lei ainda não foi para a prática, e esse aspecto é relativo ao art. 32, inciso VIII, que fala do Canal Comunitário Nacional na tecnologia do DTH, que é a tecnologia do satélite. Especificamente é sobre isso que vou falar.

As TVs comunitárias existem desde 1995, quando foi aprovada a Lei do cabo. O que a Lei nº 12.485 fez foi estender ao Canal Comunitário, ao Canal Universitário e outros canais obrigatórios todas as tecnologias do satélite, na medida em que outras duas tecnologias, como o micro-ondas e o TVA são tecnologias em fim de carreira. A TV por assinatura, no Brasil, no fundamental, é a cabo ou por satélite.

O Canal Comunitário nacional no satélite está emperrado, e nós estamos avaliando, do ponto de vista político, pela pressão das operadoras, em particular da Sky. Então, queríamos trazer aos Senadores que uma decisão dos senhores, tomada há quase cinco anos, não foi à prática ainda. Claro que o argumento não é esse; o argumento é uma insegurança jurídica sobre como compartilhar esse Canal Comunitário nacional.

Queríamos lembrar aos Senadores que os Canais Comunitários já passam de uma centena de Canais Comunitários com o mesmo texto da legislação. A legislação do cabo foi transportada para a Lei nº 12.485. Se durante 20 anos se criaram os Canais Comunitários com esse texto e com o acompanhamento e a fiscalização da Anatel, por que agora, quando se criou o Canal Comunitário nacional isso não tem mais valor?

(Soa a campainha.)

O SR. MOYSÉS CORRÊA – A nossa instituição, que representa legitimamente mais de 80% dos Canais Comunitários existentes, deu entrada no pedido para que a programadora da ABCCOM, que é a TVcomBR registrada na Ancine, pudesse fazer essa programação e essa programação seria uma mistura, um *mix* das programações dos Canais Comunitários Municipais que existem no País. E até hoje nós não tivemos esse direito, garantido pelos Senadores, na prática e também queríamos denunciar a burocratização da Anatel nesse aspecto. Eu estou falando nesse aspecto: a caixa-preta. Nós pedimos. Veja bem: a Sky fez um pedido à Anatel para suspender o nosso direito de ter esse canal.

O mais natural é que a gente pudesse falar nesse processo. Nós pedimos, entramos como terceiro interessados. A Anatel, depois de 585 dias, fechou o processo, tomou uma decisão, e não nos deu a palavra.

Eu não posso continuar. Então, queria deixar aqui um pedido, que o Paulo vai encaminhar à Comissão, para que possa haver uma intervenção. Porque nós perguntamos: se o Congresso, o Senado ou a Câmara tomam decisões, seria importante que o Legislativo tivesse um acompanhamento de como isso está sendo praticado ou não. Porque chegam os burocratas, as agências, etc., e passam a legislar sobre uma decisão, que é do povo, através de seus Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço o nosso querido Moysés.

Passo a palavra para a Nelita, da Fercal, por três minutos.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – Eu quero parabenizar essa audiência em relação às rádios e TVs comunitárias. Eu quero falar justamente com o representante do Ministério das Comunicações.

Eu não aguento mais ouvir falar em Sky. Graças a Deus, o Ministro anterior, há nove anos, concedeu a outorga de uma rádio comunitária para a Fercal. Ano que vem vencerão os dez anos, mas, com certeza, nós vamos renovar por mais dez anos.

Quero dizer que os 35 mil moradores da Fercal não pegam nada de Brasília, só a Sky – quem tem dinheiro, paga Sky; quem não tem, não assiste a nada. Quem tem Sky, na época das eleições, só vê os candidatos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Então, eu queria que o Ministério das Comunicações tivesse um olhar para aquela região. Porque o tempo gasto da Fercal até o Ministério das Comunicações são 25 minutos, mesmo assim, lá não chega sinal de televisão, não há sinal de televisão.

Banda larga, para se ter uma ideia, a única pessoa que tem banda larga lá sou eu, porque eu briguei e exigi da Oi – Brasil Telecom, naquela época. Eu tenho um telefone, que eu pago, e tenho direito à internet, à banda larga. No universo dessa população, a única que tem banda larga lá sou eu – e são dois magas, bem pequenininho.

Então, eu quero que o Ministério das Comunicações tenha um olhar. Se aqui na Capital da República acontece isso, imagina em outros Municípios e Estados!

(Soa a campainha.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço-lhe.

Vamos ouvir o Sr. Divino Cândido Ferreira, da Abraço-DF.

O SR. DIVINO CÂNDIDO FERREIRA – Bom dia a todos!

Primeiro eu queria agradecer o Senador Hélio José pela inciativa, os Senadores, por essa audiência pública de grande relevância para essa discussão sobre a questão de rádio comunitária.

Eu queria agradecer também nossos amigos de rádios comunitárias, os dirigentes do Distrito Federal, que estão aqui conosco hoje. Porque, realmente, empenharam-se, acordaram cedo, vieram para cá, para fazer a diferença aqui para este plenário. Eu queria agradecer todos eles, os radialistas, os dirigentes, que vieram aqui por uma causa nobre, que o Senador Hélio José conhece.

Primeiramente, eu quero colocar a questão sobre a municipalização. Nós sofremos, Senador, um problema muito grave aqui no Distrito Federal em relação aos grandes. Falando sobre a questão da fiscalização – o Senador Randolfe falou que a Anatel não fiscaliza –, mas a Anatel também não fiscaliza os grandes, porque nós temos interferência de frequência.

O nosso problema, aqui no Distrito Federal, estão nas cidades-satélites, como Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo. Para se ter uma ideia, do Recanto das Emas para o Riacho Fundo – V. Exª sabe, é conhecedor disso – temos apenas uma avenida, e nós ficamos batendo chifre – há interferência – e não se chega a lugar nenhum.

Então, Octávio, a gente tem esse problema de interferência, fora uma rádio, a Top FM 98.3, de um tal de Abreu, lá de São Paulo, contra a qual nós já fizemos várias denúncias, ofícios junto à Anatel, ao Ministério das

Comunicações, e ela só foi cortada na época em que foi fazer um projeto, porque era do interesse do Ministério das Comunicações sobre a digitalização. E ela foi bloqueada, foi lacrada. E a concessão dela nem sequer é daqui, do Distrito Federal. Ela pirateia aí e, então, faz o que ela quer, porque o cara é empresário, o caro pode...

(Soa a campainha.)

O SR. DIVINO CÂNDIDO FERREIRA – A outra questão, Senador Hélio, é a da potência. Com 25W não chegamos a lugar algum. Existe um projeto...Aí a gente chega ao Ministério das Comunicações e, para entender, Octávio, a questão das leis com o Congresso. Senador, nós precisamos nos unir nessa luta da questão de mudança de frequência, dos apoios culturais, da publicidade, porque ocorre o seguinte: libera a questão do plano PNO aí. Liberou, mas ocorre o seguinte: a concessão é pública, mas ela sequer ajuda na questão das rádios comunitárias, porque é uma concessão pública. Ajuda a questão da EBC. E você colocou a questão da EBC e de alguns outros órgãos públicos aí. Não é concessão pública? Não é licitação? Se é concessão pública, por que não ajudar, então, as rádios e mudar essa lei. E aí tem de passar pelo Senado, passar pelo Congresso, para fazer essa mudança, porque estamos minguando. Existe rádio fechando aí. Viu, Senador? Existe rádio fechando por falta de condições de sobrevivência.

E aí nós temos de nos unir. Existem pessoas aqui que estão com os aluguéis atrasados, com contas atrasadas, em situação difícil. "Ah, mas eles se viram." Sequer se pode pegar um comerciante, um açougueiro lá, porque, se pegar, a Anatel vai lá arrochar a gente. Agora, para arrochar esse tal de Abreu aí, da 98.3, da Top não fazem nada. E aí? Aí está o meu desabafo.

Então, temos de fazer uma sensibilização da Anatel junto ao Ministério das Comunicações pela questão de o Distrito Federal ser tratado como Município e não como o todo, senão não vamos a lugar algum. Parece que a realidade é esta: nós brincamos de fazer rádio comunitária e o Ministério brinca de liberar concessão. Aí um quer aumentar a potência.

Está havendo um problema no Gama. Dizem que outra rádio lá está aumentando a potência. Por quê? Porque a situação está tão difícil. Aí é questão de sobrevivência. E aí a Abraço tem que ir lá intermediar e dizer: "Não aumenta não, vamos lutar. Somos pela causa também."

Mas o Ministério está há anos e anos... E mudou o quê? Eu queria que o Senador ficasse aqui, porque é o seguinte: agora, é o PDT que está tomando conta. É muito bom ser vidraça, ouviu Sóter, agora quero ver o que vão fazer, porque nós vamos cobrar, porque a nossa função, como dirigente, é cobrar. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao nosso Divino Cândido pela emoção e pela fala. (*Palmas.*)

Quero comunicar que, como membro, como Vice-Presidente desta Comissão – estamos em pleno momento de Orçamento –, vou apresentar proposta de emenda da Comissão ao Orçamento da União, que apoia a iniciativa da inclusão digital e também para que faça a democratização de acesso ao serviço de comunicação.

Então, vamos discutir, no âmbito da Comissão, que tem direito a três emendas, apresentando proposta nesse sentido. E estamos abertos também a mais algumas sugestões. O.k, só registrando, porque acho que isso é importante para todos.

Quero passar a palavra para o Wander Pereira Teles, Diretor da Rádio Comunidade do Gama.

E registro aqui a presença do nosso querido Hélio – meu xará –, Hélio de Aquino Rener Lopes, da Rádio Ativa FM, da nossa querida Samambaia.

O SR. WANDER PEREIRA TELES – Muito bom dia às pessoas presentes. Muito bom dia Exmº Sr. Senador da República, Hélio José, componentes da Mesa. O meu tempo é curto, senão citaria o nome de todos.

A pergunta que eu faço é justamente ao Sr. Octávio Penna Pieranti. Eu tenho um documento do senhor aqui que diz que, para a renovação de outorga, nós temos de entregar uma documentação entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações.

A Rádio Comunidade FM nós recebemos a concessão em 2001. Seis meses antes da data prevista para a entrega da documentação, eu entreguei toda a documentação, e até hoje nós não recebemos o documento de renovação de outorga. O Senador está ciente do assunto e já interveio várias vezes conosco. E até hoje, Senador, não tive nenhuma resposta do Ministério das Comunicações pela intervenção do senhor.

Então, Sr. Octávio, eu gostaria de saber quais são os critérios para que nós possamos receber, depois de três anos, já vai para o quarto ano, e até agora não recebi, o documento de renovação de outorga. Lembrando: não temos nada pendente com o Ministério; não tivemos nada, nenhuma multa, nada.

Somos uma das primeiras rádios comunitárias de Brasília, e até agora não recebemos a documentação e nem satisfação do Ministério das Comunicações, Sr. Octávio. Já mandei vários documentos, advogado do Senador, o antigo Senador Gim Argello também mandou um documento, intercedeu junto com o Ministro das Comunicações da época, e, até agora, eu estou desamparado, porque as pessoas chegam na minha rádio

e veem que a minha concessão é de 2010, o Ministério não me deu nenhum documento dizendo que está em processo. Então, eu estou irregular.

Meu amigo Sóter está comigo aqui, ele está sempre lutando conosco. Então, para o senhor, Dr. Octávio, agradecendo ao Senador da República, Senador Hélio, ele está sempre conosco lá no Gama, na nossa cidade do Gama. Lembrando que nossos amigos de rádios comunitárias, nós estamos lutando há muito tempo, justamente sobre isso também, principalmente – o senhor não falou também do pessoal do Ecad, que está quebrando a gente – hoje eu devo R$12 mil ao Ecad, Senador, R$12 mil eu devo para o Ecad. O Ecad me cobra R$450,00 por mês e eu não estou pagando. Aliás, ninguém, nós das rádios comunitárias não estamos pagando. Essa é a minha indignação, Sr. Octávio, se o senhor fizer o uso da palavra...

(Soa a campainha.)

O SR. WANDER PEREIRA TELES – ...para saber o que mais eu preciso fazer para que eu possa receber o meu documento de renovação, de outorga.

Muito obrigado, Senador!

Muito obrigado senhores!

Muito obrigado ao pessoal das rádios comunitárias!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Wander.

Daqui a pouco o nosso Octávio vai responder suas indagações.

Só quero registrar que, de fato, mandei o ofício, até falei para ele aqui, ao Ministério das Comunicações. Queria que você participasse, fosse lá no meu gabinete, conversasse com a Srª Carmem e reforçasse uma audiência junto ao Ministro André Figueiredo, em meu nome, para a gente discutir essa situação e mais algumas situações nossas pendentes lá no Ministério das Comunicações, e, com certeza, quando o Octávio for responder, eu vou estar reforçando a ele que estou mandando um ofício, solicitando uma audiência direta para a gente resolver essa e mais algumas pendências, viu, Octávio, lá com o Figueiredo.

João Antônio Rocha Chaves, mais conhecido como João Moreno, da Rádio Comunitária Líder FM, do Recanto das Emas. Mas, antes da fala do João Moreno, eu quero registrar aqui que o Sr. Geraldo Borges, diretor da nossa querida Rádio Estrutural FM, também está presente.

Gostaria de pedir a todos que divulgassem o evento comunitário... Também quero registrar logo a presença do João Gomes, da Rádio Paranoá FM, uma rádio muito ouvida aqui na região aqui de São Sebastião, Paranoá e Itapoã, e dizer que nós temos uma partida de futebol beneficente, que é o time de futebol dos amigos do Senador Hélio José e a Seleção Brasileira de *Masters*, no próximo domingo, no Abadião, e o ingresso será um brinquedo para as crianças.

Então, no dia 10, teremos um jogo entre o time dos Amigos do Senador Hélio José,...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – ...é sábado mesmo o evento, eu havia dito domingo, você me corrigiu muito bem. Então, no próximo sábado, dia 10, promoveremos um evento, uma partida de futebol dos Amigos do Senador Hélio José contra a Seleção Brasileira de *Masters*, que estará aqui com o Marcelinho Carioca, estará aqui com o Edu da Seleção Brasileira de 1970 e uma série de atletas de renome nacional, e o ingresso será um brinquedo para as crianças carentes. Quem puder divulgar na sua cidades, para que todos possam ir ao Abadião, queria só saber do Marcelo para entrar em contato com o Paulo Vitor para falar o horário certo do evento.

Meu presidente querido, Presidente da CAE e nosso Líder do Governo, Senador Delcídio – bom dia , Senador! – dando a honra da passagem breve aqui na nossa audiência pública sobre rádio e TV comunitária, nobre Senador Delcídio do Amaral. Obrigado. Estamos juntos nessa luta.

João Moreno com a palavra.

O SR. JOÃO ANTÔNIO ROCHA CHAVES – Bom dia a todos, especialmente ao Exmº Senador Hélio José pela oportunidade que nos está dando aqui.

Eu queria colocar, Senador, sobre a questão da municipalização, que é um tema importante que a gente tem uma dificuldade aqui no DF, já que foi dado o exemplo aqui pelo Divino sobre a questão. Inclusive houve uma discussão na saúde que fala da municipalização, já que na questão de verba os conselhos de saúde não poderiam receber. Quanto a nossa questão, é que questão dessa interferência que acontece junto às cidades. Temos exemplos claros em Riacho Fundo II, Samambaia e Recanto das Emas, com interferências que prejudicam muito a nossa audiência como um todo.

Sobre a questão dessa comercial que existe ali para o lado de Padre Bernardo, 98,3, é um problema sério. O Ministério esteve lá para fazer a questão da digitalização, viu que existe um problema naquele período

– não é, Divino? – fechou, no entanto voltaram novamente, que está atrapalhando a vida do nosso amigo Galvão lá na Ceilândia e de todo mundo, do Monteiro, e de todos os outros rádios comunicadores nessa questão.

E aí eu queria lembrar, Pieranti, você que está aqui representando o Ministério das Comunicações, sobre a questão da fiscalização. O Senador Randolfe Rodrigues foi bem claro aqui sobre a falta de fiscalização na região dele, no Amapá, e a gente, de certa forma aqui, o excesso, o excesso de fiscalização da Anatel. Por qualquer coisa, você está advertido ou sendo multado.

No entanto, naquilo que é para se fazer, e o exemplo está aí, sobre essa questão da comercial que vem engolindo todas as rádios comunitárias, a gente não vê a mesma competência e a mesma agilidade dessa Agência sobre eles. Então, o excesso aqui é grande demais, entendeu? Reclamações são inúmeras que nós já fizemos, inclusive dentro das próprias rádios, que a gente chama os representantes para dizer que está errado. Essa questão da botina. O Ministério cobra o endereço... Se o Ministério quiser, o Ministério vai lá e faz. Necessariamente, o endereço é só uma localização. Se o Ministério quiser, junto com a Anatel, vai fazer com que isso não ocorra. No entanto, coloca-se até o ponto de se fazer a denúncia, um monte de empecilho para que essa fiscalização possa ocorrer. Isso é complicado, porque a gente observa que, para certas situações, há uma agilidade e para outras há um impedimento, uma burocracia, um desastre enorme para poder chegar em algum lugar.

Então, a gente pede que haja agilidade na fiscalização. Sobre a questão do plano que o Ministério lançou agora, o PNO, muito importante. Agora, eu pergunto: sobre a questão da publicidade? Avançamos em quê? Em nada. Facilitou. Eu posso chegar hoje lá, com a associação, diminuiu de trinta para sete documentos, mas eu chegar aonde? No entanto, vou ter mais 700 rádios comunitárias e elas vão viver e conviver com os mesmos problemas que nós temos hoje, que é falta de recurso.

O bolo da publicidade não chega até nós. Aí tem um monte de coisas no Senado e na Câmara que não consegue avançar, e, de certa forma o próprio Ministério não agiliza e não ajuda nessa questão da publicidade. A gente não avança. É verdade, eu estou na Rádio Líder, participo da Rádio Livre FM, no Bandeirantes. Não tem internet. Não é porque a gente não quer que tenha internet não. É porque as condições financeiras não fazem com que a gente mantenha os custos que são naturais dentro de uma rádio, que é o espaço, o telefone, a internet, a água para beber, a limpeza do ambiente. Isso não é discutido, isso não se faz. Eu posso estar errado, Pieranti, mas dentro desse PNO, eu não vi vantagem nenhuma para a questão da publicidade. Nenhuma! Pode ser que você me esclarecendo, a gente possa ver agora, mas isso não acontece.

Quero agradecer, Senador, parabenizá-lo pelo trabalho. É de fundamental importância termos o senhor como um representante desse grupo, e queria que, com a sua condolência e sua sensibilidade, abrisse um espaço para o nosso companheiro Hélio de Aquino, por um segundo, que ele pediu – eu já até extrapolei o meu tempo – Hélio de Aquino, da Samambaia. Então, que o senhor desse essa oportunidade para ele.

Muito obrigado.

Parabéns a todos e obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Até em consideração por ele se chamar Hélio, que significa sol, e sol é energia, energia alternativa, vou lhe conceder um minuto apenas, para, em seguida, o Monteiro encerrar e a gente passar para as considerações finais.

O SR. HÉLIO DE AQUINO RENER LOPES – Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Presidente Sóter. É muito rápido, Senador, é só para endossar a fala do Divino, que as rádios comunitárias hoje pedem socorro. A Rádio Ativa FM está fechada. Fechamos as portas por conta de aluguéis atrasados, por conta de todas as situações negativas inerentes a esse processo que a gente tem sofrido nos últimos anos.

Estou com uma multa de R$6,5 mil por conta de uma rádio comunitária pirata, de uma rádio pirata, que tinha nos fundos da nossa rádio. E aí, João Moreno, vem a questão da fiscalização ferrenha da Anatel, aqui no Distrito Federal. A gente provou, por A mais B, que a multa tinha que ser aplicada na rádio pirata que estava atrás da gente, interferindo, inclusive, na linha de pouso das aeronaves aqui do nosso aeroporto Brasília, e, ainda assim, essa multa continua persistindo na Rádio Ativa FM.

Estamos com a nossa outorga vencida, impedida de ser renovada por conta dessa situação de uma multa que não é nossa. E já provamos, por A mais B e, ainda assim, a Anatel é relutante em assumir que a multa não é nossa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Hélio. Para finalizar e passarmos à Mesa para as considerações de cinco minutos cada uma, começando pelo Fernando, sempre lembrando disso, vamos passar a palavra ao Monteiro. É um comunicador da maior cidade do Distrito Federal, que é a cidade de Ceilândia, e temos lá, se não me engano, duas ou três rádios comunitárias. E o nosso Monteiro, que são as duas rádios. E tem, também uma terceira, a do Pastor Cícero.

Então, vamos lá grande Monteiro.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO DA SILVA – Saúdo o nosso caro, amado e amigo Senador Hélio José, que é corajoso de estar fazendo esse debate.

E em nome do Senador Hélio José, à Mesa. Quanto aos Senadores já pegaram o beco, penso que eles deveriam estar aqui para ouvir a gente...

Eu quero aqui parabenizar o Ministério das Comunicações, porque eles estão trabalhando sim, com essa mudança de Ministro e novos funcionários, a coisa está andando devagar mesmo. Reconheço o trabalho, viu Otávio? Reconheço o trabalho de vocês lá, vocês estão de parabéns com a nova mudança agora e, também, vocês criaram um sistema agora via *e-mails*, a gente faz um cadastro. Parabéns, também, por esses *e-mails*, que vocês criaram lá para a gente fazer pedidos, dar entrada de documentos, essas coisas.

O Ministério está só avançando, quero parabenizar por isso. Também quero dizer que o nosso processo foi liberado em 2000, pelo Ministério, e estamos até hoje sem renovar, porque estamos aguardando o andamento das coisas. Já me mandaram um *e-mail* dizendo que está quase sendo liberada a nossa concessão, Senador Hélio José, mas se o senhor realmente marcar com o nosso amigo André, nós estaremos lá, juntamente com o pessoal da comunidade do Gama para fazer essa diferença.

Eu gostaria de, nesta Comissão, nesse debate, levar aos nossos Senadores – só tem o senhor aqui agora – para que realmente fizessem um projeto de lei para que 3% do fundo partidário, do fundo constitucional ou da arrecadação do próprio Ministério das Comunicações viessem para as rádios comunitárias para não estarmos morrendo, sendo sufocados nessa situação. E com R$20 mil, R$30 mil, as rádios comunitárias pegam um voo e fazem um serviço lindão para a nossa comunidade.

Muito obrigado meu amigo Senador! Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado Monteiro pela brevidade, economizou um minuto, sendo rápido e ágil aqui.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Fernando, que fez uma belíssima exposição sobre a TV Universitária.

E eu acho que é de alta relevância e quero dizer para você, Fernando, que a gente pode até, depois, marcar um debate com as universidades, com o Ministério das Comunicações, para que a gente aperfeiçoe essa discussão.

Você está com a palavra por até 5 minutos.

O SR. FERNANDO JOSÉ GARCIA MOREIRA – Quero, primeiro, agradecer de novo pelo convite feito por esta Comissão, ao Exmº Senador Hélio José.

Eu vou ser rápido, só reforçando algumas questões. A TV Educativa e a TV Universitária, a TV Universitária complementa algumas questões da TV Educativa, ou seja, ela tem especificidades como eu coloquei dentro dos seus objetivos. Existem TVs Educativas que são universitárias, mas as TVs Universitárias não tiveram garantido a sua continuidade como campo, porque existem as TVs Educativas e as TVs Universitárias.

Como TV Universitária nós ainda estamos esperando a migração para o digital, como falei, dentro de um subcanal dentro do canal da educação, porém, o canal da educação, diferente do canal da cidadania, vai ser um canal estatal, vai ser um canal totalmente administrado pelo Ministério da Educação. O que, na programação da TV Universitária, não teria autonomia para fazer a sua programação como ela faz hoje, dentro do cabo. E essa autonomia é muito importante para a questão da experimentação de novos formatos, a experimentação de tecnologias para que não fique preso a uma determinação nacional de uma programação.

Mas, de novo, colocando que como, dentro do campo universitário, estamos à disposição das outras TVs, e claro, principalmente no Ministério da Educação, para colaborar com conteúdos universitários, mas, também, a diferenciação de que um canal de conteúdo universitário não é um canal universitário, o canal universitário tem essa especificidade como eu coloquei.

Encerrando e já pedindo desculpas porque eu tenho que me ausentar em função de um compromisso assumido previamente, mas já agradecendo de novo pelo convite e me colocando à disposição para qualquer assunto referente a essa...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria registrar que se V. Sª pudesse passar em meu gabinete, ou ligar para os telefones que eu dei, para a gente conversar sobre a possibilidade de, aqui, aprovar uma audiência pública, para discutir especificamente com o MEC, com o Ministério das Comunicações, com as universidades e com outros órgãos afins, a questão da TV Universitária e Cidadania.

O SR. FERNANDO JOSÉ GARCIA MOREIRA – Será um prazer. Com certeza farei o contado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao nosso querido André Barbosa Filho, Superintendente Executivo de Relacionamento da EBC.

O SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – Senador Hélio José, muito obrigado. Audiência muito rica, hoje conseguimos ouvir os grupos da emissora comunitária, e muito importante que a gente tenha esse debate com a sociedade, a importância da rádio comunitária, não precisa ser provada, ela está aí no dia a dia.

Lembro que nós temos um projeto, feito no governo Lula, que é uma avaliação de dois grandes projetos que foram feitos por dois grupos de trabalho, feitos nos anos 2004 e 2006, que ficaram para ser votados na Comissão de Ciência e Tecnologia e, graças à Deputada Erundina, querida Erundina, foram retirados de votação, senão seriam engavetados. Mesmo assim, ele foi engavetado no Ministério da Justiça em razão da segurança, conseguiu retirá-lo, e hoje, o querido Sóter informou-me, está na mão do Deputado Alessandro Molon.

Eu acho que esse é o momento de estudar todas as regras que foram feitas, desde a época do governo Fernando Henrique, até esse trabalho que foi feito, que pouca gente conhece e que é um trabalho que foi realizado na Casa Civil, na época, com todo o caldo de conhecimento que foi feito, relativo às audiências feitas em 2004 e 2006 no Ministério das Comunicações, contando com o apoio da Abraço, contando com o apoio de outras comunidades.

Eu acho que é importante a gente discutir o avanço da rádio comunitária, não apenas ficar discutindo a questão do aumento da frequência, aumento da potência, ou coisa parecida. Mas, mais do que isso, o papel que ela representa, arrumar a questão da sustentabilidade, porque isso é possível resolver. O papel dentro da família do rádio, porque ela faz parte da família do rádio.

Vocês imaginem que nos anos 40, 50, 60 era orgulho trabalhar no rádio. O rapaz jovem do interior queria ter um espaço em uma emissora de rádio. Até pouco tempo atrás isso acontecia, hoje em dia ele prefere arrumar um emprego nas Casas Bahia, prefere arrumar um emprego em outro lugar, comprar a sua moto, porque ele vai se dar muito melhor, porque no rádio, infelizmente, não temos condição nenhuma. O rádio comercial já é um rádio que já está, vamos dizer assim, em uma distribuição, pelo Brasil, totalmente irregular, em termos de ocupação de espaço, dentro da cobertura que você tem nas cidades. Foi dado de maneira irregular, foi dado para qualquer um, foi dado de uma maneira totalmente política. E o rádio comunitário ocupa um espaço fundamental dentro das comunidades. Por que ele não pode fazer parte da família do rádio? Isso está nesse processo que foi discutido com alguns Deputados, com todas as organizações.

Eu gostaria que vocês, pediria ao Ministério também, pudessem resgatar esse projeto que está na mão do Deputado Alessandro Molon, que poderá ser um início, um *kick-off*, um primeiro salto para discutir essa nova estrutura de rádio comunitária. Em todos os países do mundo organizados, você tem rádios comunitárias, rádios de baixa potência. A mesma coisa deve acontecer na questão da TV Comunitária.

E aqui eu faço um lamento e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de discutir o futuro: eu sempre fui contra a inclusão das emissoras comunitárias na Lei do Cabo. Isso na universidade, quando dava aula, eu achava que isso ia ser um emparedamento daquilo que seria a comunicação aberta no Brasil. Eu escrevi isso várias vezes, às vezes mal compreendido, ou não, não importa, mas é a posição de alguém sincero que acha que o caminho da comunicação comunitária não está no caminho da TV paga. Não está no caminho que a pessoa é obrigada a pagar algo para assistir à sua própria comunidade, mas é na TV aberta.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – É na TV aberta que ela está, que deve ser carregada.

E hoje nós temos um grande problema de espectro, todo mundo sabe, porque esse problema de espectro, nas grandes cidades, foi exatamente loteado. Isso não foi feito agora, foi feito ao longo da história. E em alguns casos de irregularidade, são irregularidades que foram citados os nomes de alguns empresários aqui, que nós conhecemos há anos fazem com que as emissoras públicas não tenham espectro nas grandes cidades, porque esse espectro está sendo ocupado por canais secundários de canais privados.

Portanto, o canal público, que é o canal que deve ter a isonomia, que deve ter esse equilíbrio, que é dado pela Constituição, não é visto dessa maneira e, portanto, não tem espaço em São Paulo, não tem espaço no Rio.

A IBC vai ter que carregar os canais da União e eventualmente, se sobrar espaço, carregar os canais que são os canais abertos. É por aí o caminho para chegar à população, é pela TV aberta, gratuita. Não é pela TV a cabo. Eu sempre defendi esse ponto de vista. Quero reiterar aqui esse ponto de vista.

Infelizmente não tive oportunidade, ainda nessa fase, de estar com o microfone. Eu estava na universidade, meu microfone era a sala de aula. Mas essa posição que eu sempre gostei de defender. Acho que pode estar também na TV a cabo. Não há problema nenhum que esteja. Até bom que esteja também ocupando todos os espaços, mas não estar na TV aberta, no meu ponto de vista, é um erro estratégico, é um erro que foi feito historicamente.

Muito obrigado a vocês todos. A IBC está sempre de braços abertos para discutir os assuntos com vocês. Vamos ter uma rádio comunitária neste Brasil, uma TV comunitária forte neste País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço-lhe André.

Passo a palavra ao José Luiz Sóter, da Abraço, para suas considerações finais, por até cinco minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Eu peço desculpa antecipadamente caso eu comece a tossir, em razão do ar-condicionado, porque estou com a garganta coçando. Está terrível, porque não tem como coçar senão tossir.

Ao encerrar a minha fala, em nome da Abraço, lembrando um grande evento que nós realizamos, de 21 a 23 de agosto, comemorando 19 anos da existência da Abraço, que elegeu uma diretoria, uma nova executiva nacional, uma direção nacional da Abraço muito representativa, com a participação de representantes das cinco Regiões do Brasil, representantes de 16 Estados na direção nacional, o que dá um retrato da capilaridade da entidade na sua composição de direção.

Atualmente, quem é o Coordenador Executivo da Abraço Nacional é o companheiro Valdeci Borges, Coordenador também da Abraço Goiás, vizinho do Distrito Federal, vizinho de Brasília. Inclusive já havíamos conversado na possibilidade de ele participar desta audiência, assumir a responsabilidade protocolar e participar dessa atividade aqui em nome da entidade Abraço Nacional. Infelizmente ele também foi acometido de problemas de saúde e, neste momento, deve estar no hospital fazendo os exames e não pôde participar. Então, manteve-se a minha participação, mesmo eu não sendo o atual Coordenador Executivo da Abraço Nacional.

Feitos os esclarecimentos, lembro que a minha participação no movimento, neste momento, dá-se com um projeto, sobre o qual queremos, depois, nos sentar ainda com a IBC, com as entidades da radiodifusão pública, como a Arpub, a ABTU, a Astral, a Abepec, para conversarmos sobre uma das questões que formam o gargalo da democratização da comunicação, que é justamente a produção e distribuição de conteúdos, a interface entre os meios públicos de comunicação, para que possamos "qualificar" – entre aspas –, os conteúdos, as programações das nossas emissoras em todo o País.

Atualmente nós somos 5 mil emissoras com autorização definitiva e autorização provisória. Isso significa um universo de cerca de 100 milhões de pessoas atendidas diretamente pelas rádios comunitárias, em todo o País, e não podemos deixar que essas emissoras continuem sendo apenas os 25W e a antena de 30m de altura.

Nós temos que transformar, temos que trabalhar para que todas essas 5 mil emissoras se transformem em um sistema de comunicação. Não com a visão do sistema comercial, mas do sistema comunitário, onde nós possamos fazer com que as diversas identidades culturais do Brasil circulem no País através de uma rede nacional de rádios comunitárias em parceria com a EBC.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Em relação ao PNO, recentemente tivemos lançamento, que, infelizmente, não é ouvido, insiste-se em não ouvir o movimento de rádios comunitárias, em não ouvir principalmente a Abraço, que encaminha essas propostas ao ministério, fazendo a intermediação das rádios com o ministério.

A primeira coisa que se mantém, que não está na lei, é essa imagem de que o raio de 1km é a abrangência da rádio, enquanto já foi falado aqui, nas palavras do Octávio, que realmente isso aí não é abrangência, mas é o raio de proteção de um equipamento de 25W a 30m de altura tenho 100% de sinal em um quilômetro. E, na norma, está-se falando que a área de abrangência é de um quilômetro. Isso reforça esse senso comum, esse estereótipo que foi criado, inclusive pelos próprios técnicos do ministério, quando foi regulamentada a Lei nº 9.612.

Continuo insistindo que a representatividade de uma emissora tem que ser medida pela lista aleatória de apoios que você pega na rodoviária, que pega na porta de uma igreja, que pega em um baile *funk*, para poder dar garantia à representatividade da emissora. Pessoas que nunca vão passar nem perto da emissora depois, em detrimento dos associados, àqueles que se responsabilizam pela emissora, as pessoas que são filiadas às emissoras, às entidades das emissoras.

E mantenho ainda a questão do apoio restrito, o apoio cultural restrito.

Então, são três pontos que nós vemos nas defesas da Abert, que representa a radiodifusão comercial. Não são os pontos que nós apresentamos, que são diferentes desses aqui. Então, o ministério, mesmo nessa última gestão, manteve, não no discurso, mas nas normas que estão lá aprovadas, o atendimento às exigências da radiodifusão comercial.

E, mesmo assim, a Abert ameaçou entrar com uma ação...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – ...contra o texto do apoio cultural que está lá, mesmo restrito.

Em relação às renovações, a partir do momento em que nós cumprimos nossas obrigações, o problema é do Estado. O Estado é que tem que fazer a parte dele. Se ele demorar dez anos para analisar o meu pedido de

renovação, nós estamos dez anos garantidos. Nós não estamos irregulares, não. Nós cumprimos com a nossa obrigação, nós atendemos as exigências do ministério.

Se o ministério quiser agilidade, ele que agilize. Agora, eu acho que não é motivo de uma audiência para o ministro agilizar um processo que é obrigação do ministério. Nós temos a obrigação entre nós, já atendemos as exigências e estamos regulares. Então, não estamos irregular.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SÓTER – Se o ministério demorar dez anos, nós teremos dez anos de autorização, além do normal da autorização.

E sobre Brasília, Brasília é uma cidade-Estado. E isso está na própria legislação da criação de Brasília. Brasília é tratada pelo ministério como um Município, não como um Estado. Então, é um problema que tem que ser solucionado. O ministério tem que saber que Brasília é uma cidade-Estado e, como uma cidade-Estado, as suas regiões administrativas têm que ser tratadas como os tratamentos que são dados aos outros Municípios que existem pelo Brasil afora.

Essa questão de choque de frequência, nós já reclamamos, já a oficializamos junto ao ministério diversas vezes sobre a questão específica de Brasília, a cidade-Estado, e o ministério não deu um encaminhamento satisfatório.

Peço desculpas pela demora na minha despedida e quero agradecer ao Senado, principalmente à CCT, por estar realizando esta audiência, e nos colocamos em outras funções, mas à disposição para fazer o debate, mesmo que seja como consultor ao trabalho aqui dos Senadores na questão da radiodifusão comunitária.

Quero agradecer a todas as rádios comunitárias que vieram prestigiar este debate e nos despedirmos dando um muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao nosso querido Presidente da Abraço, ao mesmo tempo que também coloco a nossa Comissão à disposição no sentido de estar dando um informe global, semanal, um pequeno *release* às rádios comunitárias do DF do que ocorre no dia a dia da discussão, caso a gente possa entrar em entendimento aí pela Comissão com vocês e passar algumas informações normais de interesse coletivo para o setor.

Queria que a minha coordenadora de comunicação, que é a Srª Dorlene, que está ali presente, jornalista, entrasse em contato depois com todos para poder melhor divulgar o evento esportivo em prol da criança, que será realizado entre os times dos Meus Amigos e o time da Seleção Brasileira de *Masters* no próximo sábado, às 16h, no Abadião, cujo ingresso será um brinquedo a ser doado às crianças carentes. Então, que todos possam nos ajudando a divulgar em nas suas cidades esse importante evento em prol das crianças carentes do Distrito Federal.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Paulo Miranda, para, depois, passá-la ao Ministério das Comunicações para as suas considerações finais, quero registrar que a Anatel, que esteve aqui presente, com o seu assessor de comunicação, deixou claro a grande disposição em estar participar de uma outra audiência pública para responder aos questionamentos que aqui foram colocados com relação à Anatel. Inclusive eu até iria passar a palavra para ele, mas ele preferiu não usar da palavra por não estar autorizado para falar sobre o tema hoje. No entanto, coloca a Anatel à disposição para, na próxima audiência, discutir o tema, oportunidade em que estará presente, até pela relevância de algumas questões que foram aqui colocadas à Anatel.

Com relação à audiência pública, eu tenho alguns assuntos fundamentais a tratar com o Ministro relativos aos meios de comunicação e também com relacionados a outros assuntos que eu já havia tratado com o nosso Ministro Berzoini, com relação à possibilidade de mais de uma frequência, com relação à possibilidade de resolver o problema do sombreamento, com relação às possibilidades de aumento de frequência e com relação à questão dos anúncios locais restritos à região de atuação das rádios comunitárias do Brasil que eu quero dar continuidade à conversa com o André Figueiredo, nosso novo Ministro, um Deputado do PDT do Ceará, que tem grande sensibilidade na discussão e que com certeza vai estar aberto à discussão. E eu vou aproveitar a oportunidade, sim, embora o nosso Presidente da Abraço tenha colocado com muita propriedade e com muita razão que o trabalho do nosso gestor da rádio, lá, foi feito. Então, agora cabe à Administração Pública, que já foi provocada, agir: que é poder liberar o documento.

Você Wander, está dentro da legalidade, está certo? Você já fez o seu trabalho, mas nós todos brasileiros somos vítimas de uma série de questões, da falta documental... Por exemplo, eu trabalho muito para que cidades inteiras, como Itapoã, Paranoá, Sol Nascente, que não têm documento, a gente possa ter o nosso documento de escritura e registro.

Então é claro que você quer ter o documento da sua rádio, bonitinho, o preto no branco, já que você está lá trabalhando honestamente, embora o presidente da Abraço esclareça que você já fez a sua tarefa, que agora cabe ao Estado se manifestar, mas eu acho que é importante sempre termos o documento na mão.

Passo a palavra aqui para o nosso querido Paulo Miranda, um entusiasta desta audiência pública. Espero que esta audiência tenha atendido às expectativas, já que ele, juntamente conosco e outros Senadores aqui trabalhamos para a realização da audiência.

Passo a palavra por até cinco minutos ao nosso querido Paulo Miranda.

O SR. PAULO MIRANDA – Muito obrigado, Senador.

Mais uma vez, agradeço pelo atendimento ao nosso pleito da ABCCOM e por conseguir unir toda essa gama de pessoas aqui, de alta qualidade, que conhecem bastante o setor.

Eu gostaria de contar com a ajuda do senhor para outra audiência pública que vamos realizar no dia 23 de novembro, na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a questão da comunicação comunitária e os direitos humanos, dentro do Fórum Nacional da ABCCOM 2015, quando vamos trazer a Brasília 80 lideranças de TVs comunitárias do Brasil inteiro.

Nós gostaríamos também de contar com a sua presença e ajuda no Festival de Comunicação e Cultura, que até sexta-feira eu vou estar discutindo com a Jaqueline, da Secretaria de Cultura do DF. Ouviu, Sóter? E também envolver rádios comunitárias, TVs comunitárias e a Secretaria de Cultura, para fazermos esse festival e terminarmos o ano com uma perspectiva diferente.

Eu gostaria também da sua ajuda, Senador, porque já 22 cidades aqui da Região Metropolitana e também o Governo Agnelo, no ano passado, pediram o Canal da Cidadania para Brasília. A Torre Digital já está pronta. Se o senhor pudesse intervir junto ao Governador Rodrigo Rollemberg, para que o Canal da Cidadania, em Brasília, saísse com urgência. Está aí o Ministério, que pode conceder, com urgência, esse canal para Brasília, até para que Brasília possa ser um piloto, um exemplo, um modelo para o País.

Já há todo um projeto, dentro da EBC, do canal 4D, uma experiência interessante, da qual eu participo, para que se coloque no Brasil inteiro e Brasília pode ser esse modelo, esse espelho para o Brasil. E o seu papel vai ser fundamental, se o seu gabinete puder realizar, junto com a ABCCOM, junto com a TV Comunitária de Brasília e as rádios comunitárias, um evento como crescer essa comunicação comunitária e o Canal da Cidadania na Região Metropolitana do DF e nacionalmente.

Sugiro também outro peso: que o senhor promova uma audiência pública com as lideranças de prefeitos e vereadores – sem eles o Canal da Cidadania não vai existir –, com o Governo brasileiro, o Ministério, a Secom, da Presidência da República, e o BNDES. Por exemplo, como financiar os canais da cidadania no Brasil inteiro para as prefeituras, para realmente municipalizar a comunicação.

Sobre financiamento, eu tenho aqui comigo, e posso depois passar para o seu gabinete, um documento, de 8 de maio de 2014, que eu consegui junto à ABPEC. É uma minuta já pronta que cria no Brasil a Contribuição de Fomento para a Radiodifusão Pública.

O nosso colega Fernando falou ali de R$90 milhões que estão num caixa rendendo juros e correção monetária e que ninguém pode usar, que é o dinheiro do Fistel. Mas como esse fundo está parado, essa minuta está parada em alguma gaveta na Casa Civil da Presidência da República, então nós não podemos pegar esses R$90 milhões hoje e investir em rádio comunitária. O dinheiro existe, ouviu, galera? Eu estou falando aqui que há R$90 milhões parados. Pode estar em TV comunitária, pode estar em rádio comunitária, pode estar na EBC. Esse dinheiro existe e pode financiar o setor. Falta essa regulamentação. Quer dizer, a Presidência da República parou esse projeto, e eu vou mandar para a sua assessoria.

Outro apoio que eu peço também é ao PL do Berzoini que prevê três minutos por hora de publicidade comercial nas TVs comunitárias. Quer dizer, três minutos por hora não atrapalham em nada uma grade de programação de 24 horas. Nós teríamos, ao longo do dia, três minutos vezes 24, quer dizer, uma propaganda muito pequena, mas que serviria de sustentabilidade. É do próprio Berzoini. Mas ele foi encampado agora e reapresentado, porque o Berzoini deixou de ser Deputado, pelo Deputado Adelmo Leão, do PT de Minas Gerais, que vai ser o futuro presidente e que recriou a Frente Parlamentar em Defesa das TVs Comunitárias.

Por último, já que o senhor falou em emenda, eu gostaria que o senhor apresentasse então uma emenda para o Orçamento do ano que vem e pode ser destinada à EBC essa emenda, para se criar, no Brasil, uma plataforma digital, um YouTube, um *big* servidor brasileiro, nosso, sob nosso domínio tecnológico, tudo, de ser o servidor da nossa produção audiovisual alternativa de quem quer fazer TV comunitária, rádio comunitária. Nós não temos esse servidor. Antes de postar tudo nosso ali, e é um depositório que todo o mundo vai lá, deposita a sua produção, TV comunitária de Brasília, TV comunitária de São Paulo, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Recife, Goiânia, Campo Grande, chega e pega essa produção, utiliza, e esses canais da cidadania, que vão surgir aqui na região metropolitana da nossa cidade, Brasília e tudo, quer dizer, essa produção seria compartilhada

por todos e, como não pode ter uma emenda dessas para a ABCCOM, essa sede desse servidor, dessa central, dessa plataforma digital pode ficar ou na ABCCOM, ou na própria EBC, com os recursos.

Para nós, o importante é servir o Brasil dessa outra comunicação possível, necessária e urgente. Inclusive, a TV comunitária por satélite a que nós temos direito há cinco anos, e a Anatel vem protelando essa concessão desse canal, no momento, e que é o campo público, precisa fazer essa outra comunicação para o Brasil, até em contraponto à mídia golpista brasileira, nós temos as nossas ferramentas, a nossa base legal de legislação – eu estou falando aqui de leis.

Então, ficam aqui essas minhas sugestões, e que, com o seu apoio, com certeza absoluta, nós possamos crescer muito; e sem o seu apoio vamos enfraquecer muito também. Então, eu agradeço muito a sua vontade, Senador, o seu empenho de realizar essas reuniões e por estar aqui nos ouvindo até agora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Paulo.

Eu, com certeza, quero comunicar, antes de passar a palavra ao Ministério das Comunicações, que sou o requerente dessa audiência pública na CDH, em que espero contar com a presença de todos também, muito importante, que será realizada agora no próximo mês.

Que dia que vai ser mesmo, Paulo?

O SR. PAULO MIRANDA – Dia 23 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – No dia 23 de novembro.

O SR. PAULO MIRANDA (*Fora do microfone*.) – Às 9h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Na CDH.

Sobre o Festival de Comunicação e Cultura, eu acho muito legal. Sou o Coordenador da Bancada do Distrito Federal, por isso eu gostaria que vocês me encaminhassem, para que eu possa encaminhar ao Governo do Distrito Federal e solicitar acerca dessa questão. Sobre as 22 cidades da região metropolitana, Canal da Cidadania, eu acho que deve ser realmente urgente esse pedido. Também encaminho e encampo essa ideia, por achar que ela é de grande relevância. Peço que você também me encaminhe por escrito, para que possamos dialogar com o Governador Rollemberg; acho que o Ministério das Comunicações, até por Brasília estar onde está, a Capital do País, pode nos ajudar realmente numa rápida análise, nesse processo. Eu vou conversar isso com o Senador Rollemberg.

Com relação à promoção da audiência pública à associação de prefeitos, vereadores, Casa Civil, BNDES, MiniCom, eu acho também bacana, eu acho que ele pode acertar e nós discutirmos aqui, no âmbito da Comissão e aprovar essa audiência, até pela relevância do que foi colocado pelo representante do Ministério das Comunicações.

Com relação à minuta da criação de fundo para radiodifusão pública, estou aberto a estarmos discutindo o processo. Eu acho que é legal estarmos discutindo isso e encaminhando, porque atende muita gente neste País.

Sobre o PL do Ricardo Berzoini, nosso Ministro da Secretaria-Geral da Presidência atual, eu já havia conversado com ele sobre o tema, e eu acho que é muito bacana estarmos junto com o Deputado Adelmo. Também assinei e faço parte dessa Comissão Mista das Telecomunicações aqui, das rádios comunitárias, e podemos colaborar.

E com relação à emenda para o Orçamento do próximo ano, vamos estar discutindo abertamente. Eu acho que a plataforma digital, para repositório, é uma ideia muito relevante, muito importante, e, com certeza, no âmbito desta Comissão, eu, o Senador Cristovam o os demais membros dela estaremos discutindo e acho...

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, por favor.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Não sei se o Paulo aceita, porque V. Exª referiu-se aqui, ao professor que faleceu recentemente, que é o fundador do Ginga. A Telemídia da PUC do Rio também tem um projeto sobre isso – ouviu, Paulo? –, sobre essa plataforma. Então, V. Exª poderia conseguir subsídio com isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O meu gabinete está à disposição, via minha Secretária de Agenda, que é a Carmem, via minha Diretora de Comunicação, que é a Dorlene, para receber as solicitações, e a gente vai estar discutindo junto com vocês e encaminhando aquilo que estiver ao nosso alcance. O.k., Paulo?

O SR. PAULO MIRANDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Para as conclusões finais e com a tolerância necessária, vou passar a palavra para o nosso representante do Ministério das Comunicações, mas não sem antes – ouviu, Octávio? – mandar um grande abraço ao nosso André Figueiredo. Quero dizer que ele é uma pessoa democrática, uma pessoa que tem uma ação relevante nesta Casa como Deputado. A gente tem muita esperança que o André Figueiredo dará continuidade ao bom trabalho que o Berzoini vinha fazendo, a liberda-

de com que o nosso Ministro Ricardo Berzoini discutia as questões que aqui estamos debatendo hoje. Espero que o nosso querido André Figueiredo, pela sua competência, pelo seu compromisso com o cidadão brasileiro dê sequência às atividades ministeriais.

Quero, de público, aqui, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, saudá-lo, mandar um grande abraço, dizer que nós estamos desejando muito sucesso, estamos juntos, na luta, a você, à equipe e a ele. Eu, como servidor público concursado do MPOG, sei da importância sua de servidor público, de cidadão. Nós servidores públicos não estamos aí para dar lucro nem para dar prejuízo, estamos é para fazer bem o trabalho, para quem paga os impostos neste País. Eu não tenho dúvida de quanto mais profissionalizados estiverem os nossos ministérios, quanto mais valorizado estiver o servidor público, atuando na sua atividade, melhor nós teremos ações dos nossos ministérios e políticas públicas adequadas.

E você que é um jovem, demonstra aqui sua competência, seu compromisso com a coisa pública. Nós tivemos o orgulho de, uma semana atrás, aprovar, por unanimidade, o novo Diretor da Anatel, que é o Otávio – também um nome parecido com o seu –, por unanimidade, há muito tempo não ocorria isso aqui, tanto no Plenário, quanto no Plenário da Comissão de Infraestrutura, exatamente por causa da qualidade, do compromisso da nossa Presidente da República de mandar servidores públicos qualificados, mesmo que a indicação seja política, mas é um servidor público qualificado, com história, com um currículo, para assumir posições relevantes para a sociedade, como um Conselheiro da Anatel, tal qual nós aprovamos na semana passada.

Então, receba o meu abraço.

Com a tolerância necessária de 5 a 10 minutos, você pode fazer a sua fala à vontade, responder todas as questões. Estamos juntos aí na luta, está bem?

O SR. OCTÁVIO PENNA PIERANTI – Muito obrigado, Senador.

Agradeço o convite pelo Ministério das Comunicações e por mim. Atuo na área das comunicações já tem mais de 10 anos e para mim é sempre um prazer debater e tratar de radiodifusão pública e tentar avançar nesse campo.

Eu vou tentar até ser mais breve do que o tempo que me foi concedido, para compensar o fato de não ter sido tão breve no momento anterior, na minha fala anterior.

Vou tratar pontualmente de algumas questões que foram levantadas. Sobre renovação especificamente, a partir do momento em que a entidade, que é a associação, como todos já falaram, cumpriu a sua função e encaminhou a documentação, ela está salvaguardada, a associação está salvaguardada e pode manter a emissora no ar sem maiores problemas.

Temos, claro, um contingente grande de processos e, daí, algum atraso eventualmente, mas não se preocupem. Em relação a isso, se as associações – o Wander e acho que o Francisco falaram sobre isso também – já mandaram a documentação, não se preocupem, até que haja uma posição final do Ministério, elas podem continuar executando o serviço, como a gente chama, precariamente, mas, enfim, elas podem continuar executando o serviço normalmente, ainda que sem a renovação já concedida.

Tentei, Wander, checar até a situação do processo que o senhor citou, não consegui, porque já passava da hora de início de almoço, não consegui checar, mas isso pode ser feito posteriormente sem maiores problemas.

Em relação à publicidade, João, o Plano Nacional de Outorgas não trata de publicidade comercial, porque ele não pode tratar de publicidade comercial. Como eu ressaltei lá atrás, a legislação que trata do serviço de radiodifusão comunitária é bastante restritiva, traz uma série de elementos que não aparecem para nenhum outro serviço de radiodifusão no plano legal, quer dizer, uma lei que prevê, inclusive altura de antena, isso não existe para nenhum outro tipo de serviço, e, aí, Senador, mais uma vez, com essa convicção de quem tem atuado nesse campo já há algum tempo, tenho a certeza de que o Ministério das Comunicações, o Estado brasileiro conseguiram avançar significativamente na construção de um sistema público.

Hoje, se a gente olha para dez anos atrás, doze, treze, quatorze anos atrás, verificamos que hoje há muito mais espaço para a sociedade brasileira se manifestar, seja na TV aberta, seja no rádio, seja na TV por assinatura. Há mecanismos muito mais sólidos de participação. Há instâncias muito maiores de participação. Há diversas emissoras que não existiam à época, algumas que foram recém-regulamentadas nessa última gestão, inclusive, no ultimo semestre. Enfim, existem n elementos que comprovam, existe a própria criação da EBC, nesse meio tempo, que finalmente estamos conseguindo gerar um sistema público, tal como a Constituição Federal, já em 1988, previa.

Agora, é fundamental, Senador, contar com a participação, com a atuação do Congresso Nacional, no sentido de revisar a legislação existente, no sentido de contribuir para mais avanços para o sistema público, principalmente nas questões da própria definição desse sistema público, como também na questão da sustentabilidade, do modelo de financiamento.

Contamos com essa parceria com o Congresso Nacional, contem com o Ministério das Comunicações, contem pessoalmente comigo, estaremos sempre prontos para esse debate e para construir uma radiodifusão pública que represente a sociedade brasileira, que dê orgulho à sociedade brasileira e que possa significar um avanço para o País.

Muito obrigado, mais uma vez.

Boa tarde a todos e todas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Olha a brevidade do Octávio Penna, foram 4min35 apenas; olha que eu havia lhe concedido dez.

Pessoal, eu quero dizer que foi muito boa esta audiência. Eu considero que os objetivos, oportunidade em que subscrevemos o requerimento, foram plenamente atendidos.

Quero cumprimentar e parabenizar a todos os participantes do processo, em especial, à Abraço, às rádios comunitárias do Distrito Federal, que aqui estiveram em peso. Também as outras entidades que aqui estiveram em peso, a ABBCOM, com a sua presença muito marcante, importante; a ABTU; o nosso Ministério das Comunicações; a nossa EBC, com a brilhante colocação do André Barbosa Filho; ao Paulo, com toda a sua tranquilidade para colocar, é um batalhador na questão da TV Comunitária, desde que eu conheço o Paulo, ele está cuidando disso, há muitos anos, e graças a Deus tem conseguido muito sucesso nessa caminhada; a Deus, por ter deixado o Sóter ter ficado conosco, porque é muito importante Deus, a família, a gente acreditar nas coisas cristãs.

Ele foi submetido a uma operação muito dura, muito difícil, e graças a Deus está aqui todo cheio de vida e por muitos e muitos anos, Sóter, muito obrigado pela sua presença aqui. Eu sei que você é um batalhador pela cultura, em primeiro lugar, depois pelos trabalhadores do Sindicato dos Professores e pelas comunicações aqui presentes. Então, para nós é muita alegria ter você aqui entre nós, com tranquilidade, com saúde.

Eu, não tendo mais nada a discutir, quero declarar por encerrada esta audiência pública. Antes, porém, eu gostaria de convidar a todos os componentes da Mesa para fazermos uma foto oficial, depois, com faremos uma segunda foto com todos os presentes.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado, pessoal.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e quarenta minutos do dia treze de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, José Medeiros e Marcelo Crivella. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte: Reunião de Trabalho:** finalidade, apresentação pela Consultoria de Orçamento do Senado Federal, do programa PLOA que mais se adequa com às funções da CCT, comparece à Reunião, na qualidade de expositor o Senhor Flávio Diogo Luz, Consultor de Orçamentos Finanças do Senado Federal – CONORF. **2ª parte:** Deliberação, **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 330, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências", que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 131, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da CPI da Espionagem (CPIDAESP), que "Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros." que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005." O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações," que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 559, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com 'cláusulas de fidelização' do assinante." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 83, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

(*Texto com revisão***.)**

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma!

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de outubro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta nossa reunião, além das deliberações que teremos que fazer com pareceres, traz uma inovação que é, a meu ver, muito positiva, foi sugestão da assessoria da Comissão: fará com que, na primeira parte, nós possamos ouvir o Consultor Flávio Diogo Luz sobre como está o capítulo de ciência e tecnologia e, portanto, inovação na proposta orçamentária que o Congresso começa a analisar, que chegou do Governo. Por isso eu começo já, de saída, passando a palavra ao Flávio, pedindo que ele nos apresente sua análise.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Em nome da Consultoria de Orçamentos, agradeço a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que nos permitiu esta oportunidade de apresentar o Projeto de Lei Orçamentária, especificamente a parte da ciência e tecnologia.

Eu queria começar apresentando os principais atores aqui do processo de elaboração orçamentária, que são a Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Senadora Rose de Freitas; o Relator-Geral, Deputado Ricardo Barros; o Relator da Receita, Senador Acir Gurgacz; e o Relator Setorial da área temática de ciência, tecnologia e comunicações, Deputado Wadson Ribeiro; e, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Relator das Emendas, Senador Lasier Martins.

Eu não vou ocupar muito o tempo de V. Exªs, sei que a agenda é muito lotada, serão no máximo 10 minutos de apresentação.

No fim de setembro, nós tivemos uma alteração promovida pela Resolução nº 3, de 2015, do Congresso Nacional, que alterou o cronograma de tramitação do projeto de lei orçamentária. Nós temos o envio da proposta orçamentária até 31 de agosto e a realização de audiências públicas não foi alterada. Mas, a partir daqui, nós tivemos uma grande alteração, que foi um prazo fixo para apresentação das emendas de receita, despesa e texto, não mais, após o parecer preliminar, a aprovação do parecer preliminar. Então, nós temos hoje um prazo fixo de 1º a 20 de outubro. A partir de então, a sequência da tramitação permanece a mesma, com a votação de relatório da receita, parecer preliminar, demais relatórios e, após isso, a apreciação no plenário do Congresso.

As principais alterações então, promovidas pela Resolução nº 3, como disse anteriormente, são o prazo fixo das emendas individuais de comissão e de bancada estadual, que são de 1º a 20 de outubro, e, nesta Comissão, o prazo de emendas se encerra, a apresentação de prazo de emendas se encerra hoje, às 19 horas, tendo apreciação amanhã, às 14h30.

Outra alteração significativa foi a alteração de 10 para 16 áreas temáticas, sendo que são seis relatorias a cargo do Senado Federal. Anteriormente eram 4 e agora nós temos 6 relatorias a cargo dos Senadores.

Aqui, de uma maneira didática, nós tínhamos os setores de infraestrutura e o setor de educação, cultura, ciência, tecnologia e esporte, que foram divididos em novas cinco áreas temáticas, sendo que o setor de ciência e tecnologia, derivado do Setor 4 anteriormente, e a parte de comunicações vieram da infraestrutura, então, hoje nós temos uma área temática específica de ciência, tecnologia e comunicações.

Cabe salientar aqui que as áreas temáticas são distribuídas de acordo com a estrutura administrativa. Elas têm um caráter institucional.

Não é temático, não tem a pertinência temática com a área. Então, há os órgãos superiores do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações alocados nesse Setor 8, de Ciência, Tecnologia e Comunicações.

Outra alteração importante na resolução foi a inclusão das comissões mistas como autores de emendas. Então, hoje, além das comissões permanentes temáticas de cada Casa, temos as comissões mistas permanentes como possíveis autores de emendas ao projeto de lei orçamentária.

Uma simplificação ocorrida também foi o numero de emendas que podem ser apresentadas por cada comissão. No caso, todas as comissões podem apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Até o exercício passado, a Comissão de Ciência e Tecnologia tinha o limite de três emendas e apropriação e três emendas de remanejamento.

Em relação às emendas de comissão, existem diversas regras na Resolução nº 1, de 2006. Aqui, apresento uma parte mais geral, que é a seguinte: "as emendas devem ter caráter institucional, representar interesse nacional e serem compatíveis com a competência regimental da comissão." Essa última parte, a compatibili-

dade com a competência regimental, foi uma alteração promovida pela Resolução nº 3, de 2015. Apesar de já haver esse entendimento por parte do Comitê de Admissibilidade de Emendas, agora já está positivado pela Resolução nº 1, de 2006.

Quanto aos recursos alocados para emendas de comissão, apesar de não termos ainda o parecer preliminar que estabelece os critérios e define esses valores, há aqui uma noção dos valores alocados nas emendas de comissão, emendas de apropriação das comissões. Uma parte da reserva de recursos é alocada para emendas de bancadas e emendas de comissão. Esse valor, no ano passado, foi de R$9,8 bilhões. Dessa parte, R$4,1 bilhões foram alocados em emendas de apropriação de comissão.

Outras orientações técnicas são encontradas no sítio da Comissão Mista de Orçamento, e são basicamente dois documentos: o relatório de atividades do CAE, que é Comitê de Admissibilidade de Emendas, e o Manual de Emendas, das Consultorias de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Aqui, temos a nova distribuição das áreas temáticas: anteriormente eram dez e agora são dezesseis. Destaco as áreas temáticas que têm maior pertinência e apresentam emendas pela Comissão de Ciência e Tecnologia: a área temática de agricultura, pesca e desenvolvimento agrário; indústria, comércio, micro e pequenas empresas; e defesa e justiça, além da área temática principal de ciência e tecnologia.

Nesse gráfico, temos uma visão geral das despesas dos orçamentos fiscal e de seguridade social. Ali, temos destacadas as despesas primárias discricionárias, que são a margem de atuação do gestor, onde as comissões atuam. Então, podemos ver que é um valor percentualmente baixo, 5% da despesa total dos orçamentos fiscal e da seguridade, que alcançam R$2,9 trilhões.

Temos aqui que as despesas primárias alcançam um valor de R$139 bilhões aproximadamente. São 5% das despesas totais dos orçamentos fiscal e da seguridade. Se desconsiderarmos as despesas financeiras e as transferências a Estados e Municípios, veremos que esse valor não sobe tanto, sobe para 12%. Então, as despesas primárias discricionárias são 12% das despesas primárias totais.

Aqui, já é um panorama do setor de ciência, tecnologia e comunicações.

Nós temos os dois órgãos superiores – o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações – com os seus respectivos programas temáticos principais. No caso de ciência e tecnologia, o programa principal de ciência, tecnologia e inovação, com um valor total de R$3,8 bilhões. Por sua vez, o Ministério das Comunicações apresenta um valor para o seu programa temático principal de R$900 milhões.

E, aqui, também podemos observar a diversidade de assuntos de ciência e tecnologia, envolvendo a questão nuclear, a espacial, mudança do clima e outras. (*Pausa.*)

Por fim, apresento aqui as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia nos exercícios de 2014 e 2015.

Nós podemos ver que a pertinência temática da Comissão extrapola a estrutura administrativa do Setor 8, de ciência e tecnologia.

Como nós podemos ver, as Forças Armadas possuem emendas apresentadas na Comissão de Ciência e Tecnologia; e, no exercício de 2014, abaixo, já tínhamos a apresentação na área de comunicações, que ainda não integravam o Setor 8, mas já apresentava emendas por conta de sua pertinência temática com esta Comissão.

O valor total aprovado, no exercício de 2015, como nós podemos observar, foi de R$36 milhões, nas emendas de apropriação. Historicamente, a Comissão de Ciência e Tecnologia não apresenta emendas de remanejamento. Então, também tínhamos apenas três emendas, todas elas emendas de apropriação.

Esse valor total (R$36 milhões) representa, aproximadamente, 5% do valor solicitado pela Comissão de Ciência e Tecnologia no exercício de 2015. Em 2014, um valor um pouco menor em termos absolutos, mas representava 6% da solicitação desta Comissão.

Essas foram as considerações a respeito da área temática de ciência e tecnologia.

Gostaria novamente de agradecer, em nome da Consultoria, o espaço aberto para a apresentação e dizer que estamos à disposição para quaisquer dúvidas.

Tanto eu, no ramal 1213, como o colega Carlos Murilo, no ramal 3818, estamos à disposição de V. Exªs para quaisquer outras dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há alguma pergunta?

Eu tenho algumas, mas prefiro passar primeiro a palavra aos Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, eu só queria perguntar ao Consultor Flávio Diogo Luz – uma coisa boa, porque lembra o Sol, que dá energia: na sua avaliação, como técnico desta Casa, como foi o aproveitamento das emendas passadas e como nós podemos fazer para melhor aproveitá-las nesta oportunidade?

Acho que as suas colocações sobre essas duas perguntas podem nos ajudar para podermos, agora, sob a batuta do Senador Lasier, que é o nosso Relator, fazer o melhor.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Pois não.

Nós temos alguns critérios contidos na Resolução nº 1, de 2006, para apresentação de emendas de inclusão de despesas.

O que nós vimos ali, nos exercícios passados, são emendas de acréscimo de despesa, são programações existentes, apresentadas pelo Executivo, onde a Comissão faz uma suplementação na realidade. Então, hoje – e, talvez, a pergunta tenha esse foco –, nós não temos a mesma apreciação que podemos ter de emendas individuais, que são marcadas no Orçamento de uma forma diferente, de modo a podemos saber o quanto é executado dessas emendas.

No caso de emendas de comissão e de bancada, elas se juntam à programação apresentada pelo Executivo. Então, não temos como avaliar o quanto foi executado dessas emendas de comissão. Os valores integram o valor apresentado pelo Executivo enquanto, nas emendas individuais, esse valor é separado. Existe um indicador na programação, e podemos acompanhar. Agora, com a aprovação do orçamento impositivo, mais ainda. Temos critérios constitucionais para a execução das emendas.

Não sei se respondia a pergunta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Primeiramente, uma que não é para você, mas para todos nós, Senadores, que queremos encontrar um caminho neste País. Quando vemos o gráfico em *pizza* em que você apresenta os dados, vemos que 4% mais 36% mais 10%, 50% é relacionada a despesas financeiras, incluindo amortização. Um dia vamos ter que resolver isso. É claro que não podemos resolver ignorando. É como dizer "quero voar" mas não levar em conta a Lei da Gravidade. Quando ouço alguém dizer "não pague a dívida", é o mesmo que dizer "salta do abismo sem levar em conta a gravidade". Existe uma Lei da Gravidade cada vez que se mexe na realidade financeira, nas regras bancárias. Agora, um dia vamos ter que resolver isso. Não é verdade, Senador? Não dá para ter 50%...A não ser que, daqui, eu não esteja vendo bem. Mas temos 10%, 36% e 4%. Um dia vamos resolver isso.

Outra coisa que me chama a atenção é aquela tirinha bem fininha do Bolsa Família. Lembro-me de que – Hélio José também lembra – quando lancei a ideia da Bolsa Escola na campanha de 1994, começaram a dizer que era demagogia, que era mentira. Aí, fiz um gráfico *pizza* desses, só que eu colocava apenas o gasto com Bolsa Escola, e o resto todo com a mesma cor. E era uma tirinha menor do que essa, era 0,68%, chegando a vinte mil famílias, que era a nossa meta. Isso foi o que convenceu de que era possível, Senador Lasier. Continua sendo uma parte muito pequenas. Não é isso que prejudica o orçamento.

Agora, vêm as perguntas.

Quando vi escrito "política nuclear", fiquei curioso para saber o que está debaixo desse guarda-chuva. Essa é a primeira pergunta. Segunda: quando vi "política espacial", também fiquei curioso de saber o que está por debaixo. Terceira pergunta: se compararmos esse orçamento com o de 2014, há melhora ou piora em termos reais de recursos e de qualidade orçamentária? Porque, às vezes, não gasta mais, mas gasta melhor. Deu para ver isso ou você prefere que eu use a sua extensão, a que você deu ao número porque vai precisar de outros estudos? E, finalmente, não tem a ver diretamente, mas tem tudo a ver do ponto de vista da realidade: quanto vai se gastar, e como, nas universidades? Acho que merece esta Comissão debruçar-se sobre as universidades, que têm tudo a ver, ou deveriam ter, com ciência e tecnologia, embora eu ache que, hoje, têm pouco a ver. Lamentavelmente, as universidades têm pouco a ver com ciência, Tecnologia e inovação. Bem pouco.

Coloquei uma nota um dia desses, que provocou muita irritação nos seguidores. Foi a seguinte: "as universidades brasileiras, hoje, se dividem em dois grupos: uma, que enriquecem seus donos, e há muita gente rica graças a universidades; e a outra, que empobrece o contribuinte, que são as públicas, já que o contribuinte não está vendo o resultado pleno do dinheiro que gasta nelas. A gente vai ter que enfrentar esse problema um dia também, não só acerca do quanto deve ser gasto nas universidades públicas – prefiro dizer estatais –, mas como se gasta. São quatro meses em greve já, algumas delas. Quatro meses! E, nesses quatro meses, o contribuinte está pagando. O contribuinte está sendo empobrecido sem ver o resultado.

Então, a minha pergunta é se daria ou se você faria isso para nós mais adiante. São essas as perguntas. Acerca das despesas financeiras, se você quiser dar uma contribuição como consultor em geral, sim; senão, é uma pergunta para um dia nos debruçarmos sobre ela. E política nuclear: o que está por debaixo? Política espacial: o que está por debaixo? E também comparar o orçamento com o de 2014, além da questão das universidades.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – V. Exª pediu uma apresentação de algumas horas.

Em relação à questão da despesa financeira, nós temos, na minha visão, dois problemas fundamentais, no Brasil, que devem ser resolvidos: a questão da Previdência e a questão da segurança jurídica para investimento, esses dois pilares para redução daquela fatia da *pizza* que estamos vendo lá, que tem implicações.

O ajuste atuarial da Previdência é um dos aspectos em que a gente tem impactos, não só por questão de despesas futuras, mas isso impacta diretamente no quanto de juros o Brasil paga hoje, porque a expectativa de solvência do País no futuro impacta na taxa de juros aplicada no presente. E a questão da segurança jurídica para os investimentos, que nós não temos, infelizmente. As regras no Brasil mudam o tempo todo e os empresários não se sentem confortáveis, ou só se sentem confortáveis com margens de lucros muito mais altas. Então, creio que essas sejam as questões a serem trabalhadas, e o Congresso Nacional é o ator fundamental nesse aspecto.

Quanto às questões de política nuclear, espacial, V. Exª pode pedir à Consultoria que eu terei o maior prazer de elaborar uma nota técnica para V. Exª e responder a essas questões, porque envolvem diversos assuntos sobre os programas. Então, V. Exª pode solicitar e nós elaboramos, na Consultoria, um trabalho para V. Exª.

Agora já me perdi na outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não se preocupe, é que eu fiz muitas perguntas juntas.

A outra é espacial. Onde está a espacial? Tem política espacial. Você tem ideia também dos detalhes?

É outro quadro, não é esse.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – É outro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, só complementando a sugestão do senhor, eu gostaria também de saber o porquê de tão pouco para geologia e mineração e transporte mineral, e dos oceanos, zona costeira e Antártica.

Então, vou complementar o ofício do Senador fazendo um ofício solicitando a informação sobre isso, porque a importância dos oceanos e da Antártica, por exemplo, e da zona costeira em geral são fundamentais para a gente, e sobre o desenvolvimento dessa área, tecnológico, inovações, a gente tem que pensar com muito carinho, e é apenas 0,47, enquanto o nuclear está 892 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Na verdade, o porquê não é para ele, porque é o Governo quem decide o porquê e que mandou para cá.

Agora, uma pergunta que talvez tenha a ver é por que não entra energia, aqui?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso! Boa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vai para o Ministério de Minas e Energia, mas na verdade há pesquisas sendo feitas sobre energia, ou deveriam. Mineração não entra porque o sol não é considerado uma mina para o Brasil.

Você, que trabalha tanto em energia solar, não dá para dizer que na mineração vão entrar pesquisas sobre energia solar.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Bom, o critério dos programas temáticos é institucional. No orçamento, nós temos a programação orçamentária na qual há um critério de programação chamado funcional, tem uma classificação funcional, função e subfunção. A subfunção tem maior pertinência com o tema abordado no orçamento. E nós temos três subfunções específicas, 571, 572 e 573, que abordam o desenvolvimento científico e tecnológico e o fomento à ciência e à tecnologia.

Esse valor de quase seis bilhões que temos ali é institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério das Comunicações.

Como o Senador Cristovam Buarque mencionou, nós temos outros ministérios trabalhando em cima dessas áreas. E se considerarmos o total dessas subfunções, chegamos ao valor de R$6,7 bilhões no projeto de lei orçamentária. Então, existem outras coisas que não estão abordadas aqui. Esse é um panorama geral da parte institucional do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Alguma pergunta?

Senador Lasier. Depois, nós entramos na reunião normal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, o senhor falou na inclusão da universidade, mas, de uns tempos para cá, têm-se disseminado dentro das universidades os centros tecnológicos. Então, eu pergunto: nós podemos valorizar, dentro do orçamento da ciência e tecnologia uma destinação melhor para esses centros tecnológicos, ou não?

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Sim, temos ações específicas que são voltadas para a educação dentro da área de ciência e tecnologia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, quero agradecer ao Flávio a sua apresentação, e vamos explorá-lo querendo uma análise mais detalhada do orçamento diante de seu

impacto na ciência e tecnologia. Mas eu gostaria, desde já, que procurasse se preparar para a gente ver o problema da universidade, como é que está no orçamento, e, segundo, outras atividades de ciência e tecnologia em outros setores do ponto de vista institucional, em outros Ministérios, em outras rubricas, mas que têm a ver com ciência e tecnologia, como, provavelmente, o Ministério da Defesa, que tem coisas que não entraram aqui, não é? Não entram aqui, não é?

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Estão aí?

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Aqui, neste quadro, não, estão apresentados no final, nas emendas apresentadas...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah! Nas emendas.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas no que vem do Governo, a Defesa faz sempre só o nuclear, ou não? Por exemplo, o ITA não entra aqui?

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – Não, não entra.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É isso.

Então, vamos procurá-lo, está bem? Muito obrigado pela contribuição, foi muito útil.

O SR. FLÁVIO DIOGO LUZ – O.k. Agradeço a oportunidade, obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Cristovam, se V. Exª me permite, antes de eu sair, deixe-me fazer uma ponderação: este ano também é o ano que a gente deveria já estar discutindo o PPA, até porque esse orçamento de 2016 é o orçamento que incide no primeiro ano do PPA, já que o PPA anterior vence exatamente em 2015 e, lamentavelmente, a gente termina não tendo a compatibilização desses debates, que é um processo completamente dissociado. Todo mundo, quando faz a LDO, apresenta a LDO e termina tendo a compreensão de que a LDO ainda, na cabeça de muita gente, é um momento para alguns tentarem apresentar metas que, depois, se materializem em emendas. Portanto, desvirtuando o que seria algo como diretriz.

E para o PPA, pior ainda, Senador Cristovam, acho que é um negócio preocupante. Vamos discutir o PPA, na prática, no mês de novembro, dezembro, e acho que é um prejuízo enorme esse debate. A própria Comissão de Orçamento não fez o debate, o Governo toda vez trata o PPA como algo meramente obrigatório. E a gente não tem, principalmente num período de crise como esta, até para não ficar botando no PPA algo que não se vai fazer nunca e excluindo algo que poderia ser, inclusive, importante, para enxergar as oportunidades e até trabalhar na seletividade do que é possível num momento de crise qual o caminho a se adotar.

Estou falando isso até porque fui o Relator do PPA em exercício, e minha maior briga no atual PPA era exatamente não permitir uma enxurrada de programas. Recebi, tanto da Câmara quanto do Senado, no PPA, mais de três mil emendas, criando uns três mil programas. O PPA saiu, Senador Cristovam, daqui do Congresso Nacional com 65, não sei se o Governo executou 30. Estou falando do Plano Plurianual para quatro anos. Então, por exemplo, quando fizemos o PPA, diferentemente deste que vai ser feito agora, a Petrobras entrava com quase 50% do investimento. Será que isso se repetirá? Óbvio, nem sempre o óbvio é óbvio, mas, de vez em quando, é ululante, então, vamos ver se essa coisa pelo menos bate na cabeça de alguém para poder haver um diálogo.

Lembro-me que, numa das reuniões que fizemos com o Ministro Nelson Barbosa ali no gabinete da Presidência, quando a preocupação do Governo era muito no sentido do vem para cá para conversar para o ajuste, o ajuste, o ajuste...

As três peças fundamentais que devem nortear o ajuste ou, pelo menos, no nosso entendimento, o caminho de saída da crise, são LDO, Orçamento e PPA... Eu diria que, no ano do PPA, a gente deveria inverter essa lógica: deveríamos discutir o PPA, preparar uma LDO como diretriz para chegar nesse PPA e consolidar o orçamento do primeiro ano, com base no que se traçou na espinha dorsal. A gente faz o contrário.

Nós estamos discutindo uma costela, quando a espinha dorsal está completamente comprometida. Eu não sei onde eu vou encaixar essa costela que o senhor está levantando. Onde? Em que lugar? Como isso vai se processar? Eu estou querendo botar no orçamento alguma coisa para a Defesa, mas, de repente, a gente está sofrendo outro ataque, que é um ataque de desejos e vontades do Executivo em tentar resolver as coisas de maneira a atender a sua demanda, sem entender o que vai fazer para os próximos anos. É impossível tratar isso, Senador Cristovam. Eu não vejo como.

Eu estou dizendo isso, na realidade, porque essa cobrança eu fiz aos dois principais ministros que cuidam dessa área, nas conversas conosco: o Ministro Nelson Barbosa, que é o responsável direto, e o Ministro Joaquim Levy. Ou a gente acha que é só chegar ali, preparar aquele calhamaço de coisas, de informações, que compõem um PPA, e mandar para cá; chega aqui, vota, todo mundo fazer emenda...

"Quero botar estrada aqui para a Bahia". Depois eu boto no panfleto: "Atenção, baianos, eu fiz uma emenda para fazer a estrada, que vai ligar nada com nada e vai chegar a lugar nenhum". Portanto, não vai haver execução.

O Governo acabou de lançar um programa, por exemplo, de infraestrutura, no mês de junho. Em um ano que vai fazer o PPA. Esse programa está no PPA? Sabe Deus. Lançou outro programa, o grande programa de política de exportação não sei o quê. Está no PPA isso? Ou essa política de exportação é só para aproveitar que o dólar subiu?

Como a gente está falando em Defesa, parece aquela história de foguete. O cara vai lançar o foguete e diz assim: "Olha, deu um problema no foguete. Chama ali o cara de Fogos Caramuru, que ele entende de foguete".

Quer dizer, não dá para tratar desse jeito, Senador Cristovam. Eu estou colocando isso assim até muito chateado, porque toda vez é isso. Corre para as comissões. A gente vem em um corre-corre danado para fazer emenda. Eu vi aqui as nossas três emendas: ótimas. Agora, será que a gente está em sintonia? Será que o Governo está nessa mesma questão? Por exemplo: no período passado, o Ministério da Defesa teve um papel importantíssimo na consagração de alguns pontos para a gente caminhar na linha do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Importantíssimo, Senador Cristovam. Eu não sei se esses projetos vão adiante.

O senhor falou ali da área nuclear, por exemplo. Será que é importante a gente manter esse mesmo volume? Nós não estamos fazendo o debate das fontes alternativas: solar, eólica, enfim. O Governo da Alemanha fez um grande programa para fazer exatamente a substituição. Será que não era hora de no nosso PPA a gente enxergar isso?

Mas nós já lançamos um leilão em agosto para solar – um senhor leilão. Eu pergunto: o resultado desse leilão, será que foi combinado com o processo de substituição dessa fonte nuclear?

Porque eu acompanhei, *pari passu*, com V. Exª o debate sobre a questão principalmente depois de Fukushima... Se V. Exª se lembrar, eu tinha uma expressão que dizia assim: meu medo não é a energia nuclear, meu medo é com a nossa incapacidade de tratar quando os riscos se apresentam a partir do uso da manipulação dessa fonte. Ou seja, nós não temos cultura de defesa civil.

Em uma simples enchente, o senhor se lembra aquela vez que choveu ali, perto de Angra? A Usina ficou ilhada. E o que a gente faz? Chama quem? O bombeiro? Ligeiro. Tira aqui e bota aqui uma bomba, menino. Aquelas bombas que a gente botava em caixa subterrânea para tirar água e não inundar os cabos telefônicos. Não dá ser assim.

Então, minha dúvida é essa, Senador Cristovam. A gente vai e dá uma boa contribuição à Marinha, dá uma boa contribuição ao Exército, ao programa Antártida. Agora, do outro lado, já que a gente está falando de Defesa, será que a gente combinou com o beque, que está do outro lado?

Então, esse é o processo que devia estar mais afinado. Aí, nós vamos ter até o dia 20 agora para emenda, todo mundo apresentando emenda ao orçamento depois nós vamos fazer emenda para o PPA. Aí, nós vamos tentar fazer o quê? Se o PPA fosse a partir de 2017, eu até ficava tranquilo, eu não tenho problema, nós temos tempo, só que o PPA é a partir de 2016, o PPA novo começa em janeiro de 2016. E, aí, a gente fica completamente desfocado. Quer dizer, essa é uma reclamação que eu tenho feito.

Eu tive oportunidade de ser Relator do PPA, o Presidente da Comissão, à época, era o Senador Vital do Rêgo, que foi para o TCU, e nós rodamos o Brasil inteiro. Fomos inclusive ao Norte, fizemos audiência, fizemos por regiões, fizemos 11 audiências públicas. Geralmente em duas localidades, duas cidades em cada região, para a gente tentar exatamente identificar o que podia produzir.

E foi uma conversa, Senador Cristovam, eu conversei com cada Deputado, cada Senador que apresentou emenda, dizendo por que estava rejeitando as emendas, dizia: meu amigo, eu não posso botar três mil programas. Quem não consegue fazer 65, meu caro Cristovam, vai fazer três mil? Qual é o governo que tem três mil prioridades? Eu não conheço.

Então, essa é minha preocupação. Porque a gente entra em uma rota em que vai abarrotando, abarrotando, botando, botando, botando, emenda e aí a gente mesmo termina até fazendo um negócio, enganando a si próprio.

Então, acho que é importante esse esclarecimento aqui apresentado, mas acho que a grande lição que a gente tem de tirar é esta: como é que a gente encaixa? Eu concordo plenamente com V. Exª, um bocado de coisa ali poderia ser limado. Não é só pela redução de custo, mas pela oportunidade, pela escassez.

Na escassez, se trabalha com a palavrinha chamada "prioridade". Depois da prioridade, se vai para a seletividade, ou seja, nesse momento de crise, aonde eu posso ir para poder executar e que vai ter incidência na sociedade, incidência na economia, para tentar sair da crise? Eu penso assim, por isso essa minha insistência com o Ministro Joaquim Levy. Eu digo a ele sempre aqui: o ajuste que você está propondo é todo dia abrir um buraco no cinto. Tem uma hora em que vai faltar cinto e a cintura vai embora há muito tempo.

Então essa é a minha preocupação, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Walter, eu reconheço tanto a importância do que o senhor falou que eu vou me debruçar sobre sua fala na transcrição desta reunião. Depois, eu quero sentar para ver o que a gente faz em função disso, a que ministro a gente recorre, que estudo adicional a gente faz, porque é preciso trabalhar isso.

Então, eu me comprometo em procurar depois em cima das transcrições.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, eu tive o privilégio de ser convidado pela Marinha a ir a São Paulo e ao Rio ver os estudos que eles fazem. Eu concordo com tudo o que o Senador Walter Pinheiro colocou e que o senhor também encaminhou, mas, é importante de fato, o que eles estão fazendo é fundamental, e está faltando pedaço de investimento para poder cuidar, por exemplo, para a hélice, trazer navio de propulsão nuclear, algumas coisas assim, mas eles precisam esclarecer melhor para a gente essa questão, para a gente definir os nossos orçamentos.

Então, eu creio que o comandante da Marinha, por exemplo, esse programa que eu fui conhecer no Rio e São Paulo, e o Ministro da Defesa, seria fundamental a gente conversar sobre esse tema porque é tão importante para a cidadania, para a soberania do nosso País que a gente não pode tergiversar, definir, da melhor forma possível, um encaminhamento para aquela área.

E eu pude ver o tanto que a tecnologia, por exemplo, na separação do urânio e outras coisas lá tem avançado nesse programa, que recebeu tanto ataque, inclusive, dos meios de comunicação, e a gente precisa analisar com carinho isso para que não prejudicar o que está sendo feito, mas também, como o Senador Walter colocou, com toda a clareza e com toda razão, melhor definir os encaminhamentos.

Então, seria muito oportuno que a gente conseguisse sentar para discutir isso, não é Senador Walter?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos fazer isso.

Então eu dou por encerrada esta primeira parte da nossa reunião de hoje.

Agradeço ao consultor Flávio.

E vamos dar início à segunda parte da nossa reunião de hoje, com a pauta deliberativa.

O item nº 1 tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Randolfe, a pedido do Senador Aloysio, nós gostaríamos de inverter a pauta, passando para o item 2, de que o senhor é o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente. Estou pronto para apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos então ao item nº 2. Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
2) Em 11/08/2015 e 12/08/2015, foram realizadas duas audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir a Matéria;
3) A matéria foi retirada da pauta das reuniões dos dias 15/09/2015 e 29/09/2015, a pedido do relator;
4) A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/10/2015.

Com a palavra, o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão, Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015, de S. Exª o Deputado Luis Carlos Heinze, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Objetivamente, as alterações previstas por este projeto de lei são as seguintes:

(i) Rotular como transgênicos apenas os alimentos cuja presença de OGM for comprovadamente detectada através de análise específica;

(ii) Facultar a rotulagem "livre de transgênicos" aos alimentos para os quais a referida análise específica tenha resultado negativo sobre a presença de OGMs; e, por fim,

(iii) Retirar o símbolo T, atualmente utilizado para a identificação de alimentos transgênicos, substituindo-o pelas expressões "(nome do produto) transgênico" ou "contém (nome do ingrediente) transgênico."

No Senado, este projeto foi distribuído para esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; para a Comissão de Assuntos Sociais; e para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Passando diretamente à análise, Sr. Presidente, e passando também diretamente ao mérito, opino o seguinte: o direito fundamental à informação é um dos pilares da democracia e do Estado de direito; pertence, esse direito, a toda a coletividade e encontra previsão expressa no art. 5º, inciso XV da Constituição da República, que garante ser assegurado a todos o acesso à informação.

Especificamente em relação ao consumidor, tratou a Constituição Federal de defini-lo como sujeito de direitos fundamentais, ao prever, em seu artigo 5º, inciso XXXII, o seguinte: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". Tamanha é a relevância do direito do consumidor que o art. 170 da Constituição, inciso V, elencou a defesa do consumidor como um princípio da ordem econômica.

O direito constitucional do consumidor à informação encontra-se regulamentado pela Lei nº 8.078, de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, tendo sido objeto de diversas disposições específicas para a sua proteção. Entre essas disposições, destaca-se o art. 6º, inciso III, que institui como direto básico do consumidor:

A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Registre-se, por oportuno, que o direito fundamental do consumidor à informação independe da presença ou da ausência de riscos à sua saúde advindos do produto. Portanto, é um direito fundamental, Sr. Presidente, em que se destaca a independência sobre riscos ou não à saúde do consumidor. É fundamental o direito à informação.

Assim, ainda que se alegue a inexistência de riscos decorrentes de OGMs ao consumidor, é garantido o acesso integral às informações relativas ao produto, inclusive no que se refere às suas características e composição.

Apesar dos debates na Câmara dos Deputados, quando da aprovação em Plenário do PLC nº 34, de 2015, terem se voltado ao debate sobre a necessidade ou não de se manter o símbolo "T" (previsto na Portaria do Ministério da Justiça n.º 2.658, de 2003), a questão nuclear de maior relevância consiste na previsão de que a comprovação acerca da presença de OGMs nos produtos seria realizada através de "análise específica". É este, na realidade, o ponto-chave do Projeto de Lei para o qual faço questão de chamar aqui a atenção, do qual adviriam as maiores violações ao direito constitucional do consumidor à informação e impactos à diplomacia e economia nacionais.

Explicarei mais detalhadamente: segundo a sistemática atualmente em vigor, disciplinada pela atual redação do art. 40, da Lei nº 11.105, de 2005, pelo Decreto nº 4.680, de 2003, e pela Portaria do Ministério da Justiça nº 2.658, de 2003, a identificação da origem transgênica é realizada com base na matéria-prima utilizada na composição do produto final, isto é, no início do processo produtivo. Assim, no sistema atual, basta que determinada espécie transgênica tenha sido utilizada para que advenha a necessidade de rotulagem do produto acerca da presença de OGM. A lógica é simples: havendo matéria-prima transgênica, deverá ocorrer a rotulagem. Observe-se que, dada a facilidade de se identificar a presença de OGM na matéria-prima utilizada no produto, não há necessidade de qualquer comprovação laboratorial.

Entretanto, pela proposta contida no Projeto de Lei nº 34, de 2015, a identificação da origem transgênica seria realizada no próprio produto final, através de análise...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se pegar a matéria-prima que é feita, utilizada em várias marcas de biscoitos, tem que fazer a análise biscoito por biscoito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente. A análise seria ao final da cadeia produtiva, e não no começo. Obviamente, seria omitido que aquele produto contém material transgênico ou contém objeto transgênico.

Na prática, como a maior parte dos alimentos que contém OGM em sua constituição são ultraprocessados – é o que disse o Senador Aloysio –, como óleos e margarinas, por exemplo, e o biscoito, a detecção da origem transgênica não será possível de ser realizada. Com isso, a matéria-prima poderá ser 100 % transgênica,

mas, em função do processo industrial de fabricação do alimento, este não mais poderá ser identificado como produto de um OGM, dada a impossibilidade de se detectar o DNA da matéria-prima transgênica.

Como bem explica Ana Paula Bortoletto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a inclusão da "análise específica" para a comprovação da origem transgênica do produto "é um detalhe técnico que dificulta ter essa informação porque, como a detecção só acontece se tivermos o DNA, o material genético do alimento transgênico, quase nenhum alimento processado, industrializado, vai ter o DNA inteiro para fazer essa análise. Então, no produto final, não necessariamente vamos encontrar a prova laboratorial de que ele é transgênico. E o que importa para o consumidor é saber se a matéria-prima usada no produto é ou não é transgênica." Nunca é demais destacar que essa é a informação fundamental, que é preservada pelo dispositivo constitucional.

Assim, dada a impossibilidade técnica de se identificar a presença ou não de matéria-prima provida de OGM através de análise laboratorial do produto final acabado, o resultado nefasto da eventual aprovação do PLC nº 34, de 2015, seria a ausência de rotulagem sobre a origem transgênica para a grande maioria dos produtos transgênicos, o que representaria forma de ocultar do consumidor a informação sobre a presença de OGMs nos produtos que consome.

Dessa forma, mais do que deixar de informar o consumidor, violando o seu direto fundamental à informação, o Congresso Nacional, com a eventual aprovação do PL nº 4.148/2008, estaria permitindo que a sociedade brasileira seja ludibriada sobre a presença ou não de transgênicos nos produtos que consome diariamente.

Por fim, vale registrar que o PLC nº 34, de 2015, desconsidera a vontade da maioria da população brasileira. Primeiro, porque, segundo enquete pública realizada pelo Senado Federal, 94 % dos participantes possuem opinião contrária à referida proposição legislativa. Segundo, porque outras pesquisas de opinião oficiais demonstram a vontade da maioria da sociedade em "querer saber se um alimento contém ou não ingrediente transgênico (74% da população Ibope, 2001; 71% Ibope, 2002; 74% Ibope, 2003; e 70,6% Iser, 2005)", como informa a "Carta das entidades da sociedade civil contra o PL 4148/2008."

Especificamente em relação aos OGMs, apesar da Lei n.º 11.105, de 2005, ter permitido o seu cultivo e comercialização, ainda não há qualquer consenso científico acerca dos potenciais riscos que possam produzir à saúde da coletividade, inclusive por decorrência da questão do aumento do uso de agrotóxicos.

E aqui, Sr. Presidente, abro um parêntese para trazer a matéria de capa do jornal *Folha de S.Paulo*, do último domingo, dia 4 de outubro, em que diz "controle de agrotóxicos em alimentos é quase nulo em nosso País", o que reforça esse argumento.

No ponto, é preciso ressaltar que o princípio da precaução, amplamente aplicado nas legislações brasileira e internacional, inclusive consistindo em princípio orientador do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança (art. 1º), aplica-se ao caso da rotulagem de transgênicos, já que a sua incidência se dá "quando a informação científica é insuficiente, inconclusiva ou incerta e haja indicações de que os possíveis efeitos sobre o ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido."

A justificação do Projeto de Lei em epígrafe não encontra fundamentos na realidade fática. A alegação genérica de que a rotulagem criminaliza o consumo desses alimentos não prospera e pode ser facilmente rechaçada a partir de pesquisa produzida pelos próprios produtores de tais alimentos. A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos realizou, em parceria com o instituto Ipsos, em maio de 2014, pesquisa cujo objetivo central consistia na mera apresentação do atual símbolo dos alimentos oriundos de transgênicos a uma amostra de indivíduos, para que respondessem à seguinte pergunta: "na sua opinião, qual é o significado desse símbolo?"

Dos entrevistados, 69% declararam não compreendê-lo; 14% o identificaram como um possível sinal de trânsito; 6%, como transgênico e, portanto, identificaram adequadamente a rotulagem; 6%, como um sinal de alerta; 2%, como marca de roupa; e, apenas 3% dos entrevistados identificaram o símbolo como potencial gerador de males à saúde.

Veja, Sr. Presidente, e falo isso já para concluir: há cinco vezes mais pessoas que identificam o símbolo como um sinal de trânsito do que como algo potencialmente nocivo à saúde. Há, por outro lado, uma carência enorme de informação da sociedade a respeito do tema, que se agravaria ainda mais com a exclusão do rótulo.

Assim, não goza de ressonância empírico-científica a alegação de que a rotulagem abala a credibilidade dos produtos ante os consumidores, criminalizando seu consumo.

Destaco, Sr. Presidente, que essa pesquisa foi inclusive apresentada aqui, na audiência pública que fizemos sobre a matéria pelos seus defensores, ou seja, por aqueles que pediam a aprovação da matéria. Fica claro, então, que a retirada do "T" agrava mais o desconhecimento da população sobre a existência de produtos transgênicos.

Portanto, Sr. Presidente, pelos motivos expostos, a nossa opinião é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Em primeiro lugar, Senador, quero parabenizá-lo pelo seu relatório detalhado e bem consolidado.

A matéria está em discussão.

O Senador Lasier pediu a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Concordo com V. Exª. Nosso inteligente Randolfe nos apresentou um relatório muito convincente.

Agora, eu acho o seguinte, Senador Cristovam: há muito tempo, uma letra não era tão discutida como tem sido discutido o T. É claro que todos nós somos contra agrotóxicos, devemos nos prevenir, devemos nos informar. Agora, eu acho que o T é um exagero, porque o T em letra preta em um triângulo amarelo, que faz lembrar os sinais de trânsito, isto é advertência e significa perigo! Nós estamos consumindo transgênicos há 10 ou 15 anos, principalmente no óleo de soja, nessas coisas, e a nossa expectativa de vida tem só melhorado. Até hoje não se viu, ainda, no grão transgênico, nenhum mal. E nunca um grão foi tão pesquisado no mundo como têm sido o grão de soja, por exemplo.

Então, o projeto só tem um senão, que é esse T, porque a advertência de produto transgênico já está escrita no rótulo, o excesso é a letra T. Eu sou contra isso essa letra T, acho que não precisa. Tem o produto com glúten, ou sem glúten, não tem nenhum G preto em letra amarela advertindo que aquilo é perigoso, etc.

Então, por isso eu fiz um requerimento, Senador Cristovam, que está na Mesa do Senado, para que também a Comissão de Agricultura examine essa matéria, para que ela seja esgotada. Para que vá adiante, porque a advertência contra os transgênicos, "esse produto tem transgênico etc", já existe. Agora, também não precisamos exagerar.

É a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Esse pedido de ir para a Comissão de Agricultura já está na Mesa, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem.

Senador Aloysio, pediu a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu faço coro com V. Exª no elogio ao trabalho do Senador Randolfe.

Eu, como o Senador Lasier, não compartilho dessa obsessão contra os transgênicos. Eu me louvo nos pareceres da CTNBio, que examina os produtos antes de eles poderem ser cultivados e comercializados. Mas eu respeito o ponto de vista daqueles que, diante da controvérsia, diante do grau de polêmica que existe ainda em relação a essa matéria, querem estar bem informados. E eu acho que essa informação aqui, o projeto que veio da Câmara, de alguma forma retira condições atuais de informação ao estabelecer um novo tipo de análise, digamos no varejo, em vez da análise no atacado, que é muito mais simples de se fazer. De saber se aquela matéria prima que é usada em diferentes tipos de produtos é ou não de origem transgênica.

Então, eu acho que é um direito à informação que, de alguma forma, é turvado pela mudança, não do rótulo, mas do tipo de análise que leva à fixação do rótulo. O que está em causa não é exatamente a existência ou não do rótulo no produto, mas é a análise necessária para que esse rótulo seja aposto à embalagem do produto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Este é o núcleo central do projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

Então, eu penso que esta mudança imposta por lei, do tipo de análise que deve ser feita, é que, no meu entender, embaralho um pouco, turva o processo de conhecimento por parte do consumidor.

Por isso eu acompanho o parecer do Senador Randolfe e apoio a iniciativa de V. Exª de levar o assunto à análise da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, encerradas as discussões, eu quero dizer que, de fato, quanto mais discussões, melhor. Mas eu fecho muito com a posição de que mudar dessa maneira é abrir a possibilidade para riscos. Vamos trabalhar mais, vamos procurar mais.

O requerimento já chegou aqui, o pedido está esperando a aprovação, a nossa, para ser enviado para lá.

Então eu ponho em discussão.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabéns, Senador! E parabéns também, Senador Lasier, por levar aqui à Comissão de Agricultura!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu queria cumprimentar o Senador Lasier, exatamente como V. Exª está cumprimentando. Eu acho que quanto mais debates sobre essa matéria, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A nossa Secretária lembra que está aprovado pela rejeição, porque, da maneira como eu falei, parecia que estava aprovado o projeto, mas está aprovado o parecer do Senador Randolfe Rodrigues.

Voltamos ao item 1, lembrando que o Senador Aloysio foi o primeiro a chegar aqui. Então, nós adiamos a pedido dele.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros.

Autoria: CPI da Espionagem

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao PLS nº 330, de 2013, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 22, 26 e 29, e Rejeição das demais emendas oferecidas, nos termos do substitutivo oferecido, e, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014, e PLS nº 181, de 2014.
Observações:
1) As matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania;
2) Em 18/08/2015, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, em atendimento ao Requerimento n.º 52, de 2015-CCT, de autoria do Senador Telmário Mota;
3) Em 01/09/2015, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;
4) A matéria foi retirada da pauta das reuniões dos dias 15/09/2015, 29/09/2015 e 06/10/2015;
6) Em 30/09/2015, foram apresentadas cinco emendas de autoria da Senadora Angela Portela e cinco emendas de autoria do Senador Delcídio do Amaral;
7) Em 01/10/2015, foram apresentadas quatro emendas de autoria do Senador José Medeiros e duas emendas de autoria do Senador Roberto Rocha;
8) Em 06/10/2015, foram apresentadas treze emendas de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já apresentei um primeiro relatório que conclui pela apresentação de substitutivo a essas três proposições que estão tramitando aqui na nossa Comissão, o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, o projeto do Senador Vital do Rêgo e o projeto que resultou da CPI da Espionagem.

Foram apresentadas 29 emendas depois da apresentação desse meu relatório. Eu penso, então, Sr. Presidente, que não é necessário eu retomar a análise do conjunto da matéria, mas podemos, se concordarem os colegas, ir direto à análise de cada uma das emendas.

Eu começo pela emenda da Senadora Ângela Portela.

A Emenda nº 2: suprimir a excepcionalidade de aplicação da norma, inciso IV, § 2º, art. 3º, quanto aos dados anonimizados e ao tratamento diferenciado dos dados pessoais de estrangeiros ou pessoas não residentes no País, como proposto por mim.

A presente norma volta-se à proteção dos dados identificáveis ou identificados, conforme inclusive assim definimos nos conceitos. Por esta razão, afigura-se razoável excluir da abrangência normativa os dados anonimizados, o que de plano já afasta a proposta similar da Emenda nº 13.

Quer dizer, o projeto exclui os dados anonimizados da sua abrangência. Ele não trata dos dados anonimizados. Ele trata de dados pessoais que se possam identificar. De modo que os dados anonimizados não são abrangidos pelo projeto. Na medida em que forem desanonimizados, aí sim, eles passam a ser protegidos.

Por outro lado, a disciplina de tratamento diversificado aos dados pessoais de pessoas estrangeiras, em um segundo lugar sobre a questão, pode efetivamente traduzir uma distinção indevida com relação aos dados pessoais de cidadãos brasileiros.

Neste sentido, acolhemos, em parte, a Emenda nº 2, para suprimir do texto substitutivo as alíneas "b" e "c" do inciso IV do §3º do art. 2º, adequando-se a redação do dispositivo ao final. Neste sentido, somos pela rejeição da Emenda nº 13. Quer dizer, a Emenda nº 13 eu rejeito, e a Emenda nº 2 eu acolho em parte.

Quanto à Emenda nº 3, que amplia o conceito de dados pessoais, muito embora seja salutar a intenção proposta no sentido de se garantir que números identificativos, dados locacionais e identificadores eletrônicos sejam também considerados dados pessoais, entendemos que a nossa redação anteriormente proposta já é por demais aberta, de modo a incluir também tais elementos identificadores.

Quer dizer, dados pessoais, não importa a maneira pela qual esses dados são ligados a uma pessoa, se é por meio eletrônico ou se é por bilhete escrito. Podendo ligar esse dado a uma pessoa, ele é protegido.

Enfim, a definição que eu dou no meu substitutivo já abrange todas as formas de identificação possíveis de dados, para protegê-los. Portanto, eu sou pela rejeição da Emenda nº 3.

A Emenda nº 4 tem um duplo propósito: disciplinar a proteção de dados anônimos que, organizados, permitam a identificação do titular e proibir a desanonimização de dados pessoais. É uma palavra que até procurei saber se existe no dicionário e, para meu espanto, existe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Qual é a palavra, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desanonimização.

Anonimizar é tornar um dado identificável em dado anônimo, que é o que se faz, que se usa no momento em que se colhe o dado, no momento em que se trata o dado. Desanonimizar é transformar um dado anônimo num dado pessoal, quer dizer, revelar qual é a pessoa que deu origem a esse dado. No fundo, é identificação, mas é um jargão utilizado no meio. Identificação seria melhor.

Permitir a identificação do titular e proibir a desanonimização de dados pessoais.

Entendemos que a norma tal como proposta deixa claro que os dados anonimizados ou anônimos são aqueles relativos a um titular que não possa ser identificado, tal como definimos o seu conceito legal.

Portanto, se, por qualquer técnica, mecanismo ou procedimento, for possível identificar o titular dos dados inicialmente anônimos, estaremos diante de uma atividade legalmente conceituada como desanonimização, o que já atrairia a disciplina que conferimos no §4º do art. 3º, tornando desnecessário repisá-la, como propõe a emenda. Aliás, é um tema já proposto na Emenda 13 e rejeitado.

Ademais, quanto à vedação de desanonimização, não reputamos adequada. Para a eficácia da proteção de dados pessoais, basta que se atribua o mesmo status de garantias, direitos e deveres dos dados pessoais aos dados desanonimizados. Sendo desanonimizado, ele passa a ser protegido. Por isso, somos pela rejeição da Emenda nº 4.

A Emenda nº 5, a despeito da sua relevância e mérito, não se compatibiliza com o texto substitutivo. Isso porque se revela inócuo estabelecer o conceito legal de encarregado quando não se propõe nenhuma disciplina específica ou genérica a esse indivíduo. Somos pela rejeição da Emenda 5. Quer dizer, se uma empresa trata um dado, não importa saber quem é o encarregado do tratamento. A empresa é a responsável. De modo que somos pela rejeição.

As Emendas nºs 6 e 20 são similares: pretendem evidenciar o princípio da não discriminação. Concordamos com a proposta. Porém, é preciso deixar claros os contornos dessa discriminação proibitiva uma vez que há discriminações que podem e, de fato, o são, permitidas pelo ordenamento jurídico vigente, como é o caso da discriminação para oferta de certos produtos ou serviços, como o crédito bancário, a apólice de seguro etc. Portanto, somos pelo acolhimento das Emendas nºs 6 e 20, na forma proposta pelo substitutivo.

A Emenda nº 7 visa suprimir a proposta de reconhecimento do interesse legítimo. Não concordamos com essa sugestão por entender que se trata de um mecanismo necessário para equilibrar os diversos interesses em

torno da temática da proteção de dados pessoais, sem prejudicar a inovação tecnológica e, assim, impedir o desenvolvimento social, fundado na tecnologia, através da reformulação constante de modelos de negócios, especialmente digitais. Somos pela rejeição da Emenda nº 7.

A Emenda nº 8 é oportuna. Busca sedimentar na cártula dos direitos básicos do usuário disciplina já tratada no substitutivo, mais precisamente no art. 10. Ela não prejudica. Pelo contrário, ela reforça. Somos pela aprovação.

A Emenda nº 9 segue na linha da nossa proposta no sentido de conferir um conjunto muito específico de atribuições à autoridade competente que, espera-se, seja um novo organismo central e nacional a ser criado pelo Poder Executivo Federal e que não poderia ter sido criado por um projeto de iniciativa parlamentar como esse que estamos relatando. Essa emenda trata de futuras atribuições, dá diretrizes para a criação desse órgão. Somos pela aprovação da Emenda nº 9.

As Emendas nºs 10 e 16 têm intenções convergentes: a criação de regras de boas práticas para empresas responsáveis pela coleta, tratamento e uso de dados pessoais.

Concordamos com ambas as propostas, mas optamos pela redação, com pequenas modificações, da Emenda nº 16. Somos, pois, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 10 e 16, na forma do substitutivo.

A Emenda nº 11 encontra proposta similar no próprio texto do substitutivo, mais precisamente nos art. 24 e 25. No entanto, revela-se mais completa e objetiva. Razão pela qual, somos pelo seu acolhimento, da Emenda nº 11, com modificações e adaptações nos citados dispositivos nesse substitutivo.

A Emenda nº 12 reveste-se, possivelmente, de uma cautela excessiva. Da forma como proposta, a norma aplica-se aos casos previstos nesse substitutivo que parecem, à primeira vista, contemplar o intuito da abrangência sugerida pela Emenda nº 12.

Portanto, somos pela sua rejeição, por considerá-la, de alguma forma, prejudicada pelo próprio texto do substitutivo.

Uma vez que o texto ora proposto exclui de sua abrangência normativa disciplinas jurídicas em torno dos dados anonimizados, não se afigura razoável a proposta trazida pela Emenda nº 14. É o mesmo tema: dados anonimizados.

Somos pela sua rejeição.

A Emenda nº 15 objetiva reformular o regime de proteção da segurança da informação, além de incluir um elemento adicional de comunicação obrigatória pelo responsável em caso de vazamento de dados: a dimensão do incidente.

Discordamos da totalidade da proposta.

À primeira parte, no tocante à disciplina de adoção de mecanismos de segurança, nossa proposta remete o detalhamento da questão à regulamentação da autoridade competente. Daí ser desnecessário e até mesmo não recomendável positivar essa questão que estará sujeita à evolução natural e constante da tecnologia e norma legal no sentido estrito, que tem uma vocação à permanência.

Por outro lado, exigir que o responsável comunique a dimensão do incidente sem apresentar parâmetros para sua conceituação e compreensão é criar uma obrigação legal aberta, subjetiva e temerária.

Portanto, somos pela rejeição da Emenda nº 15.

A Emenda nº 17 apresenta o conceito peculiar e muito bem fundamentado em torno do que deveria se entender por dados pessoais sensíveis.

Sucede que, da forma como proposta, muito embora tenhamos compreendido a intenção, o zelo com o estudo da matéria e as preocupações do autor, reputamos temerário vincular um conceito legal tão caro ao indivíduo ao resultado do tratamento, ou seja, à produção de um dano.

O dado pessoal sensível, em nosso entender, a despeito das considerações do nobre autor da proposta, deve ser focado na natureza do dado em si, não no resultado do tratamento.

Somos, portanto, pela sua rejeição.

A Emenda nº 18 já está contemplada na Secção III do Capítulo III do substitutivo.

Portanto, não é necessária a sua acolhida.

A Emenda nº 19, muito embora, no mérito, absolutamente razoável, necessitaria de maior maturação quanto à sua aplicabilidade, o que será possível na tramitação dessa matéria, que ainda passará por mais duas comissões. Isto porque muitos dos direitos e garantias assegurados no tratamento de dados pessoais no âmbito privado não podem ser simplesmente transferidos aos bancos de dados públicos nas áreas de segurança pública e defesa nacional. É o caso do direito ao conhecimento do tratamento de dados pessoais.

Para a segurança social, é imprescindível, à primeira vista, que tais informações sejam do conhecimento exclusivamente do setor público para fins de direcionamento de políticas públicas ou de ações administrativas

necessárias, ou, ainda, o direito ao cancelamento de dados, o que não pode ser garantido ao cidadão, uma vez que o interesse aí em evidência é o público, é o coletivo.

É uma matéria de alta indagação essa proposta pelo Senador Randolfe nessa emenda que eu acho que seria mais bem analisada na Comissão de Constituição e Justiça para verificarmos a sua aplicabilidade e, no caso, se deve permanecer, em matéria de segurança pública e defesa nacional, o interesse coletivo ou o interesse individual. É uma matéria, portanto, de alta indagação que deveria ser examinada com mais profundidade na Comissão de Constituição e Justiça, no meu entender.

Provisoriamente, então, optamos pela rejeição.

A Emenda nº 20, embora muito relevante, meramente exemplificativa, pode ser relevante na medida em que consideremos o fator social da norma. E somos pela sua aprovação.

A Emenda nº 22 também tem parecer pela aprovação, na forma do substitutivo.

A Emenda nº 23 também não se mostra adequada ao regime jurídico ora proposto, uma vez que apresenta proposta de lei que excetua, de sua aplicabilidade, os dados pessoais tratados no âmbito jornalístico. Somos pela sua rejeição.

A Emenda nº 25 torna ainda mais restritivo o regime jurídico que disciplina o consentimento do titular, estabelecendo requisitos adicionais e regramentos inovadores, tal como o consentimento granular, que é o consentimento de tratamento ou de coleta de parte dos dados. Reconhecemos a importância das ponderações do nobre autor. No entanto, entendemos por demais excessivas as sugestões trazidas pelo Parlamentar, na medida em que podem engessar, por completo, a inovação tecnológica baseada numa superproteção de dados pessoais. Optamos por consignar um ponto de equilíbrio, pelo que reputamos já suficientes as regras apresentadas pelo substitutivo, e, portanto, somos pela rejeição dessa emenda.

A Emenda nº 26 é pertinente, porém não em sua totalidade. Concordamos com a reformulação do texto substitutivo, no sentido de uniformizar as disciplinas conferidas ao consentimento, mas optamos por deixar claro que o consentimento expresso somente se exigirá quanto aos dados pessoais sensíveis, tais como já propusemos no substitutivo. Portanto, somos pelo acolhimento parcial da Emenda nº 26.

A Emenda nº 27 parece colidir com as outras propostas já consignadas no texto. Os arts. 4º e 6º já conferem o estatuto mínimo de proteção, inclusive de forma a assegurar o princípio do consentimento como direito básico, o que, aliás, é um dos temas essenciais, digamos assim, dessa disciplina legal. Quer dizer, o consentimento tem que ser claro, inequívoco, positivo.

A Emenda nº 29 é pertinente e oportuna. Somos pela sua aprovação.

A Emenda nº 30 propõe a inserção do requisito de antecedência à disciplina do consentimento. A proposta é salutar, porém esbarra nos diversos modelos de negócio hoje em curso em que, não raro, promovem o tratamento de dados de forma simultânea ao consentimento, o que é tecnologicamente possível. Ao mesmo tempo em que se consente, o dado é tratado. Daí exigir-se o consentimento prévio talvez demande uma reflexão mais aprimorada sobre as diversas formas de realização dessas atividades, o que poderá ser feito na Comissão de Defesa do Consumidor. Somos, no momento, pela sua rejeição.

Dessa forma, atentos à demanda crescente da sociedade brasileira, acolhemos as importantes contribuições contidas no PLS 330, de 2013, e 131 e 181, de 2014, com alguns aprimoramentos que são incorporados ao substitutivo que apresento.

É importante destacar que o nosso intuito não é o de criar um estatuto legal de superproteção de dados pessoais, de tal forma a impedir o desenvolvimento e a inovação tecnológica, mas, sim, uma carta de mínimas garantias, direitos e deveres que possam conferir ao cidadão uma proteção equilibrada e justa, porém efetiva, sem desprezar a natureza globalizada do mercado de consumo.

São propostas, Sr. Presidente, que vão na linha do Marco Civil da Internet, na linha do desenvolvimento do Direito brasileiro, de proteção à privacidade e na linha que se opõe àquela que inspira um projeto de lei em tramitação hoje na Câmara dos Deputados que visa a reformar o marco civil no sentido inverso à sua inspiração original.

Sr. Presidente, é isso. Quanto aos demais, eu já pude apresentar as considerações a respeito do projeto, das proposições na reunião em que apresentei a análise dessas proposições que V. Exª me deu para relatar, com muita honra para mim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Está em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Aloysio pelo exaustivo trabalho, pela dedicação de S. Exª nessa matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu quero compartilhar... Agradeço muito o elogio de V. Exª, mas quero dizer que houve um envolvimento de vários Senadores, a começar pelos autores.

Eu não sou autor, sou Relator. Mas houve um interesse grande por parte dos nossos colegas, inclusive por V. Exª, na apresentação de emendas que muito contribuíram para o aprimoramento do meu modesto substitutivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – De fato, Senador Aloysio, mas a V. Exª coube o trabalho de Relator, e V. Exª conseguiu sintetizar, com a prudência necessária, o que é a mediação do sentimento desta Comissão.

Eu queria destacar um aspecto, que o Senador Aloysio coloca aqui, relativo ao mérito da matéria e ao substitutivo de S. Exª.

No momento em que a comunidade de informações, em que as redes sociais todas se preocupam com o movimento que está ocorrendo na Câmara dos Deputados... Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, como o Senador Aloysio já destacou, tramitam dois projetos de lei, sendo que um, de autoria do Deputado Hildo Rocha, o PL nº 215, de 2015, já foi, inclusive, denominado de PL Espião.

Veja a incongruência, o absurdo, o anacronismo da matéria. Ela propõe o aumento das penas de crimes contra a honra ocorridos na internet e retira a exigência de ordem judicial para acesso a informações pessoais por parte de autoridades investigativas, notadamente comissões parlamentares de inquérito, polícia, Ministério Público e políticos em geral. Ou seja, é um atentado a uma grande conquista que tivemos aqui, no Congresso Nacional, que foi o Marco Civil da Internet, que o Senador Aloysio aqui destacou.

Mas, em boa hora, esta Comissão vai apreciar e, eu tenho certeza, aprovar o projeto de lei proposto originalmente pelo Senador Antonio Carlos Valadares, agora com esse parecer substitutivo do Senador Aloysio, porque essa matéria vai na contramão do debate que está sendo produzido na Câmara. Essa matéria reforçará os mecanismos que tem para o trânsito dos dados pessoais existentes na internet.

Então, quero cumprimentar o Senador Aloysio principalmente por este mérito, porque, em um momento em que existe uma ameaça também a direitos fundamentais, como essas matérias que estão tramitando na Câmara dos Deputados, esta Comissão, hoje, tenho certeza, aprovará, por unanimidade dos votos, um projeto de lei com um belo substitutivo que reforça a necessidade de proteção dos dados pessoais na internet.

Nunca é demais destacar... Acho que a novidade da onda e dos tempos da internet que vivemos é a liberdade de informação que existe lá, a possibilidade de não ter amarras, de a internet ser território livre. Obviamente, como território livre, pode ser espaço para excessos, mas nada justifica qualquer tipo de limitação a um espaço como esse. Nada justifica criar mecanismos que transformem a rede de dados, a internet brasileira em uma espécie... E é esse o sentido dos PLs que estão na Câmara... Se o PL que está na Câmara for aprovado – oxalá, se Deus quiser, não será, porque também virá aqui pelo Senado –, nos transformamos numa sucursal da Coreia do Norte, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há quem goste disso. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Lamentavelmente.

E o direito individual, o direito fundamental é, eu considero, um dos mais importantes direitos e conquistas civilizatórias consolidadas desde as revoluções liberais do final do século XVII e do início do século XVIII. Essas conquistas, conceituadas, previstas em todas as declarações de direitos e na nossa Constituição, não podem, principalmente em relação à internet, ser ameaçadas.

Cumprimento V. Exª, Senador Aloysio, pelo belíssimo trabalho e pelo que nós iremos aprovar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu também quero parabenizar, de forma muito enfática, o Senador Aloysio pelo trabalho.

Eu diria, Senador Aloysio, que esta matéria tem hoje um grau de incidência enorme na sociedade, já que essa questão terminou, de forma pulverizada, chegando a cada cidadão.

Na maioria das vezes, tratamos matérias aqui e sempre fazemos algo muito mais amplo, coletivo, às vezes sem a preocupação do detalhe. Como é que o interesse coletivo, ou o interesse econômico, ou um interesse mais amplo, agridem o cidadão e põem em risco o que efetivamente estava sendo feito para atender alguém e termina prejudicando alguém.

E V. Exª teve a capacidade, enorme até, de, num processo desses, não construir um Tratado de Tordesilhas, mas efetivamente caminhar para um processo que pudesse enxergar não como lei geral, mas como um integrador das diversas faces que o projeto propõe. Acho que essa é uma questão importante. Aliás, como disse muito bem V. Exª, os autores até se preocuparam muito com isso.

V. Exª deu o que poderíamos chamar de "o molho" para que esse negócio pudesse funcionar. Se formos ler uma parte expressiva do que está na proposta original do Capítulo V da proposição do Senador Vital do Rêgo, por exemplo, ele estabelece uma relação com tratados e convenções. Nós tivemos uma grande discussão dessa matéria nos organismos internacionais; o próprio Tratado de Budapeste, enfim... O Senador Vital se preocupou com isso, e V. Exª faz exatamente a ampliação dessa ligação. Ou seja, na medida em que V. Exª con-

segue arrumar o chamado âmbito de aplicação, que é importante, faz com muita maestria, no aproveitamento das emendas, fazendo exatamente essa consecução, ou seja, o passo seguinte.

Não adianta, Senador Aloysio, só a lei tratar o que é o âmbito, o que é o campo de aplicação, sem efetivamente entrar no contexto, por exemplo, de como vão ser tratados esses dados. Até porque – e aí outra coisa importante –, nós não vamos banir o tratamento de dados, não vamos banir as relações, sejam elas comerciais, pelo contrário, vamos ampliando.

V. Exª chega a usar um termo muito interessante, quando nega uma emenda, que fala para a gente ter cuidado para que o desenvolvimento, que a tecnologia social não seja prejudicada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu remeto uma parte, a disciplina de determinado ponto do projeto, ao Poder Executivo, para que ele possa acompanhar o desenvolvimento da tecnologia e adequar a disciplina jurídica a essa evolução.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É importante. Eu relatei um projeto do hoje Governador Rodrigo Rollemberg, em que um dos pontos é exatamente a disponibilização dessa tecnologia; tratar como tecnologia social.

Na nossa cabeça, a gente só imagina acesso à tecnologia no aspecto literal, quando alguém manipula alguma ferramenta que foi objeto de desenvolvimento tecnológico. Materializa-se isso num *hardware*. As pessoas não conseguem entender que, por exemplo, inovação de etapas de procedimentos de uma série de coisas, essas coisas todas são tecnologias. Portanto, isso é inovação.

Então, quando V. Exª faz isso, há a preocupação de aproveitar o contexto dos nobres relatores, na medida em que faz isso, inclusive extrapolando as nossas fronteiras. Na hora em que trata, no primeiro capítulo, a relação como isso vai-se dar, até porque boa parte das relações, principalmente desse mundo de dados – boa parte, não, eu diria que quase a totalidade – termina circulando, porque os atores desses processos todos hoje são *players* mundiais. Portanto, acho que V. Exª pega bem isso, na medida em que trata isso como prestação de serviço.

Então, esse acolhimento é importante, em qualquer natureza, seja numa compra, seja numa aquisição. E, Senador Aloysio, nesse aspecto, a gente pode utilizar muita coisa para pesquisa, por exemplo, porque é preciso muitas vezes ter acesso a esse tipo de base cadastral e tal. E as pessoas entendem que não.

Claro que vamos ter! Se posso ter acesso a um cadastro... Nós temos um *software,* Senador Aloysio, que chamamos Minera, que é como fazemos um processamento, Senador Cristovam, de diversas informações. Acho que essa proteção é importante, porque, nessa mineração, temos a capacidade de tratar essas questões. Assim como também o que rege o chamado eixo principal desse debate, que é como tratamos a proteção do indivíduo, ou seja, aí vem o direito da pessoa, essa questão do consentimento ou não e meu grau de recurso – acho que é essa é a grande importância que V. Exª adota. Não basta dizer que concordo, preciso ter grau de recurso depois; posso concordar e o tratamento – acho que essa é a grande essência – que foi dado ao dado me permitiu exatamente meu grau de recurso.

Porque se não alguém diz: "Você concordou". Parecendo aquelas coisas do passado que havia, Senador Aloysio: "Transitado em julgado". Só que esse transitado em julgado é permanentemente reavaliado na medida em que dados, transações, são feitos inclusive por segundos agora, e não mais a cada ano-luz, mas num processo que temos a capacidade de ir convivendo com mudanças, com plataformas tecnológicas, com novos serviços. Então, V. Exª faz, de forma muito tranquila, o chamado direito à correção e ao bloqueio, essa que é uma questão importante adotarmos nesse projeto.

Infelizmente, não pude participar naquela última audiência por conta da concorrência da CAE, mas aqui, na hora que um dos expositores estava falando, cheguei a reclamar e ele disse: "O Senador não concordou e tal e ficou de me procurar" Não é o problema da discordância, do que eu discordo desses que são provedores ou até, vamos chamar assim, manipuladores, no bom sentido, dessa base de dados, é exatamente isto: a minha discordância vai que eles tratam que é uma caixa hermética. Não é! Isso é um processo, inclusive, tão aberto que me permite entrar, sair, voltar.

Eu não faço a atualização? A atualização de dados é um novo cadastro; se é um novo cadastro, se esse sujeito operou isso de forma errada, tenho que ter direito inclusive a recorrer, a bloquear, a negar, a pedir inclusive o meu direito, ou seja, essa é uma coisa importante que foi um dos pontos centrais do Marco Civil da Internet. Posso ter, em determinado momento, como os europeus têm discutido hoje, o meu direito ao esquecimento. Há horas que eu também tenho que ser esquecido, não posso ser o tempo inteiro exposto. Acho que essa questão é importante.

E outra é o regime jurídico para o tratamento de dados, acho que é uma questão importantíssima. V. Exª em uma das emendas trata disso. E há a questão, Senador Cristovam, que é muito importante, de como que vamos conviver, Senador Randolfe – nós que discutimos muito o marco civil aqui nesta Casa, fui o Relator –,

com a analogia, com a relação com a legislação, não só o marco civil, mas toda a questão do arcabouço jurídico. Por isso achei importante a separação que V. Exª faz nesse ponto aqui quando remete à CCJ, porque há um conjunto de leis já em vigor... Portanto, terei que recorrer a esse instrumento, não precisaria trazer para esse projeto esse instrumento.

Acho que é fundamental que essa questão seja trabalhada.

Outra coisa fundamental, Senador Cristovam, para a qual quero chamar a atenção também e é muito importante, é o regramento das atividades de tratamento de dados. Regulamentar, o tratamento de dados é hoje uma atividade econômica, ou seja, é negócio, é um modelo de negócio. Por que isso não pode ser regrado? Vi uma reclamação de alguns aqui, mas estão regrando tudo. Lógico que tem que regrar! Agora essa informação virou uma mercadoria, essa informação virou um instrumento capaz...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso quando afeta um direito fundamental à privacidade, evidentemente tem que haver limites.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

E aí, Senador, é que quero entrar numa das questões que vou me reservar, inclusive lá na CAE, que é a seguinte: esse regramento que V. Exª propõe traz outra coisa importantíssima para trabalharmos nessa chamada tese do encerramento.

Eu posso pedir o encerramento de um tipo de tratamento desse a minha pessoa, ou seja, o meu interesse individual ser bloqueado. Na realidade, a gente se preocupou muito, ao longo de todo esse processo, principalmente com o que aconteceu recentemente, os casos do sistema americano. Enfim, os processos envolvendo a Echelon e tal. E a gente ficou muito baseado numa lógica de que todo sistema só estava sendo invadido em que não tinha vazamento de informações pelo método tradicional. Ledo engano! Eu diria, Senador Aloysio, a V. Exª que o maior volume de vazamento de informações não é por invasão de sistema. O maior volume ainda é por vazamento de informações sem nenhum tipo de invasão de sistema. É exatamente isso, é para esse ponto que V. Exª chama a atenção e que quero aqui acentuar, se não me falha a memória, está no Capítulo III da proposta do Senador Vital do Rêgo que é exatamente isso. Esse modelo de negócio permitiu uma transação e como é que eu responsabilizo a pessoa que manipula isso? É um dos pontos em que V. Exª toca.

Quer dizer, vaza, vaza, dá informação, passa. Um cadastro desse saindo dali, simples, do outro lado alguém ganha a condição efetiva sem invadir nenhum sistema de invadir a sua vida. E sem a utilização de nenhum *hacker*, sem a utilização de absolutamente nada, Não precisou o sistema estar em rede, eu peguei um modelo de negócio e agora, além de vender e, aí é usado de má-fé, é usado com a intenção de prejudicar, com a intenção de extrair vantagens e, portanto, é um roubo, é um crime e, como tal, deve ser exatamente jogado para essa questão.

Por último, Senador Aloysio, acho que seria fundamental que a gente tivesse também a capacidade de entender como nós vamos processar depois essa solicitação do titular na medida em que a gente tem no mundo hoje um processo de interconexão de comunicação que é extremo.

Eu tive a oportunidade de participar de alguns debates envolvendo essa questão de segurança cibernética e tal e tenho levado sempre uma experiência muito interessante desse negócio. A gente pega os casos de invasão, de não sei o quê, o direito, estamos perdendo e tal, mas numa simples operação – eu já mostrei a diversas pessoas aqui fatos e dados que a gente só tem a saída do dado das pessoas. Até cheguei a brincar com V. Exª dizendo que tem um sujeito na Praça da Sé que entrega uma midiazinha lá com os dados de todos os políticos do Brasil. Ali!

A nossa declaração de Imposto de Renda que é pública tem todos os nossos dados, CPF, endereço, nome do pai, da mãe, do filho, do avô. Então, esse elementos são utilizados hoje num processo de comunicação de compras, de negócios, de pesquisa. Tranquilamente circula-se a informação sem a necessidade da circulação disso por nenhum meio físico operado por sistemas fechados.

Na realidade, a gente precisaria ver como tratar isso e, aí, concordo com V. Exª, entender isso como um crime e ver como se vai punir a pessoa, a empresa e como eu vou preservar a possibilidade de defesa. Eu estou dando esse dado para V. Exª ter uma ideia. Outro dia recebi uma ligação de uma das empresas operadoras de cartão de crédito, o sujeito me ligou dizendo assim: "Olha, nós temos aqui uma relação de compras que foram feitas pelo senhor". Eu falei: "Eu não fiz compra nenhuma nos últimos 30 dias". Daí, o cara foi me dando a relação de compras, um bocado de empresas mundo a fora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não. Há muito tempo eu tinha feito uma compra numa companhia aérea. Quando você faz uma compra dessa, Aloysio, por telefone, ou se faz pela internet, você não disponibiliza sua senha do cartão de crédito, mas você disponibiliza seus dados todos e um

chamado numerozinho, que é o chamado número de segurança. Então, se alguém vaza esse cadastro sem nenhum tipo de invasão, esse cadastro seu passa a constar na mão de todo mundo. Basta se pegar aquela folha de rosto que é preenchida, que fica depositada no arquivo lá e, se essa folha sair para qualquer lugar, de qualquer lugar do mundo alguém com uma folha dessa compra em qualquer lugar e seu cartão autoriza sem nenhum problema.

O sujeito saiu comprando na Lufthansa, na Emirates, em várias empresas espalhadas no mundo inteiro. Para minha sorte, eu tinha pedido, em torno de uma semana antes, para trocar o meu cartão que estava com problema no *chip*. Então, o cartão me consultou porque eu tinha pedido a troca do cartão. Não houve nenhum tipo de vazamento por invasão de sistema. Houve vazamento de informações cadastrais. É essa a questão que é importante aqui para se permitir exatamente. Agora, a quem punir?

Se eu pegar o telefone, Senador Aloysio, e ligar para essa empresa que eu comprei, a pessoa vai dizer: "Não é responsabilidade minha". Eu, inclusive, fiz uma notificação judicial, procurei a Polícia Federal e fiz uma notificação também ao cartão de crédito. Porque, quando você liga para o cartão de crédito, eles dizem: "A nossa parte já fizemos, cancelamos a sua conta". Sim, mas eu não quero cancelar, eu quero pegar a pessoa que roubou isso.

Eu fiz uma transação dessa com a TAM, Senador Aloysio. Uma pessoa invadiu a minha base de dados aqui, ou seja, pegou o meu cadastro de compra de passagem daqui do Congresso Nacional e fez uma barbaridade. Eu liguei para a TAM, a menina disse: "Tudo bem, nós vamos cancelar". Eu disse, não cancele não, deixe o sujeito viajar. Aí eu fui de novo à Polícia Civil lá em Salvador, e à Polícia Federal, e pedi para simplesmente acompanhar a viagem dessa figura. A pessoa comprou uma passagem para sair de São Luís, fazendo escala no Rio de Janeiro e indo até Foz do Iguaçu. E a polícia foi acompanhando.

Quando chegou no Rio de Janeiro, essa pessoa não desceu, e a polícia me comunicou: "Senador, a figura está dentro do avião. Significa dizer que ela vai até Foz do Iguaçu". Quando chegou em Foz do Iguaçu, a polícia chegou na porta do avião e disse: "Fulano de tal, se apresente aqui". Cadê que se apresentou! A Polícia Federal disse que ninguém ia descer do avião até que essa pessoa se apresentasse. Aí nós fomos descobrindo. O pessoal conseguiu rastrear. Ou seja, as minhas informações cadastrais foram parar numa agência de viagem, em outro Estado, e essa agência estava fazendo barbaridades com os meus números do cartão de crédito. Não houve nenhuma invasão desse sistema, houve vazamento desse novo modelo de negócio, chamado cadastro.

É por isso que eu quero tocar nesse ponto. Imaginem que isso deve estar acontecendo com milhares e milhares de pessoas todos os dias.

Para encerrar aqui, Senador Aloysio, eu conversei com o Senado na semana passada e estou trazendo um conjunto de números. Todas as vezes que eu recebo uma ligação dessa eu anoto o número e estou pedindo para o Senado para entrar. Já estou com quase 14 números de figuras que ligam para mim dizendo que têm uma promoção. Ligam para minha mulher, mandam para o meu *e-mail*... Então, uma rede de sistemas para ir pegando dados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E a gente tem que se habituar. Aí eu pergunto: o cidadão comum recorre a quem? Eu fiz esse processo, estou fazendo agora com o Senado, pedindo que a Procuradoria faça isso. Ou seja, como é que a gente garante isso, entendeu Randolfe, que haja mecanismos de defesa? Todo dia, um cidadão... e não é só aquele trote que os Senadores receberam, que o filho de Renan estava em apuros e precisava de dinheiro. A Senadora Ana Amélia, coitada, caiu nesse conto do vigário. Mas não é só isso, isso é bobagem. E são ligações, podem olhar, que geralmente vêm de locais onde há *call center.* Os caras são tão espertos que escolhem inclusive usar o DDD de onde há *call center*. Geralmente esses *call centers* no Brasil estão localizados em regiões em que há facilidades, então você identifica e permite. Aí o cara pensa que está recebendo de um *call center.* Por isso que as instituições bancárias e outras sempre dão um aviso de que não atenda ligação. Então, como a gente se defende disso, dessa forma de vazar essas questões?

São esses mecanismos que, de certa forma, na hora que V. Exª trata disso, principalmente no meu grau de recurso para eu negar, bloquear esse cadastro, mas eu preciso também chegar...

Não basta, por exemplo, uma TAM virar para mim e dizer: "Não, a pessoa não vai viajar". Eu não quero isso. Preciso descobrir como alguém chegou até minha base de dados e vazou a minha base de dados. Eu não quero que anule a minha passagem só.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

Como é que esse processo vai se dar para se ter um grau de certeza de que o cidadão vai ter... E outra, Senador Aloysio, além do cidadão atingido, a empresa também tem de recorrer para que seja apurado, porque, senão, se perde a credibilidade do ponto de vista da prestação do serviço. Estou falando em relação à empresa.

Então essa é uma das coisas que acho que é importante tentarmos trabalhar com o chamado o mecanismo de proteção, para que o meu dado pessoal não seja vazado, e não fiquemos, toda vez, nesse processo. Ficam todos achando que é invasão, invasão, invasão de sistema, e não é; é, na realidade, uma manipulação ou má-fé na utilização dos dados das pessoas nesse novo modelo de negócio, que é vender informação cadastral.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Eu espero que isso tenha sido transmitido pela televisão como um grande alerta a cada um dos compradores por esse meio.

O Senador Lasier pediu a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Só na palavra do Walter, se você puder, Walter, porque o Senador falou e a televisão transmitiu. Queria somente saber o que aconteceu com o cara quando a polícia o pegou no avião? Isso é importante para o ouvinte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pegou, processo, uma série de coisas contra ele. A mim, efetivamente, foram devolvidos, inclusive, os meus recursos, apesar de ele ter voado, eu pagando a passagem para esse sujeito sair de São Luís e ir até Foz do Iguaçu, mas o processo continua, e a Polícia fez uma notificação para a empresa TAM, para descobrir exatamente dentro dos seus quadros – o processo continua lá – quem vazou essa informação para favorecer esse tipo de manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por mim, sabe qual é a melhor punição para esse cara? Divulgar a conta dele com a senha, com tudo, para que cada um faça com ele o que ele fez com os outros.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, também para cumprimentar o Senador Aloysio, que, com as emendas propostas, aprimorou bastante o projeto do Senador Valadares.

O importante é que esse projeto interessa a todo mundo, interessa a todos nós que estamos aqui nesta sala, que estamos em Brasília, que estamos no Brasil inteiro, porque é proteção dos nossos dados pessoais, é proteção de intimidade, de vida privada, de honra, de imagem.

Então, nós estamos de parabéns com essa lei, e me chama a atenção a flexibilidade na aplicação das penas, o que me parece interessante também, porque vai permitir ao julgador, lá adiante, avaliar estes pontos que estão aqui no art. 32: a gravidade da infração, a boa-fé do infrator, a vantagem auferida pelo infrator, a situação econômica do infrator. Esse dado é muito interessante, porque, hoje em dia, quando, no Direito Penal, se julgam injúria, calúnia e difamação, muitas vezes há uma avaliação do juiz que ultrapassa e muito a condição do infrator, liquida com a vida financeira, econômica, do infrator. Aqui, aquele que for julgar lá adiante vai avaliar a condição econômica do infrator; reincidência, grau da lesão, cooperação do infrator, etc.

É um projeto de lei muito interessante, inteligente, moderno, e vamos esperar que ele vá adiante.

Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não está mais em discussão.

A matéria está em votação.Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Passamos agora...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Cristovam, eu iria pronunciar-me antes, mas eu concordo em 100% e quero somente deixar registrado: primeiro, porque tive de me ausentar rapidamente, a minha concordância com o projeto anterior que o Randolfe apresentou sobre os selos. Quero que fique registrado em ata, porque eu estava, momentaneamente, ausente e a minha concordância com esse projeto altamente relevante do Senador Aloysio, até por fatos como o relatado aqui pelo Senador Walter e muitos outros. Não adianta mais ficar falando aqui.

Acho, Walter, que temos que o acompanhar nas outras comissões para garantir o aprofundamento dessa discussão – eu e outros estamos na CAE –, porque realmente é muito importante.

Quero parabenizar o Senador Aloysio pela competência e pelo trabalho feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A Mesa também parabeniza o Senador pelo detalhe, o cuidado no parecer em um assunto tão complexo e que vai continuar por muitos anos, no futuro, e alguns dizem até que não irá adiantar querer defender a privacidade daqui alguns anos mais, que é uma luta impossível diante das diversas formas de espionagem generalizada de que o mundo dispõe hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me, Senador.

Agradeço o elogio de V. Exª.

Eu penso que o simples fato de se exigir a autorização inequívoca para o armazenamento, o tratamento, a utilização dos dados já é uma, digamos assim, uma espada de Dâmocles. Se for uma autorização clara, específica e irrevogável, como é, como está sendo proposta, isso, por si só, já é um fator de intimidação de impulsos de ação ilegítima de pessoas que manipulam esses dados, embora reconheço que seja muito difícil a gente conseguir criar uma barreira intransponível.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

O projeto está aprovado, com o acolhimento das Emendas nº 2, 6, 8, 9, 10 e 11 e o não acolhimento da 13, acolhimento ainda das 16, 20, 22, 26 e 29 e rejeição das demais emendas, nos termos do Substitutivo a seguir e nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela declaração de prejudicialidade de Projeto de Lei do Senado 131, de 2014, e do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Agora vamos ao último item, porque os outros dois Senadores não estão presentes.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para disciplinar o requerimento e a emissão eletrônica de certidões.

Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
2) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 04/08/2015, 15/09/2015 e 29/09/2015.

O Relator está com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, a matéria apresentada pelo Senador Romero Jucá, quero frisar, é importante para as nossas atribuições, mas é inegável que essa propositura contribui de forma gigantesca, com a utilização da modernização tecnológica, para prestar serviços à nossa sociedade. Portanto, acho bom lembrar que o uso amplo e irrestrito de documentos virtuais é um caminho fundamental para desburocratizar, Senador Aloysio, mas, ao mesmo tempo, é preciso garantir todas as tratativas de proteção. É importante lembrar que o País vem dando passos significativos para mudar isso, em que pese se ter ainda alguns atrasos quanto do nosso número único de identificação no País. Quem sabe a gente chegue lá neste momento!

O reconhecimento legal de documentos eletrônicos já tem um avanço considerável nas instâncias públicas. Quero aqui ressaltar inclusive a boa experiência do Estado de São Paulo, que eu acompanho há muito tempo, até por conta das minhas relações de trabalho e depois das próprias tratativas aqui do Congresso Nacional. O Estado de São Paulo foi um dos primeiros Estados a introduzir – lá eles até batizam de poupa tempo – uma forma mais eficaz de acessar...

Recentemente, Senador Aloysio, eu até participei de uma missão em que o Estado de São Paulo também se fazia presente. O Estado de São Paulo avançava enormemente inclusive no combate às fraudes na própria questão de veículos, por exemplo, no caso do Detran, enfim, até no desmanche. É muito interessante como se consegue usar TI para agilizar e proteger a vida das pessoas.

Neste caso específico, o ordenamento jurídico já contém disposições sobre a validade de documentos eletrônicos. É o caso da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que autorizou os tribunais a admitirem a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais por meio eletrônico. O nosso CPC (Código de Processo Civil), no parágrafo único do artigo 154, estabelece que os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, obviamente atendidos aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da lei brasileira de infraestrutura de chaves públicas.

No entanto, esse natural e inexorável processo de modernização tecnológica ainda convive com coisas que parecem tramar contra. Por isso mesmo, o projeto assegura, acertadamente, em nosso entender, que a

disponibilização do meio eletrônico para requerer e obter as certidões, ainda não elimina a possibilidade de esses procedimentos continuarem a ser realizados de forma manual – hoje, até poderíamos chamar arcaica, mas ainda aplicada. Portanto, ainda não é uma substituição *in totum*, mas acho que é um passo significativo.

Com a adoção dessa experiência, principalmente a adoção de TI, na medida em que geramos benefícios que podem ser redução de custos, também do ponto de vista temporal. A expectativa nossa é que, na medida em que projetos como esse avancem, também aumentemos a nossa capacidade de regrar, no que fosse possível, um procedimento para combinar o uso dessas tecnologias com efeito positivo.

Por essas as razões, meu caro Senador Cristovam, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 83, de 2014, na forma apresentada pelo nobre proponente, Senador Romero Jucá.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradecendo ao Senador Walter, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Está encerrada esta reunião.

Apareceu, aqui, em dois momentos, a palavra nuclear. Queria lembrar que, nos dias 27 e 28, vamos ter um belo seminário patrocinado por esta Comissão para discutir os riscos e as vantagens da energia nuclear. Virão pessoas que trabalharam em Chernobyl, em Fukushima. Creio que teremos dois dias de intensas discussões sobre a oportunidade ou não da energia nuclear.

Amanhã, às 14h, teremos a reunião para deliberação sobre as emendas ao orçamento.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2016

Às quinze horas do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala 7, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Hélio José, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Aloysio Nunes Ferreira, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Marcello Crivella. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 7, de 2015 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Lasier Martins, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 4 (quatro) emendas de apropriação de despesa ao Orçamento de 2016: **Emenda n.º 01 –** 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz" (**acréscimo**) da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no valor de R$ 160.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Angela Portela, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lasier Martins e Valdir Raupp. **Emenda n.º 02 –** 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional" (acréscimo) do Comando do Exército, no valor de R$ 70.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Lasier Martins. **Emenda n.º 03** – 20UQ - Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável" (acréscimo) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 150.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Angela Portela, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp. **Emenda n.º 04** – 20V8 - Apoio a Projetos de Inclusão Digital" (acréscimo) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 200.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Angela Portela, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2016, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quinze horas e nove minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Srªs e Srs. Senadores presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 14 de outubro de 2015.

Há um item único nesta reunião.

São as emendas ao PLOA –2016.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 07, de 2015, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

A Comissão recebeu 48 emendas, e foi designado Relator das emendas o Senador Lasier, para quem eu passo a palavra.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

Srs. Parlamentares, trata-se do Projeto de Lei Orçamentária nº 7, de 2015, do Congresso Nacional, que estima e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016, da autoria de diversos Parlamentares e da relatoria deste Senador.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução n° 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Ciência , Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei n° 7, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas conforme as competências regimentais da comissão. A CCT pode apresentar até 8 emendas, sendo 4 de apropriação e 4 de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 48 propostas de emendas, elaboradas pelos senadores Ângela Portela, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim , Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lasier Martins, Valdir Raupp, Randolfe Rodrigues e Hélio José.

Todas as propostas, na forma como foram apresentadas, estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta comissão.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CCT. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

Assim, passou-se à análise dos fundamentos técnicos , colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal e à área de competência da Comissão, tendo em vista as disposições constantes dos arts. 26 e 43 a 45 da Resolução n° 1/2006-CN e do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Ademais, importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a uma região ou localidade específica.

Todas as emendas atenderam aos critérios legais de admissão analisados por esta relatoria.

Voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida relevância e para as quais convergiram as indicações do maior número de parlamentares.

Outrossim, apesar de não atendida, ressaltamos a proposta de emenda número 36, de autoria do Senador Hélio José, como de grande mérito e importância, tal que, em face da sua relevância para o cenário nacional das rádios difusoras , vemos como positivas as iniciativas de emendas individuais para atendimento da referida programação.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta CCT delibere pela apresentação de 4 emendas de apropriação (itens 1 a 4) ao Projeto de Lei n° 7, de 2015-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. "14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz" (acréscimo) da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no valor de R$ 160.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Ângela Portela, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lasier Martins e Valdir Raupp.

2. "147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional" (acréscimo) do Comando do Exército, no valor de R$ 70.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Lasier Martins.

3. "20UQ - Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável" (acréscimo) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 150.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp.

4. "20V8 - Apoio a Projetos de Inclusão Digital" (acréscimo) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 200.000.000,00. Emenda proposta pelos seguintes senadores: Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp.

Relembramos à Comissão que as emendas devem se fazer acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão.

Assinam o Senador Cristovam Buarque, Presidente, e o Senador Lasier Martins, Relator.

É o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço bastante a maneira firme e competente como trouxe o seu relatório.

Em discussão.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Somente para parabenizar o Senador Lasier, Presidente Cristovam, pelo brilhante relatório, contemplando a grande maioria das propostas dos Senadores. Mas quem ganhou aqui foi a ciência, tecnologia e inovação no País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Em nome do Relator...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Meus cumprimentos ao Senador Valdir Raupp, porque, das quatro aprovadas, três têm a subscrição dele.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem|

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator Lasier permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Nos termos regimentais, as emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, juntamente com ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, ela será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a tratar, o momento em que agradeço a presença do Senador e das Senadores e o Relatório do Senador Lasier Martins, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp, Omar Aziz, Lasier Martins, Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Jorge Viana, Delcidio do Amaral e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Hélio José, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte: Reunião de Trabalho:** Resultado da pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado, em parceria com a CCT, junto a bolsistas e ex-bolsistas do Ciência sem Fronteiras (CsF) com o objetivo de avaliar o Programa do ponto de vista dos estudantes. A apresentação foi realizada. **2ª parte:** Deliberativa, **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnon Bezerra, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para proibir o bloqueio de terminais móveis utilizados no setor de telecomunicações," que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 559, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer condicionamentos à oferta de planos de serviços de telecomunicações com 'cláusulas de fidelização' do assinante." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do PLS 123/2011, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 559/2011, que tramita em conjunto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wilder Morais, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) para assegurar aos usuários dos serviços de telecomunicações o direito a informações sobre o progresso de procedimentos de instalação e de manutenção." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 431, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Requerimento n.º 66, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Hélio José, que requerem, "...nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam acrescidos, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidados para Audiência Pública Conjunta, os Senhores Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, Doutor em Ciência – Área de Concentração Química Analítica pela USP/São Carlos - SP e Professor da Universidade de Uberaba – UNIUBE/MG; José Antônio Ribeiro Filho, Médico Oncologista - Especialista em Mastologia e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; Wellington Rodrigues, Ativista Pró-Legalização da Fosfoetanolamina Sintética; e, Carlos Kennedy Witthoeft, que após conhecer àquela substância medicamentosa e ministrá-la com sucesso em ente familiar, produziu e a distribuiu gratuitamente a centenas de pessoas portadoras de câncer na cidade de Pomerode/SC, e a seguir, em todo o território nacional." O requerimento é aprovado. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autor-

ização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DO LIMÃO - ASCOBLI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE BARUERI EDUCACIONAL, CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL – ARB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barueri, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CIDADE DE SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina da Lagoa, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 297, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MÃE DO RIO – ASDECOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TIBRAS COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 271, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOS AMIGOS DO KM-20 para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 272, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 79, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA HARMONIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e In-

formática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BECKER, CASTRO CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL SÃO VENDELINO – ACCEVS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vendelino, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio central ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CIPOENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão do Cipó, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO DE MAMBUCABA FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA ZONA OESTE - ACAZO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Omar Aziz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Quitéria, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 322, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIVINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 106, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ZÉ LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 236, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IM-

PRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sagres, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Vicentinho Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SÓCIO CULTURAL DE RIACHO DE SANTANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho de Santana, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto A deliberação da Matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilicínea, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CARMORELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 50, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MILLENIUM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo0 n.º 53, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E EDUCAÇÃO BAGAGEM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estrela do Sul, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nesse momento, os Senhores Senadores Hélio José e Omar Aziz requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 38: Requerimento n.º 67, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Omar Aziz, que requerem, "...nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o andamento do desligamento do da TV analógica e sua substituição pelo sinal digital, com teste previsto para a cidade de Rio Verde-GO no dia 29 de novembro próximo, com a presença do Excelentíssimo Senhor André Peixoto Figueiredo Lima, Ministro de Estado das Comunicações, e com os senhores Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED, Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD, Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL, Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, e Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente no exercício da Presidência Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de outubro de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, estamos em plena Semana Nacional da Ciência e Tecnologia – SNCT, estabelecida pelo Decreto nº 5.101, de 8 de julho de 2004. Ela é realizada sempre no mês de outubro e, neste ano, será no período de 19 a 25 de outubro.

A SNCT está sob a coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação e conta com a colaboração de secretarias estaduais e municipais, agências de fomento, espaços científico culturais, instituições de ensino e pesquisa, sociedades científicas, escolas, órgãos governamentais, empresas de base tecnológica, entidades da sociedade civil e também deste Senado Federal. O tema deste ano é Luz, Ciência e Vida. Esta escolha foi baseada em decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas que proclamou 2015 como o Ano Internacional da Luz, com o objetivo de celebrar a luz como a matéria da ciência e do desenvolvimento tecnológico.

A CCT tem apoiado esta iniciativa e participado todos os anos desse processo de debates, realizando audiências públicas e seminários. Este ano, a CCT incorpora a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia à realização da audiência pública, para debater o tema O Desenvolvimento da Tecnologia na Área de Saúde, em sessão a ser realizada no dia 22 de outubro, na próxima quinta-feira, em atendimento ao requerimento de minha autoria. Aproveito para convidar todos para participar dessa importante audiência pública. Para maiores informações, favor acessar o *site* http://semanacienciaetecnologia.mcti.gov.br. Então, repito, audiência pública, na próxima quinta-feira, sobre o tema Desenvolvimento da Tecnologia na Área de Saúde.

A nossa reunião de hoje será dividida em duas partes: na primeira parte, haverá apresentação do resultado da pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado, em parceria com a CCT, junto com os bolsistas e ex-bolsistas do Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de avaliar o programa do ponto de vista dos estudantes.

O Programa Ciência sem Fronteiras é a política pública que está sendo avaliada por esta Comissão, nos termos do artigo 96, b, do Regimento Interno do Senado Federal, e tem como Relator o nobre Senador Omar Aziz.

Convido para sentar à mesa o Sr. Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador de pesquisa do DataSenado.

Tudo bom, Marcos? Seja bem-vindo.

Passo, então, a palavra ao Sr. Marcos Ruben de Oliveira para a sua apresentação, sem antes saudar o Senador Omar, responsável por esta questão de discussão do Ciência sem Fronteiras, saber se ele quer fazer algum pronunciamento inicial. Não, Omar? Tudo bem.

Então, vamos, Marcos Ruben, você com a palavra, à vontade, 5 a 10 minutos, prorrogados por mais 5, se for necessário. Está bom? Então, vamos por logo com 15. Vai tocar uma campainha com 10 ou com 12? Com 15? Então, vai 15 logo.

Obrigado, Marcos, fique à vontade.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, bom dia, Senador Hélio José, obrigado pela oportunidade, Senador Omar Aziz também, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui trazendo esse resultado de uma pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado em parceria com a CCT.

Bom, essa pesquisa de opinião que vou apresentar agora faz parte de um projeto maior de avaliação de políticas públicas, sendo efetivado pela Comissão, e o que está em avaliação é o Programa Ciência sem Fronteiras. Então, o objetivo da pesquisa foi avaliar o Programa do ponto de vista dos bolsistas e ex-bolsistas, verificar qual a opinião desses beneficiários do Programa em relação ao Programa Ciência sem Fronteiras.

Abordarmos, basicamente, alguns aspectos gerais, avaliamos o acompanhamento e a avaliação do Programa do ponto de vista dos bolsistas, verificamos alguns pontos ligados a motivações acadêmicas e pessoais desses estudantes e outros aspectos.

As perguntas foram aplicadas tanto para bolsista quanto ex-bolsista, sendo algumas exclusivas aos bolsistas, outras, aos ex-bolsistas, e outro grupo de perguntas foi aplicado tanto a um grupo quanto a outro.

A pesquisa foi feita via *e-mail*. Então, disponibilizamos um questionário *on-line* e uma parceria também com a Capes e com o CNPq e nós obtivemos o cadastro de 82.229 bolsistas ou ex-bolsistas. E todos esses *e-mails* cadastrados receberam um convite, ao menos uma vez – a maioria recebeu duas vezes o convite –, para que participassem das pesquisas. O período de coleta de dados foi de 1º a 28 de setembro. E, ao final, nós obtivemos 18% de resposta. Ou seja, essa pesquisa conta com 14.627 respondentes. É um número razoável, um número maior do que o se observa na literatura: em geral, pesquisa desse tipo, pesquisa *on-line* obtém entre 7% e 13% de respondentes. Então, esse público foi um público mais receptivo à participação nas pesquisas.

Foram feitas várias perguntas. O relatório que os senhores dispõem e que nós vamos também disponibilizar no *site* do DataSenado contém a descrição de todos os resultados. Vou trazer aqui, de forma resumida, apenas alguns resultados, os que nós julgamos os mais interessantes para trazer neste momento. Mas estamos à disposição para tirar dúvida ou esclarecer ou fazer qualquer acréscimo que seja necessário.

Então, vou trazer primeiro algumas questões sobre a avaliação geral. Um pergunta que nós fizemos aos bolsistas e ex-bolsistas foi sobre o seu nível de satisfação com o programa Ciência sem Fronteiras de uma forma mais abrangente. Então, em geral, considerando o programa como um todo, se o bolsista ou ex-bolsista está satisfeito, nós verificamos que 48% declaram-se muito satisfeitos e 44%, satisfeitos, totalizando 92%. Então, de uma forma geral, o nível de satisfação do ponto de vista dos beneficiários do programa é bem elevado.

Fizemos uma pergunta um pouco mais específica sobre o nível de satisfação do curso frequentado ou que está sendo frequentado no momento na instituição estrangeira. Também, um nível de satisfação alto: 44% se declararam muito satisfeitos, e 38% se declaram satisfeitos, totalizando, então, 82% de satisfação em relação ao curso.

Nós avaliamos, também, vários aspectos. Eu trouxe, aqui, seis dimensões que verificamos buscando saber a avaliação geral dos bolsistas e ex-bolsistas em relação ao programa. Então, cada ponto ali indica um aspecto que foi avaliado entre ótimo, bom, regular. E o percentual que está ali é o percentual de ótimo e bom. Então, a gente verifica que o ponto de maior satisfação em relação à avaliação do programa como um todo foi a recepção na instituição estrangeira: 87% declararam que a recepção foi ótima ou boa; em segundo lugar ali, o tratamento recebido por professores da instituição estrangeira, 85%; e, terceiro lugar, empatado ali, a experiência em estudar no exterior e a qualidade do seu curso na instituição estrangeira, 84%; um pouco menos bem avaliado, mas ainda bem avaliado, o tratamento recebido dos colegas estrangeiros, 77%; e o processo de seleção foi o aspecto com menor taxa de boa avaliação: 55% dos respondentes acharam o processo de seleção ótimo ou bom.

Esse é um resumo de alguns aspectos gerais. A gente tem alguns aspectos mais detalhados que foram pesquisados, que foram perguntados aos bolsistas, e que nós vamos adentrar agora.

Então, fizemos algumas perguntas relacionadas à vida acadêmica, questões ligadas à vida acadêmica. Então, por exemplo, uma pergunta que foi feita: "Você mantém contatos acadêmicos feitos no exterior durante o intercâmbio?" Essa pergunta foi feita para ex-bolsistas, que são os que já retornaram do programa, e 67% dos respondentes afirmaram que sim, que mantêm contatos acadêmicos feitos no exterior; enquanto 30% disseram que não; e apenas 3% optaram por não responder ou falaram que não sabem. Então, 67% é a taxa de contato que se mantém até hoje após a conclusão do programa.

Quando perguntado se teve oportunidade de transferir o conhecimento adquirido durante o programa para outros seus colegas brasileiros, sejam colegas ou professores, então, também, a maioria afirma que sim, que teve a oportunidade de transferir esses conhecimentos: 68% tiveram essa oportunidade; e 25%, um quarto dos respondentes, disseram que não tiveram a oportunidade de transferir esse conhecimento.

Pode passar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Marcos, a gente não entrou em detalhes na pesquisa sobre que tipos de conhecimento que eles tiveram oportunidade de repassar, não é?

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Não, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Porque devem ter contado histórias, não é, esse tipo de conhecimento; parece que são mais histórias do que algo concreto que possa dar qualidade aqui. Devem ser histórias: ah, lá é bonito, o laboratório é legal, porque, na prática, o que a gente procurava saber nesta pesquisa, e que não está aqui, era o que de bom têm trazido para o Brasil, para os brasileiros que estão pagando essas bolsas, correto.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Correto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E, se você depois for para a modalidade aqui, você vê que a maioria das suas pesquisas é feita com sanduíche.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Sim, a maior parte dos respondentes foram sanduíches.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O que é um negócio, o cara não se definiu, não se formou, e já está procurando se especializar em algo que ele não conhece ainda. É uma experiência de viajar para um outro país, aprender uma outra língua, mas é muito pequeno para aquilo que é investido. Então, infelizmente, você coloca esse número: 68% tiveram oportunidade de repassar os seus conhecimentos adquiridos. Que conhecimentos? Isso é que ó mais importante a gente saber para que possamos depois, no relatório, fazer algumas sugestões.

Se o cara chegou de lá, veio para cá, foi para uma sala de aula e, como professor, deu uma aula, e o que ele aprendeu ele repassou para os alunos em sala de aula, ótimo. Agora, se o cara foi para uma mesa de bar e disse: olha, companheiro, lá é legal, sabe, essas coisas de universitário, aí é outra coisa. Isso aí é o que eu quero saber, que tipo de conhecimento. Olha, eu conheci a Torre Eiffel. Ótimo, parabéns. Ah, eu fui à Quinta Avenida. Legal. Mas de bom, de bom.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Olha, Senador, a pesquisa enfocou conhecimentos acadêmicos adquiridos pelo bolsista.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu sei, não é uma coisa objetiva, fica muito subjetiva essa resposta, a pergunta é subjetiva e a resposta também é subjetiva.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – É, a questão das pesquisas de opinião...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu não sei nem se é subjetiva, é muito mais abstrata, não é.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Nas pesquisas de opinião existe sempre uma forma de aprofundar um pouco mais a questão. Como esse tipo de pesquisa foi on-line, a gente tentou ser o mais breve possível para abarcar a maior quantidade de pontos. Pode ser, caso a Comissão...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Até porque não dava para você sair daqui e ir a todos os países em que os bolsistas estão para entrevistar cada um pessoalmente.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Não. A opção por pesquisa on-line...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu entendo, é muito difícil, você não está fazendo uma pesquisa de opinião. Nós teríamos que fazer uma pesquisa, além de opinião, qualitativa também – você está me entendendo? – colocar e tirar o máximo possível, porque o objetivo desse relatório é apresentarmos sugestões para melhorar. Nós passamos por um momento muito difícil, a perspectiva dessa equipe econômica que está aí era de que nós tivéssemos um superávit, e nós não teremos superávit, nós teremos um déficit, e aí você procura qual é o lugar que nós teremos que cortar, você está me entendendo.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E, não tenha dúvida nenhuma, nós vamos ter que voltar a ser o País que nós somos, um País ainda com muitas dificuldades econômicas, que não pode brincar com recursos públicos. Nós não podemos brincar, nós não podemos fazer festa com o dinheiro, como tem sido feito.

Então, há muito subsídio dado que tem que se rever, há muitos programas que têm que ser revistos. E não adianta a pessoa ficar com raiva de mim e dizer: olha, o Omar está contra. Eu não estou contra, eu estou sendo realista. A realidade é esta, o cidadão que tem que colocar o pão e o feijão em casa, ele tem a sua prioridade, ou a gente dá essa prioridade, o País não tem como ter as duas prioridades ao mesmo tempo, subsídios altíssimos a todo tipo de coisa e o Governo pagando, e os juros aumentando, e a nossa dívida crescendo diariamente, investimentos nessa área importante da educação e saber qual é o retorno disso. A gente não consegue, Senador Raupp, realmente, ter uma linha de raciocínio em relação a isso. Alguns que estão me ouvindo nesse momento devem dizer, ah, o Omar é contra. Não, Deus o livre. Se eu sou o que sou hoje, deve à minha formação acadêmica. Lógico que eu estudei em escola pública a vida toda, fui formado em uma universidade pública e cheguei aonde cheguei, fazendo a minha obrigação. Não foi nenhum favor não, eu fiz a minha obrigação de estudar.

Então, nós temos que rever, e agora é o momento. Esse programa, do jeito que está o Brasil, é finito. Não dá para segurar. Quantos bilhões a gente está gastando nesses programas? A gente vai ter que rever muita coisa.

Então, não exigindo do DataSenado – eu acho que o trabalho que vocês fizeram, que eu estava olhando, está muito bem feito. Mas a gente não se aprofunda. Com essa pesquisa, eu não consegui me aprofundar em ter um conhecimento maior dos benefícios que o programa está trazendo para o Brasil. Se é para o Brasil ou é pessoal.

Do ponto de vista pessoal eu não tenho dúvida: qualquer jovem quer ir para o exterior, morar um ano no exterior, sendo pago. Isso é legal, bacana.

Eu fui líder estudantil e participei de congressos da UNE, congressos de estudantes de CEBs e de uma série de encontros de estudantes. Uma meia dúzia ia para discutir política e dez dúzias iam para farra, para festa. É normal. Isso é normal. Quem não foi estudante. E não me diga o contrário, porque isso é a pura verdade. Alguns iam para tudo que era seminário, política, discutir. Os outros iam para o shopping, para o mercadão, para a praia ou coisa parecida. É isso.

Objetivamente, você tirava encaminhamentos políticos naquele momento e, como liderança política, você levava os seus Estados. A maioria nem sabe quais eram os encaminhamentos que eram tirados. Chegava quatro horas da manhã para votar no presidente da UNE, o cara levantava o crachá e não sabia nem quem era o cara em quem ele estava votando, porque eram conduzidos por lideranças. A grande maioria que ia para esses congressos não sabia absolutamente nada. É uma realidade.

Eu espero que esse investimento que o povo brasileiro tenha feito tenha um retorno. Eu sei que não é a curto prazo, vai ser a médio e longo prazo, mas se a gente não definir critérios para esse investimento, nós não

vamos ter, objetivamente, aquilo que a gente espera. E volto a repetir: sou favorável ao programa, acho que é um dos maiores programas educacionais que o Brasil fez. Só acho que o retorno não está definido.

Eu vou lá e me formo. Faço pós-graduação, faço doutorado, faço um sanduíche, sei lá o quê, e depois qual é a minha contribuição para os alunos que não tiveram a oportunidade que eu tive de ir? Eu vou passar quanto tempo ensinando essas pessoas o que eu aprendi? Correto?

É esse é objetivo, Marcos. Lógico que não é a sua área, você não tem nada a ver com isso. Inclusive a gente convidou, Senador Hélio José e Senador Raupp, o Ministro da Fazenda – um representante, não o Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda está muito ocupado – e um representante do Ministro do Planejamento para virem aqui para eu fechar o relatório. Eles disseram que não poderiam vir porque não tinham o que falar.

Eu não quero ser indelicado de convocá-los. Poderia fazê-lo e eles teriam que vir por obrigação de ofício, em respeito ao Senado. Mas talvez eu consiga fazer relatório. Nós vamos concluir o relatório, a equipe vai concluir o relatório, sem a presença deles, Até porque eu acho que eles também não sabem nem para onde isso vai.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero cumprimentar o Senador Omar Aziz e o Marcos, e dizer que, como pai de uma pessoa que está neste momento na Escócia, fazendo Ciência sem Fronteiras na área de Medicina – minha filha está lá, faz o quinto ano de medicina aqui no Brasil –, realmente é um descompasso entre a grade, entre o que vai ser visto e a realidade que está sendo vista no Brasil.

Eu creio, Senador Omar, que o senhor tem plena razão quando o senhor coloca que alguns aspectos, por exemplo, como o amadurecimento, como as relações, como o crescimento pessoal são bastante relevantes.

Agora, no aspecto educacional, em si, do aprendizado, do aprimoramento, que eles podem trazer aqui para o nosso País, há um descompasso significativo. Eu acho que todos nós – o senhor, o Senador Raupp, eu – somos plenamente favoráveis ao programa, mas é necessário recomendar uma adequação mais correta do currículo a ser estudado, para que a pessoa também, além de aproveitar esse amadurecimento, essas relações, essa experiência internacional, possa aprimorar mais os seus conhecimentos, enriquecer aquela possibilidade. Por exemplo: minha filha faz Medicina, está no quinto ano. Então, eu creio que ela deveria estar vendo a coisa mais aprofundada com relação à área.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Até a experiência que você tem com a sua filha... Ela está fazendo um ano de intercâmbio, correto?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E é o que chamamos de bolsa sanduíche, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Em que a pessoa ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não concluiu.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ela vai aproveitar os créditos ou não? Porque o nosso Conselho Federal de Medicina tem um currículo próprio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Exato.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Tanto é que médicos formados em outros países têm de fazer prova aqui...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Revalida.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Têm de ser qualificado para exercer a Medicina. E não seria melhor ela ter se formado e ido fazer clínica ou um estágio avançado em um grande hospital depois de médica?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Seria muito mais interessante, Senador Omar. Eu, inclusive, cheguei até a ponderar isso, mas como os programas não oferecem essa alternativa, e a alternativa oferecida era essa, ela preferiu perder, teoricamente, um ano, exatamente dois períodos de universidade, para poder ter essa experiência internacional – Senador Lasier –, e essa perda de ano escolar vai ser compensada com o ganho do amadurecimento, com ganho em outros aspectos. Mas nós podíamos conciliar as duas questões, igual o Senador Omar coloca ali, porque é um descompasso muito grande do que é visto lá com a grade curricular do Ministério da Educação para o curso de Medicina – e olha que ela faz universidade pública, não faz universidade privada.

Pois não, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Seria possível deixar o membro da Capes falar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Por favor, faça a gentileza.

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Obrigado, Senador Omar. Bom dia a todos que estão nos ouvindo. O meu nome Adi. Eu trabalho na Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados da Diretoria de Relações Internacionais da Capes, que é justamente a diretoria responsável pela implementação do programa Ciência sem Fronteiras, no caso da Capes, e estamos acompanhados aqui também dos colegas do CNPq, que são responsáveis pela execução do programa. São as duas agências que trabalham conjuntamente para que o programa seja executado.

A primeira ponderação que eu gostaria de fazer é parabenizar o trabalho do Senado e, especialmente, da Comissão de Ciência e Tecnologia nesse processo de avaliação do Ciência sem Fronteiras. Vemos com muito bons olhos essa oportunidade, porque, de fato, precisamos avaliar essa política pública e aprimorá-la. Durante a execução desse programa, aprendemos bastante como fazer, como trabalhar os nossos acordos de cooperação, como fazer as nossas parcerias e como melhorar os nossos processos de acompanhamento do bolsista no exterior. Temos algumas dificuldades? Certamente temos. Sim. Precisamos, sim, melhorar a questão do acompanhamento, a questão do processo seletivo, a questão da absorção desses egressos aqui no Brasil. Nós já temos ciência disso e estamos trabalhando para que isso seja mais bem conduzido, mas eu gostaria de ponderar também que, talvez, algumas conclusões a que cheguemos aqui, mesmo com essas pesquisas, sejam prematuras em função da magnitude desse programa e do tempo de amadurecimento do conhecimento que esses alunos adquirem no exterior.

Então, eu gostaria de trazer um exemplo rápido aqui. Na última audiência pública de que nós participamos aqui na Comissão, o nosso Diretor Adalberto trouxe um dado bastante interessante da inserção dos bolsistas de graduação sanduíche na pós-graduação brasileira. Isso aí superava em três vezes – o número de bolsistas que participaram do Ciência sem Fronteiras são três vezes o número dos demais alunos que ingressam saindo da graduação e participando na pós-graduação.

Recentemente, a gente atualizou esse número, e isso passou de 21%, no caso, para 29 quase 30% dos bolsistas, considerando, entre 2011 e 2012, os alunos que foram para mobilidade nesses anos. Então a gente percebe que é necessário um tempo de amadurecimento desses dados, dessas informações para que a gente possa tomar alguma decisão, inclusive de aprimoramento do próprio programa.

No que tange ao acompanhamento desse bolsista no exterior, temos aprimorado as nossas ferramentas para que tenhamos relatórios de acompanhamento periódicos tanto dos alunos que estão no exterior quanto dos parceiros internacionais que são responsáveis por fazer também – são corresponsáveis, junto com as agências – esse acompanhamento acadêmico, de frequência e do desempenho desse bolsista no exterior.

Também, em relação ao retorno desse bolsista, o Prof. Adalberto, nosso diretor, trouxe aqui uma informação bastante importante, que é o projeto que está sendo tocado pelas agências Capes e CNPq para absorção desses indivíduos em institutos de pesquisa, em centros de pesquisa e em empresas que estão necessitando de pessoal muito bem capacitado e muito bem formado para que tenhamos um desenvolvimento maior nas nossas atividades.

Por fim, Senadores, eu gostaria de comentar também a necessidade de, de repente, avançarmos nessa pesquisa, mas não apenas olhando o lado do bolsista ou do ex-bolsista. Para termos uma avaliação mais holística e completa do programa, precisamos também ouvir as universidades do Brasil que receberam esses bolsistas, as empresas brasileiras que patrocinaram esses bolsistas, as universidades estrangeiras, os parceiros internacionais e as próprias agências de fomento. Acho que precisaríamos fazer isso. É um trabalho que nós estamos fazendo também na Capes e no CNPq de ouvir esses demais envolvidos para que possamos fazer uma avaliação mais completa do programa.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecido.

Passarei a palavra ao representante da CNPq depois de terminar a exposição, só para não perdermos mais a sequência.

Meu nobre Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria aproveitar a oportunidade, além de cumprimentar nosso Presidente, Hélio José, e demais Senadores, para dizer que consta também da pauta, que pedi para minha equipe, já que estamos falando em pesquisa e inovação, especialmente a outra área.

O senhor é testemunha da bandeira que levantei em relação à Fosfoetanolamina. A imprensa nacional divulgou no final de semana, a TV Record fez uma entrevista, na qual foi imparcial, mas, infelizmente, assisti no Fantástico ao Dr. Drauzio Varella, que fez um desserviço à humanidade. Ele deveria escrever na cara dele: "estou a serviço dos laboratórios." E me admiro muito a TV Globo, que está perdendo audiência a cada dia tanto das suas novelas quanto dos seus telejornais por causa dessas situações. Não ouviu nenhum dos pacientes que se trataram com a Fosfoetanolamina. Ninguém! Ninguém foi ouvido.

Nós vamos ter uma audiência pública no dia 29, às 9h, e eu gostaria, Presidente, que fossem incluídos o Sr. Dr. José Antônio Ribeiro Filho, médico, oncologista, especialista em mastologia, ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; o Sr. Wellington Rodrigues, ativista pró-legalização da Fosfoetanolamina sintética; e o Sr. Carlos Kennedy, que, após conhecer aquela substância, aquele medicamento, começou a distribuí-lo gratuitamente.

Portanto, está aqui a oportunidade. Também, junto a esse requerimento, já que estamos na área de pesquisa, o Sr. Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, doutor em Ciência, área de Concentração Química pela USP de São Carlos, e professor da Universidade de Uberaba (Uniube).

Na Universidade de Uberaba, o medicamento foi distribuído para mais de 2.300 pessoas. Aqui em Brasília muitas pessoas o utilizaram. O Dr. Antonio Ribeiro, para vocês terem uma ideia, é médico em Brasília, oncologista, e foi presidente do Hospital de Base por vários anos. Ele é testemunha das pessoas que o utilizaram.

Sr. Presidente, quem está hoje com câncer sabe a dificuldade que tem. Ao mesmo tempo, quanto custa cada medicamento que está sendo distribuído por força judicial? Eu acredito na Justiça, já existe liminar, e o medicamento está sendo produzido pela Justiça. Se for depender de alguns médicos que têm um sistema instalado de tratamento de oncologia, pode ter certeza de que eles não vão deixar de fazer uma quimioterapia de R$30 mil, de R$80 mil, de R$100 mil em troca de uma cápsula que custa R$0,10.

Infelizmente, é vergonhosa essa matéria que o Sr. Drauzio Varella passou no domingo à noite, usando seu nome em nível nacional. Ele citou ainda o irmão dele, porque o irmão dele estava com câncer. Com certeza, se o irmão dele estivesse vivo e se fosse feita a pergunta para o irmão dele se tomaria esse medicamento... E o Sr. Drauzio falou que nem para animais esse medicamento pode ser dado. Então, ele fez um desserviço para a humanidade.

Vou dar um exemplo aqui, Sr. Presidente. Um chá de boldo é receita de quem? É receita da *mamma*. É da *mamma* a receita do chá de boldo! Antigamente, todos sabiam disso. Ele está registrado na Anvisa? Não.

Há outra coisa sobre a qual temos de tomar providência nesta Casa, no Senado. A Anvisa, afinal de contas, está servindo para quê? Se temos uma pesquisa nova para colocar um inseticida no mercado com custo reduzido, não conseguimos aprovar. Se temos um medicamento, não conseguimos aprovar. Quero saber o seguinte: o que foi que a Anvisa aprovou de produto nosso até hoje? Nada!

Então, infelizmente, fico triste, não por nada, mas porque estou defendendo aqui depoimentos de pessoas. Não foi uma só pessoa, mas foram dezenas e centenas de pessoas que tomaram o medicamento e que conseguiram obter sucesso, a cura. O câncer, em nem todas as pessoas, com esse medicamento, é curado. Mas, às vezes, até uma gripe mata, porque vira pneumonia. Uma infecção mata, porque, infelizmente, vira uma infecção generalizada. Qualquer medicamento pode não gerar sucesso.

Mas é uma injustiça sermos escravos do sistema financeiro. Sabe o que o presidente de uma instituição falou, Presidente? Disse que o sistema de saúde no Brasil tem de seguir regras internacionais; que, para tratar de câncer, só no São Judas Tadeu ou no MD Anderson dos Estados Unidos ou da França; e que o sistema de saúde de oncologia no Brasil é igual a uma franquia do McDonald's, pois tem de seguir as regras, senão está fora. Esse médico, que é presidente e dono de uma clínica, falou: "Não pode ser usado o meu nome. Não se pode falar isso, porque, se se falar isso, eles vão me descredenciar e ainda tomar minha carteira." Então, é vergonhoso o sistema podre que existe dentro da saúde!

Fico triste com o fato de o Dr. Drauzio Varella se utilizar do seu nome para fazer essa propaganda vergonhosa e podre que ele fez no fim de semana. Ninguém está vendendo medicamento, ninguém está dando esse composto aí! Ninguém o está vendendo, ninguém está atrás de dinheiro! Ele é gratuito. Mas a quimioterapia é que mata!

Eu queria fazer uma pergunta para o Dr. Drauzio Varella, para que ele respondesse no Fantástico, no domingo: o que é que faz mais mal, a quimioterapia ou esse composto que está sendo distribuído por força judicial? Ele que explique isso para o povo!

Era só isso, Sr. Presidente. Desculpa a emoção, mas isso é dolorido. Sei o que é ter amigos e parentes com câncer e perder os familiares, como já aconteceu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nobre Senador Cassol, sem dúvida, é totalmente compreensível a emoção, porque, quando se mexe com a vida, ela transcende de qualquer racionalidade. Acho que V. Exª coloca, com toda a vênia, com toda a emoção, esse assunto, que é importante. Por isso, nós já marcamos aqui essa audiência pública. É uma pena que eu não esteja no Brasil para assistir à audiência no dia 29. Eu gostaria muito de participar, mas vou nos representar na questão do marco regulatório das Américas com relação à energia solar. Mas quero desejar sucesso! Vai ser deliberado em seguida o seu item.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu gostaria que o senhor já deixasse aqui toda a nossa assessoria da CCT, porque será uma reunião da CCT, da CAS e da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tudo já estará embutido, para que, no dia, possa também a reunião ser passada ao vivo. Quero pedir a gentileza da Diretoria da Mesa do Senado de passá-la ao vivo...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ...para que haja a participação da sociedade brasileira. Todo mundo pode participar. Podem participar os oncologistas, os donos de clínica, os pacientes que foram contemplados. Todo mundo terá esse direito nesse dia aqui. Várias autoridades vão participar.

Agradeço a sua compreensão. Pode ter a certeza de que, mesmo com seu compromisso já agendado, vamos fazer a sua parte aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza, nobre Senador Cassol! Quero dizer a V. Exª que consta da nossa pauta o item 6, que será deliberado em seguida.

Eu queria só ponderar a V. Exª, para que pense, a possibilidade de incluir na lista dos convidados o Dr. Drauzio Varella. Eu gostaria de colocá-lo como convidado para essa audiência, para vermos o que ele vai falar perante nossos Pares, os Senadores da República.

Vamos retomar aqui a nossa apresentação. Vamos lá!

Marcos Ruben, não vou mais interrompê-lo. Pode ficar tranquilo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, quero só concluir. A assessoria da Casa está acabando de me informar que, agora, temos de acrescentar a esse requerimento, para ele ser aprovado – tenho uma audiência fora daqui depois –, o nome do Sr. Luiz Henrique Mourão de Canto Pereira, Coordenador-Geral de Biotecnologia de Saúde do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, no lugar do Secretário Wellington Rodrigues. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Isso está rescrito, não é?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Posso colocar um adendo ao seu requerimento, convidando o Dr. Drauzio Varella a vir aqui?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Nós podemos combinar com os pesquisadores, eles podem participar. Para mim, não há problema nenhum. Eu até gostaria, porque, assim, a sociedade brasileira inteira vai perceber, olhar nos olhos deles e contradizer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeitamente.

Dr. Marcos Ruben de Oliveira, por favor. Não vou mais interrompê-lo, com certeza. Claro, aqui, todas as Excelências têm direito a falar quando levantam, mas espero que não o interrompamos mais. Você termina a sua fala...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quando for possível, eu gostaria de ter oportunidade, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Fica como primeiro inscrito, depois da conclusão do Dr. Marcos Ruben de Oliveira.

Marcos.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Obrigado, Excelência.

Só um adendo. Trata-se de uma pesquisa de opinião sobre o Ciência sem Fronteiras. Como pesquisa de opinião, ela realmente mensura a visão do entrevistado. O que há aqui é o ponto de vista dos bolsistas. Pesquisa de opinião, no contexto de avaliação de políticas públicas, é uma ferramenta importante. Obviamente, ela não pretende esgotar a questão da avaliação, mas não deixa de ser uma dimensão importante a ser considerada, a ser analisada.

Um aspecto interessante, uma observação. O DataSenado faz uma pesquisa acompanhando a violência doméstica e familiar desde 2005, que está, então, já na sexta edição. O fato de se fazer uma pesquisa de opinião numa série histórica permite olhar essa política pública numa ótica mais ampla, mais completa. Então, fica aí a sugestão de essa não ser a primeira pesquisa, mas, sim, o início de uma série.

Eu estava trazendo aqui os aspectos de avaliação do ponto de vista acadêmico da pesquisa.

E nós perguntamos também para os entrevistados, os bolsistas e os ex-bolsistas, um pouco sobre o impacto da participação do programa no seu interesse por pesquisa e também nos seus hábitos de estudo. Então, por exemplo, em relação ao interesse por pesquisa, a maioria, 57%, afirmou que, em função da participação nesse programa, o seu interesse aumentou. Em relação à dedicação ao estudo, 55% dos nossos entrevistados afirmam que tiveram seu interesse e sua dedicação aos estudos aumentados em função desse programa. Então, do ponto de vista do bolsista, há um efeito benéfico no sentido dos seus hábitos de pesquisa e de investigação.

Outro ponto avaliado na pesquisa foi a questão de acompanhamento e avaliação por parte dos órgãos fomentadores. Perguntamos para os bolsistas se, ao entrar em contato com a Capes ou o CNPq para tirar alguma dúvida, eles conseguiram tirar a dúvida, e 69%, praticamente 70%, afirmaram que conseguiram tirar a dúvida, entrar em contato para tirar essa dúvida. E 14% não conseguiram – então, há uma parcela aí que não conseguiu entrar em contato. E outros 14% não tiveram essa necessidade.

Perguntamos também, tentando analisar um pouco a questão do acompanhamento, se, ao final do programa, o bolsista encaminhou esse relatório, um relatório técnico que tem de ser enviado ao final do programa, para o órgão de fomento e, caso tenha encaminhado, se houve um *feedback* desse encaminhamento. Então, 64% afirmam que encaminharam o relatório; 21% informaram que "não"; e 16% não quiseram responder. Dos que encaminharam, um quarto disse que obtiveram um retorno desse relatório. Essa pergunta foi feita exclusivamente aos ex-bolsistas, que foram os que já entraram na fase final de entrega de relatório.

Um último aspecto dessa questão de acompanhamento administrativo foi em relação ao financiamento. Perguntamos se os recursos da bolsa eram suficientes para manutenção do bolsista lá enquanto estava sendo usuário do programa. Então, 79% afirmaram que "sim". E também perguntamos se houve algum atraso. E 22% disseram que já houve atraso. Quanto a esses atrasos, nós perguntamos – está aí no relatório – de quanto tempo foi. Então, a maioria foi de até 15 dias; alguns falaram de um pouco mais que isso, de um tempo até 30 dias.

Por fim, o que vou trazer aqui para os senhores são alguns aspectos das motivações pessoais dos bolsistas. Perguntamos assim: "Qual o principal objetivo ao participar do programa Ciência sem Fronteiras?" E 61%, a maioria, dos entrevistados disseram que querem aprofundar o conhecimento na sua área de formação – esta foi a maior motivação; 14% como crescimento da vivência pessoal; prática de outro idioma, 8%; ingressar na carreira acadêmica, 7%; e ingressar na carreira no exterior, 5%.

Perguntamos também sobre a possibilidade de desistência; se, durante o intercâmbio, pensou em desistir: 15% dizem que pensaram em desistir. O maior motivo apresentado foram problemas de adaptação; um segundo motivo muito citado foram os problemas familiares; outro motivo, aprendizado abaixo das expectativas e tratamento recebido dos colegas. Então, se quiserem fazer algum investimento para diminuir essa taxa de desistência, o aspecto mais relevante a se investir seria nos problemas de adaptação.

Por fim – para apresentar aos senhores e já encerrar –, perguntamos onde o profissional gostaria de seguir a sua carreira profissional: a maioria, 53%, disse que queria seguir no Brasil; 24% gostariam de ir para o exterior; e 23% estão indecisos ou não quiseram responder essa questão. Dentre esses que pretendem ir para o exterior, metade já saiu do Brasil para o programa com essa intenção; outra metade teve essa vontade desperta enquanto estava no programa. Então, a gente pode dizer que, desses 24%, 12% desejam seguir carreira futura no exterior e a motivação surgiu em função do programa; outros 12% já saíram do Brasil com esse interesse.

Esses são alguns pontos da pesquisa que trouxemos aqui. O relatório está à disposição de todos os senhores, vai estar à disposição no *site* do DataSenado, imagino que na CCT também. Além disso, ele tem várias perguntas, várias questões para outros temas que foram abordados, que, em função do tempo, não pudemos apresentar aqui. Mas estamos à disposição para esclarecer ou informar o que seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Marcos Ruben.

Antes de passar para o nosso Senador Lasier, quero fazer uma pergunta a vocês do CNPq: o mesmo tempinho que eu dei para a Capes, de cinco minutinhos, vocês querem fazer um pronunciamento agora, para eu passar para o Prof. Lasier?

Por favor, o CNPq.

O SR. GERSON JOSÉ LOURENÇO – Vou dividir a minha fala com a coordenadora-geral do Ciência sem Fronteiras substituta. (*Fora do microfone.*)

Gostaria só de dizer o seguinte: pelo tempo disponível, eu acho que o trabalho apresentado pelo DataSenado teve uma amplitude bastante interessante, até acima das expectativas, pelo menos de nossa parte, e acho que ele enfrentou as limitações naturais de um levantamento desse tipo. Acho que essa é a constatação. Existem alguns resultados que, eventualmente, vão demandar um acompanhamento; eventualmente, podem até ensejar um ou outro aprofundamento, mas acho que é uma base inicial bastante interessante para outras iniciativas dessa natureza.

Queria parabenizar o DataSenado.

Vou passar aqui a palavra para a coordenadora-geral substituta.

A SRª MARIA LUCILENE ARAÚJO BARROS – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador.

Parabéns ao DataSenado. Acho que vocês fizeram um trabalho muito bom, em curto espaço, com um bom retorno. Acho que foi uma surpresa muito agradável o retorno que vocês tiveram.

Para nós, agência, CNPq e Capes – e aí eu só quero complementar, na verdade, endossar as palavras do meu colega da Capes –, esse programa está produzindo um impacto, que nós entendemos em curto prazo, mas também entendemos ser prematuro fazer uma avaliação de forma maior.

É muito claro, nos contatos que nós temos com as instituições de ensino superior brasileiras, o crescimento da produção científica a partir da parceria com as instituições estrangeiras, por conta da criação desse programa, e o aumento do intercâmbio também, de estudantes estrangeiros, nessas universidades brasileiras. Isso é muito reconhecido. Sem contar a qualidade do ensino na sala de aula, que os alunos têm, por vezes, nos relatado. Eles chegam com uma outra percepção, com uma visão muito maior e podem cobrar isso das universidades brasileiras. Isso é só um pouco do que, no dia a dia, como técnicos à frente do programa, estamos ouvindo.

Tenho acompanhado as reuniões desta Comissão e acho bastante pertinentes as sugestões ou críticas, que entendo muito positivas, do Senador Omar Aziz. Isso tem também nos ajudado, nas Agências, a criar percepções e visões amplas para repensar até o nosso dia a dia com o programa.

Agradeço e parabenizo o trabalho do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Senador Omar, só um pouquinho, só para a ordem aqui. O Senador Lasier já tinha pedido a inscrição. Em seguida, V. Exª.

Senador Lasier, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Hélio José. Em primeiro lugar, cumprimentar o trabalho do DataSenado que realmente nos traz dados muito interessantes e oportuníssimos para reflexões e aperfeiçoamento.

Para já antecipar bem aonde quero chegar, quero me referir ao alto percentual de 24% de bolsistas que disseram que querem fazer carreira no exterior. Isso me preocupa, porque esse programa, o Ciência sem Fronteiras, realmente é muito meritório, só que o Brasil enfrenta uma fase tenebrosa de escassez de recursos, e isso custa caro para o Brasil. É um investimento que fazemos. Então, quero dirigir a minha pergunta ao Dr. Adi Balbinot Junior, do Capes, sobre esse sistema de avaliação.

Pelo que entendi, nossos bolsistas, quando retornam, apresentam relatórios. Queria saber se eles também são sabatinados com relação aos conhecimentos... (*Pausa.*)

Diga. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Desculpe, é porque eu estava chamando o assessor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É porque, com tanto sinal, eu me atrapalho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Desculpe, Senador. Desculpe.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, queria saber, Dr. Adi, se é feita sabatina, se realmente temos uma avaliação confiável com relação aos conhecimentos adquiridos pelos nossos estudantes que vão buscar aprimoramento no exterior e, principalmente, se temos possibilidade de avaliar o retorno que eles dão ao Brasil, porque estamos muito atrasados, em termos de ciência tecnologia. Lamentavelmente, nesse imenso País, quinto país do mundo em população, somos preponderantemente ainda uma sociedade agrária. Precisamos avançar muito nas tecnologias.

Então, queria saber que retorno eles dão. Eles são acompanhados depois que retornam. Vinte e quatro por cento se valem dos recursos que custam caro para depois transferirem seus conhecimentos no exterior. Isso é injusto. Então, de que maneira os senhores avaliam isso. Não seria possível inclusive firmar um documento – aquele que é contemplado com esse benefício teria o compromisso de retornar ao Brasil e prestar o seu aprendizado à sociedade brasileira –, porque 24% vão lá e querem ficar por lá, que é o que desconfiamos

há muito tempo. Aliás, no momento em que estamos vivendo, até li uma reportagem em um jornal na semana passada, de que os jovens mais dotados intelectualmente estão ansiosos para abandonar o Brasil e ir para países mais futurosos, em razão da crise que estamos vivendo e por eles não estarem vendo futuro.

Então, se investimos no Ciência sem Fronteiras, precisamos de alguma maneira tirar proveito disso, ter algum retorno. Não só os 24% querem ficar no exterior, há mais 23% dos entrevistados pelo DataSenado que disseram "não sei e não vou responder". Quer dizer, devem ser mais do que 24%. Devem ser 30% ou trinta e poucos por cento. Então, é muito importante, é importantíssimo esse trabalho com os resultados desse monitoramento da pesquisa do DataSenado. E eu fiquei muito preocupado como Senador da República, embora ainda novo aqui, porque eu estou aqui há no Senado há nove meses. E eu fiquei em dúvida...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Já está velho aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Você está aqui há quantos anos?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O mesmo tempo que você.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mas o senhor foi governador do Amazonas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas é diferente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu não fui governador nem prefeito. Eu vim da comunicação social para o Senado. Mandaram-me para cá com mais de dois milhões de votos, o que me orgulha e me honra muito. Mas exatamente para tomar contas dessas coisas, para tentar ajudar de alguma maneira, por mais modesta que seja minha contribuição, para que este País saia do buraco. E uma das formas é através do aprendizado de ciências, de novas tecnologias. E neste particular a Capes tem um compromisso transcendental, deve ajudar muito.

Então, Dr. Adir Júnior, eu queria saber de que maneira os senhores avaliam a volta e o aproveitamento desses estudantes, se realmente eles trouxeram conhecimentos e se vão aplicá-los no Brasil e se vão para o exterior e ficam por lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer ao Senador Lasier e dizer que se não fossem os dois milhões de votos dos eleitores gaúchos nós não teríamos o prazer de ter V. Exª convivendo conosco aqui. Se não fossem os quase dois milhões de votos do Amazonas, Manauara, nós não teríamos aqui o nosso querido Omar. E se não fossem os 700 mil brasilienses que votaram no nosso atual governador – eu era o 1º suplente dele – Rodrigo Rollemberg, eu também não estaria aqui. E foi essa a votação que nos trouxe para esta Casa. E é muito importante estarmos juntos.

Senador Omar, com a palavra. Em seguida, eu vou passar a palavra para V. Sª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu até contribuir, colaborar e as perguntas poderão ser dirigidas ao CNPq ou ao Capes.

O que o Senador Lasier coloca é a minha preocupação. A preocupação do Senador Lasier é a minha também.

Primeiro, Marcos, com relação à sua pesquisa, você passou rapidamente por ela. Mas veja bem, quando a gente fala em avaliação e em saber o que está sendo feito é importante que o Governo esteja a par disso.

Há aqui uma pesquisa, nesse programa, que diz:" Você recebeu retorno da Capes e CNPq sobre a avaliação da sua experiência no exterior?" E 76% disseram que "não receberam". Eles enviaram o relatório, mas não receberam nenhum tipo de retorno.

Você está se referindo a 64%, mas na pesquisa que você mandou para mim está 76%, bem acima desse...

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Ex-bolsistas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ex-bolsistas, está aqui. Pegue a sua página 65 e veja se esta aqui é diferente da que você está me mostrando. É a página 65.

A pergunta é: "Você recebeu retorno da Capes/CNPq sobre a avaliação de sua experiência no exterior?" Quer dizer, o ex-bolsista mandou um relatório para a Capes e para o CNPq e esperou um retorno para dizer se gostou ou não gostou. E 76% dessas pessoas, desses ex-bolsistas, disseram "não" na pesquisa do Datafolha, e 11% disseram que "sim". É isso?

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Isso!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então, não é 64%, é um pouco acima disso. Aí está errado?

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Essa pergunta é o Relatório Técnico-Científico Final. Eu estou tentando localizar aqui no nosso relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim, sim. Aqui é a experiência.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – A experiência mencionada é outra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mesmo assim, vamos pegar aqui a experiência e o Relatório Técnico-Científico. Vocês não foram nem convidados hoje, mas estão respondendo às perguntas para que a gente possa melhorar o debate.

O Presidente está abrindo uma ótima exceção aqui para que a gente possa ter mais conhecimentos.

Primeiro, a questão do retorno e se vocês têm uma avaliação, mesmo não mandando esse retorno, de cada um desses ex-bolsistas para se saber o relatório que eles fizeram e o que de interessante foi tirado. E se houver alguma coisa, eu queria solicitar ao Presidente da Mesa que encaminhasse, e que eles mandassem para a gente, mesmo tirando o nome das pessoas, até para que a gente não... Mas mandassem para a gente uma amostragem. Pode ser? Uma amostragem do que eles dizem no relatório e o que você responde para eles no relatório. Para manter a discrição, não precisa mandar o nome do aluno; nós confiaremos que os dados que vocês estarão mandando para a gente são dados confiáveis, para que a gente possa ter uma análise do pensamento.

Então... Espero também contar com a boa participação dos senhores e senhoras, que tragam aquelas positivas e negativas, para que a gente possa, em conjunto... Veja bem: como o Senador Lasier disse, eu disse, o Senador Hélio disse, nós não somos contra o programa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós queremos eficácia.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Nós queremos eficácia.

Então, quando se coloca que 24% desses jovens – e 24% de 100 mil são 24 mil, não são duas pessoas... Se ele quiser ir para o exterior, não tem problema, o pai paga, ele paga, ele pode ir; ninguém está proibindo. Ninguém proíbe ninguém de ir. Agora, quando a gente fala em recursos públicos, é porque a gente quer tirar proveito do ensino dele. Eu quero tirar proveito. Eu quero tirar proveito do que nós estamos pagando para eles irem para lá – é isso. É uma troca justa. Eu te dou conhecimento e você me paga com o conhecimento que você me deu. Só isso. Essa exigência que o Governo Federal não fez.

Há pouco eu questionava, Senador Lasier – eu não, o Senador Hélio deu o exemplo da filha dele. A filha dele está no quinto ano de Medicina. Vai passar um ano fazendo lá um sanduíche, como é chamado, e as matérias que ela está tendo, na área de Medicina, não serão validadas pelo Conselho Federal de Medicina, tenha certeza absoluta, porque o Conselho Federal de Medicina não valida estudo em outros países, tem de fazer provas, uma série de coisas, que são exigências. Tanto é que você vê aí esse problema que deu, de trazer os médicos cubanos, porque não se reconhece que os médicos têm a mesma formação que a das nossas universidades, uma série de coisas.

Quer dizer, vai servir muito mais como uma experiência pessoal para ela do que do ponto de vista de ensinamento, aqui. Se ela, depois de formada, fosse fazer três anos, quatro anos de especialização em áreas em que temos dificuldades aqui no Brasil, para que ela adquirisse conhecimento, trouxesse esse conhecimento e repassasse para outros formandos em Medicina, seria de muito mais valia para todos nós do que ela fazer esse. Mas é uma avaliação que... É lógico, disseram bem os representantes da Capes e do CNPq, é um programa novo que a gente tem de aprimorar. E o parecer é nesse sentido – não é acabando, não é pedindo para acabar com o programa, mas sim para que a gente consiga fazer um aprimoramento.

Antigamente, você estudava numa universidade que era fundação; pagava um valor do crédito, na fundação, bem menor do que você pagaria normalmente. Só que você tinha um débito com a universidade que era fundação, e você, depois de formado, era obrigado a pagar esse crédito. Era assim, antigamente. Depois, acabaram-se as fundações e se tornaram universidades federais. Aí, os créditos não eram mais pagos. Mas, antigamente, você entrava numa fundação e você tinha de... Vai fazer 30 créditos nesse semestre, chegava lá e tinha de pagar o valor por crédito, conforme a matéria, e tal. Era subsidiado esse ensino. O resto era pago depois que você se formasse. Hoje, já não existe mais.

Quem entra numa universidade federal não paga absolutamente nenhum crédito. Mas não estou nem dizendo, nesse caso, dessa... Mas eu pediria que encaminhasse a esta comissão, à nossa Secretaria, para que a gente pudesse ter uma noção de como é o relatório e o que vocês respondem nesses relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ok, Senador Omar. Eu queria...

Mais uma questão, Senador Lasier? Não? Tudo bem?

Eu queria registrar aqui também algumas perguntas, antes de passar para vocês, e fazer também as considerações finais para a gente passar para o próximo tópico.

Eu gostaria de saber de V. Sªs – a Capes, o CNPq – se vocês estão de fato aprimorando, fazendo alguma coisa para fazer o encaixe disso que é visto lá com a nossa grade no Brasil. Se a minha filha me perguntasse se eu gostaria que ela fosse, eu iria falar que não, que eu sou contra ela perder um ano do curso de Medicina para ir para lá, ainda mais uma pessoa que eu já mandei para lá quatro, cinco vezes, ela não está indo para o exterior pela primeira vez. Mas, ela preferiu ir para lá, viver como estudante, na linha que o meu querido Senador

Omar colocou. Então, eu não ia encrencar com ela, já que ela queria ir. Conquistou com os próprios méritos, é uma universidade pública. Ela foi fazer o Ciência sem Fronteiras com os métodos dela, como todos os concorrentes brasileiros que solicitam o Ciência sem Fronteira. Eu sou engenheiro e, sinceramente, acho que nós temos tempo a perder com relação a um ano de ensino que não vai ser aproveitado na grade de ensino, vai ser aproveitado em outros conhecimentos, como experiência internacional, relação, crescimento, amadurecimento, um monte de coisas. Seria muito melhor se esse dinheiro, em minha opinião, se a minha filha tivesse ido fazer uma pós depois de terminar o curso ou fazer um complemento, como o Senador Omar colocou, em uma doença importante ou em um tratamento importante do que, por exemplo, fazer o Ciência sem Fronteira e perder um ano de ensino, porque não encaixa na nossa grade. É isso o que precisamos rever, ver o que se vai fazer. Essa é a pergunta que eu deixo para ambos, colocando que, encaminhado pelo Senador Omar, a Mesa gostaria de solicitar a V. Sªs, da Capes e da CNPq, que, se possível, nos encaminhasse, sem identificar, não queremos identificação, apenas exemplo: positivo, negativo e médio. Então, os exemplos que houver a gente vai encaminhar para todos os Senadores da Comissão, o que vocês nos encaminharem para a Secretária da Comissão, Drª Egle, todos receberão. Nossa universitária mor, que comanda os processos. Quem fala nos universitários é o Garibaldi: é a Drª Egle. Eu gostaria de começar passando pela primeira pergunta, feita para a Capes, para que respondam, façam suas considerações finais. Depois, passo para a CNPq e concluo, de volta para o DataSenado para que faça a conclusão desse primeiro trabalho da manhã.

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Muito obrigado, Senador. Agradeço, enormemente, a participação dos Senadores, tanto do Omar Aziz como do Lasier Martins, dessas colocações para enriquecer este debate. É importante que neste momento possamos esclarecer alguns pontos que valem à pena. No que tange, Senador Lasier, à questão da avaliação dos alunos no Brasil, é importante esclarecer um pouco o fluxo, como funciona o processo. Quando do retorno do bolsista, ele é obrigado a preencher o que chamamos de Relatório Final de Atividades, que tem cerca de 50 perguntas, onde a gente aborda questões da adaptação, do idioma, do estágio no exterior, do estágio acadêmico, do estágio pós-período acadêmico, que é possível que ele faça, uma série de questões que são tratadas nesse Relatório Final de Atividades. Nós recebemos esse relatório aqui e, automaticamente, damos acesso ao coordenador do Programa Ciência sem Fronteiras na universidade de origem no Brasil, para que esse coordenador faça a avaliação desse relatório e possa também nos subsidiar com outras informações sobre o desempenho desse estudante, sobre o retorno da atividade dele ao Brasil e sobre questões relativas ao aproveitamento de créditos. Então, é importante esclarecer que não seria exatamente e diretamente competência da Capes ou do CNPq fazer a avaliação do desempenho acadêmico do estudante no Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem seria competente?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – A instituição na qual ele retorna, a instituição dele de origem no Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E isso é feito?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Nós temos tido um trabalho constante com essas universidades para que aprimorem esse processo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, não fazem ainda?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Senador, isso é feito em algumas universidades, isso está dentro da autonomia das universidades. Elas fazem essa avaliação. Isso está relacionado, inclusive, com o próprio aproveitamento dos créditos. Tenho um dado bastante importante, que vamos compartilhar com os Senhores, que é a questão do próprio... Nós temos lá um relatório específico na Capes, o CNPq também tem esse mesmo relatório. No nosso caso, a gente faz a verificação do aproveitamento disciplina a disciplina, se é ou não aproveitada a disciplina que ele fez no exterior. E, nos nossos relatórios, a gente tem observado que cerca de 78% das disciplinas são devidamente aproveitadas, aqui no Brasil, seja como créditos obrigatórios, seja como créditos optativos, ou módulo livre. Cada universidade tem a sua forma de chamar essas disciplinas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Setenta e oito por cento, Balbinot?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Setenta e oito por cento dos créditos. Créditos de disciplinas. Não é dito simplesmente se se aproveitaram ou não quaisquer disciplinas. A gente tem a informação disciplina a disciplina. Esse é um dado bastante importante e, certamente, a gente vai...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu lhe pergunto, Dr. Adi, não seria possível se aprimorar essa sistemática, fazendo-se um convênio Capes/CNPq com as universidades, para que a universidade também colabore, repassando a avaliação que fez? Porque, afinal de contas, é um investimento com dinheiro público que é entregue para a universidade, e acho que, muitas vezes, universidades privadas, não?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Algumas privadas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois é. Aí, o CNPq e a Capes perdem de vista o que foi, realmente, o aproveitamento e o que esse aluno bolsista pode retribuir ao País, que gastou com ele.

Não seria possível dar esse passo a mais, de um convênio, firmado por contrato, para que essas universidades cumpram essa obrigação, repassando a avaliação que fazem?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Certamente, Senador. Podemos trabalhar. Esse é mais um componente do processo de avaliação e de mensuração dos resultados. Certamente. Agradecemos a sugestão e vamos trabalhar nessa linha.

Um outro tópico que eu gostaria de abordar aqui é sobre o percentual dos 24% que o Senador Omar comentou, daqueles alunos que pretendem cursar carreira no exterior. Cabe um esclarecimento bastante importante: todos os bolsistas do Ciência sem Fronteiras e todos os bolsistas dos programas de mobilidade que Capes e CNPq gerenciam são obrigados a assinar um termo de compromisso, por meio do qual se comprometem a retornar ao País no término das suas atividades acadêmicas e permanecer, no País, pelo mesmo período pelo qual ele teve a concessão.

Então, se ele ficou...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Apenas um ano?

O SR. ADI BALBINOT JUNIOR – Não. Isso varia. No caso de doutorado pleno, em que se fica quatro anos no exterior, ele tem que ficar quatro anos aqui no Brasil. Então, pelo período da concessão. Aqueles alunos que tiveram curso de idiomas mais o período acadêmico, chegando talvez a 18 meses de atividades linguísticas e acadêmicas no exterior, ficarão – necessariamente – 18 meses, aqui no Brasil, cumprindo esse período que nós chamamos de período de interstício. Caso isso não ocorra, ele é obrigado a devolver todos os recursos que foram investidos em seu favor, em seu benefício.

Temos uma informação inclusive recente de cerca de 170,180 bolsistas – 199 –, me desculpem, esse é um outro número. Foram 199 bolsistas que solicitaram a suspensão do período de interstício, com o interesse de retornar, e nós solicitamos a devolução integral de recurso. Já recebemos cerca de um milhão e meio, um milhão e setecentos mil reais, em devolução de recursos. Esse é um dado que também precisa ser divulgado. Acompanhamos esse retorno do bolsista e, se ele não cumpre com o que está acordado e definido, ele tem – necessariamente – que devolver esse recurso, para reinvestirmos esse recurso em alguém que possa ir para o exterior, retornar e continuar no País.

Sobre a questão das trocas das informações, eu faria uma sugestão final, Senador, e já iria comentar sobre essa questão, de nós aprimorarmos essa troca de informações entre o Executivo e o Legislativo, porque nós temos também uma base de dados bastante importante e interessante, com informações bastante relevantes que podem ser mais bem aproveitados pelo próprio DataSenado e termos acesso a essas informações, para termos o cruzamento de dados, de modo que possamos aprimorar a própria política.

Então, agradeço a intervenção do Senador Omar Aziz. Certamente, disponibilizaremos não só informações do relatório final de atividades, que o bolsista preenche, como também, dentro desse fluxo do retorno do bolsista, o coordenador do Ciência sem Fronteiras, avaliando esse relatório, também preenche um pequeno relatório, falando sobre o retorno, se o bolsista retornou ou não às atividades; como ele avalia a experiência do bolsista no exterior; como se deu o aproveitamento de créditos, pela ótica da Universidade. Também vamos compartilhar essas informações com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecido à Capes.

Gostaria de passar a palavra para o CNPq.

Como é seu nome, por favor?

A SRª MARIA LUCILENE ARAÚJO BARROS – Sou Lucilene Barros, e estou aqui como coordenadora geral substituta do Programa Ciência sem Fronteiras.

Eu só vou complementar o que meu colega da Capes disse. Com relação ao relatório técnico do bolsista, o CNPq tem uma plataforma bastante dinâmica, em que o bolsista submete o relatório técnico quando ele retorna das suas atividades. Esse relatório, como bem disse o meu colega Adi, é submetido à análise e parecer do coordenador institucional. A figura do coordenador institucional é muito importante nesse processo, porque no momento em que o candidato submete a candidatura dele, ele deve ser homologado pela instituição de ensino superior à qual ele é vinculado. Então, esse mesmo coordenador institucional que é indicado pela universidade dá o parecer a esse mesmo relatório técnico do estudante, quando ele retorna. Além disso, o CNPq também analisa e emite um parecer, só que nós não entramos na questão do mérito, do impacto da participação do aluno no programa, e sim na parte técnica do candidato. Essa parte de mérito científico, do que ele trouxe para o País, do conhecimento, do impacto da experiência dele lá fora, quem faz essa avaliação é a universidade de origem. Obviamente, nós temos que aprimorar bastante, não só a questão da avaliação, de ouvir a universidade de origem do candidato, mas ouvir a universidade no exterior. Então, temos o retorno desses candidatos e estamos atentos e recebendo com bons olhos essas sugestões todas que vocês, como Senadores da República, estão emitindo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecido à representante do CNPq.

O SR. GERSON JOSÉ LOURENÇO – O Programa Ciência sem Fronteiras é um programa de bolsas, entre outros aspectos, mas que vem de uma experiência de décadas, que o sistema nacional de bolsas de estudos do País vem mantendo, e que vem se aprimorando a partir disso e trazendo seus resultados. Uma mostra disso é o crescimento da pós-graduação no País, é a quantidade de mestres e doutores que se conseguiu formar no País até hoje. Preocupações como aquela que o Senador Lasier apontou, por exemplo, de eventuais candidatos à bolsa que insistem em ficar no exterior, são um problema com o qual nós nos confrontamos historicamente, mas que foi atacado ao longo do tempo, foi administrado ao longo do tempo e que hoje – digamos assim – talvez tenha uma condição um pouco pior, e portanto melhor, do que aquela que nós já tivemos Mas isso aí se prende a um conjunto de expectativas, a um conjunto de oportunidades que são encontradas no País. Se nós não fôssemos fazer nada por receio do que pode acontecer, o sistema nacional de pós-graduação no País e de bolsas de estudo no País não estaria funcionando hoje. São aspectos que eu acho que nós temos que considerar nesse particular. Só isso que eu gostaria de acrescentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecido ao CNPq.

Passamos para o Marcos Ruben de Oliveira.

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Queria novamente agradecer a oportunidade de divulgar os resultados das pesquisas e agradecer à Capes e ao CNPq por terem nos fornecido prontamente o cadastro para realizarmos a pesquisa. Sem essa parceria, não seria realmente possível apresentar esses resultados. Queria acrescentar que, durante o processo de pesquisa e de envios por *e-mail*, recebemos vários comentários de bolsistas, opiniões e pareceres. Nós vamos compilar esses resultados e torná-los disponíveis à CCT e aos órgãos fomentadores. Os resultados estarão disponíveis na internet.

O DataSenado está à disposição para esclarecer qualquer ponto que os senhores queiram esclarecer. Estamos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Gostaria, antes de encerrar a presente reunião, de informar a V. Exªs que a CCT realizará o Seminário Internacional Usinas Nucleares – esse aqui – Lições da Experiência Mundial, nos dias 27 e 28 de outubro, na próxima semana, no auditório do Interlegis.

O referido evento contará com a participação de conferencistas nacionais e internacionais de renome e vasta experiência na área, dentre os quais se destacam o Dr. Bernard Laponche, francês, criador da associação Global Chance; a Dr. Monique Sené, coautora do livro negro do nuclear francês, que denuncia riscos de acidentes nucleares naquele país; o Dr. Vladimir Shevtsov, bielorrusso, consultor em consequências sociais e de saúde de Chernobyl, diretor do Green Cross Bielorrússia; e o Dr. Alfredo Pena-Vega, francês, professor e pesquisador do Centro Edgar Morin – Escola de Altos Estudos em Ciências Humanas.

Desde já, convidamos as Srªs e os Srs. Senadores e todas as pessoas que acompanham os trabalhos desta Comissão para participar do referido seminário. Então, esse *folder* ilustra bem. Todos são nossos convidados.

Agora, como nós não temos quórum regimental para deliberar temas que exigem um quórum mais qualificado, a gente vai deliberar apenas dois requerimentos. Um requerimento do Senador Ivo Cassol, que já se debateu aqui a respeito do assunto. Eu relembro rapidamente, lendo o requerimento aqui, que é pequenininho.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 66, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que sejam acrescidos, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidados para Audiência Pública Conjunta, os Senhores Otaviano Mendonça Ribeiro Filho, Doutor em Ciência – Área de Concentração Química Analítica pela USP/São Carlos - SP e Professor da Universidade de Uberaba – UNIUBE/MG; José Antônio Ribeiro Filho, Médico Oncologista - Especialista em Mastologia e ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia; Wellington Rodrigues, Ativista Pró-Legalização da Fosfoetanolamina Sintética; e, Carlos Kennedy Witthoeft, que após conhecer aquela substância medicamentosa e ministrá-la com

sucesso em ente familiar, produziu e a distribuiu gratuitamente a centenas de pessoas portadoras de câncer na cidade de Pomerode/SC, e a seguir, em todo o território nacional.

O aditamento é para convidar o Sr. Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira, coordenador-geral de biotecnologia e saúde do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e o Dr. Drauzio Varella, comentarista da Globo.

Peço aos meus ilustres pares que aprovem o requerimento supracitado para que possamos ouvir os esclarecimentos competentes.

Está em discussão. Se alguém queria discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem concorda com o referido requerimento, V. Exªs permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, está aprovado esse requerimento, com os devidos aditamentos.

O último requerimento é do Senador Hélio José, que aqui vos fala.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública...

Desculpa, gente, eu estou fazendo uma coisa aqui não regimental. Eu queria que o Senador Omar pudesse sentar aqui só para eu ler esse requerimento. Senador, ou então V. Exª pudesse fazer a leitura por mim. Por favor. Por favor, Omar. Por favor, passe aqui para o Senador Omar subscrever para mim aqui só para ele fazer a leitura do requerimento, por favor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) –

Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o andamento do desligamento do da TV analógica e sua substituição pelo sinal digital, com teste previsto para a cidade de Rio Verde-GO no dia 29 de novembro próximo, com a presença do Exmo Sr. André Peixoto Figueiredo Lima, Ministro de Estado das Comunicações, e com os Srs. Rodrigo Zerbone Loureiro, Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED, Antônio Carlos Martelleto, Diretor da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização dos Canais de TV e RTV – EAD, Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL, Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, e Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM.

Esse é um requerimento do Senador Hélio José, que está lido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Agradecido a V. Exª, Senador Omar Aziz.

Só uma breve explicação: esse requerimento é feito, porque fizemos uma audiência aqui bastante concorrida com relação à troca do sinal de analógico para digital, e vai haver um primeiro teste, agora, numa grande cidade brasileira, que é Rio Verde, e *a posteriori* seria Brasília a primeira capital do País a ter a troca do sinal de analógico para digital.

Conversando com o Ministro das Comunicações, o nosso Ministro André Figueiredo, ele achou prudente que fizéssemos aqui essa nova audiência pública, até para avaliar o *day after* do teste de Rio Verde e a situação de aprimoramento que precisa existir, para não haver um caos no Distrito Federal e em outras grandes cidades, quando da troca de sinal. Então, é para podermos avaliar o que ocorreu em Rio Verde e fazer com que realmente haja essa mudança de forma tranquila.

Por isso, o requerimento.

Queria colocá-lo em discussão. (*Pausa.*)

Se V. Exª quiser discutir...

Não havendo quem queria discutir, em votação.

V. Exªs que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, está aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a encaminhar hoje, declaro encerrada esta reunião da CCT.

Muito obrigado a V. Exªs e a todos aqui presentes.

Obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.)

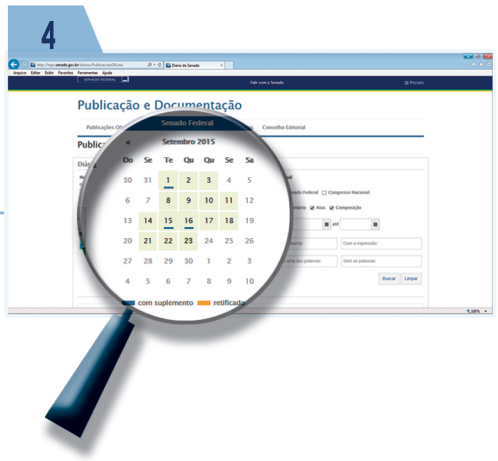
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211